



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4300

Segunda-feira - 14 de Agosto de 2023

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abelardo Luz.....	3	Doutor Pedrinho.....	343	Mirim Doce.....	866
Agrolândia.....	5	Faxinal dos Guedes.....	345	Modelo.....	867
Água Doce.....	9	Flor do Sertão.....	350	Monte Carlo.....	877
Águas de Chapecó.....	17	Forquilha.....	356	Monte Castelo.....	879
Águas Frias.....	20	Fraiburgo.....	357	Morro da Fumaça.....	881
Águas Mornas.....	27	Garopaba.....	363	Morro Grande.....	883
Alfredo Wagner.....	28	Garuva.....	369	Navegantes.....	884
Anchieta.....	30	Gaspar.....	432	Nova Trento.....	905
Antônio Carlos.....	31	Governador Celso Ramos.....	442	Nova Veneza.....	907
Apiuna.....	40	Gravatal.....	452	Novo Horizonte.....	909
Arabutã.....	42	Guaraciaba.....	453	Orleans.....	915
Araranguá.....	43	Guaramirim.....	456	Palhoça.....	916
Arroio Trinta.....	44	Guatambú.....	458	Palma Sola.....	935
Ascurra.....	46	Ibirama.....	495	Palmitos.....	937
Atalanta.....	47	Içara.....	524	Papanduva.....	939
Balneário Camboriú.....	49	Imbituba.....	526	Paraíso.....	940
Balneário Piçarras.....	56	Indaial.....	529	Passos Maia.....	942
Barra Bonita.....	59	Iomerê.....	542	Paulo Lopes.....	945
Barra Velha.....	63	Ipira.....	547	Penha.....	946
Bela Vista do Toldo.....	66	Iporã do Oeste.....	548	Peritiba.....	987
Belmonte.....	72	Ipuacu.....	549	Pescaria Brava.....	990
Benedito Novo.....	81	Ipumirim.....	550	Petrolândia.....	991
Biguaçu.....	85	Irani.....	551	Pinhalzinho.....	993
Blumenau.....	96	Irineópolis.....	558	Pinheiro Preto.....	994
Bom Jesus.....	121	Itá.....	568	Piratuba.....	997
Bom Jesus do Oeste.....	153	Itaiópolis.....	572	Planalto Alegre.....	1005
Braço do Norte.....	167	Itapema.....	581	Pomerode.....	1007
Braço do Trombudo.....	169	Itapiranga.....	625	Porto Belo.....	1014
Brunópolis.....	170	Itapoá.....	627	Porto União.....	1017
Brusque.....	172	Ituporanga.....	636	Pouso Redondo.....	1026
Caçador.....	175	Jaguaruna.....	653	Presidente Castello Branco.....	1029
Caibi.....	190	Jaraguá do Sul.....	656	Presidente Getúlio.....	1030
Camboriú.....	192	Jardinópolis.....	732	Princesa.....	1033
Campo Alegre.....	210	Joaçaba.....	740	Quilombo.....	1040
Campo Erê.....	217	Jupia.....	785	Rio das Antas.....	1055
Campos Novos.....	218	Lages.....	787	Rio dos Cedros.....	1076
Canoinhas.....	222	Laguna.....	790	Rio do Sul.....	1068
Capinzal.....	229	Lauro Muller.....	793	Rio Negrinho.....	1079
Catanduvas.....	234	Lebon Regis.....	814	Rio Rufino.....	1086
Chapadão do Lageado.....	239	Lindóia do Sul.....	819	Riqueza.....	1095
Chapecó.....	240	Lontras.....	831	Rodeio.....	1121
Concórdia.....	242	Luiz Alves.....	832	Romelândia.....	1122
Cordilheira Alta.....	266	Macieira.....	834	Salete.....	1123
Coronel Freitas.....	267	Mafra.....	835	Saltinho.....	1125
Corupá.....	271	Maracajá.....	844	Sangão.....	1126
Cunha Porã.....	276	Maravilha.....	848	Santa Cecília.....	1127
Curitibanos.....	280	Marema.....	852	Santa Rosa do Sul.....	1131
Dionísio Cerqueira.....	337	Matos Costa.....	853	Santa Terezinha do Progresso.....	1133
Dona Emma.....	338	Meleiro.....	864	Santiago do Sul.....	1134

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina





Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4300

Segunda-feira - 14 de Agosto de 2023

Florianópolis/SC

Sumário

Santo Amaro da Imperatriz	1135	Schroeder	1347	Trombudo Central	1401
São Bento do Sul	1136	Seara	1356	Tubarão	1405
São Bernardino	1182	Serra Alta	1360	Tunápolis	1406
São Carlos	1188	Siderópolis	1361	Urubici	1428
São Domingos	1192	Sombrio	1362	Urussanga	1429
São Francisco do Sul	1196	Sul Brasil	1369	Vargem Bonita	1436
São Joaquim	1266	Taió	1371	Vidal Ramos	1440
São José	1270	Tangará	1374	Videira	1450
São José do Cedro	1322	Tigrinhos	1390	Witmarsum	1463
São Lourenço do Oeste	1323	Tijucas	1393	Xanxerê	1464
São Miguel do Oeste	1328	Timbó	1394	Xaxim	1473
São Pedro de Alcântara	1342	Treviso	1395	Zortéa	1485
Saudades	1344	Treze Tílias	1399		

Consórcios

CINCATARINA	1487
-------------------	------



Abelardo Luz**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO LDO E LOA 2024**

Publicação Nº 5052654

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal convida os integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, para apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e Lei Orçamentária Anual LOA para o exercício de 2024 que será realizada no dia 21 de agosto de 2023, às 08:00 horas, tendo como local a Sala de Reuniões do Centro Administrativo Municipal.

Abelardo Luz SC, 11 de agosto de 2023.

Nerci Santin
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194 DE 08 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052619

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ.

PORTARIA Nº 194, DE 08 DE AGOSTO DE 2023

Nerci Santin, Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 69, XIV da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º De acordo com o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº006/2023, pelo ARQUIVAMENTO referente à Sra. Simone Guimarães, concluído pela comissão em relatório final, que cabe ARQUIVAMENTO previsto no art. 177, §4º da Lei 135 de 22 de março de 2016 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Abelardo Luz/SC). Em face da Sra. Simone Guimarães, lotada no cargo de Cuidador Social, junto ao Acolhimento Institucional de Abelardo Luz.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abelardo Luz- SC, 08 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195 DE 08 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052621

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ.

PORTARIA Nº 195, DE 08 DE AGOSTO DE 2023

Nerci Santin, Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 69, XIV da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º De acordo com o que consta no Processo Administrativo Disciplinar nº004/2023, pelo ARQUIVAMENTO referente à Sra. Augusta de Andrade Fumagalli, concluído pela comissão em relatório final, que cabe ARQUIVAMENTO previsto no art. 177, §4º da Lei 135 de 22 de março de 2016 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Abelardo Luz/SC). Em face da Sra. Augusta de Andrade Fumagalli lotada no cargo de Assistente Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abelardo Luz- SC, 08 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

PREGÃO 081/2023

Publicação Nº 5052677

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0145/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, no dia 25 de agosto de 2023, no endereço eletrônico www.bll.org.br (acesso identificado) para aquisição de equipamentos agrícolas, sendo uma colhedora de forragem de área total e três carretas basculantes (através de convênio/mapa, contrato nº 912379), em conformidade com as especificações constantes do Anexo "I" do edital. Os documentos deverão ser incluídos no portal BLL até às 08:30 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3445-4322, Ramal 212.

Abelardo Luz (SC), 11 de agosto de 2023.

NERCI SANTIN - Prefeito Municipal

PREGÃO 082/2023

Publicação Nº 5053049

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0146/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2023

O Município de Abelardo Luz - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do Tipo Menor Preço por item, Presencial, no dia 28 de agosto de 2023, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, licitação que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação de serviços de transporte, mediante disponibilização de ônibus, para atender aos usuários da Secretaria Municipal de Assistência Social e os programas a ela vinculados, mediante solicitação, mediante solicitação, de acordo com as características mínimas e especificações constantes do Anexo "C" do Edital. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3445-4322, Ramal 212 ou através do e-mail licitacao@abelardoluz.sc.gov.br e site www.abelardoluz.sc.gov.br.

Abelardo Luz (SC), 11 de agosto de 2023.

Nerci Santin – Prefeito Municipal

Agrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 126, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052561

DECRETO Nº 126, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Agrolândia e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, com fundamento no art. 9º, da Lei nº 2.493, de 02 de dezembro de 2015 e art. 5º do Decreto nº 048, de 09 de junho de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Agrolândia:

I - Presidente: José Constante;

II - Vice-presidente: Ketlin Garcia da Silva Fachi;

III - representantes das Secretarias Municipais:

a) Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças: Aline Sutil;

b) Secretaria do Desenvolvimento Educacional: Grasiella da Silva Krieger;

c) Secretaria de Saúde: Guido Bauer;

d) Secretaria do Desenvolvimento Rural: Jaimir Gutz;

e) Secretaria de Infraestrutura, Saneamento e Meio Ambiente: Sidinei Bauer;

f) Secretaria de Desenvolvimento Empresarial e do Turismo: Soeli Pickler;

g) Secretaria de Assistência Social: Suzan Carla Frare;

h) Secretaria de Desenvolvimento Cultural e do Desporto: Josiane Cristina Silva Reiner.

IV - Representante do Corpo de Bombeiros Militar com circunscrição no Município: Vanderlei Nunes Ferreira.

V - Representante da Polícia Militar sediada no Município: Nelson Barg.

VI - Representante da Administração Pública Estadual sediada no Município: Júlio Cesar de Freitas Silvatti.

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Agrolândia exercem atividade comunitária, de prestação de serviço relevante e não receberão qualquer tipo de remuneração para este fim.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 062, de 03 de maio de 2021 e suas alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 11 de agosto de 2023.

José Constante
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 123, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051742

DECRETO Nº 123, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Altera o Decreto nº 109, de 08 de setembro de 2020, que nomeia membros da Comissão de Regularização Fundiária (Reurb), nos termos do art. 2º do Decreto Municipal nº 108, de 08 de setembro de 2020, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 79 da Lei

Orgânica do Município e o art. 2º do Decreto nº 108, de 08 de setembro de 2020, fundamentado na Lei nº 2.688, de 24 de junho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Altera o inciso III do art. 1º do Decreto nº 109, de 08 de setembro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

III - Sirlene Jordão: representante da Secretaria Municipal responsável pela análise social dos processos de Reurb, a qual presidirá a Comissão;

..... ” (NR)

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 11 de agosto de 2023.

José Constante
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 125, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052357

DECRETO Nº 125, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Aprova remembramento de área em imóvel localizado na Rua Castelo Branco, Centro, de propriedade de Marilu Aparecida Dumke Bohm.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso XXII, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, conforme planta protocolada sob o nº 917 na Divisão de Planejamento, o remembramento localizado na Rua Castelo Branco, Centro, neste município, de propriedade de Marilu Aparecida Dumke Bohm, inscrito(a) no CPF sob o nº 854.146.629-91, com área total de 943,66 m², inscrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central – SC sob os nº 2.648 e 2.603.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 11 de agosto de 2023.

José Constante
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.997, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053805



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA
Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420-000 – Agrolândia/SC
Fone/Fax (47) 3534-4212 - www.agrolandia.sc.gov.br

**LEI Nº 2.997, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.*****Denomina via pública do Município de Agrolândia de Estrada Geral "Cedany Limas".***

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Estrada Geral "Cedany Limas", o trecho da AGA 438 da Lei nº 1.478, de 02 de setembro de 2004, localizada na divisa do Município de Agrolândia com o Município de Atalanta, com 1.547,63 metros de extensão por 12 metros de largura, partindo da Rodovia SC-281, no Vértice V1, até encontrar o Vértice V2, conforme coordenadas constantes no croqui do Anexo Único desta lei, georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro, representadas na projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), vinculadas ao Datum SIRGAS2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas), referidas ao meridional central 51º00' W, fuso -22S.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 11 de agosto de 2023.

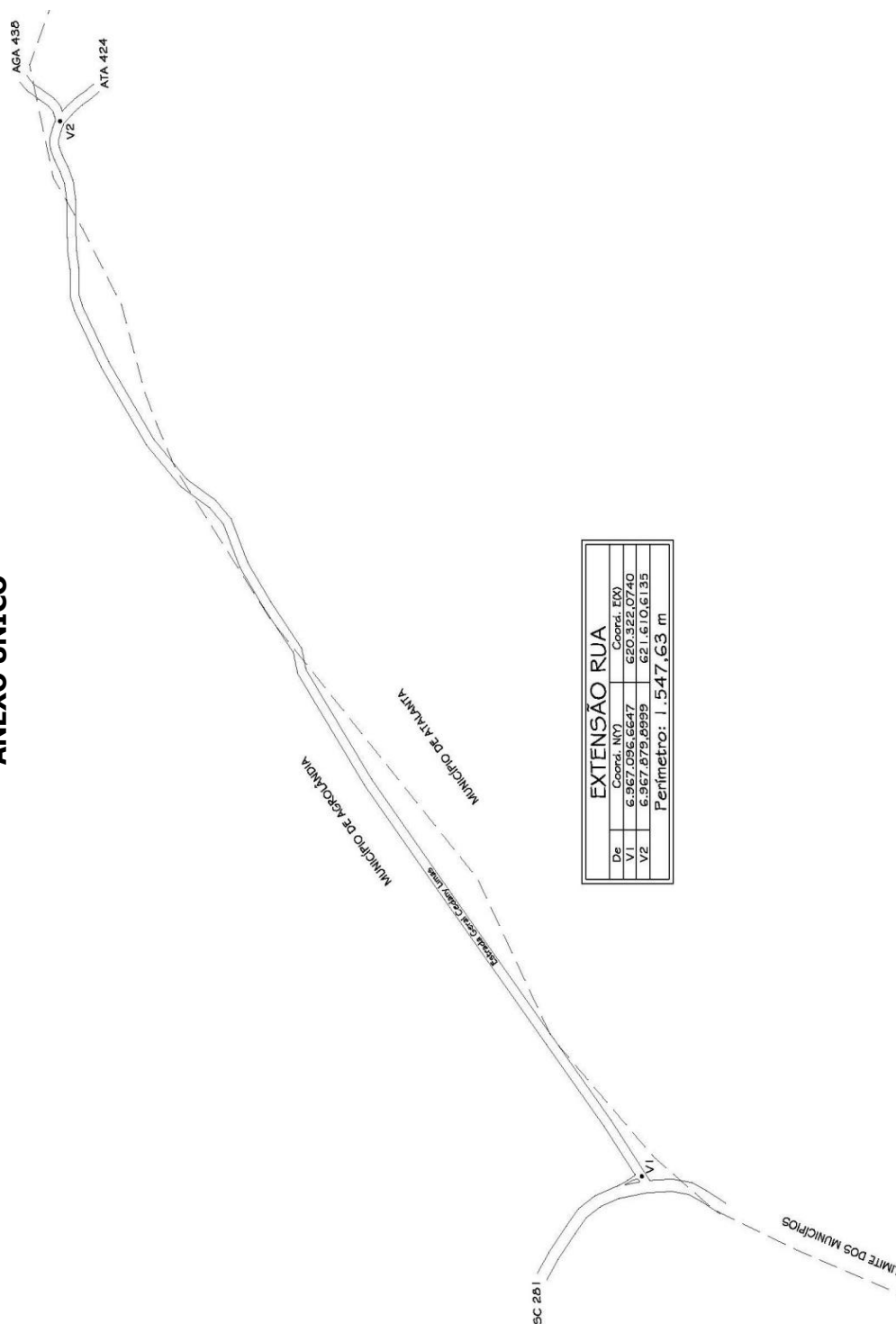
José Constante
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA
Rua dos Pioneiros, 109 – CEP 88420-000 – Agrolândia/SC
Fone/Fax (47) 3534-4212 - www.agrolandia.sc.gov.br



ANEXO ÚNICO



Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 43/2023

Publicação Nº 5052808

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 75B57D7BE63E44E13CE96DCE6466D3AF5446CD36

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 43/2023 DE 11/08/2023

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pela sua Prefeita Sra. Nelci Fátima Trento Bortolini, brasileira, casada, portadora do CPF n. 517.949.269-68, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Paulo Roberto Calluans Construções ME, estabelecida na Rua XV de Novembro, 215, Sala J, Centro – CEP 89665-000, na cidade de Capinzal/SC, CNPJ n. 32.187.134/0001-50, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Paulo Roberto Calluans, brasileiro, portador do CPF n. 459.835.009-10 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para fechamento de pátio da Escola Municipal no Assentamento 9 de Novembro, no Município de Água Doce, em decorrência do Processo Licitatório n. 66/2023/PMAD na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2023/PMAD, do tipo menor preço global, em regime de empreitada por preço unitário, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para fechamento de pátio da Escola Municipal no Assentamento 9 de Novembro, no Município de Água Doce, conforme projetos técnicos de engenharia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1 – O prazo para o início da execução da obra será a partir da data da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço) emitida pelo Município de Água Doce, e o prazo para a conclusão da obra é de acordo com o cronograma físico-financeiro, 30 (trinta) dias contados a partir da emissão da autorização para início das obras (ordem de serviço).

2.2 – Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

2.3 – A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

2.4 – O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2023/PMAD e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.6 – O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Água Doce, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.7 – Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1 – A Prefeitura Municipal de Água Doce pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados, de acordo com os preços correspondentes, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 80.083,15 (oitenta mil, oitenta e três reais e quinze centavos), sendo R\$ 24.024,95 (vinte e quatro mil, vinte reais e noventa e cinco centavos) relativos à mão de obra e R\$ 56.058,20 (cinquenta e seis mil, cinquenta e oito reais e vinte centavos) relativos ao material.

3.2 – Cada pagamento corresponderá:

a) medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de medição de obras vigentes;

b) as medições serão feitas a cada 30 (trinta) dias, exceto a inicial e a final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias;

3.3 – Para efeito da medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização desta Municipalidade.

3.4 – As medições serão elaboradas pelo Setor de Engenharia desta Municipalidade, por solicitação através de ofício da Contratada com pelo menos três dias úteis de antecedência ao vencimento da parcela, que se dará em conformidade com os procedimentos a seguir descritos:

a) A medição será na totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos, correspondentes a uma medição.

b) Após o recebimento do ofício solicitando a liberação, o Técnico Responsável desta Municipalidade procederá a vistoria na obra verificando a execução dos serviços previstos e executados. O fiscal encaminhará a solicitação de pagamento em formulário próprio, devidamente preenchido acompanhado da respectiva fatura da parcela, sendo encaminhada para emissão do “de acordo” da fiscalização desta Municipalidade.

c) Caso a fiscalização venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à Contratada, que deverá apresentar nova medição corrigida, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

d) O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade. Em outras palavras: se eventualmente a proponente vencedora não cumprir com as metas de realização da obra – conforme previsão dos anexos integrantes do presente edital, o Município realizará o pagamento proporcional, relativamente à quantidade prestada.

e) A quantidade/mês de serviços prestadas, será igual à totalidade dos serviços executados no período de trinta dias corridos; ressalvando-se que a obra deverá ser prestada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

f) A aprovação da medição se dará com o certificado do fiscal da obra no verso da fatura devidamente assinado e datado.

g) O encaminhamento de documentação referente à obra, será de acordo com 8.11.19, deste Contrato.

h) O pagamento e liquidação das notas fiscais ou notas fiscais-faturas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, de acordo com o cronograma físico-financeiro, constante no Anexo IV, do edital, mediante apresentação das medições correspondentes e a respectiva nota fiscal. Os pagamentos somente serão liberados mediante verificação da regularidade do prestador de serviços, ora proponente vencedor, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências; mediante apresentação da nota fiscal, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto nos pagamentos. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários será observado o que dispõe a legislação vigente. Junto com a última fatura da obra, a empresa deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula da obra. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).”

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

5.1 – Os recursos financeiros serão os provenientes do FNDE e recursos próprios do município.

5.2 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.3 – As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta dos recursos orçamentários:

05.002 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

1.003 – Construção, ampliação e manutenção do escolas

60 - 4.4.90.00.00.00.00 - 86 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 – A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

§ Advertência;

§ Multa de 10% sobre o valor da proposta;

§ Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;

§ Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

§ Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 – A CONTRATADA não poderá sub empreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de subcontratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante o Município de Água Doce, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na subcontratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a subempreiteira interessada nele fosse.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 – A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.5.1 – Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.6 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.7 – A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.8 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.9 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição da República, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.11 – São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.11.1- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do Edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.11.2 – Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

8.11.3 – Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

- 8.11.4 – Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.
- 8.11.5 – Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.
- 8.11.6 – A Contratada se obriga a fornecer as “ARTs” complementares.
- 8.11.7 – Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.
- 8.11.8 – Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.
- 8.11.9 – Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.
- 8.11.10 – Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.
- 8.11.11 – Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 8.11.12 – Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o “as built”- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação, no caso de haver alterações.
- 8.11.13 – Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil (“... o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).
- 8.11.15 – Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o Município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.
- 8.11.16 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.
- 8.11.17 – A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.
- 8.11.18 – Anteriormente ao início da execução da obra, providenciar o alvará municipal da obra, junto a Secretaria de Administração, e apresentar à Municipalidade, sempre que solicitado.
- 8.11.19 – Encaminhar Relatório/Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Fiscalização de Obras Públicas, na Secretaria de Administração do Município de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, n.322, Centro, Água Doce- SC, a cada 30 (trinta) dias.
- 8.11.20 – A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:
- a) Recrutar elementos habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;
 - b) Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o Contratante solicitar a substituição daqueles, cuja conduta seja julgada inconveniente;
 - c) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
 - d) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Água Doce por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Água Doce;
 - e) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;
 - f) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
 - g) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços pela Secretaria de Obras.

9.2 – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 – Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 – A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.2 – Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

10.3 – Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

11.1 – A fiscalização da obra será efetuada por engenheiro da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

11.1.1 – A fiscalização do contrato será designada ao servidor Gabriel Henrique Percisi.

11.2 – A fiscalização se efetivará no local da obra.

11.3 – A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

11.4 – O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

11.5 – Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

11.6 – A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

11.7 – Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND do INSS referente à obra objeto deste edital, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.7.1 – Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.8 – Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2023/PMAD, Processo Licitatório n. 66/2023/PMAD, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 – O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

14.3 – E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato de forma digital, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce, SC, 11 de agosto de 2023

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI	PAULO ROBERTO CALLUANS
Prefeita Municipal Contratante	Paulo Roberto Calluans Construções ME Contratada

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	ISABELA MINATI SARI
CPF 005.***.***-95	CPF 114.***.***-69

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

JESSICA ROMEIRO MOTA
OAB/SC n. 24.746

DECRETO Nº 146/2023

Publicação Nº 5054115

DECRETO Nº 146/2023 - DE 11 DE AGOSTO DE 2023

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 27 da Lei nº 3.179 de 08 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 3.179, de 08 de dezembro de 2022 um crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 26.899,25 (vinte e seis mil e oitocentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos) para Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Esportes de recursos de rendimentos de aplicação financeira dos valores recebidos do FUNDEB.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.1.500.0000.0679/66 Aplicações Diretas, 3.3.90.00.00.1.540.0000.0189/159, 3.3.90.00.00.0189/164 e 3.3.90.00.00.0189/169 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES**01 DEPTO. DE ENSINO****12.364.10.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE ENSINO**

3.3.90.00.00.1.500.0000.0679/66 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO****12.361.10.2.076 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB**

3.3.90.00.00.1.540.0000.0189/159 Aplicações Diretas R\$ 4.431,12

12.365.13.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB PRÉ

3.3.90.00.00.0189/164 Aplicações Diretas R\$ 4.228,35

12.365.13.2.081 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB CRECHE

3.3.90.00.00.0189/169 Aplicações Diretas R\$ 3.229,78

TOTAL R\$ 26.899,25

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação identificado na Rubrica de rendimentos de aplicações financeiras – FUNDEB e rubricas de Impostos -Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de agosto de 2023.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

PORTARIA 463/2023

Publicação Nº 5054283

PORTARIA Nº 463/2023 – DE 11 DE AGOSTO DE 2023

“APLICA PENALIDADE DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com disposto no art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 015/99

Considerando Relatório Final apresentado pela Comissão Processante de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 303/2023, através do PAD nº 002/2023

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar ao servidor ILVO LUIZ PATUSSI, matrícula nº 21869, a penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento no art. 97, da Lei Complementar Municipal nº 015/99, pelo descumprimento do art. 86, inciso VI da Lei Complementar nº 15/99.

Art. 2º. Fazer constar na ficha funcional a presente punição, comunicando-se a servidora, por escrito.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de agosto de 2023.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

PORTARIA 464/2023

Publicação Nº 5054293

PORTARIA Nº 464/2023 – DE 11 DE AGOSTO DE 2023

“DETERMINA ARQUIVAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA SERVIDOR QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Complementar n. 081/2013

RESOLVE:

Art. 1º. Acatar Relatório Conclusivo da Comissão Processante, instaurada pela Portaria 303/2023 e 407/2023 em face do servidor ILVO LUIZ PATUSSI, matrícula nº 21869 e determinar o arquivamento do feito.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de agosto de 2023.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

PORTARIA 465/2023

Publicação Nº 5054358

PORTARIA Nº 465/2023 – DE 11 DE AGOSTO DE 2023

“CONVOCA DAS FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Convocar das férias a servidora JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTTO, inscrita sob CPF nº 845.XXX.XXX-68, ocupante do cargo efetivo de Contadora, na data de 14/08/2023, conforme Comunicação Interna em anexo, referente ao período aquisitivo 2022/2023, restando um saldo 13 (treze) dias para usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de agosto de 2023.

Clair Antonio Gemelli
Sec. Administração e Fazenda

Thaise Zanatta
Diretora Dpto de Recursos Humanos

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 105 - 2023, DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053278

DECRETO Nº 105/2023**De 14 de agosto de 2023****DISPÕE SOBRE ESTABILIDADE
DE SERVIDOR PÚBLICO
MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.****LEONIR ANTÔNIO HENTGES,**
Prefeito Municipal de Águas de
Chapecó, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe confere o
cargo, conforme o Art. 70 da Lei
Orgânica Municipal, Art. 19 da Lei
Complementar nº 003/2001 e demais
disposições legais vigentes;**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarado estável, o servidor público municipal abaixo relacionado, por ter sido considerado apto nas avaliações anuais durante o período de estágio probatório:

Servidor	Nomeação	Cargo
JOSIAS PEDROSO DA SILVA	20.01.2020	FISCAL DA VIGILANCIA SANITARIA E AMBIENTAL

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 14 de agosto de 2023.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 298/2023 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051776

PORTARIA Nº 298/2023
De 14 de agosto de 2023**CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA**
PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**LEONIR ANTONIO HENTGES,**
Prefeito Municipal de Águas de
Chapecó, Estado de Santa Catarina, no
uso das atribuições que lhe confere o
cargo, e em conformidade com o Art. 70,
inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,
Estatuto dos Servidores Públicos
Municipais e demais disposições legais
vigentes;**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a seguinte servidora conforme o quadro demonstrativo:

Matr.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
66	ROSEMERI APARECIDA ZEN ZENI	TÉCNICO EM ATIVIDADES FINANCEIRAS	02.01.2022 a 01.01.2023	14.08.2023 a 23.08.2023 = 10 DIAS

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria são por conta da dotação orçamentária Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 14 de agosto de 2023.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

1º TERMO ADITIVO VALOR ATA Nº16/2023

Publicação Nº 5054210

PRIMEIRO TERMO, ADITIVO DE REAJUSTE DE VALOR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2023 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ E A EMPRESA POSTO DO MANO EIRELI, PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL COMUM).

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, de um lado o Município de Águas de Chapecó, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Leonir Antônio Hentges, e de outro a empresa Posto do Mano EIRELI, representada pelo titular administrador Sr. Aldacir Guidoni, celebram o presente termo de ajuste de valor, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira:

Conforme dispositivo contido no art. 65, II “d” da Lei Federal nº 8.666/1993, e considerando o reajuste de preços do Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel Comum e pedido de reequilíbrio econômico-financeiro requerido pela empresa fornecedora, fica reajustado o valor unitário do litro conforme se faz constar:

- a) Item 02 – Óleo Diesel S10: reajuste de 15,1% (quinze virgula um por cento).
- b) Item 03 – Óleo Diesel Comum: reajuste de 6,95 (seis virgula noventa e cinco por cento).

Cláusula Segunda:

Diante do reajuste mencionado na cláusula primeira, o valor unitário do litro passa a vigorar no Item 02 – Óleo Diesel S10: R\$ 5,34 (cinco reais e trinta e quatro centavos) o litro e no Item 03 – Óleo Diesel Comum: R\$ 4,96 (quatro reais e noventa e seis centavos) o litro.

Cláusula Terceira:

Justos e cientes as partes, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, que passará a vigorar a partir da sua publicação.

Águas de Chapecó/SC, 11 de agosto de 2023.

LEONIR
ANTONIO
HENTGES:756
56833968

Assinado de forma
digital por LEONIR
ANTONIO
HENTGES:75656833968
Dados: 2023.08.11
17:00:44 -03'00'

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

ALDACIR GUIDONI

Titular Administrador

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº187/2023

Publicação Nº 5051717

DECRETO Nº187/2023

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº69/2023, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº103/2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio de Pregão deste Município, do Processo Licitatório nº 69/2023, na modalidade de "Pregão Eletrônico" Para Registro de Preços nº 25/2023, na sua exata ordem e classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Contratação de serviços de seguro de veículos, máquinas e prédio da Sede Administrativa para suprir as necessidades com seguro de frota de veículos, máquinas e Prédio da Sede Administrativa do Município de Águas Frias/SC no valor global de R\$ 126.022,46 (cento e vinte e seis mil vinte e dois reais e quarenta e seis centavos) a proposta apresentada em favor da empresa proponente: Mapfre Seguros Gerais S/A e Gente Seguradora S/A, para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 11 de agosto de 2023.

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito

Registrado em data supra e publicado no DOM/SC.

JANDIR CRISTOLFI PANIS
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº188/2023

Publicação Nº 5052974

DECRETO Nº188/2023

REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito Municipal do Município de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 05/2023, modalidade Tomada de Preços nº 01/2023, em razão de interesse público devidamente justificado nos documentos e despacho de revogação que integram o processo.

Art. 2º - Consequentemente fica revogado o Decreto nº 10/2023 que homologou o processo licitatório, bem como os contratos administrativos firmados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 11 de agosto de 2023.

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

JANDIR CRISTOLFI PANIS
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2023

Publicação Nº 5052872



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Departamento de Licitação
CNPJ: 95.990.180/0001-02
 Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
 Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
 Fone/Fax (49) 3332-0019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**Processo Administrativo: 69/2023****Licitação: Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº. 25/2023**

Objeto: Contratação de Serviços de Seguro de veículos, Máquinas e Prédio da Sede Administrativa, para suprir as necessidades com seguro da frota de veículos, máquinas e prédio da sede administrativa do Município de Águas Frias

Homologo o resultado do julgamento, proferido pelo PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, na sua exata ordem de classificação à(s) seguinte(s) empresa(s):

Empresa	Itens	Objeto	Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Homologado
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	42	Seguro do Prédio da Sede Administrativa	Prédio da prefeitura de 02 pisos, localizado na Rua Sete de Setembro nº512, centro da cidade de Águas Frias - SC, CEP 898.843-000. Possui almoxarifado no 2º piso para arquivamento de documentos físicos, materiais de expediente e servidor do sistema. Valor do prédio com as seguintes coberturas: Incêndio 2.000.000,00 (dois milhões) Vendaval/granizo/tornado/ciclone 300.000,00 (trezentos mil) Danos Elétrico 100.000,00. (Cem mil reais) Franquia limitada a 10% dos danos	1,00	996,50	996,50
GENTE SEGURADORA S. A.	1	SEGURO DO VEÍCULO FIAT GRAND SIENA	Essence Dualogic 1.6 16V D CVT, Flex, ano 2013/2014, placa MLD0386, chassi 9BD197163E3122549, cor branca, 04 portas.	1,00	1.527,50	1.527,50
GENTE SEGURADORA S. A.	2	Seguro do veículo Renault/Duster	Dynamique 1.6 16V D CVT Flex 16V, ano 2017/2018, placa QIX7749, Chassi 93YHSR3HSJJ082910, cor branca 04 portas	1,00	1.737,60	1.737,60
GENTE SEGURADORA S. A.	3	SEGURO DE VEÍCULO FIAT/PALIO	Weekend Attractive 1.4 8V flex., ano 2013/2014, placa MLK8250, chassi 9BD373121E5050237; cor branca 04 portas	1,00	1.518,37	1.518,37
GENTE SEGURADORA S. A.	4	SEGURO DE VEÍCULO VW/VOYAGE	Confortline 1.6 Flex 04 portas, ano 2012/2013, placa MJO4972, chassi 9BWDB45U0DT005479, bi combustível, cor branca	1,00	1.506,37	1.506,37
GENTE SEGURADORA S. A.	5	SEGURO DE MICRO-ÔNIBUS IVECO/ CITY CLASS ESCOLAR 2.8 TB	Ano 2012/2013, placa MKW4976 93ZL68C01D8442489, DIESEL.	1,00	4.105,45	4.105,45
GENTE SEGURADORA S. A.	6	SEGURO DE ÔNIBUS VW/15.190	EOD Escolar HD, ano 2010/2011, diesel, placa MJT4519, chassi 9532882W4BR114840, cor predominante amarela.	1,00	4.777,64	4.777,65
GENTE SEGURADORA S. A.	7	Seguro de Ônibus VW/15.190 EOD Escolar HD ORE,	Diesel, placa OKH9014, chassi 9532E82W5ER428560, cor predominante amarela	1,00	5.192,89	5.192,90

		ano 2014/2014				
GENTE SEGURADORA S. A.	8	Seguro de Ônibus Escolar Rural ORE2	Completo, 4 cilindros, movido a diesel, 156 cv de potência, - ano modelo 2022- ano fabricação 2021— Marca/modelo Mercedes Benz/Caio LO 916. ORE – Lotação PBT 9400 kg – 45 passageiros PLACA - RXR9E51 RENAVAL – 01291591483 predominante amarela. Chassi 9BM979277NB255352. Opcionais acoplado ao produto Redução I=4, 556 eixo traseiro Mérito MS 06.11x3 Diferencial Autoblocante do eixo traseiro. Freio parada-ativação abertura portas. freio parada com portas abertas. Volante 2 raios padrão podest unificado	1,00	3.250,03	3.250,03
GENTE SEGURADORA S. A.	9	Seguro de ônibus escolar placa RDX1C05	VW/Neobus Miniescolar Ônibus Urbano Escolar Acessível Piso Alto – ONUREA PISO ALTO, Chassi 9532M52PXM105159, ano fab/mod 2020/2021 Cor: amarelo – FNDE.Ônibus com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, comportando transportar, mínimo, de 23 (vinte e três) passageiros adultos sentados ou 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o motorista, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência,	1,00	5.064,10	5.064,10
GENTE SEGURADORA S. A.	10	Seguro de veículo micro-ônibus Renault/Master	2.3, ano 2017/2018, placa QIZ5428, Chassi 93YMAFEXCJ912594. Diesel, cor branca.	1,00	3.837,32	3.837,32
GENTE SEGURADORA S. A.	11	Seguro de ônibus Escolar VW/Neobus Mini Escolar	ano 2019/2020, placa QTK1724 9532M597LR013280, DIESEL	1,00	2.925,70	2.925,70
GENTE SEGURADORA S. A.	12	Seguro de Ônibus Escolar Iveco/Bus 10-190E, placa RLB8J48	chassi 93ZK01BDZM8939350, ano 2020/2021, 45 passageiros	1,00	4.867,72	4.867,72
GENTE SEGURADORA S. A.	13	Seguro Caminhão (caçamba) VW/ 24.220	ano 2001/2001, diesel, placa MBH1674, chassi 9BWY2VYT01R106394, 2 portas, cor branca	1,00	1.961,87	1.961,87
GENTE SEGURADORA S. A.	14	Seguro caminhão Iveco Tector 260E30	6x4 Placa RXS7F45 2022, Chassi 93ZE12NMZN8949989. Motor F4HE3681B8095101. Cabine curta teto baixo. Diesel.	1,00	2.133,11	2.133,11
GENTE SEGURADORA S. A.	15	Seguro Caminhão (caçamba) Ford/Cargo 2428 E	Ano 2010/2010, diesel, placa MIH6095, chassi 9BFYCEJX2ABB52637, 2 portas, cor branca	1,00	2.018,56	2.018,56
GENTE SEGURADORA S. A.	16	Seguro Ford/Cargo 2629 placa QHC1275	Ano 2014/2014, diesel placa QHC1275 chassi 9BFZEANEXEBS70177, cor branca.	1,00	2.054,14	2.054,15
GENTE SEGURADORA S. A.	17	SEGURO DE VEÍCULO FORD/ CARGO 2629 6x4 PLACA QHC1225	Ano 2014/2014, diesel, chassi 9BFZEANEXEBS70163, cor branca.	1,00	2.054,14	2.054,15
GENTE SEGURADORA S.	18	SEGURO DE VEÍCULO M.	Ano 2014/2014 MML8385 chassi 9BM693388EB959463, Cor branca.	1,00	2.054,14	2.054,15

A.		BENZ/ ATRON 2729K 6X4 PLACA MML8385				
GENTE SEGURADORA S. A.	19	SEGURO DO VEÍCULO FIA/STRADA WORKING	Hard 1.4 CD E, Flex, ano 2018/2018, placa QIS6994, chassi 9BD57834FJY248909, cor branca, 02 portas	1,00	1.922,18	1.922,19
GENTE SEGURADORA S. A.	20	Seguro de Caminhão Frod/Cargo 1722	Tipo TANQUE placa MGT5013 2008/2009. CHASSI 9BFYCE7V39BB22502. Capacidade de 16 toneladas, 220CV. Diesel,	1,00	2.036,71	2.036,71
GENTE SEGURADORA S. A.	21	SEGURO DE VEÍCULO FORD/CARGO 2629 6X4 PLACA QHC3505	ano 2014/2014, diesel, placa QHC3505, chassi 9BFZEANE3EBS70795. Cor branca	1,00	2.080,82	2.080,82
GENTE SEGURADORA S. A.	22	SEGURO DO VEÍCULO FIAT/UNO MILLE PLACA MKC2470	1.0 fire Flex, ano 2013/2013, placa MCK2470, chassi 9BD15822AD6900033, cor branca, 04 portas	1,00	1.415,97	1.415,97
GENTE SEGURADORA S. A.	23	Seguro do veículo Ford/Ka Sedan	1.5, flex, ano 2018/2018, placa QIT2285, Chassi 9BFZH54J9J8140735, cor branca. 04 portas	1,00	1.588,93	1.588,93
GENTE SEGURADORA S. A.	24	SEGURO DE VEICULO FIAT/GAND SIENA	Attractive 1.4 , flex, placa REI9F51, Chassi 9BD19710HM3393199, Renavam nº01247650542, ano 2020/2021, 04 portas	1,00	1.656,84	1.656,84
GENTE SEGURADORA S. A.	25	Seguro Ford/Ecosport XLT 1.6	flex ano 2007/2008, placa APJ4437 Renavam 941106985. Cor preta	1,00	1.612,88	1.612,88
GENTE SEGURADORA S. A.	26	Seguro Chevrolet/ Corsa Classic Life placa MEF3135	CHASSI: 8AGSA19908R334677 VEICULO 2008/2008. 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS 1.0 CILINDRADA, POT 72CV	1,00	1.360,89	1.360,89
GENTE SEGURADORA S. A.	27	Seguro GM/Prisma Joy	ano modelo 2010, placa MIE3904 Renavam 202997553, Chassi 9BGRJ69F0AG320303. Cor branca	1,00	1.411,73	1.411,73
GENTE SEGURADORA S. A.	28	SEGURO DE VEÍCULO FIAT/UNO MILLE	Economy 2010/2010 placa MHH8471 chassi 9BD15822AA6415566, cor branca	1,00	1.283,56	1.283,57
GENTE SEGURADORA S. A.	29	SEGURO DO VEÍCULO FIAT	Uno Vivace 1.0, placa AZH0D27, chassi 9BD195102F0656557, Renavam 01036375088, ano 2014/2015, 04 portas, cor branca,	1,00	1.579,04	1.579,04
GENTE SEGURADORA S. A.	34	Seguro Ônibus Escolar Rural placa RXR9E51	Completo, 4 cilindros, movido a diesel, 156 cv de potência, - ano modelo 2022- ano fabricação 2021— Marca/modelo Mercedes Benz/Caio LO 916. ORE – Lotação PBT 9400 kg – 45 passageiros RENAVAM – 01291591483 predominante amarela . Chassi 9BM979277NB255352. Contratação de Seguros de responsabilidade Civil Obrigatória (RCO)- Danos materiais e corporais causados a passageiro no valor de 3.079.608,00	1,00	2.061,12	2.061,13
GENTE SEGURADORA S. A.	35	SEGURO DE VEÍCULO VW/15.190 EOD ESCOLAR	HD, ano 2010/2011, diesel, placa MJT4519, chassi 9532882W4BR114840, cor predominante amarela. Com capacidade para 49 passageiros. Contratação de Seguros de	1,00	2.280,17	2.280,18

			Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO)- Danos materiais e corporais causados a passageiro no valor de 3.079.608,00			
GENTE SEGURADORA S. A.	36	SEGURO DE VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS IVECO FIAT CITY CLASS ESCOLAR 2.8	Tb ano 2012/2013, placa MKW4976, chassi 93ZL68C01D8442489, DIESEL. Com capacidade para 30 passageiros. Contratação de Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO)- Danos materiais e corporais causados a passageiro no valor de 3.079.608,00	1,00	2.236,15	2.236,16
GENTE SEGURADORA S. A.	37	SEGURO DE VEÍCULO ÔNIBUS VW/15.190 EOD ESCOLAR HD ORE ANO2014/2014	ano 2014/2014, diesel, placa OKH9014, chassi 9532E82W5ER428560, cor predominante amarela. Com capacidade para 49 passageiros. Contratação de Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO)- Danos materiais e corporais causados a passageiro no valor de 3.079.608,	1,00	2.280,17	2.280,18
GENTE SEGURADORA S. A.	38	Seguro do veículo Renault/Master - Micro-ônibus placa QIZ5428	Chassi 93YMAFEXCJ912594. Diesel, cor branca. Com capacidade para 16 passageiros. Contratação de Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO)- Danos materiais e corporais causados a passageiro no valor de 1.539.804,00	1,00	1.959,18	1.959,18
GENTE SEGURADORA S. A.	39	Seguro DETER ônibus escolar VW/Neobus QTK1724	Chassi 9532M52P7LR013280. Com capacidade para 30 passageiros. Contratação de Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO)- Danos materiais e corporais causados a passageiro no valor de 3.079.608,00	1,00	2.194,01	2.194,01
GENTE SEGURADORA S. A.	40	Seguro de ônibus escolar VW/ Neobus	Miniescolar Ônibus Urbano Escolar Placa RDX1C05 Chassi 9532M52PXM105159 ano 2020/2021 Acessível Piso Alto – ONUREA PISO ALTO: ônibus com comprimento total máximo de 7.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 1.500 kg, comportando transportar, mínimo, de 23 (vinte e três) passageiros adultos sentados ou 29 (vinte e nove) estudantes sentados, mais o motorista, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida,	1,00	2.446,85	2.446,85
GENTE SEGURADORA S. A.	41	Seguro de veículo ônibus escolar iveco/bus 10-190E	placa RLB8J48, chassi 93ZK01BDZM8939350, ano 2020/2021. Seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória com cobertura R\$3.079,608,00. Capacidade para 45 passageiros	1,00	2.275,25	2.275,25
GENTE SEGURADORA S. A.	43	Seguro Chevrolet/Corsa Classic Sedan placa MLU9836	LS 1.0 VHCE Flex, ano 2013/2014, Chassi 9BGUSU19F0EB195421,bi combustível, cor branca, 04 portas	1,00	1.456,56	1.456,56
GENTE SEGURADORA S. A.	44	SEGURO DE VEÍCULO FITA/DUCATO MC TCA	ano 2012/2013, placa MKE1747, Chassi 93W245H34D2099429, cor branca, diesel	1,00	3.278,56	3.278,56

		AMBULÂNCIA				
GENTE SEGURADORA S. A.	45	SEGURO DE VEÍCULO GOL CONFORTLINE PLACA QHC1385	1.0 2014/2015, bi combustível, 04 portas, chassi 9BWAA45U3FP038400. Cor branca. Opcionais: ar condicionado, direção hidráulica, freios ABS, Air bag passageiro e motorista.	1,00	1.530,71	1.530,71
GENTE SEGURADORA S. A.	46	Seguro de veículo Chevrolet/Cobalt sedan LTZ 1.8	At, ano 2017/2018, placa QIK3750, Chassi 9BGJC6920JB203919, Flex, cor branca, 04 portas.	1,00	1.684,72	1.684,72
GENTE SEGURADORA S. A.	47	Seguro Renault/Master Grand 2.3Micro-ônibus ano 2018/2019, placa QJK5638,	Grand 2.3Micro-ônibus ano 2018/2019, placa QJK5638, chassi 93YMAFEXCKJ422515, cor branca, diesel	1,00	2.311,76	2.311,76
GENTE SEGURADORA S. A.	48	Seguro Ambulância tipo A Berlingo	1.6 16 v , 04 portas flex, 2018/2019, placa QJP4370, chassi 8BGCNFN8KG518295, cor branca	1,00	2.394,09	2.394,09
GENTE SEGURADORA S. A.	49	Seguro veículo Chevrolet/Cruze	sedan LTZ NB AT placa RXL7C78 CHASSI: 8AGBN69S0NR103071, 1.4 CILINDRADA, POT 153CV, BRANCO,MOD 2021/2022	1,00	2.389,26	2.389,26
GENTE SEGURADORA S. A.	50	Seguro Mercedes Benz/Sprinter Ambulância	de Suporte Básico (Tipo B). Placa RYD6A36 chassi 8AC907643NE217337 MERCEDES-BENZ SPRINTER FURGÃO 416 CDI 2.2L 10,5 m3 TURBO DIESEL MANUAL LONGO TETO ALTO 2021/2022, Branca,	1,00	4.019,97	4.019,97
GENTE SEGURADORA S. A.	51	Seguro veículo Mercedes-Benz/Sprinter Van	Placa RXP8A86, chassi 8AC907855NE220094 17+1 PASSAGEIROS 516 CDI 2.2L TURBO DIESEL MANUAL 2021/2022,	1,00	3.647,12	3.647,13
GENTE SEGURADORA S. A.	52	Seguro RCO Renault/Master placa QJK5638	Grand 2.3 Micro-ônibus ano 2018/2019, PLACA QJK5638 chassi 93YMAFEXCKJ422515, cor branca, diesel. Com capacidade para 16 passageiros. Contratação de Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO)- Danos materiais e corporais causados a passageiro no valor de 1.539.804,00	1,00	2.512,39	2.512,40
GENTE SEGURADORA S. A.	53	Seguro RCO Mercedes Benz/Sprinter Van	MERCEDES-BENZ SPRINTER , placa RXP8A86, chassi 8AC907855NE220094 ,VAN 17+1 PASSAGEIROS 516 CDI 2.2L TURBO DIESEL MANUAL 2021/2022, Contratação de Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatória (RCO)- Danos materiais e corporais causados a passageiro no valor de 1.539.804,00	1,00	2.447,88	2.447,89
GENTE SEGURADORA S. A.	54	Seguro de Retroescavadeira Randon ano 2013	Cobertura RCF Danos corporais 300.000,00, Danos Materiais 300.000,00,	1,00	1.816,74	1.816,74
GENTE SEGURADORA S. A.	55	Seguro Retroescavadeira Caterpillar	416 ano 20132 Cobertura RCF Danos corporais 300.000,00, Danos Materiais 300.000,00,	1,00	1.816,74	1.816,74
GENTE SEGURADORA S. A.	56	Retroescavadeira JCB ano 2019	série n. 2909813, chassi SOR3CXTTKK2909813 Renavan 514012, ano 2019 Cobertura RCF Danos corporais 300.000,00, Danos Materiais 300.000,00,	1,00	1.816,74	1.816,74
GENTE SEGURADORA S.	57	Retroescavadeira	4x4 ano 2022 chassi 1BZ310LACND006631. Cobertura RCF	1,00	1.816,74	1.816,74

A.		Jhon Decar	Danos corporais 300.000,00, Danos Materiais 300.000,00			
GENTE SEGURADORA S. A.	58	Retroescavadeira JCB 3CX ano 2022	série n.3089569 chassi SD32045064H00330302 Renavan 514012. Cobertura RCF Danos corporais 300.000,00, Danos Materiais 300.000,00,	1,00	1.816,7400	1.816,74

Sendo os totais por fornecedor:

Fornecedor	Valor Total Homologado
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	996,50
GENTE SEGURADORA S. A.	125.025,96

Valor Total Homologado R\$: 126.022,46 (cento e vinte e seis mil e vinte e dois reais e quarenta e seis centavos)

Intime-se

Águas Frias - SC, 11 de agosto de 2023

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito

Águas Mornas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 174 DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052031

PORTARIA Nº. 174/2023

Concede Exoneração, a pedido, a Servidora Pública Municipal.

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR do serviço público municipal de Águas Mornas, a pedido, a Senhora Thaina Bruggemann, ocupante do cargo temporário de Professora, matrícula nº 1565, a partir do dia 09.08.2023.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 09 de agosto de 2023.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Luana Caroline da Silva Rosa
Responsável

Alfredo Wagner**PREFEITURA****PORTARIA Nº 652/2023**

Publicação Nº 5053477

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 652/2023

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA MARILIA CRISTINA SCHEITZ SCHUTZ

BEATRIZ SILVESTRI ONOFRE, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção II, Artigo 98, 01 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde, à servidora MARILIA CRISTINA SCHEITZ SCHUTZ, conforme atestado médico apresentado, no dia 10/08/2023.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 10/08/2023.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

11 de agosto de 2023

BEATRIZ SILVESTRI ONOFRE

Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

PORTARIA Nº 653/2023

Publicação Nº 5053487

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 653/2023

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA À SERVIDORA CAMILA DA CUNHA

BEATRIZ SILVESTRI ONOFRE, Secretária Municipal de Educação e Desporto de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 1º, Inciso II, do Decreto nº 4840, de 06 de setembro de 2022, do Município de Alfredo Wagner,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a Lei Complementar nº 05/2003, Capítulo IV, Seção III, Artigo 102, 03 (três) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à servidora CAMILA DA CUNHA, conforme atestado médico apresentado, no período de 10/08/2023 à 12/08/2023.

2º - A Presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos do dia 10/08/2023.

3º - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Alfredo Wagner, Santa Catarina

11 de agosto de 2023

BEATRIZ SILVESTRI ONOFRE

Secretária Municipal de Educação e Desporto

PUBLICADA NESTA DATA

DECRETO Nº 4955/2023

Publicação Nº 5052968



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**DECRETO Nº 4955/2023****DECLARA VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO POR APOSENTADORIA DA
SERVIDORA ALDA TEREZINHA WERLICH**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº. 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

D E C R E T A:

ART. 1º- Declara vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nos termos do inciso IV do artigo 50 da Lei Complementar nº 005/2003 (Estatuto dos Servidores Públicos de Alfredo Wagner), em razão da concessão de aposentadoria por Incapacidade Permanente a servidora **Alda Terezinha Werlich**, conforme carta de concessão apresentada, NB 644.709.404-0, a partir do dia 24 de julho de 2023.

ART. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, possuindo efeitos retroativos a partir do dia 24 de julho de 2023.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

31 de julho de 2023

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner
Este Decreto 4955/2023
Foi publicado conforme Artigo 16 LOM
De 31/07/2023 a 31/08/2023

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 428/2023

Publicação Nº 5053667

PORTARIA nº. 428/2023
De 11 de agosto de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Complementar Federal Nº 123/2006 no seu Art. 85-A;

Considerando a Lei Complementar Municipal que regulamenta o Tratamento Diferenciado e Favorecido as Micro e Pequena Empresa e ao Empreendedor Individual Nº 073/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sr(a). MARIA EDUARDA DIAS MACIEL como Agente Municipal de Desenvolvimento do Município de Anchieta/SC.

Art. 2º O Agente Municipal de Desenvolvimento e parte indispensável para a efetivação no município da IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, que tem como objetivo a promoção, coordenação e desenvolvimento de ações de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedor Individual – Lei Complementar Federal Nº123/2006 e Nº128/2008, resultado da parceria entre as prefeituras municipais do Estado de Santa Catarina e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC.

Art. 3º Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

- I- Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- II- Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- III- Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- IV- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
- V- Manter registro organizado de todas as suas atividades; e
- VI- Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA/SC.
Em, 11 de agosto de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios
Jackline Appio – Secretária de Administração e Gestão

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2023-PM

Publicação Nº 5053171

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EAF12F777AF69D74330DA3FB3F6E673923048B30

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial nº 033/2023

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93, nº 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, para: Registro de Preços visando a contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem de atividades esportivas de voleibol, futsal, futebol de campo e suíço, tênis de mesa e outros, para o período de até 12 meses após a data da homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08h30min do dia 28/08/2023. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, nº 838, em Anchieta, horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, de Segunda à Sexta – Feira, ou pelo site: www.anchieta.sc.gov.br

Anchieta - SC, 11 de agosto de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 108/2023 PREGÃO PRESENCIAL N. 64/2023 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Publicação Nº 5053586

AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3A5577C511DA2C54EA4A7C2DED2043DAA6FFE7EC

3A5577C511DA2C54EA4A7C2DED2043DAA6FFE7EC

Processo Administrativo n. 108/2023; Pregão Presencial n. 064/2023; Tipo: Registro de preços; Menor preço por LOTE Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência e suporte técnico na área de informática, compreendendo a implantação de sistema de gerenciamento de rede e inventário, manutenção preventiva e corretiva de hardware com e sem troca de peças, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital, atendendo as necessidades atuais referentes à área da tecnologia da informação da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. .Entrega dos envelopes: Dia 13 de agosto 2023 , até as 09h45min do dia 22/08/2023 , no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 22 de agosto 2023, as 10h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC 11 de agosto de 2023

GERALDI PAULI
Prefeito Municipal**PORTARIA _N 432/2023**

Publicação Nº 5053550

PORTARIA Nº 432/2023

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Complementar 005/2022;

Considerando o resultado de perícia médica emitido pelo SESI, Pericias Médicas – Medicina e Segurança do Trabalho;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, por TEMPO INDETERMINADO ao servidor CLAUDIMIR ROBERTO ORIO ocupante do cargo efetivo AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO, a partir de 03 de julho de 2023.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/07/2023.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de agosto de 2023.

GERALDO PAULI
Prefeito

Publicada a presente Portaria em 14 de agosto de 2023.

PORTARIA _N 433/2023

Publicação Nº 5053551

PORTARIA Nº 433/2023

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Complementar 005/2022;

Considerando o resultado de perícia médica emitido pelo SESI, Pericias Médicas – Medicina e Segurança do Trabalho;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, por 12 (DOZE) DIAS ao servidor PATRICK DA COSTA PEREZ ocupante do cargo efetivo OPERADOR DE MÁQUINA, a partir de 31 de julho de 2023.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31/07/2023.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de agosto de 2023.

GERALDO PAULI
Prefeito

Publicada a presente Portaria em 14 de agosto de 2023.

ALTERAÇÃO DATA E DESCRITIVO PA 104/2023 PP 062/2023

Publicação N° 5052146

**MUNICÍPIO DE
ANTÔNIO
CARLOS****CAPITAL
CATARINENSE
DAS HORTALIÇAS****CIDADE DE
Antônio
Carlos****ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Praça Anchieta, 10, Centro - Fone/Fax: (48) 3272 8600 – 3272 8617

e-mail: licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br**PREGÃO PRESENCIAL 104/2023****Processo Administrativo n. 062/2023****AVISO**

Do objeto do pregão: registro de preços para contratação de empresa ou prestador de serviço especializado em confecção de faixas em lona, para utilização em eventos realizados e apoiados pelo MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

➤ Onde LÊ-SE:***Descrição do item.***

Faixa em lona 440 g/m2 com brilho, impressão digital (com imagens colorida), 60cm de largura, fundo cinza/preto, resolução acima de 600 DPI, 4x0

➤ LEIA-SE:***Descrição do item.***

"Faixa em lona 440 g/m2 com brilho, impressão digital (com imagens coloridas), 60cmx260cm, fundo cinza/preto, resolução acima de 600 DPI, 4x0. Acabamento em madeira."

Desta forma, fica marcado nova sessão, conforme segue.

Data/Hora: Dia 23 de agosto de 2023 às 10h00min.

Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

Endereço: Praça Anchieta n. 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina. CEP: 88.180-000.

Antônio Carlos/SC, 11 de agosto de 2023

Carolina Krieger
Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 06/2023**

Publicação Nº 5054735



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

CONTRATO N. 06/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.409.010/0001-24, com sede estabelecida na Rua 06 de novembro, nº 186, Antônio Carlos/SC, CEP: 88.180-000, neste ato representada pelo seu Presidente Vereador WAGNER LUÍS KOCH, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 083.891.50-48, residente e domiciliado à Rua Basílio Garcia Filho, nº q101, C1, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, CEP 88.180-000.

CONTRATADA: ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica sob o nº 21.917.319/0001-56, sediada à Estados Unidos, 1454 – sl 801 – CEP 82510-050 Curitiba – PR.

Por este instrumento particular de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, as partes acima qualificadas têm justo e acertado a presente avença, contrato esse que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir expostas:

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - Esta contratação decorre de Licitação sob modalidade PREGÃO n.º 46/2023 nos seus termos e condições (Processo Administrativo n.º 072/2023), realizado pela Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, devidamente homologado, submetendo-se as partes às disposições constantes no respectivo processo licitatório, a Lei n.º 8.666/93, e às Cláusulas e condições aqui estabelecidas, das quais a CONTRATADA declara ter pleno conhecimento.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA - O objeto deste contrato consiste na prestação de serviços de emissão de passagens aéreas e demais serviços correlatos para a Câmara Municipal de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições previstas no Edital do Processo de Licitação sob modalidade PREGÃO n.º 46/2023 e seus anexos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

Parágrafo Primeiro - Passagem aérea compreende o trecho de ida e volta ou somente um dos trechos nos casos em que isto represente toda a contratação.

Parágrafo Segundo - Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA declara que os Serviços objeto do Contrato estão enquadrados dentre os que compõem seu objeto social e que possui todos os registros e licenças necessários para sua realização, inexistindo qualquer restrição ou impedimento legal a respeito, motivos pelos quais também garante que os realizará com a máxima qualidade e excelência, nos termos dos indicadores estabelecidos e acordados formalmente pelos representantes de ambas as Partes.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E PAGAMENTOS

CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATADA deverá assegurar o preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores, o percentual de desconto nas passagens nacionais e as demais condições ofertadas quando do processo licitatório formado.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas no Edital de Licitação e demais documentos intrínsecos ao respectivo Processo Administrativo.

CLÁUSULA QUINTA – A remuneração a ser paga à agência de viagens será apurada a partir do valor ofertado pela prestação de Serviço de Agenciamento de Viagens compreendendo os serviços de reserva, emissão, remarcação e cancelamento abrangidos por passagem aérea nacional e internacional.

CLÁUSULA SEXTA - Os pagamentos serão realizados pela tesouraria da mediante a apresentação da Nota Fiscal de acordo com os serviços executados e devidamente certificados pelo setor competente. O pagamento será feito em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente da licitação.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA - A vigência do contrato será de 01 (um) ano, a partir da data de sua assinatura.

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA ficará obrigada a seguir todas as obrigações contidas no Edital e demais documentos contidos no processo Licitatório sob modalidade PREGÃO n.º 46/2023, bem como da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – Sempre que houver solicitação, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento dos tributos incidentes na execução dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Cabe a **CONTRATADA** arcar com todos os encargos civis, sociais, fiscais, previdenciários e trabalhistas que venham a decorrer da prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A **CONTRATADA** caberá solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução e entrega do objeto da licitação, mesmo que para isso seja necessária solução não prevista neste Edital tenha de ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE** desde que de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A **CONTRATADA** restará obrigada a executar os serviços, objeto da Licitação sob modalidade PREGÃO n.º 46/2023 e do presente contrato, dentro dos padrões de qualidade adequados, inclusive mantendo canais de comunicação para atendimentos de situações que demandarem auxílio.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A CONTRATANTE, por conta própria ou através do órgão gerenciador, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na Ata de Preços contidos no Processo Licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Caberá a **CONTRATANTE**, exercer a fiscalização deste contrato, notificando por escrito à **CONTRATADA** sobre quaisquer irregularidades ou desconformidades relacionadas à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Pertencerá a **CONTRATANTE** a obrigação de realizar a **CONTRATANTE** os pagamentos corretos pelos serviços que vierem a ser devidamente prestados, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Fornecer à **CONTRATADA**, sempre que solicitado, todas as informações necessárias a prestação adequada dos serviços, objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Informar, à **CONTRATADA**, possíveis alterações nos serviços e neste instrumento, sempre que houver.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O contrato será rescindido quando:

Parágrafo Primeiro - Descumprir as condições estipuladas neste contrato e no Processo de Licitação sob modalidade PREGÃO n.º 46/2023.

Parágrafo Segundo - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

Parágrafo Terceiro - Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

Parágrafo Quarto – Em qualquer outra hipótese prevista no Edital e/ou Processo Licitatório sob modalidade PREGÃO n.º 46/2023.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O descumprimento de qualquer obrigação assumida durante o Processo Licitatório ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital, pela própria CONTRATANTE, nos termos do art. 6., Parágrafo único, do Decreto n. 7.892/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Caberá a CONTRATANTE comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto n. 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

DA TOLERÂNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A tolerância e/ou qualquer concessão feita por uma das partes de forma escrita ou verbal, não implica em novação ou alteração contratual, constituindo-se em mera formalidade das partes.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A CONTRATANTE se compromete a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.90.33.01.00.00.00.

VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – A presente contratação se vincula ao Processo Licitatório n.º sob modalidade PREGÃO n.º 46/2023.

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Processo de Licitação sob modalidade PREGÃO n.º 46/2023.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Rua 6 de Novembro, 186 - Centro – Fone: (48) 3272-1613
CEP: 88180-000 camara@cmac.sc.gov.br www.cmac.sc.gov.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados no Processo Licitatório, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto n. 7892/13.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - O extrato do presente Contrato publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – As partes elegem o foro de Biguaçu, Estado de Santa Catarina para solução de possíveis litígios oriundos do presente Contrato, renunciando a quaisquer outros que tenham ou venham a ter.

E por estarem de acordo, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Antônio Carlos/SC, 09 de agosto de 2023.

Assinado digitalmente por: WAGNER LUIS
KOCH:08389150948
O tempo: 11-08-2023 08:31:24

WAGNER LUÍS KOCH
Presidente

ACACIA AGENCIA DE
VIAGENS E TURISMO
LTDA:21917319000156

Assinado de forma digital por ACACIA
AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO
LTDA:21917319000156
Dados: 2023.08.11 16:03:03 -03'00'

SÓCIO/REPRESENTANTE LEGAL
Acácia Agência de Viagens e Turismo Ltda

TESTEMUNHAS:

Nome da testemunha
CPF:

Nome da testemunha
CPF:

Apiuna

PREFEITURA

EDITAL 006.2023 CMDCA - HABILITADOS_FINAL - NÚMERO PARA CAMPANHA

Publicação Nº 5051891



MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO
MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC

Edital n. 007/2023

Publica a lista dos candidatos habilitados ao
Processo de Escolha dos membros Conselho Tutelar
Município Apiúna/SC.

A Comissão do Processo de Escolha do Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Apiúna/SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 231/2023 e na Lei Municipal nº 894/2019 e suas alterações; Edital de Convocação nº 01/2023; Resolução nº 10/2023 do CMDCA que institui a Comissão Especial, publica a lista final dos candidatos habilitados ao Processo de Escolha dos membros Conselho Tutelar.

1. CANDIDATOS (AS) HABILITADOS (AS)

Nome dos candidatos (as)	Número para campanha
BEATRIZ GOMES	81
BRASILIO FERREIRA DIAS	82
BRUNA ELUIZE MALICHESKI GONÇALVES	83
CLAUDIA ORIHUES BENTO	84



FLAVIO LUIZ KOCH	85
GILCIENE DIAS SILVA	86
JANETE TEREZA STEINHEUSER	87
JOÃO MABA	88
JOCELI EICHSTADT	89
LORECI APARECIDA DE OLIVEIRA	90
PATRICIA SANTOS DE JESUS	91

2. A campanha ao processo de escolha poderá ser realizada entre os dias **19/08/2023 a 30/09/2023**, obedecidas as regras do item 8 do Edital 01/2023.

Apiúna/SC, 14 agosto de 2023.

JULIANA DAMÁSIO DOS REIS

Presidente Comissão Especial do Processo de Escolha CT
Presidente do CMDCA

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 277/2023

Publicação N° 5052276

PORTARIA N°. 277/2023
CONCEDE LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;
Considerando decisão da junta medica associada ao parecer jurídico;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a partir de 16 de agosto de 2023 à servidora CRISTIANE RAQUEL MICHAELSEN, matricula nº. 6060, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, horário especial independente de compensação de horário, com esteio no §5º do art.139 da LC 159 de 29 de dezembro de 2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã, 11 de agosto 2023

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Charles Rodrigo Ebeling
Responsável pela publicação.

Araranguá

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 122/2023

Publicação Nº 5051839



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 45EA4E070D9FE0FC96C3527920352D5EA32D5D16

MUNICÍPIO DE ARARANGUA

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2153 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número - Minuta - Licitação: 128 códigoCliente: 2153 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços
Para
122/2023
Processo Administrativo: 123/2023

Ao Sr(a), tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 10962/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº. 122/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

1965719 - L C A PAVIMENTAÇÕES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS	UNIDADE		520.047,02	R\$0,8617	R\$448.124,5171
2	DRENAGEM	UNIDADE		141.740,94	R\$0,6899	R\$97.787,0745
					Total do Fornecedor: R\$545.911,5916	

Araranguá, 11 de agosto de 2023.

CESAR ANTONIO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 2478

Publicação Nº 5054144

DECRETO Nº 2478, de 11 de agosto de 2023.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 2082 de 11/08/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
2000.2010.26.782.23.2.29 MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
33900000-1.500.7000 Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 130.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, será feita anulação no mesmo valor os seguintes recursos:

CÂMARA DE VEREADORES DE ARROIO TRINTA
1000.1001.1.31.1.2.1 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
33900000-1.501.7000 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
44900000-1.501.7000 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 130.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 11 de agosto de 2023.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 11 de agosto de 2023.

Valcir Afonso Serighelli
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 2082

Publicação Nº 5054137

LEI Nº 2082, DE 11/08/2023.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
2000.2010.26.782.23.2.29 MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
33900000-1.500.7000 Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 130.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, será feita anulação no mesmo valor os seguintes recursos:

CÂMARA DE VEREADORES DE ARROIO TRINTA
1000.1001.1.31.1.2.1 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

33900000-1.501.7000 Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
44900000-1.501.7000 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 130.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 11 de agosto de 2023.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 11 de agosto de 2023.

Valcir Afonso Serighelli
Secretário Municipal de Administração

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº4665 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052125

**MUNICÍPIO DE ASCURRA**
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

DECRETO N. 4665 DE 07 DE AGOSTO DE 2023**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.**

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na seguinte dotação orçamentária, nos limites máximos indicados, conforme detalhamentos:

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal da Assistência Social	12.002.0008.0241.0080.2020.33390000000000000000.166070000001	R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação de dotação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos:

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal da Assistência Social	12.002.0008.0241.0080.2020.33190000000000000000.166070000001	R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 07 de agosto de 2023.

ARÃO JOSINO DA SILVA

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 76 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052363

EXTRATO

PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 76 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE ATALANTA – SC (CNPJ Nº 83.102.616/0001-09).

CONCESSIONÁRIA: ASULEICA JOHSE 89822307934 (CNPJ Nº 32.924.747/0001-22).

OBJETO: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO BAR, LANCHONETE E DEMAIS DEPENDÊNCIAS QUE INTEGRAM O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES LEOPOLDO VOSS, LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL RIBEIRÃO MATILDE, NO MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC.

VIGÊNCIA: 1º DE SETEMBRO DE 2023 À 31 DE AGOSTO DE 2024.

DA RETRIBUIÇÃO: PELA CONCESSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO BAR, LANCHONETE E DEMAIS DEPENDÊNCIAS QUE INTEGRAM O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES LEOPOLDO VOSS, A CONCESSIONÁRIA PAGARÁ O VALOR MENSAL DE R\$ 100,00 (CEM REAIS).

ATALANTA, 11 DE AGOSTO DE 2023.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2023

Publicação Nº 5053687

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2023

PARA REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, ESPECIALMENTE PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 10.520/02 E ALTERAÇÕES POSTERIORES E NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 10.520/02, A VISTA DO PARECER CONCLUSIVO EXARADO PELA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, RESOLVE:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR A LICITAÇÃO NESTES TERMOS:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO (TUBOS DE CONCRETO, ANÉIS DE CONCRETO PARA CONJUNTO DE FOSSA E FILTRO, GRELHAS DE CONCRETO, ENTRE OUTROS), PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE ATALANTA/SC, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

NÚMERO DO PROCESSO: 37/2023.

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 37/2023.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2023.

PROponentes Vencedoras:

- ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TERESA LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 16.491.960/0001-31, VENCEDORA DOS ITENS Nº 2, Nº 4, Nº 8, Nº 9, Nº 10, Nº 11, Nº 12, Nº 13, Nº 14 E Nº 15, NO VALOR TOTAL DE R\$ 140.049,50 (CENTO E QUARENTA MIL E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
- ARTNOVA INDUSTRIA ARTEFATOS CIMENTO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 26.498.992/0001-12, VENCEDORA DOS ITENS Nº 1, Nº 3 E Nº 5, NO VALOR TOTAL DE R\$ 60.950,00 (SESSENTA MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS).
- INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº 26.886.394/0001-10, VENCEDORA DOS ITENS Nº 6 E 7, NO VALOR TOTAL

DE R\$ 42.750,00 (QUARENTA E DOIS MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

ATALANTA, 11 DE AGOSTO DE 2023.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2023 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2023 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 31/2023

Publicação Nº 5053476

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2023
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 31/2023
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Atalanta/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Caput do Art. nº 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer emitido pela Comissão Permanente de Licitações, resolve: HOMOLOGAR/RATIFICAR E ADJUDICAR A LICITAÇÃO NOS SEGUINTE TERMOS:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 31/2023.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 31/2023.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO: Nº 31/2023.

DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 11 DE AGOSTO DE 2023.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PESSOAS FÍSICAS) PARA REALIZAREM, MEDIANTE CONTRATO ESPECÍFICO, LEILÕES ELETRÔNICOS DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS EM DESUSO (VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E OUTROS) E IMÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ATALANTA/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E DEMAIS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS.

ORDENAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO (SORTEIO):

ORDEM CLASSIFICATÓRIA	LEILOEIRO
1º	ARIDINA MARIA DO AMARAL (CPF Nº 489.279.379-53)
2º	RODRIGO SCHMITZ (CPF Nº 720.840.810-68)
3º	ITAMAR CORACI XAVIER DE LIZ (CPF Nº 218.584.549-72)
4º	ROGER WENNING (CPF Nº 005.881.349-70)
5º	ANDERSON LOPES DE PAULA (CPF Nº 151.990.678-18)
6º	EDUARDO SCHMITZ (CPF Nº 945.659.100-04)
7º	DIÓRGENES VALÉRIO JORGE (CPF Nº 988.5399.379-04)
8º	PAULO ALEXANDRE HEISLER (CPF Nº 534.364.310-87)
9º	RICARDO FERREIRA GOMES (CPF Nº 005.114.589-83)
10º	JORGE MARCO AURELIO BIAVATI (CPF Nº 580.826.389-15)
11º	ANDERSON LUCHTENBERG (CPF Nº 022.246.659-62)
12º	SABRINA DA SILVA PEREIRA ECKELBERG (CPF Nº 079.164.559-27)
13º	FÁBIO MARLON MACHADO (CPF Nº 066.868.919-67)
14º	ANDRÉ LUIZ WUITSCHIK (CPF Nº 028.240.179-29)
15º	MAGNUN LUIZ SERPA (CPF Nº 005.915.389-03)
16º	VARONES PASQUAL DRABACH FILHO (084.415.209-92)
17º	OSMAR SERGIO COSTA (CPF Nº 399.361.209-49)
18º	MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL (CPF Nº 018.362.079-80)
19º	JÚLIO RAMOS LUZ (CPF Nº 582.420.409-82)
20º	VANESSA PRISCILA BRASSIANI (CPF Nº 066.840.619-40)
21º	MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR (CPF 058.819.149-37)
22º	MARILEIA MAY (CPF Nº 806.792.939-49)
23º	PAULO ROBERTO WORM (CPF Nº 175.280.460-00)
24º	RAFAEL CERETTA ALEGRANZZI (CPF Nº 830.232.400-00)
25º	AURIANNYE MARQUES (CPF Nº 036.921.699-73)
26º	RODOLFO DA ROSA SCHÖNTAG (CPF Nº 907.645.950-91)
27º	JORGE VINICIUS DE MOURA CORREA (CPF Nº 042.689.509-66)

Atalanta, 11 de agosto de 2023.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE ATALANTA - SC

Balneário Camboriú

PREFEITURA

3 ADT - CT 112/2022 - FMS

Publicação Nº 5054213

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9F1774F2E8109F569160BFB62D82138B92A69DBF

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA

TERMO Nº 112/2022 – FMS

Contratada: TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

CNPJ sob o número: 14.121.231/0001-68

Objeto: Reforma do Pronto Atendimento do Hospital Municipal Ruth Cardoso - HMRC.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa, fica acrescido ao valor global original a cifra de R\$ 29.784,30 (vinte e nove mil e setecentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos), totalizando o presente contrato a cifra R\$ 419.447,55 (quatrocentos e dezenove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), alterando a cláusula primeira do contato originário.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, de Agosto de 2023.

SILONE DOMINGOS GUIMARAES
TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

9º ADT CT 008/2014 - PROCON

Publicação Nº 5053856

NONO TERMO ADITIVO RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A INSTALAÇÃO DA SEDE DO PROCON- TERMO Nº 008/2014 – PROCON

LOCATÁRIOS: LUIS AFONSO IVUSQUE MORAIS e LARISSA NEUMA MULLER MORAIS

OBJETO: locação um imóvel em alvenaria, com área útil de 358,77m², constituído de duas salas no térreo, duas salas no piso superior e quatro banheiros, situado á Rua 2000 nº 846 – Bairro Centro, neste município, o qual o LOCATÁRIO utilizará para abrigar o PROCON – FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR.

I - DA ALTERAÇÃO DO PRAZO - Fica acrescido 12 (doze) meses, passando o prazo contratual para 120 (cento e vinte) meses, alterando a cláusula segunda do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante do acréscimo acima ajustado fica acrescido à cifra de R\$ 177.337,53 (cento e setenta e sete mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos), considerando o reajuste com base no IGP-DI, sendo este R\$ 88.668,76 (oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos) para LUIS AFONSO IVUSQUE MORAIS e este R\$ 88.668,76 (oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos) para LARISSA NEUMA MULLER MORAIS, alterando cláusula terceira do contato originário.

III - Ficam mantidas as demais disposições contratuais

Balneário Camboriú, 04 de agosto de 2023.

SAMARONI BENEDET

AVISO DE ALTERAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023 - PMBC - COMPRASNET Nº 108/2023

Publicação Nº 5052811

AVISO DE ALTERAÇÃO

1º TERMO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023 – PMBC – UASG: 988039 - COMPRASNET Nº 108/2023

Em conformidade com o art. 25 do Decreto Municipal nº 10.540/2021 e art. 21, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, o Edital de licitação acima epigrafado, cujo objeto se trata do registro de preços para locação de equipamentos ambulatoriais e hospitalares, sofrerá alteração que se

encontra disponível nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.bc.sc.gov.br. Em consequência, a data de abertura fica agendada para 25 (vinte e cinco) de agosto de 2023, às 09h30min.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras
11 de agosto de 2023

CONTRATO 006/2023 - BCPREVI

Publicação Nº 5052554

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BCB75FC58CFBCBE07863DFF5D961A5C3E226A80B

CONTRATO 006/2023 – BC PREVI

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023 – BC PREVI

Órgão: Inst. Prev. Social Serv. Mun. Balneário Camboriú

CONTRATADA: EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A.

CNPJ: 42.422.253/0001-01

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços SAAS (Software as a Service) para operacionalização da compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos

VALOR GLOBAL: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

Despesa: 616

PRAZO CONTRATUAL: 12 meses

BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, 28/07/2023

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

CONTRATO 042/2023 – FME

Publicação Nº 5054425

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 62AC5CDC0BA65EA463A60A56791C8DD2E3A95177

CONTRATO 042/2023 – FME

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2023- FME

ÓRGÃO: Fundação Municipal de Esportes – FME.

CONTRATADA: JOSÉ GAMBA NETO

CPF: 043.355.499-11

OBJETO: Prestação de serviços de instrutores e assistentes esportivos para o PROGRAMA MAIS ESPORTE MAIS SAÚDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES para INSTRUTOR II, MODALIDADE DE TÊNIS DE MESA, com carga horária de 40 horas semanais, ao longo de 12 (doze) meses.

Valor Global: R\$ 43.629,72 (quarenta e três mil e seiscentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos)

DESPESA: 942

PRAZO: 12 meses

Balneário Camboriú/SC, 11/08/2023.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

CT 160-2023 - COOPERBARRA

Publicação Nº 5052401

CONTRATO Nº 160/2023 - PMBC.

Dispensa de Licitação nº 015/2023 – PMBC

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

Contratada: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES RURAIS DE BARRA VELHA - COOPERBARRA.

CNPJ: 30.252.228/0001-30.

Valor Global: R\$ 244.365,20 (duzentos e quarenta e quatro mil e trezentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Objeto: Aquisição de gênero alimentício – suco de uva integral orgânico, morangos congelados, e filé de peixe tipo tilápia, da Agricultura Familiar para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE, destinado aos alunos da rede de educação básica pública para o ano letivo de 2023, conforme edital de Chamada Pública nº 007/2022 e Termo de Referência, os quais são parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Despesa: 201 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas; 169 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas;

Prazo de Execução: 04(quatro) meses.

Balneário Camboriú – SC, 11/08/2023.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

CT 163/2023 - VANESSA COIMBRA DAS CHAGAS - PMBC

Publicação N° 5052667

CONTRATO N° 163/2023 - PMBC.

Inexigibilidade Licitatória 017/2023 – PMBC

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

Contratada: VANESSA COIMBRA DAS CHAGAS.

CPF: 011.251.710-22.

Valor Global: R\$ 65.154,24 (sessenta e cinco mil e cento e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Objeto: Contratação de profissional para execução do PROJETO OFICINAS VINCULADO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, no cargo de Instrutora de Laboratório de Informática, aos alunos atendidos pela Secretaria da Educação do município de Balneário Camboriú, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

Despesa: 842 - 1 . 5002 . 12 . 361 . 1905 . 2.51 . 0 . 339000 - Aplicações Diretas;

Prazo de Execução: 12(doze) meses.

Balneário Camboriú – SC, 11/08/2023.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras.

CT 164/2023 - ANGÉLICA MARIA DE HOLLEBEN - PMBC

Publicação N° 5052675

CONTRATO N° 164/2023 - PMBC.

Inexigibilidade Licitatória 017/2023 – PMBC

Órgão: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

Contratada: ANGÉLICA MARIA DE HOLLEBEN.

CPF: 418.262.480-72.

Valor Global: R\$ 65.154,24 (sessenta e cinco mil e cento e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Objeto: Contratação de profissional para execução do PROJETO OFICINAS VINCULADO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, no cargo de Instrutora de Laboratório de Informática, aos alunos atendidos pela Secretaria da Educação do município de Balneário Camboriú, pelo período contratual de 12 (doze) meses.

Despesa: 842 - 1 . 5002 . 12 . 361 . 1905 . 2.51 . 0 . 339000 - Aplicações Diretas;

Prazo de Execução: 12(doze) meses.

Balneário Camboriú – SC, 11/08/2023.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras.

PE 103/2023 - PMBC - COMPRASNET 130/2023

Publicação N° 5053615

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 103/2023 – PMBC

COMPRASNET N° 130/2023

OBJETO: Registro de preço para contratação do serviço de esterilização (óxido de etileno) para o CME do Hospital Municipal Ruth Cardoso – HMRC

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R\$ 181.903,00

DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO: 25/08/2023

HORÁRIO DA SESSÃO: 10h30min.

O edital e seus anexos estão disponíveis no site <https://www.bc.sc.gov.br>, na aba LICITAÇÕES e no Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br - Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, SC, 11 de agosto de 2023.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

PE Nº 016/2023 - SSSM/FMS - COMPRASNET Nº 129/2023 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAL (EPI'S), PARA OS SOCORRISTAS CONDUTORES DAS MOTOLÂNCIAS, PERTENCENTES AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU)

Publicação Nº 5053460

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 791C6409AB590713F44BC3A0044A0D53454748A5

AVISO DE LICITAÇÃO

EXCLUSIVA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2023 – SSSM/FMS

COMPRASNET Nº 129/2023

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Segurança Individual (EPI's), para os socorristas condutores das Motolâncias, pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Proposta e Habilitação deverão ser registradas no sistema COMPRASNET, até o horário de abertura da sessão eletrônica, conforme indicações abaixo:

Data da sessão eletrônica: 25 (vinte e cinco) de agosto de 2023. Horário: 10h30min.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasnet.gov.br. Código UASG: 988039.

Valor máximo aceitável: R\$ 11.564,92.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

PORTARIA 045/2023

Publicação Nº 5054501

PORTARIA SGA/GSGA nº 045/2023

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Tendo em vista que esta Secretaria Municipal, tomou conhecimento por meio do Memorando 37.395/2023, onde foi solicitado apuração de eventual responsabilidade de agente público,

Tendo em vista que a apuração de fatos irregulares envolvendo servidor público é dever da Administração, RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 10.827/2022, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Rodrigo Rauen Leão (Secretário); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Natália Camila Cidral Mansolim (Membro), Thaisa Tavares Medeiros Maciel (Membro) e Isabella Maria Nunes Ferreirinha (membro), para apurar mediante SINDICÂNCIA, com fulcro no art. 225 da Lei 1.069/1991, a fim de analisar o fato acima descrito do possível ilícito administrativo praticado e tipificação legal, bem como indicação dos responsáveis por intermédio do competente DESPACHO DE INSTRUÇÃO E INDICAÇÃO.

Art. 2º - Determinar que a respectiva sindicância seja conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa, com fulcro no artigo 235 da Lei Municipal nº 1.069/1991.

Balneário Camboriú, 11 de agosto de 2023.

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO

Secretária de Gestão Administrativa

PORTARIA 30.110/2023

Publicação Nº 5053548

PORTARIA Nº 30.110/2023

DAVID FERNANDES, prefeito em exercício de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 8º da Lei Municipal 1.069/91,

RESOLVE:

1º – NOMEAR a Sra. JUCIMERIS CORREIA COSTA no cargo de provimento em comissão de Coordenador de Promoção Social, lotado na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, 11 de agosto de 2023

DAVID FERNANDES
Prefeito em Exercício

PORTARIA 801 - AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR - VANDIE DEBATIN

Publicação Nº 5052752

PORTARIA Nº 801/2023

“Autoriza os funcionários que especifica a dirigir veículos da EMASA e dá outras providências.”

DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA, Diretor Geral da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú - EMASA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 15 da Lei Municipal 2498, de 31 de outubro de 2005, e considerando o interesse público, RESOLVE

Art. 1º A partir desta data, os funcionários abaixo relacionados estão autorizados a dirigir os veículos descritos no rol pertencentes à Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú - EMASA, conforme segue:

§ 1º - Está autorizado a dirigir os veículos automotores, cuja lotação não exceda a oito passageiros, fora o motorista, com peso de até 3,500 Kg, através da “Categoria B” a seguir relacionado:

VANDIE DEBATIN

Art. 2º Os nominados podem utilizar os veículos, inexistindo determinação obrigatória para este intento, sendo lavrada a portaria com o único objetivo de verificar a condição mínima dos funcionários para dirigir, através da apresentação da respectiva permissão do ente público.

§ 1º Os veículos somente poderão ser utilizados na persecução de serviços da EMASA, e por derivação da exigência do cargo em que o funcionário ocupa, quando este considerar necessário e imprescindível.

Art. 3º O funcionário que optar por se locomover através do uso de veículos da EMASA, deve cumprir integralmente o conteúdo da presente norma.

§ 1º Deverão ser observadas as regras de trânsito e respeitados os sinais e limites de velocidade aos condutores, nos termos da legislação vigente.

§ 2º O funcionário terá inteira responsabilidade sob o veículo que estiver dirigindo, respondendo diretamente pelos danos que com dolo e culpa der causa.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Camboriú, 08 de agosto de 2023

Douglas Costa Beber Rocha
Diretor Geral

PORTARIA N.º 802/2023

Publicação Nº 5053617

PORTARIA N.º 802, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA, DIRETOR GERAL DA EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – EMASA, no uso das atribuições previstas na alínea “k” do artigo 15 da Lei n.º 2.498, de 31 de outubro de 2005, e tendo em vista o disposto nos artigos 225, 226 e 227 da Lei n.º 1.069, de 09 de julho de 1991, RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar supostas irregularidades administrativas indicadas através do Processo 70.369/2023 (1DOC) e os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Determinar que a referida apuração seja realizada nos termos da Lei, pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da EMASA, instituída pela Portaria n.º 414, de 08 de dezembro de 2017 (alterada pela Portaria n.º 561, de 27 de abril de 2020), composta por servidores estáveis, ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal desta autarquia municipal, sendo eles:

I – Pablo Oliveira de Azevedo – Procurador Autárquico, matrícula n.º 499 –
Presidente;

II – Patrícia Cadore de Farias – Assistente Administrativo, matrícula n.º 18 –
Secretária;

III – Fernando Jose Persici - Operador de Estação, matrícula n.º 519 - Membro.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, 11 de agosto de 2023.

Douglas Costa Beber Rocha
DIRETOR GERAL – EMASA

TP 001/2023 - FMAS

Publicação Nº 5053167

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA Nº 320 - FONE 3267-7095

1º TERMO DE ERRATA

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 - FMAS

Com base no § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/1993, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado neste mesmo diário, e no site: <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>, cujo objeto trata da contratação de empresa especializada em capacitação, formação dos profissionais que compõe os serviços, programas e projetos incluindo assessoria/supervisão técnica da GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS e Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, de Balneário Camboriú/SC, pelo período de 12 meses, sofrerá alteração na data de abertura que se encontra disponibilizado no site municipal.

Zelando pela transparência, publicidade e licitude dos atos procedimentais, a realização da sessão pública fica postergada para as 09h30min do dia 31/08/2023, na Sala de Licitações da Secretaria de Compras do Paço Municipal:

Ficam mantidas as demais condições.

Balneário Camboriú, 11/08/2023.

SAMARONI BENEDET
Secretaria de Compras

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 5054120

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE COMPRAS

**INTERESSADO: POLÍCIA CIVIL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

Assunto: Comunicação de intenção de abertura de Processo de Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Compras do Município de Balneário Camboriú, em conformidade com o § 3º do inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que o órgão pretende realizar a Aquisição/Compra de:

Item	Tipo	Descrição do Produto	Quant.	Valor Un.	Valor Total
01	Unidade	Serviços com Manutenção em Latoaria e Funilaria de duas viaturas Amarok's.	02		

A Secretaria de Compras do Município de Balneário Camboriú está contratando empresa especializada na prestação de serviços conforme a descrição supracitada. A aquisição da prestação de serviços servirá para atender às necessidades da **Polícia Civil de Balneário Camboriú/SC**.

Eventuais interessados, podem apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação no DOM/SC e no DIARINHO, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

A Proposta de Preços deverá ser enviada para o seguinte e-mail: paulo.guimaraes@bc.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente na Secretaria de Compras, através do telefone (47)3267-3647 das 12:00h às 19:00h, em dias úteis, ou pelo seguinte e-mail: paulo.guimaraes@bc.sc.gov.br.

Balneário Camboriú-SC, 11 de agosto de 2023.

Samaroni Benedet
Secretário de Compras
Portaria nº 25245/2018

Assinado por 1 pessoa: SAMARONI BENEDET
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/332F-5F43-C865-C355> e informe o código 332F-5F43-C865-C355



Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 68 E 69/2023 PMBP

Publicação N° 5051854

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N° 068 e 069/2023 PMBP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0070/2023 PMBP

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0033/2023 PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

HOMOLOGADO 08/08/2023

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Emanuel Pinto nº 1655, Centro, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº. 14.333/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do Sistema de Registro de Preços nº 033/2023, resolve registrar os valores oferecidos para a futura contratação de empresa especializada para locação de equipamentos de impressão e reprodução multifuncional preto e branco e colorida, mediante fornecimento e instalação de equipamentos novos ou seminovos, configuração, treinamento básico para operação, bem como fornecimento de suprimentos, materiais de consumo (toners, cilindros, unidades de imagem, dentre outros) necessários para o perfeito funcionamento do equipamento e software para gerenciamento das impressoras, pelo período de 1 ano, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

SUPRI & CIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÃO LTDA – CNPJ nº 82.169.780/0001-62 – R\$412.586,40

STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME – CNPJ nº01.854.994/0001-76 – R\$795.600,00

Balneário Piçarras, 11 de agosto de 2023.

Orli Carlos Ferreiro Junior – Secretário Municipal de Obras

Ubiratan de Andrade Jr - Secretário Municipal Esporte e Lazer

João Eduardo Sensi - Secretário Municipal de Turismo e Desen. Econômico

Blaise Keniel da Cruz Duarte - Secretária Municipal de Educação

Iria Lúcia Quintino - Fundação Municipal de Cultura

Paulo Ricardo Debatin - Secretário Municipal de Segurança Pública

Susana Perinotti - Secretária Municipal de Saúde

Rodrigo Meirinho Morimoto - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Dorval Vieira De Oliveira - Secretário Municipal de Assistência Social

Rosani Cesario Pereira - Presidente do IPRESP

Liara Rotta Padilha - Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Balneário

Francisco de Assis Teixeira - Diretor Defesa Civil

Marcelo Alves Crivelatti – Secretario Municipal de Administração e Gestão Interna

Anderson Gastaldon Damiani Silveira Mira - Secretário Municipal da Fazenda

AVISO DE CREDENCIAMENTO 04/2023-FMS

Publicação N° 5052506

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2023 – FMS

INEXIGIBILIDADE N° 004/2023 – FMS

Fundamento: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 616/2023 e demais legislações aplicáveis. Torna público abertura de credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de consultas em especialidades, realização de exames, procedimentos e elaboração de laudos, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Balneário Piçarras. Valor de Referência: R\$ 13.078.032,00 (treze milhões, setenta e oito mil e trinta e dois reais). Período da vigência: 14/08/2023 à 14/08/2024 às 08h30min. O edital na íntegra encontra-se disponível no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras, 11 de agosto de 2023.

Susana Perinotti
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE ERRATA I PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2023 - PMBP CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2023 – PMBP

Publicação Nº 5053053

AVISO DE ERRATA I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2023 - PMBP

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2023 – PMBP

Fundamento: Comunicamos que o Edital da licitação supracitada, publicado no DOM/SC em 27/07/2023 - Edição n. 4283 - página 76, foi republicado conforme Errata I. Objeto: prestação dos serviços de obras de urbanização da Av. José Temístocles de Macedo (orla norte) de Balneário Piçarras/SC, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos. Data da reabertura da Sessão Pública: 20/09/2023 às 08h30min. O edital na íntegra encontra-se disponível no site balneariopicarras.atende.net. Registrado no TCE com a chave: 1E22F8473B0B-101131581F4EBE1ED13EE974EB42.

Balneário Piçarras (SC), 11 de agosto de 2023.

Orli Carlos Ferreira Junior – Secretário Municipal de Obras.

DISPENSA 003/2023 FMS

Publicação Nº 5052647

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 73FF4E2C309344252A078B91589C0987463B53A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2023 – FMS
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2023 – FMS

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Rua Avenida Emanuel Pinto, nº. 1.655, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.335/0001-48, por intermédio do Departamento de Compras e por meio da Secretaria de Saúde, representado pelo Srª Susana Perinotti, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e suas alterações, torna público homologação referente a Dispensa de Licitação para à contratação direta de empresa especializada em serviço de dosimetria pessoal através de dosímetros termoluminescentes para as equipes odontológicas da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a proteção radiológica dos profissionais durante suas atividades laborais que envolvam exposição a radiações ionizantes, por 12 meses, através da Secretaria de Saúde.

O valor da contratação é de R\$ 8.280,00 (Oito mil e duzentos e oitenta reais)

Registro no TCE: 73FF4E2C309344252A078B91589C0987463B53A1

PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTECAO S/S LTDA – CNPJ nº 87.389.086/0001-74

Balneário Piçarras, 11 de agosto de 2023.

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras (SC).

CONTRATO Nº 003/2023 IPRESP DE 11/08/2023

Publicação Nº 5052126

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS (IPRESP)
CONTRATO Nº 003/2023 IPRESP DE 11/08/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2023 IPRESP
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2023 IPRESP
HOMOLOGADO EM 01/08/2023**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a Locação e manutenção de Software de Gestão Previdenciária do RPPS, desenvolvimento de site e aplicativo para servidores públicos ativos, inativos e pensionistas para acesso às informações de contracheques, previsão de aposentadoria, fale com o gestor, andamento de processos, entre outros, visando atender às atividades do IPRESP - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras/SC. Este termo terá vigência até 04 de julho de 2024, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/202, e demais legislações aplicáveis à espécie. O valor total para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e dezoito reais).

3IT CONSULTORIA LTDA – CNPJ/MF nº 11.250.881/0001-15

Balneário Piçarras (SC), 11 de agosto de 2023.

ROSANI CESARIO PEREIRA – Presidente do IPRESP

..

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.691/2023

Publicação Nº 5052285

DECRETO Nº 1.691/2023

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 119/2023, PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 11 de dezembro de 1997, e em especial a Lei Federal nº 8.666/93:

CONSIDERANDO o Poder de Império Administrativo de unilateralmente impor sua vontade para almejar o interesse público;

CONSIDERANDO o poder de a Administração revogar seus próprios atos de acordo com a oportunidade e conveniência administrativa.

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico – Registro de Preço nº 119/2023, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 119/2023, por razões de interesse público, pautado na oportunidade e na conveniência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, SC, 11 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 528, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051890

PORTARIA N.º 528, de 11 de agosto de 2023

“Designa servidora e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica designada a servidora, Aurélia Terezinha Boff dos Santos, ocupante do cargo de Secretaria Municipal, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, para ser coordenadora do Programa Família Acolhedora.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 068 de 28 de janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 11 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA Nº 529, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051927

PORTARIA Nº 529, de 11 de agosto de 2023

“Designa servidor e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Art.1º. Designar a servidora Aurélia Terezinha Boff dos Santos, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Assistência Social, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, como Coordenadora Municipal do Programa Auxílio Brasil – PAB e do Cadastro Único.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria N° 440 de 23 de agosto de 2022.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N° 530 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5052239

PORTARIA N° 530 de 11 de agosto de 2023

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao Sr. Clari dos Santos, Representante Municipal da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para despesas de alimentação no deslocamento para a cidade de Piratuba/SC, para participar da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Memorando N° 33/2023 e Roteiro de Viagem n° 33/2023 da Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N° 531 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5052251

PORTARIA N° 531 de 11 de agosto de 2023

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao Sr. Luan Fernando Straes, Delegado Municipal da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para despesas de alimentação no deslocamento para a cidade de Piratuba/SC, para participar da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Memorando N° 34/2023 e Roteiro de Viagem n° 34/2023 da Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 532 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052273

PORTARIA Nº 532 de 11 de agosto de 2023

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária a Sra. Nadia Roberta Sturmer Zacaron, Delegada Municipal da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para despesas de alimentação no deslocamento para a cidade de Piratuba/SC, para participar da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Memorando Nº 35/2023 e Roteiro de Viagem nº 35/2023 da Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 533 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052281

PORTARIA Nº 533 de 11 de agosto de 2023

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária a Sra. Andrieli Kozerski, Delegada Municipal da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para despesas de alimentação no deslocamento para a cidade de Piratuba/SC, para participar da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme Memorando Nº 36/2023 e Roteiro de Viagem nº 36/2023 da Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 534 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053483

PORTARIA Nº 534 de 11 de agosto de 2023

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Volnei Demari, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento fora do domicílio para a cidade de Pato Branco/PR, conforme Memorando Nº 236/2023 e Roteiro de Viagem nº 236/2023 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 535, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054765

PORTARIA Nº 535, de 11 de agosto de 2023

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Andre Pavanatto, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 97,00 (noventa e sete reais), para realizar transporte de paciente para tratamento de saúde a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando Nº 237/2023 e Roteiro de Viagem Nº 237/2023 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cem reais), para despesas com o veículo GM ONIX placa RXU2E59 quando em viagem à cidade de Cascavel/PR para realizar transporte de paciente para tratamento de saúde, conforme Memorando Nº 238/2023, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 11 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 536, DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054766

PORTARIA Nº 536, de 14 de agosto de 2023

“Convoca servidor em férias e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

Resolve.

Art.1º. Fica convocado a voltar as suas atividades o servidor Genir de Deus e Silva, ocupante do cargo de Vigia, que se encontra em férias, a partir de 14 de agosto de 2023, sendo que o período interrompido será usufruído em data a ser definida posteriormente.

Art.2º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, 14 de agosto de 2023.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

02/033/21 ORBIS

Publicação N° 5053498

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Licitação: Proc. Administrativo 101/2021

Inexigibilidade nº 009/2021

Extrato de Aditivo ao Contrato nº 02/033/2021

70B2B07BE83CBE2A59C031711953C62D06124F25

Contratada: ORBIS SISTEMAS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção e atualização do software VGWEBMAP, software utilizado pelo setor de planejamento para levantamento das áreas do município, utilizado também pelo setor de cadastro para atualizar os dados dos contribuintes, edificação, área etc.

Valor: R\$ 55.614,00

Data da assinatura: 11/08/2023

Data do vencimento: 11/08/2024

Barra Velha, 11 de agosto de 2023

CATIA REGINA N. DE SOUZA MOREIRA
Pela Empresa Contratada

Douglas Elias da Costa
Prefeito

2ª CONVOCAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2023

Publicação N° 5054206

2ª CONVOCAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2023

A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto de Barra Velha, de acordo com o Edital nº 009/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, a 1ª convocação do cadastro de reserva, para escolha de vagas para o ano de 2023, dos seguintes cargos:

- Auxiliar de Educação Especial

1. DO LOCAL, DATA E HORA DE APRESENTAÇÃO

1.1. Os candidatos relacionados no item 2.1, deverão se apresentar nos dias e horários determinados no Anexo I desta convocação, na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, situada à Av. Governador Celso Ramos, 198.

2. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

2.1. Ficam convocados para a escolha de vagas, os candidatos a seguir relacionados:

12. IRACEMA DO PRADO FERREIRA

3. Os convocados deverão comparecer munidos de original e cópia dos seguintes documentos:

- A. Diploma (frente e verso) ou certidão do grau de escolaridade exigido para o cargo, de acordo com o disposto com o Edital da Chamada Pública 003/2023;
- B. Para candidatos não habilitados, atestado de matrícula e histórico atualizado.
- C. Documento de identidade (RG);

- D. Comprovante de Qualificação Cadastral regular (fornecido pelo projeto eSocial). Atenção: Não utilizar acentuação para solicitar o comprovante. Link para expedição: <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>
- E. Título de eleitor;
- F. Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino com idade até 45 anos;
- G. Carteira de trabalho e previdência social, constando o nº pis/pasep/nis;
- H. Certidão de nascimento ou casamento, quando for o caso; certidão de casamento com as devidas averbações, quando for o caso;
- I. Comprovante de residência (somente de pessoa física) com expedição de até 90 (noventa) dias, que deverá ser no nome do candidato, ou em caso de moradia de aluguel trazer cópia do contrato de locação vigente, se morar de Aluguel e não tiver contrato de locação, deverá apresentar declaração (que pode ser a punho sem necessidade de autenticação do cartório) da pessoa convivente que tenha comprovante de residência, acompanhada de fotocópia do RG do declarante mais o comprovante;
- J. Certidão de negativa criminal eleitoral (fornecida pela Justiça Eleitoral). Link para expedição: <https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>;
- K. Certidão de quitação eleitoral, informando a regularidade (fornecida pela Justiça Eleitoral). Link para expedição: <https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- L. Comprovante de situação cadastral regular do CPF (fornecido pela Receita Federal). Link para expedição: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>;
- M. Registro no conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão, quando for o caso;
- N. Quitação anual do registro no conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão, quando for o caso;
- O. Declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei; se possuir vínculo, trazer ficha funcional ou declaração com horário de trabalho do outro vínculo, especificando dias da semana e turnos de trabalho;
- P. Declaração de IRPF do último exercício ou declaração de bens e/ou direitos;
- Q. Na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- R. CNH para o cargo de Motorista;
- S. Cursos de transporte coletivo para o cargo de Motorista de Ônibus;
- T. Exame médico admissional com comprovação de aptidão física e mental para o cargo;
- U. Certidão de antecedentes criminais a nível Federal, constando NADA CONSTA (fornecida pelo Departamento da Polícia Federal). Link para expedição: <https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao>;
- V. Certidão de antecedentes criminais dos Estados de SC, PR e RS, constando NADA CONSTA (fornecida pela Justiça Federal da 4ª Região). Link para expedição: <https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php> ;
- W. Certidão de antecedentes criminais do estado de origem, caso não sejam os citados acima, constando NADA CONSTA .

Barra Velha, 09 de agosto de 2023.

NILCÉIA TOMAZ
Secretária Municipal de Educação Cultura e Desporto

ANEXO I

CRONOGRAMA

QUADRO DE ESCOLHA DE VAGAS

A escolha de vagas se dará na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, situada à Av. Governador Celso Ramos, 198, conforme quadro abaixo:

DATA	HORÁRIO
10/08/2023 Quinta -feira	14 h

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA - SC RESOLUÇÃO 018/2023

Publicação Nº 5053401

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA - SC
RESOLUÇÃO 018/2023

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha, em sua 6ª Reunião Ordinária no ano de 2023, realizada em 26 de julho de 2023, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal 045/97, de 28/11/1997, alterada pela Lei Municipal

1732 de 09/11/2018 e regulamentada pelo Decreto 535/2009 de 18/06/2009.

Considerando que a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Barra Velha apresentou a prestação de contas da décima primeira parcela do Termo de Fomento nº 002/2022 condizente com a legalidade;

Considerando que o Relatório Técnico elaborado pela Comissão de Monitoramento em 25 de julho de 2023 sugeriu a homologação da prestação de contas da décima primeira parcela Termo de Fomento nº 002/2022;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a prestação de contas da décima primeira parcela referente ao Termo de Fomento nº 002/2020, de 08/08/2022, fundamentado na Lei nº 2.104 de 15 de julho de 2022, do município de Barra Velha com a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Barra Velha.

Art. 2º A prestação de contas foi relativa a décima primeira parcela transferida à Associação no dia 26 de junho de 2023, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Barra Velha – SC, 26 de julho de 2023

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA - SC RESOLUÇÃO 19 /2023

Publicação Nº 5053406

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA - SC
RESOLUÇÃO 19/2023

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha, em sua 6ª Reunião Ordinária no ano de 2023, realizada em 28 de junho de 2023, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal 045/97, de 28/11/1997, alterada pela Lei Municipal 1732 de 09/11/2018 e regulamentada pelo Decreto 535/2009 de 18/06/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Altera a Resolução 015/2022 COMUSA/BV de 29 de junho de 2022, e o Art. 21 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 21º -

§ 1º Excetua-se como inconformidade a prescrição realizada em outro formato, impressa ou manuscrita, quando de origem Sistema Único de Saúde (SUS), de Unidade de Pronto Atendimento ou Unidade Hospitalar, de municípios adjacentes a Barra Velha, que não sejam os de Referência no atendimento aos munícipes barravelhenses (TFD SUS ou Conveniados).

§ 2º A receita, de acordo exceção acima descrita, deve OBRIGATORIAMENTE, constar o endereço de residência do paciente no município de Barra Velha.

§ 3º O paciente deve OBRIGATORIAMENTE estar vinculado no Sistema Integrado de Gestão, possuindo cadastro ESF (Segmento, Área, Microárea e Família), no momento do atendimento nas farmácias/dispensários, comprovando que o Usuário reside no município de Barra Velha.

§ 4º A prescrição deve observar a legislação vigente, de acordo com sua classificação (antimicrobiano ou medicamento sujeito a controle especial), bem como a Lei Federal 9.787/1999 Art. 3º onde é afirmado a adoção OBRIGATÓRIA nas prescrições de medicamentos no âmbito SUS a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI).”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Velha – SC, 08 de agosto de 2023

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N°03/2023 - FMAS

Publicação N° 5051938

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO ADITIVO N° 003/2023 – FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 839, no município de Bela Vista do Toldo - SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 11.643.598/0001-53, com sede na Rua Estanislau Schumann, 1109, no município de Bela Vista do Toldo - SC, neste ato representado pelo Prefeito Interino, Sr. JOSÉ GILVANE MACHADO.

CONTRATADA: IHM AUTO MECANICA EIRELI- TECNICAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.260.036/0001-04 com sede na Rua: Barão do Rio Branco, nº555, Bairro Centro, Canoinhas - SC, representado pelo Sr. RODRIGO ALLAGE PEREIRA.

DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto a dilação do prazo ao referido contrato, as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

VIGÊNCIA: 17/08/2023 até dia 18/12/2023.

Ficam ratificados todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, no contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 11 DE AGOSTO DE 2023.

JOSÉ GILVANE MACHADO

Prefeito Municipal Interino

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N°08/2023 - FMS

Publicação N° 5051907

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO N° 008/2023 – FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 4873, no município de Bela Vista do Toldo, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob nº 10.324.957/0001-47, com sede na Rua Ovande dos Santos Pacheco, s/n, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, Sr. JOSÉ GILVANE MACHADO.

CONTRATADA: RETIFICA MOTOCAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.849.109/0001-25, com sede na Rodovia Rod Br 280, Km 221, Bairro Campo da Agua Verde, Canoinhas - SC, representado pelo Sr. TAMY MAYARA KOEPP.

OBJETO: O presente Termo aditivo tem por objeto a dilação do prazo ao referido contrato, as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

VIGÊNCIA: 17/08/2023 até dia 18/12/2023.

Ficam ratificados todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, no contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 11 DE AGOSTO DE 2023.

JOSÉ GILVANE MACHADO
Prefeito Municipal Interino

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N°09/2023 - FMS

Publicação N° 5051911

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO N° 009/2023 – FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 4873, no município de Bela Vista do Toldo, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob nº 10.324.957/0001-47, com sede na Rua Ovande dos Santos Pacheco, s/n, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, Sr. JOSÉ GILVANE MACHADO.

CONTRATADA: IHM AUTO MECANICA EIRELI- TECNICAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.260.036/0001-04 com sede na Rua: Barão do Rio Branco, nº555, Bairro Centro, Canoinhas - SC, representado pelo Sr. RODRIGO ALLAGE PEREIRA.

OBJETO: O presente Termo aditivo tem por objeto a dilação do prazo ao referido contrato, as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

VIGÊNCIA: 17/08/2023 até dia 18/12/2023.

Ficam ratificados todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, no contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 11 DE AGOSTO DE 2023.

JOSÉ GILVANE MACHADO
Prefeito Municipal Interino

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº32/2023 - PREF

Publicação Nº 5051850

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PREFEITURA
TERMO ADITIVO Nº 032/2023 – PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 4873, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, Sr. JOSÉ GILVANE MACHADO.

CONTRATADA: IHM AUTO MECANICA EIRELI- TECNICAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.260.036/0001-04 com sede na Rua: Barão do Rio Branco, nº555, Bairro Centro, Canoinhas - SC, representado pelo Sr. RODRIGO ALLAGE PEREIRA brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.169.060, inscrito no CPF sob nº 047.731.789-81, residente e domiciliado na Rua: Barão do Rio Branco, nº555, Bairro Centro, Canoinhas – SC.

DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto a dilação do prazo ao referido contrato, as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

VIGÊNCIA: 17/08/2023 até dia 18/12/2023.

Ficam ratificados todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, no contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 11 DE AGOSTO DE 2023.
JOSÉ GILVANE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N°33/2023 - PREF

Publicação N° 5051868

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PREFEITURA
TERMO ADITIVO N° 033/2023 – PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 4873, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, Sr. JOSÉ GILVANE MACHADO.

CONTRATADA: RETIFICA MOTOCAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.849.109/0001-25, com sede na Rodovia Rod Br 280, Km 221, Bairro Campo da Agua Verde, Canoinhas - SC, representado pelo Sr. TAMY MAYARA KOEPP.

DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto a dilação do prazo ao referido contrato, as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

VIGÊNCIA: 17/08/2023 até dia 18/12/2023.

Ficam ratificados todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, no contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 11 DE AGOSTO DE 2023.
JOSÉ GILVANE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N°34/2023 - PREF

Publicação N° 5051875

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PREFEITURA
TERMO ADITIVO N° 033/2023 – PREF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede na Rua Estanislau Schumann, 4873, no município de Bela Vista do Toldo, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Interino, Sr. JOSÉ GILVANE MACHADO.

CONTRATADA: RETIFICA MOTOCAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.849.109/0001-25, com sede na Rodovia Rod Br 280, Km 221, Bairro Campo da Agua Verde, Canoinhas - SC, representado pelo Sr. TAMY MAYARA KOEPP.

DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto a dilação do prazo ao referido contrato, as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

VIGÊNCIA: 22/08/2023 até dia 18/12/2023.

Ficam ratificados todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, no contrato não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 11 DE AGOSTO DE 2023.
JOSÉ GILVANE MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

Belmonte

PREFEITURA

342/2023

Publicação N° 5052165

PORTARIA N.º 342/2023 de 12 de julho de 2023.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal e Lei complementar nº.016/2015 de 20 de novembro de 2015.

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a Lenoir Kosloski, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, readaptado para o cargo de Motorista, no período de 13/07/2023 à 11/08/2023, tendo como período aquisitivo 02/01/2022 à 01/01/2023 de conformidade com o Artigo 39 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte-SC, 12 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária Municipal de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Administrativo/ RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte-SC, 12 de julho de 2023.

343/2023

Publicação N° 5052384

PORTARIA N.º 343/2023 de 12 de julho de 2023.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 016/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER gozo de 07 (sete) dias de licença prêmio a Sidinéia Strack, brasileira, casada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, tendo como período aquisitivo 01/06/2014 a 01/06/2020, (período mudou devido a licença particular). O gozo será a partir do dia 17/07/2023 a 23/07/2023, em conformidade com a Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Prefeitura Municipal de Belmonte-SC, 12 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária Municipal de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Adm/ Setor de RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte-SC, 12 de julho de 2023.

344/2023

Publicação Nº 5052403

PORTARIA N.º 344/2022 de 12 de julho de 2023.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO À FUNCIONÁRIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER gozo de 07 (sete) dia de licença prêmio a Claudete Carpenedo Pisoni, brasileira, casada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, tendo como período aquisitivo 26/03/2005 a 26/03/2010. O gozo será a partir do dia 24/07/2023 a 30/07/2023, em conformidade com a Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte-SC 12 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária Municipal de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Administrativo/ RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte-SC, 12 de julho de 2023.

345/2023

Publicação Nº 5052433

PORTARIA N.º 345/2023 de 12 de julho de 2023.

CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Prefeito Municipal de Belmonte Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

(Regime Jurídico único e o Estatuto dos Servidores Públicos do município de Belmonte.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 04/07/2023 a 01/10/2023, a Irineu Baron, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Pedreiro, de conformidade com a Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015, conforme atestado médico Dr. Claudio Gracioli, CRM 2739.

Art. 2º - Este ato é retroativo a 04 de julho de 2023.

Art. 3º - As despesas deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte/SC, 12 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária de Administração

Juselene L B Giumbelli
Agente Adm./Setor de RH

Registrado em livro próprio nesta data

346/2023

Publicação N° 5052466

PORTARIA N° 346/2023 de 13 de julho de 2023.
CONCEDER DIÁRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER 2,5 (duas e meia) diárias, a Juselene Lúcia Bevilaqua Giumbelli, funcionária pública de provimento efetivo, ocupante do cargo de Agente Administrativo, de conformidade com a lei N.º 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a Florianópolis-SC em curso, nos dias 17/07/2023 a 19/07/2023, com saída em 17/07/2023 às 13h00min e retorno previsto para 19/07/2023 às 18h00min, para participar de curso: Departamento de Recursos Humanos dos Servidores Públicos Municipais para o ano 2023, o que você precisa saber?.

Belmonte – SC, em 13 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Adm/RH

Registrado em livro próprio nesta data.
Belmonte – SC, em 13 de julho de 2023.

347/2023

Publicação N° 5052487

PORTARIA N° 347/2023 de 13 de julho de 2023.
CONCEDER DIÁRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 16/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

CONCEDER 2,5 (duas e meia) diárias, a Leila Maria Bevilaqua Moreschi, funcionária pública de provimento efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, de conformidade com a lei N.º 16/2015 de 20 de novembro de 2015, para viajar a Florianópolis-SC em curso, nos dias 17/07/2023 a 19/07/2023, com saída em 17/07/2023 às 13h00min e retorno previsto para 19/07/2023 às 18h00min, para participar de curso: Departamento de Recursos Humanos dos Servidores Públicos Municipais para o ano 2023, o que você precisa saber?.

Belmonte – SC, em 13 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Adm/RH

Registrado em livro próprio nesta data.
Belmonte – SC, em 13 de julho de 2023.

348/2023

Publicação N° 5052693

PORTARIA N° 348/2023 DE 14 DE JULHO DE 2023.
DESIGNAR COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das, atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67,VI da lei orgânica do município e de acordo com o artigo 51, da lei 8.666/93 e suas alterações, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR: Melânia Elisa Wronski, CPF: 028.607.989-51, matrícula: 308/01, ocupante do cargo de Recepcionista — Presidente; Gabrieli Pagani Zatta, CPF: 013.436.599-22, matrícula: 1277/01, ocupante do cargo de Agente Administrativo - Membro, Renata Fernanda Gawski, matrícula: 1020/01, ocupante do cargo de Agente Administrativo - Membro e Leila Maria Beviláqua Moreschi, CPF: 030.508.659-62 matrícula: 405/01, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo - Membro Suplente, para comporem a Comissão permanente de julgamento nos processos licitatórios sob as modalidades de Concorrência, Tomada de preços e convites, emitidos pela Prefeitura e seus Fundos.

Art. 2º - Esta designação se dará para o período de 14/07/2023 a 31/12/2023.

Prefeitura Municipal de Belmonte/SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigolin Pelissari
Secretária de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Adm/RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte –SC, 14 de julho de 2023.

349/2023

Publicação N° 5052722

PORTARIA N° 349/2023 DE 14 DE JULHO DE 2023.

DESIGNAR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 51, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR: Pregoeira: Melânia Elisa Wronski, CPF: 028.607.989-51, matrícula: 308/01, ocupante do cargo de Recepcionista – Equipe de apoio: Gabrieli Pagani Zatta, CPF: 013.436.599-22, matrícula: 1277/01, ocupante do cargo de Agente Administrativo; Equipe de apoio: Renata Fernanda Gawski, CPF: 038.664.829-81, matrícula: 1020/01, ocupante do cargo de Agente Administrativo – Equipe de apoio: Leila Maria Beviláqua Moreschi, CPF: 030.508.659-62, matrícula: 405/01, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para comporem a equipe de apoio do Pregão Presencial e Eletrônico, emitidos pela Prefeitura e seus Fundos, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante.

Art. 2º Esta designação se dará para o período de 14/07/2023 a 31/12/2023.

Prefeitura Municipal de Belmonte/SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária Municipal de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Adm/RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte/SC, 14 de julho de 2023.

350/2023

Publicação N° 5052745

PORTARIA N.º 350/2023 de 14 de julho de 2023.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal e Lei Complementar nº.016/2015 de 20 de novembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER férias a Alessandra Cristina Dutra Peloso, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, servidora pública municipal ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 21/07/2023 à 31/07/2023, tendo como período aquisitivo 16/07/2022 à 15/07/2023, de conformidade com o Artigo 39 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária Municipal de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Administrativo/ RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

351/2023

Publicação Nº 5052758

PORTARIA N.º 351/2023 de 14 de julho de 2023.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas e conformidade com o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal e Artigos 83 a 92 da Lei complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a EVANDRO ROCESSKI, brasileiro, residente e domiciliado no município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, no período de 18/07/2023 a 06/08/2023, tendo como período aquisitivo 02/10/2021 à 01/10/2022, de conformidade com o Artigo 39 da Constituição Federal e Artigos 83 à 92 da Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte/SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária da Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Adm/RH

Registrado em livro próprio nesta data

352/2023

Publicação Nº 5052779

PORTARIA N.º 352/2023 de 14 de julho de 2023.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 016/2015 de 20 de novembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER férias a Jocimar Moreschi, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, servidor público municipal ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários readaptado no cargo de Motorista, no período de 17/07/2023 à 28/07/2023, tendo como período aquisitivo 03/01/2022 à 02/01/2023, de conformidade com o Artigo 39 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária Municipal de Administração

Juselene Lúcia Bevilaqua Giumbelli
Agente Adm./Setor de RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

353/2023

Publicação N° 5052813

PORTARIA N.º 353/2023 de 14 de julho de 2023.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal e Lei Complementar nº.016/2015 de 20 de novembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 10 (dez) dias de férias a Chirlei Regina Revers Trentin, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, servidora pública municipal ocupante do cargo efetivo de Professora de Artes, no período de 19/07/2023 à 28/07/2023, tendo como período aquisitivo 02/01/2022 à 01/01/2023, de conformidade com o Artigo 39 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária Municipal de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Administrativo/ RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

354/2023

Publicação N° 5052845

PORTARIA N.º 354/2023 de 14 de julho de 2023.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 016/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER gozo de dias de férias a JARDELINO ALCIDES GOMES, brasileiro, convivente, residente e domiciliado no município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, Servidor Público Municipal ocupante do cargo de efetivo de Motorista, conforme período aquisitivo de 02/01/2022 a 01/01/2023, para os dias 17 a 31 de julho de 2023. Conforme disposto na Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Art.º 2 - Estes dias de férias se referem a período convocado num total de 13 (treze) dias e mais 02 (dois) dias trabalhados em férias,, totalizando 15 (quinze) dias de férias.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte/SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária de Administração

Juselene L B Giumbelli
Agente Adm/Setor de RH

Registrado em livro próprio nesta data

355/2023

Publicação N° 5052887

PORTARIA N.º 355/2023 de 14 de julho de 2023.

CONCEDE FÉRIAS PROPORCIONAIS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal e Lei complementar nº.016/2015 de 20 de novembro de 2015.

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER 15 (quinze) dias férias a CRISTINA GIONGO, brasileira, solteira, residente e domiciliado no município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, servidora pública municipal ocupante do cargo de Nutricionista, no período de 17 a 31/07/2023, tendo como período aquisitivo 20/03/2022 à 19/03/2023, de conformidade com o Artigo 39 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte/SC, 14 de julho de 2023

Prefeitura Municipal de Belmonte/SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária de Administração

Juselene L B Giumbelli
Agente Adm/Setor de RH

Registrado em livro próprio nesta data

356/2023

Publicação N° 5052953

PORTARIA N.º 356/2023 de 14 de julho de 2023.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas e conformidade com o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal e Lei Complementar nº 016/2015 de 20 de novembro de 2015.

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER gozo de férias a Claudinéia Maria Fanck Bevilaqua, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, por 12 (doze) dias, no período de 17/07/2023 à 28/07/2023, tendo como período aquisitivo 05/06/2022 à 04/06/2023, de conformidade com o Artigo 39 da Constituição Federal e Artigos 83 à 92 da Lei Complementar nº. 16/2015 de 20/11/15.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária Municipal de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Administrativo/ RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

357/2023

Publicação Nº 5052964

PORTARIA N.º 357/2023 de 14 de julho de 2023.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIA PÚBLICA E DE DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 016/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER gozo de 12 (doze) dia de licença prêmio a Sandra Fiori, brasileira, convivente, ocupante do cargo provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, tendo como período aquisitivo 01/03/2012 a 01/03/2017. O gozo será a partir do dia 17/07/2023 a 28/07/2023, em conformidade com a Lei Complementar nº 016/2015 de 20/11/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária de Administração

Juselene Lúcia Bevilaqua Giumbelli
Agente Adm/RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

358/2023

Publicação Nº 5053045

PORTARIA Nº 358/2023 de 14 de julho de 2023.

ALTERA NÍVEL E SALÁRIO CONTRATUAL DE SERVIDORA NO CARGO DE PROFESSORA TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e a lei Complementar nº 052/2022 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR salário e nível contratual da servidora temporária: Maritanya Pietro Biasi, matrícula: 1255/01. admitida em: 05/07/2022, como professora não habilitada, recebendo 80% do piso da magistério, passando então, para nível e salário: piso do magistério, uma vez que apresentou o diploma de conclusão de graduação em Pedagogia.

Art. 3º- As despesas decorrente deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte – SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária de Administração

Juselene L B Giumbelli
Agente Adm/Setor de RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte, SC, 14 de julho de 2023.

359/2023

Publicação N° 5053058

PORTARIA N.º 359/2023 de 14 de julho de 2023.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas e conformidade com o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal e Lei Complementar nº 016/2015 de 20 de novembro de 2015.

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER férias a CARLOS ROBERTO WATTHIER, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, no período de 19 a 31/07/2023, tendo como período aquisitivo 13/07/21 à 12/07/22, de conformidade com o Artigo 39 da Constituição Federal e Artigos 83 à 92 da Lei Complementar nº. 16/2015 de 20/11/15.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte/SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária Municipal de Administração

Juselene Lúcia Beviláqua Giumbelli
Agente Administrativo/ RH

Registrado em livro próprio nesta data

360/2023

Publicação N° 5053124

PORTARIA N.º 360/2023 de 14 de julho de 2023.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER gozo de 12 (doze) dias de licença prêmio a Tiago Valcarenghi, brasileiro, convivente, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, tendo como período aquisitivo 09/04/2012 à 09/04/2017. O Gozo será a partir do dia 17/07/2023 a 28/07/2023, em conformidade com a Lei Complementar nº. 016/2015 de 20/11/2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste ato correrão por conta do orçamento vigente.

Prefeitura Municipal de Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Rosangela Sigulin Pelissari
Secretária de Administração

Juselene L B Giumbelli
Agente Adm/Setor de RH

Registrado em livro próprio nesta data
Belmonte-SC, 14 de julho de 2023.

Benedito Novo

PREFEITURA

DECRETO Nº 082/2023 - DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE DE FINAL DE ANO

Publicação Nº 5051657

Decreto nº 082/2023, de 10 de agosto de 2023.

Dispõe sobre o
Expediente de Final de Ano.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 50, VII, e,

Considerando os festejos de Natal e Ano Novo - período entre 25 de dezembro de 2023 a 01 de janeiro de 2024;

Considerando os costumes locais e inclusive nacionais no sentido da diminuição das atividades econômicas posterior ao Natal, com a coincidência das férias escolares, o que possibilita a redução da intensidade da prestação de serviços públicos, sem maiores prejuízos à comunidade;

Considerando assim, a viabilidade de se fazer coincidir aquele decréscimo nas atividades econômicas à contenção de despesas com os serviços públicos, o que será possível com a concessão de férias coletivas aos servidores públicos municipais;

Considerando a necessidade de planejamento e organização das atividades da Administração Pública Municipal;

Considerando a necessidade de prévia divulgação à sociedade civil dos dias em que não haverá expediente no âmbito dos Órgãos da Administração Pública Municipal, para fins de organização e planejamento;

Considerando que a concessão de férias coletivas não impede a continuidade da prestação dos serviços essenciais;

DECRETA:

Art. 1º - Concede 20 (vinte) dias de férias coletivas aos servidores da Administração Pública Municipal, lotados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Planejamento e Trânsito, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer, com encerramento das atividades em 22/12/2023 e retorno das mesmas em 15/01/2024.

§1º - O período disposto no caput deste artigo, será considerado "férias coletivas", deduzindo-se dos servidores a antecipação de 20 (vinte) dias do devido descanso anual, sendo no período de 26/12/2023 à 14/01/2024.

§2º - Excetuam-se do presente decreto os servidores que atuam no serviço de aguçagem das ruas, os servidores que atuam no serviço de coleta de resíduos, os servidores que atuam nos atendimentos veterinários e os servidores ocupantes do cargo de vigia.

Art. 2º - Os profissionais lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura atenderão a regulamentação própria, em virtude das férias anuais dos profissionais do magistério e atendimento nos Centros Educacionais Infantis.

Parágrafo Único. Os Centros Educacionais Infantis encerrarão suas atividades em 20/12/2023.

Art. 3º - Os profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social atenderão a regulamentação própria, em virtude do atendimento na Unidade Básica de Saúde "Dr. Ernani Luiz Olinger", sede da Secretaria Municipal de Saúde e Central de Assistência Farmacêutica.

Art. 4º- Os pedidos de concessão de férias formulados individualmente por servidores públicos municipais que não se enquadrarem nas hipóteses previstas pelo presente Decreto serão submetidos à apreciação do Secretário Municipal responsável pela pasta de lotação do requerente e para deliberação final da Prefeita Municipal.

Art. 5º - O atendimento dos serviços públicos essenciais no período que compreende o presente decreto, será garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, conforme regramento a ser fixado pelos Secretários Municipais titulares de cada pasta.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 10 de agosto de 2023.

Arrabel Antonieta Lenzi Murara
Prefeita de Benedito Novo

Este Decreto foi publicado e registrado na forma da Lei.

DECRETO Nº 083/2023 - REGULAMENTA OS ARTIGOS 40 E 41 DA LEI Nº 2.062, DE 11 DE AGOSTO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5051658

Decreto nº 083/2023, de 10 de agosto de 2023.

Regulamenta os artigos 40 e 41 da Lei nº 2.062, de 11 de agosto de 2022 e dá outras providências.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, , no seu artigo 70, I, "n";

DECRETA:

Art. 1º - O presente Decreto regulamenta parcialmente o contido nos artigos 40 e 41 da Lei nº 2.062, de 11 de agosto de 2022, que Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal de produtos de origem animal e os procedimentos para acesso ao serviço de inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, para comercialização no Município de Benedito Novo e dá outras providências, para garantir exequibilidade ao Programa de Subsídio às Agroindústrias de Pequeno Porte do Serviço de Inspeção Municipal, sem prejuízo da edição de outros regulamentos que venham a ser editados.

Art. 2º - No âmbito do Programa de Subsídio às Agroindústrias de Pequeno Porte do Serviço de Inspeção Municipal deste ente federado, será concedido aquele que assim o requerer e comprovar o preenchimento de todos os requisitos previstos no presente regulamento, pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelo empreendimento, limitado a 3 (três) horas semanais ou 12 (doze) horas mensais.

Art. 3º - A ART a que se refere o artigo anterior será paga apenas para os primeiros seis (06) meses, a contar do deferimento do pedido. Parágrafo Único - A substituição de profissional durante o período a que se refere o caput deste artigo poderá ser autorizada até o limite de 6 meses, computado o período de benefício pelo profissional responsável técnico desligado.

Art. 4º - É de responsabilidade do solicitante instruir seu pedido com todos os documentos necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos da legislação municipal, sob pena de indeferimento do pedido, o que, contudo, não o impedirá de efetuar novo pleito posteriormente ficando sujeito contudo as mesmas condicionantes.

Art. 5º - O benefício será deferido apenas para os empreendimentos inscritos no SIM deste ente federado, não sendo extensível para os casos de empreendimentos inscritos no Sistema Estadual e Sistema Federal de Inspeção.

Art. 6º - Além dos requisitos acima, o solicitante deverá comprovar enquadrar-se como Agroindústria de Pequeno Porte assim definidas conforme Instrução Normativa MAPA nº 16, de 23 de agosto de 2015 e suas alterações e atender aos requisitos da Lei Nacional nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e suas alterações.

Art.7º - O Secretário Municipal do órgão sob o qual se vincula o SIM, será o agente público competente para analisar e julgar os pedidos de subsídio de que trata este Decreto.

Art. 8º - Uma vez deferido o pedido de subsídio caberá ao requerente apresentar cópia da ART e de seu comprovante de pagamento integral, além de indicar uma conta bancária em seu nome, onde será feito o depósito do subsídio.

Art. 9º - O depósito será processado e efetivado em até 30 (trinta) dias corridos, após a apresentação dos documentos necessários.

Art. 10 – Os documentos apresentados ficarão retidos no Setor de Contabilidade da municipalidade e os comprovantes de depósito valerão como recibo do subsídio para todos os fins e efeitos.

Art. 11 – A concessão do subsídio é sempre efetuada em caráter precário, não gerando direito adquirido de sua manutenção, podendo haver sua revogação ou cassação a qualquer tempo, sem direito a indenização de quaisquer espécies.

Art. 12 – Caso haja indícios de fraude ou malversação dos recursos do subsídio, seja pela apresentação de documentos e informações falsas ou pela utilização de qualquer outro tipo de expediente ilegal ou ilegítimo, o beneficiário responderá perante todas as esferas, civil, criminal e administrativa.

Parágrafo Único - Caso o beneficiário perca algum dos requisitos para a concessão do benefício de que trata o presente regulamento, como por exemplo, ser excluído do SIM, ou ainda, deixar de se enquadrar como Agroindústria de Pequeno Porte, entre outros, deverá comunicar tal fato imediatamente ao Poder Público para que cessem os depósitos do subsídio, considerando-se revogado o mesmo, independentemente da edição de qualquer ato administrativo, desde a data em que perder qualquer dos requisitos condicionantes para o deferimento originário do pleito.

Art. 13 – No caso do artigo anterior (caput e parágrafo), apurado em regular processo administrativo a ocorrência de fraude ou malversação dos recursos do subsídio por parte de seu beneficiário o mesmo ficará sujeito a devolução da dobra dos valores recebidos, devidamente atualizados pelo INPC/IBGE (ou outro indexador que venha a substituí-lo) e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, tudo contado desde a data em que os valores foram depositados na conta do beneficiário.

Parágrafo Único - No caso do parágrafo primeiro do artigo anterior, caso o recebimento dos valores tenha ocorrido após a comunicação escrita efetivada pelo empreendedor beneficiário através de protocolo junto ao município concedente, a devolução dos montantes deverá ocorrer de forma integral, sendo apenas atualizados pelo INPC/IBGE (ou outro indexador que venha a substituí-lo) desde a data em que foram depositados na conta do beneficiário, sem a dobra e os juros de que trata o caput deste artigo.

Art. 14 – As despesas decorrentes do presente Decreto correrão a conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento em vigor.

Art. 15 – Ficam revogadas eventuais disposições em contrário.

Art. 16 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar em 1º de setembro de 2023.

Município de Benedito Novo, aos 10 de agosto de 2023.

Arrabel Antonieta Lenzi Murara
Prefeita de Benedito Novo

Este Decreto foi publicado e registrado na forma da Lei.

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 03/2023

Publicação Nº 5051623

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 88E0CF09A8D59898B064E2D1FF6DA00A09F77ADB

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2022

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 003/2023

CONTRATADA: ANA GABRIELA QUINTANILHA VERAS (039.574.750-31)

OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2023, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA REDE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, A CONTAR DA PRESENTE DATA, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO E ANA GABRIELA QUINTANILHA VERAS, CONFORME DISPÕE O ART. 79, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93.

DATA ASSINATURA: 10/08/2023

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – PREFEITA DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 42/2023

Publicação Nº 5051616

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5A7CCFEBECC600E4F0E6E891CDEC047EE21373E1

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2022

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 42/2023

CONTRATADA: ANA GABRIELA QUINTANILHA VERAS (039.574.750-31)

OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2023, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA REDE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, A CONTAR DA PRESENTE DATA, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO E ANA GABRIELA QUINTANILHA VERAS, CONFORME DISPÕE O ART. 79, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93.

DATA ASSINATURA: 10/08/2023

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – PREFEITA DE BENEDITO NOVO

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - PE 93/2023

Publicação Nº 5052494

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2023

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 93/2023

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E UNIFORMES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

RECORRENTE: JD ELETRO COMERCIAL LTDA (36.091.140/0001-60)

RECORRIDAS: RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA (50.583.738/0001-05)

GDC DA SILVA COSTA EIRELI (09.721.729/0001-21)

Trata-se do recurso administrativo interposto tempestivamente pela RECORRENTE, onde a mesma solicita a desclassificação das empresas RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA e GDC DA SILVA COSTA EIRELI para o item 4 e da empresa GDC DA SILVA COSTA EIRELI para o item 20, alegando que ambos produtos ofertados estão em desconformidade com as especificações do edital.

Não houve contrarrazões apresentadas pelas empresas recorridas, inclusive, a empresa RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA, dia 09 de agosto

de 2023, enviou e-mail, solicitando desclassificação do item 4, afirmando que o produto ora cotado, não atende as especificações exigidas pelo edital.

Diante da análise, da afirmação da empresa recorrida RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA e das alegações da RECORRENTE, constatou-se que os produtos ora ofertados, não atendem as especificações técnicas exigidas no edital.

O item 4 (BOTINA DE SEGURANÇA), exige que o produto seja confeccionado em couro tipo vaqueta e cabedal resistente à penetração e à absorção de água (WRU), solado resistente ao óleo combustível (FO). Ocorre que, conforme Certificado de Aprovação apresentado pela empresa RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA, o produto ofertado é confeccionado em material diverso do exigido do edital. O mesmo acontece com a empresa GDC DA SILVA COSTA EIRELI.

O item 20 (SAPATÃO DE SEGURANÇA), exige cabedal resistente à penetração e à absorção de água (WRU) e solado resistente ao óleo combustível (FO). Conforme o Certificado de Aprovação apresentado pela empresa GDC DA SILVA COSTA EIRELI, o produto ofertado é distinto ao exigido no edital.

Perante o exposto, DECIDO pelo CONHECIMENTO e pelo PROVIMENTO do recurso apresentado. Deste modo, reconsidero a decisão proferida no certame e desclassifico as empresas RIOLLI&LIMA UNIFORMES LTDA e GDC DA SILVA COSTA EIRELI para o item 4 e a empresa GDC DA SILVA COSTA EIRELI para o item 20, visto a desconformidade dos produtos ofertados.

Município de Benedito Novo – SC, 11 de agosto de 2023.

Joice Aparecida Costa
Pregoeira

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3117/2023

Publicação Nº 5054489

PORTARIA nº 3117 de 11 de agosto de 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) DULCINEIA SOUZA FARIAS, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - 40HS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do quadro de pessoal desta Municipalidade, a partir de 07/09/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3118/2023

Publicação Nº 5054490

PORTARIA nº 3118 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) ANDREIA ALBANAES, aprovada no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 18/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3119/2023

Publicação Nº 5054491

PORTARIA nº 3119 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) SILAS DIEGO DE FARIA, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 28/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3120/2023

Publicação Nº 5054492

PORTARIA nº 3120 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) ROBSON CLEITON DE SOUZA, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 13/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3121/2023

Publicação Nº 5054493

PORTARIA nº 3121 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) AMARO ALVES DA CRUZ NETO, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 26/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3122/2023

Publicação Nº 5054494

PORTARIA nº 3122 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) JEFFERSON LUIZ DA LUZ, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 13/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3123/2023

Publicação Nº 5054495

PORTARIA nº 3123 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) OTHO VICENTE BELLETZ DA SILVA, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 27/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3124/2023

Publicação Nº 5054496

PORTARIA nº 3124 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) BRUNO CAMPOS DE SOUZA, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 03/08/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3125/2023

Publicação Nº 5054497

PORTARIA nº 3125 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) MAGAIVER NUNES DE SOUZA, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 14/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3126/2023

Publicação Nº 5054498

PORTARIA nº 3126 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) KAUÊ DA FONSECA SANTOS, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 18/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3127/2023

Publicação Nº 5054499

PORTARIA nº 3127 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender

Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) JANILSON VIEIRA DOS SANTOS, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 14/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3128/2023

Publicação Nº 5054503

PORTARIA nº 3128 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) JEAN CARLOS ZONATTO, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 13/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3129/2023

Publicação Nº 5054507

PORTARIA nº 3129 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) FELIPE SCHEIDT RODRIGUES, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 26/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3130/2023

Publicação Nº 5054515

PORTARIA nº 3130 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) MANOEL BEZERRA DA SILVA NETO, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 20/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3131/2023

Publicação Nº 5054530

PORTARIA nº 3131 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) BRUNO RAFAEL CARNEIRO, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 13/07/2023 a 22/12/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3132/2023

Publicação Nº 5054538

PORTARIA nº 3132 de 11 de agosto de 2022

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) JANILSON VIEIRA DOS SANTOS, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2022, para desempenhar as funções do cargo de GUARDA PATRIMONIAL – 40H, com jornada de 40 horas

semanais, na Secretaria Municipal de Administração, no período de 14/04/2023 a 13/07/2023, para assumir cargo vago até que sobrevenha a posse de um novo servidor efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/04/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3133/2023

Publicação Nº 5054569

PORTARIA nº 3133 de 11 de agosto de 2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ANA GABRIELA DA SILVA RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM MAGISTERIO AUXILIAR DE SALA - 30HS na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 01/08/2023 a 29/01/2024.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3134/2023

Publicação Nº 5054572

PORTARIA nº 3134 de 11 de agosto de 2023

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) CAUBI PADILHA ALBINO, detentor(a) do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE CONVÊNIOS, nível CC-4, a partir de 07/08/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/08/2023.

Biguaçu, 11 de agosto de 2023.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PUBLICAÇÃO - 2ª SEMANA - 08.2023 - PMB, FMS E FAMABI + COMPLEMENTO

Publicação Nº 5054044

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Biguaçu
Extrato Contratual

Tipo de Termo de Contrato

Nº do contrato: Nº 178/2023

Contratado: ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS - METROPOLIS

CNPJ/CPF: 44.668.522/0001-31

Nº do processo: Nº 180/2023

Modalidade: Inexigibilidade de licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE RECARGA PARA VALE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Data de assinatura: 01/08/2023
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Valor: R\$ 10.000,00
Vigência: 01/08/2023 a 01/08/2024
Despesa(s):
143 - 11.002.08.244.0006.2061.3.3.90.00.00
143 - 11.002.08.244.0006.2061.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato
Nº do contrato: Nº 179/2023
Contratado: BMI PROSPER LTDA
CNPJ/CPF: 14.012.375/0001-86
Nº do processo: Nº 183/2023
Modalidade: Pregão eletrônico
Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DE HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER AOS USUÁRIOS ATENDIDOS NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE BIGUAÇU.
Data de assinatura: 07/08/2023
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Valor: R\$ 230,40
Vigência: 07/08/2023 a 31/12/2023
Despesa(s):
155 - 11.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato
Nº do contrato: Nº 180/2023
Contratado: COMERCIAL KS EIRELI
CNPJ/CPF: 33.668.279/0001-35
Nº do processo: Nº 183/2023
Modalidade: Pregão eletrônico
Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DE HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER AOS USUÁRIOS ATENDIDOS NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE BIGUAÇU.
Data de assinatura: 07/08/2023
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Valor: R\$ 5.465,60
Vigência: 07/08/2023 a 31/12/2023
Despesa(s):
155 - 11.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato
Nº do contrato: Nº 181/2023
Contratado: EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.937.672/0001-41
Nº do processo: Nº 183/2023
Modalidade: Pregão eletrônico
Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DE HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER AOS USUÁRIOS ATENDIDOS NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE BIGUAÇU.
Data de assinatura: 07/08/2023
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Valor: R\$ 696,00
Vigência: 07/08/2023 a 31/12/2023
Despesa(s):
155 - 11.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato
Nº do contrato: Nº 182/2023

Contratado: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

CNPJ/CPF: 29.303.183/0001-04

Nº do processo: Nº 183/2023

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DE HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER AOS USUÁRIOS ATENDIDOS NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE BIGUAÇU.

Data de 07/08/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: 2.415,00

Vigência: 07/08/2023 a 31/12/2023

Despesa(s):

155 - 11.002.08.244.0006.2089.3.3.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato

Nº do contrato: Nº 184/2023

Contratado: GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA

CNPJ/CPF: 09.391.371/0001-16

Nº do processo: Nº 140/2023

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE AEROFOTOGRAMETRIA, GEOPROCESSAMENTO, LEVANTAMENTO CADASTRAL, PROJETO DE NUMERAÇÃO, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS, PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL.

Data de assinatura: 08/08/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 968.650,00

Vigência: 08/08/2023 a 08/08/2024

Despesa(s):

52 - 08.001.04.129.0002.2011.4.4.90.00.00

52 - 08.001.04.129.0002.2011.4.4.90.00.00

52 - 08.001.04.129.0002.2011.4.4.90.00.00

Tipo de Termo de Contrato

Nº do contrato: Nº 185/2023

Contratado: Metrica Geoengenharia e Aerolevantamentos Eireli

CNPJ/CPF: 05.594.264/0001-34

Nº do processo: Nº 140/2023

Modalidade: Pregão eletrônico

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE AEROFOTOGRAMETRIA, GEOPROCESSAMENTO, LEVANTAMENTO CADASTRAL, PROJETO DE NUMERAÇÃO, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS, PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL.

Data de assinatura: 08/08/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Valor: R\$ 380.900,00

Vigência: 08/08/2023 a 08/08/2024

Despesa(s):

52 - 08.001.04.129.0002.2011.4.4.90.00.00

52 - 08.001.04.129.0002.2011.4.4.90.00.00

52 - 08.001.04.129.0002.2011.4.4.90.00.00

Tipo de Aditivo de Prazo - Termo de Contrato

Nº do contrato: Nº 33/2023 Aditivo: 3

Contratado: SOLIDA SERVIÇOS DE MAO DE OBRAS EIRELI

CNPJ/CPF: 18.245.956/0001-19

Nº do processo: Nº 23/2023

Modalidade: Tomada de preços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA IVO SCHEIDT,

RUA PROFESSORA NEUZA PRAZERES SCHEIDT E RUA OSMAR JOSÉ DOS PRAZERES, LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO MIGUEL, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 07/08/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Vigência: 07/08/2023 a 06/09/2023

Despesa(s):

171 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

171 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

Tipo de Aditivo de Prazo - Termo de Contrato

Nº do contrato: Nº 37/2023 Aditivo: 3

Contratado: SOLIDA SERVIÇOS DE MAO DE OBRAS EIRELI

CNPJ/CPF: 18.245.956/0001-19

Nº do processo: Nº 35/2023

Modalidade: Tomada de preços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO (PAVER), DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA SERVIDÃO SALÉSIO JOSÉ MANGRICH, BAIRRO SAUDADE, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.

Data de assinatura: 09/08/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Vigência: 12/08/2023 a 27/08/2023

Despesa(s):

171 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

Tipo de Prazo - Termo de Contrato

Nº do contrato: Nº 122/2022 Aditivo: 6

Contratado: CONSTRUCOES SCHOROEDER LTDA

CNPJ/CPF: 10.249.046/0001-00

Nº do processo: Nº 99/2022

Modalidade: Tomada de preços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA ISMAR PEDRO BENZ, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Data de assinatura: 31/07/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Vigência: 08/08/2023 a 06/12/2023

Despesa(s):

167 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

167 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

171 - 13.001.15.451.0009.1028.4.4.90.00.00

Biguaçu, 14 de agosto de 2023

Salmir da Silva

Prefeito Municipal de Biguaçu

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 144/2023 - FERIAS LUCAS ACEDINO DE SOUZA**

Publicação Nº 5054093

**PORTARIA Nº 144/2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao servidor **Lucas Acedino de Souza**, ocupante do cargo comissionado de Assessor Parlamentar – Nível I, no Gabinete do Vereador Laudemir Clóvis Pastorello, por 5 (cinco) dias. Início em 14/08/2023 e término em 18/08/2023, correspondente ao período aquisitivo de 02/08/2022 a 01/08/2023.


Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 14 de agosto de 2023.

Vereador Cristyan Silveira Prazeres
Presidente

 cmb.sc.gov.br

 R. Hermógenes Prazeres, 79
Centro, Biguaçu/SC, CEP: 88160-152

 Telefone: (48) 3243-4233

Blumenau

PREFEITURA

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD PAD Nº 019/2022

Publicação Nº 5053782

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD

PAD Nº 019/2022

INDICIADA: A.F.D.

ADV: DR. ANTÔNIO CARLOS MARCHORI - OAB/SC Nº 6.102

DESPACHO: Intime-se o Advogado de defesa da servidora indiciada para tomar ciência dos documentos constantes às fls.31-33 dos autos. Os autos se encontram à disposição na sede da 1ª CPASD, sito à Praça Victor Konder, 02, 3º andar, sala 32 – PGM, no horário das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h.

EXTRATO – CONTRATO Nº 219/2023

Publicação Nº 5053786

EXTRATO – CONTRATO Nº 219/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA POLACO ALIMENTAÇÃO FESTAS E EVENTOS LTDA.

OBJETO: Escolha da melhor proposta à obtenção de permissão remunerada de uso de bem público, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB para exploração comercial de pontos de alimentação, souvenirs e ponto de fotografia, durante as edições da 38ª e 39ª Oktoberfest e Natal em Blumenau 2023 e 2024 - PROEB. Item 20 - GRUPO C - PONTO C2 - CASA DO CREPE.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 013/2023.

PRAZO: O prazo de vigência será de sua assinatura até o dia 28/02/2025.

PREÇO: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), além do comissionamento de vendas de 7% (sete por cento) sobre a venda bruta dos referidos itens de alimentação para a PROEB.

DATA DE ASSINATURA: 04 de julho de 2023.

EXTRATO – CONTRATO Nº 218/2023

Publicação Nº 5053787

EXTRATO – CONTRATO Nº 218/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA DP GESTÃO E COBRANÇAS LTDA.

OBJETO: Escolha da melhor proposta à obtenção de permissão remunerada de uso de bem público, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB para exploração comercial de pontos de alimentação, souvenirs e ponto de fotografia, durante as edições da 38ª e 39ª Oktoberfest e Natal em Blumenau 2023 e 2024 - PROEB. Item 19 - GRUPO C - PONTO C1 - CASA SEM GLUTEN E CARDÁPIO VEGANO.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 013/2023.

PRAZO: O prazo de vigência será de sua assinatura até o dia 28/02/2025.

PREÇO: R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais), além do comissionamento de vendas de 7% (sete por cento) sobre a venda bruta dos referidos itens de alimentação para a PROEB.

DATA DE ASSINATURA: 04 de julho de 2023.

EXTRATO – CONTRATO Nº 229/2023

Publicação Nº 5053791

EXTRATO – CONTRATO Nº 229/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Contratação de Serviços Especializados de sistema de vídeo monitoramento inteligente monitorado em câmeras e botão de pânico, com fornecimento de serviços de implantação, configuração, integração e manutenção preventiva e corretiva de todo sistema em prédios públicos da Rede de Educação do Município de Blumenau - SEMED.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 11/2023.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 612.000,00 (seiscentos e doze mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 11 de julho de 2023.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 92/2023

Publicação Nº 5053800

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 92/2023

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09 de agosto de 2023.

OBJETO: Aquisição de medalhas (ouro, prata e bronze) para os Jogos Escolares Municipais 2023 e Jogos Estudantis da Primavera 2023 - SEMED. Registrado no TCE/SC sob o código 653E30AED22BEEB84C316A227697BC7215E70094.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO ITEM A ITEM.

EMPRESA VENCEDORA: PELLIZZARI TROFEUS IND COM LTDA. Valor total da contratação R\$ 43.416,70 (Quarenta e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta centavos).

BASE LEGAL: De acordo com o pregão supracitado nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, Decreto Municipal nº 7.732/04 Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

BLUMENAU, 14/08/2023. ANDERSON ROSA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023

Publicação Nº 5053802

MUNICIPIO DE BLUMENAU – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de banheiros químicos e containers sanitários, com fornecimento de mão de obra especializada na higienização, transporte das cabines, instalação e desinstalação das cabines e fornecimento de material de higiene. Para atender aos eventos 38ª OKTOBERFEST BLUMENAU e REVEILLON 2024, a serem realizados na cidade de Blumenau/SC. – PROEB.

Registrado no TCE/SC sob o código 1592B208AFFE3A6880AD34196571D8CF9BC5E46D

Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 24 de agosto de 2023, às 08h55min. Data início da sessão eletrônica: dia 24 de agosto de 2023, às 09:00hs.

Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>.

Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Blumenau, 14/08/2023 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-39/2023 E 08-52/2023

Publicação Nº 5053810

Processo Dispensa 08 - 39/2023

Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Sebastião Cruz, nº 89, Jardim Blumenau, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento do centro de referência em saúde do trabalhador - CEREST - SEMUS/FMS.

Contratada: ALESSANDRA JAEHRIG

Artigo 24, Inciso X da lei 8.666/93

Valor Total: R\$82.080,00

Registrado no TCE/SC sob nº A80A1493919A49171BCDE7042821C4F5404488AC

Processo Dispensa 08 - 52/2023

Objeto: Contratação de serviço para o desenvolvimento e execução do programa "Hellow Blumenau - Diga Oi Para O Seu Futuro" – SEMED

Artigo 24, Inciso XIII da lei 8.666/93

Valor Total: R\$261.700,00
Registrado no TCE/SC sob nº FC6C5D173C257499EE4576D0B01E4655F6E129D8

PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE Nº 09-84/2023; 09-96/2023 E 09-103/2023

Publicação Nº 5053817

Processo Inexigibilidade 09-84/2023

Objeto: Contratação de serviço para o desenvolvimento profissional de estudantes do 8º e 9º ano do ensino fundamental da secretaria municipal de educação de Blumenau em inglês, educação financeira, computação e liderança no contra turno escolar. "Botando A Mão E Fazendo" – SEMED

Contratado: ALIANCA IDIOMAS LTDA

Artigo 25; caput da lei 8.666/93.

Valor total: R\$188.354,04

Registrado no TCE/SC sob nº A853C68C7776B46BCEC7F89610AB3E633944ACD3

Processo inexigibilidade 09-96/2023

Objeto: Contratação de palestrante com temática "cultura, cidadania e democracia" para o 5º Fórum Cultura De Blumenau que acontecerá no dia 15/07/23, através do fundo municipal de apoio a cultura, desta Secretaria Municipal De Cultura E Relações Institucionais – SMC

Contratado: RAFAELA CATARINA KINAS

Artigo 25; inciso III da lei 8.666/93.

Valor total: R\$1.600,00

Registrado no TCE/SC sob nº AD456432A0249BAD7B0D2292D8B5DDC4837A6990

Processo inexigibilidade 09-103/2023

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em psicologia, conforme os códigos da tabela SIGTAP/SUS, aos usuários do sistema único de saúde - cred. 15/2022 - SEMUS/FMS.

Contratado: VIVIANE DOS SANTOS FERREIRA FISIOTERAPIA

Artigo 25; caput da lei 8.666/93.

Valor total: R\$127.243,56

Registrado no TCE/SC sob nº D7131C2E7B94DEC15FE64BF7966DC562E88BA786

PROCESSO INEXIGIBILIDADE 09 - 109/2023

Publicação Nº 5053823

Processo inexigibilidade 09-109/2023

Objeto: Contratação de serviço hospitalar em cirurgia urológica endoscópica, com finalidade de promover a assistência à saúde no ponto de atenção hospitalar, dentro linha de cuidado da urologia com atendimentos: de consultas pré-operatória, pós-operatória, avaliação anestésica, exames pré-operatório e/ou complementares em ambulatório próprio, tratamentos cirúrgicos e intercorrências - CRED. Nº 005/2023 - SEMUS/FMS

Contratado: ASSOCIACAO CONGREGACAO DE SANTA CATARINA

Artigo 25; caput da lei 8.666/93.

Valor total: R\$680.016,24

Registrado no TCE/SC sob nº 1E7D6CCCFB2D1E758CCC100996793059CA697955

PORTARIA SEDEAD Nº 37.168/2023

Publicação Nº 5053830

PORTARIA SEDEAD Nº 37.168/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM PEDRO II

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cristiane Muller	Conselho Escolar
Leonice Maria Maia Kraisch	Associação de Pais e Funcionários
Caio Gustavo Pereira	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Cynthia Phillipi	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores

Juliana Inês dos Santos	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Tânia Alice da Rosa Costa	Pessoal do Serviço Operacional
Laura Kurtz Amaral	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Leonice Maria Maia Kraisch	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.166/2023

Publicação Nº 5053834

PORTARIA SEDEAD Nº 37.166/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM PEDRO I

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Luiza Da Silva Soares	Conselho Escolar
Joseane Dos Santos Souza	Associação de Pais e Funcionários
Daiana Dos Santos	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Bruna Suellen Pereira	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Rodrigo Michel Fiamoncini	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Márcia Zimmer	Pessoal do Serviço Operacional
Isadora Camilo Ferreira Lima	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Pamela Dos Santos	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 0 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.163/2023

Publicação Nº 5053836

PORTARIA SEDEAD Nº 37.163/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM PAULINA WAGNER

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Evanira Stuepp Pellense	Conselho Escolar
Daniella Curtipassi	Associação de Pais e Funcionários
Marilda Hammes	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Anilore Dusterehoft Vicente	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Juli L. Allende Muller	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Maria José Vieira de O. Candido	Pessoal do Serviço Operacional
Gabriel A. de Souza Pereira	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Anilore Dusterehoft Vicente	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.176/2023

Publicação Nº 5053838

PORTARIA SEDEAD Nº 37.176/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBMB PATRÍCIA HELENA FINARDI PEGO-RIM

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
José Luiz Bernardes dos Santos	Conselho Escolar
Jacqueline Marangoni	Associação de Pais e Funcionários
Márcia Bento	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Zenaide Ramos	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
----	Pessoal do serviço técnico-administrativo
----	Pessoal do Serviço Operacional
Ryan Gustavo Ganassini	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Zenaide Ramos	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.175/2023

Publicação Nº 5053840

PORTARIA SEDEAD Nº 37.175/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBMB PROF. FERNANDO OSTERMANN

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Henrique Luiz Voltolini	Conselho Escolar
Thais Bomfim de Souza	Associação de Pais e Funcionários
Juliana Luebke	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Luciana Vieira de Almeida Dalfovo	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Charles Oackley Adriano	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Juliana de Freitas Fischer	Pessoal do Serviço Operacional
Latiffa Gabrielly Quirino	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA:	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.167/2023

Publicação Nº 5053845

PORTARIA SEDEAD Nº 37.167/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBMB OLGA RUTZEN

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Marileusa Diel Stupp	Conselho Escolar
Rosane Cristina Torres Kath	Associação de Pais e Funcionários
Juliana Aparecida Lunelli	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Rozangela Terezinha Matiola	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Cláudia Regina da Costa de Borba	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Vera Lucia Rozar	Pessoal do Serviço Operacional
Yasmin Mezzomo	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Silvana Paes de Farias	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.172/2023

Publicação Nº 5053847

PORTARIA SEDEAD Nº 37.172/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBMB PROF. NORMA DIGNART HUBER

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Elisangela Alves Da Silva	Conselho Escolar
Josiane Aparecida Campos Castelani	Associação de Pais e Funcionários
Lian Mazui Castiglioni	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Thiago Costa de Freitas	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Adriana Alves da Silva Justino	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Rita de Carsi Peixoto	Pessoal do Serviço Operacional
Ellyana Sanny Rodrigues Ferreira	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Lian Mazui Castiglioni	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.198/2023

Publicação Nº 5053849

PORTARIA SEDEAD Nº 37.198/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBMB PROF. NEMÉSIA MARGARIDA

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mari Lúcia Rodrigues	Conselho Escolar
Carin Bauler	Associação de Pais e Funcionários
Andréa Maria Tinti	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Cátia Celene Nascimento Montibeler	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Thiago Gonçalves Pales Figueiredo	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Genésio Cunha	Pessoal do Serviço Operacional
Daniel Corrêa Link	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Cátia Celene Nascimento Montibeler	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.204/2023

Publicação Nº 5053850

PORTARIA SEDEAD Nº 37.204/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM MACHADO DE ASSIS

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Patrícia Gonçalves Hostin	Conselho Escolar
Fernanda Michelle Griebner	Associação de Pais e Funcionários
Kelly Marjorri Nogueira Tedesco	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Adriana Rafael Rech Furlani	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Andresa Aparecida Batista	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Emma Emilia Zimmermann	Pessoal do Serviço Operacional
Yasmim de Marchi Kuster	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Adriana Rafael Rech Furlani	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.177/2023

Publicação Nº 5053852

PORTARIA SEDEAD Nº 37.177/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM GENERAL LUCIO ESTEVES

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Daiana Manerichi	Conselho Escolar
Iara Denise Neuhaus Tambosi	Associação de Pais e Funcionários
Janaina Rampeloti	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Sandro Inocencio Marcelo	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Sandra Paulça Soares da Silva	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Sonia Regis	Pessoal do Serviço Operacional
Emily dos Santos Piaz	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Janaina Rampeloti	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.173/2023

Publicação Nº 5053853

PORTARIA SEDEAD Nº 37.173/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM LORE SITA BOLLMANN

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Deize Adriana Hillesheim	Conselho Escolar
Daiane Gracielle Schmitt de Freitas	Associação de Pais e Funcionários
Simone Genske	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Luciana Florêncio	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Bruna Gabriela Metzdorf das Santos	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Eluiza Freitas	Pessoal do Serviço Operacional
Gabriel da Cruz Rohweder	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Bruna Gabriela Metzdorf das Santos	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.186/2023

Publicação Nº 5053857

PORTARIA SEDEAD Nº 37.186/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM LEOBERTO LEAL

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Carlen Aparecida Cadilhac	Conselho Escolar
Christian Luis Koch	Associação de Pais e Funcionários
Dagmar Úrsula Pasold	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores

Andreia Alexandra Ristow Siebert	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Fátima Aparecida de Melo	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Mário Manske	Pessoal do Serviço Operacional
Bianca Alvise de Souza	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Dagmar Úrsula Pasold	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.190/2023

Publicação Nº 5053858

PORTARIA SEDEAD Nº 37.190/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM PROF. ZULMA SOUZA DA SILVA

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Josiane Bublitz de Oliveira	Conselho Escolar
Lenira Hawwerroth	Associação de Pais e Funcionários
Nicole Samanta dos Santos de Roma	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Marcia de Oliveira Salvio	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Karina Adami	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Simone de Souza Schuch	Pessoal do Serviço Operacional
Erik Vinicius Fogaça Silva	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Lenira Hawwerroth	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.160/2023

Publicação Nº 5053859

PORTARIA SEDEAD Nº 37.160/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EIM WILLY MULLER

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Rolf Kosta	Conselho Escolar
Cleisiane Marilete Canal Da Silva	Associação de Pais e Funcionários
Elis Marciane Hertel	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Andresa Diná Dos Santos Altini	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
-----	Pessoal do serviço técnico-administrativo
-----	Pessoal do Serviço Operacional
Maurício Rodrigues Scain	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)

Coordenador da CPA: Janaína Dutra Gonçalves

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.178/2023

Publicação Nº 5053864

PORTARIA SEDEAD Nº 37.178/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM WILHERM THEODOR SCURMANN

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Katiane Silverio	Conselho Escolar
Grasiela Nunes	Associação de Pais e Funcionários
Mara Manske	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Marcela Zuge	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Yara Caroline Scheidemantel	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Nelci Paraboz Pasa	Pessoal do Serviço Operacional
Larissa Beatriz Swantz	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Mara Manske	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.162/2023

Publicação Nº 5053865

PORTARIA SEDEAD Nº 37.162/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM VIDAL RAMOS

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Ruana Maria Gartner Koestetzaer	Conselho Escolar
Carla Giovana Tillmann	Associação de Pais e Funcionários
Adriana Nair Raduenz	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Rubia Goedert Eder	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Gerson Mariano	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Erenice Ribeiro Lanrada	Pessoal do Serviço Operacional
Anna Luiza da Silva	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Elga Holstein Fonseca Doria	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.185/2023

Publicação Nº 5053866

PORTARIA SEDEAD Nº 37.185/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM VISCONDE DE TAUNAY

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Lucilene Weiss	Conselho Escolar
Ana Paula Prestes	Associação de Pais e Funcionários
Alan Jones Vanzuyiten	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Cleonice Pamplona Schultze	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Regina Ramos	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Dejanira Bernardes	Pessoal do Serviço Operacional
Rayane Caroline Pereira	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Alan Jones Vanzuyiten	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.192/2023

Publicação Nº 5053867

PORTARIA SEDEAD Nº 37.192/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBMB TIRADENTES E PROF. JULIA STR-ZALKOWSKA

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Cleideomar Rafael Pering	Conselho Escolar
Lilian Barth	Associação de Pais e Funcionários
Lenir Ap. Nascimento de Souza	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Denise Pimpão	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Alexandre Augusto A de Queiroz	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Edinéia de Pontes	Pessoal do Serviço Operacional
Sofia Ferreira	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Denise Pimpão	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.200/2023

Publicação Nº 5053870

PORTARIA SEDEAD Nº 37.200/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBMB PROF. RODOLFO HOLLENWEGER

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal

de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Patricia Kath	Conselho Escolar
Maridalva Cristóvão da Silva	Associação de Pais e Funcionários
Laysa Berg Beschinock	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Suelen Danker de Paula	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Thais da Silva Reis	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Saete Miranda	Pessoal do Serviço Operacional
Eloá Pacheco	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Patricia Kath	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 37.182/2023

Publicação Nº 5053888

PORTARIA SEDEAD Nº 37.182/2023

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EBM QUINTINO BOCAIUVA

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no uso da atribuição e conforme a Lei Complementar nº 1.204 de 23 de agosto de 2018, que institui o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP – das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau, resolve:

DESIGNAR, os membros indicados abaixo para compor a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado de condução dos processos de avaliação no âmbito da Unidade Educacional, que deverá acompanhar as avaliações, tabular e analisar os resultados, elaborar e divulgar o relatório de avaliação e encaminhar o relatório à Comissão Municipal de Avaliação (CMA).

REPRESENTANTE	SEGMENTO
Mari Célia Moraes Wosniak	Conselho Escolar
Débora Cristine Rehfeldt	Associação de Pais e Funcionários
Marili Ogliari	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Patrícia Slomp	Coordenação Pedagógica/Professores/Educadores
Mayara Tairine Dotto Tratch	Pessoal do serviço técnico-administrativo
Elzira Schreiber	Pessoal do Serviço Operacional
Pedro Henrique Antunes da Silva	Alunos (com idade igual ou superior a 12 anos)
Coordenador da CPA: Mayara Tairine Dotto Tratch	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2022

Publicação Nº 5053898

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2022

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA L.M.D.M. CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica de avaliação dos estudos técnicos (1) de mercado, (2) de arquitetura e engenharia, (3) avaliação econômico-financeira, voltados à concessão para operação, administração, manutenção, conservação, modernização e exploração econômica e comercial do Terminal Rodoviário Hercílio Deeke, na cidade de Blumenau, estudos estes apresentados pela empresa SINART – SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIÁRIO E TURÍSTICO LTDA., resultante do Chamamento Público nº 01/2021 de apresentação a Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, visando obter propostas de soluções para a modernização, efficientização, operação e manutenção do Terminal Rodoviário Hercílio Deeke, sob a forma de

Concessão - SMTT.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-80/2022.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência contratual por mais 09 (nove) meses, ou seja, de 13 de junho de 2023 até 12 de março de 2024.

DATA DE ASSINATURA: 20 de junho de 2023.

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 78/2023

Publicação Nº 5053905

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 78/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA POLISANDRO BARBOSA DOS SANTOS ME - POLISTEEL

OBJETO: Execução da Obra de Ampliação da Escola nr. 01, situada na Rua Dr. Pedro Zimmermann, nr. 8107, bairro Itoupava Central.

PROCESSO: Concorrência nº 03-096/2022.

PREÇO : Suprime a quantia de R\$ 1.435,42 (mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos) visando a correção de valores da planilha orçamentária, totalizando o valor do contrato em R\$ 247.317,33 (duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e dezessete reais e trinta e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18 de julho de 2023.

EXTRATO – 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 110/2023

Publicação Nº 5053907

EXTRATO – 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 110/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O CONSÓRCIO SOTEPA PLANEJAR - PONTES.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços técnicos especializados de supervisão, controle e apoio à fiscalização de obras arte especial e obras de contenção, localizadas Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos - SEMOB.

PROCESSO: Concorrência nº 71/2022.

ALTERAÇÃO: Altera-se o caput da cláusula primeira e a cláusula sexta do contrato primitivo, incluindo nova dotação orçamentária e fonte de recurso.

DATA DE ASSINATURA: 29 de maio de 2023.

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2020

Publicação Nº 5053910

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 151/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E OS SRS. MARCIANO BURKHARDT E EDSON BURKHARDT.

OBJETO: Locação de andar térreo de um prédio de alvenaria contendo uma área de 257m², situado na Rua Johann G. Hadlich, nº 263, Bairro Passo Manso, Blumenau/SC, matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis, sob n. 48.946, destinado ao funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família – E.S.F. Paulo Pedro Mayerle – FMS/SEMUS.

PROCESSO: Dispensa nº 08-101/2020.

VALOR: REAJUSTA o valor da locação para R\$ 4.747,62 (quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) mensais, contados a partir de 10 de junho de 2023, totalizando o valor do contrato em R\$ 56.971,44 (cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 6 de julho de 2023.

EXTRATO - 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2018

Publicação Nº 5053913

EXTRATO - 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SRA. MARILÉIA CORREA DE MIRANDA.

OBJETO: Locação de imóvel de 03 pavimentos, localizado na Rua Ricardo Georg, nº 1999, Bairro Itoupava Central, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento do Centro de Educação Infantil – CEI Carlos Rohweder - SEMED.

PROCESSO: Processo de Dispensa nº 08-058/2018.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 6.128,18 (seis mil, cento e vinte e oito reais e dezoito centavos) mensais, a contar de 1º de junho de 2023, totalizando o valor do contrato em R\$ 73.538,16 (setenta e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 25 de julho de 2023.

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 207/2020

Publicação Nº 5053916

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 207/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA IP2LINK TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EIRELI.

OBJETO: Prestação de Serviços de Manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças no sistema de comunicação telefônico (PABX) marca Alcate-Lucent, modelo Omni PCX Enterprise, instalada na sede da PMB e nos bastidores remotos (Media Gateways) instalados nas dependências das Secretarias/Fundações/Autarquias, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 12 meses – SEGG.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 30/2020.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de agosto de 2023 até 31 de julho de 2024.

PREÇO: Renova o valor pela execução dos serviços que se mantém em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 13 de julho de 2023.

EXTRATO - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 71/2022

Publicação Nº 5053918

EXTRATO - 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 71/2022

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA DBM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Execução de obra de contenção na Rua Antônio Treis (fundos do CEB - Centro Empresarial de Blumenau), bairro Vorstard, com extensão de 20 metros, em Blumenau/SC – SEMOB.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-084/2022.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 0,22 (vinte e dois centavos) em decorrência da retificação do valor acrescido no aditivo anterior, mantendo o valor total do contrato em R\$ 420.255,42 (quatrocentos e vinte mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 6 de julho de 2023.

EXTRATO - 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2017

Publicação Nº 5053924

EXTRATO - 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA I4I INTELLIGENCE FOR INNOVATION LTDA.

OBJETO: Consultoria e assessoria para uso de software de automatização de fluxos de processo que utilize como motor de processos o Gxflow (motor de BPMN de Genexus).

PROCESSO: Pregão Presencial nº 06-129/2017.

PREÇO: Acrescentam-se valores ao contrato, conforme segue:

Acrescenta a quantia de R\$ 49.111,021 (quarenta e nove mil, cento e onze reais e vinte e um centavos), devido ao reajuste contratual, atualizando o valor do contrato em R\$ 732.043,19 (setecentos e trinta e dois mil, quarenta e três reais e dezenove centavos).

Acrescenta a quantia de R\$ 183.010,80 (cento e oitenta e três mil, dez reais e oitenta centavos) correspondendo a 25% a mais que o valor inicial atualizado do contrato.

Em decorrência dos acréscimos acima dispostos, totaliza-se o valor do contrato em R\$ 915.053,99 (novecentos e quinze mil, cinquenta e três reais e noventa e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 21 de julho de 2023.

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2020

Publicação Nº 5053935

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA I4I INTELLIGENCE FOR INNOVATION LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de sustentação da aplicação, manutenção evolutiva e manutenção adaptativa ao software denominado PRONTO, software desenvolvido na plataforma GeneXus™

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 16/2020.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 4 de agosto de 2023 até 3 de agosto de 2024.

VALOR: Renova-se o valor total pago pela prestação dos serviços em R\$ 1.512.664,56 (um milhão, quinhentos e doze mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 17 de julho de 2023.

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 218/2019

Publicação Nº 5053945

EXTRATO - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 218/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA PATHOLOGY DIAGNÓSTICOS EM MEDICINA LTDA

OBJETO: Prestação de serviços de saúde, caracterizado como Laboratório do Tipo I, com finalidade diagnóstica em exames citopatológicos e anátomo patológicos, com código/descrição, instrumento de registro constantes na Tabela SIGTAP – SIA/SUS do Ministério da Saúde, aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Blumenau.

PROCESSO: Processo de Inexigibilidade nº 09-76/2019.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2023 até 30 de setembro de 2024.

PREÇO: Renova o valor do contrato em R\$ 38.549,65 (trinta e oito mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), totalizando para o período o valor de R\$ 462.595,80 (quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 17 de julho de 2023.

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 250/2021

Publicação Nº 5053957

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 250/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E EMPRESA ARTECH INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para manutenção e atualização anual das licenças Genexus de propriedade do Município de Blumenau, incluindo suporte técnico e atualização de versões – SEGG – SEMUS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 34/2021.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 9 de setembro de 2023 até 8 de setembro de 2024.

VALOR: Renova-se o valor total dos serviços prestados em R\$ 61.298,72 (sessenta e um mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 28 de junho de 2023.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 320/2021

Publicação Nº 5053968

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 320/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A TCMS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção, instalação e transferências de centrais, linhas e ramais telefônicos, para atendimento a SEMUS, SMC, SMTT e ISSBLU.

PROCESSO: Pregão presencial nº 29/2021.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 18 de outubro de 2023 até 17 de outubro de 2024.

PREÇO: Renova o valor pago ao contratado em R\$ 143.840,00 (cento e quarenta e três mil, oitocentos e quarenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 6 de julho de 2023.

EXTRATO – CONTRATO Nº 332/2023

Publicação Nº 5053993

EXTRATO – CONTRATO Nº 332/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA LOVE CAT MEDICINA DE FELINOS LTDA.

OBJETO: Credenciamento de clínicas veterinárias e/ ou hospitais veterinários especializados para a realização de atendimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em cães e gatos, machos e fêmeas de pequeno, médio e grande porte provenientes de atendimentos realizados pelo CEPREAD - SEMMAS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 78/2023.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 393.504,35 (trezentos e noventa e três mil, quinhentos e quatro reais e trinta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 4 de agosto de 2023.

EXTRATO – CONTRATO Nº 305/2023

Publicação Nº 5053995

EXTRATO – CONTRATO Nº 305/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS T.W.A. LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de diagnóstico por laboratório clínico, conforme os códigos da Tabela SIGTAP/SUS, bem como outros dispostos neste contrato de credenciamento, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº. 09-081/2023.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de 25/07/2023.

PREÇO: R\$ 1.467.600,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil e seiscentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 14 de julho de 2023.

EXTRATO – CONTRATO Nº 207/2023

Publicação Nº 5053999

EXTRATO – CONTRATO Nº 207/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA BAROLO BISTRO LTDA.

OBJETO: Escolha da melhor proposta à obtenção de permissão remunerada de uso de bem público, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB para exploração comercial de pontos de alimentação, souvenirs e ponto de fotografia, durante as edições da 38ª e 39ª Oktoberfest - PROEB. Item 07 - GRUPO A - PONTO A8 - CASA DO PATO E CASA DA CODORNA.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 13/2023.

PRAZO: O prazo de vigência será de sua assinatura até o dia 28/02/2025.

PREÇO: R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais), além do comissionamento de vendas de 7% (sete por cento) sobre a venda bruta dos referidos itens de alimentação para a PROEB.

DATA DE ASSINATURA: 4 de julho de 2023.

EXTRATO – CONTRATO Nº 201/2023

Publicação Nº 5054003

EXTRATO – CONTRATO Nº 201/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA HEIKO GRABOLLE ME.

OBJETO: Escolha da melhor proposta à obtenção de permissão remunerada de uso de bem público, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB para exploração comercial de pontos de alimentação, souvenirs e ponto de fotografia, durante as edições da 38ª e 39ª Oktoberfest e Natal em Blumenau 2023 e 2024 - PROEB. Item 01 - GRUPO A - PONTO A2 - CASA DA BATATA FRITA.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 13/2023.

PRAZO: O prazo de vigência será de sua assinatura até o dia 28/02/2025.

PREÇO: R\$ 155.500,000 (cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos reais), além do comissionamento de vendas de 7% (sete por cento) sobre a venda bruta dos referidos itens de alimentação para a PROEB.

DATA DE ASSINATURA: 4 de julho de 2023.

EXTRATO - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 323/2022

Publicação Nº 5054005

EXTRATO - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 323/2022

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E EMPRESA CONSTRUTORA SCHROEDER E SCHMIDT LTDA.

OBJETO: Reforma da Praça Prof. José Ferreira da Silva, situada na Rua República Argentina, bairro Ponta Aguda Blumenau/SC - SEPLAN.

PROCESSO: Concorrência nº 03-064/2022.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 88.404,65 (oitenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos), correspondendo a 23,99% a mais que o valor inicial atualizado, totalizando o valor do contrato em R\$ 456.907,93 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sete reais e noventa e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 21 de julho de 2023.

EXTRATO – CONTRATO Nº 333/2023

Publicação Nº 5054008

EXTRATO – CONTRATO Nº 333/2023

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA VIDAPET CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA.

OBJETO: Credenciamento de clínicas veterinárias e/ ou hospitais veterinários especializados para a realização de atendimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em cães e gatos, machos e fêmeas de pequeno, médio e grande porte provenientes de atendimentos realizados pelo CEPREAD - SEMMAS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 82/2023.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 393.504,35 (trezentos e noventa e três mil, quinhentos e quatro reais e trinta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 04 de agosto de 2023.

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 382/2022

Publicação Nº 5054014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 382/2022

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Execução de obra de infraestrutura com pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Rua Elsa Mette, Bairro: Salto do Norte, Blumenau/SC.

PROCESSO: Concorrência nº 03-066/2022.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 159.025,45 (cento e cinquenta e nove mil, vinte cinco reais e quarenta e cinco centavos) ou seja, cerca de 24,26% a mais que o valor inicialmente previsto, totalizando o valor do contrato em R\$ 814.604,08 (oitocentos e quatorze mil, seiscentos e quatro reais e oito centavos)

DATA DE ASSINATURA: 17 de julho de 2023.

TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO – TIAF Nº 240/2023

Publicação Nº 5054026

TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO – TIAF Nº 240/2023

CONTRIBUINTE: ARTE QUADROS DESENVOLVIMENTO TEXTIL LTDA - ME
CNPJ: 25.197.785/0001-65 Nº INSCRIÇÃO: 116.172
ENDEREÇO: Rua Bahia, 819, Galpão 8B, Do Salto, 89.031-000 - Blumenau/SC
PROC. FISCAL: 2023/240 Ação Fiscal (Art. 139-A do CTM)
Período Fiscalizado: 01/2019 a 05/2021

Em observância ao Art. 139, § 2º da Lei Complementar 632 de 2007 (Código Tributário Municipal - CTM), fica o contribuinte acima identificado CIENTIFICADO de que, a partir do presente Termo, ESTÁ INICIADO PROCESSO FISCALIZATÓRIO com a finalidade de apurar o cumprimento da legislação tributária municipal (v. Artigo 137 do CTM), cuja duração será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis na forma da lei. Bem como, fica a partir da presente cientificação, afastada a possibilidade de denúncia espontânea a que se refere o Art. 59 do mesmo Diploma.

Adicionalmente Cientifica-se que:

- o não cumprimento do presente Termo de Início de Fiscalização configurar-se-á infração ao Art. 296, inciso II CTM, sujeitando o infrator às penalidades previstas nos Art. 320 e 321 do mesmo Diploma, sem prejuízo de eventual ação penal a ser promovida pelo Ministério Público, nos casos de transgressão à Lei 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tributária).

- o contribuinte fica obrigado a apresentar a documentação abaixo relacionada à autoridade administrativa, bem como outros documentos que possam ser solicitados, consoante o disposto nos Arts. 138 e 296, inciso II do CTM;

Por fim, INTIMA-SE o contribuinte acima qualificado para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova a entrega dos seguintes documentos, referentes ao período de 01/2019 a 05/2021, e/ou adote as providências abaixo citadas:

1. CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES
2. LIVRO REGISTRO DE SERVIÇOS
3. LIVRO RAZÃO ANALÍTICO
4. LIVRO DIÁRIO
5. DECLARAÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA
6. GUIAS DE RECOLHIMENTO DE ISSQN (QUITADAS ATÉ O DIA ANTERIOR À DATA DE CIÊNCIA DESTE).
7. PROCURAÇÃO AUTENTICADA (NO CASO DOS DOCUMENTOS SEREM ASSINADOS POR PROCURADOR).

Registre-se que se tentou intimar/notificar o (a) contribuinte via ciência direta, bem como, via Carta com Aviso de Recebimento (recebido por terceiro), no endereço cadastrado como seu domicílio fiscal, as tentativas restaram infrutíferas, concluindo-se que, o contribuinte encontra-se em local incerto e não sabido, sendo este EDITAL, a medida legal a ser tentada, conforme disposição expressa pelo inciso III, do artigo 153, Código Tributário Municipal.

Os documentos e comprovantes deverão ser enviados preferencialmente pelo email: sirlenerperlin@blumenau.sc.gov.br ou alternativamente na Prefeitura Municipal de Blumenau, Secretaria da Fazenda - Praça Victor Konder, nº 2, Sala 20.

Notifique-se, conforme termos legais.

Blumenau/SC, 14 de agosto de 2023.

SIRLENE SATIL PERLIN
Auditora-Fiscal Tributária
Matrícula: 23304-8

TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO – TIAF Nº 241/2023

Publicação Nº 5054036

TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO – TIAF Nº 241/2023

CONTRIBUINTE: ELISE ZANELATO INACIO ME
CNPJ: 17.903.183/0001-58 Nº INSCRIÇÃO: 113.335
ENDEREÇO: Bernardino Jose de Oliveira, 1000, Badenfurt - Blumenau/SC
PROC. FISCAL: 2023/241 Ação Fiscal (Art. 139-A do CTM)
Período Fiscalizado: 03/2018 a 12/2018

Em observância ao Art. 139, § 2º da Lei Complementar 632 de 2007 (Código Tributário Municipal - CTM), fica o contribuinte acima identificado CIENTIFICADO de que, a partir do presente Termo, ESTÁ INICIADO PROCESSO FISCALIZATÓRIO com a finalidade de apurar o cumprimento da legislação tributária municipal (v. Artigo 137 do CTM), cuja duração será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis na forma da lei. Bem como, fica a partir da presente cientificação, afastada a possibilidade de denúncia espontânea a que se refere o Art. 59 do mesmo Diploma.

Adicionalmente Cientifica-se que:

a) o não cumprimento do presente Termo de Início de Fiscalização configurar-se-á infração ao Art. 296, inciso II CTM, sujeitando o infrator às penalidades previstas nos Art. 320 e 321 do mesmo Diploma, sem prejuízo de eventual ação penal a ser promovida pelo Ministério Público, nos casos de transgressão à Lei 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tributária).

b) o contribuinte fica obrigado a apresentar a documentação abaixo relacionada à autoridade administrativa, bem como outros documentos que possam ser solicitados, consoante o disposto nos Arts. 138 e 296, inciso II do CTM;

Por fim, INTIMA-SE o contribuinte acima qualificado para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova a entrega dos seguintes documentos, referentes ao período de 03/2018 a 12/2018, e/ou adote as providências abaixo citadas:

1. CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES - (ORIGINAL ou CÓPIA AUTENTICADA)
2. GUIAS DE RECOLHIMENTO DE ISSQN (QUITADAS ATÉ O DIA ANTERIOR À DATA DE CIÊNCIA DESTE).
3. PROCURAÇÃO AUTENTICADA (NO CASO DOS DOCUMENTOS SEREM ASSINADOS POR PROCURADOR).

Registre-se que se tentou intimar/notificar o (a) contribuinte via ciência direta, bem como, via Carta com Aviso de Recebimento, no endereço cadastrado como seu domicílio fiscal, as tentativas restaram infrutíferas, concluindo-se que, o contribuinte encontra-se em local incerto e não sabido, sendo este EDITAL, a medida legal a ser tentada, conforme disposição expressa pelo inciso III, do artigo 153, Código Tributário Municipal.

Os documentos e comprovantes deverão ser enviados preferencialmente pelo email: sirlenerperlin@blumenau.sc.gov.br ou alternativamente na Prefeitura Municipal de Blumenau, Secretaria da Fazenda - Praça Victor Konder, nº 2, Sala 20.

Notifique-se, conforme termos legais.

Blumenau/SC, 14 de agosto de 2023.

SIRLENE SATIL PERLIN
Auditora-Fiscal Tributária
Matrícula: 23304-8

PORTARIA SEGG / PMB Nº 013/2023

Publicação Nº 5054039

PORTARIA SEGG / PMB Nº 013, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

DESIGNA OS SERVIDORES FÁBIO LEANDRO DE ARRAZÃO, ADMINISTRADOR – SEPLAN, IVO RONALD BACHMANN JÚNIOR, DIRETOR – SAMAE, E WILLIAN DOERNER, ENGENHEIRO SEMMAS, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2022/183 – 1º TERMO ADITIVO, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU / SEGG E O CONSÓRCIO BLUTECH.

EDER ANTÔNIO BORON, Secretário - SEPLAN, MICHAEL RAUL SCHNEIDER, Diretor Presidente – SAMAE, e JEFFERSON EDEMAR VOIGTLANDER, Secretário – SEMMAS, no uso de suas atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais FÁBIO LEANDRO DE ARRAZÃO, Administrador, matrícula RH nº 182800, IVO RONALD BACHMANN JÚNIOR, Diretor, matrícula RH nº 22101, e WILLIAN DOERNER, Engenheiro, matrícula RH nº 1601109, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 2022/183 – 1º TERMO ADITIVO, firmado entre a Prefeitura Municipal de Blumenau / SEGG, CNPJ Nº 83.108.357/0001-15, e o CONSÓRCIO BLUTECH, CNPJ nº 47.151.427/0001-54, que tem por objeto: "Contratação de empresa para execução de serviços especializados para elaboração de base cartográfica, com uso de sensores aerotransportados no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de agosto de 2023

EDER ANTÔNIO BORON
Secretário / SEPLAN
Ciência do Fiscal: _____
Nome: _____
Data da Ciência: __/__/_____

EXTRATO Nº 325/2023 - FURB

Publicação Nº 5054042

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**Extrato nº. 325/2023**

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição de cadeiras para o Centro Realístico da Universidade e Peças de Reposição.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 195/2023 e Contrato nº 125/2023, válido a partir de 11 de agosto de 2023.**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca e Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	28282	2	Peças	Cadeira estofada giratória com rodízios tipo executiva, com braços reguláveis e com sistema "back-system". - Estrutura giratória com 5 hastes revestidas na parte superior com capa de polipropileno injetado, sobre rodízios duplos de nylon. - Encosto com regulagens vertical e horizontal (sistema back-system), e assento com regulagem vertical através de alavancas sob o assento. - Mecanismo com pistão a gás para regulagem vertical do assento. Capa telescópica de proteção no tubo central para evitar acúmulo de pó. - Com braços reguláveis tipo "T". - Dimensões mínimas do assento: 47 x 44 cm (LxP) - Dimensões mínimas do encosto: 40 x 37 cm (LxA) - Altura mínima do assento: 37 cm (regulável no mínimo até 50cm) - Assento e encosto independentes, confeccionados em lâminas de madeira em formato anatômico com espessura mínima de 15 mm; - Estofamento em espuma injetada de poliuretano, isento de CFC, com densidade	Cavaletti / 4103 s.r.e.	700,00	1.400,00

				<p>mínima de 55 kg/m³, moldada anatomicamente e com espessura mínima de 50 mm no assento e no encosto;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bordas arredondadas protegidas por perfil de PVC; - Parte traseira do encosto revestida em couro sintético na cor preta. Parte inferior do assento revestida em não tecido na cor preta; - Assento e encosto revestidos em tecido 100% poliéster ou couro ecológico (a critério do solicitante), com cor a ser definida no momento da compra; - Todas as cadeiras deverão seguir a regulamentação NR17 (MTE) e ABNT-NBR 13.962-2006, nos itens em que se aplicam; - Todas as cadeiras deverão prover suporte para no mínimo 110Kg; - As cadeiras deverão ser entregues montadas, ou serem montadas no local e no ato da entrega; - Garantia mínima de 1 ano. 			
2	40980	30	Peça	<p>Cadeira universitária individual, com prancheta escamotável:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadeiras do tipo fixas, com 4 pés antiderrapantes, toda a estrutura uniforme, em aço, com pintura epóxi eletrostática preta, com gradil abaixo do assento para guarda de objetos (livros e etc.); - Assento e encosto estofados, com espuma de alta performance, anatômicos, acabamento em tecido resistente na cor preta (exceto courino). A medida mínima da cadeira deve ser o padrão secretária, altura do assento aproximadamente 45 cm do piso, altura do encosto 85 cm do piso, aproximadamente. - Cadeira com braço em apenas uma das laterais, com prancheta acoplada em MDF 15 mm na cor branca ou cinza claro, do 	Dellus/ Cadeira universitária individual	390,00	11.700,00

				<p>tipo escamoteável (prancheta dobrável);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pranchetas para destros (aceitável 10% da quantidade total para canhotos); - Estar em acordo com as normas pertinentes, medidas de ergonomia e ter certificação do Inmetro; - Garantia mínima de 1 ano; - Peso suportado mínimo 110 kg; <p>- Modelo de referência: Cadeira Universitária Dellus secretária anatomica 35mm encosto duplo com gradil - Prancheta escamoteável em melamínico 15mm cód: 1923 (site Grapol).</p> <p>- Poderá ser solicitada amostra do vencedor, e caso isso ocorra, deverá ser apresentada em até 5 (cinco) dias após encerramento da sessão.</p> <p>As cadeiras deverão vir montados ou com montagem no local, realizado pela empresa licitada.</p>			
3	31167	30	Peça	Pistão a gás , para controle de altura de cadeira giratória de escritório.	Plaxmetal/Pistão a gás	82,00	2.460,00
4	37436	20	Peça	Canoa para fixação do encosto de cadeira giratória ; cor preta; distância entre centro dos furos 110mm e 85mm.	Plaxmetal/Canoa para fixação do encosto de cadeira giratória	16,00	320,00
5	40970	100	Peça	Rodízio para cadeira em poliuretano (PU) , diâmetro 50mm / pino longo diâmetro 10 ou 11mm x 30mm , sem esfera, com bucha, cor preta. Mínimo 30kg/roda. norma NBR 13962 (ABNT).	Plaxmetal/Rodízio para cadeira em Poliuretano	20,00	2.000,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega dos produtos, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato gerado em decorrência deste Edital terá vigência contada a partir da data de assinatura do instrumento contratual, com encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 14/08/2023.

EXTRATO Nº 326/2023 - FURB

Publicação Nº 5054043

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 323/2023

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 043/2022

OBJETO: Aquisição de licenciamento dos softwares AEC Architecture Engineering Construction e Autodesk Autocad, para uso da Universidade".

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 021/2022 e Contrato nº 043/2022, firmado em 11 de abril de 2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPLEMENTAÇÃO:

Fica o Termo de Contrato nº 043/2022 suplementado em R\$ 5.830,00 (cinco mil, oitocentos e trinta reais), resultando em 12,93% (doze vírgula noventa e três por cento) a maior, em relação ao valor global contratado para o TA nº 01, conforme segue:

Item	Código FURB	Qtde. a ser suplementada	Descrição do Item
2	41003	01 Licença	Licença AutoCAD - including specialized toolsets AD Commercial New Single-user ELD Annual Subscription (pro-rata).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA SUPLEMENTAÇÃO:

Tal suplementação será válida para o período de 31 de agosto de 2023 até o prazo final do aditivo nº 01.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 043/2022, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

Blumenau/SC, 09 de agosto de 2023.

EXTRATO Nº 328/2023 - FURB

Publicação Nº 5054046

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 328/2023

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº. 228/2018

OBJETO: prestação de serviços de conectividade a rede mundial de computadores (link de internet) para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 219/2018 e Contrato nº. 228/2018, firmado em 29 de agosto de 2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 228/2018 fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 29 de agosto de 2022 até 28 de outubro de 2023, o que totalizará 62 (sessenta e dois) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

Mantem-se a Cláusula Primeira, item 1.2, para a vigência deste Aditivo, conforme abaixo:

"1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
01	38900	02	Mês	Serviços de conectividade a rede mundial de computadores internet), sem roteador incluso.	3.000,00	6.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 228/2018 e aditivos nºs 001 a 004, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

Blumenau (SC), 11 de agosto de 2023.

EXTRATO Nº 329/2023 - FURB

Publicação Nº 5054048

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 329/2023

Dispensa de Licitação nº. 238/2023

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Dispensa de Licitação do procedimento em epígrafe, com fundamento no Artigo 24, II, da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 377/2023/PROGEF, para AQUISIÇÃO DE BOCAIS DESCARTÁVEIS PARA EXAME DE ESPIROMETRIA.

Setor solicitante: Complexo de Saúde FURB. Contratada: DSP EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ: 29695217/0002-26). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, II da Lei 8.666/1993 e Parecer Jurídico nº 377/2023/PROGEF. Pedido nº: 2023/653. Forma de Pagamento: Em até 30 dias após a entrega do material com NF. Prazo entrega: Em até 05 dias após o envio da Ordem de Compra. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 795,00 (setecentos e noventa e cinco reais) / 01.33.12.302.0101.2121 (Manutenção de Atividades Técnicas, Operacionais e Administrativas) / 3.3.90 (Aplicações Diretas) / 3.3.90.30.43.00.00.00. (MATERIAL PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL). Nº do registro do envio TCE: A0E68B1F9782795B383CC1E790CA298487B793CD.

Blumenau/SC, 11 de agosto de 2023.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola

Reitora da FURB

PORTARIA SEGG / PMB Nº 014/2023

Publicação Nº 5054128

PORTARIA SEGG / PMB Nº 014, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

DESIGNA O SERVIDOR JULIO CEZAR DE SOUZA SILVA, DIRETOR DE SISTEMAS E INOVAÇÃO, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2021/250 – 2º TERMO ADITIVO, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU E A EMPRESA ARTECH INFORMATICA DO BRASIL LTDA.

PAULO EDUARDO DE OLIVEIRA COSTA, Secretário Municipal de Gestão Governamental do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal JULIO CEZAR DE SOUZA SILVA, Diretor de Sistemas e Inovação, matrícula RH nº 920445, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 2021/250 – 2º TERMO ADITIVO, firmado entre a Prefeitura Municipal de Blumenau e a empresa ARTECH INFORMATICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 05.614.306/0001-51, que tem por objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS LICENÇAS GENEXUS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE BLUMENAU-SC, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES - SEGG E SEMUS/FMS".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SC, em 11 de agosto de 2023

PAULO COSTA

Secretário / SEGG

Ciência do Fiscal: _____

Nome: _____

Data da Ciência: __/__/_____

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EDITAL N. 001/2023

Publicação Nº 5054129

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO
EDITAL N. 001/2023

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura para realização do Processo Seletivo Público Simplificado (PSPS) n. 001/2023, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação para o ano letivo de 2024, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Leis Complementares n. 660/2007, 662/2007, Lei Ordinária n. 7.564/2010 e pelas normas estabelecidas neste Edital, que está disponível no endereço

eletrônico da Prefeitura Municipal de Blumenau www.blumenau.sc.gov.br, aba Blumenau, Processos Seletivos, Secretaria de Educação, Processo Seletivo n. 001/2023

O período de inscrição será de 29 de agosto a 18 de setembro de 2023, no endereço eletrônico da Fundação Universidade Regional de Blumenau: concursos.furb.br, link Prefeitura Municipal de Blumenau – Processo Seletivo Público Simplificado - Edital N. 001/2023.

Prefeitura Municipal de Blumenau, 14 de agosto de 2023.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

Bom Jesus

CÂMARA MUNICIPAL

07 2023

Publicação Nº 5054674

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 31540BB21EDCFE6AEF7732C1CA7D09DE0555EE52



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2023.

TIPO: LICITAÇÃO.**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2023.****FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.****Código registro TCE: 31540BB21EDCFE6AEF7732C1CA7D09DE0555EE52**

A Câmara de vereadores do Município de Bom Jesus, com sede na Rua Virgílio Sabino da Silva – 1017, Centro, através de seu Presidente Sr. Jorge Endrygo Brinker, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que fará realizar Licitação, conforme os dispositivos contidos na Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital de Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** para obras e serviços de engenharia, através do regime de execução indireta **“EMPREITADA PELO MENOR PREÇO GLOBAL”**.

1. O recebimento dos Envelopes **“01 – DOCUMENTAÇÃO”** e **“02 – PROPOSTA”**, contendo, respectivamente a documentação de habilitação e a proposta de preço dos interessados, dar-se-á **até às 13:15 horas do dia 30 (trinta) de agosto de 2023**, na sede legislativa municipal, endereço citado em preâmbulo e em rodapé do presente instrumento convocatório.

O início da sessão pública do certame licitatório supracitado, juntamente com a respectiva abertura do Envelope **“01 – DOCUMENTAÇÃO”**, dar-se-á **às 13:30 horas do dia 30 (trinta) de agosto de 2023** no mesmo endereço indicado no item 1. Havendo a concordância de todas as proponentes presentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do anexo “V” deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura do Envelope **“02 – PROPOSTA”**, contendo as propostas de preço das proponentes habilitadas.



**CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA**

1.0- DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS SC, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO A ESTE EDITAL.**

1.2- Faz parte integrante deste Edital:

- Minuta do Contrato;
- Modelo de declaração do licitante de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida lei;
- Modelo de modelo de declaração de regularidade trabalhista;
- Modelo de Carta de Credenciamento;
- Modelo de Termo de Renúncia.

1.3- Dos documentos em anexo a este edital.

- Memorial descritivo, contendo detalhes construtivos;
- BDI;
- Planilha de Cronograma físico e financeiro;
- Planilha Orçamentária;
- Composições;
- Projetos técnicos;

2.0- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

2.1- Os envelopes, constituídos de documentação e proposta, deverão ser entregues na Câmara de vereadores do Município de Bom Jesus, com sede na Rua Virgílio Sabino da Silva, nº 1017, Centro, até às **13:15 horas do dia 30 (trinta) de agosto de 2023**, em envelopes opacos, devidamente lacrados contendo em suas partes externas os seguintes dizeres:

**À CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
“NOME DA EMPRESA”**

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1017, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camara@bomjesus.sc.gov.br // Fone: +55 (49) 3430-0503



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

ENDEREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° xx/xxxx

TOMADA DE PREÇOS N° N° xx/xxxx

· primeiro com subtítulo “DOCUMENTOS”

· segundo com subtítulo “PROPOSTA”

2.2 - Caso a proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma **Carta de Credenciamento**, conforme modelo sugestivo constante do **anexo “IV”** deste edital, a qual deverá ser entregue aos Membros da Comissão de Licitações para processar a licitação na data de abertura dos Envelopes 01 e 02, ou através de **procuração**, juntamente com **documento de identificação e contrato social da empresa**. Todos os documentos citados neste item 2.2 devem ser apresentados fora dos envelopes em original, ou em cópia autenticada em cartório ou por Servidor designado pelo Legislativo Municipal.

2.3 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no **subitem 2.1** deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Câmara de vereadores de Bom Jesus e a Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro dos prazos estabelecidos no **subitem 2.1** deste Edital.

2.4 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para, e no ato de credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC n° 103/2007, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao da data de abertura desta licitação. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1017, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camara@bomjesus.sc.gov.br // Fone: +55 (49) 3430-0503



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. Estes documentos deverão ser apresentados obrigatoriamente fora dos envelopes “**01 – DOCUMENTAÇÃO**” e “**02 – PROPOSTA**”.

3.0 - PRAZOS

3.1- O prazo para assinatura do contrato será de 5 (cinco) dias, após a homologação do processo licitatório e convocação para esse fim, expedida pela Câmara de vereadores de Bom Jesus.

3.1.1 - O Contrato terá vigência, a contar da data de sua assinatura até 31/12/2023, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

3.2- O prazo para início da obra de que trata o objeto deste Edital, será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço pelo Senhor Presidente do Legislativo Municipal.

3.3- O prazo para **CONCLUSÃO TOTAL DA OBRA** contado do dia seguinte da data da expedição da ordem de início do serviço será de **90 DIAS**.

4 - SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos e memoriais apresentados, com aplicação de material de primeira qualidade, sujeitando-se a proponente vencedora a fiscalização por parte do Poder Legislativo Municipal através de seus prepostos.

5 –DÚVIDAS

As dúvidas de caráter técnico ou legal na interpretação dos termos do presente edital deverão ser formalizadas por escrito e endereçadas a Comissão de Licitações, junto a Câmara de vereadores de Bom Jesus até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação. Ressalta-se ainda que, as dúvidas podem ser encaminhadas por meio físico o qual

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

deverá ser protocolado junta a sede, ou por meio eletrônico através do endereço eletrônico oficial mencionado em rodapé do presente. A suscitação de dúvidas não se confunde com a medida prevista no § 2º do art. 41 da Lei 8.666/93.

6 - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO.

São condições gerais para participação no presente certame licitatório:

- 6.1 A empresa licitante deverá estar cadastrada no Cadastro de Fornecedores/Prestadores de Serviço do Legislativo Municipal de Bom Jesus ou atender todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data de abertura da licitação;
- 6.2 Não será permitida a participação de empresas em consórcio;
- 6.3 Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública;
- 6.4 Poderão participar todas as pessoas jurídicas que atenderem as exigências do presente edital e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.0- HABILITAÇÃO

7.1- Os interessados em participar da presente licitação deverão apresentar para sua habilitação, em envelope não transparente e lacrado que contenha a sua identificação enúmero desta licitação, sob o n. 01, sob título “**DOCUMENTOS**”:

7.1.1. Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pela Câmara de vereadores de Bom Jesus, válido na data de abertura da presente licitação. Devendo o cadastramento ser efetivado **até as 17:00 horas do dia 25 de agosto de 2023,** junto ao setor responsável do Legislativo Municipal;

7.1.2 Habilitação Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

última eleição e posse de seus administradores. No ato constitutivo deverão estar contempladas, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades compatíveis com a natureza e objeto da licitação.

- Inscrição no órgão competente, do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

7.1.3 Habilitação Fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através de Certidões Negativas de Débito, demonstrando o regular recolhimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.1.4 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de até 60 (sessenta) dias antes da data para protocolo dos envelopes;

7.1.5 Qualificação técnica:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho De Arquitetura E Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC) ou, no caso de licitantes sediados em outros Estados e que não possuam registro junto ao CREA-SC, Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA da jurisdição da sede da licitante (O visto do CREA /SC só será exigido da empresa vencedora e se a esta for de outro estado), vigente na data fixada para apresentação dos envelopes deste Edital. Importante frisar que a licitante vencedora deverá transformar o visto de participação em licitações em visto para execução de obras ou prestação de serviços e apresentá-lo à Câmara de vereadores de Bom Jesus na ocasião da assinatura do contrato;

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

b) Certidão de registro de pessoa física do CREA ou CAU, do(s) responsável (is) técnico(s) vinculados com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pelo CREA ou CAU obs.: CREA da jurisdição do domicílio do profissional.

c) **ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA**, fornecido pela Câmara de vereadores de Bom Jesus, que comprove que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Edital.

- A visita deverá ser procedida mediante agendamento com a Câmara de vereadores de Bom Jesus e deverá ser efetuada por técnico indicado pela empresa, até o **terceiro dia útil anterior à data marcada, ou seja, até as 17:00 horas do dia 25 de agosto de 2023**, para o recebimento dos envelopes de “Documentos de Habilitação” e “Documentos de Proposta de Preço”.

- Ao comparecer ao local para efetuar a visita, o profissional indicado deverá apresentar cédula de identidade profissional emitida pelo CREA e/ou CAU, ou documento oficial de identidade acompanhado de comprovante de qualificação profissional, juntamente com uma carta de apresentação da empresa, devidamente assinada pelo seu representante legal.

7.1.6 Declarações:

a) Declaração do licitante de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei, constante do Anexo II.

b) Declaração do licitante de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em cumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, constante no Anexo III.

- As microempresas e empresas de pequeno porte, participantes, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, ou seja, posterior ao julgamento das propostas, podendo ser prorrogado por igual período, quando solicitado pelo licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS ESTADO DE SANTA CATARINA

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial, sendo que os documentos e as certidões negativas poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos a verificação de autenticidade.

7.3. Será admitido na seção da abertura das propostas, apenas um representante por empresa, o qual deverá estar credenciado através de procuração ou carta de credenciamento da empresa participante, em original ou cópia autenticada.

7.4. Dar-se-á início a abertura dos envelopes pela Comissão Permanente de Licitação, na presença dos participantes, às **13:30 horas do dia 30 (trinta) de agosto de 2023** na sede da Câmara de vereadores de Bom Jesus.

8.0 - DA PROPOSTA

8.1- A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, com o nome da empresa proponente, em linguagem clara, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais, e em envelope não transparente e fechado que contenha uma identificação e número desta licitação, sob o “**nº 2 PROPOSTA**”.

Constará obrigatoriamente da proposta:

8.1.1- Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, prazos de execução, forma de pagamento ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

8.1.2- O preço global máximo admitido para o objeto a ser contratado, será de até **R\$**

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

165.733,19 (cento e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e três reais com dezenove centavos), sendo que o valor do subtotal dos itens não poderá ser superior ao previsto no orçamento básico da obra.

8.1.3.- Declaração expressa da aceitação e submissão a todas as condições deste Edital, bem como o compromisso formal de execução dos serviços de acordo com os preceitos técnicos recomendados e pelo preço ofertado.

8.1.4- Declaração que examinou convenientemente as especificações constantes dos memoriais descritivos e projetos, que os mesmos são suficientes para realização da obra, inclusive para, fazer frente às despesas referentes aos encargos sociais trabalhistas e taxas devidas em função da realização da obra aos serviços federais, estaduais e municipais, sendo os eventuais acréscimos de inteira responsabilidade da firma proponente.

8.1.5- Declaração do licitante comprometendo-se, caso seja o vencedor a utilizar na obra, somente material de primeira qualidade, sujeitando-se ao pagamento das despesas necessárias ao eventual ensaio visando aferir a qualidade do material, bem como seguir as orientações da fiscalização do Legislativo Municipal.

8.1.6 - Declaração de que, se declarada vencedora, manterá na obra responsável técnico que deverá ser mencionado nominalmente;

8.1.7- Planilha de quantitativos, com preços unitários e globais.

8.1.8- Prazo para execução da obra, devidamente equacionado em cronograma físico financeiro, não superior a **90 dias**, contatos do dia seguinte da data de emissão da ordem de serviço.

8.2- Não serão consideradas propostas apresentadas por consórcio ou grupo de empresas.

8.2.1- O prazo de **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura das propostas.

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS ESTADO DE SANTA CATARINA

8.2.2 - Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores visando sanar falhas ou omissões.

8.2.3-Depois de aberta a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou desistência de participação por parte da proponente.

9.0- DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1- Recebidos os envelopes, no horário designado, a Comissão de Licitações, passará à fase de habilitação.

9.2- Aberto o envelope DOCUMENTAÇÃO, os documentos serão rubricados pela Comissão e pelos licitantes participantes.

9.3- A seguir, a Comissão decidirá verbalmente, sobre a habilitação dos concorrentes, considerando-se automaticamente inabilitado aquele que deixar de apresentar a documentação exigida.

9.4- Aos declarados inabilitados, serão imediatamente comunicados, mantendo-se no processo licitatório os envelopes com o conteúdo das propostas, inviolado, que ficará fazendo parte integrante do mesmo.

9.5- Vencida a fase da habilitação, a Comissão abrirá e apreciará o conteúdo dos envelopes das PROPOSTAS, rubricando cada folha, e colhendo rubrica dos licitantes presentes, que poderão igualmente examinar as propostas dos concorrentes.

9.6- Nenhum adendo as propostas será permitida nesta fase.

9.6.1- Serão desclassificadas as propostas que não atendem as exigências do ato convocatório da licitação.

9.7- Não será admitida, sob pretexto algum a qualificação ou substituição das propostas ou de

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS ESTADO DE SANTA CATARINA

qualquer documento.

9.8- Encerrada, esta fase, a Comissão dará por encerrada a sessão de abertura das propostas, lavrando-se ata circunstanciada, que será firmada pela Comissão e pelos presentes.

10 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – O julgamento do mérito das propostas será efetuado pela Comissão Permanente de Licitação, considerando:

10.1.1- Menor preço global apresentado, considerando a observância das exigências do edital;

10.1.2- Coerência na formulação dos preços unitários e totais apresentados.

10.1.3- A Comissão Permanente de Licitação poderá recorrer ao auxílio de profissionais da Câmara Municipal para embasamento do presente julgamento.

10.1.4 Após a abertura e julgamento das propostas verificado o empate ficto (10%) entre microempresa e empresa de pequeno porte e outra participante não enquadrada, a microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será notificada para no prazo de até 24 horas apresentar proposta de preço formal inferior a aquela apresentada pela então licitante mais bem classificada. Caso exerça tal faculdade e apresente oferta menor ser-lhe-á adjudicado o objeto da licitação.

11 – DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO.

11.1. O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

11.2 - Será firmado contrato nos termos da minuta em anexo, com a Licitante vencedora, que será notificada pela Câmara de vereadores de Bom Jesus para firmar o instrumento, no prazo de até 05 (cinco) dias a partir da data de homologação e adjudicação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 8.666/93 e com as alterações posteriores.

11.3 - Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela Licitante

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta tomada de preços, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independentemente de transcrição.

12 – GARANTIA DO CONTRATO

12.1. A licitante a quem for adjudicado o objeto da presente licitação, como requisito à celebração do contrato, deverá prestar garantia à Câmara de vereadores de bom Jesus, em conformidade com o Artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, na importância de 5% (cinco por cento) do preço global do contrato a ser firmado entre as partes.

12.2. A garantia somente será restituída a proponente 60 (sessenta) dias após o Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

12.3. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da contratada a garantia prestada destinar-se-á a restituir os prejuízos daí advindos ao Legislativo. Se o valor da garantia não for suficiente para cobrir os prejuízos causados ao Legislativo Municipal pode se valer de todos os meios legais para a restituição dos prejuízos.

12.4. Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade e deliberação da garantia deverão ser prorrogados automaticamente.

13- CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

13.1- As medições ocorrerão a cada 30 (trinta) dias e seu pagamento efetivo dentro de 15 (quinze) dias, após a homologação da medição, mediante a emissão da Nota Fiscal.

13.1.1 - Para o recebimento da Primeira parcela a EMPRESA deverá apresentar cópia do documento comprobatório da inscrição da obra e dos funcionários junto ao INSS e a ART de Execução do CREA ou RRT de execução do CAU devidamente recolhido de todos os profissionais envolvidos na obra.

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS ESTADO DE SANTA CATARINA

13.2- O custo de cada serviço e/ou material será pago com base nos preços unitários propostos pelo licitante e estar de acordo com especificações de planilha de quantificação.

13.3- Para pagamento da última parcela a empresa deverá apresentar a CND da obra, recolhida junto ao INSS, inclusive dos funcionários envolvidos na obra, como também os recolhimentos do ISS no Município de Bom Jesus **como condição de liberação dos valores.**

13.4 - Sobre os serviços apresentados na nota fiscal emitida pela contratada, o Município reterá 2% (dois por cento) a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS. **No caso de empresa optante do Simples Nacional este tributo deverá ser indicado pela empresa contratada, sob pena de lhe serem retidos a ordem de 5% (Cinco por cento).**

13.5 – Referente a cobrança de ISS, o valor constante na nota fiscal referente a aquisição de materiais **não pode ser SUPERIOR a 70% do valor total da obra, e o valor referente a mão-de-obra não pode ser INFERIOR a 30% do valor total da obra**, sendo vedada a agregação de qualquer outro valor.

13.6- A Câmara de vereadores de Bom Jesus não efetuará pagamento através de cobrança bancária, os pagamentos serão efetuados na modalidade de ordem de pagamento bancária, devendo o proponente indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

14- DO DIREITO DE RECURSO

14.1- Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação, no processo da licitação, cabem recursos hierárquicos nas formas e prazos estabelecidos pelo artigo 109 da Lei n. 8.666/93.

15 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante será responsável:

a) Pelas despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual;

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

- b) Pelos pagamentos nos prazos estipulados neste Edital;
- c) Pela realização de Vistoria para o recebimento da obra;
- d) Pela fiscalização da execução da obra ora licitada.

16 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A licitante Contratada ficará obrigada a:

- a) Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido neste Edital de Tomada de Preços;
- b) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;
- c) Não subcontratar e nem subempreitar o total dos serviços para ela adjudicados;
- d) Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes de pagamento dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- e) Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;
- f) Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, devendo os materiais a ser empregados receber prévia aprovação da fiscalização do Legislativo, o qual se reserva o direito de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados;
- g) Fornecer todo o material e equipamentos necessários a perfeita execução dos serviços a serem contratados;
- h) Não retirar qualquer material da obra, usado ou não, exceto entulhos, sem autorização por escrito;
- i) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- j) Efetuar o pagamento das despesas referente taxas e registros em órgãos públicos e cópias dos projetos necessários a obra;

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

- k) Confeccionar e colocar placa na obra conforme modelo a ser fornecido pela contratante;
- l) Apresentar junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS;
- m) Apresentar junto com as faturas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- n) Apresentar a partir do ato do Termo de Recebimento Definitivo a Certidão Negativa de Débito do INSS, referente à matrícula da Obra acima mencionada;
- o) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou (RRT) do profissional responsável pela obra;
- p) Responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em segurança, higiene e medicina do trabalho, relativo ao número de trabalhadores na obra;
- q) Efetuar a retenção referente ao INSS sobre o valor bruto dos serviços contidos na nota fiscal, fatura ou recibo em nome da contratada em conformidade com as disposições e emanadas do INSS.

17 - ENTREGA E RECEBIMENTO DA OBRA

17.1- A Obra deverá ser entregue no prazo máximo de **90 DIAS** contados do dia seguinte ao da **emissão da ordem de serviço**.

17.2- A obra será recebida provisoriamente, mediante termo a ser firmado pelo departamento solicitante, e definitivamente de acordo com o artigo 73, inciso I, letra “a” e “b” da Lei n. 8.666/93.

17.3- Caso ocorra imperfeições de execução que impeça o recebimento, deverão estas serem corrigidas ou reconstruídas, correndo tais trabalhos as expensas da proponente (artigo 69 da Lei 8666/93 e posteriores modificações).

17.4- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, e após as devidas correções será marcada nova data de recebimento nas mesmas condições anteriores.

17.5- O recebimento que trata este item não eximirá a contratada de sua responsabilidade técnica civil.



**CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA**

18.0- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RECURSOS

18.1- As despesas decorrentes com a presente licitação correrão por conta de recursos próprios, com a dotação orçamentária vigente com a seguinte classificação:

ÓRGÃO 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS

UNIDADE 01 – CÂMARA DE VEREADORES

PROJ/ATIV – MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

NAT. DESP. - 4.4.90.00.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

FONTE DE RECURSO - 1.500.0000.0000.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

19.0 - VALOR DA OBRA

19.1- A vencedora ficará obrigada aceitar nas mesmas condições ajustadas os acréscimos ou supressões verificadas na obra de até 25% (vinte cinco por cento) do valor a preços iniciais, atualizados.

20- DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

20.1- A Comissão Permanente de Licitação competirá:

20.1.1- Verificar se os envelopes contendo a documentação e as propostas atendam as condições estabelecidas neste Edital.

20.1.2- Examinar em primeiro lugar, antes da abertura do envelope das propostas, a documentação apresentada, a qual deverá estar de acordo com as exigências deste Edital, o que será feito na presença de todos os licitantes.

20.1.3- Rubricar as propostas e oferece-las à rubrica dos representantes dos concorrentes presentes ao ato.

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS ESTADO DE SANTA CATARINA

20.1.4- Lavrar ata circunstanciada na licitação, lê-la, assiná-la e colher assinaturas dos representantes dos concorrentes presentes aos atos.

20.1.5- Proceder o julgamento do mérito das propostas, desclassificando as que não satisfazem as condições e exigências deste Edital.

21 - PENALIDADES

21.1 -A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, acarretará na suspensão de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Municipal por pelo menos 12 (doze) meses.

21.2 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

21.3 - No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;
- c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.4- Dar-se-á rescisão administrativa, independente de qualquer procedimento judicial quando:

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

21.5- Constar de Laudo de Vistoria, a comprovação de dolo ou culpa da adjudicada no cumprimento de suas obrigações ajustadas e/ou que constate falhas técnicas ou de qualidade do material aplicado que comprometa a segurança e a utilização da obra.

21.6-- Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da empresa adjudicada;

21.7- Formalizada a rescisão administrativa a adjudicatária só terá direito das contas ou faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e em condições de aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções que serão revertidas aos cofres da Câmara.

21.8-As sanções previstas neste título serão cumulativas;

21.9- As multas aplicadas à adjudicatária, deverão ser recolhidas aos cofres da Câmara Municipal, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação da penalidade no serviço oficial.

22.0- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1- O Presidente do Legislativo Municipal, poderá até a data da assinatura do contrato, desclassificar licitantes, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a administração tiver notícia fundada de qualquer ato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade, capacidade financeira, técnica ou administrativa.

22.2- Poderá ainda o Senhor Presidente do Legislativo Municipal, no interesse administrativo, revogar ou anular a presente licitação, sem qualquer direito a indenização ou ressarcimento aos licitantes, ressalvados a estes o direito de reaver as cauções depositadas, mediante requerimento daquele titular.

22.3- A obra licitada não gerará impacto ambiental.

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

22.4- Não será levada em consideração para efeitos de classificação qualquer oferta ou vantagem não previstas neste Edital ou baseada na proposta dos demais licitantes.

22.5- Ficarão a cargo da proponente todas as despesas com energia elétrica e água, desde a assinatura do contrato até entrega da obra.

22.6- O cronograma a ser apresentado não poderá suprimir nenhuma linha de serviço da Planilha de Quantitativo apresentada.

22.7- Informações complementares julgadas necessárias deverão ser procuradas pelo interessado na Câmara de vereadores de Bom Jesus, sito endereço em rodapé.

Bom Jesus/SC, em 11 de agosto de 2023.

JORGE ENDRYGO BRINKER
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Visto jurídico pelo Dr. Paulo Zelain Alberici. OAB/SC 24.453 _____

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



**CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA**

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO xx/xxxx

CONTRATO DE OBRAS EM REGIME DE
EXECUÇÃO INDIRETA POR EMPREITADA DE
PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE
UM LADO A CÂMARA DE VEREADORES DE BOM
JESUS, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DE
OUTRO LADO A EMPRESA

.....

Pelo presente instrumento particular, de um lado, a **CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS**, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 07.779.870/0001-50, com sede à Rua Virgílio Sabino da Silva – 1017, Centro, neste ato representada pelo seu Presidente Municipal, Sr., CPF N.º, Carteira de Identidade N.º....., doravante apenas simplesmente chamada de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa

....., inscrita no CNPJ do MF sob o n., com sede à Rua, n., neste ato representada por seu Diretor, Sr. inscrito no CPF n ,, doravante apenas simplesmente chamada de **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do resultado a **Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2023**, pelo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, tem entre si, justas e acordadas a celebração do presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



**CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS SC, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXO A ESTE EDITAL.**

CLAUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS

2- Fazem parte integrante do presente Contrato, em atendimento à Lei nº 8.666/93, os seguintes documentos com plena validade:

- a)** edital de Tomada de Preços nº 01/2022;
- b)** Projetos Técnicos Básicos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro E Planilha Quantitativa E Orçamentária;
- c)** proposta apresentada pela contratada, devidamente assinada e rubricada.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1- A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pelos materiais e serviços, o preço proposto que é sendo, correspondente a materiais e a mão de obra.

3.1.2- Condições de pagamento: As medições ocorrerão a cada 30 (trinta) dias e seu pagamento efetivo dentro de 15 (quinze) dias, após a homologação da medição, mediante a emissão da Nota Fiscal.

3.2- Pagamento:

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

3.2.1- As obras executadas serão pagas em parcelas, cada qual em valor correspondente ao somatório dos produtos das multiplicações das quantidades efetivamente realizadas, aferido por medições.

3.2.1.1- O pagamento será procedido dentro do prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da apresentação da nota fiscal correspondente, a qual será emitida após a medição mensal, que ocorrerá a cada 30 dias.

3.2.1.2- Os pagamentos estarão vinculados a execução de cronograma físico - financeiro da obra, facultando a Câmara Municipal de Bom Jesus a não liberação destes recursos pela inexecução ou inobservância de qualquer dos itens apresentados, que não será excluído, ficando, automaticamente vinculado a sua liberação à conclusão total do cronograma no período.

3.2.1.3- O custo de cada serviço e/ou material será pago nos preços unitários propostos pelo licitante e estar de acordo com especificações da planilha de quantificação.

3.2.1.4 - Para o recebimento do primeiro pagamento a empresa contratada deverá apresentar a ART de Execução do CREA e/ou RRT de execução do CAU devidamente recolhido de todos os profissionais envolvidos na obra e cópia do documento comprobatório da inscrição da obra **e dos funcionários** junto ao INSS.

3.2.1.5 – Para o pagamento de cada parcela fica condicionada a apresentação por parte da CONTRATADA das guias de quitação junto ao INSS, com a respectiva GFIP, dos encargos previdenciários e do FGTS relativos aos empregados da empresa matriculados na obra.

3.2.1.6 - Para pagamento da última fatura e liberação da caução a empresa deverá apresentar a CND da obra, recolhida junto ao INSS, mais os recolhimentos do ISS no Município de Bom Jesus, comprovante de quitação do INSS e do FGTS de todos os funcionários matriculados na obra, bem como provas de quitação das despesas efetuadas junto a concessionária de Energia e Água.



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CLÁUSULA QUARTA - DA MEDIÇÃO

4.1- A medição será realizada pela CONTRATANTE, até o 5º dia útil após o encerramento de cada mês, considerando encerramento o último dia útil do mês da realização das obras e serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1- A Obra deverá ser entregue no prazo máximo de **90 DIAS** contados do dia seguinte ao da **emissão da ordem de serviço**.

5.2 - O Contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2023, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1 Como garantia do presente contrato, a Contratada oferece (caução em dinheiro, ou caução em títulos da dívida pública, ou seguro-garantia, ou fiança bancária), no valor de R\$, correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

6.2 A garantia somente será restituída a proponente 60 (sessenta) dias após o Termo de Recebimento Definitivo da obra.

6.3 No caso de rescisão do contrato por inadimplência da Contratada, a garantia prestada destinar-se-á a restituir os prejuízos daí advindos ao Legislativo Municipa. Se o valor da garantia não for suficiente para cobrir os prejuízos causados a administração municipal pode se valer de todos os meios legais para a restituição dos prejuízos.

6.4 Havendo prorrogação do prazo de conclusão das obras, o prazo de validade e de liberação da garantia deverão ser prorrogados automaticamente.



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1** - São obrigações da Contratante sem que a elas se limitem:
- 7.2** - Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços.
- 7.3** - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, na forma estabelecida neste Contrato, e nos termos do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1** - São obrigações da **CONTRATADA**, sem que elas se limitem:
- 8.2** - Obedecer às normas e especificações do edital previstas no item 16, bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- 8.3** - Comparecer, sempre que solicitada, à Câmara de vereadores de Bom Jesus, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.
- 8.4** - Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a Câmara de vereadores de Bom Jesus ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do **CONTRATO**.
- 8.5** - O não cumprimento total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 8.6**- A contratada deverá efetuar o recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza do Município de Bom Jesus no ato do recebimento de cada medição.
- 8.6.1** Referente a cobrança de ISS, o valor constante na nota fiscal referente a aquisição de materiais **não pode ser SUPERIOR a 70% do valor total da obra, e o valor referente a mão-de-obra não pode ser INFERIOR a 30% do valor total da obra**, sendo vedada a agregação de qualquer outro valor. Conforme Art. 87 do código tributário municipal.
- 8.7** – Comprovar mensalmente a regularidade fiscal com o INSS e FGTS de todos os funcionários matriculados na obra como condição de recebimento dos valores a que tiver direito.
- 8.8** – Comunicar a contratante por escrito sempre que houver alteração no quadro dos funcionários cadastrados na obra.
- 8.9** – Manter preposto aceito pelo contratante no local da obra.

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

8.10 – Elaborar o diário de obra.

8.11 – Afixar, em local de visibilidade, durante a execução do Contrato, placa conforme modelo disponibilizado pelo Município.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes com a presente licitação correrão por conta de recursos próprios, com a dotação orçamentária vigente com a seguinte classificação:

ÓRGÃO 01 – CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS

UNIDADE 01 – CÂMARA DE VEREADORES

PROJ/ATIV – MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

NAT. DESP. - 4.4.90.00.00.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

FONTE DE RECURSO - 1.500.0000.0000.00 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

10.1 - O recebimento provisório da obra será promovido por profissional habilitado indicado pela Câmara de vereadores, que verificará e atestará o cumprimento de todas as condições para a entrega da obra, emitirá parecer conclusivo dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação, por escrito, da contratada, informando a conclusão das obras.

10.2 - O recebimento definitivo das obras será feita após o decurso do prazo de 30 (Trinta) dias corridos contados da emissão da aceitação provisória, pela câmara. Durante este período, a Contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento de suas instalações por elas construídas, qualquer falta construtiva ou de funcionamento deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando sujeito ainda as penalidades previstas em Lei.

10.3- O recebimento provisório e definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto do presente.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

11.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato o Legislativo Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções.

11.2 - Advertência

11.3 - No caso de atraso na execução do Contrato, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela mensal, por dia, quando os serviços não tiverem o andamento previsto no cronograma. Caso haja recuperação no cronograma de entrega dos serviços no prazo previsto, os valores dessas multas serão devolvidos a empresa mediante requerimento.
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do Contrato, por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços.

11.4 - No caso de rescisão contratual, a contratada ficará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor não executado do contrato, por inexecução parcial;
- c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 meses;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.5 - Dar-se-á rescisão administrativa, independente de qualquer procedimento judicial quando:

11.6 - Constar de Laudo de Vistoria, a comprovação de dolo ou culpa da adjudicada no cumprimento de suas obrigações ajustadas e/ou que constate falhas técnicas ou de qualidade do material aplicado que comprometa a segurança e a utilização da obra.



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

11.7 - Ocorrer falência, dissolução ou liquidação da empresa adjudicada;

11.8 - Formalizada a rescisão administrativa a adjudicatária só terá direito das contas ou faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e em condições de aceitação definitiva, sem prejuízo das sanções que serão revertidas aos cofres desta Câmara.

11.9 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, que será descontada pela Câmara dos pagamentos eventualmente devidos, ou cobrada judicialmente.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1-Toda a obra executada pela Contratada será fiscalizada pelo Presidente da Câmara de vereadores de Bom Jesus, Senhor **Jorge Endrygo Brinker** obrigando-se a Contratada a assegurar aos locais de serviços, mantendo a contratada preposto na obra, aceito pela Câmara de vereadores de Bom Jesus.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO COMPETENTE

13.1 - A interpretação e aplicação dos termos deste contrato serão regidos pelas Leis Brasileira, em especial pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o Foro da Comarca de Xânxere, do Estado de Santa Catarina, o qual terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia do contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente, por si e seus sucessores em Juízo ou fora dele.

Bom Jesus/SC, ,dede 2022.

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATADA

CONTRATANTE

ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

01. _____

Nome:

CPF:

02. _____

Nome:

CPF:

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



**CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos, para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo Câmara de vereadores de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, de _____ de _____ de 2023.

PROponente

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



**CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA**

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo nº xx/xxxx

TOMADA DE PREÇOS Nº nº xx/xxxx

....., inscrito(a) no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

Local, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA**

ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao Presidente da Comissão de Licitações da Câmara de vereadores de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina.

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Cédula de identidade nº e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade de TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2023, instaurado pela Câmara de vereadores de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina

Na qualidade de representante legal de, outorga-se ao(a) credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Local, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123



**CÂMARA DE VEREADORES DE BOM JESUS
ESTADO DE SANTA CATARINA**

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Comissão Permanente de Licitações da Câmara de vereadores de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina

**TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE
HABILITAÇÃO**

A proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2023, da Câmara de vereadores de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, através de seu representante legal, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório.

Local, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Rua Virgílio Sabino da Silva – 1147, Centro, Município de Bom Jesus – SC. CEP: 89824-000
E-mail: camaradevereadores.bj@hotmail.com // Fone: +55 (49) 3424-0123

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009/2023

Publicação Nº 5053280

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2023

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal e de acordo com o PROCESSO SELETIVO de nº003/2023.

RESOLVE:

I. CONVOCAR a candidata KARINE RENATA BOESING MALDANER, brasileira, inscrita no CPF sob o nº035.808.019-37, aprovada no edital de nº003/2023, segundo a ordem de classificação, para ocupar a vaga de PSICOLOGA, para comparecer no prazo de 03 dias, na sede da prefeitura municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, junto ao setor de Recursos Humanos.

II. DETERMINA que a candidata convocada apresente cópias da documentação abaixo discriminadas, acompanhada dos originais para conferência, quando couber:

- 01 foto 3X4;
- Carteira de identidade;
- CPF;
- Título de eleitor;
- Quitação com as obrigações eleitorais;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Registro de nascimento dos filhos menores de idade e CPF;
- Histórico escolar;
- PIS/PASEP;
- Comprovante de residência atualizado;
- Declaração de bens;
- Conta corrente do Banco do Brasil ou Caixa econômica Federal;

III. O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga, ainda com base nos princípios da cooperação e de transparência, caso o candidato não pretenda assumir a vaga deverá apresentar documento formal de desistência junto sede da prefeitura municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, junto ao setor de Recursos Humanos

Bom Jesus do Oeste - SC, 11 de agosto de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº198/2023

Publicação Nº 5053080

PORTARIA Nº 198/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Exonerada A Pedido do serviço público municipal, a partir da data de 11 de agosto de 2023, a servidora Sra. DIONEIDE MATOS LISBOA, inscrita na matrícula sob nº 935-0, ocupante do cargo de Professor III ACT– 20 horas, lotada na Secretaria Municipal da Educação, cultura e esporte, em substituição ao Fabricio Scapin, nomeada na data de 15 de maio de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 08 de fevereiro de 2021, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de agosto de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

POTARIA Nº197/2023

Publicação Nº 5051656

PORTARIA Nº 197/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDOR(A) MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR LOTAÇÃO do servidor (a) Público Sr. OSEIAS RODRIGUES DE JESUS, inscrito(a) na matrícula sob nº 931-8, ocupante do cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens, partir do dia 14.08.2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de agosto de 2023.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5918/2023 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053061

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto nº 5918/2023 de 11 de Agosto de 2023.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01644/2023, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 5.901/2023 de 06 de junho de 2023, sob o Processo de Licitação nº 1644/2023, que tem por objeto Alienação (Leilão) de Bens sendo veículos, Maquinas, Implementos e demais produtos, ativos Inservíveis do Município de Bom Jesus do Oeste/SC.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor dos arrematantes abaixo relacionados:

Nº Lote	Descr. Lote	Valor do Lote	Arrematante
1.0	RENAULT LOGAN DYNA 16 M 1.6 ANO 2014/2014 PLACA FINAL 4 (SC)	R\$ 26.500,00	marcos vidmar
2.0	FIAT DUCATO M JAEDI AMB 2.3 ANO 2010/2011 PLACA FINAL 7 (SC)	R\$ 53.000,00	ROGERIO QUILIS
3.0	ÔNIBUS RODOVIÁRIO VOLKSWAGEN VW 15190 EOD 4.6 ANO 2013/2013 PLACA FINAL 1 (SC)	R\$ 163.000,00	Ronaldo Dalmolin Martinello
4.0	TRATOR DE PNEUS MASSEY FERGUSON 4275 ANO 2013 75CV	R\$ 125.000,00	DELMIR BRUXEL
5.0	TRATOR DE PNEUS VALTRA A750L ANO 2013 75CV	R\$ 136.000,00	Diacir Boschi
6.0	TRATOR DE PNEUS NEW HOLLAND 7630 ANO 2008 110CV	R\$ 118.000,00	ALVANIR CAMILO KENDZIERSKI
7.0	RETROSCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 110 ANO 2010	R\$ 115.000,00	SEZER CASTAMAM BRONORO
8.0	RETROSCAVADEIRA JCB 3C PLUS ANO 2012	R\$ 133.000,00	Jonas Roque Romanoski
9.0	COLHEDORA DE FORRAGENS NOGUEIRA FTN 1000 G3 AREA TOTAL ANO 2019	R\$ 18.000,00	POTENT DISTRIBUICAO E
10.0	COLHEDORA DE FORRAGENS NOGUEIRA FTN 1000	R\$ 17.500,00	POTENT DISTRIBUICAO E
11.0	COLHEDORA DE FORRAGENS NOGUEIRA NEW PECUS COM PLATAFORMA ÁREA TOTAL NOGUEIRA 1779	R\$ 7.500,00	POTENT DISTRIBUICAO E
13.0	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO IPACOL 6000 LITROS DAOL A VÁCUO DLV 6.0 ANO 2013	R\$ 7.500,00	IMPLEMENTOS TAMBOARA
14.0	CARROCERIA METÁLICA BASCULANTE LIBRELATO CAPACIDADE 12 METROS CÚBICOS	R\$ 33.000,00	Volnei Ciconeti
15.0	CAIXA DE CARGA DE CARRETA AGRÍCOLA ISOL CAPACIDADE 5 TONELADAS	R\$ 550,00	LEONARDO CESAR
16.0	SUCATA DE INFORMÁTICA, ELETRO E ELETRÔNICOS DIVERSOS APROXIMADAMENTE 84 ITENS,	R\$ 1.400,00	ANDRELINO CORREA FILHO
17.0	SUCATA DE APARELHOS CLIMATIZADORES DIVERSOS E MÁQUINA DE LAVAR APROXIMADAMENTE 16 ITENS	R\$ 6.000,00	AFONSO NIEHUES
18.0	MÁQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAL APROXIMADAMENTE 05 ITENS	R\$ 22.700,00	WILSON DONIZETTI ESCUDEIRO
19.0	SUCATA DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS E LUMINÁRIAS INTERNAS APROXIMADAMENTE 230 ITENS	R\$ 2.500,00	ANDRELINO CORREA FILHO
20.0	SUCATA DE MÓVEIS DIVERSOS APROXIMADAMENTE 38 ITENS	R\$ 600,00	LEONARDO CESAR
21.0	SUCATA E CARCAÇAS DE PNEUS DIVERSOS APROXIMADAMENTE 138 UNIDADES	R\$ 4.300,00	Rafaela Fernandes Duarte

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 11/08/2023.

AIRTON ANTONIO
REINEHR:5695047
0991

Assinado de forma digital
por AIRTON ANTONIO
REINEHR:56950470991
Dados: 2023.08.11
14:17:14 -03'00'

AIRTON ANTÔNIO REINEHR
Prefeito Municipal

EDITAL ESTAGIARIOS 002/2023

Publicação Nº 5052350



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA
CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS N. 002/2023**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE torna público para conhecimento dos interessados, a **ABERTURA DE INSCRIÇÕES DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS** para o preenchimento de vagas de Estágio não obrigatório e cadastro de reserva destinado a estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino de Educação de Nível Médio e Superior, por intermédio do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Federal n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, de acordo com as normas e condições do presente Edital.

O Processo Seletivo Simplificado será composto das seguintes fases:

ETAPAS	DATA
Publicação do Edital no site da Prefeitura de Bom Jesus do Oeste, bem como no site do CIEE/SC	14/08/2023 a 15/08/2023
Período de recebimento das inscrições e da documentação dos candidatos	16/08/2023 a 22/08/2023
Publicação do resultado e ordem final de classificação e Homologação final	23/08/2023 a 24/08/2023

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado de estagiários será regido por este Edital, de forma que o pedido de inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação tácita das normas e condições aqui previstas, e será executado pelo CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado de **caráter classificatório e eliminatório**, destina-se ao preenchimento de vagas e à formação de cadastro de reserva de estagiário na medida das necessidades da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

1.3 As informações prestadas pelo(s) candidato(s) serão de sua inteira responsabilidade, dispondo à Prefeitura de Bom Jesus do Oeste, bem como ao CIEE/SC o direito de excluir do processo seletivo aquele(s) que fornecerem dados comprovadamente inverídicos.

1.4 O estágio do Ensino Superior compreende o exercício transitório de atividades relacionadas ao currículo escolar do estudante, tendo como objetivo o aprendizado prático de caráter educativo e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste.

1.5 Não poderá ingressar no estágio o estudante que tiver concluído curso ou com data de conclusão de curso prevista **por período inferior a 06 (seis) meses**, no momento da assinatura do termo de compromisso de estágio.

1.6 A duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados, salvo se se tratar de pessoa com deficiência.

1.7 O estudante que já tenha estagiado na Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, não poderá ser novamente contratado se a contagem dos períodos, mesmo que fracionados, for igual a 2 (dois) anos.

1.8 A participação dos candidatos neste Processo Seletivo Simplificado não implica obrigatoriamente de sua contratação, ocorrendo apenas a expectativa de convocação e contratação, ficando reservado ao Município de Bom Jesus do Oeste, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital.

2. DAS VAGAS

2.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se a possibilidade de preenchimento de estágio para:

NÍVEL	ÁREA/CURSO	CARGA HORÁRIA	VALOR DA BOLSA AUXÍLIO	VAGAS	CR **	PcD***	Afrodescendentes
Ensino superior	Cursando Pedagogia	30 horas semanais	R\$ 1.209,60	CR	X	10%	20%



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

	Cursando outras licenciaturas na área da educação						
Ensino Médio	Cursando Ensino Médio	20 horas semanais	R\$ 550,30	CR	x	10%	20%

*Já incluso o valor do auxílio transporte.

**CR: Cadastro de Reserva.

***PcD: Pessoa com Deficiência

2.2 Aos candidatos participantes na qualidade de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o §5º, art. 17 da Lei nº 11.788/08, serão assegurados o percentual de 10% (dez) por cento das vagas de estágio ofertadas e cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que tenham.

2.3 O candidato deverá anexar à documentação de inscrição, declaração conforme modelo constante no **Anexo II deste Edital**.

2.4 As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos.

2.5 As vagas destinadas aos portadores de deficiência que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

2.6 Constatada a falsidade da declaração, a que se refere o item 2.3, será o candidato eliminado do Processo Seletivo Simplificado, após procedimento administrativo, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.7 Consoante disposição da Lei n. 12.990/14, aos candidatos participantes da Cota para Minorias Étnico-Racial serão assegurados o percentual de 20% (vinte) por cento das vagas de estágio ofertadas.

2.8 O candidato deve anexar à documentação de inscrição, declaração conforme modelo constante no **Anexo III deste Edital**.

2.9 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos nesta condição, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

2.10 As vagas destinadas as Minorias Étnico-Racial que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1 A jornada de estágio para Ensino Superior será: 6 horas diárias ou 30 horas semanais e a de Ensino Médio 4 horas diárias ou 20 semanais, a ser acordada com o gestor da área em que o estagiário irá atuar.

3.2 O estágio será desenvolvido com desempenho de atividades pré-estabelecidas no Plano de Atividades, relacionadas ao curso em que o candidato estiver matriculado em consonância com o Termo de Compromisso de Estágio, devendo ser acompanhado por professor orientador indicado pela da Instituição de Ensino e supervisionado pelo servidor público responsável pelo setor de estágio ao qual o estagiário estiver subordinado.

4. DO AUXÍLIO E BENEFÍCIOS

- 4.1 O estagiário fará jus a uma bolsa-auxílio, conforme valores estipulados no item 2.1.
- 4.2 É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, nos termos do art. 13 da Lei n. 11.788/08.
- 4.3 Será contratado seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, nos termos do art. 9º, IV, da Lei n. 11.788/08, a cargo do Agente Integrador – CIEE/SC.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 Para realizar a inscrição, o estudante interessado deverá preencher a Ficha de Inscrição conforme **Anexo I deste Edital**, bem como encaminhar as documentações constante no item 5.2 e seus subitens, para o seguinte endereço:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

Local Secretaria Municipal de Educação, na Rua Afonso Raimundo Walker, nº: 189, centro, Bom Jesus do Oeste – SC, CEP: 89873 – 000.

Obs: Em anexo a Escola Municipal Professor Albano Borre.

Data: As inscrições dar-se-ão de 16 de agosto (quarta-feira) a 22 de agosto (terça- feira), das 08hs às 11h00min e das 13h30min às 16h30min, de acordo com as datas estabelecidas no preâmbulo deste Edital.

5.2 Documentos para Inscrição:

- 5.1.1 Ficha de Inscrição preenchida conforme **Anexo I**;
 - 5.1.2 Cópia simples (frente e verso) do Registro Geral (RG);
 - 5.1.3 Cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - 5.1.4 Declaração Original de Frequência e Matrícula escolar, o qual deve constar o período em que o aluno está matriculado, expedida no máximo 90 (noventa) dias;
 - 5.1.5 Original do Histórico Escolar Completo do curso em andamento no caso de alunos de Ensino Superior. Para os estudantes de cursos técnicos podem entregar a integralização das notas, e para os estudantes de nível médio o último boletim escolar;
 - 5.1.6 Cópia simples do Comprovante de Residência;
 - 5.1.7 Para os candidatos portadores de deficiência, declaração conforme **Anexo II**;
 - 5.1.8 Para os candidatos de Cotas Étnico-Racial, declaração conforme **Anexo III**.
- 5.3 As cópias dos documentos constantes nos itens anteriores, não necessitarão de reconhecimento em cartório.

6. DA SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1 O processo Seletivo Simplificado será de **caráter classificatório e eliminatório**, sendo estabelecido como critério de seleção o candidato que obter a maior média aritmética do último semestre concluído, com base nas seguintes instruções:

- a) O resultado será aferido **pela média simples das notas obtidas do último semestre/bimestre cursado ou equivalente**;
- b) Para o cálculo da média deverá ser utilizado a seguinte fórmula:
 $MA = (N1 + N2 + N3 + \dots) / X$, sendo que MA é a média aritmética¹, N1, N2, N3...

¹ MA deverá ser informada sem arredondamentos (por exemplo: a nota 8,175 deverá ser informada como 8,17).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

correspondem às notas das disciplinas cursadas no último semestre/bimestre ou equivalente e X é o número de disciplinas cursadas no semestre/bimestre ou equivalente.

c) Caso a instituição de ensino utilize critério de conceito, serão considerados os seguintes valores de equivalência:

I – notas 9,50 (nove inteiros e cinquenta décimos) e 8,00 (oito) para os conceitos A e B, respectivamente;

II – notas 6,50 (seis inteiros e cinquenta décimos) e 5,00 (cinco) para os conceitos C e D, respectivamente;

III – nota 3,50 (três inteiros e cinquenta décimos) para os conceitos E e demais.

d) Se a instituição de ensino não disponibilizar sistema que permita valoração por conceito ou nota, a inscrição será indeferida e o candidato desclassificado pela inviabilidade de apuração do desempenho acadêmico, critério preliminar de avaliação definido nas alíneas 'a' e "b".

6.2 Nos casos de estudantes de nível médio, será considerado o último bimestre/trimestre concluído.

6.3 Havendo empate entre candidatos será selecionado o candidato com maior carga horária de curso concluída.

6.4 Permanecendo o empate, terá preferência o candidato que possuir maior idade.

6.5 A seleção do candidato ao estágio acontecerá sempre que a lista de estudantes classificados no processo seletivo simplificado anterior estiver esgotada, ou seja, quando não tiver mais candidatos para assumir as vagas em aberto.

6.6 Para os estudantes que estão iniciando a graduação (1º semestre), deverão apresentar o restante da documentação, exceto histórico das disciplinas cursadas. Como não terão notas e nem acréscimo por semestre cursados, nesse requisito ficarão zerados, e serão classificados somente por idade, que é o critério de desempate.

7. DA DESCLASSIFICAÇÃO

7.1 O candidato será desclassificado do processo seletivo se:

7.1.1 Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

7.1.2 Não forem localizados em decorrência de telefone/e-mail desatualizado, incompleto ou incorreto;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei
CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

- 7.1.3 Não apresentar no ato da inscrição toda a documentação exigida neste Edital;
- 7.1.4 Não atender às determinações deste Edital e de seus atos complementares;
- 7.1.5 Quando, após sua convocação para admissão, não comparecer ao local no prazo designado;
- 7.1.6 Se a instituição de ensino não disponibilizar sistema que permita valoração por conceito ou nota, pela inviabilidade de apuração do desempenho acadêmico, critério preliminar de avaliação definido na alínea 'a' do item 6.1.

8. DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

- 8.1 A convocação dos aprovados será de acordo com o quadro de vagas e a necessidade da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, sendo que os aprovados serão convocados por ordem de classificação estabelecida de acordo com o presente Edital.
- 8.2 Para a respectiva contratação, o candidato aprovado e convocado deverá comparecer perante o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste e apresentar a documentação exigida no item 9, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de perda do direito de assumir a função de estagiário.

9. DOS REQUISITOS E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A CONTRATAÇÃO

- 9.1 A contratação para a vaga de estágio dar-se-á por meio de Termo de Compromisso, nos termos da Lei Federal 11.788/08.
- 9.2 Para a contratação no estágio no âmbito da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, o estudante deverá:
 - a) **ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos;**
 - b) ter sido classificado por meio do processo seletivo simplificado;
 - c) estar devidamente matriculado e com frequência regular no nível de escolaridade em que foi inscrito, mediante atestado expedido pela instituição de ensino no máximo 90 (noventa) dias;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

- d) firmar termo de compromisso de estágio (TCE) com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, CIEE/SC e com a respectiva Instituição de Ensino, devendo estar representado por seu responsável legal em se tratando de menor de 18 anos;
- e) comprovar, quando for o caso, estar em dia com as obrigações militares e no pleno gozo dos direitos políticos;
- f) fornecer cópia simples do CPF e RG, devidamente conferidos com os originais;
- g) fornecer cópia do comprovante de residência;
- h) fornecer número da conta corrente, conta poupança ou conta eletrônica, de titularidade do candidato, bem como a indicação do banco e da agência bancária;
- i) o candidato deverá apresentar declaração pessoal de que NÃO POSSUI OUTRO VÍNCULO DE ESTÁGIO e que dispõe de horário compatível com o horário para a vaga solicitada, possibilitando assim o exercício da função;
- j) fornecer Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) que comprove a aptidão clínica para o exercício da função.
- k) os portadores de necessidades especiais deverão apresentar atestado médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID (Classificação Internacional de Doenças);

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

10.1 O processo seletivo tem validade 1 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a contar da publicação da homologação final.

10.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo CIEE/SC.

10.3 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Oeste, 11 de agosto de 2023.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO
DE ESTAGIÁRIOS N. 002/2023

Número inscrição:	
Nome do Candidato:	
Endereço Completo:	
RG:	CPF:
Telefones para contato: () ()	
Idade:	
E-mail:	
Área de Formação:	

Documentos anexados:

- () Cópia simples do RG;
- () Cópia simples do CPF;
- () Declaração Original de Frequência e Matrícula Escolar expedida no máximo 90 (noventa) dias;
- () Cópia simples do Comprovante de residência;
- () Original do Histórico Escolar/Acadêmico, se emitido pela internet deverá ter o carimbo e assinatura da instituição.

Observação:

Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS N. 002/2023

da Prefeitura Municipal de BOM JESUS DO OESTE/SC, bem como a legislação pertinente sobre a contratação.

Bom Jesus do Oeste, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

ANEXO II
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS N. 002/2023

Declaração de Portador de Deficiência

Eu, (_____), portador(a) do Registro Geral (RG) n. _____, inscrito(a) no CPF sob o n. _____, declaro para os devidos fins que sou portador(a) de deficiência e que quero realizar minha inscrição às vagas reservadas aos portadores de deficiência. Estou ciente que todas as informações declaradas por mim serão averiguadas e deverão estar acompanhadas dos documentos comprobatórios exigidos neste certame.

Bom Jesus do Oeste, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Cristo Rei CEP 89.873-000
Fone/Fax: (049) 3363-0118
CNPJ 01.414.161/0001-57

ANEXO III
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS N. 002/2023

Declaração de Afrodescendência

Eu, (_____), portador(a) do Registro Geral (RG) n. _____, inscrito(a) no CPF sob o n. _____, declaro para os devidos fins que sou afrodescendente e que quero realizar minha inscrição às vagas reservadas aos auto declarantes de afro descendência. Estou ciente que todas as informações declaradas por mim serão averiguadas.

Bom Jesus do Oeste, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Candidato

Braço do Norte

PREFEITURA

RESOLUÇÃO N. 005 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054751

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED Braço do Norte - Santa Catarina

RESOLUÇÃO N. 005 DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a convocação da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Braço do Norte/SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED) do município de Braço do Norte/SC, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal n. 13.146/2015 do Estatuto da Pessoa com Deficiência e na Lei Municipal n. 3.115/2016, e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme a ata da reunião ordinária desse conselho de direitos realizada no dia 20 de julho de 2023, e

Considerando a Portaria n. 217 de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre a convocação da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria n. 010 de 22 de junho de 2023, que dispõe sobre a convocação da V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providência.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Braço do Norte/SC, com o tema: "Cenário atual e futuro da implementação dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Construindo um Brasil mais inclusivo".

Art. 2º A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será realizada no dia 10 de outubro de 2023, das 8h30 às 11h30min e das 13h às 17h, no Auditório do Sicoob Credivale, localizado na Rua Senador Nereu Ramos, n. 850, Bairro Centro, no município de Braço do Norte/SC.

Art. 3º Encaminhar cópia dessa Resolução ao Sr. Roberto Kuerten Marcelino, para o seu conhecimento e as devidas publicações.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Braço do Norte/SC, 10 de agosto de 2023.

Alcionir Farias
Presidente do COMPED

RESOLUÇÃO N. 006 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054755

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED Braço do Norte - Santa Catarina

RESOLUÇÃO N. 006 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Braço do Norte/SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED) do município de Braço do Norte/SC, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal n. 13.146/2015 do Estatuto da Pessoa com Deficiência e na Lei Municipal n. 3.115/2016, e no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme a ata da reunião ordinária desse conselho de direitos realizada no dia 20 de julho de 2023, e

Considerando a Portaria n. 217 de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre a convocação da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria n. 010 de 22 de junho de 2023, que dispõe sobre a convocação da V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências;

Considerando a Resolução n. 005, de 10 de agosto de 2022 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED), referente a convocação da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Braço do Norte/SC e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR a Comissão para a Organização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a finalidade de analisar, definir e deliberar as diretrizes da Política Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 2º A Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será composta por:

- Alcinor Farias – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO (SMED);
- Márcia Pereira - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO FLORESTA E TREVO (AMBFT);
- Rosângela da Silva - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E PARADESPORTIVA DE BRAÇO DO NORTE (ASSESPP);
- Rosiani Comeli - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS);

Art. 3º Cabe a Comissão Organizadora, as seguintes atribuições:

- I - Subsidiar o plenário do COMPED para deliberação quanto ao tema e cronograma da conferência;
- II - Organizar e coordenar a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- III - Elaborar a proposta metodológica e a programação da Conferência;
- IV - Apoiar a construção da metodologia de sistematização das propostas proveniente da Conferência;
- V - Dirimir as dúvidas e questionamentos a respeito da Conferência.

Art. 4º Encaminhar cópia dessa Resolução ao Sr. Roberto Kuerten Marcelino, para o seu conhecimento e as devidas publicações.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Braço do Norte/SC, 11 de agosto de 2023.

Alcionir Farias
Presidente do COMPED

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº61/2023

Publicação Nº 5051878

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 61/2023

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: VIGILANCIA TRIANGULO LTDA

CNPJ nº 79.894.168/0001-48

Valor: R\$504.700,00

Licitação: 124/2023

Itens: 1,2,3,4,5,6

Objeto: Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância desarmada para unidades educacionais da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo/SC.

Vigência: 11.08.2023 até 11.08.2024.

Braço do Trombudo, 11.08.2023

Brunópolis

PREFEITURA

2º ADITIVO AO CONTRATO 002/2022 FMS

Publicação N° 5052280

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6DB2D5B8695CC7252834100DC5F0D88F0C2FC03C

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N° 002/2022 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

2º Aditivo de Reajuste ao Contrato n° 002/2022 FMS, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa OTO – PED Consultórios Médicos Ltda

Objeto: Prestação de serviços de consultas na especialidade de Otorrinolaringologia e Pediatria

Valor total do aditivo: R\$ 89.126,40 (oitenta e nove mil e cento e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Brunópolis, 11 de agosto de 2023

Volcir Canuto

2º ADITIVO AO CONTRATO 003/2022 FMS

Publicação N° 5052323

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3B980FD3BA5E58E4109F6179F7015FBD66E0B97D

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N° 003/2022 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

2º Aditivo de Reajuste ao Contrato n° 003/2022 FMS, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Dourado Oftalmologia Serviços Médicos Hospitalares S/S LTDA

Objeto: Prestação de serviços de consultas na especialidade de Oftalmologia

Valor total do aditivo: R\$ 54.468,00 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais).

Brunópolis, 11 de agosto de 2023

Volcir Canuto

2º ADITIVO AO CONTRATO 004/2022 FMS

Publicação N° 5052330

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 991CB97DD18F25A61F3C37494BEC421C3D0960BD

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N° 004/2022 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

2º Aditivo de Reajuste ao Contrato n° 004/2022 FMS, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Giani Serviços Médicos S/S LTDA

Objeto: Prestação de serviços de consultas na especialidade de Urologia

Valor total do aditivo: R\$ 44.563,20 (quarenta e quatro mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

Brunópolis, 11 de agosto de 2023

Volcir Canuto

2º ADITIVO AO CONTRATO 006/2022 FMS

Publicação N° 5052376

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0B20A0DFEE593EADF7722C0F1BD52E2B85225FA1

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N° 006/2022 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

2º Aditivo de Reajuste ao Contrato n° 006/2022 FMS, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Interclínicas Curitibaanos Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de consultas na especialidade de Ortopedia.

Valor total do aditivo: R\$ 55.704,00 (cinquenta e cinco mil setecentos e quatro reais).

Brunópolis, 11 de agosto de 2023

Volcir Canuto – Gestor do FMS

2º ADITIVO AO CONTRATO 007/2022 FMS

Publicação N° 5052428

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5F79DA271F1EB520CADE174DD08C6C5D5F5BF5030

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO N° 007/2022 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BRUNÓPOLIS

2º Aditivo de Reajuste ao Contrato n° 007/2022 FMS, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Jucoskimed Serviços Médicos Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de consultas na especialidade de Anestesiologia e Angiologia.

Valor total do aditivo: R\$ 54.468,00 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais)

Brunópolis, 11 de agosto de 2023

Volcir Canuto – Gestor do FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 021

Publicação N° 5053394

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2023

Ata de Registro de Preços n° 021/2023, que fazem entre si o Município de Brunópolis/SC e a empresa Nelson de Jesus dos Santos, Processo 33/2023, Pregão Presencial 13/2023.

Objeto: Registro de Preços para possível Contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda (por hora), de serviços de manutenção predial e espaços públicos, preventiva e corretiva, que compreenda serviços de alvenaria em geral inclusive acabamento, parte hidráulica e pintura em diferentes ambientes internos e externos dos bens públicos municipais.

Valor Total: R\$ 212.500,00 (duzentos e doze mil e quinhentos reais)

Validade da Ata: Os preços registrados terão validade de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura da ata de registro de preços.

Brunópolis, 11 de agosto de 2023

Volcir Canuto

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008-2023

Publicação Nº 5053874

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008-2023

PARTES: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA EPP

CNPJ DA CONTRATADA: 09.377.564/0001-12

TOMADA DE PREÇO Nº 021/2022

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA ELABORARAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – PMGIRSU.

PRAZO: 14/08/2023 a 13/11/2023

SIGNATÁRIOS: ANDREA PATRICIA VOLKMANN E PAULO CÉSAR MÊNICA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079-2021

Publicação Nº 5054025

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079-2021

PARTES: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA EPP

CNPJ DA CONTRATADA: 03.725.725/0001-35

INEXIGIBILIDADE Nº 012/2021

OBJETO: SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E COMPILAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.

VALOR: R\$ 27.280,00

PRAZO: 14/08/2023 a 13/08/2024.

SIGNATÁRIOS: DR. RAFAEL NIEBUHR MAIA DE OLIVEIRA E CARLITO MELLO DE LIZ

EXTRATO DISPENSA ELETRÔNICA 008-2023-HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 5053882

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo nº 057/2023

Dispensa Eletrônica nº 008/2023

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, POR MEIO DE SEGURADORA, PARA DUAS AMBULÂNCIAS, DOIS CAMINHÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E UM AUTOMÓVEL, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E JUSTIFICATIVA TÉCNICA CONSTANTE NO DFD.

Código: 965033 chave TCE: B4613D262D3E89F529A3F377AB444766CFA67D58

O Chefe de Gabinete no uso de suas atribuições legais, conforme Lei 14.133/2021, DECIDE:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR o processo licitatório supracitado, onde sagrou-se vencedora a(s) Empresa(s) que apresentou(aram) a(s) proposta(s) mais vantajosa(s), nos termos da Ata de Licitação.

DETERMINAR a adoção de medidas cabíveis para a contratação da(s) Empresa(s): GENTE SEGURADORA SA. Brusque, 11 de agosto de 2023. AURINHO SILVEIRA DE SOUZA. Chefe de Gabinete.

EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 035-2023

Publicação Nº 5053891

PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2023

Processo Licitatório nº 054/2023

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, situado na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, cidade de Brusque/SC, através da Secretaria da Fazenda e Gestão Estratégica, representando as demais Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias da Administração Municipal, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, destinada ao recebimento de propostas para REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE PNEUS E CORRELATOS, para a frota de veículos da Administração Pública, com previsão de consumo parceladamente no decorrer de 12 (doze) meses, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I e demais elementos deste Edital.

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 13h:30min do dia 17/08/2023 às 13h30min do dia 29/08/2023.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h40min do dia 29/08/2023, no endereço eletrônico.

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico portal compras públicas e no site da prefeitura de Brusque: <https://brusque.atende.net/>. 10/08/2023. BRENO NUNES NEVES. Diretor Geral. Secretaria de Fazenda e Gestão Estratégica. Ordenador de Despesa. Código: 964995 Chave TCE: ABB4F097685BEF32C3CC3CB97FA48912D6B2680D

PORTARIA Nº 1585-2023

Publicação Nº 5053901

Portaria nº 1585/2023

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
672122	1	GABRIELA RISTOW BUSS	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	17/06/2023	26/06/2023	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 17/06/2023, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

BRENO NUNES NEVES

Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1586-2023

Publicação Nº 5053903

Portaria nº 1586/2023

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
8036	0	ARTUR CESAR STEFANI	Secretaria de Saúde	14/08/2023	23/08/2023	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

BRENO NUNES NEVES

Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1587-2023

Publicação Nº 5053906

Portaria nº 1587/2023

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
10000103783	1	CARLOS FERNANDES DA SILVA	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque	15/08/2023	13/09/2023	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Agosto de 2023.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 320-2023 FISCAL

Publicação Nº 5054105

PORTARIA Nº. 320/2023

A Diretora Geral do SAMAE, nomeada pela portaria 14.626/2022, no uso de suas atribuições e de acordo com artigo 101, inciso I e art. 111 §1º da Lei orgânica Municipal, combinado com Art. 6º parágrafo único da Lei Complementar nº 147/2009 e Portaria 132/2022/SAMAE:

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor público 21016 Carlos Pereira Moreira Junior, para exercer a função de fiscal do contrato referente ao Processo Licitatório 037/2023, na modalidade pregão eletrônico, para prestação de serviços de mecânica, elétrica, funilaria/pintura e serviços de alinhamento geometria e conserto de pneus, tanto preventiva quanto corretiva para veículos, motocicletas, máquinas e equipamentos do SAMAE, incluindo o fornecimento de peças, conforme as diretrizes do prejulgado nº 803 do TCE/SC.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 10 de agosto de 2023.

LARISSA DE PÁDUA BOZIO
Diretora Geral

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA 38.665

Publicação Nº 5052157

PORTARIA Nº 38.665, de 7 de agosto de 2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 57, § 2º da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014 que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, disposições estatutárias para os servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO as faltas justificadas e injustificadas apuradas no período de 1º a 31 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, especificando código, nome, local de atuação, faltas e período:

I – FALTAS JUSTIFICADAS

Cód.	Nome	Local de atuação	Cargo	Dias de Afastamento	Período
468	Adalberto Gomes Ribeiro	EMEB Henrique Júlio Berger	Professor de Ensino Fundamental II	02 dias 07 dias	11/07/2023 a 12/07/2023 28/07/2023 a 03/08/2023
20052	Adriana Lucia Klaus	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	01 dia	20/07/2023
2680 18851	Adriana Marlisa Campos de Almeida	EMEB Pierina Santin Perret	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia 01 dia	19/07/2023 20/07/2023
6959	Adriana Moreira Bairro	EMEB Pierina Santin Perret	Professor de Ensino Fundamental I	01 h	12/07/2023
14188	Ana Maria Proença Negretti	EMEB Henrique Júlio Berger	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia 01 h 15 min 02 dias	05/07/2023 06/07/2023 18/07/2023 a 19/07/2023
18854	Ana Paula de Queiroz	EMEB Marcos Olsen	Professor de Educação Infantil	02 dias	20/07/2023 a 21/07/2023
19249	Ana Paula Lipka	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia	13/07/2023
14183	Andreia Teles	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	01 dia	21/07/2023
18780	Angélica Aparecida Zaluski	EMEB Alcides Tombini	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia	11/07/2023
19219	Anna Paula Luz	EMEB Henrique Júlio Berger	Professor de Ensino Fundamental II	03 dias	18/07/2023 a 20/07/2023
17458	Arielli Pacztuch	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	30 min 30 min 30 min 01 h 15 min	03/07/2023 06/07/2023 17/07/2023 31/07/2023
804	Beatriz Aparecida Pereira	SEMEC	Professor de Ensino Fundamental II	½ dia	04/07/2023
16374	Bruna Schwartz	EMEB Esperança	Professor de Ensino Fundamental I	02 dias	03/07/2023 a 04/07/2023
19161	Bruna Schwartz	EMEB Irmão Venâncio José	Professor de Ensino Fundamental I	½ dia 01 dia	03/07/2023 04/07/2023
10430	Bruna Stello	CMEI Elmar Pereira Rosa	Auxiliar de Creche	06 h	12/07/2023
17463	Carmelucia Maria Singer Tonet	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	01 h 15 min	10/07/2023
3316	Claudete Aparecida Konflanz	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	03 dias 01 dia 03 dias	06/07/2023 a 08/07/2023 10/07/2023 11/07/2023 a 13/07/2023
19066	Claudia Terezinha de Oliveira Fragoso	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	03 h	14/07/2023
14179	Clenir Aparecida Nurilles Rosário	EMEB Marcos Olsen	Professor de Educação Infantil	01 dia	14/07/2023

6965	Clóris de Fátima Casagrande	EMEB Esperança	Professor de Ensino Fundamental I	02 dias 03 dias	04/07/2023 a 05/07/2023 06/07/2023 a 08/07/2023
19779	Cristiane Aparecida Trindade da Silva	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental II	02 dias	06/07/2023 a 07/07/2023
19289	Daiane Maria Bento de Andrade	EMEB Rodolfo Nickel	Professor de Ensino Fundamental I	03 dias	12/07/2023 a 14/07/2023
30004	Damaris Conceição Varela	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia	03/07/2023
8663 14165	Daniele Jociane Fortunato	EMEB Morada do Sol	Professor de Educação Infantil	01 dia 05 dias	10/07/2023 17/07/2023 a 21/07/2023
18785	Deisiane Aparecida de Paulo	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia	14/07/2023
8660	Ecleides de Fátima Bleichuvel Cruz	EMEB Henrique Júlio Berger	Professor de Ensino Fundamental II	03 h 25 min	07/07/2023
17465	Eda Nair Baseggio	EMEB Marcos Olsen	Professor de Educação Infantil	01 dia 01 dia	30/06/2023 06/07/2023
17739	Eliane de Souza Luz dos Santos	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Especialista em Assuntos Educacionais	01 dia	07/07/2023
16827	Eliane Scotti Alvarenga	SEMEC	Secretário Adjunto	01 dia	14/07/2023
18338	Elis Regina Menger Basqueira	EMEB Henrique Júlio Berger	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia	04/07/2023
799	Elisandra Aparecida Giacomel	SEMEC	Secretario Escolar	01 dia	05/07/2023
14519	Elisangela Cristina Kviatkovski Coelho	EMEB Irmão Venâncio José	Professor de Ensino Fundamental II	02 dias	20/07/2023 a 21/07/2023
18930	Elisete Teresinha Diel	EMEB Maria Luiza Barbosa	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia	20/06/2023
19981	Elizandra Aparecida Bechert	CMEI Elmar Pereira Rosa	Sala de Recursos Multifuncionais	01 dia	11/07/2023
3291	Elizangela Mittanck Camargo	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	04 h	21/07/2023
19179	Emanoeli Zotto Vieira	EMEB Alcides Tombini	Especialista em Assuntos Educacionais	02 dias	18/07/2023 a 19/07/2023
9874	Emanuelle Martins de Souza	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	01 dia	05/07/2023
19907	Emerson Maicon Cavalheiro do Amaral	EMEB Walsin Nunes Garcia	Professor de Ensino Fundamental II	05 dias	17/07/2023 a 21/07/2023
19236	Ermelinda Teresinha Garcia Carneiro	EMEB Tabajara	Professor de Ensino Fundamental I	02 dias	13/07/2023 a 14/07/2023
14521	Evelyn Priscila Schulze Procópio	EMEB Morada do Sol	Especialista em Assuntos Educacionais	01 dia	14/07/2023
19091	Fabio Alves de Oliveira	EMEB Tabajara	Auxiliar de Biblioteca	½ dia	06/07/2023
3321	Fatima Hammes	EMEB Castelhana	Professor de Educação Infantil	02 h 01 dia	20/07/2023 21/07/2023
2017	Fatima Hammes	EMEB Castelhana	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia	21/07/2023
9147	Flavia Regina Mostiack	EMEB Tabajara	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia 01 dia	13/07/2023 14/07/2023
10532	Franciele Escher	CMEI Elmar Pereira Rosa	Auxiliar de Creche	02 dias	20/07/2023 a 21/07/2023
18789	Francieli Lima dos Santos	EMEB Henrique Júlio Berger	Secretario Escolar	01 dia	06/07/2023
19203	Francielle Pontes Santa Clara	EMEB Castelhana	Professor de Ensino Fundamental II	½ dia	03/07/2023
16418	Francine de Matias	EMEB Esperança	Sala de Recursos Multifuncionais	02 dias	13/07/2023 a 14/07/2023
19218	Gabrielle dos Santos Haas	SEMEC	Secretario Escolar	02 h	17/07/2023
16409	Gamaliel Ribeiro	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental I	02 dias	10/07/2023 a 11/07/2023
17471	Gisele de Oliveira Moraes Veiga	EMEB Esperança	Professor de Educação Infantil	01 dia	14/07/2023
16482	Helen Monique Gonçalves Gomes	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia 04 dias	03/07/2023 04/07/2023 a 07/07/2023
18861	Helen Monique Gonçalves Gomes	EMEB Maria Luiza Barbosa	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia 03 dias	03/07/2023 05/07/2023 a 07/07/2023
19111	Ingra Castilho da Silva	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	01 dia	11/07/2023
14526	Iodete Aparecida Antunes Nunes Querino	EMEB Esperança	Professor de Educação Infantil	03 dias	10/07/2023 a 12/07/2023
18831	Jadiel Issacar de Oliveira Santos	EMEB Alto Bonito	Especialista em Assuntos Educacionais	01 dia	06/07/2023

18792	Janaina Aparecida Xavier Betti	CMEI Santa Clara	Secretario Escolar	01 dia	20/07/2023
19213	Janice Muniz de Moura Ribeiro	EMEB Esperança	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia	11/07/2023
14184	Jaqueline dos Santos Gonçalves Soares	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	01 h 45 min 01 dia ½ dia 01 dia	06/07/2023 07/07/2023 12/07/2023 18/07/2023
19100	Jaqueline dos Santos Gonçalves Soares	EMEB Pierina Santin Perret	Professor de Ensino Fundamental I	02 h 30 min 01 dia	13/07/2023 18/07/2023
4270	Jaqueline Scapinelli de Campos	EMEB Alto Bonito	Professor de Ensino Fundamental I	½ dia	07/07/2023
19090	Jéssica Luana Henckel Gonçalves	EMEB Henrique Júlio Berger	Auxiliar de Biblioteca	01 dia	04/07/2023
18899	João Carlos Ferreira dos Santos	CMEI Santa Clara	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia	17/07/2023
14528	Jocilene Lucia Coldebella Correa	EMEB Marcos Olsen	Professor de Educação Infantil	01 dia	14/07/2023
18339	Josiely Aparecida Sá	EMEB Henrique Júlio Berger	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia 01 dia 01 dia	06/07/2023 12/07/2023 18/07/2023
19023	Juane Prates	EMEB Alto Bonito	Professor de Ensino Fundamental II	02 dias	10/07/2023 a 11/07/2023
10291	Jucelaine Tosatti	EMEB Alto Bonito	Professor de Educação Infantil	02 dias	10/07/2023 a 11/07/2023
14173	Jucelaine Tosatti	EMEB Henrique Júlio Berger	Professor de Educação Infantil	02 dias	10/07/2023 a 11/07/2023
14180	Jucélia Aparecida Ferreira de Lima Palmeira	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	45 min 01 h 30 min	30/06/2023 03/07/2023
14174	Juliana Gonçalves	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	03 dias	05/07/2023 a 07/07/2023
19170	Juliane Silva dos Santos	EMEB Morada do Sol	Secretario Escolar	04 dias	11/07/2023 a 14/07/2023
19025	Jussara de Souza Luz Ramos	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Educação Infantil	03 dias	10/07/2023 a 12/07/2023
18794	Kallyta de Oliveira Hahn	EMEB Morada do Sol	Professor de Ensino Fundamental II	½ dia	12/07/2023
18383	Karina Krinski	EMEB Vereda dos Trevos	Professor de Ensino Fundamental I	03 dias 09 dias 05 dias	06/07/2023 a 08/07/2023 10/07/2023 a 18/07/2023 19/07/2023 a 23/07/2023
18359	Karine Miranda Pinheiro	EMEB Esperança	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia 01 dia 03 dias	07/07/2023 11/07/2023 12/07/2023 a 14/07/2023
18866	Keila Soares	EMEB Morada do Sol	Professor de Educação Infantil	02 h 50 min 03 dias	11/07/2023 18/07/2023 a 20/07/2023
19239	Kerolen Paula da Silva	EMEB Vereda dos Trevos	Professor de Ensino Fundamental I	03 dias	05/07/2023 a 07/07/2023
19279	Ketlen de Campos Quadros	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	01 dia	30/06/2023
19156	Laudo Orlando Belaver	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Auxiliar de Biblioteca	01 dia	07/07/2023
18868	Leiziane de Andrade Alves de Freitas	EMEB Nossa Senhora Salete	Professor de Educação Infantil	½ dia	04/07/2023
14212	Liliane de Andrade	EMEB Alto Bonito	Especialista em Assuntos Educacionais	½ dia	18/07/2023
16150	Lisandro Luis Bora Zandavalli	SEMEC	Professor de Ensino Fundamental II	½ dia	07/07/2023
18892	Luana Carolina Bellan Posser	SEMEC	Psicólogo	03 h 30 min	25/07/2023
18832	Luana Cristina Ramos	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental I	05 dias 34 min	03/07/2023 a 07/07/2023 11/07/2023
14175	Luciana das Graças Teles de Souza	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	02 dias	20/07/2023 a 21/07/2023
19195	Maelli Pires Goes Catellan	EMEB Alto Bonito	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia 02 h 20 min	11/07/2023 14/07/2023
14182	Maila Débora Insberger	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	10 min	31/07/2023
5059	Marcia Alves de Oliveira Hahn	SEMEC	Secretario Escolar	02 h 30 min ½ dia	12/07/2023 14/07/2023

18871	Marcia Martello	EMEB Padre José Chamot	Professor de Educação Infantil	01 dia	21/07/2023
18945	Marcos dos Santos Lima	EMEB Morada do Sol	Professor de Ensino Fundamental II	05 dias	17/07/2023 a 21/07/2023
19151	Maria Eliane Gomes Farias	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia	31/07/2023
8380	Maria Luciana Moraes dos Santos Barbosa	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	04 dias	18/07/2023 a 21/07/2023
19242	Maria Salete Rech	EMEB Marcos Olsen	Professor de Educação Infantil	½ dia 01 dia	30/06/2023 14/07/2023
17482	Marinez Ozório	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	04 dias	04/07/2023 a 07/07/2023
2577	Marinez Stefan de Mello	EMEB Maria Luiza Barbosa	Especialista em Assuntos Educacionais	05 dias	31/07/2023 a 04/08/2023
6963	Marisa Lapolli	EMEB Tabajara	Professor de Ensino Fundamental I	07 dias 05 dias 05 dias	06/07/2023 a 11/07/2023 11/07/2023 a 15/07/2023 17/07/2023 a 21/07/2023
10522	Maristela Cordeiro da Silva	EMEB Esperança	Professor de Ensino Fundamental I	05 dias	17/07/2023 a 21/07/2023
10526	Marizete Zago	EMEB Morada do Sol	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia	13/07/2023
14166 16477	Marluci Dalpiaz	EMEB Padre José Chamot	Professor de Educação Infantil Professor de Ensino Fundamental I	07 dias	10/07/2023 a 16/07/2023
14216	Maurício Luiz Somensi	EMEB Vereda dos Trevos	Professor de Ensino Fundamental II	03 dias	19/07/2023 a 21/07/2023
14134	Maysa Aparecida Goronski	EMEB Ulysses Guimarães	Professor de Ensino Fundamental II	05 dias	17/07/2023 a 21/07/2023
18844	Naira Cavalett do Nascimento	EMEB Walsin Nunes Garcia	Especialista em Assuntos Educacionais	01 dia	13/07/2023
19281	Natalia Paula de Oliveira Santos Assis	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	02 dias	13/07/2023 a 14/07/2023
17541	Neide Teresinha Paachen da Rosa	EMEB Alcides Tombini	Professor de Ensino Fundamental I	04 dias	18/07/2023 a 21/07/2023
8512	Neiva Terezinha Boscari Maffessoni	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	½ dia 01 dia	20/07/2023 21/07/2023
1129	Noeli Sandra Dallacosta	SEMEC	Professor de Ensino Fundamental I	01 h	10/07/2023
2015	Odete Maria Rosseto Xavier Correa	EMEB Henrique Júlio Berger	Professor de Ensino Fundamental I	04 dias 01 dia	05/07/2023 a 08/07/2023 20/07/2023
4613	Oristalina Ferreira dos Santos	EMEB Tabajara	Merendeira Escolar	01 dia	12/07/2023
19144	Pricila Justino de Souza	EMEB Esperança	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia	21/07/2023
19126	Pricila Justino de Souza	EMEB Ulysses Guimarães	Professor de Educação Infantil	01 dia	21/07/2023
17453	Rafael Savian Fernandes	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental II	03 dias	07/07/2023 a 09/07/2023
17544	Rafaela Andreia Lopes	EMEB Walsin Nunes Garcia	Professor de Ensino Fundamental I	01 dia	13/07/2023
18883	Raquel Fernandes	EMEB Maria Luiza Barbosa	Professor de Ensino Fundamental II	01 dia	10/07/2023
3318	Rosimar Borges	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	01 h 02 dias	13/07/2023 20/07/2023 a 21/07/2023
19070	Samuel Ildebrando de Britto	EMEB Nossa Senhora Salete	Professor de Ensino Fundamental II	02 dias	20/07/2023 a 21/07/2023
19150	Sibele Baldicera	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	01 dia	08/07/2023
19282	Silmara Aparecida Alves do Prado Porfirio	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	01 dia	30/06/2023
3784	Simone Alves da Rocha	EMEB Alto Bonito	Secretario Escolar	01 dia 01 dia 03 dias 01 dia 01 dia	04/07/2023 06/07/2023 11/07/2023 a 13/07/2023 17/07/2023 31/07/2023
19106	Solange Cristina Godoy Pontes	EMEB Maria Luiza Barbosa	Professor de Ensino Fundamental I	10 dias	10/07/2023 a 19/07/2023
16129	Suzamara Maria Stanchelski	EMEB Marcos Olsen	Professor de Educação Infantil	01 dia 03 h 30 min	08/07/2023 12/07/2023

16419	Taise Aparecida Picoletto	EMEB Ulysses Guimarães	Auxiliar de Biblioteca	01 h ½ dia 03 dias 02 h	03/07/2023 03/07/2023 04/07/2023 a 06/07/2023 12/07/2023
19206	Thiago Dalla Costa Vieira	EMEB Irmão Venâncio José	Professor de Ensino Fundamental II	½ dia 02 dias	17/07/2023 18/07/2023 a 19/07/2023
18960	Vitor Bortolini Stein	EMEB Alto Bonito	Professor de Ensino Fundamental II	03 dias	19/07/2023 a 21/07/2023
19903	Welinson Paulo Ferreira de Sousa	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental II	½ dia 05 dias	03/07/2023 04/07/2023 a 08/07/2023

II – FALTAS INJUSTIFICADAS

Cód.	Nome	Local de atuação	Cargo	Dias de Afastamento	Período
9878	Agnese Aparecida Filipini Chaves	EMEB Morada do Sol	Professor de Educação Infantil	02 h 15 min 04 h 04 h 04 h	18/07/2023 19/07/2023 20/07/2023 21/07/2023
19262	Analú Santin	EMEB Esperança	Professor de Ensino Fundamental I	04 h 04 h	08/07/2023 21/07/2023
3313	Anely de Paula Ribeiro dos Santos	CMEI Marinei Aparecida Lopes	Professor de Educação Infantil	08 h	21/07/2023
10430	Bruna Stello	CMEI Elmar Pereira Rosa	Auxiliar de Creche	04 h	21/07/2023
14185	Carla Cappellari Nunes	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	03 h 03 h 03 h 03 h	22/06/2023 26/06/2023 28/06/2023 13/07/2023
19184	Cristiane da Silva Andrique	EMEB Pierina Santin Perret	Professor de Ensino Fundamental II	02 h 15 min	13/07/2023
18998	Elcio Valmir dos Santos Oliveira	EMEB Pierina Santin Perret	Professor de Ensino Fundamental II	01 h 30 min	18/07/2023
17467	Eliane Salete Peretti	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	04 h	21/07/2023
19974	Elisabete de Fatima Taborda Somensi	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Especialista em Assuntos Educacionais	04 h	21/07/2023
19907	Emerson Maicon Cavalheiro do Amaral	EMEB Pierina Santin Perret	Professor de Ensino Fundamental II	03 h 15 min	15/07/2023
19907	Emerson Maicon Cavalheiro do Amaral	EMEB Padre José Chamot	Professor de Ensino Fundamental II	01 h 30 min	17/07/2023
18857	Evelyn Aparecida da Cruz Bueno	EMEB Rodolfo Nickel	Professor de Ensino Fundamental II	03 h	22/07/2023
16418	Francine de Matias	EMEB Esperança	Sala de Recursos Multifuncionais	08 h 08 h 08 h	17/07/2023 20/07/2023 21/07/2023
16409	Gamaliel Ribeiro	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental I	04 h	21/07/2023
18832	Luana Cristina Ramos	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Professor de Ensino Fundamental I	08 h	08/07/2023
19195	Maelli Pires Goes Catellan	EMEB Pierina Santin Perret	Professor de Ensino Fundamental II	04 h	14/07/2023
18947	Marisa Aparecida de Castilho	EMEB Morada do Sol	Professor de Ensino Fundamental II	04 h	08/07/2023
6963	Marisa Lapolli	EMEB Tabajara	Professor de Ensino Fundamental I	04 h 04 h 04 h	03/07/2023 04/07/2023 05/07/2023
19070	Samuel Ildebrando de Britto	EMEB Nossa Senhora Salete	Professor de Ensino Fundamental II	01 h 30 min	03/07/2023
17486	Sandra Aparecida Peretti	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	03 h 03 h 03 h 03 h 04 h	22/06/2023 26/06/2023 28/06/2023 13/07/2023 21/07/2023
19282	Silmara Aparecida Alves do Prado Porfírio	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	03 h 03 h 03 h 03 h	22/06/2023 26/06/2023 28/06/2023 13/07/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação, em 7 de agosto de 2023.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 38.482 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 5052754

PORTARIA Nº 38.482, de 30 de junho de 2023.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR – IPPUC, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de maio a 15 de junho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador – IPPUC, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
27	Alan Francis Amanthea	Engenheiro Eletricista	6

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador, em 30 de junho de 2023.

Alexandre Schermach – PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR.

PORTARIA Nº 38.656

Publicação Nº 5052140

PORTARIA Nº 38.656, de 7 de agosto de 2023.

A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16/02/2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato por tempo determinado dos Servidores a seguir relacionados e lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, função, carga horária, local de atuação, motivo e período da prorrogação:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período de Contratação
18983	Ana Maria de Melo	Professor de Ensino Fundamental II arte	40	20h-EMEB Ulysses Guimarães/20h- EMEB Hilda Granemann de Sousa	VV Vanusa de Oliveira Correa, Lic Trat Saúde	19/07/2023 a 16/10/2023
19262	Analú Santin	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Esperança	VV Maristela Cordeiro, Licença Prêmio	01/08/2023 a 28/11/2023
19176	Antônia Vanice Prestes Farias	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Tabajara	Vaga Excedente	02/08/2023 a 18/12/2023
19836	Carlos Renato Santana Pereira	Professor de Ensino Fundamental II (história)	20	EMEB Henrique Júlio Berger	VV Atílio da Silveira de Oliveira, Lic Trat saúde	28/07/2023 a 29/08/2023
18912	Claimari Artuzzo Costa	Professor de Ensino Fundamental II Arte	20	03h- EMEB Marcos Olsen/ 14h- EMEB Walsin Nunes Garcia (08 Escola)/06- Extensão Taquara Verde	Vaga Transitória	26/07/2023 a 18/12/2023
19973	Daniela dos Santos Pires	Especialista em Assuntos Educacionais	20	EMEB Alto Bonito	VV Solange Hude, Lic trat saúde	01/08/2023 a 30/09/2023

18788	Elizabete Aparecida Lusa	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Esperança	Vaga Excedente	01/08/2023 a 30/09/2023
19982	Gisele Veroneze Gomes	Especialista em Assuntos Educacionais	20	EMEB Alto Bonito	VV Solange Hude, Lic trat saúde	01/08/2023 a 30/09/2023
20048	Ivonete Moreira	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Ir Vençancio José	VV Lucy Nascimento, Lic Trat Saúde	05/07/2023 a 30/10/2023
19020	Jéssica Luana Henckel Gonsalves	Auxiliar de Biblioteca	40	20h-EMEB Henrique Júlio Berger 20h- EMEB Tabajara	Vaga transitória	01/08/2023 a 18/12/2023
18968	Juliana Padilha Mazzotti	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Bruna Ribeiro, Lic Trat Saúde	11/07/2023 a 23/07/2023
19024	Jussara Brol	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Castelhana	Vaga Excedente	01/08/2023 a 30/09/2023
19162	Marcia Alves Ribeiro	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	01/08/2023 a 30/09/2023
19828	Maria Salete dos Santos	Professor de Educação Infantil	40	CMEI Marinei Lopes	VV Elizangela Bartel, Lic Trat Saúde	07/07/2023 a 04/08/2023
19242	Maria Salete Rech	Professor de Educação Infantil	40	20h- EMEB Marcos Olsen 20h- EMEB Alto Bonito	Vaga Excedente	01/08/2023 a 18/12/2023
19211	Miriane Salamoni Tesser	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Henrique Júlio Berger	VV Maria Antônia Padilha, Lic Prêmio	31/07/2023 a 28/10/2023
18845	Nívea Aparecida da Rosa	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Pe. José Chamot	VV Jociane Zardo, Lic Prêmio	02/08/2023 a 29/08/2023
19309	Rafael Varela da Silva	Professor de Ensino Fundamental II	10	03h- EMEB Pierina Santin Perret 06h- EMEB Tabajara	Vaga Excedente	02/07/2023 a 18/12/2023
18341	Roselaine de Oliveira Varela	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Excedente	31/07/2023 a 18/12/2023
18885	Silvane Dick Meireles da Silva	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Pe. José Chamot	VV Jociane Zardo, Lic Prêmio	31/07/2023 a 29/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 7 de agosto de 2023.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 38.657

Publicação Nº 5052141

PORTARIA Nº 38.657, de 7 de agosto de 2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos servidores a seguir relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, licença para ausentar-se do serviço em virtude de casamento, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

CÓD	NOME-	CARGO	DIAS PREVISTOS NO ESTATUTO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
18989	Aurea Adriana de Mello Cordeiro	Professor de Ensino Fundamental II	08 dias	12/07/2023 a 19/07/2023
17433	Jessica Gomes	Professor de Ensino Fundamental I	08 dias	31/07/2023 a 07/08/2023
18940	João Paulo Pelepe	Professor de Ensino Fundamental II	08 dias	31/07/2023 a 07/08/2023

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação, em 7 de agosto de 2023.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 38.658

Publicação Nº 5052145

PORTARIA Nº 38.658, de 7 de agosto de 2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b" e inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos servidores a seguir relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

CÓD.	NOME-	CARGO	DIAS PREVISTOS NO ESTATUTO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
17424	Deisy Maurina	Professor de Ensino Fundamental I	08 dias	05/07/2023 a 12/07/2023
17465	Eda Nair Baseggio	Professor de Educação Infantil	08 dias	09/07/2023 a 16/07/2023
19974	Elisabete de Fátima Taborda Somensi	Especialista em Assuntos Educacionais	05 dias	14/07/2023 a 21/07/2023
19213	Janice Muniz de Moura Ribeiro	Professor de Ensino Fundamental I	08 dias	03/07/2023 a 10/07/2023
19131	João Carlos Ribeiro	Professor de Ensino Fundamental II	05 dias	03/07/2023 a 07/07/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação, em 7 de agosto de 2023.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 38.659

Publicação Nº 5052147

PORTARIA Nº 38.659, de 7 de agosto de 2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, e Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, mais o previsto no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde aos servidores lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ocupantes de cargos efetivos e funções em caráter temporário, especificando código, nome do servidor, dias de afastamento e período, conforme segue:

I – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

CÓD	NOME	PERÍODO	QUANTIDADE DE DIAS
7774	Andressa de Fátima De Bastiani	31/07/2023 a 13/08/2023	14 dias
7779	Atílio da Silveira de Oliveira	31/07/2023 a 29/08/2023	30 dias
8636 14165	Daniele Jociane Fortunato Nunes	31/07/2023 a 28/09/2023	60 dias
3558	Elizangela Bartel	06/07/2023 a 04/08/2023	30 dias
18383	Karina Krinski	31/07/2023 a 13/08/2023	14 dias
17438	Lucy Jaques do Nascimento	03/07/2023 a 30/10/2023	120 dias
8308	Maria Luciana Moraes dos Santos Barbosa	31/07/2023 a 29/08/2023	30 dias
14172	Marinez do Amaral	12/07/2023 a 09/10/2023	90 dias
9877	Marinez Pereira	31/07/2023 a 14/08/2023	15 dias
6963	Marisa Lapolli	31/07/2023 a 29/08/2023	30 dias
3359	Valmor Arl	31/07/2023 a 27/11/2023	120 dias
14192	Vanusa de Oliveira Correa	19/07/2023 a 16/10/2023	90 dias

II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACT:

CÓD	NOME	PERÍODO	QUANTIDADE DE DIAS
19129	Kassia Cristina Soares de Souza	04/07/2023 a 17/07/2023	14 dias

Art. 2º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, em conformidade com o art. 113, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

CÓD	NOME	Familiar	PERÍODO	QUANTIDADE DE DIAS
16407	Marisol de Santana	filho	31/07/2023 a 13/08/2023	14 dias
10522	Maristela Cordeiro da Silva	mãe	17/07/2023 a 21/07/2023	5 dias

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação, em 7 de agosto de 2023.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 38.660

Publicação Nº 5052149

PORTARIA Nº 38.660, de 7 de agosto de 2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 53 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, em virtude da apresentação de certificado de conclusão de Mestrado, conforme Parecer Geral nº 75/2019, especificando código, nome, cargo, nível/referência atual, nível/referência da progressão e data:

CÓDIGO	NOME	CARGO	REF/NÍVEL ATUAL	REF/NÍVEL PROGRESSÃO	A contar de
16418	Francine de Matias	Professor de Sala de Recursos Multifuncionais	3/A	5/A	01/07/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação, em 7 de agosto de 2023.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 38.662

Publicação Nº 5052151

PORTARIA Nº 38.662, de 7 de agosto de 2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16/12/2018, e em conformidade com o art. 18 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos servidores a seguir relacionados e lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária anterior e atual, escola de atuação e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	De	Para	Escola da Função	Período
19112	Bruna Kuntz	Professor de Ensino Fundamental I Educação Física	30	40	EMEB Tabajara, VV Jânio Azambuja, Licença Prêmio	01/08/2023 a 29/10/2023

20080	Daiane Tainara dos Santos	Professor de Ensino Fundamental II (Lab de Informática)	20	40	EMEB Esperança, Vaga Transitória	01/08/2023 a 18/12/2023
19907	Emerson Maico Cavalheiro do Amaral	Professor de Ensino Fundamental I Educação Física	30	40	04h-EMEB Pe. José Chamot/ 05h-EMEB Pierina S. Perret, VV Marcio Sampaio, Licença Trat Saúde	04/07/2023 a 02/09/2023
19278	Jessica Luiza Vieira	Professor de Educação Infantil	20	40	EMEB Esperança, VV Iodete Ap Antunes Nunes Querino de Almeida, Licença Prêmio	01/08/2023 a 29/10/2023
18865	Karolina Pelicer	Professora de Educação Infantil	20	40	EMEB Ulysses Guimarães, VV Marines do Amaral, Lic Trat Saúde	12/07/2023 a 09/10/2023
19095	Leandro de Lima	Professor de Educação Física (Projetos Esportivos)	20	40	03h- CEU/ 02h- EMEB Ir Venâncio José/ 04h- EMEB Esperança	31/07/2023 a 18/12/2023
18970	Liliane Santos	Professor de Educação Infantil	20	40	CMEI Santa Clara, VV Sandra Regina dos Santos, Lic Prêmio	01/08/2023 a 30/08/2023
18881	Pedro Eurípedes da Silva	Professor de Ensino Fundamental I Educação Física	10	20	EMEB Pierina Santin Perret, VV Joice Mara Sari, Licença Prêmio	01/08/2023 a 29/09/2023
20141	Priscila de Andrade Antunes	Professor de Educação Infantil	20	40	EMEB Henrique Júlio Berger, VV Luana Rodakievs, Licença Prêmio	01/08/2023 a 29/08/2023
19829	Raquel Veiga Rocha Gonçalves	Professor de Educação Infantil	20	40	EMEB Henrique Júlio Berger, VV Adeline Ferrasso, Lic Prêmio	31/07/2023 a 29/08/2023
18956	Tainara Moreira Marçal	Professor de Educação Infantil	20	40	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, VV Angélica Moschetta, Licença Prêmio	31/07/2023 a 18/12/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 7 de agosto de 2023.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 38.669

Publicação Nº 5052154

PORTARIA Nº 38.669, de 8 de agosto de 2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR os efeitos das Portarias abaixo descritas, especificando número e data e assunto:

Portaria nº	Data	Assunto
36.910	08/08/2022	retifica a Portaria nº 34.812, de 28/05/2021
36.911	08/08/2022	retifica a Portaria nº 34.813, de 28/05/2021
36.912	08/08/2022	retifica a Portaria nº 34.810, de 27/05/2021
36.913	08/08/2022	nomeia Comissão para acompanhamento e Avaliação de Estágio Probatório

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31 de janeiro de 2023.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 8 de agosto de 2023.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 38.670

Publicação Nº 5052159

PORTARIA Nº 38.670, de 8 de agosto de 2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto artigo 29, §1º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão para acompanhamento e avaliação de estágio probatório dos servidores lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome do servidor avaliado, cargo, carga horária, local de lotação, data de posse e membros da comissão, conforme segue:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE	COMISSÃO
Adeline Aparecida Ferrasso	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	01/02/2023	Maria Celia Badlhuk Marinez Stefan de Mello Cristiane Antunes
Alessandra de Oliveira Mattos	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Morada do Sol	01/02/2023	Cleci Faganello Evelyn Priscila Procópio Ana Paula da Silva Batista
Alzira Salete Padilha	Professora de Sala de Recursos Multifuncionais-AEE	40	EMEB Pe. José Chamot EMEB Henrique Júlio Berger	05/02/2020	Vanessa Giliolli Cláudia Maria Bischoff Cláudia Soares
Ana Claudia dos Santos Linz Leite	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03/02/2020	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Andréia Paraná de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Pierina Santin Perret	01/02/2022	Lisete Granemann Adriana Moreira Bairro Regiane Aparecida Machado
Andreza Machado Medeiros Cordeiro	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Esperança	01/08/2023	Cleide Dariz Aline Colla Hahn Gisele de Oliveira Morais Veiga
Araci Lúcia Pereira Dias	Professor de Sala de Recursos Multifuncionais – AEE	40	20h- EMEB Hilda Granemann de Sousa 20h- EMEB Ulysses Guimarães	01/02/2022	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Arlan Carlos dos Santos Melo	Professor de Ensino Fundamental II (Arte)	40	EMEB Morada do Sol	01/02/2022	Cleci Faganello Evelyn Priscila Procópio Ana Paula da Silva Batista
Bruna Ribeiro Moraes Ferreira	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Ulysses Guimarães	01/02/2022	Karla Mary Bechert Cristina Aparecida Bechert Gabriela Nava Ramos
Camila Elisangela Moraes	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Ulysses Guimarães	01/02/2022	Karla Mary Bechert Cristina Aparecida Bechert Gabriela Nava Ramos
Claimari Artuzzo Costa	Professor de Ensino Fundamental II (Arte)	20	CMEI Santa Clara	01/02/2022	Juliana Tasca Olszewski Vanessa Zotto Costa Salomé Fontana
Clemare Aparecida Coelho	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Padre José Chamot	01/02/2022	Vanessa Giliolli Cláudia Maria Bischoff Alexandra Balbinot
Cristiane dos Santos Marchesan	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/02/2023	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Cristiane Patrícia Veber	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Tabajara	01/02/2023	Jessica Aline Gelinski Ariely de Cassia Durli Fonseca Alda Pasquali Basqueira
Debora Jane Zarur	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Padre José Chamot	03/02/2020	Vanessa Giliolli Cláudia Maria Bischoff Alexandra Balbinot
Deisy Maurina	Professor de Ensino Fundamental I	40	EMEB Henrique Júlio Berger	01/02/2022	Maria Antônia Padilha Susana de Oliveira Dammer Cláudia Aparecida Soares
Diego André Bridi	Professor de Ensino Fundamental II	20	EMEB Nossa Sra Salete	17/02/2016	Silvana Alves Ribeiro Bardella Josiane Carneiro Solange Margareth Campos
Dirlene Ribeiro	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/02/2023	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Elaine Martins Garcia Fernandes	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Ir. Venâncio José	01/02/2022	Taísa Beatriz Basso Bonin Terezinha Castanheiro Anciutti Andreia Anciutti dos Santos
Elaine Neves Lopes	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Henrique Júlio Berger	01/02/2022	Maria Antônia Padilha Susana de Oliveira Dammer Cláudia Aparecida Soares

Eliane Ribeiro dos Santos	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Tabajara	01/02/2022	Jessica Aline Gelinski Ariely de Cassia Durli Fonseca Alda Pasquali Basqueira
Elis Angela Wagner	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Henrique Júlio Berger	03/02/2020	Maria Antônia Padilha Suzana de Oliveira Dammer Cláudia Aparecida Soares
Elis Micheli Gonçalves Padilha Wegner	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Esperança	01/04/2022	Cleide Dariz Aline Colla Hahn Gisele de Oliveira Morais Veiga
Elitéia Dias	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/02/2022	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Esoleta Tomasi Pereira	Professor de Ensino Fundamental I	40	EMEB Ir. Venâncio José	01/02/2022	Taísa Beatriz Basso Bonin Terezinha Castanheiro Anciutti Andreia Anciutti dos Santos
Fabiana Cleci Schneider	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Nossa Senhora Salete	01/02/2022	Silvana Alves Ribeiro Bardella Josiane Carneiro Solange Margareth Campos
Fabiola Morona	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/02/2022	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Filomena Maiberg da Rosa Belli	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Ulysses Guimarães	01/02/2023	Karla Mary Bechert Cristina Aparecida Bechert Gabriela Nava Ramos
Gelson Carlos Rodrigues Lopes	Professor de Ensino Fundamental I (filosofia)	40	10h-EMEB Alto Bonito /08h-EMEB Ulys-ses Guimarães/ 10h- EMEB Profª Maria Luiza M Barbosa/ 03h- EMEB Walsin N Garcia/ 03h- EMEB Vereda dos Trevos	13/04/2022	Maria Celia Badlhuk Marinez Stefan de Mello Cristiane Antunes
Gisele Cristiane Galvão Pereira	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	01/02/2023	Viviane Maira Pereira Edilaine do Amaral Reis Idianara de Castro Valentini
Gislaine Cristine Medeiros	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	01/02/2023	Maria Celia Badlhuk Marinez Stefan de Mello Cristiane Antunes
Glaciele Maria Chaves	Professor de Ensino Fundamental I	40	EMEB Castelhana EMEB Esperança	01/02/2023	Natália Eger Karine Lia Basso Edevan Prego
Helen Monique Gonçalves Gomes	Professor de Ensino Fundamental II	30	EMEB Hilda Granemann de Souza EMEB Alto Bonito EMEB Ulysses Guimarães	10/08/2020	Karla Mary Bechert Cristina Aparecida Bechert Gabriela Nava Ramos
Isabela Polli	Secretário Escolar	40	EMEB Alcides Tombini EMEB Nossa Sra Salete	01/02/2023	Evelyn de Almeida Picoletto Ana Paula Spuldaro Peretto Silvana Alves Ribeiro Bardella
Jane Regina Dallagnol	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Irmão Venâncio José	01/02/2022	Taísa Beatriz Basso Bonin Terezinha Castanheiro Anciutti Andreia Anciutti dos Santos
Jaqueline de Fátima Maia	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	07/08/2023	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Jeane Cristina dos Santos Gonçalves	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Henrique Júlio Berger	01/02/2023	Maria Antônia Padilha Suzana de Oliveira Dammer Cláudia Aparecida Soares
Jessica Gomes	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	01/02/2022	Maria Celia Badlhuk Marinez Stefan de Mello Cristiane Antunes
José Cristiano Peretti	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	01/02/2023	Maria Celia Badlhuk Marinez Stefan de Mello Cristiane Antunes
Jucélia Aparecida Pereira Valter	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Morada do Sol	01/02/2023	Cleci Faganello Evelyn Priscila Procópio Ana Paula da Silva Batista

Juliana Vasiluk	Professor de Ensino Fundamental I	40	EMEB Morada do Sol EMEB Vereda dos Trevos	01/04/2022	Cleci Faganello Evelyn Priscila Procópio Ana Paula da Silva Batista
Juliana Vogues Ribeiro	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Henrique Júlio Berger	01/02/2023	Maria Antônia Padilha Suzana de Oliveira Dammer Cláudia Aparecida Soares
Jussara Brol	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/02/2023	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Karina Krinski	Professor de Ensino Fundamental I	40	EMEB Vereda dos Trevos	02/05/2022	Rosana Macedo Barzotto Maurício Luiz Somensi Adriana da Silva F. de Oliveira
Karine Miranda Pinheiro dos Santos	Professor de Ensino Fundamental II (artes)	40	17h- EMEB Esperança 18h- EMEB Ulysses Guimarães	06/04/2022	Cleide Dariz Aline Colla Hahn Gisele de Oliveira Morais Veiga
Karoline Aparecida de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental II (Arte)	20	EMEB Pierina Santin Perret	01/02/2022	Lisete Granemann Adriana Moreira Bairro Regiane Aparecida Machado
Kátia Carla Moreira	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Nossa Senhora Salete	01/02/2022	Silvana Alves Ribeiro Bardella Josiane Carneiro Solange Margareth Campos
Kelin Micalichen	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Padre José Chamot	01/02/2023	Vanessa Giliolli Cláudia Maria Bischoff Alexandra Balbinot
Ligiane Scolaro Ribeiro dos Santos	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/02/2023	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Lira Cristina Szancoski de Souza	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/02/2022	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Luana Rodakievis	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Henrique Júlio Berger	03/02/2020	Maria Antônia Padilha Suzana de Oliveira Dammer Cláudia Aparecida Soares
Lucas Bernardo da Silva	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Henrique Júlio Berger	01/08/2023	Maria Antônia Padilha Suzana de Oliveira Dammer Cláudia Aparecida Soares
Lucy Jaques do Nascimento	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Ir. Venâncio José	01/02/2022	Taísa Beatriz Basso Bonin Terezinha Castanheiro Anciutti Andreia Anciutti dos Santos
Marcia Urupkua Rumpel	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Tabajara	01/02/2023	Jessica Aline Gelinski Ariely de Cassia Durli Fonseca Alda Pasquali Basqueira
Maria Cristina Granemann Moreira Sinkere	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	01/02/2023	Maria Celia Badlhuk Marinez Stefan de Mello Cristiane Antunes
Maria Eliane Gomes Farias	Professor de Ensino Fundamental II (Arte)	40	26h-EMEB Hilda Granemann de Sousa 04h- EMEB Esperança 06h- EMEB Vereda dos Trevos	01/02/2023	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Mariana Sella Claudino Castilho	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Tabajara	01/02/2022	Jessica Aline Gelinski Ariely de Cassia Durli Fonseca Alda Pasquali Basqueira
Marisa Martins	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	01/02/2022	Maria Celia Badlhuk Marinez Stefan de Mello Cristiane Antunes
Marisa Pires de Camargo	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Tabajara	01/02/2023	Jessica Aline Gelinski Ariely de Cassia Durli Fonseca Alda Pasquali Basqueira
Marizete Zago	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Morada do Sol	05/02/2020	Cleci Faganello Evelyn Priscila Procópio Ana Paula da Silva Batista
Marluci Dalpías	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Pe. José Chamot	30/07/2020	Vanessa Giliolli Cláudia Maria Bischoff Alexandra Balbinot

Monalize Seidel Rossetto	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Ulysses Guimarães	15/06/2023	Karla Mary Bechert Cristina Aparecida Bechert Gabriela Nava Ramos
Neide Teresinha Paachen da Rosa	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Alcides Tombini	01/02/2022	Evelyn de Almeida Picoletto Ana Paula Spuldaro Peretto Tânia Gomes de almeida Cracco
Nívea Aparecida da Rosa	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Ulysses Guimarães	01/02/2023	Karla Mary Bechert Cristina Aparecida Bechert Gabriela Nava Ramos
Odete Janice Jaensch	Professor de Ensino Fundamental I	40	EMEB Nossa Senhora Salete	01/02/2022	Silvana Alves Ribeiro Bardella Josiane Carneiro Solange Margareth Campos
Patrícia Vieira de Alvarenga	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Esperança	01/08/2023	Cleide Dariz Aline Colla Hahn Gisele de Oliveira Morais Veiga
Patricia Wroblewski Machado	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa	15/10/2020	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Priscila Alves da Silva	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Esperança	01/02/2022	Cleide Dariz Aline Colla Hahn Gisele de Oliveira Morais Veiga
Priscila Justino de Souza	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Esperança	01/02/2023	Cleide Dariz Aline Colla Hahn Gisele de Oliveira Morais Veiga
Raphaela Payerl	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Alcides Tombini	06/04/2022	Evelyn de Almeida Picoletto Ana Paula Spuldaro Peretto Tânia Gomes de almeida Cracco
Rita de Cássia Amaral da Silva Ponzoni	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Tabajara	01/02/2023	Jessica Aline Gelinski Ariely de Cassia Durli Fonseca Alda Pasquali Basqueira
Sara Rafaely Moreira Albiero	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/06/2022	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Silvane de Souza Alves do Amaral	Professor de Ensino Fundamental I	40	EMEB Irmão Venâncio José	11/04/2022	Taísa Beatriz Basso Bonin Terezinha Castanheiro Anciutti Andreia Anciutti dos Santos
Silvia Daiane Calisto	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Pierina Santin Perret	01/02/2023	Lisete Granemann Adriana Moreira Bairro Regiane Aparecida Machado
Solange Rodrigues de Oliveira	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Morada do Sol	01/02/2022	Cleci Faganello Evelyn Priscila Procópio Ana Paula da Silva Batista
Soleni Keli Viera	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/02/2022	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Suliane Iara Silveira Candido	Professor de Ensino Fundamental I	40	EMEB Ir. Venâncio José	31/07/2023	Taísa Beatriz Basso Bonin Terezinha Castanheiro Anciutti Andreia Anciutti dos Santos
Tânea Maria Hoffmann	Secretário Escolar	40	CMEI Marinei Lopes	07/02/2022	Elisamara Gaspar da Silva Diego Braz de Camargo Beatriz Alves de Oliveira
Tatiane Solanho Canedo Calisto	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01/02/2023	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Telma Nunes da Rosa Malmann	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Morada do Sol	01/02/2022	Cleci Faganello Evelyn Priscila Procópio Ana Paula da Silva Batista
Teresinha Maria Bortolotto	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Pierina Santin Perret	01/02/2022	Lisete Granemann Adriana Moreira Bairro Regiane Aparecida Machado
Thabita Alana Cachinski	Secretário Escolar	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03/02/2020	Maria Cristina Maffessoni Rosangela Schifeter Paulo Maurício França
Thaísa de Fátima Ribeiro Balbinot	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	01/02/2022	Maria Celia Badlhuk Marinez Stefan de Mello Cristiane Antunes

Ticiane Schaefer	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Alcides Tombini	03/02/2020	Evelyn de Almeida Picoletto Ana Paula Spuldaro Peretto Tânia Gomes de almeida Cracco
Valéria Cristine Risson	Professor de Ensino Fundamental II (Arte)	40	17h- EMEB Maria Luiza Martins Barbosa/ 15h- EMEB Marcos Olsen 04h- EMEB Ulysses Guimarães	01/02/2023	Maria Celia Badlhuk Marinez Stefan de Mello Cristiane Antunes
Vânia Das Dores Moresco	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Pierina Santin Perret	01/02/2022	Lisete Granemann Adriana Moreira Bairro Regiane Aparecida Machado
Vanicléia Casa	Professor de Ensino Fundamental II (Arte)	20	EMEB Pierina Santin Perret	06/02/2020	Lisete Granemann Adriana Moreira Bairro Regiane Aparecida Machado

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação, em 8 de agosto de 2023.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

Caibi

PREFEITURA

161/2023

Publicação Nº 5053210



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

DECRETO Nº. 161/2023 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre remanejamento de dotação
orçamentária e dá outras providências.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 4º. da Lei Municipal Nº. 2723/2022 de 21 de dezembro de 2022, decreta:

Art. 1º. - Fica pelo presente decreto efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação da despesa, nos órgãos, Atividades e Operações Especiais, adiante demonstrados:

09 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - 267820022.2.061 – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS, do Grupo de Natureza da Despesa (163) 3.3.90 Outras Despesas Correntes para (164) 4.4.90 Investimentos no valor de R\$ 2.083,93, da fonte de recursos 150000 – Recursos Ordinários Livres.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 11 de agosto de 2023.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Miguel Piccoli
Secretário de Administração e Planejamento

162/2023

Publicação Nº 5053425

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

DECRETO Nº. 162/2023 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o parágrafo 1º, inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2723/2022, de 21 de dezembro de 2022, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 68.792,08 (sessenta e oito mil, setecentos e noventa e dois reais e oito centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2023, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I

Órgão 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

133920012.2.027 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(1736) Fonte: 171500 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual R\$ 3.400,00

3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

(1737) Fonte: 171500 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual R\$ 45.559,32

3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

(1738) Fonte: 171600 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura R\$ 19.832,76

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação das fontes 171500 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual no valor de R\$ 48.959,32 e 171600 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura no valor de R\$ 19.832,76, totalizando o valor de R\$ 68.792,08.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 11 de agosto de 2023.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Miguel Piccoli
Secretário de Administração e Planejamento

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0211 CEP 89888-000
<http://www.caibi.sc.gov.br>
administracao@caibi.sc.gov.br

Camboriú

PREFEITURA

PE 39/2023 FMS

Publicação N° 5053505

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 607D8AEBDC49A9EA03F322A95931B9B29A01672F

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 39/2023 - FMS - EXCLUSIVO ME/EPP.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A LIMPEZA E LAVAÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 28 (vinte e oito) de agosto de 2023, no site www.bnc.org.br

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: <https://camboriu.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-llicitacoes/detalhar/1> ou no e-mail comprasdecamboriu@gmail.com

Camboriú, 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 1.520/2023

Publicação N° 5053642

PORTARIA N.º 1.520/2023

Aplica penalidade de demissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 007/2018, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas e definiu a responsabilidade da servidora Sra. ADRIANA TENCIANO pela prática de abandono de cargo;

CONSIDERANDO o disposto no art. 209, IV c/c art. 215, inciso II, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do artigo 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de DEMISSÃO em face da servidora ADRIANA TENCIANO.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 28 de julho de 2023.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações

PORTARIA Nº. 1.521/2023

Publicação Nº 5053648

PORTARIA N.º 1.521/2023

Aplica penalidade de demissão.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 004/2018, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas e definiu a responsabilidade da servidora Sra. NEZIA MARIA SILVERINO NASCIMENTO pela prática de abandono de cargo;

CONSIDERANDO o disposto no art. 209, IV c/c art. 215, inciso II, ambos da Lei Complementar Municipal nº. 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do artigo 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de DEMISSÃO em face da servidora NEZIA MARIA SILVERINO NASCIMENTO.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 28 de julho de 2023.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações

RESULTADO PE 002/2023 - FMC

Publicação Nº 5052656

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 - FMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“FRACASSADA”.

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

RESUMO DE ADITIVO INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO Nº. 028/2022- CHAMAMENTO PÚBLICO Nº023/2022 – FMS

Publicação Nº 5052770

RESUMO DE ADITIVO

FMS

PRIMEIRO TERMO

CONTRATO Nº071/2022

Processo: Processo Licitatório nº094/2022 – Inexigência de Licitação nº. 028/2022 – FMS - CP 023/22

Empresa: JDN CLINICA MÉDICA LTDA

Data:11/08/2023

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: DO VALOR: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar do valor contratual R\$ 79.687,50 (setenta e nove mil seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) referente a 1.875 consultas, devido a ocorrência da falta de profissionais médicos da estratégia saúde da família no final de 2022 até o presente periodo, para que o atendimento da demanda das unidades básicas de saúde é necessário o aumento do quantitativo mensal para que o fluxo diário não seja prejudicado, conforme requisição e justificativa da Secretaria Municipal de Saúde..

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE ADITIVO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2019 - PMC

Publicação Nº 5053265

RESUMO DE ADITIVO

PMC

QUARTO TERMO

CONTRATO Nº046/2019

Processo: Processo Licitatório nº 111/2019 - Pregão Presencial nº 079/2019

Empresa: EDIVALDO DOS SANTOS 04265518931

Data:11/08/2023

Fundamento: artigo 57 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de manter a continuidade dos serviços, visando a garantia de preços e condições mais vantajosas para a administração e baseado no artigo 57, II da Lei 8666/93, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, vigorando de 21 de agosto de 2023 até 19 de agosto de 2024, sendo o valor reajustado conforme índice IPCA, conforme memorando da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO DE 07 A 11 DE AGOSTO 2023

Publicação Nº 5054138

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO

PMC

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2023 - Processo Administrativo Nº 136/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LARVICIDA PARA SER USADO NO COMBATE DE INSETOS (LARVAS DE BORRACHUDOS E PERNILONGOS) NAS LOCALIDADES QUE SÃO BERÇO DE NASCENTES E LEITO DE RIO, PARA A DIMINUIÇÃO DA PROLIFERAÇÃO DESTES INSETOS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Data: 07/08/2023

Valor total Geral: R\$ 93.600,00 (NOVENTA E TRÊS MIL, E SEISCENTOS REAIS)

Empresa Vencedora: AGRO LÍDER LTDA

Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2023 - Processo Administrativo Nº 161/2023

O Prefeito Municipal, ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO NA REVISÃO DO TRATOR NEW HOLLAND TT4.75 PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Data: 08/08/2023

Valor total Geral: R\$ 1.391,00 (um mil e trezentos e noventa e um reais).

Empresas Vencedoras: AGROWERNER COMERCIO DE MAQUINAS E IMPLM AGRICOLAS LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2023 - Processo Administrativo Nº 143/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE

REPAROS (CALCETEIRO) NAS VIAS PAVIMENTADAS, LAJOTAS SEXTAVADAS E EM MEIO-FIO DE CONCRETO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Data: 10/08/2023

Valor total Geral: R\$ 445.600,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, E SEISCENTOS REAIS)

Empresa Vencedora: PLANETA TERRAPLANAGEM LTDA, SOLUÇÃO CONSTRUÇÕES REFORMAS E MANUTENÇÕES LTDA

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2023 - Processo Administrativo Nº 152/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR CONTRA TERCEIROS PARA AS VIATURAS DE ATENDIMENTO A OCORRÊNCIAS PERTENCENTES AO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ..

Data: 10/08/2023

Valor total Geral: R\$12.201,01 (doze mil, duzentos e um reais e um centavo)

Empresa Vencedora: GENTE SEGURADORA SA

Processo: INEXIGENCIA LICITATÓRIA Nº 021/2023 - Processo Administrativo Nº 163/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGÉRIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Comissão, resolve homologar:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA EMPRESA S.O.S SUL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA NA CIDADE DE CAMBORIÚ. POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2022 PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2022 DA SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA - SEGEN/MJSP, EM CONFORMIDADE COM O QUE PRECEITUA O ART.22 DO DECRETO FEDERAL Nº 7.892/2013.

Data: 09/08/2023

Valor total Geral: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Empresa Vencedora: S.O.S SUL RESGATE - COMERCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA

FUNDESP

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023 - Processo Administrativo Nº 11/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGÉRIO KUHNEN no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ÔNIBUS, MICRO - ÔNIBUS E VANS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PARA ATENDER A NECESSIDADE DE TRANSPORTE DOS ATLETAS DE VARIAS MODALIDADE QUE DISPUTARÃO AS COMPETIÇÕES NO ANO DE 2023/2024 REPRESENTANDO A FUNDAÇÃO DE ESPORTE E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Data: 07/08/2023

Valor total Geral: R\$ 324.610,00 (TREZENTOS E VINTE E QUATRO MIL, SEISCENTOS E DEZ REAIS)

Empresa Vencedora: CATARINÃO TRANSPORTE E TURISMO LTDA

FME

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023 - Processo Administrativo Nº 35/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGÉRIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BUFFETS DESTINADOS AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Data: 07/08/2023

Valor total Geral: R\$- 27.900,00 (VINTE E SETE MIL, E NOVECENTOS REAIS)

Empresa Vencedora: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

FUCAM

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2023 - Processo Administrativo Nº 05/2023

O Sr. Prefeito Municipal, ELCIO ROGÉRIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RESGATE DE ANIMAIS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS POR TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Data: 10/08/2023

Valor total Geral: R\$283.500,00 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentos reais)

Empresa Vencedora: GRUPO DE OPERAÇÕES E RESGATE - GOR

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TERMO DE ERRATA PE 31/2023 FMS

Publicação N° 5054282

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2CC2EB98B266AC2CAE8BB42EEDA35D62B66AC2F3

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 31/2023 - FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Eletrônico 31/2023 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE FOSSA, CAIXA DE PASSAGEM , CAIXA DE GORDURA E HIDROJATEAMENTO (DESENTUPIMENTO), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ" sofreu a seguinte alteração:

Foi excluído a alínea "d" do item 2 do anexo 01 e a alínea "d" do item 1.5 do anexo 2 do Edital.

Foi alterado a data de abertura das propostas e documentações para o dia 25 de agosto de 2023, às 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 11 de Agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

1602/2023

Publicação N° 5054518



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.602/2023***RESCINDE CONTRATO A PEDIDO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º.Rescindir,a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 238/2023 de 16/03/2023, firmado entre **LUANA FERETTI**, matrícula 23801-10 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **PROFESSOR(A)** a partir de 31/08/2023.

Art. 2º.Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1603/2023

Publicação N° 5054525



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.603/2023***RESCINDE CONTRATO A PEDIDO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 630/2023 de 17/05/2023, firmado entre **DEYVID KEEN AMORIM DOS SANTOS**, matrícula 26367-1 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **MOTORISTA** a partir de 31/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1604/2023

Publicação N° 5054535



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.604/2023**RESCINDE CONTRATO POR TÉRMINO**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato firmado entre o Município de Camboriú e os servidores da Secretaria da Educação, com suas respectivas datas de término, da relação que segue a baixo:

MATRÍCULA		NOME	TÉRMINO
19270	5	PATRICIA DO AMARAL RODRIGUES	31/08/2023

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1605/2023

Publicação N° 5054542



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.605/2023***EXONERA SECRETARIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, **RAYSA PEREIRA** matrícula nº 24048-3, do cargo em comissão de **SECRETÁRIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, da Secretaria Municipal da Educação, a partir de 08/08/2023, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 08/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1606/2023

Publicação N° 5054548



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.606/2023***NOMEIA DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO ADJUNTO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, **MARCELO RODRIGO RAFAEL** no cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO**, da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1607/2023

Publicação N° 5054553



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.607/2023**Nomeia Servidor (a)**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar n°. 039/2012 de 02/01/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), para integrar o quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Camboriú, com lotação na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, aprovados(as) no Concurso Público Edital n°. 001/2022, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Camboriú.

NOME	CPF	CARGO/ CARGA HORARIO
ROZILENE OLIVEIRA DOS ANJOS	051.***.***.**	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAS 40 HORAS

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1608/2023

Publicação N° 5054557



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.608/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso XI e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 017/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2023 á 31/01/2024;

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JESSICA ALVES EGIDIO	PSICOLOGO(A) 40 HORAS	887/2023	11º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1609/2023

Publicação N° 5054562



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.609/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso IX e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saude, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 035/2022;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2023 á 31/07/2024;

UBS JOÃO MENDES

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>CLASSIF.</u>
IARA REJANE MARTINS DA COSTA	AGENTE COMUNITARIO DA SAUDE 40 HORAS	888/2023	13º

UBS SANTA REGINA

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>CLASSIF.</u>
MARISA BIANCA DOS SANTOS	AGENTE COMUNITARIO DA SAUDE 40 HORAS	889/2023	20º

UBS TABULEIRO

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>CLASSIF.</u>
ROSA APARECIDA CABRAL	AGENTE COMUNITARIO DA SAUDE 40 HORAS	890/2023	10º
TATIANE APARECIDA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DA SAUDE 40 HORAS	891/2023	06º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1610/2023

Publicação N° 5054568



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.610/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso VIII e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 042/2022;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2023 á 15/12/2023;

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
NASTASJA ARAGÃO KULKA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	892/2023	106º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1611/2023

Publicação N° 5054570



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.611/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso VIII e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 023/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2023 á 15/12/2023;

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>CLASSIF.</u>
ERASMO AUGUSTO BERNARDO	MOTORISTA 40 HORAS	893/2023	01º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1612/2023

Publicação N° 5054573



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.612/2023***DESIGNA FUNCIONÁRIOS(AS)***

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Inciso VIII e posteriores alterações:

CONSIDERANDO que a Secretaria de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 014/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2023 à 15/12/2023;

<u>NOME</u>	<u>CARGO</u>	<u>CONT.</u>	<u>CLASSIF.</u>
CAMILA PEREIRA LEITE	ASSISTENTE EDUCACIONAL 20 HORAS	894/2023	121º
JOCILEI DE FATIMA ALVES	ASSISTENTE EDUCACIONAL 40 HORAS	895/2023	112º
LUCAS SOARES VAZ	ASSISTENTE EDUCACIONAL 20 HORAS	896/2023	134º
SANDRA DA ROCHA IGNACIO FLORES	ASSISTENTE EDUCACIONAL 20 HORAS	897/2023	111º

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76756505068

Assinado de forma digital por
EDUARDO PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.11 17:40:11 -03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1613/2023

Publicação Nº 5054574



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.613/2023**Nomeia Servidor (a)**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 de 02/01/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), para integrar o quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Camboriú, com lotação na **SECRETARIA DE SAUDE**, aprovados(as) no Concurso Público Edital nº. 001/2022, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Camboriú.

NOME	CPF	CARGO/ CARGA HORARIO
DEJANE FREITAS DA FONSECA	758.***.***.**-**	TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS
FAGNER UILSON SANTOS MOREIRA	044.***.***.**-**	TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767565050
68

Assinado de forma digital por
EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2023.08.11 17:06:02 -03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

1614/2023

Publicação Nº 5054576



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.614/2023**Nomeia Servidor (a)**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 de 02/01/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), para integrar o quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Camboriú, com lotação na **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, aprovados(as) no Concurso Público Edital nº. 001/2022, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Camboriú.

NOME	CPF	CARGO/ CARGA HORARIO
JAQUELINE MACHADO	055.***.***.**	ORIENTADOR(A) ESCOLAR 40 HORAS

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de agosto de 2023.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76756505068

Assinado de forma digital por
EDUARDO PUGATSCH:76756505068
Data: 2023.08.11 17:10:32 -03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 234 /2023

Publicação Nº 5052642

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2023
CONVOCAÇÃO Nº 234 /2023

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sra. SIMONE M., inscrita no CPF/MF sob nº 006.307.XXX-XX, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 03/2023, para o Cargo Público de PROFESSOR III e na Função de PROFESSOR DE ARTES, para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 16 de Agosto de 2023, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

MARLI TEREZINHA DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 235/2023

Publicação Nº 5053572

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2022
CONVOCAÇÃO Nº 235/2023

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LIRIANE F. STAHELIN inscrita no CPF/MF sob nº 025.702.XXX-XX, aprovada em 62º lugar no Processo Seletivo nº 01/2022, para o Cargo Público de PROFESSOR I e na Função de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 16 de agosto de 2023, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

MARLI TEREZINHA DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 236/2023

Publicação Nº 5054652

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2022
CONVOCAÇÃO Nº 236/2023

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GISELE C. S. HEGELE, inscrita no CPF/MF sob nº 066.236.XXX-XX, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº 01/2022, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I e na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 16 de agosto de 2023, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

MARLI TEREZINHA DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 237/2023

Publicação Nº 5054654

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2022
CONVOCAÇÃO Nº 237/2023

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SIMONE A. MIRANDA, inscrita no CPF/MF sob nº 005.710.XXX-XX, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº 01/2022, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I e na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 16 de agosto de 2023, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

MARLI TEREZINHA DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 238/2023

Publicação Nº 5054655

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2022
CONVOCAÇÃO Nº 238/2023

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CAROLINE A. DA ROCHA, inscrita no CPF/MF sob nº 067.060.XXX-XX, aprovada em 7º lugar no Processo Seletivo nº 01/2022, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I e na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 16 de agosto de 2023, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

MARLI TEREZINHA DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 16.041 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052651

DECRETO Nº 16.041 DE 11 DE AGOSTO DE 2023
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em especial o Inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril 1990 e o disposto no Art. 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Municipal REGIANE CRISTINA HÜBNER DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 000758, registro no sistema sob nº 955353, ocupante do Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o Cargo de Confiança, Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica na EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a Gratificação FG-5A prevista no Anexo III.I da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, mensais, enquanto permanecer no exercício da Função Gratificada, a partir de 11 de agosto de 2023.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 16.042 DE 11 DE AGOSTO DE 20233

Publicação Nº 5052773

DECRETO Nº 16.042 DE 11 DE AGOSTO DE 2023
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a disposto no Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades dos serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 08 (sexta-feira) de setembro do ano de 2023, voltando com expediente normal no dia 11 (segunda-feira) de setembro de 2023.

Parágrafo único. Fica determinado o atendimento de Plantão nos CMEI'S – Centros Municipais de Educação Infantil "CRECHES" da Rede Municipal no dia 08 (sexta-feira), voltando com os atendimentos normais no dia 11 (segunda-feira) de setembro de 2023.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 16.043 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054635

DECRETO Nº 16.043 DE 11 DE AGOSTO DE 2023
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 12 da Lei Municipal nº 5.090 de 15 de dezembro de 2022; Decreta:

Art. Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), no seguinte Elemento de Despesa na Dotação do Orçamento vigente, por conta da Fonte de Recursos: 1.500.1002.0099 – Receitas de Impostos e Transf. de Impostos-Saúde..

22.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE
22.001 -	MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRET. SAÚDE
22.001.10.301.64.2.055 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde e suas Unidades de Saúde.
3.0.00.00.00.0099 -	Despesas de Correntes
3.1.00.00.00.0099 -	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.0099 -	Aplicações Diretas
3.1.90.04.00.0099 -	Contratação por Tempo Determinado R\$ 4.700,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente, por conta da Fonte de Recursos: 1.500.1002.0099 – Receitas de Impostos e Transf. de Impostos-Saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.leismunicipais.com.br em data de: 14/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 16.044 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054638

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 16.044 DE 14 DE AGOSTO DE 2023
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 91 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública Municipal SUELEN MILCZEVSKI, matrícula funcional nº 000899, registro no sistema sob nº 955690, ocupante do Cargo Público de Professor VI, na Função de Professor de Matemática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de agosto de 2023.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo a partir de 31 de julho de 2023, em atenção ao Requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 10 de agosto de 2023, sob nº 044167.

Art. 2º Fica a partir de 14 de agosto de 2023 declarada a vacância do Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, em decorrência do pedido de exoneração da Servidora Pública Municipal mencionada no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2023.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 14 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 22.799 DE 11 DE AGOSTO 2023

Publicação Nº 5053561

PORTARIA Nº 22.799 DE 11 DE AGOSTO 2023

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de resultado de Exame Médico Pericial nº 043, expedido em data de 10 de agosto de 2023, devidamente assinado pelo Médico Perito Dr. Jorge Ricardo Flores Paqueira, CRM-SC 11.899, RQE 11890, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que a Servidora Pública Municipal MARCIANE LOPES DOS SANTOS PASDA, existe incapacidade para o trabalho, devendo prorrogar a Licença Para Tratamento de Saúde até a data de 10 de agosto de 2023;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Pública Municipal MARCIANE LOPES DOS SANTOS PASDA, matrícula funcional nº 000392, registro no sistema sob nº 887730, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 06 de agosto de 2023 a 10 de agosto de 2023.

Parágrafo único. A Licença prorrogada que trata o caput do artigo 1º desta Portaria será custeada com recursos do Tesouro do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 22.800 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053635

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 22.800 DE 11 DE AGOSTO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público Municipal IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, matrícula funcional nº 000707, registro no sistema sob nº 955153, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo III, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Art. 2º O Servidor Público Municipal, gozará as férias no período de 14 de agosto de 2023 à 25 de agosto de 2023, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 28 de junho de 2023 sob nº 041859.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2023.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 22.801 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053644

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 22.801 DE 11 DE AGOSTO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, matrícula funcional nº 000773, registro no sistema sob nº 955391, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal, gozará as férias no período de 14 de agosto de 2023 à 23 de agosto de 2023, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 19 de julho de 2023 sob nº 043240.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2023.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 22.802 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053699

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 22.802 DE 11 DE AGOSTO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, matrícula funcional nº 000078, registro no sistema sob nº 37000, ocupante do Cargo Público e na Função de Fiscal de Tributos, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo, 28 de janeiro de 2021 a 27 de janeiro de 2022.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 14 de agosto de 2023 à 18 de maio de 2023, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 04 de agosto de 2023 sob nº 043940.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 22.803 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053755

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 22.803 DE 11 DE AGOSTO DE 2023
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 19 (dezenove) dias de férias ao Servidor Público Municipal IVONEI FRIEDRICH, matrícula funcional nº 000338, registro no sistema sob nº 351650, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente aos períodos aquisitivos: 01 de junho de 2022 a 31 de maio de 2023 = 12 (doze) dias; 01 de junho de 2023 a 31 de maio de 2024 = 07 (zero sete) dias.

Art. 2º O Servidor Público Municipal, gozará as férias no período de 14 de agosto de 2023 á 01 de setembro de 2023, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de agosto de 2023 sob nº 043941.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2023.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de agosto de 2023.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/08/2023.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

TERMO DE POSSE Nº 133/2023

Publicação Nº 5052652

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 133/2023

REGIANE CRISTINA HÜBNER DE OLIVEIRA

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a senhora REGIANE CRISTINA HÜBNER DE OLIVEIRA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 16.041 de 11 de agosto de 2023, no Cargo de Coordenadora Pedagógica FG-5A, para exercer suas funções na EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, Regime Estatutário, Cargo de Função Gratificada, previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/12, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas do § 2º e Incisos I, II, III do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinada pela Senhora Prefeita Municipal e pela Servidora Pública Municipal nomeada e empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

REGIANE CRISTINA HÜBNER DE OLIVEIRA

Campo Erê

PREFEITURA

PORTARIA 415/23

Publicação Nº 5053499

PORTARIA Nº 415 DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde à servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70, Inciso I, da Lei Complementar 011/2002;

Considerando o atestado da servidora protocolado sob o nº 2479/23, de 10/08/2023;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora pública municipal IVANIR SECCO, matrícula nº 1065-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar do dia 26/07/2023, considerando o que consta no atestado médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 10 de agosto de 2023.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

PORTARIA 416/23

Publicação Nº 5053520

PORTARIA Nº 416 DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio a servidor público municipal, e dá outras providências;

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 76 da Lei Complementar n.º 011/2002 e Legislação posterior;

Considerando o requerimento da servidora protocolado sob o nº 2480/23, de 10/08/2023 e o Deferimento da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, pelo período de 15 (quinze) dias, à servidora pública municipal IVANIR SECCO, matrícula nº 1065-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo do Município de Campo Erê, relativa ao período aquisitivo de 2013/2018, a partir de 10 de agosto de 2023, restando 75 (setenta e cinco) dias da licença do referido período para serem gozados oportunamente.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, 10 de agosto de 2023.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE 03/2023 - SOCIAL

Publicação Nº 5053472

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 92FA816D5580D859591A67C2E73958A295B2C21E

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.850.671/0001-04 comunica aos interessados que realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por Lote, no dia 25 de agosto de 2023 às 14h30min, através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS – SC.

O Edital que está amparado na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, Lei nº 14.035 de 11 de agosto de 2020, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e estará disponível gratuitamente na página no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Campos Novos na página <http://www.camposnovos.sc.gov.br>, podendo, também, ser requerido junto ao Departamento de Compras e Licitações, Rua Expedicionário, nº. 323, Campos Novos/SC, das 13h15min às 18h45min, telefone: (49) 3541-6200, e-mail pregao.eletronico@camposnovos.sc.gov.br e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Campos Novos, 14 de agosto de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO PE 06/2023 - SAÚDE

Publicação Nº 5054630

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 – SAÚDE

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 511CF1804E38857B6CED6022C70625B4F2F65B0B

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.595.042/0001-24, representado neste ato pelo Secretário de Saúde, Vinícius Serena, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, no dia 01 de setembro de 2023 às 14h30min, através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVIDORES DO SAMU E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Edital que está amparado na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, Lei nº 14.035 de 11 de agosto de 2020, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e estará disponível gratuitamente na página no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Campos Novos na página <http://www.camposnovos.sc.gov.br>, podendo, também, ser requerido junto ao Departamento de Compras e Licitações, Rua Expedicionário, nº. 323, Campos Novos/SC, das 13h15min às 18h45min, telefone: (49) 3541-6200, e-mail pregao.eletronico@camposnovos.sc.gov.br e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Campos Novos, 14 de agosto de 2023.

DECRETO Nº. 9.455 DE 11/08/2023. AUTORIZA DESDOBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5054207

DECRETO Nº. 9.455 de 11/08/2023.
AUTORIZA DESDOBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº. 0167.004.0002456/2023, protocolo 80807;

Considerando o teor do Laudo de Vistoria 03, datado de 08 de agosto de 2023, que esclarece que o terreno urbano possui rede pública de distribuição de água, rede de esgoto, rede de energia elétrica, iluminação pública, escoamento de águas pluviais e pavimentação asfáltica;

Considerando a Declaração firmada pelo Tecnólogo em Estrada e Topografia James Daniel Figueiredo Pereira – CREA/SC 033.561-4/INCRA: DB8, datado de 23 de janeiro de 2023, que integra o processo, o qual informa que o terreno não possui aterro com materiais nocivos à saúde pública, nem possui condições geológicas impróprias para edificações, e ainda de que não se encontra em área de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis e áreas de preservação ambiental;

Considerando o Laudo Técnico de declividade firmado pelo Tecnólogo em Estrada e Topografia James Daniel Figueiredo Pereira – CREA/SC 033.561-4/INCRA: DB8, datado de 23 de janeiro de 2023, que integra o processo;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº. 03 de 07 de Junho de 2018 que Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Campos Novos e dá outras providências;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII e XVIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado o desdobro de um terreno urbano com área total de 897,00m² (oitocentos e noventa e sete metros quadrados), situado na Rua Beatriz Antunes Stefanos, esquina com a Rua Vergílio Ceni, Bairro Jardim Bela Vista, neste município de Campos Novos/SC, registrado no CRI de Comarca sob o número 37.397 de propriedade de Jorge Luiz Ceni, inscrito no CPF sob o nº. 423.213.609-68.

Art. 2º. O desdobro autorizado por este decreto dá origem a 02 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

LOTE 01: Área de 508,30m²

Terreno urbano situado no lado par da Rua Beatriz Antunes Stefanos, esquina com a Rua Vergílio Ceni.

I - Ao NORTE: Confronta com Jorge Luiz Ceni/Lote 02 (matrícula 37.397), em 29,90 metros lineares;

II - Ao SUL: Confronta com a Rua Beatriz Antunes Stefanos, em 29,90 metros lineares;

III - A LESTE: Confronta com Rua Vergílio Ceni, em 17,00 metros lineares;

IV- A OESTE: Confronta com Antônio Casemiro Bet (matrícula 14.476) em 17,00 metros lineares.

LOTE 02: Área de 388,70 m²

Terreno urbano situado no lado par da Rua Vergílio Ceni a 17,00m da esquina mais próxima com a Rua Beatriz Antunes Stefanos.

I - Ao NORTE: Confronta com Patrique Ramon Sartori (matrícula nº. 13.400), em 29,90 metros lineares;

II- Ao SUL: Confronta com Jorge Luiz Ceni/Lote 01 (matrícula 37.397) em 29,90 metros lineares;

III - A LESTE: Confronta com Rua Vergílio Ceni, em 13,00 metros lineares;

IV- A OESTE: Confronta com Antônio Casemiro Bet (matrícula 14.476) em 13,00 metros lineares.

Art. 3º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 2º deste decreto.

Art. 4º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro objeto deste decreto.

Art. 5º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta dias), contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, a teor do art. 18, caput da Lei nº. 6.766/79.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em 11 de agosto de 2023.

Gilmar Marco Pereira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1741/2023

Publicação Nº 5052781

PORTARIA Nº 1741 DE 11/08/2023

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1731/2023 DE 09/08/2023, DO (A) SERVIDOR (A) LUCAS EDUARDO ZARPELON GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Art. 1º -ONDE SE LÊ:

Contratar, em caráter temporário, LUCAS EDUARDO ZARPELON para exercer o cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, com carga horária de 40 horas semanais.

LEIA-SE:

Nomear o (a) servidor (a) LUCAS EDUARDO ZARPELON para o cargo em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, junto ao GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 11 de agosto de 2023.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1742/2023

Publicação Nº 5052783

PORTARIA Nº 1742 DE 11/08/2023

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1732/2023 DE 09/08/2023, DO (A) SERVIDOR (A) GABRIELI ANTUNES CESA
GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Art. 1º -ONDE SE LÊ:

Contratar, em caráter temporário, GABRIELI ANTUNES CESA para exercer o cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, com carga horária de 40 horas semanais.

LEIA-SE:

Nomear o (a) servidor (a) GABRIELI ANTUNES CESA para o cargo em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, junto ao GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 11 de agosto de 2023.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1743/2023

Publicação Nº 5052784

PORTARIA Nº 1743 DE 11/08/2023

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1737/2023 DE 09/08/2023, DO (A) SERVIDOR (A) ADELAR VIEIRA ALVES DA SILVA
GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Art. 1º -ONDE SE LÊ:

Contratar, em caráter temporário, ADELAR VIEIRA ALVES DA SILVA para exercer o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais.

LEIA-SE:

Nomear o (a) servidor (a) ADELAR VIEIRA ALVES DA SILVA para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, junto a SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 11 de agosto de 2023.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2023**

Publicação Nº 5051711

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2023

DATA: 14/08/2023

OBJETO: Aquisição de 06 (seis) barras de tubo PB DN150mm em ferro dúctil para esgoto sanitário

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, art. 24, da Lei nº 8666/93

CONTRATADA: Águas de Minas Industria e Comércio de Tubos e Conexões Ltda (CNPJ 47.295.702/0001-03)

VALOR: R\$ 17.598,00 (Dezessete mil, quinhentos e noventa e oito reais)

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1952/2023

Publicação Nº 5052139



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1952/2023

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

LICENÇA PARA TRATAMENTO PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Pessoa da Família da servidora **SARAI STEIN**, no cargo de Monitora de Educação Especial, com 40 horas, lotada na EBM Presidente Castelo Branco, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/07/2023 a 17/08/2023, conforme o Memorando nº 16.568/SME/2023 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2023.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA Nº 1954/2023

Publicação Nº 5053893



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1954/2023

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º - Fica autorizado a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro da servidora **SANDRA CARVALHO DO PRADO**, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, conforme o memorando nº 17.795/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2023.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA Nº 1962/2023

Publicação Nº 5052153



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1962/2023

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF, Secretária Municipal de Educação, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO

Art. 1º- Fica alterado, o local de trabalho do servidor **ROMILDO MAZUREK**, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, passando a atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/08/2023, conforme o Memorando nº 18.124/SME/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2023.

SONIA MARIA STELZNER GROSSKOPF
Secretária Municipal de Educação

Esta Portaria foi publicada no Diário
Oficial dos Municípios de Santa
Catarina (DOM/SC)

PORTARIA Nº 1965/2023

Publicação Nº 5051912



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1965/2023

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora **MARIA JULIA SAGGIORATO WERKA**, contratada através do Processo Seletivo 003/SMS/2023 no cargo de Médico Generalista ESF - 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/08/2023, conforme o Memorando nº 18.239/2023.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2023.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário
Oficial dos Municípios de Santa Catarina
(DOM/SC)

PORTARIA Nº 1966/2023

Publicação Nº 5051905



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1966/2023

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022 e com base no art. 75 da LC n. 070/2019, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias da servidora **MARIA PAULA GRACIANO**, em cargo comissionado de Chefe de Setor, junto a Secretária Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo de 2022/2023, a desfrutar no período de 13/09/2023 a 22/09/2023, conforme o Memorando nº 16.935/SMS/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2023.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA N° 1968/2023

Publicação N° 5052378



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA N°. 1968/2023

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal n° 180/2022, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde a servidora **JULIANA APARECIDA PACHECO DE MIRANDA LIMA**, efetiva no cargo de Técnico em radiologia, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 25/07/2023 a 20/01/2024, conforme o Memorando n° 18.268/2023 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2023.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

PORTARIA Nº 1996/2023

Publicação Nº 5052690



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 1969/2023

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da servidora **GISELE APARECIDA ANTUNES DE LIMA**, efetiva no cargo de Técnico de enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/08/2023 a 11/11/2023, conforme o Memorando nº 18.280/SMS/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2023.

FRANCIELI DA COSTA COLLA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no Diário
Oficial dos Municípios de Santa Catarina
(DOM/SC)

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 097 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053861

DECRETO Nº 097, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Aprova Unificação de Área na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 211, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de área das matrículas a seguir relacionadas em que é requerente João Batista Hartmann, inscrito no CFF sob nº 811.810.439-72.

I – Lote nº 16 da quadra nº 63, com área de 340,50 m² (trezentos e quarenta virgula cinquenta metros quadrados), situado na Rua Geraldino Firmo de Almeida, Loteamento Santa Terezinha, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 31.071, livro nº 2CS, Pg.1.

II – Lote nº 17 da quadra 63, com área de 384,77 m² (trezentos e oitenta e quatro virgula setenta e sete metros quadrados), situado na Rua Geraldino Firmo de Almeida, Loteamento Santa Terezinha, nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula nº 31.070, livro nº 2CS, Pg.1.

Art. 2º Os imóveis citados no caput do art. 1º, ficam remembrados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Terreno Matrícula nº 31.071. 340,50 m²;

II - Área do Terreno Matrícula nº 31.070. 384,77 m²;

III -Área unificada – Lote nº 16 Quadra 63 725,27 m².

Art. 3º Toda a área lembrada, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade do proprietário, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem a área lembrada.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, o requerente/proprietário, pela via legal, submeterá o remembramento das áreas para registro na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal – SC, 11 de agosto de 2023.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1387/22

Publicação Nº 5054763

PORTARIA Nº 1387, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 10 de outubro de 2022, Cleverson Machado Pereira, matrícula nº 308668/02, para exercer o cargo de provimento efetivo de Advogado do Centro de Referência Especializado em Assistência Social, nível 439, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de outubro de 2022.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

SAMARA LEORARTO
Secretária da Assistência Social

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Cleverson Machado Pereira

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, compareceu o Sr. Cleverson Machado Pereira, matrícula nº 410839/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Advogado do Centro de Referência Especializado em Assistência Social, nível 439, referência A, nomeado pela Portaria nº 1387/2022.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 06 de outubro de 2022

Empossado
Prefeito Municipal

PORTARIA 1398/22

Publicação Nº 5054762

PORTARIA Nº 1398, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022
Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e suas alterações, resolve:

Art. 1º Nomear, a contar de 17 de outubro de 2022, Claudete Terezinha Ramos, matrícula nº 410590/02, para exercer o cargo de provimento efetivo de Orientador Social, nível 401, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de outubro de 2022.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

SAMARA LEORARTO
Secretária da Assistência Social

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Claudete Terezinha Ramos

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Nilvo Dorini, compareceu a Srª. Claudete Terezinha Ramos, matrícula nº 410590/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Orientador Social, nível 401, referência A, nomeado pela Portaria nº 1398/2022.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 17 de outubro de 2022

Empossado
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 05/2023 AO CONTRATO Nº 10/2022

Publicação Nº 5053381

TERMO ADITIVO 05/2023

CONTRATO Nº 10/2022

Processo Licitatório Nº 08/2022

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 01/2022

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

A Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 78.476.447/0001-29, neste ato representada pelo seu Presidente, Vereador Jairo Luiz Hoffmann, inscrito no CPF sob o nº 020.721.899-42, doravante simplesmente designada contratante.

CONTRATADA:

CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.123.883/0001-03, com sede na Rua Jordão Marcon, nº 29, no Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, Fone: (49) 3552-0397 ou (49) 99971-0057, E-mail: construlacer.obras@gmail.com, representada neste ato pelo seu representante legal, Elson Leoni Chaves, inscrito no CPF sob o nº 705.394.649-53, doravante simplesmente designada CONTRATADA, resolvem alterar o contrato em epígrafe, da forma que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ADIÇÃO CONTRATUAL

Acrescer, ao objeto do Contrato nº 10, de 2022 - materiais e serviços, conforme planilha orçamentária abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	COD. SINAPI	VALOR UNIT. REFER.	QTD.	SUBTOTAL
1	Piso Diversos					
1.1	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	m²	87692	R\$ 59,84	71,40	R\$ 4.272,58
1.2	ACABAMENTO POLIDO PARA PISO DE CONCRETO ARMADO OU LAJE SOBRE SOLO DE ALTA RESISTÊNCIA. AF_09/2021	m²	97097	R\$ 35,32	71,40	R\$ 2.521,85
1.3	TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-61, (0,97 KG/M²), DIÂMETRO DO FIO = 3,4 MM, LARGURA = 2,45 M.	m²	10917	R\$ 9,59	71,40	R\$ 684,73
1.4	POLIESTIRENO EXPANDIDO/EPS (ISOPOR), PEROLAS, PARA CONCRETO LEVE	kg	S13411	R\$ 35,20	18,00	R\$ 633,60
1.5	POLIESTIRENO EXPANDIDO/EPS (ISOPOR), TIPO 2F, BLOCO	m³	S139995	R\$ 270,79	8,12	R\$ 2.198,81
1.6	Piso de Regularização/Contrapiso e rampas	m²	SINAPI 87620	R\$ 30,19	66,00	R\$ 1.992,54
1.7	Piso Vinílico Cotação	m²	Cotação	R\$ 280,00	80,00	R\$ 22.400,00
1.8	Ladrilho calçada externa	m²	Cotação	R\$ 153,75	66,00	R\$ 10.147,50
1.9	Remoção de piso, sem reaproveitamento	m²	SINAPI 97633	R\$ 16,24	66,00	R\$ 1.071,84
1.10	Retirada de entulho da obra	m³	SINAPI 102360	R\$ 22,14	6,00	R\$ 132,84
1.11	Soleira de granito, portas, e escada	m	SINAPI 98689	R\$ 107,82	4,33	R\$ 466,86
SUBTOTAL						R\$ 58.153,93
2	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
2.1	Luminária de emergência, bloco autônomo	un	SINAPI 97599	R\$ 26,17	6,00	R\$ 157,02
2.2	Placas de abandono de local, saída de emergência	un	SINAPI 37539	R\$ 16,90	2,00	R\$ 33,80
2.3	Cabo Blindado p/ Alarme Incêndio 4 Vias (2x1,0mm + 2x2,5mm) 600V 105 graus VME INSTALAÇÃO.	m	Cotação	R\$ 14,92	165,00	R\$ 2.461,80
2.4	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	Sinapi 91871	R\$ 15,28	165,00	R\$ 2.521,20
2.5	Caixa retangular 4x2", PVC, instalada na parede	un	SINAPI 91941	R\$ 11,79	25,00	R\$ 294,75
2.6	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO MEIA LUA, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	un	SINAPI 97606	R\$ 123,69	17,00	R\$ 2.102,73
SUBTOTAL						R\$ 9.464,13
3	Acrescimo Gesso					
3.1	Forro de Gesso	m²	SINAPI 96113	R\$ 37,63	12,00	R\$ 451,56
3.2	Parede Drywall estruturada	m²	cotação	R\$ 160,00	14,00	R\$ 2.240,00
3.3	Porta de Giro Interna Lisa 0,90x2,10 com conjunto batente com amortecedor de borracha e alizares, kit dobradiça de rolamento, fechadura instalada	uni	cotação	R\$ 1.550,00	1,00	R\$ 1.550,00
SUBTOTAL						R\$ 5.301,95
4	MATERIAIS METÁLICOS					
4.1	Guarda Corpo Inox	m²	Cotação	R\$ 785,50	1,60	R\$ 1.256,80
4.2	Corrimão em inox duas alturas	ml	Cotação	R\$ 197,15	29,50	R\$ 5.815,93
4.3	Adequação do Elevador Obra	uni	Cotação	R\$ 9.250,00	1,00	R\$ 9.250,00
SUBTOTAL						R\$ 20.403,41
5	PAREDES E PAINÉIS					
5.1	Fechamento Metálico (Acrescimo Estrutura e Chapa)	unidade	Cotação	R\$ 650,00	1,00	R\$ 650,00
SUBTOTAL						R\$ 812,50

VALOR TOTAL DE ADITIVO

R\$

94.135,92

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes deste correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

REDUZIDO: 01

01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

1.003 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DO LEGISLATIVO

44.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Em decorrência da necessidade de continuidade dos serviços, conforme justificativa apresentada junto ao Contrato nº 10, de 2023, o prazo contratual fica prorrogado até 25/08/2023.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CLÁUSULAS ORIGINAIS DO CONTRATO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do contrato original, aqui não alteradas, e do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Capinzal, 7 de agosto de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE CAPINZAL
CONTRATANTE

CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES
LACERDÓPOLIS EIRELI – ME
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 06/2023 AO CONTRATO Nº 10/2023

Publicação Nº 5053384

TERMO ADITIVO 06/2023
CONTRATO Nº 10/2022
Processo Licitatório Nº 08/2022
Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 01/2022

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

A Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 78.476.447/0001-29, neste ato representada pelo seu Presidente, Vereador Jairo Luiz Hoffmann, inscrito no CPF sob nº 020.721.899-42, doravante simplesmente designada contratante.

CONTRATADA:

CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.123.883/0001-03, com sede na Rua Jordão Marcon, nº 29, no Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, Fone: (49) 3552-0397 ou (49) 99971-0057, E-mail: construlacer.obras@gmail.com, representada neste ato pelo seu representante legal, Elson Leoni Chaves, inscrito no CPF sob o nº 705.394.649-53, doravante simplesmente designada CONTRATADA, resolvem alterar o contrato em epígrafe, da forma que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – SUPRESSÃO DE VALOR

O presente Termo Aditivo de Supressão de Valor tem por objeto a diminuição quantitativa tendo por base de cálculo o valor inicial do Contrato nº 10/2022 e o Termo Aditivo 02/2023, conforme planilha orçamentária abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes deste correrão por conta da dotação orçamentária abaixo:

REDUZIDO: 01

01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

1.003 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DO LEGISLATIVO

44.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CLÁUSULAS ORIGINAIS DO CONTRATO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do contrato original, aqui não alteradas, e do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Capinzal, 7 de agosto de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL
CONTRATANTE

CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI – ME
CONTRATADA

Catanduvas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2023

Publicação Nº 5051659

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2023

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas – SC, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA para tomar posse no respectivo cargo, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público de Edital nº 01/2019:

CARGO: MÉDICO– 40 hrs		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
26º	306532	FRANCIELY DA SILVA ROMERO FRANCISCO

I -Os convocados deverão comparecer ao Setor de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal de Catanduvas, localizada na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, até o dia 18 de agosto de 2023, no horário das 7h00 às 13h00, para manifestar o seu interesse em tomar posse ou manifestar a sua desistência da vaga.

II- Os convocados poderão tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente convocação, prorrogável, a pedido do interessado, por mais 30 (trinta) dias.

III- Os convocados têm o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente convocação, para apresentar todos os documentos relacionados no item 13.4 do Edital e os que forem exigidos pelo Setor de RH, comprovar o cumprimento dos requisitos para investidura do cargo ou pedir prorrogação do prazo para tomar posse, sob pena de perder o seu direito de nomeação no cargo em que foi aprovado.

IV- O exercício do cargo público deverá acontecer imediatamente após o ato de posse, sob pena de exoneração.

V- Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 11 de agosto de 2023.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 203/2023

Publicação Nº 5051894

LEI COMPLEMENTAR Nº 203/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CATANDUVAS – REFIS 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso das atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Catanduvas – REFIS 2023, consistente em regime especial de consolidação e pagamento de créditos tributários e não tributários da Administração Direta.

§1º. O programa será administrado pela Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento, ouvida a Assessoria Jurídica do Município sempre que necessário.

§2º. Os benefícios previstos nesta Lei Complementar não serão cumulativos com qualquer outro benefício tributário previsto em lei e não geram crédito para os sujeitos passivos que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§3º. A adesão ao Programa regulado por esta lei não configura hipótese de novação.

§4º. É vedada adesão ao programa por órgãos da administração pública direta, autarquias, empresas de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público.

§5º. O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Catanduvas – REFIS 2023, dependerá de atualização cadastral do contribuinte, podendo ser realizado por meio de procuração ou documento que comprove o vínculo com o devedor.

Art. 2º. São abrangidos pelo REFIS 2023, créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, com exigibilidade suspensa ou não, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam resultantes de responsabilidade tributária, cujo vencimento tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2022.

§1º. A critério do sujeito passivo, poderão ser incluídos no programa os saldos de parcelamentos anteriores ativos ou rescindidos, devendo, em caso de cancelamento do parcelamento anterior, haver a consolidação da dívida remanescente para a posterior aplicação dos critérios previstos nesta lei.

§2º. A consolidação e o pagamento na forma desta Lei Complementar não prejudicam o lançamento de créditos relativos a fatos geradores cuja ocorrência venha a ser verificada posteriormente, enquanto não extinto o direito constitutivo da Fazenda Pública.

§3º. Ficam excluídos do programa os créditos decorrentes de projetos de regularização fundiária urbana de interesse específico – Reurb-E.

§4º. Não estão abrangidos pelo presente programa os créditos do Imposto Sobre Serviços oriundos do Simples Nacional.

Art. 3º. O crédito a ser consolidado será atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios e multa de mora, de acordo com a legislação vigente, até a data da formalização da opção, quando serão concedidas as reduções de que trata o artigo 5º desta lei.

Art. 4º A adesão ao programa se dará por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, a ser realizada no período de 1º de setembro a 29 de setembro de 2023, inclusive.

§1º. A opção deverá ser feita de forma presencial, no Setor de Tributação da Prefeitura de Catanduvas.

§2º. A opção pelo REFIS 2023 implica na confissão irrevogável e irretratável da dívida, na aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas, na obrigação do optante ao pagamento regular das parcelas do crédito consolidado e na renúncia ao direito de discutir administrativamente e judicialmente os créditos tributários e não tributários devidos ao Município e abrangidos pela sua opção.

§3º. A opção implica, ainda, a manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, cabendo apenas a suspensão da demanda judicial que será requerida ao juízo da causa.

§4º. Caso a garantia em juízo seja a penhora de recursos financeiros em conta bancária, o valor bloqueado poderá ser utilizado como entrada no parcelamento a ser efetuado, ficando o contribuinte ciente de que, caso o mesmo opte pela não utilização dos valores, a penhora em juízo permanecerá até que haja o fim do pagamento do parcelamento.

§5º. Fica autorizada a prorrogação do prazo estabelecido no caput deste artigo, a critério da Secretaria de Administração, Gestão e Planejamento.

Art. 5º. O pagamento do crédito consolidado poderá ser feito de três formas:

I – à vista, com redução de 100% (cem por cento) da multa moratória e dos juros de mora;

II – em até 8 (oito) parcelas fixas, mensais e sucessivas, com redução de 70% (setenta por cento) da multa moratória e dos juros de mora;

III – em até 15 (quinze) parcelas fixas mensais e sucessivas, com redução de 40% (quarenta por cento) da multa moratória e dos juros de mora;

§1º. No ato da opção pelo pagamento à vista, será emitida guia para pagamento integral, com vencimento de até 30 (trinta) dias da data da opção, dispensada a assinatura do Termo de Confissão de Dívida, sendo a adesão confirmada pela quitação do débito.

§2º. No caso de pagamento do crédito consolidado de forma parcelada, a primeira parcela terá vencimento no prazo de até 3 (três) dias da data da opção e as demais parcelas, no mesmo dia dos meses subsequentes.

§3º. A opção pelo parcelamento será feita mediante assinatura de Termo de Confissão de Dívida e a adesão será confirmada pelo pagamento da primeira parcela.

§4º. No caso de parcelamento em nome de terceiros ou de pessoas jurídicas, deverá o procedimento ser instruído com procuração específica autorizando o parcelamento.

§5º. O valor mínimo de cada parcela será de:

I - R\$ 80,00 (oitenta reais), em se tratando de contribuinte ou devedor pessoa física;

II - R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), em se tratando de contribuinte ou devedor pessoa jurídica ou empresário individual.

§6º. A suspensão de eventual execução fiscal ajuizada somente será requerida após a confirmação do pagamento da primeira parcela.

§7º. Não haverá aplicação de multa relativamente aos débitos tributários ainda não lançados, declarados espontaneamente por ocasião de opção ao REFIS 2023.

§8º. O desconto previsto neste artigo abrange tão somente juros e multa moratórios por atraso de pagamento do crédito.

Art. 6º. A consolidação dos créditos impõe a prévia atualização monetária, aplicação de juros moratórios e multas de mora ou por infração, conforme legislação vigente, até a data da formalização da opção pelo sujeito passivo.

§1º. Apurado o montante dos créditos, serão aplicadas as reduções previstas nessa Lei Complementar, determinando-se o crédito consolidado.

§2º. Possuindo o sujeito passivo mais de um débito tributário ou não tributário, serão emitidas guias individuais.

Art. 7º. Para os créditos em execução judicial, o contribuinte optante, além de arcar com a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais, ao final do parcelamento, deverá recolher os honorários advocatícios fixados pelo juízo.

Art. 8º. O sujeito passivo será excluído do REFIS 2023 sem prévia notificação, pela ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – pelo inadimplemento da parcela à vista no respectivo vencimento;

II – pelo inadimplemento 03 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas;

III – descumprimento de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 9º. A exclusão do sujeito passivo do REFIS 2023 acarretará a exigibilidade imediata do saldo devedor.

§1º. Na hipótese de exclusão, sobre o saldo devedor serão aplicados os acréscimos legais previstos na legislação municipal.

§2º. Após a exclusão do REFIS 2023, os valores eventualmente pagos serão abatidos dos créditos originalmente devidos, aplicados os acréscimos legais, realizando-se o abatimento primeiramente sobre os créditos com vencimentos mais antigos.

§3º. É vedada a restituição de importância já recolhida em função do disposto na presente lei.

§4º. Uma vez aplicada a exclusão prevista no caput, só será concedido novo parcelamento depois de consolidado o débito, sendo que a primeira parcela não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) do valor consolidado.

§5º. A nova opção pelo REFIS 2023 só será possível dentro do período de adesão.

Art. 10. O Poder Executivo poderá baixar quaisquer atos para o fiel cumprimento desta Lei Complementar, incluindo regulamentações que se fizerem necessárias, sendo ainda autorizado a praticar os demais atos que julgar necessários para a concretização dos objetivos previstos, inclusive podendo firmar, independentemente de autorização específica, demais atos administrativos para a consolidação do presente Programa.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas, 11 de agosto de 2023.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER
Secretária de Administração, Gestão e Planejamento

PORTARIA 11180-2023

Publicação Nº 5052628

PORTARIA P/ 11180/2023, de 14.08.2023

“Admite temporariamente,
RAFAELA PATRICIA DE ABREU”

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,
Edital de Chamada Pública 006/2023, de 10 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, RAFAELA PATRICIA DE ABREU, para o Cargo de Professora de Educação Infantil, Nível MAGII-513-A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de agosto de 2023 a 15 de dezembro de 2023.

Catanduvas, 14 de agosto de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/11178/2023

PORTARIA 11181-2023

Publicação Nº 5052631

PORTARIA P/11181/2023 de 14.08.2023.

"Nomeia por concurso,
MARISA DALMAGRO DE QUADROS"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, Lei Complementar 184/2022 de 27 de abril de 2022 e Edital 001/2019 e Homologação de resultado final, de 09 de setembro de 2019.

RESOLVE

NOMEAR, por concurso MARISA DALMAGRO DE QUADROS, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, CE 21-A, 40 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital 001/2019 e Homologação de resultado final, de 09 de setembro de 2019, com efeitos a partir da presente data de 14 de agosto de 2023, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 14 de agosto de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NIHIÍL.

PORTARIA 11182-2023

Publicação Nº 5052632

PORTARIA P/ 11182/2023, de 14.08.2023.

"Admite temporariamente,
JANCARLA MOLIM"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 001/2021 de 17 de novembro de 2021 e Decreto nº 2.772/2022, de 02 de fevereiro de 2022.

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, JANCARLA MOLIM, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de agosto de 2023 a 15 de dezembro de 2023.
(em substituição da Servidora Silimara dos Santos que encontra-se afastada pelo INSS).

Catanduvas, 14 de agosto de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 10560/2022

PORTARIA 11183-2023

Publicação Nº 5052633

PORTARIA P/ 11183/2023, de 14.08.2023

"Admite temporariamente,
NAELI MORGANA DOS SANTOS BELO"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 001/2021 de 17 de novembro de 2021 e Decreto nº 2.772/2022, de 02 de fevereiro de 2022.

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, NAELI MORGANA DOS SANTOS BELO para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de agosto de 2023 a 15 de dezembro de 2023.
(em substituição da Servidora Tainara Medeiros Durigon)

Catanduvas, 14 de agosto de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/ 10668/2022

PORTARIA Nº 11.179/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052662

PORTARIA Nº 11.179/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR DESVIO FUNCIONAL DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas- SC, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e com amparo no art. 129 da Lei Complementar 19/2002, e

CONSIDERANDO a informação prestada pela Secretária de Saúde, através do Ofício nº 108/2023 SMS, a respeito do comportamento supostamente irregular de servidor no exercício do seu cargo;

CONSIDERANDO que tais condutas desrespeitam, em tese, os deveres previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de se apurar a conduta do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para a conduta funcional do servidor L.G.N.O.B., conforme informações relatadas pela Secretária de Saúde através do Ofício nº 10/2023 SMS, de 31 de julho de 2023 e, eventualmente, aplicar as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Ao servidor processado será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo acompanhar todos os atos processuais pessoalmente ou por defensor.

Art. 3º. A condução dos trabalhos ficará a cargo da Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar, que deverá observar a legislação municipal vigente e a Instrução Normativa nº 01/2020, de 16 de janeiro de 2020, da Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A comissão terá um prazo de 10 (dez) dias a partir da publicação do presente Decreto para iniciar os trabalhos, e o prazo de 60 (sessenta) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório final.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 11 de agosto de 2023.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA N° 363/2023

Publicação N° 5052572

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 363/2023

- CONSIDERANDO a implementação do Programa Brasil Sorridente;
- CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público, em caráter emergencial, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, aumentada em decorrência da implementação do Programa.

O Prefeito em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar N° 0040 de 15/05/2009 e conforme Processo Seletivo n° 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário KEILA DEMÉTRIO, para exercer as funções do Cargo de Odontóloga ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 14.08.2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de agosto de 2023.

VORLI CHIQUIO
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N° 364/2023

Publicação N° 5052598

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 364/2023

- CONSIDERANDO a implementação do Programa Brasil Sorridente;
- CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público, em caráter emergencial, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, aumentada em decorrência da implementação do Programa.

O Prefeito em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar N° 0040 de 15/05/2009 e conforme Chamada Pública n° 12/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário MARIANA SEHNEM, para exercer as funções do Cargo de Atendente de Consultório Dentário ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 14.08.2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de agosto de 2023.

VORLI CHIQUIO
Prefeito Municipal em Exercício

Chapecó

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/SC - CMDCA RESOLUÇÃO "AD REFERENDUM" 025 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053266

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/SC - CMDCA

Resolução "ad referendum" 025 de 10 de agosto de 2023

Autoriza a utilização da sobra de recurso do projeto "Prevenir é Salvar" da ACOBOM

A Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, consoante aos termos da Lei Municipal nº 6. 296, de 19 de julho de 2012, após parecer da comissão de projetos FIA,

Resolve:

Art. 1º autorizar a utilização da sobra de recurso do projeto "Prevenir é Salvar" da ACOBOM, para a compra de 600 (seiscentos) unidades de viras mate para entrega às gestantes participantes do Projeto conforme ofício recebido nº 002/2023 ACOBOM

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó/SC, 10 de agosto de 2023.

Manoel de Souza Brasil Neto
Presidente do CMDCA

Aline Fátima do Nascimento Magro
Vice-Presidente do CMDCA

Emanuele Martins de Quadros 1º secretária do CMDCA	Célio Ishikawa 2º Secretário do CMDCA
---	--

DECRETO 45.878

Publicação Nº 5053672

DECRETO Nº 45.878, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Altera dispositivo do Decreto nº 45.360, de 31 de maio de 2023, que declara imóvel de utilidade público para fins de desapropriação.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e os artigos 5º, "i" e 6º ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

DECRETA:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto 45.360 de 31 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, como declarado está, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, uma área de terras com 3.357,42 m² (três mil e trezentos e cinquenta e sete vírgula quarenta e dois metros quadrados), dentro de uma área maior, com os vértices, coordenadas e mapas anexos, descrita na Matrícula Imobiliária nº 149.512 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer à Adauto Henrique de Almeida e Araidés Arruda de Almeida os seus sucessores ou adquirentes posteriores".
[...]

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 11 de agosto de 2023.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 024 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053478

RESOLUÇÃO Nº 024 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre alteração do Plano de Ação do novo aporte de recurso para atendimento aos imigrantes.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Chapecó/SC – CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 6.565 de 27 de março de 2014 e o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, considerando a Reunião Extraordinária realizada em 11 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar alteração do Plano de Ação do novo aporte de recurso para atendimento aos imigrantes conforme portaria 893/2023.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó/SC, 11 de agosto de 2023.

Ivone Salete Zambon
Presidente CMAS

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.615, DE 4 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051608

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7.615, DE 4 DE AGOSTO DE 2023.

Constitui e designa Comissão de Seleção de espetáculos e ações formativas para o "X Festival de Teatro Tecendo o Riso".

O Prefeito do Município de Concórdia, No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA :

Art. 1º Fica constituída Comissão de Seleção de espetáculos e ações formativas para o "X Festival de Teatro Tecendo o Riso", com a incumbência de avaliar e selecionar as propostas, conforme previsto no Edital de Concurso nº 04/2023 de Artes Cênicas.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida Comissão, as pessoas abaixo relacionadas, com as entidades que representam:

I – Diretoria de Cultura da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura – SEDEC:

a) ELIANE DA SILVA;

b) JUSSARA APARECIDA DE MATTOS BRUM DE CAMARGO;

c) RAUL ADOLFO KUSSLER;

II – LARIESSA SOLIGO DA CAMPO – Associação dos Grupos de Teatro de Concórdia.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

ALEXANDRE TREVISAN SCHNEIDER
Secretário Municipal de Desporto e Cultura

DECRETO Nº 7.622, DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051610

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7.622, DE 8 DE AGOSTO DE 2023.

Exonera, a pedido, o servidor GUSTAVO SARTORI.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA :

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor GUSTAVO SARTORI, do cargo de provimento efetivo de Engenheiro, a partir de 9 de agosto de 2023.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 7.623, DE 9 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054737

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7.623, DE 9 DE AGOSTO DE 2023.

Constitui e designa Comissão Eleitoral.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.149, de 31 de agosto de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Eleitoral com a finalidade de coordenar e conduzir todos os procedimentos necessários à execução da eleição dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida Comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I – ANA CAROLINA COLOMBO;

II – DIRLEI NELVI SCHWAMBACH;

III – DIRLEI SIEVERT;

IV – FABIELE MAIER DUARTE;

V – MARIANA FREIXIELA HERNANDEZ;

VI – MARGARETE PECIN.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos nºs. 636/2019, de 8 de agosto de 2019 e 817/2019 de 14 de outubro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 90/2023 - PMC

Publicação Nº 5052525

Contrato Nº : 90/2023

Aditivo Nº : 1AP Ctr 90/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 17/2023

Objeto : Contratação emergencial de empresa de vigilância e segurança privada, para prestação dos serviços de vigilância desarmada nos Centros Municipais de Educação Infantil.

Vigência : Início: 10/08/2023 Término: 21/10/2023

Assinatura : 10/08/2023

Valor R\$: 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 68 - 06.004.2018.33390397700000000000.150010010000

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 85/2023 - PMC

Publicação Nº 5052524

Contrato Nº : 85/2023

Aditivo Nº : 2AP Ctr 85/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MASTER TRANSPORTE E ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 15/2023

Objeto : Contratação de empresa para a prestação de serviço no ramo de transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino (Linhas 16 e 40).

Vigência : Início: 10/08/2023 Término: 07/02/2024

Assinatura : 10/08/2023

Valor R\$: 3.110,00 (três mil, cento e dez reais)

Dotação : 60 - 06.002.2017.33390392600000000000.150010010000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: DARCI ANTONIO BOIANI

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 98/2023 - PMC

Publicação Nº 5052527

Contrato Nº : 98/2023

Aditivo Nº : 3AP Ctr 98/2023

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 19/2023

Objeto : Contratação emergencial de empresa de vigilância e segurança privada, para prestação dos serviços de vigilância desarmada nas Escolas da rede Municipal de Ensino, da Secretaria de Educação, e nos Centros de Convivência do Fundo Municipal de Assistência Social.

Vigência : Início: 10/08/2023 Término: 29/10/2023

Assinatura : 10/08/2023

Valor R\$: 219.836,24 (Duzentos e Dezenove Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 68 - 06.004.2018.33390397700000000000.150010010000

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARINEZ OLIVEIRA DOS SANTOS

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 204/2020 - PMC

Publicação Nº 5052648

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3393F280890D295AAD1C62A2BF7DC546DDB99103

Contrato Nº : 204/2020

Aditivo Nº : 3TA Ctr 204/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 18/2020

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de horas técnicas nas áreas de topografia, engenharia elétrica e engenharia mecânica, conforme as demandas deste Município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 11/08/2023 Término: 10/10/2023

Assinatura : 10/08/2023

Valor R\$: 9.500,45 (Nove Mil, Quinhentos Reais e Quarenta e Cinco Centavos)

Dotação : 47 - 06.002.2013.33390390500000000000.150010010000

Dotação : 373 - 34.001.2003.33390390500000000000.150070000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS

Fiscal Administrativo: GELSON LONGO

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 205/2020 - PMC

Publicação Nº 5052646

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 72CEC6DC1024030EE846CD13248DC5C8C2538B7E

Contrato Nº : 205/2020

Aditivo Nº : 3TA Ctr 205/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : UNITECNO-COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 18/2020

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de horas técnicas nas áreas de topografia, engenharia elétrica e engenharia mecânica, conforme as demandas deste Município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 11/08/2023 Término: 11/08/2024

Assinatura : 10/08/2023

Valor R\$: 47.652,00 (Quarenta e Sete Mil e Seiscentos e Cinquenta e Dois Reais)

Dotação : 47 - 06.002.2013.33390390500000000000.150010010000

Dotação : 373 - 34.001.2003.33390390500000000000.150070000001

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GELSON LONGO

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 206/2020 - PMC

Publicação Nº 5052645

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F6E2E92966451CBDC4C31C7D5B9EBB17769DC0

Contrato Nº : 206/2020

Aditivo Nº : 3TA Ctr 206/2020

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCÓRDIA ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 18/2020

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de horas técnicas nas áreas de topografia, engenharia elétrica e engenharia mecânica, conforme as demandas deste Município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 11/08/2023 Término: 10/08/2024

Assinatura : 10/08/2023

Valor R\$: 62.940,00 (Sessenta e Dois Mil e Novecentos e Quarenta Reais)

Dotação : 373 - 34.001.2003.33390390500000000000.150070000001

Fiscal Técnico: DANIELA STRINGHINI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GELSON LONGO

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 63/2019 - PMC

Publicação Nº 5052649

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E05AFF7877C5419DB8759BB30DD720767093169D

Contrato Nº : 63/2019

Aditivo Nº : 6TA Ctr 63/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DAVANTI ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 16/2018

Objeto : Contratação de empresa especializada, para a elaboração de projetos de engenharia rodoviária, em regime de empreitada global, para implantação das vias de Contorno Sul, Oeste e acesso a empresa BRF - Brasil Foods, no Município, com recursos oriundos da Operação

de Crédito com o BRDE, CCB SC- 43.523/CEF/PRÓ-TRANSPORTE-SETOR PÚBLICO, de acordo com as especificações do Anexo "A" deste Edital.

Vigência : Início: 25/08/2023 Término: 24/02/2024

Assinatura : 10/08/2023

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: CRISTINA VALCARENGHI

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 219/2023 - PMC

Publicação Nº 5052517

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3F3B4EF399839E6EAE63ECB80FF5C841B80D85E4

Contrato Nº : 219/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ORTOPEDIA CONCÓRDIA SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 330.000,00 (Trezentos e Trinta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 220/2023 - PMC

Publicação Nº 5052512

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 52FC77D3173D3BE03032BDC325E4FE4B0834730F

Contrato Nº : 220/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS - ME

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 100.000,00 (Cem Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 221/2023 - PMC

Publicação Nº 5052507

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6CACAD787AD113B8472D7189BDF5BC4D6645D9A0

Contrato Nº : 221/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DI SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e

seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 222/2023 - PMC

Publicação Nº 5052502

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DB43D3EC337D621F9BB821D908054BF26FED9E42

Contrato Nº : 222/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SURGAPED - SERVICO DE UROLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E PEDIATRIA SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 100.000,00 (Cem Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 223/2023 - PMC

Publicação Nº 5052499

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 539D82CBCA05DB7540D9E55B007BA244E41A3975

Contrato Nº : 223/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA DE PNEUMOLOGIA E IMUNIZAÇÕES LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 224/2023 - PMC

Publicação Nº 5052478

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 531EE2472FE7D98FA2DDE4D29EA6BB1A6E32C3FA

Contrato Nº : 224/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SEGURMED SEGURANÇA MEDICINA DO TRABALHO SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 225/2023 - PMC

Publicação Nº 5052452

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 239E537524E6EB7E94D89928AA14D84F00F7B936

Contrato Nº : 225/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CARDIODONTO - SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 226/2023 - PMC

Publicação Nº 5052442

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AA6723070C990BC8B3BF5A7861E408A7D182C333

Contrato Nº : 226/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MESTRA - CLINICA GERAL E MEDICINA DO TRABALHO SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO N° 227/2023 - PMC

Publicação N° 5052439

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 070D725DB58B257747DCD9680CDACFA5666933E9

Contrato N° : 227/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MG ENDOCRINOLOGIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO N° 228/2023 - PMC

Publicação N° 5052436

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DD2A6E474F6C187FF97EF15E549B0E9968EAB25D

Contrato N° : 228/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : L. E. G. M. SERVIÇOS MÉDICOS S/S

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 20.000,00 (Vinte Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO N° 229/2023 - PMC

Publicação N° 5052427

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 15B83586A2E4DD338B8AFD20883FCD7997B4C9C8

Contrato N° : 229/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA BERNARDI S S

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 230/2023 - PMC

Publicação Nº 5052418

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E078FDCEFF0248D9E39C71B696420CA888506DB3

Contrato Nº : 230/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA CONCORDIA S/S

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 231/2023 - PMC

Publicação Nº 5052413

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4328A6FDAE7CB365772C14B3491070EA53DD995D

Contrato Nº : 231/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : E.S SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 232/2023 - PMC

Publicação Nº 5052410

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F93103FFD83FCB5AF6D55AA1637976C2C422D3FB

Contrato Nº : 232/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FISIICON CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 233/2023 - PMC

Publicação Nº 5052405

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D9251F5678656952A146D87A4CA71EB23720DAB9

Contrato Nº : 233/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA MÉDICA GOCOP S/S

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 234/2023 - PMC

Publicação Nº 5052400

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DF509C12CEDB02F05ACA28F496DA42B6CBAF7C7C

Contrato Nº : 234/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINIFISIO CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 235/2023 - PMC

Publicação Nº 5052396

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7F1EE6530FEF15013B35AF18C9A55DE49190C037

Contrato Nº : 235/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA PSICOTERAPICA CDIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 236/2023 - PMC

Publicação Nº 5052380

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 15F45744046AB34D125B9D64BB5866FAD285FD46

Contrato Nº : 236/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PHYSIUS - CENTRO AVANÇADO DE FISIOTERAPIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 237/2023 - PMC

Publicação Nº 5052377

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E20477B1DE940368D9DBFA013694A10BAA447037

Contrato Nº : 237/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DERMACLINIC CLINICA DERMATOLOGICA SOCIEDADE SIMPLES UNIPessoal LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 238/2023 - PMC

Publicação Nº 5052373

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 44C601E0097E67E8B107B3F0BCA72B8A7EDFA40B

Contrato Nº : 238/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO RODRIGUES E KOEFENDER SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 239/2023 - PMC

Publicação Nº 5052368

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7F9AB49AD27D88DFCC65CF36E0E40A86EDEF0BA

Contrato Nº : 239/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 190.000,00 (Cento e Noventa Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 240/2023 - PMC

Publicação Nº 5052366

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 727C118E1BE230D8831CEAA3BF8A024E4A9832F1

Contrato Nº : 240/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 241/2023 - PMC

Publicação Nº 5052361

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 86397070AA3E73C9BD43BE3A37E9D321C165CD49

Contrato Nº : 241/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL

Licitação : Inexigibilidade 33/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 03/08/2023 Término: 02/08/2024

Assinatura : 02/08/2023

Valor R\$: 200.000,00 (Duzentos Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 243/2023 - PMC

Publicação Nº 5052622

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CF95AF696009F39AD335E58E3698F1B0E89BDF1E

Contrato Nº : 243/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CR-CLÍNICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 244/2023 - PMC

Publicação Nº 5052620

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 500FD6104C37B4C5EC2D97C02C15C10DCEC9526B

Contrato Nº : 244/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA URONEFRO SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 100.000,00 (Cem Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 245/2023 - PMC

Publicação Nº 5052615

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 439A0A49B3FB2F486D5C769B44A40F330FCB21E1

Contrato Nº : 245/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA VERTIGO SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 246/2023 - PMC

Publicação Nº 5052611

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6B836EA6088AA9153F76F1E609C4C7E06D034433

Contrato Nº : 246/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LF SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 85.000,00 (Oitenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 247/2023 - PMC

Publicação Nº 5052609

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 92BF9C3F7B85C2D3EC80C131D653D4676BC4D4F1

Contrato Nº : 247/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA MEDICA SÃO ROQUE LTDA

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 8.000,00 (Oito Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 248/2023 - PMC

Publicação Nº 5052607

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 097DD2E62F0279DE772297CB4E0D3FBA4072E5CE

Contrato Nº : 248/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OFTALMOCENTER CONCORDIA S/S

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 249/2023 - PMC

Publicação Nº 5052604

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DAB29845A6A9BF819EECF4DDFFBB4F4EDBB181BD

Contrato Nº : 249/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 250/2023 - PMC

Publicação Nº 5052600

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0BF79BFC59F200BC15F2EE8B1D197C1A9F4C0EE0

Contrato Nº : 250/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FST SERVICOS MEDICOS LTDA

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 85.000,00 (Oitenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 251/2023 - PMC

Publicação Nº 5052596

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CC95AB0BC4162CCABBA5171A75A6A3A70D2AE951

Contrato Nº : 251/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLINICA BONNA SALUTE LTDA

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 252/2023 - PMC

Publicação Nº 5052594

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CA8E2A268BC8D37556EBAB3A5FB102134DCD5734

Contrato Nº : 252/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLÍNICA DE MEDICINA INTEGRADA

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 253/2023 - PMC

Publicação Nº 5052593

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D7FA82D5C2B4CCBD101D4D23FE1C1A3B562F74B5

Contrato Nº : 253/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : REABILIT CLINICA DE REABILITAÇÃO EIRELI

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 200.000,00 (Duzentos Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 254/2023 - PMC

Publicação Nº 5052592

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 26EE6816AFD6B86E69F62857D12403D01B884BB7

Contrato Nº : 254/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CIRGIPED - SERVICOS DE CIRURGIA, GINECOLOGIA E PEDIATRIA SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.3339039500000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 255/2023 - PMC

Publicação Nº 5052589

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D41C36BEA283534DC0C74407DA2BE7E5C0A191F6

Contrato Nº : 255/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATORIO ANALIC LTDA

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 280.000,00 (Duzentos e Oitenta Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 256/2023 - PMC

Publicação Nº 5052575

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 37CDDFA41FB4E07F85137E97CAF904CF9135E06E

Contrato Nº : 256/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE CONCÓRDIA E REGIÃO

Licitação : Inexigibilidade 35/2023

Objeto : Prestação de serviços de saúde, por parte da Contratada, na área de hospital geral, consultório isolado ou clínica especializada, laboratório e clínicas e serviços de diagnóstico, sem qualquer condição de exclusividade para os servidores do Município de Concórdia e seus dependentes que sejam abrangidos pelas disposições da Lei Complementar Municipal nº 163, de 26 de julho de 1999 que, entre outras providências, instituiu o Serviço Municipal de Assistência aos Servidores Municipais e criou o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor, conforme edital de credenciamento 20/2023 - PMC.

Vigência : Início: 07/08/2023 Término: 06/08/2024

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 1.300.000,00 (Um Milhão, Trezentos Mil Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2603.33390395000000000000.175370000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAQUELINE CISOTTO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 257/2023 - PMC

Publicação Nº 5052657

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 255B5FAB51AE4605BD3643E1CE8AF6D1DA1420F0

Contrato Nº : 257/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MS REDES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 41/2023

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de estrutura de rede cabeada e wi-fi, link de internet e sistema CFTV, para a EXPO Concórdia 2023, a ser realizada no período de 1º à 10 de setembro de 2023, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 04/08/2023 Término: 30/09/2023

Assinatura : 04/08/2023

Valor R\$: 473.000,00 (Quatrocentos e Setenta e Três Mil Reais)

Dotação : 373 - 34.001.2003.33390391200000000000.150070000001

Dotação : 373 - 34.001.2003.33390400400000000000.150070000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EDILA GRACIELI SOUZA

Fiscal Técnico: MARCOS JOSE KLEIN

EXTRATO DE CONTRATO Nº 258/2023 - PMC

Publicação Nº 5052653

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2C254910D3BC89BBCC494C5B74044A0C6CD7B54E

Contrato Nº : 258/2023

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PRO SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 34/2023

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, limpeza, regulagem, lubrificação e calibração da balança rodoviária, localizada no Aterro Sanitário Municipal

Vigência : Início: 09/08/2023 Término: 08/08/2024

Assinatura : 07/08/2023

Valor R\$: 13.550,00 (Treze Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 123 - 08.001.2030.33390391700000000000.170970000000

Fiscal Técnico-Administrativo: ADEMIR RAMOS CUCHI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

LEI Nº 5.818, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054739

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.818, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.185, de 19 de março de 2019 e alterações, que autorizam o Município celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Polícia Civil.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.185, de 19 de março de 2019 e alterações, que autorizam o Município celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Polícia Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos do Convênio, o Município disponibilizará, mensalmente, o valor equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) litros de gasolina.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 5.819, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054741

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.819, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Autoriza ao Município de Concórdia instituir o Programa Municipal de Vigilância e Monitoramento da Rede Municipal de Ensino.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa Municipal de Vigilância e Monitoramento da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Este programa tem como objetivo estabelecer medidas de reforço à segurança em escolas no âmbito do Município de

Concórdia, delimitando uma série de protocolos de prevenção, identificação e ação frente a possíveis ataques que possam representar risco à integridade física de estudantes, professores e outros membros da comunidade escolar.

Art. 2º Todas as escolas da rede municipal de ensino deverão conter pelo menos 01 (um) vigilante portando arma de fogo durante o período escolar.

Parágrafo único. Os diretores de escolas que avaliarem a necessidade da presença de mais vigilantes armados nos estabelecimentos de ensino deverão encaminhar à Secretaria de Educação um relatório elaborado pela escola, onde serão elencados dados de violência, vulnerabilidade e outras informações pertinentes à realidade específica daquela unidade e do seu entorno.

Art. 3º Todas as escolas da rede municipal de ensino devem contar com câmeras de videomonitoramento, bem como, muros adequados à segurança interna dos estudantes e portas giratórias de detector de metal.

§ 1º As câmeras de que trata o art. 3º serão instaladas na entrada do estabelecimento, pátios de convivência comum e dentro das salas de aula.

§ 2º Os equipamentos deverão dispor de recursos de gravação e armazenamento de imagens por um período mínimo de 60 (sessenta) dias.

§ 3º As portas giratórias de detector de metal de que trata o art. 3º serão instaladas na entrada de cada escola, devendo ser este o acesso principal aos usuários.

Art. 4º Anualmente, pelo menos 50% dos funcionários de Escolas municipais deverão receber treinamento voltado à conscientização e identificação de possíveis sintomas que indiquem problemas relacionados à saúde mental de crianças e adolescentes, assim como a orientação de possíveis abordagens pedagógicas que identifiquem e previnam fatores existentes no ambiente que influenciem e potencializem a prática de ações lesivas à comunidade escolar.

Parágrafo único. A Secretaria de Educação regulamentará o treinamento, assim como certificará os profissionais que participarem dele.

Art. 5º Anualmente, cada instituição de ensino deverá elaborar um relatório informando à Secretaria de Educação todas as ocorrências de violência psicológica e/ou física, ameaças e comportamentos agressivos registradas durante o ano letivo.

§ 1º A Secretaria de Educação utilizará esses dados para elaborar o mesmo estudo em escala Municipal, que deverá ser compartilhado com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEASC).

§ 2º A Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 788/2020, criará programa da Polícia Militar de Rede de Segurança Escolar para atender os objetivos desta Lei, em especial nas escolas que apresentarem maiores indícios de proliferação de ocorrências registradas.

§ 3º Policiais Militares da Reserva Remunerada poderão ser convocados a atuar como vigilantes armados nos termos desta Lei.

Art. 6º As Associações de Pais e Professores deverão formar equipes de trabalho responsáveis por atuar em emergências, assim como contribuir para a implementação de medidas preventivas de segurança e treinamento da comunidade escolar.

§ 1º Pais, professores e responsáveis com qualquer tipo de instrução sobre situações de emergência e primeiros socorros terão preferência para compor a equipe.

§ 2º Se o estabelecimento escolar não possuir a referida Associação, a criação da equipe de trabalho se dará através da respectiva Coordenação Municipal de Educação, ou órgão competente.

§ 3º Integrarão as equipes de trabalho das Associações de Pais e Professores as guarnições destacadas para o programa de Rede de Segurança Escolar.

Art. 7º As equipes de trabalho mencionadas no artigo anterior deverão elaborar ao menos um plano de emergência que estabelecerá protocolos de identificação, ação e fuga em potenciais situações de risco.

§ 1º O plano deverá conter o passo a passo a ser adotado por funcionários, alunos e pais em caso de emergência.

Art. 8º A direção do colégio, em conjunto com as equipes de trabalho compostas pelas APPs e guarnições da Rede de Segurança Escolar deverão promover pelo menos um treinamento conjunto mensal e uma simulação surpresa semestral.

§ 1º O treinamento será composto por conteúdo teórico e prático sobre como todos os envolvidos devem proceder em caso de situações de emergência para minimizar e anular os impactos de um eventual ataque que possa acontecer.

§ 2º A simulação surpresa deverá acontecer em data estabelecida conjuntamente entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Assistência Social, devendo ser comunicada às diretorias de todas as unidades de ensino da rede estadual.

Art. 9º O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 269/2023, DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051615

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 269/2023, DE 8 DE AGOSTO DE 2023.

O Secretário de Administração do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas no Despacho 1 do Memorando nº 5.656/2023, emitido pela Secretaria Municipal da Saúde e nos Memorandos nºs. 6.419 e 6.447/2023, emitidos pela Secretaria Municipal da Fazenda.

RESOLVE :

Art. 1º Convocar os servidores, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, na forma abaixo:

I – MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ, ocupante do cargo de Contador, no período de 17 e 30 de agosto de 2023;

II – VIVIANE ZANINI VENDRUSCOLO DEZEN, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, meio período do dia 15 a 30 de agosto de 2023.

Art. 2º O inciso XIII do art. 1º da Portaria nº 236/2023, de 3 de julho de 2023, que convoca o servidor LEANDRO BOEIRA ZORZAN, ocupante do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade de serviço, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

XIII – LEANDRO BOEIRA ZORZAN, ocupante do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, nas seguintes datas: de 3 a 6 de julho; no período matutino do dia 7 de julho; de 10 a 16 de julho; de 24 a 26 de julho; e de 28 de julho a 1º de agosto de 2023.” (NR)

Art. 3º Fica revogado o art. 2º da Portaria nº 264/2023, de 3 de agosto de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de julho de 2023.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 270/2023, DE 9 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051619

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 270/2023, DE 9 DE AGOSTO DE 2023.

O Prefeito do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder no mês de agosto de 2023, à servidora ELIANE CAMILLO BONASSI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de agosto de 2015 a 31 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 271/2023, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054749

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 271/2023, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

O Secretário de Administração do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor TAYSON SANDER BASEGGIO, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 101249-03 e 101249-06, integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, sobre o respectivo vencimento-base, na área específica de atuação, no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente à habilitação em Mestrado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 272/2023, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054750

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 272/2023, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

O Secretário de Administração do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, e considerando:

- o Adendo nº 67/2023, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS;
- o Memorando 5.831/2023, com despacho emitido pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de agosto de 2023, o Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento), concedido à servidora MAGALI BIANCHINI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 55/2019, de 18 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 273/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054752

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 273/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

O Secretário de Administração do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ADRIANA GAIO, ocupante do cargo de Professor, matrícula 1142429-03, integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, sobre o respectivo vencimento-base, na área específica de atuação, no percentual de 20% (vinte por cento), correspondente à habilitação em Mestrado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 274/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054754

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 274/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

O Secretário de Administração do Município de Concórdia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE :

Art. 1º Conceder Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base, aos servidores abaixo relacionados:

I – com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	90050-02	Adriana Alberti Pagliochi	Professor
2	90050-03	Adriana Alberti Pagliochi	Professor
3	17337-03	Andreia Rech Gonçalves	Professor
4	17337-04	Andreia Rech Gonçalves	Professor
5	23477-10	Clarice Pichetti Gasparetto	Professor
6	1048546-08	Maristela Deola	Professor
7	1050214-02	Rejane Maria Caitano Santiago	Professor

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Administração

IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

BALANCETE FINANCEIRO JULHO DE 2023

Publicação Nº 5052054

IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Julho / 2023

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		25.456.769,23	79.017.920,08
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		25.456.769,23	79.017.920,08
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		3.749.257,59	3.782.118,63
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.211.772,75	92.327,76
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.537.484,84	3.689.790,87
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		258.944.808,42	233.040.000,59
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.808,40	2.951,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		258.940.000,02	233.037.048,98
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		288.150.835,24	315.840.039,30

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		16.493.340,65	23.814.284,24
Ordinária		0,00	0,00
Vinculada		16.493.340,65	23.814.284,24
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		2.616.633,96	33.080.946,64
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		87.319,88	5.420,10
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.529.314,08	3.689.790,87
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	29.385.735,67
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		269.040.860,63	258.944.808,42

IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Pág 2 / 2

Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Julho / 2023



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	4.808,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		269.040.860,63	258.940.000,02
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		288.150.835,24	315.840.039,30

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 10/08/2023, Hora emissão 09:28:27

Notas:



Assinado digitalmente por:
DIANA COMIN
Contadora
CRC/SC 040341/O-1
10/08/2023 11:00:30



Assinado digitalmente por:
DIANE DOS SANTOS
Diretora-Presidente -
IPRECON
11/08/2023 09:32:21

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

IPM Sistemas Ltda
Alende.Net - WPR v2013.01

Identificador: WPR1491103-17419-XNYDWQUEWF-5 - Emitido por: DIANA COMIN

10/08/2023 09:27:57 -03:00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/08/2023 11:00:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE https://c.alende.net/p44d4d4851272
POR DIANA COMIN:08197269904 - (081.972.699-04) EM: 10/08/2023 11:00



Cordilheira Alta

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 06/2023

Publicação N° 5054031

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N° 01/2023

EDITAL N° 06/2023

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a CONVOCAÇÃO da seguinte candidata aprovada no Processo Seletivo n° 01/2023:

Colocação	Número da Inscrição	Nome da Candidata
1º	2	Emanuele Engelage

1. Conforme estabelecido no item 8.4 do Edital n° 01/2023, a candidata convocada deverá apresentar na Secretaria Legislativa, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da convocação, a documentação prevista no item 8.4 do edital.

2. A Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Cordilheira Alta – SC encontra-se na Avenida Fermino Tozzo, 73, Centro, Cordilheira Alta – SC, CEP: 89819-000.

Cordilheira Alta – SC, 11 de agosto de 2023.

LAURA MARIA TECCHIO
Presidente da Câmara Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N° 01/2023

Publicação N° 5054675

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N° 01/2023

HOMOLOGAÇÃO

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, manifesta concordância com o Parecer da Comissão do Processo Seletivo e, de acordo com os fundamentos expostos em referido parecer, resolve HOMOLOGAR os trabalhos da Comissão do Processo Seletivo e o resultado definitivo do Processo Seletivo n° 01/2023, nos termos do Edital n° 05/2023. Publique-se.

Cordilheira Alta – SC, 11 de agosto de 2023.

LAURA MARIA TECCHIO
Presidente da Câmara Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 58/2023

Publicação Nº 5053493

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 58/2023
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2023
Contratado: **DE MARCO LTDA**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS (ZERO KM) HATCH, PICK-UP E VAN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME RELAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO CONSTANTES DESTE EDITAL. ENTENDE-SE POR VEÍCULO NOVO AQUELE CUJA NOTA FISCAL É EMITIDA EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC DA MESMA FORMA POSSIBILITANDO O PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC, conforme descrição e quantitativos a seguir:**

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
2	VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, 4 PORTAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COR BRANCA, PARA CINCO PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2023/2023 OU SUPERIOR, MOTOR FLEX (ETANOL/GASOLINA), POTÊNCIA MÍNIMA DE 68 CV, COM RADIO E ALTO-FALANTES, CAIXA DE CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, COMPRIMENTO MÍNIMO TOTAL NÃO INFERIOR A 3.500 MM, ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 2.300 MM, DISPLAY DIGITAL COM CONTA-GIROS, INDICADOR DE TROCA DE MARCHAS, HODÔMETRO (PARCIAL E TOTAL), RELÓGIO DIGITAL, INDICAÇÃO DO NÍVEL DE COMBUSTÍVEL E TEMPERATURA DO MOTOR, COMPUTADOR DE BORDO, CAPACIDADE TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 38 LITROS, BANCOS EM TECIDO, AIRBAG MOTORISTA E PASSAGEIROS, FREIOS ABS COM EBD, CINTOS DE SEGURANÇA 3 PONTOS RETRÁTIL PARA TODOS OS PASSAGEIROS, APOIO DE CABEÇA PARA TODOS OS PASSAGEIROS DO BANCO TRASEIRO, CAPACIDADE DO PORTA MALAS DE NO MÍNIMO 200 LITROS, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS COM PELÍCULAS INSTALADAS CONFORME NORMAS VIGENTES ,COM FUNÇÃO ONE TOUCH E SISTEMA ANTI ESMAGAMENTO NAS 4 PORTAS, TRAVAS ELÉTRICAS NAS 4 PORTAS COM ACIONAMENTO À DISTÂNCIA (ALARME-SISTEMA ANTIFURTO), RETROVISORES COM CONTROLE INTERNO MECÂNICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA, LIMPADOR, LAVADOR E DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, TOMADAS 12 VOLTS, PROTETOR DE MOTOR, JOGO DE TAPETES, RODAS DE AÇO DE NO MÍNIMO ARO 14" COM PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA, PARA-CHOQUE NA COR DO VEÍCULO, PINTURA EM COR SÓLIDA E PLOTAGEM DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 (UM) ANO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UMA DISTÂNCIA NÃO SUPERIOR A 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO LICITANTE DEVENDO POSSUIR CORPO TÉCNICO TREINADO PELA FÁBRICA, BEM COMO DEVERÁ POSSUIR PEÇA PARA REPOSIÇÃO. MARCA: RENAULT	UN	04	69.700,00	278.800,00

Valor: R\$ 278.800,00 (Duzentos e setenta e oito mil e oitocentos reais).

Vigência: 31/12/2023

CONTRATO Nº 59/2023

Publicação Nº 5053518

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 59/2023

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2023

Contratado: **SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS (ZERO KM) HATCH, PICK-UP E VAN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME RELAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO CONSTANTES DESTE EDITAL. ENTENDE-SE POR VEÍCULO NOVO AQUELE CUJA NOTA FISCAL É EMITIDA EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC DA MESMA FORMA POSSIBILITANDO O PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC, conforme descrição e quantitativos a seguir:**

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, TIPO MINIBUS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, ANO/MODELO 2023/2023, OU SUPERIOR, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, TETO COM ALTURA INTERNA DE NO MÍNIMO 1.840MM (TETO ALTO E CHASSI LONGADO DE FÁBRICA); DESTINADO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, APTO A TRAFEGAR EM RODOVIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: AIR BAG DUPLO - MOTORISTA E PASSAGEIROS DIANTEIROS; FREIOS ABS MOTOR A DIESEL TURBINADO E INTERCULADO; INJEÇÃO ELETRÔNICA, COM NO MÍNIMO 130 CV NBR; DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 16 (DEZESSEIS) 15 (QUINZE) PASSAGEIROS MAIS MOTORISTA; BANCOS PASSAGEIROS RECLINÁVEIS (TODOS), MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, REVESTIDOS EM TECIDO COM BOA ESPESSURA; ESPELHO RETROVISOR EXTERNO COM ACIONAMENTO ELÉTRICO; EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, COMPRIMENTO TOTAL DE NO MÍNIMO 5.900 MM; ENTRE-EIXOS DE NO MÍNIMO 3.660 MM; TACÓGRAFO DIGITAL; CONTA GIROS; 2 PORTAS LATERAIS DIANTEIRAS, 2 PORTAS TRASEIRAS E UMA LATERAL DESLIZANTE; VIDROS CLIMATIZADOS VERDES COM PELÍCULAS INSTALADAS CONFORME NORMAS VIGENTES, CINTOS DE SEGURANÇA DE DOIS PONTOS PARA OS PASSAGEIROS, PNEUS 225/65 ARO 16; ACIONAMENTO ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS, ESTRIBO LATERAL; FAROL DE NEBLINA; SENSOR DE RÉ; BAGAGEIRO ELEVADO EM BAIXO DOS ÚLTIMOS ASSENTOS; ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS POR DUAS LÂMPADAS EMBUTIDAS; CAIXA DE CÂMBIO COM 06 (SEIS) MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS; TAPETE DE BORRACHA ASSOALHO REVESTIDO FIBRA DE VIDRO; RÁDIO AM/FM COM MP3/WMA, COM PORTA USB NO MÍNIMO 4 AUTO FALANTES, ALARME (SISTEMA ANTI FURTO). ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UMA DISTÂNCIA NÃO SUPERIOR A 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO LICITANTE, DEVENDO POSSUIR CORPO TÉCNICO TREINADO PELA FÁBRICA, BEM COMO DEVERÁ POSSUIR PEÇAS PARA REPOSIÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO. MARCA: RENAULT	UN	01	269.950,00	269.950,00

Valor: R\$ 269.950,00 (Duzentos e sessenta e nove mil e novecentos e cinquenta reais).

Vigência: 31/12/2023

CONTRATO Nº 60/2023

Publicação Nº 5053533

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 60/2023

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2023

Contratado: **TREVISUL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA**

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS (ZERO KM) HATCH, PICK-UP E VAN PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME RELAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO CONSTANTES DESTE EDITAL. ENTENDE-SE POR VEÍCULO NOVO AQUELE CUJA NOTA FISCAL É EMITIDA EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC DA MESMA FORMA POSSIBILITANDO O PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC, conforme descrição e quantitativos a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
3	VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, TIPO PICK-UP 2 PORTAS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CARROCERIA MONOBLOCO, COR BRANCA, PARA 2 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2023/2023 OU SUPERIOR, MOTOR FLEX (ETANOL/GASOLINA), POTÊNCIA MÍNIMA DE 80 CV, CAIXA DE CÂMBIO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, COMPRIMENTO MÍNIMO TOTAL DE 3.890 MM, ENTRE EIXOS DE NO MÍNIMO 2.400 MM, CAPACIDADE DE CARGA DE NO MÍNIMO 700 KG, COM RADIO E ALTO-FALANTES, COMPUTADOR DE BORDO, CONTA-GIROS, HODÔMETRO DIGITAL (TOTAL E PARCIAL), CAPACIDADE TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 45 LITROS, BANCOS EM TECIDO, APOIO DE CABEÇA COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE 3 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, ALERTAS DE USO DE CINTO DE SEGURANÇA DO MOTORISTA, AIRBAG DUPLO, FREIOS ABS COM EBD, LUZ DE LEITURA, AR CONDICIONADO, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVAMENTO CENTRAL ELÉTRICO COM ACIONAMENTO À DISTÂNCIA (ALARME-SISTEMA ANTIFURTO), RETROVISORES EXTERNOS COM COMANDO INTERNO MECÂNICO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA OU ELETROHIDRÁULICA, VIDROS ELÉTRICOS COM PELÍCULAS INSTALADAS CONFORME NORMAS VIGENTES, LIMPADOR E LAVADOR DO PARA-BRISAS, LUZ INTERNA NA DIANTEIRA DO TETO, LUZ DE ILUMINAÇÃO DA CAÇAMBA, GRADE DE PROTEÇÃO NO VIDRO TRASEIRO, PROTETOR DE CAÇAMBA, GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA, PARA-CHOQUE TRASEIRO COM ESTRIBOS ANTIDERRAPANTES, TOMADAS 12 VOLTS, PROTETOR DE MOTOR, NO MÍNIMO RODAS ARO 15" COM PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA, PINTURA EM COR SÓLIDA E PLOTAGEM DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO MUNICÍPIO, BEM COMO TODOS OS EQUIPAMENTOS NORMAIS DE PRODUÇÃO PERTINENTES AO MODELO E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 (UM) ANO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM UMA DISTÂNCIA NÃO SUPERIOR A 50 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO LICITANTE DEVENDO POSSUIR CORPO TÉCNICO TREINADO PELA FÁBRICA, BEM COMO DEVERÁ POSSUIR PEÇA PARA REPOSIÇÃO. MARCA: FIAT	UN	01	102.099,00	102.099,00

Valor: R\$ 102.099,00 (Cento e dois mil e noventa e nove reais).

Vigência: 31/12/2023

CONTRATO Nº 61/2023

Publicação Nº 5053571

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 61/2023

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2023

CONCESSIONÁRIO: LEODEMIR ANTUNES MACHADO

Objeto: CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO E EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO GINÁSIO DE ESPORTES AQUILINO GOLO DO BAIRRO FLORESTA II, DO GINÁSIO DE ESPORTES JOÃO FERRO LOCALIZADO NA COMUNIDADE RONCADOR E DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES CECELTAS - CENTRO ESPORTIVO E CAMPO MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS/SC.

Item: 3 GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES CECELTAS - CENTRO ESPORTIVO E CAMPO MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS/SC.

Valor: R\$ 1.650,00 (Um mil seiscentos e cinquenta reais). Mensalmente

Vigência: 07/08/2024.

CONTRATO Nº 62/2023

Publicação Nº 5053608

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 62/2023

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2023

CONCESSIONÁRIO: ADÃO PAGESKI

Objeto: CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO E EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO GINÁSIO DE ESPORTES AQUILINO GOLO DO BAIRRO FLORESTA II, DO GINÁSIO DE ESPORTES JOÃO FERRO LOCALIZADO NA COMUNIDADE RONCADOR E DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES CECELTAS - CENTRO ESPORTIVO E CAMPO MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS/SC.

Item: 1 GINÁSIO DE ESPORTES AQUILINO GOLO DO BAIRRO FLORESTA II.

Valor: R\$ 160,00 (Cento e sessenta reais). Mensalmente.

Vigência: 07/08/2024.

Corupá

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 047/2023

Publicação Nº 5053634

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9BD018D8AB16F94039B4080A8F507F114F3B46E0



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Rua Francisco Mees, nº 1915 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000

Corupá –SC <https://corupa.atende.net> e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2023
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2023****1. OBJETO:**

O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS PARA PREMIAÇÃO EM EVENTO COMEMORATIVO AOS 10 ANOS DE INSTALAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA NA REGIÃO, DE ACORDO COM A REQUISIÇÃO Nº 269/2023.

2. JUSTIFICATIVA:

Considerando o evento comemorativo aos 10 anos de instalação do CBMSC na Região;
Considerando que Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina na Região realiza trabalho de atividades técnicas de prevenção contra sinistros;
Considerando que o trabalho é de extrema importância para a população;
Isto posto, faz-se necessário aquisição para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina na Região.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL:

Como regra, as aquisições/contratações feitas pelo Poder Público devem se submeter ao devido processo licitatório, atendendo os ditames da Constituição Federal e da Lei n. 8666/93, permitindo que os fornecedores interessados concorram em linha de igualdade de condições, visando realizar a contratação que seja mais benéfica à Administração Pública.

Contudo, é possível a realização de contratação direta – por inexigibilidade (art. 25) ou dispensa (art. 24) – nas hipóteses expressamente autorizadas pela Lei de Licitações.

Nestes termos, cumpre salientar que todos os casos de **DISPENSA** estão taxativamente elencados no art. 24 e incisos do referido diploma legal e suas posteriores alterações, não admitindo, situações não descritas no texto legal.

O caso específico merece acolhimento, já que o pedido está plenamente respaldado no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, uma vez que a aquisição do objeto deste processo de Dispensa de Licitação atende as necessidades da municipalidade, vejamos:

Art.24. É dispensável a licitação:

[...]

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Sendo assim, como se vê, a lei autoriza a contratação direta, quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório, desde que, por óbvio, preenchidos os demais requisitos legais, **como in casu**.

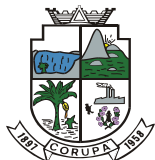
4. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão próprios da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para o exercício de 2023, conforme Requisição n. 269/2023.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura para o ano de 2023, sendo:

Órgão	07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Unidade	004 - CONVÊNIO BOMBEIROS MILITAR



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Rua Francisco Mees, nº 1915 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000

Corupá –SC <https://corupa.atende.net> e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br

Projeto Atividade	2066 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO BOMBEIROS MILITAR
Vínculo	150070000004 - Taxa Bombeiro
Subelemento	3339031990000000000 - Outras premiações
Cód. Desp	254

6. PREÇO E JUSTIFICATIVA:

6.1 O valor global ajustado com empresa **CLEUSA DO NASCIMENTO GOULART**, inscrito no CNPJ sob n. 15.186.477/0001-80, com sede na Rod. Januário Manoel Borges, nº 240, Bairro Boa Esperança, no município de Sombrio- SC, CEP 88.960-000, é de R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais), sendo 40 troféus de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) cada e 50 troféus de R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) cada.

6.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

6.3 Conforme se desprende das cotações com os fornecedores, o valor é o praticado no mercado.

7. RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO:

7.1 A escolha desta Administração Municipal para a contratação direta com **CLEUSA DO NASCIMENTO GOULART**, inscrito no CNPJ sob n. 15.186.477/0001-80, se justifica pelo fato de que dentre os fornecedores cotados, foi o que apresentou a menor cotação para o objeto e que detém regularidade de conformidade com a Lei n. 8.666/1993, conforme documentação anexa.

8. COMUNICAÇÃO:

Assim sendo atendido o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de forma a cumprir o disposto no art. 26 da mesma lei, apresentamos a presente **JUSTIFICATIVA** para ratificação.

Corupá/SC, 11 de agosto de 2023.

Assinam abaixo os membros da COMISSÃO PARA PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS designados pela Portaria n.º 7.172/2022:

LÍDIA ROSA VEECK**CRISTIANE GARCIA MAURISSENS****ZAIRA CAROLINE MAAS ROWEDER**

EXTRATO DO CONTRATO 038/2023

Publicação Nº 5053271

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 10830286A268E78BA18B1FE0577EA4CBE38065FE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 016/2023
CREDENCIAMENTO Nº 008/2023
CONTRATO Nº 038/2023
OBJETO DA CONTRATAÇÃO:
O objeto do presente contrato **NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PSIQUIATRIA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR**, conforme especificações neste Contrato, no Edital, Termo de Referência e anexos.
CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, localizado na Rua Francisco Mees, nº. 1915, Bairro XV De Novembro, no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000
CONTRATADO:
MEDICANDO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.474.357/0001-81, estabelecida na Avenida Manoel M. Oliveira, nº 187, Bairro Jardim Maria Da Gloria, Município de Aracoiaba Da Serra, CEP 18.190-000, Estado de São Paulo.
DO VALOR:
O valor estabelecido no contrato é de R\$ 87.168,00 (oitenta e sete mil cento e sessenta e oito reais).
A remuneração dos serviços se dará pelos valores fixados na tabela abaixo:

ESPECIALIDADE	CÓDIGO PROCEDIMENTO	VALOR SUS	VALOR COMPLEMENTO	VALOR TOTAL	PREVISÃO DE QUANTIDADES POR MÊS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (PSIQUIATRIA)	03.01.01.007-2	R\$10,00	R\$171,60	R\$181,60	80

DA VIGÊNCIA:
O prazo de vigência **é de 12 (doze) meses**, tendo por termo inicial a data de sua assinatura, **podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, mediante termo aditivo, limitado em 60 (sessenta) meses.**
Data da Assinatura: 11/08/2023
Data da Vigência: 11/08/2024
CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL E.E

EXTRATO DO CONTRATO 039/2023

Publicação Nº 5053273

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 404CA03E40295F4F41B386A7F75E1DA24AEC3D56

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 016/2023
CREDENCIAMENTO Nº 008/2023
CONTRATO Nº 039/2023
OBJETO DA CONTRATAÇÃO:
O objeto do presente contrato **NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PSQUIATRIA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR**, conforme especificações neste Contrato, no Edital, Termo de Referência e anexos.
CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o no 83.102.467/0001-70, localizado na Rua Francisco Mees, nº. 1915, Bairro XV De Novembro, no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000
CONTRATADO:
GALASTRI E KROIN PSQUIATRIA PSICOTERAPIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.323.083/0001-76, estabelecida na Rua Amazonas, nº 227, Bairro Centro, Município de Jaraguá Do Sul, CEP 89.253-030, Estado de Santa Catarina.
DO VALOR:
O valor estabelecido no contrato é de R\$ 87.168,00 (oitenta e sete mil cento e sessenta e oito reais).
A remuneração dos serviços se dará pelos valores fixados na tabela abaixo:

ESPECIALIDADE	CÓDIGO PROCEDIMENTO	VALOR SUS	VALOR COMPLEMENTO	VALOR TOTAL	PREVISÃO DE QUANTIDADES POR MÊS
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (PSQUIATRIA)	03.01.01.007-2	R\$10,00	R\$171,60	R\$181,60	80

DA VIGÊNCIA:
O prazo de vigência **é de 12 (doze) meses**, tendo por termo inicial a data de sua assinatura, **podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses**, mediante termo aditivo, limitado em **60 (sessenta) meses**.
Data da Assinatura:11/08/2023
Data da Vigência: 11/08/2024
CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL E.E

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 047/2023

Publicação Nº 5053641

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B2855DEDC A528189546C8AF30311773E235663E8



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Rua Francisco Mees, nº 1915 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000

Corupá –SC <https://corupa.atende.net> e-mail: licitacao@corupa.sc.gov.br**TERMO DE RATIFICAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2023**

Trata-se de **AQUISIÇÃO DE TROFÉUS PARA PREMIAÇÃO EM EVENTO COMEMORATIVO AOS 10 ANOS DE INSTALAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA NA REGIÃO, DE ACORDO COM A REQUISIÇÃO N.º 269/2023.**

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a contratação da empresa **CLEUSA DO NASCIMENTO GOULART**, inscrito no CNPJ sob n. 15.186.477/0001-80, com sede na Rod. Januário Manoel Borges, nº 240, Bairro Boa Esperança, no município de Sombrio- SC, CEP 88.960-000, no valor de R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais), sendo 40 troféus de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) cada e 50 troféus de R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) cada.

Conforme realização do certame licitatório na Modalidade **Dispensa de Licitação n.º 047/2023**, com respaldo legal nos termos do caput do **artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993** consolidada, observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Corupá/SC, 11 de agosto de 2023.

CLAUDIO FINTA
Prefeito Municipal de Corupá E.E

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 111, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054361

DECRETO Nº 111, de 11 de Agosto de 2023.

“DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE ALVARÁS DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas pelo Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o prazo de validade de 01 (um) ano do licenciamento de obras, conforme dispõe o artigo nº 11 da Lei Municipal 1.200/1985, e por não terem sido iniciadas as obras, conforme vistoria do Setor de Tributação:

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o Alvará de Licença de Construção nº 077/2017, emitido em 20 de dezembro de 2017, em nome de Evaldo Altreider – CPF: 384.***.***-87.

Art. 2º. Fica cancelado o Alvará de Licença de Construção nº 157/2019, emitido em 10 de setembro de 2019, em nome de Rubens Arno Mattheis – CPF: 460.***.***-97.

Art. 3º. Fica cancelado o Alvará de Licença de Construção nº 035/2018, emitido em 03 de maio de 2018, em nome de Cristine Jahnel Trento – CPF: 004.***.***-10.

Art. 4º. Fica cancelado o Alvará de Licença de Construção nº 130/2018, emitido em 06 de novembro de 2018, em nome de José Paulinho da Costa – CPF: 991.***.***-10.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 11 de agosto de 2023.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

LIANE PAGOTTO PASCUALOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 112, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054819

DECRETO Nº 112, de 11 de agosto de 2023.

APROVA DESDOBRO DE LOTE URBANO Nº (01), DA QUADRA Nº (08), DO LOTEAMENTO “PILZ”, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE CUNHA PORÃ.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Decreto nº 064 de 21 de junho de 2018 que regulamenta o § 2º do Art. nº 38 da Lei 1.059, de 23 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei 2.558, de 12 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o DESDOBRO de Lote Urbano nº (01), da Quadra nº (08), com área de 790,58 m² (setecentos e noventa metros e cinquenta e oito décimos quadrados), sem edificações, localizado no lado “PAR” da Rua Willi de Walle, distante 40,0 metros da esquina formada pela Rua Benjamin Constant, objeto da matrícula nº 7.762 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cunha Porã, propriedade de IVETE SANTINA CASAROTTO, inscrita no CPF sob o nº 037.***.***-66, conforme trabalho técnico elaborado pela profissional Engenheira Civil Endriana Kischner Cavalheiro, CREA/SC 071.958-7, ART nº 8788645-5, em duas partes: a primeira denominada Lote Urbano nº 01A, da Quadra nº 08, do Loteamento “Pilz”, com a área de 364,00 m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados), e a segunda Lote Urbano nº 01B, da Quadra nº 08, do Loteamento “Pilz”, com a área de 426,58 m² (quatrocentos e vinte e seis metros e cinquenta e oito décimos quadrados), cuja descrição passa a ser:

I - LOTE URBANO Nº (01A), DA QUADRA Nº (08), DO LOTEAMENTO "PILZ", situado nesta Cidade, Município e Comarca de Cunha Porã, com a área de 364,00 m² (trezentos e sessenta e quatro metros quadrados), sem edificações. Dito imóvel está localizado no lado "PAR" da Rua Willi de Walle, distante 40,0 metros da esquina formada pela Rua Benjamin Constant, CONFRONTANDO: - AO NORTE: com matrícula 7.769 correspondentes a parte do lote urbano nº 08, da quadra nº 08 de Alfredo Bruno Pilz e Cia Ltda, na extensão de 10,00 metros; com a matrícula nº 7.770, correspondente ao lote urbano nº 09, da quadra nº 08, de Alfredo Bruno Pilz e Cia Ltda na extensão de 4,00 metros; - AO SUL: com Rua Willi de Walle, na extensão de 14,00 metros; - AO LESTE: com matrícula 7.762 correspondentes ao Lote Urbano 01B, da quadra nº 08, de Ivete Santana Casarotto, na extensão de 26,00 metros; - AO OESTE: com a matrícula nº 7.763, correspondente ao lote urbano nº 02, da quadra nº 08 de Aline Richter Scheidt, na extensão de 26,00 metros. Cadastro Municipal de Cunha Porã nº 7040801-0.

II - LOTE URBANO Nº (01B), DA QUADRA Nº (08), DO LOTEAMENTO "PILZ", situado nesta Cidade, Município e Comarca de Cunha Porã, com a área de 426,58 m² (quatrocentos e vinte e seis metros e cinquenta e oito décimos quadrados), sem edificações. Dito imóvel está localizado no lado "PAR" da Rua Willi de Walle, distante 54,0 metros da esquina formada pela Rua Benjamin Constant, CONFRONTANDO: - AO NORTE: com a matrícula nº 7.770, correspondente ao lote urbano nº 09 da quadra nº 08, de Alfredo Bruno Pilz e Cia Ltda na extensão de 8,00 metros; e com a matrícula 7.771, correspondente ao lote urbano nº 10, da quadra nº 08 de Patrick Hubner, na extensão de 11,03 metros; - AO SUL: com Rua Willi de Walle, na extensão de 13,78 metros; - AO LESTE: com matrícula 7.095 correspondentes a parte maior da chácara rural nº 30 de Helwin Waldin Gressler e Traudi Dulci Gressler, Nestor Vilmar Mattheis, Nerci Isoldi Mattheis, Rubens Arno Mattheis, Nilve Ires Schumann, Isônia Nelda Mattheis Knak e Marlene Inga Mattheis, na extensão de 26,54 metros; - AO OESTE: com a matrícula nº 7.762, correspondente ao lote urbano nº 1A, da quadra nº 08 de Ivete Santana Casarotto, na extensão de 26,00 metros. Cadastro Municipal de Cunha Porã nº 70408011-0.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 089, de 26 de junho de 2023.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete da Prefeita, 11 de agosto de 2023.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

LIANE PAGOTTO PASCUALOTTO
Secretária de Administração e Fazenda

LEI Nº 2981, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051833

LEI Nº 2.981, de 11 de agosto de 2023.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022/2025, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2023, CRIA CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a inclusão no PPA – Plano Plurianual de vigência 2022 a 2025 (Lei nº 2.899/2021) o seguinte Projeto/Atividade conforme fica demonstrado no Quadro I abaixo:

Quadro I

Órgão... - 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade. Orçamentária. - 01.01 CAMARA DE VEREADORES

Projeto/Atividade 01.001.0001.0031.0001xxxx – Procuradoria da Mulher

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1000100 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1000100 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Fica autorizada a inclusão na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 (Lei nº 2.949/2022) o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão... - 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade. Orçamentária. - 01.01 CAMARA DE VEREADORES

Projeto/Atividade 01.001.0001.0031.0001xxxx – Procuradoria da Mulher

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1000100 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1000100 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 3º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial na LOA – Lei Orçamentária Anual de 2023 (Lei nº 2.954/2022), no seguinte Projeto/Atividade:

Órgão... - 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade. Orçamentária. - 01.01 CAMARA DE VEREADORES

Projeto/Atividade 01.001.0001.0031.0001xxxx – Procuradoria da Mulher

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1000100 – Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1000100 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 4º. Os recursos orçamentários para a abertura do Crédito Especial descrito no Art. 3º são provenientes da redução da dotação de rubrica no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme descrito no Quadro II a seguir:

Quadro II

Órgão... - 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade. Orçamentária. - 01.01 CAMARA DE VEREADORES

Projeto/Atividade 01.001.0001.0031.0001.2001 – Manutenção das Ações do Poder Legislativo

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1000100 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cunha Porã SC, 11 de agosto de 2023.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 318, DE 08 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052324

PORTARIANº 318, de 08 de Agosto de 2023.

NOMEAR EDSON ELIAS MAYER PARA DESENVOLVER AS FUNÇÕES DO CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Cunha Porã no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Complementar Federal Nº 123/2006 no seu Art. 85-A, e a Lei Municipal que regulamenta o Tratamento Diferenciado e Favorecido as Micro e Pequena Empresa e ao Empreendedor Individual Nº 2.824/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr(a). Edson Elias Mayer como Agente Municipal de Desenvolvimento do Município de Cunha Porã.

Art.2º - O Agente Municipal de Desenvolvimento e parte indispensável para a efetivação no município da IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, que tem com objetivo a promoção, coordenação e desenvolvimento de ações de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedor Individual – Lei Complementar Federal Nº123/2006 e Nº128/2008, resultado da parceria entre as prefeituras municipais do Estado de Santa Catarina e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC.

Art. 3º - Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

- Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
- Manter registro organizado de todas as suas atividades; e
- Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 08 de Agosto de 2023.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 322, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054278

PORTARIANº 322, de 11 de Agosto de 2023.

EXONERA GUSTAVO LUIZ NASCIMENTO DAS FUNÇÕES DO CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido em 10 de Agosto de 2023, GUSTAVO LUIZ DO NASCIMENTO, das funções do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, conforme portaria 004/2022, com carga horária de 40 horas semanais, com Lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura ;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 11 de Agosto de 2023.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 323, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054284

PORTARIANº 323, de 11 de Agosto de 2023.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL ANDRE SIMONETTO CAVALHEIRO.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 14 de Agosto de 2023 até 02 de Setembro de 2023 ao servidor Municipal ANDRE SIMONETTO CAVALHEIRO, matrícula 36420-02, Controlador Interno, com lotação no Sistema de Controle Interno, referente ao período aquisitivo de 12.02.2022 a 11.02.2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 11 de Agosto de 2023.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2023

Publicação Nº 5054389

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 58BA6D611838A050181BF6FA520D779DB14A4B96

Tipo de Licitação: Menor Preço por Item

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, torna público, para quem interessar possa, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, do tipo Menor Preço Por Item, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal 5338/2020 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas respectivas alterações e legislação aplicável, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 426/2020, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS DE PRIMEIRA LINHA, PARA REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS MOTONIVELADORAS, DE USO EM ESTRADAS VICINAIS. CONFORME TMO DE REFERENCIA E ANEXO 1 DESTE EDITAL. Sendo que a proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 28/08/2023

HORÁRIO LIMITE: até 13h15 min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 28/08/2023

HORÁRIO: às 13h16min.

Curitibanos, 10 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 154/2023

Publicação Nº 5054362

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 154/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1FF056212D80514BDD42A917403B847A0130AE2F

O Município de Curitibanos (SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei Nº. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Por Item, regime de execução é empreitada Global regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY NO BAIRRO BOM JESUS. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 30/08/2023, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 30/08/2023, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

PORTARIA 923/2023 - CURITIBANOS

Publicação Nº 5052130

PORTARIA Nº 923/2023

PRORROGA PRAZO DE LICENÇA DE SERVIDOR MUNICIPAL

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos.

RESOLVE

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de licença para tratamento de saúde concedido, ao servidor Ademir Maciel de Souza, matrícula nº 1239677 no período de 08/08/2023 à 10/09/2023, conforme laudo médico firmado pela junta médica oficial arquivado nesta Prefeitura, na forma disposta pelo artigo 74 da Lei Complementar nº 026/2002.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de agosto de 2023

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Andressa Boscari de Farias
Secretária Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA 924/2023 - CURITIBANOS

Publicação Nº 5052131

PORTARIA N. 924/2023

Designa membros da comissão para seleção e julgamento de bandas musicais, grupos, duplas e/ou conjuntos musicais para participação de apresentações, eventos e ações realizadas pelo Município de Curitiba conforme consta do Edital de licitação na modalidade de concurso n. 09/2023.

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma disposta pelo art. 6º da lei n. 6.813/2023,

RESOLVE

Art. 1º. Ficam designados os membros abaixo para compor a Comissão de seleção e julgamento de músicos, bandas musicais, grupos, duplas e/conjuntos para participação de apresentações, eventos e ações realizadas pelo Município de Curitiba, durante a etapa eliminatória, e formação da lista dos 20 (vinte) finalistas selecionados, conforme concurso do Edital de licitação n. 09/2023 e na forma do art. 6º da Lei 6.813/2023:

- I – Tanner Gindri Pinheiro – representante da Secretaria de Educação e cultura;
- II – Cesar Tadeu de Almeida – representante do Mercado Público municipal;
- III – Lucimara Aparecida Beletto, representante da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º. A Comissão julgadora selecionará cinte finalistas que promoverão sua apresentação conforme cronograma da administração Municipal.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e tres na portaria da Prefeitura Municipal.

Andressa Boscari de Farias
Secretária de Educação e Cultura

PORTARIA 925/2023 - CURITIBANOS

Publicação Nº 5052132

**PORTARIA Nº 925/2023
ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR MUNICIPAL.**

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

RESOLVE

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da servidora Lisiane Aparecida de Souza, matrícula nº 12409797, ocupante do cargo de Professora Séries Inicial, junto a Secretária Municipal de Educação e Cultura, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, pelo período de 04/08/2023 à 20/09/2023 na forma do que autoriza o art. 39 da Lei Complementar nº 192/2017, com a consequente adequação de sua remuneração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Andressa Boscari de Farias
Secretária Municipal de Educação e Cultura

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 150/2023

Publicação Nº 5052971

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AA548A1E1021CC16AF6037AD6DE79DC9370A1B35

REPUBLICAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 150/2023

1. PREÂMBULO

O Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo MAIOR OFERTA POR ITEM, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94, e art. 105 da Lei Orgânica, e suas modificações, pelas disposições contidas no presente Edital e legislação aplicável, para escolha de concessionário para concessão de uso de bem imóvel para exploração comercial e de prestação de serviços de posto de abastecimento de combustível para aeronaves, anexo ao Aeroporto Municipal Lauro Antônio da Costa, do município de Curitiba – SC.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação e a proposta técnica dos interessados, dar-se-á até às 13h30min do dia 14 de setembro de 2023, no Setor de Protocolo de Licitações, situado no segundo andar da Prefeitura. A abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO terá início às 14h00min do dia 14 de setembro de 2023, na Sala de Licitações de Curitiba, localizada no segundo andar da Prefeitura.

Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/1993, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do Anexo “VIII” deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas técnicas das proponentes habilitadas.

A presente Concorrência tem por fundamentos os artigos 30, V e 175, da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações, assim como pelas Leis Federais nº 8.987, de 23 de fevereiro de 1995 e nº 9.074, de 07 de julho de 1995, pelas disposições contidas no presente Edital e legislação aplicável, para escolha de concessionário para uso espaço público.

Curitiba, 08 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL DA CLASSIFICATÓRIA DAS BANDAS E/OU GRUPOS/DUPLAS DO EDITAL 009/2023 – SMEC/ MERCADO PÚBLICO

Publicação Nº 5054366

RESULTADO FINAL DA CLASSIFICATÓRIA DAS BANDAS E/OU GRUPOS/DUPLAS DO EDITAL 009/2023 – SMEC/MERCADO PÚBLICO
SELECIONADAS PELA COMISSÃO FORMADA NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 924/2023

ORD	NOME	1	2	3	PONTOS
01	ACÚSTICO 4R	8	10	10	28
02	CHUCK	10	8	9	27
03	GUSTAVO CAVALHEIRO DA SILVA	8	10	9	27
04	IGOR & CEZAR	7	10	9	26
05	BATISTA DE SENNA	8	9	8	25

06	MANO. PROJETO MUSICAL OLHO AZUL	8	8	8	24
07	KAUÃ E OS FILHOS DO CONTESTADO	7	9	8	24
08	ABI MUSICALSHOW	7	9	8	24
09	CARLINHOS DA GUITARRA	7	10	7	24
10	MUSICAL POP SOM	7	8	8	23
11	BE DELAS	6	8	8	22
12	ESTEVÃO PENTEADO	6	7	9	22
13	CONSCIÊNCIA UNI-VERSOS	6	7	8	21
14	LARISSA E MARIA	6	6	8	20
15	CLAUDELINO DA LUZ ROSA	8	6	6	20

1. PALCO 2. HARMONIA 3. AFINAÇÃO

Curitibanos, 11/08/2023

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 36/2023

Publicação Nº 5053578

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 49496829CD4CC981953B32243318B7BAD5DE3524

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 36/2023

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, do município de Curitiba – SC, CNPJ nº 83.754.044/0001-34, representado neste ato pela Secretário Municipal de Saúde, Sr. Roque Stangerlin, doravante denominado simplesmente de Fundo:

- Considerando, a necessidade de contratar, de forma complementar, serviços de assistência à saúde (artigo 24, da Lei nº 8.080/90), no município de Curitiba;
- Considerando, o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla;
- Considerando, a Lei nº 8.666, de 21/06/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Considerando a Portaria MS/GM nº. 1.034, de 5 de maio de 2010 que prevê a complementaridade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seus Art. 3º e 6º;

Promove **Edital de Credenciamento** com o intuito de contratação de entidades Privadas, Filantrópicas com ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, sediadas no município de Curitiba, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, sob a regulamentação que segue:

1 – DO OBJETO

1. - O objeto deste Edital é:

2.

CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS OU FILANTRÓPICAS, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, SEDIADAS NO MUNICÍPIO OU COM SEDE DISTANTE A ATÉ UM RAIO DE 200 KM DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, INTERESSADAS EM PARTICIPAR DE FORMA COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. PARA REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONFORME IDENTIFICAÇÃO QUE SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO	VALOR UNITÁRIO R\$	TETO DE CONSUMO ANUAL R\$
1	Consulta/Atendimento de Fonoaudiologia		250.000,00
1.1	Consulta de Fonoaudiologia	75,00	
1.2	Terapia ABA (Análise do comportamento Aplicada) para autistas.	75,00	
1.3	Terapia Dever	75,00	
2	Consulta Médica de Especialista		100.000,00

2.1	Consulta Médica de Especialista na Área de Reumatologia	155,00	
3	Procedimento Clínico (no valor está incluso o consumo de materiais e estrutura apropriada para o procedimento)		100.000,00
3.1	Infiltração periarticular/intraarticular	250,00	
3.2	Sessão de Fisioterapia domiciliar (Exclusivo para pacientes com impossibilidade de locomoção)	92,00	

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Serão admitidas a participar deste procedimento, as empresas de comprovada capacidade técnica e estabelecidas conforme as normas legais aplicadas à espécie para os fins do objeto referido no presente Edital.

2.2 – Será vedada a participação de empresas quando:

- a. Constituídas na forma de consórcio;
- b. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública federal, estadual, municipal ou que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração pública acima referida;
- c. Detenha objeto social diverso do deste Edital.

3 – CONDIÇÕES PARA ADESÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 – Para o Credenciamento dos interessados, instalados dentro da área de abrangência do município, deverão apresentar a seguinte documentação:

3.2 - Quanto à qualificação jurídica:

- a. registro comercial, no caso de empresa individual;
- b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c. documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d. decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- e. Certificado de Registro Cadastral fornecido pelo Município;
- f. Ficha CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – da Empresa.

3.3 - Quanto à regularidade fiscal:

- a. Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- b. Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.)

(emitida pela Caixa Econômica Federal);

c. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda.

d. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal através de Certidão (CND) expedida pela Fazenda do município.

e. Certidão Negativa de Débitos (CND) Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho.

3.4 - Quando a qualificação técnica:

a) carta de apresentação onde conste a razão social da empresa, o local, telefone e e-mail para contato, devendo conter, nesta carta, o nome e a assinatura do responsável pelo Contrato, conforme modelo do anexo II deste edital;

b) relação dos serviços que se propõe a realizar, de acordo com os itens constantes do Objeto, Cláusula Primeira deste Edital, contendo número, a descrição e o valor do item;

c) o interessado deverá apresentar a abertura de agenda mensal informando os dias e horários disponíveis para agendamento dos atendimentos a que se propôs a realizar, o Fundo fará este agendamento e transmitirá a agenda ao credenciado no início de cada período mensal;

d) relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica responsável pela execução dos serviços, anexando cópia dos diplomas e títulos de especialidade e cópia dos registros profissionais nos respectivos Conselhos, quando houver;

e) Cópia da Licença Sanitária, em vigência;

3.5 - Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

4 – DOS VALORES E CRITÉRIO DE REAJUSTE

4.1 - O preço referente à prestação dos serviços que compõem o objeto deste edital, serão aqueles apresentados na relação/tabela que constam no item 01. Os reajustes poderão ocorrer somente mediante deliberação e aprovação do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, observando índices de correção oficiais.

5 – VIGÊNCIA E PRAZO PARA CREDENCIAMENTO

5.1 – Os interessados terão todo o prazo de vigência do Edital, que poderá ser de até de cinco anos, para credenciarem-se objetivando contratar com o Fundo Municipal de Saúde, e o prazo inicia-se a partir da data de publicação do resumo deste edital em Diário Oficial Eletrônico dos Municípios ou site oficial.

5.2 – Estarão credenciados a realizar os serviços objetos deste Edital as empresas ou profissionais que apresentarem corretamente a documentação exigida, observando ainda os termos e limites contratados.

6 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS RESPONSABILIDADES

6.1 – Os a execução dos serviços serão na sua totalidade gerenciados e controlados através do Sistema Nacional de Regulação de Santa Catarina – SISREG.

6.2 – Os serviços contratados serão prestados através dos profissionais do estabelecimento credenciado apresentados na documentação para credenciamento, devidamente qualificados tecnicamente;

6.3 – A documentação inerente aos atendimentos deverá ser entregue no Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, devendo conter anexas cópias das Autorizações emitidas pelo Fundo para a realização do respectivo atendimento, bem como, relatório que contenha todas as informações conforme modelo apresentado no anexo III deste edital, a fim de certificação da realização dos atendimentos para posterior emissão de documentos fiscais relativa aos atendimentos.

6.3.1 – A documentação acima descrita deverá ser apresentada em até 10 dias após o período

mensal de realização dos atendimentos.

6.3.2 – As Notas Fiscais relativas aos atendimentos do período deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde em até 5 dias após a aprovação da documentação descrita no item 6.3.

6.4 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do credenciamento;

6.5 – O pagamento será efetuado até o final do mês subsequente ao da realização dos serviços, sem que haja incidência de juros ou correção monetária, mediante apresentação tempestiva da documentação exigida.

6.6 – O contratado não poderá cobrar do paciente ou de seu responsável, qualquer complementação de valores dos serviços prestados;

6.7 – É de responsabilidade exclusiva e integral do Contratado a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Fundo;

6.8 – Os encaminhamentos de pacientes aos atendimentos serão realizados sempre no início do período mensal, e estes deverão ser atendidos até o final do mesmo período pelo credenciado.

6.9 – O interessado poderá encaminhar representante para a participação em treinamentos promovidos para capacita-los a operar o SISREG;

6.10 – São obrigações diárias da entidades credenciadas:

6.10.1 – Ler a tela inicial de avisos do SISREG;

6.10.2 – Consultar as agendas e operacionalizar os atendimentos;

6.10.3 – Realizar no prazo de 72 horas a confirmação dos procedimentos, por meio do nº chave do sistema SISREG;

6.10.4 – Registrar a falta dos pacientes no sistema SISREG;

6.10.5 – Elaborar mensalmente o relatório de faltosos por serviço de saúde, e encaminhá-lo para a área de controle e avaliação;

6.11 – Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos de contrato de prestação de serviços na forma da minuta de Contrato que faz parte deste Edital. (ANEXO I).

7 – DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

7.1 – São motivos para descredenciamento da empresa credenciada:

a) falta de manutenção dos documentos habilitação, quando exigido, nos termos deste instrumento;

b) a prática de ato irregular ou a omissão na prestação do serviço conforme o estabelecido neste Edital;

c) cobrança extra do serviço (item 6.5 do Edital);

d) avaliação insuficiente dos usuários do serviço.

e) avaliação insuficiente da Equipe de Controle e Avaliação – ECA do município.

8 – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 – Os Contratos decorrentes do presente Edital poderão ser rescindidos, independentemente de qualquer notificação judicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, poderá submeter o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração pública pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 20% (vinte por cento) do valor contratado.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2023 e seguintes e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão	06 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	06.01 – Fundo Municipal de Saúde
Elemento	3.3.90.39.50 – Serviços Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratorial
Elemento	3.3.90.36.30 – Serviços Médicos e Odontológicos

11 – DO FORO

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar do Contrato decorrente deste Edital de Chamada Pública, fica eleito o foro de Curitiba, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12 – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

12.1 – Aplicam-se a execução deste instrumento e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

12.2 – Outras informações poderão ser obtidas junto ao Fundo Municipal de Saúde, sito à Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Setor de Licitações. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de agosto de 2023.

Roque Stanguerlin
Secretário Municipal de Saúde

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente Edital cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal N° 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 09 de agosto de 2023.

Herlon Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO**CONTRATO Nº XX/202X**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, do município de Curitibanos – SC, CNPJ nº 83.754.044/0001-34, representado neste ato pela Secretário Municipal de Saúde, Sr. Roque Stanguerlin, doravante denominado FUNDO e, de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica/física de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ/CPF sob o nº [...], doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 1.034, de 05/05/2010, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Credenciamento nº 36/2023; **RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO** de prestação de serviços de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde – SUS mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto deste Contrato é:

CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS OU FILANTRÓPICAS, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, SEDIADAS NO MUNICÍPIO OU COM SEDE DISTANTE A ATÉ UM RAIO DE 200 KM DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, INTERESSADAS EM PARTICIPAR DE FORMA COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RELAÇÃO DE ITENS QUE COMPÕEM A CARTA DE APRESENTAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços objeto do presente contrato serão prestados no [...local e horário indicado na carta de apresentação....], para atendimento dos pacientes encaminhados pelo FUNDO devidamente autorizados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 – O pagamento será efetuado até o final do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante a apresentação de toda a documentação exigida.

§1º - A documentação inerente os serviços objeto deste contrato deverá ser entregue no FUNDO, devendo conter anexas as Autorizações do FUNDO para a realização do respectivo serviço, comprovantes de atendimento carimbados e assinados pelo profissional, bem como, relatório de acordo com o padrão estabelecido pelo FUNDO.

§2º - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do credenciamento.

§3º - A contratada não poderá cobrar do paciente ou seu responsável, qualquer complementação de valores pagos pelos serviços prestados nos termos desse contrato.

§4º - O pagamento será efetuado diretamente na conta corrente informada pela credenciada, após conferência e certificação de realização dos serviços por membro da Equipe de Controle e Avaliação – ECA do município, considerando as retenções tributárias legais.

§5º Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 202X.

Órgão	06 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	06.01 – Fundo Municipal de Saúde
Elemento	3.3.90.39.50 – Serviços Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratorial

CLÁUSULA QUINTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1 – O preço referente à prestação dos serviços que compõem o objeto deste edital, serão aqueles apresentados na relação/tabela que constam no item 01. Os reajustes poderão ocorrer somente mediante deliberação e aprovação do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, observando índices de correção oficiais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS HIPÓTESES DE DESCREDECIMENTO DA CONTRATADA

6.1 – São motivos para descredenciamento da CONTRATADA:

- a) a falta de manutenção dos documentos de habilitação nos termos do Edital;
- b) a prática de ato irregular ou omissão na prestação do serviço especificados neste Edital;
- c) cobrança extra do serviço (item 6.5 do Edital);
- d) avaliação insuficiente dos usuários do serviço;
- e) avaliação insuficiente da Equipe de Controle e Avaliação – ECA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

8.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, poderá submeter a contratada às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o FUNDO pelo prazo de até 2 (dois) anos e multa de até 20% (vinte por cento) do valor contratado.

8.2 - Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único: É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

9.1 – O presente Contrato terá vigência no exercício de 2023. O início da sua execução dar-se-á a partir da assinatura do contrato, com duração até **XX de XXX de 202X**, podendo ser prorrogado conforme autoriza o Artigo 57 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 – A fiscalização deste contrato fica atribuída à Equipe de Controle e Avaliação – ECA do município, devendo a contratada disponibilizar a documentação solicitada e executar as demais instruções da ECA inerentes a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 – Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;
11.2 – Manter sempre atualizado o cadastro do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), informando sempre que houver alterações de ordem estrutura e/ou do quadro funcional;
11.3 – Atender aos pacientes com dignidade e respeito, do modo universal e igualitário, mantendo-o sempre a qualidade da prestação dos serviços;
11.4 – Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, nos termos do inc. XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93.
11.5 – Cumprir as instruções estabelecidas pela ECA – Equipe de Controle e Avaliação do Município.
11.6 – Demais exigências contidas no Edital de Chamada Pública para credenciamento nº 36/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 – É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal capacitado para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o FUNDO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado e complementado pelo edital do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 36/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Curitiba, SC, que é comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias.

Curitiba, de de 202X.

Fundo Municipal de Saúde – FMS

Roque Stangerlin
Presidente do Fundo

Representante Legal
Contratante

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal N°s. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitibanos,

Herlon Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ANEXO II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO**CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO****Nome da Empresa Credenciada**

CNPJ -

Endereço:

Curitibanos – SC 89.520-000

Para realizar os serviços relacionados abaixo e de acordo com o Edital de **CREDENCIAMENTO N° 36/2023**.

1. (Relação dos procedimentos que o credenciando se propõe a realizar conforme Tabela de Procedimentos e Consultas (anexo II), contendo a numeração e a descrição do procedimento.)

Para a realização dos serviços identificados no item 1 acima identificados segue a relação membros que compõem a equipe Técnica:

N° CRM

Nome do Profissional

A(contratada)... se disponibiliza a atender aos pacientes devidamente encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos mediante agendamento prévio, na sua clínica médica, sito a ...(endereço completo), durante o horário(horário de atendimento)....

Curitibanos, data.

_____(Assin. Do Resp. pelo Contrato)_____

Nome da Empresa Credenciada

CNPJ -

Endereço:

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2023

Publicação N° 5053220

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EFC6BA25347FB6F5E45CDDA340DDE25C7F31E1A9

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 5/2023

REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre o INST.PREVIDÊNCIA SOCIAL SERV.PUB.MUNIC.CURITIBANOS - IPESMUC e a empresa INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO QUALIDADE BRASIL, com o valor de R\$ 10.925,00 (dez mil novecentos e vinte e cinco reais).

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO DO PROGRAMA PRÓ GESTÃO, PARA USO DO IPESMUC. NA FORMA DO ARTIGO 24, ICISO II, DA LEI 8.666/93. E CONFORME JUSTIFICATIVA E PARECER JURIDICO ANEXO

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso II da Lei N°. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.
Curitiba, 10 de agosto de 2023.

Orlando Kantovisck Junior
Presidente da Comissão

Fernanda Lazzarini
Membro

Elis Regina Franciosi
Membro

Roberto Carlos da Silva
Membro

Angela de Fatima Menegazzo
Membro

Valmir Venturi
Membro

Rejane Camargo de Souza
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei N°. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso II dou como aprovada.
Curitiba, 10 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.
Curitiba, 10 de agosto de 2023.

ANNA CHRISTINA RIBEIRO
Diretora do Instituto

TERMO DE CONTRATO Nº 108/2023 (SEQ. 10074)

Publicação Nº 5054640

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 789BC91005E17ECCE79909302B3DA3F43FF5C329

TERMO DE CONTRATO Nº 108/2023**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS E TITA UNIFORMES LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Roque Stanguerlin, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, TITA UNIFORMES LTDA com sede em Francisco Beltrão/PR inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 21.642.402/0001-60 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS AOS ALUNOS E PROFESSORES DURANTE A FEIRA MUNICIPAL DO CONHECIMENTO E DEMAIS PROJETOS EDUCACIONAIS NO DECORRER DE 2023 REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CAMISETAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CAMPANHAS DE SAÚDE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DE UNIFORMES PARA USO DOS GRUPOS TRABALHADOS NO CRAS, CONFORME ANEXO I E TERMOS DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto é de 30 (trinta) dias corridos após a solicitação do departamento competente. A vigência é de 01 ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

5 06.001.10.305.8.2026.3.3.90.32.99.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **71/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 14.301,00 (Quatorze mil, trezentos e um Reais) após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **71/2023**.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

- I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;
- II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

- 1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.
- 2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;
- III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;
- III. por via judicial, nos termos da legislação.
- IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº 71/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 11 de agosto de 2023

Roque Stanguerlin
Presidente do Fundo

TITA UNIFORMES LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 109/2023 (SEQ. 10097)

Publicação Nº 5054639

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 44D68CD55BFD768A3EE6553E776025C6D0D8FE15

TERMO DE CONTRATO Nº 109/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM OO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS E TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem oO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Roque Stanguerlin, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA com sede em Curitiba-PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.809.489/0001-47, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 93/2023 têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORA E SERVIÇO DE IMPRESSÃO, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS SECRETARIAS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega será conforme a solicitação do departamento competente. A vigência é de 01 ano a partir da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

15 - 06.001.10.301.8.2028.3.3.90.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 93/2023 conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ **83.596,50 (Oitenta e três mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)**, após a entrega e nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste

CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Roque Stanguerlin

Presidente do Fundo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Contratada

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 15/2023 (SEQ. 485)

Publicação Nº 5054642

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A13ADDF7AF64C4AC0143B74857569F79A43103A1

TERMO DE CONTRATO Nº 15/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM OO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CURITIBANOS E TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sra. Angélica da Silva, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA com sede em Curitiba-PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.809.489/0001-47, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 93/2023 têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORA E SERVIÇO DE IMPRESSÃO, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS SECRETARIAS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega será conforme a solicitação do departamento competente. A vigência é de 01 ano a partir da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

4 - 11.001.16.482.20.2067.3.3.90.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 93/2023 conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ 2.785,00 (**Dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais**), após a entrega e nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Angélica da Silva

Presidente do Fundo

TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 23/2023 (SEQ. 443)

Publicação Nº 5054649

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B266AA6BD166D438001FADBDA4F127F8A87502A5

TERMO DE CONTRATO Nº 23/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CURITIBANOS E TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Fundo Municipal de Cultura de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr.^a Andressa Boscari de Farias doravante denominado de FUNDO e de outro lado, TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA com sede em Curitiba-PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.809.489/0001-47, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 93/2023 têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORA E SERVIÇO DE IMPRESSÃO, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS SECRETARIAS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega será conforme a solicitação do departamento competente. A vigência é de 01 ano a partir da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

5 13.001.13.392.17.2060.3.3.90.40.11 3.3.90.40.01.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 93/2023 conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ **4.374,99 (quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e noventa e nove centavos)**, após a entrega e nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Andressa Boscari de Farias

Presidente do Fundo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Contratada

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 305/2023 (SEQ. 16284)

Publicação Nº 5054644

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D6191C077B84DBA59F15D4AE846F248CB460DE18

TERMO DE CONTRATO Nº 305/2023**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA com sede em Curitiba-PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.809.489/0001-47, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 93/2023 têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORA E SERVIÇO DE IMPRESSÃO, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS SECRETARIAS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega será conforme a solicitação do departamento competente. A vigência é de 01 ano a partir da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

25 - 02.002.4.122.2.2006.3.3.90.00

4 - 02.001.2.62.2.2004.3.3.90.00

2 - 02.001.4.122.2.2003.3.3.90.00

29 - 02.002.4.122.2.2015.3.3.90.00

67 - 02.004.20.606.24.2071.3.3.90.00

77 - 02.005.15.452.18.2061.3.3.90.00

83 - 02.006.4.121.2.2007.3.3.90.00

99 - 02.007.22.661.25.2065.3.3.90.00

112 - 02.008.27.812.29.2073.3.3.90.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 93/2023 conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ **77.710,78 (Setenta e sete mil, setecentos e dez Reais e setenta e oito centavos)**, após a entrega e nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei,

particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

- I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;
- II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

- 1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.
- 2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;
- 3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;
- III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

- I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;
- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;
- III. por via judicial, nos termos da legislação.
- IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA
Contratada

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 306/2023 (SEQ. 16285)

Publicação Nº 5054645

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9663890F92B49B916591339D8214943663E7DDEE

TERMO DE CONTRATO Nº 306/2023**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E STEIN MOVEIS SOB MEDIDA LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, STEIN MOVEIS SOB MEDIDA LTDA com sede em Caçador/SC inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 50.148.288/0001-14 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 127/2023, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA UTILIZAÇÃO NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, ASSESSORIA JURÍDICA, AUDITÓRIO DA PREFEITURA, GALERIA DE PREFEITOS E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a solicitação do departamento competente. A vigência de 75 (setenta e cinco) dias a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

1.500.0000.1000 73-02.005.15.452.18.1019.4.4.90.00 4.4.90.52.42.00.00.00

1.500.0000.1000 19-02.002.4.122.2.1003.4.4.90.00 4.4.90.52.42.00.00.00

1.500.0000.1000 5-02.001.2.62.2.2004.4.4.90.00 4.4.90.52.42.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **127/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 5080,00, após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 127/2023.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste

CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **127/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

STEIN MOVEIS SOB MEDIDA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal N°. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 307/2023 (SEQ. 16287)

Publicação Nº 5054646

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A1054369094A846693E4EE8E492C85EE8B412D40

TERMO DE CONTRATO Nº 307/2023**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba/SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA com sede em Caçador/SC inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 36.160.222/0001-19 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 127/2023, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA UTILIZAÇÃO NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, ASSESSORIA JURÍDICA, AUDITÓRIO DA PREFEITURA, GALERIA DE PREFEITOS E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a solicitação do departamento competente. A vigência de 75 (setenta e cinco) dias a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

1.500.0000.1000 73-02.005.15.452.18.1019.4.4.90.00 4.4.90.52.99.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **127/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 279,50, após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 127/2023.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos,

previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **127/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima Prefeito Municipal	CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA Contratada
--	---

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 308/2023 (SEQ. 16291)

Publicação Nº 5054647

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9C086E16E968EFFB097A228DD7AD3D624610B96E

TERMO DE CONTRATO Nº 308/2023**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA com sede em Caçador/SC inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 36.160.222/0001-19 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 127/2023, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA UTILIZAÇÃO NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, ASSESSORIA JURÍDICA, AUDITÓRIO DA PREFEITURA, GALERIA DE PREFEITOS E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a solicitação do departamento competente. A vigência de 75 (setenta e cinco) dias a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

1.501.0000.0000 25-02.002.4.122.2.2006.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **127/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 14.800,00, após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 127/2023.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos,

TERMO DE CONTRATO Nº 309/2023 (SEQ. 16295)

Publicação Nº 5054648

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 277CD442A66AA97E62C0C62BD8FACFDB984DEF96

TERMO DE CONTRATO Nº 309/2023**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba/SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA com sede em Caçador/SC inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 36.160.222/0001-19 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 127/2023, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA UTILIZAÇÃO NO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, ASSESSORIA JURÍDICA, AUDITÓRIO DA PREFEITURA, GALERIA DE PREFEITOS E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a solicitação do departamento competente. A vigência de 75 (setenta e cinco) dias a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

1.501.0000.0000 25-02.002.4.122.2.2006.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **127/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância total de R\$ 19.200,00, após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 127/2023.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos,

previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **127/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Kleberson Luciano Lima	CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Prefeito Municipal	Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.
Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 4/2023 (SEQ. 120)

Publicação Nº 5053252

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D20397DCA4FF9F3B0293871FDA333C53240B7E85

Contrato nº. **04 /2023**

Norma(s) de referência: Manual do Pró – Gestão RPPS

Por este particular instrumento de contrato de prestação de serviços de certificação, o **INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO QUALIDADE BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 01.659.386/0001-00, sediado na Av. Araguaia n.º 1.544, Ed. Albano Franco, Setor Leste Vila Nova, Goiânia-GO, CEP 74.645-070, doravante denominado ICQ BRASIL, neste ato representado pelo Responsável Legal, Sr. **Gilberto Gomes de Andrade**, e a empresa Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba – IPESMUC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 03.688.948/0001-70, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Curitiba - SC, CEP: 89520-000, doravante denominada CONTRATANTE, aqui representada por sua Diretora Executiva, Sra. Anna Christina Ribeiro, celebram o presente contrato de prestação de serviços de Certificação, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a certificação, pelo ICQ BRASIL, do Programa Pró Gestão - RPPS em conformidade com os requisitos aplicáveis para certificação, para o nível I.

Parágrafo Primeiro - O ciclo de certificação terá validade de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de seu deferimento pelo ICQ BRASIL, desde que cumpridos todos os requisitos da norma de referência pela CONTRATANTE, **podendo ser prorrogado conforme solicitação do IPESMUC.**

Parágrafo Segundo – O certificado será emitido após o deferimento, baseando-se no relatório de auditoria e em possíveis relatórios de não atendimentos, desde que as situações não atendidas sejam devidamente tratadas pela CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – A validade do certificado será de 36 (trinta e seis) meses, **podendo ser prorrogado conforme solicitação do IPESMUC.**

Parágrafo Quarto – A quantidade de dias de auditoria de certificação é definida durante a elaboração da proposta técnica comercial, conforme termo de referência e/ou formulário de solicitação de proposta, enviado pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Caso a CONTRATANTE solicite ao ICQ Brasil mudança de nível da certificação, uma proposta separada será encaminhada para abertura de um novo processo de certificação.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Fornecer ao ICQ BRASIL todos os documentos que compõem o sistema do Pró-gestão RPPS, bem como as condições necessárias e adequadas ao processo de Certificação, indicadas no plano de auditoria apresentado anteriormente à realização da auditoria;
- b) Realizar o preenchimento correto dos formulários do ICQ BRASIL;
- c) Comunicar ao ICQ BRASIL alteração de localidade de sua sede e filiais, modificações introduzidas no sistema Pró-Gestão RPPS, alteração de dados cadastrais, pessoas de contato, período de férias coletivas e demais informações de interesse;
- d) Acatar as condições estabelecidas no Regulamento para Certificação do Sistema Pró Gestão - RPPS, o qual é parte integrante do presente contrato;
- e) Comunicar o ICQ BRASIL, no prazo mínimo de 10 (dez) dias, as alterações nas datas das auditorias já agendadas;

- f) Quando necessário a CONTRATANTE ficará responsável em avisar e agendar com antecedência, junto ao ICQ BRASIL os dias de realização da auditoria de supervisão, dentro do ciclo de validade da certificação ou de recertificação, e de possível adequação ao Programa Pró-Gestão RPPS, sendo que o não cumprimento desta acarretará na realização de uma nova certificação, com os custos daí decorrentes, os quais serão suportados pela CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro – É responsabilidade da CONTRATANTE, custear os valores referentes ao aumento do tempo de auditoria em função de alteração de nível de certificação em fatores de dimensionamento do tempo de auditoria.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do ICQ BRASIL:

- Certificar o sistema de gestão da CONTRATANTE conforme manual do Pró-Gestão RPPS, com pessoal devidamente qualificado, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados;
- Realizar auditoria do Sistema Pró Gestão - RPPS da CONTRATANTE;
- Realizar auditorias de supervisão, quando solicitado, para assegurar que o Sistema Pró Gestão - RPPS permaneça de acordo com os requisitos estabelecidos para a certificação;
- Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

Parágrafo Primeiro – O ICQ BRASIL se obriga a emitir o Certificado atestando que o Sistema de gestão da empresa está de acordo com o manual do Programa Pró Gestão- RPPS.

Parágrafo Segundo – Será cobrado um valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para a emissão da 2ª via do certificado, sendo o mesmo valor para os casos de reenvio do referido documento (correção e reemissão) decorrente de informações incorretas fornecidas pela CONTRATANTE, bem como na hipótese de alterações que impliquem na atualização do certificado, sendo elas: alteração de razão social da CONTRATANTE, endereço, escopo, número de registro no CNPJ e similares, podendo esse valor ser reajustado anualmente.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

O investimento da Certificação conforme Programa Pró-Gestão - RPPS para 01 de ano(s) de contrato, é de **R\$ 10.925,00** (dez mil, novecentos e vinte e cinco reais), conforme especificado à seguir:

Étapas	Nº de H/D's	Valor em R\$
Pré-auditoria documental	2 dias	R\$ 3.300,00
Certificação Presencial	2 dias	R\$ 7625,00
Supervisão		R\$

a) Pagamento:

Será emitida Nota Fiscal de acordo com a realização de cada auditoria, onde será especificado o serviço contrato, o número do processo de compras Dispensa de Licitação nº 5/2023 e número do Contrato de Gestão nº 4/2023;

O pagamento deverá ser realizado por meio de depósito bancário na conta: **(SICREDI) SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO (748), AG.: 3950 C/C.: 54157-5, INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO QUALIDADE BRASIL – ICQ BRASIL** no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal e das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, estando estas com validade.

OBS: O processo de pagamento se dará após a realização da auditoria.

Parágrafo Primeiro – Despesas diversas:

Na proposta financeira está inclusa todas as despesas necessárias para a realização da referida certificação como, por exemplo: despesas de transporte/viagem, hospedagem, alimentação, dentre outras.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá duração até o final do período de validade da Certificação.

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADE SUCESSÓRIA

O presente contrato obriga as partes em todos os seus termos, inclusive eventuais sucessores.

CLÁUSULA SÉTIMA – COMUNICAÇÃO

Durante o processo de Certificação qualquer questionamento ou informação sobre o mesmo deverá ser dirigido às partes por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – USO DAS LOGOMARCAS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATANTE poderá utilizar a logomarca do “**ICQ BRASIL**” em seus impressos e materiais de divulgação, exceto em cartões de visita, embalagens primárias ou nos próprios produtos, desde que, seja encaminhado com antecedência o *layout* para aprovação pelo ICQ BRASIL, demais regras estão descritas no **RC-ULI - Regulamento para Uso de Logomarcas, Certificados e Declaração da Certificação, versão Pertinente**, disponibilizado no site do Instituto (<https://www.icqbrasil.net/>).

Parágrafo Segundo – A logomarca do ICQ BRASIL deverá ser reproduzida exatamente como o fornecido pelo Instituto, não estando autorizadas quaisquer alterações no *layout*, com exceção de seu tamanho e cor, desde que estes obedeçam aos padrões de proporção e escala cromática.

Parágrafo Terceiro– É vedado qualquer uso do Certificado como atestado de adequação do produto, de forma a induzir o consumidor a crer que o produto foi avaliado pelo ICQ BRASIL.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

Estipula-se a multa de 20% (vinte por cento) do valor global deste Contrato, para a parte que se tornar inadimplente na sua execução, bem como pelo descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, e quando rescindido o contrato pela alínea “a” da Cláusula Décima seguinte, sem prejuízo de indenizações decorrentes de perdas e danos.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de atraso no pagamento, o débito será acrescido de multa de 2% (dois por cento) do valor em atraso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, assim como correção monetária fixada pelo INPC ou por outro índice oficial vigente.

Parágrafo Segundo - A CONTRATANTE pagará multa equivalente a 50% do valor total da auditoria que seria realizada, por cada auditoria desmarcada no prazo inferior de 10 (dez) dias contados da data inicialmente acordada.

Parágrafo Terceiro - O indeferimento da certificação não desobriga a CONTRATANTE do pagamento integral dos valores previstos neste contrato, referente à auditoria de certificação ou da auditoria de recertificação, conforme especificado na **CLÁUSULA QUARTA**.

Parágrafo Quarto - A CONTRATANTE terá o processo de certificação cancelado caso realize a auditoria de Recertificação após o prazo estipulado no presente instrumento, conforme Cláusula Segunda, letra "f", e por este motivo não haja tempo hábil para encaminhamento do processo para análise e parecer da Comissão de Certificação, e aprovação da Alta Direção do ICQ BRASIL antes do vencimento do ciclo de certificação.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato será extinto:

- a) por resilição unilateral, em virtude de denúncia de qualquer um dos contratantes, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, aplicando-se a penalidade constante da cláusula nona;
- b) por resilição bilateral, em decorrência de acordo e distrato entre as partes;
- c) na hipótese de recuperação judicial, falência, liquidação extrajudicial ou judicial e dissolução de qualquer uma das partes;
- d) por rescisão, nos casos de inadimplência, quando a parte infratora responderá por eventuais perdas e danos e demais cominações legais;
- e) pelo uso inadequado da Certificação e do Regulamento Manual Pró Gestão - RPP para Certificação;
- f) se houver indeferimento do processo de Certificação pela Comissão de Certificação;
- g) quando a CONTRATANTE não encaminhar ao ICQ BRASIL o tratamento de não-conformidades num prazo máximo de 90 (noventa dias) a partir do recebimento do relatório da auditoria;
- h) pelo cumprimento de todas as obrigações, esgotando-se o seu conteúdo.

Parágrafo Primeiro - Nas hipóteses de "a" a "d", deverão ser honrados os compromissos assumidos até a data da extinção e finalizadas as atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes tratarão todas as informações, a que tiverem acesso, de forma a garantir sua inviolabilidade e confidencialidade.

- I) Eventualmente para verificação de medidas corretivas decorrentes de não atendimentos detectados durante a Auditoria de Certificação.
- II) Qualquer outra auditoria requerida fora das especificações contidas neste Contrato será mediante termo aditivo.
- III) **O ICQ BRASIL está ciente de todos os itens que está especificado no TR e se responsabiliza a cumpri-los.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba – SC, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Curitibanos (SC), 10 de agosto de 2023.

Gilberto Gomes de Andrade
Responsável Legal
ICQ BRASIL

Anna Christina Ribeiro
Diretora Executiva IPESMUC
CONTRATANTE

Testemunhas:

1 - _____

Nome:

CPF:

2 - _____

Nome:

CPF:

TERMO DE CONTRATO Nº 5/2023 (SEQ. 122)

Publicação Nº 5054643

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 818B93413AEFD591A38C8F5337C646726158296B

TERMO DE CONTRATO Nº 05/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O INST.PREVIDÊNCIA SOCIAL SERV.PUB.MUNIC. DE CURITIBANOS E TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o INST.PREVIDÊNCIA SOCIAL SERV.PUB.MUNIC. de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sra. Anna Christina Ribeiro, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA com sede em Curitiba-PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.809.489/0001-47, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 93/2023 têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORA E SERVIÇO DE IMPRESSÃO, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS SECRETARIAS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega será conforme a solicitação do departamento competente. A vigência é de 01 ano a partir da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

2 - 08.001.9.272.7.2017.3.3.90.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 93/2023 conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ 1.329,74 (**Um mil, trezentos e vinte e nove Reais e setenta e quatro centavos**), após a entrega e nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste

CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Anna Christina Ribeiro

Diretora do Fundo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Contratada

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 55/2023 (SEQ. 3121)

Publicação Nº 5054628

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AD538A8118AC280EFB661057B5DE2EE576436098

TERMO DE CONTRATO Nº 55/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS E TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Fundo Municipal de Assistencia de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr.^a Janaina Mafra Di Domenico, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA com sede em Curitiba-PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.809.489/0001-47, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 93/2023 têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORA E SERVIÇO DE IMPRESSÃO, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS SECRETARIAS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega será conforme a solicitação do departamento competente. A vigência é de 01 ano a partir da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

3 04.001.8.243.5.2013.3.3.90.40.11.00.00.00 - 3.3.90.40.01.00.00.00
28 04.001.8.244.5.2104.3.3.90.40.01.00.00.00 - 3.3.90.40.11.00.00.00
20 04.001.8.244.5.2096.3.3.90.40.01.00.00.00 - 3.3.90.40.11.00.00.00
9 04.001.8.244.5.2014.3.3.90.40.11.00.00.00 - 3.3.90.40.01.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 93/2023 conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ **10.550,00 (dez mil quinhentos e cinquenta reais)**, após a entrega e nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Janaina Mafrá Di Domenico

Presidente do Fundo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA

Contratada

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 87/2023 (SEQ. 4777)

Publicação Nº 5054631

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D3AD9447ECDB870F943E342AFF2546419CBADF12

TERMO DE CONTRATO Nº 87/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS E TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Fundo Municipal de Educação de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr.^a Andressa Boscari de Farias, doravante denominado de FUNDO e de outro lado, TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA com sede em Curitiba-PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.809.489/0001-47, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico 93/2023 têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE IMPRESSORA E SERVIÇO DE IMPRESSÃO, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS SECRETARIAS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega será conforme a solicitação do departamento competente. A vigência é de 01 ano a partir da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

9 04.001.8.243.5.2013.3.3.90.40.11.00.00.00 - 3.3.90.40.01.00.00.00

16 07.001.12.365.14.2112.3.3.90.40.01.00.00- 3.3.90.4011.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº 93/2023 conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ **35.625,00 (trinta e cinco mil seiscientos e vinte e cinco reais)**, após a entrega e nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº **93/2023**

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Andressa Boscari de Farias

Presidente do Fundo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA

Contratada

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de agosto de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL 11 2023**

Publicação Nº 5054326

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7A840895F1B083FFC63DDAE58902E7174CEEB6D3

MINUTA DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 11/2023

O Poder Legislativo do Município de Curitiba/SC, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação exclusiva de microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora de serviços de radiodifusão para divulgação de assuntos de interesse público (matérias institucionais, educativas, informativas, orientativas, convites, comunicados), publicações legais e atividades do Poder Legislativo Municipal de Curitiba/SC, nos termos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo III deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 29/08/2023, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba/SC, sito a Rua Archias Ganz, n. 288, Centro, Curitiba/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Licitações.

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 28/08/2023, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, n. 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br.

A partir das 14:00 horas do dia 29/08/2023, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Compras, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 10 de agosto de 2023.

Adriano Stedile de Souza Ronaldo Spricigo
Presidente Pregoeiro

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 70/2023 - PMDC

Publicação N° 5053814

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B16F8C1665E3285CE0C5B21D1817DB48F0E1F2D0

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

MULTIENTIDADE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 70/2023

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 70/2023, Edital de Pregão N° 70/2023, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELHAS, GOIVOS, PARAFUSOS, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, PARA MANUTENÇÃO DE CANTEIROS, ROTATORIAS, TREVOS E DEMAIS LOCAIS, COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS (GRAMA, MUDAS DE PLANTAS...) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, BOMBEIROS MILITAR E DEMAIS SETORES INTERESSADOS. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 24/08/2023, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br.

Dionísio Cerqueira/SC.

THYAGO W. G. GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL


Dona Emma

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2023

Publicação Nº 5054708

Página: 1 / 5

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE DONA EMMA CNPJ: 83.102.426/0001-83 Telefone: (47) 3364-2800 Endereço: Rua Alberto Koglin, 3493 - Centro CEP: 89155-000 - Dona Emma	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2023
	Processo Adm.: 40/2023 Data do Processo: 24/07/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 37, XXI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 40/2023
b) **Nr. Licitação:** 40/2023 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNEARIA, FRESA E SOLDA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS, VEÍCULOS, BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, E SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO E PINTURA PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS/MATERIAIS ORIGINAIS OU SIMILARES DE PRIMEIRA LINHA, CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE NA RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL COMO ANEXO I*

Lote: 1

Participante: ELIAS AMORIN 09229163902

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Percentual	Valor Total
1	SERVIÇO PRESTADO DE TORNEARIA MECÂNICA EM PEÇAS PARA 200,000 MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS. - SERVIÇO PRESTADO DE TORNEARIA MECÂNICA EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS.	200,000	HR	11,00	22.472,50
2	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE TORNO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS. - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE TORNO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS.	1,000	UN	11,00	44.500,00
Total do Participante:					66.972,50

Lote: 2

Participante: TORNEARIA DONA EMMA LTDA

3	SERVIÇO PRESTADO DE MÁQUINA FRESADORA PARA METAIS PARA 100,000 MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS. - SERVIÇO PRESTADO DE MÁQUINA FRESADORA PARA METAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS.	100,000	HR	8,00	12.650,00
4	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE FRESA PARA VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS. - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE FRESA PARA VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS.	1,000	UN	8,00	27.600,00
Total do Participante:					40.250,00

Lote: 3

Participante: ELIAS AMORIN 09229163902

5	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA LEVE (ELETRODOS REVESTIDOS DE 200,000 ATÉ 3,25MM 6013, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS,	200,000	HR	10,50	29.833,93
---	---	---------	----	-------	-----------

Página: 2 / 5

EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS. - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA LEVE (ELETRODOS REVESTIDOS DE ATÉ 3,25MM 6013, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS.

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Percentual	Valor Total
6	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE SOLDA LEVE DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS. - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE SOLDA LEVE DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS.	1,000	UN	10,50	35.800,00

Total do Participante: 65.633,93

Lote: 4

Participante: ELIAS AMORIN 09229163902

7	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA PESADA, (ELETRODOS REVESTIDOS DE 3,25MM E 4.00MM 7018. PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS. - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA PESADA, (ELETRODOS REVESTIDOS DE 3,25MM E 4.00MM 7018. PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS.	100,000	HR	11,50	16.224,705
8	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA PESADA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS. - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA PESADA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS.	1,000	UN	11,50	26.550,00

Total do Participante: 42.774,705

Lote: 5

Participante: ELIAS AMORIN 09229163902

9	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA MIG EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS. - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA MIG EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS.	300,000	HR	11,00	35.599,11
10	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE SOLDA MIG DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS. - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE SOLDA MIG DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS.	1,000	UN	11,00	26.700,00

Total do Participante: 62.299,11

Lote: 6

Participante: ELIAS AMORIN 09229163902

11	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA OXIACETILENO EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS. - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA OXIACETILENO EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS PESADAS.	100,000	HR	8,50	11.590,305
12	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA OXIACETILENO EM VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS. - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA OXIACETILENO EM VEÍCULOS PESADOS, EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS.	1,000	UN	8,50	18.300,00

Total do Participante: 29.890,305

Lote: 7

Participante: TORNEARIA DONA EMMA LTDA

13	SERVIÇO PRESTADO DE TORNEARIA MECÂNICA EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES - SERVIÇO PRESTADO DE TORNEARIA MECÂNICA EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES	100,000	HR	10,00	10.912,50
14	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇO DE TORNO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇO DE TORNO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES	1,000	UN	10,00	18.000,00

Total do Participante: 28.912,50

Página: 3 / 5

Lote: 8**Participante: TORNEARIA DONA EMMA LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Percentual	Valor Total
15	SERVIÇO PRESTADO DE MÁQUINA FRESADORA PARA METAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES - SERVIÇO PRESTADO DE MÁQUINA FRESADORA PARA METAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES	100,000	UN	8,00	12.190,00
16	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇO DE FRESA PARA VEÍCULOS LEVES - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇO DE FRESA PARA VEÍCULOS LEVES	1,000	UN	8,00	9.200,00
Total do Participante:					21.390,00

Lote: 9**Participante: TORNEARIA DONA EMMA LTDA**

17	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA LEVE (ELETRODOS REVESTIDOS DE ATÉ 3,25MM 6013), PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA LEVE (ELETRODOS REVESTIDOS DE ATÉ 3,25MM 6013), PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES	100,000	HR	10,00	13.140,00
18	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE SOLDA LEVE PARA VEÍCULOS LEVES - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE SOLDA LEVE PARA VEÍCULOS LEVES	1,000	UN	10,00	9.000,00
Total do Participante:					22.140,00

Lote: 10**Participante: TORNEARIA DONA EMMA LTDA**

19	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA PESADA, (ELETRODOS REVESTIDOS DE 3,25MM E 4.00MM 7018, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA PESADA, (ELETRODOS REVESTIDOS DE 3,25MM E 4.00MM 7018, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES	100,000	HR	10,00	14.850,00
20	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE SOLDA PESADA EM VEÍCULOS LEVES - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS DE SOLDA PESADA EM VEÍCULOS LEVES	1,000	UN	10,00	9.000,00
Total do Participante:					23.850,00

Lote: 11**Participante: ELIAS AMORIN 09229163902**

21	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA MIG EM PEÇAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA MIG EM PEÇAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES	100,000	HR	10,50	11.187,50
22	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA MIG EM VEÍCULOS LEVES - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA MIG EM VEÍCULOS LEVES	1,000	UN	10,50	8.950,00
Total do Participante:					20.137,50

Lote: 12**Participante: TORNEARIA DONA EMMA LTDA**

23	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA OXIACETILENO EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES. - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA OXIACETILENO EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES.	100,000	HR	8,00	11.040,00
24	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA OXIACETILENO EM VEÍCULOS LEVES - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA OXIACETILENO EM VEÍCULOS LEVES	1,000	UN	8,00	9.200,00
Total do Participante:					20.240,00

Lote: 13**Participante: ELIAS AMORIN 09229163902**

25	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA LEVE (ELETRODOS REVESTIDOS DE	100,000	HR	9,50	16.968,75
----	---	---------	----	------	-----------

Página: 4 / 5

ATÉ 3,25MM 6013), PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA LEVE (ELETRODOS REVESTIDOS DE ATÉ 3,25MM 6013), PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Percentual	Valor Total
26	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS COM SOLDA LEVE - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS COM SOLDA LEVE	1,000	UN	9,50	18.100,00

Total do Participante: 35.068,75

Lote: 14

Participante: ELIAS AMORIN 09229163902

27	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA PESADA, (ELETRODOS REVESTIDOS DE 3,25MM E 4.00MM 7018), PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA PESADA, (ELETRODOS REVESTIDOS DE 3,25MM E 4.00MM 7018), PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS	100,000	HR	9,50	19.344,375
28	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA PESADA EM BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA PESADA EM BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS	1,000	UN	9,50	9.050,00

Total do Participante: 28.394,375

Lote: 15

Participante: ELIAS AMORIN 09229163902

29	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA MIG E/OU OXIGÊNIO EM PEÇAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA MIG E/OU OXIGÊNIO EM PEÇAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS	100,000	HR	10,50	16.300,635
30	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA MIG/OU OXIGÊNIO PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA MIG/OU OXIGÊNIO PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	1,000	UN	10,50	8.950,00

Total do Participante: 25.250,635

Lote: 16

Participante: TORNEARIA DONA EMMMA LTDA

31	SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA OXIACETILENO EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS. - SERVIÇO PRESTADO DE SOLDA OXIACETILENO EM PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS OU IMÓVEIS.	100,000	HR	9,00	14.355,25
32	MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA OXIACETILENO EM BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - MATERIAL/ PEÇAS PARA MANUTENÇÃO COM SOLDA OXIACETILENO EM BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	1,000	UN	9,00	9.100,00
33	MÃO DE OBRA PARA CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM MOTOR À GASOLINA - MÃO DE OBRA PARA CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM MOTOR À GASOLINA	400,000	HR	9,00	28.756,00
34	MATERIAL/ PEÇAS PARA CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM MOTOR À GASOLINA - MATERIAL/ PEÇAS PARA CHAPEAÇÃO E PINTURA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM MOTOR À GASOLINA	1,000	UN	9,00	27.300,00

Total do Participante: 79.511,25

Total Geral: 612.715,56

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	02.001.04.122.0002.2101.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	02.001.08.243.0007.2307.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL	04.001.08.244.0007.2301.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS	04.001.08.244.0007.2304.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO BOLSA FAMÍLIA	04.001.08.244.0007.2306.3.3.90.00.00	R\$ 1,00

Página: 5 / 5

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	06.001.12.361.0005.2501.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	06.001.12.361.0005.2506.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	06.001.12.367.0005.2511.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA AGRÍCOLA	07.001.20.608.0004.2601.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DESENV. ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE	07.001.04.122.0004.2606.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA	07.001.20.609.0004.2605.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	08.001.04.122.0014.2700.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
APOIO AOS SERVIÇOS DA POLICIA MILITAR	08.001.06.181.0016.2702.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	08.001.15.452.0012.2705.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS	08.001.26.782.0014.2709.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	05.001.10.301.0006.2400.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MAN. DOS SERVICOS DE VIGILANCIA SANITARIA	05.001.10.304.0006.2403.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MAN. DOS SERVICOS DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	05.001.10.305.0006.2404.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	03.001.04.122.0003.2200.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SAÚDE	05.001.10.301.0006.2406.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	06.001.12.361.0005.2502.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DE CRECHES	06.001.12.365.0005.2509.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	06.001.12.365.0005.2510.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	06.002.13.392.0018.2512.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
APOIO AO ESPORTE	06.003.27.812.0008.2515.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
ESTIMULOS A PROMOÇÃO DO TURISMO	06.004.23.695.0018.2610.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	07.001.20.606.0004.2607.3.3.90.00.00	R\$ 1,00
MANUTENÇÃO DE PRAÇAS JARDINS E VIAS URBANAS	08.001.15.452.0012.2706.3.3.90.00.00	R\$ 1,00

Dona Emma, 11/08/2023

NERCI BARP
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2023 - TERCEIRO TERMO ADITIVO - SUPRESSÃO DE ITENS, QUANTITATIVOS E VALOR**

Publicação Nº 5051969

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Fone/Fax: (47) 3388-0148 - E-mail: gabinete@doutorpedrinho.sc.gov.br
Rua Brasília, 02 - Centro - Caixa Postal 01
CEP 89126-000 - DOUTOR PEDRINHO - SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2023**TERCEIRO TERMO ADITIVO – SUPRESSÃO DE ITENS, QUANTITATIVOS E VALOR****Considerando-se:**

- a contratação mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/93, e demais legislação pertinente, Licitação de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2023, e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 29/2023 (objeto: Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia para a total execução (Compreendendo Material e Mão-de-Obra), para Ampliação da Estrutura Física do Prédio do Núcleo Educacional Fritz Donner do Município de Doutor Pedrinho/SC,

- a necessidade de alteração, com supressão aos itens previstos no Projeto Básico licitado e respectivos valores;

- o Parecer Técnico favorável a alteração contratual emitido pela Engenharia da municipalidade anexo a este termo, apresentando as razões de ordem técnica para a supressão;

- a previsão contratual e legal para aditivos, nos limites e condições ora apresentados, especificamente na cláusula quinta, item 5.1, letra “a” do Contrato 029/2023 e nos parágrafos 1º e 3º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

As partes, de um lado **MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, Centro, CEP. 89126-000, na cidade de Doutor Pedrinho - SC, representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, abaixo denominado **MUNICÍPIO**, e a empresa **VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.628.996/0001-96, situada à Rua Dionísio Moser, nº 143, Sala 01, Bairro Figueira, cidade de Gaspar - SC, CEP: 89.110-512 neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) VALDIR BENTO FALCHETTI, CPF sob nº 250.995.239-00 doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo, celebrar termo aditivo ao contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:

1.1 - Fica suprimido ao objeto de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 029/2023, firmado em 14/04/2023 os seguintes itens e quantitativos da planilha orçamentária:

3º Termo Aditivo - Supressão									
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	MATERIAL	MÃO DE OBRA	PR. UNIT. (R\$) S/ BDI	PR. UNIT. (R\$) S/ BDI C/ DESCONTO	PR. UNIT. (R\$) C/ BDI	VALOR (R\$)
7.0	COBERTURA								
7.3	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 33cm, incluso transporte vertical	m	13,05	R\$ 64,16	R\$10,09	R\$ 74,25	R\$ 69,79	R\$ 85,23	R\$ 1112,25
Subtotal item 7.0									1112,25
Custo TOTAL com BDI incluso de 22,12%									1112,25

1.2 – Em razão das alterações, na forma tratada no item anterior, fica suprimido o valor de **R\$ 1.112,25 (um mil, cento e doze reais e vinte e cinco centavos)** ao total previsto na Clausula Terceira do Contrato Administrativo nº 29/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 29/2023, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, para os fins de direito.

Doutor Pedrinho - SC, em 09 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO

HARTWIG PERSUHN – Prefeito

CONTRATADA

VALDIR BENTO FALCHETTI

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

Secretária Municipal de Educação

Exame e aprovação da minuta deste aditivo Contratual pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

MARCOS GADOTTI

Advogado - OAB/SC 9.390

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 47/2023 PROC 66/2023 DLE 03/2023

Publicação Nº 5052272

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 52BB4A8D8CE20C389794C6AE07B4C43E1A7C4B1F



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES**

EXTRATO DE CONTRATO Contrato nº 047/2023.

Contratante: Prefeitura Municipal De Faxinal Dos Guedes.

Contratado: **JOLEMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS LTDA.**

OBJETO: MANUTENÇÃO NA CONCHA DA MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CATERPILLAR 315DL, PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL. Do Preço do objeto contratado é da ordem de R\$ 23.563,09 (vinte e três mil e quinhentos e sessenta e três reais e nove centavos), pagáveis de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal De Infraestrutura, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e relatórios de atendimento, devidamente recebida e liquidada pelo fiscal do presente contrato. Prazo de vigência: até 31/12/2023.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de Julho de 2023.

Código registro TCE: Código registro TCE: 52BB4A8D8CE20C389794C6AE07B4C43E1A7C4B1F.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 473/2023

Publicação Nº 5052772



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

DECRETO N. 473/2023.**NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS ,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

GILBERTO ANGELO LAZZERI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais nos termos dos Incisos III, do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis da municipalidade, compostas pelos seguintes membros, sob a presidência da primeira:

- a) **ILEUZA FELTRIN**
- b) **JONATAS MARGARINOS;**
- c) **MAICON GHELEN;**
- d) **JONAS MANOEL SIRINO.**

Parágrafo único – os laudos de avaliação emitidos pela Comissão deverão ser aprovados pela maioria simples dos membros nomeados.

Art. 2º. A Comissão de Avaliação terá como finalidade desenvolver todos os trabalhos necessários à avaliação de bens móveis e imóveis pertencentes a municipalidade e cedido a terceiros, emitindo Parecer sobre o estado de conservação, características e valores de avaliação para fins de levantamentos patrimoniais.

§ 1º - conforme a necessidade e/ou exigência de ordem legal, os pareceres da equipe poderão ser expedidos de forma unificada por consenso do grupo ou por análise, avaliação e emissão de Parecer individual;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

§ 2º - a comissão, sempre que houver necessidade e visando alcançar melhores resultados, poderá solicitar serviços técnicos especializados para a avaliação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos e outros bens, para o atendimento ao objeto da presente nomeação.

Art. 3º. Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo, em conjunto ou individualmente, não serão remunerados, não gerando nenhuma vantagem salarial ou de qualquer natureza aos nomeados, pois serão prestados em forma de colaboração.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes/SC, 08 de agosto de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

EDITAL 71/2023 DLE 06/2023

Publicação Nº 5053643

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A331914254662AF4B196EE6A74F5635A8D2D64A



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PROCESSO ADM N. 071/2023
DISPENSA DE LICITACAO ELETRÔNICA N. 006/2023**

Código registro TCE: 2A331914254662AF4B196EE6A74F5635A8D2D64A

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO** que **PUBLICA** o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, mais, o DECRETO N. 202/2023 e demais legislação aplicável. na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA N. 006/2023– Menor Preço**, visando registro de preços para: MATERIAL (CAIXA SATÉLITE C/BLOQUEIO, COLA, GARFO COM REPARO, LITRO ÓLEO DIFERENCIAL, LUVA BLOQUEIO, MATERIAL DE LIMPEZA, MOLA, PINO DE CENTRO REPARO CAIXA SATÉLITE, RETENTOR PINHÃO, ROLAMENTO COLO PINHÃO GRANDE, ROLAMENTO COLO PINHÃO PEQUENO, ROLAMENTO LATERAL COROA, ROLAMENTO PONTA, ROLAMENTO PONTA PINHÃO) E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DE TRANSPORTE ESCOLAR MKJ 6021. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Licitar Digital, disponível no endereço eletrônico <https://licitar.digital>. De acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital.

Faxinal dos Guedes/SC, 14 de Agosto de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARI


Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROC 66/2023 DL 03/2023

Publicação Nº 5052136

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DEAE60C34733F7DB5D9AE1C9EF7C033E6BF2B5C7

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES	DISPENSA ELETRÔNICA Nr.: 3/2023
	Processo Adm.: 66/2023 Data do Processo: 01/08/2023

CNPJ: 83.009.910/0001-62 **Telefone:** (49) 3436-4300
Endereço: Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro
CEP: 89694-000 - Faxinal dos Guedes

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Código registro TCE: DEAE60C34733F7DB5D9AE1C9EF7C033E6BF2B5C7

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 66/2023
b) **Nr. Licitação:** 3/2023 - DE
c) **Modalidade:** Dispensa eletrônica
d) **Data de Homologação:** 10/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** PELA DESPESA EMPENHADA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO NA CONCHA DA MAQUINA: ESCAVADEIRA HIDRAULICA CATERPILLAR 315DL PATRIMONIO: 8271 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Participante: JOLEMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS MECANICOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	PORCA SEXTAVADA - PORCA SEXTAVADA	8,000	UN	7,0133	56,11
2	PARAFUSO SEXTAVADO - PARAFUSO SEXTAVADO	8,000	UN	24,6233	196,99
3	CHAPA DE FERRO. - CHAPA DE FERRO AÇO 1020	1,000	UND	2.675,00	2.675,00
4	TRAVA DA UNHA DA CONCHA - TRAVA DA UNHA DA CONCHA	6,000	UND	118,6667	712,00
5	SUORTE DA UNHA - SUORTE DA UNHA DA CONCHA	6,000	UND	428,6667	2.572,00
6	CANTO LATERAL DA CONCHA - CANTO LATERAL DA CONCHA LADO DIREITO	1,000	UND	546,3333	546,33
7	CANTO LATERAL DA CONCHA LADO ESQUERDO - CANTO LATERAL DA CONCHA LADO ESQUERDO	1,000	UND	546,3333	546,33
8	CHAPA DE AÇO - CHAPA DE AÇO HARDOX 1.40X30X1.1/2"	1,000	UND	6.225,00	6.225,00
9	MÃO DE OBRA CONCHA - CORTE E SOLDAS - MÃO DE OBRA CONCHA - CORTE E SOLDAS	1,000	SER	10.033,3333	10.033,33

Total do Participante: 23.563,09

Total Geral: 23.563,09

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	05.001.15.451.1501.2050.3.3.90.00.00	R\$ 23.563,09

Faxinal dos Guedes, 10 de Agosto de 2023

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

DISPÕE SOBRE A INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Nº 1.234/2012 PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) NAS CONTRATAÇÕES DE BENS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO - SC

Publicação Nº 5053660

DECRETO nº 083/2023

DISPÕE SOBRE A INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Nº 1.234/2012 PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) NAS CONTRATAÇÕES DE BENS E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO - SC

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o estabelecido na Constituição Federal, art. 158, inciso I, o qual preconiza que pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO a tese fixada no Recurso Extraordinário nº 1.293.453, Tema nº 1130, publicado em 21 de outubro de 2021, da Repercussão Geral que deu interpretação conforme à Constituição Federal do art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 1996 para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços e possibilitar a utilização do mesmo regramento aplicado pela União, no caso, a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO que as regras aplicadas pela União, na retenção do IRRF nos pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, estão regulamentadas na instrução normativa 1.234, de 12 de dezembro de 2012, e suas alterações, da Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO que o Imposto de Renda Retido na Fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos para fins de aplicação do novo regramento aos contratos em curso com vistas a assegurar o cumprimento do disposto no artigo 11 da LRF (Lei Complementar nº 101/2000);

DECRETA:

Art. 1º Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, deverá observar o disposto no artigo 64 da Lei Federal nº 9.430, 27 de dezembro de 1996 e, também, na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.

Art. 2º Em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores, os órgãos e entidades da administração pública municipal direta, ficam obrigados, a partir do dia 01 de setembro de 2023, a efetuar as retenções na fonte do IR conforme tabela de retenção constante no Anexo I.

§ 1º Não haverá a retenção prevista no §1º caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317/96, ou encontre-se em uma das situações elencadas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, suas alterações posteriores ou outra norma que venha a substituí-la.

§ 2º Igualmente não haverá retenção sobre pagamentos há instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532 de 1997, e as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, em relação às suas receitas próprias.

§ 3º As entidades referidas no caput não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a Receita Federal do Brasil nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 10.833, de 2003.

Art. 3º. A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 2º.

Parágrafo único. Em relação às novas contratações, os órgãos e entidades mencionados no art. 2º devem adequar os editais e minutas padrão dos contratos administrativos.

Art. 4º. A contar do dia 01 de setembro de 2023, os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir documentos fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 2012 e suas alterações, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 2º.

§ 1º Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto no caput deste artigo, caso não possam ser substituídos ou retificados por meio de Carta de Correção e para fins exclusivos de indicar a retenção, igualmente incorrerão na retenção do Imposto de Renda, na forma prevista neste Decreto.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º– Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias de agosto de 2023.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

ANEXO I

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO	PERCENTUAL A SER RETIDO APLICADO AO IRPJ
<ul style="list-style-type: none">● Alimentação;● Energia elétrica● Serviços prestados com emprego de materiais;● Construção Civil por empreitada com emprego de materiais;● Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN RFB 1234/2012;● Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31 da IN RFB 1234/2012.● Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767, art. 5º da IN RFB 1234/2012;● Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767, art. 5º da IN RFB 1234/2012; e● Mercadorias e bens em geral	1,2
<ul style="list-style-type: none">● Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19 da IN RFB 1234/2012;● Alcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20 da IN RFB 1234/2012;● Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21 da IN RFB 1234/2012.	0,24
<ul style="list-style-type: none">● Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas;● Alcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista;● Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas;● Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	0,24

<ul style="list-style-type: none"> • Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; • Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; • Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene 	1,2
<p>peçoal a que se refere o § 1º do art. 22 da IN RFB 1234/2012, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produtos a que se refere o § 2º do art. 22 da IN RFB 1234/2012; • Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k" do inciso I do art. 5º da IN RFB 1234/2012; • Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º da IN RFB 1234/2012. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850, art. 5º da IN RFB 1234/2012. 	2,40
<ul style="list-style-type: none"> • Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais. 	2,40
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas 	0,00
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; • Seguro saúde. 	2,40
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de abastecimento de água • Telefone; • Correio e telégrafos; • Vigilância; • Limpeza; • Locação de mão de obra; • Intermediação de negócios; • Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; • Factoring; • Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal; • Demais serviços. 	4,80

PORTARIA Nº 200/2023

Publicação Nº 5046975

	PORTARIA Nº 200/2023
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal MAIKO RODRIGO STAMM, ocupante do Cargo de Agente de Controle Interno, lotado no Gabinete do Prefeito, no período de 14/08/2023 a 28/08/2023, Conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 07/21 a 07/22.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 14 dias do mês de Agosto de 2023.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 201/2023

Publicação Nº 5046982

	PORTARIA Nº 201/2023
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal RAQUEL APARECIDA DE LIMA, ocupante do cargo de Assessora Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no período de 14/08/2023 a 28/08/2023, Conforme Portaria nº 040/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 14 dias do mês de Agosto de 2023.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 202/2023

Publicação Nº 5046988

	PORTARIA Nº 202/2023
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal RAQUEL APARECIDA DE LIMA, ocupante do cargo de Educador Físico para Academia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 14/08/2023 a 28/08/2023, Conforme Decreto

nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 07/21 a 07/22.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 14 dias do mês de Agosto de 2023.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 203/2023

Publicação Nº 5047054

	PORTARIA Nº 203/2023
	CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Fica pela presente Portaria CONCEDIDO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO conforme o que dispõe na Lei Municipal 629/2014, aos seguintes servidores ALINE MARA ENGEL, FRANCIELLE MENIN VENDRAME, ROSANI T. Z. RISSI, ROBERTA SEMANSKI FERRARI, SINANDRO JOSÉ DE BARBA e VANDERLEI KUHN.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 14 dia do mês de Agosto de 2023.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/PMF/2023

Publicação Nº 5052949

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FADC85ED268AB737E06216BD04E1D6C8EFAFD50E

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 107/PMF/2023.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇOS para aquisição de material de construção e equipamentos para atender as necessidades das diversas secretarias, Fundos e Polícia Militar do Município de Forquilha/SC.

PROTOCOLO ATÉ: 28/08/2023 ÀS 08:45 HORAS
DATA DA ABERTURA: 28/08/2023 ÀS 09:00 HORAS

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 11 de agosto de 2023.

NELI SEHNEM DOS SANTOS
Pregoeira

RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 106/PMF/2023

Publicação Nº 5052322

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EF2DCA609FB221A5287C38802CB58AF90F06B22E

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 106/PMF/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

CONTRATADA: COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realocação de 16 (dezesesseis) postes de distribuição de energia, na rua 12 de Outubro, Bairro Saturno, no Município de Forquilha/SC.

VALOR: R\$ 21.564,45 (vinte e um mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso XXII da Lei Federal nº. 8.666/93

JUSTIFICATIVA: No estudo técnico preliminar, que norteou a demanda existente, a Administração vislumbrou a exclusividade na prestação dos referidos serviços pela companhia de eletrificação por meio de Dispensa de Licitação, baseando-se no Inciso XXII do Artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666/93 que trata especificamente dos suprimentos de energia elétrica com a concessionária, permissionária ou autorizada correspondente. Além da justa medida, foram verificadas as condições de habilitação da COOPERA que se enquadram naquelas estabelecidas na lei de licitações. O parecer jurídico específico nº. 287/2023 considerou a possibilidade e legalidade da contratação direta nos moldes em tela, com o atendimento à finalidade e ao interesse público demonstrados no processo.

DESPACHO FINAL: De acordo com as justificativas apresentadas pela área técnica no Termo de Referência, nos termos do Parecer nº 287/2023 expedido pela Procuradoria-Geral do Município, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com Artigo 24, Inciso XXII da Lei Federal nº. 8.666/93.

Forquilha/SC, 11 de agosto de 2023.

JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

PORTARIA N.º 1.748, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053749

GABINETE DO
PREFEITO

FRAIBURGO

PORTARIA Nº 1748, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n.º 024/2022, e Contrato Administrativo e em conformidade com o processo digital 11817/2023 da Secretaria de Educação;

Considerando a Lei Municipal n.º 2294 de 17 de junho de 2015 que estabelece o Plano Municipal de Educação o qual em sua Meta 1 cita "Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4(quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano";

Considerando que substituirá a servidora Silvana Aparecida Bonetti Casagrande, que está de férias;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de **VANESSA BRANDT**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 038.575.619-47, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 11 de agosto de 2023 até 30 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2023

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 15:58:03-00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://atenda.net/p64d684e18532a>
POR WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR (938.493.469-00) EM 11/08/2023 1



Assinado eletronicamente por:
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR
938.493.469-00
11/08/2023 15:58:40
Prefeito
Processo Digital 9535/2023
[Assinado eletronicamente com amparo na Lei Federal 14.063/2020 - Lei Federal 14.063/2020 e Decreto Municipal nº 014/2024](#)

PORTARIA N.º 1.749, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053750

**GABINETE DO
PREFEITO****FRAIBURGO****PORTARIA Nº 1749, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.****Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.**

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n.º 024/2022, e Contrato Administrativo e em conformidade com o processo digital 11912/2023 da Secretaria de Educação;

Considerando a Lei Municipal n.º 2294 de 17 de junho de 2015 que estabelece o Plano Municipal de Educação o qual em sua Meta 1 cita "Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4(quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano";

Considerando que está substituindo servidora afastada por Processo Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de **JENIFFER THAIS SEMAM TELLES**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.167.399-61, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período 16 de agosto de 2023 até 15 de setembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2023

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 16:03:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://atende.net/p/5406861a0b33f>
POR WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR - (936.493.469-00) EM 11/08/2023 1



Assinado eletronicamente por:

**WILSON RIBEIRO CARDOSO
JUNIOR**

CPF: 936.493.469-00

11/08/2023 16:03:53

Prefeito

Processo Digital 9535/2023

Estando de direito de assinar em Lei Federal 14.083/2020 - Lei Federal

24.142/2021 - Decreto Municipal nº 011/2021

www.fraiburgo.atende.net

Página 1 de 1

PORTARIA N.º 1.750, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053751

**GABINETE DO
PREFEITO****FRAIBURGO****PORTARIA Nº 1750, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.****Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.**

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir, a pedido, o contrato de **ELISÂNGELA LAZZARI**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 030.833.080-35, admitida em caráter temporário na função de PROFESSOR - CIÊNCIAS, com carga horária de 03:45:00 (três horas e quarenta e cinco minutos) semanais, a partir de 11 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2023.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 15:57:03-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://sica.atende.net/pt/640684b7256b00>
POR WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR - 936.493.469-00 EM 11/08/2023 1



Assinado eletronicamente por:
**WILSON RIBEIRO CARDOSO
JUNIOR**
CPF: 936.493.469-00
11/08/2023 15:57:54
Prefeito
Processo Digital 9535/2023
[Assinado eletronicamente com amparo na Lei Federal 14.063/2020 - Lei Federal
14.126/2021 e Decreto Municipal nº 0116/2021](#)

www.fraiburgo.atende.net

Página 1 de 1

PORTARIA N.º 1.751, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053752

**GABINETE DO
PREFEITO****FRAIBURGO****PORTARIA Nº 1751, DE 11 DE AGOSTO DE 2023****Concede Função Gratificada.**

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com o processo digital 14491/2023, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **SALIMARA CLAIR MOLIM**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 811.782.719-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Função Gratificada Nível 06, para assessoramento a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na elaboração de projetos internos e externos, e a gestão do MOVEC, e a gestão dos recursos captados via emendas, editais e leis de Incentivos por entidades privadas e públicas gerenciando o Escritório de Projetos do Município de Fraiburgo, a partir de 01 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2023, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0198 de 02 de fevereiro de 2023.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2023.



Assinado eletronicamente por:
**WILSON RIBEIRO CARDOSO
JUNIOR**
CPF: 493.469-50
11/08/2023 16:03:02
Prefeito
Processo Digital 9535/2023
Assinado eletronicamente com amparo na Lei Federal 14.063/2020 - Lei Federal
14.063/2020 e Decreto Municipal nº 0118/2021

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 16:03:03-03-00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://e.atende.net/ps446556d4f31>
POR WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR - (958.493.469-00) EM 11/08/2023 1

www.fraiburgo.atende.net

Página 1 de 1

PORTARIA N.º 1.752, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053753

**GABINETE DO
PREFEITO****FRAIBURGO****PORTARIA Nº 1752, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.****Nomeação de servidora para suplente do Controlador Interno**

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a servidora **ADRIELI PIOVEZANA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 072.933.339-60, nomeada no cargo efetivo de ASSISTENTE ADMISNITRATIVO, para ocupar o cargo de SUPLENTE DO CONTROLADOR INTERNO em caso de ausência ou impedimento do Controlador Interno Titular, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 17 da Instrução Normativa nº TC-28/2021, a fim de garantir a continuidade das remessas e qualidade das informações dos módulos do e-Sfinge on-line.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1363, de 08 de junho de 2022.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2023.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 16:04:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://e.atende.net/p64d6864f9f388>
POR WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR - 958.493.469-00 EM 11/08/2023 1



Assinado eletronicamente por:

**WILSON RIBEIRO CARDOSO
JUNIOR**

CPF: 958.493.469-00

11/08/2023 16:04:46

Prefeito

Processo Digital 9535/2023

Assinado digitalmente com amparo na Lei Federal 14.063/2020 - Lei Federal

14.142/2021 e Decreto Municipal nº 0118/2021

www.fraiburgo.atende.net

Página 1 de 1

TERMO DE CONVOCAÇÃO GASPARINO ALONSO

Publicação Nº 5051676



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): **GASPARINO ALONSO**
CPF: **296.582.769-20** Salário: **R\$ 1.324,48**
Endereço: **RUA ARISTIDES RAMOS, BAIRRO: SÃO JOSÉ, FRAIBURGO CEP: 89.580-000**

Inscrição nº: **58** Telefone: **(49) 98849-6044** Celular: **(49) 98435-0847**
(49) 9843-6569

Cargo: **234 - GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT** Classificação: **10º Lugar**

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 13 de 12 de abril de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 858/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (BRADESCO);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 11 de agosto de 2023.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

GASPARINO ALONSO

Garopaba

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2023

Publicação Nº 5053062

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 206/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 206/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP; CNPJ Nº: 93.726.446/0001-89; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 40.896,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2023

Publicação Nº 5053068

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 207/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CNPJ Nº: 40.892.801/0001-23; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 2.826,95; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2023

Publicação Nº 5053085

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 208/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 208/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MEDMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI; CNPJ Nº: 34.064.557/0001-08; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 11.210,25; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2023

Publicação Nº 5053097

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 209/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 209/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: DPS COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA; CNPJ Nº: 32.473.099/0001-35; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$12.500,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2023

Publicação Nº 5053110

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 210/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 210/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: PMI BRASIL IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA; CNPJ Nº: 41.932.099/0001-47; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 1.353,45; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2023

Publicação Nº 5053126

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 211/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 211/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: J.N.S. TÊXTIL LTDA; CNPJ Nº: 33.660.094/0001-84; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 7.760,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2023

Publicação Nº 5053138

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 212/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 212/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CNPJ Nº: 43.269.791/0001-62; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 1.600,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2023

Publicação Nº 5053143

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 213/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 213/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: CENTRO OESTE COMERCIO IMP E EXP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CNPJ Nº: 38.169.209/0001-56; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 4.800,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2023

Publicação Nº 5053146

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 214/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA; CNPJ Nº: 21.831.246/0001-85; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 72.703,20; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2023

Publicação Nº 5053150

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 215/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 215/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: LICITE SAÚDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CNPJ Nº: 34.223.536/0001-98; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 22.129,70; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2023

Publicação Nº 5053152

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 216/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 216/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: M.TESTA CONFECÇÃO ME; CNPJ Nº: 23.829.339/0001-09; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 1.000,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2023

Publicação Nº 5053155

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 217/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 217/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: GUSTAVO VINÍCIUS DE SOUZA – MEI; CNPJ Nº: 40.380.377/0001-38; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 2.830,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2023

Publicação Nº 5053157

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 218/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 218/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: FASTMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA; CNPJ Nº: 48.778.881/0001-00; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 1.350,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2023

Publicação Nº 5053158

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 219/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2023
PMG

ATA Nº: 219/2023; PROCESSO Nº: 086/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES – EIRELI; CNPJ Nº: 29.700.587/0001-23; OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, conforme especificações mínimas constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 12.999,65; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2023

Publicação Nº 5053161

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 220/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2023
PMG

ATA Nº: 220/2023; PROCESSO Nº: 099/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: TREND ENERGY SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA; CNPJ Nº: 31.898.500/0001-16; OBJETO: Registro de preços pelo período de 12 (doze) meses para aquisição de grama natural e sintética incluindo fornecimento e instalação por m² para atender as unidades escolares administradas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 72.040,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2023

Publicação Nº 5053162

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2023
PMG

ATA Nº: 221/2023; PROCESSO Nº: 099/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: NINO GRAMADOS E URBANIZAÇÃO LTDA; CNPJ Nº: 37.927.346/0001-40; OBJETO: Registro de preços pelo período de 12 (doze) meses para aquisição de grama natural e sintética incluindo fornecimento e instalação por m² para atender as unidades escolares administradas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações constantes no Anexo I Termo de Referência; VALOR TOTAL: R\$ 69.900,00; DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023.

PORTARIA Nº. 2614/2023

Publicação Nº 5054663

PORTARIA N.º 2614 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2.410/2022 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, CAMILA ARAUJO FORTUNATO DOS SANTOS, CPF nº. ***.***.859-58, das funções do cargo de GERENTE DE HABITAÇÃO, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 02/08/2023.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/08/2023.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2615/2023

Publicação Nº 5054664

PORTARIA N.º 2615 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2.410/2022 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, MATHIAS GONÇALVES LUIZ, CPF nº. ***.***.619-06, das funções do cargo de GERENTE DE PROJETOS E CONVÊNIOS, da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento, a partir de 02/08/2023.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/08/2023.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2616/2023

Publicação Nº 5054665

PORTARIA N.º 2616 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2.410/2022 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, JULIA GRACIELA SANTOS DE MORAES, CPF n.º. ***.***.700-37, das funções do cargo de DIRETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2023.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2023.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2023.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/08/2023, de acordo com a Lei Municipal n.º. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2659/2023

Publicação Nº 5054666

PORTARIA N.º 2659, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, da servidora CAMILLY BANDEIRA SOTTA, matrícula funcional n.º 9200-05, Auxiliar Administrativo, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 25/07/2023, da Secretaria Municipal de Administração, para o novo local de exercício, na SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, a partir de 01/08/2023.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2023.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2023.

MARCOS ANDRÉ CASCAES JACSON LUIZ DE ALMEIDA
Secretário de Administração Secretário de Fazenda

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/08/2023, de acordo com a Lei Municipal n.º. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 2660/2023

Publicação Nº 5054667

PORTARIA N.º 2660, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, do servidor WAGNER SOUSA MASCARENHAS, matrícula funcional n.º 10360-02, Motorista, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 02/08/2023, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para o novo local de exercício, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, a partir de 02/08/2023.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/08/2023.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2023.

AIRES DOS SANTOS	FERNANDA ALVES CÂNDIDO
Secretário de Assistência Social	Secretária de Educação e Cultura

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/08/2023, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

Garuva

PREFEITURA

EDITAL CONCURSO CAMARA

Publicação Nº 5051866



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, **Carlos Leite Filho**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de provimento de cargo público e de se compatibilizar o quadro de pessoal com as atividades da administração pública e com as diretrizes estabelecidas pela legislação federal e municipal;

Considerando o estabelecimento de igualdade de condições entre os candidatos inscritos;

Considerando a valorização do conhecimento do cargo para o qual o candidato se inscreveu;

Considerando a inclusão na prova de temas previstos dentre os conteúdos publicados, com o objetivo de buscar valorizar o conhecimento dos candidatos;

Considerando o Contrato nº 014/2023, referente ao Processo Licitatório nº 029/2023, firmado entre a Câmara de Garuva - SC e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE;

Considerando a objetividade de julgamento, por meio da elaboração de Prova Objetiva e do tratamento do processamento das respostas;

Considerando o sigilo na elaboração, impressão e aplicação das provas,

TORNA PÚBLICO o Edital de Abertura de Concurso Público nº 001/2023, referente à realização de Concurso Público de Prova Objetiva e à abertura de inscrições destinadas ao provimento de diversos cargos vagos ou que vierem a vagar durante o prazo de validade do Concurso, de acordo com o número de vagas e demais especificações constantes nos Anexos I a VI deste Edital.

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Este Edital abre inscrição para o processo de seleção referente ao Concurso para Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Servidores da Câmara de Garuva - SC, que leva a certame público vagas para os cargos de acordo com as normas aqui estabelecidas.

1.2 O Concurso, observada a legislação específica, é regido pelas regras estabelecidas no presente Edital e executado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, por meio da Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos - COGEPS, com sede na Rua Universitária, 1619 – CEP 85.819-110, Cascavel/PR, endereço eletrônico <https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes> e correio eletrônico cogeps@unioeste.br, de acordo com o cronograma de atividades.

1.3 O exame de seleção dos candidatos inscritos para o Concurso Público de que trata o presente Edital é individual, independente e se constitui da seguinte etapa:

- **Prova Objetiva (PO):** Avaliação de conhecimentos com questões de múltipla escolha para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório.

1.3.1 Após a nomeação, o candidato aprovado deve submeter-se a avaliação médica, de caráter eliminatório, com o fim de verificar sua capacidade física e mental, sob a responsabilidade da Câmara de Garuva.

1.4 A inscrição no Concurso Público implica na aceitação tácita das normas estabelecidas neste Edital, incluindo possíveis alterações que forem publicadas durante a realização do Concurso, bem como de toda e qualquer referência que se faça em relação a Leis, Decretos, Resoluções, Normas e outros instrumentos jurídicos citados no corpo deste Edital.

1.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este Concurso por meio dos sites da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e da Câmara de Garuva

1

Edital do Concurso Público nº 001/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

(<https://www.camaragaruva.sc.gov.br/>), e devendo manter atualizados os dados informados no ato de inscrição.

1.6 Admite-se a impugnação deste Edital ou de suas eventuais alterações, desde que o candidato apresente argumentação por escrito e devidamente fundamentada no prazo de 03 (três) dias, a contar de sua publicação, por meio do link na página do Concurso no site da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>).

1.6.1 As respostas aos pedidos de impugnação são disponibilizadas em um único arquivo no site da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>), em até 03 (dois) dias após o prazo de recebimento dos pedidos de impugnação.

1.6.2 Todos os prazos fixados neste Edital ocorrem conforme prazos estabelecidos no Cronograma - Anexo V desde que não ocorra alteração do Edital de Abertura.

1.7 Este Concurso dá-se em conformidade com o que dispõem, na Lei Orgânica; Lei Complementar nº 128/2022, Lei Complementar nº 001/1998 e alterações.

1.8 O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, contados a partir da data de Publicação da homologação do Concurso, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos, a critério da Administração Municipal.

1.9 Os motivos de suspeição e de impedimento devem ser comunicados ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público, por escrito, até 03 (três) dias após a publicação da homologação preliminar das inscrições, disponível em www.unioeste.br/concursos.

2 DOS CARGOS, REQUISITOS, NÚMERO DE VAGAS E VENCIMENTO INICIAL

2.1 Os cargos do Concurso Público, os requisitos de admissão, a carga horária, as vagas para a ampla concorrência, o valor da inscrição, o vencimento inicial e o tipo de prova estão estabelecidos nos quadros abaixo, que são parte integrante do Anexo I deste Edital.

QUADRO 1 – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial (R\$)	Vagas	Valor de Inscrição
Agente Administrativo I	Ensino médio completo	220 h/mês	2.185,00	02	R\$ 90,00
Agente Administrativo II	Ensino médio completo	220 h/mês	2.472,50	02	R\$ 90,00
Agente Legislativo	Ensino médio completo	220 h/mês	2.645,00	01	R\$ 90,00
Agente de Comunicação	Ensino médio completo	220 h/mês	2.760,00	01	R\$ 90,00

QUADRO 2 - CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial (R\$)	Vagas	Valor de Inscrição
Analista de Controle Interno	Curso Superior em Contabilidade ou Direito, com a devida habilitação junto ao CRC/OAB, ou especialização específica em Controle Interno.	110 h/mês	3.105,00	01	R\$ 130,00
Consultor Jurídico	Curso Superior em Direito, com a devida habilitação junto a OAB	30h/semana	7.530,63	CR	R\$ 130,00



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

- 2.2 O número de vagas previstas, conforme Anexo I, refere-se à nomeação no prazo de validade do presente Concurso, podendo ser acrescidas novas vagas que surgirem ou forem criadas durante a validade deste Concurso.
- 2.3 O ingresso no quadro dos cargos efetivos de carreira se dá no nível e referência inicial da respectiva carreira.
- 2.4 O candidato admitido é submetido ao regime estatutário, com direitos, vantagens, obrigações e atribuições especificadas nas Leis Municipais e alterações citadas no item 1.7 e suas alterações posteriores.
- 2.4.1 O candidato admitido deve prestar serviços dentro do horário estabelecido pela administração, observando-se as exigências e as atribuições dos respectivos cargos.
- 2.5 O candidato admitido filia-se ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
- 2.6 O candidato convocado deve comprovar os requisitos exigidos para o cargo durante o período previsto na convocação, com exceção do requisito de escolaridade/formação que poderá ser comprovado até a data da posse.
- 2.7 A nomeação do candidato aprovado no Concurso Público implica na aceitação por parte do candidato de que deve desempenhar as atribuições do cargo, descritas neste Edital, de acordo com as necessidades da Câmara de Garuva.
- 2.8 As atribuições dos cargos estão especificadas no Anexo I, parte integrante deste Edital, sendo que as atribuições ali descritas não limitam nem exoneram os servidores de outras ou novas atribuições que venham a ser criadas por Lei, Decreto, Ordens de Serviço, legislações municipais e normativas sobre a profissão.

3 DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. As inscrições para o **Concurso Público nº 001/2023**, para provimento dos cargos objeto deste Edital, devem ser realizadas de acordo com Cronograma - Anexo V.
- 3.2 As inscrições devem ser realizadas exclusivamente através do *site* oficial da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>), mediante o preenchimento *on-line* de formulário próprio.
- 3.2.1 É permitida somente UMA ÚNICA INSCRIÇÃO por candidato. Eventualmente, se houver mais de uma inscrição pelo mesmo candidato, mesmo que em cargos diferentes, valerá sempre a última inscrição paga.
- 3.3 A homologação das inscrições ocorre após o deferimento do pedido de isenção de taxa de inscrição ou após o recolhimento da respectiva taxa de inscrição, através do pagamento da Guia de Arrecadação.
- 3.4 O valor da taxa de inscrição para cada um dos cargos está especificado no Anexo I deste Edital.
- 3.5 O pagamento da taxa de inscrição deve ser efetuado até a data prevista no Cronograma - Anexo V.
- 3.5.1 Cabe ao candidato verificar se o pagamento agendado foi efetivado e não somente programado.
- 3.6 A Câmara de Garuva e a UNIOESTE/COGEPS não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou a efetivação do pagamento da taxa de inscrição.
- 3.6.1 Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, a Câmara Municipal de Garuva disponibiliza local com acesso à Internet, na Sede da Prefeitura Municipal de Garuva, no endereço Av. Celso Ramos, 1614, em horário comercial, em dias úteis, durante o período de inscrição.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

3.7 A data, o local e o horário de realização das provas são divulgados posteriormente nos sites da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e da Câmara de Garuva (<https://www.camagaruvasc.gov.br/>), conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V.

3.8 Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve inteirar-se das regras deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá, até a data da posse, todos os requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.9 Na hipótese de dados cadastrais digitados incorretamente no ato da inscrição (como, por exemplo, preenchimento automático, em que o computador coloca o nome do dono da conta, e não do candidato), o candidato deve solicitar alteração até a data da homologação definitiva, informando quais alterações devem ser feitas, mencionando os dados que identificam a sua inscrição e anexando uma cópia de um documento com foto, por meio do endereço eletrônico cogeps@unioeste.br.

3.10 O candidato assume total responsabilidade pelas informações prestadas na efetivação da inscrição, pelas consequências de eventuais erros de digitação do nome, documentos pessoais e outros e de omissões ou falsidade de informações no preenchimento de qualquer de seus campos, o que pode implicar na não homologação da inscrição, na eliminação do candidato do Concurso e ainda na nulidade de eventual nomeação.

3.11 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, número do RG, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Concurso Público. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

4 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 Poderá solicitar a isenção de taxa de inscrição:

I – O Candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, e que possua renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo, ou renda familiar mensal de até três salários-mínimos, constatados no ato da inscrição no Concurso Público, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e da Lei Municipal nº 1908 de 27 de outubro de 2015.

II – O candidato Doador de Sangue, conforme disposto na Lei Municipal nº 1908 de 27 de outubro de 2015.

4.2 PARA INSCRITOS NO CADÚNICO (HIPOSSUFICIENTES):

4.2.1 São condições para isenção por hipossuficiência:

- a) é necessário que o candidato tenha efetuado o cadastramento junto ao órgão gestor do Cadastro Único do Município em que reside;
- b) o cadastro e o respectivo Número de Inclusão Social (NIS) do candidato deverão estar devidamente identificados e confirmados na base de dados do CadÚnico até a data da inscrição no Concurso Público nº 001/2023, sendo de inteira responsabilidade do candidato procurar o órgão gestor do CadÚnico do seu Município para a atualização do seu cadastro na base de dados;
- c) somente será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que atender ao disposto no inciso I do item 4.1 e no item 4.2.2.

4.2.2 No ato da inscrição, o candidato deve preencher o campo “Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição” e informar o **número de seu NIS** no campo correspondente.

4.2.3 A análise dos dados dos candidatos que solicitaram a isenção será feita com base nas informações do Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

4.2.4 Os dados informados pelo candidato, no ato da inscrição, deverão ser exatamente iguais aos que foram declarados ao Órgão Gestor do CadÚnico, e estas informações são de inteira responsabilidade do candidato.

4.3 PARA OS DOADORES DE SANGUE:

4.3.1 Para os doadores de Sangue, a isenção da taxa de inscrição fica condicionada à comprovação de duas doações consecutivas de sangue, em um período de 12 (doze) meses anteriores à publicação do presente Edital.

4.3.1.1 Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto por esta lei, somente a doação de sangue realizado a órgãos oficiais ou às entidades credenciadas pela União, Estado ou por Município.

4.3.2 No ato da inscrição, o candidato deve preencher o campo "Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição" e anexar no campo correspondente, **cópia digitalizada da declaração expedida pela entidade coletora**, devidamente atualizada, de que atende à condição.

4.4 O candidato que apresentar comprovante inidôneo ou firmar declaração falsa para se beneficiar da isenção de que trata a presente Lei, além de responder civil e criminalmente, perderá os direitos decorrentes da inscrição no concurso público, sendo considerado inabilitado para o certame.

4.5 A documentação digitalizada e anexada pelos candidatos será apreciada pela Comissão Organizadora da COGEPS/UNIOESTE, que terá a incumbência e a competência para conferir e analisar a documentação, o deferimento ou não do pedido de isenção.

4.5.1 Em qualquer época, se forem constatadas a utilização de documentos falsos ou informações incompatíveis, a UNIOESTE/COGEPS e o Município de Garuva podem realizar diligências para esclarecimento dos fatos, que, se comprovados, implicam no imediato indeferimento do pedido de isenção, podendo os responsáveis ser acionados judicialmente para responder pelo crime de falsidade ideológica.

4.6 Os requerentes tomam conhecimento do deferimento ou do indeferimento de suas solicitações de isenção da taxa de inscrição por Edital, conforme prazo estabelecido no Cronograma – Anexo, por meio dos sites da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e da Câmara Municipal de Garuva (<https://www.camaragaruvasc.gov.br/>),

4.6.1 Com a listagem dos requerimentos deferidos, a UNIOESTE/COGEPS procede à validação da inscrição já realizada e informada.

4.7 Para cumprir todo o procedimento e alcançar o benefício da isenção da taxa de inscrição, o interessado deve, ainda, aguardar o prazo estabelecido para análise e julgamento da Comissão Organizadora da COGEPS.

4.8 É desconsiderado pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que já tenha efetuado o pagamento da taxa de inscrição no certame em andamento.

4.9 Cabe recurso ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, enviado através de *link* na página do Concurso, conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V.

4.10 A homologação do pedido de isenção de taxa de inscrição é divulgada em edital específico, conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V.

4.11 O candidato com pedido de isenção homologado tem a sua inscrição efetivada antes do prazo de vencimento dos boletos.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

4.12 O candidato cujo pedido de isenção da taxa de inscrição não for homologado deve providenciar a impressão da Guia de Arrecadação para pagamento da taxa de inscrição e efetuar o pagamento até o último dia de pagamento previsto no Cronograma - Anexo V.

5 DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

5.1 São condições para a inscrição no Concurso de que trata este Edital:

I – preencher o respectivo formulário de inscrição, disponível no *site* da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e gerar a Guia de Arrecadação;

II – solicitar isenção da taxa de inscrição de acordo com as regras do item 4 deste edital e ter seu pedido deferido; ou

III – efetuar o pagamento da taxa de inscrição nas agências do **Banco do Brasil** ou em seus correspondentes, dentro do prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V.

5.2 O comprovante original de pagamento bancário deve permanecer sob a posse do candidato, para futura comprovação, caso necessário.

5.2.1 Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, cartão de crédito, DOC, PIX, cheque, ordem de pagamento ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital. Também não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.

5.3 A taxa de inscrição, uma vez paga, não é devolvida em nenhuma hipótese, salvo em caso de cancelamento do Concurso.

5.4 Uma vez efetuada a inscrição para determinado cargo, não é admitida transferência da inscrição para outro cargo.

5.5 O candidato que, após o pagamento da inscrição, desejar alterar o cargo para o qual pretende prestar Concurso, pode fazê-lo somente mediante preenchimento de novo formulário de inscrição e pagamento de nova taxa de inscrição, passando a valer, nesse caso, a inscrição referente ao último pagamento efetuado.

5.6 Não é aceita inscrição condicional, nem por correspondência.

5.7 Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados, incluindo o pagamento da taxa de inscrição fora do prazo estabelecido, ela é cancelada, e o fato é publicado para conhecimento dos interessados nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e da Câmara de Garuva (<https://www.camaragaruva.sc.gov.br/>).

6 DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 É assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever neste Concurso Público para admissão em cargo público cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, observadas as exigências de escolaridade, aptidão e qualificação profissional, nos termos da lei.

6.1.1 O candidato a que se refere o item 6.1 deve observar, no ato da inscrição, além das condições gerais estabelecidas neste Edital, também as condições especiais previstas neste item, para que possa fazer uso das prerrogativas facultadas ao grupo em questão.

6.2 São consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ("A pessoa com visão monocular tem direito de concorrer, em Concurso Público, às vagas reservadas aos deficientes"), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

6.2.1 O interditado legalmente não pode concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência (PCD), independentemente do tipo e do nível de deficiência em que estiver enquadrado.

6.2.2 Não são consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.

6.2.3 O candidato com necessidade especial ou com deficiência, conforme prevê o Art. 37, Inciso VIII, da Constituição Federal, a Lei Estadual 15.139, de 31 de maio de 2006, Decreto Federal 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 481 de 17 de dezembro de 2020, concorrerá a todas as vagas, sendo-lhe reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada cargo previsto em edital, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência.

6.2.4 Quando o número de vagas reservadas às pessoas com deficiência resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco) ou para número inteiro inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

6.2.4.1 Também se aplica o percentual de 5% (cinco por cento) ao total de vagas oferecidas no Concurso Público, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência.

6.2.4.2 Sendo o número de vagas previsto inferior a 10 (dez) por cargo, o percentual de vagas a ser reservado à pessoa com deficiência será observado ao longo do período de validade do Concurso Público, em relação às vagas que surgirem ou que forem criadas.

6.2.4.3 A observância do percentual de vagas reservadas aos candidatos com deficiência dar-se-á durante todo o período de validade do Concurso Público e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos.

6.3 No ato da inscrição pela internet, o candidato com deficiência fica ciente das condições previstas neste Edital, das atribuições do cargo pleiteado e de que, no caso de vir a exercê-lo, está sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais.

6.3.1 O candidato com deficiência deverá, no ato da inscrição, anexar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sob pena de o pedido ser indeferido por falta de informações no laudo.

6.3.2 Não são aceitos laudos médicos emitidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação deste Edital.

6.3.3 Os laudos médicos devem ser emitidos por especialista da área de sua deficiência.

6.4 O candidato com deficiência ou aquele que necessite de atendimento diferenciado no dia da realização das provas do Concurso deve requerê-lo no ato da inscrição, indicando os recursos necessários para a realização das provas no campo **"Necessita de atendimento especial para realização da Prova?"**.

6.4.1 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deve requerê-lo no ato da inscrição pela internet, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, anexando de forma digitalizada a comprovação da deficiência.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

6.4.2 Sem prejuízo à apresentação do laudo, o candidato poderá ser submetido a procedimento para verificação da condição declarada, inclusive durante a realização do exame médico. Detectada eventual fraude na declaração de pessoa com deficiência, o candidato será eliminado do Concurso Público, com anulação de todos os atos e efeitos já produzidos, se candidato, e à pena de demissão se nomeado.

6.4.3 O candidato com deficiência, resguardadas as condições especiais, participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida para aprovação.

6.4.4 Para os candidatos surdos que usam Libras será garantida a tradução e/ou interpretação das instruções gerais e a presença de tradutor(es) e intérprete(s) de Libras no decorrer da prova, desde que solicitado no ato da inscrição.

6.4.5 Aos candidatos surdos e/ou com baixa visão será garantida a prova ampliada, bem como o uso de lupa e a tradução e/ou interpretação das instruções gerais e a presença de tradutor(es) e intérprete(s) de Libras no decorrer da prova, desde que solicitado no ato da inscrição.

6.4.6 Ao candidato surdo-cego será garantido o leitor/transcritor e guia intérprete no decorrer de toda a prova, desde que solicitado no ato da inscrição.

6.4.7 Aos candidatos contemplados nos itens 6.4.4 e 6.4.6, a prova não será traduzida/interpretada na sua integralidade para Libras.

6.5 O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de cargo, relotação, reopção de vaga, readaptação, redução de carga horária, alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições e assistência de terceiros no ambiente do trabalho e para o desempenho das atribuições do cargo.

6.6 O candidato com deficiência que não se enquadre nas categorias definidas na legislação citada tem sua inscrição homologada na lista geral de candidatos (ampla concorrência).

6.7 Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas são preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

7. DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1. Excluindo-se os casos de candidatos com deficiência, o candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização da Prova Objetiva deve:

I – no ato da inscrição, indicar, no *site* da UNIOESTE/COGEPS, os recursos especiais necessários, conforme item 7 e subitens deste Edital, sob pena de não ter sua solicitação atendida, não sendo admitida a interposição de recurso nestas hipóteses;

II – anexar a documentação demonstrando a necessidade de condição especial solicitada até a data limite das inscrições.

7.2 O candidato que não solicitar o atendimento especial e que não especificar os recursos necessários para tal atendimento não tem direito ao referido atendimento no dia de realização das provas.

7.3 Não são deferidos os pedidos que forem acompanhados apenas de laudo/documentos, sem a explicitação da necessidade.

7.4 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, é atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

7.5 Não é permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso nas dependências do local de aplicação das provas, excetuando-se os casos previstos para amamentação.

7.6 DA CANDIDATA LACTANTE

7.6.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim, informando à COGEPS, pelo e-mail cogeps@unioeste.br, o nome do acompanhante a ser autorizado a entrar no local de prova com a criança.

7.6.2 No dia da realização da prova, o acompanhante adulto responsável pela guarda da criança, que teve seu nome informado, deve comparecer com a criança no local da realização da prova e fica em uma sala reservada.

7.6.3 Terminada a amamentação, o acompanhante deve deixar o local com a criança, podendo voltar caso seja necessário.

7.6.4 A candidata que não levar acompanhante adulto não pode permanecer com a criança no local de realização das provas.

7.6.5 A Câmara de Garuva e a UNIOESTE/COGEPS, através da banca examinadora do certame, não disponibilizam acompanhante para guarda da criança.

7.6.6 Não há compensação do tempo de amamentação no tempo de duração da prova.

8 DO CONCURSO

8.1 O Concurso Público de que trata este Edital constitui-se de Prova Objetiva (PO) de acordo com as especificidades de cada cargo.

8.2 DA PROVA OBJETIVA (PO)

8.2.1 A Prova Objetiva (PO) será realizada na data prevista no Cronograma – Anexo V, sujeito a mudanças de acordo com o número de candidatos inscritos e a oferta de lugares na no Município de Garuva - SC.

8.2.1.1 A definição dos horários e locais da realização das Provas Objetiva para cada cargo específico é publicada nos endereços oficiais do Concurso, após a homologação das inscrições, com no mínimo 07 (sete) dias de antecedência da prova, através de editais específicos publicados nos sites da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e da Câmara de Garuva (<https://www.camaragaruva.sc.gov.br/>).

8.2.3 A Prova Objetiva (PO) para todos os cargos têm duração máxima de 03h00min (três horas) para os cargos, incluído o tempo para assinatura e preenchimento das respostas no cartão de respostas.

8.2.3.1 O candidato pode se retirar do local de provas somente após 60 (sessenta) minutos do início de sua realização, sob pena de eliminação, levando consigo o caderno de provas que contém cópia do gabarito.

8.2.4 É eliminado do Concurso Público o candidato que obtiver, na Prova Objetiva (PO), a nota correspondente a **50,0 (cinquenta)** do valor total da prova e/ou que obtiver nota **0 (zero)** em pelo menos uma das áreas do conhecimento.

I – A Prova Objetiva para os cargos de **Nível Médio** tem caráter **classificatório** e **eliminatório** e é composta de 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha, contendo 05 (cinco) alternativas (do tipo **A, B, C, D e E**), sendo somente uma alternativa correta, atribuindo-se o valor, conforme quadro abaixo, para cada questão correta, totalizando **100 (cem) pontos**.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

Área de Conhecimento	Nº de Questões	Tipo de Questões	Pontuação	Total de Pontos
Língua Portuguesa	10	Objetivas	Acertos x 2,0	20
Raciocínio Lógico	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Legislação	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Conhecimentos Específicos do Cargo	20	Objetivas	Acertos x 3,0	60
TOTAL				100,00

II – A Prova Objetiva para os cargos de **Nível Superior** tem caráter **classificatório e eliminatório** e é composta de 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha, contendo 05 (cinco) alternativas (do tipo **A, B, C, D e E**), sendo somente uma alternativa correta, atribuindo-se o valor, conforme quadro abaixo, para cada questão correta, totalizando **100 (cem) pontos**.

Área de Conhecimento	Nº de Questões	Tipo de Questões	Pontuação	Total de Pontos
Língua Portuguesa	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Raciocínio Lógico	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Legislação	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Conhecimentos Específicos do Cargo	25	Objetivas	Acertos x 2,8	70
TOTAL				100,00

8.2.4.1 O conteúdo programático para todas as áreas do conhecimento da Prova Objetiva está contido nos Anexos III e IV deste Edital.

8.2.5 O resultado da Prova Objetiva (PO) para cada um dos cargos, compreendendo os candidatos que nela se classificaram, é divulgado, considerando-se a ordem de classificação, nos sites da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e da Câmara de Garuva (<https://www.camaragaruva.sc.gov.br/>).

8.2.5.1 O candidato que não for classificado, tem sua nota divulgada seguida do termo “desc”, e os ausentes tem seus nomes divulgados como “Ausente” e “desc”.

8.2.5.2 O caderno de prova é publicado em formato PDF na página da COGEPS em até um dia após a publicação do gabarito provisório.

8.2.6 A correção da Prova Objetiva é feita por meio de leitura óptica do cartão-resposta, sem interferência humana.

8.2.6.1 Não são consideradas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ou que estejam em desacordo com as orientações de preenchimento no referido cartão-resposta.

8.2.7 A pontuação total de cada prova se constitui da soma dos pontos obtidos pelos acertos em cada item, considerando-se seu peso respectivo.

8.2.8 O gabarito provisório das questões da Prova Objetiva é divulgado pela internet nos sites da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e da Câmara de Garuva (<https://www.camaragaruva.sc.gov.br/>) até um dia após a realização da Prova Objetiva (PO).



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

8.2.9 O uso de máscara durante todo o processo da Prova Objetiva (PO) será opcional.

8.2.10 Caso, por qualquer razão fortuita, as provas sofram atraso em seu início ou sejam interrompidas, os candidatos afetados têm sempre assegurado o tempo total para realização da prova previsto neste Edital.

8.2.10.1 Em ocorrendo tais situações, os candidatos atingidos devem permanecer no seu local de prova e atender às orientações dos coordenadores e fiscais, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

8.2.11 Os 03 (três) candidatos remanescentes na sala deverão acompanhar o fechamento dos envelopes e rubricar o lacre dos gabaritos e a ata de fechamento das provas.

9 DOS RECURSOS

9.1 Caberá recurso, devidamente **fundamentado**, dirigido à UNIOESTE/COGEPS, conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V, através de **link na página do Concurso**, às etapas abaixo descritas:

I – do Edital de Abertura;

II – do Resultado de Pedido de Isenção;

III – da Homologação das Inscrições;

IV – do Gabarito Provisório, quanto às questões da Prova Objetiva;

V – do Resultado Final;

VI – outros Recursos.

9.1.1 É desconsiderado o recurso que não for devidamente fundamentado, bem como os encaminhados de forma diferente e/ou que se refira a outra questão da prova do que os estabelecidos no item 9.1.

9.2 Os recursos são realizados através de **link na página do Concurso** e apreciados por uma banca examinadora designada pela UNIOESTE/COGEPS, que emite decisão fundamentada, a qual é enviada através de e-mail especificado no formulário de recurso e disponibilizada nos sites da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e da Câmara de Garuva (<https://www.camaragaruva.sc.gov.br/>).

9.2.1 Ao preencher o formulário de recurso disponível na área do candidato, o espaço reservado ao texto do recurso não pode conter qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

9.3 Os recursos fundamentados referentes às demais etapas do concurso previstas no item 9.1, devem ser enviados para o e-mail cogeps@unioeste.br, conforme os prazos estabelecidos no Cronograma - Anexo V.

9.3.1 Todo e-mail direcionado à COGEPS/UNIOESTE deve constar a identificação do candidato e do concurso sobre o qual ele deseja informações.

9.4 Cabe a cada candidato apenas UM recurso por questão da Prova Objetiva, sujeito à não análise dos recursos caso contrário.

9.4.1 Se qualquer recurso quanto às questões da Prova Objetiva for julgado procedente, determinando a anulação ou a alteração do resultado da questão, é emitido novo gabarito.

9.4.2 Os pontos relativos às questões anuladas são atribuídos a todos os candidatos que fizeram a Prova Objetiva.

9.5 Se qualquer recurso quanto às demais etapas do Concurso Público for julgado procedente, determinando a alteração de notas e resultados, é publicado novo Edital específico.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

9.6 Recebido o recurso, a COGEPS emite, dentro do prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V, decisão fundamentada, a qual é enviada através de e-mail especificado e disponibilizado no *site* da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>).

10 DO RESULTADO FINAL

10.1 A classificação final dos candidatos é publicada nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e da Câmara de Garuva (<https://www.camaragaruva.sc.gov.br/>).

10.2 A publicação do resultado final do Concurso Público é feita em 03 (três) listas, por ordem decrescente da pontuação final, sendo a primeira a lista geral com a pontuação de todos os candidatos, inclusive a de pessoas com deficiência e pessoas pretas e pardas; a segunda lista contendo somente a pontuação dos candidatos PcD (pessoa com deficiência); e a terceira lista contendo somente a pontuação dos candidatos PPP (pessoas pretas e pardas).

10.3 A classificação final no Concurso Público resulta da pontuação obtida pelos candidatos em forma decrescente.

10.4 Todos os cálculos para composição de média citados neste Edital são considerados até a segunda casa decimal, sendo que as notas das provas ou a nota final não sofrem nenhum processo de arredondamento ou aproximação.

10.4.1 O Resultado Final para todos os cargos considera a nota da Prova Objetiva (PO).

10.5 Em caso de empate na nota final do Concurso Público, como critério de desempate, tem preferência o candidato que, sucessivamente:

I – Tiver maior idade entre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/2003 (Lei do Idoso), completos até o último dia de inscrição, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

II – Ter desempenhado a função de mesário em processos eleitorais (conforme Lei municipal nº 1.728 de 21 de outubro de 2013);

III – Obter maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;

IV – Obter maior nota na prova de Língua Portuguesa;

V – Obter maior nota na Prova de Raciocínio Lógico;

VI – Obter maior nota na Prova de Legislação;

VII – Tiver maior idade entre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos;

VIII – For sorteado em sorteio em sessão pública, com data a ser definida pela Comissão Organizadora do Concurso.

10.6 DA CONVOCAÇÃO

10.6.1 A convocação dos candidatos classificados no limite de vagas para assumirem o cargo para o qual concorreram e para o qual se classificaram é feita pela Câmara de Garuva, após a realização do Concurso Público e durante seu prazo de validade, ficando a concretização desse ato condicionada à oportunidade e à conveniência da Administração Municipal.

10.6.2 A admissão dos candidatos obedece, impreterivelmente, à ordem de classificação constante do resultado final.

10.6.3 O candidato, após nomeado e empossado, é submetido a estágio probatório de 3 (três) anos, nos termos da legislação vigente.

10.6.3.1 A avaliação do servidor com deficiência, durante ou após o período de estágio probatório, deve considerar as condições oferecidas pelo órgão para o efetivo desempenho de suas atribuições.

10.6.4 Os editais relativos às convocações posteriores à divulgação da homologação do resultado do Concurso Público são organizados e publicados no *site* da Câmara de Garuva (<https://www.camaragaruva.sc.gov.br/>).



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

10.6.5 É convocado o candidato que se classificar no limite de vagas ou que, como candidato remanescente, for convocado após o limite de vagas.

10.6.6 Chamadas remanescentes, caso sejam necessárias, são feitas até alcançar o número de vagas previsto para o cargo, respeitando os prazos legais, e são objeto de publicação específica com os nomes dos novos candidatos convocados.

10.6.6.1 Preenchidas as vagas ofertadas, os candidatos remanescentes aprovados podem ser nomeados, dependendo da abertura de novas vagas no quadro de pessoal e da necessidade dos serviços, obedecendo-se o prazo de validade do Concurso Público e a respectiva ordem de classificação.

10.6.6.2 A Administração Municipal não fica obrigada a nomear os candidatos aprovados além do limite das vagas ofertadas.

10.6.7 O candidato convocado que não cumprir os requisitos exigidos para a posse, no prazo estabelecido no ato de nomeação, é eliminado do certame.

10.6.8 O candidato convocado será submetido a exames médicos, psicossociais e clínicos para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo, pela Perícia Médica Oficial ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

10.6.9 Os exames laboratoriais e complementares serão listados no Edital de convocação para assumir a vaga, de acordo com as exigências de cada cargo, sendo de responsabilidade do candidato aprovado apresentá-los ao Médico do Trabalho na hora da consulta, sob pena de caracterizar-se a desistência do candidato, de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) vigente.

10.6.10 Para os fins a que se destina, só terão validade os exames admissionais executados pelos profissionais e nos locais credenciados pela Câmara.

10.6.11 O Atestado de Saúde Ocupacional e Psicológico é emitido com a conclusão de APTO ou INAPTO para o cargo ao qual o candidato concorreu.

10.6.12 Os candidatos considerados inaptos nos exames médicos admissionais e ou psicológicos, ou que não se sujeitarem a realizá-los, são eliminados do Concurso Público.

10.6.13 O candidato com deficiência que for convocado para exames médicos admissionais deve submeter-se aos exames complementares que a Perícia Médica entender necessários para a comprovação da deficiência declarada e da compatibilidade para o exercício do cargo.

10.6.14 Aqueles que forem aprovados no concurso público deverão, obrigatoriamente, manter seu endereço atualizado, sendo de responsabilidade exclusiva do interessado a manutenção de seus dados cadastrais.

10.6.15 A convocação será publicada através do Diário Oficial do Município, sendo dever do candidato fazer o acompanhamento das publicações.

10.6.16 O município irá convocar os candidatos uma vez através do endereço de e-mail informado pelo candidato no ato de inscrição.

11 DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A INVESTIDURA, POSSE E EXERCÍCIO NO CARGO

11.1 São requisitos mínimos para o ingresso no quadro de pessoal da Prefeitura de Garuva:



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

- I – ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
- II – ter completado 18 (dezoito) anos;
- III – estar em pleno exercício dos direitos políticos;
- IV – ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura;
- V – possuir a escolaridade exigida e/ou habilitação e demais requisitos para o exercício do cargo;
- VI – declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
- VII – apresentar quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- VIII – não ter sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público;
- IX – ter sido aprovado e classificado no Concurso Público de que trata este Edital;
- X – apresentar Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, nos locais onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
- XI – não ter sido demitido ou dispensado de cargo ou função pública, Federal, Estadual ou Municipal, por justa causa.
- XII – atender às demais exigências contidas neste Edital.

11.2 A posse é a aceitação expressa das atribuições, dos deveres e das responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossando.

11.3 Na impossibilidade de o candidato nomeado tomar posse, esta pode ser realizada mediante procuração específica, por instrumento público.

11.4 Caso a posse não se efetive por culpa do nomeado, dentro dos prazos de 30 dias após a nomeação, tornar-se sem efeito a nomeação.

11.5 Será excluído do Concurso Público o candidato que não aceitar as condições estabelecidas para o exercício do cargo e/ou recusar a nomeação ou, consultado e nomeado, deixar de tomar posse ou de entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da posse.

11.6 No ato da convocação, o candidato deve apresentar os documentos listados no Anexo VI deste Edital, com originais acompanhadas de cópias a serem autenticadas no seu recebimento, dentro do prazo estabelecido.

11.7 Além da comprovação dos requisitos especificados neste item, nos Anexos I e VI deste Edital, ao candidato pode ser solicitada, por ocasião da nomeação, a apresentação de outros documentos que se fizerem necessários, por força de disposição legal de edição superveniente ou visando esclarecer situação de fato constatada com a apresentação da documentação pelo candidato.

11.8 A não apresentação de documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a nomeação no cargo, conforme especificados neste Edital, ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente ou que forem considerados necessários impede a posse do candidato e o exercício do cargo, e, automática e consequentemente, implica a sua eliminação do Concurso Público.

11.9 Havendo aprovados nas cotas de pessoa com deficiência PcD e Pessoas Pretas e Pardas para o mesmo cargo, a ordem de chamamento será a maior nota final da prova.

11.9.1 Havendo situação de empate referente ao item 11.9 serão aplicados os critérios de desempate elencados no item critérios gerais de desempate elencados no item 10.5.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

12.1 A Câmara de Garuva, a Comissão do Concurso Público nº 001/2023 e a UNIOESTE/COGEPS estão isentos de qualquer responsabilidade por acidentes que resultarem na incapacidade parcial ou total do candidato, originado por imprudência, imperícia ou negligência, durante a realização de qualquer das etapas do Concurso Público.

12.2 Os Anexos deste Edital ficam dispostos da seguinte maneira:

Anexo I – Quadro de cargos e vagas;

Anexo II – Atribuições específicas por cargo;

Anexo III – Conteúdo programático geral;

Anexo IV – Conteúdo programático específico por cargo;

Anexo V – Cronograma;

Anexo VI – Documentos a serem exigidos no ato da nomeação.

12.3 É permitido aos candidatos portar apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, sendo ainda permitido uso de garrafa de água transparente sem rótulo.

12.4 Não é permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo.

12.4.1 Especificamente, não é permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógios analógicos ou digitais, *smartwatch* ou qualquer outro aparelho eletrônico, armas de qualquer espécie, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da Câmara de Garuva ou da COGEPS/UNIOESTE sobre tais equipamentos.

12.4.2 O candidato deve guardar dentro da sacola para pertences os objetos pessoais, chaves, controles, moedas, etc.

12.4.3 Celulares devem ser guardados desligados e acomodados em local especificado pela fiscalização de prova.

12.4.4 No caso de o candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando qualquer dos itens citados acima, o fato é automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência, e o candidato é eliminado automaticamente do processo de seleção.

12.4.5 Para evitar qualquer situação dessa natureza, o candidato deve evitar portar, no ingresso ao local de provas, quaisquer equipamentos acima relacionados.

12.4.6 Não é permitido, durante a realização da prova, o uso de óculos escuros, relógios, gorros, bonés ou qualquer outro acessório que impeça a visão total às orelhas do candidato, os quais devem ser guardados pelos candidatos em local adequado.

12.4.7 Os candidatos com cabelos longos devem comparecer ao local de prova com os cabelos em condições que permitam a visualização das orelhas no momento de entrada no local de prova.

12.5 O ingresso na sala de prova somente é permitido ao candidato munido de um dos documentos abaixo discriminados, apresentados de forma legível e em via original:

I – Carteira de Identidade;

II – Carteira de Identidade fornecida por órgão ou Conselho de representação de classe;

III – Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com fotografia) que contenha o número da Carteira de Identidade e/ou Carteira de Habilitação Digital;

IV – Passaporte brasileiro, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que por lei Federal valham como identidade;



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

V – Carteira de Trabalho expedida depois de 10 de outubro de 1969.

12.6 A identificação especial é exigida do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas relativas à fisionomia e/ou assinatura, compreendendo coleta de assinaturas e/ou impressão digital.

12.7 No caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade, o candidato deve apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização das provas e, ainda, ser submetido à identificação especial de que trata o subitem anterior.

12.8 Não são aceitos como documentos de identidade para ingresso na sala de prova: Carteira de Trabalho expedida antes de 10 de outubro de 1969, Certificado de Reservista, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF), Carteira Nacional de Habilitação sem foto ou vencida, carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados e outros documentos que não constem no subitem 12.5.

12.9 Não é aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento de identidade.

12.10 A assinatura do candidato é lançada em lista de presença, especialmente elaborada com o respectivo número de identificação.

12.11 Não é permitido o ingresso do candidato no local determinado para a realização das provas após o horário preestabelecido ou sem a apresentação de um documento oficial de identificação com foto, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do Concurso Público.

12.12 Uma vez que o candidato entre na sala de provas, deve, de imediato, desligar seu celular e guardar todos os seus pertences.

12.13 A inscrição do candidato implica o conhecimento deste Edital e das disposições da legislação mencionada no preâmbulo deste Edital e na concordância com todas as condições neles estabelecidas.

12.14 O fiscal de sala orienta os candidatos, quando do início das provas, que os únicos documentos que podem permanecer sobre a carteira são o documento de identidade original e a folha de resposta (gabarito), devendo os dados de identificação este serem conferidos pelo próprio candidato e assinado por este.

12.15 O candidato pode obter informações referentes ao Concurso Público junto à UNIOESTE ou relatar fatos ocorridos durante sua realização por meio do endereço eletrônico cogeps@unioeste.br ou pelo telefone (45) 3220-3099, durante o horário de atendimento das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira.

12.16 Os candidatos não são informados por telefone ou por mensagem via correio eletrônico a respeito de datas, locais e horários de realização das provas.

12.16.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar e observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados nos locais previstos neste Edital.

12.16.2 Não são fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

12.17 Os casos omissos ou não previstos neste Edital são resolvidos pela Comissão Organizadora do Concurso Público.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

12.18 O candidato que terminar sua prova não pode utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando prova.

12.19.1 Caso haja o uso indevido do armamento ou coação a terceiros, a organização deve informar o fato às autoridades competentes, para adoção de medidas legais vigentes.

12.20 A UNIOESTE/COGEPS pode, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos, utilizar detectores de metais durante a realização da prova e adotar medidas adicionais de segurança.

12.21 Será solicitado que o candidato guarde dentro da sacola para pertences os objetos pessoais, chaves, controles, moedas etc. celulares devem ser guardados desligados.

12.22 Será eliminado e desclassificado do Concurso Público o candidato que, por qualquer motivo:

I – Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do Concurso Público;

II – for flagrado, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, seja oralmente, por escrito ou por gestos e sinais de qualquer natureza;

III – descumprir o disposto nos subitens 12.4 e seus subitens;

IV – tiver atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

V – perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, causando comportamento indevido;

VI – for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

VII – não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

VIII – ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta;

IX – afastar-se da sala, enquanto estiver realizando a prova, sem o acompanhamento de fiscal;

X – descumprir as instruções contidas no caderno de questões e no cartão-resposta;

XI – não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, coleta da impressão digital durante a realização das provas;

XII – for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;

XIII – recusar-se a ser submetido ao detector de metal ou outros procedimentos de segurança que forem utilizados na realização das provas;

XIV – não comparecer às Prova Objetiva ou Prova Prática ou chegar após o horário estabelecido em Edital para a realização da prova.

12.23 Os dois últimos candidatos de cada sala ficam retidos para assinarem, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.

12.24 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a UNIOESTE/COGEPS tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que é registrado em atas de sala e de coordenação.

12.25 As datas de divulgação e resultados e outros itens deste Edital podem sofrer, sem prévia comunicação, eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que é mencionada em comunicado oportunamente divulgado pela UNIOESTE/COGEPS e pela Câmara de Garuva, nos endereços eletrônicos <https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes> e <https://www.camaragaruva.sc.gov.br/>, e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Garuva, Estado de Santa Catarina, 10 de agosto de 2023.

CARLOS LEITE FILHO
Presidente da Câmara de Garuva



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

ANEXO I - QUADRO DE CARGOS E VAGAS PARA O CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023

QUADRO 1 – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial (R\$)	Vagas	Valor de Inscrição
Agente Administrativo I	Ensino médio completo	220 h/mês	2.185,00	02	R\$ 90,00
Agente Administrativo II	Ensino médio completo	220 h/mês	2.472,50	02	R\$ 90,00
Agente Legislativo	Ensino médio completo	220 h/mês	2.645,00	01	R\$ 90,00
Agente de Comunicação	Ensino médio completo	220 h/mês	2.760,00	01	R\$ 90,00

QUADRO 2 - CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária	Vencimento Inicial (R\$)	Vagas	Valor de Inscrição
Analista de Controle Interno	Curso Superior em Contabilidade ou Direito, com a devida habilitação junto ao CRC/OAB, ou especialização específica em Controle Interno.	110 h/mês	3.105,00	01	R\$ 130,00
Consultor Jurídico	Curso Superior em Direito, com a devida habilitação junto a OAB	30h/semana	7.530,63	CR	R\$ 130,00



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

ANEXO II - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

AGENTE ADMINISTRATIVO I

Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores; Realizar serviços simples de escritório, arquivando documentos, carimbando, protocolando, colhendo assinaturas, fornecendo numeração de correspondências, entre outros; Efetuar o controle dos bens patrimoniais da Câmara; Operacionalizar sistema próprio de patrimônio para efetivação dos lançamentos/baixa do bens patrimoniais, bem como o controle do uso dos mesmos; Registrar, inventariar, proteger e concentrar bens móveis, imóveis e semoventes; Atender ao público, pessoalmente ou por telefone, registrando e fornecendo informações relativas às pessoas, localização e setores da Câmara; Receber e distribuir internamente correspondências, pequenos volumes e expedientes, separando-os por destinatário, observando o nome e a localização; Auxiliar na execução de serviços de almoxarifado, manutenção e organização de estoques e recebimento de materiais; Redigir expedientes administrativos, tais como: ofícios, cartas, comunicações internas, requerimentos, certidões, pedidos de providências, informações, convocações; Sob orientação, expedientes legislativos, como: projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, resoluções de mesa, entre outros; Arquivar e digitalizar documentos; Operar máquina copiadora; Efetuar orçamentos de compras, recebimento, conferência e liquidação de mercadorias/produtos; Operacionalizar sistema de compra em sistema próprio. Efetuar todos os lançamentos relativos à tesouraria em sistema próprio; operar adequadamente os programas e sistemas de informática que gerenciam o processo legislativo da Câmara Municipal, procedendo a alimentação de dados exigidos pelos mesmos; Auxiliar em todas as atividades administrativas que lhe forem solicitadas; Auxiliar na organização e nos sistemas de protocolo e arquivos; executar tarefas correlatas.

AGENTE ADMINISTRATIVO II

Redigir expedientes administrativos, tais como: ofícios, cartas, comunicações internas, requerimentos, certidões, pedidos de providências, informações, convocações; Sob orientação, expedientes legislativos, como: projetos de lei, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, resoluções de mesa, entre outros; Arquivar e digitalizar documentos; Cadastrar e proceder atualizações no índice de leis municipais, base de dados da Câmara de Vereadores; Proceder aos ajustes de configuração e atualização do sítio oficial da Câmara de Vereadores, de modo a adequá-lo às disposições da Lei de Acesso à informação; Fornecer informações públicas, mediante pedidos encaminhados por qualquer pessoa, conforme disposto na legislação pertinente; Acompanhar a utilização dos equipamentos e recomendar, à autoridade superior, o encaminhamento à manutenção, quando necessário. Redigir, sob orientação, contratos administrativos e termos aditivos; Elaborar súmulas e extratos de editais para publicação na imprensa e sítio oficial da Câmara; Protocolar e autuar documentos; Atender telefone e transmitir recados; Efetuar todas as rotinas relativa aos recursos humanos operacionalizando sistema próprio; Controlar a situação funcional de cada servidor, desde seu ingresso até a aposentadoria; manter em dia os registros de controle de estágio probatório, portarias, avanços, licenças, abonos, adicionais, férias, cedências, grade de tempo de serviço, elaborar e confeccionar folha de pagamento dos servidores e Vereadores; emitir contracheques; controlar as atividades; manter o controle de descontos, convênios e seguros; pagamentos de encargos sociais como: INSS, FAP, e desconto de IR; Arquivamento de todos os documentos e processos individuais dos servidores; Prestar informações e expedir certidões aos cargos; Operar máquina copiadora. Manter contato com o público, prestando-lhe informações que estiverem ao seu alcance; Manter cadastro de material e patrimônio; Organizar e atualizar registro de estoque de material existente no almoxarifado; Providenciar, sob orientação, a aquisição de material de consumo e permanente; Distribuir e controlar materiais de consumo e permanente; Efetivar o registro e o controle patrimonial dos bens públicos constante do patrimônio existente na Câmara de Vereadores; Atender solicitações dos Vereadores e Assessorias Parlamentares, como: cópia de documentos, localização de processos, pedidos de manutenção de equipamento do Gabinete; Organizar, registrar, arquivar e desarquivar processos e demais documentos gerados no andamento dos trabalhos administrativo e legislativos da Casa; operar adequadamente os programas e sistemas de informática que gerenciam o processo legislativo da Câmara Municipal, procedendo a alimentação de dados exigidos pelos mesmos. Manter permanente pesquisa de atualização dos trabalhos informatizadas da Câmara, bem como adequar os equipamentos ao ritmo de trabalho e de atualização necessário



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

ao bom desenvolvimento dos trabalhos da Câmara. Elaborar relatórios administrativos mensais e anuais que lhe forem solicitados.

AGENTE LEGISLATIVO

Supervisionar a redação de ofícios, cartas, despachos e demais expedientes de acordo com normas pré-estabelecidas em legislação pertinente; - Redigir atos administrativos mais complexos. - Conferir a datilografia e/ou digitação de documentos por outros servidores executados; - Redigir exposição de motivos, projetos de Lei, Resoluções e outros documentos oficiais que exijam mais discernimento e poder de análise; - Encaminhar documentação à despacho e assinatura; Conferir e encaminhar a redação final das proposições, tais como: projetos de leis, resoluções, indicações, pedidos de providência, etc. - Encaminhar documentação a ser expedida pela Câmara ao setor competente; - Acompanhar os trabalhos legislativos em sessões da Câmara; - Auxiliar vereadores e demais servidores em tarefas necessárias ao bom desempenho dos trabalhos legislativos; - Fornecer aos vereadores documentação necessária ao desempenho das funções legislativas; - Auxiliar a Mesa Diretora nos trabalhos legislativos; - Coordenar o andamento das proposições junto à Diretoria Legislativa; - Executar outras tarefas afins determinadas; - Organizar a pauta das sessões Plenárias. Extraordinárias, audiências públicas e outras; - Acompanhar/ Assessorar as reuniões das Comissões Técnicas, Parlamentares internas e externas, especiais ou outras, confeccionando ata respectiva; - Digitar pareceres técnicos exarados pela relatoria; - acompanhar as comissões em trabalhos externos, anotando as verificações, observações, providências a serem tomadas ou outras informações tidas como importantes para o trabalho das comissões; - Fornecer cópia de documentação aos membros das comissões ou a interessados, quando autorizado pela presidência da comissão; - executar outras tarefas afins quando determinado pela presidência das comissões, presidência da Mesa Diretora ou Superior imediato.

AGENTE DE COMUNICAÇÃO

Elaborar, para distribuição à imprensa, a resenha das sessões plenárias, bem como de comissões previamente votadas e aprovadas, e o noticiário sobre os atos e fatos relevantes, relacionados com as comissões, com o Presidente, e outros interesses da Câmara, com cópia às respectivas lideranças de bancadas, executar tarefas que envolvam relações públicas da Câmara, quando expressamente determinada pela Presidência; coordenar as atividades dos jornalistas que desempenham funções durante as sessões plenárias; redigir e providenciar a publicação de mensagens comemorativas pela Presidência; criar material gráfico quando solicitado e autorizado pelo Presidente; executar serviços fotográficos e de filmagens, de caráter institucional, responsabilizando-se pelo uso e conservação dos equipamentos; manter permanente contato com a imprensa para melhor desempenho de suas funções; promover a divulgação das atividades da Câmara Municipal; manter sempre atualizadas as informações no site institucional; manter arquivo atualizado de noticiário, da imprensa, clipagem, relativo a atos e fatos relacionados com a Câmara de Vereadores, tanto de forma individual como coletiva; acompanhar os Vereadores em reuniões e audiências quando em representações oficiais, elaborando relatórios que ficarão arquivados junto à secretaria; executar outras tarefas correlatas, por determinação da Presidência; veicular notícias e atividades dos mandatos, as quais deverão ser devidamente fornecidas pelos respectivos parlamentares; providenciar a publicação de editais e atuar nas redes sociais; Operar e supervisionar a operação de equipamento de áudio e vídeo. Executar as gravações das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências itinerantes e especiais da Câmara, audiências públicas e demais reuniões da sociedade civil quando liberados pela Diretoria Legislativa ou Presidência; - Manter sob sua guarda e responsabilidade o acervo das gravações; - instalar alto-falantes e microfones nos locais apropriados, ligando os amplificadores por intermédio de conectores elétricos, testando as instalações a fim de apoiar a realização de eventos; - montar e instalar equipamentos de sonorização, retroprojetores, slides e películas, videotape, videocassete e similares; Executar outras atribuições afins.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Atividades de execução qualificada, abrangendo serviços relativos ao Controle Interno do Poder Legislativo; executar a verificação, acompanhamento e providências para correção dos atos administrativos e de gestão fiscal produzidos pelos órgãos e autoridades no âmbito do Poder Legislativo, visando à observância dos princípios



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da economicidade e da razoabilidade; atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, a Lei (federal) 4.320/1964, a Lei Complementar (federal) 101/2000 (LRF), a Lei Complementar (estadual) 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento do Tribunal de Contas (resolução TC-06/2001), a Resolução TC 16/94 e alterações posteriores, a Lei (federal) 8.666/1993 e alterações posteriores, e a legislação local, bem como toda as alterações que vierem a ocorrer na referida legislação ou em nova legislação e normas que venham a ser editadas, relacionadas à administração pública e seus princípios; dentre outros, executar especificamente o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e a guarda dos bens patrimoniais da Câmara, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamentos dos vereadores, servidores ativos e inativos (se for o caso), controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a observância dos limites constitucionais no pagamento dos vereadores e dos servidores da Câmara, a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente da Câmara (art. 54 da LRF), assim como a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º; CF. art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) 202/2000), elaborar os editais de licitação, observados a legislação aplicável; fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazos e condições estabelecidas pela legislação vigente; demais atividades correlatas que lhe sejam atribuídas, bem como o cumprimento das normas exaradas pelo Sistema de Controle Interno Municipal e órgãos de controle externo.

CONSULTOR JURÍDICO

Prestar quando solicitado, assessoramento jurídico à Mesa Diretora, às Comissões, aos Vereadores, emitindo pareceres sobre assuntos em tramitação no Plenário, através de pesquisas de legislação, jurisprudências, doutrinas e instruções regulamentares; estudar e redigir minutas de atos internos ou externos, bem como documentos contratuais de toda espécie, em conformidade com as normas legais. - Interpretar normas legais e administrativas diversas, para responder a consultas dos interessados; - manifestar-se sobre questões de interesse da Câmara e das Comissões que apresentem aspectos jurídicos específicos, orientando a elaboração de relatórios conclusivos; - representar a Câmara em juízo ou fora dele, quando para isso for credenciado. Preparar informações a serem prestadas em mandados impetrados contra Atos da Mesa Diretora - Presidência ou vereança; - Manter a Presidência informada dos processos em andamento, despachos proferidos e providências adotadas; - Organizar e manter coletânea de legislação, jurisprudência, pareceres e outros diplomas legais de interesse do Legislativo, em arquivo próprio; programar e supervisionar as atividades desenvolvidas nas comissões técnicas; exercer atividades correlatas.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CONHECIMENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE NÍVEL MÉDIO
LÍNGUA PORTUGUESA	Compreensão e interpretação de textos. Percepção e compreensão da finalidade de textos de diferentes gêneros; localização de informações explícitas no texto. Inferência de efeitos de sentido de palavras e expressões. Inferência de efeitos de sentido na textualidade. Reconhecimento de relações lógico-discursivas marcadas por conjunções, advérbios, elementos argumentativos, entre outros. Reconhecimento dos efeitos decorrentes do uso de recursos gramaticais. Tópicos de gramática normativa. Funcionamento dos recursos linguísticos. Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de pontuação, da exploração de recursos ortográficos ou morfo sintáticos, de campos semânticos e de outras notações. Compreensão de estruturas temática e lexical complexas.
RACÍOCÍNIO LÓGICO	Conjuntos. Múltiplos e Divisores. Potenciação e Radiciação. Números fracionários e decimais. Problemas envolvendo adição, subtração, multiplicação, e divisão de números naturais e decimais. Pesos e medidas. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Porcentagens. Juros simples. Operações com mercadorias. Perímetro e área de figuras geométricas planas. Funções e gráficos. Análise e interpretação de gráficos e tabelas. Equações de primeiro e segundo grau. Sistemas de equações com duas variáveis. Raciocínio Lógico.
LEGISLAÇÃO	Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal. Lei Orgânica do Município de Garuva - SC Lei Complementar 001/1998 que dispõe sobre o Estatuto dos servidores públicos do Município de Garuva - SC; Leis Complementares, nº. 128/2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários do Legislativo Municipal e alterações. Regimento Interno do Legislativo Municipal.

CONHECIMENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE NÍVEL SUPERIOR
LÍNGUA PORTUGUESA	Compreensão e interpretação de texto(s); Coesão e coerência textuais; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Flexão nominal e verbal; Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo; Concordância nominal e verbal; Emprego da crase; Pontuação; Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo; Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal; Redação Oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, introdução a assuntos preestabelecidos, correspondência oficial.
RACÍOCÍNIO LÓGICO	Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples e composta; Juros simples e compostos; Equação de 1º e de 2º grau; Resolução de sistemas de equações de 1º e 2º grau; Equação exponencial; Função do 1º grau, 2º grau e exponencial; Logaritmo; Progressão aritmética e progressão geométrica; Teoria Geral dos Conjuntos; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema; Geometria; Trigonometria.
LEGISLAÇÃO	Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal. Lei Orgânica do Município de Garuva – SC. Lei Complementar 001/1998 que dispõe sobre o Estatuto dos servidores públicos do Município de Garuva – SC. Leis Complementares, nº. 128/2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários do Legislativo Municipal e alterações. Regimento Interno do Legislativo Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

ANEXO IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO POR CARGO PARA O CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

AGENTE ADMINISTRATIVO I	Noções básicas de administração: planejamento, organização, direção e controle; trabalho em equipe. Atendimento ao público: comunicação, postura profissional e relações interpessoais. Organização e gestão de documentos. Controle de material de expediente: planejamento e utilização e organização do ambiente de trabalho. Conceituação: ata, atestado, certidão, circular, comunicado, protocolo, convite, convocação, ordem de serviço, portaria, requerimento. Qualidade no atendimento: comunicação telefônica e presencial; comportamento no local de trabalho. Relações humanas e interpessoais no trabalho. Segurança do trabalho e qualidade de vida. Noções de administração e as funções administrativas da Câmara: tipo de organização, estruturas organizacionais. Conceitos básicos de patrimônio, arquivologia e almoxarifado. Técnicas de arquivamento: classificação, organização, arquivos correntes e protocolo. Noções básicas de informática: editores de texto (Word), e planilhas eletrônicas (Excel), Apresentação de Slides (Power Point).
AGENTE ADMINISTRATIVO II	Redação Oficial: ofícios, comunicações internas, cartas, requerimentos, protocolo, expedição e distribuição de correspondência. Expediente Funcional e Organizacional. Noções de Organização e Controle de Material de Expediente; Técnicas de Serviços de Escritório. Conceito de Documentação e sua Terminologia. Noções de recebimento e transmissão de informações. Noções básicas de informática: editores de texto (Word), e planilhas eletrônicas (Excel), Apresentação de Slides (Power Point), Correio Eletrônico; Internet; Lei de Acesso à Informação. Noções básicas de relações humanas no trabalho e atendimento ao público. Ética profissional. Noções de Direito Administrativo: contrato administrativo; serviços públicos; bens públicos. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo. Classificação de documentos e correspondências. Técnicas de arquivamento: classificação, organização, arquivos correntes e protocolo. Correspondência oficial: decreto, edital, ofício e memorando. Qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura, formas de tratamento, relacionamento interpessoal. Código de Ética.
AGENTE LEGISLATIVO	Comissões e Sessões, finalidades, modalidades e características. Processo Legislativo. Proposições: espécies, regime de tramitação. Iniciativa: conceito e espécies. Discussão e instrução. Emenda: titularidade do direito de emenda, propositura e espécies. Processos de votação, destaques. Deliberação e quorum. Sanção: tipos. Veto: conceito, prazos, motivação, efeitos ratificação e rejeição. Promulgação: efeitos, competência, casos e formas. Publicação: prazos, vigência, vacância. Procedimento legislativo. Espécies e conceitos. Serviços administrativos da Câmara e publicações. Lei de Responsabilidade Fiscal. Comunicações Oficiais: conceito, finalidade e valor documental. Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Flórida. Atos normativos: conceitos básicos, definição, objeto, forma e estrutura. Atos administrativos: classificação, elementos e conceitos básicos sobre apostila, ata, atestado, alvará, aviso, carta, certidão, circular, declaração, decreto, despacho, edital, exposição de motivos, memorando, mensagem, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, relatório, regimento, regulamento, resolução. Técnica Legislativa: conceitos básicos. Sistemática da Lei. Requisitos essenciais. Normas gerais para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e demais atos normativos. Noções de contabilidade e finanças: Aspectos diversos do orçamento; Princípios orçamentários; Tipos de orçamento; Classificação econômica e funcional da despesa; Sistemas de contas; Noções sobre a receita pública; Tributos e suas espécies; Regimes de caixa e competência, Atos da execução da receita. Atos da execução da despesa pública. Fluxo de caixa; Receitas orçamentária e extraorçamentária. Relacionamento bancário. Processo de compras: fluxo básico do processo de compras, requisição de materiais, cotação, empenho, recebimento e inspeção de materiais. Licitação: Legislação. Conceito. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Fases da licitação. Edital. Habilitação. Classificação. Adjudicação. Anulação e Revogação. Recursos administrativos. Contratos administrativos: Conceito. Características. Cláusulas essenciais. Alteração do contrato. Extinção do contrato.
AGENTE DE COMUNICAÇÃO	Teoria da Comunicação. Ética. Papel social da comunicação. Novas tecnologias e a globalização da informação. Opinião pública: pesquisa, estudo e análise em busca de canais de interação com

23

Edital do Concurso Público nº 001/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

	<p>cada público específico. Classificação de públicos. Planejamento da Comunicação. Planejamento da Imagem Institucional. Comunicação Integrada. Comunicação organizacional. Comunicação dirigida. Comunicação Pública. Relacionamento com a Imprensa. Comunicação Governamental e Política. Noções de Relações Públicas Governamentais. Relações Públicas com comunidades. Comunicação e gerenciamento de crise. Distribuição e divulgação de produtos audiovisuais. Marketing: noções básicas. Técnicas de redação. Gêneros de Redação: informativo, release e relatório. Noções de Relações Públicas e Responsabilidade Social. Noções de Técnicas Administrativas aplicadas às Relações Públicas. Redes, níveis, direções e barreiras na comunicação organizacional. Comunicação organizacional: A Assessoria de imprensa. O papel estratégico da comunicação nas organizações. Comunicação de massa. Gêneros e modelos de redação jornalística na comunicação organizacional. A garantia do direito à informação. Legislação em Comunicação Social: Lei de Imprensa. Informática: Sistema Operacional Windows, Conhecimento sobre o pacote Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint), Internet, Anti-vírus. Criação de interfaces e de layout para apresentações e documentos.</p>
--	--

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	<p>1 Direito Administrativo: Conceito de Administração Pública. Diferenças entre Governo e Administração. Supremacia do Interesse Público. Princípios Básicos da Administração Pública. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Aplicação dos princípios constitucionais e dos demais princípios norteadores da Administração Pública. 2 Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, discricionariedade e vinculação; classificação; espécies, motivação, anulação, revogação e extinção. Agentes públicos. Regime jurídicoconstitucional, art. 37 a 41 da Constituição Federal. 3 Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. 4 Improbidade Administrativa: Lei Federal nº 8.429/92, atualizada até a Lei nº 14.230, de 2021 – sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. Súmulas e Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Contratos Administrativos: ideia central sobre contrato; formalização; execução. Licitações: conceitos, aplicabilidade e prática da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas até a Lei nº 14.133/21. Lei Federal 10.520/2002 – modalidade pregão: conceitos e aplicabilidade. Lei Complementar nº. 101/2000 - Responsabilidade Fiscal: conceitos, aplicabilidade e prática. Lei Federal 4.320/64: conceitos e aplicabilidade. 5 Direito Financeiro: Orçamento público; Princípios orçamentários; Funções do Orçamento; Ciclo Orçamentário. 6 Leis orçamentárias: Plano Plurianual de Ações; Lei de Diretrizes orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Créditos Adicionais; Receita Pública; Classificação, Lei nº 4.320/64; Estágios da Receita Pública; Despesa Pública; Classificação quanto à Lei nº 4.320/64; Estágios da Despesa pública. Controle Da Administração Pública: Controle administrativo: conceito e características. Controle interno e controle externo da Administração Pública. Tutela administrativa, supervisão e vinculação na administração. Controle parlamentar e controle popular. 7 Controle Interno: Definição, objetivos, componentes e limitações de efetividade. Funções da controladoria numa organização; aplicabilidade do conceito de controladoria à gestão pública. Relação entre objetivos e componentes. Ambiente de Controle: integridade e ética, governança corporativa, filosofia gerencial, estrutura organizacional, política e procedimentos de recursos humanos e registros. Avaliação de Riscos: estabelecimento de metas e riscos. Atividades de Controle: tipos de atividade de controle, integração com avaliação de riscos e controles sobre sistemas de informações. Informação e Comunicação. Monitoramento: monitoramento contínuo, avaliações em separado, abrangência e periodicidade, o avaliador, o processo de avaliação, a metodologia, a documentação, o plano de ação e a comunicação das deficiências. Noções de contabilidade pública. 8 Auditoria no Setor Público: princípios, normas técnicas, procedimentos, avaliação de controles internos, papéis de trabalho: relatórios e pareceres. 9 Serviços públicos: conceito; elementos de definição; regime jurídico; titularidade e competência; classificação; regulamentação; formas; delegação da exploração a particulares; permissão e concessão de serviço público. Servidores Públicos: cargo, emprego e função pública. Princípios constitucionais dos servidores públicos. Direitos, vantagens, deveres, proibições e responsabilidade dos servidores públicos.</p>
------------------------------------	--



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

CONSULTOR
JURÍDICO

1 Direito Constitucional: Constituição. Poder Constituinte, Hierarquia das normas jurídicas. Controle da constitucionalidade. Classificação das normas constitucionais quanto à eficácia. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Regime federativo. Intervenção federal. Competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Discriminação de rendas. Da repartição das rendas tributárias. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Poder Legislativo. Processo legislativo. Normas orçamentárias. Poder Executivo: atribuições. Administração Pública. Poder Judiciário. Ordem econômico-financeira e social. Servidores Públicos: aposentadoria, pensão, estabilidade, estágio probatório, disponibilidade. **2 Direito Administrativo:** Regime jurídico-administrativo. Princípios. Administração Pública. Conceito. Classificação da administração Pública. A organização constitucional da Administração Pública. Administração Pública direta e indireta e fundacional. Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Agências Executivas, Agências Reguladoras, Organizações Sociais. Emenda Constitucional 19/98. Os órgãos. Natureza jurídica. Teorias. Conceito. Classificação. Atos administrativos. Elementos. Atributos. Vinculação e Discricionariedade. Validade, perfeição e eficácia. Invalidação dos atos administrativos. Anulação e revogação. Licitação. Aspectos gerais, conceito, finalidade e princípios. Hipóteses de obrigatoriedade, de dispensa e inexigibilidade. Procedimentos. Invalidação, revogação e suspensão da licitação: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/02 (Pregão), Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Recursos administrativos. Apreciação jurisdicional. Sanções. Contratos administrativos. Conceito. Características. Fundamentos. Formalização do contrato. Cláusulas exorbitantes. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo. Revisão e reajuste. Execução dos contratos administrativos. Alteração contratual. Inexecução e extinção dos contratos administrativos. Contratos em espécie. Serviços públicos. Autorização, permissão e concessão de serviço público. Regime jurídico dos agentes públicos. Cargos, empregos e funções públicos. Regime constitucional e jurídico. Classificação. Conceitos. Regime jurídico-administrativo. Prerrogativas. Deveres e direitos. Processo disciplinar. Conceito. Fundamentos. Natureza jurídica. Objeto. Limites. Processo administrativo. Direito de petição e seus instrumentos. Prescrição administrativa. Noção de domínio público. Classificação e caracteres jurídicos dos bens públicos. Utilização e ocupação dos bens públicos: permissão, cessão e concessão de uso. Aforamento. Concessão de domínio. Intervenção do Estado na propriedade. Aspectos gerais. Conceito. Fundamentos. Função social da propriedade. Tratamento constitucional. Formas de intervenção estatal na propriedade. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Ocupação temporária. Requisição administrativa. Desapropriação. Conceito. Objeto. Fundamentos. Espécies. Competência das pessoas jurídicas na desapropriação. Justa indenização. Formas de indenização. Procedimento. Imissão provisória e definitiva de posse. Desistência e consumação. Controle jurisdicional. Retrocessão. Responsabilidade extracontratual do Estado. Controle da Administração Pública. Controle interno e externo. Objetivos. Extensão. Ações constitucionais. Tratamento legislativo infraconstitucional. O Tribunal de Contas. O controle pelo Poder Judiciário. **3 Direito Ambiental:** Princípios Fundamentais do Direito Ambiental. Direito Ambiental Internacional. Responsabilidade Internacional por dano ao meio Ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável. Responsabilidade Civil, Criminal e os meios processuais para defesa do Meio Ambiente. Áreas de Preservação Permanente: Floresta e Fauna. A questão sócio laboral e o Meio Ambiente. Tombamento: instrumento jurídico de proteção do patrimônio natural e cultural. Planos de Mobilidade Urbana Regularização fundiária Lei federal 13465 – REURB. **4 Direito Tributário:** Conceito de tributo. Espécies tributárias e identificação dos critérios desta classificação. Diferença entre taxas e preços públicos. Princípios constitucionais tributários. Competência tributária: conceito, definição e características. Normas gerais de direito tributário, função da lei complementar prevista no Art. 146 da Constituição Federal, fundamento de validade do CTN e demais legislação pertinente aos Estados e Municípios. Fato gerador. Conceito. Obrigação tributária e obrigações acessórias. Lançamento tributário. Crédito tributário. Notificação do lançamento tributário. Alterabilidade e invalidação do lançamento tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária. Fiscalização: competência administrativa da Fazenda Pública. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Tributos em espécie. As Infrações e as Sanções Tributárias. Classificação. Espécies de Sanções. Princípios Aplicáveis. A Responsabilidade por Infrações. Ilícitos ou infrações tributárias e os crimes fiscais. A Denúncia



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

Espontânea. Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Pessoas sujeitas à Lei. Renúncia Fiscal face à Lei de Responsabilidade Fiscal. **5 Direito Civil e Processual Civil:** Aplicação e interpretação das normas jurídicas. Princípios. Personalidade. Capacidade jurídica. Pessoas jurídicas. Domicílio. Bens. Fatos e atos jurídicos. Vícios, dos atos jurídicos. Ineficácia. Condição, termo e modo. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Contratos. Requisitos. Espécies. Compra e venda mercantil. Prestação de Serviços. Locação. Natureza jurídica da ação. Direito de ação e condições para o seu exercício. Classificação 14/17 das ações. Função jurisdicional. Atos processuais. Forma, tempo, prazos e nulidade. Processo e procedimento. Conceito e espécies. Recursos. Conceito, classificação, requisitos e efeitos. Mandado de Segurança. Ação popular. Ação civil pública. Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

ANEXO V - CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

PASSOS	ATIVIDADES	DATAS
1	PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO	
1.1	Publicação do Edital de Abertura do Concurso Público.	10/08/23
1.2	Prazo para impugnação ao Edital de Abertura do Concurso Público.	15/08/23
1.3	Publicação das respostas aos pedidos de impugnação do Edital de Abertura.	16/08/23
2	ISENÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO	
2.1	Período para pedido de isenção da taxa de inscrição.	16/08/23 a 28/08/23
2.2	Publicação do resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.	30/08/23
2.3	Prazo para recurso contra resultado preliminar dos pedidos de isenção de taxa de inscrição.	Até 04/09/23
2.4	Respostas aos pedidos de recurso contra os pedidos de isenção da taxa de inscrição.	05/09/23
2.5	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.	05/09/23
3	PERÍODO DE INSCRIÇÕES	
3.1	Período de inscrições no site da Coordenadoria Geral de Processos Seletivos e Processos Seletivos – UNIOESTE	16/08/23 a 11/09/23
3.2	Data limite para o pagamento da taxa de inscrição.	Até as 18h do dia 12/09/23
4	HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	
4.1	Publicação do Edital Preliminar com a relação dos candidatos inscritos na ampla concorrência, PcD.	15/09/23
4.2	Prazo para interposição de recurso contra o Edital preliminar de homologação das inscrições na ampla concorrência, PcD.	Até 19/09/23
4.3	Respostas aos recursos contra o indeferimento da homologação de inscrições na ampla concorrência, PcD.	22/09/23
4.4	Publicação do Edital Definitivo de homologação das inscrições na ampla concorrência, PcD.	22/09/23
5	PUBLICAÇÃO DOS LOCAIS DA PROVA OBJETIVA, ENSALAMENTO E ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS	
5.1	Publicação do Edital de Convocação dos candidatos com inscrição homologada para a realização da Prova Objetiva, com ensalamento.	06/10/23
6	PROVA OBJETIVA	
6.1	Realização da Prova Objetiva	15/10/23
6.1.1	Abertura dos portões (manhã)	07:10
	Fechamento dos portões (manhã)	08:00
	Início das provas (manhã)	dez minutos após o fechamento do portão
	Término das provas (manhã)	11:10
6.1.2	Abertura dos portões (tarde)	13:10
	Fechamento dos portões (tarde)	14:00
	Início das provas (tarde)	dez minutos após o fechamento do portão
	Término das provas (tarde)	17:10
6.2	Publicação do Gabarito Provisório da Prova Objetiva, dos cadernos de provas e do formulário para recursos.	16/10/23

27

Edital do Concurso Público nº 001/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

6.3	Prazo para interposição de recursos contra o Gabarito Provisório da Prova Objetiva.	Até 19/10/23
6.4	Publicação das respostas aos recursos do Gabarito Provisório da Prova Objetiva.	25/10/23
6.5	Publicação do Gabarito Definitivo da Prova Objetiva.	25/10/23
6.6	Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva, com nota e classificação.	25/10/23
6.7	Prazo para interposição de recursos contra a nota da Prova Objetiva.	Até 27/10/23
6.8	Publicação do Resultado Definitivo da Prova Objetiva, com nota e classificação.	31/10/23
7	RESULTADO FINAL	
7.1	Publicação do Resultado Final do Concurso, com as notas e respectiva classificação.	31/10/23
8	HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO	Após 01/11

***OBS.: Este cronograma tem caráter orientador e pode ser alterado em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Comissão de Concurso e/ou COGEPS, garantida a publicidade legal nos meios de comunicação definidos nas Disposições Preliminares deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA/SC

ANEXO VI - DOCUMENTOS A SEREM EXIGIDOS NO ATO DA NOMEAÇÃO PARA O CONCURSO PÚBLICO **Nº 001/2023**

O candidato aprovado e classificado às vagas ofertadas deve entregar, no ato da nomeação no respectivo cargo, os seguintes documentos, além dos demais requisitos previstos neste Edital:

- a) Cédula de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- c) Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- d) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
- e) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral;
- f) Certidão de Nascimento (quando for solteiro);
- g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
- h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;
- i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
- j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;
- k) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido neste Edital;
- l) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe (quando for o caso);
- m) 1 (uma) foto 3x4 recente;
- n) Comprovante de endereço atual;
- o) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;
- p) Declaração/Termo de conhecimento dos direitos e deveres e o compromisso de fiel cumprimento das atribuições inerentes ao cargo;
- q) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deve ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deve o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
- r) exame de sanidade física e mental, que comprove aptidão para o exercício do cargo e ou função.
- s) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pela Câmara de Garuva no ato da convocação.

OBSERVAÇÕES:

- a) Os atestados apresentados devem estar dentro do período de validade.
- b) Além dos documentos listados acima, a Câmara de Garuva pode (à época da nomeação) em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo revogada a nomeação do candidato que não os apresentar.

EDITAL CONCURSO PREFEITURA

Publicação Nº 5051877



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GARUVA, **Rodrigo Adrianly David**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de provimento de cargo público e de se compatibilizar o quadro de pessoal com as atividades da administração pública e com as diretrizes estabelecidas pela legislação federal e municipal;

Considerando o estabelecimento de igualdade de condições entre os candidatos inscritos;

Considerando a valorização do conhecimento do cargo para o qual o candidato se inscreveu;

Considerando a inclusão na prova de temas previstos dentre os conteúdos publicados, com o objetivo de buscar valorizar o conhecimento dos candidatos;

Considerando o Contrato nº 014/2023, referente ao Processo Licitatório nº 029/2023, firmado entre o Município de Garuva - SC e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE;

Considerando a objetividade de julgamento, por meio da elaboração de Prova Objetiva e do tratamento do processamento das respostas;

Considerando o sigilo na elaboração, impressão e aplicação das provas;

TORNA PÚBLICO o Edital de Abertura de Concurso Público nº 001/2023, referente à realização de Concurso Público de Prova Objetiva e à abertura de inscrições destinadas ao provimento de diversos cargos vagos ou que vierem a vagar durante o prazo de validade do Concurso, de acordo com o número de vagas e demais especificações constantes nos Anexos I a VI deste Edital.

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Este Edital abre inscrição para o processo de seleção referente ao Concurso para Provimento de Cargos Efetivos do Quadro de Servidores Município de Garuva - SC, que leva a certame público vagas para os cargos de acordo com as normas aqui estabelecidas.

1.2 O Concurso, observada a legislação específica, é regido pelas regras estabelecidas no presente Edital e executado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, por meio da Coordenadoria Geral de Concursos e Processos Seletivos - COGEPS, com sede na Rua Universitária, 1619 – CEP 85.819-110, Cascavel/PR, endereço eletrônico <https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes> e correio eletrônico cogeps@unioeste.br, de acordo com o cronograma de atividades.

1.3 O exame de seleção dos candidatos inscritos para o Concurso Público de que trata o presente Edital é individual, independente e se constitui das seguintes etapas:

1ª etapa: Prova Objetiva (PO): Avaliação de conhecimentos com questões de múltipla escolha para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório.

2ª etapa: Prova de Avaliação de Títulos (AT): avaliação de caráter classificatório, destinada aos candidatos aos cargos de Professor Educação Especial, Professor Educação Especial Libras, Professor Licenciatura em Geografia e Professor Licenciatura em Letras, desde que classificados na primeira etapa.

1.3.1 Após a nomeação, o candidato aprovado deve submeter-se a avaliação médica, de caráter eliminatório, com o fim de verificar sua capacidade física e mental, sob a responsabilidade do Município de Garuva.

1.4 A inscrição no Concurso Público implica na aceitação tácita das normas estabelecidas neste Edital, incluindo possíveis alterações que forem publicadas durante a realização do Concurso, bem como de toda e qualquer referência que se faça em relação a Leis, Decretos, Resoluções, Normas e outros instrumentos jurídicos citados no corpo deste Edital.

1.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este

1

Edital do Concurso Público nº 001/2023



Concurso por meio dos sites da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>), e devendo manter atualizados os dados informados no ato de inscrição.

1.6 Admite-se a impugnação deste Edital ou de suas eventuais alterações, desde que o candidato apresente argumentação por escrito e devidamente fundamentada no prazo de 03 (três) dias, a contar de sua publicação, por meio do link na página do Concurso no site da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>).

1.6.1 As respostas aos pedidos de impugnação são disponibilizadas em um único arquivo no site da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>), em até 03 (três) dias após o prazo de recebimento dos pedidos de impugnação.

1.6.2 Todos os prazos fixados neste Edital ocorrem conforme prazos estabelecidos no Cronograma - Anexo V desde que não ocorra alteração do Edital de Abertura.

1.7 Este Concurso dá-se em conformidade com o que dispõem, na Lei Orgânica; Lei Complementar nº 001/98 e alterações, Lei Complementar nº 045/2009 e alterações.

1.8 O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, contados a partir da data de Publicação da homologação do Concurso, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos, a critério da Administração Municipal.

1.9 Os motivos de suspeição e de impedimento devem ser comunicados ao Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público, por escrito, até 03 (três) dias após a publicação da homologação preliminar das inscrições, disponível em www.unioeste.br/concursos.

2 DOS CARGOS, REQUISITOS, NÚMERO DE VAGAS E VENCIMENTO INICIAL

2.1 Os cargos do Concurso Público, os requisitos de admissão, a carga horária, as vagas para a ampla concorrência, o valor da inscrição, o vencimento inicial e o tipo de prova estão estabelecidos nos quadros abaixo, que são parte integrante do Anexo I deste Edital.

2.2 O número de vagas previstas, conforme Anexo I, refere-se à nomeação no prazo de validade do presente Concurso, podendo ser acrescidas novas vagas que surgirem ou forem criadas durante a validade deste Concurso.

2.3 O ingresso no quadro dos cargos efetivos de carreira se dá no nível e referência inicial da respectiva carreira.

2.4 O candidato admitido é submetido ao regime estatutário, com direitos, vantagens, obrigações e atribuições especificadas nas Leis Municipais e alterações citadas no item 1.7 e suas alterações posteriores.

2.4.1 O candidato admitido deve prestar serviços dentro do horário estabelecido pela administração, observando-se as exigências e as atribuições dos respectivos cargos.

2.5 O candidato admitido filia-se ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

2.6 O candidato convocado deve comprovar os requisitos exigidos para o cargo durante o período previsto na convocação, com exceção do requisito de escolaridade/formação que poderá ser comprovado até a data da posse.

2.7 A nomeação do candidato aprovado no Concurso Público implica na aceitação por parte do candidato de que deve desempenhar as atribuições do cargo, descritas neste Edital, de acordo com as necessidades do Município de Garuva.



QUADROS DE CARGOS E VAGAS

QUADRO 1 – CARGO DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária (horas)	Vencimento Inicial (R\$)	Vagas*			Valor de Inscrição (R\$)	Tipo de Prova**
				AC	PcD	PPP		
Auxiliar de Educador	Ensino médio completo	220 h/mês	2.443,30	20	2	3	90,00	PO

QUADRO 2 - CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária (horas)	Vencimento Inicial (R\$)	Vagas*			Valor de Inscrição (R\$)	Tipo de Prova**
				AC	PcD	PPP		
Engenheiro Civil	Graduação em Engenharia Civil e registro no Conselho	110 h/mês	4.175,17	1	0	0	130,00	PO
Engenheiro Florestal	Graduação em Engenharia Florestal e registro no Conselho	110 h/mês	4.175,17	1	0	0	130,00	PO
Farmacêutico	Graduação em Farmácia e Registro no Conselho	110 h/mês	4.175,17	1	0	0	130,00	PO
Fiscal de Meio Ambiente	Ensino Médio e Técnico em Meio Ambiente ou Técnico Ambiental – CNH categoria “C” e ARRAIS	220 h/mês	3.220,00	1	0	0	130,00	PO
Professor Educação Especial	Licenciatura na Área de Atuação e Registro no MEC	40 h/semana	3.524,50	3	1	1	130,00	PO + AT
Professor Educação Especial Libras	Licenciatura na Área de Atuação e Habilitação em Libras e Registro no MEC	40 h/semana	3.524,50	2	0	0	130,00	PO + AT
Professor Licenciatura Em Geografia	Licenciatura na Área de Atuação e Registro no MEC	20 h/semana	3.524,50	1	0	0	130,00	PO + AT
Professor Licenciatura Em Letras	Licenciatura na Área de Atuação e Registro no MEC	10 h/semana	3.524,50	1	0	0	130,00	PO + AT
Psicólogo	Graduação em Psicologia e Registro no Conselho	110 h/mês	3.630,58	1	0	0	130,00	PO
Terapeuta Ocupacional	Graduação em Terapia Ocupacional e registro no Conselho	110 h/mês	3.630,58	1	0	0	130,00	PO

*AC: Ampla Concorrência; PcD: Pessoa com Deficiência; PPP: Pessoas Pretas e Pardas.
**Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,0); Avaliação de Títulos (AT): classificatória.



2.8 As atribuições dos cargos estão especificadas no Anexo I, parte integrante deste Edital, sendo que as atribuições ali descritas não limitam nem exoneram os servidores de outras ou novas atribuições que venham a ser criadas por Lei, Decreto, Ordens de Serviço, legislações municipais e normativas sobre a profissão.

3 DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para o **Concurso Público nº 001/2023**, para provimento dos cargos objeto deste Edital, devem ser realizadas de acordo com o Cronograma - Anexo V.

3.2 As inscrições devem ser realizadas exclusivamente através do *site* oficial da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>), mediante o preenchimento *on-line* de formulário próprio.

3.2.1 É permitida somente UMA INSCRIÇÃO por candidato. Eventualmente, se houver mais de uma inscrição pelo mesmo candidato, mesmo que em cargos diferentes, valerá sempre a última inscrição paga.

3.3 A homologação das inscrições ocorre após o deferimento do pedido de isenção de taxa de inscrição ou após o recolhimento da respectiva taxa de inscrição, através do pagamento da Guia de Arrecadação.

3.4 O valor da taxa de inscrição para cada um dos cargos está especificado no Anexo I deste Edital.

3.5 O pagamento da taxa de inscrição deve ser efetuado até a data prevista no Cronograma - Anexo V.

3.5.1 Cabe ao candidato verificar se o pagamento agendado foi efetivado e não somente programado.

3.6 O Município de Garuva e a UNIOESTE/COGEPS não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por problemas de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou a efetivação do pagamento da taxa de inscrição.

3.6.1 Para os candidatos que não dispuserem de acesso à Internet, a Prefeitura Municipal de Garuva disponibiliza local com acesso à Internet, em sua sede, no endereço Av. Celso Ramos, 1614, em horário comercial, em dias úteis, durante o período de inscrição.

3.7 A data, o local e o horário de realização das provas são divulgados posteriormente nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>), conforme prazo estabelecido no Cronograma – Anexo V.

3.8 Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve inteirar-se das regras deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá, até a data da posse, todos os requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.9 Na hipótese de dados cadastrais digitados incorretamente no ato da inscrição (como, por exemplo, preenchimento automático, em que o computador coloca o nome do dono da conta, e não do candidato), o candidato deve solicitar alteração até a data da homologação definitiva, informando quais alterações devem ser feitas, mencionando os dados que identificam a sua inscrição e anexando uma cópia de um documento com foto, por meio do endereço eletrônico cogeps@unioeste.br.

3.10 O candidato assume total responsabilidade pelas informações prestadas na efetivação da inscrição, pelas consequências de eventuais erros de digitação do nome, documentos pessoais e outros e de omissões ou falsidade de informações no preenchimento de qualquer de seus campos, o que pode implicar na não homologação da inscrição, na eliminação do candidato do Concurso e ainda na nulidade de eventual nomeação.

3.11 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, número do RG, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que

4

Edital do Concurso Público nº 001/2023



essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Concurso Público. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

4 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 Poderá solicitar a isenção de taxa de inscrição:

I – O Candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, e que possua renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo, ou renda familiar mensal de até três salários-mínimos, constatados no ato da inscrição no Concurso Público, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e da Lei Municipal nº 1908 de 27 de outubro de 2015.

II – O candidato Doador de Sangue, conforme disposto na Lei Municipal nº 1908 de 27 de outubro de 2015.

4.2 PARA OS INSCRITOS NO CADÚNICO (HIPOSSUFICIENTES):

4.2.1 São condições para isenção por hipossuficiência:

- a) é necessário que o candidato tenha efetuado o cadastramento junto ao órgão gestor do Cadastro Único do Município em que reside;
- b) o cadastro e o respectivo Número de Inclusão Social (NIS) do candidato deverão estar devidamente identificados e confirmados na base de dados do CadÚnico até a data da inscrição no Concurso Público nº 001/2023, sendo de inteira responsabilidade do candidato procurar o órgão gestor do CadÚnico do seu Município para a atualização do seu cadastro na base de dados;
- c) somente será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que atender ao disposto no inciso I do item 4.1 e no item 4.2.2.

4.2.2 No ato da inscrição, o candidato deve preencher o campo “Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição” e informar o **número de seu NIS** no campo “hipossuficiente”.

4.2.3 A análise dos dados dos candidatos que solicitaram a isenção será feita com base nas informações do Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal.

4.2.4 Os dados informados pelo candidato, no ato da inscrição, deverão ser exatamente iguais aos que foram declarados ao Órgão Gestor do CadÚnico, e estas informações são de inteira responsabilidade do candidato.

4.3 PARA OS DOADORES DE SANGUE:

4.3.1 Para os doadores de Sangue, a isenção da taxa de inscrição fica condicionada à comprovação de duas doações consecutivas de sangue, em um período de 12 (doze) meses anteriores à publicação do presente Edital.

4.3.1.1 Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto por esta lei, somente a doação de sangue realizado a órgãos oficiais ou às entidades credenciadas pela União, Estado ou por Município.

4.3.2 No ato da inscrição, o candidato deve preencher o campo “Pedido de Isenção de Taxa de Inscrição” e anexar no campo correspondente, **cópia digitalizada da declaração expedida pela entidade coletora**, devidamente atualizada, de que atende à condição.

4.4 O candidato que apresentar comprovante inidôneo ou firmar declaração falsa para se beneficiar da isenção de que trata a presente Lei, além de responder civil e criminalmente, perderá os direitos decorrentes da inscrição no concurso público, sendo considerado inabilitado para o certame.



4.5 A documentação digitalizada e anexada pelos candidatos será apreciada pela Comissão Organizadora da COGEPS/UNIOESTE, que terá a incumbência e a competência para conferir e analisar a documentação, o deferimento ou não do pedido de isenção.

4.5.1 Em qualquer época, se forem constatadas a utilização de documentos falsos ou informações incompatíveis, a UNIOESTE/COGEPS e o Município de Garuva podem realizar diligências para esclarecimento dos fatos, que, se comprovados, implicam no imediato indeferimento do pedido de isenção, podendo os responsáveis ser acionados judicialmente para responder pelo crime de falsidade ideológica.

4.6 Os requerentes tomam conhecimento do deferimento ou do indeferimento de suas solicitações de isenção da taxa de inscrição por Edital, conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V, por meio dos *sites* da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>).

4.6.1 Com a listagem dos requerimentos deferidos, a UNIOESTE/COGEPS procede à validação da inscrição já realizada e informada.

4.7 Para cumprir todo o procedimento e alcançar o benefício da isenção da taxa de inscrição, o interessado deve, ainda, aguardar o prazo estabelecido para análise e julgamento da Comissão Organizadora da COGEPS.

4.8 É desconsiderado pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que já tenha efetuado o pagamento da taxa de inscrição no certame em andamento.

4.9 Cabe recurso ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição, enviado através de *link* na página do Concurso, conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V.

4.10 A homologação do pedido de isenção de taxa de inscrição é divulgada em edital específico, conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V.

4.11 O candidato com pedido de isenção homologado tem a sua inscrição efetivada antes do prazo de vencimento dos boletos.

4.12 O candidato cujo pedido de isenção da taxa de inscrição não for homologado deve providenciar a impressão da Guia de Arrecadação, disponível na "Área do Candidato" no botão "2ª via boleto", para pagamento da taxa de inscrição e efetuar o pagamento até o último dia de pagamento previsto no Cronograma - Anexo V.

5 DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

5.1 São condições para a inscrição no Concurso de que trata este Edital:

I – preencher o respectivo formulário de inscrição, disponível no *site* da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e gerar a Guia de Arrecadação;

II – solicitar isenção da taxa de inscrição de acordo com as regras do item 4 deste edital e ter seu pedido deferido; ou

III – efetuar o pagamento da taxa de inscrição nas agências do **Banco do Brasil** ou em seus correspondentes, dentro do prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V.

5.2 O comprovante original de pagamento bancário deve permanecer sob a posse do candidato, para futura comprovação, caso necessário.

5.2.1 Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, cartão de crédito, DOC, PIX, cheque, ordem de pagamento ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital. Também não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.



5.3 A taxa de inscrição, uma vez paga, não é devolvida em nenhuma hipótese, salvo em caso de cancelamento do Concurso.

5.4 Uma vez efetuada a inscrição para determinado cargo, não é admitida transferência da inscrição para outro cargo.

5.5 O candidato que, após o pagamento da inscrição, desejar alterar o cargo para o qual pretende prestar Concurso, pode fazê-lo somente mediante preenchimento de novo formulário de inscrição e pagamento de nova taxa de inscrição, passando a valer, nesse caso, a inscrição referente ao último pagamento efetuado.

5.6 Não é aceita inscrição condicional, nem por correspondência.

5.7 Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados, incluindo o pagamento da taxa de inscrição fora do prazo estabelecido, ela é cancelada, e o fato é publicado para conhecimento dos interessados nos sites da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>).

6 DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 É assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever neste Concurso Público para admissão em cargo público cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, observadas as exigências de escolaridade, aptidão e qualificação profissional, nos termos da lei.

6.1.1 O candidato a que se refere o item 6.1 deve observar, no ato da inscrição, além das condições gerais estabelecidas neste Edital, também as condições especiais previstas neste item, para que possa fazer uso das prerrogativas facultadas ao grupo em questão.

6.2 São consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e Lei Estadual nº 17.292, de 19 de outubro de 2017, que consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das Pessoa com Deficiência do Estado de SANTA CATARINA, e nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ("O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes"), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

6.2.1 O interditado legalmente não poderá concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência (PCD), independentemente do nível de deficiência em que estiver enquadrado.

6.2.2 Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.

6.2.3 O candidato com necessidade especial ou com deficiência, conforme prevê o Art. 37, Inciso VIII, da Constituição Federal, a Lei Estadual 15.139, de 31 de maio de 2006, Decreto Federal 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 481 de 17 de dezembro de 2020, concorrerá a todas as vagas, sendo-lhe reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada cargo previsto em edital, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência.



6.2.3.1 Fica prevista vaga para pessoa com deficiência para os cargos deste Edital conforme tabela abaixo:

Cargo	Número de Vagas Reservadas
Auxiliar de educador	02
Professor Educação Especial	01

6.2.4 Quando o número de vagas reservadas às pessoas com deficiência resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco) ou para número inteiro inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

6.2.4.1 Também se aplica o percentual de 5% (cinco por cento) ao total de vagas oferecidas no Concurso Público, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência.

6.2.4.2 Sendo o número de vagas previsto inferior a 10 (dez) por cargo, o percentual de vagas a ser reservado à pessoa com deficiência será observado ao longo do período de validade do Concurso Público, em relação às vagas que surgirem ou que forem criadas.

6.2.4.3 A observância do percentual de vagas reservadas aos candidatos com deficiência dar-se-á durante todo o período de validade do Concurso Público e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos.

6.3 No ato da inscrição pela internet, o candidato com deficiência fica ciente das condições previstas neste Edital, das atribuições do cargo pleiteado e de que, no caso de vir a exercê-lo, está sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais.

6.3.1 O candidato com deficiência deverá, no ato da inscrição, anexar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sob pena de o pedido ser indeferido por falta de informações no laudo.

6.3.2 Não são aceitos laudos médicos emitidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação deste Edital.

6.3.3 Os laudos médicos devem ser emitidos por especialista da área de sua deficiência.

6.4 O candidato com deficiência ou aquele que necessite de atendimento diferenciado no dia da realização das provas do Concurso deve requerê-lo no ato da inscrição, indicando os recursos necessários para a realização das provas no campo **“Necessita de atendimento especial para realização da Prova?”**.

6.4.1 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deve requerê-lo no ato da inscrição pela internet, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, anexando de forma digitalizada a comprovação da deficiência.

6.4.2 Sem prejuízo à apresentação do laudo, o candidato poderá ser submetido a procedimento para verificação da condição declarada, inclusive durante a realização do exame médico. Detectada eventual fraude na declaração de pessoa com deficiência, o candidato será eliminado do Concurso Público, com anulação de todos os atos e efeitos já produzidos, se candidato, e à pena de demissão se nomeado.

6.4.3 O candidato com deficiência, resguardadas as condições especiais, participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida para aprovação.



6.4.4 Para os candidatos surdos que usam Libras será garantida a tradução e/ou interpretação das instruções gerais e a presença de tradutor(es) e intérprete(s) de Libras no decorrer da prova, desde que solicitado no ato da inscrição.

6.4.5 Aos candidatos surdos e/ou com baixa visão será garantida a prova ampliada, bem como o uso de lupa e a tradução e/ou interpretação das instruções gerais e a presença de tradutor(es) e intérprete(s) de Libras no decorrer da prova, desde que solicitado no ato da inscrição.

6.4.6 Ao candidato surdo-cego será garantido o leitor/transcritor e guia intérprete no decorrer de toda a prova, desde que solicitado no ato da inscrição.

6.4.7 Aos candidatos contemplados nos itens 6.4.4 e 6.4.6, a prova não será traduzida/interpretada na sua integralidade para Libras.

6.5 O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar mudança de cargo, relocação, reopção de vaga, readaptação, redução de carga horária, alteração de jornada de trabalho, limitação de atribuições e assistência de terceiros no ambiente do trabalho e para o desempenho das atribuições do cargo.

6.6 O candidato com deficiência que não se enquadre nas categorias definidas na legislação citada tem sua inscrição homologada na lista geral de candidatos (ampla concorrência).

6.7 Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas são preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

7. DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

7.1. Excluindo-se os casos de candidatos com deficiência, o candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização da Prova Objetiva deve:

I – No ato da inscrição, indicar, no *site* da UNIOESTE/COGEPS, os recursos especiais necessários, conforme item 7 e subitens deste Edital, sob pena de não ter sua solicitação atendida, não sendo admitida a interposição de recurso nestas hipóteses;

II – Anexar a documentação demonstrando a necessidade de condição especial solicitada até a data limite das inscrições.

7.2 O candidato que não solicitar o atendimento especial e que não especificar os recursos necessários para tal atendimento não tem direito ao referido atendimento no dia de realização das provas.

7.3 Não serão deferidos os pedidos que forem acompanhados apenas de laudo/documentos, sem a explicitação da necessidade.

7.4 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, é atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.5 Não é permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso nas dependências do local de aplicação das provas, excetuando-se os casos previstos para amamentação.

7.6 DA CANDIDATA LACTANTE

7.6.1 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim, informando à COGEPS, pelo *e-mail* cogeps@unioeste.br, o nome do acompanhante a ser autorizado a entrar no local de prova com a criança.

7.6.2 No dia da realização da prova, o acompanhante adulto responsável pela guarda da criança, que teve seu nome informado, deve comparecer com a criança no local da realização da prova e fica em uma sala reservada.



7.6.3 Terminada a amamentação, o acompanhante deve deixar o local com a criança, podendo voltar caso seja necessário.

7.6.4 A candidata que não levar acompanhante adulto não pode permanecer com a criança no local de realização das provas.

7.6.5 O Município de Garuva e a UNIOESTE/COGEPS, através da banca examinadora do certame, não disponibilizam acompanhante para guarda da criança.

7.6.6 Não há compensação do tempo de amamentação no tempo de duração da prova.

8 DO CONCURSO

8.1 1 A avaliação é feita por meio de **Prova Objetiva (PO)**, de caráter eliminatório e classificatório, com questões de múltipla escolha para todos os candidatos; e de **Prova de Avaliação de Títulos (AT)**, de caráter classificatório, em segunda etapa, à qual se sujeitam os candidatos aos cargos de Professor Educação Especial, Professor Educação Especial Libras, Professor Licenciatura em Geografia e Professor Licenciatura em Letras, desde que classificados na etapa anterior.

8.2 DA PROVA OBJETIVA (PO)

8.2.1 A Prova Objetiva (PO) será realizada na data prevista no Cronograma - Anexo V, sujeito a mudanças de acordo com o número de candidatos inscritos e a oferta de lugares no Município de Garuva - SC.

8.2.1.1 A definição dos horários e locais da realização das Provas Objetiva para cada cargo específico é publicada nos endereços oficiais do Concurso, após a homologação das inscrições, com no mínimo 07 (sete) dias de antecedência da prova, através de editais específicos publicados nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>).

8.2.3 A Prova Objetiva (PO) para todos os cargos têm duração máxima de 03h00min (três horas) para os cargos, incluído o tempo para assinatura e preenchimento das respostas no cartão de respostas.

8.2.3.1 O candidato pode se retirar do local de provas somente após 60 (sessenta) minutos do início de sua realização, sob pena de eliminação, levando consigo o caderno de provas que contém cópia do gabarito.

8.2.4 É eliminado do Concurso Público o candidato que obtiver, na Prova Objetiva (PO), a nota correspondente a **50,0 (cinquenta)** do valor total da prova e/ou que obtiver nota **0 (zero)** em pelo menos uma das áreas do conhecimento.

I – A Prova Objetiva para os cargos de **Nível Médio** tem caráter **classificatório** e **eliminatório** e é composta de 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha, contendo 05 (cinco) alternativas (do tipo **A, B, C, D e E**), sendo somente uma alternativa correta, atribuindo-se o valor, conforme quadro abaixo, para cada questão correta, totalizando **100 (cem) pontos**.

Área de Conhecimento	Nº de Questões	Tipo de Questões	Pontuação	Total de Pontos
Língua Portuguesa	10	Objetivas	Acertos x 2,0	20
Raciocínio Lógico	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Legislação	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Conhecimentos Específicos do Cargo	20	Objetivas	Acertos x 3,0	60
TOTAL				100,00



II – A Prova Objetiva para os cargos de **Nível Superior** tem caráter **classificatório** e **eliminatório** e é composta de 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha, contendo 05 (cinco) alternativas (do tipo **A, B, C, D e E**), sendo somente uma alternativa correta, atribuindo-se o valor, conforme quadro abaixo, para cada questão correta, totalizando **100 (cem) pontos**.

Área de Conhecimento	Nº de Questões	Tipo de Questões	Pontuação	Total de Pontos
Língua Portuguesa	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Raciocínio Lógico	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Legislação	05	Objetivas	Acertos x 2,0	10
Conhecimentos Específicos do Cargo	25	Objetivas	Acertos x 2,8	70
TOTAL				100,00

8.2.4.1 O conteúdo programático para todas as áreas do conhecimento da Prova Objetiva está contido nos Anexos III e IV deste Edital.

8.2.5 O resultado da Prova Objetiva (PO) para cada um dos cargos, compreendendo os candidatos que nela se classificaram, é divulgado, considerando-se a ordem de classificação, nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>).

8.2.5.1 O candidato que não for classificado, tem sua nota divulgada seguida do termo “desc”, e os ausentes tem seus nomes divulgados como “Ausente” e “desc”.

8.2.5.2 O caderno de prova é publicado em formato PDF na página da COGEPS em até um dia após a publicação do gabarito provisório.

8.2.6 A correção da Prova Objetiva é feita por meio de leitura óptica do cartão-resposta, sem interferência humana.

8.2.6.1 Não são consideradas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ou que estejam em desacordo com as orientações de preenchimento no referido cartão-resposta.

8.2.7 A pontuação total de cada prova se constitui da soma dos pontos obtidos pelos acertos em cada item, considerando-se seu peso respectivo.

8.2.8 O gabarito provisório das questões da Prova Objetiva é divulgado pela internet nos *sites* da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>) até um dia após a realização da Prova Objetiva (PO).

8.2.9 Caso, por qualquer razão fortuita, as provas sofram atraso em seu início ou sejam interrompidas, os candidatos afetados têm sempre assegurado o tempo total para realização da prova previsto neste Edital.

8.2.9.1 Em ocorrendo tais situações, os candidatos atingidos devem permanecer no seu local de prova e atender às orientações dos coordenadores e fiscais, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

8.3 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

8.3.1 A Avaliação de Títulos tem caráter classificatório, para todos os candidatos aos cargos de **Professor Educação Especial, Professor Educação Especial Libras, Professor Licenciatura em Geografia e Professor Licenciatura em Letras**.

8.3.1.1 A apresentação dos títulos deve ser realizada pelos candidatos aprovados na primeira etapa, através



do sistema da UNIOESTE/COGEPS (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) durante o período previsto no Cronograma - Anexo V. Após encerrado o período não será mais permitido o anexo dos títulos no sistema.

8.3.1.2 O candidato que não apresentar comprovante que atenda aos requisitos exigidos não tem os seus Títulos analisados.

8.3.1.3 O candidato recebe a pontuação de acordo com o quadro a seguir:

	Itens	Peso Individual	Total de Pontos
Avaliação de Títulos (AT)	Titulação de Graduação (limitado a 2)	15,00 (pontuação máxima 30,00)	100 pontos (pontuação máxima)
	Titulação de Pós-Graduação ou Especialização, com no mínimo 360 horas (limitado a 2)	25,00 (pontuação máxima 50,00)	
	Titulação de Mestrado (limitado a 1)	70,00 (pontuação máxima 70,00)	
	Titulação de Doutorado (limitado a 1)	100,00 (pontuação máxima 100,00)	

8.3.1.4 A soma total da pontuação dos Títulos fica limitada a 100 (cem) pontos.

8.3.1.4.1 Em se tratando da comprovação para Graduação, Pós-Graduação ou Especialização, Mestrado e Doutorado, será computada sempre e somente a maior titulação apresentada, mesmo que haja comprovação de outros títulos inferiores.

8.3.1.5 Ao candidato que não apresentar nenhum comprovante que atenda aos requisitos exigidos na Avaliação de Títulos é atribuída nota zero, o que não implica em sua desclassificação.

8.3.2 O candidato deve acessar a “Área do Candidato” e enviar digitalmente os documentos referentes à Avaliação de Títulos, clicando em “**Anexo de Títulos**” e anexando, na devida categoria, a documentação digitalizada em um único arquivo em formato PDF.

8.3.2.1 O candidato deve consultar as instruções para anexo de títulos publicadas neste Edital e garantir que anexou a documentação da área correta. Documentos anexados em outras opções do site não serão considerados.

8.3.3 São aceitos como Títulos os documentos que comprovem titulação em qualquer área, desde que devidamente concluída e emitida nos termos da legislação vigente, mediante apresentação de Certificado ou de Diploma de Conclusão de Curso, que tenham sido expedidos por instituição oficial autorizada e credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), até o período reservado para anexo de títulos no sistema do concurso.

8.3.4 As declarações devem estar acompanhadas do respectivo histórico escolar, no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas.

8.3.4.1 Caso o histórico escolar ateste a existência de alguma pendência ou apresente falta de requisito de conclusão do curso, o certificado, declaração ou o diploma não é aceito para fins de pontuação na Avaliação de Títulos.



8.3.5 O diploma de conclusão de curso expedido por instituições estrangeiras somente é considerado se estiver devidamente revalidado por instituição competente, na forma da legislação vigente, e se estiver traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

8.3.6 Somente são aceitos os títulos de Especialização lato sensu com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas comprovadas, geralmente expresso no verso do certificado, declaração ou diploma, que deve compor os documentos de comprovação anexados no período previsto no Cronograma - Anexo V.

8.3.7 A avaliação dos títulos apresentados é realizada por banca examinadora designada pela UNIOESTE/COGEPS e realizada somente para os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao mínimo estabelecido para a prova Objetiva.

8.3.7.1 Não são considerados na avaliação os documentos:

I – entregues fora do prazo ou de forma diferente do estabelecido em Edital;

II – cuja imagem/arquivo esteja ilegível;

III – sem data de expedição;

IV – de Mestrado ou Doutorado concluídos no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil e sem tradução juramentada.

8.3.7.2 O Edital com o resultado da pontuação da Avaliação de Títulos é divulgado no endereço eletrônico da UNIOESTE/COGEPS, Concursos Externos - Unioeste.

8.3.7.3 Em caso de dúvidas quanto à autenticidade da documentação comprobatória apresentada para a Avaliação de Títulos, a Banca Examinadora pode solicitar ao candidato os documentos originais, mediante Edital de convocação.

8.3.7.4 A qualquer tempo, pode ser anulada a inscrição, a Prova/Avaliação de Títulos e a nomeação, por meio de processo administrativo devidamente instaurado, ouvido previamente o candidato, o que pode ocorrer inclusive após a homologação do resultado do Concurso Público, desde que verificada, por qualquer meio, a prática de qualquer ilegalidade pelo candidato, tais como: falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidades na Provas/Avaliação de Títulos e/ou nos documentos apresentados, entre outras, o que implica na eliminação do candidato, sem prejuízo das cominações legais.

8.3.7.5 Caso a irregularidade seja constatada após a posse do candidato, o candidato é submetido ao competente processo administrativo disciplinar pela Prefeitura Municipal, na forma da legislação municipal em vigor.

9 DOS RECURSOS

9.1 Caberá recurso, devidamente **fundamentado**, dirigido à UNIOESTE/COGEPS, conforme prazo estabelecido no Cronograma - Anexo V, através de **link na página do Concurso**, às etapas abaixo descritas:

I – do Edital de Abertura;

II – do Resultado de Pedido de Isenção;

III – da Homologação das Inscrições;

IV – do Gabarito Provisório, quanto às questões da Prova Objetiva;

V – do Resultado da Prova Objetiva;

VI – do Resultado da Avaliação de Títulos;

VII – do Resultado Final;

VIII – outros Recursos.

9.1.1 É desconsiderado o recurso que não for devidamente fundamentado, bem como os encaminhados de forma diferente e/ou que se refira a outra questão da prova do que os estabelecidos no item 9.1.

9.2 Os recursos são realizados através de **link na página do Concurso** e apreciados por uma banca examinadora designada pela UNIOESTE/COGEPS, que emite decisão fundamentada nos **sites** da



UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>).

9.2.1 Ao preencher o formulário de recurso disponível na área do candidato, o espaço reservado ao texto do recurso não pode conter qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

9.3 Os recursos fundamentados referentes às demais etapas do concurso previstas no item 9.1, devem ser enviados para o e-mail cogeps@unioeste.br, conforme os prazos estabelecidos no Cronograma - Anexo V.

9.3.1 Todo e-mail direcionado à COGEPS/UNIOESTE deve constar a identificação do candidato e do concurso sobre o qual ele deseja informações.

9.4 Cabe a cada candidato apenas UM recurso por questão da Prova Objetiva, sujeito à não análise dos recursos caso contrário.

9.4.1 Se qualquer recurso quanto às questões da Prova Objetiva for julgado procedente, determinando a anulação ou a alteração do resultado da questão, é emitido novo gabarito.

9.4.2 Os pontos relativos às questões anuladas são atribuídos a todos os candidatos que fizeram a Prova Objetiva.

9.5 Se qualquer recurso quanto às demais etapas do Concurso Público for julgado procedente, determinando a alteração de notas e resultados, é publicado novo Edital específico.

9.6 Para todas as etapas, a COGEPS emite decisão fundamentada através de editais específicos de acordo com o Cronograma - Anexo V deste Edital.

10 DO RESULTADO FINAL

10.1 A classificação final dos candidatos é publicada nos sites da UNIOESTE/COGEPS, (<https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes>) e do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>).

10.2 A publicação do resultado final do Concurso Público é feita em 03 (três) listas, por ordem decrescente da pontuação final, sendo a primeira a lista geral com a pontuação de todos os candidatos, incluindo as pessoas com deficiência e pessoas pretas e pardas; a segunda lista contendo somente a pontuação dos candidatos PcD (pessoas com deficiência); e a terceira lista contendo somente a pontuação dos candidatos PPP (pessoas pretas e pardas).

10.3 A classificação final no Concurso Público resulta da pontuação obtida pelos candidatos em forma decrescente.

10.4 Todos os cálculos para composição de média citados neste Edital são considerados até a segunda casa decimal, sendo que as notas das provas ou a nota final não sofrem nenhum processo de arredondamento ou aproximação.

10.4.1 O Resultado Final para todos os cargos considera a nota da Prova Objetiva (PO).

10.5 Em caso de empate na nota final do Concurso Público, como critério de desempate, tem preferência o candidato que, sucessivamente:

I – Tiver maior idade entre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/2003 (Lei do Idoso), completos até o último dia de inscrição, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

II – Ter desempenhado a função de mesário em processos eleitorais (conforme Lei municipal nº 1.728 de 21 de outubro de 2013);



- III – Obter maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;
- IV – Obter maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- V – Obter maior nota na Prova de Raciocínio Lógico;
- VI – Obter maior nota na Prova de Legislação;
- VII – Ter maior idade entre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos;
- VIII – For sorteado em sorteio em sessão pública, com data a ser definida pela Comissão Organizadora do Concurso.

10.6 DA CONVOCAÇÃO

10.6.1 A convocação dos candidatos classificados no limite de vagas para assumirem o cargo para o qual concorreram e para o qual se classificaram é feita pelo Município de Garuva após a realização do Concurso Público e durante seu prazo de validade, ficando a concretização desse ato condicionada à oportunidade e à conveniência da Administração Municipal.

10.6.2 A admissão dos candidatos obedece, impreterivelmente, à ordem de classificação constante do resultado final.

10.6.3 O candidato, após nomeado e empossado, é submetido a estágio probatório de 3 (três) anos, nos termos da legislação vigente.

10.6.3.1 A avaliação do servidor com deficiência, durante ou após o período de estágio probatório, deve considerar as condições oferecidas pelo órgão para o efetivo desempenho de suas atribuições.

10.6.4 Os editais relativos às convocações posteriores à divulgação da homologação do resultado do Concurso Público são organizados e publicados no *site* do Município de Garuva (<https://garuva.atende.net/cidadao>).

10.6.5 É convocado o candidato que se classificar no limite de vagas ou que, como candidato remanescente, for convocado após o limite de vagas.

10.6.6 Chamadas remanescentes, caso sejam necessárias, são feitas até alcançar o número de vagas previsto para o cargo, respeitando os prazos legais, e são objeto de publicação específica com os nomes dos novos candidatos convocados.

10.6.6.1 Preenchidas as vagas ofertadas, os candidatos remanescentes aprovados podem ser nomeados, dependendo da abertura de novas vagas no quadro de pessoal e da necessidade dos serviços, obedecendo-se o prazo de validade do Concurso Público e a respectiva ordem de classificação.

10.6.6.2 A Administração Municipal não fica obrigada a nomear os candidatos aprovados além do limite das vagas ofertadas.

10.6.7 O candidato convocado que não cumprir os requisitos exigidos para a posse, no prazo estabelecido no ato de nomeação, é eliminado do certame.

10.6.8 O candidato convocado será submetido a exames médicos, psicossociais e clínicos para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo, pela Perícia Médica Oficial ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

10.6.9 Os exames laboratoriais e complementares serão listados no Edital de convocação para assumir a vaga, de acordo com as exigências de cada cargo, sendo de responsabilidade do candidato aprovado apresentá-los ao Médico do Trabalho na hora da consulta, sob pena de caracterizar-se a desistência do candidato, de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) vigente.

10.6.10 Para os fins a que se destina, só terão validade os exames admissionais executados pelos profissionais e nos locais habilitados pelo município.



10.6.11 O Atestado de Saúde Ocupacional e Psicológico é emitido com a conclusão de APTO ou INAPTO para o cargo ao qual o candidato concorreu.

10.6.12 Os candidatos considerados inaptos nos exames médicos admissionais e ou psicológicos, ou que não se sujeitarem a realizá-los, são eliminados do Concurso Público.

10.6.13 O candidato com deficiência que for convocado para exames médicos admissionais deve submeter-se aos exames complementares que a Perícia Médica entender necessários para a comprovação da deficiência declarada e da compatibilidade para o exercício do cargo.

10.6.14 Aqueles que forem aprovados no concurso público deverão, obrigatoriamente, manter seu endereço atualizado, sendo de responsabilidade exclusiva do interessado a manutenção de seus dados cadastrais

10.6.15 A convocação será publicada através do Diário Oficial do Município, sendo dever do candidato fazer o acompanhamento das publicações.

10.6.16 O município irá convocar os candidatos uma vez através do endereço de e-mail informado pelo candidato no ato de inscrição.

11 DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A INVESTIDURA, POSSE E EXERCÍCIO NO CARGO

11.1 São requisitos mínimos para o ingresso no quadro de pessoal da Prefeitura de Garuva:

I – ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;

II – ter completado 18 (dezoito) anos;

III – estar em pleno exercício dos direitos políticos;

IV – ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura;

V – possuir a escolaridade exigida e/ou habilitação e demais requisitos para o exercício do cargo;

VI – declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;

VII – apresentar quitação com as obrigações militares e eleitorais;

VIII – não ter sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público;

IX – ter sido aprovado e classificado no Concurso Público de que trata este Edital;

X – apresentar Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, nos locais onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos;

XI – não ter sido demitido ou dispensado de cargo ou função pública, Federal, Estadual ou Municipal, por justa causa.

XII – atender às demais exigências contidas neste Edital.

11.2 A posse é a aceitação expressa das atribuições, dos deveres e das responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossando.

11.3 Na impossibilidade de o candidato nomeado tomar posse, esta pode ser realizada mediante procuração específica, por instrumento público.

11.4 Caso a posse não se efetive por culpa do nomeado, dentro dos prazos de 30 dias após a nomeação, tornar-se sem efeito a nomeação.

11.5 Será excluído do Concurso Público o candidato que não aceitar as condições estabelecidas para o exercício do cargo e/ou recusar a nomeação ou, consultado e nomeado, deixar de tomar posse ou de entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da posse.



11.6 No ato da convocação, o candidato deve apresentar os documentos listados no Anexo VI deste Edital, com originais acompanhadas de cópias a serem autenticadas no seu recebimento, dentro do prazo estabelecido.

11.7 Além da comprovação dos requisitos especificados neste item, nos Anexos I e VI deste Edital, ao candidato pode ser solicitada, por ocasião da nomeação, a apresentação de outros documentos que se fizerem necessários, por força de disposição legal de edição superveniente ou visando esclarecer situação de fato constatada com a apresentação da documentação pelo candidato.

11.8 A não apresentação de documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a nomeação no cargo, conforme especificados neste Edital, ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente ou que forem considerados necessários impede a posse do candidato e o exercício do cargo, e, automática e consequentemente, implica a sua eliminação do Concurso Público.

11.9 Havendo aprovados nas cotas de pessoa com deficiência PcD para o mesmo cargo, a ordem de chamamento será a maior nota final da prova.

11.9.1 Havendo situação de empate referente ao item 11.9 serão aplicados os critérios de desempate elencados no item critérios gerais de desempate elencados no item 10.5.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O Município de Garuva, a Comissão do Concurso Público nº 001/2023 e a UNIOESTE/COGEPS estão isentos de qualquer responsabilidade por acidentes que resultarem na incapacidade parcial ou total do candidato, originado por imprudência, imperícia ou negligência, durante a realização de qualquer das etapas do Concurso Público.

12.2 Os Anexos deste Edital ficam dispostos da seguinte maneira:

Anexo I – Quadro de cargos e vagas;

Anexo II – Atribuições específicas por cargo;

Anexo III – Conteúdo programático geral;

Anexo IV – Conteúdo programático específico por cargo;

Anexo V – Cronograma;

Anexo VI – Documentos a serem exigidos no ato da nomeação.

12.3 É permitido aos candidatos portar apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, sendo ainda permitido uso de garrafa de água transparente sem rótulo.

12.4 Não é permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo.

12.4.1 Especificamente, não é permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógios analógicos ou digitais, *smartwatch* ou qualquer outro aparelho eletrônico, armas de qualquer espécie, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Município sobre tais equipamentos.

12.4.2 O candidato deve guardar dentro da sacola para pertences os objetos pessoais, chaves, controles, moedas, etc.

12.4.3 Celulares devem ser guardados desligados e acomodados em local especificado pela fiscalização de prova.



12.4.4 No caso de o candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando qualquer dos itens citados acima, o fato é automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência, e o candidato é eliminado automaticamente do processo de seleção.

12.4.5 Para evitar qualquer situação dessa natureza, o candidato deve evitar portar, no ingresso ao local de provas, quaisquer equipamentos acima relacionados.

12.4.6 Não é permitido, durante a realização da prova, o uso de óculos escuros, relógios, gorros, bonés ou qualquer outro acessório que impeça a visão total às orelhas do candidato, os quais devem ser guardados pelos candidatos em local adequado.

12.4.7 Os candidatos com cabelos longos devem comparecer ao local de prova com os cabelos em condições que permitam a visualização das orelhas no momento de entrada no local de prova.

12.5 O ingresso na sala de prova somente é permitido ao candidato munido de um dos documentos abaixo discriminados, apresentados de forma legível e em via original:

I – Carteira de Identidade;

II – Carteira de Identidade fornecida por órgão ou Conselho de representação de classe;

III – Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com fotografia) que contenha o número da Carteira de Identidade e/ou Carteira de Habilitação Digital;

IV – Passaporte brasileiro, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que por lei Federal valham como identidade;

V – Carteira de Trabalho expedida depois de 10 de outubro de 1969.

12.6 A identificação especial é exigida do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas relativas à fisionomia e/ou assinatura, compreendendo coleta de assinaturas e/ou impressão digital.

12.7 No caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade, o candidato deve apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização das provas e, ainda, ser submetido à identificação especial de que trata o subitem anterior.

12.8 Não são aceitos como documentos de identidade para ingresso na sala de prova: Carteira de Trabalho expedida antes de 10 de outubro de 1969, Certificado de Reservista, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF), Carteira Nacional de Habilitação sem foto ou vencida, carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados e outros documentos que não constem no subitem 12.5.

12.9 Não é aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento de identidade.

12.10 A assinatura do candidato é lançada em lista de presença, especialmente elaborada com o respectivo número de identificação.

12.11 Não é permitido o ingresso do candidato no local determinado para a realização das provas após o horário preestabelecido ou sem a apresentação de um documento oficial de identificação com foto, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do Concurso Público.

12.12 Uma vez que o candidato entre na sala de provas, deve, de imediato, desligar seu celular e guardar todos os seus pertences.

12.13 A inscrição do candidato implica o conhecimento deste Edital e das disposições da legislação mencionada no preâmbulo deste Edital e na concordância com todas as condições neles estabelecidas.

12.14 O fiscal de sala orienta os candidatos, quando do início das provas, que os únicos documentos que podem permanecer sobre a carteira são o documento de identidade original e a folha de resposta (gabarito), devendo os dados de identificação este serem conferidos pelo próprio candidato e assinado por este.



12.15 O candidato pode obter informações referentes ao Concurso Público junto à UNIOESTE ou relatar fatos ocorridos durante sua realização por meio do endereço eletrônico cogeps@unioeste.br ou pelo telefone (45) 3220-3099, durante o horário de atendimento das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira.

12.16 Os candidatos não são informados por telefone ou por mensagem via correio eletrônico a respeito de datas, locais e horários de realização das provas.

12.16.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar e observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados nos locais previstos neste Edital.

12.16.2 Não são fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

12.17 Os casos omissos ou não previstos neste Edital são resolvidos pela Comissão Organizadora do Concurso Público.

12.18 O candidato que terminar sua prova não pode utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando prova.

12.19.1 Caso haja o uso indevido do armamento ou coação a terceiros, a organização deve informar o fato às autoridades competentes, para adoção de medidas legais vigentes.

12.20 A UNIOESTE/COGEPS pode, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos, utilizar detectores de metais durante a realização da prova e adotar medidas adicionais de segurança.

12.21 Será solicitado que o candidato guarde dentro da sacola para pertences os objetos pessoais, chaves, controles, moedas etc. celulares devem ser guardados desligados.

12.22 Será eliminado e desclassificado do Concurso Público o candidato que, por qualquer motivo:

I – Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do Concurso Público;

II – for flagrado, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, seja oralmente, por escrito ou por gestos e sinais de qualquer natureza;

III – descumprir o disposto nos subitens 12.4 e seus subitens;

IV – tiver atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

V – perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, causando comportamento indevido;

VI – for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

VII – não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

VIII – ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão-resposta;

IX – afastar-se da sala, enquanto estiver realizando a prova, sem o acompanhamento de fiscal;

X – descumprir as instruções contidas no caderno de questões e no cartão-resposta;

XI – não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, coleta da impressão digital durante a realização das provas;

XII – for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;

XIII – recusar-se a ser submetido ao detector de metal ou outros procedimentos de segurança que forem utilizados na realização das provas;

XIV – não comparecer às Prova Objetiva ou chegar após o horário estabelecido em Edital para a realização da prova.

12.23 Os dois últimos candidatos de cada sala ficam retidos para assinarem, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.

12.24 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a UNIOESTE/COGEPS tem a

19

Edital do Concurso Público nº 001/2023



prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que é registrado em atas de sala e de coordenação.

12.25 As datas de divulgação e resultados e outros itens deste Edital podem sofrer, sem prévia comunicação, eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que é mencionada em comunicado oportunamente divulgado pela UNIOESTE/COGEPS e pelo Município de Garuva, nos endereços eletrônicos <https://www.unioeste.br/portal/cogeps/correntes> e <https://garuva.atende.net/cidadao>, e no Diário Oficial dos Municípios.

Garuva, Estado de Santa Catarina, 10 de agosto de 2023.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal de Garuva - SC



ANEXO I - QUADROS DE CARGOS E VAGAS PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

QUADRO 1 – CARGO DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária (horas)	Vencimento Inicial (R\$)	Vagas*			Valor de Inscrição (R\$)	Tipo de Prova**
				AC	PcD	PPP		
Auxiliar de Educador	Ensino médio completo	220 h/mês	2.443,30	20	2	3	25	PO

QUADRO 2 - CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Formação/Requisitos	Carga Horária (horas)	Vencimento Inicial (R\$)	Vagas*			Valor de Inscrição (R\$)	Tipo de Prova**
				AC	PcD	PPP		
Engenheiro Civil	Graduação em Engenharia Civil e registro no Conselho	110 h/mês	4.175,17	1	0	0	1	PO
Engenheiro Florestal	Graduação em Engenharia Florestal e registro no Conselho	110 h/mês	4.175,17	1	0	0	1	PO
Farmacêutico	Graduação em Farmácia e Registro no Conselho	110 h/mês	4.175,17	1	0	0	1	PO
Fiscal de Meio Ambiente	Ensino Médio e Técnico em Meio Ambiente ou Técnico Ambiental – CNH categoria “C” e ARRAIS	220 h/mês	3.220,00	1	0	0	1	PO
Professor Educação Especial	Licenciatura na Área de Atuação e Registro no MEC	40 h/semana	3.524,50	3	1	1	5	PO + AT
Professor Educação Especial Libras	Licenciatura na Área de Atuação e Habilitação em Libras e Registro no MEC	40 h/semana	3.524,50	2	0	0	2	PO + AT
Professor Licenciatura Em Geografia	Licenciatura na Área de Atuação e Registro no MEC	20 h/semana	3.524,50	1	0	0	1	PO + AT
Professor Licenciatura Em Letras	Licenciatura na Área de Atuação e Registro no MEC	10 h/semana	3.524,50	1	0	0	1	PO + AT
Psicólogo	Graduação em Psicologia e Registro no Conselho	110 h/mês	3.630,58	1	0	0	1	PO
Terapeuta Ocupacional	Graduação em Terapia Ocupacional e registro no Conselho	110 h/mês	3.630,58	1	0	0	1	PO

*AC: Ampla Concorrência; PcD: Pessoa com Deficiência; PPP: Pessoas Pretas e Pardas.
**Prova Objetiva (PO): classificatória e eliminatória (nota mínima 50,0); Avaliação de Títulos (AT): classificatória.

**ANEXO II - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023****CARGO DE NÍVEL MÉDIO****AUXILIAR DE EDUCADOR**

Contribuir com o bem-estar dos alunos, propiciando ambiente de respeito, carinho, atenção individual e coletiva, segurança e tranquilidade, auxiliando-a na execução de atividades pedagógicas e recreativas, estimulando a mesma em todas as suas ações e movimentos, orientando, acompanhando e auxiliando na higiene, alimentação e bem-estar.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**ENGENHEIRO CIVIL**

Elaborar projetos e atividades de engenharia para construção de obras públicas estabelecer planejamento, especificações, custos e orçamentos das construções, atuar em conjunto com os órgãos da administração direta para apoio no urbano, além de executar outras compatíveis com sua função.

ENGENHEIRO FLORESTAL

Planejar, elaborar, coordenar, acompanhar, programas florestais e ambientais, elaborar e coordenar projetos relativos a programas de ocupação florestal, entre outras atividades correlatas ao ecossistema terrestre. Assessorar pesquisa e execução de obras, e projetos referentes a controle ambiental ao processo de Licenciamento Municipal, podendo inclusive lavrar, em conjunto com os fiscais de meio ambiente, autos de infração, além de executar outras tarefas compatíveis com sua função.

FARMACEUTICO

Responder pela farmácia, controlar a dispensa de medicamentos fornecidos a população. Executar outras tarefas compatíveis com sua especialização.

FISCAL DE MEIO AMBIENTE

Exercer o poder de polícia administrativa, em razão do interesse público, limitar ou disciplinar liberdade ou interesse e a prática de ato ou abstenção de fato, mediante procedimentos próprios, para garantia do cumprimento da legislação em vigor, através da realização de atos e procedimentos de fiscalização, visando a proteção de bens ambientais e a melhoria da qualidade ambiental. Prestar serviço de vigilância ambiental no âmbito da Municipal, com competência para: Colher amostras necessárias para análises técnicas e de controle; Realizar inspeções e visitas de rotina, bem como para apuração de irregularidades e infrações; Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes; Lavrar autos de notificação, infração, embargo e apreensão; Praticar todos os atos necessários ao bom desempenho da vigilância ambiental no município; Executar demais atividades inerentes ao cargo.

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL

Interagir com o aluno e mediar a construção do conhecimento, ministrando aulas, promovendo o processo ensino aprendizagem, contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino estimulando a construção da autoestima.

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL LIBRAS

Interagir com o aluno e mediar a construção do conhecimento, ministrando aulas, promovendo o processo ensino aprendizagem, contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino estimulando a construção da autoestima.

PROFESSOR LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Interagir com o aluno e mediar a construção do conhecimento, ministrando aulas, promovendo o processo ensino aprendizagem, contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino estimulando a construção da autoestima.

PROFESSOR LICENCIATURA EM LETRAS



Interagir com o aluno e mediar a construção do conhecimento, ministrando aulas, promovendo o processo ensino aprendizagem, contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino estimulando a construção da autoestima.

PSICÓLOGO

Coordenar, orientar, planejar e executar tarefas especializadas referentes ao estudo do comportamento humano; atuar nos programas instituídos pelo município.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Planejar e desenvolver a reabilitação de pacientes portadores de deficiências físicas/e ou psíquicas, promovendo atividades com fins específicos, ajudá-los na sua recuperação e integração social, atuar nos programas instituídos pelo município.



ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CONHECIMENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE NÍVEL MÉDIO
LÍNGUA PORTUGUESA	Compreensão e interpretação de textos. Percepção e compreensão da finalidade de textos de diferentes gêneros; localização de informações explícitas no texto. Inferência de efeitos de sentido de palavras e expressões. Inferência de efeitos de sentido na textualidade. Reconhecimento de relações lógico-discursivas marcadas por conjunções, advérbios, elementos argumentativos, entre outros. Reconhecimento dos efeitos decorrentes do uso de recursos gramaticais. Tópicos de gramática normativa. Funcionamento dos recursos linguísticos. Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de pontuação, da exploração de recursos ortográficos ou morfosintáticos, de campos semânticos e de outras notações. Compreensão de estruturas temática e lexical complexas.
RACÍOCÍNIO LÓGICO	Conjuntos. Múltiplos e Divisores. Potenciação e Radiciação. Números fracionários e decimais. Problemas envolvendo adição, subtração, multiplicação, e divisão de números naturais e decimais. Pesos e medidas. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Porcentagens. Juros simples. Operações com mercadorias. Perímetro e área de figuras geométricas planas. Funções e gráficos. Análise e interpretação de gráficos e tabelas. Equações de primeiro e segundo grau. Sistemas de equações com duas variáveis. Raciocínio Lógico.
LEGISLAÇÃO	Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal. Lei Orgânica do Município de Garuva - SC Lei Complementar 001/1998 que dispõe sobre o Estatuto dos servidores públicos do Município de Garuva - SC; Leis Complementares, nº. 044/2009 e 104/2017 e alterações, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Garuva - SC e dá outras providências, bem como suas alterações; Lei Complementar 045/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Garuva, que cria cargos de provimento efetivo e dá outras providências, bem como suas alterações.

CONHECIMENTO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE NÍVEL SUPERIOR
LÍNGUA PORTUGUESA	Compreensão e interpretação de texto(s); Coesão e coerência textuais; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Flexão nominal e verbal; Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo; Concordância nominal e verbal; Emprego da crase; Pontuação; Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo; Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal; Redação Oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, introdução a assuntos preestabelecidos, correspondência oficial.
RACÍOCÍNIO LÓGICO	Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples e composta; Juros simples e compostos; Equação de 1º e de 2º grau; Resolução de sistemas de equações de 1º e 2º grau; Equação exponencial; Função do 1º grau, 2º grau e exponencial; Logaritmo; Progressão aritmética e progressão geométrica; Teoria Geral dos Conjuntos; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema; Geometria; Trigonometria.
LEGISLAÇÃO	Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal. Lei Orgânica do Município de Garuva - SC Lei Complementar 001/1998 que dispõe sobre o Estatuto dos servidores públicos do Município de Garuva - SC; Leis Complementares, nº. 044/2009 e 104/2017 e alterações, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Garuva - SC e dá outras providências, bem como suas alterações; Lei Complementar 045/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Garuva, que cria cargos de provimento efetivo e dá outras providências, bem como suas alterações. Plano Nacional de Educação (PARA OS CARGOS DO MAGISTÉRIO).



PREFEITURA DE GARUVA

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO POR CARGO PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

AUXILIAR DE EDUCADOR	A Educação Infantil no contexto atual, no Brasil e em Santa Catarina. Objetivos e funções do ambiente público escolar. Organização Administrativa: a direção e o cotidiano da Escola Pública. Aspectos do desenvolvimento da criança (físico, social, cognitivo e afetivo). Cuidados físicos com a criança. As especificidades da organização do ensino na Educação Infantil, no que tange a organização do tempo, espaço, mobiliários e a relação entre o cuidar e educar. Relação família e escola. O ambiente físico/afetivo da escola. A relação Agente Educacional - Criança. Jogos Infantis. Procedimentos adequados ao atendimento aos alunos referente à saúde, alimentação, nutrição e higiene; Prevenção de acidentes e primeiros socorros; Doenças mais Comuns na Infância. Noções de Primeiros socorros: fraturas, hemorragias, queimaduras, desmaios, convulsões e ferimentos. Noções de educação inclusiva. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal nº 9.394/1996 – Título II – Da Educação Básica – Sessão I e II). Política Educacional. Noções sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
-----------------------------	---

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

ENGENHEIRO CIVIL	Projeto e Execução de Obras Civas: locação de obra; sondagens; instalações provisórias; canteiro de obras; depósito e armazenamento de materiais; fundações profundas; fundações superficiais; escavações; escoramento; elementos estruturais; estruturas em concreto armado; concreto - controle tecnológico; argamassas; formas; armação; instalações prediais; alvenarias; paredes; esquadrias; revestimentos; coberturas; pisos; impermeabilização; equipamentos e ferramentas; segurança e higiene no trabalho; engenharia de custos. Materiais de Construção Civil: aglomerantes; agregados; argamassa; concreto; aço; madeira; materiais cerâmicos; vidros; tintas e vernizes. Mecânica dos Solos: índices físicos; caracterização de solos; propriedades dos solos arenosos e argilosos; prospecção geotécnica; compactação dos solos; compressibilidade dos solos; adensamento no solo. Resistência dos Materiais: análise de tensões; tensões principais; tração e compressão; flexão simples; flexão composta; torção; cisalhamento e flambagem. Análise Estrutural: esforços seccionais - esforço normal, esforço cortante e momento fletor; relação entre esforços; apoios e vínculos; diagramas de esforços. Dimensionamento do Concreto Armado: características mecânicas e reológicas do concreto; tipos de aço para concreto armado; características mecânicas do aço; concreto armado - fundamentos; aderência; ancoragem e emendas em barras de armação; detalhamento de armação em concreto armado. Instalações Prediais: instalações elétricas; instalações hidráulicas; instalações de esgoto e águas pluviais; instalações de telefonia; instalações de prevenção e combate a incêndio; instalações especiais. Estruturas de Aço. Estruturas de Madeira. Elaboração de projetos: arquitetônico; estrutural; instalações elétricas; instalações hidráulico-sanitárias-pluviais; dimensionamento de conjuntos motobomba. Orçamentos de obras e serviços de engenharia: levantamento e quantificação de serviços; qualificação de serviços; composição de preços; cronograma físico-financeiro; curva ABC; critérios de quantificação; tabelas referenciais. Fiscalização de obras e serviços de engenharia: levantamento de serviços executados; medições; critérios de medições; critérios de fiscalização; procedimentos e rotinas de fiscalização; recebimento de objetos contratados (obras e serviços de engenharia). Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações no que se refere a obras e serviços de engenharia. Lei Estadual 15.608/2007 e suas alterações no que se refere a obras e serviços de engenharia. Legislação e normas sobre acessibilidade, especificamente a NBR 9050/2020. Manual de Orientação para Contratação e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em sua última reimpressão. Conhecimentos de informática, especificamente softwares AutoCAD e Revit.
ENGENHEIRO FLORESTAL	Noções de ecologia e preservação ambiental. Convenção sobre diversidade Biológica; Ecossistemas (definição, estrutura, fluxo de energia, cadeias alimentares, ciclos biogeoquímicos, sucessão ecológica e biomas). Recursos naturais: água, ar, solo, flora e fauna. O Meio Aquático (água na natureza, usos e qualidade da água, abastecimento, controle da poluição, preservação dos mananciais e sustentabilidade dos recursos hídricos). O Meio terrestre (solos – conceito, formação, composição, características, poluição e remediação). O Meio Atmosférico (características e composição da atmosfera, principais poluentes atmosféricos, noções de meteorologia e dispersão dos poluentes). Impactos



	ambientais decorrentes de atividades antrópicas em ecossistemas florestais. Noções de licenciamento ambiental. Educação ambiental. Legislação ambiental aplicada à área florestal. Unidades de conservação. Arborização urbana. Produção de mudas florestais de espécies nativas. Sementes florestais, produção e tecnologia. Implantação, manutenção e operação de viveiros florestais. Silvicultura e implantação de florestas nativas. Manejo de bacias hidrográficas. Recuperação de áreas degradadas e nascentes. Plano de manejo de unidades de conservação. Manejo de florestas nativas. Inventário florestal. Estudos de impacto ambiental para área florestal e recuperação de áreas degradadas
FARMACÊUTICO	Farmacologia geral; Farmacocinética; Farmacodinâmica; Fatores que alteram os efeitos dos medicamentos; Conceito de biodisponibilidade e bioequivalência; Interações medicamentosas; Reações adversas e Farmacovigilância. Assistência Farmacêutica: Ciclo da Assistência Farmacêutica – seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, prescrição, dispensação de medicamentos. Uso Racional de Medicamentos, Assistência Farmacêutica no SUS. Noções sobre atividades administrativas e gerenciais na assistência farmacêutica: Planejamento de atividades, elaboração de procedimentos, organização, logística e administração de materiais, acompanhamentos físico-financeiros, controle de estoque, ponto de ressuprimento. Legislações vigentes e suas atualizações: Política Nacional de Saúde – Sistema Único de Saúde (SUS), Leis nºs 8.080/1990, Lei 8.142/1990, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011. Política Nacional de Medicamentos (Portaria GM nº 3.916/1998); Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Resolução CNS nº 338); Código de Ética Farmacêutica (Resolução nº 711/2021); Medicamentos sob controle especial (Portaria 344/98); Regulamentação da farmácia clínica e prescrição farmacêutica; Medicamentos genéricos, similares e de referência; Exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. Noções gerais e legislações vigentes relacionadas a Controle de infecção hospitalar; Medicamentos Essenciais; Financiamento da assistência farmacêutica; Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias; boas práticas de armazenamento e distribuição de medicamentos; Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Comissão de farmácia e terapêutica, farmácia clínica e cálculos farmacêuticos.
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	Noções de Direito Constitucional; Noções de Direito Administrativo; Legislação do Setor de Meio Ambiente. Licenciamento Ambiental Federal; Monitoramento, Regulação, Controle, Fiscalização e Auditoria Ambiental; Gestão, Proteção e Controle de Qualidade Ambiental. Valores ecológicos no planejamento ambiental. Impacto ambiental. Zoneamento ecológico e econômico. Gerenciamento de risco e plano de emergência individual e coletivo.
PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL	Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina; Conceitos de deficiência. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações curriculares e acessibilidade. Sistemas de apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. A criança como sujeito de direitos. O adulto como mediador entre a criança e o mundo. A relação educativa como uma relação de cumplicidade. O desenvolvimento infantil: desenvolvimento socioafetivo, cognitivo e psicomotor. Deficiência: Concepções e características específicas. Altas Habilidades: concepções. Legislação Brasileira sobre Educação Especial. Políticas públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O processo de Inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular (educação infantil, ensino de jovens e adultos). Tecnologia Assistiva. Comunicação Suplementar Alternativa. Transtorno invasivo de desenvolvimento. Deficiência auditiva e Libras. Prática Pedagógica em Deficiência Física. Deficiência Intelectual. Lei nº 9394/96 e suas alterações - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639/03 - História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) anos iniciais e educação infantil; Política



	<p>Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. As concepções de educação infantil e anos iniciais do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Função social da escola. Projeto Político Pedagógico. Princípios metodológicos do ensino. Concepção de Currículo. Estrutura e funcionamento da Escola de Educação Básica. Concepções de desenvolvimento e de aprendizagem numa perspectiva sociointeracionista. Papel do aluno e do professor no processo de ensino e de aprendizagem. A organização do trabalho pedagógico. Planejamento de Ensino: estrutura, organização, desenvolvimento, instrumentos de acompanhamento. O uso de tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e de aprendizagem. Interdisciplinaridade e transversalidade. Mídias, comunicação e tecnologias na educação. Educação Ambiental no âmbito da Escola Básica. Projeto Político Pedagógico: princípios e metodologias de planejamento, sistematização, execução, monitoramento e avaliação. Avaliação da aprendizagem no contexto das Políticas Educacionais de Educação Básica. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet</p>
PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL LIBRAS	<p>Histórico das línguas de sinais. Cultura e identidades surdas. Universais linguísticos e as línguas de sinais. Linguagem e cognição. Estrutura gramatical da LIBRAS (fonologia, sintaxe, morfologia - incluindo uso de classificadores, semântica-pragmática. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado. Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina. Transtorno invasivo de desenvolvimento. Tecnologia Assistiva. Cultura e identidade surda. Libras. Aquisição e aprendizagem de Libras. O ensino de Libras para surdos e ouvintes. Língua Portuguesa para Surdos. Bilinguismo. Lei nº 9394/96 e suas alterações - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 10.639/03 - História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) anos iniciais e educação infantil; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. As concepções de educação infantil e anos iniciais do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Função social da escola. Projeto Político Pedagógico. Princípios metodológicos do ensino. Concepção de Currículo. Estrutura e funcionamento da Escola de Educação Básica. Concepções de desenvolvimento e de aprendizagem numa perspectiva sociointeracionista. Papel do aluno e do professor no processo de ensino e de aprendizagem. A organização do trabalho pedagógico. Planejamento de Ensino: estrutura, organização, desenvolvimento, instrumentos de acompanhamento. O uso de tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e de aprendizagem. Interdisciplinaridade e transversalidade. Mídias, comunicação e tecnologias na educação. Educação Ambiental no âmbito da Escola Básica. Projeto Político Pedagógico: princípios e metodologias de planejamento, sistematização, execução, monitoramento e avaliação. Avaliação da aprendizagem no contexto das Políticas Educacionais de Educação Básica. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet</p>
PROFESSOR LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	<p>1. A Geografia, seu objeto de estudo e os conceitos fundamentais - Teoria da Geografia e História do pensamento geográfico. Geografia escolar e ciência geográfica. O espaço geográfico como produto histórico e social. O espaço geográfico como objeto da Geografia. Os conceitos e categorias de análise da Geografia. 2. Representação cartográfica – Escalas, Projeções e Convenções. A importância dos mapas. A relação entre Cartografia e poder. 3. O espaço da natureza e a questão ambiental - Os elementos do quadro natural e suas interrelações. O sistema solar. Estrutura e dinâmica geológica da terra. O aproveitamento econômico dos recursos naturais. Problemas ambientais. Políticas ambientais e estratégias para o desenvolvimento sustentável. A água enquanto um recurso renovável limitado. Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. 4. A globalização: O processo de globalização, a política neoliberal, seus efeitos e resistências. A inserção do Brasil na economia global. Espaço, poder e as tecnologias da informação e comunicação. 5. O espaço da produção industrial: O processo de industrialização, os modelos produtivos e as revoluções técnico- científicas. Concentração e dispersão da atividade industrial no mundo e no Brasil. Histórico do processo de industrialização no Brasil e a estrutura industrial. 6. O espaço urbano: Caracterização e diferenciação do espaço urbano e do processo de</p>



	<p>urbanização no mundo e no Brasil. Relações campo X cidade no mundo atual. Problemas urbanos no mundo e no Brasil. 7. A população mundial e brasileira: Crescimento, estrutura e migrações. A relação entre população e renda. Questões étnicas e conflitos territoriais. 8. A organização do espaço agrário no mundo e no Brasil: Caracterização geral. A estrutura fundiária, os conflitos no campo, a modernização e os problemas do setor agrário no Brasil. O setor agrário e o comércio internacional. 9. O papel dos setores de comércio, transporte e serviços na escala mundial e na escala nacional: Caracterização e particularidades. 10. Os grandes conjuntos socioeconômicos do mundo atual: Os blocos de poder. Estados nacionais e organizações supranacionais. As questões regionais e os grandes conflitos políticos e econômicos da atualidade. Espaço, política e movimentos sociais. A caracterização dos grandes conjuntos regionais do Brasil.</p>
PROFESSOR LICENCIATURA EM LETRAS	<p>Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas; Gramática: Fonética e fonologia; Ortografia; Morfologia; Sintaxe; Vocabulário; Compreensão e produção de gêneros textuais diversos; Prática pedagógica do ensino da língua inglesa: Abordagem comunicativa; Abordagem lexical; Análise e interpretação de textos: Identificação do tema central e das diferentes ideias contidas nos textos. Estabelecimento de relações entre as diferentes partes nos textos; Identificação de enunciados que expressam lugar, tempo, modo, finalidade, causa condição, consequência e comparação; Abordagem reflexiva; Avaliação do processo ensino-aprendizagem e de seus atores; Interação em sala de aula e valorização do conhecimento prévio e de mundo do aluno; Conceito de letramento: leitura como letramento, comunicação oral como letramento, prática escrita como letramento; A metodologia da Língua Estrangeira; Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; O ensino de língua para a comunicação; Dimensões comunicativas do inglês; Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; A escrita e a linguagem oral do inglês; A natureza sociointeracional da linguagem; O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; Literatura Americana e Inglesa; Cognatos e falsos cognatos; Estudo do vocabulário: significado de palavras e expressões num contexto; Semelhanças e diferenças de significados de palavras e expressões (falsos cognatos); Aspectos gramaticais/aplicação prática: flexão do nome, do pronome e do artigo; Substantivos (contáveis e não contáveis em inglês); Flexão do verbo; Significado através da utilização do tempo verbal e verbos auxiliares; Expressões; Regência e concordância nominal/verbal; Preposições de tempo/lugar; Substantivos, adjetivos e verbos seguidos de preposição; Orações com relação de causa, consequência, tempo, modo, condição, concessão, comparação; Orações relativas; Pronomes interrogativas; Frases interrogativas.</p>
PSICÓLOGO	<p>Instituições e organizações: O papel do psicólogo nas diversas instituições, na atualidade. Conhecimento clínico: Psicopatologia: neuroses, parafilias e transtornos parafilicos, distúrbio emocional, fatores intervenientes, técnicas terapêuticas e aspectos sociais. Psicologia familiar: O trabalho com família – orientação, aconselhamento e sua dinâmica. Psicologia escolar: Avaliação, acompanhamento, orientação dos pais educadores, relação entre a dificuldade escolar e problemas emocionais. Avaliação Psicológica Distúrbios e transtornos de aprendizagem (discalculia, dislexia, disgrafia, disortografia, disartria e TDAH). Formação do aparelho psíquico. Psicologia do Desenvolvimento. Distúrbios emocionais das crianças, sociabilidade, escolaridade, alimentação, sono, manipulações e hábitos e comportamento. Saúde pública e código de ética do psicólogo: Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, diretrizes e Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais. Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). NOB SUAS. Aconselhamento psicológico. Avaliação psicológica. Diagnóstico e avaliação dos distúrbios mentais no trabalho. Código de Ética Profissional do Psicólogo (escrever dessa forma). Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Sistema Conselhos. Intervenção psicossocial com grupos e políticas públicas. Modelos teóricos de psicoterapia. Teorias da personalidade. Transtornos da personalidade. Transtornos de ansiedade. Transtorno por uso de substâncias. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e Classificação Internacional de Doenças (CID-11).</p>
TERAPEUTA OCUPACIONAL	<p>Código de Ética Profissional. Compreensão crítica da história da terapia ocupacional no Brasil. Conceitos básicos da terapia ocupacional socioterápica. Conceitos e ideias básicas dos modelos de terapia ocupacional. Conceitos e ideias que fundamentam a terapia</p>



ocupacional das críticas ao sistema segregativo e asilar, isto é, das práticas de transformação institucional. A ideia do trabalho como recurso de terapia ocupacional. Conceito de reabilitação e as propostas alternativas de atenção à saúde da população assistida em terapia ocupacional. A problemática da efetivação da cidadania da população assistida em terapia ocupacional, pessoas com deficiências e transtornos mentais. Políticas de Saúde Mental e referentes à saúde das pessoas portadoras de deficiência. O papel das unidades extra-hospitalares (U.B.S.), centro de convivência hospitalar-dia e centros de referência diante da questão da não internação do paciente psiquiátrico e da não institucionalização da pessoa portadora de deficiência física, sensorial e/ou mental. A ação do terapeuta ocupacional na emergência psiquiátrica, enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais, assim como no tratamento hospitalar e ambulatorial de pessoas com deficiência. Análise crítica da reabilitação profissional no Brasil. Análise crítica da assistência e da atuação da terapia ocupacional no contexto da assistência às pessoas com deficiência mental em nosso país. Análise das relações entre saúde e trabalho. Área de Psiquiatria e Saúde Mental.

**ANEXO V - CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023**

PASSOS	ATIVIDADES	DATAS
1	PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO	
1.1	Publicação do Edital de Abertura do Concurso Público.	10/08/23
1.2	Prazo para impugnação ao Edital de Abertura do Concurso Público.	15/08/23
1.3	Publicação das respostas aos pedidos de impugnação do Edital de Abertura.	16/08/23
2	ISENÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO	
2.1	Período para pedido de isenção da taxa de inscrição.	16/08/23 a 28/08/23
2.2	Publicação do resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.	30/08/23
2.3	Prazo para recurso contra resultado preliminar dos pedidos de isenção de taxa de inscrição.	Até 04/09/23
2.4	Respostas aos pedidos de recurso contra os pedidos de isenção da taxa de inscrição.	05/09/23
2.5	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.	05/09/23
3	PERÍODO DE INSCRIÇÕES	
3.1	Período de inscrições no site da Coordenadoria Geral de Processos Seletivos e Processos Seletivos – UNIOESTE	16/08/23 a 11/09/23
3.2	Data limite para o pagamento da taxa de inscrição.	Até as 18h do dia 12/09/23
4	HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	
4.1	Publicação do Edital Preliminar com a relação dos candidatos inscritos na ampla concorrência, PcD.	15/09/23
4.2	Prazo para interposição de recurso contra o Edital preliminar de homologação das inscrições na ampla concorrência, PcD.	Até 19/09/23
4.3	Respostas aos recursos contra o indeferimento da homologação de inscrições na ampla concorrência, PcD.	22/09/23
4.4	Publicação do Edital Definitivo de homologação das inscrições na ampla concorrência, PcD.	22/09/23
5	PUBLICAÇÃO DOS LOCAIS DA PROVA OBJETIVA, ENSALAMENTO E ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS	
5.1	Publicação do Edital de Convocação dos candidatos com inscrição homologada para a realização da Prova Objetiva, com ensalamento.	29/09/23
6	PROVA OBJETIVA	
6.1	Realização da Prova Objetiva	08/10/23
6.1.1	Abertura dos portões (manhã)	07:10
	Fechamento dos portões (manhã)	08:00
	Início das provas (manhã)	dez minutos após o fechamento do portão
	Término das provas (manhã)	11:10
6.1.2	Abertura dos portões (tarde)	13:10
	Fechamento dos portões (tarde)	14:00
	Início das provas (tarde)	dez minutos após o fechamento do portão
	Término das provas (tarde)	17:10

30

Edital do Concurso Público nº 001/2023



6.2	Publicação do Gabarito Provisório da Prova Objetiva, dos cadernos de provas e do formulário para recursos.	09/10/23
6.3	Prazo para interposição de recursos contra o Gabarito Provisório da Prova Objetiva.	Até 12/10/23
6.4	Publicação das respostas aos recursos do Gabarito Provisório da Prova Objetiva.	18/10/23
6.5	Publicação do Gabarito Definitivo da Prova Objetiva.	18/10/23
6.6	Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva, com nota e classificação.	18/10/23
6.7	Prazo para interposição de recursos contra a nota da Prova Objetiva.	Até 23/10/23
6.8	Publicação do Resultado Definitivo da Prova Objetiva, com nota e classificação.	24/10/23
7	AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	
7.1	Período para o candidato aprovado na Prova Objetiva anexar títulos no sistema da UNIOESTE.	25 a 30/10/23
7.2	Publicação de Edital Preliminar com a nota da Avaliação de Títulos dos candidatos aprovados nas fases anteriores.	09/11/23
7.3	Prazo para pedido de recurso contra o resultado preliminar da Avaliação de Títulos.	Até 14/11/23
7.4	Publicação das respostas aos recursos contra o resultado preliminar da Avaliação de Títulos.	17/11/23
7.5	Publicação de Edital Definitivo com a nota da Avaliação de Títulos.	17/11/23
8	RESULTADO FINAL	
8.1	Publicação do Resultado Final do Concurso, com as notas e respectiva classificação.	22/11/23
9	HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO	Após 22/11/23

***OBS.: Este cronograma tem caráter orientador e pode ser alterado em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Comissão de Concurso e/ou COGEPS, garantida a publicidade legal nos meios de comunicação definidos nas Disposições Preliminares deste Edital.



ANEXO IV - DOCUMENTOS A SEREM EXIGIDOS NO ATO DA NOMEAÇÃO PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

O candidato aprovado e classificado às vagas ofertadas deve entregar, no ato da nomeação no respectivo cargo, os seguintes documentos, além dos demais requisitos previstos neste Edital:

- a) Cédula de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- c) Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- d) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
- e) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral;
- f) Certidão de Nascimento (quando for solteiro);
- g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
- h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;
- i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
- j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;
- k) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido neste Edital;
- l) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe (quando for o caso);
- m) 1 (uma) foto 3x4 recente;
- n) Comprovante de endereço atual;
- o) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;
- p) Declaração/Termo de conhecimento dos direitos e deveres e o compromisso de fiel cumprimento das atribuições inerentes ao cargo;
- q) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deve ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deve o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
- r) exame de sanidade física e mental, que comprove aptidão para o exercício do cargo e ou função.
- s) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pelo Município de Garuva no ato da convocação.

OBSERVAÇÕES:

- a) Os atestados apresentados devem estar dentro do período de validade.
- b) Além dos documentos listados acima, o Município de Garuva pode (à época da nomeação) em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo revogada a nomeação do candidato que não os apresentar.

PORTARIA Nº 284/2023

Publicação Nº 5051841

PORTARIA Nº. 284 de 07 de agosto de 2023.

“DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar LUIZ BELINI CHAVES JUNIOR – portador do CPF nº 059.749.989-60, Diretor de Gestão de Projetos, servidor desta municipalidade, para atuar como fiscal do contrato PMG Nº 037/2023, firmado com a empresa GESIEL PATRICIO JUNIOR 1012769144, inscrita no CNPJ sob nº 30.402.083/0001-06, cujo objeto é a “Contratação emergencial de empresa especializada para manutenção do telhado da Creche Municipal Maria Correa Saad, avariado pelo ciclone, compreendendo a retirada de entulhos sobre o telhado, instalação de telhas de fibrocimento, goivas e telhas portuguesas, incluindo o fornecimento de materiais, amparada no art. 24 Inc. IV da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 135 de 13 de julho de 2023”.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285/2023

Publicação Nº 5051842

PORTARIA Nº. 285 de 07 de agosto de 2023.

“DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar LUCILEIDE DE FATIMA BUENO FELDHAUS – inscrita no CPF sob o nº 028.059.689-80, Secretária Municipal de Educação e Cultura, servidora desta municipalidade, para atuar como fiscal do Contrato PMG nº 038/2023, cujo objeto é “A Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização e execução de processo seletivo simplificado de provas e títulos para contratação de servidores temporários para os cargos do magistério para o ano letivo de 2024 e 2025, conforme Lei Complementar nº. 117 de 04 de dezembro de 2019”, firmado com a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS ME, inscrita no CNPJ sob nº. 26.068.753/0001-22.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 292/2023

Publicação Nº 5052553

PORTARIA Nº. 292, de 11 de agosto de 2023.

“DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE POSSE DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

Considerando, art. 15, Parágrafo 5º do LC 001/98;

Considerando, os termos da Portaria 17/2022 de 15 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados em concurso público;

Considerando, o Memorando nº 5.653/2023

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por 30 (dias) a posse da senhora SILVANA NAGEL, CPF sob o nº 632.916.149-68 nomeado através da Portaria 259/2023 de 10 de julho de 2023, para o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes Nível II;

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 09 de agosto de 2023.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2023

Publicação Nº 5052253

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D25817444F68BAD83DD813460C91A07359736C8E

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2023

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2023

OBJETO: Registro de preços para aquisição de água mineral e vasilhames.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 15/08/2023. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09h00min do dia 24/08/2023.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min do dia 24/08/2023. LOCAL Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br. Íntegra do Edital nos sites: www.gaspar.sc.gov.br e www.comprasbr.com.br.

Gaspar (SC), 11/08/2023.

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO

Chefe de Gabinete

MARCOS ROBERTO DA CRUZ

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

CLEVERSON FERREIRA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura

SANTIAGO MARTIN NAVIA

Secretário Municipal de Saúde

SALÉSIO ANTONIO DA CONCEIÇÃO

Secretário Municipal de Assistência Social

RAFAELE VANCINI

Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

DECRETO Nº 11.174, DE 3 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053624

DECRETO Nº 11.174, DE 3 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A RETENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA (IR) NOS PAGAMENTOS EFETUADOS A FORNECEDORES POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E DA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no inciso I do artigo 158 da Constituição Federal que estabelece que "pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem",

Considerando a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF no julgamento do Recurso Extraordinário com repercussão geral nº 1.293.453-RS, que fixou a tese: "pertencem ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos art. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.",

Considerando o disposto na legislação Tributária Federal atinente à retenção de tributos e contribuições, em especial o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 1996, e seus respectivos regulamentos,

Considerando que as regras aplicadas pela União, na retenção do IRRF nos pagamentos efetuados as pessoas jurídicas, estão regulamentadas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro de 2012, e suas alterações, da Receita Federal do Brasil,

Considerando a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil e à Secretaria Municipal de Finanças,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, bem como a Câmara de Vereadores, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto neste Decreto.

§ 1º As retenções de que trata o caput deste artigo serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

§ 2º Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

§ 3º Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município.

§ 4º As entidades referidas no caput não farão retenções referentes ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a RFB, nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 10.833, 29 de dezembro de 2003 e alterações.

§ 5º A obrigação da retenção aplica-se a todos os contratos vigentes e vindouros e a todas as relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades abrangidos por este Decreto.

Art. 2º A critério do órgão contratante, os contratados serão notificados do disposto neste Decreto para que, quando do faturamento dos bens e serviços prestados e para fins exclusivos de IRRF, passem a observar o disposto no art. 64, § 5º, da Lei Federal nº 9.430 de 1996, no art. 15, da Lei Federal nº 9.249 de 1995, e na IN RFB nº 1.234, de 2012.

Art. 3º A obrigação de retenção de IR alcançará todas as relações de compras, os pagamentos e os contratos efetuados pelos órgãos e pelas entidades mencionados no art. 1º deste Decreto, inclusive convênios com organizações da sociedade civil, com exceção das dispensas previstas na legislação em vigor.

Art. 4º Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data de publicação deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

Parágrafo único. Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto no caput deste artigo, a partir da publicação deste decreto, não serão aceitos para fins de liquidação de despesa e caso não sejam regularizados, a retenção será efetuada mesmo sem o destaque da informação do valor a reter.

Art. 5º Os órgãos e as entidades mencionados no art. 1º deverão, no prazo de 15 (quinze) dias da publicação deste Decreto:

I – tomar as providências necessárias para adaptar as minutas de edital de licitação e respectivos contratos administrativos a fim de constar a observância das hipóteses de retenção de IR previstas neste Decreto; e

II – comunicar às pessoas jurídicas contratadas para que observem o disposto no caput do art. 3º deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 3 de agosto de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 11.177, DE 4 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053621

DECRETO Nº 11.177, DE 4 DE AGOSTO DE 2023.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 4.265, de 18 de novembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento da Administração Direta:

Órgão: 10 Fundo de Assistência Social	
Unidade: 20 Fundo de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Subfunção: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Inclus Social Econ Reduç Pobreza da Desigual.p/Paz Bem Esta	
Atividade: 2194 Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade	
Dotação: 37 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000100	R\$ 13.865,16
Dotação: 36 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000089	R\$ 6.030,76
Atividade: 2192 Manter Proteção Social Básica	

Dotação: 29 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000099	R\$24.607,26
Dotação: 25 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000090	R\$26.058,85

Art.2º Por conta das anulações do artigo anterior ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento da Administração Direta:

Órgão: 10 Fundo de Assistência Social	
Unidade: 20 Fundo de Assistência Social	
Função: 08 Assistência Social	
Subfunção: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Inclus Social Econ Reduç Pobreza da Desigual.p/Paz Bem Esta	
Atividade: 2194 Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade	
Dotação: 80 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000259	R\$ 7.035,89
Dotação: 72 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000258	R\$ 6.829,27
Dotação: 78 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000260	R\$ 6.030,76
Atividade: 2192 Manter Proteção Social Básica	
Dotação: 74 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000257	R\$24.607,26
Dotação: 75 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000253	R\$6.514,71
Dotação: 77 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000256	R\$11.726,48
Dotação: 79 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000255	R\$2.605,89
Dotação: 81 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 1661.7000254	R\$5.211,77

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 4 de agosto de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 11.179, DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053610

DECRETO Nº 11.179, DE 8 DE AGOSTO DE 2023.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 4.331, de 4 de agosto de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento da Administração Indireta:

Órgão: 13 Serviço Aut. Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Unidade: 16 Polícia Militar	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0018 Fortalecimento da Defesa Civil e Segurança Pública - SAMAE	
Projeto: 3089 Obras e Reformas SAMAE	
Dotação: 34 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 2501.7000109	R\$ 30.000,00
Atividade: 3087 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente SAMAE	
Dotação: 36 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 2501.7000109	R\$ 15.000,00
Atividade: 4198 Manutenção do Quartel e Serviço do SAMAE	

Dotação: 38 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	
Fonte de recursos: 2501.7000109	R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 8 de agosto de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 7.956, DE 7 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5037103

PORTARIA Nº 7.956, DE 7 DE AGOSTO DE 2023.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 06/2023, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR A. L DA C.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n.º 02/2023 – PAD nº 06/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 14 de agosto de 2023, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2023, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor A. L. da C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 7 de agosto de 2023.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

REGIMENTO INTERNO

Publicação Nº 5052695

REGIMENTO INTERNO

Capítulo I

Do Objeto

Art. 1º Este Regimento Interno tem por finalidade estabelecer a organização e o funcionamento do Comitê de Monitoramento do Atendimento de Escuta Especializada, instituído pelo Decreto 10.901, de 28 de fevereiro de 2023.

Art. 2º O Comitê de Monitoramento do Atendimento de Escuta Especializada é o órgão colegiado responsável por articular, capacitar, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial para a implantação e aplicação do Protocolo Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Gaspar/SC, promovendo o alinhamento da articulação e comunicação permanente dos órgãos da rede de proteção e monitorando o cumprimento do Protocolo, realizando alterações que se fizerem necessárias conforme estabelecido nos arts. 18 e 19 do Decreto nº 10.832, de 27 de janeiro de 2023.

Capítulo II

Da composição

Art. 3º O Comitê de Monitoramento do Protocolo Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Gaspar/SC é composta por:

I – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

III – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

IV – 01 (um) representante do Conselho Tutelar a ser indicado pela Coordenação do Colegiado.

§ 1º Os representantes das secretarias citadas devem ser substituídos imediatamente antes da próxima reunião caso haja necessidade, sendo responsabilidade do coordenador em exercício solicitar de ofício a indicação de novo servidor assim que tiver ciência da necessidade de substituição.

§ 2º A função de Coordenador do Comitê será alternada entre as secretarias representadas, iniciando pela Secretaria de Assistência Social, e a duração da estada na função será de um ano, devendo o coordenador ser substituído nesta função por seu par na representação caso seja desligado do Comitê, ou por servidor indicado pela secretaria no caso de substituição de ambos os representantes.

§ 3º O mandato dos membros do Comitê de Monitoramento será de 02 (dois) anos, a contar da data da homologação da portaria ou decreto que nomeie seus membros, podendo ser reconduzido uma vez.

§ 4º Caso um membro, deixe de fazer parte da secretaria ou órgão que representa no Comitê, durante o seu mandato, este deverá comunicar, imediatamente, o Coordenador do Comitê, para que este solicite nova nomeação à secretaria em questão.

Capítulo III

Das Competências

Art. 4º Compete ao Comitê de Monitoramento analisar e avaliar a implementação do Protocolo Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Gaspar/SC:

I. Realizar reuniões periódicas para acompanhar os casos encaminhados e quando necessário realizar estudo de caso;

II. Manter registro das ações e providências da rede de serviços para cada caso;

III. Realizar Monitoramento e articular estratégias para o bom funcionamento do Fluxo e do Protocolo;

IV. Criar instrumentais de registros do monitoramento, podendo ser aplicados in loco e também através de avaliação coletiva da rede de serviços em reuniões específicas de avaliação;

V. Atualizar anualmente o Protocolo Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Gaspar/SC ou sempre que se fizer necessário e publicar toda e qualquer alteração realizada;

VI. Avaliar, anualmente, a execução das estratégias do Protocolo Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Gaspar/SC e apresentar relatório em encontro com os gestores das secretarias representadas;

VII. Analisar a necessidade de capacitação continuada para toda a rede e orientar as secretarias a manterem suas equipes com a capacitação dentro da validade prevista na Resolução 005/2021 do CEDCA ou de outra que venha substituí-la;

VIII. Elaborar e divulgar relatórios analíticos trimestralmente;

IX. Propor e encaminhar recomendações visando o aprimoramento da execução do Protocolo Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Gaspar/SC.

Parágrafo único. Os processos de avaliação devem contemplar a escuta de crianças, famílias e profissionais envolvidos na execução da política.

Art. 5º Para o cumprimento das competências descritas no art. 4º são atribuições dos membros do Comitê de Monitoramento:

I. Levantar e sistematizar as informações necessárias à realização de avaliação do Protocolo Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Gaspar/SC, devendo os representantes de cada secretaria trazer os dados de sua política pública atualizados para cada reunião do Comitê;

II. Definir metodologia dos processos de avaliação;

III. Identificar parceiros que possam colaborar com os processos de avaliação;

IV. Definir as diretrizes de disseminação e divulgação dos resultados das avaliações;

V. Elaborar documentos, relatórios e materiais para a divulgação dos resultados das avaliações;

VI. Planejar, organizar e executar avaliação do Protocolo Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Gaspar/SC;

VII. Propor ações, medidas e recomendações que possam sanar eventuais desafios identificados no processo de monitoramento e avaliação do Protocolo Municipal de Prevenção e Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Gaspar/SC.

Art. 6º Compete aos representantes de cada órgão e entidade vinculada à Comissão de Avaliação:

- I. Subsidiar a Comissão de Avaliação nas demandas de avaliação do órgão ou entidade que representa;
- II. Fornecer dados e informações existentes sobre políticas, programas e ações de responsabilidade exclusiva ou compartilhada, da secretaria que representa;
- III. A cada reunião, prestar informações referentes a indicadores, objetivos, metas, iniciativas, de responsabilidade exclusiva ou compartilhada, da secretaria ou órgão que representa;
- IV. Disseminar, em seu órgão ou secretaria, as orientações sobre os processos de avaliação definidos pela Comissão de Monitoramento;
- V. Submeter ao gestor da secretaria que representa todos os encaminhamentos e deliberações do Comitê de Avaliação.

Art. 7º Compete ao Coordenador do Comitê:

- I. Coordenar os trabalhos do Comitê;
- II. Convocar as reuniões do Comitê;
- III. Providenciar a elaboração e publicação das atas/relatórios das reuniões realizadas;
- IV. Fornecer aos demais órgãos internos e externos, sempre que solicitado, informações referentes às atividades de avaliação do Comitê de Monitoramento;
- V. Cumprir e fazer cumprir o presente regimento.

Capítulo IV

Do Funcionamento

Art. 8º A Comissão de Avaliação reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses, conforme calendário previamente aprovado pela Comissão, e, extraordinariamente, sempre que convocado pela Secretaria Executiva da Comissão.

Art. 9º As reuniões ordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, e as extraordinárias com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sendo a respectiva pauta distribuída aos membros juntamente com a convocação.

Art. 10 Os representantes da Comissão poderão solicitar a inclusão de assuntos na pauta, por escrito e com antecedência de 5 (cinco) dias da reunião ordinária e 3 (três) dias da reunião extraordinária da Comissão, ou após a instalação dos trabalhos, mediante deliberação de seus membros.

Art. 11 As reuniões da Comissão serão instaladas com quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 1º No caso da impossibilidade de comparecimento de ambos representantes do órgão ou entidade membro da Comissão deverá ser apresentada justificativa ao Coordenador do Comitê, com antecedência mínima de 2 (dois) dias ou, em caso fortuito ou de força maior, no dia da reunião.

§ 2º Serão automaticamente removidos da Comissão de Avaliação os membros que faltarem a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 3 (três) reuniões intercaladas, injustificadamente, no período de 12 (doze) meses, assumindo novo representante indicado pela secretaria que representassem.

§ 3º Poderão participar das reuniões do Comitê de Monitoramento, quando convidados, representantes dos diferentes órgãos do governo municipal, com o intuito de prestar informações e receber propostas e recomendações, assim como representantes convidados de outras instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

§ 4º Participantes convidados não terão direito a voto nas deliberações da Comissão e o direito a voz está condicionado à concordância da maioria simples dos membros presentes.

Art. 12 As deliberações somente poderão ser tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo cada membro direito a um voto e cabendo ao Coordenador do Comitê o voto de minerva em caso de empate.

Art. 13 As reuniões da Comissão de Avaliação serão registradas em relatórios que, após aprovação e assinatura dos membros presentes na reunião, serão publicadas no site da Secretaria do Governo Municipal, na pasta das secretarias da Assistência Social, da Educação e da Saúde.

Capítulo V

Disposições Gerais

Art. 14 O presente Regimento Interno poderá ser alterado a qualquer tempo pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Comissão, em reunião convocada para essa finalidade.

Art. 15 Dúvidas e casos omissos porventura surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Comitê de Monitoramento.

Art. 16 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 10.2023

Publicação Nº 5052703

Resolução CMDCA nº 010.2023

Altera o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Gaspar, aprovado pelo Decreto Municipal nº 212, de 7 de outubro de 1998.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1.432, de 24 de maio de 1993 e Decreto Municipal nº 212, de 7 de outubro de 1998,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o artigo 3º do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Gaspar, aprovado pelo Decreto Municipal nº 212, de 7 de outubro de 1998, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Gaspar realizará sessões plenárias ordinárias uma vez por mês de acordo com a deliberação aprovada em reunião plenária, ou extraordinárias por convocação da Presidência, ou a requerimento firmado pela maioria absoluta dos seus membros.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de agosto de 2023.

Maria Jacira Demmer
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente (CMDCA)

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 11.2023

Publicação Nº 5052706

Resolução CMDCA nº 011.2023

Nomeia a Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA de Gaspar/SC

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 1.432, de 24 de maio de 1993 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98, e no uso de suas competências.

CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada no dia 10 de agosto de 2023. Ata nº 011/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a composição da Mesa Diretora do CMDCA de Gaspar:

Presidente: Maria Jacira Demmer – NÃO GOVERNAMENTAL;
Vice-Presidente: Rubiana Azambuja Proença dos Santos – GOVERNAMENTAL;
1ª Secretária: Bruna Eloisa Basei – GOVERNAMENTAL;
2ª Secretária: Marília Regina Hartmann – NÃO GOVERNAMENTAL.

Art.2º - Fica revogada a Resolução nº 15/2022.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de agosto de 2023.

Maria Jacira Demmer
Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar - CMDCA
da Criança e do Adolescente (CMDCA)

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 12.2023

Publicação Nº 5052709

Resolução CMDCA nº 012.2023

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n.º 1.432/93.

CONSIDERANDO o Decreto nº 212/98 que aprova o Regimento Interno da Criança e do Adolescente do Município de Gaspar,

CONSIDERANDO a aprovação em plenária realizada em 10/08/2023, Ata nº 011/2023 - CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os Conselheiros abaixo para comporem as Comissões Permanentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:

I – Comissão de Normas, Regulamentos e Eleições:

- a) Jessé Bruno Corrêa – representante governamental;
- b) Francieli Spengler – representante governamental;
- c) Gabriela dos Santos – representante não-governamental;
- d) Maria Dolores Zimmermann Dalmagro – representante não-governamental;

II – Comissão de Finanças e Orçamentos:

- a) Rinaldo Tatsch dos Santos – representante governamental;
- b) Juliana Menezes de Oliveira – representante governamental;
- c) Daniella de Andrade – representante não governamental;
- d) Vivian Laps da Silva de Lima – representante não governamental;

III – Comissão de Inscrições, Monitoramento e Acompanhamento:

- a) Ícaro Gentile de Freitas Cosser – representante governamental;
- b) Cristiane Lorenzi – representante governamental;
- c) Hagar de Lara Tiburcio de Oliveira – representante não-governamental;
- d) Marília Regina Hartmann – representante não-governamental;

IV – Comissão de Comunicação, Articulação e Campanhas:

- a) Daniela Zomer Becker – representante governamental;
- b) Carlos Henrique de Oliveira – representante governamental;
- c) Sônia Regina de Souza – representante não-governamental;
- d) Joice Vieira – representante não-governamental;

V – Comissão do Fundo da Infância e Adolescência – FIA:

- a) Scheila Regina Boettner – representante governamental;
- b) Luciane Silvia Martins Bailer – representante governamental;
- c) Sonia Maria Menin – representante não-governamental;
- d) Jailson de Aguiar – representante não-governamental;

VI – Comissão de Garantia de Direitos:

- a) Juliana Menezes de Oliveira – representante governamental;
- b) Maicon de Borba – representante governamental;
- c) Scheila Regina Brottner – representante governamental;
- d) Alexsandra Goya Fernandes – representante não-governamental;
- e) Alan Vieira – representante não-governamental;
- f) Alexandra Wilvert Joanela – representante não-governamental.

Art. 2º Revoga a Resolução nº 007, de 18 de julho de 2023.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11 de julho de 2023.

Gaspar, 10 de agosto de 2023.

Maria Jacira Demmer
Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar - CMDCA
da Criança e do Adolescente (CMDCA)

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA TERCEIRA SESSÃO PÚBLICA - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2023**

Publicação Nº 5053951

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2023
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DA TERCEIRA SESSÃO PÚBLICA.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, realizou-se no plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, em Gaspar, Santa Catarina, a terceira sessão pública, transmitida ao vivo pelas redes sociais, destinada à abertura dos envelopes nº 4 e julgamento das propostas de preço. Presentes ao ato estiveram o presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, servidor Pedro Paulo Schramm, bem como os demais membros, servidores Célio Giovani da Silva e Ramires dos Santos, nomeados pela Resolução nº 31/2023, e a servidora Simone Carime Makki Voigt, nomeada pela Resolução nº 65/2023. Também presente, o representante da licitante THINK BRANDS PUBLICIDADE & PROPAGANDA LTDA, Senhor Ramires Ronchi Ferreira. O Presidente deu abertura à sessão pública cumprimentando a todos e agradecendo pela presença. De imediato, foram apresentados os dois envelopes aos membros da CPL e ao representante da única licitante presente, os quais puderam atestar que os envelopes estavam lacrados, rubricados no fecho, conforme demanda o Edital. Em seguida, efetivou-se a abertura dos envelopes e colheu-se a rubrica dos membros da CPL e do representante da licitante. Diante das propostas de preço, verificou que a licitante THINK BRANDS PUBLICIDADE & PROPAGANDA LTDA, apresentou a melhor proposta em todos os três itens do Anexo 5 do Edital, sendo: Item 10.39.1, 30% (trinta por cento); Item 10.39.2, 10% (dez por cento); e Item 10.39.3, 5% (cinco por cento). Em relação a Tempo Brasil que apresentou respectivamente os percentuais de: Item 10.39.1, 30% (trinta por cento); Item 10.39.2, 15% (quinze por cento); e Item 10.39.3, 10% (dez por cento). Pela ausência da licitante Tempo Brasil na sessão pública, há necessidade de aguardar pela publicação desta Ata e pelo prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da Ata no DOM para apresentação de recurso, caso assim houver. Nada mais, deu-se por finalizada a terceira sessão pública do Processo de Licitação, Concorrência nº 001/2023, da qual lavrou-se a presente Ata que vai assinada pelos membros da CPL e pelo representante da licitante.

Pedro Paulo Schramm	Célio Giovani da Silva
Ramires dos Santos	Simone Carime Makki Voigt
Ramires Ronchi Ferreira	

RESOLUÇÃO Nº 115/2023

Publicação Nº 5052972

Resolução Nº 115/2023

Dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores realizados pela Câmara de Vereadores de Gaspar.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno; CONSIDERANDO o disposto no art. 158, inciso I, da Constituição da República, que atribui aos Municípios a titularidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; CONSIDERANDO a tese fixada no Tema n.º 1130 da Repercussão Geral, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.293.453/RS, que deu interpretação conforme a Constituição Federal, do art. 64 da Lei Federal Nº 9.430/1996, para atribuir aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços e possibilitar a utilização do mesmo regramento aplicado pela União, no caso, a Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012; CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, bem como o dever das autoridades públicas em atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas como estabelece o art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942,

RESOLVE:

Art. 1º A Câmara de Vereadores de Gaspar ao efetuar pagamento a pessoas jurídicas, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverá proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e alterações posteriores, bem como ao disposto nesta Resolução.

§1º As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura, e alcançarão todos os contratos e relações de compras existentes.

§2º Os valores retidos a título de imposto de renda (IR) de prestadores de serviços e fornecedores de bens serão depositados ao erário municipal até o dia 20 do mês subsequente da competência em que foram retidos.

§3º Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

Art. 2º A contar da vigência da presente Resolução, os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação por parte do Poder Legislativo Municipal, com as consequências disso decorrentes.

Parágrafo único – As notas fiscais emitidas em desacordo com o previsto no caput deste artigo incorrerão na retenção do imposto de renda.

Art. 3º A Câmara de Vereadores de Gaspar deverá tomar as providências necessárias para adaptar as minutas de editais de licitação e de respectivos contratos administrativos a fim de constar a observância das hipóteses de retenção de IR previstas, comunicar às pessoas

jurídicas contratadas e aquelas que costumeiramente mantêm vínculos de fornecimento, e dar ampla divulgação em seus canais de comunicação, para que se observe o disposto nesta Resolução.

Parágrafo único - As negociações, comunicações e ajustes necessários ao cumprimento do caput deste artigo devem ser finalizados até o dia 31/08/2023.

Art. 4º Estabelece como data para o início das retenções de imposto de renda (IR) de prestadores de serviços e fornecedores de bens as liquidações e os respectivos pagamentos realizados a partir de 1º de Setembro/2023, cuja informação dos valores retidos serão informados no sistema Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) da Receita Federal, conforme prazos previstos na legislação vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 10 de agosto de 2023.

MESA DIRETORA

CIRO ANDRE QUINTINO

Presidente

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Vice-Presidente

GIOVANO BORGES

Primeiro Secretário

ALEXSANDRO BURNIER

Segundo Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ATA DE REGISTO DE PREÇOS 220/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 67/2023 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAMINHÃO HIDROJATO, CAMINHÃO PIPA E LIMPEZAS DE CAIXAS D'ÁGUA, CAIXAS DE GORDURA, FOSSAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLU

Publicação Nº 5054651



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTO DE PREÇOS Nº220/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DOS
SERVIÇOS DE CAMINHÃO HIDROJATO, CAMINHÃO PIPA E LIMPEZAS DE CAIXAS
D'ÁGUA, CAIXAS DE GORDURA, FOSSAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2023 no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Marcos Henrique da Silva, são registrados os preços da empresa **ACENTRAL SOLUÇÕES AMBIENTAIS**, estabelecida à Rua WILSON MENESES Nº 212, CAMPINAS, SÃO JOSÉ/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 10.822.506/0001-30, neste ato representado pelo(a) JOÃO DA COSTA RODRIGUES, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 896.268.349-77, portador(a) do RG nº 5422562, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAMINHÃO HIDROJATO, CAMINHÃO PIPA E LIMPEZAS DE CAIXAS D'ÁGUA, CAIXAS DE GORDURA, FOSSAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial n.º67/2023**, objeto do **Processo nº 67/2023**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
01	SERVIÇO DE DESOBSTRUÇÃO DE BOCAS DE LOBO, TUBULAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS E OUTROS ATRAVÉS DE CAMINHÃO HIDROJATO DE NO, MÍNIMO, 12M³ INCLUINDO MOTORISTA, MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS. INCLUI-SE NO SERVIÇO MOTORISTA E, PELO MENOS, 2 OPERADORES (AJUDANTES) PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.	450	horas	487,99

LOTE 2				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
02	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUA POTAVEL 15M³ POR CAMINHÃO PIPA.	300	horas	356,10

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811

1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE 3				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
03	SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	563	M³	372,35

LOTE 4				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
04	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	1000	M³	339,49

LOTE 5				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
05	SERVIÇO DE DESOBSTRUÇÃO DE BOCAS DE LOBO, TUBULAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS E OUTROS ATRAVÉS DE CAMINHÃO HIDROJATO DE NO, MÍNIMO, 12M³ INCLUINDO MOTORISTA, MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS. INCLUI-SE NO SERVIÇO MOTORISTA E, PELO MENOS, 2 OPERADORES (AJUDANTES) PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.	150	horas	487,99

LOTE 6				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
06	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUÁ POTÁVEL 15M³ POR CAMINHÃO PIPA.	100	horas	356,10

LOTE 7				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$

2

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

07	SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	187	M³	372,35
-----------	---	-----	----	--------

LOTE 8

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
08	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	200	M³	339,49

LOTE 9

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
9	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 250L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	20	UNID.	239,99
10	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 500L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	100	UNID.	276,65
11	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 1.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	100	UNID.	303,32
12	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 2.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	30	UNID.	349,99
13	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 3.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	30	UNID.	389,99
14	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 5.000L INCLUINDO MÃO-			

3

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	30	UNID.	463,32
15	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 10.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	30	UNID.	766,65
16	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 20.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	30	UNID.	1356,65

Governador Celso Ramos/SC, 10 de agosto de 2023.

ACENTRAL SOLUÇÕES AMBIENTAIS
Contratada

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTO DE PREÇOS 223/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 84/2023 - AQUISIÇÃO DE CADEIRA PARA AUTOMÓVEL PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Publicação Nº 5054657

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº223/2023

AQUISIÇÃO DE CADEIRA PARA AUTOMÓVEL PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2023 no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Marcos Henrique da Silva, são registrados os preços da empresa JD ELETRO COMERCIAL LTDA, estabelecida à Rua DAS BROMELIAS, Nº 1126, 1º ANDAR, FORTALEZA ALTA, BLUMENAU inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 36.091.140/0001-60, neste ato representado pelo(a) ROBSON PATRIK SOARES, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 060.594.079-39, portador(a) do RG nº 5.149.990-8, para AQUISIÇÃO DE CADEIRA PARA AUTOMÓVEL PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º84/2023, objeto do Processo nº 84/2023. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
01	Cadeira para Automóvel - 0 a 36kg - Cinza Mescla ou preta. Capa 100% Poliéster; Estrutura: PEAD. Garantia 6 meses. Observações: Cadeirinha aprovada pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR 14400 para crianças do nascimento até 36kg (grupos 0+, 1, 2 e 3). Características gerais: - Inclinação para recém-nascidos; - Posições inclinação para crianças até 36kg; - Instalação de costas e de frente ao movimento do carro; - Tecido macio e muito acolchoada; - Almofada redutora de assento removível; - Instalação de frente e de costas para o movimento; - Revestimento lavável na máquina; - Cinto de segurança de 5 pontos; - Ajuste da altura do apoio de cabeça em 9 posições junto com os cintos internos; - Aprovado pelo INMETRO. Dimensões estimadas Altura 44,00 cm; Largura 46,00 cm; Profundidade 66,00 cm; Peso 7,20 kg. MARCA: VOYAGE/LEGACY	50	UND	668,50

Governador Celso Ramos/SC, 10 de agosto de 2023.

JD ELETRO COMERCIAL LTDA
Contratada MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 224/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 84/2023 - AQUISIÇÃO DE CADEIRA PARA AUTOMÓVEL PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Publicação Nº 5054658

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº224/2023

AQUISIÇÃO DE CADEIRA PARA AUTOMÓVEL PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE

Aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2023 no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Marcos Henrique da Silva, são registrados os preços da empresa (s) para JD ELETRO COMERCIAL LTDA, estabelecida à Rua DAS BROMELIAS, Nº 1126, 1º ANDAR, FORTALEZA ALTA, BLUMENAU inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 36.091.140/0001-60, neste ato representado pelo(a) ROBSON PATRIK SOARES, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 060.594.079-39, portador(a) do RG nº 5.149.990-8, para AQUISIÇÃO DE CADEIRA PARA AUTOMÓVEL PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº84/2023, objeto do Processo nº 84/2023. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
01	Cadeira para Automóvel - 0 a 36kg - Cinza Mescla ou preta. Capa 100% Poliéster; Estrutura: PEAD. Garantia 6 meses. Observações: Cadeirinha aprovada pelo INMETRO conforme norma ABNT NBR 14400 para crianças do nascimento até 36kg (grupos 0+, 1, 2 e 3). Características gerais: <ul style="list-style-type: none">- Inclinação para recém-nascidos;- Posições inclinação para crianças até 36kg;- Instalação de costas e de frente ao movimento do carro;- Tecido macio e muito acolchoada;- Almofada redutora de assento removível;- Instalação de frente e de costas para o movimento;- Revestimento lavável na máquina;- Cinto de segurança de 5 pontos;- Ajuste da altura do apoio de cabeça em 9 posições junto com os cintos internos;- Aprovado pelo INMETRO. Dimensões estimadas Altura 44,00 cm; Largura 46,00 cm; Profundidade 66,00 cm; Peso 7,20 kg. MARCA: VOYAGE/LEGACY	15	UND	668,50

Governador Celso Ramos/SC, 10 de agosto de 2023.

JD ELETRO COMERCIAL LTDA
Contratada MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 221/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 67/2023 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAMINHÃO HIDROJATO, CAMINHÃO PIPA E LIMPEZAS DE CAIXAS D'ÁGUA, CAIXAS DE GORDURA, FOSSAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCL

Publicação N° 5054653



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº221/2023**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAMINHÃO HIDROJATO, CAMINHÃO PIPA E LIMPEZAS DE CAIXAS D'ÁGUA, CAIXAS DE GORDURA, FOSSAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2023 no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Marcos Henrique da Silva, são registrados os preços da empresa (s) para **ACENTRAL SOLUÇÕES AMBIENTAIS**, estabelecida à Rua WILSON MENESES Nº 212, CAMPINAS, SÃO JOSÉ/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 10.822.506/0001-30, neste ato representado pelo(a) JOÃO DA COSTA RODRIGUES, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 896.268.349-77, portador(a) do RG nº 5422562, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAMINHÃO HIDROJATO, CAMINHÃO PIPA E LIMPEZAS DE CAIXAS D'ÁGUA, CAIXAS DE GORDURA, FOSSAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial n.º67/2023**, objeto do **Processo n.º 67/2023**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
01	SERVIÇO DE DESOBSTRUÇÃO DE BOCAS DE LOBO, TUBULAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS E OUTROS ATRAVÉS DE CAMINHÃO HIDROJATO DE NO, MÍNIMO, 12M³ INCLUINDO MOTORISTA, MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS. INCLUI-SE NO SERVIÇO MOTORISTA E, PELO MENOS, 2 OPERADORES (AJUDANTES) PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.	150	horas	487,99

LOTE 2				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
02	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUÁ POTÁVEL 15M³ POR CAMINHÃO PIPA.	100	horas	356,10

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811

1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE 3				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
03	SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	100	M³	372,35

LOTE 4				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
04	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.	100	M³	339,49

LOTE 5				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
5	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 250L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	20	UNID.	239,99
6	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 500L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	20	UNID.	276,65
7	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 1.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	20	UNID.	303,32
8	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 2.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	20	UNID.	349,99
9	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 3.000L INCLUINDO MÃO-	20	UNID.	389,99

2

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.			
10	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 5.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	20	UNID.	463,32
11	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 10.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	20	UNID.	766,65
12	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE ATÉ 20.000L INCLUINDO MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	20	UNID.	1356,65

Governador Celso Ramos/SC, 10 de agosto de 2023.

ACENTRAL SOLUÇÕES AMBIENTAIS
Contratada

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal

3

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
Fone (48) 3262-0141/1811

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 222/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 59/2023 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ELEVADOR E PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA ATENDER AS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 5054656

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº222/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ELEVADOR E PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA ATENDER AS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2023 no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.811.449/0001-90, representado por seu Prefeito, Sr. Marcos Henrique da Silva, são registrados os preços da empresa ELOTECH SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA estabelecida à Alameda Bela Aliança, 310 – Jardim América – Rio do Sul/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 14.048.837/0001-15 neste ato representado pelo Sr. CLÁUDIO JOSÉ DA SILVA inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 743.821.799-04, portador(a) do RG nº 2.499.635/SSP/SC, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ELEVADOR E PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA ATENDER AS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 59/2023, objeto do Processo nº 59/2023. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unid.	Quant	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADOR E PLATAFORMA ELEVATÓRIA	HRS	100	460,00	46.000,00
2	FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO/ CONSERVAÇÃO/ REPARAÇÃO	UNID	50.000	1,00	50.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 10 de agosto de 2023
ELOTECH SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA
Contratada

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 99/2023 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE IMPRESSÃO, ENCADERNAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 5054659

AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 751C78E5661B6A1B34977AD44FF9076077018351

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO A SER REGIDA PELAS LEIS 8.666/63 E 10.520/2002 E PELO DECRETO FEDERAL 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 99/2023

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo MENOR PREÇO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE IMPRESSÃO, ENCADERNAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/08/2023 até 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 24/08/2023 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelsoramos.sc.gov.br, no link Transparências – Licitações e pesquisar pelo número do Edital em questão.

Governador Celso Ramos, 11 de Agosto de 2023.

WILLIAM WOLLINGER BRENUVIDA
Secretário de Administração

Gravatal

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 09/2023 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL 05/2023 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO HOSPITALARES

Publicação Nº 5051832

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1656EA5B371D3842F72F31D73A0AFF25B27335C

MUNICIPIO DE GRAVATAL. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2022. PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2022. A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Gravatal, a Sra. MARIA PEREIRA CALEGARI, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, amparados pelas Leis Nº 8666/93, Lei Federal 10.520/2002 e atualizações, Lei Complementar 123/06 e atualizações, dia 24 de Agosto de 2023, às 09:00h, tendo como objeto: "CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALARES, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, NAS UNIDADES DE SAÚDE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA." Mais informações e retirada de edital disponíveis na RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121, Centro, (048)3648-8022 E-mail: licitacao@gravatal.sc.gov.br, ou no site do município: <https://gravatal.atende.net/> Gravatal, 11 de Agosto de 2023. MARIA PEREIRA CALEGARI Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO 02.2023 AO CONTRATO 123.2022 - PMGBA

Publicação N° 5054023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3609A690161C85F18BE1392B9FFE74ACECA4D735

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: Ad02/23Cont123

Contratante: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA

Aditivo de Prazo

Vigência: Início: 12/08/2023 Término: 12/12/2023

Licitação: Tomada de Preços p/ N°.: 10/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA EDIFICAÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES MUNICIPAL DE GUARACIABA, CONTENDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, MOVIMENTAÇÃO DE TERRA, DRENAGEM, CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA, ESTRUTURA METÁLICA, HIDROSSANITÁRIO, E ELETRICA CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. VANDECIR DORIGON

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 131/2023 - PMGBA

Publicação Nº 5052296

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 33DF6B0A53AD52A78F518EFE773B9AE1754AFFBB

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

LEILÃO Nº 2/2023

PROCESSO Nº 131/2023 HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: ALIENAÇÃO (VENDA) DE BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS: VEÍCULO, DISTRIBUIDOR DE ADUBO, CARROCERIA PRANCHA E DEMAIS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO, NOS TERMOS DAS LEIS MUNICIPAIS 3.550 E 3.571/2023..

CONTRATADO: LEANDRO JOSE KEMPER

Lote 09 - CARROCERIA PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS MEDINDO 7,20X2,70 M, VALOR MÍNIMO DE R\$ 46.000,00 (QUARENTA E SEIS MIL REAIS);

VALOR TOTAL DA VENDA: R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais)
=====-----
CONTRATADO: ECOPEL RECICLAGEM DE METAL LTDA

Lote 04 - LOTE DE ABERTURAS EM METAL COM VIDRO, CONTENDO PORTAS E JANELAS DE DIVERSOS TAMANHOS, VALOR AVALIADO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE BENS, SOB A PORTARIA Nº 508/2023, EM R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS);

Lote 05 - LOTE DE FERRO, VIGAS E ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS EM METAL DE DIVERSOS TAMANHOS, VALOR AVALIADO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE BENS, SOB A PORTARIA Nº 508/2023, EM R\$ 1.000,00 (MIL REAIS);

Lote 06 - LOTE DE SUPORTE DE LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM AÇO TUBULAR, VALOR AVALIADO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE BENS, SOB A PORTARIA Nº 508/2023, EM R\$ 1.000,00 (MIL REAIS);

VALOR TOTAL DA VENDA: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)
=====

VANDECIR DORIGON
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 133/2023 - PMGBA

Publicação N° 5053662

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8944229EFD74FDE0AC86E212905471BB4A3EF4D4

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 93/2023
PROCESSO N° 133/2023 HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, COPA, COZINHA E EMBALAGENS, DESTINADOS AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS E À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, COM A FINALIDADE DE FOMENTAR A REALIZAÇÃO DE ENCONTROS E CONFRATERNIZAÇÃO DOS GRUPOS DE IDOSOS.

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.077,40 (cinco mil, setenta e sete reais e quarenta centavos)
=====

CONTRATADO: ROBERTO LUIZ MALDANER
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.045,12 (seis mil, quarenta e cinco reais e doze centavos)
=====

CONTRATADO: DLZ DISTRIBUIDORA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.105,89 (doze mil, cento e cinco reais e oitenta e nove centavos)
=====

VANDECIR DORIGON
Prefeito

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1805/2023

Publicação Nº 5052562

DECRETO Nº. 1805/2023

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 76.159,06 (setenta e seis mil, cento e cinquenta e nove reais, seis centavos).

Osvaldo Devigili, Prefeito em Exercício de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 76.159,06 (setenta e seis mil, cento e cinquenta e nove reais, seis centavos), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura

001 - Secretaria de Infraestrutura

0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Públicas

34000000000000000000 - Despesas de capital

34400000000000000000 - Investimentos

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

179970002007 – Port.535/2021 SCC 20586/2021 Vendolin Camer - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado - R\$ 6.159,06

18 - Secretaria de Esporte e Lazer

001 - Secretaria de Esporte e Lazer

0027.0812.0015.2081 - Apoio ao Esporte Amador

33000000000000000000 - Despesas correntes

33300000000000000000 - Outras despesas correntes

33390000000000000000 - Aplicações diretas

150170000001 - Outros Recursos não Vinculados - R\$ 70.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do excesso de arrecadação apurado até a presente data, na receita e fonte:

I - 4132101010106210000 - Remuneração de depósitos bancários - Outras transferências dos estados, 179970002007 – Port. 535/2021 SCC 20586/2021 Vendolin Camer - Outras Transferências Legais e Constitucionais – Estado, no valor de R\$ 6.159,06 (seis mil, cento e cinquenta e nove reais, seis centavos);

II - 4132101010201000000 - Remuneração de depósitos bancários - recursos próprios, Vínculo: 150170000001 - Outros Recursos não Vinculados, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de agosto de 2023.

Osvaldo Devigili

Prefeito em Exercício

Jiuvani Assis Assing

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2022 - PMG

Publicação Nº 5053451

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2022 - PMG

Processo de Licitação: 04/2022 - PMG

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA EMEF ISABEL LILIA ROSA DE SOUZA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), OBJETIVANDO EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS À PORTARIA N. 466/SEF/SC - 22/11/2021, ANEXO ÚNICO - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS, VINCULADO AO PROCESSO SDE 00118566/2021.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim, Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: OMVS CONSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 15.772.347/0001-20, com sede na Rua Noberto Silveira Junior, nº 05, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Resumo do aditivo: O presente Termo tem como objeto o reajuste contratual do saldo remanescente do contrato, perfazendo o valor de R\$ 69.785,34 (sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), correspondendo a aproximadamente 10,04% (dez vírgula zero quatro por cento) de aumento.

Guaramirim (SC), 11 de agosto de 2023.

OSVALDO DEVIGILI

PREFEITO MUNICIPAL

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO RP 32/2023

Publicação Nº 5052668

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 86AA6B519DB88142F79CEA17171C2EF1CA11B72A

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 59/2023.

Pregão Presencial RP n. 32/2023.

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS, GALERIA DE CONCRETO, PAVER, MEIO FIOS, BRITA E DERIVADOS DE PEDRA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETÁRIAS DE TRANSPORTES, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E DESENVOLVIMENTO, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 25/08/2023.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25/08/2023.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu SC, 11 de agosto de 2023.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

DECRETO 231/2023

Publicação Nº 5054740

DECRETO N. 231/2023

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto no inciso IV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o resultado do processo seletivo público nº 08/2023 de 20 de junho de 2023.

DECRETA: Ficam contratados(as) temporariamente os servidores(as) que menciona abaixo, recebendo a remuneração de Lei.

Nome	Cargo	Horas
Emanoela Geovana Cordeiro Oliveira	Auxiliar de creche	30h
Gizely Aparecida Telles Moreira	Auxiliar de creche	30h
Maria Eduarda Spingolon	Auxiliar de creche	30h

Art. 1º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento Municipal vigente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposição e contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu/SC, 14 de agosto de 2023.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

DECRETO 232/2023

Publicação Nº 5054745

DECRETO Nº. 232/2023

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Luiz Clóvis Dal Piva, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto nos incisos XXIV e XXV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada os servidores(a), que menciona abaixo.

NOME	CARGO
Claudiana Dias	Conselheira Tutelar
Diego Schmidt da Silva	Motorista de veículos leves
Eleandro de Abreu Dias	Motorista de veículos leves
Ana Caroline Machado	Motorista de veículos leves

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu, SC,
14 de agosto de 2023.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 05/2023 DO PROCESSO SELETIVO Nº 008/2023

Publicação Nº 5052520



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 05/2023 DO PROCESSO SELETIVO**Nº 008/2023**

Mediante o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 08/2022 do MUNICÍPIO DE GUATAMBU, ESTADO DE SANTA CATARINA**, ficam **CONVOCADOS**, de acordo com a Lei Complementar nº 113/2018, os candidatos aprovados no presente processo conforme Anexo II, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guatambu, localizada na Rua Manoel Rolim de Moura, 825, Centro, no período de 15 de agosto de 2023 até 18 de agosto de 2023, impreterivelmente no seguinte horário: 07:00 às 13:00 em dias úteis. **AVISO:** Os aprovados deverão comparecer munido dos documentos relacionados no anexo II deste instrumento. Desde já, ficam cientes que o não comparecimento no prazo acima estabelecido, do mesmo modo que a não apresentação dos documentos necessários para posse/investidura, RESULTARÁ EM PERDA DA VAGA.

Informa-se ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital do Processo Seletivo nº 008/2023, será realizado por Profissional designado pela Prefeitura Municipal de Guatambu, o qual poderá, se necessário, exigir todos os exames pertinentes ao respectivo cargo. O procedimento de agendamento será efetuado pelo Departamento de Recursos Humanos do Município, após a entrega dos documentos pessoais e inerentes ao cargo.

OBS: A lista com os aprovados/convocados será disponibilizada no anexo I deste edital de chamamento.

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

anexo I

LISTA COM APROVADOS/CONVOCADOS

NOME DO(A) CONVOCADO(A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
PAULO CIMAROSTI	MOTORISTA	40h

Guatambu –S/C, 14 de agosto de 2023.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

ANEXO II
DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATO
COPIA E ORIGINAL

CHECKLIST - VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DO PROCESSO DE ADMISSÃO DE PESSOAL

Efetuuou-se a

Efetuuou-se a análise do processo de admissão do servidor(a):

NOME	
CARGO	
CARGA HORÁRIA	
REGIME	SERVIDOR TEMPORÁRIO

ITEM	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FOLHA	N/A
1	Foto 3x4				
2	Ficha cadastral preenchida (para o E-social)				
3	Identidade e CPF (comprovação nacionalidade e maior de 18 anos)				
4	Comprovante de estado civil (Certidão de nascimento, casamento ou união estável) e RG e CPF do cônjuge.				
5	Título de eleitor (comprovação ao gozo de direitos políticos)				
6	Certidão de quitação eleitoral				
7	Comprovante de dispensa militar (para homens)				
8	Registro em entidade de classe com validade				
9	CNH (quando exigido para o cargo)				
10	PIS/PASEP (cópia da carteira do trabalho)				
11	Certidão de nascimento dos filhos ou RG. (desde que conste o CPF)				
12	Comprovante de endereço atualizado até 90 dias ou declaração simples se não tiver no nome. (água, luz ou telefone)				
13	Declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego.				
14	Se tem acumulação legal informar o cargo a qual pertence e a carga horária.				
15	Declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares na administração pública nos último 5 anos.				
16	Declaração de bens (IRRF ou modelo disponibilizado p/ quem declara)				
17	Comprovante de conta bancária no Banco do Brasil				
18	Comprovante de vacinação				

ITEM	DOCUMENTOS SERVIDOR TEMPORÁRIO	SIM	NÃO	FOLHA	N/A
19	Processo Seletivo - Edital nº _____ (pagina que contenha o nº do edital)				
20	Data de homologação do processo seletivo _____				
21	Data de validade do processo seletivo _____				
22	Data de prorrogação do processo seletivo _____				
23	Justificativa da necessidade				
24	Nº da portaria de nomeação _____				
25	Laudo de inspeção médica				

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

26	Contrato com o município.				
27	Foi publicado os atos no Diário Oficial do Município				
28	Apresentou a habilitação exigida no edital				
29	A classificação do processo seletivo foi obedecida				
30	Certidão negativa de antecedentes criminais e civil ESTADUAL				

Guatambu –SC, ____ de _____ de 20__.

(assinatura responsável do RH pela conferência)

➤ **PREVEN MED DIA:** **HS:** Rua Minas Gerais, 67- E, Centro,
Chapecó (SC) Telefone: **(49) 3323.1604**

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE

Eu _____ brasileiro(a), estado civil _____, natural de _____, portador de carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____ declaro para os devido fins que se fizerem necessários e sob as penas da Lei, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo de _____, que não exerço outro cargo função ou emprego público de espécie algum ou ainda a inexistência de qualquer outro motivo impeditivo ao cumprimento de carga horária, prevista em Lei Municipal.

Guatambu/SC ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Declarante

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES - ANO DE REFERÊNCIA _____

Eu, _____, brasileiro (a),
estado civil _____, cargo _____, residente
no _____
endereço _____, identidade sob nº _____ e
CPF nº _____, declaro para os devidos fins, relação dos meus bens.

BENS

IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR VENAL

FONTES DE RENDA

ÓRGÃO / EMPRESA	CARGO	VALOR TOTAL/ANO

Declaro, sob as penas da lei, que as informações
aqui prestadas são verdadeiras.

Guatambu SC, ____ de _____ de ____

ASSINATURA DO SERVIDOR(A)

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DECLARAÇÃO DE PENALIDADE

Eu _____, brasileiro(a), estado civil _____
_____, ocupação _____, residente _____ e
domicílio _____ identidade sob o nº _____, portador
do CPF nº _____, declaro para os devidos fins, nunca ter sofrido
qualquer tipo de penalidade disciplinar ou contravenção, no exercício
profissional, cargo ou função pública ou privada, por prática de atos desabonadores.

Guatambu/SC ____ de _____ de 2023.

Assinatura

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU

Secretaria Municipal de Administração

RECADASTRAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DO SERVIDOR**DADOS PESSOAIS**

*Nome:

*CPF:

*PIS/PASEP/NIT:

*Sexo:

- ☐ Feminino
☐ Masculino

*Raça/Cor:

- ☐ Branca
☐ Negra
☐ Parda
☐ Amarela
☐ Indígena
☐ Não informado

*Estado Civil:

- ☐ Solteiro/União Estável
☐ Casado
☐ Divorciado
☐ Separado
☐ Viúvo

*Grau de Instrução:

- ☐ Analfabeto, inclusive o que, embora tenha recebido instrução, não se alfabetizou
☐ Até o 5º ano incompleto do Ensino Fundamental (antiga 4ª série) ou que se tenha alfabetizado sem ter frequentado escola regular
☐ 5º ano completo do Ensino Fundamental
☐ Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Incompleto (antiga 5ª a 8ª série)
☐ Ensino Fundamental Completo
☐ Ensino Médio Incompleto
☐ Ensino Médio Completo
☐ Educação Superior Incompleta
☐ Educação Superior Completa

Município de Guatambu – SC

Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

- ☐ Pós-Graduação Completa
☐ Mestrado Completo
☐ Doutorado Completo

*Tipo Sanguíneo:

- ☐ A
☐ B
☐ AB
☐ O

*Fator RH:

- ☐ Positivo
☐ Negativo

DADOS DE NASCIMENTO

*Data de Nascimento :

*Município de Nascimento:

UF:

País:

*Nome da Mãe:

Nome do Pai:

DOCUMENTOS**CARTEIRA DE TRABALHO (CTPS)**

*Número da CTPS:

Série:

UF:

Data de Expedição:

REGISTRO GERAL (RG)

Número do RG:

Órgão Emissor:

Data da Expedição:

REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO (RNE)

Município de Guatambu – SC

Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Número do RNE: Órgão Emissor:
Emissão RNE: Validade RNE:
Nº CTPS/Série: Validade CTPS:
Expedição CTPS:

TITULO DE ELEITOR

Número do Título de Eleitor: Zona: Seção:
Data de Emissão:
Cidade: UF:

ÓRGÃO DE CLASSE (OC)

Número do Órgão de Classe: Órgão Emissor:
Data de Emissão: Data de Validade:

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH)

Número do Registro da CNH: Data de Emissão: UF:
Data de validade:
Data da primeira Habilitação: Categoria CNH:

CARTEIRA DE RESERVISTA

Número da Carteira de Reservista: Série da Reservista:
Categoria: Data de Emissão:
Cidade / UF:

COMPLEMENTO

CERTIDAO DE CASAMENTO

Nome do Cartório:
Numero do Registro: Numero do Livro:
Numero da Folha: Data de Entrada da Certidão:

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

ENDEREÇO

*Nome Logradouro:

*Número: Complemento:

*Bairro:

*Município:

*CEP: UF: Tipo de Logradouro:

TRABALHADOR ESTRANGEIRO (PREENCHER APENAS SE TRATAR-SE DE ESTRANGEIRO)

Data da chegada ao Brasil:

Classificação da Condição:

☐ Visto permanente

☐ Visto temporário

☐ Asilado

☐ Refugiado

☐ Solicitante de Refúgio

☐ Residente em país fronteiriço ao Brasil

☐ Deficiente físico e com mais de 51 anos

☐ Com residência provisória e anistiado, em situação irregular

☐ Permanência no Brasil em razão de filhos ou cônjuge brasileiros

☐ Beneficiado pelo acordo entre países do Mercosul

☐ Dependente de agente diplomático e/ou consular de países que mantêm convênio de reciprocidade para o exercício de atividade remunerada no Brasil

☐ Beneficiado pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa

Casado com brasileiro:

☐ Sim

☐ Não

Tem filhos brasileiros:

☐ Sim

☐ Não

TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA (PREENCHER APENAS SE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA)

*Indicar se é Portador de Deficiência:

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

- ☐ Sim
☐ Não

*Que tipo de deficiência (em caso positivo):

- ☐ Física
☐ Visual
☐ Auditiva
☐ Mental
☐ Intelectual

INFORMAÇÕES DE READAPTAÇÃO (PREENCHER APENAS EM CASO DE READAPTAÇÃO)

Reabilitado (INSS):

- ☐ Sim
☐ Não

Readaptado (RPPS):

- ☐ Sim
☐ Não

DEPENDENTES (SALÁRIO FAMÍLIA E/OU IMPOSTO DE RENDA)
(Preencher tantos quanto forem a quantidade de dependentes)

DEPENDENTE 1

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

- ☐ Pais, avós e bisavós
☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

*Nome do Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

DEPENDENTE 2

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Pais, avós e bisavós
☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

*Nome do Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

Município de Guatambu – SC

Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DEPENDENTE 3

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Pais, avós e bisavós
☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

*Nome do Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

DEPENDENTE 4

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

- ☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
- ☐ Pais, avós e bisavós
- ☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
- ☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
- ☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

*Nome Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

DEPENDENTE 5

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
- ☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
- ☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
- ☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
- ☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos
- ☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
- ☐ Pais, avós e bisavós
- ☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
- ☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
- ☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

Município de Guatambu – SC

Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

*Nome Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

APOSENTADORIA

Recebe benefício de aposentadoria por contribuição ou idade?

- ☐ Sim
☐ Não

Por qual regime previdenciário?

- ☐ RGPS (INSS)
☐ RPPS (Fundo de Previdência)

Data de Aposentadoria:

INFORMAÇÕES CONTATO (DADOS DE CONTATO DO PRÓPRIO SERVIDOR)

Telefone residencial:

Telefone celular:

Telefone alternativo (caso possua mais de um número):

Email:

Email alternativo (caso possua mais de um email):

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 17/2023 DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - 2023

Publicação Nº 5052206



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 17/2023 DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - 2023

Mediante o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - 2023 DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, ESTADO DE SANTA CATARINA**, ficam **CONVOCADOS**, de acordo com a Lei Complementar nº 113/2018, os candidatos aprovados no presente processo conforme Anexo II, para **comparecer** na Prefeitura Municipal de Guatambu, localizada na Rua Manoel Rolim de Moura, 825, Centro, **no período de 14 de agosto de 2023 até 18 de agosto de 2023**, impreterivelmente no seguinte horário: 07:00 às 13:00 em dias úteis. **AVISO:** Os aprovados deverão comparecer munido dos documentos relacionados no anexo II deste instrumento. Desde já, ficam cientes que **o não comparecimento no prazo acima estabelecido, do mesmo modo que a não apresentação dos documentos necessários para posse/investidura, RESULTARÁ EM PERDA DA VAGA.**

Informa-se ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata do processo de escolha suplementar dos membros do conselho tutelar - 2023, será realizado por Profissional designado pela Prefeitura Municipal de Guatambu, o qual poderá, se necessário, exigir todos os exames pertinentes ao respectivo cargo. O procedimento de agendamento será efetuado pelo Departamento de Recursos Humanos do Município, após a entrega dos documentos pessoais e inerentes ao cargo.

OBS: **A lista com os aprovados/convocados** será disponibilizada no anexo I deste edital de chamamento.

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

anexo I

LISTA COM APROVADOS/CONVOCADOS

NOME DO(A) CONVOCADO(A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
Giserian Cristina Ferreira	Conselheira tutelar	30h

Guatambu –S/C, 14 de agosto de 2023.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

ANEXO II
DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATO
COPIA E ORIGINAL

CHECKLIST - VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DO PROCESSO DE ADMISSÃO DE PESSOAL

Efetuuou-se a

Efetuuou-se a análise do processo de admissão do servidor(a):

NOME	
CARGO	
CARGA HORÁRIA	
REGIME	SERVIDOR TEMPORÁRIO

ITEM	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FOLHA	N/A
1	Foto 3x4				
2	Ficha cadastral preenchida (para o E-social)				
3	Identidade e CPF (comprovação nacionalidade e maior de 18 anos)				
4	Comprovante de estado civil (Certidão de nascimento, casamento ou união estável) e RG e CPF do cônjuge.				
5	Título de eleitor (comprovação ao gozo de direitos políticos)				
6	Certidão de quitação eleitoral				
7	Comprovante de dispensa militar (para homens)				
8	Registro em entidade de classe com validade				
9	CNH (quando exigido para o cargo)				
10	PIS/PASEP (cópia da carteira do trabalho)				
11	Certidão de nascimento dos filhos ou RG. (desde que conste o CPF)				
12	Comprovante de endereço atualizado até 90 dias ou declaração simples se não tiver no nome. (água, luz ou telefone)				
13	Declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego.				
14	Se tem acumulação legal informar o cargo a qual pertence e a carga horária.				
15	Declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares na administração pública nos último 5 anos.				
16	Declaração de bens (IRRF ou modelo disponibilizado p/ quem declara)				
17	Comprovante de conta bancária no Banco do Brasil				
18	Comprovante de vacinação				

ITEM	DOCUMENTOS SERVIDOR TEMPORÁRIO	SIM	NÃO	FOLHA	N/A
19	Processo Seletivo - Edital nº _____ (pagina que contenha o nº do edital)				
20	Data de homologação do processo seletivo _____				
21	Data de validade do processo seletivo _____				
22	Data de prorrogação do processo seletivo _____				
23	Justificativa da necessidade				
24	Nº da portaria de nomeação _____				
25	Laudo de inspeção médica				

Município de Guatambu – SC
 Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
 (49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

26	Contrato com o município.				
27	Foi publicado os atos no Diário Oficial do Município				
28	Apresentou a habilitação exigida no edital				
29	A classificação do processo seletivo foi obedecida				
30	Certidão negativa de antecedentes criminais e civil ESTADUAL				

Guatambu –SC, ____ de _____ de 20__.

(assinatura responsável do RH pela conferência)

➤ **PREVEN MED DIA:** **HS:** Rua Minas Gerais, 67- E, Centro,
Chapecó (SC) Telefone: **(49) 3323.1604**

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE

Eu _____ brasileiro(a), estado civil _____, natural de _____, portador de carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____ declaro para os devido fins que se fizerem necessários e sob as penas da Lei, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo de _____, que não exerço outro cargo função ou emprego público de espécie algum ou ainda a inexistência de qualquer outro motivo impeditivo ao cumprimento de carga horária, prevista em Lei Municipal.

Guatambu/SC ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Declarante

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES - ANO DE REFERÊNCIA _____

Eu, _____, brasileiro (a),
estado civil _____, cargo _____, residente
no _____
endereço _____, identidade sob n° _____ e
CPF n° _____, declaro para os devidos fins, relação dos meus bens.

BENS

IDENTIFICAÇÃO DO BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR VENAL

FONTES DE RENDA

ÓRGÃO / EMPRESA	CARGO	VALOR TOTAL/ANO

Declaro, sob as penas da lei, que as informações
aqui prestadas são verdadeiras.

Guatambu SC, ____ de _____ de ____

ASSINATURA DO SERVIDOR(A)

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DECLARAÇÃO DE PENALIDADE

Eu _____, brasileiro(a), estado civil _____
_____, ocupação _____, residente _____ e
domicílio _____ identidade sob o nº _____, portador
do CPF nº _____, declaro para os devidos fins, nunca ter sofrido
qualquer tipo de penalidade disciplinar ou contravenção, no exercício
profissional, cargo ou função pública ou privada, por prática de atos desabonadores.

Guatambu/SC ____ de _____ de 2023.

Assinatura

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU

Secretaria Municipal de Administração

RECADASTRAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DO SERVIDOR**DADOS PESSOAIS**

*Nome:

*CPF:

*PIS/PASEP/NIT:

*Sexo:

- ☐ Feminino
☐ Masculino

*Raça/Cor:

- ☐ Branca
☐ Negra
☐ Parda
☐ Amarela
☐ Indígena
☐ Não informado

*Estado Civil:

- ☐ Solteiro/União Estável
☐ Casado
☐ Divorciado
☐ Separado
☐ Viúvo

*Grau de Instrução:

- ☐ Analfabeto, inclusive o que, embora tenha recebido instrução, não se alfabetizou
☐ Até o 5º ano incompleto do Ensino Fundamental (antiga 4ª série) ou que se tenha alfabetizado sem ter frequentado escola regular
☐ 5º ano completo do Ensino Fundamental
☐ Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Incompleto (antiga 5ª a 8ª série)
☐ Ensino Fundamental Completo
☐ Ensino Médio Incompleto
☐ Ensino Médio Completo
☐ Educação Superior Incompleta
☐ Educação Superior Completa

Município de Guatambu – SC

Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

- ☐ Pós-Graduação Completa
☐ Mestrado Completo
☐ Doutorado Completo

*Tipo Sanguíneo:

- ☐ A
☐ B
☐ AB
☐ O

*Fator RH:

- ☐ Positivo
☐ Negativo

DADOS DE NASCIMENTO

*Data de Nascimento :

*Município de Nascimento:

UF:

País:

*Nome da Mãe:

Nome do Pai:

DOCUMENTOS**CARTEIRA DE TRABALHO (CTPS)**

*Número da CTPS:

Série:

UF:

Data de Expedição:

REGISTRO GERAL (RG)

Número do RG:

Órgão Emissor:

Data da Expedição:

REGISTRO NACIONAL DE ESTRANGEIRO (RNE)

Município de Guatambu – SC

Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Número do RNE: Órgão Emissor:
Emissão RNE: Validade RNE:
Nº CTPS/Série: Validade CTPS:
Expedição CTPS:

TITULO DE ELEITOR

Número do Título de Eleitor: Zona: Seção:
Data de Emissão:
Cidade: UF:

ÓRGÃO DE CLASSE (OC)

Número do Órgão de Classe: Órgão Emissor:
Data de Emissão: Data de Validade:

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH)

Número do Registro da CNH: Data de Emissão: UF:
Data de validade:
Data da primeira Habilitação: Categoria CNH:

CARTEIRA DE RESERVISTA

Número da Carteira de Reservista: Série da Reservista:
Categoria: Data de Emissão:
Cidade / UF:

COMPLEMENTO

CERTIDAO DE CASAMENTO

Nome do Cartório:
Numero do Registro: Numero do Livro:
Numero da Folha: Data de Entrada da Certidão:

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

ENDEREÇO

*Nome Logradouro:

*Número: Complemento:

*Bairro:

*Município:

*CEP: UF: Tipo de Logradouro:

TRABALHADOR ESTRANGEIRO (PREENCHER APENAS SE TRATAR-SE DE ESTRANGEIRO)

Data da chegada ao Brasil:

Classificação da Condição:

☐ Visto permanente

☐ Visto temporário

☐ Asilado

☐ Refugiado

☐ Solicitante de Refúgio

☐ Residente em país fronteiriço ao Brasil

☐ Deficiente físico e com mais de 51 anos

☐ Com residência provisória e anistiado, em situação irregular

☐ Permanência no Brasil em razão de filhos ou cônjuge brasileiros

☐ Beneficiado pelo acordo entre países do Mercosul

☐ Dependente de agente diplomático e/ou consular de países que mantêm convênio de reciprocidade para o exercício de atividade remunerada no Brasil

☐ Beneficiado pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa

Casado com brasileiro:

☐ Sim

☐ Não

Tem filhos brasileiros:

☐ Sim

☐ Não

TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA (PREENCHER APENAS SE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA)

*Indicar se é Portador de Deficiência:

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

- ☐ Sim
☐ Não

*Que tipo de deficiência (em caso positivo):

- ☐ Física
☐ Visual
☐ Auditiva
☐ Mental
☐ Intelectual

INFORMAÇÕES DE READAPTAÇÃO (PREENCHER APENAS EM CASO DE READAPTAÇÃO)

Reabilitado (INSS):

- ☐ Sim
☐ Não

Readaptado (RPPS):

- ☐ Sim
☐ Não

DEPENDENTES (SALÁRIO FAMÍLIA E/OU IMPOSTO DE RENDA)
(Preencher tantos quanto forem a quantidade de dependentes)

DEPENDENTE 1

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

- ☐ Pais, avós e bisavós
☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

*Nome do Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

DEPENDENTE 2

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Pais, avós e bisavós
☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

*Nome do Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

Município de Guatambu – SC

Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

DEPENDENTE 3

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
☐ Pais, avós e bisavós
☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

*Nome do Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

DEPENDENTE 4

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos

Município de Guatambu – SC

Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

- ☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
- ☐ Pais, avós e bisavós
- ☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
- ☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
- ☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

*Nome Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

DEPENDENTE 5

*Qualidade do dependente:

- ☐ Salário Família
- ☐ Imposto de Renda

*Tipo de Dependente:

- ☐ Cônjuge
- ☐ Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos
- ☐ Filho(a) ou enteado(a) até 21 (vinte e um) anos
- ☐ Filho(a) ou enteado(a) universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, até 24 (vinte e quatro) anos
- ☐ Filho(a) ou enteado(a) em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, até 21 (vinte e um) anos
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, com idade até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de nível superior ou escola técnica de 2º grau, desde que tenha detido sua guarda judicial até os 21 (vinte e um) anos
- ☐ Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial, em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho
- ☐ Pais, avós e bisavós
- ☐ Menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial
- ☐ A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador
- ☐ Ex-cônjuge que receba pensão de alimentos

Município de Guatambu – SC

Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000

www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: peessoal@guatambu.sc.gov.br

(49) 3336.0102



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

*Nome Dependente:

*Data Nascimento do Dependente:

*CPF do Dependente (Obrigatório para maiores de 14 anos):

APOSENTADORIA

Recebe benefício de aposentadoria por contribuição ou idade?

- ☐ Sim
☐ Não

Por qual regime previdenciário?

- ☐ RGPS (INSS)
☐ RPPS (Fundo de Previdência)

Data de Aposentadoria:

INFORMAÇÕES CONTATO (DADOS DE CONTATO DO PRÓPRIO SERVIDOR)

Telefone residencial:

Telefone celular:

Telefone alternativo (caso possua mais de um número):

Email:

Email alternativo (caso possua mais de um email):

Município de Guatambu – SC
Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825 – CEP.89.817-000
www.guatambu.sc.gov.br – e-mail: pessoal@guatambu.sc.gov.br
(49) 3336.0102

PORTARIA 070 / 2023

Publicação Nº 5052658

PORTARIA Nº 070, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Estabelece os responsáveis pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do Sistema E-SFINGE on-line, e dá outras providências.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Artigo 72º, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e ainda,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N.TC-28/2021 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art. 1º - Em atendimento à Instrução Normativa N.TC-28/2021 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ficam designados como Titulares os seguintes servidores responsáveis para realizar, nos prazos e cronogramas estabelecidos, o envio diário e mensal de dados e informações pelo Sistema E-SFINGE ON-LINE, das Unidades Jurisdicionadas da Prefeitura Municipal de Guatambu.

Paragrafo único: Em caso de ausência e impedimento dos titulares, ficam designados como suplentes os seguintes servidores:

Art. 2º - Compete ao servidor Flávio Júnior Stefanello, ocupante de cargo efetivo e Titular do Órgão de Controle Interno, centralizar o gerenciamento do sistema, supervisionar as atividades de remessa dos dados e informações, credenciar, descredenciar ou modificar o perfil dos usuários dos sistemas, responder pela coordenação das atividades relacionadas ao E-SFINGE, além de outras contidas na Instrução Normativa N.TC-28/2021 do TCE-SC.

Art. 3º - O titular do Órgão de Controle Interno terá como suplente a servidora ocupante de cargo efetivo Tais Regina Sasso, que o substituirá nas suas ausências e impedimentos.

Art. 4º - As responsabilidades e sanções atribuídas ao Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada e de todos os Agentes Públicos envolvidos no cadastramento, geração e envio de dados e informações pelo Sistema E-SFINGE ON-LINE seguirá o disposto nos Capítulos VI e VII da Instrução Normativa N.TC28/2021.

Art. 5º - Os casos omissos nesta portaria serão executados de acordo com o estabelecido Instrução Normativa N.TC-28/2021.

Art 6º - No anexo I desta portaria, apresenta-se o relatório resumido dos prazos de envio das informações.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em 10 de agosto de 2023.

Guatambu, 10 de agosto de 2023.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

ANEXO I**RELATÓRIO DE PRAZOS DE ENVIO/e-SFINGE****ATOS DE PESSOAL**

Atualização do Cargo ou Função: Data de publicação do texto jurídico que criou/atualizou ou extinguiu o cargo/função;
Atualização do Cargo ou Função – Complemento: Data de publicação do texto jurídico que criou/atualizou ou extinguiu o cargo/função;
Quadro de Vagas: Primeiro dia útil do mês competência;
Concurso/Processo Seletivo: Data da homologação do resultado do concurso;
Prorrogação do Concurso: Data do ato que concedeu a prorrogação do concurso;
Alteração da Posse: Data da ocorrência da alteração;
Identificação de Agente Público Ativo/Inativo e Pensionista: Data de envio dos atos de ingresso ou movimentação do servidor; (dados pessoais)
Ingresso Estatutário: Data do efetivo exercício;
Ingresso Emprego Público – CLT/Contratação por tempo determinado e Emprego em Comissão: Data da assinatura do contrato;
Parecer do Controle Interno: Até 60 dias após a data de envio do ato de admissão ou contratação que está relacionado;
Dados Funcionais do Agente Público Ativo: Data do ato de movimentação do servidor;
Dados do Vínculo de Inativo: Data do ato de instituição, alteração ou extinção de inatividade do servidor;
Dados do Vínculo de Pensionista: Data do ato de instituição, alteração ou extinção de vínculo do pensionista;
Componentes da Folha de Pagamento: Antes da folha de pagamento, sendo no mesmo dia;
Folha de Pagamento: Data da emissão da folha de pagamento. Deve coincidir com a data de liquidação do respectivo empenho; (geralmente no último dia do mês);

ATOS JURÍDICOS
Compras

Pré-Publicação:

Editais de Licitação: Antes do edital ser publicado no diário oficial;

Dispensa ou Inexigibilidade: No dia da ratificação, autorização ou adjudicação;

Publicação Processo Licitatório: No mesmo dia que ocorrer a publicação do edital;

Homologação de licitação ou ratificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação: No mesmo dia que ocorrer;

Ocorrência Licitação: No mesmo dia que ocorrer;

Nova Publicação de Contratos: No mesmo dia que ocorrer a publicação do contrato;

Nova Publicação de Homologação de licitação ou ratificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação: No mesmo dia que ocorrer;

ATOS JURÍDICOS**Obras**

Situação da Obra ou Serviço de Engenharia: No primeiro dia útil do mês é encaminhado a remessa da competência anterior;

Medição do Contrato: No mesmo dia que a medição for definitiva, ou seja depois de valorada e aprovada internamente ou externamente;

ATOS JURÍDICOS**Convênio**

Convênio: No mesmo dia que ocorrer a publicação do convênio;

Nova Publicação de Convênio: No mesmo dia que ocorrer a nova publicação do convênio;

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Empenho: No mesmo dia que ocorrer o Empenho. Nos casos de empenhos ligados a contratos, o contrato deve ser enviado antes do empenho, mesmo sem sua publicação;

Subempenho: No mesmo dia que ocorrer o Subempenho;

Estorno Empenho: No mesmo dia que ocorrer o Estorno Empenho;

Liquidação: No mesmo dia que ocorrer a Liquidação;

Estorno da Liquidação: No mesmo dia que ocorrer o Estorno da Liquidação;

Pagamento do Empenho: No mesmo dia que ocorrer o Pagamento do Empenho ou que a unidade tiver confirmação da efetivação do pagamento;

Estorno Pagamento: No mesmo dia que ocorrer o Estorno Pagamento;

GESTÃO FISCAL

Gestão Fiscal: Em até 30 dias após o termino do bimestre;

Componente Fiscal:

Publicidade Relatório Fiscal:

PLANEJAMENTO/ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PPA - Plano Plurianual: No mesmo dia da publicação PPA;

Alteração PPA - Plano Plurianual: No mesmo dia da publicação da alteração do PPA;

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária: No mesmo dia da publicação LDO;

Meta Física Realizada: No primeiro dia de cada ano;

LOA - Lei Orçamentária Anual: No mesmo dia da publicação LOA;

Alteração Orçamentária: No mesmo dia da publicação da alteração orçamentária;

REGISTROS CONTÁBEIS

Registros Contábeis Municipais exceto Empresas e Associações: Até o vigésimo dia do mês subsequente à ocorrência dos fatos;

PORTARIA 071/2023

Publicação Nº 5052312

PORTARIA N. 071/2023.

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Inciso IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Nº 004/2001 de 12/02/2001 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias aos Servidores que menciona.

NOME	CARGO	INICIO	FIM	RETORNO
Vanderleia Bageston	Chefe de setor	14/08/2023	02/09/2023	04/09/2023
Lenoir Vieira dos Santos	Operador de maquinas II	15/08/2023	13/09/2023	14/09/2023
Juliana Faccio	Medica veterinária	28/08/2023	06/09/2023	07/09/2023

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu – SC, 14 de agosto de 2023.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Ibirama**PREFEITURA****CONTRATO Nº 65/2023 - ADITIVO Nº 1/2023**

Publicação Nº 5052759

Contrato Nº : 65/2023

Aditivo Nº : 1/2023

Tipo Aditivo : Objeto

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : JC CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA

Cnpj : 05.898.011/0001-54

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 76/2023

Objeto : Contratação de empresa especializada em OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA para prestação de serviço com fornecimento de materiais e equipamentos para execução de pavimentação em piso de concreto intertravado com bloco sextavado, assentamento de meio fio, drenagem pluvial e sinalização na Rua José Manoel de Andrade, na localidade Serra São Miguel, neste município de Ibirama.

Vigência : Início: 11/08/2023 Término: 21/06/2024

Assinatura : 11/08/2023

Valor R\$: 17.848,95 (Dezessete Mil, Oitocentos e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Dotação : 131 - 05.001.1012.3449051910000000000.150070000000 - Obras em andamento

Dotação : 282 - 05.001.1012.3449051980000000000.271032100400 - Obras contratadas

FISCAL: ALLAN D'ARNOULD DALCOL COSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2023

Publicação Nº 5052749

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EA37B975A2DA616B191BA1566907254F85833604

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 102/2023.

Objeto: Contratação de empresa para serviço de instalação de câmeras de videomonitoramento para atendimento das necessidades do Departamento de Transito. Recebimento das propostas: até o dia 30 de agosto de 2023 as 08h59min. Abertura: às 09h00min da mesma data. Local: Portal de Compras Públicas na Internet – www.portaldecompraspublicas.com.br - Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 11 de agosto de 2023. Jucélio José de Andrade – Prefeito em exercício.

Registrado no TCE com a chave:

EA37B975A2DA616B191BA1566907254F85833604

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023

Publicação Nº 5052963



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 15/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023
Validade: 1 (um) ano

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, o(a) **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA - 178, CENTRO, Ibirama - SC, inscrito no CNPJ Nº. 11.420.709/0001-62, representado neste ato por sua Gestora, a Senhora IZABEL PETERSEN, abaixo assinada, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº. 14.333/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS da licitação Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC., pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo I do Edital da referida licitação, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

Participantes	CPF/CNPJ
PROHOSPITAL SUL LTDA	05.077.346/0001-01

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC.**, em um prazo que se estende até 11/08/2024 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: PROHOSPITAL SUL LTDA (05.077.346/0001-01)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
4	PONTEIRA UNIVERSAL Nº 5 SONIC BORDEN (*ESTÁ ESPECIFICADO A MARCA POIS O APARELHO QUE POSSUÍMOS É DA MARCA KAVO).	DENTFLEX TIPS	UN	5	R\$ 79,00	R\$ 395,00
7	OTOSCÓPIO, LENTE CRISTAL, CABEÇOTE EM METAL COMADRO, CABO EM LATÃO CROMADO, TAMPAS EM METAL CROMADA, LÂMPADA 2,5 VOLTS (HALÓGENA), COM 5 ESPÉCULOS REFORÇADOS - 2,5 MM, 4,0 MM, 5 MM, 7 MM, 9 MM, 2 PILHAS "C" TAMANHO MÉDIO.	MIKATOS TK	UN	5	R\$ 359,00	R\$ 1.795,00
8	MOTOR PARA ENDODONTIA GOLD COM LOCALIZADOR APICAL, EMBALAGEM COM 1 MICROMOTOR COM CABO CONECTOR, 1 CONTRA-ÂNGULO REDUTOR VDW ENDO 6:1, 1 UNIDADE DE COMANDO, 2 COBERTURAS PROTETORAS DE SILICONE PARA O CONTRA-ÂNGULO VDW 6:1, 2 CLIPES LABIAIS, 1 CABO PARA CLIPE LABIAL (COM ANEL DE FERRITE), 2 PINÇAS PARA INSTRUMENTO, 1 CABO PARA PONTEIRA, 1 CARREGADOR DE BATERIA (COM ANEL DE FERRITE), 1 PEDAL COM CABO, 1 APOIO PARA PEÇA DE MÃO, + MANUAL.	DENTFLEX D-FORCE	UN	1	R\$ 6.300,00	R\$ 6.300,00
Total do Fornecedor:					R\$ 8.490,00	



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos da lei geral de licitações.

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
91	7	1	2082	3339039990000000000	150010010000
211	9	1	2057	3339030100000000000	150010020000

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente da quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: De acordo com Ordem de Compra, limitado ao Município de Ibirama.

CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 14.133/2021 e alterações

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o disposto no artigo 82, §5º, inciso IV e artigo 84 da Lei 14.133/2021, em caso de eventual prorrogação da vigência da presente ata de registros de preços, os preços poderão ser atualizados com base no acumulado do índice inflacionário IPCA no período de vigência original.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 75, inciso III, alínea b da Lei nº. 14.133/2021 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Em caso de fornecimento de equipamentos, prestar garantia mínima de 12 meses sobre os mesmos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico N°. 8/2023, e as propostas das empresas classificadas no mesmo.

12.1 Fica eleito o foro de Ibirama - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibirama - SC, 11 de agosto de 2023.

IZABEL PETERSEN
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante

PROHOSPITAL SUL LTDA
Contratada
LUIZ CARLOS DOS SANTOS (027.505.689-94)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023

Publicação Nº 5052955



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 16/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023
Validade: 1 (um) ano

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, o(a) **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA - 178, CENTRO, Ibirama - SC, inscrito no CNPJ Nº. 11.420.709/0001-62, representado neste ato por sua Gestora, a Senhora IZABEL PETERSEN, abaixo assinada, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº. 14.333/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS da licitação Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC., pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo I do Edital da referida licitação, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

Participantes	CPF/CNPJ
PRHODENT COM E REPRES. DE PROD HOSP E DENT LTDA	93.327.161/0001-75

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC.**, em um prazo que se estende até 11/08/2024 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: PRHODENT COM E REPRES. DE PROD HOSP E DENT LTDA(93.327.161/0001-75)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
9	LIMA HAND PROTAPER UNIVERSAL SORTIDA, NÍQUEL-TITÂNIO 25MM, EMBALAGEM COM 6 UNIDADES	DENTSPLY	KIT	2	R\$ 322,00	R\$ 644,00
10	LIMA MANUAL PROTAPER ULTIMATE 25 MM SLIDER, SHAPER, F1, F2, F3 - EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.	DENTSPLY	UN	2	R\$ 336,21	R\$ 672,42
11	LIMA MANUAL PROTAPER ULTIMATE 21 MM SLIDER, SHAPER, F1, F2, F3 - EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.	DENTSPLY	UN	2	R\$ 336,21	R\$ 672,42
Total do Fornecedor:					R\$ 1.988,84	



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos da lei geral de licitações.

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
91	7	1	2082	3339039990000000000	150010010000
211	9	1	2057	3339030100000000000	150010020000

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente da quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: De acordo com Ordem de Compra, limitado ao Município de Ibirama.

CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 14.133/2021 e alterações

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o disposto no artigo 82, §5º, inciso IV e artigo 84 da Lei 14.133/2021, em caso de eventual prorrogação da vigência da presente ata de registros de preços, os preços poderão ser atualizados com base no acumulado do índice inflacionário IPCA no período de vigência original.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 75, inciso III, alínea b da Lei nº. 14.133/2021 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Em caso de fornecimento de equipamentos, prestar garantia mínima de 12 meses sobre os mesmos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, e as propostas das empresas classificadas no mesmo.

12.1 Fica eleito o foro de Ibirama - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibirama - SC, 11 de agosto de 2023.

IZABEL PETERSEN
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante

PRHODENT COM E REPRES. DE PROD HOSP E DENT LTDA
Contratada
PAULO ALBERTO TRÊS - Sócio Administr.(411.289.660-34)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023

Publicação Nº 5052849



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 17/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023
Validade: 1 (um) ano

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, o(a) **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA - 178, CENTRO, Ibirama - SC, inscrito no CNPJ Nº. 11.420.709/0001-62, representado neste ato por sua Gestora, a Senhora IZABEL PETERSEN, abaixo assinada, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº. 14.333/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS da licitação Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC., pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo I do Edital da referida licitação, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

Participantes	CPF/CNPJ
Betaniamed Comercial Ltda	09.560.267/0001-08

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC.**, em um prazo que se estende até 11/08/2024 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: Betaniamed Comercial Ltda(09.560.267/0001-08)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
3	CANETA ULTRASSOM SONIC BORDEN 2000N, ITENS INCLUSOS: 1 SONIC BORDEN 2000N + 1 PONTEIRA UNIVERSAL Nº 5 + 1 CHAVE PARA PONTEIRA + 1 AGULHA + 1 JUNTA DE ENGATE. CARACTERÍSTICAS: PRESSÃO DE AÇIONAMENTO: 220 KPA. VIBRAÇÃO ELÍPTICA DE 6.000HZ. CONSUMO DE AR: 24 - 30 L/MIN. AGULHA DE LIMPEZA. HASTE DE LIMPEZA. A PONTEIRA POSSUI GIRO DE 360º. PESO: 190 G. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE.	dentemed	UN	1	R\$ 699,90	R\$ 699,90
Total do Fornecedor:					R\$ 699,90	



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos da lei geral de licitações.

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
91	7	1	2082	3339039990000000000	150010010000
211	9	1	2057	3339030100000000000	150010020000

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente da quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: De acordo com Ordem de Compra, limitado ao Município de Ibirama.

CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 14.133/2021 e alterações

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o disposto no artigo 82, §5º, inciso IV e artigo 84 da Lei 14.133/2021, em caso de eventual prorrogação da vigência da presente ata de registros de preços, os preços poderão ser atualizados com base no acumulado do índice inflacionário IPCA no período de vigência original.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 75, inciso III, alínea b da Lei nº. 14.133/2021 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Em caso de fornecimento de equipamentos, prestar garantia mínima de 12 meses sobre os mesmos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, e as propostas das empresas classificadas no mesmo.

12.1 Fica eleito o foro de Ibirama - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibirama - SC, 11 de agosto de 2023.

IZABEL PETERSEN
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante

Betaniamed Comercial Ltda
Contratada
LEONARDO RODRIGUES CURY (758.729.606-97)



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 18/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023
Validade: 1 (um) ano

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, o(a) **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA - 178, CENTRO, Ibirama - SC, inscrito no CNPJ Nº. 11.420.709/0001-62, representado neste ato por sua Gestora, a Senhora IZABEL PETERSEN, abaixo assinada, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº. 14.333/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS da licitação Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC., pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo I do Edital da referida licitação, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

Participantes	CPF/CNPJ
PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI	29.700.587/0001-23

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC.**, em um prazo que se estende até 11/08/2024 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI(29.700.587/0001-23)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
6	MESA AUXILIAR HOSPITALAR COM RODÍZIO PINTADA 40 X40 X 80 CM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO REDONDO, TAMPO, E PRATELEIRA EM CHAPA DE AÇO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ.	RENASCER	UN	5	R\$ 399,00	R\$ 1.995,00
Total do Fornecedor:						R\$ 1.995,00



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos da lei geral de licitações.

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
91	7	1	2082	3339039990000000000	150010010000
211	9	1	2057	3339030100000000000	150010020000

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente da quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: De acordo com Ordem de Compra, limitado ao Município de Ibirama.

CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 14.133/2021 e alterações

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o disposto no artigo 82, §5º, inciso IV e artigo 84 da Lei 14.133/2021, em caso de eventual prorrogação da vigência da presente ata de registros de preços, os preços poderão ser atualizados com base no acumulado do índice inflacionário IPCA no período de vigência original.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 75, inciso III, alínea b da Lei nº. 14.133/2021 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Em caso de fornecimento de equipamentos, prestar garantia mínima de 12 meses sobre os mesmos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, e as propostas das empresas classificadas no mesmo.

12.1 Fica eleito o foro de Ibirama - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibirama - SC, 11 de agosto de 2023.

IZABEL PETERSEN
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante

PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
Contratada
VINÍCIUS LOPES SALVI(078.204.279-14)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023

Publicação Nº 5052967



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 19/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023
Validade: 1 (um) ano

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, o(a) **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA - 178, CENTRO, Ibirama - SC, inscrito no CNPJ Nº. 11.420.709/0001-62, representado neste ato por sua Gestora, a Senhora IZABEL PETERSEN, abaixo assinada, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº. 14.333/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS da licitação Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC., pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo I do Edital da referida licitação, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

Participantes	CPF/CNPJ
REDNOV FERRAMENTAS LTDA.	45.769.285/0001-68

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC.**, em um prazo que se estende até 11/08/2024 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: REDNOV FERRAMENTAS LTDA.(45.769.285/0001-68)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
13	Compressor odontológico capacidade 1 consultório sem Bomba de Vácuo (até 2 sugadores simultâneos).2 consultórios com Bomba de Vácuo (até 2 sugadores simultâneos cada).Totalmente isento de óleo. Não necessita lubrificação. Reservatório Capacidade de 50 litros.Com tratamento interno e externo antioxidante (pintura eletrostática).Possui aberturas laterais, para futuras inspeções. Motor Com 2,0 Hp e dois cabeçotes. Modelo de alto torque, com grande rendimento. Possui componentes internos confeccionados em cerâmica proporcionando reduzido atrito interno. Silencioso Reduzido nível de ruído: 58 Db a um metro de distância. Dispositivos de segurança: Pressostato com chave geral liga/desliga. Válvula de segurança. Dispositivo de alívio do excesso de pressão. Rele térmico (protetor de sobrecarga de tensão). Protege o motor contra quedas ou picos de tensão desligando-o automaticamente em casos de temperatura excessiva. Outras Características: Dois manômetros: um para verificar a pressão interna do reservatório e outro para a pressão de saída de ar. Filtro de ar com drenagem automática (retém a umidade do ar no interior do reservatório) e regulador de pressão de saída do ar. Registro para drenagem da umidade condensada no reservatório de fácil acesso .Ventoinha de refrigeração no motor. Filtro de aspiração (entrada de ar no reservatório). Mangueira do motor metálica e flexível. Maior segurança na estanqueidade do ar e de grande vida útil. Válvula de alívio (solenóide) cuja função é a depressurização dos cabeçotes, fazendo com que o compressor trabalhe com menos esforço.	MOTOMIL	UN	1	R\$ 2.581,00	R\$ 2.581,00
Total do Fornecedor:					R\$ 2.581,00	



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos da lei geral de licitações.

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
91	7	1	2082	3339039990000000000	150010010000
211	9	1	2057	3339030100000000000	150010020000

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente da quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: De acordo com Ordem de Compra, limitado ao Município de Ibirama.

CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 14.133/2021 e alterações

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o disposto no artigo 82, §5º, inciso IV e artigo 84 da Lei 14.133/2021, em caso de eventual prorrogação da vigência da presente ata de registros de preços, os preços poderão ser atualizados com base no acumulado do índice inflacionário IPCA no período de vigência original.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 75, inciso III, alínea b da Lei nº. 14.133/2021 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Em caso de fornecimento de equipamentos, prestar garantia mínima de 12 meses sobre os mesmos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, e as propostas das empresas classificadas no mesmo.

12.1 Fica eleito o foro de Ibirama - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibirama - SC, 11 de agosto de 2023.

IZABEL PETERSEN
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante

REDNOV FERRAMENTAS LTDA.
Contratada
LENILSO LUÍS DA SILVA(049.366.759-89)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023

Publicação Nº 5052948



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 20/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023
Validade: 1 (um) ano

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, o(a) **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA - 178, CENTRO, Ibirama - SC, inscrito no CNPJ Nº. 11.420.709/0001-62, representado neste ato por sua Gestora, a Senhora IZABEL PETERSEN, abaixo assinada, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº. 14.333/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS da licitação Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC., pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo I do Edital da referida licitação, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

Participantes	CPF/CNPJ
NEGI EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	37.182.085/0001-86

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC.**, em um prazo que se estende até 11/08/2024 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: NEGI EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA(37.182.085/0001-86)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
1	MEDIDOR DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL DE BRAÇO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - 01 APARELHO DIGITAL DE PRESSÃO; 01 BRAÇADEIRA DE BRAÇO DE 22 X 43 CENTÍMETROS (CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO); 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS; 01 FONTE ADAPTADOR BIVOLT PARA USAR CONECTADO NA ENERGIA; 04 PILHAS AAA; 01 ESTOJO DE NYLON.	G.TECH	UN	5	R\$ 121,99	R\$ 609,95
5	Bomba de Vácuo com capacidade para até 02 consultórios odontológicos simultaneamente.	GG.HOSP.	UN	1	R\$ 2.199,99	R\$ 2.199,99
12	SUORTE PARA PAPEL LENÇOL - 70 CM, FABRICADO EM ALUMÍNIO, INSTALAÇÃO PAREDE OU NA MACA.	DESCARBO X	UN	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
Total do Fornecedor:					R\$ 4.009,94	



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos da lei geral de licitações.

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
91	7	1	2082	3339039990000000000	150010010000
211	9	1	2057	3339030100000000000	150010020000

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente da quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: De acordo com Ordem de Compra, limitado ao Município de Ibirama.

CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 14.133/2021 e alterações

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o disposto no artigo 82, §5º, inciso IV e artigo 84 da Lei 14.133/2021, em caso de eventual prorrogação da vigência da presente ata de registros de preços, os preços poderão ser atualizados com base no acumulado do índice inflacionário IPCA no período de vigência original.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 75, inciso III, alínea b da Lei nº. 14.133/2021 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Em caso de fornecimento de equipamentos, prestar garantia mínima de 12 meses sobre os mesmos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, e as propostas das empresas classificadas no mesmo.

12.1 Fica eleito o foro de Ibirama - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibirama - SC, 11 de agosto de 2023.

IZABEL PETERSEN
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante

NEGI EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada
Emerson Nunes do Egito(262.802.998-72)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023

Publicação Nº 5052858



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 21/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2023

Validade: 1 (um) ano

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, o(a) **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA - 178, CENTRO, Ibirama - SC, inscrito no CNPJ Nº. 11.420.709/0001-62, representado neste ato por sua Gestora, a Senhora IZABEL PETERSEN, abaixo assinada, nos termos do artigo 40 da Lei Federal nº. 14.333/2021 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas para o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS da licitação Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC., pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo I do Edital da referida licitação, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

Participantes	CPF/CNPJ
CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	13.719.523/0001-34

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA/SC.**, em um prazo que se estende até 11/08/2024 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA(13.719.523/0001-34)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
2	APARELHO DE RAIOS ODONTOLÓGICO - MODELO COLUNA MÓVEL -CAPACIDADE DE 70 KVP E 8 MA, FILTRO TOTAL: 3,61MM AL/EQUIVALENTE PONTO FOCAL: 0,8 X 0,8 MM COMANDO DISPARADOR DIGITAL MICROPROCESSADO. COMPATÍVEL COM TODOS OS SISTEMAS DE RADIOGRAFIA DIGITAL ESCALA DE TEMPOS CENTESIMAL DE 0,32 S À 3,20 S PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA: EPOXY (À PÓ) E POLIURETANO ALIFÁTICO (LÍQUIDA) ESTRUTURA DE AÇO TUBULAR - MODERNIDADE E MELHOR ASSEPSIA MOVIMENTOS SUAVES E PRECISOS COM GIRO HORIZONTAL LIVRE DE 360º RODÍZIOS COM TRAVAS (MODELO COLUNA) BLINDAGEM INTERNA DO CABEÇOTE EM CHUMBO CILINDRO LOCALIZADOR LONGO COM COLIMADOR EM CHUMBO - REDE ~ 127 OU 220 V FREQÜÊNCIA DA REDE 50/60 HZ CORRENTE NOMINAL 12 A (127 V) - 6 A (220 V) CORRENTE DO TUBO 8 MA (VARIÁVEL) VOLTAGEM DO TUBO 70 KVP VARIAÇÃO DE VOLTAGEM PERMITIDA 5 KV FILTRAÇÃO TOTAL 3,61 MM AL/EQUIVALENTE PONTO FOCAL 0,8 X 0,8 MM (IEC 336/1982) TEMPO DE EXPOSIÇÃO 0,32A 3,20 SEGUNDOS TODOS OS APARELHOS DE RAIOS X XDENT D70 SÃO TESTADOS E CERTIFICADOS ATRAVÉS DE LAUDOS TÉCNICOS. ACOMPANHAM O EQUIPAMENTO, O CERTIFICADO DE RADIAÇÃO DE FUGA E DE BLINDAGEM ATESTADO POR FÍSICO MEDICO - BRAÇO COM 1,20 M DE ÁREA ÚTIL.	Cleonice	UN	1	R\$ 7.505,00	R\$ 7.505,00
Total do Fornecedor:					R\$ 7.505,00	



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 8/2023** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos da lei geral de licitações.

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
91	7	1	2082	3339039990000000000	150010010000
211	9	1	2057	3339030100000000000	150010020000

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente da quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: De acordo com Ordem de Compra, limitado ao Município de Ibirama.

CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

- 6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.
- 6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.
- 6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;
- 6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.
- 6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- 6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.
- 6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 14.133/2021 e alterações

CLÁUSULA VII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o disposto no artigo 82, §5º, inciso IV e artigo 84 da Lei 14.133/2021, em caso de eventual prorrogação da vigência da presente ata de registros de preços, os preços poderão ser atualizados com base no acumulado do índice inflacionário IPCA no período de vigência original.
- 7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
- 7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 75, inciso III, alínea b da Lei nº. 14.133/2021 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:
- 8.1 Pela Administração Municipal, quando:
- 8.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- 8.1.2 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- 8.1.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- 8.1.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- 8.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.
- 8.3 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.
- 8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.
- 9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:
- 10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.
- 10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.
- 10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.
- 10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Em caso de fornecimento de equipamentos, prestar garantia mínima de 12 meses sobre os mesmos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico Nº. 8/2023, e as propostas das empresas classificadas no mesmo.

12.1 Fica eleito o foro de Ibirama - SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibirama - SC, 11 de agosto de 2023.

IZABEL PETERSEN
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante

CLARO MED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA
Contratada
Leonardo Maria Claro(107.725.009-67)

Içara

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 046.PMI.2023 - PE. 083.PMI.2023 - MANUTENÇÃO PREDIAL BOMBEIRO

Publicação Nº 5052163

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 046.PMI.2023 – PE.083.PMI.2023

OBJETO: REGISTRAR PREÇO para contratação de empresa, sob demanda, para fornecimento de insumos e prestação de serviços de manutenção predial (pequenos reparos) para o Corpo de Bombeiros Militar de Içara com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de insumos e serviços descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custo da Construção Civil -SINAPI, atualizada em 05/2023, Não Onerada, ou Sistemas de Custos de Referências de Obras -SICRO. VENCEDORA: ATRITTO INDUSTRIA DE EQUIPAMENTO. Percentual de Desconto: 27%. Valor total: R\$ 94.900,00 (noventa e quatro mil e novecentos reais).

Data de assinatura: 10 de agosto de 2023.

VIGÊNCIA: 12 meses

MUNICÍPIO DE IÇARA

Dalvania Cardoso

Prefeita Municipal

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO – FINANCIAMENTO FINISA. CONTRATO Nº 0555162-19/2022

Publicação Nº 5052969

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 1 AO EDITAL NO 002/01/2023

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, Estado de Santa Catarina, considerando o número de inscrição insuficiente para a necessidade do Programa Escola Profissional Municipal torna pública as alterações do Edital Nº 002/01/2023.

1. Fica prorrogado o prazo de inscrição até às 17h do dia 08 de fevereiro de 2023.

2. Os itens 1,5 e 5.1 passam a vigorar com a seguinte redação:

3.5 Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências deste edital, a lista dos candidatos considerados aptos será divulgada em ordem classificatória no site oficial no endereço <https://www.icara.sc.gov.br> no dia 09 de fevereiro de 2023.

3.6 O candidato que se sentir prejudicado na classificação, poderá apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado à Comissão Organizadora, até as 17 horas do dia 10 de fevereiro de 2023.

3.7 Decorrido o prazo de recurso e analisados os protocolos, o resultado final será divulgação no dia 13 de fevereiro de 2023, até 14h, no site oficial no endereço <https://www.icara.sc.gov.br>

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi publicada a presente publicação. Paço Municipal Ângelo Lodetti.
Içara, 02 de fevereiro de 2023.

DALVÂNIA CARDOSO

Prefeita Municipal

1

TERMO ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO N.º 040/PMI/2023

Publicação Nº 5051793

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IÇARA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº. 02 ao Contrato n.º 040/PMI/2023, cujo objeto trata da reforma e ampliação do Centro de Zoonoses Francisco de Assis do município de Içara.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IÇARA

CONTRATADA: MR ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA ME

PROCESSO: Tomada de Preços nº. 044/PMI/2022

DO OBJETO DO ADITIVO: Fica estabelecida por acordo entre as partes a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº. 040/

PMI/2023, que prevê o término em 17/08/2023 e passa a ser em 22/09/2023, baseado nos fatos elencados na Justificativa Técnica da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e com fulcro no art. 57, §1º, I, da Lei n.º 8.666/93.

Içara, 10 de agosto de 2023.

Dalvania Cardoso
Prefeita Municipal

Imbituba**PREFEITURA****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 48/2022 A01 PROCESSO 91/2022**

Publicação Nº 5054119

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D3CF287124097EC129F60BC583A6C322ACC26B24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

Aditivo : 01
Contrato : 48/2022
Processo : 91/2022
Modalidade : Pregão Presencial
Contratante : Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Agrícola e da Pesca
Contratada : COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DE SANTA CATARINA – UNIMEV/SC
Vigência : 12 meses
Objeto : “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL”.
Imbituba, 01 de agosto de 2023.

THIAGO MACHADO
Secretário Municipal Interino de Desenvolvimento Sustentável, Agrícola e Pesca

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 14/2023 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 08/2023 - PMI/SEMUSA

Publicação Nº 5054662

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 830B161187F91F984D75FA23CEF98D07C65EE29F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEMUSA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2023
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 08/2023

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica que realizará às 14:00 horas, do dia 24 de AGOSTO de 2023, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, VISANDO A MELHORIA DA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA GESTÃO, CONFORME DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS NO SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO REALIZADO NO MÊS FEVEREIRO DE 2023”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 14 de agosto de 2023.

Emanoel Matos
Secretário Municipal de Saúde.

PPE - PMI/SEAD Nº 343/2023

Publicação Nº 5054122

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 343/2023

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar n.º 5.395, de 30 de março de 2023, EMPOSSA nesta data, o(a) servidor(a) nomeado(a) pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 966, de 07 de agosto de 2023, para exercer o cargo de ARQUITETO(A), habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 10/2023.

Art. 1º O(a) servidor(a) abaixo descrito(a), apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Luciano Fortes Zanin	Arquiteto(a)	741.xxx.xx0-72

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação vigente, o(a) servidor(a)

entra em exercício em 22/08/2023.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de agosto de 2023.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

ERRATA EDITAL PROESPORTE 001/2023

Publicação Nº 5054276

**GOVERNO DE
IMBITUBA****ERRATA EDITAL 001/2023 PROESPORTE**

Publica-se a presente errata para retificar a publicação do Edital 001/2023 do PROESPORTE, ato n.º 5051256, Autopublicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC, em 11 de agosto de 2023.

No item 1.2, onde se lê:

“Constitui objeto do presente Edital a concessão de incentivo fiscal para a execução de 30 (trinta) Projetos Esportivos durante o ano de 2023 com valor por projeto de até R\$ 7.000,00 (**oito mil Reais**), que após serão analisados e aprovados, através da Comissão Municipal de Incentivo ao Esporte – CMIE e do Conselho Municipal do Esporte – CME”;

Leia-se:

“Constitui objeto do presente Edital a concessão de incentivo fiscal para a execução de 30 (trinta) Projetos Esportivos durante o ano de 2023 com valor por projeto de até R\$ 7.000,00 (**sete mil Reais**), que após serão analisados e aprovados, através da Comissão Municipal de Incentivo ao Esporte – CMIE e do Conselho Municipal do Esporte – CME”;

Ressaltamos que todas as demais informações presentes no edital permanecem inalteradas.

Pedimos desculpas pelo equívoco e reforçamos nosso compromisso com a transparência e correção nas informações divulgadas.

Atenciosamente,

Norton Evaldt

Presidente Conselho Municipal de Esportes

Imbituba, 11 de agosto de 2023.

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



Indaial

PREFEITURA

ATO DE POSSE 182/2023

Publicação N° 5053909

ATO DE POSSE N° 182/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Wallace Mees

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de hoje com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 14 de agosto de 2023, Wallace Mees, nomeado através da Portaria nº 2184/2023 para o cargo de Médico Clínico Geral II – 40h, lotado na Secretaria de Saúde, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2023. O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

WALLACE MEES

Empossado(a)

ATO DE POSSE 183/2023

Publicação N° 5053914

ATO DE POSSE N° 183/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Ivamaire Andrade Guimaraes Martimiano

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Ivamaire Andrade Guimaraes Martimiano, nomeado através da Portaria nº 1897/2023 para o cargo de Professor de Educação Infantil B – 40h, lotado na UEI Bairro João Paulo II – José Lino Kuhnen, Secretaria de Educação, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

IVAMAIRE ANDRADE GUIMARAES MARTIMIANO

Empossado(a)

ATO DE POSSE 184/2023

Publicação Nº 5053917

ATO DE POSSE Nº 184/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Marta Pereira

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Marta Pereira, nomeado através da Portaria nº 1870/2023 para o cargo de Professor de Educação Infantil C – 40h, lotado na UEI Espaço de Crescer, Secretaria de Educação, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARTA PEREIRA

Empossado(a)

ATO DE POSSE 185/2023

Publicação Nº 5053922

ATO DE POSSE Nº 185/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Josiane Aparecida de Seles da Silva Pereira

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Josiane Aparecida de Seles da Silva Pereira, nomeado através da Portaria nº 1888/2023 para o cargo de Professor de Educação Infantil C – 40h, lotado na UEI Gato de Botas, Secretaria de Educação, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JOSIANE APARECIDA DE SELES DA SILVA PEREIRA

Empossado(a)

ATO DE POSSE 186/2023

Publicação Nº 5053932

ATO DE POSSE Nº 186/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Clotildes Torquato Carneiro

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Clotildes Torquato Carneiro, nomeado através da Portaria nº 1902/2023 para o cargo de Professor de Educação Infantil C – 40h, lotado na UEI Encano Baixo – Martha Elisabeth Mantau, Secretaria de Educação, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

CLOTILDES TORQUATO CARNEIRO
Empossado(a)

ATO DE POSSE 187/2023

Publicação Nº 5053943

ATO DE POSSE Nº 187/2023
11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Katia Aparecida de Oliveira

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Katia Aparecida de Oliveira, nomeado através da Portaria nº 1881/2023 para o cargo de Professor de Educação Infantil B – 40h, lotado na UEI Encano do Norte, Secretaria de Educação, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

KATIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Empossado(a)

ATO DE POSSE 188/2023

Publicação Nº 5053952

ATO DE POSSE Nº 188/2023
11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Camila Imme

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Camila Imme, nomeado através da Portaria nº 1880/2023 para o cargo de Professor de Educação Infantil C – 40h, lotado na UEI Curumim, Secretaria de Educação, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

CAMILA IMME

Empossado(a)

ATO DE POSSE 189/2023

Publicação Nº 5053962

ATO DE POSSE Nº 189/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Claudiana Rodrigues de Andrade

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de hoje com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 21 de agosto de 2023, Claudiana Rodrigues de Andrade, nomeado através da Portaria nº 2287/2023 para o cargo de Assistente Social, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

CLAUDIANA RODRIGUES DE ANDRADE

Empossado(a)

ATO DE POSSE 190/2023

Publicação Nº 5053972

ATO DE POSSE Nº 190/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Denise Schulz Gielow

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 27 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Denise Schulz Gielow, nomeado através da Portaria nº 1862/2023 para o cargo de Professor de Anos Iniciais C – 40h, lotado na E.B.M. Professor Mário Bonessi, Secretaria de Educação, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

DENISE SCHULZ GIELOW

Empossado(a)

ATO DE POSSE 191/2023

Publicação Nº 5053979

ATO DE POSSE Nº 191/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Franciele Pinto

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 27 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Franciele Pinto, nomeado através da Portaria nº 1858/2023 para o cargo de Professor de Anos Iniciais C – 40h, lotado na E.B.M. Leopoldo Simão-Secretaria de Educação, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

FRANCIELE PINTO

Empossado(a)

ATO DE POSSE 192/2023

Publicação Nº 5053988

ATO DE POSSE Nº 192/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Jéssica Maria Capeleti de Jesus

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 27 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Jéssica Maria Capeleti de Jesus, nomeado através da Portaria nº 1846/2023 para o cargo de Professor de Anos Iniciais C – 40h, lotado na E.B.M. Juvenal Carvalho, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JÉSSICA MARIA CAPELETI DE JESUS

Empossado(a)

ATO DE POSSE 193/2023

Publicação Nº 5053994

ATO DE POSSE Nº 193/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Juliana Gonçalves Kehl Grzybovski

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 27 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Juliana Gonçalves Kehl Grzybovski, nomeado através da Portaria nº 1861/2023 para o cargo de Professor de Anos Iniciais B – 40h, lotado na E.B.M. Arapongas, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

JULIANA GONÇALVES KEHL GRZYBOVSKI
Empossado(a)

ATO DE POSSE 194/2023

Publicação Nº 5053996

ATO DE POSSE Nº 194/2023
11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Sueli Novak de Souza

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 27 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Sueli Novak de Souza, nomeado através da Portaria nº 1854/2023 para o cargo de Professor de Anos Iniciais B – 40h, lotado na E.B. Professora Úrsula Kroeger, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

SUELI NOVAK DE SOUZA
Empossado(a)

ATO DE POSSE 195/2023

Publicação Nº 5054000

ATO DE POSSE Nº 195/2023
11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Josimar Metzner Lima

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 27 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Josimar Metzner Lima, nomeado através da Portaria nº 1845/2023 para o cargo de Professor de Anos Iniciais B – 20h, lotado na E.B.M Professora Ana Lúcia Hiendlmayer, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

JOSIMAR METZNER LIMA

Empossado(a)

ATO DE POSSE 196/2023

Publicação Nº 5054004

ATO DE POSSE Nº 196/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Maria Eduarda Lucini

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Maria Eduarda Lucini, nomeado através da Portaria nº 1925/2023 para o cargo de Auxiliar de Creche EM – 40h, lotado na U.E.I. Professora Jaqueline Aparecida Trapasolli Guimarães, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

MARIA EDUARDA LUCINI

Empossado(a)

ATO DE POSSE 197/2023

Publicação Nº 5054007

ATO DE POSSE Nº 197/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Ana Paula de Souza Saibro Fernandes

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Ana Paula de Souza Saibro Fernandes, nomeado através da Portaria nº 1912/2023 para o cargo de Auxiliar de Creche EM – 40h, lotado na U.E.I. Professora Jaqueline Aparecida Trapasolli Guimarães, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ANA PAULA DE SOUZA SAIBRO FERNANDES

Empossado(a)

ATO DE POSSE 198/2023

Publicação Nº 5054009

ATO DE POSSE Nº 198/2023
11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Dulcivani de Oliveira Fernandes

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Dulcivani de Oliveira Fernandes, nomeado através da Portaria nº 1941/2023 para o cargo de Auxiliar de Creche EM – 40h, lotado na U.E.I. Arapongas, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

DULCIVANI DE OLIVEIRA FERNANDES
Empossado(a)

ATO DE POSSE 199/2023

Publicação Nº 5054010

ATO DE POSSE Nº 199/2023
11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Ana Rafaeli Dias Santos Chiapetti

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Ana Rafaeli Dias Santos Chiapetti, nomeado através da Portaria nº 1932/2023 para o cargo de Auxiliar de Creche EM – 40h, lotado na U.E.I. Arapongas, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ANA RAFAELI DIAS SANTOS CHIAPETTI
Empossado(a)

ATO DE POSSE 200/2023

Publicação Nº 5054012

ATO DE POSSE Nº 200/2023
11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Anette Vogel

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 04 de agosto de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Anette Vogel, nomeado através da Portaria nº 1917/2023 para o cargo de Auxiliar de Creche EM – 40h, lotado na U.E.I. Recriar, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ANETTE VOGEL
Empossado(a)

ATO DE POSSE 201/2023

Publicação Nº 5054015

ATO DE POSSE Nº 201/2023
11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Giovanna Farias Moraes

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Giovanna Farias Moraes, nomeado através da Portaria nº 1923/2023 para o cargo de Auxiliar de Creche EM – 40h, lotado na U.E.I. Gatos de Botas, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

GIOVANNA FARIAS MORAES
Empossado(a)

ATO DE POSSE 202/2023

Publicação Nº 5054017

ATO DE POSSE Nº 202/2023
11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Luciane Kadubitski da Silva Pereira

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Luciane Kadubitski da Silva Pereira, nomeado através da Portaria nº 1913/2023 para o cargo de Auxiliar de Creche B – 40h, lotado na U.E.I. Recriar, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

LUCIANE KADUBITSKI DA SILVA PEREIRA

Empossado(a)

ATO DE POSSE 203/2023

Publicação Nº 5054021

ATO DE POSSE Nº 203/2023

11 de agosto de 2023

Termo de Posse e Compromisso/

Luana Jaine Cechlar Bitencourt

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de 26 de julho de 2023 com efetivo exercício do(a) servidor(a) no dia 08 de agosto de 2023, Luana Jaine Cechlar Bitencourt, nomeado através da Portaria nº 1931/2023 para o cargo de Auxiliar de Creche EM – 40h, lotado na U.E.I. Bairro Warnow – Professor Isaias José Nazari, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 002/2023.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O(a) servidor(a) apresentou Declaração de Bens, bem como declaração que não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

LUANA JAINE CECHLAR BITENCOURT

Empossado(a)

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ADITIVO DE CONTRATO RAFAEL PEROSSO Nº 2

Publicação Nº 5052947

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO 821985 – 2/2023

CONTRATADO(A): RAFAEL PEROSSO

CPF: 087.069.769-21

PROCESSO SELETIVO 025/2022

OBJETO DE ADITIVO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no PROCESSO SELETIVO 025/2022.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 30 de janeiro de 2023 a 27 de agosto de 2023.

DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2023.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO ANDRESSA MONTAGNA Nº 1

Publicação Nº 5052860

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO 114721262 – 1/2023

CONTRATADO(A): ANDRESSA MONTAGNA

CPF: 094.466.129-77

PROCESSO SELETIVO 025/2022

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE SALA - EM, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no PROCESSO SELETIVO 025/2022.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ R\$ 2.004,73

PRAZO: 03 de fevereiro de 2023 a 09 de agosto de 2023.

DATA DA ASSINATURA: 09 de agosto de 2023.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO CRISLEINE VARGAS DOS SANTOS Nº 04

Publicação Nº 5052868

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO 690503 – 04/2023

CONTRATADO(A): CRISLEINE VARGAS DOS SANTOS

CPF: 099.706.289-41

PROCESSO SELETIVO 025/2022

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no PROCESSO SELETIVO 025/2022.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 30 de janeiro de 2023 a 09 de agosto de 2023.

DATA DA ASSINATURA: 09 de agosto de 2023.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO FRANCIELY FARIAS Nº 05

Publicação Nº 5052877

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO 404012 – 05/2023

CONTRATADO(A): FRANCIELY FARIAS

CPF: 058.660.519-31

PROCESSO SELETIVO 025/2022

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE E.M, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 025/2022.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 30 de janeiro de 2023 a 09 de agosto de 2023.

DATA DA ASSINATURA: 09 de agosto de 2023.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO LUANA CRISTINA SILVA DE FREITAS Nº 1

Publicação Nº 5052886

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO 1000012520 – 1/2023

CONTRATADO(A): LUANA CRISTINA SILVA DE FREITAS

CPF: 103.487.349-05

PROCESSO SELETIVO 025/2022

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no PROCESSO SELETIVO 025/2022.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 30 de janeiro de 2023 a 09 de agosto de 2023.

DATA DA ASSINATURA: 09 de agosto de 2023.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO MARCO MAURÍCIO KRUEGER TRINDADE Nº 1

Publicação Nº 5052897

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO 114723010 – 1/2023

CONTRATADO(A): MARCO MAURÍCIO KRUEGER TRINDADE

CPF: 058.864.479-03

PROCESSO SELETIVO 025/2022

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no PROCESSO SELETIVO 025/2022.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 30 de janeiro de 2023 a 11 de agosto de 2023.

DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 2023.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO SARA SIBELE CARDOSO Nº 1

Publicação Nº 5052906

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO 11176997 – 1/2023

CONTRATADO(A): SARA SIBELE CARDOSO

CPF: 090.120.179-04

PROCESSO SELETIVO 025/2022

OBJETO DE DEMISSÃO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no PROCESSO SELETIVO 025/2022.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 30 de janeiro de 2023 a 09 de agosto de 2023.

DATA DA ASSINATURA: 09 de agosto de 2023.

PORTARIAS RH 2377/2023

Publicação Nº 5054027

PORTARIA Nº 2377/23
10 de agosto de 2023

Declara vacância do cargo de Auxiliar de Creche – 40H

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e conforme Portarias nº 2361/23, 2362/23, 2363/23, 2364/23, 2365/23, 2366/23, 2367/23, 2368/23, 2369/23, 2370/23, 2371/23, 2372/23, 2373/23 e 2374/23, todas de 10 de agosto de 2023, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de agosto de 2023, o cargo de Auxiliar de Creche – 40H, em virtude de pedido de exoneração, dos(as) servidores(as): Larissa Gomes Kisner – Mat. nº 665797-01 e Suellen Gebhardt – Mat. nº 805661-01.

Declarar vago, a partir de 07 de agosto de 2023, o cargo de Auxiliar de Creche – 40H, em virtude de pedido de exoneração, dos(as) servidores(as): Débora Thalia Januário Antunes – Mat nº 926469-1, Camila Maria Pavanello – Mat nº788546-1, Iraci Mazzi Huebes – Mat nº787299-1, Lucilene Vanderlinde da Conceição – Mat nº443999-1, Ana Paula Radtke – Mat nº926736-1, Marluce Boaski – Mat nº788465-1, Jéssica Gabriele Evangelista Sasaki Jacques – Mat nº647195-1, Sílvia Feuser Gramkow – Mat nº425656-01, Bianca Coelho Modesto – Mat nº946281-1, Tatiane Tonial Starosky – Mat nº548642-01, Elizabeth Dankes – Mat nº837237-01 e Talita Santos Girardi – Mat nº906247-02.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 10 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

RAFAEL NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2378/2023

Publicação Nº 5054032

PORTARIA Nº 2378/23
10 de agosto de 2023

Declara vacância do cargo de Auxiliar Administrativo – 40H

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e conforme Portaria nº 2376/23 de 10 de agosto de 2023, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 31 de julho de 2023, o cargo de Auxiliar Administrativo – 40H, em virtude de pedido de exoneração, do(a) servidor(a) Luan Caike Buse – Mat. nº 1215754752-01

Prefeitura Municipal de Indaial, em 10 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

RAFAEL NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

PORTARIAS RH 2379/2023

Publicação Nº 5054034

PORTARIA Nº 2379/23
10 de agosto de 2023

Declara vacância do cargo de Técnico em Enfermagem – 40H

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e conforme Portaria nº 2376/23 de 10 de agosto de 2023, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de agosto de 2023, o cargo de Técnico em Enfermagem – 40H, em virtude de pedido de exoneração, do(a) servidor(a) Veridiana Fornari Michette – Mat. nº 1215754975-03

Prefeitura Municipal de Indaial, em 10 de agosto de 2023

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

RAFAEL NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

MARCOS ANTONIO HAAG
Diretor de Gestão de Pessoal

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO Nº 2241, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053411

DECRETO Nº 2241, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre os procedimentos para descarte de acervo bibliográfico impresso, livros didáticos fora do triênio de vida útil e livros paradidáticos, irrecuperáveis ou desatualizados, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Iomerê, e dá outras providências. A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Iomerê,

DECRETA:

Das Disposições Gerais

Art. 1º Estabelece procedimentos para regulamentar o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de descarte dos livros didáticos fora do triênio de vida útil, paradidáticos e outros, irrecuperáveis ou desatualizados, de posse das unidades escolares do Município.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - livros didáticos - os livros que contêm conteúdos didático-pedagógicos adequados a um programa curricular, integrantes dos programas de distribuição gratuita do Governo Federal (MEC /FNDE);

II - livros para desenvolvimento de projetos - os livros adquiridos em virtude de assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Municipal de Educação e terceiros para a realização de projetos específicos;

III - doação de livros - procedimento de transferência gratuita de livros didáticos vencidos, por extrapolar o triênio consecutivo de vida útil, e, também, de livros paradidáticos, livros literários, periódicos e revistas que conservam a integridade do conteúdo, constituindo-se em instrumento didático-pedagógico de interesse social ou educativo, mas que não atendem a instituição doadora, inclusive aqueles inservíveis em decorrência da substituição do material por de outra editora;

IV - descarte para empresa de reciclagem - procedimento de descarte aplicável a livros didáticos vencidos, livros paradidáticos, livros literários, periódicos e revistas, criteriosamente avaliados como inservíveis ou irrecuperáveis. O material destinado à reciclagem deve ser descaracterizado, ou seja, deve-se retirar a capa e a contracapa;

V - irrecuperáveis - todos os livros, periódicos e revistas que não puderem ser utilizados para os fins a que se destinam;

VI - desatualizados - todos os livros, revistas e periódicos que apresentam conceitos, dados e informações, tabelas, ilustrações, notas, aspectos gramaticais desatualizados em função da evolução de sua área de especialização;

VII - descarte por incineração - queima de textos impressos e livros, mofados e embolorados, deteriorados sob a ação do calor, da umidade, ou, ainda, contaminados por agentes que causem insalubridade.

Art. 3º Tratando-se do descarte de livros irrecuperáveis ou desatualizados acumulados nas unidades de ensino e na Secretaria de Educação, a avaliação dos referidos objetos será realizada por meio de comissão composta por três profissionais, designados pela Secretaria de Educação, especificamente para a realização das avaliações previstas no presente Decreto.

Parágrafo único. Os membros da comissão de descarte de livros exercerão função não remunerada de interesse público relevante.

Dos Procedimentos para o Descarte dos Livros

Art. 4º O descarte por doação sem encargo poderá ser efetuado com escolas localizadas no Município, com as oficinas pedagógicas, com as bibliotecas públicas, com o próprio aluno ou com entidades sem fins lucrativos.

Art. 5º O descarte por recebimento de valores poderá ser efetuado com empresas ou com cooperativas de reciclagem de papel, observada a legislação aplicável.

Art. 6º Para fins de descarte, consideram-se os critérios:

I - Descarte por doação sem encargo de livros didáticos - os livros didáticos serão encaminhados para descarte por doação sem encargo somente quando, obrigatoriamente, enquadrarem-se nos seguintes padrões:

a- Doação registrada por meio de ata de desfazimento de bem público, com a concordância e a ciência dos gestores e do Conselho Escolar da unidade escolar - anexo I;

b- Livros didáticos com a vida útil vencida - fora do prazo trienal de atendimento;

c- Envio de cópia da documentação de descarte ao setor de patrimônio.

II - Descarte por doação sem encargo de livros paradidáticos e outros textos impressos:

a- Doação registrada por meio de ata de desfazimento de bem público, com a concordância e a ciência dos gestores e do Conselho Escolar da unidade escolar - anexo I;

b- Envio de cópia da documentação de descarte ao setor de patrimônio.

III - Descarte por recebimento de valores - a unidade escolar poderá optar pelo descarte por recebimento de valores, desde que não haja possibilidade de reaproveitamento por outras entidades mencionadas nos incisos I e II e os recursos financeiros recebidos sejam, obrigatoriamente, revertidos para a compra de obras literárias, paradidáticas e de referência, necessárias ao desenvolvimento do acervo bibliográfico da biblioteca da unidade escolar, seguindo rigorosamente as seguintes instruções:

a- Registrar, em ata de desfazimento de bem público, o processo de descarte por recebimento de valores de livros didáticos vencidos e demais textos impressos, contando com a concordância e a ciência dos gestores e do Conselho Escolar da unidade escolar - anexo I;

b- Preencher planilha contendo as informações relevantes sobre os livros considerados vencidos, irrecuperáveis, inservíveis (títulos e quantidades a serem descartados) - anexo II;

c- Apresentar a planilha de descarte em reunião ordinária do Conselho Escolar, informando a justificativa de opção por determinado tipo de descarte;

- d- Apresentar a vantajosidade da forma de descarte, considerando os custos administrativos para a promoção do procedimento correto;
- e- Enviar cópia da documentação de descarte ao setor de patrimônio;
- f- Identificar, na planilha de descarte, o vencimento da vida útil do livro;
- g- Constatar, efetivamente, por meio de registro em ata, o estado avançado de deterioração que compromete a utilização do livro.
- Art. 7º São considerados critérios que excluem quaisquer possibilidades de descarte por recebimento de valores ou incineração:
- I - Livros didáticos dentro do triênio de vida útil;
- II - Livros didáticos novos ou seminovos, nunca ou raramente utilizados pelos alunos;
- III - Livros didáticos que podem ser reutilizados por doação sem encargo;
- IV - Livros didáticos parcialmente inutilizados, mas que apresentam condições de recuperação e higienização;
- V - Livros paradidáticos e acervo impresso que apresentam condições de recuperação e higienização.

Das Disposições Finais

- Art. 8º Para se proceder ao descarte de livros, os aspectos seguintes devem ser considerados: I - O descarte para a empresa de reciclagem deve ser a última opção a ser adotada;
- II - Os procedimentos de descarte por recebimento de valores, doação sem encargo ou incineração devem ser resguardados por autoridades competentes, por meio de documentação devidamente preenchida e assinada, durante os encontros do Conselho Escolar;
- III - A doação para instituições beneficentes, ONGs e outras entidades deverá ser criteriosa, verificando-se que se trata de uma instituição filantrópica, por meio de declaração institucional;
- IV - A doação às unidades escolares localizadas no município deve ser feita mediante recibos devidamente assinados;
- V - Os relatórios de descarte devem ser periódicos, sempre que essa prática for realizada na unidade escolar, devendo ser encaminhados ao setor de patrimônio.
- Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita.

Iomerê, 11 de agosto de 2023.

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

ANEXO I LISTAGEM DE DESFAZIMENTO DE LIVROS DIDÁTICOS

U.E _____ CIDADE: _____

Identificação dos livros didáticos/coleção	Ano PNLD	Quantidade	Prazo de guarda	Observação

Responsável pelas informações:

Nome: _____

Matrícula: _____ Cargo: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do(a) Diretor(a)/Matrícula: _____

ANEXO II

O Conselho Escolar da U.E _____ aprova a listagem de desfazimento do Livro Didático e determina o destino dos itens enumerados abaixo:

Identificação dos livros didáticos/coleção	Ano PNLD	Quantidade	Prazo de guarda	Observação

Iomerê, ____ de _____ de 20 ____.

Presidente do Conselho Escolar
Membros do Conselho Escolar

Diretor(a) da U.E/Matrícula _____

**ANEXO III
PROCESSO DE DESFAZIMENTO DE LIVROS DIDÁTICOS
RECIBO**

Recebemos do Centro Educacional Municipal de Iomerê, CNPJ 01.612.744/0001-20, situado a Rua João Rech, 500, Iomerê – SC, CEP: 89558-000, a quantidade de _____ de livros como material destinado ao descarte.

Local e data: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

Identificação do recebedor:

Instituição Recebedora: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Responsável pela doação:

Diretora: _____ Matrícula: _____

C.I: _____ CPF: _____

Colegiado: _____

C.I: _____ CPF: _____

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 5052365

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO E EXPLANAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE USOS PERMITIDOS NA ZUE -ZONA DE USO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC., neste ato representado pela Prefeita Municipal, em atenção às disposições legais que regulamentam a matéria, em especial os arts. 84 a 87 da Lei Complementar n. 30, de 16 de maio de 2012, e considerando a reunião do Conselho de Desenvolvimento Municipal ocorrida em 10 de agosto de 2023, às 19h30, CONVOCA a população do município e demais interessados para AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada à explanação e discussão de proposta de alteração de uso permitido na ZUE – Zona de Uso Especial do município de Iomerê.

Conforme ata de reunião do Conselho de Desenvolvimento, será proposta a alteração do Anexo IV – Tabela II – Uso e Ocupação do Solo da Lei Complementar nº 32, de 2012, sendo exclusivamente para a seguinte alteração: inclusão do USO 18 – Hotéis e Pousadas no quadro “PERMITIDOS” da Zona de Uso Especial – ZUE.

Havendo a aprovação em audiência pública, será encaminhado projeto de lei ao Legislativo.

A Audiência Pública ocorrerá no seguinte local e horário:

Auditório da Prefeitura Municipal

Rua João Rech, 500, Centro

Data: 31 de agosto de 2023

Horário: 09:00

Iomerê (SC), 11 de agosto de 2023.

LUCI PERETTI

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 4212 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054057

PORTARIA Nº 4212 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Altera portaria nº 4180 de 22 de junho de 2023 que autoriza servidores a conduzirem veículos da frota municipal.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE,

Art. 1º Altera portaria nº 4180 de 22 de junho de 2023, que autoriza servidores a conduzirem veículos da frota municipal. Ficando autorizados a partir desta data os seguintes servidores:

Gabinete do Prefeito

Emanuel Sipp

Gustavo Ganzala de Almeida

Luci Peretti

Teresinha Baroncello Devalieri

Secretaria de Administração e Finanças

Araceli Mezzomo Weirich
Helin Perazzoli Bogoni
Jakson Alves Moreira
Jaqueline Terezinha Deon
Joselito Luiz Munaro
Josnei Bavaresco
Jucilene Consoni Rech
Jurandir Crestani Nunes
Lucas Falchetti
Mariane Laise Coeli
Ricardo Peretti
Yuri Piccoli Hentz

Secretaria de Educação

Ana Paula Michelin Menegon
Carla Candiago
Diva Mugnol Perosa
Eliane Ansiliero
Eliane dos Santos de Souza Andreola
Geane Cristina Ferreira Mendes
Henrique Locatelli
Ines Kumiechick Mariani
Marines Maksimavic Colissi
Marines Zanetti Zago
Maura Renata Tragancin Perazzoli
Macleise Trento
Oliir Pagno
Robson Fernando Volpato
Ronaldo Harz
Sarajane Helena Pazin Gonçalves Dias
Simone Cantu Centofanti
Valério Peretti

Secretaria de Agricultura

Alex de Souza Machado
Daniela Bidini
Gilmar Barbacovi
Helio Miguel de Jesus
Juares Vieira de Barros
Leandro Zamboni
Luciane Wickert
Luiz Antonio Mugnol
Marcos Antonio Ribeiro de Lima
Moacir Ernesto Crestani
Vilson Volpato

Secretaria de Infraestrutura

Anderson Tomazi
Ferminio Sovrani
Flavio Maurina
Joelmir Roberto Cividini
Juarez Antonio Lima
Leonor Odilo Kaiser
Maikon Turmina
Marildo Fantinel
Neide Araldi
Odacir Antonio Menegatt
Silvio Maksimavic
Valdenir Pereti

Secretaria de Saúde e Ação Social

Angela Cristina Pasqual
Cleide Colombo Nava
Daiana Amália Chaves
Daniele Wilmsen
Estelamar Fiorelli
Eduardo Mario Zanini
Eduardo Paulo Riedtmann da Silva

Eliane de Brito Cordeiro
Fabiola Ansiliero de Paula
Fabiano Basen Coser
Grazielle Faletti Rodrigues Batista
Gisele Nora Souza Lazzari
Iriberto Antonio Volpato
Isabela Rech Biscaro
Itacyr José Bridi
Jordana dos Santos Saurin
Leonardo Vanim
Leonilde F. Faccin
Loreci Maria Pereti
Lucas de Camargo Moreira
Lucas Longo Scalabrin
Kelli Siewerdt Saldanha
Maria Ines Pasqual
Marcelo Maraninchi Pavesi
Marcelo Sandri
Marisa Oss Cenci
Maristela Brugnago Crestani
Marizete Tais de Oliveira
Odir Pagno
Patricia Dias da Silva Lima
Roger de Freitas de Avila
Suelen Camila G. Zamboni
Sibeli Aparecida Morelato Fiorentin
Simara Cividini
Valdir Foschiera
Valdemir Machado da Silveira
Valeria Grifante
Vanessa Verona
Veriano Modena
Vitoria Ap de Souza

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do servidor estar habilitado para condução do veículo dentro da sua respectiva categoria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

Iomerê 11 de agosto de 2023.

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

Ipira

PREFEITURA

EDITAL 107/2023

Publicação N° 5053241

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 107/2023
Pregão Presencial n° 021/2023

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para contratação de empresa(s) para fornecimento de bicos injetores, retentores, junta e substituição das peças na Escavadeira JCB JS210 da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "A" deste Edital. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: licitacao@ipira.sc.gov.br.
Ipira (SC), 11 de agosto de 2023

MARCIANO DE MELLO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Iporã do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 055-2023

Publicação Nº 5051550

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 055/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2023

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW FESTIVAL INFANTIL COM PARTICIPAÇÃO DE DIVERSOS PERSONAGENS INFANTIS PROPORCIONANDO PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTRETENIMENTO E DIVERSÃO, CONFORME ATA CMDCA Nº 03/2023 E OFÍCIO CMDCA 017/2023, A SER REALIZADO NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2023 NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC".

DO VALOR TOTAL: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC - CNPJ nº. 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: CLEBER NUNES DA SILVA PRODUÇÕES CNPJ sob nº. 27.021.525/0001-60

DA VIGÊNCIA: Da data de assinatura até o dia 31/12/2023.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC.

Iporã do Oeste/SC, 14 de Agosto de 2023.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO 056-2023

Publicação Nº 5053115

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 056/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2023

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "PORTICO DE ENTRADA PARA FEIRA FAIC CONFOME PROJETO EM ANEXO, FEITO COM MADEIRA DE DEMOLICAO EM CORES ENVELHECIDAS EM ROSA E AZUL, COM INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO COM PINOS DE ENCAIXE 'PARA NAO DANIFICAR ESTRUTURAS, PARA POSTERIOR USO EM DEMAIS EVENTOS E COMEMORAÇÕES FESTIVAS, MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC"

DO VALOR TOTAL: de R\$ 16.940,00 (Dezesseis mil novecentos e quarenta reais),

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: DOUGLAS PILATTI 09323298964, CNPJ nº 41.071.498/0001-60

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 31/12/2023.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC.

Iporã do Oeste/SC, 14 de Agosto de 2023.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 208 DE 11 DE AGOSTO DE 2023. ESTABELECE FOLGA COMPENSATÓRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE ATUAR DURANTE PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 5049279

DECRETO Nº 208
DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

ESTABELECE FOLGA COMPENSATÓRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE ATUAR DURANTE PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.

A Prefeita do Município de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor; e Considerando solicitação pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, responsável pela coordenação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, o qual depende da colaboração de servidores públicos e colaboradores para auxiliar no dia do pleito e, assim, havendo necessidade de garantir o gozo por parte dos agentes públicos de compensação correspondente do dia de trabalho;

Considerando o disposto no art. 10, II, da Resolução CONANDA nº. 231/22;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de folga de natureza compensatória ao servidor que comprovadamente contribuir mediante atos de organização e de mesário nas eleições para escolha dos membros do Conselho Tutelar, a ser realizada no dia 1º de outubro de 2023 (domingo), correspondente a 1 (um) dia de dispensa do serviço público.

Art. 2º A comprovação do disposto neste Decreto caberá a Presidência do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente com a emissão de certificado/declaração aos servidores convocados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu-SC, em 11 de agosto de 2023.

CLORI PEROZA
Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios-www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA 422-2023 - LICENÇA PREMIO EMERSON BODANEZE

Publicação N° 5053450

PORTARIA N°. 422/2023 de 11 de Agosto de 2023.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Hilário Reffatti, Prefeito do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A Emerson Luiz Bodaneze, matrícula 2851, Licença Premio de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 09 de Agosto a 07 de Outubro de 2023.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 09 de Agosto de 2023.

Ipumirim - SC, 11 de Agosto de 2023.

HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

Irani

PREFEITURA

1º TAC 026/2023 RONOALDO PEREIRA

Publicação Nº 5052491

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

1º TAC CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº026/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: RONOALDO PEREIRA ME, inscrito no CNPJ sob o nº 06.019.032/0001-15, com endereço na Avenida Governador Ivo Silveira, 1080, Centro, Irani/SC, CEP 89.680-000,

Objeto: Aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO ao contrato nº 26/2023 referente transmissão on line do Evento FIMUSINHO Transmissão com no mínimo 2 Câmeras Full HD; no dia 11 de agosto de 2023.

Valor R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).

VALIDADE: 31/12/2023

Irani - SC, 11 de agosto de 2023

Maria Inez de Bastiani

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

ARP 034/2023 DSIBRAPLAC

Publicação Nº 5052398

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

ATA REGISTRO Nº 034/2023.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: DISBRAPLAC LTDA, inscrita no CNPJ: 05.168.674/0001-13, localizado na Rua Catarinense, 42 Bairro São João- Seara/SC CEP: 89.770.000.

Objeto: Registro de preços para aquisição de mobiliário escolar externo, lixeiras e abrigo de passageiros a fim de atender às necessidades das Secretarias de Educação e do Urbanismo e Obras do município de Irani/SC.

Valor estimado: R\$ 20.877,00 (vinte mil oitocentos e setenta e sete reais).

Validade: 11/08/2024

Irani - SC, 11 de agosto de 2023.

Vanderlei Canci

Prefeito Municipal de Irani

ARP 035/2023 LANCI INDUSTRIA COMERCIO MOVEIS

Publicação Nº 5052404

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

ATA REGISTRO Nº 035/2023.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: LANCI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PLÁSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 11.549.124/0001-47, localizada na Rua Canelinha ,40 Galpão 3 Bairro dos Municípios- Balneário Camboriú/SC CEP: 88.337-360

Objeto: Registro de preços para aquisição de mobiliário escolar externo, lixeiras e abrigo de passageiros a fim de atender às necessidades das Secretarias de Educação e do Urbanismo e Obras do município de Irani/SC.

Valor estimado: R\$ 729.090,00 (setecentos e vinte e nove mil e noventa reais).

Validade: 11/08/2024

Irani - SC, 11 de agosto de 2023.

Vanderlei Canci

Prefeito Municipal de Irani

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 003/2023

Publicação Nº 5052566

Editais de Contribuição de Melhoria 003/2023

O Município de Irani, SC, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. Vanderlei Canci, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal do Brasil, pelos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24/02/1967 e pelos artigos 101 a 110 do Código Tributário Municipal – Lei Municipal nº 917/1997, bem como a Lei Complementar Municipal 151/2022, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados no trecho de rua do perímetro urbano identificado neste Edital, que tenha sido executada pelo Município a obra de melhoria de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóvel localizado em área beneficiária direta ou indiretamente por obra pública, conforme Código Tributário Municipal, artigo 101, combinado com o disposto na LCM 151/2022, e em razão da obra pública, ficando à cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão na Rua Nelso Luiz Griza, no trecho compreendido entre a Av Valdecir Angelo Zampieri e o Final do Perímetro Urbano, numa extensão de 251,43 metros lineares.

3. OBRA IMPLANTADA:

Pavimentação asfáltica compreendendo camada asfáltica superior na Rua Nelso Luiz Griza, totalizando 3.520,00 m² de área pavimentada, rede de escoamento pluvial e passeio público.

4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo total das obras executada é de R\$ 491.257,87 (quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos).

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O custo total da obra está orçado em R\$ 491.257,87 (quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos), cabendo aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o valor mínimo de 44,0 % (trinta e oito por cento) do custo da obra, perfazendo um total de R\$ 216.153,46 (duzentos e dezesseis mil e cento e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos), respeitando o limite da valorização cada imóvel.

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofreram a valorização.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria, para cada contribuinte, será de no mínimo 44,0 % (quarenta e quatro por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado), respeitando o limite da valorização de cada imóvel.

Correrão por conta do Município de Irani as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Gestão, que servirá para início do processo administrativo, observando o disposto no Código Tributário, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 15 (quinze dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, o contribuinte responderá pelo pagamento do principal, acrescido de juros de mora e atualização monetária pelos índices oficiais, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal pelo e-mail planejamento@irani.sc.gov.br ou tributos@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 10 de agosto de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 004/2023

Publicação Nº 5052577

Edital de Contribuição de Melhoria 004/2023

O Município de Irani, SC, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. Vanderlei Canci, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal do Brasil, pelos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24/02/1967 e pelos artigos 101 a 110 do Código Tributário Municipal – Lei Municipal nº 917/1997, bem como a Lei Complementar Municipal 151/2022, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados no trecho de rua do perímetro urbano identificado neste Edital, que tenha sido executada pelo Município a obra de melhoria de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóvel localizado em área beneficiária direta ou indiretamente por obra pública, conforme Código Tributário Municipal, artigo 101, combinado com o disposto na LCM 151/2022, e em razão da obra pública, ficando a cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão na Rua Angela Griza, no trecho compreendido entre a Rua Otto Augusto Lohmann e o Final do Perímetro Urbano, numa extensão de 160,85 metros lineares.

3. OBRA IMPLANTADA:

Pavimentação asfáltica compreendendo camada asfáltica superior na Rua Angela Griza, totalizando 1.447,65 m² de área pavimentada, rede de escoamento pluvial e passeio público.

4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo total das obras executada é de R\$ 202.019,58 (duzentos e dois mil, dezenove reais e cinquenta e oiro centavos).

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O custo total da obra está orçado em R\$ 202.019,58 (duzentos e dois mil, dezenove reais e cinquenta e oiro centavos), cabendo aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o valor mínimo de 44,0 % (trinta e oito por cento) do custo da obra, perfazendo um total de R\$ 88.888,61 (oitenta e oito mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos), respeitando o limite da valorização cada imóvel.

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofreram a valorização.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria, para cada contribuinte, será de no mínimo 44,0 % (quarenta e quatro por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado), respeitando o limite da valorização de cada imóvel.

Correrão por conta do Município de Irani as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Gestão, que servirá para início do processo administrativo, observando o disposto no Código Tributário, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 15 (quinze dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, o contribuinte responderá pelo pagamento do principal, acrescido de juros de mora e atualização monetária pelos índices oficiais, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal pelo e-mail planejamento@irani.sc.gov.br ou tributos@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 10 de agosto de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 005/2023

Publicação Nº 5052586

Edital de Contribuição de Melhoria 005/2023

O Município de Irani, SC, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. Vanderlei Canci, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal do Brasil, pelos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24/02/1967 e pelos artigos 101 a 110 do Código Tributário Municipal – Lei Municipal nº 917/1997, bem como a Lei Complementar Municipal 151/2022, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados no trecho de rua do perímetro urbano identificado neste Edital, que tenha sido executada pelo Município a obra de melhoria de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóvel localizado em área beneficiária direta ou indiretamente por obra pública, conforme Código Tributário Municipal, artigo 101, combinado com o disposto na LCM 151/2022, e em razão da obra pública, ficando à cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão na Rua Delina Perondi, no trecho compreendido entre a Rua Henrique Kappke e o Final do Perímetro Urbano, numa extensão de 107,40 metros lineares.

3. OBRA IMPLANTADA:

Pavimentação asfáltica compreendendo camada asfáltica superior na Rua Delina Perondi, totalizando 859,20 m² de área pavimentada, rede de escoamento pluvial e passeio público.

4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo total das obras executada é de R\$ 119.901,36 (cento e dezenove mil, novecentos e um reais e trinta e seis centavos).

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O custo total da obra está orçado em R\$ 119.901,36 (cento e dezenove mil, novecentos e um reais e trinta e seis centavos), cabendo aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o valor mínimo de 44,0 % (trinta e oito por cento) do custo da obra, perfazendo um total de R\$ 52.756,60 (cinquenta e dois mil e setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), respeitando o limite da valorização cada imóvel.

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofreram a valorização.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria, para cada contribuinte, será de no mínimo 44,0 % (quarenta e quatro por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado), respeitando o limite da valorização de cada imóvel.

Correrão por conta do Município de Irani as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Gestão, que servirá para início do processo administrativo, observando o disposto no Código Tributário, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 15 (quinze dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, o contribuinte responderá pelo pagamento do principal, acrescido de juros de mora e atualização monetária pelos índices oficiais, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal pelo e-mail planejamento@irani.sc.gov.br ou tributos@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 10 de agosto de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 006/2023

Publicação N° 5052588

Edital de Contribuição de Melhoria 006/2023

O Município de Irani, SC, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. Vanderlei Canci, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal do Brasil, pelos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24/02/1967 e pelos artigos 101 a 110 do Código Tributário Municipal – Lei Municipal nº 917/1997, bem como a Lei Complementar Municipal 151/2022, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados no trecho de rua do perímetro urbano identificado neste Edital, que tenha sido executada pelo Município a obra de melhoria de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóvel localizado em área beneficiária direta ou indiretamente por obra pública, conforme Código Tributário Municipal, artigo 101, combinado com o disposto na LCM 151/2022, e em razão da obra pública, ficando à cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão na Rua Henrique Kappke, no trecho compreendido entre a faixa de domínio da BR 153 e o Final do Loteamento Nelso Luiz Griza, numa extensão de 183,55 metros lineares.

3. OBRA IMPLANTADA:

Pavimentação asfáltica compreendendo camada asfáltica superior na Rua Henrique Kappke, totalizando 1.651,95 m² de área pavimentada, rede de escoamento pluvial e passeio público.

4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo total das obras executada é de R\$ 222.679,94 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O custo total da obra está orçado em R\$ 222.679,94 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos), cabendo aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o valor mínimo de 44,0 % (trinta e oito por cento) do custo da obra, perfazendo um total de R\$ 97.979,17 (noventa e sete mil e novecentos e setenta e nove reais e dezessete centavos), respeitando o limite da valorização cada imóvel.

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofreram a valorização.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria, para cada contribuinte, será de no mínimo 44,0 % (quarenta e quatro por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado), respeitando o limite da valorização de cada imóvel.

Correrão por conta do Município de Irani as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital dentro do prazo de 30 (trinta) dias

contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Gestão, que servirá para início do processo administrativo, observando o disposto no Código Tributário, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 15 (quinze dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, o contribuinte responderá pelo pagamento do principal, acrescido de juros de mora e atualização monetária pelos índices oficiais, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal pelo e-mail planejamento@irani.sc.gov.br ou tributos@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 10 de agosto de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 007/2023

Publicação Nº 5052590

Edital de Contribuição de Melhoria 007/2023

O Município de Irani, SC, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. Vanderlei Canci, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal do Brasil, pelos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24/02/1967 e pelos artigos 101 a 110 do Código Tributário Municipal – Lei Municipal nº 917/1997, bem como a Lei Complementar Municipal 151/2022, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados no trecho de rua do perímetro urbano identificado neste Edital, que tenha sido executada pelo Município a obra de melhoria de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóvel localizado em área beneficiária direta ou indiretamente por obra pública, conforme Código Tributário Municipal, artigo 101, combinado com o disposto na LCM 151/2022, e em razão da obra pública, ficando à cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão na Rua Otto Augusto Lohmann, no trecho compreendido entre a Rua Angela Griza e a Rua Nelso Luiz Griza, numa extensão de 76,86 metros lineares.

3. OBRA IMPLANTADA:

Pavimentação asfáltica compreendendo camada asfáltica superior na Rua Otto Augusto Lohmann, totalizando 1.073,10 m² de área pavimentada, rede de escoamento pluvial e passeio público.

4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo total das obras executada é de R\$ 149.751,11 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais e onze centavos).

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O custo total da obra está orçado em R\$ 149.751,11 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais e onze centavos), cabendo aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o valor mínimo de 44,0 % (trinta e oito por cento) do custo da obra, perfazendo um total de R\$ 65.890,49 (sessenta e cinco mil e oitocentos e noventa reais e quarenta e nove centavos), respeitando o limite da valorização cada imóvel.

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofreram a valorização.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria, para cada contribuinte,

será de no mínimo 44,0 % (quarenta e quatro por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado), respeitando o limite da valorização de cada imóvel.

Correrão por conta do Município de Irani as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Gestão, que servirá para início do processo administrativo, observando o disposto no Código Tributário, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 15 (quinze dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, o contribuinte responderá pelo pagamento do principal, acrescido de juros de mora e atualização monetária pelos índices oficiais, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal pelo e-mail planejamento@irani.sc.gov.br ou tributos@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 10 de agosto de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito

PORTARIA Nº 525/ 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051971

PORTARIA Nº. 525/2023 de 10 de agosto de 2023.

“CONTRATA PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso IX, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, combinado com a Lei Complementar nº 029, de 27 de abril de 2007 e suas alterações e com as disposições do Edital Processo Seletivo nº 001/2023;

RESOLVE:

Art. 1º- CONTRATAR Edevaldo Francisco Griza, em caráter temporário, no cargo de Professor, para atuar na Escola Sebastião Rodrigues de Souza, carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos de 80% (oitenta por cento) do valor do Professor Nível “BASE” previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor de Ensino Fundamental, Nível 1, Referência “A” da Lei Complementar nº 135/2021, de 16 de dezembro de 2021, período da contratação de 10 de agosto de 2023 a 15 de setembro de 2023, em virtude da concessão de licença para tratamento de saúde a titular do cargo Simone Gomes de Oliveira, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 154, de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Irani, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC,
10 de agosto de 2023.

VANDERLEI CANCI
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2023 - PM

Publicação Nº 5052261

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023
VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 13/2023, de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Paola Lucca Ltda ME.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Rodrigo Antonio Jurck, brasileiro, solteiro, no exercício do Cargo de Secretário da Administração e Finanças, residente e domiciliado na localidade de Campo do Meio, interior do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 089.***.***-80 e portador da cédula de identidade nº 50***SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 057/2021 de 25 de janeiro de 2021, e a empresa Paola Lucca Ltda ME, estabelecida na Praça Desembargador Guilherme Luiz Abry, nº 119, Centro I Baixada, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 32.066.527/0001-05, pela sua representante, Sra. Paola Lucca, sob nº de CPF 059.***.***-57 e RG 46****, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 3.796/2020 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 04/2023, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do Processo Licitatório nº 05/2023, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b c/c § 1º, da Lei nº 8.666/93, consolidada, e Clausula Quinta da Ata de Registro de Preços nº 13/2023, de acordo com o ofício nº 119/2023/SME da Senhora Chirlei Aparecida Lezan Kuyava – Secretária da Educação, e deferido pela Senhora Circe Neppel Sfair – Prefeita Municipal em Exercício, em 07 de agosto de 2023, adita-se o valor do objeto originariamente contratado. Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 11.323,00 (Onze mil trezentos e vinte e três reais), conforme detalhamento a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD	VALOR UNITÁRIO RS	VALOR TOTAL RS
	PEÇA	CAMISETA MANGA CURTA COR CINZA PRATA CLARO EM MALHA PV ANTIPILLING COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 67% POLIESTER 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 158G/M2 EM MODELAGEM BASICA COM MANGAS E GOLA DE RIBANA NA COR PETROLEO. PESPONTO GOLA E OMBROS. LISTRAS OMBRO ESTAMPADA EM DIREÇÃO AO LOGOTIPO NAS CORES PETROLEO E VERDE LIMÃO. ESTAMPA BRASÃO MUNICIPIO NO PEITO TAMANHO 85 MM. ESTAMPA COSTAS TAMANHO PROPORCIONAL A PEÇA NAS CORES MARROM, VERDE LIMÃO E PETROLEO. TAMANHO: 06	30	26,32	789,60
	PEÇA	CALÇA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMA O COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: 06	06	57,65	345,90
	PEÇA	LEGGING COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMA O. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÔS. TAMANHO: 06	07	52,25	365,75
	PEÇA	BLUSA MOLETOM COLEGIAL NA COR MARINHO COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 50% POLIESTER 50% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 320G/M2. MODELAGEM RECORTE SUPERIOR FRENTE, CAPUZ E BOLSO NA COR PETROLEO. ESTAMPA BRASAO PREFEITURA FRENTE E ESTAMPA COSTAS EM TAMANHO PROPORCIONAL AO TAMANHO. TAMANHO 06	11	87,68	964,48
	PEÇA	BERMUDA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMA O COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: 06	06	40,92	245,52
	PEÇA	BERMUDA CICLISTA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMA O. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÔS TAMANHO: 06	07	34,52	241,64

PEÇA	CAMISETA MANGA CURTA COR CINZA PRATA CLARO EM MALHA PV ANTIPIILLING COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 67% POLIESTER 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 158G/M2 EM MODELAGEM BASICA COM MANGAS E GOLA DE RIBANA NA COR PETROLEO. PESPONTO GOLA E OMBROS. LISTRAS OMBRO ESTAMPADA EM DIREÇÃO AO LOGOTIPO NAS CORES PETROLEO E VERDE LIMÃO. ESTAMPA BRASÃO MUNICIPIO NO PEITO TAMANHO 85 MM. ESTAMPA COSTAS TAMANHO PROPORCIONAL A PEÇA NAS CORES MARROM, VERDE LIMÃO E PETROLEO. TAMANHO: 08	16	29,32	469,12
PEÇA	CALÇA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: 08	06	59,98	359,88
PEÇA	LEGGING COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 08	02	50,92	101,84
PEÇA	BLUSA MOLETOM COLEGIAL NA COR MARINHO COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 50% POLIESTER 50% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 320G/M2. MODELAGEM RECORTE SUPERIOR FRENTE, CAPUZ E BOLSO NA COR PETROLEO. ESTAMPA BRASAO PREFEITURA FRENTE E ESTAMPA COSTAS EM TAMANHO PROPORCIONAL AO TAMANHO. TAMANHO: 08	09	92,68	834,12
PEÇA	BERMUDA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: 08	06	41,25	247,50
PEÇA	BERMUDA CICLISTA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 08	02	32,85	65,70
PEÇA	CAMISETA MANGA CURTA COR CINZA PRATA CLARO EM MALHA PV ANTIPIILLING COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 67% POLIESTER 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 158G/M2 EM MODELAGEM BASICA COM MANGAS E GOLA DE RIBANA NA COR PETROLEO. PESPONTO GOLA E OMBROS. LISTRAS OMBRO ESTAMPADA EM DIREÇÃO AO LOGOTIPO NAS CORES PETROLEO E VERDE LIMÃO. ESTAMPA BRASÃO MUNICIPIO NO PEITO TAMANHO 85 MM. ESTAMPA COSTAS TAMANHO PROPORCIONAL A PEÇA NAS CORES MARROM, VERDE LIMÃO E PETROLEO TAMANHO: 10	04	28,98	115,92
PEÇA	CALÇA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: 10	01	64,32	64,32
PEÇA	LEGGING COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 10	01	52,92	52,92
PEÇA	BLUSA MOLETOM COLEGIAL NA COR MARINHO COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 50% POLIESTER 50% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 320G/M2. MODELAGEM RECORTE SUPERIOR FRENTE, CAPUZ E BOLSO NA COR PETROLEO. ESTAMPA BRASAO PREFEITURA FRENTE E ESTAMPA COSTAS EM TAMANHO PROPORCIONAL AO TAMANHO. TAMANHO 10	01	95,68	95,68

PEÇA	BERMUDA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65%POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO. TAMANHO: 10	01	41,92	41,92
PEÇA	BERMUDA CICLISTA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 10	01	34,85	34,85
PEÇA	CAMISETA MANGA CURTA COR CINZA PRATA CLARO EM MALHA PV ANTIPILLING COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 67% POLIESTER 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 158G/M2 EM MODELAGEM BASICA COM MANGAS E GOLA DE RIBANA NA COR PETROLEO. PESPONTO GOLA E OMBROS. LISTRAS OMBRO ESTAMPADA EM DIREÇÃO AO LOGOTIPO NAS CORES PETROLEO E VERDE LIMÃO ESTAMPA BRASÃO MUNICIPIO NO PEITO TAMANHO 85 MM ESTAMPA COSTAS TAMANHO PROPORCIONAL A PEÇA NAS CORES MARROM, VERDE LIMÃO E PETROLEO TAMANHO: 12	06	29,32	175,92
PEÇA	CALÇA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: 12	01	68,32	68,32
PEÇA	LEGGING COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 12	02	54,92	109,84
PEÇA	BLUSA MOLETOM COLEGIAL NA COR MARINHO COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 50% POLIESTER 50% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 320G/M2. MODELAGEM RECORTE SUPERIOR FRENTE, CAPUZ E BOLSO NA COR PETROLEO ESTAMPA BRASAO PREFEITURA FRENTE E ESTAMPA COSTAS EM TAMANHO PROPORCIONAL AO TAMANHO TAMANHO 12	10	99,02	990,20
PEÇA	BERMUDA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: 12	01	41,92	41,92
PEÇA	BERMUDA CICLISTA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 12	02	36,85	73,70
PEÇA	CAMISETA MANGA CURTA COR CINZA PRATA CLARO EM MALHA PV ANTIPILLING COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 67% POLIESTER 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 158G/M2 EM MODELAGEM BASICA COM MANGAS E GOLA DE RIBANA NA COR PETROLEO. PESPONTO GOLA E OMBROS. LISTRAS OMBRO ESTAMPADA EM DIREÇÃO AO LOGOTIPO NAS CORES PETROLEO E VERDE LIMÃO ESTAMPA BRASÃO MUNICIPIO NO PEITO TAMANHO 85 MM ESTAMPA COSTAS TAMANHO PROPORCIONAL A PEÇA NAS CORES MARROM, VERDE LIMÃO E PETROLEO TAMANHO: 14	16	30,65	490,40
PEÇA	CALÇA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: 14	05	72,32	361,60

PEÇA	LEGGING COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 14	03	57,25	171,75
PEÇA	BLUSA MOLETOM COLEGIAL NA COR MARINHO COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 50% POLIESTER 50% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 320G/M2. MODELAGEM RECORTE SUPERIOR FRENTE, CAPUZ E BOLSO NA COR PETROLEO. ESTAMPA BRASAO PREFEITURA FRENTE E ESTAMPA COSTAS EM TAMANHO PROPORCIONAL AO TAMANHO TAMANHO 14	09	101,68	915,12
PEÇA	BERMUDA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: 14	05	46,58	232,90
PEÇA	BERMUDA CICLISTA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 14	03	38,85	116,55
PEÇA	CAMISETA MANGA CURTA COR CINZA PRATA CLARO EM MALHA PV ANTIPILLING COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 67% POLIESTER 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 158G/M2 EM MODELAGEM BASICA COM MANGAS E GOLA DE RIBANA NA COR PETROLEO. PESPONTO GOLA E OMBROS. LISTRAS OMBRO ESTAMPADA EM DIREÇÃO AO LOGOTIPO NAS CORES PETROLEO E VERDE LIMÃO ESTAMPA BRASÃO MUNICIPIO NO PEITO TAMANHO 85 MM ESTAMPA COSTAS TAMANHO PROPORCIONAL A PEÇA NAS CORES MARROM, VERDE LIMÃO E PETROLEO TAMANHO: 16	02	32,65	65,30
PEÇA	LEGGING COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 16	01	58,25	58,25
PEÇA	BLUSA MOLETOM COLEGIAL NA COR MARINHO COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 50% POLIESTER 50% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 320G/M2. MODELAGEM RECORTE SUPERIOR FRENTE, CAPUZ E BOLSO NA COR PETROLEO ESTAMPA BRASAO PREFEITURA FRENTE E ESTAMPA COSTAS EM TAMANHO PROPORCIONAL AO TAMANHO TAMANHO 16	03	107,02	321,06
PEÇA	BERMUDA CICLISTA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: 16	01	36,85	36,85
PEÇA	CAMISETA MANGA CURTA COR CINZA PRATA CLARO EM MALHA PV ANTIPILLING COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 67% POLIESTER 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 158G/M2 EM MODELAGEM BASICA COM MANGAS E GOLA DE RIBANA NA COR PETROLEO. PESPONTO GOLA E OMBROS. LISTRAS OMBRO ESTAMPADA EM DIREÇÃO AO LOGOTIPO NAS CORES PETROLEO E VERDE LIMÃO ESTAMPA BRASÃO MUNICIPIO NO PEITO TAMANHO 85 MM ESTAMPA COSTAS TAMANHO PROPORCIONAL A PEÇA NAS CORES MARROM, VERDE LIMÃO E PETROLEO TAMANHO: P	02	35,65	71,30
PEÇA	CALÇA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 1 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: P	01	84,45	84,45
PEÇA	BLUSA MOLETOM COLEGIAL NA COR MARINHO COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 50% POLIESTER 50% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 320G/M2. MODELAGEM RECORTE SUPERIOR FRENTE, CAPUZ E BOLSO NA COR PETROLEO ESTAMPA BRASAO PREFEITURA FRENTE E ESTAMPA COSTAS EM TAMANHO PROPORCIONAL AO TAMANHO	02	114,12	228,24

		TAMANHO P			
PEÇA		BERMUDA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 1 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: P	01	50,25	50,25
PEÇA		CAMISETA MANGA CURTA COR CINZA PRATA CLARO EM MALHA PV ANTIPILLING COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 67% POLIESTER 33% VISCOSE COM GRAMATURA DE 158G/M2 EM MODELAGEM BASICA COM MANGAS E GOLA DE RIBANA NA COR PETROLEO. PESPONTO GOLA E OMBROS. LISTRAS OMBRO ESTAMPADA EM DIREÇÃO AO LOGOTIPO NAS CORES PETROLEO E VERDE LIMÃO ESTAMPA BRASÃO MUNICIPIO NO PEITO TAMANHO 85 MM ESTAMPA COSTAS TAMANHO PROPORCIONAL A PEÇA NAS CORES MARROM, VERDE LIMÃO E PETROLEO TAMANHO: M	02	36,32	72,64
PEÇA		LEGGING COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM FEMININA MALHA HELANCA 100% POLIESTER COM GRAMATURA DE 290g/m2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO. SEM BOLSO. ELASTICO COM CÓS TAMANHO: M	01	66,08	66,08
PEÇA		BLUSA MOLETOM COLEGIAL NA COR MARINHO COMPOSIÇÃO TEXTIL DE 50% POLIESTER 50% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 320G/M2. MODELAGEM RECORTE SUPERIOR FRENTE, CAPUZ E BOLSO NA COR PETROLEO ESTAMPA BRASAO PREFEITURA FRENTE E ESTAMPA COSTAS EM TAMANHO PROPORCIONAL AO TAMANHO TAMANHO M	01	118,45	118,45
PEÇA		BERMUDA COLEGIAL NA COR PETROLEO EM MODELAGEM MASCULINA EM MALHA DE ABRIGO COMPOSIÇÃO TEXTIL 65% POLIESTER 35% ALGODÃO COM GRAMATURA DE 290G/M2 COM 01 FILETE LATERAL 22MM NA COR VERDE LIMAO COM ZIPER TAMANHO 15 CM ELASTICO PESPONTADO TAMANHO: M	01	53,92	53,92
MARCA DOS UNIFORMES: BRAZLUCCA					
VALOR TOTAL R\$ 10.411,67 (Dez mil quatrocentos e onze reais e sessenta e centavos)					

ITEM	UN	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	PAR	TÊNIS COM CABEÇAL EM NYLON, PALMILHA EM E.V.A, CADARÇO EM POLIÉSTER, SOLADO EM PVC MICRO EXPANDIDO, COR PRETO COM PRETO. NÚMERO 24	01	47,936	47,9360
	PAR	TÊNIS COM CABEÇAL EM NYLON, PALMILHA EM E.V.A, CADARÇO EM POLIÉSTER, SOLADO EM PVC MICRO EXPANDIDO, COR PRETO COM PRETO. NÚMERO 28	01	47,9680	47,9680
	PAR	TÊNIS COM CABEÇAL EM NYLON, PALMILHA EM E.V.A, CADARÇO EM POLIÉSTER, SOLADO EM PVC MICRO EXPANDIDO, COR PRETO COM PRETO. NÚMERO 29	05	47,9680	239,8400
	PAR	TÊNIS COM CABEÇAL EM NYLON, PALMILHA EM E.V.A, CADARÇO EM POLIÉSTER, SOLADO EM PVC MICRO EXPANDIDO, COR PRETO COM PRETO. NÚMERO 30	02	47,9680	95,9360
	PAR	TÊNIS COM CABEÇAL EM NYLON, PALMILHA EM E.V.A, CADARÇO EM POLIÉSTER, SOLADO EM PVC MICRO EXPANDIDO, COR PRETO COM PRETO. NÚMERO 34	02	47,9680	95,9360
	PAR	TÊNIS COM CABEÇAL EM NYLON, PALMILHA EM E.V.A, CADARÇO EM POLIÉSTER, SOLADO EM PVC MICRO EXPANDIDO, COR PRETO COM PRETO. NÚMERO 35	04	47,9680	191,8720
	PAR	TÊNIS COM CABEÇAL EM NYLON, PALMILHA EM E.V.A, CADARÇO EM POLIÉSTER, SOLADO EM PVC MICRO EXPANDIDO, COR PRETO COM PRETO. NÚMERO 36	02	47,9680	95,9360

	PAR	TÊNIS COM CABEÇAL EM NYLON, PALMILHA EM E.V.A, CADARÇO EM POLIÉSTER, SOLADO EM PVC MICRO EXPANDIDO, COR PRETO COM PRETO. NÚMERO 40	02	47,9680	95,9360
MARCA DOS TÊNIS: AVURA			VALOR TOTAL R\$ 911,33 (novecentos e onze reais e trinta e três centavos)		

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis, 11 de Agosto de 2023.

RODRIGO ANTONIO JURCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PAOLA LUCCA
PAOLA LUCCA LTDA ME

Testemunhas:

Nome: Letícia Elaine Chaves
CPF: 117.***.***-90

Nome: Andressa Teska
CPF: 080.***.***-57

EXTRATO CONTRATO Nº 63/2023

Publicação Nº 5053695

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7FD6C4636EB2B4E7CD7ACC096907B8BBD61238DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 63/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS.

CONTRATADA: ORBIS SISTEMAS LTDA EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ORBIS SISTEMAS LTDA EPP PARA ATUALIZAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EVOLUTIVA E ADAPTATIVA DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL WGEO.

VALOR TOTAL DE R\$ 33.928,20 (TRINTA E TRÊS MIL NOVECENTOS E VINTE E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS), PAGOS EM 12 (DOZE) PARCELAS IGUAIS DE R\$ 2.827,35 (DOIS MIL OITOCENTOS E VINTE E SETE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: 11.08.2023. A 10.08.2024.

BASE LEGAL – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2023 – INEXIGIBILIDADE Nº 05/2023

LEI 8.666/93 CONSOLIDADA

LADEMIR FERNANDO ARCARI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 40/2023

Publicação Nº 5053680

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8E03C1C6F6B78E334C023572A6E956A9ECD74456

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 40/2023

INEXIGIBILIDADE Nº. 05/2023

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: ORBIS SISTEMAS LTDA EPP.

Irineópolis, 11 de agosto de 2023.

Lademir Fernando Arcari

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.236/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052843

LEI N.º 2.236, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO A PROPRIETARIA DE IMÓVEL DESTRUIDO POR INCÊNDIO NA VIGÊNCIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO CELEBRADO COM O MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CIRCE NEPPEL SFAIR, Prefeita em Exercício do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder indenização por danos materiais a Sra. Camila Mischka, portadora do CPF nº 083.***.***-90, em decorrência de incêndio que danificou completamente o imóvel locado ao município durante a vigência do contrato nº 01/2023.

Art. 2º O valor pago a título de indenização será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e será efetivada por meio pecuniário após a assinatura de termo de transação extrajudicial, que contará com os requisitos legais para a solução definitiva da responsabilidade do Município; * NR dada por emenda modificativa do legislativo (VETADO)

Paragrafo único. As eventuais despesas decorrentes de transferência bancária da indenização correrão por conta do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão : 2- Poder Executivo

Unidade: 3 – Secretaria de Administração e Finanças

Ação: 2002- Manutenção da Secretária de Administração

Referência 10

Modalidade de Aplicação: 33390000000000000000- Aplicações diretas

Vínculo 1000100

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 11 de agosto de 2023.

CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em exercício

PORTARIA Nº 417/2023

Publicação Nº 5052698

PORTARIA N º 417/2023.

REMANEJA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal em exercício de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR a partir da data de 01/08/2023, o servidor CLICERIO JOSE NIEJELSKI, ocupante do cargo efetivo de Motorista, em atividade na Secretaria Municipal de Assistência Social, designando-o para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 01/08/2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Agosto de 2023.

CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em exercício.

PORTARIA Nº 418/2023

Publicação Nº 5052701

PORTARIA N º 418/2023.

REMANEJA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal em exercício de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR a partir da data de 01/08/2023, o servidor EDVINO SZWED, ocupante do cargo efetivo de Motorista, em atividade na Secretaria Municipal de Saúde, designando-o para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 01/08/2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Agosto de 2023.

CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em exercício.

PORTARIA Nº 419/2023

Publicação Nº 5052702

PORTARIA N º 419/2023.

REMANEJA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal em exercício de Irineópolis, cidadã CIRCE NEPPEL SFAIR, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR a partir da data de 25/07/2023, a servidora KARINA ADRIANE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Motorista, em atividade na Secretaria Municipal de Infraestrutura, designando-a para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 25/07/2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Agosto de 2023.

CIRCE NEPPEL SFAIR
Prefeita Municipal em exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2023 - FMS - DECLARAÇÃO

Publicação N° 5051761

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 10/2023
INEXIGIBILIDADE N.º 10/2023

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS, PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE GERIATRIA, A SEREM PRESTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO N° 4.430/2023, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL. Declaro como Inexigibilidade de Licitação n° 10/2023, com fundamento no art. 25 "caput" da Lei Federal 8.666/93, vinculado ao Processo Licitatório n° 08/2023, Credenciamento n° 08/2023 – FMS, em favor da empresa CLINICA MATER GIN SOCIEDADE SIMPLES PURA EPP, primeira empresa a encaminhar sua documentação para o credenciamento, conforme solicitado o item 02 do edital. Face ao disposto no art. 26 da Lei Federal 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade, ficando aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação. A contratação da empresa CLINICA MATER GIN SOCIEDADE SIMPLES PURA EPP, dar-se-á pelo período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

Irineópolis (SC), 10 de agosto de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI
PREFITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2023 - FMS - DESPACHO PREFEITO

Publicação N° 5051765

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 10/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 10/2023

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICO O ATO QUE DECLAROU INEXIGIVEL A LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 25 CAPUT DA LEI FEDERAL 8.666/93, NESTE DIPLOMA LEGAL, NESTES TERMOS: MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE;

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS, PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE GERIATRIA, A SEREM PRESTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO N° 4.430/2023, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

CONTRATADA: CLINICA MATER GIN SOCIEDADE SIMPLES PURA EPP, sob o CNPJ n° 11.257.492/0001-11, situada à Rua: Santos Dumont, n° 317, sala 08, Bairro Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, primeira empresa a encaminhar sua documentação para o credenciamento, conforme solicitado o item 02 do edital.

VALOR: será pago a contratada conforme a prestação dos serviços, de acordo com a quantidade de consultas realizadas durante o mês, sendo os valores determinados, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade (mês)	Unidade	Descrição dos serviços	Valor unitário R\$	Valor mensal R\$	Valor total pelos 12 meses R\$
01	32	Consulta	Consulta médica de geriatria	200,00	6.400,00	76.800,00

A contratação da empresa CLINICA MATER GIN SOCIEDADE SIMPLES PURA EPP, dar-se-á pelo período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

Irineópolis, 10 de agosto de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2023 - FMS - JUSTIFICATIVA

Publicação N° 5051767

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 10/2023
INEXIGIBILIDADE N.º 10/2023

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS E/OU PESSOAS FÍSICAS, PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE GERIATRIA, A SEREM PRESTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO N° 4.430/2023, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

CONTRATADA: CLINICA MATER GIN SOCIEDADE SIMPLES PURA EPP, sob o CNPJ n° 11.257.492/0001-11, situada à Rua: Santos Dumont, n° 317, sala 08, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, primeira empresa a encaminhar sua documentação para o credenciamento, conforme solicitado o item 02 do edital.

VALOR: será pago a contratada conforme a prestação dos serviços, de acordo com a quantidade de consultas realizadas durante o mês, sendo os valores determinados, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade (mês)	Unidade	Descrição dos serviços	Valor unitário R\$	Valor mensal R\$	Valor total pelos 12 meses R\$
01	32	Consulta	Consulta médica de geriatria	200,00	6.400,00	76.800,00

A contratação da empresa CLINICA MATER GIN SOCIEDADE SIMPLES PURA EPP, dar-se-á pelo período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

Irineópolis, 10 de agosto de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

PREFEITO MUNICIPAL

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2023 - FMS, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 - FMS

Publicação Nº 5051645

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9506E8D3D64B8FE2706D392C9F03B0873EB6D2B8

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2023 – FMS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sistema de Registro de Preços, no dia 29 de agosto de 2023, visando a contratação de empresa, do ramo de transportes, para prestação de serviços, em regime de fretamento, de transporte intermunicipal de pacientes. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 29 de agosto de 2023 e abertas nesta mesma data. O edital encontra-se disponível nos sites "ita.atende.net" e "compras.gov.br", as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9506. Itá-SC, 11 de agosto de 2023.

JULIANA APARECIDA BATISTA

Gestora do FMS de Itá-SC

EXTRATO AD 145 EXPO E CT 126 A 129

Publicação Nº 5053877

Contrato Nº : 145 EXPO/2023 - REPUBLICADO

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : MUNICIPIO DE CONCORDIA

Licitação :

Objeto : Locação temporária de estande(s) disposto para o evento denominado Expo Concórdia, que será realizado no período de 1 a 10 de setembro de 2023, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, localizado na Rua Victor Sopelsa, 1.169, Bairro Parque de Exposições, Concórdia.

Vigência : Início: 01/08/2023 Término: 30/09/2023

Assinatura : 01/08/2023

Valor R\$: 10.800,00 (Dez Mil e Oitocentos Reais)

GESTOR: CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI

Contrato Nº : 126/2023

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : NORTON TOMAS PORN TRANSPORTES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 48/2023

Objeto : Registro de Preços, para a locação de serviços de transportes de passageiros para desenvolvimento das escolinhas de futebol de campo e futsal no município de Itá.

Vigência : Início: 11/08/2023 Término: 31/12/2023

Assinatura : 11/08/2023

Valor R\$: 54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais)

Dotação : 450 - 06.002.2021.3339033050000000000.279970000004 - Locação veículo p/locomção - pessoa jurídica

FISCAL: EVANOR JOÃO FANTIN

Contrato Nº : 127/2023

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE

Licitação : Pregão Eletrônico 48/2023

Objeto : Registro de Preços, para aquisição de material esportivo e uniformes para desenvolvimentos das escolinhas de futebol de campo e futsal no município de Itá.

Vigência : Início: 11/08/2023 Término: 31/12/2023

Assinatura : 11/08/2023

Valor R\$: 3.795,00 (Três Mil e Setecentos e Noventa e Cinco Reais)

Dotação : 450 - 06.002.2021.3339030140000000000.279970000004 - Material educativo e esportivo

FISCAL: EVANOR JOÃO FANTIN

Contrato Nº : 128/2023

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : L.B.S CONFECÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 48/2023

Objeto : Registro de Preços, para aquisição de material esportivo e uniformes para desenvolvimentos das escolinhas de futebol de campo e futsal no município de Itá.

Vigência : Início: 11/08/2023 Término: 31/12/2023

Assinatura : 11/08/2023

Valor R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais)

Dotação : 450 - 06.002.2021.3339030140000000000.279970000004 - Material educativo e esportivo

FISCAL: EVANOR JOÃO FANTIN

Contrato Nº : 129/2023

Contratante : MUNICIPIO DE ITÁ

Contratada : TOP ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 48/2023

Objeto : Registro de Preços, para aquisição de material esportivo e uniformes para desenvolvimentos das escolinhas de futebol de campo e futsal no município de Itá.

Vigência : Início: 11/08/2023 Término: 31/12/2023

Assinatura : 11/08/2023

Valor R\$: 1.146,40 (Um Mil, Cento e Quarenta e Seis Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 450 - 06.002.2021.3339030140000000000.279970000004 - Material educativo e esportivo

FISCAL: EVANOR JOÃO FANTIN

PORTARIA 0477/23

Publicação Nº 5053565

PORTARIA Nº 0477/23

JUSSELEI EDSON PERIN, Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso I do Artigo 1º do Decreto Nº 0141 de 26 de Outubro de 2022.

RESOLVE:

CONCEDER 10 dias de férias a servidora CLARETE MARIA BOAROLI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Matrícula 30.187-01, conforme período aquisitivo de 01/10/2021 a 30/09/2022, sendo usufruídos no período de 11/09/2023 a 20/09/2023, conforme artigo 68 da LC 35/2006 de 11 de Dezembro de 2006.

ITÁ SANTA CATARINA, 10 DE AGOSTO DE 2023.

JUSSELEI EDSON PERIN

Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretária de Administração e Fazenda

HOMOLOGAÇÃO PL 121/2023

Publicação Nº 5052492

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A943EAF3EF83EA81F31EC918EC2B3D5893303483



MUNICÍPIO DE ITÁ
Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 125 códigoCliente: 2190 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico
Para Aquisição de Bens
48/2023
Processo Administrativo: 121/2023

Ao Sr(a). CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 38/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 48/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens							
72125 - NORTON TOMAS PORN TRANSPORTES LTDA							
Item	Produto			Unidade	Marca	Qtde	Valor Total
7	LOCAÇÃO	VEÍCULO	P/ TRANSPORTE	QUILÔMETROS		10.000	R\$54.000,00
						Total do Fornecedor:	R\$54.000,00
463272 - PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE							
Item	Produto			Unidade	Marca	Qtde	Valor Total
6	BOLA DE FUTSAL	OFICIAL		UNIDADE		30	R\$3.795,00
						Total do Fornecedor:	R\$3.795,00
885550 - L.B.S CONFECCOES E COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA							
Item	Produto			Unidade	Marca	Qtde	Valor Total
1	SHORT	PARA UTILIZAÇÃO EM TREINAMENTO E		UNIDADE		50	R\$1.350,00
	COMPETIÇÕES	100% POLIÉSTER, SEM SUNGA					
	INTERNA	PARA O MODELO FEMININO					
2	SHORT	MASCULINOS PARA UTILIZAÇÃO EM		UNIDADE		50	R\$1.650,00
	COMPETIÇÕES/JOGO (FUTSAL),	100% POLIÉSTER					
						Total do Fornecedor:	R\$3.000,00
885568 - TOP ESPORTE COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA							
Item	Produto			Unidade	Marca	Qtde	Valor Total
3	FITA			UNIDADE		10	R\$671,50
4	BARREIRINHA	PARA AGILIDADE		UNIDADE		10	R\$454,90
5	CARTÕES	DE ÁRBITRO, JOGO COM 3 CARTÕES		JOGO		1	R\$20,00
	DE PLÁSTICO						
						Total do Fornecedor:	R\$1.146,40

Itá, 11 de agosto de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL Nº 119/2023

Publicação Nº 5051973



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7A5502A7A4ECB6216883C88ED5C18892DBAC67CB

MUNICIPIO DE ITÁ

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2190 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número - Minuta - Licitação: 123 códigoCliente: 2190 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico
Para Aquisição de Bens
47/2023
Processo Administrativo: 119/2023

Ao Sr(a). CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 38/2023.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 47/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

874957 - EREMIX INDUSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA									
Item	Produto				Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
11	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA PARA LACTENTES				UNIDADE		40	R\$100,00	R\$4.000,00
							Total do Fornecedor:		R\$4.000,00

Itá, 9 de agosto de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2989/2023

Publicação Nº 5052840

DECRETO Nº 2.989, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Aprova Projeto de Desmembramento do imóvel que menciona e dá outras providências.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, tendo em vista as diretrizes estabelecidas pela Lei Complementar nº 007-A, de 07 de janeiro de 2008, Lei Municipal nº 246, de 30 de abril de 2008, Lei Municipal nº 269, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 270, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 271, de 02 de dezembro de 2008, Lei Municipal nº 1067, de 30 de maio de 2023 e ainda;

Considerando o Parecer Técnico nº 149/2023, exarado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura do Município de Itaiópolis, em 10 de agosto de 2023:

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado Projeto de Desmembramento do imóvel urbano com área de 18.422,93 m² (dezoito mil quatrocentos e vinte e dois metros quadrados e noventa e três centésimos de metro quadrado), situado na Rua Engelberto Linzmeyer, Bairro Bom Jesus, Município de Itaiópolis, registrado no livro nº 2, ficha 01, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Itaiópolis, sob a matrícula nº 22.099, de propriedade do MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS ficando o imóvel fracionado em 02 (dois) lotes, com as seguintes dimensões: LOTE 01 com área de 17.522,93 m² (dezessete mil quinhentos e vinte e dois metros quadrados e noventa e três centésimos de metro quadrado) e o LOTE 02 com área de 900,00 m² (novecentos metros quadrados).

Art. 2º Os lotes descritos no Art. 1º, possuem seus limites e confrontações especificados na Planta e Memorial Descritivo, anexos ao processo protocolado sob nº 907/2023 junto à Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 10 de agosto de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEIWSKI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2990/2023

Publicação Nº 5052844

DECRETO Nº 2.990, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71 e artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, conforme disposto no artigo 13, inciso I, da Lei Municipal nº 1.043, de 07 de dezembro de 2022 e;

Considerando o excesso de arrecadação na fonte de recursos 1760 - Emendas Parlamentares Individuais Transf. Especial, referente à remuneração de depósitos bancários.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.461,99 (dezoito mil quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos), destinado a reforçar a seguinte dotação do orçamento vigente:

11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
9 – Saúde para Todos

2.098 – Piso da Atenção Básica - PABA

3.3.90.00.00 (21) Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas R\$ 18.461,99

Fonte de Recurso: 1760 - Emendas Parlamentares Individuais Transf. Especial - 1.706.3110

Art. 2º Para suprimimento da abertura do crédito adicional suplementar fica autorizado o uso de recursos apurados pelo excesso de arrecadação na receita proveniente da Remuneração de Depósitos Bancários – FMS/Federal (1.3.2.1.01.0.1.01.70.00) sobre a especificação da fonte de recursos 1760 - Emendas Parlamentares Individuais Transf. Especial, apurados no período de 01/01/2023 a 31/07/2023.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEIWSKI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2991/2023

Publicação Nº 5052848

DECRETO Nº 2.991, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, conforme disposto no artigo 13, inciso II, da Lei Municipal nº 1.043, de 07 de dezembro de 2022 e;

Considerando a necessidade de remanejamento orçamentário para adequação do custeio das despesas correntes no Departamento de Serviços Públicos, Departamento de Obras e Urbanismo e Secretaria de Indústria, Comércio, Cultura e Turismo:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais), destinado a reforçar as seguintes dotações do orçamento vigente:

04.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

04.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

25 Energia

752 Energia Elétrica

16 Serviços de Utilidade Pública

2023 Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública

3.3.90.00.00 (63) Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1080 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação - 1.751.0000 R\$ 200.000,00

06.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CULTURA E TURISMO.

06.004 GABINETE DA SEC. DE IND., COM., CULTURA E TURISMO

04 Administração

122 Administração Geral

3 Administração Geral

2130 Manutenção da Secretaria de Industrial, Comércio, Cultura e Turismo.

3.3.90.00.00 (104) Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000 – Recursos Próprios-1.500.0000 R\$ 20.000,00

Art.2º Para dar suprimimento ao artigo anterior mencionado fica autorizada a dedução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

04.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

04.002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

25 Energia

752 Energia Elétrica

16 Serviços de Utilidade Pública

2023 Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública

4.4.90.00.00 (64) Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1080 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação - 1.751.0000 R\$ 200.000,00

06.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CULTURA E TURISMO.

06.004 GABINETE DA SEC. DE IND., COM., CULTURA E TURISMO

04 Administração

122 Administração Geral

3 Administração Geral

2130 Manutenção da Secretaria de Industrial, Comércio, Cultura e Turismo.

4.4.90.00.00 (105) Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000 – Recursos Próprios -1.500.0000 R\$ 20.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEIWSKI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2992/2023

Publicação Nº 5052853

DECRETO Nº 2.992, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71 e artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, conforme disposto no artigo 13, inciso III, da Lei Municipal nº 1.043, de 07 de dezembro de 2022 e;

Considerando o superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 3000 – Recursos Ordinários – Próprios:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinado a reforçar as seguintes dotações do orçamento vigente:

04.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

04.001 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

26 - Transporte

782 – Transporte Rodoviário

18 – Estradas Vicinais

2.017 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

3.3.90.00.00 (61) – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recurso: 3000 – Recursos Ordinários – Próprios – 2.500.0000

04.004 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

15 - Urbanismo

451 – Infraestrutura Urbana

22 – Urbanização de Vias

2.020 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.3.90.00.00 (71) - Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recurso: 3000 – Recursos Ordinários – Próprios – 2.500.0000

Art. 2º Para dar suprimento à suplementação mencionada no artigo anterior, fica autorizado o uso de recursos apurados pelo Superávit Financeiro sobre a especificação da fonte de recursos oriundos de Recursos Ordinários – Próprios, remanescente do exercício de 2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEIWSKI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2993/2023

Publicação Nº 5052856

DECRETO Nº 2.993, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71 e artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, conforme disposto no artigo 13, inciso II, da Lei Municipal nº 1.043, de 07 de dezembro de 2022 e;

Considerando necessidade de remanejamento orçamentário para adequação de pagamento com folha de pessoal.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.00,00 (cinquenta mil reais), destinado a reforçar a seguinte dotação do orçamento vigente:

11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – Saúde

304 – Vigilância Sanitária

9 – Saúde para Todos

2.096 - Manutenção do Departamento de Vigilância Sanitária

3.1.90.00.00 (14) Despesas com Pessoal e Encargos – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 1060 – Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos 1.501.0000

Art. 2º Para dar cobertura à suplementação mencionada no artigo anterior fica autorizada a dedução parcial da seguinte dotação do orçamento vigente:

11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – Saúde

304 – Vigilância Sanitária

9 – Saúde para Todos

2.096 - Manutenção do Departamento de Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00 (16) Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 1060 – Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos 1.501.0000

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEWSKI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2994/2023

Publicação Nº 5052862

DECRETO Nº 2.994, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71 e artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, conforme disposto no artigo 13, inciso II, da Lei Municipal nº 1.043, de 07 de dezembro de 2022 e;

Considerando necessidade de remanejamento orçamentário para adequação de pagamento com folha de pessoal.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), destinado a reforçar as seguintes dotações do orçamento vigente:

11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

9 – Saúde para Todos

2.098 – Piso da Atenção Básica Ampliado - PABA

3.1.90.00.00 (19) Despesas com Pessoal e Encargos – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recurso: 1381 – Transferências do SUS/União - Atenção Primária – 1.600.0000

301 – Atenção Básica

9 – Saúde para Todos

2.099 – Programa de Saúde da Família - PSF

3.1.90.00.00 (23) Despesas com Pessoal e Encargos – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recurso: 1381 – Transferências do SUS/União - Atenção Primária – 1.600.0000

Art. 2º Para dar cobertura à suplementação mencionada no artigo anterior fica autorizada a dedução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

11.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

9 – Saúde para Todos

2.098 – Piso da Atenção Básica Ampliado - PABA

3.3.90.00.00 (21) Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recurso: 1381 – Transferências do SUS/União - Atenção Primária – 1.600.0000

301 – Atenção Básica

9 – Saúde para Todos

2.099 – Programa de Saúde da Família - PSF

3.3.90.00.00 (25) Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recurso: 1381 – Transferências do SUS/União - Atenção Primária – 1.600.0000

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEWSKI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2995/2023

Publicação Nº 5052876

DECRETO Nº 2.995, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre a conversão em folga aos servidores que atuarão na eleição para Conselheiros Tutelares, e dá outras providências.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990,

CONSIDERANDO a Lei n. 9.504/1997, Lei das Eleições, que apresenta em seu art. 98º os eleitores nomeados para compor as mesas receptoras ou juntas eleitorais e os requisitos para auxiliar seus trabalhos serão dispensados do serviço, mediante declaração expedida pela Justiça Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação.

CONSIDERANDO o art. 10º, inc. II, da Resolução n. 231/2022 do CONANDA, em convocar servidores públicos municipais ou distritais para auxiliar no processo de escolha, em analogia ao artigo 98 da Lei nº 9.504/1997 e definir os locais de votação.

CONSIDERANDO a data e horário da eleição, prevista no item 9.2 do Edital CMDCA nº 01/2023, de 30 de março de 2023, será realizada no dia 1º de outubro de 2023, das 8h às 17h.

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como consta do art. 10, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do CONANDA, deverá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha, em analogia ao que prevê o art. 98 da Lei Eleitoral.

Art. 2º Os servidores municipais, eventualmente convocados, deverão participar do processo, em contrapartida, deverá lhes ser garantido o direito ao gozo de folga, nos mesmos moldes da legislação eleitoral, no caso, pelo dobro dos dias que tiver ficado à disposição, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer vantagem (art. 98, Lei nº 9.504/1997).

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá emitir Declaração comprovando a participação dos servidores no processo eleitoral.

Art. 4º Para usufruir da folga, prevista no Art. 2º, os servidores deverão apresentar a Declaração prevista no Art. 3º para a chefia imediata e pactuar a melhor data.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito do Município de Itaiópolis

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, nesta data.

GUSTAVO WISZNIEWSKI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1182/2023

Publicação Nº 5052807

PORTARIA Nº 1.182, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023;

Considerando o Processo Seletivo Simplificado nº 023/2022, homologado em 24 de janeiro de 2023;

Considerando o não comparecimento de candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 023/2022, para assumir a vaga publicada no dia 08 de agosto de 2023 e;

Considerando o Edital de Chamada Pública nº 014/2023, homologado em 10 de agosto de 2023:

RESOLVE

Admitir JOCÉLIA MAX, MERENDEIRA, com carga horária de 40 horas semanais para, no período compreendido entre os dias 15 de agosto a 21 de dezembro de 2023, atuar em caráter temporário, em vaga excedente, na ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS.

Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1183/2023

Publicação Nº 5052810

PORTARIA Nº 1.183, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Altera a composição do Conselho Municipal de Saúde.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis de 03 de abril de 1990, nos termos da Lei nº 503, de 04 de setembro de 2012;

Considerando que o Regimento Interno nº 01/2012, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Itaiópolis, prevê que "A eleição para presidente e conselheiros, deverá ocorrer a cada dois anos sendo o mandato condizente com este período" e;

Considerando a missiva, da Secretaria Municipal de Saúde recebida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10 de agosto de 2023:

RESOLVE

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Saúde, nomeada por meio da Portaria nº 885, de 24 de maio de 2023, passando a vigorar com os membros abaixo relacionados, no período de 10 de agosto de 2023 a 21 de maio de 2025:

Nair Verônica Pivovar - Presidente
Vanusa Kaschel Stolte – Vice-Presidente
Aline Aparecida Grosskopf – Secretária
Keli de Paula Oliveira– Vice-Secretária

REPRESENTANTES DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇOS PRIVADOS CONVENIADOS, OU SEM FINS LUCRATIVOS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
André Gustavo Cubas Silva (titular)
Keli de Paula Oliveira (suplente)

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Araci Gelbcke Wielewski (titular)

Vania Cristina Campregheer (suplente)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Angélica Letícia dos Reis Schultz (titular)

Franciane Suelin Ramos Soares Grein (suplente)

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ITAIÓPOLIS

Fátima Kraievski (titular)

Anderson Oparacz (suplente)

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIOPOLIS

Alice Andrzejewski Wojciechowski (titular)

Andréia Cristina Andrzejewski Lukasinski (suplente)

CLÍNICA DE FISIOTERAPIA REABILITAR

Marcelo Hasselmann Bednarsuk (titular)

Cinara Sauer (suplente)

REPRESENTANTES DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES DA ÁREA DE SAÚDE E/OU REPRESENTANTES DAS CATEGORIAS DE TRABALHADORES DA SAÚDE

MÉDICOS

Deborah Salvador Vidal (titular)

Márcio Peixoto Rocha da Silva (suplente)

FISIOTERAPEUTAS, EDUCADORES FÍSICOS, TERAPEUTA OCUPACIONAL, FARMACÊUTICOS E OUTROS

Vanusa Jovana Kachel Stolte (titular)

Franceli Marilu Groskopf (suplente)

ENFERMEIROS, ASSISTENTES SOCIAIS, NUTRICIONISTAS E OUTROS

Antonia Cristiani Leandro (titular)

Sílvia Maria Mirek Kociolek (suplente)

CIRURGIÕES DENTISTAS, PSICÓLOGOS E OUTROS

Mayara Becker (titular)

Jaqueline Aparecida Marko (suplente)

TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E OUTROS

Norton Dresseno (titular)

Lúcia Wojciechowski Stolz (suplente)

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA E OUTROS

Vilson Melnek (titular)

Aline Aparecida Grosskopf (titular)

REPRESENTANTES DE ENTIDADES E MOVIMENTOS REPRESENTATIVOS DE USUÁRIOS:

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES DE ITAIÓPOLIS –SC

Sandra Patrícia Veiga Mirek (titular)

Ivone Kovalski ((suplente)

SINDICATO RURAL DE ITAIÓPOLIS

Hélio Antônio Hack (titular)

Lucas Alison Liebel (suplente)

CONSELHO LOCAL DE SAÚDE CONTAGEM WORELL – POÇO CLARO

Suzana Pinotti Semmer (titular)

Sílvia José Torquatto (suplente)

PASTORAL DA SAÚDE DA IGREJA CATÓLICA

Nair Verônica Pivovar (titular)

Francisca Gruber (suplente)

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MÃO AMIGA

Frederico Rudolfo Freygang (titular)

Rosemari Dresseno (suplente)

26ª SUBSEÇÃO DA OAB/SC

Paulo Emílio Winsche Borba (titular)

Alexandre Henrique Germano (suplente)
CAPELA NOSSA SENHORA APARECIDA DE POÇO CLARO
Cirineu Schmokel (titular)
Antenor Veiga (suplente)

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LIONS CLUBE - LIONS CLUBE DE ITAIÓPOLIS
Flávio Antonio Rech (titular)
Soeli Teresinha Kazmierczak (suplente)

IGREJA EVANGELICA DE CONFISSAO LUTERANA DE ITAIOPOLIS
Nelci Ruthes (titular)
Solange Rodycz Ruthes (suplente)

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE
Cristiane Batista Soares Veiga (titular)
Adelir Aparecida Pereira (suplente)

ORGANIZAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE ITAIÓPOLIS –OPAI “ANJOS DE PATAS”
Amanda Marx (titular)
Patrícia de Fátima Seidel (suplente)

REPRESENTANTES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA VIRGÍLIO VÁRZEA
Elizabeth Sztoltz (titular)
Roseli Olenik (suplente)

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1184/2023

Publicação Nº 5053606

PORTARIA Nº 1.184, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

O MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do Prefeito Municipal MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o ofício nº 02/2023, protocolado junto à Prefeitura Municipal de Itaiópolis sob nº 1698, em 11 de agosto de 2023, solicitando a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar instaurada por meio do Processo Administrativo nº 44/2023:

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, conforme previsto no artigo 30 da Lei Complementar nº 34, de 09 de junho de 2015, o prazo estabelecido na Portaria nº 1.054, de 11 de julho de 2023, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos apontados em face da servidora pública municipal A.M.N, visando à conclusão do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Itaiópolis, 11 de agosto de 2023.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS**AVISO DE LICITAÇÃO PE 13/2023**

Publicação N° 5052108

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 66E6CFEDE3C767DF5DEE509EB684FC7DF5440F25

Pregão Eletrônico nº 13/2023. Objeto: Aquisição de camisetas para as campanhas de saúde mental, autismo, campanha de vacinação, prevenção e combate ao Aedes Aegypti, prevenção contra HIV/AIDS e aquisição de camisas polo e jaquetas para uso dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde. Data para recebimento das propostas até às 10:00 horas do dia 28 de Agosto de 2023. Exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico no site www.bllcompras.org.br Data e hora para sessão dos lances: dia 28 de Agosto de 2023 às 13:30 horas. O Edital estará à disposição dos interessados no Site da Prefeitura de Itaiópolis. www.itaipolis.sc.gov.br Maiores informações no fone 47 3652 1893/1787. Itaiópolis, 14 agosto de 2023. André Gustavo Cubas Silva – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO DE REABERTURA 07.023.2023

Publicação Nº 5053525

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a reabertura do:

Pregão Eletrônico nº. 07.023.2023

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de computadores e notebooks para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 07.023.2023.

Data de início do recebimento das propostas de preço e documentos de habilitação: A partir das 12:00 (doze horas) do dia 15(quinze) de agosto de 2023.

Data final para recebimento das propostas de preço e documentos de habilitação: Até às 13:00 (treze horas) do dia 24(vinte e quatro) de agosto de 2023.

Data de Abertura das Propostas e etapa de lances: às 13:01 (treze horas e um minuto) do dia 24(vinte e quatro) de agosto de 2023.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.comprasbr.com.br ou www.itapema.sc.gov.br, no ícone “licitações – pregão eletrônico: 07.023.2023” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 11 de agosto 2023.

Marines Kepler Nunes
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07.045.2023

Publicação Nº 5054637

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FB9D062C534A7AC139AEA73C892B00C2E23E9906

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Eletrônico nº. 07.045.2023

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a manutenção corretiva e preventiva para a atualização, aumento de velocidade e capacidade com o fornecimento de equipamentos e acessórios para organização, instalação e manutenção da Infovia (Rede de Dados), para atender às necessidades do Município de Itapema, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 07.045.2023.

Data de início do recebimento das propostas de preço e documentos de habilitação: A partir das 12:00 (doze horas) do dia 14 (quatorze) de agosto de 2023.

Data final para recebimento das propostas de preço e documentos de habilitação: Até às 12:59 (doze horas e cinquenta e nove minutos) do dia 24(vinte e quatro) de agosto de 2023.

Data de Abertura das Propostas e etapa de lances: às 13:00 (treze horas) do dia 24 (vinte e quatro) de agosto de 2023.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.comprasbr.com.br ou www.itapema.sc.gov.br, no ícone “licitações – pregão eletrônico: 07.045.2023” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 11 de agosto 2023.

Marines Kepler Nunes
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 4.434 - PROGRAMA TRANSPORTE SANGUE BOM

Publicação Nº 5052842

Lei nº 4.434 de 7 de agosto de 2023.

“INSTITUI O PROGRAMA TRANSPORTE SANGUE BOM NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído no Município de Itapema o Programa Transporte Sangue Bom com o objetivo de proporcionar transporte gratuito para que moradores interessados em realizar doação de sangue, plaquetas e medula óssea possam deslocar-se até a Unidade do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina - HEMOSC mais próxima.

Art. 2º A organização e critérios para a implantação e o funcionamento do programa ficará a cargo da Secretaria competente.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Itapema e a Câmara de Vereadores de Itapema deverão realizar a divulgação, antecipadamente, das informações e das datas que ocorrerão as viagens no site e redes sociais oficiais, bem como nos meios de comunicações credenciados, como jornais e rádios.

Art. 4º O Poder Executivo deverá elaborar e padronizar o logo oficial para utilizar na divulgação do Programa Amigo (a) Sangue Bom.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itapema (SC), 7 de agosto de 2023.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 4.435 -ALTERA LEI 2455 2007

Publicação Nº 5052847

Lei nº 4.435 de 7 de agosto de 2023.

“Altera a Lei Municipal nº 2.455 de 13 de abril de 2007, e dá outras providências.”

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Altera a Lei Municipal nº 2.455 de 13 de abril de 2007, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º
.....

X - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores rurais. “(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 7 de agosto de 2023.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 4.436 -REVOGA A LEI 4015 2020

Publicação Nº 5052855

Lei nº 4.436 de 7 de agosto de 2023.

“Revoga a Lei Municipal n.º 4.015/2020, e dá outras providências.”

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 4.015 de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 7 de agosto de 2023.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 4.437 -ESTRUTURA FAACI

Publicação Nº 5052874

Lei nº 4.437 de 8 de agosto de 2023.

"Organiza a Estrutura Básica e define o Quadro de Pessoal da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a estrutura organizacional e o modelo de gestão da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI.

Art. 2º A Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI será dirigida pelo respectivo Presidente, com status de Secretário, sendo remunerado por subsídio, cujo valor é fixado em lei específica.

Art. 3º À Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, compete:

- I - executar a política ambiental do Município de Itapema, conforme as diretrizes do Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- II - articular-se com organismos municipais, estaduais, federais, internacionais e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas de proteção ao meio ambiente;
- III - assessorar a preservação, a recuperação e a exploração racional dos recursos naturais do Município;
- IV - celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas físicas ou naturais, jurídicas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando desenvolver a política de meio ambiente;
- V - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para a preservação e proteção ambiental;
- VI - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, aplicando as penalidades e punições previstas na legislação ambiental brasileira;
- VII - implantar, fiscalizar e administrar Unidades de Conservação Municipal;
- VIII - assessorar os órgãos e entidades do Poder Executivo na formulação, coordenação, execução da Política Municipal do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis;
- IX - colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os respectivos proprietários na conservação de áreas de vegetação declaradas de preservação permanente, assim como incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos;
- X - monitorar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica e acústica, e a contaminação dos solos;
- XI - colaborar na proteção dos animais silvestres e domésticos e no disciplinamento e fiscalização de pesca e caça;
- XII - estimular a implantação e normalizar as atividades relacionadas ao ecoturismo no Município;
- XIII - promover as políticas municipais de limpeza urbana, em relação à coleta seletiva, à reciclagem, à compostagem e à disposição final de resíduos sólidos;
- XIV - executar projetos específicos relacionados à logística reversa de resíduos;
- XV - promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes;
- XVI - estimular a participação comunitária em projetos de educação ambiental;
- XVII - executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;
- XVIII - licenciar as atividades consideradas, potencialmente, poluidoras no âmbito do Município, conforme as normas vigentes;
- XIX - desempenhar outras competências correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O quadro de pessoal da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema - FAACI, é composto pelo quantitativo dos Cargos de Provisão efetivo e cargo de provimento em comissão, conforme denominação e quantitativos fixados respectivamente nos anexos I, II, III e IV desta lei;

§ 1º O provimento e o exercício dos cargos efetivos da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, observada a descrição sumária e detalhada das atribuições, devem atender aos requisitos de escolaridade, formação técnica e/ou especializada, habilitação e carga horária previstos nos anexos desta lei;

§ 2º Os cargos de provimento efetivo serão providos por concurso público, observados os requisitos fixados nos Anexos I e IV, e os de provimento em comissão por ato do Presidente da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema;

§ 3º Poderá o Chefe do Poder Executivo colocar servidores efetivos à disposição da Fundação, mediante ressarcimento integral das despesas pelo órgão da administração indireta;

Art. 5º Aos servidores ocupantes dos cargos de que trata esta lei, se aplicam as disposições e normas estabelecidas na Consolidação das Leis Trabalhistas e no Estatuto da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema.

Art. 6º Para a realização de atividades de recursos humanos e contabilidade da Fundação, poderá o Chefe do Poder Executivo designar servidores efetivos.

Parágrafo único. As despesas com gratificações deverão ser ressarcidas pela Fundação.

Art. 7º Os cargos de Biólogo, Engenheiro Sanitarista, Ambiental, Florestal, Químico e Geólogo, cedidos pelo Município de Itapema e de provimento efetivo cumprirão também a função de analistas ambientais conforme atribuições dos respectivos cargos, definidos no anexo IV da presente lei.

Art. 8º É facultado ao Presidente da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, delegar competência aos dirigentes de órgãos por eles supervisionados, coordenados, orientados e controlados, para a prática de atos administrativos, conforme disposto em regulamento.

Art. 9º Os processos de licitação da Fundação poderão ser realizados pela Comissão Permanente de licitações do Poder Executivo.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Itapema.

Art. 11. Os servidores efetivos da Fundação, bem como os cedidos obedecerão aos critérios de ascensão funcional em conformidade com a lei municipal nº 1.496/1998 e Lei nº 2.103/2003 e suas respectivas alterações.

Art. 12. Fica revogada a Lei nº 4.379/2023 e as demais disposições em contrário.

Art. 13. Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 08 de agosto de 2023.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal de Itapema

ANEXO I
QUADRO DO PESSOAL EFETIVO
NÍVEL GRADUADO

DESCRIÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	REF. INICIAL	REF. FINAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO INICIAL
Advogado	1	A-21	H-35	40h	R\$ 13.552,14
Biólogo	2	A-15	H-27	30h	R\$ 7.160,73
Engenheiro Ambiental	1	A-15	H-27	30h	R\$ 7.160,73
Engenheiro Florestal	1	A-15	H-27	30h	R\$ 7.160,73
Engenheiro Químico	1	A-15	H-27	30h	R\$ 7.160,73
Engenheiro Sanitarista	2	A-15	H-27	30h	R\$ 7.160,73
Fiscal do Meio Ambiente	3	A-15	H-27	30h	R\$ 7.160,73
Geólogo	1	A-15	H-27	30h	R\$ 7.160,73
Veterinário	1	A-9	H-14	30h	R\$ 5.497,73

ANEXO II
QUADRO DO PESSOAL EFETIVO

NÍVEL ENSINO MÉDIO

DESCRIÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	REF. INICIAL	REF. FINAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO INICIAL
Agente Administrativo	2	A-02	H-14	40h	R\$ 2.306,87
Motorista	2	A-03	H-11	44h	R\$ 1.953,40

ANEXO III
QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO

DESCRIÇÃO DOS CARGOS	VAGAS	QUALIFICAÇÃO	NÍVEL	SALÁRIO
Presidência da FAACI	1	Sem exigência	integral	R\$ 11.891,42
Assessoria Especial da Presidência	1	Superior completo	N1- CC1/FG1 - integral	R\$ 10.498,42
Assessoria Jurídica	1	Graduação em Direito e registro junto a Ordem dos Advogados do Brasil	N2- CC2/FG2 - integral	R\$ 8.538,73
Diretoria Administrativo	1	Nível superior	N4- CC4/FG4 - integral	R\$ 6.299,06
Chefia Administrativa	1	Nível médio completo	N6-CC6/FG6 - integral	R\$ 3.499,47

Diretoria de Licenciamento ambiental e controle de poluição	1	Nível superior na área ambiental	N4- CC4/FG4 - integral	R\$ 6.299,06
Chefia de Licenciamento ambiental e controle de poluição	1	Nível superior completo na área ambiental	N5- CC5/FG5 - integral	R\$ 4.899,28
Diretoria de Parques urbanos e Unidade de Conservação	1	Nível superior completo na área ambiental	N4-CC4/FG4 - integral	R\$ 6.299,06
Diretoria de Educação Ambiental	1	Nível médio completo	N5-CC5/FG5 - integral	R\$ 4.899,28
Diretoria de Fiscalização Ambiental	1	Nível médio completo	N5-CC/5FG5 - integral	R\$ 4.899,28
Chefia de Fiscalização Ambiental	1	Nível médio completo	N5-CC/5FG5 - integral	R\$ 4.899,28

ANEXO IV DESCRIÇÃO DOS CARGOS

1. DOS CARGOS EFETIVOS

1.1. ADVOGADO

NÍVEL: 21-35

CARGA HORÁRIA: 40h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do cargo:

I - Representar a Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema em juízo ou fora dele nas ações em que for autor, réu, assistente, oponente ou interveniente, detendo plenos poderes para praticar todos os atos processuais, podendo, ainda, com anuência e na forma da lei, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso;

II - Acompanhar o andamento de processos prestando assistência jurídica, peticionando, apresentando defesa e recursos, comparecendo a audiências e a outros atos para defender direitos ou interesses da FAACI;

III - Manter contatos com órgãos judiciais, serventuários da Justiça de todas as esferas, com o Ministério Público Federal e Estadual, Polícia Militar Ambiental, Polícia Civil, Ibama, Instituto do Meio Ambiente e demais Fundações ou Institutos do Meio Ambiente, AMFRI, responder ofícios e representar a FAACI em reuniões nos referidos Órgãos;

IV - Lavrar e analisar contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos;

V - Assistir as ações movidas por servidores ou ex-servidores;

VI - Acompanhar as publicações de natureza jurídica, especialmente as ligadas às atividades do órgão;

VII - Elaborar anteprojeto de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas internas;

VIII - Organizar e manter atualizada a coletânea de leis e decretos, bem como o depositório da jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente as ligadas ao órgão;

IX - Elaborar exposição de motivos que exijam atenção especializada do profissional;

X - Participar de comissões disciplinares ou de sindicâncias;

XI - Emitir pareceres sobre assuntos de sua área de competência;

XII - Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação do Presidente da FAACI.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Graduação em Direito e registro junto a Ordem dos Advogados do Brasil

1.2. AGENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL: 02 - 14

CARGA HORÁRIA: 40h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do Cargo:

I - Auxiliar na execução de atividades de apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de natureza técnica e administrativa, efetuando serviços de rotina diversos;

II - Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax-símile e e-mails, por rede de computadores ou assemelhados;

III - Recepcionar o público em geral, pacientes, clientes e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados;

IV - Auxiliar na execução de registros, controles, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo, financeiro, pessoal ou material;

V - Preparar índices e fichários, mantendo-os atualizados;

VI - Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais; codificar dados e documentos, planilhas eletrônicas e editor de texto e providenciar material de expediente;

VII - Atender usuários em bibliotecas e efetuar cadastramento em geral;

VIII - Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;

IX - Operar copiadoras e computadores, centrais telefônicas e outras máquinas e equipamentos necessários ao desempenho das atribuições do cargo;

X - Supervisionar, dirigir, orientar e auxiliar as unidades administrativas do serviço público municipal, elaborar atividades complexas, rotineiras ou não, do serviço público municipal;

XI - Executar e colaborar com os trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades;

XII - Estudar e propor procedimentos que contribuam para a racionalidade e a eficácia das obras e serviços públicos;

XIII - Atuar e orientar sobre a aplicação de normas gerais baseando-se na legislação vigente;

XIV - Supervisionar e executar trabalhos relativos à administração de patrimônio, materiais e outras que a administração pública achar necessária;

XV - Supervisionar atividades de tributação, arrecadação, fiscalização e outras de cunho fazendário;

XVI - Executar serviços próprios da atividade administrativa nos diversos setores da administração pública municipal, tais como: contabilidade, finanças, tributação, secretariado, patrimônio, obras, serviços, protocolo e outros;

XVII - Digitar, transcrever por quaisquer outros meios, documentos, certidões correspondências internas e externas;

XVIII - Realizar cálculos e registros de dados, informações, processando-os para obter resultados finais a serem utilizados para pagamento, recebimento, contabilização, movimentação financeira e de materiais;

XIX - Elaborar nota de empenho e outros registros contábeis;

XX - Realizar cálculos de pagamento e recebimento de tributos e impostos, inclusive os de dívida ativa, emitindo guias de recolhimento;

XXI - Elaborar e emitir avisos de débito de tributos municipais, inclusive os de dívida ativa;

XXII - Auxiliar na elaboração da folha de pagamento, na emissão de avisos de férias, de licença prêmio, e outras licenças previstas em Lei, assim como faltas justificadas nos assentamentos funcionais dos serviços;

XXIII - Arquivar documentos, mantendo os arquivos atualizados e em ordem de modo a possibilitar consultas futuras e também preservar os documentos em arquivo morto;

XXIV - Organizar e manter arquivos de documentos referentes ao seu setor, ou que lhe for determinado, procedendo à classificação, etiquetagem e guarda dos mesmos, para conservá-los e facilitar a consulta;

XXV - Responsabilizar-se por arquivo e guarda de disquetes, fitas e outros meios magnéticos de armazenamento dos dados, zelando pela sua segurança e integridade, inclusive, principalmente, valendo-se do recurso backup;

XXVI - Acompanhar em todas as fases, os processos referentes ao registro imobiliário dos usuários e auxiliar na fiscalização do controle urbano;

XXVII - Expedir registros, alvarás e outros documentos sob orientação superior;

XXVIII - Propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como de métodos e técnicas de trabalho;

XXIX - Executar e colaborar com os trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades;

QUALIFICAÇÃO ESCOLAR NECESSÁRIA:
Formação em nível de 2º Grau completo e curso básico de informática.

1.3 - BIÓLOGO

NÍVEL: 15 - 27

CARGA HORÁRIA: 30h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do cargo:

I - realizar planejamento ambiental, organizacional e estratégico, afetos à execução das Políticas de Meio Ambiente, formuladas no âmbito da União, Estado e Município, especialmente relacionadas a regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental, monitoramento ambiental, gestão, proteção e controle da qualidade ambiental, ordenamento dos recursos naturais, conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção, estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambiental, além, da execução de planos, programas, projetos e ações de gestão ambiental municipal e das demais atividades vinculadas às competências legais da FAACI.

II - orientar e fiscalizar, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental;

III - emitir pareceres e relatórios em solicitações de licenças ambientais, monitorar, auditar e fiscalizar o seu cumprimento, lavrando auto de infração ambiental e/ou propondo medidas administrativas necessárias ao cumprimento das normas e legislação vigentes;

IV - colaborar com a elaboração de manuais e instruções normativas relativos às atividades de licenciamento e autorização ambiental, com vistas à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;

V - realizar estudos ambientais, planejar, analisar, coordenar, supervisionar e executar projetos relacionados ao meio ambiente, executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas a sua especialidade e área de trabalho;

VI - participar da organização e execução de projetos de caráter educativo, para esclarecer sobre as questões ambientais e suas implicações;

VII - Fiscalizar, lavrar auto quando constatar infrações ambientais e tomar as medidas preventivas para sanar o dano ambiental;

VIII - participar do manejo de recursos naturais na Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre de Itapema;

IX - desenvolver atividades de educação ambiental, quando necessário;

X - executar outras atividades, correlatas as supra descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato, compatíveis com suas atribuições conferidas por conselho de classe;

XI - zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;

XII - manter a ordem e a disciplina de seus subordinados, referentes a atos relativos a direitos e deveres de acordo com a legislação vigente;

XIII - Realizar medição e avaliação de níveis de pressão sonora, quando constatada a poluição ambiental, impondo as penalidades administrativas cabíveis, desde que efetuada capacitação técnica para esse fim.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Graduação em Ciências Biológicas e registro no Órgão do exercício profissional.

1.4. ENGENHEIRO AMBIENTAL

NÍVEL: 15 - 27

CARGA HORÁRIA: 30h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do cargo:

I - realizar planejamento ambiental, organizacional e estratégico, afetos à execução das Políticas de Meio Ambiente, formuladas no âmbito da União, Estado e Município, especialmente relacionadas a regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental, monitoramento ambiental, gestão, proteção e controle da qualidade ambiental, ordenamento dos recursos naturais, conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção, estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambiental, além, da execução de planos, programas, projetos e ações de gestão ambiental municipal e das demais atividades vinculadas às competências legais da FAACI.

II - orientar e fiscalizar, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o

cumprimento da legislação ambiental;

III - emitir pareceres e relatórios em solicitações de licenças ambientais, monitorar, auditar e fiscalizar o seu cumprimento, lavrando auto de infração ambiental e/ou propondo medidas administrativas necessárias ao cumprimento das normas e legislação vigentes;

IV - colaborar com a elaboração de manuais e instruções normativas relativos às atividades de licenciamento e autorização ambiental, com vistas à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;

V - realizar estudos ambientais, planejar, analisar, coordenar, supervisionar e executar projetos relacionados ao meio ambiente, executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas a sua especialidade e área de trabalho;

VI - participar da organização e execução de projetos de caráter educativo, para esclarecer sobre as questões ambientais e suas implicações;

VII - Fiscalizar, lavrar auto quando constatar infrações ambientais e tomar as medidas preventivas para sanar o dano ambiental;

VIII - propor e implementar ações de controle de emissão de poluentes;

IX - participar da gestão de resíduos e procedimentos de remediação;

X - executar outras atividades, correlatas as supradescritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato, compatíveis com suas atribuições conferidas por conselho de classe;

XI - zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;

XII - manter a ordem e a disciplina de seus subordinados, referentes a atos relativos a direitos e deveres de acordo com a legislação vigente;

XIII - Realizar medição e avaliação de níveis de pressão sonora, quando constatada a poluição ambiental, impondo as penalidades administrativas cabíveis, desde que efetuada capacitação técnica para esse fim.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Graduação em Engenharia Ambiental e registro no Órgão do exercício profissional.

1.5. ENGENHEIRO FLORESTAL

NÍVEL: 15 - 27

CARGA HORÁRIA: 30h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do cargo:

I - realizar planejamento ambiental, organizacional e estratégico, afetos à execução das Políticas de Meio Ambiente, formuladas no âmbito da União, Estado e Município, especialmente relacionadas a regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental, monitoramento ambiental, gestão, proteção e controle da qualidade ambiental, ordenamento dos recursos naturais, conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção, estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambiental, além, da execução de planos, programas, projetos e ações de gestão ambiental municipal e das demais atividades vinculadas às competências legais da FAACI.

II - orientar e fiscalizar, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental;

III - emitir pareceres e relatórios em solicitações de licenças ambientais, monitorar, auditar e fiscalizar o seu cumprimento, lavrando auto de infração ambiental e/ou propondo medidas administrativas necessárias ao cumprimento das normas e legislação vigentes;

IV - colaborar com a elaboração de manuais e instruções normativas relativos às atividades de licenciamento e autorização ambiental, com vistas à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;

V - realizar estudos ambientais, planejar, analisar, coordenar, supervisionar e executar projetos relacionados ao meio ambiente, executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas a sua especialidade e área de trabalho;

VI - participar da organização e execução de projetos de caráter educativo, para esclarecer sobre as questões ambientais e suas implicações;

VII - Fiscalizar, lavrar auto quando constatar infrações ambientais e tomar as medidas preventivas para sanar o dano ambiental;

VIII - atuar no estudo, auxílio ou desenvolvimento de atividades que se relacionem com o ecossistema florestal, de forma a promover a exploração e uso sustentável dos recursos;

IX - orientar o desenvolvimento de políticas públicas sobre a conservação e uso de ecossistemas florestais;

X - executar outras atividades, correlatas as supradescritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato, compatíveis com suas atribuições conferidas por conselho de classe;

XI - zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;

XII - manter a ordem e a disciplina de seus subordinados, referentes a atos relativos a direitos e deveres de acordo com a legislação vigente;

XIII - Realizar medição e avaliação de níveis de pressão sonora, quando constatada a poluição ambiental, impondo as penalidades administrativas cabíveis, desde que efetuada capacitação técnica para esse fim.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Graduação em Engenharia Florestal e registro no Órgão do exercício profissional.

1.6. ENGENHEIRO QUÍMICO

NÍVEL: 15 - 27

CARGA HORÁRIA: 30h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do cargo:

I - realizar planejamento ambiental, organizacional e estratégico, afetos à execução das Políticas de Meio Ambiente, formuladas no âmbito da União, Estado e Município, especialmente relacionadas a regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental, monitoramento ambiental, gestão, proteção e controle da qualidade ambiental, ordenamento dos recursos naturais, conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção, estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambiental, além, da execução de planos, programas, projetos e ações de gestão ambiental municipal e das demais atividades vinculadas às competências legais da FAACI.

II - orientar e fiscalizar, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental;

III - emitir pareceres e relatórios em solicitações de licenças ambientais, monitorar, auditar e fiscalizar o seu cumprimento, lavrando auto de infração ambiental e/ou propondo medidas administrativas necessárias ao cumprimento das normas e legislação vigentes;

IV - colaborar com a elaboração de manuais e instruções normativas relativos às atividades de licenciamento e autorização ambiental, com vistas à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;

V - realizar estudos ambientais, planejar, analisar, coordenar, supervisionar e executar projetos relacionados ao meio ambiente, executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas a sua especialidade e área de trabalho;

VI - participar da organização e execução de projetos de caráter educativo, para esclarecer sobre as questões ambientais e suas implicações;
VII - Fiscalizar, lavrar auto quando constatar infrações ambientais e tomar as medidas preventivas para sanar o dano ambiental;
VIII - acompanhar as atividades do setor produtivo em escala industrial no Município de Itapema, garantindo a aplicação de dispositivos e métodos de controle ambiental;
IX - executar outras atividades, correlatas as supradescritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato, compatíveis com suas atribuições conferidas por conselho de classe;
X - zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;
XI - manter a ordem e a disciplina de seus subordinados, referentes a atos relativos a direitos e deveres de acordo com a legislação vigente;
XII - Realizar medição e avaliação de níveis de pressão sonora, quando constatada a poluição ambiental, impondo as penalidades administrativas cabíveis, desde que efetuada capacitação técnica para esse fim.
FORMAÇÃO EXIGIDA: Graduação em Engenharia Química e registro no Órgão do exercício profissional.

1.7. ENGENHEIRO SANITARISTA

NÍVEL: 15 - 27

CARGA HORÁRIA: 30h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do cargo:

I - realizar planejamento ambiental, organizacional e estratégico, afetos à execução das Políticas de Meio Ambiente, formuladas no âmbito da União, Estado e Município, especialmente relacionadas a regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental, monitoramento ambiental, gestão, proteção e controle da qualidade ambiental, ordenamento dos recursos naturais, conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção, estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambiental, além, da execução de planos, programas, projetos e ações de gestão ambiental municipal e das demais atividades vinculadas às competências legais da FAACI.

II - orientar e fiscalizar, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental;

III - emitir pareceres e relatórios em solicitações de licenças ambientais, monitorar, auditar e fiscalizar o seu cumprimento, lavrando auto de infração ambiental e/ou propondo medidas administrativas necessárias ao cumprimento das normas e legislação vigentes;

IV - colaborar com a elaboração de manuais e instruções normativas relativos às atividades de licenciamento e autorização ambiental, com vistas à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;

V - realizar estudos ambientais, planejar, analisar, coordenar, supervisionar e executar projetos relacionados ao meio ambiente, executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas a sua especialidade e área de trabalho;

VI - participar da organização e execução de projetos de caráter educativo, para esclarecer sobre as questões ambientais e suas implicações;

VII - Fiscalizar, lavrar auto quando constatar infrações ambientais e tomar as medidas preventivas para sanar o dano ambiental;

VIII - acompanhar e fiscalizar a implantação de projetos de saneamento licenciados pela FAACI ou em cooperação com outros órgãos;

IX - propor e implementar ações de controle de emissão de poluentes;

X - executar outras atividades, correlatas as supra descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato, compatíveis com suas atribuições conferidas por conselho de classe;

XI - zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;

XII - manter a ordem e a disciplina de seus subordinados, referentes a atos relativos a direitos e deveres de acordo com a legislação vigente;

XIII - Realizar medição e avaliação de níveis de pressão sonora, quando constatada a poluição ambiental, impondo as penalidades administrativas cabíveis, desde que efetuada capacitação técnica para esse fim.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Graduação em Engenharia Sanitária e registro no Órgão do exercício profissional.

1.8. FISCAL DE MEIO AMBIENTE

NÍVEL: 15 - 27

CARGA HORÁRIA: 30h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do cargo:

I - Exercer poder de polícia para observância das normas contidas na legislação de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, requisitando, quando necessário, apoio policial para a garantia do exercício desta competência;

II - Fiscalizar e monitorar as atividades potencialmente poluidoras;

III - Emitir notificações e auto de infrações ao constatar infração ambiental, aplicando a legislação e sanções administrativas ao meio ambiente e nos termos do rito de fiscalização ambiental;

IV - Encaminhar os infratores, quando do crime ambiental ou infração grave, à Delegacia mais próxima;

V - Testemunhar e solicitar apoio policial, quando necessário;

VI - Apurar consultas e denúncias apresentadas;

VII - Fornecer dados estatísticos e apresentar periodicamente relatórios de suas atividades;

VIII - Realizar medição e avaliação de níveis de pressão sonora, quando constatada a poluição ambiental, impondo as penalidades administrativas cabíveis, desde que efetuada capacitação técnica para esse fim.

IX - prestar informações quando solicitado sobre áreas de ocupação;

X - Executar outras atividades inerentes a seu cargo ou de interesse do meio ambiente, por determinação superior;

XI - conduzir veículos automotores e embarcações quando necessário;

FORMAÇÃO EXIGIDA: Nível superior em Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária, Florestal, Química, Geologia, Oceanografia ou Direito.

1.9. GEÓLOGO

NÍVEL: 15 - 27

CARGA HORÁRIA: 30h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do cargo:

I - realizar planejamento ambiental, organizacional e estratégico, afetos à execução das Políticas de Meio Ambiente, formuladas no âmbito da União, Estado e Município, especialmente relacionadas a regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental, monitoramento ambiental, gestão, proteção e controle da qualidade ambiental, ordenamento dos recursos naturais, conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção, estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambiental, além, da execução de planos, programas, projetos e ações de gestão ambiental municipal e das demais atividades vinculadas às competências legais da FAACI.

II - orientar e fiscalizar, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental;

III - emitir pareceres e relatórios em solicitações de licenças ambientais, monitorar, auditar e fiscalizar o seu cumprimento, lavrando auto de infração ambiental e/ou propondo medidas administrativas necessárias ao cumprimento das normas e legislação vigentes;

IV - colaborar com a elaboração de manuais e instruções normativas relativos às atividades de licenciamento e autorização ambiental, com vistas à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;

V - realizar estudos ambientais, planejar, analisar, coordenar, supervisionar e executar projetos relacionados ao meio ambiente, executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas a sua especialidade e área de trabalho;

VI - participar da organização e execução de projetos de caráter educativo, para esclarecer sobre as questões ambientais e suas implicações;

VII - Fiscalizar, lavrar auto quando constatar infrações ambientais e tomar as medidas preventivas para sanar o dano ambiental;

VIII - Realizar levantamentos geológicos, elaborando mapas e relatórios técnicos, pesquisar a natureza dos materiais geológicos e as suas interações;

IX - Analisar e interpretar documentos, estudos, laudos e relatórios relacionados ao solo, as águas superficiais e subterrâneas, recursos minerais e topografia;

X - executar outras atividades, correlatas as supra descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato, compatíveis com suas atribuições conferidas por conselho de classe;

XI - zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;

XII - manter a ordem e a disciplina de seus subordinados, referentes a atos relativos a direitos e deveres de acordo com a legislação vigente;

XIII - Realizar medição e avaliação de níveis de pressão sonora, quando constatada a poluição ambiental, impondo as penalidades administrativas cabíveis, desde que efetuada capacitação técnica para esse fim.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Graduação em Geologia e registro no Órgão do exercício profissional.

1.10. MOTORISTA

NÍVEL: 03 - 11

CARGA HORÁRIA: 44h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do Cargo:

I - Conduzir veículos e realizar tarefas similares relacionadas com o transporte de carga por via rodoviária;

II - Auxiliar e fazer o carregamento, embarque e no descarregamento de cargas e desembarque de pessoas;

III - Vistoriar o veículo, observando a carroceria e testando freios, comandos, para certificar-se de suas condições de funcionamento;

IV - Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições funcionamento;

V - Examinar as ordens de serviço, verificando os locais onde serão recolhidas e desembarcadas as cargas e passageiros;

VI - Movimentar o veículo, manipulando seus comandos e observando o fluxo do trânsito e a sinalização para conduzi-los aos locais de carga e descarga;

VII - Controlar as cargas e descargas comparando-as com os documentos de recebimento ou entrega de cargas, ordens de tráfego;

VIII - Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado;

IX - Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem, para permitir a manutenção e o abastecimento do mesmo;

X - Verificar as ordens de serviço e tráfego, o itinerário a ser seguido, os horários e o número de viagens a ser cumprido;

XI - Executar outras atividades inerentes a seu cargo e formação e/ou de interesse da Prefeitura, por determinação superior.

QUALIFICAÇÃO ESCOLAR NECESSÁRIA: Formação em Ensino Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação - classe C;

1.11. VETERINÁRIO

NÍVEL: 09 -14

CARGA HORÁRIA: 30h/semanais

Referências: A - H

Atribuições do cargo:

I - avaliar o impacto das atividades propostas sobre a fauna local;

II - realizar estudos de impacto ambiental relacionados a animais;

III - orientar o planejamento e a adequação das instalações que envolvem animais;

IV - fiscalizar as condições sanitárias dos empreendimentos que abrigam animais;

V - Participar do monitoramento, resgate e manejo da fauna em projetos específicos;

VI - Contribuir para a implementação de medidas de mitigação de impactos ambientais;

VII - emitir pareceres e relatórios, monitorar, receber denúncias relativas a crueldade e maus tratos a animais, fiscalizar, lavrar auto quando constatar infração e tomar as medidas preventivas para sanar o dano;

VIII - colaborar com a elaboração de manuais e instruções normativas relativos às atividades de educação ambiental;

IX - fiscalizar o contrato de terceirização do departamento de assistência e bem-estar animal e outras organizações não governamentais;

X - realizar atividades de educação ambiental visando a minoração de maus tratos, crueldade, caça e pesca de animais no Município de Itapema e alusivas ao dia municipal de proteção e defesa dos direitos dos animais;

XI - executar outras atividades, correlatas as supradescritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato, compatíveis com suas atribuições conferidas por conselho de classe;

XII - zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;

XIII - manter a ordem e a disciplina de seus subordinados, referentes a atos relativos a direitos e deveres de acordo com a legislação

vigente;

XIV - conduzir veículos automotores e embarcações quando necessário.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Graduação em Medicina Veterinária e registro no Órgão do exercício profissional.

2. DOS CARGOS EM COMISSÃO

2.1. PRESIDÊNCIA DA FAACI

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I - representar e gerir a Fundação em todos os seus atos, exercendo as atribuições previstas em seu Estatuto;

II - elaborar anualmente o plano de gestão;

III - elaborar o plano financeiro e o orçamento da Fundação, observada as diretrizes dos órgãos competentes;

IV - levantar o balanço anual e os balancetes mensais, observada as diretrizes dos órgãos competentes;

V - coordenar a fiscalização ambiental de forma a conter os atos atentatórios ao meio ambiente;

VI - administrar o pessoal e os bens colocados à disposição do Órgão;

VII - colaborar na revisão e atualização do Plano Diretor Municipal;

VIII - emitir licenças ambientais, firmar acordos, contratos, convênios e termos de compromissos com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, obedecidas as formalidades legais;

IX - lotar, distribuir e suspender os servidores da FAACI;

2.2. ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Cargo: Assessor Especial da Presidência (N1 – CC1/FG1)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I – assessorar a gestão administrativa e financeira da Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema-FAACI;

II – assessorar e supervisionar a agenda de atendimento do Presidente com as demais secretarias municipais, legislativo municipal e municípios;

III – assessorar o levantamento de informações em sua área de atuação, para conhecimento e permanente avaliação do Presidente;

IV – assessorar no relacionamento com outras Fundações ou Institutos, com autoridades das demais esferas de governo e com entidades representativas da sociedade civil;

V – controlar a execução dos serviços de conservação e limpeza;

VI - gerenciar e controlar as atividades relacionadas com material, transportes internos e serviços gerais;

VII - controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;

VIII - atender com presteza as solicitações formuladas pelo titular do órgão, no que diz respeito ao fluxo de serviços;

IX - conduzir veículos automotores quando necessário;

X - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo superior hierárquico;

FORMAÇÃO EXIGIDA: Ensino superior completo, com graduação.

2.3. ASSESSORIA JURÍDICA

Cargo: Assessor Jurídico (N2 – CC2/FG2)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I - defender, judicial e extrajudicialmente, os interesses da FAACI;

II - atender os encargos de consultoria e assessoramento jurídicos que lhe forem repassados, reportando-se, sempre que necessário, à Procuradoria-Geral do Município e ao Presidente da FAACI;

III - providenciar o atendimento às consultas e requerimentos formulados, observada a competência da FAACI;

IV - examinar os fundamentos e a forma jurídica de atos;

V - proferir pareceres jurídicos acerca das questões ambientais;

VI - conduzir veículos automotores quando necessário;

VII - requisitar das autoridades municipais competentes, dos analistas técnicos da FAACI, relatórios, certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

VIII - Manter contatos com órgãos judiciais, serventuários da Justiça de todas as esferas, com o Ministério Público Federal e Estadual, Polícia Militar Ambiental, Polícia Civil, Ibama, Instituto do Meio Ambiente e demais Fundações ou Institutos do Meio Ambiente, AMFRI, responder ofícios e representar a FAACI em reuniões nos referidos Órgãos;

IX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo Presidente da FAACI, desde que compatíveis com suas atribuições legais e necessárias para a defesa do meio ambiente.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

2.4. DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Cargo: Diretor Administrativo (N4 – CC4/FG4)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I - gerenciar a unidade a que esteja vinculada quanto à realização das rotinas administrativas, supervisionando a elaboração de expedientes administrativos dos servidores sob sua chefia;

II - manter arquivos e papéis que, em caráter particular, bem como os relativos a assuntos pessoais ou políticos, ou que, por sua natureza,

devam ser guardados de modo reservado;

III - atender, pessoalmente o dirigente da unidade que esteja vinculada, providenciando o necessário para lhe dar as devidas condições de trabalho;

IV - controlar a execução dos serviços de conservação e limpeza;

V - gerenciar e controlar as atividades relacionadas com material, transportes internos e serviços gerais;

VI - controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;

VII - atender com presteza as solicitações formuladas pelo titular do órgão, no que diz respeito ao fluxo de serviços;

VIII - auxiliar na execução orçamentária e financeira, observado a competência das demais unidades; e

IX - conduzir veículos automotores quando necessário; e

X - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Superior completo.

2.5. CHEFIA ADMINISTRATIVA

Cargo: Chefe Administrativo (N6 - CC6/FG6)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I - manter arquivos e papéis que, em caráter particular, bem como os relativos a assuntos pessoais ou políticos, ou que, por sua natureza, devam ser guardados de modo reservado;

II - atender, pessoalmente o dirigente da unidade e da Diretoria Administrativa, providenciando o necessário para lhe dar as devidas condições de trabalho;

III - chefiar a execução dos serviços de conservação e limpeza;

IV - chefiar as atividades relacionadas com material, transportes e serviços gerais;

V - controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão;

VI - atender com presteza as solicitações formuladas pelo titular do órgão e da Diretoria Administrativa, no que diz respeito ao fluxo de serviços;

VII - conduzir veículos automotores quando necessário;

VIII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos.

2.6. DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CONTROLE DE POLUIÇÃO

Cargo: Diretor de Licenciamento Ambiental e Controle Poluição (N4 – CC4/FG4)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I - gerenciar o Setor de Licenciamento Ambiental e Controle de Poluição;

II - chefiar os servidores responsáveis pelas atividades de licenciamento e monitoramento ambiental no Município de Itapema;

III - expedir licenças ambientais, em conjunto com o Presidente após análise e parecer do Setor Técnico e, quando necessário, do Setor jurídico;

IV - supervisionar e coordenar a área de controle, estudos, planos, projetos, pesquisas, licenciamento e controle de poluição;

V - coordenar e controlar a execução de planos, programas e projetos que lhe sejam cometidos, elaborados de forma direta ou contratados de terceiros;

VI - elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como sugerir medidas para corrigir eventuais ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais;

VII - propor planos de atuação e divulgação de assuntos relativos ao meio ambiente bem como de publicações oficiais que necessitem de ampla publicidade;

VIII - desenvolver programas de monitoramento dos recursos naturais no âmbito Municipal;

IX - realizar e promover estudos e pesquisas sobre problemas de saneamento ambiental, qualidade das águas, do ar e do solo do município e de combate a poluição ambiental;

X - propor e gerenciar a implementação de medidas de combate aos fatores de poluição;

XI - fornecer subsídios para a recuperação de áreas degradadas no município;

XII - propor a realização de estudos e programas de proteção e preservação ambiental no município promovendo a sua execução em colaboração com os demais organismos responsáveis pelo setor;

XIV - manter sob sua guarda as máquinas e equipamentos destinados à execução de seus trabalhos, procedendo a sua manutenção;

XV – conduzir veículos automotores e embarcações quando necessário; e

XVI - exercer outras atividades pertinentes ou que lhe forem atribuídas;

FORMAÇÃO EXIGIDA: Superior completo na área ambiental.

2.7. CHEFE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E CONTROLE DE POLUIÇÃO

Cargo: Chefe de Licenciamento Ambiental e Controle Poluição (N5 – CC5/FG5)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I - Auxiliar a chefiar o Setor de Licenciamento Ambiental e Controle de Poluição;

II - contribuir na área de controle, estudos, planos, projetos, pesquisas, licenciamento e controle de poluição;

III - participar da execução de planos, programas e projetos que lhe sejam cometidos, elaborados de forma direta ou contratados de terceiros;

IV - contribuir com a elaboração de relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como sugerir medidas para corrigir eventuais

ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais;

V - manter atualizados os dados de informações sobre as condições ambientais locais, nacionais e mundiais, elaborando e divulgando conteúdos informativos, em conjunto com a Chefia de Educação Ambiental;

VI - auxiliar na execução de programas de monitoramento dos recursos naturais no âmbito Municipal;

VII - contribuir com estudos e pesquisas sobre problemas de saneamento ambiental, qualidade das águas, do ar e do solo do município e de combate a poluição ambiental;

VIII - implementar medidas de combate aos fatores de poluição;

IX - propor a realização de estudos e programas de proteção e preservação ambiental no município promovendo a sua execução em colaboração com os demais organismos responsáveis pelo setor;

X - manter sob sua guarda as máquinas e equipamentos destinados à execução de seus trabalhos, procedendo a sua manutenção;

XI - conduzir veículos automotores e embarcações quando necessário; e

XII - exercer outras atividades pertinentes ou que lhe forem atribuídas;

FORMAÇÃO EXIGIDA: Superior completo na área ambiental.

2.8. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Cargo: Diretor de Educação Ambiental (N5 – CC5/FG5)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I - Promover a educação ambiental no Município de Itapema, em todos os seus níveis de ensino;

II - promover palestras, cursos, treinamentos, campanhas, caminhadas ecológicas, produzir folhetos e publicações diversas, cartazes, cartilhas, vídeos e outros meios educativos, necessários para desenvolver o processo de educação ambiental;

III - coordenar e executar programas e ações educativas orientadas para promover a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;

IV - apoiar as ações de educação ambiental no âmbito do SISNAMA;

V - articular, colaborar e dar suporte de educação ambiental aos projetos técnicos desenvolvidos na rede municipal, estadual e particular de ensino, bem como, nos demais órgãos públicos e organizações não governamentais;

VI - elaborar planos de atuação e divulgação de assuntos relativos ao meio ambiente e aos conceitos de preservação, buscando promover a conscientização pública;

VII - compilar e reproduzir recursos didáticos, científicos e técnicos, e aperfeiçoar continuamente os métodos de educação ambiental empregados;

VIII - manter atualizados os dados e informações sobre as condições ambientais locais, elaborando e divulgando conteúdos informações;

IX - organizar um acervo de recursos materiais, possibilitando consultas e pesquisas;

X - promover ação convergente centro/comunidade/sistema de ensino, como oportunidade de trabalho de autodesenvolvimento, na busca de soluções de problemas da comunidade;

XI - promover estudos e debates sobre a problemática ambiental sob a perspectiva multi, inter e transdisciplinar, visando o desenvolvimento eficiente e eficaz de programas e projetos de educação ambiental;

XII - buscar a incorporação dos meios de comunicação de massa na implementação de ações educativas, que facilitem a divulgação das informações dirigidas à comunidade;

XIII - apoiar iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material instrucional, de modo a servir de subsídios ao processo educativo ambiental;

XIV - capacitar recursos humanos de órgãos governamentais ou não, através de cursos, seminários, fórum, workshop, oficinas ecológicas e treinamentos, na área ambiental;

XV - estimular e apoiar a criação de Núcleos de Educação Ambiental, em sua área de abrangência, multiplicando suas ações em âmbito local, de forma organizada e integrada; planejar, programar e organizar as atividades relacionadas com o controle ambiental das atividades que impliquem na produção, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos oriundos da flora e da fauna, das jazidas minerais e outras formas de recursos naturais renováveis;

XVI - elaborar critérios para visitação periódica à Parques Urbanos e Unidades de Conservação, bem como, as áreas declaradas de preservação permanente;

XVII - articular-se com entidades afins, públicas ou privadas, objetivando o pleno desempenho de suas atribuições;

XVIII - realizar atividades de educação ambiental visando a minoração de maus tratos, crueldade, caça e pesca de animais no Município de Itapema;

XIX - conduzir veículos automotores quando necessário; e

XX - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo Presidente.

FORMAÇÃO EXIGIDA: Superior completo na área ambiental.

2.9. DIRETORIA DE PARQUES URBANOS E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Cargo: Diretor de Parques Urbanos e Unidade de Conservação (N4-CC4/FG4)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I – Administrar e gerenciar a Unidade de Conservação Municipal e Parques Urbanos de forma a assegurar-lhes condições de preservação dos ecossistemas existentes;

II - Chefiar os servidores responsáveis pelas atividades de manutenção, conservação e fiscalização das Unidades de Conservação do Município e Parques Urbanos;

III - Chefiar, implantar, revisar e supervisionar a execução do Plano de Manejo da Unidade de Conservação Municipal, estabelecendo o seu regulamento funcional;

VI - Coordenar pesquisas referentes a levantamentos e identificação da fauna, flora, solo e subsolo visando definir uma política de proteção, conservação e recuperação;

V - Coordenar pesquisas referentes a proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos;
VII - Estimular a implantação e propor normas relativas às atividades de turismo ecológico no Município;
VIII – Dar assistência aos proprietários de imóveis inseridos na Unidade de Conservação acerca dos usos permitidos e definidos no Plano de Manejo;
IV – Administrar e chefiar a execução de planos e projetos de implantação e manutenção de Centros de Recuperação de Animais Silvestres associados às Unidades de Conservação;
X – Emitir notificações, comunicados, embargos, autos de infração, termos de apreensão e termos de doação de produtos apreendidos, multa administrativa, conforme o caso, nas atividades que contrariem as disposições legais que regulamentam a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre de Itapema;
XI - Acompanhar a realização e o cumprimento do plano de manejo da unidade de conservação Refúgio de Vida Silvestre de Itapema, elaborando relatórios anuais da sua execução;
XII - desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo superior hierárquico;
XIII - conduzir veículos automotores e embarcações quando necessário;
FORMAÇÃO EXIGIDA: Superior completo na área ambiental.

2.10. DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

Cargo: Diretor de Fiscalização (N5 – CC5/FG5)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I - gerenciar o Setor de Fiscalização Ambiental;
II - chefiar os servidores responsáveis pelas atividades de fiscalização ambiental no Município de Itapema;
III - determinar ação fiscalizadora com objetivo do exercício do poder de polícia para observância das normas contidas na legislação de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, requisitando, quando necessário, apoio policial para a garantia do exercício desta competência;
IV - comandar procedimentos de fiscalização ambiental no Município, em colaboração com os demais órgãos de fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
V - coordenar a elaboração, em conjunto com órgãos afins, de planos, programas, projetos, normas, padrões e procedimentos de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora, fixas e móveis, e das fontes de poluição veicular no Município;
VI - comandar procedimentos fiscais e instruções de serviço;
VII - gerir os procedimentos de pesquisas e levantamentos de dados que sejam de interesse da fiscalização ambiental;
VIII - noticiar os demais órgãos reguladores municipais sobre irregularidades detectadas em ações de fiscalização regulares ou demandadas por terceiros;
IX - administrar os procedimentos de proibição de corte e coleta de vegetação sem autorização;
X - gerir pessoal para coibir o lançamento de resíduos em espaço aberto, bem como efluentes que possam comprometer a qualidade do ar ou da água;
XI - coibir a ocupação irregular do solo, como ocupações em áreas de preservação permanente (APP);
XII - coordenar demolições e apreensões de equipamentos em APP;
XIII - comandar a fiscalização e lavratura de notificações, com aplicação de penalidades e advertência, embargo, suspensão da atividade, multa simples e outros a fim de interromper o fato gerador de danos ambientais;
XIV - prestar informações quando solicitado sobre áreas de ocupação;
XV - Realizar medição e avaliação de níveis de pressão sonora, quando constatada a poluição ambiental, impondo as penalidades administrativas cabíveis, desde que efetuada capacitação técnica para esse fim;
XVI - desenvolver outras atividades correlatas solicitadas pelo Presidente;
XVII - conduzir veículos automotores e embarcações quando necessário;
FORMAÇÃO EXIGIDA: Ensino médio completo.

2.10. CHEFIA DE FISCALIZAÇÃO

Cargo: Chefe de Fiscalização (N5 – CC5/FG5)

Vagas: 01

Carga Horária: tempo integral

Atribuições do cargo:

I - auxiliar a chefiar o Setor de Fiscalização Ambiental;
II - contribuir na ação fiscalizadora com objetivo do exercício do poder de polícia para observância das normas contidas na legislação de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, requisitando, quando necessário, apoio policial para a garantia do exercício desta competência;
III - participar dos procedimentos de fiscalização ambiental no Município, em colaboração com os demais órgãos de fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
IV - chefiar a elaboração, em conjunto com órgãos afins, de planos, programas, projetos, normas, padrões e procedimentos de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora, fixas e móveis, e das fontes de poluição veicular no Município;
V - chefiar procedimentos fiscais e instruções de serviço;
VI - realizar os procedimentos de proibição de corte e coleta de vegetação sem autorização;
VII - gerir pessoal para coibir o lançamento de resíduos em espaço aberto, bem como efluentes que possam comprometer a qualidade do ar ou da água;
VIII - coibir a ocupação irregular do solo, como ocupações em áreas de preservação permanente (APP);
IX - realizar demolições e efetuar apreensões de equipamentos em APP;
X - lavar autos e emitir notificações, com aplicação de penalidades e advertência, embargo, suspensão da atividade, multa simples e outros a fim de interromper o fato gerador de danos ambientais;
XI - realizar medição e avaliação de níveis de pressão sonora, quando constatada a poluição ambiental, impondo as penalidades administrativas

cabíveis, desde que efetuada capacitação técnica para esse fim;
XII - desenvolver outras atividades correlatas solicitadas pelo Presidente;
XIII - conduzir veículos automotores e embarcações quando necessário;
FORMAÇÃO EXIGIDA: Ensino médio completo.

LEI Nº 4.438 -ALTERA LEI 4423 2023

Publicação Nº 5052890

Lei nº 4.438 de 8 de agosto de 2023.

“Altera a Lei Municipal nº 4.423 de 23 de junho de 2023, e dá outras providências”

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º Altera a Lei Municipal nº 4.423 de 23 de junho de 2023 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. A Lei Municipal nº 3.782, de 06 de setembro de 2018, ficará revogada 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei, sendo que os protocolos vigentes com pedido de regularização de obras tramitarão com base na Lei Municipal nº 3.782 de 06 de setembro de 2018, exceto nos casos em que a parte interessada requerer a análise na nova legislação.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de junho de 2023.

Itapema, 08 de agosto de 2023.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE CONCURSO PUBLICO 001/2023**

Publicação Nº 5054360



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

**EDITAL Nº 01/2023
CONCURSO PÚBLICO**

Abre inscrições e define normas para o **Concurso Público** destinado ao provimento de vagas de caráter efetivo do quadro da Câmara Municipal de Itapema/SC.

O **MUNICÍPIO DE ITAPEMA/SC**, por meio da **Câmara Municipal**, torna pública a abertura de inscrições e estabelece as normas relativas à realização do concurso público destinado a promover o ingresso nas carreiras de Motorista, Assistente Administrativo, Recepcionista, Agente Legislativo Contábil e Jornalista, nos termos deste edital e da legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O concurso público regido por este Edital, pelos diplomas legais e regulamentares, seus anexos e posteriores retificações, caso existam, visa o preenchimento de vagas no quadro de pessoal da **Câmara Municipal de Itapema/SC**, observado o interesse da Administração e o prazo de validade deste Edital.
- 1.2 O concurso público será executado sob a responsabilidade da Universidade do Extremo Sul Catarinense, mantida pela Fundação Educacional de Criciúma, doravante denominada FUCRI/UNESC e Banca Examinadora.
- 1.3 A validade do concurso público é de 02 (dois) anos podendo ser prorrogada por igual conforme interesse da administração pública.
- 1.4 A inscrição do candidato implicará a concordância plena e integral com os termos deste Edital, seus anexos, eventuais alterações e a legislação vigente.
- 1.5 Os resultados, após publicação em Diário Oficial, serão divulgados no seguinte endereço eletrônico: <https://unesec.selecao.net.br/>.
- 1.6 O cronograma do concurso público está no ANEXO IV do presente edital.

2. DOS CARGOS, DAS VAGAS E DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

- 2.1 O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas de caráter efetivo do quadro da Câmara Municipal de Itapema/SC, indicadas no ANEXO III, bem como de eventuais vagas que forem abertas dentro do prazo de validade do concurso público.
 - 2.1.1 O classificado será chamado durante a vigência do presente concurso público para ocupação dos cargos, conforme ordem de classificação.
- 2.2 Os requisitos e as atribuições do cargo estão descritos no ANEXO II do presente edital. O cargo, a vaga, a remuneração e a carga horária estão relacionadas no ANEXO III do presente edital.
- 2.3 O horário/período de trabalho obedecerá à jornada prevista para os servidores municipais do Poder Legislativo, considerando as peculiaridades que o cargo exige.

2.4. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

- 2.4.1 Ser aprovado no concurso público.
- 2.4.2 Estar em gozo dos direitos políticos.
- 2.4.3 Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 88806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 2.4.4 Estar quite com as obrigações eleitorais.
- 2.4.5 Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme item 2.2 deste edital.
- 2.4.6 Ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse.
- 2.4.7 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 2.4.8 Cumprir as determinações deste edital.

2.5 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

2.5.1 Fica assegurado à pessoa com deficiência (PcD) o direito de se inscrever no concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a sua deficiência.

2.5.2 Para atender ao percentual estabelecido no §1º, do art. 1º, do Decreto nº 9.508/2018, de 5% (cinco por cento) de reserva de vagas destinadas aos candidatos com deficiência, o candidato que realizar a inscrição neste formato será incluído na listagem classificatória geral, de ampla concorrência e em listagem classificatória específica, para vagas reservadas.

2.5.2.1 A 5ª (quinta) vaga para cada um dos cargos será destinada a primeira pessoa classificada na listagem específica, se esta ainda não foi contemplada com as vagas da listagem classificatória geral. Após, seguirá a listagem classificatória geral, sempre observando o percentual de 5% (cinco por cento) para uma nova vaga reservada para pessoa com deficiência.

2.5.3 Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas na Lei Estadual nº 17.292/2017 e na Lei nº 14.126/2021, que inclui pessoas com visão monocular.

2.5.4 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá:

- a) no ato da inscrição, declarar-se com deficiência;
- b) enviar via upload, nos termos do item 2.5.4.1, o laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses até a data de encerramentos das inscrições do concurso público, contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

2.5.4.1 O candidato com deficiência poderá enviar, de forma legível, em um único arquivo em formato .pdf, até às 16h (dezoisete horas) do último dia de inscrições, via upload através do endereço eletrônico <https://unesc.selecao.net.br/>, cópia simples do laudo médico a que se refere a alínea “b” do subitem 2.5.4 deste edital. Após esse período, a solicitação será indeferida.

2.5.4.2 O fornecimento do laudo médico e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato. A FUCRI/UNESC não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

2.5.4.3 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação original constante da alínea “b” do subitem 2.5.4 deste edital. Caso seja solicitado pela FUCRI/UNESC, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

2.5.4.4 O laudo médico terá validade somente para este concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

2.5.4.5 O candidato poderá verificar a partir de **19 de setembro de 2023**, por meio de link específico disponível no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, a resposta de sua solicitação para concorrer as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

2.5.4.6 A inobservância do disposto no subitem 2.5.4 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos com deficiência e ao não atendimento às condições especiais necessárias quando das solicitações de atendimento especializado.

2.5.4.7 Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e todas as demais normas de regência do concurso público.

2.5.4.8 O candidato que se declarar deficiente deverá comprovar sua deficiência no período de apresentação dos documentos para admissão, e não o fazendo, ou não sendo aceita sua documentação comprobatória, será considerado desclassificado da vaga de deficientes e concorrerá apenas a vaga de ampla concorrência.

2.5.4.9 Na inexistência de candidatos habilitados para a vaga destinada às pessoas com deficiência, a remanescente será ocupada pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

2.6 DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

2.6.1 O candidato que necessitar de alguma condição ou atendimento especial para a realização da prova deverá anexar solicitação, assinada, contendo todas as informações necessárias para o atendimento, bem como o atestado médico que comprove a necessidade do atendimento especial, em um único arquivo em formato .pdf, no link <https://unesec.selecao.net.br/>, entre os dias **15 de agosto a 13 de setembro de 2023**, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis. A não observância do período para solicitação ensejará no indeferimento do pedido.

2.6.2 Para condições de acessibilidade, o candidato deverá informar no ato da inscrição as informações necessárias para o atendimento, bem como anexar atestado médico que comprove a necessidade do atendimento observando-se, quanto ao atestado, o disposto no item 2.5.4, "b" deste edital, sob pena de indeferimento.

2.6.3 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

2.6.4 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, observando os procedimentos descritos no item 2.6.1 deste capítulo.

2.6.5 A criança deverá chegar acompanhada da candidata e de um adulto responsável pela sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

2.6.6 Celular e demais aparelhos eletrônicos do adulto responsável pela guarda da criança deverão permanecer lacrados, em embalagem específica a ser fornecida pela FUCRI/UNESC, durante todo o período de aplicação.

2.6.7 Não será disponibilizado, pela FUCRI/UNESC, pessoa que fique responsável para a guarda da criança, e a sua ausência acarretará à candidata a impossibilidade de realização da prova.

2.6.8 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova acompanhada de uma fiscal.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

2.7.9 Na sala reservada para amamentação ficarão somente a lactante, a criança e a fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

2.6.10 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

2.6.11 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização da prova objetiva deverá, conforme o prazo descrito no subitem 2.6.1 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de tempo adicional para realização da prova;

b) enviar, via *upload* em um único arquivo em formato .pdf, enviar cópia simples do laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de encerramentos das inscrições do concurso público. O laudo deve conter a assinatura do médico com carimbo e número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência, e parecer que justifique a necessidade de tempo adicional.

2.6.12 O candidato transgênero que desejar ser tratado pelo nome social durante a realização da prova objetiva deverá, conforme o prazo descrito no subitem 2.6.1 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à utilização de nome social durante realização da prova, informando o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado;

b) enviar, via *upload* em um único arquivo em formato .pdf, a imagem do CPF e do documento de identidade.

2.6.13 As publicações referentes aos candidatos transgêneros serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil, salvo se efetuada a inscrição com o uso do nome social.

2.6.14 O candidato que for amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, e necessitar realizar a prova objetiva armado deverá, conforme o prazo descrito no subitem 2.6.1 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de portar arma durante realização da prova;

b) enviar, via *upload* em um único arquivo em formato .pdf, a imagem do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

2.6.15 Os candidatos que não forem amparados pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, não poderão portar armas no ambiente de prova.

2.6.16 O candidato que, por motivo de doença ou por limitação física, necessitar utilizar, durante a realização da prova, objetos, dispositivos ou próteses cujo uso não esteja expressamente previsto/permitido neste edital nem relacionado nas opções de recursos especiais necessários elencadas no sistema eletrônico de inscrição, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 2.6.1 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao campo OUTROS e, em seguida, descrever, no espaço destinado para esse fim, no sistema eletrônico de inscrição, os recursos especiais necessários para a realização da prova;

b) enviar, via *upload* em um único arquivo em formato .pdf, a imagem do respectivo laudo médico que justifique o uso do objetivo, dispositivo ou prótese solicitado.

2.6.17 O candidato com deficiência que necessitar de prova ampliada deverá, conforme o prazo descrito no subitem 2.6.1 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de prova ampliada;

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

b) enviar, via *upload* em um único arquivo em formato .pdf, a imagem de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de encerramentos das inscrições do concurso público. O laudo deve conter a assinatura do médico com carimbo e número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência, e parecer que justifique a necessidade de prova ampliada.

2.6.18 O candidato que requerer prova ampliada receberá todo material de prova (caderno de questões e cartão de respostas) ampliado com fonte Arial, tamanho 24.

2.6.19 O candidato poderá verificar a partir de **19 de setembro de 2023**, por meio de link específico disponível no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, qual(is) pendência(s) resultou(aram) no indeferimento de sua solicitação de condição especial para realização da prova.

2.6.20 As informações prestadas no ato da inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a Câmara Municipal de Itapema/SC e a FUCRI/UNESC o direito de excluir do concurso público aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1.1 A taxa de inscrição deverá ser paga mediante boleto bancário emitido no ato de inscrição, cujos valores são:

- a) R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cargos de nível superior.
- b) R\$ 100,00 (cem reais) para cargos de nível médio.
- c) R\$ 80,00 (oitenta reais) para cargos de nível fundamental.

3.1.2 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado do dia **15 de agosto de 2023** ao dia **13 de setembro de 2023**, respeitado o horário bancário.

3.1.3 Não serão aceitos os pagamentos das inscrições por depósito em caixa eletrônico, por meio de cartão de crédito, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC/TED, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

3.1.4 No caso de feriado ou suspensão do atendimento bancário, o pagamento do boleto deverá ser antecipado para o primeiro dia útil que anteceder à data do último dia de inscrição.

3.1.5 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.1.6 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros processos seletivos.

3.1.7 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do concurso público por conveniência da Administração Pública.

3.2 DAS NORMAS PARA INSCRIÇÃO

3.2.1 Será admitida a inscrição exclusivamente via internet, no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, solicitada no período entre 10 (dez) horas do dia **15 de agosto de 2023** e 16 (dezesesseis) horas do dia **13 de setembro de 2023** (horário oficial de Brasília/DF).

3.2.2 A FUCRI/UNESC não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.2.3 O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição. Preenchendo todos os campos obrigatórios e imprimindo o boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição.

3.2.4 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento do formulário de inscrição online no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/> e o pagamento da taxa de inscrição ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição relativa ao respectivo cargo selecionado.

3.2.5 Encerrado o período de inscrição, as inscrições realizadas no sistema de inscrição que tenham sido efetivamente pagas ou isentas serão automaticamente efetivadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.

3.2.6 A FUCRI/UNESC não se responsabiliza por inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados, impressão dos documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

3.2.7 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da inscrição do candidato e a anulação de todos os atos que tenha praticado. Será cancelada a inscrição e serão anulados os atos decorrentes do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.2.8 É vedada a inscrição condicional, fora do prazo estabelecido, bem como a realizada via postal, via fax, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

3.2.9 Cada candidato poderá realizar somente uma inscrição no concurso público de que se trata este edital.

3.2.9.1 No caso de o candidato efetivar duas ou mais inscrições, será considerada válida a inscrição de data mais recente ou de maior número de inscrição, se ambas tiverem a mesma data.

3.2.10 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, inclusive dos requisitos exigidos no momento da posse, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2.11 Não serão aceitos pedidos de isenção de taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelas Lei nº 10.567/1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 18.559/2022 do Estado de Santa Catarina e pela Lei nº 2.573/2007 do Município de Itapema (doador de sangue); Lei nº 3.931/2019 (serviços à Justiça Eleitoral do período de eleição); for beneficiário da Lei Federal nº 13.656/2018 e estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, e cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, até a data da inscrição no presente concurso, nos termos do Decreto n. 11.016/2022.

3.2.11.1 O candidato deverá requerer a isenção por meio da Área do Candidato, na opção “solicitar isenção” no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, até o dia 23 de agosto de 2023.

3.2.11.2. O candidato deverá enviar via upload em um único arquivo em formato .pdf, para fim de comprovação da condição de doador de sangue, de medula ou de leite humano. Para doadores de sangue será necessário enviar o **comprovante emitido por entidade oficial ou credenciada pela União, Estado ou Município, que deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as**

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes nos últimos 12 (doze) meses, contados da data de publicação do presente edital; e para fim de comprovação da condição de doador de medula óssea será necessário enviar a carteira com o número de inscrição junto ao Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME) e comprovada, no mínimo, 1 (uma) doação. Para pessoas doadoras de leite humano, deve ser comprovada, no mínimo, uma doação mensal pelo período mínimo de 4 (quatro) meses antecedentes à data da inscrição para o concurso.

3.2.11.2 O candidato deverá enviar via *upload* em um único arquivo em formato .pdf, para fim de comprovação do serviço prestado à Justiça Eleitoral, **declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do cidadão, a função desempenhada, a data e o turno da eleição, do plebiscito ou do referendo, cuja cópia deverá ser anexada no ato de inscrição.** O benefício concedido ao cidadão que prestou junto à Justiça Eleitoral terá a validade de quatro anos a contar da data da eleição oficial, incluindo o plebiscito ou o referendo, para o qual o cidadão prestou serviços.

3.2.11.3 O candidato deverá enviar via *upload* em um único arquivo em formato .pdf, o comprovante de cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), emitido através do site do Ministério da Cidadania, contendo informação de renda familiar mensal per capita inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional. O comprovante deverá atestar que a inscrição do candidato está ativa CadÚnico.

3.2.12 Os resultados dos pedidos de isenção estarão disponíveis na Área do Candidato, no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, no dia **29 de agosto de 2023**.

3.2.13 Caso a documentação comprobatória esteja incompleta ou irregular, a isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato será indeferida, cabendo a ele realizar o pagamento da taxa durante o período de inscrição, sob pena de seu indeferimento.

4. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA

4.1 A prova objetiva será aplicada na data de 29 de outubro de 2023, na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina, podendo ser aplicada também em cidades vizinhas, caso o número de inscritos exceda a capacidade de alocação do município.

4.1.1 A alocação dos candidatos no local designado para a prova objetiva será definida pela instituição organizadora, podendo esta adotar livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do concurso público. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação do local, não necessariamente havendo a alocação dos candidatos nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de candidatos com necessidades em local de provas específico, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a este público.

4.1.2 A FUCRI/UNESC reserva-se ao direito de alterar o local de prova em caso de indisponibilidade de locais suficientes ou adequados na localidade de realização das provas.

4.2 As relações de homologação das inscrições deferidas, bem como o local de realização da prova, serão disponibilizadas via endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, sendo que o candidato deverá, **obrigatoriamente**, acessar o endereço eletrônico para verificar tais informações.

4.3 Caso os dados pessoais do candidato, constantes na confirmação de inscrição, não estiverem de acordo com o Requerimento de Inscrição, o candidato, ou seu representante legal, deverá solicitar retificação à Coordenação Local no dia da prova.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

4.4 É responsabilidade do candidato confirmar a homologação da sua inscrição e o local e horário de realização da prova a partir do dia **11 de outubro de 2023**, no seguinte endereço eletrônico: <https://unesec.selecao.net.br/>.

4.5 O candidato somente poderá realizar a prova no local designado pela FUCRI/UNESC.

5. DA PROVA

5.1 DAS REGRAS GERAIS DE REALIZAÇÃO DA PROVA

5.1.1 Para o cargo de Motorista o concurso consistirá na realização de duas etapas: (a) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório; e (b) prova de prática, de caráter eliminatório.

5.1.2 Para o cargo de Assistente Administrativo e Recepcionista o concurso consistirá na realização de uma etapa: (a) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

5.1.3 Para os cargos de Analista Legislativo Contábil e Jornalista, o concurso consistirá na realização de duas etapas: (a) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório; e (b) prova de títulos, de caráter exclusivamente classificatório.

5.1.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, portando material de prova (caderno de questões e/ou cartão de respostas).

5.1.5 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de prova durante sua realização somente poderá fazê-lo se acompanhado de um fiscal.

5.1.6 Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de questões e o cartão de respostas devidamente preenchido e assinado, com caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta.

5.1.7 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão entregar o material de prova e se retirarem da sala simultaneamente.

5.1.8 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.

5.1.9 Não serão permitidas, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos.

5.1.10 Será eliminado do concurso público o candidato que, durante a realização da prova, estiver portando:

a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod®, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.;

b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha;

c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro, etc.;

d) qualquer recipiente ou embalagem contendo líquidos que não seja fabricado com material transparente, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante;

e) qualquer máquina calculadora ou similares e régua de cálculo.

5.1.11 Nas dependências físicas em que será realizada a prova, não será permitido o uso pelo candidato de quaisquer objetos relacionados no subitem 5.1.10 deste edital.

5.1.12 Para a segurança de todos os envolvidos no concurso público, é recomendado que os candidatos não portem arma de fogo no dia de realização da prova. Contudo, nos casos previstos na Lei Federal nº 10.826/2003 estando o candidato autorizado, a partir do requerimento previsto no item 2.6.1 deste Edital, poderá portar arma de fogo durante a prova. Para tanto, o candidato deverá

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

apresentar-se na sala de coordenação do concurso público, no dia da aplicação da prova, antes do ingresso na sala de prova, para preenchimento do termo de acautelamento de arma de fogo para desmuniar e lacrar da arma, a qual será devidamente identificada. A arma de fogo dos candidatos amparados pela lei citada neste item ficará de posse do candidato durante a aplicação da prova.

5.1.13 Sob pena de ser eliminado do concurso público, antes de entrar na sala de prova, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, obrigatoriamente desligados, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionado nas alíneas “a” e “b” do subitem 5.1.10 deste edital.

5.1.14 Durante toda a permanência do candidato na sala de prova, o seu telefone celular, assim como qualquer equipamento eletrônico, deve permanecer obrigatoriamente desligado e acondicionado na embalagem porta-objetos lacrada, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes. O candidato será eliminado do concurso público caso o seu telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico entre em funcionamento, mesmo sem a sua interferência direta, durante a realização da prova.

5.1.15 A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término da sua prova. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora do ambiente de prova.

5.1.16 A FUCRI/UNESC não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

5.1.17 A FUCRI/UNESC não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova nem por danos a eles causados.

5.1.18 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado oficial.

5.1.19 Para realização da prova o candidato receberá o caderno de questões e o cartão de respostas personalizado.

5.1.20 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do cartão de respostas de acordo com as instruções nele constantes, não podendo ser substituído, em caso de marcação errada ou rasura.

5.1.21 No cartão de respostas não serão computadas as questões em branco, as questões com duas ou mais alternativas assinaladas, as questões rasuradas e aquelas cujo preenchimento não seguiu o padrão solicitado.

5.1.22 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas no cartão de respostas personalizado.

5.1.23 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de prova, a FUCRI/UNESC tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material substitutivo.

5.1.24 Nos dias de realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova ou aos critérios de avaliação e de classificação.

5.1.25 A FUCRI/UNESC reserva-se o direito de manter os cartões de respostas personalizados e cadernos de questões da prova em vias originais por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do concurso público. Após este período o material será destruído.

5.2 DO ACESSO À SALA DE PROVA

5.2.1 O acesso do candidato à sala de prova será por meio da apresentação de documento de identidade válido. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; e carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

5.2.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

5.2.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

5.2.4 O documento apresentado somente será considerado válido se constar, de forma visível, a assinatura de seu portador. É vedada a apresentação de documentos sem assinatura ou que possuam em seu lugar termos como “não alfabetizado”, “documento infantil”, entre outros.

5.2.5 Tendo em vista a necessidade de identificação civil dos candidatos não apenas no ingresso nos locais de provas como também durante a realização da prova, e em razão da proibição do uso de celulares e aparelhos eletrônicos, fica vedada a apresentação pelo candidato exclusivamente da Carteira Nacional de Habilitação em meio eletrônico (CNHe) ou qualquer outro documento no formato digital. Para fins de identificação civil **o candidato obrigatoriamente deverá apresentar documento original, no formato físico.**

5.2.6 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar à equipe de aplicação documento (original ou cópia simples) que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido, no máximo, 90 dias antes da data de realização da prova, ocasião em que será submetido à identificação especial, que compreende coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio. O documento de registro da ocorrência será retido pela equipe de aplicação.

5.2.7 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

5.2.8 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

5.2.9 O candidato deverá chegar ao local de realização da prova com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos do horário estabelecido para o início da realização da prova. **Os portões de acesso à sala de prova serão fechados rigorosamente 15 minutos antes do horário estabelecido para o início da realização da prova.**

5.2.10 Não será admitido no local de realização da prova o candidato que se apresentar após o horário determinado em edital ou no comunicado oficial.

5.2.11 Não haverá segunda chamada ou reaplicação da prova objetiva, independente do motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

5.3 DA SAÍDA DA SALA

5.3.1. Os candidatos apenas poderão se retirar do local de exame após decorrida 01 (uma) hora do início da prova. O candidato poderá deixar o local de provas levando apenas a grade de rascunho para gabarito fornecida pela equipe de aplicação.

5.3.2. Não será permitido ao candidato fazer qualquer tipo de anotação, sob pena de eliminação.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

5.4 DA PROVA OBJETIVA

5.4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

5.4.1.1 A prova objetiva será realizada no dia **29 de outubro de 2023** e terá duração de 04 (quatro) horas.

5.4.1.2 A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório.

5.4.1.3 A prova objetiva será composta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos, subdivididas em 05 (cinco) alternativas de resposta, de "A" a "E", e dessas alternativas somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

5.4.1.4 A prova de motorista será composta de 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Matemática e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos. A prova de Assistente Administrativo e Recepcionista será composta de 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática, 05 (cinco) questões de Informática e 20 questões de Conhecimentos Específicos. A prova de Analista Legislativo Contábil e Jornalista será composta de 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática/Raciocínio Lógico, 05 (cinco) questões de Informática e 20 questões de Conhecimentos Específicos. As provas abordarão os conteúdos programáticos especificados no ANEXO I deste Edital.

5.4.1.5 A nota em cada questão da prova objetiva, feita com base nas marcações do cartão de respostas, seguirá o disposto no quadro abaixo, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo:

MOTORISTA			
ÁREA DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PONTO POR QUESTÃO	TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,15	1,50
Matemática	10	0,15	1,50
Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00
TOTAL DE QUESTÕES POR PROVA		40	10,00

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO RECEPCIONISTA			
ÁREA DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PONTO POR QUESTÃO	TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,15	1,50
Matemática	05	0,15	0,75
Informática	05	0,15	0,75
Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00
TOTAL DE QUESTÕES POR PROVA		40	10,00

ANALISTA LEGISLATIVO CONTÁBIL JORNALISTA			
ÁREA DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PONTO POR QUESTÃO	TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,15	1,50

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Matemática/Raciocínio Lógico	05	0,15	0,75
Informática	05	0,15	0,75
Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00
TOTAL DE QUESTÕES POR PROVA		40	10,00

5.4.1.6 Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão da prova objetiva:

- a) assinalada no cartão de respostas que não corresponda ao Gabarito Oficial definitivo;
- b) assinalada no cartão de respostas que contenha emenda e/ou rasura ainda que legível;
- c) que contenha mais de uma opção assinalada no cartão de respostas;
- d) que não estiver assinalada no cartão de resposta; e
- e) cuja resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão de respostas, ou seja, preenchidas com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de tinta azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão de respostas.

5.4.1.7 As questões da prova objetiva e o seu gabarito estarão à disposição dos interessados no dia **29 de outubro de 2023**, no site <https://unesec.selecao.net.br/>.

5.4.1.8 Será considerado habilitado na prova objetiva, o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco pontos).

5.5 DAS NORMAS ESPECÍFICAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

5.5.1 As respostas deverão ser transcritas para o cartão de respostas, de forma legível, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha durante a realização da prova. O cartão de respostas será o único documento válido para a correção da prova.

5.5.2 Os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão de respostas serão de inteira responsabilidade do candidato. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com as instruções do cartão de respostas, como marcação rasurada, emendada ou com o campo de marcação não preenchido integralmente. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

5.5.3 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo danificar o seu cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

5.5.4 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais no material de prova, em especial seu nome, número de inscrição, data de nascimento e o número de seu documento de identidade.

5.5.5 Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação todos os documentos que lhe foram fornecidos para realização da prova, incluindo o documento que será utilizado para a correção de sua prova (o cartão de respostas) e o caderno de questões. O candidato que descumprir a regra de entrega desses documentos será eliminado do concurso público.

5.5.6 Durante a aplicação da prova, não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou qualquer outro documento.

5.6 DA PROVA DE TÍTULOS

5.6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

5.6.1.1 A prova de títulos será de caráter unicamente classificatório.

5.6.2 **Todos os candidatos interessados terão das 8h00min do dia 30 de outubro de 2023 às 16h00min do dia 03 de novembro de 2023, sob pena de preclusão, para apresentar seus títulos.**

5.6.3 Os títulos deverão ser enviados em arquivo único em formato .pdf em local específico para este fim na área do candidato do endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, no período especificado no item 5.6.2, em formato legível.

5.6.3.1. Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via correio eletrônico e(ou) via requerimento administrativo.

5.6.4 Para fins de pontuação na prova objetiva de títulos, serão considerados para fins de pontuação os certificados de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e diplomas de Mestrado e/ou Doutorado relacionados ao cargo de inscrição, conforme pontuação abaixo:

TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR TÍTULO
Diploma de curso de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , em nível de Doutorado, relacionado ao cargo de inscrição.	1,00 (um)
Diploma de curso de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , em nível de Mestrado, relacionado ao cargo de inscrição.	0,50 (meio)
Certificado de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> , em nível de Especialização, com carga horária mínima de 360 horas, relacionado ao cargo de inscrição.	0,25 (vinte e cinco décimos)

5.6.5. A nota na prova de títulos será a pontuação obtida com a análise do documento apresentado.

5.6.5.1 A pontuação máxima admitida será de 1,00 (um) ponto, não sendo cumulativa, mesmo que o candidato apresente mais de um título, sendo pontuado somente um título de maior valor, observados os critérios do item 5.6.4. O valor será somado à nota da prova objetiva para o cálculo da nota final do candidato.

5.6.5.2. Receberá nota zero o candidato que não enviar a imagem legível dos títulos na forma, no prazo e no horário estipulados neste edital.

5.6.6 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação original constante no item anterior deste Edital, pois poderá ser solicitada, a qualquer tempo, para conferência.

5.6.7 Serão aceitos somente os títulos emitidos até a data do encerramento do período de envio dos títulos.

5.6.7.1. Não serão aceitas declarações como prova da existência do título, em hipótese alguma.

5.6.8 Não serão aceitos os títulos não entregues pelos meios, prazo e locais determinados no presente Edital, os documentos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível, e os que não atenderem, na íntegra, as condições impostas pelo Edital.

5.6.9. Os certificados e diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida e credenciada pelo MEC.

5.7 DA PROVA PRÁTICA

5.7.1 O cargo de Motorista cuja exigência de Prova Prática deverão realizá-las nos termos do presente edital.

5.7.2 A Prova Prática será realizada entre os 60 (sessenta) primeiros classificados na Prova Objetiva.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

5.7.3 A Prova Prática é eliminatória, sendo requisito fundamental para a classificação final. A não aprovação na Prova Prática implica em desclassificação no Concurso Público.

5.7.4 As Provas Práticas serão realizadas com a finalidade de comprovar que os candidatos têm aptidão para realização das atividades fins aos cargos aos quais estão concorrendo, não suprimindo as exigências legais inerentes as atividades a serem exercidas.

5.7.5 As atividades a serem realizadas na Prova Prática, conforme o cargo, está descrito no ANEXO V do presente edital.

5.7.6 A Prova Prática será realizada no dia **06 de dezembro de 2023**, em local a ser determinado na Convocação dos candidatos para realização da Prova Prática.

6. DO CÁLCULO DA PONTUAÇÃO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1 A prova objetiva será corrigida por meio de processamento eletrônico do cartão de respostas.

6.2 As notas da classificação final, para os cargos de Motorista, Assistente Administrativo e Recepcionista seguirá a fórmula abaixo:

$$PF = NPO$$

Sendo:

PF = Pontuação Final

NPO = Nota da Prova Objetiva

6.3 As notas da classificação final, para os cargos de Analista Legislativo Contábil e Jornalista e seguirá a fórmula abaixo:

$$PF = NPO + NPT$$

Sendo:

PF = Pontuação Final

NPO = Nota da Prova Objetiva

NPT – Nota da Prova de Títulos

6.4 A publicação da classificação final obedecerá a ordem decrescente das notas e terá somente os candidatos classificados. Os demais candidatos poderão acessar a sua pontuação pela Área do Candidato do endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>.

6.5 No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que prestaram a respectiva prova.

6.6 O gabarito preliminar poderá ser modificado por decisão tomada a partir de recurso contra uma ou mais respostas às questões. Nesse caso, as provas serão corrigidas a partir de novo gabarito, agora definitivo."

6.7 Em caso de empate na média aritmética ponderada, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
- Tiver a maior idade;
- Tiver maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos.

6.8 Apurada a classificação dos candidatos, o resultado será publicado em duas listas: a primeira com a pontuação e classificação de todos os candidatos de ampla concorrência, inclusive com os candidatos com deficiência; a segunda, somente com a pontuação e classificação dos candidatos com deficiência.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

7 DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

7.1 É admitido pedido de recurso quanto:

- a) ao indeferimento dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição;
- b) ao indeferimento dos requerimentos de condições especiais, da inscrição de candidatos PcD;
- c) Indeferimento da inscrição;
- d) ao gabarito preliminar;
- e) ao indeferimento dos títulos da Prova de Títulos;
- f) ao resultado preliminar dos classificados no concurso público;
- g) ao resultado final preliminar dos classificados na Prova Prática.

7.2 Os pedidos de recurso relativos às disposições do item 7.1 deverão ser interpostos pelo candidato exclusivamente mediante preenchimento e envio eletrônico de formulário específico, disponibilizado no site <https://unesec.selecao.net.br/>, nos seguintes prazos:

- a) no caso de indeferimento dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição será possível interpor recurso das 08 (oito) horas do dia **30 de agosto de 2023** até às 23 (vinte e três) horas, 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do dia **31 de agosto de 2023**;
- b) relativos aos indeferimentos dos requerimentos de condições especiais para realização da prova, da inscrição de candidato PcD será possível interpor recurso das 08 (oito) horas do dia **20 de setembro de 2023** até às 23 (vinte e três) horas, 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do dia **21 de setembro de 2023**;
- c) no caso de indeferimento da inscrição será possível interpor recurso das 08 (oito) horas do dia **28 de setembro de 2023** até às 23 (vinte e três) horas, 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do dia **29 de setembro de 2023**;
- d) em relação ao gabarito preliminar será possível interpor recurso das 08 (oito) horas do dia **30 de outubro de 2023** até às 23 (vinte e três) horas, 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do dia **31 de outubro de 2023**;
- e) relativos aos indeferimentos dos títulos de escolaridade da Prova de Títulos será possível interpor recurso das 08 (oito) horas do dia **14 de novembro de 2023** até às 23 (vinte e três) horas, 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do dia **16 de novembro de 2023**;
- f) referente ao resultado preliminar do concurso público será possível interpor recurso das 08 (oito) horas do dia **23 de novembro de 2023** até às 23 (vinte e três) horas, 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do dia **24 de novembro de 2023**.
- g) referente resultado final preliminar da Prova Prática do concurso público será possível interpor recurso das 08 (oito) horas do dia **13 de dezembro de 2023** até às 23 (vinte e três) horas, 59 (cinquenta e nove) minutos e 59 (cinquenta e nove) segundos do dia **14 de dezembro de 2023**.

7.2.1 Não será aceito recurso via postal, via fax, via requerimento administrativo ou ainda via correio eletrônico.

7.3 Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas.

7.3.1 Caso o candidato entregue mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do concurso público, só será analisado o último transmitido.

7.3.2 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

7.4 Não serão admitidos, em nenhuma hipótese, interposições de recurso que estejam em desacordo com o estabelecido no item 7.1.

7.4.1 Os recursos intempestivos ou sem fundamentação não serão analisados.

7.4.2 Os pedidos de recurso interpostos fora dos respectivos prazos não serão conhecidos, sendo observada, para cômputo de prazo, as datas dos respectivos protocolos.

7.5 A resposta aos recursos será publicada no endereço eletrônico <https://unesc.selecao.net.br/>. A resposta individual a cada requerimento será acessível na aba "Recursos". Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio.

7.6 Após a análise dos recursos interpostos ou decisão havida pela Banca Examinadora em virtude de erro material, poderá haver alteração da pontuação e/ou classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

7.7 A decisão exarada nos recursos pela Banca Examinadora (FUCRI/UNESC) é irrecorrível na esfera administrativa.

7.8 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra gabarito oficial definitivo, bem como contra os resultados finais nas demais etapas.

7.9 Recursos cujo teor desrespeite a Banca Examinadora (FUCRI/UNESC) serão liminarmente indeferidos

8 DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

8.1 O candidato será nomeado no cargo, por ato do Poder Público Municipal, obedecendo-se à ordem de classificação final e demais requisitos deste edital e da legislação vigente.

8.1.1 A classificação no presente concurso público gera mera expectativa de direito, competindo à Administração, dentro do seu poder discricionário e atendendo aos seus interesses e limite prudencial de gastos, nomear candidatos aprovados de acordo com a necessidade, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.

8.1.2 O candidato aprovado será convocado por ordem classificatória decrescente de pontuação, em conformidade com o disposto no presente edital, para ocupação de vaga conforme a necessidade exclusiva da Câmara Municipal de Itapema/SC.

8.1.2.1 O candidato aprovado que optar por não ocupar determinada vaga disponível naquele momento será desclassificado, sendo convocado o próximo na lista de classificação.

8.2 Os atos relacionados à convocação, nomeação e posse do candidato classificado será regulado por edital de convocação publicado no Diário Oficial do Município.

8.2.1 A posse ocorrerá após a entrega da documentação exigida no ANEXO VI pela Câmara Municipal de Itapema/SC e após a elaboração de ato de nomeação pelo Poder Público.

8.2.2 Por ocasião da convocação de posse, o candidato nomeado deverá apresentar os documentos que serão descritos no ato de divulgação do resultado final do concurso público.

9 DA SEGURANÇA NO CONCURSO PÚBLICO

9.1 Para garantir a lisura e segurança na realização da prova objetiva, poderá ser utilizado detectores de metal nos banheiros, nos corredores e/ou nas salas de provas, e identificação datiloscópica de candidatos por autoridade competente que, se necessário, fará vistoria rigorosa. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

9.2 Por motivo de segurança e visando a garantir a lisura e a idoneidade do concurso público, serão adotados os procedimentos a seguir especificados:

- a) após ser identificado, nenhum candidato poderá se retirar da sala sem autorização e acompanhamento da fiscalização;
- b) não será permitido, sob hipótese alguma, durante a aplicação de prova, o retorno do candidato à sala de prova após ter-se retirado dela, sem autorização, ainda que por questões de saúde.
- c) Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato se utilizou de processo ilícito, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso público.

9.3 Será automaticamente eliminado do concurso público, em decorrência da anulação de sua prova, o candidato que durante a realização das provas:

- a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova;
- b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
- c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos, tais como os listados no subitem 5.1.10;
- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- f) não entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de questões ou o cartão de respostas;
- i) descumprir as instruções contidas no caderno de questões ou no cartão de respostas;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter a própria aprovação ou a aprovação de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
- l) não permitir a coleta de sua assinatura;
- m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
- n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
- o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma sem o devido deferimento de atendimento especial;
- p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- q) não permitir a coleta de dado biométrico, quando houver.

10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Todos os candidatos concorrerão em igualdade de condições, excetuados os casos específicos previstos na legislação vigente para o atendimento especializado para a realização das provas.

10.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público publicados no endereço eletrônico <https://unesc.selecao.net.br/>.

10.3 As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos editais de resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

10.4 O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público no Setor de Concursos da Unesc, localizada na Av. Universitária, nº 1105, bairro Universitário em Criciúma/SC, por meio do telefone (48) 3431-2788, ou via internet, no endereço eletrônico <https://unesc.selecao.net.br/>, e por meio do correio eletrônico contatoconcursos@unesc.net.

10.5 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados.

10.6 As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação, ainda que não contempladas no Anexo I deste edital.

10.7 A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação, salvo se listadas no Anexo I deste edital.

10.8 A publicação do resultado final preliminar do concurso público será feita no dia **22 de novembro de 2023**, contendo a pontuação de todos os candidatos aprovados, de acordo com a ordem classificatória. O resultado será publicado em duas listas: a primeira com a pontuação e classificação de todos os candidatos de ampla concorrência, inclusive com os candidatos com deficiência; a segunda, somente com a pontuação e classificação dos candidatos com deficiência.

10.9 A divulgação do resultado definitivo e a homologação do resultado final do concurso público, pelo Câmara Municipal de Itapema/SC, ocorrerá na data prevista de **01 de dezembro de 2023**.

10.10 A Câmara Municipal de Itapema/SC e a FUCRI/UNESC não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, à alimentação e ao alojamento dos candidatos, quando da realização da prova.

10.11 A responsabilidade operacional do concurso público de que trata o presente Edital cabe a FUCRI/UNESC, mediante contrato firmado com a Câmara Municipal de Itapema/SC.

10.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público.

Itapema/SC, 14 de agosto de 2023.

Jean Idimar da Silva
Câmara Municipal de Itapema/SC

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL FUNDAMENTAL (MOTORISTA):

Língua Portuguesa: Ortografia, Linguagem Formal, Pronomes de Tratamento, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais. Leitura e interpretação de pequenos textos. Escrita de palavras. Separação em sílabas. Gênero masculino e feminino. Ordem alfabética. Formação do plural aos substantivos terminados em vogal. Fonética: letra e fonema.

Matemática: Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos. Funções: Definição, Operações. Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional. Porcentagem, Geometria, Razão e Proporção, Fatoração. Resolução de problemas.

NÍVEL MÉDIO (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTA):

Língua Portuguesa: Ortografia, Linguagem Formal, Pronomes de Tratamento, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais, Sintaxe. Leitura e interpretação de pequenos textos. Pressupostos e subentendidos. Vícios de linguagem. Escrita de palavras. Ocorrência da Crase. Pontuação. Gênero masculino e feminino. Formação do plural aos substantivos terminados em vogal. Fonética: letra e fonema.

Matemática: Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos. Funções: Definição, Operações. Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional. Porcentagem, Geometria, Razão e Proporção, Fatoração. Resolução de problemas. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Informática: Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows. Utilização: Word, Excel, PowerPoint e suas respectivas versões posteriores. Impressão. Noções de segurança para Internet. Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox e suas respectivas versões posteriores).

NÍVEL SUPERIOR (ANALISTA LEGISLATIVO CONTÁBIL E JORNALISTA):

Língua Portuguesa: Ortografia, Linguagem Formal, Pronomes de Tratamento, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais, Sintaxe. Leitura e interpretação de textos. Pressupostos e subentendidos. Vícios de linguagem. Variação linguística. Escrita de palavras. Ocorrência da Crase. Pontuação. Gênero masculino e feminino. Formação do plural aos substantivos terminados em vogal. Fonética: letra e fonema.

Matemática/Raciocínio Lógico: Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos. Funções: Definição, Operações. Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional. Porcentagem, Geometria, Razão e Proporção, Fatoração. Resolução de problemas. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Informática: Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows. Utilização: Word, Excel, PowerPoint e suas respectivas versões posteriores. Impressão. Noções de segurança para Internet. Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox e suas respectivas versões posteriores).

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO

I – MOTORISTA: Legislação de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações referentes à condução de veículos. Sistema Nacional de Trânsito. Normas Gerais de Circulação. Sinalização. Veículos, licenciamento, habilitação. Regras de circulação. Deveres e proibições, infrações e penalidades. Medidas e processos administrativos. Direção defensiva. Primeiros socorros. Preservação do meio ambiente. Direitos Humanos e Cidadania no trânsito. Noções sobre funcionamento do veículo. Transporte de urgência e emergência.

II – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: Atos Administrativos. Processo e procedimento administrativo. Licitações. Contratos Administrativos. Redação Oficial: princípios, características e qualidades, linguagem, digitação qualitativa, formas e pronomes de tratamento, fechos, identificação do signatário, expressões e vocábulos latinos de uso frequente, elementos de ortografia e gramática, padrão ofício, fax, correio eletrônico, documentos (conceitos e definições, generalidades, tipos, partes, apresentação, forma e estrutura, padronização, diagramação). Documentação e arquivo. Noções sobre administração de materiais: compras, organização, requisição, armazenamento, reposição, estoques, conservação. Noções sobre atendimento telefônico. Cuidados com o ambiente de trabalho. Noções de segurança do trabalho e ergonomia.

III – RECEPCIONISTA: Ética profissional. Sigilo profissional. Postura profissional. Atendimento ao público. Atendimento telefônico. Correio eletrônico. O papel do atendimento nas organizações. Deveres e responsabilidades. Características adequadas ao profissional de atendimento ao público. Atendimento telefônico. Habilidades de transmissão e recepção da informação. Etiqueta no trabalho. Comunicação: conceitos, importância. Comunicação assertiva, comunicação passiva e comunicação agressiva. Cuidados com o ambiente de trabalho. Noções de segurança do trabalho e ergonomia.

IV – ANALISTA LEGISLATIVO CONTÁBIL: Contabilidade Geral: objetivo, finalidade, conceito, objeto e campo de atuação. Patrimônio e suas variações. Contas (conceito, tipo e plano de contas). Escrituração: métodos, diário, razão e livros auxiliares. Ajustes e levantamento de demonstrativos financeiros (balanço Patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração das origens e aplicações de recursos). Análise de balanços como instrumento de avaliação de desempenho (análise vertical, análise horizontal e análise por quocientes – liquidez, atividade e rentabilidade). Auditoria: noções básicas de auditoria interna, natureza e campo de atuação da auditoria: auditoria governamental, campo de atuação, classificação, aplicação, auditoria externa ou independente, normas CVM. Contabilidade Intermediária: conceitos, funções, aplicações. Contabilidade Pública: conceito, campo de atuação. Bens públicos, entidades públicas, conceito e classificação. Orçamento: conceito, elaboração e regime orçamentário. Créditos adicionais: conceito e classificação. Receitas e despesas orçamentárias: estágios e classificação. Sistema de contas: conceito e classificação; demonstrativos contábeis: balanço orçamentário, financeiro e patrimonial e demonstrativo das variações patrimoniais; SIAFI (Sistema integrado de administração financeira), contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial: despesas e receitas segundo as categorias econômicas. Programa de trabalho de governo (demonstrativo de funções), LOA, LDO, Lei orçamentária, orçamento-programa, programas e sub-programas por projetos e atividades. Comparativo da receita orçada com a arrecadada. Comparativo da despesa autorizada com a realizada. Controladoria no setor público:

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

conceito, classificação, forma de atuação, objetivos. O controle no setor público. controle interno e controle externo: o exercício do controle na gestão pública: regulamentação legal. Legislação: Lei 4.320/64; Lei 6.404/76. Lei 9.430/96. Lei complementar nº 101/00. Lei complementar nº 123/2006. Lei complementar nº 116/2003. Instrução Normativa SRF nº 459/04. Instrução Normativa SRF nº 971/09. Instrução Normativa SRF nº 480/04. Tópicos contemporâneos de Contabilidade Geral. Lei 8.666/93. Constituição de 1988 e suas alterações (arts. 145 a 169). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBCASP-NBC T 16). Ética profissional. Toda legislação citada anteriormente e suas respectivas alterações e complementações até a publicação deste Edital. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Lei Orgânica do Município de Itapema - SC. Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Itapema - SC.

V – JORNALISTA: Fundamentos da Comunicação: conceitos, teorias da comunicação, história da comunicação, técnicas de redação em assessoria de imprensa, comunicação organizacional, mídia training, sugestão e elaboração de pautas, release, técnicas de edição e estilo, linguagem jornalística, conhecimento de gênero e narrativas, conhecimento de jornalismo em mídias eletrônicas (televisão, Internet e rádio). Técnicas de reportagem, entrevista e pesquisa jornalísticas; produção editorial e gráfica; produção audiovisual; radiojornalismo; telejornalismo; jornalismo impresso; jornalismo digital; fotojornalismo; ética e legislação jornalística. Adequação da mensagem ao veículo e ao público-alvo. Tópicos emergentes da comunicação: tecnologias da comunicação; comunicação on-line; mídias web e digitais; mídias sociais.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO II – REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Cargo	Nível	Requisitos
Motorista	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental Completo e CNH “D”.
<p>a) Descrição Sumária: Conduzir e conservar veículos motorizados, utilizados no transporte oficial de passageiros.</p> <p>b) Descrição Detalhada:</p> <ul style="list-style-type: none">* Dirigir veículos oficiais, transportando pessoas e materiais;* Zelar pela abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;* Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;* Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a sua viatura;* Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;* Proceder ao mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;* Tratar os passageiros e usuários com respeito e urbanidade;* Manter atualizada sua Carteira Nacional de Habilitação e a documentação do veículo;* Atender as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências;* Executar outras atividades compatíveis com o cargo.		
Cargo	Nível	Requisitos
Assistente Administrativo	Ensino Médio	Ensino Médio Completo
<p>a) Descrição Sumária: Organizar e executar serviços auxiliares nas áreas administrativas, técnica e operacional.</p> <p>b) Descrição Detalhada:</p> <ul style="list-style-type: none">* Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários;* Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos;* Auxiliar na aquisição e, suprimento de material permanente e de consumo divulgação de editais e outras tarefas correlatas;* Coordenar, controlar e executar o cadastramento dos bens de caráter permanente;* Auxiliar o pessoal técnico na definição de objetivos e no planejamento administrativo;* Auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como, métodos e técnicas de trabalho;* Participar, mediante supervisão e orientação, de trabalhos relacionados à concorrência ou tomada de preços para aquisição de material, redigindo atos, termos de ajuste e contratos correspondentes;* Executar serviços de digitação;* Executar serviços de desenhista;* Executar serviços de operador de sistema;* Executar trabalhos referentes a registro, análise e controle de serviços contábeis;		

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

- * Executar trabalhos relativos a balancetes, análises e controles estatísticos;
- * Executar serviços de cadastro geral, manutenção e organização de arquivos cadastrais, microfilmagem, e equipamento específico;
- * Executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisa legislativa e jurisprudencial;
- * Executar serviços relativos à atualização de registros funcionais, elaboração de folhas de pagamento, datilografia, cadastramento de servidores, operação de máquinas diversas e compra e controle de material;
- * Expedir registros, carteiras e outros documentos sob orientação superior;
- * Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentos e correspondência em geral;
- * Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades;
- * Participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos, emprestando apoio administrativo necessário;
- * Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;
- * Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Cargo	Nível	Requisitos
Recepcionista	Ensino Médio	Ensino Médio Completo

a) Descrição Sumária:

Atua nas dependências internas da Câmara de Vereadores, recepcionando o público em geral, conduzindo-os aos respectivos setores, gabinetes e também ao plenário quando necessário for no horário de expediente;

b) Descrição Detalhada:

- * Recepcionar o público em geral conduzindo-os aos respectivos setores, gabinetes e também ao plenário quando necessário for no horário de expediente;
- * Exercer quaisquer atividades afins ou compatíveis com as atribuições do cargo.
- * efetuar o atendimento telefônico e transferir as respectivas ligações aos setores competentes e gabinetes. (Redação acrescida pela Resolução nº 7/2023)

Cargo	Nível	Requisitos
Analista Legislativo Contábil	Superior	Ensino Superior Completo no curso de Ciência Contábeis.

a) Descrição Sumária:

Executar pesquisas, estudos, controle, acompanhamento, avaliação, implantação e a coordenação de ações, programas, planos e projetos de natureza legislativa.

b) Descrição Detalhada:

- * Pesquisar dados e proceder a estudos comparados, visando projeções do serviço, bem como manter banco de dados específicas relativos ao setor de trabalho;
- * Analisar atos e fatos técnicos e administrativos apresentando soluções e alternativas técnicas inerentes a sua área de atuação;
- * Analisar, diagnosticar e avaliar os programas, projetos e ações inerentes a sua área de atuação;
- * Propor normas de natureza técnica ou administrativa compatíveis com sua área de atuação;
- * Manter atualizado material informativo de natureza técnica e administrativa, diretamente relacionada com as atividades desenvolvidas pelo setor onde desempenha suas funções;

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

- * Executar trabalhos de natureza técnica e administrativa pertinentes a sua formação, compatíveis com sua área de atuação;
- * Acompanhar e avaliar o desempenho e a execução das políticas e diretrizes de seu órgão;
- * Uniformizar o fluxo de trabalho, examinar e adotar soluções de racionalização e controle dos serviços;
- * Prestar assessoria e/ou consultoria relativos a assuntos de sua área de atuação;
- * Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;
- * Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência;
- * Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Cargo	Nível	Requisitos
Jornalista	Superior	Ensino superior em jornalismo ou comunicação social ou relações públicas, com inscrição no respectivo órgão de regulamentação profissional.

a) Descrição Sumária:

Redigir, revisar, arquivar, comentar, fazer a coleta e divulgar informações de interesse jornalístico, bem como planejar, organizar e executar serviços de jornalismo e divulgação institucional.

b) Descrição Detalhada:

- * Redigir, condensar, titular, interpretar, corrigir ou coordenar as matérias a serem divulgadas;
- * Fazer entrevistas e reportagens, escrita ou falada;
- * Planejar, organizar, dirigir e executar serviços técnicos de jornalismo;
- * Coletar notícias ou informações e preparar a sua divulgação;
- * Revisar originais de matérias jornalísticas, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem;
- * Organizar e conservar arquivos jornalísticos e pesquisa dos respectivos dados para elaboração de notícias;
- * Executar a distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico para fins de divulgação;
- * Acompanhar os Vereadores quando solicitado;
- * Acompanhar as sessões, ordinárias, extraordinárias e solenes da Câmara de Vereadores;
- * Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC.(www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO III – CARGO, VAGA, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA.

Cargo	Vagas	Remuneração	Carga Horária Semanal
Motorista	01 + CR*	3.325,22	30h
Assistente Administrativo	04 + CR*	4.534,27	30h
Recepcionista	03 + CR*	4.534,27	30h
Analista Legislativo Contábil	01 + CR*	7.557,22	30h
Jornalista	01 + CR*	7.557,22	30h

***Cadastro Reserva.**

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC.(www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO IV – CRONOGRAMA

Evento	Datas
Publicação do Edital	14/08/2023
Período de inscrições Período de inscrições para candidatos PCD Requerimento de condições especiais	15/08/2023 à 13/09/2023
Requerimento de isenção da taxa de inscrição	15/08/2023 à 23/08/2023
Deferimento/Indeferimento dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição	29/08/2023
Deferimento/Indeferimento dos requerimentos de condições especiais Deferimento/Indeferimento das inscrições de candidatos PCD	19/09/2023
Prazo para recurso: Indeferimento dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição	30/08/2023 à 31/08/2023
Respostas aos recursos: Indeferimento dos requerimentos de isenção da taxa de inscrição	08/09/2023
Prazo para recurso: Indeferimento dos requerimentos de condições especiais Indeferimento das inscrições de candidatos PCD	20/09/2023 à 21/09/2023
Respostas aos recursos: Indeferimento dos requerimentos de condições especiais Indeferimento das inscrições de candidatos PCD	27/09/2023
Publicação das inscrições deferidas	27/09/2023
Prazo para recurso: Inscrições indeferidas	28/09/2023 à 29/09/2023
Respostas aos recursos: Inscrições indeferidas Homologação das inscrições Publicação dos locais de prova	11/10/2023
PROVA OBJETIVA	29/10/2023
Publicação do gabarito preliminar	29/10/2023
Período para envio dos títulos de escolaridade da prova de títulos	30/10/2023 à 03/11/2023
Prazo para recurso: Gabarito preliminar	30/10/2023 à 31/10/2023
Deferimento/Indeferimento dos títulos de escolaridade da prova de títulos	13/11/2023
Prazo para recurso: Indeferimento dos títulos de escolaridade da prova de títulos	14/11/2023 à 16/11/2023
Resposta aos recursos: Gabarito preliminar Resposta aos recursos: Indeferimento dos títulos de escolaridade da prova de títulos Publicação do gabarito oficial Publicação do Resultado preliminar do Concurso Público	22/11/2023
Prazo para recurso: Publicação do Resultado preliminar do Concurso Público	23/11/2023 à 24/11/2023
Resposta aos recursos: Resultado preliminar definitivo do Concurso Público	01/12/2023
Homologação do resultado definitivo do CONCURSO PÚBLICO	01/12/2023
Convocação dos candidatos para realização da Prova Prática	01/12/2023

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Prova Prática	06/12/2023
Resultado final preliminar dos classificados na prova prática	12/12/2023
Prazo para recurso: Resultado final preliminar dos classificados na prova prática	13/12/2023 à 14/12/2023
Resposta aos recursos: Resultado final preliminar dos classificados na prova prática	21/12/2023
Publicação do resultado final definitivo da prova prática	21/12/2023

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC.(www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO V - DA PROVA PRÁTICA

1) Na realização da prova prática o candidato deverá estar presente no local e horário designado para realização da mesma. Não será realizada uma segunda chamada, sendo desclassificado o candidato que não esteja presente conforme determinado.

2) O candidato deverá comparecer vestido adequadamente para realização da prova de aptidão física.

3) Será realizada a prova prática de acordo com a necessidade do cargo, conforme quadro abaixo:

Cargo	Tipo de prova
Motorista	Prova de condução de Micro-Ônibus (VAN)

4) A prova de condução de Micro-Ônibus (VAN) consiste em comprovar a habilidade de realizar a baliza e conduzir o veículo por uma distância de 1,5 km (um quilômetro e meio), com curvas e retorno, em atenção as normas de circulação e de segurança no trânsito.

5) Na avaliação da prova de condução de Micro-Ônibus (VAN) será considerado a atenção dispendida pelo candidato, a obediência as normas de segurança e a capacidade de condução do veículo em zona rural e urbana. A falta de carteira de habilitação apropriada ou vencida, o não respeito as normas de segurança e a falta de aptidão na condução do veículo implicarão em reprovação. O não cumprimento de qualquer das atividades solicitadas implica em desclassificação no concurso público, não sendo necessária a realização das demais atividades inerentes a prova prática.

6) O candidato poderá realizar a manobra de estacionamento em até três tentativas dentro de cinco minutos. O candidato será avaliado na Prova Prática, sendo-lhe atribuídas as seguintes pontuações negativas caso sejam cometidas faltas:

- a) Uma falta eliminatória: reprovação;
- b) Uma falta grave: 03 (três) pontos negativos;
- c) Uma falta média: 02 (dois) pontos negativos;
- d) Uma falta leve: 01 (um) ponto negativo.

7) As faltas serão classificadas da seguinte forma:

7.1) Faltas Eliminatórias:

- a) Desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória;
- b) Avançar sobre o meio fio;
- c) Não colocar o veículo na área balizada em, no máximo três tentativas, no tempo estabelecido;
- d) Avançar sobre o balizamento demarcado quando do estacionamento do veículo na vaga;
- e) Transitar em contramão de direção;
- f) Não completar a realização de todas as etapas do exame;
- g) Avançar a via preferencial;
- h) Provocar acidente durante a realização do exame;
- i) Exceder a velocidade regulamentada para a via;
- j) Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

7.2) Faltas Graves:

- a) Desobedecer à sinalização da via ou ao agente da autoridade de trânsito;
- b) Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

- c) Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;
- d) Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;
- e) Não usar devidamente o cinto de segurança;
- f) Perder o controle da direção do veículo em movimento;
- g) Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

7.3) Faltas Médias:

- a) Executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- b) Trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima;
- c) Interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova;
- d) Fazer conversão incorretamente;
- e) Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- f) Desengrenar o veículo nos declives;
- g) Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias;
- h) Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal de freio nas frenagens;
- i) Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;
- j) Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta durante o percurso;
- k) Não executar corretamente as atividades solicitadas pelo Coordenador Técnico;
- l) Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

7.4) Faltas Leves:

- a) provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado;
- b) não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;
- c) apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- d) utilizar ou Interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;
- e) dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;
- f) tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro;
- g) não identificar corretamente os componentes do veículo quando solicitado pelo Coordenador Técnico;
- h) cometer qualquer outra infração de natureza leve.

8) Será considerado INAPTO na Prova Prática de direção veicular o Candidato que cometer falta eliminatória ou cuja soma dos pontos negativos ultrapasse 03 (três) pontos, conforme apurado pelo Coordenador Técnico destinado para esta Prova Prática.

8.1) O candidato ser considerado INAPTO na Prova Prática estará automaticamente ELIMINADO do concurso público.

8.2) Para fins de desempate na prova prática será adotada a seguinte ordem de critérios:

- a) menor número de infrações registradas junto ao Detran;
- b) maior tempo de habilitação.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEMA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO VI – DOCUMENTAÇÃO PARA POSSE

- 1) No Ato da posse o candidato deverá apresentar a documentação exigida pela Câmara Municipal de Itapema/SC:
 - a) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição;
 - b) Documento de quitação de obrigação militar, quando couber;
 - c) Comprovante de inscrição no cadastro de pessoa física (CPF) da Receita Federal;
 - d) Comprovante da formação exigida no Edital 001/23 e registro no órgão regulamentador da profissão conforme necessidade de cada cargo;
 - e) Certidão de nascimento ou casamento;
 - f) Certidão de nascimento dos filhos, quando couber;
 - g) Atestado de aptidão física/saúde;
 - h) Atestado que não tenha sido condenado em sentença penal transitada em julgado;
 - i) Carteira de Trabalho;
 - j) Comprovante de Residência;
 - k) Carteira de Identidade;
 - l) Declaração de bens;
 - m) Declaração não acumulativa de cargo público.

FUCRI – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (mantenedora)

Av. Universitária, 1105 – Cx. P. 3167 – Fone (048)3431-2500/Fax (048)3431-2750 – CEP 888806-000 Criciúma/SC. (www.unesc.net)
CNPJ: 83.661.074/0001-04

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 128/2023

Publicação N° 5053387

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL N°. 128/2023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F2E52687FDAF6153AE8145882874A3DB2232C00C

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOMETRIA, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, CONCERTO, VULCANIZAÇÃO E MONTAGEM DE PNEUS, CONCERTO DE RODAS E SERVIÇOS DE LAVAGEM PARA VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento de Propostas: até 08h30min do dia 28/08/2023

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 11 de agosto de 2023.

ALEXANDRE GOMES RIBAS
PREFEITO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 019/2022 - FMS

Publicação N° 5052694

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2EABCD0A01BF774F24147A11D4F6E80171BD7B76

Contrato N°: 019/2022

Aditivo N°: 1 T.A 019/2022

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 71/2022

Objeto: PRORROGAÇÃO DO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA, NO MODO LOCAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE PROGRAMAS, SEM LIMITE DE USUÁRIOS. INCLUI AINDA SERVIÇOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DE TAIS SISTEMAS, COMO MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÕES E CONFIGURAÇÕES, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, LEGAL E EVOLUTIVA, BEM COMO HOSPEDAGEM DA SOLUÇÃO EM DATA CENTER.

Vigência: Início: 23/08/2023 Término: 22/08/2024

Assinatura: 11/08/2023

Valor R\$: 16.595,16 (Dezesseis Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação: 312 - 90.001.2121.3339040010000000000.150010021002 - Locação de equipamentos e softwares

Itapiranga, 11 de agosto de 2023

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 080/2022

Publicação N° 5052411

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6F8ACC40EFEBBC517130FF10FB2BB55AA0EAA4FB7

Contrato N°: 080/2022

Aditivo N°: 1 T.A 080/2022

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 71/2022

Objeto: PRORROGAÇÃO DO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA, NO MODO LOCAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE PROGRAMAS, SEM LIMITE DE USUÁRIOS. INCLUI AINDA SERVIÇOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DE TAIS SISTEMAS, COMO MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÕES E CONFIGURAÇÕES, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, LEGAL E EVOLUTIVA, BEM COMO HOSPEDAGEM DA SOLUÇÃO EM DATA CENTER.

Vigência: Início: 23/08/2023 Término: 22/08/2024

Assinatura: 11/08/2023

Valor R\$: 476.904,00 (Quatrocentos e Setenta e Seis Mil e Novecentos e Quatro Reais)

Dotação: 219 - 08.001.2040.3339040010000000000.150070000000 - Locação de equipamentos e softwares

Dotação: 407 - 04.001.2012.3339040010000000000.250070000000 - Locação de equipamentos e softwares

Dotação: 407 - 04.001.2012.3339040060000000000.250070000000 - Suporte a usuários de TIC

Itapiranga, 11 de agosto de 2023

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 084/2022

Publicação N° 5053025

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C58C8A2C1BAC41CED83BE52B07BCC718AC5AAAC4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 084/2022

Aditivo N°: 1 T.A 084/2022

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: HAMMES PAPELARIA E INFORMATICA LTDA - ME

Licitação: Pregão Presencial 97/2022

Objeto: PRORROGAÇÃO DA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO SCANNER PROFISSIONALEIMPRESSORA MATRICIAL, DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.

Vigência: Início: 17/08/2023 Término: 16/08/2024

Assinatura: 11/08/2023

Valor R\$: 7.674,48 (Sete Mil, Seiscentos e Setenta e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação: 407 - 04.001.2012.3339040010000000000.250070000000 - Locação de equipamentos e softwares

Itapiranga, 11 de agosto de 2023

PORTARIA N° 255/2023

Publicação N° 5053622

Portaria n° 255, de 11 de agosto de 2023

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar n° 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Simone da Luz Reichert matrícula n° 14387/04, pelo período de três meses iniciando-se em data de 11/08/2023 até 10/11/2023, referente ao período aquisitivo de 02/05/2017 até 01/05/2022.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 11 de agosto de 2023.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Adriana Arnhold

Diretora de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL Nº 032/2023

Publicação Nº 5052216

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL Nº 032/2023

Processo Seletivo para contratação temporária de Estagiários de Ensino Superior

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

- ADMINISTRAÇÃO:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
25963	MARIA EDUARDA MAGALHÃES SANTOS	8,06
25752	DALIANA FATIMA ZILIO	7,90
27361	JANAINA MARIA DE SOUZA BANDT	7,73
25806	ANA CLARA SOARES AMORIN	7,00

- ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
25423	ADRIELLE DE ALMEIDA	8,10

☐ ARQUITETURA E URBANO:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
26947	CATIANI SANTOS DO ROSÁRIO	9,00
25091	LETÍCIA LIMA DA SILVA MELLO	8,70
24920	ANNA JULIA DOS SANTOS GUIMARÃES	7,86

- CIÊNCIAS BIOLÓGICAS:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
27524	LUIZA SHELLY PADILHA DA SILVA	7,66

- CIÊNCIAS CONTÁBEIS :

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
25223	NICOLE COSTA GUIMARÃES	8,10
27468	OTON BENJAMIN LOUREIRO DE LIMA	6,78

- COMERCIO EXTERIOR :

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
25470	RAFAELA MOTTA E SOUZA	7,48

- DIREITO:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
25946	GABRIELI BETLINKI	7,33

- EDUCAÇÃO FÍSICA – BACHAREL:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
24841	MARISA GASPARIM ROSA	7,33
27339	FRANKLIN LUIZ PEREIRA FILHO	6,70
25637	JHADY HELENA BASCHAKAR CORDEIRO	6,40

- EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
27505	CARLA REGINA FREITAS DOS SANTOS	7,93
25633	AMANDA NASCIMENTO PALMAS DE GOIS	7,80
27533	TARSO GUILHERME TERME DE ALMEIDA	6,43
27042	THIAGO BERGER PEREIRA	5,63*
25254	ARILANE FERREIRA CONCEIÇÃO	5,60*
27448	TALINE SOARES DE OLIVEIRA DA SILVA	5,40*

- ENGENHARIA CIVIL:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
26485	GUILHERME DE ALMEIDA ZEFERINO	7,80
27414	GABRIEL SA TOFFOLI	5,30*

- FARMÁCIA

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
27153	YASMIN DE LIMA NASCIMENTO	9,20

- LICENCIATURA DA MÚSICA:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
25471	LUIZ VIEIRA NETO	8,50

- PEDAGOGIA:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
26706	ANDRESSA RUBIK SINCERO	8,20
27363	GÉSSICA SILVA DA GRAÇA	8,13
27527	ADRIANE TEREZINHA TESCHE#	7,83
27396	EVELYN FERRAZ RUFINO	7,60
25064	JÉSSICA RODRIGUES DARE	7,48
25472	GABRIELA KAROLINA BARRA FERREIRA	7,43
27215	VANESSA CARDOZO CRISANTO	7,36
27152	ROZILEIA JOAQUIM FRISANCO	7,00
25748	EMELI GOMES	7,00
27519	EVELYN CRISTINE RAMOS	6,63
26339	MARIA LIDIANE DE OLIVEIRA RODRIGUES	6,56
27504	LARISSA MONTEMOR BERTAZO MACHADO	6,23

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

PROTOCOLO	CANDIDATO	MOTIVO
24914	CHRISTIANE APARECIDA SCHMEKEL	Descumprimento do item 2.1.2
25036	ALANIS LOUISE DA SILVA FREITAS COLMAN	Descumprimento do item 2.3
25186	NICOLE COSTA GUIMARÃES	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25192	CIBELE DUTRA FELIPE	Descumprimento do item 2.2
25240	AMANDA NASCIMENTO PALMAS DE GOIS	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25249	KARINA DE OLIVEIRA KITZIG	Descumprimento do item 2.2
25469	GABRIELA KAROLINA BARRA FERREIRA	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25478	DEISI ROSA PIRES	Descumprimento do item 2.1
25485	VITORIA OLIVEIRA SILVA	Descumprimento do item 2.3
25486	TATIANE CRISTINE LOPES DE ARAÚJO	Descumprimento do item 2.3
25490	SIMONE DA SILVA	Descumprimento do item 2.3
25491	RIAN LUIS DA S. BRUCH	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25492	RIAN LUIS DA S. BRUCH	Descumprimento do item 2.2
25494	EMILY ALINE KAUFMANN	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25536	RIAN LUIS DA S. BRUCH	Descumprimento do item 2.1
25634	JHADY HELENA BASCHAKAR CORDEIRO	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25635	JHADY HELENA BASCHAKAR CORDEIRO	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25636	JHADY HELENA BASCHAKAR CORDEIRO	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25645	GESLEY TRINOSKY ALVES CAVALHEIRO	Descumprimento do item 1.6 (Curso não oferecido)
25731	LARISSA DA ROSA PEREIRA	Descumprimento do item 2.1
25737	EMELI GOMES	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25738	EMELI GOMES	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25740	EMELI GOMES	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25741	EMELI GOMES	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25743	MIKEIAS HENRIQUE DA ROCHA FRANCO	Descumprimento do item 2.3
25744	EMELI GOMES	Inscrição em duplicidade – item 1.5
25859	DEISI ROSA PIRES	Descumprimento do item 2.3
25953	KEILA MAGALI CARDOSO DA SILVA	Descumprimento do item 2.1.2
26115	VANESSA CRISTINA DUARTE DA ROSA	Descumprimento do item 2.3
26143	ROGERIO GONÇALO SOARES	Descumprimento do item 2.3
26301	JAQUELINE FARIAS CARDOSO DE JESUS	Descumprimento do item 2.1.2

26304	DEISI ROSA PIRES	Descumprimento do item 2.1.2
26317	CATIANI SANTOS DO ROSÁRIO	Inscrição em duplicidade – item 1.5
26332	VICTOR GABRIEL DOS SANTOS NASCIMENTO	Inscrição em duplicidade – item 1.5
26333	VICTOR GABRIEL DOS SANTOS NASCIMENTO	Descumprimento do item 2.3
26336	KELLEN VIEIRA VOTRI	Descumprimento do item 2.3
26445	GABRIEL GHISLERI DA ROSA	Descumprimento do item 1.6 (Curso não oferecido)
26481	ANDRESSA RUBIK SINCERO	Inscrição em duplicidade – item 1.5
26484	GUILHERME DE ALMEIDA ZEFERINO	Inscrição em duplicidade – item 1.5
26494	AMANDA APARECIDA CUCCO	Descumprimento do item 2.3
26581	ÂNGELA CORREIA DA SILVA	Inscrição em duplicidade – item 1.5
26584	ANGELA CORREIRA DA SILVA	Descumprimento do item 1.6 (Curso não oferecido)
26908	PRISCILA DE ARAÚJO PEREIRA	Descumprimento do item 2.1.2
26913	RIAN LUIS DA S. BRUCH	Descumprimento do item 2.1
27024	ADRIANA DE SOUZA CALDA	Descumprimento do item 2.1.2
27133	FABIANA DE SOUZA	Descumprimento do item 2.1
27359	EMILY ALINE KAUFMANN	Inscrição em duplicidade – item 1.5
27362	LARISSA DA ROSA PEREIRA	Descumprimento do item 2.3
27388	JULIANA DE SOUZA FERRAZ	Descumprimento do item 1.6 (Curso não oferecido)
27425	ALINE WILLRICH	Descumprimento do item 2.3
27435	FABIANA DE SOUZA	Descumprimento do item 2.3
27438	RANYA CAROLINA GRABOWSKI	Descumprimento do item 2.2
27469	MÔNICA CHAGAS DA SILVA	Inscrição em duplicidade – item 1.5
27481	MÔNICA CHAGAS DA SILVA	Descumprimento do item 2.1
27525	ADRIANE TEREZINHA TESCHE	Inscrição em duplicidade – item 1.5
27526	MARCEL BERTHIER FAERBER	Descumprimento do item 2.1.2
27528	MARCELO VINÍCIUS VIANNA DA SILVA	Descumprimento do item 2.1.2
27534	MARCOS DANIEL CORDEIRO	Descumprimento do item 1.6 (Curso não oferecido)
27537	RICARDO ENGELHARDT TEIXEIRA DE FREITAS	Inscrição em duplicidade – item 1.5
27538	RICARDO ENGELHARDT TEIXEIRA DE FREITAS	Descumprimento do item 2.3

* Candidato não atingiu a média;

Candidato PCD.

Itapoá, 11 agosto de 2023.

TALITA DE SOUZA ARAÚJO DE CARVALHO
Presidente

VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI Secretária	CÉLIA MARIA REINERT Membro
--	-------------------------------

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2023 A 84/2023

Publicação Nº 5051976

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATOS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2022 – REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2022- PROCESSO Nº 76/2022.

Objeto: Aquisição de material esportivo para a Secretaria de Esporte e Lazer, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

DATA DA ASSINATURA: 11/08/2023

PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/08/2024

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 82/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: BARONESA LTDA, com sede à Rua Baronesa do Gravataí, nº 72, Bairro: Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP: 90160-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.993.362/0001-02, e Inscrição Estadual nº 096/2404675, representada neste ato pelo sócio-diretor, o Sr. FERNANDO RAUBER, portador do CPF/MF nº 748.323.360-53 e do CI.RG nº 6019911021 SSP/PC RS.

Valor total R\$: 33.715,00 (trinta e três mil, setecentos e quinze reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: MYR COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA, com sede à Rua 228, nº 235, Bairro: Meia Praia, na cidade de Itapema/SC, CEP: 88.220-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.449.285/0001-43, e Inscrição Estadual nº 26.170.432-0, representada neste ato pelo Sócio, o Sr. EDISON LUIS MAYRER, portador do CNPF/MF nº 021.464.530-44 e do CI.RG nº 2104380205 SJS/RS.

Valor total R\$: 15.991,00 (quinze mil, novecentos e noventa e um reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI, com sede à Rua Guilherme Exner, nº 415, Bairro: São José, na cidade de Ivoti/PR, CEP: 93.900-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.386.298/0001-31, e Inscrição Estadual nº 200/0035560, representada neste ato pelo procurador, o Sr. ANDRÉ ELIAS STOLBEN SCHILLING, portador do CPF/MF nº 746.774.380-72 e do CI.RG nº 1064656414 SSP/DI RS.

Valor total R\$: 1.288,00 (mil duzentos e oitenta e oito reais).

Itapoá, 11 de agosto de 2023.

LUIZ MARCOS VIEIRA CEZAR
SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2023

Publicação Nº 5051574

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5A1D9FEE6EA5AE85D86E7025929C44EDA917D01E

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: WJ LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, com sede à Avenida André Rodrigues de Freitas, nº 956 – sala nº 3, Bairro: Jardim Pérola do Atlântico, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.930.641/0001-75 e Inscrição Estadual nº 257.026.053, representada neste ato pelo sócio administrador, o Sr. WILSON JOSE XAVIER, portador do CPF/MF nº 957.423.609-91 e do CI.RG nº 3518472 SSP/SC, Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023 - PROCESSO Nº 21/2023.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, copa e cozinha e tratamento de animais, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 4.598.806,32 (Quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e seis reais e trinta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/08/2024

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 10 de agosto de 2023.

JONECIR SOARES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2023

Publicação Nº 5051583

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 097158622B03C38D31D2A22DF4087B749FB3B5AD

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 112/2023

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede à Rua Dona Leopoldina, nº 26, Bairro: Centro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.283.065/0001-41 e Inscrição Estadual: Isenta, representada neste ato pelo sócio administrador, o Sr. RONALDO BENKENDORF, portador do CPF/MF nº 751.256.849-53 e do CI.RG nº 2.768.759 SSP/SC. Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023 - PROCESSO Nº 21/2023.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, copa e cozinha e tratamento de animais, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 1.788.199,92 (Um milhão setecentos e oitenta e oito mil, cento e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2023

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/08/2024

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 10 de agosto de 2023.

JONECIR SOARES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 02/2023 - ATA DE SESSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROGRAMA SELO VERDE ITAPOÁ

Publicação Nº 5052246

**PREFEITURA DE ITAPOÁ – SC****Assessoria Julgadora do Programa Selo Verde Itapoá****Decreto nº 5.884, de 26 de maio de 2023****ATA Nº 02/2023****ATA DE SESSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROGRAMA SELO VERDE ITAPOÁ**

Data	09/08/2023	Horário início: 14h10min
Lei Nº. 1251, de 11 de abril de 2023	Selo Verde Itapoá	2023

OBJETO:

Programa Selo Verde Itapoá, instituído pela Lei Municipal Nº 1.251, de 11 de abril de 2023.

No dia e hora supramencionados, na sala de reuniões da Secretaria de Meio Ambiente, localizada na Travessa Dailton José Grassi, nº 52, Itapema do Norte, Itapoá-SC. Na ATA 01/2023 ficou marcada a reunião para o dia 08/08/2023, porém, em vista de uma visita técnica de emergência do secretário da comissão, a mesma foi transferida para o dia 09/08/2023.

Às 14h16 deu-se início à análise da documentação da terceira empresa inscrita, GRASSI ZAPPELINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.

Diretiva Água:

A comissão aprovou de forma unânime, 1 ponto pelo critério medidas de redução de consumo e 1 ponto para medidas de reúso.

Diretiva Energia Elétrica:

A comissão aprovou de forma unânime, 1 ponto pelo critério “qualquer medida de redução de consumo”.

Diretiva Resíduos Sólidos:

A comissão aprovou de forma unânime, 3 pontos para estrutura de coleta seletiva, lixeiras no mínimo com separações para resíduo reciclável e resíduo orgânico, gestão

1/2

Travessa Dailton José Grassi, nº 52 – Itapema do Norte – Itapoá – SC / CEP: 89249-000
E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 98869-1240

**PREFEITURA DE ITAPOÁ – SC****Assessoria Jurídica do Programa Selo Verde Itapoá****Decreto nº 5.884, de 26 de maio de 2023**

de resíduos internos baseados no reaproveitamento, reutilização, reciclagem e educação ambiental com funcionários, clientes e população em geral.

Diretiva Tratamento de Efluentes:

A comissão aprovou de forma unânime, 2 pontos para “possuir sistema de tratamento de esgoto próprio e realizar a limpeza periodicamente”.

Diretiva Educação Ambiental:

A comissão aprovou de forma unânime, 2 pontos para ações de conscientização com a comunidade sobre o meio ambiente.

Diretiva Financiamentos de Projetos Ambientais no Município:

A comissão aprovou de forma unânime, 1 ponto para financiamento de projeto ambiental que seja realizado em Itapoá-SC.

Diretiva Escolha por produtos sustentáveis:

A comissão aprovou de forma unânime, 1 ponto para utilização de produtos biodegradáveis, recicláveis e retornáveis.

Diretiva Doação de Mudas Frutíferas Nativas à SEMAI:

A comissão aprovou de forma unânime, 1 ponto para doação de no mínimo 30 mudas frutíferas nativas para a SEMAI.

A empresa GRASSI ZAPPELINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA atingiu 13 pontos.

Às 14:59h iniciou a análise da documentação da quarta empresa inscrita, ITAPOÁ TERMINAIS PORTUARIOS.

A comissão deliberou pela solicitação via ofício da certidão de débitos atualizada, visto que a certidão apresentada é de 05/07/2021. A decisão foi aprovada por unanimidade.

2/2

Travessa Dailton José Grassi, nº 52 – Itapema do Norte – Itapoá – SC / CEP: 89249-000
E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 98869-1240



PREFEITURA DE ITAPOÁ – SC
Assessoria Julgadora do Programa Selo Verde Itapoá
Decreto nº 5.884, de 26 de maio de 2023

Diretiva Água:

A comissão aprovou de forma unânime, 1 ponto pelo critério medidas de redução de consumo e deliberou por solicitação de comprovação através de relatório fotográfico das medidas de reúso citadas no relatório, página 6 do arquivo PDF.

Diretiva Energia Elétrica:

A comissão aprovou de forma unânime, 2 pontos pelo critério “utilização de painéis fotovoltaicos”.

Diretiva Resíduos Sólidos:

A comissão aprovou de forma unânime, 3 pontos para estrutura de coleta seletiva, lixeiras no mínimo com separações para resíduo reciclável e resíduo orgânico, gestão de resíduos internos baseados no reaproveitamento, reutilização, reciclagem e educação ambiental com funcionários, clientes e população em geral.

Diretiva Tratamento de Efluentes:

A comissão de forma unânime deliberou pelo pedido de esclarecimento a respeito do descarte do lodo excedente da estação de tratamento, comprovando a limpeza periódica e a correta destinação.

Diretiva Educação Ambiental:

A comissão aprovou de forma unânime, 2 pontos para ações de conscientização com a comunidade sobre o meio ambiente.

Diretiva Financiamentos de Projetos Ambientais no Município:

Conforme artigo 4 e inciso 3 da LEI Municipal 1.251 de 11 de abril de 2023, a comissão deliberou pela não pontuação em função da atividade apresentada ser uma prática obrigatória pela legislação.

Diretiva Escolha por produtos sustentáveis:

A comissão aprovou de forma unânime, 1 ponto para utilização de produtos biodegradáveis, recicláveis e retornáveis.

3/2

Travessa Dailton José Grassi, nº 52 – Itapema do Norte – Itapoá – SC / CEP: 89249-000
E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 98869-1240



PREFEITURA DE ITAPOÁ – SC
Issão Julgadora do Programa Selo Verde Itapoá
Decreto nº 5.884, de 26 de maio de 2023

Diretiva Doação de Mudas Frutíferas Nativas à SEMAI:

Conforme o anexo da LEI Municipal 1.251 de 11 de abril de 2023, a comissão deliberou pela não pontuação em função do item “doação de no mínimo 30 mudas frutíferas nativas para a Secretaria de Meio Ambiente”.

A pontuação da empresa ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS será emitida após a apresentação de complementações.

Às 16h05, deu-se início a análise da complementação (Ofício 0010/2023) apresentada pela empresa Itapoá Saneamento LTDA, conforme solicitação em ATA 01/2023.

A comissão deliberou por unanimidade por novo pedido de complementação, visto que as imagens das lâmpadas de LED devem ser referentes à Estação de Tratamento de Água – ETA – Maria Catarinense, conforme descrito na ATA 01/2023/SEMAI.

À reunião encerra-se as 16h17.

A próxima reunião da comissão para análise das complementações das empresas Itapoá Saneamento LTDA e ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS fica marcada para o dia 15/08/2023 às 14 h.

Itapoá, 09 de agosto de 2023.

TALITA WALTER DOS SANTOS:06402128910
Assinado de forma digital por TALITA WALTER DOS SANTOS:06402128910
Dados: 2023.08.10 07:44:30 -03'00'

Talita Walter dos Santos
Presidente

LEONARDO PIZZAIA:09022797937
Assinado de forma digital por LEONARDO PIZZAIA:09022797937
Dados: 2023.08.10 07:51:39 -03'00'

Leonardo Pizzaia Pretti
Vice – presidente

gov.br
Documento assinado digitalmente
REGIANO ARTUR RINCAO
Data: 10/08/2023 08:28:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Regiano Artur Rincão
Membro

gov.br
Documento assinado digitalmente
DARLENE GIULLIANA SAVI KAUST
Data: 11/08/2023 08:20:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Darlene Giulliana Savi Kaust
Membro

LUCAS HENDERSON DE OLIVEIRA SANTOS:04830513144
Assinado de forma digital por LUCAS HENDERSON DE OLIVEIRA SANTOS:04830513144
Dados: 2023.08.10 07:41:21 -03'00'

Lucas Henderson de Oliveira Santos
Secretário

4/2

Travessa Dailton José Grassi, nº 52 – Itapema do Norte – Itapoá – SC / CEP: 89249-000
E-mail: meioambiente@itapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 98869-1240

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 017-2023 EDITAL 009/2023

Publicação Nº 5051964

**Prefeitura Municipal de Itapoá**
Secretaria de Educação**CONVOCAÇÃO Nº 017/2023**

PROCESSO SELETIVO: Edital nº009/2023 – Sandra Regina Fernandes da Silva, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados a confirmarem interesse na vaga no prazo de até 02 dias (dois) dias úteis a partir da data da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos documentos exigidos no item 29.2 do Edital 009/2023.

Classificação	Área de atuação	Nome
05	Matemática	MICHELLE CAROLINA SOTOCORNO

Itapoá, 11 de agosto de 2023.

Sandra Regina Fernandes da Silva
Secretária de Educação

VANILDA DE
SOUZA:86393243953

Assinado de forma digital por
VANILDA DE SOUZA:86393243953
Dados: 2023.08.11 09:33:45 -03'00'

Vanilda de Souza
Coordenadora Pedagógica

Rua Mariana Michels Borges, 201 – Itapema do Norte – Itapoá – SC / CEP: 89249-000
E-mail: rh@itapoa.sc.gov.br / Fone: (47) 3443-8800

Ituporanga

PREFEITURA

PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

Publicação N° 5053661

PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

ITUPORANGA

Prefeito Municipal
Gervásio José Maciel
Vice-Prefeito
Geison Kurtz
Secretária Municipal de Saúde
Aline de Abreu Postais
Secretária Municipal de Meio Ambiente
Sérgio Eduardo Cunha Rosa

Secretário Municipal de Infraestrutura
Luismar Aguiar Sena
Secretária Municipal de Assistência Social
Antoniela Cristina Ferreira
Secretária / Defesa Civil
Ana Paula Mendonça

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal
1º local - Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Ituporanga
2º local – Unidade Saúde da Família Central 01

2023

1. Revisões do Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública

O Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP), deverá ser revisado a cada 24 meses, pela equipe responsável pela implementação das medidas descritas neste documento.

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	08/08/2023	Plano Inicial	Todos os setores
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do Plano via Sistema Eletrônico.

O plano será compartilhado via protocolo da Prefeitura Municipal de Ituporanga aos gestores responsáveis pelas equipes técnicas.

3. Responsáveis pela aplicação do Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública.

Função	Nome	E-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Aline de Abreu Postais	alineabreupostais@gmail.com	47-35331878 47-35331113
Ponto focal municipal do VIGIDE-SASTRES	1º local - Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Ituporanga 2º local – Unidade Saúde da Família Central 01	saude@ituporanga.sc.gov.br vigilanciasanitaria@ituporanga.sc.gov.br	47-35331878 47-35331113 47-35335545

4. Equipe de elaboração do Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública.

Integrantes
Secretária de Saúde: Aline de Abreu Postais
Presidente do Conselho Municipal de Saúde: Luis Suzzena
Enfermagem: Lara C. Concer
Farmácia: Dorly Kuster
Assistência Social da Saúde: Andréia Costa
Assistência Social da Prefeitura: Antonia Cristina Ferreira
Defesa Civil: Ana Paula Mendonça
Vigilância Sanitária: Claudinei Pflieger
Vigilância Sanitária: Edu Claudio Schneider
Vigilância Sanitária: Bruna Gabriela Costa
Vigilância Sanitária: André Willian Machado
Vigilância Epidemiológica: Georgina Staudinger
Vigilância Epidemiológica: Fernanda Rengel
Assessorial de Comunicação: Talita Yoná
Psicologia: Elionar Claudia Petris

Lista de abreviaturas

CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
 CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
 COBRADE – Classificação e Codificação Brasileira de Desastres
 COES - Centro de Operações de Emergência em Saúde
 CONPDEC - Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
 CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 DIAF - Diretoria de Assistência Farmacêutica
 DIVS – Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina
 EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
 ESP - Emergências em Saúde Pública
 ESPIN - Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
 FN/SUS - Força Nacional do Sistema Único de Saúde
 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
 INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
 INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
 PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
 PNVS - Política Nacional de Vigilância em Saúde
 PPR-ESP - Planos de Preparação e Resposta para Emergências em Saúde Pública
 RSI - Regulamento Sanitário Internacional
 SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
 SES – Secretária de estado da saúde
 SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
 S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
 SUS - Sistema Único de Saúde
 SVS- Secretaria de Vigilância em Saúde

Lista de Quadros

Quadro 01- Descrição dos abrigos provisórios	12
Quadro 02 - Descritivos dos eventos ocorridos e registrados no município nos últimos 10 anos	26
Quadro 03 – Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres	38
Quadro 04- Classificação dos desastres de acordo com o COBRADO	40
Quadro 05- Descrição das ações para redução de riscos	42
Quadro 06- Descrição das ações para recuperação	44
Quadro 07- Descrição das ações para recuperação	44
Quadro 08- Lista de representantes da secretaria municipal de saúde	45

Lista de Tabelas

Tabela 1- Produção em toneladas das culturas: cebola, fumo, trigo, feijão, milho e soja	17
---	----

Lista de Figuras

Figura 1- Serviços ofertados na assistência social de Ituporanga	23
--	----

Sumário

Apresentação

Emergências em Saúde Pública configuram-se como situações que demandam o emprego urgente de medidas de prevenção, de controle, de contenção de riscos, de danos e agravos e de recuperação da saúde pública em situações de caráter epidemiológico (relacionado a surtos e epidemias), de caráter sanitário (relacionado ao controle de produtos e serviços sob regime de vigilância sanitária) de caráter ambiental (relacionado ao controle dos danos ambientais provocados por desastres naturais ou tecnológicos que coloquem em risco a saúde da população) ou ainda situações que provoquem colapso da assistência à saúde da população.

As competências dos órgãos de saúde pública para execução de tais políticas estão expressas na Portaria MS/GM nº 1.378, de 9 de julho de 2013, que define enquanto competência da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) a “coordenação da preparação e resposta das ações de vigilância em saúde, nas emergências de saúde pública de importância nacional e internacional, bem como a cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios” na resposta a essas emergências.

O Plano Municipal de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES foca na atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) para respostas às emergências em saúde pública, sendo estruturado para garantir respostas rápidas, oportunas, eficientes e eficazes, correspondentes ao monitoramento e à prestação de serviços de assistência durante ou imediatamente após uma emergência, a fim de salvar vidas, reduzir os impactos sobre a saúde e atender às necessidades básicas de saúde da população afetada.

No contexto deste Plano, as Emergências em Saúde Pública (ESP) estão relacionadas a eventos adversos naturais ou tecnológicos que podem ocorrer em determinado momento.

Dessa forma, o Plano Municipal de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES do município de Ituporanga foi elaborado para orientar as ações de prevenção, preparação e resposta aos eventos adversos que possam impactar a saúde da população, caso este venha a se concretizar, estabelecendo que tipo de ações voltadas para a prevenção, a promoção e a recuperação da saúde pública precisam ser desenvolvidas no nível local e definindo as responsabilidades e competências de cada integrante da administração pública municipal de saúde para o enfrentamento de desastres que possam ocorrer no município.

Ao oferecer as condições necessárias para organização, orientação e uniformização das ações de saúde a ser realizado por suas equipes de trabalho, a partir das diretrizes estabelecidas pelo presente Plano para Emergências em Saúde Pública, o município de Ituporanga, através da sua Secretaria Municipal de Saúde, assume o compromisso de atuar de acordo com suas atribuições, visando promover a mitigação dos danos à saúde da população, assim como efetuar o controle eficiente, efetivo e eficaz dos eventos adversos à saúde provocados pelas inundações ocorridos por ação da natureza ou intervenção antrópica.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

A Secretaria Municipal de Saúde de Ituporanga apresenta o Plano Municipal de Vigilância para Emergências em Saúde Pública – VIGIDESASTRES, objetivando manter o acolhimento à população atingida pelos eventos adversos, bem como para intensificar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, buscando minimizar o impacto e os riscos de correntes das situações adversas provocados por desastres naturais sobre a saúde pública.

1.2 Objetivos Específicos.

1.2.1 VIGILÂNCIA SANITÁRIA – A vigilância Sanitária tem com objetivo específico a verificação das condições sanitárias dos ambientes internos e externos de abrigos, alojamentos, locais a serem utilizados como abrigos temporários em virtude de eventos climáticos; Verificação das condições de salubridade, limpeza dos sanitários, disponibilidade de produtos para limpeza, conservação dos alimentos e da potabilidade da água; Realizar o monitoramento dos sistemas de distribuição de água tratada;

1.2.2 ENFERMAGEM – A enfermagem na prática assistencial, durante o desastre, objetiva o resgate e socorro com relação a traumas agudos e óbitos.

1.2.3 FARMÁCIA – Estabelecer procedimentos para execução dos serviços relacionados à área da Assistência Farmacêutica, de forma a garantir a integridade e a conservação dos medicamentos disponibilizados aos pacientes, mantendo as regras de Boas Práticas de Aquisição, Armazenamento, Conservação, Dispensação e serviços prestados por este estabelecimento. Verificar a integridade de Unidades possivelmente atingidas e ampliar o acesso dos usuários do SUS aos medicamentos, oferecendo propostas práticas e promovendo seu uso racional.

1.2.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA - Encaminhar as famílias e ou indivíduos para alojamentos provisórios; Cadastrar a população atingida; Assegurar acolhimento imediato em condições dignas e de segurança; Garantir alimentação e vestuário; Articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para prover as necessidades detectadas.

1.2.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SAÚDE - Identificar situações de ordem social no âmbito da saúde promovendo o atendimento individual e coletivo no exercício, defesa e ampliação da cidadania no processo saúde e recuperação dos usuários atingidos, contribuindo com a minimização dos impactos e riscos decorrentes das situações adversas provocados por desastres naturais promovendo as necessidades detectadas.

1.2.6 DEFESA CIVIL – O abrigo provisório tem por finalidade permitir o atendimento, durante um curto espaço de tempo, da famílias que tiveram suas casas danificadas ou destruídas pelo desastre. No abrigo deverão ser oferecidas condições de proteção e sobrevivência, até

que seja possível cada um voltar para a sua residência, ou ainda, outra alternativa como aluguel social.

Quadro 1 – Descrição dos abrigos provisórios:

Quem Executa	Quando é realizado	Como é Realizado	Quais Recursos
- Secretaria Municipal da Assistência Social.	Na fase de Resposta ao Desastre para as pessoas que necessitam de abrigo do sistema (desabrigados)	Nos 03 (três) abrigos provisórios previamente cadastrados.	- Abrigo Nº 01: Ginásio Antonio Schwartz – ao lado da CEI Matilde Sens – Rua Fernando Sens. - Abrigo Nº 02: Parque Nacional da Cebola – Centro Social – SC -350, Cerro Negro. - Abrigo Nº 03: Ginásio Municipal Henrique Holetz - Rua Nelson Rosa Brasil – Jardim América.

Na fase de resposta de um evento adverso, a Defesa Civil municipal verifica a necessidade e realiza o acionamento dos abrigos mapeados. Após acionados, a Secretaria de Assistência Social, é responsável pela organização das famílias e itens básicos de assistência.

1.2.7 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – Coleta e processamento de dados; análise e interpretação dos dados processados; divulgação das informações; investigação epidemiológica de casos e surtos; análise dos resultados obtidos; e recomendações e promoção das medidas de controle indicadas.

1.2.8 PSICOLOGIA – Escutar, acolher, orientar as pessoas abrigadas ou acolhidas em casas de apoio, de forma individualizada ou coletiva, de acordo com a demanda (criar sentimento de pertencimento, trabalhar em prol do favorecimento do clima social, apoiar ações que favoreçam tanto a individualidade como a coletividade, planejamento de recuperação da rotina e das perspectivas futuras).

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): "Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS".
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)".
- Decreto nº 10.212 (2020): "Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005". No documento "Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)" referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, "a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas".
- Portaria SES nº 614 (2021): visa "instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde".
- Portaria SES nº 615 (2021): visa "aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)".
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades

da Federação atingidas por desastres.

• A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

3. Caracterização do Município

3.1 Aspectos Socioeconômicos

O município de Ituporanga está localizado na região do Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina, com área territorial de 336,588 km². Sua altitude chega a 830 m acima do nível do mar e a temperatura média anual é de 17,58° C. Ituporanga tem uma população de aproximadamente 26.525 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 78,81 hab/km² [censo 2022]. O município possui 11,09km² de área urbanizada e população estimada de 2.524 pessoas expostas a risco. Apresenta 80.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 66.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 35.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Em 2020, o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 32.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 116 de 295 e 94 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1177 de 5570 e 408 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 26.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 173 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 5197 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal. 0,748 [2010].

Na saúde municipal, a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 18.32 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.1 para cada 1.000 habitantes comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 55 de 295 e 137 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1182 de 5570 e 2285 de 5570, respectivamente.

3.3 Atividades Econômicas

A Economia se concentra em três atividades principais: agropecuária, indústria e comércio, com destaque para o setor agropecuário que responde por 42% da economia (dados 2013), sendo que se verifica importante expansão do segmento de estrutura metálica e de concreto pré-moldado. É a Capital Nacional da Cebola, responsável por 12% do abastecimento nacional. São mais de cento e dez mil toneladas anuais, em quatro mil e seiscentos hectares plantados.

Tabela 1 – Produção em toneladas das culturas: cebola, fumo, trigo, feijão, milho e soja.

Cultura	Produção em toneladas - (t)	Kg/ha
Cebola	128.000	32.000
Fumo	7.650	2.550
Trigo	2.250	3.000
Feijão	2.790	2.067
Milho	23.622	7.620
Soja	15.477	4.020

A produção industrial influenciou a economia nas últimas décadas com a implantação na cidade de novas unidades, principalmente indústrias de estruturas de concreto pré-moldado e metálica. A indústria mais antiga é a de papel, desde os anos de 1940 produz celulose na cidade. A indústria de móveis também está bastante presente assim como a indústria da confecção, ferramentas e de produtos agrícolas industrializados. O comércio da cidade é bem variado, com destaque ao comércio de produtos para agropecuária. Grandes redes de varejo dividem espaço com pequenas lojas de eletroeletrônicos, vestuário, calçados, alimentos e informática, entre outras.

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

O município de Ituporanga encontra-se a uma altitude de 830 metros, o clima é predominantemente mesotérico, sem estações secas e com verões quentes. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano em Ituporanga. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. Segundo a Köppen e Geiger o clima é classificado como Cfa. A temperatura média anual em Ituporanga é 17.8 °C. 1507 mm é a pluviosidade média anual.

Construída às margens do Rio Itajaí do Sul, Ituporanga sofreu muito com as cheias ao longo dos anos. As enchentes fazem parte da história do município, pois trouxeram destruição e prejuízos à cidade. As enchentes de 1983 e 1984 pareciam partes de uma história distante quando, em 2011, a natureza mostrou novamente sua força, trazendo, junto com a força das águas, devastação e desespero. Mais uma vez Ituporanga mostrou sua capacidade de superação e, alguns dias após as enchentes, a cidade já voltava a sua quase normalidade. Em 2013, novamente o evento enchente voltou a trazer preocupação. Foi necessário orientar para retirada de todos os moradores e seus bens instalados em áreas suscetíveis a inundação e deslizamento. O Rio Itajaí do Sul saiu do seu curso normal e inundou diversos pontos, mas os prejuízos materiais foram minimizados por essa ação preventiva.

3.4.2 Pluviometria

Os níveis pluviométricos de Ituporanga são registrados com o auxílio dos pluviômetros automáticos existentes no município. Os aparelhos estão distribuídos em diversos bairros e localidades da cidade, totalizando 06 pluviômetros. Os pluviômetros se encontram nos bairros Centro, Bela Vista, Gabiroba, Bairro da Gruta, Vila Nova e Barragem.

Todos os dias são realizadas as leituras às 07h e 17h, sendo realizado o mesmo procedimento desde o final do ano de 2014 até o presente momento.

Médias anuais de precipitação no município:

2015 – 2.375mm

2016 – 1.266mm

2017 – 1.423mm

2018 – 925mm

2019 – 655mm

2020 – 810mm

2021 – 1.020mm

Nos anos 2015, 2016 e 2017, é observado a maior pluviometria e maior média anual e mensal, sendo anos mais chuvosos. Ao analisar os anos 2018, 2019, 2020 e 2021, é possível notar a maior falta de chuva e consequentemente a situação de estiagem no município.

3.4.3 Pedologia

Geologicamente, o município foi constituído sobre terrenos paleozoicos, com predominância de folhelhos e siltitos cinza-escuros a pretos, ritmitos e varvitos com seixos pingados e arenitos finos a médios do Membro Rio do Sul, da Formação Taciba, Grupo Itararé. A origem destas rochas está associada à sedimentação periglacial, subglacial glácio-marinha e glacial. Estas rochas de composição predominantemente argilosa dão origem a solos argilosos. Geomorfologicamente, o município de Ituporanga se destaca por morros e morros altos com fundos de vale em U, formados pelo rio Itajaí do Sul e seus afluentes.

A ocupação urbana e rural neste município ocorreu principalmente sobre as planícies de inundação do rio, as quais são áreas naturalmente sujeitas a processos de inundação. No Rio Gabiroba, afluente do rio Itajaí do Sul, há risco à enxurrada devido a ser um rio estreito e baixo, possuindo em suas margens edificações construídas há muitos anos, sendo determinadas como áreas consolidadas.

As encostas na sua maioria não estão ocupadas, entretanto existem áreas com risco de deslizamento vinculado a cortes mal projetados nos terrenos.

Na história do município foram diversos processos de inundação, sendo os eventos de 1983, 1984 e 2011 os mais severos. A região central do município de Ituporanga é a mais atingida pelos eventos de inundação do Rio Itajaí do Sul.

A região da área urbana de Ituporanga (SC) é marcada por significativa amplitude altimétrica. Na porção Leste e Nordeste, nos patamares, as altitudes alcançam 600m. É bem comum observar a ocupação destas áreas sem estudo prévio, com a realização de cortes e aterros nas encostas que acarretam colapsos do terreno identificados pelos rastejos que evoluem para os deslizamentos, também ocorrem enxurradas e corridas devido ao desmatamento e ausência de drenagem adequada.

O desnivelamento topográfico entre os interflúvios e os topos dos vales é expressivo podendo chegar a 240m ao alcançarem os degraus das áreas planas dos depósitos sedimentares, que na área são bem representadas por faixa de acumulação que formam planícies e terraços inundáveis. A ocupação destas áreas planas e baixas, próximas aos cursos d'água, como o Rio Itajaí do Sul e Águas Negras e afluentes, que nos períodos de intensas chuvas, elevam seus níveis, tem sido o maior problema observado no município, pois foi o processo que mais gerou setores de risco.

O território do município é cortado por ribeirões e córregos que, durante eventos de elevada precipitação pluviométrica em curto período de tempo, resultam no aumento do volume das águas nestes eixos de drenagem e, conseq-entemente, a elevação do nível e o extravasamento das águas, resultando na inundação das áreas próximas.

Se encontram como municípios limítrofes de Ituporanga: Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Petrolândia, Presidente Nereu, Agronômica e Vidal Ramos.

3.5 Hidrografia

A Bacia Hidrográfica do rio Itajaí-Açú forma-se no município de Rio do Sul (Rio Itajaí do Sul convergindo com o Rio Itajaí do Oeste). Seus maiores afluentes pela margem esquerda são o rio Itajaí do Norte, Rio Benedito e Rio Luís Alves. A Foz do rio encontra-se no município de Itajaí, desaguardo no Oceano Atlântico.

A bacia hidrográfica do rio Itajaí-Açú está situada no domínio da Mata Atlântica, sendo que sua bacia se divide em três grandes compartimentos naturais - Alto, Médio e Baixo Vale do Itajaí, em função de suas características geológicas e geomorfológicas.

Sua nascente se situa na Serra do Espigão, município de Rio do Campo, no Alto Vale do Itajaí. São 13 (treze) o número de municípios que encontram-se às margens do rio.

A hidrografia do município é composta pelo rio Itajaí do Sul, abastecido também por águas de rios secundários que desembocam no Rio Itajaí do Sul, como exemplo, o Rio Gabiroba e Rio Perimbó.

3.6 Saúde

A Secretaria de Saúde é composta pelos setores de Enfermagem, Farmácia, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Psicologia, SAMU, Setor Transporte de pacientes e entre outros setores administrativos que dão suporte para o atendimento da população.

3.6.1 VIGILÂNCIA SANITÁRIA: A Vigilância Sanitária compete a distribuição de hipoclorito para o tratamento de água; coleta de água tratada para análise laboratorial; fiscalização e orientação do setor regulado quanto a produtos contaminados decorrente dos eventos climáticos; orientação da população quanto às condições sanitárias dos ambientes.

3.6.2 ENFERMAGEM – Avalia os danos e as necessidades retomando os serviços de rotina; identifica e recadastra as famílias atingidas; efetua o atendimento das vítimas nos abrigos; desenvolve ações de busca ativa de casos agudos e crônicos integrando-os com a vigilância em saúde, notificando e acompanhando casos suspeitos e confirmados de agravo no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN); mantém atualizado as bases de cadastramentos da AB. Subsequente, em uma escala temporal, o propósito na atenção deve estar nas doenças crônicas, na sua vigilância e nas ações de reparação de danos a pessoa que o desastre causou no longo prazo

3.6.3 FARMÁCIA – A Farmácia Básica Municipal compete à verificação das unidades possivelmente afetadas, garantindo a integridade e a conservação dos medicamentos disponibilizados aos pacientes. Solicitação do kit de medicamentos e insumos estratégicos, conforme nota técnica conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, por meio do Vigidesastres, havendo necessidade. Além da manutenção dos serviços já prestados, como aquisição, armazenamento, conservação, distribuição as unidades, dispensação, orientação e manutenção dos componentes Básico, Especializado, Estratégico e Judicial.

3.6.4 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – A vigilância epidemiológica é um “conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de se recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos”. Seu propósito é fornecer orientação técnica permanente para os que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos.

3.6.5 PSICOLOGIA – Levantar demandas mais urgentes de saúde mental, oportunizando atendimento por técnicos. Organizar espaços lúdicos para crianças e adolescentes nos locais de abrigo. Identificar outras demandas de saúde ou assistenciais, dando encaminhamento aos respectivos serviços.

3.6.6 SAMU - Responsável: Adriana Maoeski. Contato: 192 ou (47) 9135-0347 / (47) 8827-7600 / (47)99114-8432.

3.6.7 TRANSPORTE DE PACIENTES - Responsável: Carlos Alberto Berns (47) 992375609 ou 47 3533-1878.

2.7 ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.7.1 OBJETIVO GERAL

Garantir à proteção integral as famílias e ou indivíduos atingidos por situações de calamidade pública ou de emergência, na disponibilização de alojamentos provisórios e itens de subsistência, para enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

2.7.2 ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Secretaria Municipal de Assistência Social. Rua: Vereador Joaquim Boeing 40 – Centro – Ituporanga
- CRAS: Centro de Referência de Assistência Social. Rua Carlos Thiesen 177 – Centro – Ituporanga
- Cadastro Único. Rua: Vereador Joaquim Boeing 40 – Centro – Ituporanga
- CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Rua Antônio Hilário Prin 180 – Gabiroba – Ituporanga
- SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Rua Escolástica Sens – Centro - Ituporanga

2.7.3 NOME DOS RESPONSÁVEIS, CARGOS E CONTATOS:

- Secretária Municipal de Assistência Social: Antonielli Cristina Ferreira -(47)9.9141-0344
- Responsável Técnica da Gestão: Alessandra Hoffmann Moratelli – (47) 9.9967-4911
- Responsável Técnica do CRAS: Gabriela Beling de Carvalho – (47) 9.9907-0270
- Responsável Técnico Cadastro Único: Maikon Diehl Bueno -(47) 9.9292-7426
- Responsável Técnico do CREAS: Felipe José Muniz Matos – (49) 9.9918-7340

2.7.4 SERVIÇOS OFERTADOS

Figura 1 – Serviços ofertados na assistência social de Ituporanga:

2.7.5 BENEFÍCIOS EVENTUAIS

As famílias serão atendidas através da Lei de Benefícios Eventuais Lei nº 2.478 de 04 de outubro de 2013, item IV – Calamidade Pública, mediante Decreto Municipal de Emergência ou Calamidade Pública, laudo da defesa civil e Estudo Social.

2.7.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SAÚDE

Responsável: Andreia Costa. Contato: 47 3533-1878. Email: assaude@ituporanga.sc.gov.br. Endereço: Rua Emilio Altemburg, s/n, Centro, Ituporanga – SC, 88.400-000.

2.7.6.1 ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS:

Intermediar o acesso a saúde, identificando e agilizando necessidades específicas das vítimas: medicações, consultas, exames, fraldas, empréstimos de cadeiras de rodas, banhos, muletas. Cadastrar as vítimas e prestar acompanhamento social no âmbito da saúde.

2.8 SEGURANÇA

2.8.1 POLÍCIA MILITAR

Polícia Militar – Responsável, Comandante: Major Vanilo Vignola. Contato: 190 ou (47) 3533-8858. Endereço: Vereador Joaquim Boing, nº 41 – Centro, Ituporanga – SC, 88.400-000.

2.8.2 CORPO DE BOMBEIROS

Responsável: Comandante 1º BM Tenente - Daniel Lopes Gonçalves. Contato: 193 ou (47) 3533-8870. Endereço: Rua Quatorze de Fevereiro, 630 - Centro, Ituporanga - SC, 88400-000.

2.9 OBRAS

Responsável: Secretário - Wilmar Vandrezen. Contato: (47) 3533 5105. Email: urbanismo@ituporanga.sc.gov.br. Endereço: SC 350, nº1901 -Vila Nova, Ituporanga- SC, 88400-000.

2.10 MEIO AMBIENTE

Responsável: Sérgio Eduardo Cunha Rosa. Contato: (47) 3533-1865. Email: meioambiente@ituporanga.sc.gov.br. Endereço: SC 350, nº1901 -Vila Nova, Ituporanga- SC, 88400-000.

4. HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS

No Brasil, assim como em outros países, há uma tendência de crescimento dos desastres de origem natural (como as inundações, secas e deslizamentos) e tecnológicos (químicos e radioativos, por exemplo) e de seus impactos humanos (incluindo os impactos sobre a saúde), ambientais e materiais.

Diversos tipos de desastres ocorrem no município. Devido a geografia de Ituporanga, localizada no alto vale, é notório a grande ocorrência de enxurradas, deslizamentos e inundações causadas por chuvas intensas. Em contrapartida, a falta de chuva no decorrer dos meses, também é motivo de problemas que acarretam à estiagem.

4.1 DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS OCORRIDOS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS.

No quadro 2 foram descritos quais os eventos ocorridos e registrados no município nos últimos 10 anos.

Quadro 2 – Descritivo dos eventos ocorridos e registrados no município nos últimos 10 anos:

Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE)	Breve relato
09/2013	Enxurradas (COBRADE – 1.2.2.0.0)	Grande volume de chuvas em curto período de tempo, ocorrida em toda a região que de acordo CEMADEN em alerta emitido às 04h00 do dia 22/09/2013 atingiu índice pluviométrico 157.4 mm em apenas 6h, tendo como consequência deste desastre, resultaram os danos materiais em pontes, pontilhões, bueiros, destruição de parte da malha viária, movimentos de massa no Bairro da Gruta, Loteamento Santa Catarina, Loteamento Frei Jerônimo, Loteamento Irmã Paulina, danos ambientais e os prejuízos econômicos e sociais, posto que diversas casas foram afetadas pelos deslizamentos, permanecendo interditadas e numa primeira análise não poderão ser mais habitadas, podendo inclusive todos esses loteamentos estarem comprometido conforme já apontava laudo do CPRM no ano de 2012.
02/2014	Estiagem (COBRADE – 1.4.1.1.0)	A estiagem ocorrida em Ituporanga, também atinge outros Municípios da microrregião e do Estado, é um fenômeno climático causado pela insuficiência de precipitação pluviométrica (chuva) nessa região desde meados de Janeiro até a presente data, em que praticamente não houve incidência de chuva. O evento já provocou perdas significativas na Agricultura e Pecuária de Leite na Área Rural do Município, sendo os prejuízos estimados na ordem de 50% (cinquenta por cento) nas culturas de milho, soja, feijão, fumo, beterraba, e na ordem de 30% (trinta por cento) na pecuária de leite. O resultado poderá ser ainda mais desastroso, pois que algumas culturas ainda não foram colhidas e outras ainda dependem de chuva no menor espaço de tempo, para que os danos/perdas não sejam ainda maior, ou até mesmo sejam totalmente perdidas.
10/2014	Enxurradas (COBRADE – 1.2.2.0.0)	O acúmulo de 141mm de chuva entre os dias 27 e 30 de setembro e 01 de outubro (data da maior quantidade de chuva em menor tempo), ocasionando a elevação do nível do Rio Itajaí do Sul e afluentes, atingindo 03 (três) imóveis e ocasionando movimentação de massa na SC 350, interditando parcialmente a passagem de veículos.
01/2015	Enxurradas (COBRADE – 1.2.2.0.0)	O Acúmulo de grande volume de chuva ocorrida no dia 08 de janeiro de 2015, principalmente na Área Urbana do Município de Ituporanga, superou a capacidade de drenagem do sistema de águas pluviais; fez transbordar afluentes do Rio Itajaí do Sul, atingindo sessenta e uma residências, duas das quais foram interditadas; atingiu também sete estabelecimentos comerciais e ocasionou deslizamentos de terra na SC 350, interditando parcialmente o fluxo de veículos naquela via Estadual. Nas comunidades do interior a mais atingida foi de Alto Braço Perimbo que teve a queda de uma ponte que liga a comunidade ao Município de Petrolândia.
10/2015	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (COBRADE – 1.3.2.1.4)	O acúmulo de 165,00mm de chuva nos dias 21 e 22 de outubro do ano de 2015, ocasionou a elevação do Rio Gabiroba, Rio Batalha, Rio Novo e Rio Itajaí do Sul, atingindo imóveis nas áreas suscetíveis a inundações deixando várias pessoas desabrigadas, desalojadas e outros atingidos, danificando pontes e bueiros, ocasionando ainda movimentação de massa em encostas em vários pontos do território do município com potenciais danos estradas secundárias e rodovias estadual, danos em residências na área rural e urbana, em estradas com pavimentação primária na área rural e em logradouros públicos pavimentados na área urbana. A intensa chuva, em momentos acompanhada de granizo, atingiu de forma severa a Agricultura de maneira geral, pecuária e piscicultura.
01/2017	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (COBRADE – 1.3.2.1.4)	O acúmulo de 177,63mm de chuva nos dias 09 e 10 de janeiro de 2017, em nosso município, principalmente nas localidades de Rio Novo e Braço Esquerdo do Rio Novo, ocasionou a elevação do leito do Rio Novo, danificando bueiros, arrancando e arrastando três pontes, causando potenciais danos em estradas com pavimentação primária na naquela área rural.

06/2017	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (COBRADE – 1.3.2.1.4)	Ocorrência de chuvas intensas (Cobrade -1.3.2.1.4), média no período de 449,68 milímetros no centro da cidade (Fonte Cemaden), ocorrido neste município com maior intensidade no dia 04 de junho de 2017, iniciou por volta das 18:00 hrs, provocou consequentes danos em diversos bairros da área urbana decorrentes das enxurradas, quais sejam alagamentos, inundações, desalojando 35 famílias e desabrigando 23 famílias com 96 pessoas, quedas de muro em residências particulares, quedas de barreiras e alagamentos nas estradas impossibilitando o tráfego, deslizamento de terra no Loteamento Frei Jerônimo causando a interdição de 07 (Sete) casas. Inúmeras localidades na área rural apresentaram danos severos, estradas rurais foram atingidas e pontes foram comprometidas e outras carregadas pela força das águas. Houve destruição total ou parcial em 12 pontes, sendo elas nos seguintes locais: Localidade de Rio Areias 02, Localidade de Rio do Norte 01, Localidade de Braço esquerdo do Rio Novo 02, Localidade de Rio Novo 02, Localidade de Três Barras 02, Localidade de Braço Perimbó 01, Localidade de Rio dos Bugres 01 e Localidade de Braço esquerdo do Rio Bonito 01. A agricultura sofreu danos com o plantio de sementes de cebolas, e feijão que estavam em campo, à pecuária sofreu perdas significativas na produção de leite, devido os pastos estarem comprometidos.
08/2017	Tempestade Local/Convectiva - Granizo (COBRADE – 1.3.2.1.3)	Ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo (Cobrade -1.3.2.1.3), Este evento teve início por volta das 22h05min, durando aproximadamente duas horas de chuvas, totalizando 8,99 milímetros no centro da cidade, 13,02 milímetros na localidade Bela Vista e 11,32 milímetros na localidade Barragem Sul, (Fonte Cemaden), sendo que juntamente com esta chuva, houve queda de granizo por quase 10 minutos, estes, com circunferência de até 14 centímetros. Os bairros Nossa Senhora de Fátima, Seminário, Centro e Gabiroba foram onde incidiram maiores danos, quais sejam residências com telhados perfurados, antenas parabólicas destruídas, utensílios domésticos molhados, veículos amassados, entre outros prejuízos particulares. A velocidade do vento obteve pico de 26,28 km/h, no horário entre as 22h00min e 23h00min. Algumas propriedades na área rural tiveram prejuízos com hortaliças plantadas, porém nas demais localidades não proporcionaram prejuízos, apenas danos, pois tanto o plantio da cebola como do fumo, iniciou-se por este período, podendo assim a própria planta se recuperar com o tempo. Na área de saúde, não houve registro de pessoas feridas, nem tão pouco registro de desabrigados ou desalojados.
03/2020	Estiagem (COBRADE – 1.4.1.1.0)	A Estiagem ocorrida no Município de Ituporanga, também atinge a outros Municípios vizinhos da microrregião e do Estado, é um fenômeno climático, causado pela insuficiência de precipitação pluviométrica (chuva) nessa região desde meados de Dezembro de 2019 até a presente data . o evento já provoca perdas significativas na Agricultura e Pecuária de Leite na Área Rural do Município principalmente no cultivo de Feijão safrinha, Milho grãos safrinha, soja, Maracujá valores aproximado de R\$ 6.843.240,00 e no Leite onde o prejuízo aproximado e de em torno de R\$ 9.712,50 por dia (7.770 litros dia). anexo relatório EPAGRI outrossim estamos entrando na época da preparação da safra de Cebola e a água para irrigação dos canteiros de sementes de cebola e para o plantio direto, E extremamente necessária. a cultura da Cebola é a maior fonte de renda do Município, reconhecido como Capital Nacional da Cebola . O resultado poderá ser ainda mais desastroso, pois algumas culturas não foram colhidas e outras dependem diretamente de chuva para que os danos/perdas não sejam maior ou até mesmo não sejam totalmente perdidas, O Município vem realizando o transporte de água para as propriedades, mas com o avanço da estiagem e aumento das propriedades que necessitam de água, não estamos conseguindo atender a todas as propriedades, necessitando de auxílio com caminhão pipa para o transporte de água.
03/2020	Doenças infecciosas virais (COBRADE – 1.5.1.1.0)	COVID-19
06/2020	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval (COBRADE – 1.3.2.1.5)	O desastre (vendaval) ocorrido na tarde do dia 30/06/2020, no Município de Ituporanga, também atingindo a outros Município vizinhos do Estado, deixou muitas pessoas atingidas, tendo suas propriedades danificadas. Devido ao ciclone extratropical, que atingiu Ituporanga, os ventos alcançaram 98Km/h. No Município, ocorreram apenas danos materiais, porém atingiram todos os bairros do centro e localidades do município, sendo residências, comércio em geral, indústrias, galpões rurais, estufas de secagem de fumo, creches, praças, parques, ginásios de esporte, e demais edificações públicas do município. Os ventos derrubaram árvores, postes, danificou a rede de transmissão elétrica, obstrução nas linhas telefônicas e rede de internet, e também a ausência de sinal das operadoras de telefonia móvel até a manhã do dia 01/07 no centro da cidade, as demais localidades sofreram com a falta de energia após dias depois do desastres.

01/2021	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (COBRADE – 1.3.2.1.4)	No mês de Janeiro de 2021, foram registrados grandes acumulados de chuva no Alto Vale do Itajaí, onde Ituporanga está localizada. Em nosso município, as chuvas persistentes tiveram duração de aproximadamente 13 dias, dentre elas, houveram episódios de chuvas intensas típicas de verão em determinados pontos da cidade, o que levaram a enxurradas, alagamentos, estragos em ruas, estradas rurais, bueiros e pontes. Houve também, o aumento considerável de nosso Rio Itajaí do Sul, e da Barragem Sul, chegando a 28,20m em sua montante, onde a Defesa Civil Estadual realizou o monitoramento para a abertura e fechamento das comportas. Entre os dias 24/01 a 25/01, a precipitação acumulada foi de 63.0mm, já no dia 26/01, os acumulados entre 6h do mesmo dia, foi de 20.2mm.
02/2022	Estiagem (COBRADE – 1.4.1.1.0)	A Estiagem ocorrida no Município de Ituporanga é um fenômeno climático, causado pelo período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição. Foram levantados os dados desde Novembro de 2021 até a presente data (03 últimos meses). O evento já provoca perdas significativas na Agricultura e Pecuária de Leite na Área Rural do Município. No cultivo de milho, soja, feijão e produção pecuária de leite alcançam valores aproximados de R\$ 23.863.512,24 (anexo Relatório EPAGRI). O Município de Ituporanga, vem realizando o transporte de água com o auxílio de caminhão pipa, para as propriedades, porém com o avanço da estiagem e aumento das propriedades que necessitam de água, existe a grande possibilidade de não conseguirmos atender a todas as propriedades.
05/2022	Inundações (COBRADE – 1.2.1.0.0)	O evento adverso Inundação Gradual teve início na segunda-feira (02/05) tendo seu final iniciado na quinta-feira (05/05). As chuvas intensas duraram entre os dias 02 e 04/05. Ao total, foram registrados 185mm em 72h em Ituporanga. O Rio Itajaí do Sul alcançou seu nível máximo 2,44m às 7:00h do dia 04/05, faltando 0,17m para alcançar o nível de emergência segundo o Plano de Contingência Municipal. Ruas do centro e sofreram alagamentos, impedindo a passagem, estradas gerais do município foram danificadas pelo volume de chuva, e uma família ficou ilhada na localidade de Águas Negras (houve o acionamento do Corpo de Bombeiros Militar para a retirada dos moradores), a família recusou o abrigo disponibilizado.
06/2022	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (COBRADE – 1.3.2.1.4)	Enxurrada na área urbana e rural do município.
01/2023	Enxurradas (COBRADE – 1.2.2.0.0)	Após a ocorrência de chuva intensa em curto período de tempo na divisa entre os municípios de Ituporanga, Petrolândia e Chapadão do Lageado, a localidade de Três Barras no interior de Ituporanga, veio a ser severamente afetada. O volume da água pluvial desceu pelo rio que passa pela localidade, trazendo junto resíduos e muitas galhadas, ocorrendo grande enxurrada na localidade. Com a enxurrada, algumas famílias ficaram ilhadas, muitos animais foram levados, houveram diversos danos e prejuízos na agricultura, pecuária, estradas gerais, pontes e no patrimônio privado das famílias que residiam as margens do riacho. Choveu aproximadamente 120mm em menos de 1 hora na região.

5. GESTÃO DE RISCO EM DESASTRES

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infra-estrutura de saúde.

Em 2023, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Ituporanga e a Unidade Saúde da Família Central 01, localizado na Rua Emílio Altemburg, s/n - Centro, Ituporanga - SC, 88400-000.

No quadro 3 está descrito a caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Quadro 3 – Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres:

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

(Deve-se apresentar as ações a serem desenvolvidas na gestão do risco, uma vez que o PPR-ESP deve prever o provimento de:

- Água potável e segura (distribuição de hipoclorito deve ser avaliada);
- Acesso adequado a saneamento;
- Segurança alimentar;
- Abrigos;
- Serviços clínicos básicos.)

5.1 CLASSIFICAÇÃO DOS DESASTRES DE ACORDO COM O COBRADE

- Conforme Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE

Quadro 4 - Classificação dos desastres de acordo com o COBRADE:

4.1.1. REDUÇÃO DE RISCOS

Quadro 5 – Descrição das ações para redução de riscos:

Redução de riscos	Ações	Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	A equipe formada no ponto focal fica responsável pelo monitoramento - Ponto focal: 1º local - Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Ituporanga. 2º local – Unidade Saúde da Família Central 01
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual.	A equipe formada no ponto focal fica responsável pelo recebimento e verificação - Ponto focal: 1º local - Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Ituporanga. 2º local – Unidade Saúde da Família Central 01
	Mapeamento de áreas de riscos	CPRM
	Construção de obras de contenção e correção	Secretaria de Urbanismo e Secretaria de Infraestrutura
Mitigação	Emissão de alertas e avisos	Defesa Civil Municipal
	Monitoramento de eventos naturais	Defesa Civil Municipal
	Evacuação de áreas de risco	Defesa Civil Municipal e Corpo de Bombeiros Militar
Preparação	Atividades de planejamento de contingências	Defesa Civil Municipal
	Capacitações e treinamentos	Defesa Civil Municipal
	Exercícios simulados de campo	Defesa Civil Municipal

4.1.2. RESPOSTA

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Quadro 6 - Descrição das ações para reposta:

Níveis de resposta	Ações	Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	1º local - Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Ituporanga 2º local – Unidade Saúde da Família Central 01

4.1.3. RECUPERAÇÃO

Quadro 7 - Descrição das ações para recuperação:

Recuperação	Ações	Ponto Focal
Reabilitação	A equipe formada no ponto focal fica responsável pelas ações de recuperação diante de uma situação de desastre.	1º local - Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Ituporanga. 2º local – Unidade Saúde da Família Central 01

5. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA.

5.1 CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN, ESPII).

5.2 SALA DE SITUAÇÃO

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 00) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Quadro 8 – Lista de representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	E-mail
Aline de Abreu Postais (Secretaria de Saúde)	47-35331878 47-35331113	alineabreupostais@gmail.com
Luis Carlos Suzzena (Diretor da Secretaria de Saúde)	47-35331878 47-35331113	luisuzzena@yahoo.com.br
Lara Fernanda Concer (Coordenadora da Atenção Primária)	47-35331878 47-35331113	esf_coordenacao@ituporanga.sc.gov.br
André Willian Machado (Coordenador de Vigilância em Saúde)	47-35331878 47-35331113	vigilanciaemsaudeituporanga@gmail.com

6. INFORMAÇÕES À POPULAÇÃO

A Assessoria de Comunicação Social ou Assessoria de Imprensa, é parte importante do processo comunicativo, sendo uma das ferramentas que permite atender a população. Em Ituporanga a Prefeitura conta com algumas redes, Facebook e Instagram, mídias sociais que permitem o contato e a interação entre o órgão municipal e a população, construindo assim uma rede de relacionamento. Esses meios promovem notícias em tempo real e provocam no leitor a buscar por mais detalhes no site oficial da prefeitura.

Durante um desastre, o papel da assessoria é fundamental para trabalhar a imagem da instituição e levar informações coerentes para a sociedade.

Facebook: <https://www.facebook.com/Prefeituraituporanga/>

Instagram: <https://www.instagram.com/prefeituraituporanga/>

Site: <https://www.ituporanga.sc.gov.br/>

Construída às margens do Rio Itajaí do Sul, Ituporanga sofre muito com as cheias. As enchentes fazem parte da história do município. Dentro do site, existe uma aba onde a população pode acompanhar diariamente o nível do rio, da barragem Sul, e o acumulado de chuva, já em situações de emergência essa medição é realizada de hora em hora. Para facilitar o acesso as informações em caso de cheias, a defesa civil de Ituporanga também possui redes sociais onde compartilha informações do tempo, e também a nível de estado.

<https://www.instagram.com/defesaituporanga/>

<https://www.facebook.com/defesa.ituporanga>

7. CAPACITAÇÕES

As capacitações serão realizadas conforme necessidade por cada gestor responsável pelas equipes técnicas do município, para que estas possam ter o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.

8. REFERÊNCIAS

Ituporanga, Prefeitura de Ituporanga, 22, maio 2023. Disponível em: <<https://www.ituporanga.sc.gov.br/>>. Acesso em: 22, maio 2023.

DIVS – Diretoria de Vigilância Sanitária de Santa Catarina, Vigilância Sanitária, 22 de maio de 2023. Disponível em: <<https://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/>>. Acesso em: 22, maio 2023.

COBRADE, Defesa Civil Santa Catarina, 22 de maio de 2023. Disponível em <<https://www.defesacivil.sc.gov.br/download/cobrade/>>. Acesso em: 22, maio 2023.

Nota técnica conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC. Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. 22 de maio de 2023. Disponível em <<https://saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/assistencia-farmaceutica/componente-estrategico/kit-calamidade/20134-nota-tecnica-conjunta-n-06-2022-divs-diaf-ses-sc/file>>. Acesso em: 22, maio de 2023.

Anexos

Anexo I

Contatos interinstitucionais

Instituições	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Bombeiro	193 ou (47) 3533-1193
CASAN	(47) 3533-1153
Celesc	(47) 3533-1011
Conselho Tutelar	(47) 9-9125-4734
CRAS	(47) 3533-5300
CREAS	(47) 3533-4645 (47) 99148-1378
Defesa Civil	(47) 99148-1378
Farmácia Municipal	(47) 3533-1488
Hospital Bom Jesus	(47) 3533-1144
Polícia Civil	(47) 3533-1468
Polícia Militar	190 ou (47) 3533-1190
Prefeitura Municipal	(47) 3533-1211
SAMU	192 ou (47) 9135-0347 ou (47) 8827-7600
Secretária de Assistência Social	(47) 3533-1211
Secretária de Infraestrutura	(47) 3533-1211
Secretária do Meio Ambiente	(47) 3533-1865
Secretária de Saúde	(47) 3533-1878 ou (47) 3533 1113
Vigilância Sanitária	(47) 99275-732
Vigilância Epidemiológica	(47) 3533-2917

RESOLUÇÃO Nº 007/2023 - CMS - APROVA O PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

Publicação Nº 5053646

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA
RESOLUÇÃO Nº 007/2023

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Ituporanga, sua 6ª Reunião Ordinária, realizada em data de 08/08/2023, apreciou o Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública, apresentado por André William Machado e Claudinei Pfleger, funcionários lotados na Vigilância em Saúde Municipal, o qual tem como objetivo desenvolver um conjunto de ações a serem adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, visando reduzir doenças e agravos decorrentes de situações de desastres naturais (inundações, seca e estiagem, deslizamentos, dentre outros), os acidentes com produtos químicos, emergências radiológicas e a nucleares.

Considerando que compete legalmente ao Conselho Municipal de Saúde - CMS e aos Gestores analisarem e se posicionarem previamente, frente a ações que alterem e/ou possam causar prejuízo ao atendimento prestado aos usuários e usuárias do SUS;

Considerando que o CMS deve atuar na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos seus aspectos políticos e econômicos, bem como propor estratégias para a sua aplicação nos setores públicos e privados;

Considerando que o CMS deve fiscalizar e controlar gastos, deliberar sobre os critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e os próprios do Município, Estado e União, com base no que disciplina a Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Após análise do documento enviado através do Grupo de Whatsapp e os debates realizados em plenário, ratificamos a manifestação favorável do Conselho Municipal de Saúde de Ituporanga, PARA APROVAR O PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA SC, POR UNANIMIDADE.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 11 de agosto de 2023.
LUIS CARLOS SUZZENA
Presidente do CMS

HOMOLOGO A RESOLUÇÃO N.º 007/2023 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
Ituporanga, 11 de agosto de 2023.

ALINE DE ABREU POSTAIS
Secretária de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 675/2023**

Publicação Nº 5053729

**Estado de Santa Catarina****CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA****Poder Legislativo Municipal****PORTARIA Nº 675/2023**

Nomeia o servidor Tiago Louredo de Souza como fiscal do contrato administrativo nº 004/2023/CM-ITU, firmado com a empresa HELCIO DE ALMEIDA ME.

ANGELA MARIA MACHADO STINGHEN, Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 23, inciso III, alínea "c" do Regimento Interno, e ainda:

CONSIDERANDO que a execução de todo compra/aquisição/contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como fiscal do contrato administrativo nº 004/2023/CM-ITU, firmado com a empresa HELCIO DE ALMEIDA ME, o servidor efetivo Tiago Louredo de Souza, lotado no cargo de Agente Legislativo, matrícula nº 201.

Parágrafo único. O ajuste tem como objeto a contratação de empresa que irá executar a troca de revestimento em tecido facto para: 22 (vinte e duas) cadeiras giratórias com assento medindo 50cm x 50cm e encosto medindo 65cm x 48cm; 3 (três) cadeiras giratórias com assento medindo 50cm x 50cm e encosto medindo 43cm x 48cm; de 1 (uma) cadeira giratória com assento medindo 50cm x 45cm e encosto medindo 42cm x 30cm; 139 (cento e trinta e nove) cadeiras fixas com assento medindo 50cm x 50cm e encosto medindo 45cm x 45cm; 04 (quatro) cadeiras fixas com assento medindo 55cm x 50cm e encosto medindo 52cm x 48cm; 159 (cento e cinquenta e nove) bases de longarinas medindo 29cm x 63cm do Plenário e auditório da Câmara.

Art. 2º Ao Fiscal do Contrato ora nomeado ficam garantidas as condições para o bom desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes.

Parágrafo único. Caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

- I - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
- II - propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- III - controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- IV - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- V - comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- VI - solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
- VII - manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
- VIII - encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- IX - confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
- X - receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento; e
- XI - verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o

O poder unido é mais forte

Centro Administrativo Antônio Carlos Konder Reis, nº 40, Centro - CEP: 88400-00, Ituporanga/SC
E-mail: camara@camaraituporanga.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA
Poder Legislativo Municipal

estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º O Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, terá amplo acesso a toda a documentação do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, bem como a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos sob fiscalização.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 11 de agosto de 2023.



Angela Maria Machado Stinghen
Presidente

O poder unido é mais forte

Centro Administrativo Antônio Carlos Konder Reis, nº 40, Centro - CEP: 88400-00, Ituporanga/SC
E-mail: camara@camaraituporanga.sc.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 20/2023

Publicação Nº 5052715



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EBA3D5E98AEF8721ECD79719C7ECADAA15595392
CAMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA
Compras e Contratos

Pág 1 / 1

Termo Homologação - Termo de Homologação
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 37 Ano - Minuta - Licitação: 2023 Número -
Minuta - Licitação: 19 codigoCliente: 37 anoMinuta: 2023 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica
Para Contratação de Serviços
16/2023
Processo Administrativo: 20/2023

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Eletrônica nº. 16/2023, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens

75710 - HELCIO DE ALMEIDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE TROCA DE REVESTIMENTO EM TECIDO FACTO PARA: 22 (VINTE E DUAS) CADEIRAS GIRATÓRIAS COM ASSENTO MEDINDO 50CM X 50CM E ENCOSTO MEDINDO 65CM X 48CM; 3 (TRÊS) CADEIRAS GIRATÓRIAS COM ASSENTO MEDINDO 50CM X 50CM E ENCOSTO MEDINDO 43CM X 48CM; DE 1 (UMA) CADEIRA GIRATÓRIA COM ASSENTO MEDINDO 50CM X 45CM E ENCOSTO MEDINDO 42CM X 30CM; 139 (CENTO E TRINTA E NOVE) CADEIRAS FIXAS COM ASSENTO MEDINDO 50CM X 50CM E ENCOSTO MEDINDO 45CM X 45CM; 04 (QUATRO) CADEIRAS FIXAS COM ASSENTO MEDINDO 55CM X 50CM E ENCOSTO MEDINDO 52CM X 48CM; 159 (CENTO E CINQUENTA E NOVE) BASES DE LONGARINAS MEDINDO 29CM X 63CM DO PLENÁRIO E AUDITÓRIO DA CÂMARA.	UNIDADE		1	R\$40.000,00	R\$40.000,00
Total do Fornecedor:					R\$40.000,00	

Ituporanga, 11 de agosto de 2023.

ANGELA MARIA MACHADO STINGHEN
Presidente da Câmara
CPF: 016.767.209-60

Jaguaruna

PREFEITURA

DECRETO Nº 061, EM 04 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052258

DECRETO Nº 061, em 04 de agosto de 2023.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

LAERTE SILVA DOS SANTOS, prefeito municipal de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso V da Lei Orgânica do município e previsão na lei municipal nº 2.133, de 22 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais):

Crédito Adicional			
Tipo de Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	12.001.0010.0301.0010.2031.33390 00000000000000.2710321031	R\$ 465.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Superávit		null - 271032103112	R\$ 465.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em 04 de agosto de 2023.

LAERTE SILVA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

GILMAR DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 062, EM 04 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052292

DECRETO Nº 062, em 04 de agosto de 2023.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

LAERTE SILVA DOS SANTOS, prefeito municipal de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso V da Lei Orgânica do município e previsão na lei municipal nº 2.133, de 22 de dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais):

Crédito Adicional			
Tipo de Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS	07.003.0015.0451.0006.1011.34490 00000000000000.1700312031	R\$ 1.500.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de convênio, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Convênio		null - 170031203134	R\$ 1.500.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em 04 de agosto de 2023.

LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
Registre-se e Publique-se.

GILMAR DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 063, EM 11 DE AGOSTO 2023

Publicação Nº 5052432

DECRETO Nº 063, em 11 de agosto 2023.
ALTERA PARCIALMENTE O DECRETO N. 53, DE 26 DE JULHO DE 2023.

LAERTE SILVA DOS SANTOS, prefeito municipal de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso V da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o art. 1º, inciso I, do Decreto 53/2023:

Art. 1º. [...]

I - Administração:

- a) Gabinete do Prefeito: 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas;
- b) Secretaria de Administração e Finanças: 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas;

Art. 2º. Fica alterado o art. 1º, inciso II, alíneas "a" e "b":

Art. 1º. [...]

II – Secretaria de Saúde:

- a) Secretaria de Saúde: 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas;
- b) Vigilância Sanitária e Epidemiológica: 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas;

Art. 3º. Fica alterado o art. 1º, inciso III, alínea "a":

Art. 1º. [...]

III – Secretaria da Agricultura Ind. Com. Meio Ambiente e Pesca:

- a) Secretaria da Agricultura: 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas;

Art. 4º. Fica alterado o art. 1º, inciso V, alínea "a":

Art. 1º. [...]

V – Secretaria de Educação e Cultura:

- a) Secretaria de Educação e Cultura: 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas;

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em 11 de agosto de 2023.

LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
Registre-se e Publique-se.

GILMAR DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 064, EM 11 DE AGOSTO 2023

Publicação Nº 5053580

DECRETO Nº 064, em 11 de agosto 2023.
ALTERA PARCIALMENTE O DECRETO N. 21, DE 13 DE MARÇO DE 2023.

LAERTE SILVA DOS SANTOS, prefeito municipal de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso V da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a Comissão de Seleção disposta no art. 1º, passando a ser composta pelos seguintes membros:

Art. 1º. [...]

I - Presidente: Fabiano Vitório Cruz;

II - Secretária: Gabrielli Marcos Marques;

III - Membro: Alfredo Alves da Rosa Corrêa;

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em 11 de agosto de 2023.

LAERTE SILVA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL
Registre-se e Publique-se.

GILMAR DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DA PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMDI

Publicação Nº 5053585



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SETOR DE CONTROLE SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO
SUL
Lei nº 7.292/2016

ATA DA PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMDI

Número:	06	Local:	Plenária Presencial
Data:	12/07/2023	Presidente:	Hildegard Bosshamer
Horário:	8h30min	Secretária:	Eduarda Tonin Peixer

SEGMENTOS	CONSELHEIROS	PRESEANÇA	ASSINATURA
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	Titular: Bruna Alexandre Boschini	Presente	
	Suplente: Airtton Brum De Souza	Ausente	
	Titular: Hildegard Bosshamer	Presente	
	Suplente: Analores Fröhlich Jahn	Presente	
	Titular: Christiano G. Machado	Ausente	
	Suplente: Jorge Inácio de Andrade	Ausente	
	Titular: Rosane Aparecida F. Fusi	Presente	
	Suplente: Gleison da Silva Collares	Ausente	
	Titular: Thais Cristina Cabral Piotto	Ausente	
	Suplente: Sofia Wolker Manta	Ausente	
	Titular: Milena Michalak Manoel	Presente	
	Suplente: Alessandra Fabiola Ballock	Presente	
	Titular: Raquel de Medeiros de Borba	Presente	
	Suplente: Jackson Feller	Presente	
	Titular: Carlos Joelcy Engel	Presente	
	Suplente: Adriano Frederico	Ausente	

	Titular: Ivo Schmitt Filho	Ausente	
	Suplente: Patrícia Andréia Brugnago	Ausente	
	Titular: Vilma Delagnolo	Presente	
	Suplente: Márcio Renato Steilein	Ausente	
	Titular: Ariel Antonio Faes	Ausente	
	Suplente: Paulo Eduardo Baptista	Presente	
REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS	Titular: Rayssa B. Ribeiro	Ausente	
	Suplente: Luciane Piccoli	Ausente	
	Titular: Stélio J. Rodrigues	Ausente	
	Suplente: Sigmar Guenther	Presente	
	Titular: Schirlei Jaqueline Radtke	Ausente	
	Suplente: Marcela Evellyn Alves da Silva	Ausente	
	Titular: Edilma Lemanhê	Presente	
	Suplente: Cristina Rodrigues Araújo	Ausente	
	Titular: Talita Perine Preto	Ausente	
	Suplente: Cláudia R. K. Damásio	Presente	
	Titular: Ana Luiza Bertó Denardi Hammes	Ausente	
	Suplente: Maira Pieritz	Ausente	
	Titular: Jeferson Perotti Ferrari	Ausente	
	Suplente: Eduarda Tonin Peixer	Presente	
	Titular: Jane Ferreira Pereira	Ausente	
	Suplente: Leodete Pessate Stryhalski	Presente	
	Titular: Ana Maria N. Ceppli	Ausente	
	Suplente: José Raulino Klimkowski	Ausente	
	Titular: Denise Correia Zanotti	Ausente	
	Suplente: Lucas Maciel Rabello	Ausente	
	Titular: Maria Alice da Silva Reitz	Presente	

	Suplente: Valtrudes Elisabeth Ohde	Presente	
--	---------------------------------------	----------	--

Demais Presentes
Claudete W.
Lar das Flores
Raquel F.

No décimo segundo dia de julho de dois mil e vinte e três, realizou-se a Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jaraguá do Sul – CMDI/JS, na modalidade presencial, presidida pela presidente Hildegard Bosshamer, que deu boas-vindas aos presentes. **1. EXPEDIENTE:** **1.1** Aprovação da Pauta – realizada a leitura, pauta aprovada por unanimidade. **1.2** Apreciação da Ata nº 06 de 14/06/2023 – aprovada por unanimidade. **1.3** Leitura/apresentação das correspondências. **2. CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** **a) Portaria nº 1032/2023:** Designar Jorge Inácio de Andrade, como conselheiro suplente, em substituição a Gilberto Gesser; **b) Ofício nº 28/2023 - Centro Convivência:** Resposta ao Ofício recebido 70/2022/CMDI/JS - Projeto 1º Festival de Pratos Natalinos; **c) Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul:** Participação do Legislativo em Conselhos Municipais; **d) Denúncia recebida pelo disque 100 da ILPI José Ramos** – O Secretário Executivo Thiago realizou a leitura da denúncia. O conselheiro Jackson questionou a presidente se além da visita realizada, houve mais algum encaminhamento do conselho para alguma unidade da Assistência Social, por exemplo, o PCDI. Hildegard respondeu que não foi encaminhado. O conselheiro Jackson sugeriu encaminhar a situação ao PCDI para realizar o atendimento à vítima. Hildegard informou que na visita não foi encontrado indícios que corroborem com a denúncia, não sendo possível identificar a possível vítima. A presidente solicitou ao secretário executivo encaminhar um ofício ao PCDI da média. A conselheira Bruna, do PCDI da básica, informou que as servidoras responsáveis pelo PCDI da média são Lilian e Devanir, que inclusive acompanharam a comissão de acompanhamento e fiscalização da política na visita ao Lar das Pérolas. A Assessora Caroline questionou a conselheira Bruna se existe possibilidade do PCDI da básica acompanhar os idosos institucionalizados. Bruna respondeu que a princípio não, por se tratar, no presente caso, de uma Instituição privada. Informou ainda que o PCDI da básica está organizando uma apresentação do seu serviço para conhecimento do CMDI sobre o trabalho que está sendo desenvolvido pela unidade. O secretário executivo Thiago informou que na visita realizada na ILPI José Ramos, o PCDI da média foi acionado para fazer a vistoria junto à comissão, porém, no dia da visita, o PCDI não pode comparecer. Além disso, a devolutiva da gerência responsável pelo serviço foi de que por se tratar de um caso de violação de direito dentro de uma ILPI, cabe somente ao conselho fazer essa verificação e acompanhamento. **3. CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS:** **a) Ofício nº 52/2023/CMDI/JS:** Solicitação de relatório de vistoria da ILPI Residencial José Ramos; **b) Ofício nº 53/2023/CMDI/JS:** Encaminhamento do relatório da visita a ILPI Lar das Pérolas ao Ministério Público Estadual 2º Promotoria de Justiça de Jaraguá do Sul – Antes de apresentar o relatório à plenária, a presidente Hildegard contextualizou sobre a solicitação do relatório de visita, explicando que foi uma solicitação do Promotor de Justiça, Sr. Aristeu Xenofontes Lenzi, na reunião realizada entre o CMDI e o MP para tratar sobre as irregularidades encontradas na ILPI Lar das Pérolas. Em seguida, a conselheira Eduarda apresentou o relatório elaborado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Política do Idoso do CMDI. Após a apresentação, houve alguns apontamentos feitos pela plenária. Ao final, a conselheira Edilma evidenciou a situação apresentada quanto à capacidade de atendimento da ILPI (capacidade de 22 para 34 idosos), e questionou se, diante disso, além do encaminhamento do relatório ao Promotor, há mais algum encaminhamento ou providência que ao conselho fazer. Hildegard informou que não, pois nós como conselho não temos o poder de tomar outras providências, outras medidas cabem ao Ministério

Público; **c) Ofício nº 54/2023/CMDI/JS:** Solicitação de informação referente ao início da execução do Projeto "Idosos em Movimento" e respectiva prestação de contas mensal, em conformidade com a Resolução nº 51/2021/CMDI/JS; **d) Ofício nº 55/2023/CMDI/JS:** Solicitação de informação referente ao início da execução do Projeto "Hidroginástica para Idosos" e respectiva prestação de contas mensal, e outras deliberações em conformidade com a Resolução nº 53/2021/CMDI/JS; **e) Ofício nº 56/2023/CMDI/JS:** Solicitação de informação referentes à prestação de contas financeira do Projeto "Dance Online"- Resolução nº 42/2021/CMDI/JS apresentado pelo Centro de Convivência Arnoldo Leonardo Schmitt em conformidade com a Resolução nº 20/2021/CMDI/JS; **f) Ofício nº 57/2023/CMDI/JS:** Solicitação de informação referente ao início da execução do Projeto "Bem Viver" e respectiva prestação de contas mensal, em conformidade com a Resolução nº 52/2021/CMDI/JS.

4. HOMOLOGAÇÕES: não houve homologações nesta plenária. **5. DELIBERAÇÕES:** **a)**

PARECER Nº 05/2023/CAFP/CMDI: Dispõe sobre a análise da prestação de contas do Projeto "Colônia de Férias 2023", conforme Resolução nº 60/2022/CMDI/JS – parecer lido e apresentado pela conselheira Raquel. Hildegard fez alguns apontamentos sobre a dificuldade na execução do projeto em razão das chuvas. Parecer foi aprovado por unanimidade. **b) PARECER Nº 08/2023/CFP/CMDI:** Dispõe sobre a análise da prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - FMDI, referente ao mês de janeiro de 2023 – parecer lido e apresentado pela conselheira Edilma. O parecer foi aprovado por unanimidade; **c) PARECER Nº 09/2023/CFP/CMDI:** Dispõe sobre a análise da prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - FMDI, referente ao mês de fevereiro de 2023 – parecer lido e apresentado pela conselheira Edilma. O parecer foi aprovado por unanimidade; **d) PARECER Nº 10/2023/CFP/CMDI:** Dispõe sobre a análise da prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - FMDI, referente ao mês de março de 2023 – parecer lido e apresentado pela conselheira Edilma. O parecer foi aprovado por unanimidade. Ao final das deliberações, a assessora Caroline comentou que foi prestigiar um dia de atividades da colônia de férias e parabenizou as atividades e o profissionalismo dos profissionais que estavam atuando com os idosos. Hildegard fez alguns apontamentos em relação a quantidade de alimentos adquiridos pelo projeto, tendo em vista que a quantidade de alimento é sempre maior comparada a quantidade de idosos participantes, pois, alguns idosos, além de consumirem os alimentos nos eventos, acabam levando alguns alimentos para sua casa. Em seguida, a conselheira Edilma sugeriu a apresentação das técnicas que foram nas capacitações em São Paulo, atualizando os conselheiros sobre o que foi absorvido nessa experiência. Caroline informou que já faz uma apresentação sobre a visita em plenária no ano passado, porém, emitirá um relatório sobre as suas considerações a respeito da visita, e convidará Graciane para explanar, em plenária, suas considerações. **6. ASSUNTOS GERAIS:** **a)**

Audiência com o Promotor Lenzi sobre a ILPI Lar das Pérolas – reunião já foi comentada nas correspondências expedidas; **b) Visita à ILPI José Ramos** – Hildegard e Eduarda apresentaram sobre a visita. De forma resumida, a visita ao Residencial José Ramos foi uma visita positiva, onde a comissão não identificou indícios que corroborem com a denúncia registrada no disque 100 contra a ILPI. **7. PALAVRA LIVRE:** A presidenta Hildegard compartilhou uma necessidade percebida quanto a capacitação dos conselheiros diante das demandas do conselho, sugerindo contratar um curso ou capacitações para atualização dos conselheiros, tanto nos temas relacionados a atuação das comissões, quanto assuntos pertinentes ao funcionamento do conselho. Caroline salientou que é extremamente válido ter uma capacitação voltada à atribuição de cada comissão aos conselheiros. Ainda, foi comentado sobre a possibilidade de visita em outros conselhos da pessoa idosa do Estado de Santa Catarina, para absorver outras experiências. Ao final, Hildegard comunicou a saída da Assessora Caroline Bittencourt dos conselhos e da Prefeitura do Município de Jaraguá do Sul, fazendo um agradecimento especial por todo o trabalho desenvolvido e toda a dedicação dela em todos esses anos de conselho, pedindo a todos uma salva de palmas. Nada mais

havendo a tratar, eu, Eduarda Tonin Peixer, secretária de mesa nesta plenária, lavrei a presente ata que, após lida, será por todos os presentes assinada.

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 219/2023/GABSECR/SEMED

Publicação Nº 5053656

DECISÃO/GABSECR

Decisão Administrativa nº 219/2023/GabSecr/Semed

Processo nº 0004600/2023

Requerente: Terraplanagem Zabel Ltda EPP

Requerido: Município de Jaraguá do Sul - Secretaria Municipal de Educação

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de processo administrativo referente a Prestação de Serviços de Engenharia com fornecimento de material e mão de obra, para execução de terraplenagem, drenagem e serviços complementares, para retaludamento de encosta, nos fundos da EMEB Max Schubert, protocolado pela empresa Terraplanagem Zabel Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ sob nº 83.441.493/0001-22, Rua Waldemar Ouriques, 312, Bairro Capoeiras - CEP 88.090-050, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, proveniente da Tomada de Preços nr. 172/2021, qual celebraram contrato nº 640/2021, cujo objeto "a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de material e mão de obra, para execução de terraplenagem, drenagem e serviços complementares, para retaludamento de encosta, nos fundos da EMEB Max Schubert, localizada na Rua Roberto Ziemann, 4421, Bairro Três Rios do Norte, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital".

Em 23/02/2023, a empresa Terraplanagem Zabel Ltda EPP protocolou notificação a esta Secretaria alegando que:

[...] pela prevenção de futuras responsabilidades a NOTIFICANTE, bem como prover a conservação e ressalva de seus direitos, atinou por bem NOTIFICÁ-LA. Advertindo, por fim, que a empresa - TERRAPLANAGEM ZABEL., encontra-se a disposição para dirimir qualquer dúvida, sempre primando ininterruptamente pelo bom relacionamento e seguimento dos trabalhos (fl. 06).

Em 28/03/2023, a Fiscal da obra, Sra. Patrícia Dalla Lana Michel - engenheira civil, manifestou-se a respeito:

[...] As medidas atinentes à situação de solo encontrada estão registradas no processo de execução da obra e suscitaram diversas análises e finalmente alteração de projeto acatada pela empresa executora, sendo esta apresentante de acervo técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica para execução, comprovando sua especialidade, e, uma vez executando, responsabilizando-se pela garantia de sua execução, por qualquer dano, imperfeição, deficiência ou irregularidade proveniente da execução. Entendemos a importância da limpeza do drenos para garantia da estabilidade da obra, sendo que sua realização sustenta a garantia da obra para os serviços realizados, e, portanto, sustenta as garantias e obrigações legais e por qualquer dano (fl. 22).

Em

Em 11/05/2023 foi acostado ao presente feito o Termo de Recebimento Definitivo da obra, no qual resta atestado pela Fiscal da obra, Sra. Patrícia Dalla Lana Michel que não há pendências quanto aos requisitos técnicos exigidos no contrato nº 640/2021 (fls. 25/30).

No tocante cumpre ressaltar no que se refere a responsabilidade da contratada e as garantias do serviço prestado que a Lei 8.666/93, estabelece em seu artigo 73, parágrafo segundo que:

Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Ainda, estabelece a referida lei em seu artigo 69 que:

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Assim sendo, considerando que o Termo de Recebimento Definitivo da Obra acostado ao feito, tem-se esgotado o objeto da presente lide, logo, determino o encaminhamento dos autos para arquivamento na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Cumpra-se e nos termos da decisão.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2023

Emanuela Christian Wolff
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 115/2023

DECRETO Nº 17.384/2023

Publicação Nº 5053735

D E C R E T O Nº 17.384/2023

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 9.231/2022, de 13/12/2022, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 9.231/2022, de 13 de dezembro de 2022,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município (PGM), a saber:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
04.001 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
04.001.4.122.301.2.034 - Pagamento dos Servidores da Procuradoria
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
04.001.36 3.1.90 - Aplicações Diretas
1.759.0000.0336 - Fundo da Procuradoria-Geral do Município R\$ 200.000,00
2.759.0000.0336 - SF - Fundo da Procuradoria-Geral do Município R\$ 300.000,00
TOTAL R\$ 500.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do Excesso de Arrecadação do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Fundo da Procuradoria-Geral do Município, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais); e do Superavit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2022, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Fundo da Procuradoria-Geral do Município, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

FUJAMA - PORTARIA Nº 20/2023

Publicação Nº 5053671

PORTARIA Nº 20/2023

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso VI, da Lei Complementar Nº 198/2017, de 19/07/2017

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a partir de 09 de agosto de 2023, LUIZ MARTINS GONÇALVES NETO, matrícula nº 26, ocupante do cargo efetivo de Biólogo, lotado na Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente, para exercer a FUNÇÃO GRATIFICADA de ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de agosto de 2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2023.

IVO SCHMITT FILHO
Presidente

PORTARIA Nº 035/2023/SEMSA

Publicação Nº 5053620

PORTARIA Nº 035/2023/SEMSA

Homologa o Protocolo de Dispensação de Fraldas para usuários do SUS residentes em Jaraguá do Sul.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais; e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Regulação instituída pela Portaria GM/MS nº 1.559, de 1º de agosto de 2008;

CONSIDERANDO o Decreto da Presidência da República nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que os Protocolos de Regulação de Acesso são diretrizes para solicitar e usar, adequada e racionalmente, as tecnologias de apoio, diagnóstico e terapias especializadas, constituindo-se como instrumento de ordenação dos fluxos de encaminhamentos entre os níveis de complexidade assistenciais orientando os atos profissionais que fazem parte dos Protocolos Clínicos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar as ações regulatórias no município de Jaraguá do Sul, bem como disponibilizar atenção à saúde de forma oportuna, ágil e adequada às necessidades dos usuários do SUS;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 132/2022 de 09 de março de 2022, que designa os profissionais para comporem a Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde – CPPAS, da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 002/2023/CPPAS de 07 de agosto de 2023, da Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde – CPPAS;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR o Protocolo Municipal de Dispensação de Fraldas para usuários do SUS residentes em Jaraguá do Sul.

Art.2º O prazo de vigência do supracitado protocolo será de dois anos, a partir da data de publicação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2023.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 035/2023/SEMSA - PROTOCOLO DE DISPENSAÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA USUÁRIOS DO SUS RESIDENTES EM JARAGUÁ DO SUL

Publicação Nº 5053628

Protocolo de Dispensação de Fraldas descartáveis para usuários do SUS residentes em Jaraguá do Sul

Área(s): Diretoria de Saúde;

Elaboradores: Felipe Damo, Irineu Pasold, Joyce Ribeiro Bueno, João Victor Serenini, Tatiana Helena Braun Joaquim.

Portaria Nº 035/2023/Semsa

1. Resumo

Este protocolo tem como objetivo estabelecer diretrizes para organização do serviço de dispensação complementar de Fraldas Descartáveis (Geriátricas e Infantis), bem como normas referentes à prescrição, avaliação, adequação, acompanhamento e concessão, aos usuários da rede do SUS com necessidades de uso de fraldas, residentes na cidade de Jaraguá do Sul.

1.1 Palavras-chave

Fraldas Descartáveis, Incontinência Esfincteriana (urinária e/ou anal-fecal); Pessoa portadora de Deficiência (PcD), Idoso, Dificuldades relacionadas à saúde.

2. Introdução

A Sociedade Internacional de Incontinência (ICS) define incontinência urinária como a condição na qual a perda involuntária de urina é um problema social ou higiênico e é objetivamente demonstrada. Já a incontinência fecal é entendida como perda involuntária e repetida de fezes (REIS et al, 2003).

As dificuldades de controle esfincteriano (incontinência urinária e/ou anal) atingem até 17% da população, principalmente após os 70 anos de idade – sendo que a urgeincontinência contribui com metade a dois terços dos casos (NITTI W, 2001). As causas mais comuns estão relacionadas a problemas como uso de medicamentos que atuam no sistema nervoso central, cirurgia ou doença pélvica, e sequelas de doenças neurológicas, dentre outros.

O assoalho pélvico é a única musculatura transversal do corpo humano que suporta carga, sendo responsável pelo suporte dos órgãos abdominais e pélvicos, manutenção da continência urinária e fecal, e auxílio na estabilização do tronco. Com o envelhecimento, a laxidão ligamentar pélvica, as cirurgias uroginecológicas e retais, essa capacidade pode se deteriorar, não sendo incomum a associação das incontinências urinária e anal (FRANCESCHET e SACOMORI, 2009).

As alterações responsáveis pelas incontinências são mais frequentes em idosos e em sequelados de doenças neurológicas (REIS et al, 2003). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. Todavia, para efeito de formulação de políticas públicas, esse limite pode variar, segundo as condições (sociais, econômicas, médicas) de cada país. A própria OMS reconhece que é importante considerar que a idade cronológica não é um marcador preciso para as alterações senescentes, podendo haver grandes variações, em diferentes contextos.

Atualmente, a população de idosos vem crescendo, globalmente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) de 2017 aponta que 15% da população brasileira são idosos. Com isso, aumenta a preocupação em garantir o direito e a dignidade a este grupo populacional.

Ademais, o Censo de 2010 do IBGE aponta uma prevalência de pelo menos 12% da população brasileira portadora de alguma deficiência (PcD) significativa.

Frente a este problema, cabe ao ente público, em linha com os ditames constitucionais, criar políticas que assegurem promover a Saúde, reabilitar pacientes e atender às demandas para a proteção e o pleno exercício da cidadania, pela parcela de idosos e/ou portadores de deficiência (PcD) que necessitem do uso de fraldas, haja vista o impacto social e econômico associado à aquisição de fraldas descartáveis, naquelas situações onde eventualmente o suprimento prioritário pelo Programa Farmácia Popular do Brasil não se faça suficiente ou

economicamente acessível.

3. Justificativa

Considerando que o fornecimento de fraldas ao cidadão cuja necessidade é motivada por doença caracteriza benefício de competência das políticas de Saúde;

Considerando que o direito de recebimento de fraldas descartáveis está implícito no direito à Saúde, pois sua indisponibilidade gera potencial agravamento moral e físico;

Considerando a demanda existente de usuários do SUS que precisam de tais recursos, por necessidade clínica, tem aumentado e é agravada por condições socioeconômicas;

Considerando que os benefícios das Políticas de Assistência Social são de caráter suplementar e provisório, em situações de vulnerabilidade e de calamidade;

Considerando a necessidade de dar continuidade à dispensação de fraldas descartáveis (infantis e geriátricas) no município de Jaraguá do Sul, visando atender às solicitações de fornecimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando-se a prerrogativa de fornecimento desses insumos, de forma customizada, para pacientes com necessidades clínicas e sociais específicas, conforme os parâmetros citados no presente Protocolo;

Considerando a implementação de serviços semelhantes, em diversos outros municípios brasileiros;

O Serviço de Dispensação de Fraldas Descartáveis se configura um serviço assistencial complementar à legislação já existente, importante para o resgate da qualidade de vida e reinserção do usuário SUS, portador de comprovada incontinência esfinteriana.

4. Público-alvo

Moradores de Jaraguá do Sul cadastrados no SUS, em condições que justifiquem a dispensação complementar de Fraldas Descartáveis, e que atendam aos critérios de Inclusão descritos neste protocolo.

5. Base legal

A Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 196, estabelece que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas (sanitárias, sociais e econômicas) que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e mediante acesso universal, integral, equilibrado e equitativo às ações e serviços para sua promoção, proteção e reabilitação.

A Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 7º, nos incisos que estabelecem os princípios da Universalização e Integralidade, estabelece as bases para a dispensação de produtos de interesse à Saúde, incluindo assim as fraldas descartáveis como parte deste direito, pois sua indisponibilidade gera eventual agravamento moral e físico.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, incumbem ao Poder Público o fornecimento dos recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação;

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispondo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em seu capítulo VII, Seção I, art. 18 e art. 19 – inciso V, inclui, na assistência integral à Saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência, a concessão de materiais auxiliares e elementos de cuidado e higiene pessoal;

A Resolução nº 39 de 09 de dezembro de 2010 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Conselho Nacional de Assistência Social dispõe que o fornecimento de fraldas aos cidadãos cuja necessidade é motivada por doença é competência de Política Pública de Saúde;

6. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10)

6.1 Usuários acamados ou com mobilidade reduzida (uso de próteses ou órtese), com os seguintes diagnósticos:

CID R15: Incontinência fecal.

CID R32: Incontinência urinária.

CID N31: disfunção neuromuscular da bexiga.

CID K 59.2: cólon neurogênico.

6.2.Usuários com mobilidade preservada deve-se associar aos diagnósticos descritos no item

6.3. os seguintes diagnósticos primários:

- C61 – Neoplasia maligna da próstata
- F00 - Demência na doença de Alzheimer
- F01 – Demência vascular
- F02 – Demência em outras doenças classificadas em outra parte
- F03 – Demência não especificada
- F72 – Retardo Mental Grave
- F73 – Retardo Mental Profundo
- F84.0 – Autismo infantil
- G04 – Encefalite, Mielite, Encefalomielite
- G05 – Encefalite, mielite e encefalomielite em doenças classificadas em outra parte ● G06 – Abscesso e granuloma intracranianos e intra-raquidianos
- G07 – Abscesso e granuloma intracranianos e intraspinais em doenças classificadas em outra parte
- G08 – Flebite e tromboflebite intracranianos e intra-raquidianas
- G09 – Sequelas de doenças inflamatórias do sistema nervoso central

- G20 – Doença de Parkinson
- G30 – Doença de Alzheimer
- G31 – Outras doenças degenerativas do sistema nervoso não classificadas em outra parte
- G32 – Outros transtornos degenerativos do sistema nervoso em doenças classificadas em outra parte
- G63 – Polineuropatia em doenças classificadas em outra parte
- G80 – Paralisia Cerebral • G82 – Paraplegia e Tetraplegia
- G93.1 – Lesão Encefálica Anóxica, não especificado como hemorrágico ou isquêmico I60 – Hemorragia Subaracnóidea
- I61 – Hemorragia Intracerebral • I62 – Outras hemorragias intracranianas não traumáticas
- I63 – Infarto Cerebral
- I64 – Acidente Vascular Cerebral não especificado como hemorrágico ou isquêmico
- I65 – Oclusão e estenose de artérias pré-cerebrais que não resultam em infarto cerebral.
- Acamamento ou mobilidade severamente restrita, dependente de cuidador (CID Z741).

7. Diagnóstico Clínico ou Situacional / Panorama atual

O panorama atual observado é de um aumento na demanda das chamadas doenças crônico-degenerativas e de pacientes portadores de sequelas específicas, tais como pacientes incontinentes e/ou portadores de deficiência (PcD), acamados ou com mobilidade severamente restrita.

Em decorrência do aumento na prevalência destes diagnósticos clínicos, há necessidade de normatização do Serviço e divulgação de formas de acesso sustentável para o recebimento do insumo, com o devido acompanhamento contínuo pela Atenção Primária à Saúde (APS).

8. Critérios de inclusão

- Pacientes residentes e domiciliados em Jaraguá do Sul (crianças e adultos)
- com diagnóstico formal de incontinência esfincteriana (urinária e/ou anal-fecal);
- com prescrição formal pelo SUS, em formato eletrônico;
- com acompanhamento semestral comprovado pela APS (ESF/ UBS).

9. Critérios de exclusão

- Prescrições particulares ou de convênio
- Prescrições sem justificativa médica da necessidade e sem CID;
- Pacientes não residentes em Jaraguá do Sul;
- Pacientes com a prescrição vencida (validade 06 meses);

10. Conduta

O Protocolo de Dispensação de Fraldas Descartáveis para usuários com diagnóstico de incontinência esfincteriana (urinária e/ou anal-fecal), permanente ou temporária, será aplicado no âmbito da rede SUS de Jaraguá do Sul, cujas atribuições passam a ser elencadas conforme abaixo:

Profissionais da Rede de Saúde SUS (Médicos e Enfermeiros):

1. Orientar sobre os critérios clínicos para o fornecimento de fraldas descartáveis, em caráter assistencial complementar e transitório;
2. Prescrever e renovar a prescrição de fraldas descartáveis, sempre considerando o fluxo, componentes, critérios de inclusão e exclusão deste protocolo;
3. A prescrição inicial, com CID primário e secundário e mais tempo previsto de uso, deverá ser feita obrigatoriamente por profissional Médico, exigindo CRM;
 - a) Reavaliações periódicas do usuário serão realizadas, a intervalos semestrais, para comprovar a eventual necessidade de manter a oferta de fraldas descartáveis.
 - b) Renovações ulteriores, de igual conteúdo, poderão ser revalidadas, com os ajustes que se façam necessários, por Médico ou Enfermeiro;

Prescrição do Insumo:

- Prescrição em formato eletrônico, contendo nome do usuário, com identificação do Conselho de Classe e data da solicitação;
- Descrição formal e mandatória do CID primário e secundário;
- Previsão do tempo de uso, em meses (1 mês/ 3 meses/ 6 meses);
- Previsão do tipo (adulto ou infantil) e tamanho de fraldas (P/ M/ G/ XG);
- Após o deferimento da solicitação de fraldas, a prescrição terá validade máxima de 6 meses, com dispensação a intervalos mensais.

Da equipe do Serviço de Dispensação de Fraldas:

1. Receber a prescrição, verificar a validade e data de retirada, repassando as fraldas e conforme preconizado neste protocolo.
2. Comprovada a conformidade da prescrição e a disponibilidade do município, o limite máximo de dispensação será de até 02 fraldas/dia ou até 60 fraldas /mês.
3. Pacientes institucionalizados em atendimento SUS já em tratamento a receita poderá ser da instituição o qual esta sendo atendido, bem como, sera atendido o quantitativo total prescrito na receita.

Forma de acesso para o recebimento das fraldas:

O munícipe cuidador ou responsável pelo paciente deverá se dirigir ao Serviço de dispensação de fraldas com os seguintes documentos:

1. Prescrição em formato eletrônico, em conformidade com os parâmetros do protocolo;
2. Documento oficial de identificação com foto e CPF e/ou certidão de nascimento em caso de criança até 12 anos de idade;
3. Cartão SUS;

No caso de terceiros (familiar ou cuidador), o mesmo deve apresentar documento com foto ou cartão do SUS;

Renovação:

O período de fornecimento será de até 6 (seis) meses, após o início da entrega das fraldas ao paciente;

O fornecimento poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos, enquanto permanecer a necessidade do paciente, mediante atualização da prescrição junto à Rede SUS, e entrega da renovação ao Serviço de Dispensação de fraldas, um mês antes do final do prazo de fornecimento.

É mandatório o acompanhamento pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF/ UBS), as quais, em caso de intercorrências/ irregularidades, notificarão formal e imediatamente o Serviço de Dispensação de fraldas.

Alteração:

Caso haja necessidade de alteração do tamanho ou redução na quantidade de fraldas, esta poderá ser solicitada na própria Farmácia Especializada.

Alterações do estado clínico (melhora, internação, óbito) ou cadastrais (número de telefone, de endereço, ou de responsável/ cuidador) deverão ser atualizadas no ESF/ UBS a que o usuário estiver adscrito.

Crítérios de Interrupção:

- Uso indevido das fraldas (comercialização, conservação inadequada, entre outros);
- Alta médica do programa, por melhora clínica;
- Óbito do paciente.

10.1 Benefícios Esperados

Espera-se que os critérios clínicos e de fluxo administrativo para a dispensação do insumo aqui recomendados proporcionem aos usuários do sistema público de saúde do município de Jaraguá do Sul:

- Melhoria na qualidade de vida dos beneficiados;
- Melhorar o acesso ao insumo (fraldas descartáveis);
- Possibilitar a continuidade da dispensação, de forma justa e sustentável.

11. Monitorização

O quantitativo de dispensação das fraldas será monitorado a partir da quantidade de entrada e saída do estoque, controlado pelo Almoxarifado específico para a dispensação de fraldas.

Os responsáveis pelos pacientes beneficiados, cuja necessidade de fraldas ainda permaneça, ao retirar a 6ª cota mensal, deverão ser orientados a adotar os procedimentos para renovação do benefício.

12. Fluxograma de atendimento ao usuários de fraldas descartáveis

13. Regulação/ Controle/ Avaliação pelo Gestor

Será utilizado como ferramenta os relatórios gerenciais do Sistema Informatizado.

14. Termo de Esclarecimento e Responsabilidade – TER

Anexo I

15. Referências Bibliográficas

_____. Estatuto da criança e do adolescente (1990). Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Estatuto do idoso: lei federal no 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990a. Seção 1.

_____. Lei no 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasil, 2003.

_____. MDS. Resolução no 39, de 9 de dezembro de 2010 - Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde.

_____. Ministério da Justiça. Política nacional do idoso. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1998.

_____. PORTARIA Nº 184, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011- Dispõe sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei no 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasil, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde, Ministério da Saúde, 2012.

Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde da SES-DF – CPPAS Página 97.

FRANCESCHET J., SACOMORI, C., CARDOSO, F. L. Força dos músculos do assoalho pélvico e função sexual em gestante. Revista Brasileira de Fisioterapia v.13 n.5, 2009.

NITTI VW. The prevalence of urinary incontinence. Rev Urol. 2001;3 Suppl 1(Suppl 1):S2-S6.

REIS R.; COLOGNA A. J.; MARTINS A. C. P.; TUCCI Jr. S.; SUAID H. J. Incontinência urinária no idoso. Acta Cir Bras [serial online] 2003 vol 18 suppl 5. Disponível em www.scielo.br/acbbb

SANTA CATARINA. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Resolução nº004. Regulamenta o Fornecimento de Fraldas Descartáveis aos pacientes que dela necessitam. Prefeitura Municipal Florianópolis, 2014.

ANEXO I
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de compromisso

Declaro estar ciente que para retirar as fraldas, o responsável/paciente deve comparecer a Farmácia Especializada, munido de documento de identificação (RG ou CPF) mensalmente.

O fornecimento de fraldas se dará pelo período de 12 meses. Permanecendo a necessidade do paciente, o responsável deverá comparecer na Farmácia Especializada com antecedência de 30 dias antes do fim do prazo solicitando a renovação do benefício;

O fornecimento será mensal e a entrega será efetuada na unidade indicada nas datas e horários preestabelecidos;

As fraldas descartáveis fornecidas pelo município são para uso exclusivo do paciente para o qual foi requisitado o insumo.

Caso não seja retirada a cota de fraldas dentro do mês, essa não será acumulada para o mês seguinte;

Caso haja necessidade de alteração de tamanho das fraldas, deverá ser solicitado via requerimento para alteração;

O não comparecimento para a retirada das fraldas por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, implicará na suspensão do benefício, salvo os casos devidamente justificados (exemplo: internação hospitalar).

O fornecimento também será suspenso em casos de uso indevido do material (comercialização, armazenamento e uso indevidos etc.)

Declaro estar ciente e de acordo com as normas para recebimento de Fraldas Descartáveis.

Paciente: _____

Resp.: _____

Data: ____/____/____

Testemunha: _____

Assinatura do paciente ou responsável

PORTARIA Nº 1384/2023

Publicação Nº 5053740

PORTARIANº 1384/2023

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o previsto no §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017; e

CONSIDERANDO o disposto no Termo de Convênio Nº 288/2023, de 22/05/2023;

RESOLVE :

Art.1º CEDER ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA (CISNORDESTE/SC), nos termos do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017, por 40 (quarenta) horas semanais, SILVIA REGINA BONATTO CURTY, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 10237, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 1º de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2024, com ônus para o Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/07/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2023.

JOSÉ JAIR FRANZNER
Prefeito

PORTARIA Nº 149/2023/SEMTIP

Publicação Nº 5053633

PORTARIANº 149/2023/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria nº 004/2021 que designa a composição da Quarta Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o ofício que solicita a substituição de membro da Comissão;

CONSIDERANDO o art. 5º do Decreto 12.302/2018 de 06/09/2018;

RESOLVE :

Art.1º SUBSTITUIR a servidora pública municipal KAREN CRISTINA DA COSTA, matrícula nº 8186, ocupante do cargo em comissão de Chefe Financeira, pela servidora pública municipal ELIZANGELA SILMARA PIEKARZEWICZ, matrícula 7791, na composição da QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2023.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2023.

LEONEL PRADI FLORIANI
Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública
Portaria 115/2023

PORTARIA Nº 737/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053754

PORTARIANº 737/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 266/2020, art. 140, que trata da licença à gestante e ao adotante;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA À GESTANTE, no período de 01/08/2023 a 21/01/2024 à Servidora Pública Municipal, Sra. ALINE DE ALMEIDA BASSIA, matrícula 116721, ocupante do cargo de Profissional de Apoio Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/08/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de Julho de 2023

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 746/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053759

PORTARIANº 746/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 25/07/2023 a 31/07/2023, à servidora pública municipal LEILA MARIA DO PRADO ROVERE, matrícula 11184, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/07/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de Julho de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 747/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053763

PORTARIANº 747/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 26/07/2023 a 28/07/2023, à servidora pública municipal LUCIANA DORNELES ILHA, matrícula 9170, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/07/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de Julho de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 748/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053764

PORTARIANº 748/2023/SEMAD/DGP/

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art.78, que trata do Auxílio por Incapacidade Temporária para o Trabalho;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria nº 1109/2022 de 23/12/2022, com efeitos desde 01/01/2023;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Aparecida de Fatima Rodrigues do Nascimento	116422	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	18/07/2023

Desiree Weisskeimer	115849	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	23/07/2023 a 24/07/2023
Julciane dos Santos	9457	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	27/07/2023 a 28/07/2023
Charlene Schultz	9846	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	19/07/2023 a 07/08/2023
Carla Liliane Indalencio	9793	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	28/07/2023 a 10/08/2023
Anery Salete Correia	11209	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	26/07/2023 a 14/08/2023
Cintia Rodrigues	114870	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	23/07/2023 a 06/08/2023
Gesiane Aparecida Strelow Lucio	10557	Secretário de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	21/07/2023 a 28/07/2023
Leila Aparecida Soares	8720	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	26/07/2023 a 13/08/2023
Jessica Prando Avila	10612	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	21/07/2023 a 20/08/2023
Elma de Oliveira Silva da Costa	116303	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	24/07/2023 a 28/07/2023
Silvana Aparecida Bueno Beil	10537	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	26/07/2023 a 28/07/2023
Vinicius Luiz Ferreira Rechi	116519	Profissional de Apoio Escolar	Secretaria Municipal de Educação	27/07/2023 a 31/07/2023
Aline Marquete de Mattos	116404	Pedagogo	Secretaria Municipal de Educação	26/07/2023 a 27/07/2023
Egon Lotario Jagnow	3207	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	21/07/2023 a 04/08/2023
Luci Maria Rodrigues	10047	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	26/07/2023 a 14/08/2023
Francieli Gonçalves de Oliveira	114535	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	28/07/2023 a 03/08/2023
Ana Paula Nercolini Bedin	115428	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	31/07/2023 a 09/08/2023
Gabriele Aparecida Ribeiro de Lima	9822	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	29/07/2023 a 13/08/2023
Silvana Golec	115699	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	01/08/2023 a 04/08/2023
Jacilea de Souza Santos	115778	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	01/08/2023 a 03/08/2023
Roberto Luiz Rovigo	115410	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	31/07/2023 a 02/08/2023
Sarita Masson Nienow	8656	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	31/07/2023 a 02/08/2023

Jonas Zeferino	116202	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	01/08/2023 a 03/08/2023
----------------	--------	--------------------------------	----------------------------------	-------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de Agosto de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 749/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053768

PORTARIANº 749/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 266/2020, art. 140, que trata da licença à gestante e ao adotante;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA À GESTANTE, no período de 28/07/2023 a 23/01/2024 à Servidora Pública Municipal, Sra. CRISTINI SCHNEIDER BENDER DA CRUZ, matrícula 11527, ocupante do cargo de Contador, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28/07/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de Agosto 2023

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 750/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053771

PORTARIANº 750/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 266/2020, art. 140, que trata da licença à gestante e ao adotante;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA À GESTANTE, no período de 31/07/2023 a 26/01/2024 à Servidora Pública Municipal, Sra. DAYANA PEREIRA SILVA, matrícula 115867, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31/07/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de Agosto de 2023

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 751/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053778

PORTARIANº 751/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021,

e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 24/07/2023 a 07/08/2023, à servidora pública municipal LEDIANE LUX, matrícula 10286, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/07/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de Agosto de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 756/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053783

PORTARIANº 756/2023/SEMAD/DGP/

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art.78, que trata do Auxílio por Incapacidade Temporária para o Trabalho;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria nº 1109/2022 de 23/12/2022, com efeitos desde 01/01/2023;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Nayara Maria Chermack	115751	Enfermeiro	Secretaria Municipal de Saúde	01/08/2023 a 15/08/2023
Ana Carolina Gorges Porath	10578	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	01/08/2023 a 30/08/2023
Eliane Hoffmann Silva	10674	Agente de Edemias	Secretaria Municipal de Saúde	31/07/2023 a 02/08/2023
Jose Ricardo Doerner Neto	11405	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	31/07/2023 a 06/08/2023
Joyce Ribeiro Bueno	9440	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	28/07/2023
Janina Gwadera	10342	Médico	Secretaria Municipal de Saúde	26/07/2023 a 28/07/2023

Aline Beerbaum Sklar Georg	10926	Enfermeiro	Secretaria Municipal de Saúde	26/07/2023 a 28/07/2023
Josemari Franzner Rizzatti	11217	Telefonista	Secretaria Municipal de Saúde	19/07/2023 a 17/08/2023
Josiane Nunes Coelho	9707	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	27/07/2023 a 28/07/2023
Silvia de Carvalho Alvarenga Tomita	115152	Cirurgião Dentista	Secretaria Municipal de Saúde	26/07/2023 a 28/07/2023
Ida Caroline de Andrade Eichenberger	8972	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	20/07/2023 a 06/08/2023
Luis Antonio Carvalho	8819	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	30/07/2023 a 12/08/2023
Leolino da Silva Borges	11174	Motorista de Veículos Leves	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	27/07/2023 a 28/07/2023
João José Lacerda	8460	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Administração	18/07/2023 a 31/08/2023
Mariani Almeida dos Santos Sarmanho	10527	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	24/07/2023 a 10/09/2023
José Carlos Santana	266	Encanador	SAMAE	01/08/2023 a 04/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 02 de Agosto de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 764/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053785

PORTARIANº 764/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art. 125, que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	PERCENTUAL SALARIAL
Maria Salete Wilbert	10224	Secretário de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	20/07/2023	100%
Adriana Travassos	7419	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	21/07/2023 E 24/07/2023	50%
Adenice Aurea Stein	10842	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	24/07/2023	50%
Deise Santos Soares	11395	Pedagogo	Secretaria Municipal de Educação	24/07/2023	100%
João Carlos Lúcio	7522	Soldador	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	24/07/2023	100%
Cleonice Aparecida dos Santos	10380	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	26/07/2023	70%
Ana Paula Campos Barbosa Carvalho Chagas	10750	Pedagogo	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	27/07/2023	70%
Rejane Aparecida Pereira	9289	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	27/07/2023 E 28/07/2023	100%
Roberta Barros do Nascimento Tomaselli	10869	Fonoaudiólogo	Secretaria Municipal de Saúde	27/07/2023 a 28/07/2023	100%
Suelin Cristina dos Santos Krone	11120	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	27/07/2023 a 28/07/2023	100%
Valeria Lungov	9481	Médico Veterinário	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento	27/07/2023	100%
Debora Kohler Packer Thomazi	11243	Fiscal Tributaria	Secretaria Municipal da Fazenda	28/07/2023	100%
Claudio Nienow	9064	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	28/07/2023	100%
Daniele Barth Uller	10469	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	31/07/2023	100%
Rosemar de Honorato	10858	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	31/07/2023	100%
Katiane Maria de Bitencourt	8003	Recepcionista	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	31/07/2023	100%

Karina Janice de Bittencourt Katcharowski	2668	Programador	Secretaria Municipal da Administração	31/07/2023	100%
Maira Cristina Lipinski Steindel	8717	Telefonista	Secretaria Municipal de Saúde	31/07/2023	70%
Marcelo João Justo	9735	Cirurgião Dentista	Secretaria Municipal de Saúde	01/08/2023	100%
Simone Voigt	7260	Secretário de Centro de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	01/08/2023 a 02/08/2023	100%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de Agosto de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 770/2023/SEMAD/DGP

Publicação N° 5053801

PORTARIAN° 770/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal N° 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 266/2020, art. 140, que trata da licença à gestante e ao adotante;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA À GESTANTE, no período de 02/08/2023 a 28/01/2024 à Servidora Pública Municipal, Sra. SCHEILA SCHUMANN DE OLIVEIRA, matrícula 11541, ocupante do cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02/08/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de Agosto de 2023

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 771/2023/SEMAD/DGP

Publicação N° 5053804

PORTARIAN° 771/2023/SEMAD/DGP/

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art.78, que trata do Auxílio por Incapacidade Temporária para o Trabalho;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria nº 1109/2022 de 23/12/2022, com efeitos desde 01/01/2023;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Patricia Bodemberg	7300	Auxiliar de Biblioteca I	Secretaria Municipal de Educação	03/08/2023 a 04/08/2023

Jucelia dos Santos de Franca	8934	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	02/08/2023 a 04/08/2023
Arlete da Silva	115177	Coordenador Pedagógico	Secretaria Municipal de Educação	31/07/2023 a 03/08/2023
Talita da Silva Joly	8939	Administrador Escolar	Secretaria Municipal de Educação	02/08/2023 a 18/08/2023
Paula Graciela Liviera	116352	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	02/08/2023
Cristiane Pavanello Peche	11481	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	02/08/2023 a 15/08/2023
Claudio Roberto Ribeiro	8678	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	01/08/2023 a 07/08/2023
Marcia Wolff	114048	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	03/08/2023 a 17/08/2023
Egon Lotario Jagnow	3207	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	05/08/2023 a 01/11/2023
Daniela Medeiros Batista	10117	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal da Educação	07/08/2023 a 18/09/2023
Simonha Marquardt Volkman	4011	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal da Educação	04/08/2023 a 10/08/2023
Marcia Eliani Lagemann Hackbarth	115689	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	05/08/2023 a 11/08/2023
Charlene Schultz	9846	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	08/08/2023 a 10/09/2023
Jose Augusto Anacleto	116087	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal da Educação	07/08/2023 a 09/08/2023
Roseni Aparecida Marcos da Silva Molon	9692	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	03/08/2023 a 17/08/2023
Claudia Delenga Pawlak	10263	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	08/08/2023 a 11/08/2023
Danielle Cristina Maia Albuquerque	10862	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	01/08/2023 a 04/08/2023 E 07/08/2023 a 05/09/2023
Patricia de Almeida Pauli	116555	Coordenador Pedagógico	Secretaria Municipal de Educação	02/08/2023 a 06/08/2023
Leila Maria do Prado Rovere	11184	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	07/08/2023 a 05/09/2023
Juciane Luiza Campregheer de Paula	9419	Auxiliar em Saúde Bucal	Secretaria Municipal de Saúde	03/08/2023 a 07/08/2023

Nivea de Oliveira Andriotti	567	Técnico de Contabilidade	ISSEM	02/08/2023 a 11/08/2023
Daniela Stefanello Barbieri	10514	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal da Administração	04/08/2023 a 18/08/2023
Ricardo Miranda da Costa	10745	Profissional de Educação Física	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	29/07/2023 a 10/08/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 07 de Agosto de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 772/2023/SEMAD/DGP

Publicação N° 5053806

PORTARIANº 772/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal N° 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 266/2020, art. 140, que trata da licença à gestante e ao adotante;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA À GESTANTE, no período de 01/08/2023 a 27/01/2024 à Servidora Pública Municipal, Sra. RAFAELA CHAGAS DAS CHAGAS, matrícula 115737, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/08/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de Agosto de 2023

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA N° 792/2023/SEMAD/DGP

Publicação N° 5053809

PORTARIANº 792/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal N° 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 02/08/2023 a 09/08/2023, à servidora pública municipal ELISANDRA BERTOLI, matrícula 10231, ocupante do cargo efetivo de Secretário de Unidade Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/08/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de Agosto de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 793/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053812

PORTARIANº 793/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art. 125, que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	PERCENTUAL SALARIAL
Maria Salete Wilbert	10224	Secretário de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	02/08/2023	100%
Barbara Luciane de Amorim	10833	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	02/08/2023	100%
Celio de Souza Ortiz	10167	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02/08/2023	100%
Celia Lopes Bitencourt	9100	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	03/08/2023	70%
Elaine Cristina Engelmann	10009	Auxiliar de Biblioteca	Secretaria Municipal de Educação	03/08/2023	100%
Lyz Elaine de Oliveira	9232	Secretário de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	03/08/2023 a 04/08/2023	100%
Aline Maira Gasda	11156	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	03/08/2023 a 04/08/2023	100%
Cleonice Aparecida dos Santos	10380	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	04/08/2023	70%
Vanessa Daniela Erdmann Sell	10553	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	04/08/2023	100%
Maria Alice Scheuer Klabunde	10959	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	04/08/2023	70%
Marise Effting de Souza	10482	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	07/08/2023	100%
Claudia Regina Guebert	8035	Médico Veterinário	FUJAMA	07/08/2023	100%

Regiane Raquel Dutra	11529	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	07/08/2023	100%
Adriano Kohlbeck	10807	Eletricista	Secretaria Municipal da Administração	07/08/2023 a 08/08/2023	100%
Julciane dos Santos	9457	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	07/08/2023 a 08/08/2023	70%
Nubia Campos Antunes	10893	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	08/08/2023	100%
Adriane de Fatima Souza Franca	11119	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	08/08/2023 a 09/08/2023	100%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Jaraguá do Sul, 10 de Agosto 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 794/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053813

PORTARIANº 794/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 31/07/2023 a 07/08/2023 à servidora pública municipal TAIS GUIMARÃES, matrícula 9870, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/07/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de Agosto de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 795/2023/SEMAD/DGP

Publicação Nº 5053815

PORTARIANº 795/2023/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 08/08/2023 a 11/08/2023 à servidora pública

municipal VANESSA DERETTI RODRIGUES, matrícula 11090, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/08/2023.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de Agosto de 2023.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA SAMAE Nº 913/2023

Publicação Nº 5053511

PORTARIA SAMAE Nº 913/2023

Designa Servidor para Exercer a Função de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2021 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais DANIEL THIESEN, matrícula 868, ocupante do cargo de Coordenador de Almoxarifado, para desempenhar a função de GESTOR; e OLAVO KISNER matrícula 419, ocupante do cargo efetivo de Almoxarife; e DIRCEU LUFT matrícula 598, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, na condição de Coordenador do Sistema de Redes e Ramais de Esgoto, para desempenharem a função de FISCAL dos contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2023 de 7 de agosto de 2023, que tem como origem Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 090/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, LOTES 02, 12, 17, e 18, ao longo de 12 (doze) meses. Detalhes técnicos no Termo de Referência (Anexo II do Edital).	C.E. Macedo Comércio de Materiais Hidráulicos Eireli EPP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2023 de 7 de agosto de 2023, que tem como origem Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 090/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, LOTE 21, ao longo de 12 (doze) meses. Detalhes técnicos no Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Hidrotel Comércio e Serviços Ltda
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2023 de 7 de agosto de 2023, que tem como origem Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 090/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, LOTES 14, 15 e 19, ao longo de 12 (doze) meses. Detalhes técnicos no Termo de Referência (Anexo II do Edital).	LCB Saneamento Ltda
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2023 de 7 de agosto de 2023, que tem como origem Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 090/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, LOTES 05, 06, 07, 08, 09 e 20, ao longo de 12 (doze) meses. Detalhes técnicos no Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Sanemax Comércio de Tubos e Conexões Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2023 de 7 de agosto de 2023, que tem como origem Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 090/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, LOTES 01 e 03, ao longo de 12 (doze) meses. Detalhes técnicos no Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2023 de 7 de agosto de 2023, que tem como origem Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 090/2023, objetivando o fornecimento ao SAMAE AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, LOTES 04, 10, 11, 13, e 16, ao longo de 12 (doze) meses. Detalhes técnicos no Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Unione Indústria e Comércio de Válvulas e Equipamentos Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 7 de agosto de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 942/2023

Publicação Nº 5053519

PORTARIA SAMAE Nº 942/2023

Designa Servidores para Exercerem as Funções de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2021 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor DEVERSON SIMIONI matrícula 486, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista e na condição de Gerente de Resíduos Sólidos, para desempenhar a função de GESTOR; e TAMIRES ANA ALTINI matrícula 783, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo e na condição de Supervisor de Resíduos Sólidos, para desempenhar a função de FISCAL do Termo de Credenciamento abaixo relacionado:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 219/2023 de 4 de agosto de 2023 - Edital de Chamamento Público nº 100/2023 - Constitui objeto do presente procedimento administrativo de Chamamento Público, o CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS PARA A REALIZAÇÃO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS COLETADOS NO PONTO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA, conforme especificações do Anexo I e Termo de Referência (Anexo III) do Edital	TRANSPEZIA LTDA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 9 de agosto de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 948/2023

Publicação Nº 5053522

PORTARIA SAMAE Nº 948/2023

Demite Servidor em cargo de contrato temporário.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público que encerra dia 18 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º DEDITIR, a partir do dia 19 de agosto de 2023, o Servidor MURIEL MARRONI PIRES matrícula 853, do cargo temporário de Agente Administrativo.

Art.2º Em consequência fica revogada a Portaria SAMAEJSU Nº 018/2023 de 17 de janeiro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 9 de agosto de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 949/2023

Publicação Nº 5053523

PORTARIA SAMAE Nº 949/2023

Designa Servidores para Exercerem as Funções de Gestor e Fiscal de Contrato.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019 de 31 de julho de 2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 305/2021 de 27 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais LUIS JOSÉ MAFFEZZOLLI, matrícula 125, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Técnico, na condição de Coordenador de Infraestrutura e Saneamento, para desempenhar a função de GESTOR; VALBERTO HILLESHEIM matrícula 576, ocupante do cargo de Pedreiro e na condição de Supervisor de Restauração de Vias, para desempenhar a função de FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 228/2023 de 8 de agosto de 2023, que tem como origem o Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 120/2023, objetivando o fornecimento ao Samae de Tábua de Madeira Pinus C/Es-pessura 2,5cm x 0,20m X 3m. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	CRO Madeiras e Material de Construção Ltda
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 229/2023 de 8 de agosto de 2023, que tem como origem o Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 120/2023, objetivando o fornecimento ao Samae de Argamassa Cinza AC III, Saco de 20Kg; Cal Hidratado, Saco de 20kg; e Compensado com Resina Fenólica 2,20m x 1,10m x 14mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	KL Materiais de Construção Ltda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 230/2023 de 8 de agosto de 2023, que tem como origem o Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 120/2023, objetivando o fornecimento ao Samae de Brita Número 1; e Areia Média para Assentamento. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Parisi Britagem e Terraplenagem Ltda
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 231/2023 de 8 de agosto de 2023, que tem como origem o Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 120/2023, objetivando o fornecimento ao Samae de Elemento Vazado Furos – Composê; e Paver Liso Dormido 20 x 10 x 6 cm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II do Edital).	Comércio Rocamel Ltda

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 951/2023

Publicação Nº 5053524

PORTARIA SAMAE Nº 951/2023

Demite Servidor em cargo de contrato temporário.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público que encerra dia 19 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º DEDITIR, a partir do dia 20 de agosto de 2023, o Servidor ISANDRO SIRLEY FIAMONCINI matrícula 852, do cargo temporário de Agente Administrativo.

Art.2º Em consequência fica revogada a Portaria SAMAEJSU Nº 017/2023 de 17 de janeiro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 954/2023

Publicação Nº 5053526

PORTARIA SAMAE Nº 954/2023
Nomeia Servidor em cargo Efetivo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o teor da Portaria 860/2023 da homologação do Concurso Público Nº 001/2023, seguindo a ordem classificatória;

CONSIDERANDO o teor de memorando 1000/2023 de 31 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR GUSTAVO HENRIQUE PEITRUKA aprovado no Concurso Público nº 001/2023, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM SANEAMENTO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º O nomeado terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014,

para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar conforme item 3 do referido Edital os seguintes documentos:

- Comprovação de nacionalidade brasileira ou equiparada;
- Gozo dos direitos políticos;
- Quitação com as obrigações militares (para homens);
- Nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- Idade entre dezoito e setenta e quatro anos;
- Laudo de aptidão física e mental, em acordo com as legislações vigentes;
- Foto 3x4 recente; (atualizada);
- CNH (dentro da data de validade); (se caso exigência do cargo)
- RG (Carteira de Identidade), (comprovando maior idade civil);
- CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- Certidão de Nascimento ou Casamento (conforme o caso, atualizada);
- Certificado de Reservista (homens);
- Título de Eleitor;
- Número do PIS/PASEP;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do grau de escolaridade; exigida para o cargo;
- Registro no Conselho de Classe, se exigência do cargo;
- DECLARAÇÃO/CERTIDÃO de Regularidade do respectivo Conselho;
- comprovante de endereço atualizado (menos de 06 meses);
- Certidão de Nascimento do (s) Filho (s) menores de 18 anos;
- Carteira de Vacina dos filhos Menores de 14 anos;
- Carteira de Vacina Antitetânica inferior a 10 anos;
- Declaração de Imposto de Renda;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal;
- Certidão original Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual;
- Certidão original de quitação eleitoral e gozo dos direitos políticos;
- Certidão original Negativa de Crimes Eleitorais;
- Certidão Emitida pelo Conselho Nacional de Justiça;
- a) Declaração de Bens, Direitos e Obrigações;
- b) Ficha funcional preenchida;
- c) Declaração de que não possui outro vínculo empregatício ou que acumula cargos públicos amparados pela Constituição Federal;
- d) Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda;
- e) Declaração de que não sofreu penalidade disciplinar no exercício de função pública;
- f) Declaração da ficha limpa: (hipóteses inseridas no Art. 1º da Lei nº 6.525/2012);
- g) Atestado médico de aptidão física, mental e laboral;
- h) Declaração de que não exerce administração de comércio ou empresa;
- i) Declaração de não aposentado em cargo público;
- j) Declaração de Jornada de trabalho.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2023, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 955/2023

Publicação Nº 5053528

PORTARIA SAMAE Nº 955/2023
Nomeia Servidor em cargo Efetivo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o teor da Portaria 860/2023 da homologação do Concurso Público Nº 001/2023, seguindo a ordem classificatória;

CONSIDERANDO o teor de memorando 1002/2023 de 31 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR ALVONETE DALAZEN aprovado no Concurso Público nº 001/2023, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º O nomeado terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar conforme item 3 do referido Edital os seguintes documentos:

- Comprovação de nacionalidade brasileira ou equiparada;
- Gozo dos direitos políticos;
- Quitação com as obrigações militares (para homens);
- Nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- Idade entre dezoito e setenta e quatro anos;
- Laudo de aptidão física e mental, em acordo com as legislações vigentes;
- Foto 3x4 recente; (atualizada);
- CNH (dentro da data de validade); (se caso exigência do cargo)
- RG (Carteira de Identidade), (comprovando maior idade civil);
- CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- Certidão de Nascimento ou Casamento (conforme o caso, atualizada);
- Certificado de Reservista (homens);
- Título de Eleitor;
- Número do PIS/PASEP;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do grau de escolaridade; exigida para o cargo;
- Registro no Conselho de Classe, se exigência do cargo;
- DECLARAÇÃO/CERTIDÃO de Regularidade do respectivo Conselho;
- comprovante de endereço atualizado (menos de 06 meses);
- Certidão de Nascimento do (s) Filho (s) menores de 18 anos;
- Carteira de Vacina dos filhos Menores de 14 anos;
- Carteira de Vacina Antitetânica inferior a 10 anos;
- Declaração de Imposto de Renda;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal;
- Certidão original Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual;
- Certidão original de quitação eleitoral e gozo dos direitos políticos;
- Certidão original Negativa de Crimes Eleitorais;
- Certidão Emitida pelo Conselho Nacional de Justiça;
- a) Declaração de Bens, Direitos e Obrigações;
- b) Ficha funcional preenchida;
- c) Declaração de que não possui outro vínculo empregatício ou que acumula cargos públicos amparados pela Constituição Federal;
- d) Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda;
- e) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício de função pública;
- f) Declaração da ficha limpa: (hipóteses inseridas no Art. 1º da Lei nº 6.525/2012);
- g) Atestado médico de aptidão física, mental e laboral;
- h) Declaração de que não exerce administração de comércio ou empresa;
- i) Declaração de não aposentado em cargo público;
- j) Declaração de Jornada de trabalho.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2023, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 956/2023

Publicação Nº 5053529

PORTARIA SAMAE Nº 956/2023
Nomeia Servidor em cargo Efetivo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC),

no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO o teor da Portaria 860/2023 da homologação do Concurso Público Nº 001/2023, seguindo a ordem classificatória;

CONSIDERANDO o teor de memorando 1002/2023 de 31 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR THALES MARTINS DE OLIVEIRA GOMES aprovado no Concurso Público nº 001/2023, para exercer em caráter efetivo o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º O nomeado terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar conforme item 3 do referido Edital os seguintes documentos:

- Comprovação de nacionalidade brasileira ou equiparada;
- Gozo dos direitos políticos;
- Quitação com as obrigações militares (para homens);
- Nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- Idade entre dezoito e setenta e quatro anos;
- Laudo de aptidão física e mental, em acordo com as legislações vigentes;
- Foto 3x4 recente; (atualizada);
- CNH (dentro da data de validade); (se caso exigência do cargo)
- RG (Carteira de Identidade), (comprovando maior idade civil);
- CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- Certidão de Nascimento ou Casamento (conforme o caso, atualizada);
- Certificado de Reservista (homens);
- Título de Eleitor;
- Número do PIS/PASEP;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do grau de escolaridade; exigida para o cargo;
- Registro no Conselho de Classe, se exigência do cargo;
- DECLARAÇÃO/CERTIDÃO de Regularidade do respectivo Conselho;
- comprovante de endereço atualizado (menos de 06 meses);
- Certidão de Nascimento do (s) Filho (s) menores de 18 anos;
- Carteira de Vacina dos filhos Menores de 14 anos;
- Carteira de Vacina Antitetânica inferior a 10 anos;
- Declaração de Imposto de Renda;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal;
- Certidão original Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual;
- Certidão original de quitação eleitoral e gozo dos direitos políticos;
- Certidão original Negativa de Crimes Eleitorais;
- Certidão Emitida pelo Conselho Nacional de Justiça;
- a) Declaração de Bens, Direitos e Obrigações;
- b) Ficha funcional preenchida;
- c) Declaração de que não possui outro vínculo empregatício ou que acumula cargos públicos amparados pela Constituição Federal;
- d) Declaração de Dependentes para fins de Imposto de Renda;
- e) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício de função pública;
- f) Declaração da ficha limpa: (hipóteses inseridas no Art. 1º da Lei nº 6.525/2012);
- g) Atestado médico de aptidão física, mental e laboral;
- h) Declaração de que não exerce administração de comércio ou empresa;
- i) Declaração de não aposentado em cargo público;
- j) Declaração de Jornada de trabalho.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2023, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2023.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

RESOLUÇÃO Nº 35/2023/CMDI/JS

Publicação Nº 5053575

RESOLUÇÃO Nº 35/2023/CMDI/JS

Dispõe sobre a alteração da COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS de Atendimento ao Idoso do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 09 de agosto de 2023.

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente em seu art. 20: "O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá a seguinte estrutura operacional, sendo as atribuições definidas pelo regimento interno: I Plenária; II Secretaria executiva; III Comissões Temáticas";

Considerando o Regimento Interno que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, conforme disposto pela Lei Municipal nº 7.292 de 02 de dezembro de 2016, especialmente em seus artigos:

Art. 34 As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos da estrutura organizacional do CMDI, às quais compete:

- I- estudar, analisar, produzir indicativos e emitir parecer sobre matéria que lhe for distribuída e assessorar as reuniões plenárias na área da sua competência;
- II- executar diligências internas e externas.

Art. 37 O Conselho terá as seguintes Comissões Permanentes:

- a) Planejamento;
- b) Finanças e Patrimônio;
- c) Legislação e Normas;
- d) Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento ao Idoso;
- e) Análise de Projetos.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a composição da COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS de Atendimento ao Idoso do CMDI/JS, substituindo as Conselheiras Denise Correia Zanotti e Sofia Wolker Manta pelas conselheiras Ana Luiza Bertó Denardi Hammes e Eurenice Maria Zerbien Maba, conforme segue:

COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS	
Não Governamental	Cristina Rodrigues Araújo
Não Governamental	Ana Luiza Bertó Denardi Hammes
Governamental	Eurenice Maria Zerbien Maba
Governamental	Thais Cristina Cabral Piotto

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2023.

Hildegard Bosshamer
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

RESOLUÇÃO Nº 36/2023/CMDI/JS

Publicação Nº 5053576

RESOLUÇÃO Nº 36/2023/CMDI/JS

Dispõe sobre a alteração da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento ao Idoso do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 09 de agosto de 2023.

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente em seu art. 20: "O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá a seguinte estrutura operacional, sendo as atribuições definidas pelo regimento interno: I Plenária; II Secretaria executiva; III Comissões Temáticas";

Considerando o Regimento Interno que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, conforme disposto pela Lei Municipal nº 7.292 de 02 de dezembro de 2016, especialmente em seus artigos:

Art. 34 As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos da estrutura organizacional do CMDI, às quais compete:

I- estudar, analisar, produzir indicativos e emitir parecer sobre matéria que lhe for distribuída e assessorar as reuniões plenárias na área da sua competência;

II- executar diligências internas e externas.

Art. 37 O Conselho terá as seguintes Comissões Permanentes:

- a) Planejamento;
- b) Finanças e Patrimônio;
- c) Legislação e Normas;
- d) Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento ao Idoso;
- e) Análise de Projetos.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a composição da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento ao Idoso do CMDI/JS, substituindo a Conselheira Raquel de Medeiros de Borba pela conselheira Elisandra Kaciela Scaburi, conforme segue:

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA	
Governamental	Elisandra Kaciela Scaburi
Governamental	Paulo Eduardo Baptista
Não Governamental	Rayssa Brugge Ribeiro
Não Governamental	Eduarda Tonin Peixer

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2023.

Hildegard Bosshamer

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

RESOLUÇÃO Nº 37/2023/CMDI/JS

Publicação Nº 5053579

RESOLUÇÃO Nº 37/2023/CMDI/JS

Dispõe sobre a alteração da COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO de Atendimento ao Idoso do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 09 de agosto de 2023.

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente em seu art. 20: "O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá a seguinte estrutura operacional, sendo as atribuições definidas pelo regimento interno: I Plenária; II Secretaria executiva; III Comissões Temáticas";

Considerando o Regimento Interno que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, conforme disposto pela Lei Municipal nº 7.292 de 02 de dezembro de 2016, especialmente em seus artigos:

Art. 34 As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos da estrutura organizacional do CMDI, às quais compete:

I- estudar, analisar, produzir indicativos e emitir parecer sobre matéria que lhe for distribuída e assessorar as reuniões plenárias na área da sua competência;

II- executar diligências internas e externas.

Art. 37 O Conselho terá as seguintes Comissões Permanentes:

- a) Planejamento;
- b) Finanças e Patrimônio;
- c) Legislação e Normas;
- d) Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento ao Idoso;
- e) Análise de Projetos.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a composição da COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO de Atendimento ao Idoso do CMDI/JS, substituindo o Conselheiro Gilberto Gesser pelo conselheiro Vilmar Delagnolo, conforme segue:

COMISSÃO DE COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO	
Governamental	Vilmar Delagnolo
Governamental	Paulo Eduardo Baptista
Governamental	Analores Fröhlich Jahn
Governamental	Hildegard Boshammer
Governamental	Ivo Schmitt Filho
Governamental	Christiano Goulart Machado

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2023.

Hildegard Bosshamer
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

RESOLUÇÃO Nº 38/2023/CMDI/JS

Publicação Nº 5053582

RESOLUÇÃO Nº 38/2023/CMDI/JS

Dispõe sobre a Análise do Projeto Pedal da Prevenção 60+ "De bem com a longevidade" da Entidade Associação Hospitalar São José - Edital de Chamamento Público nº 01/2022/CMDI/JS.

Considerando o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 09 de agosto de 2023.

Considerando a Lei Federal nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Considerando Lei Federal Nº 13.019, de 31 de julho de 2014 alterada pela Lei Federal Nº 13.204, de 14 de Dezembro de 2015, que "Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999";

Considerando o Decreto Municipal nº 11.528, de 15 de setembro de 2017, que que regulamenta a Aplicação da Lei Federal Nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, alterada pela Lei Federal Nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, para o fim de normatizar, em âmbito local, as parcerias e os acordos de cooperação a serem firmados entre a Administração Pública do Município de Jaraguá do Sul, suas Autarquias e Fundações e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco", no que couber e for aplicável ao FMDCA;

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências;

Considerando que no ano de 2022 foi publicado o Edital de Chamamento Público nº 01/2022/CMDI/JS, com o objetivo de financiar por intermédio do FMDI de Jaraguá do Sul para a execução de projeto(s) de atendimento, promoção, proteção e defesa de direitos de idosos, em conformidade com as Políticas Públicas voltadas aos idosos no Município de Jaraguá do Sul e que sejam inovadores ou complementares a essas políticas públicas;

Considerando que através do Edital de Chamamento Público nº 01/2022/CMDI/JS o CMDI selecionou o projeto Pedal da Prevenção 60+ "De bem com a longevidade na modalidade chancela (autorização para captação de recursos junto ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso em conformidade com o §2º, art.30 da Lei nº 7.292/2016); no valor de R\$ 109.946,58 sendo que no período de captação a Entidade conseguiu captar 236.593,44, onde será adquirido mais serviços ,materiais e substituição de um modelo de bicicleta adaptada.

Considerando o Item 4.6 e 4.6.1 do Edital de Chamamento Público nº 01/2022/CMDI/JS

4.6. Na hipótese de captar recursos superiores ou inferiores ao valor apresentado para a execução do projeto, a OSC poderá fazer alterações no plano de trabalho.

4.6.1. Havendo captação parcial ou superior de recursos para o projeto, o mesmo somente terá prosseguimento, caso a alteração do plano de trabalho atinja a finalidade proposta no objeto a ser financiado, e aprovado pela Comissão de Seleção e Julgamento do CMDI.

Considerando que a Entidade Associação Hospitalar São José, contemplada na modalidade chancela, realizou a ação de captação de recursos para execução do seu projeto Pedal da Prevenção 60+ "De bem com a longevidade", no valor de R\$ 236.593,44 sendo que, deste valor, R\$ 189.274,75 será utilizado na execução do projeto e R\$ 47.318,69, correspondente a 20% do valor captado ficará no FMDI, conforme art. 30 da Lei Municipal nº 292/2016:

Art. 30 § 3º Fica fixado o percentual de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor captado ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso como retenção dos recursos captados, em cada chancela.

Considerando que a readequação do plano de trabalho foi entregue pela Entidade, sendo que o objeto não sofreu modificação e o valor arrecadado através de chancela contempla o orçamento atualizado;

Considerando que o Projeto " PEDAL DA PREVENÇÃO 60+ (DE BEM COM A LONGEVIDADE) atende aos critérios do Edital de Chamamento Público nº 01/2022/CMDI/JS, assim como, a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 11.528/2017;

Considerando que o projeto PEDAL DA PREVENÇÃO 60+ (DE BEM COM A LONGEVIDADE)", tem como objeto da parceria a promoção do bem estar físico e psicossocial dos idosos de Jaraguá do Sul.

Considerando que o Edital de Chamamento Público nº 01/2022/CMDI/JS, versa sobre as decisões de aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, bem como, a aprovação e acompanhamento dos projetos voltados aos idosos financiados através deste recurso, são de competência exclusiva do colegiado do CMDI.

Considerando o item 15.10. Etapa 9, do Edital de Chamamento Público nº 01/2022/CMDI/JS que versa sobre a análise do plano de trabalho e documentos atualizados após captação de recursos:

15.10.1. O CMDI deliberará uma comissão para análise do plano de trabalho apresentado comparando-o com a versão apresentada na etapa 3 da fase de celebração, assim como, a análise da documentação vigente[...]

15.10.2. Caberá à plenária do CMDI apreciar o parecer da comissão descrita nesta etapa, habilitando ou não a OSC ao recebimento dos recursos captados.

RESOLVE:

Art. 1º. Deferir o projeto PEDAL DA PREVENÇÃO 60+ (DE BEM COM A LONGEVIDADE), Edital de Chamamento Público nº 01/2022/CMDI/JS, habilitando a Entidade Associação Hospitalar São José a assinar o termo de fomento para receber os recursos captados.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2023.

Hildegard Boshammer
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos do Idoso - CMDI

RESOLUÇÃO Nº 39/2023/CMDI/JS

Publicação Nº 5053583

RESOLUÇÃO Nº 39/2023/CMDI/JS

Dispõe sobre a Inscrição do 14º Batalhão de Polícia Militar no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com a deliberação da sessão plenária ordinária de 09 de agosto de 2023.

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso;

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016 que dispõe sobre a Política de Atendimento aos Idosos, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), e dá outras providências, especialmente o inciso IX do art. 14, que estabelece como uma das competências do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso: "proceder a inscrição das organizações governamentais e não governamentais de assistência ao idoso e seus respectivos programas e projetos";

Considerando a Resolução nº 04/2016/CMDI/JS que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDI/JS, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento;

Considerando que o 14º Batalhão de Polícia Militar, apresentou pedido de inscrição junto ao CMDI na data de 19 de julho de 2023 e a comissão analisou a documentação apresentada pela entidade e constatou que a mesma confere com a exigida no inciso II, do art.3º da Resolução nº 04/2016/CMDI/JS, que trata da documentação para inscrição e renovação;

Considerando que a Comissão de Legislação e Normas do CMDI realizou visita ao 14º Batalhão de Polícia Militar na data de 08 de agosto de 2023, verificando que a mesma desenvolve ações que atingem o público idoso.

RESOLVE:

Art. 1º. Deferir a inscrição do 14º Batalhão de Polícia Militar, junto ao CMDI, em conformidade com a Resolução nº 04/2016/CMDI/JS.

Art 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2023.

Hildegard Boshammer
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos do Idoso - CMDI

RESOLUÇÃO Nº 40/2023/CMDI/JS

Publicação Nº 5053584

RESOLUÇÃO Nº 40/2023/CMDI/JS

Dispõe sobre a visita técnica do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jaraguá do Sul no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Florianópolis.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com a deliberação da sessão plenária ordinária de 09 de agosto de 2023.

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDI) e dá outras providências, especialmente:

Art.24 – O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDI) é o órgão captador de recursos, tendo como gestor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI), que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações.

Art. 28 – A gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDI) será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, ao qual compete:

I - elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo, deliberando sobre a aplicação destes recursos.

Considerando a previsão de receitas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDI), conforme a Resolução 28/2023/CMDI/JS, em especial a ação nº 2.803 – Manutenção das ações previstas na Lei do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI/JS que prevê o pagamento de diária e ajuda de custo-visita técnica.

Considerando que o objetivo da visita técnica e conhecer o funcionamento do CMDI de Florianópolis (quais são as comissões, quais as representações que compõem o CMDI de Florianópolis faltas dos conselheiros), participar como ouvinte de uma plenária, como funciona a estrutura técnica (equipe técnica e de apoio ao CMDI, como funciona o repasse dos recursos do Fundo da Pessoa Idosa para projetos governamentais (regulamentação e trâmites de repasse dos recursos, repasse de recursos do Fundo da Pessoa Idosa para as entidades não governamentais em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 (Como funciona a elaboração do edital, se é pela equipe ou por uma comissão do CMDI? Estão trabalhando com edital de chancela? como funciona a chancela, analisar e criar indicadores que irão monitorar e avaliar os programas e projetos sociais.

RESOLVE:

Art 1º – Aprovar a participação do Secretário Executivo Thiago Neto, Assistente Jurídica Raquel Pedrotti Fiamoncini, Assessora de Gestão Administrativa Marlene Inês da Silva Felesbino, os conselheiros Christiano G. Machado, Rosane Aparecida F. Fusi, Vilmar Delagnolo, Stélio J. Rodrigues, Cláudia R. K. Damásio e a Presidente Hildegard Bosshamer do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa na visita técnica ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Florianópolis, que acontecerá no dia 14/09/2023 - 5ª feira - das 10h às 18h, de forma presencial, no auditório da SEMAS, no endereço: Rua Dom Jaime Câmara, 217 - Centro, de Florianópolis, financiando por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Jaraguá do Sul, às 09 diárias e alimentação.

Art 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2023.

Hildegard Bosshamer
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

RESOLUÇÃO Nº 41/2023/CMDI/JS

Publicação Nº 5053824

RESOLUÇÃO Nº 41/2023/CMDI/JS

Dispõe sobre a alteração da COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS de Atendimento ao Idoso do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 09 de agosto de 2023.

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente em seu art. 20: "O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá a seguinte estrutura operacional, sendo as atribuições definidas pelo regimento interno: I Plenária; II Secretaria executiva; III Comissões Temáticas";

Considerando o Regimento Interno que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, conforme disposto pela Lei Municipal nº 7.292 de 02 de dezembro de 2016, especialmente em seus artigos:

Art. 34 As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos da estrutura organizacional do CMDI, às quais compete:

I- estudar, analisar, produzir indicativos e emitir parecer sobre matéria que lhe for distribuída e assessorar as reuniões plenárias na área da sua competência;

II- executar diligências internas e externas.

Art. 37 O Conselho terá as seguintes Comissões Permanentes:

- a) Planejamento;
- b) Finanças e Patrimônio;
- c) Legislação e Normas;
- d) Acompanhamento e Fiscalização da Política de Atendimento ao Idoso;
- e) Análise de Projetos.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a composição da COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS de Atendimento ao Idoso do CMDI/JS, substituindo as Conselheiras Denise Correia Zanotti e Sofia Wolker Manta pelas conselheiras Ana Luiza Bertó Denardi Hammes e Eurenice Maria Zerbien Maba, conforme segue:

COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS	
Não Governamental	Cristina Rodrigues Araújo
Não Governamental	Ana Luiza Bertó Denardi Hammes
Governamental	Eurenice Maria Zerbien Maba
Governamental	Thais Cristina Cabral Piotto

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2023.

Hildegard Bosshamer
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
de Jaraguá do Sul (CMDI/JS)

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 135/2023

Publicação Nº 5053653

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 135/2023

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 14/08/2023, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 24/08/2023 às 09 horas.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou ainda através do seguinte link: <https://samaejs.1doc.com.br/atendimento>

Onésimo José Sell

Diretor Presidente

Registrado no TCE com a chave: FEA5B88B9C8652788BC5585A78F215DDDB22DDA

SAMAE - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2023

Publicação Nº 5053679

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 090/2023; Órgão Gerenciador: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Beneficiária do Registro de Preços: C.E. Macedo Comércio de Materiais Hidráulicos Eireli EPP; Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, ao longo de 12 (doze) meses, no(s) preço(s) registrado(s) e o comprometimento da empresa Beneficiária da ATA, refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
02	Tubo fabricado em PVC rígido com junta elástica integrada e parede maciça conforme ABNT NBR 7362-2. Em barras de 6 metros lisas, na cor ocre, dimensionados para não exercer pressão interna e receber fluído de esgoto sanitário em redes coletoras. Deve possuir no mínimo a seguinte identificação: diâmetro nominal, classe de rigidez (CR), palavra esgoto e a data de fabricação - DN 300 mm.	BR	04	870,00	3.480,00
12	TE de ferro fundido dúctil (nodular) (bolsa, bolsa, bolsa) conforme a norma da ABNT NBR 6916, extremidades com junta elástica e revestimento interno e externo com pintura betuminosa. A pintura betuminosa deverá ter ótima aderência, não deve escamar, não deve ser quebradiça (quando frio) e nem pegajosa (quando calor). A conexão deve cumprir todas as exigências da norma da ABNT NBR 7675:2005 e respectivas referências normativas da mesma - DN 150 mm.	UN	10	457,00	4.570,00
17	Redução de ferro fundido dúctil (nodular) com anel conforme a norma da ABNT NBR 6916 com extremidades (ponta e bolsa) para junta elástica e revestimento interno e externo com pintura betuminosa. A pintura betuminosa deverá ter ótima aderência, não deve escamar, não deve ser quebradiça (quando frio), não deve ser pegajosa (quando calor) e a conexão deve cumprir todas as exigências da norma da ABNT NBR 7675:2005 e respectivas referências normativas da mesma - DN 150 x 100.	PÇ	06	225,00	1.350,00
18	REDUÇÃO de ferro fundido dúctil (nodular) conforme com a norma da ABNT NBR 6916, com extremidades (ponta e bolsa) para junta elástica, revestimento interno e externo com pintura betuminosa. A pintura betuminosa deverá ter ótima aderência e não deve escamar e nem ser quebradiça (quando frio), nem pegajosa (quando calor), a conexão deve cumprir todas as exigências da norma da ABNT NBR 7675:2005 e respectivas referências normativas da mesma, com anel - DN 200 x 150.	UN	20	380,00	7.600,00

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Dotação orçamentária: As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do Samae de 2023, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção patrimonial	3.3.90 - Aplicações Diretas	21	Arrecadados pelo Samae

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 meses, contados a partir da data de assinatura; Data da assinatura: 11/08/2023; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC; Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Beneficiária do Registro de Preços: Carlos Eduardo Macedo.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

SAMAE - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2023

Publicação Nº 5053683



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 090/2023; **Órgão Gerenciador:** SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; **Beneficiária do Registro de Preços:** Hidrotel Comércio e Serviços Ltda.; **Objeto:** AQUISIÇÃO DE TUBOS, ao longo de 12 (doze) meses, no(s) preço(s) registrado(s) e o comprometimento da empresa Beneficiária da ATA, refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
21	Tubete curto para conexões de hidrômetros - Tubete Curto com uma ponta com rosca e outra ponta conjugada para receber porca - Comprimento: 39,00 (+/- 1,5) mm - Diâmetro Nominal: DN 15 mm - Dimensões: 13,0 x 21 mm (DI x DE) - Rosca BSPT ½" x 14 F.P.P conforme NBR NM ISO 7-1 R1/2 - Material: Liga de Cobre (Latão) ANT 6941 Liga 03 - Classe de Pressão: Mínima PN 10 - De acordo com ABNT 8194	PÇ	3.000	9,30	27.900,00

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; **Dotação orçamentária:** As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do Samae de 2023, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção patrimonial	3.3.90 - Aplicações Diretas	21	Arrecadados pelo Samae

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 meses, contados a partir da data de assinatura; **Data da assinatura:** 11/08/2023; **Foro:** Comarca de Jaraguá do Sul/SC; **Signatários:** Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Beneficiária do Registro de Preços: André Itamaro.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

Rua Erwino Menegotti, 478 - Água Verde - Fone: 47 2106-9100
89254-000 - Jaraguá do Sul - SC - www.samaejs.com.br

SAMAE - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2023

Publicação Nº 5053688

**JARAGUÁ DO SUL**
PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2023**

Processo: Pregão Eletrônico nº 090/2023; **Órgão Gerenciador:** SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; **Beneficiária do Registro de Preços:** LCB Saneamento Ltda.; **Objeto:** AQUISIÇÃO DE CONEXÕES, ao longo de 12 (doze) meses, no(s) preço(s) registrado(s) e o comprometimento da empresa Beneficiária da ATA, refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
14	Tê com bolsas de ferro fundido dúctil (nodular) conforme com a norma da ABNT NBR 6916 e NBR 7675 com extremidade bolsa x bolsa, classe de pressão PN 16, revestimento interno e externo com pintura betuminosa. A pintura betuminosa deverá ter ótima aderência e não deve escamar e nem ser quebradiça (quando frio), nem pegajosa (quando calor). Fornecer anéis de borracha.DN 250 X dn 250.	UN	06	1.210,00	7.260,00
15	Tê com bolsas de ferro fundido dúctil (nodular) conforme com a norma da ABNT NBR 6916 e NBR 7675 com extremidade bolsa x bolsa x bolsa, classe de pressão PN 16, revestimento interno e externo com pintura betuminosa. A pintura betuminosa deverá ter ótima aderência e não deve escamar e nem ser quebradiça (quando frio), nem pegajosa (quando calor). Fornecer anéis de borracha.DN 300 X dn 300.	UN	06	1.550,00	9.300,00
19	Redução Concêntrica de ferro fundido dúctil (nodular) conforme com a norma da ABNT NBR 6916, com extremidades (ponta e bolsa) para junta elástica, PN 10, revestimento interno e externo com pintura betuminosa. A pintura betuminosa deverá ter ótima aderência e não deve escamar e nem ser quebradiça (quando frio), nem pegajosa (quando calor), a conexão deve cumprir todas as exigências da norma da ABNT NBR 7675:2005 e respectivas referências normativas da mesma. DN 250 X DN 200.	PÇ	10	620,00	6.200,00

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; **Dotação orçamentária:** As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do Samae de 2023, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção patrimonial	3.3.90 - Aplicações Diretas	21	Arrecadados pelo Samae

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 meses, contados a partir da data de assinatura; **Data da assinatura:** 11/08/2023; **Foro:** Comarca de Jaraguá do Sul/SC; **Signatários:** Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Beneficiária do Registro de Preços: Lucas Calixto Boletini de Souza.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

Rua Erwino Menegotti, 478 - Água Verde - Fone: 47 2106-9100
89254-000 - Jaraguá do Sul - SC - www.samaejs.com.br

SAMAE - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2023

Publicação Nº 5053692

**JARAGUÁ DO SUL**
PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 090/2023; **Órgão Gerenciador:** SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; **Beneficiária do Registro de Preços:** Sanemax Comércio de Tubos e Conexões Ltda.; **Objeto:** AQUISIÇÃO DE CONEXÕES, ao longo de 12 (doze) meses, no(s) preço(s) registrado(s) e o comprometimento da empresa Beneficiária da ATA, refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
05	Til de passagem rede BBB JE DN x DL 150.	UN	150	160,00	24.000,00
06	Til radial rede cor ocre - DN 150.	UN	50	430,00	21.500,00
07	Til radial rede, PVC, cor ocre DN 200 mm.	PÇ	25	1.660,00	41.500,00
08	Til radial rede, PVC, cor ocre DN 250 mm.	PÇ	25	2.550,00	63.750,00
09	Til radial rede, PVC, cor ocre DN 300 mm.	PÇ	25	720,00	18.000,00
20	Luva de correr fabricada a partir de PVC rígido 6,3 por processo de conformação com PN 1,0 MPa, extremidades bolsa/bolsa e Junta Elástica com anéis de borracha de acordo com as normas da ABNT NBR 5647:2004 (Partes 1 e 2), NBR 5647/77 e respectivas referências normativas das mesmas - DE 160 (DN 140).	PÇ	20	60,00	1.200,00

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; **Dotação orçamentária:** As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do Samae de 2023, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção patrimonial	3.3.90 - Aplicações Diretas	21	Arrecadados pelo Samae

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 meses, contados a partir da data de assinatura; **Data da assinatura:** 11/08/2023; **Foro:** Comarca de Jaraguá do Sul/SC; **Signatários:** Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Beneficiária do Registro de Preços: Regina Magali de Oliveira.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

Rua Erwino Menegotti, 478 - Água Verde - Fone: 47 2106-9100
89254-000 - Jaraguá do Sul - SC - www.samaejs.com.br



SAMAE - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2023

Publicação Nº 5053702

**JARAGUÁ DO SUL**
PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 090/2023; **Órgão Gerenciador:** SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; **Beneficiária do Registro de Preços:** Unione Indústria e Comércio de Válvulas e Equipamentos Ltda.; **Objeto:** AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES, ao longo de 12 (doze) meses, no(s) preço(s) registrado(s) e o comprometimento da empresa Beneficiária da ATA, refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
04	Tubo PVC-M DEFOFO 1Mpa (NBR 7.665) ou DEFOFO PVC-O PN 12,5(NBR 15.750), cor ocre, barra de 6,0 metros. Deve possuir no mínimo a seguinte identificação: diâmetro nominal, classe de rigidez (CR), palavra esgoto e a data de fabricação – DN 300.	BR	05	1.700,00	8.500,00
10	Tampão DN 100 (T9) para aplicação no registro de entrada de água com articulação por pino, 110º de abertura e fabricado em ferro nodular FE 50007 - Medidas da base inferior: 20 cm - Medidas da base superior: 17 cm - Medidas da tampa: 12,5 cm - Passagem livre: 10 cm - Altura do conjunto: 11,5 cm - Capacidade de carga (CL): 12,5 ton - Peso do conjunto: 6 kg.	UN	200	115,00	23.000,00
11	TÊ de ferro fundido dúctil (nodular) (bolsa, bolsa, bolsa) conforme com a norma da ABNT NBR 6916, com extremidades para junta elástica, revestimento interno e externo com pintura betuminosa. A pintura betuminosa deverá ter ótima aderência e não deve escamar e nem ser quebradiça (quando frio), nem pegajosa (quando calor), a conexão deve cumprir todas as exigências da norma da ABNT NBR 7675:2005 e respectivas referências normativas da mesma. DN 100.	UN	10	330,00	3.300,00
13	TÊ de ferro fundido dúctil (nodular) (bolsa, bolsa, bolsa) conforme com a norma da ABNT NBR 6916, com extremidades para junta elástica, revestimento interno e externo com pintura betuminosa. A pintura betuminosa deverá ter ótima aderência e não deve escamar e nem ser quebradiça (quando frio), nem pegajosa (quando calor), a conexão deve cumprir todas as exigências da norma da ABNT NBR 7675:2005 e respectivas referências normativas da mesma. DN 200.	UN	10	665,00	6.650,00
16	Tê de ferro fundido dúctil nodular (bolsa, bolsa, bolsa), conforme com a norma da ABNT NBR 6916, com extremidade para junta elástica, revestimento interno e externo com pintura betuminosa. A pintura betuminosa deverá ter ótima aderência e não deve escamar e nem ser quebradiça (quando frio), nem pegajosa (quando calor). A conexão deve cumprir todas as exigências da norma ABNT NBR 7675:2005 e respectivas referências normativas da mesma. DN 350mm.	PÇ	04	2.400,00	9.600,00

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; **Dotação orçamentária:** As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do Samae de 2023, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção patrimonial	3.3.90 - Aplicações Diretas	21	Arrecadados pelo Samae

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 meses, contados a partir da data de assinatura; **Data da assinatura:** 11/08/2023; **Foro:** Comarca de Jaraguá do Sul/SC; **Signatários:** Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Beneficiária do Registro de Preços: Cristiny Maria Fernandes Koch.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

Rua Erwino Menegotti, 478 - Água Verde - Fone: 47 2106-9100
89254-000 - Jaraguá do Sul - SC - www.samae.js.com.br

SAMAE - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2023

Publicação Nº 5053704

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 120/2023; Órgão Gerenciador: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Beneficiária do Registro de Preços: CRO Madeiras e Material de Construção Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS, ao longo de 12 (doze) meses, no(s) preço(s) registrado(s) e o comprometimento da empresa Beneficiária da ATA, refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
04	Tábua de Madeira Pinus C/Espessura 2,5cm x 0,20m X 3m	UN	300	16,00	4.800,00

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Dotação orçamentária: As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do Samae de 2023, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção patrimonial - Samae	3.3.90 – Aplicações diretas	21	Arrecadados pelo Samae

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 meses, contados a partir da data de assinatura; Data da assinatura: 11/08/2023; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC; Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Beneficiária do Registro de Preços: Afrânio Luiz Melere.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

SAMAE - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2023

Publicação Nº 5053709

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 120/2023; Órgão Gerenciador: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Beneficiária do Registro de Preços: Comércio Rocamel Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS, ao longo de 12 (doze) meses, no(s) preço(s) registrado(s) e o comprometimento da empresa Beneficiária da ATA, refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item	Especificação	Un.	Quant.	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
08	Elemento Vazado Furos - Composé	UN	100	20,00	2.000,00
10	Paver Liso Dormido 20 x 10 x 6 cm	PÇ	8500	1,27	10.795,00

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Dotação orçamentária: As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do Samae de 2023, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção patrimonial - Samae	3.3.90 – Aplicações diretas	21	Arrecadados pelo Samae

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 meses, contados a partir da data de assinatura; Data da assinatura: 11/08/2023; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC; Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Beneficiária do Registro de Preços: Herlei Harmel.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 218/2023

Publicação Nº 5053711

EXTRATO DO CONTRATO 218/2023

Processo: Pregão Eletrônico nº 115/2023; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Sul Bombas e Motores Elétricos Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSÍVEIS; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais); O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal.; Dotação orçamentária: Os recursos orçamentários, decorrentes das despesas deste contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2023, com recursos próprios, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.512.1400.4406	Manutenção das atividades técnicas e operacionais	4.4.90 - Aplicações Diretas	32	Arrecadados pelo Samae

Data da assinatura: 11/08/2023; Prazo de Fornecimento: Até 30 (trinta) dias após recebimento da Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul/SC; Signatários: Pelo Contratante: Onésimo José Sell; Pela Contratada: Luciana Roos da Silva.

Onésimo José Sell
Diretor Presidente - Samae

SAMAE - RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023

Publicação Nº 5053831

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
--	--	--

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023

A Pregoeira, designada pela Portaria 1117/2022, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 025/2023, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, que teve como objeto a AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DIVERSOS PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SAMAE, teve o seguinte resultado:

Item	Especificação	Un.	Quant.	Melhor Oferta	Valor Adjudicado Total
LOTE 01 – EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
01	Cabo de madeira marfim para pá cortadeira. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 439	PÇ	160	R\$14,60	R\$2.336,00
02	Cabo de madeira marfim para picareta. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 441	PÇ	60	R\$22,01	R\$1.320,60
03	Cabo de madeira, com secção quadrada, para cavadeira no tamanho de 1 metro e 50 centímetros. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 97902	PÇ	100	R\$17,42	R\$1.742,00
TOTAL LOTE 01: R\$ R\$5.398,60					
LOTE 02 - EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
04	Chave allen com cabo T hexagonal 6 mm, haste fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento superficial cromado e com as medidas de 6 x 150mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 39694	PÇ	10	R\$14,76	R\$147,60
05	Chave biela tipo L 10 mm, corpo forjado em aço carbono temperado, acabamento cromado e abertura das bocas calibradas. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 39698	PÇ	20	R\$12,27	R\$245,40

06	Chave combinada 10 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 41971	PÇ	10	R\$5,42	R\$54,20
07	Chave combinada 13 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 39701	PÇ	30	R\$6,47	R\$194,10
08	Chave combinada 14 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 39703	PÇ	20	R\$8,58	R\$171,60
09	Chave combinada 15 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 18262	PÇ	10	R\$8,90	R\$89,00
10	Chave combinada 17 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 101169	PÇ	10	R\$11,15	R\$111,50
11	Chave combinada 18 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 8039	PÇ	10	R\$13,51	R\$135,10
12	Chave combinada 19 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 13592	PÇ	20	R\$12,29	R\$245,80
13	Chave combinada 22 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 6948	PÇ	20	R\$14,86	R\$297,20

14	Chave combinada 23 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 13594	PÇ	10	R\$18,17	R\$181,70
15	Chave combinada 24 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 12877	PÇ	20	R\$20,51	R\$410,20
16	Chave combinada 25 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 13596	PÇ	10	R\$25,52	R\$255,20
17	Chave combinada 27 mm (boca e estrela) fabricada em aço cromo-vanádio, acabamento em níquel/cromo e com medidas iguais na boca e na estrela. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 13598	PÇ	10	R\$26,84	R\$268,40
18	Chave grifo de 12 polegadas com cabeça e castanha em aço de alta resistência mecânica, mordentes com tratamento térmico especial e que possua a abertura do mordente regulável e de fácil manuseio. Modelo robusto indicada para utilização em montagens e desmontagens de tubulações em geral. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 3155	UN	06	R\$40,71	R\$244,26
19	Chave de fenda 3/16 x 6 fabricada em aço, haste níquelada e cromada, cabo em polipropileno, lâmina redonda e resistente e comprimento mínimo de 250 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 39708	UN	30	R\$6,59	R\$197,70

TOTAL LOTE 02: R\$ 3.248,96

LOTE 03 - EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA

20	<p>Disco flap grão 40 115 x 22.2 mm (4-1/2"x 7/8")</p> <ul style="list-style-type: none"> - Especialmente indicado para processar aço inoxidável, aço, ferro fundido e chapa de aço - Com corindo de zircão/corindo seminobre. - Tecido X resistente, em liga de resina 100% sintética e substância altamente ativa - Capacidade de desbaste sempre elevada com uma longa vida útil - Disco de lixa em lamelas sobre prato de base em plástico - Modelo direito - para lixar superfícies e trabalhar cordões de solda com um ângulo de penetração de 5 - 15° - Diâmetro do disco: 115 mm (4-1/2") - Diâmetro do furo: 22,23 mm (7/8") <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 15419</p>	PÇ	200	R\$11,50	R\$2.300,00
21	<p>Disco de corte para ferro e aço inox</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corte em aço inox e metais ferrosos em geral - Produzido com óxido de alumínio - Corpo reforçado com malha de fibra de vidro - Anel interno de aço especial - Diâmetro: 4.1/2 (115 mm) - Furo: 7/8 (22,2mm) - Espessura: 3/64 (1mm) - Rotação máxima: 13.400 RPM / 80 m/s <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 42532</p>	PÇ	600	R\$3,33	R\$1.998,00
TOTAL LOTE 03: R\$ 4.298,00					
LOTE 04 EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					
22	<p>Disco de corte diamantado para corte de asfalto com diâmetro de 350 mm, furo com 25 mm de diâmetro para pino com trava, com 24 pastilhas de diamante sendo no mínimo 3 (Três) pastilhas com altura mínima de 15mm e as demais pastilhas com altura mínima de 10mm. (Marca somente para referência - BLUE DIAMOND DO BRASIL - SG 14 PRO)</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 44796</p>	PÇ	60	R\$386,66	R\$23.199,60
TOTAL LOTE 04: R\$23.199,60					
LOTE 05 – EMPRESA MAQPARTS PEÇAS LTDA					

23	<p>Alicate universal 8 polegadas com cabo isolado de 1000 V</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aço cromo-vanádio e acabamento polido - 1000 V de isolamento - Área de corte superresistente - Cabo com textura antideslizante - Cumpre com as normas da ABNT NBR 9699 NR10 - Comprimento 8' (203 mm) <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 6136</p>	UN	30	R\$28,00	R\$840,00
24	<p>Alicate bomba d'água 12 polegadas de aço cromo-vanádio com cabeça retificada, com ranhuras usinadas para 06 (seis) posições de ajuste, mordentes planos, batente de segurança e cabo emborrachado com isolamento de 1000V que proporciona ao operador maior conforto e segurança.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 18908</p>	UN	30	R\$67,00	R\$2010,00
25	<p>Alicate bomba d'água 10 polegadas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alicate bomba d'água 10 polegadas em aço cromo-vanádio, acabamento fosfatizado, têmpera especial no gume de corte/mandíbulas e produto em conformidade com as normas NBR 9699/NR10. - Quatro ou mais regulagens de abertura e cabo emborrachado com isolamento de 1000 V que proporciona maior conforto e segurança. - Dimensões aproximadas de A: 45.5 mm x B: 238.0 mm; x C: 11.5 mm. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 101168</p>	UN	120	R\$53,00	R\$6.360,00
26	<p>Aplicador para tubo de silicone, corpo fabricado em chapas de aço carbono e com pintura eletrostática a pó. Para tubos de até 300 g ou 305 ml.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 41974</p>	UN	30	R\$25,00	R\$750,00
27	<p>Carrinho de mão reforçado fabricado com chapa e cantoneira.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caçamba metálica extraforte - Estrutura da cantoneira em ferro - Acabamento com pintura eletrostática a pó - Pneu com câmara de bucha plástica - Capacidade mínima de carga 80 lts. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103557</p>	UN	20	R\$380,00	R\$7.600,00

28	Colher de pedreiro tamanho 09 com canto arredondado, formato oval, cabo de madeira fixado por solda MIG, haste com saliências internas e lâmina em aço de alta qualidade com 1,0 mm de espessura. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 13387	UN	20	R\$15,00	R\$300,00
29	Desempenadeira fabricada em PVC, lisa, medindo 16 x 28 cm e com cabo anatômico. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 42984	UN	20	R\$9,00	R\$180,00
30	Régua de alumínio para pedreiro com 3 m de comprimento, 5 cm de largura e 2,5 cm de altura. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 4040	UN	06	R\$100,00	R\$600,00
31	Serra manual fabricada com aço bimetal com lâmina semirrígida, inquebrável durante o uso, a prova de estilhaçamento, com 18 dentes a cada 25 mm, comprimento total 300 mm, largura 13 mm, espessura 6 mm e peso 0,02 kg. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 44946	PÇ	300	R\$5,00	R\$1.500,00
32	Trena com trava, fita amarela de aço e com graduação em milímetros e polegadas. Comprimento de 10 m e largura da fita de 25 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 41144	UN	30	R\$25,00	R\$750,00
TOTAL LOTE 05: R\$20.890,00					
LOTE 06 - EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
33	Espuma expansiva a base de poliuretano, embalagem spray de 500 ml e com validade mínima de 1 ano a partir da data de entrega. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 4791	UN	30	R\$26,69	R\$ 800,70

34	<p>Selante elástico monocomponente de baixo módulo, que cura com a umidade do ar e a base de poliuretano. Sendo adequado para juntas de movimentação e de conexão em aplicações internas ou externas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Boa resistência ao envelhecimento e à intempérie; - Capacidade de Movimentação 25% - Cura sem formação de bolhas - Baixo esforço no substrato - Fácil de alisar e de boa trabalhabilidade; - Aderência muito boa em diversos substratos; - Alta resistência ao rasgamento. - Conforme os requerimentos da ISO 11600 F 25 LM. - Cor: branco. - Base química poliuretano monocomponente. - Densidade de 1,3 kg/l - Secagem ao toque de 60 - 120 minutos (+23°C / 50% u.r.) - Taxa de cura de 2 - 3 mm/24 h (+23°C / 50% u.r.) - Capacidade de Movimentação 25% - Temperatura de Serviço -40°C a +70°C - Embalagem em cartuchos de 310 ml - Validade mínima de 1 ano a partir da data de entrega. - Marca apenas para referência: Sikaflex 1A Plus. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 18421</p>	UN	40	R\$65,27	R\$2.610,80
35	<p>Borracha de silicone adesiva, vedante, antimoho, incolor e desenvolvido para colar, unir, vedar e calafetar variados tipos de matérias resistentes a variação de temperatura, água, maresia e produtos de limpeza. Suporta torções, tensões, absorve impactos, fixa e preenche espaços. Em embalagem de 274 gr ou 280 ml e compatível com pistola de aplicação. Validade mínima de 1 ano a partir da data de entrega.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 40050</p>	UN	30	R\$29,38	R\$881,40
TOTAL LOTE 06: R\$4.292,90					
LOTE 07- EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					

36	Corante líquido em frasco de 50 ml na cor azul que deve atender a norma NBR ABNT 11 702 e ser do tipo 4.7.6. No momento da entrega o produto deve vir acompanhado da FISPQ. Validade mínima de 1 ano a partir da data de entrega. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 105239	UN	3.000	R\$3,85	R\$11.550,00
37	Corante líquido em frasco de 50 ml na cor amarela que deve atender a norma NBR ABNT 11 702 e ser do tipo 4.7.6. No momento da entrega o produto deve vir acompanhado da FISPQ. Validade mínima de 1 ano a partir da data de entrega. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 105240	UN	4.000	R\$3,86	R\$15.440,00
38	Corante líquido em frasco de 50 ml na cor vermelha que deve atender a norma NBR ABNT 11 702 e ser do tipo 4.7.6. No momento da entrega o produto deve vir acompanhado da FISPQ. Validade mínima de 1 ano a partir da data de entrega. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 105241	UN	3.000	R\$3,86	R\$11.580,00

TOTAL LOTE 07: R\$38.570,00

LOTE 08 – EMPRESA DANNA COMERCIAL EIRELLI EPP

39	Correia dentada AX 29. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 39450	PÇ	100	R\$24,17	R\$2.417,00
40	Correia perfil V B-29 - Largura 17 mm - Espessura 11 mm - Comprimento interno 737 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148047	PÇ	15	R\$14,20	R\$213,00

TOTAL LOTE 08: R\$2.630,00

LOTE 09 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

41	Lanterna à prova da água com três baterias recarregáveis, do tipo 18650 li-ion de 3,7 V, e com carregador 220 V. Luminosidade mínima de 1200 lumens, com 3 funções de níveis de luminosidade (alto, baixo e piscando) e tamanho mínimo de 150 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 100983	UN	50	R\$191,96	R\$9.598,00
42	Bateria 9 V alcalina. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 3851	UN	10	R\$12,20	R\$122,00

TOTAL LOTE 09: R\$9.720,00

LOTE 10 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA

43	Corda de seda 12 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 6129	M	500	R\$3,19	R\$1.595,00
TOTAL LOTE 10: R\$1.595,00					
LOTE 11 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
44	Alavanca de aço carbono sextavado com espessura de uma polegada, comprimento de um metro e meio (1,5 metros), sendo de um lado com ponta e do outro lado com espátula de cinco centímetros de largura. - A barra é produzida em aço carbono especial de alta qualidade. - Com tratamento térmico especial proporcionando menor desgaste e maior resistência durante o uso. - Pintura eletrostática a pó formando uma camada de proteção à peça. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 44301	PÇ	20	R\$243,25	R\$4.865,00
45	Cavadeira metálica articulada e temperada em todo o corpo da peça proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso. Fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, pintura eletrostática a pó que proporciona uma melhor apresentação visual e maior proteção contra oxidação. Com cabo produzido com madeira de lei, com secção quadrada, de 1,5 m de comprimento. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 44141	UN	50	R\$89,33	R\$4.466,50
46	Marreta 5 Kg com cabeça forjada, temperada em aço carbono, acabamento jateado e cabeça envernizada. Cabo em madeira envernizada fixado com cunha metálica. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 39728	UN	30	R\$180,05	R\$ 5.401,50
47	Martelo de borracha com 800 gr de peso e cabo de madeira. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 40051	UN	10	R\$35,82	R\$358,20
48	Pá ajuntadeira de bico fabricada em aço SAE 1045 com alto teor de carbono, espessura da chapa de 2 mm, dureza acima de 32 HRC, pintura especial contra oxidação, acabamento em verniz e sem cabo. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 13569	PÇ	40	R\$41,88	R\$1.675,20

49	<p>Pá cortadeira de bico fabricada em aço SAE 1045 com alto teor de carbono, espessura da chapa de 2 mm e dureza acima de 32 HRC proporcionando maior resistência e durabilidade. Acabamento em verniz epóxi incolor para maior resistência ao desgaste e a ruptura.</p> <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento: 347 mm - Comprimento útil: 270 mm - Largura: 213 mm - Tipo de olho: redondo - Medida do olho: 38 mm. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 40429</p>	PÇ	80	R\$43,20	R\$3.456,00
50	<p>Talhadeira redonda com 10 polegadas de comprimento fabricado em aço forjado, pontas temperadas e largura da ponta 1.1/4.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 39716</p>	PÇ	30	R\$22,49	R\$ 674,70
51	<p>Torques armador de 13 polegadas</p> <ul style="list-style-type: none"> -Corpo forjado e temperado em aço carbono especial -Acabamento com pintura eletrostática. -Têmpera especial no gume de corte e mandíbulas -Articulação suave. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 20844</p>	UN	06	R\$57,43	R\$ 344,58
TOTAL LOTE 11: R\$ 21.241,68					
LOTE 12 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					
52	<p>Estrangulador de vazão em aço SAE 1045 com 3 estágios de aperto, do tipo Capa-Bode e com abertura de 3 mm para esmagar a mangueira sem danificar. Revestimento zincado trivalente amarelo de 12 micras.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 446</p>	UN	50	R\$61,66	R\$3.083,00
53	<p>Lima grossa gabinete, sem cabo, fabricada em aço especial de alto carbono, com perfil meia-cana e com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Largura >33 mm -Parte plana > 1,70mm -Parte arredonda > 1,50mm -Número de ranhuras fileira transversal >10 ranhuras -Comprimento útil (com ranhuras) > 1,50mm -Empunhadura > 70 mm. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 40130</p>	PÇ	120	R\$131,83	R\$15.819,60

54	Tesoura com catraca 42 mm para corte de tubos de PVC e PEAD. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 45380	UN	50	R\$49,00	R\$2.450,00
TOTAL LOTE 12: R\$21.352,60					
LOTE 13 – EMPRESA DANNA COMERCIAL EIRELLI EPP					
55	Arruela lisa M6, inox 304, DIN 125 A. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103583	PÇ	1.000	R\$0,20	200,00
56	Arruela lisa M8, inox 304, DIN 125 A. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103588	PÇ	600	R\$0,32	R\$192,00
57	Arruela lisa M10, inox 304, DIN 125 A. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103593	PÇ	600	R\$0,65	R\$390,00
58	Bits para parafusadeira compatível com parafuso Philips 6 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103597	PÇ	50	R\$9,00	R\$450,00
59	Bits PH 0 para parafusadeira compatível com parafuso Philips 2,9 x 16 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103596	PÇ	50	R\$17,60	R\$880,00
60	Broca wídea 10 mm com encaixe normal, ponta em carboneto de tungstênio (Metal Duro), acabamento jateado, corpo fabricado em aço especial, acabamento com têmpera total no corpo e no comprimento total 110mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 41057	PÇ	20	R\$13,90	R\$278,00
61	Parafuso autoatarraxante chipboard cabeça chata Philips para bucha 6 nas medidas de 3,5 X 30 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103574	PÇ	1.000	R\$0,08	R\$80,00
62	Parafuso autoatarraxante chipboard cabeça chata Philips para bucha 8 nas medidas 5 X 40 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103578	PÇ	1.000	R\$0,15	R\$150,00
63	Parafuso cabeça de panela 8 mm - Material: aço carbono - Tipo: autoatarraxante com cabeça de panela - Tamanho: 8 mm - Comprimento: 35 a 45 mm Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146384	PÇ	500	R\$0,40	R\$200,00

64	Parafuso sextavado rosca total M8 x 40 mm, inox 304, DIN 933. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103587	PÇ	300	R\$12,08	R\$3.624,00
65	Parafuso sextavado rosca total M10 x 50 mm, inox 304, DIN 933. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103591	PÇ	300	R\$14,69	R\$4.407,00
66	Porca sextavada M8, latão MA, DIN 934. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103589	PÇ	300	R\$2,50	R\$750,00
67	Porca sextavada M10, latão MA, DIN 934. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103592	PÇ	300	R\$7,00	R\$2.100,00
68	Prego 20 x 42. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 4392	KG	06	R\$16,50	R\$99,00
TOTAL LOTE 13: R\$13.800,00					
LOTE 14 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
69	Assento sanitário. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 8208	UN	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00
70	Brocha retangular 18,5/7,5 cm com fio sintético, com cabo e suporte de fibra de polipropileno. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 40049	UN	20	R\$ 8,58	R\$ 171,60
71	Cadeado 25 mm acompanhado com 2 chaves em latão, corpo em latão maciço e conforme norma ABNT NBR 15271 – Modelo para referência Pado E-25. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103573	UN	60	R\$ 16,00	R\$960,00
72	Cadeado 35 mm acompanhado com 2 chaves em latão, corpo em latão maciço e conforme norma ABNT NBR 15271 – Modelo para referência Pado E-35. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 11477	UN	30	R\$27,10	R\$813,00
73	Cadeado 40 mm acompanhado com 2 chaves em latão, corpo em latão maciço e conforme norma ABNT NBR 15271 – Modelo para referência Pado E-40. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 8124	UN	10	R\$33,77	R\$337,70
74	Câmara de ar 3.25-8 para pneu de carrinho de mão. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 19157	UN	10	R\$19,17	R\$191,70

75	Conjunto de engate rápido para mangueira de jardim de 1/2 com 1 conector de plástico e 1 adaptador com redução de 3/4 para 1/2. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 44641	UN	80	R\$15,00	R\$1.200,00
76	Engate flexível PVC branco 50 cm para pia de banheiro. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103605	UN	50	R\$7,05	R\$352,50
77	Escova de aço temperado com 3 fileiras e com cabo. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 43310	UN	30	R\$8,29	R\$248,70
78	Mangueira de nível de silicone incolor. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 39228	M	300	R\$4,30	R\$1.290,00
79	Regador de plástico com capacidade de 10 litros, bico tipo ducha e produzido em polietileno de alta densidade. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 10106	UN	10	R\$20,85	R\$208,50
80	Sifão flexível longo 150 cm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 102420	UN	10	R\$8,80	R\$88,00
81	Torneira de mesa para lavatório. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 43900	UN	06	R\$108,65	R\$651,90
82	Torneira para banheiro com acionamento por pressão. Modelo apenas para referência - Pressmatic Compact da Docol. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 43902	UN	10	R\$196,00	R\$1.960,00
83	Torneira para cozinha de mesa. - 1/4 volta - Acabamento cromado - Produzida em liga de cobre e zinco - Para encaixe de saída de mesa de 1/2 - Modelo apenas para Referência: 1173 C18 – Mebber. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 43870	UN	10	R\$142,00	R\$1.420,00
84	Torneira de jardim em plástico de 1/2 ". Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 1703	UN	60	R\$2,65	R\$159,00
85	Cabo de aço de 1/4". Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 44135	M	10	R\$10,30	R\$103,00

86	Clips de ¼" para cabo de aço. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 98262	UN	10	R\$1,34	R\$13,40
TOTAL LOTE 14: R\$10.569,00					
LOTE 15 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRI LTDA - ME					
87	Abraçadeira aço galvanizado ou superior - Material: aço galvanizado ou superior - Tamanho: 12 x 17 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146365	UN	100	R\$6,05	R\$605,00
88	Abraçadeira aço galvanizado ou superior - Material: aço galvanizado ou superior - Tamanho: 19 x 27 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146366	UN	100	R\$3,99	R\$399,00
89	Abraçadeira aço galvanizado ou superior - Material: aço galvanizado ou superior - Tamanho: 29 x 32 mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146367	UN	50	R\$9,24	R\$462,00
90	Abraçadeira tipo D com chaveta - Material: aço galvanizado ou superior - Tamanho: ½". Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146369	UN	50	R\$1,80	R\$90,00
91	Abraçadeira tipo D com chaveta - Material: aço galvanizado ou superior - Tamanho: ¾". Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146370	UN	50	R\$0,80	R\$40,00
92	Abraçadeira PVC eletroduto - Material: PVC - Tamanho: ½". Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146371	UN	100	R\$1,19	R\$119,00
TOTAL LOTE 15: R\$1.715,00					
LOTE 16 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					

93	<p>Cinta para amarração de carga</p> <ul style="list-style-type: none"> - Carga de trabalho da cinta em amarração enlaçada: 0,8 toneladas - Carga de trabalho da cinta em amarração direta: 0,4 toneladas - Carga de ruptura: 1,6 toneladas - Fator de segurança: 2:1 - Largura da cinta: 25,0 mm - Comprimento total do conjunto da cinta para amarração de carga: 4,6m - Material da cinta: poliéster - Material dos acessórios: aço bicromatizado - Norma de referência da cinta: EN 12195-2 e ABNT NBR 15883-2 - Cor da cinta: preta. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 41503</p>	UN	20	R\$75,89	R\$1.517,80
94	<p>Cinta para elevação de carga de 6.000 kg confeccionada com fios de poliéster 100% com alta tenacidade, tratados no processo de pigmentação para garantir alta resistência à abrasão e ao envelhecimento do tecido. Etiqueta de identificação de capacidade de carga bordada no corpo da cinta, largura 9 cm, comprimento do olhal de 25cm sendo estes reforçados e com 4 metros de comprimento. Produzida conforme a norma NBR 15637-1.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 45393</p>	UN	06	R\$263,51	R\$1.581,06
TOTAL LOTE 16: R3.098,86					
LOTE 17 – EMPRESA DANNA COMERCIAL EIRELLI EPP					
95	<p>Estaca de eucalipto, quadrada seção 8 x 8 cms, com ponta em um dos lados e comprimento de 0,60 mts.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 3353</p>	UN	700	R\$6,41	R\$4.487,00
96	<p>Estaca de eucalipto, quadrada seção 8 x 8 cms, com ponta em um dos lados e comprimento de 0,80 mts.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 3354</p>	UN	1.100	R\$9,62	R\$10.582,00
97	<p>Estaca de eucalipto, quadrada seção 8 x 8 cms, com ponta em um dos lados e comprimento de 1,50 mts.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 3355</p>	UN	700	R\$16,13	R\$11.291,00
TOTAL LOTE 17: R\$26.360,00					
LOTE 18 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					

98	<p>Paquímetro universal analógico 8' com a seguinte descrição:</p> <ul style="list-style-type: none">- Medição precisa- Bicos de medição de metal duro com alta resistência ao desgaste- Fabricado em aço inoxidável- Comprimento aproximado: 293 mm- Capacidade de medição: 0 a 200 mm / 0 - 8"- Graduação: 0,05 mm ou 1/128" <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 39729</p>	UN	01	R\$190,00	R\$190,00
----	--	----	----	-----------	-----------

TOTAL LOTE 18: R\$190,00

LOTE 19 - DESERTO

99	<p>Bico multifrontal para hidrojateamento</p> <ul style="list-style-type: none">- Conexão fêmea de 1 polegada.- Pressão máxima de 250 Bar.- Vazão mínima de 100 litros por minuto.- Ângulo do jato frontal de 15° a 30°.- Dimensão mínima de 50 x 90 mm. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 147985</p>	UN	03	-	-
----	--	----	----	---	---

DESERTO

LOTE 20 - DESERTO

100	<p>Biseladora a bateria, com adaptador para bisel, para tubos de PVC.</p> <ul style="list-style-type: none">- Kit completo contando com retífica, adaptador, bateria e ponta.- Deve conter adaptador para retífica compatível com bateria de 4 Ah e 20 V.- Deve conter ponta buriladora de carboneto.- Capacidade de chanfrar tubos de 10 polegadas. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 147989</p>	UN	05	-	-
-----	---	----	----	---	---

DESERTO

LOTE 21 - DESERTO

101	<p>Bomba tipo "pump stick" a bateria</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fluxo livre de 55 litros por minuto. - Altura total de 120 cm. - Altura até a saída da mangueira de 90 cm. - Tempo de trabalho com bateria de 2 Ah de 30 minutos. - Peso com mangueira de 60 cm, com adaptador e sem bateria de 02 Kg. - Mangueira: 200 cm - Filtro: contém 01 tela fina, 01 tela média e o filtro do feltro. - Bateria de 18 V. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 147987</p>	UN	05	-	-
DESERTO					
LOTE 22 - DESERTO					
102	<p>Kit acoplador de tubos de PVC, para unir ou separar tubos de PVC com junta elástica, munido de alavanca.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corrente para fixação em tubos de até 400 mm. - Com regulagem de altura e centralização das peças. - Alavanca com proporção de 28 par 01. - Kit completo contendo 02 tornos acopladores para PVC e 02 molduras universais com sistema de corrente com suporte. <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 147988</p>	UN	01	-	-
DESERTO					
LOTE 23 – EMPRESA MRO LTDA					
103	<p>Cortador a disco com um tanque com capacidade de 0,71 litros de combustível e 66,7 cilindradas por cm³. Diâmetro do disco de corte de 350 mm, 9,6 kg de peso, potência 3.2 Kw ou 4,4 Cv, profundidade do corte de 125 mm, rotação mínima de 2.500 RPM e rotação máxima 10.100 RPM.</p> <p>Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital)</p> <p>Código Samae: 41939</p>	UN	06	R\$4.319,00	R\$25.914,00
TOTAL LOTE 23: R\$25.914,00					
LOTE 24 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					

104	Lavadora de alta pressão. - Tensão 220 V. - Potência de 3300 Wats. - Vazão de 600 Lts/h - Comprimento mínimo do cabo de 05 metros. - Comprimento mínimo da mangueira de 10 metros (Com trama de aço). Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 102440	UN	03	R\$4.238,00	R\$12.714,00
TOTAL LOTE 24: R\$12.714,00					
LOTE 25 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
105	Chave de impacto ½ bateria 18 volts. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 45528	UN	03	R\$3.207,71	R\$9.623,13
TOTAL LOTE 25: R\$9.623,13					
LOTE 26 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
106	Jogo de pontas tipo soquete para impacto 8 mm ao 32 mm com no mínimo de 32 peças. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148141	JG	03	R\$245,00	R\$735,00
TOTAL LOTE 26: R\$735,00					
LOTE 27 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
107	Gerador de energia 15 KVA monofásico à gasolina. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148221	UN	01	R\$17.790,00	R\$17.790,00
TOTAL LOTE 27: R\$17.790,00					
LOTE 28 - DESERTO					
108	Bateria recarregável íons de lítio 18 V 6AH para esmerilhadeira. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148219	UN	15	-	-
DESERTO					
LOTE 29 – EMPRESA MRO LTDA					
109	Fio de corte para roçadeiras 2,7 mm x 215 m. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148218	RL	10	R\$136,29	1.362,90
TOTAL LOTE 29 - R\$1.362,90					
LOTE 30 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
110	Kit esmerilhadeira angular a bateria (1 esmerilhadeira, 1 carregador bivolt, 3 baterias). Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148042	KIT	03	R\$ 2.659,66	R\$ 7.978,98
TOTAL LOTE 30: R\$ 7.978,98					
LOTE 31 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					

111	Esmerilhadeira angular com punho lateral e protetor. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 28766	UN	03	R\$ 702,00	R\$ 2.106,00
TOTAL LOTE 31: R\$ 2.106,00					
LOTE 32 - DESERTO					
112	Soprador a gasolina. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 20783	UN	04	-	-
DESERTO					
LOTE 33 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
113	Martelete rotativo martelo perfurador rompedor 850W. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103543	UN	01	R\$ 670,00	R\$670,00
TOTAL LOTE 33: R\$670,00					
LOTE 34 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					
114	Carrinho de mão com caçamba em polietileno. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 8197	UN	02	R\$385,37	R\$770,74
TOTAL LOTE 34: R\$770,74					
LOTE 35- EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					
115	Torno/morsa de bancada. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148188	UN	02	R\$276,45	R\$552,90
TOTAL LOTE 35: R\$552,90					
LOTE 36 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
116	Clips de aço inox 3/16". Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 44136	UN	100	R\$ 11,14	R\$ 1.114,00
TOTAL LOTE 36: R\$ 1.114,00					
LOTE 37 - FRACASSADO					
117	Biruta - conjunto completo para indicação visual de vento. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146427	UN	06	-	-
FRACASSADO					
LOTE 38 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					
118	Lanterna Tática de mão. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146425	UN	20	R\$70,90	R\$1.418,00
119	Lanterna de cabeça para espaço confinado. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146424	UN	20	R\$63,80	R\$1.276,00
TOTAL LOTE 38: R\$2.694,00					
LOTE 39 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					
120	Bateria de Lítio para Cronômetros Digitais. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148189	UN	100	R\$1,84	R\$184,00
121	Bateria alcalina Lr44. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148190	UN	100	R\$0,96	R\$96,00

TOTAL LOTE 39: R\$280,00					
LOTE 40 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					
122	Controle de Portão Eletrônico. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 13011	UN	15	R\$48,50	R\$727,50
TOTAL LOTE 40: R\$727,50					
LOTE 41 - DESERTO					
123	Cronômetro Digital Portátil. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 16672	UN	07	-	-
DESERTO					
LOTE 42 - FRACASSADO					
124	Rodo de borracha 80 cm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 29870	UN	15	-	-
FRACASSADO					
LOTE 43 - FRACASSADO					
125	Rodo de Borracha 100 cm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 13431	UN	15	-	-
FRACASSADO					
LOTE 44 - FRACASSADO					
126	Rastelo de Plástico Grande. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 6082	UN	15	-	-
FRACASSADO					
LOTE 45 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
127	Mangueira jardim trançada anti-torção. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103217	M	400	R\$3,58	R\$1.432,00
TOTAL LOTE 45: R\$1.432,00					
LOTE 46 EMPRESA VENCEDORA: COMÉRCIO ROCAMEL LTDA					
128	Fita Antiderrapante. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 106454	M	300	R\$ 5,30	R\$ 1.590,00
TOTAL LOTE 46: R\$ 1.590,00					
LOTE 47 - FRACASSADO					
129	Fita Fotoluminescente. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146426	M	100	-	-
FRACASSADO					
LOTE 48 – ICSEI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP					
130	Bloqueador pneumático para bloqueio de diâmetro entre 70 a 100mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103940	UN	2	R\$1.650,00	R\$3.300,00
TOTAL LOTE 48: R\$3.300,00					
LOTE 49 – ICSEI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP					
131	Bloqueador pneumático para bloqueio de diâmetro entre 100 a 200mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103941	UN	2	R\$2.600,00	R\$5.200,00

TOTAL LOTE 49: R\$5.200,00					
LOTE 50 – ICSER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP					
132	Bloqueador pneumático para bloqueio de diâmetro entre 150 a 300mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 146202	UN	2	R\$2.850,00	R\$5.700,00
TOTAL LOTE 50: R\$5.700,00					
LOTE 51 – ICSER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP					
133	Bloqueador pneumático para bloqueio de diâmetro entre 300 a 600mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103944	UN	2	R\$5.100,00	R\$10.200,00
TOTAL LOTE 51: R\$10.200,00					
LOTE 52 – ICSER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP					
134	Kit de inflar o bloqueador com bomba manual. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 103938	UN	2	R\$605,50	R\$1.211,00
TOTAL LOTE 52: R\$1.211,00					
LOTE 53 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					
135	Carretel automático M10. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148363	UN	20	R\$44,70	R\$894,00
TOTAL LOTE 53: R\$ 894,00					
LOTE 54 – EMPRESA COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME					
136	Escova para roçadeira eixo 20/25,4mm. Mais informações, vide Termo de Referência (Anexo II deste Edital) Código Samae: 148364	UN	05	R\$99,00	R\$495,00
TOTAL LOTE 54: R\$495,00					

Valor total: R\$327.225,35 (Trezentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos). Adjudicação por lote.

Jaraguá do Sul/SC, 11 de julho de 2023.

Madeline D. Tesser Espanhol
Pregoeira – Portaria 602/2023
Samae Jaraguá do Sul

CONTRATOS - REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

Publicação Nº 5053647

**CONTRATO Nº 116750
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA****EDITAL Nº:** 016/2023 - SEMED**CADASTRO Nº:** 116750**CONTRATADO (A):** ALEXIA DE BRITO MARTINS**FUNÇÃO:** PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL - ENS. SUPERIOR**PERÍODO: DE** 14/08/2023 **A** 14/11/2023**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 4420,55**CARGA HORÁRIA:** (200) **HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA –) PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL - ENS. SUPERIOR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA –) PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO –ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA –O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO. E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 11 de Agosto de 2023.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO
ALEXIA DE BRITO MARTINS

CONTRATO Nº 116752
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2023 - SEMSA

CADASTRO Nº: 116752

CONTRATADO (A): ALYNE ALGAUER TRINDADE

FUNÇÃO: TECNICO DE ENFERMAGEM - REDA

PERÍODO: DE 14/08/2023 A 10/02/2024

VENCIMENTO MENSAL: R\$ 3620,84

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE TECNICO DE ENFERMAGEM - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 180 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 11 de Agosto de 2023.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO
ALYNE ALGAUER TRINDADE

CONTRATO Nº 116754
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2023 - SEMSA

CADASTRO Nº: 116754

CONTRATADO (A): DANIELLA TESSITORE GALLO CUNHA

FUNÇÃO: TECNICO DE ENFERMAGEM - REDA

PERÍODO: DE 14/08/2023 A 10/02/2024

VENCIMENTO MENSAL: R\$ 3620,84

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE TECNICO DE ENFERMAGEM - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 180 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 11 de Agosto de 2023.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO
DANIELLA TESSITORE GALLO CUNHA

CONTRATO Nº 116753
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 003/2023 - SEMSA

CADASTRO Nº: 116753

CONTRATADO (A): KARINA DOS SANTOS

FUNÇÃO: TECNICO DE ENFERMAGEM - REDA

PERÍODO: DE 14/08/2023 A 10/02/2024

VENCIMENTO MENSAL: R\$ 3620,84

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE TECNICO DE ENFERMAGEM - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 180 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 11 de Agosto de 2023.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO
KARINA DOS SANTOS

CONTRATO Nº 116751
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 019/2023 - SEMED

CADASTRO Nº: 116751

CONTRATADO (A): MARILDA QUIRINO DE ALMEIDA

FUNÇÃO: ADMINISTRADOR ESCOLAR - REDA

PERÍODO: DE 14/08/2023 **A** 14/08/2023

VENCIMENTO MENSAL: R\$ 4345,01

CARGA HORÁRIA: (200) **HORAS MENSAIS**

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE ADMINISTRADOR ESCOLAR - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 0 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRAR O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 11 de Agosto de 2023.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO
MARILDA QUIRINO DE ALMEIDA

CONTRATO Nº 116749
EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

EDITAL Nº: 005/2022 - SEMSA

CADASTRO Nº: 116749

CONTRATADO (A): PABLO DOS SANTOS PANERA

FUNÇÃO: AGENTE DE ENDEMIAS - REDA

PERÍODO: DE 14/08/2023 A 12/11/2023

VENCIMENTO MENSAL: R\$ 2572,83

CARGA HORÁRIA: (200) HORAS MENSAIS

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE AGENTE DE ENDEMIAS - REDA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA – O PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 90 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS À PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA – É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIADAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 11 de Agosto de 2023.


CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO
PABLO DOS SANTOS PANERA

SAMAE - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2023

Publicação Nº 5053837

Página: 1 / 7

 ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL CNPJ: 84.438.381/0001-85 Telefone: (47) 2106-9100 Endereço: Rua Erwino Menegotti, 478 - Água Verde CEP: 89254-000 - Jaraguá do Sul	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 25/2023
	Processo Adm.: 25/2023 Data do Processo: 20/02/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 1 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 25/2023
b) **Nr. Licitação:** 25/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 10/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS

Lote: 1**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Cabo para pá cortadeira de marfim	160,000	PÇ	14,60	2.336,00
2	Cabo para picareta de marfim	60,000	PÇ	22,01	1.320,60
3	Cabo de madeira para cavadeira	100,000	UN	17,42	1.742,00
Total do Participante:					5.398,60

Lote: 2**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

4	Chave allen com cabo T hexagonal 6mm	10,000	PÇ	14,76	147,60
5	Chave biela tipo L 10mm em aço	20,000	UN	12,27	245,40
6	Chave combinada 10 mm	10,000	PÇ	5,42	54,20
7	Chave combinada 13 mm	30,000	UN	6,47	194,10
8	Chave combinada 14 mm	20,000	UN	8,58	171,60
9	Chave combinada 15 mm	10,000	PÇ	8,90	89,00
10	Chave combinada 17 mm	10,000	UN	11,15	111,50
11	Chave combinada 18 mm	10,000	PÇ	13,51	135,10
12	Chave combinada 19 mm	20,000	UN	12,29	245,80
13	Chave combinada 22 mm	20,000	PÇ	14,86	297,20
14	Chave combinada 23 mm	10,000	UN	18,17	181,70
15	Chave combinada 24 mm	20,000	PÇ	20,51	410,20
16	Chave combinada 25 mm	10,000	PÇ	25,52	255,20
17	Chave combinada 27mm	10,000	UN	26,84	268,40
18	Chave grifo de 12 polegadas	6,000	UN	40,71	244,26
19	Chave de fenda 3/16 x 6 fabricada em aço	30,000	UN	6,59	197,70
Total do Participante:					3.248,96

Lote: 3**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

Página: 2 / 7

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
20	Disco flap grão 40 com 115 x 22.2 mm (4-1/2"x7/8")	200,000	PÇ	11,50	2.300,00
21	Disco de corte para ferro e aço inox	600,000	UN	3,33	1.998,00
Total do Participante:					4.298,00

Lote: 4**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

22	Disco de corte para asfalto de 350 mm	60,000	UN	386,66	23.199,60
Total do Participante:					23.199,60

Lote: 5**Participante: MAQPARTS PEÇAS LTDA**

23	Alicate universal 8 polegadas cabo Isolado 1000 V	30,000	PÇ	28,00	840,00
24	Alicate bomba d'água 12 polegadas	30,000	UN	67,00	2.010,00
25	Alicate bomba d'água 10 polegadas	120,000	UN	53,00	6.360,00
26	Aplicador para tubo de silicone	30,000	PÇ	25,00	750,00
27	Carrinho de mão reforçado	20,000	UN	380,00	7.600,00
28	Colher de pedreiro oval nº 09	20,000	UN	15,00	300,00
29	Desempenadeira fabricada em PVC	20,000	UN	9,00	180,00
30	Régua de alumínio para pedreiro	6,000	PÇ	100,00	600,00
31	Serra manual bimetal	300,000	PÇ	5,00	1.500,00
32	TRENA	30,000	UN	25,00	750,00
Total do Participante:					20.890,00

Lote: 6**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

33	Espuma expansiva com 500 ml	30,000	UN	26,69	800,70
34	SIKA	40,000	UN	65,27	2.610,80
35	Borracha de silicone adesiva	30,000	UN	29,38	881,40
Total do Participante:					4.292,90

Lote: 7**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

36	Corante líquido em frasco de 50 ml na cor azul.	3.000,0	FR	3,85	11.550,00
37	Corante líquido em frasco de 50 ml na cor amarela.	4.000,0	FR	3,86	15.440,00
38	Corante líquido em frasco de 50 ml, na cor vermelha	3.000,0	FR	3,86	11.580,00
Total do Participante:					38.570,00

Lote: 8**Participante: DANNA COMERCIAL EIRELI EPP**

39	Correia dentada AX 29	100,000	UN	24,17	2.417,00
40	Correia perfil V B-29	15,000	UN	14,20	213,00
Total do Participante:					2.630,00

Lote: 9**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

41	Lanterna à prova da água.	50,000	UN	191,96	9.598,00
42	Bateria 9V Alcalina	10,000	UN	12,20	122,00
Total do Participante:					9.720,00

Lote: 10**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

Página: 3 / 7

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
43	Corda de seda 12 mm	500,000	M	3,19	1.595,00
Total do Participante:					1.595,00

Lote: 11**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

44	Alavanca de aço carbono sextavado	20,000	PÇ	243,25	4.865,00
45	Cavadeira metálica com cabo de secção quadrada de 1,5 mts.	50,000	UN	89,33	4.466,50
46	Marreta 5 Kg com cabeça forjada.	30,000	UN	180,05	5.401,50
47	Martelo de borracha com 800 gr	10,000	UN	35,82	358,20
48	Pá ajuntadeira de bico	40,000	UN	41,88	1.675,20
49	Pá cortadeira de bico em aço SAE	80,000	PÇ	43,20	3.456,00
50	Talhadeira redonda 10 polegadas.	30,000	PÇ	22,49	674,70
51	Torques armador	6,000	UN	57,43	344,58
Total do Participante:					21.241,68

Lote: 12**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

52	Estrangulador de vazão	50,000	PÇ	61,66	3.083,00
53	Lima grossa gabinete sem cabo em aço especial	120,000	UN	131,83	15.819,60
54	Tesoura catraca para corte de tubos de PVC e PEAD 42 mm	50,000	UN	49,00	2.450,00
Total do Participante:					21.352,60

Lote: 13**Participante: DANNA COMERCIAL EIRELI EPP**

55	Arruela lisa M6, inox 304, DIN 125 A	1.000,0	PÇ	0,20	200,00
56	Arruela lisa M8, inox 304, DIN 125 A	600,000	PÇ	0,32	192,00
57	Arruela lisa M10, inox 304, DIN 125 A	600,000	PÇ	0,65	390,00
58	Bits para parafusadeira compatível com parafuso Philips 6 mm	50,000	PÇ	9,00	450,00
59	Bits PH 0 para parafusadeira	50,000	PÇ	17,60	880,00
60	Broca wídea 10 mm com encaixe normal	20,000	UN	13,90	278,00
61	Parafuso autoatarraxante chipboard cabeça chata Philips para bucha 6 nas medidas de 3,5 X 30 mm	1.000,0	PÇ	0,08	80,00
62	Parafuso autoatarraxante chipboard cabeça chata Philips para bucha 8 nas medidas de 5 X 40 mm.	1.000,0	PÇ	0,15	150,00
63	Parafuso cabeça de panela 8 mm	500,000	PÇ	0,40	200,00
64	Parafuso sextavado rosca total M8 x 40mm, inox 304, DIN 933	300,000	PÇ	12,08	3.624,00
65	Parafuso sextavado rosca total M10 x 50 mm, Inox 304, DIN 933	300,000	PÇ	14,69	4.407,00
66	Porca sextavada M8, latão MA, DIN 934	300,000	PÇ	2,50	750,00
67	Porca sextavada M10, latão MA, DIN 934	300,000	PÇ	7,00	2.100,00
68	Prego 20 x 42	6,000	KG	16,50	99,00
Total do Participante:					13.800,00

Lote: 14**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

69	Assento sanitário	10,000	UN	40,00	400,00
70	Brocha retangular 18,5/7,5 cm	20,000	UN	8,58	171,60
71	Cadeado E25 ABNT NBR 15271	60,000	PÇ	16,00	960,00
72	Cadeado E-35	30,000	UN	27,10	813,00
73	Cadeado E-40	10,000	UN	33,77	337,70
74	Câmara de ar 3.25-8 para carrinho de mão	10,000	UN	19,17	191,70

Página: 4 / 7

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
75	Conjunto de engate rápido para mangueira de jardim 1/2 com	80,000	PÇ	15,00	1.200,00
76	Engate flexível PVC branco 50 cm para pia de banheiro	50,000	PÇ	7,05	352,50
77	Escova de aço com 3 fileiras	30,000	PÇ	8,29	248,70
78	Mangueira de nível de silicone incolor	300,000	M	4,30	1.290,00
79	Regador de plástico	10,000	UN	20,85	208,50
80	Sifão flexível longo	10,000	UN	8,80	88,00
81	Torneira de mesa para lavatório	6,000	UN	108,65	651,90
82	Torneira para banheiro com acionamento por pressão	10,000	UN	196,00	1.960,00
83	Torneira para cozinha de mesa com 1/4 de volta	10,000	PÇ	142,00	1.420,00
84	Torneira de jardim	60,000	UN	2,65	159,00
85	Cabo de aço	10,000	M	10,30	103,00
86	CLIPS 1/4 PARA CABO DE AÇO	10,000	UN	1,34	13,40
Total do Participante:					10.569,00

Lote: 15**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

87	Abraçadeira aço galvanizado ou superior 12 x 17 mm	100,000	PÇ	6,05	605,00
88	Abraçadeira aço galvanizado ou superior 19 x 27 mm	100,000	PÇ	3,99	399,00
89	Abraçadeira aço galvanizado ou superior 29 x 32 mm	50,000	PÇ	9,24	462,00
90	Abraçadeira Tipo D com chaveta 1/2"	50,000	PÇ	1,80	90,00
91	Abraçadeira Tipo D com chaveta 3/4"	50,000	PÇ	0,80	40,00
92	Abraçadeira PVC eletroduto 1/2"	100,000	PÇ	1,19	119,00
Total do Participante:					1.715,00

Lote: 16**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

93	Cinta para amarração de carga com catraca	20,000	JG	75,89	1.517,80
94	Cinta para elevação de carga 6.000kg	6,000	UN	263,51	1.581,06
Total do Participante:					3.098,86

Lote: 17**Participante: DANNA COMERCIAL EIRELI EPP**

95	Estaca de eucalipto, quadrada seção 8 x 8 cms, com ponta em um dos lados e comprimento de 0,60 mts.	700,000	UN	6,41	4.487,00
96	Estaca de eucalipto, quadrada seção 8 x 8 cms, com ponta em um dos lados e comprimento de 0,80 mts.	1.100,0	PÇ	9,62	10.582,00
97	Estaca de eucalipto, quadrada seção 8 x 8 cms, com ponta em um dos lados e comprimento de 1,50 mts.	700,000	UN	16,13	11.291,00
Total do Participante:					26.360,00

Lote: 18**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

98	Paquímetro Universal analógico 8"	1,000	UN	190,00	190,00
Total do Participante:					190,00

Lote: 23**Participante: MRO LTDA**

103	Cortador a disco TS420	6,000	UN	4.319,00	25.914,00
Total do Participante:					25.914,00

Lote: 24**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

Página: 5 / 7

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
104	Lavadora de alta pressão	3,000	UN	4.238,00	12.714,00
				Total do Participante:	12.714,00

Lote: 25**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

105	CHAVE DE IMPACTO 1/2 BATERIA 18 VOLTS	3,000	UN	3.207,71	9.623,13
				Total do Participante:	9.623,13

Lote: 26**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

106	Jogo de pontas tipo soquete para impacto 8mm ao 32 mm com mínimo de 32 peças	3,000	JG	245,00	735,00
				Total do Participante:	735,00

Lote: 27**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

107	Gerador de energia 15 KVA monofásico à gasolina	1,000	UN	17.790,00	17.790,00
				Total do Participante:	17.790,00

Lote: 29**Participante: MRO LTDA**

109	Fio de corte para roçadeiras 2,7 mm x 215 m.	10,000	RL	136,29	1.362,90
				Total do Participante:	1.362,90

Lote: 30**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

110	KIT Esmerilhadeira Angular a Bateria (1 Esmerilhadeira, 1 carregador bivolt, 3 baterias)	3,000	KIT	2.659,66	7.978,98
				Total do Participante:	7.978,98

Lote: 31**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

111	ESMERILHADEIRA ANGULAR	3,000	UN	702,00	2.106,00
				Total do Participante:	2.106,00

Lote: 33**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

113	Martelete Perfurador Rompedor - Conforme Termo de Referência	1,000	UN	670,00	670,00
				Total do Participante:	670,00

Lote: 34**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

114	CARRINHO DE MÃO	2,000	UN	385,37	770,74
				Total do Participante:	770,74

Lote: 35**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

115	Torno/morsa de bancada	2,000	UN	276,45	552,90
				Total do Participante:	552,90

Lote: 36**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

116	Clips para fixação em aço inox	100,000	UN	11,14	1.114,00
				Total do Participante:	1.114,00

Lote: 38**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
118	Lanterna tática de mão	20,000	PÇ	70,90	1.418,00
119	Lanterna de cabeça para espaço confinado	20,000	PÇ	63,80	1.276,00
Total do Participante:					2.694,00

Lote: 39**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

120	Bateria de Lítio para Cronômetros Digitais	100,000	UN	1,84	184,00
121	Bateria alcalina Lr44	100,000	UN	0,96	96,00
Total do Participante:					280,00

Lote: 40**Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA**

122	CONTROLE P/ PORTÃO ELETRÔNICO	15,000	UN	48,50	727,50
Total do Participante:					727,50

Lote: 45**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

127	Mangueira de jardim trançada, anti-torção, Ø 1/2" com espessura de 400,000 parede mínima de 2,5mm		M	3,58	1.432,00
Total do Participante:					1.432,00

Lote: 46**Participante: COMERCIO ROCAMEL LTDA - FILIAL**

128	Fita antiderrapante.	300,000	M	5,30	1.590,00
Total do Participante:					1.590,00

Lote: 48**Participante: ICSEER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**

130	Bloqueador pneumático, para bloqueio de tubulações com diâmetro entre 70 e 100mm - Conforme Termo de Referência	2,000	UN	1.650,00	3.300,00
Total do Participante:					3.300,00

Lote: 49**Participante: ICSEER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**

131	Bloqueador pneumático, para bloqueio de tubulações com diâmetro entre 100 e 200 mm - Conforme Termo de Referência	2,000	UN	2.600,00	5.200,00
Total do Participante:					5.200,00

Lote: 50**Participante: ICSEER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**

132	Bloqueador pneumático, para bloqueio de tubulações com diâmetro entre 150 a 300 mm - Conforme Termo de Referência	2,000	UN	2.850,00	5.700,00
Total do Participante:					5.700,00

Lote: 51**Participante: ICSEER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**

133	Bloqueador pneumático, para bloqueio de tubulações com diâmetro entre 300 e 600 mm - Conforme Termo de Referência	2,000	UN	5.100,00	10.200,00
Total do Participante:					10.200,00

Lote: 52**Participante: ICSEER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
134	KIT DE INFLAR O BLOQUEADOR COM BOMBA MANUAL - Conforme Termo de Referência	2,000	UN	605,50	1.211,00
Total do Participante:					1.211,00
Lote: 53					
Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA					
135	CARRETEL AUTOMÁTICO M10	20,000	UN	44,70	894,00
Total do Participante:					894,00
Lote: 54					
Participante: COMERCIAL VITORIA LTDA					
136	ESCOVA PARA ROÇADEIRA EIXO 20/25,4MM	5,000	UN	99,00	495,00
Total do Participante:					495,00
Total Geral:					327.225,35

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção patrimonial - Samae	25.002.17.122.0300.4402.3.3.90.00.00	R\$ 10.870,10
Manutenção das atividades técnicas e operacionais	25.002.17.512.1400.4406.4.4.90.00.00	R\$ 38.713,80
Manutenção das atividades técnicas e operacionais	25.002.17.512.1400.4406.3.3.90.00.00	R\$ 0,00
Manutenção patrimonial - Samae	25.003.17.122.0300.4402.3.3.90.00.00	R\$ 0,00
Manutenção das atividades técnicas e operacionais	25.003.17.512.1400.4406.3.3.90.00.00	R\$ 0,00
Manutenção das atividades técnicas e operacionais	25.003.17.512.1400.4406.4.4.90.00.00	R\$ 0,00
Manutenção das atividades técnicas e operacionais	25.005.17.512.1402.4428.4.4.90.00.00	R\$ 8.791,50

Jaraguá do Sul, 10/08/2023

ONESIMO JOSE SELL
Diretor Presidente

Assinatura do Responsável

Jardinópolis

CÂMARA MUNICIPAL

RESCISAO CONTRATUAL 01/2023

Publicação Nº 5052823

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2023

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 01/2023 QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO A CÂMARA DE VEREADORES DE JARDINÓPOLIS/SC E DE OUTRO LADO A EMPRESA I.S.A. ASSESSORAMENTO.

A CÂMARA DE VEREADORES DE JARDINÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua tiradentes, Nº 893, Centro, Município de Jardinópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o Nº. nº 21.369.370/0001-70, neste ato representado por seu Presidente Sr. VALDOMIRO KUSKOSKI, inscrito no CPF sob o nº 594.775.209-34, RESOLVE RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2023, firmado com a Empresa I.S.A - ASSESSORAMENTO, com sede na Rua Eduardo Domingos Alba, 1921, bairro Pioneiro, cidade de Pinhalzinho/SC, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 44.996.357/0001-47 neste ato representado por sua representante legal, Isabel Bevilacqua, inscrita no CPF Nº. 107.158.049-36, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº. 14.133/21 e legislação pertinente, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto rescindir, unilateralmente, o Contrato nº 01/2023, celebrado com a empresa. I.S.A - ASSESSORAMENTO, com sede na Rua Eduardo Domingos Alba, 1921, bairro Pioneiro, cidade de Pinhalzinho/SC, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 44.996.357/0001-47.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Fica rescindido unilateralmente, a partir da data de assinatura deste Termo de Rescisão Contratual – passando a ter eficácia após publicação na imprensa oficial do Município, nos termos do artigo 176, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 –, o Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2023, celebrado entre a Câmara de Vereadores de Jardinópolis/SC e a Empresa I.S.A - Assessoramento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A rescisão contratual encontra amparo no disposto no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como no item “d” da Cláusula Décima do Contrato Originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

O motivo da rescisão contratual deve-se a razões de interesse público, tendo em vista que a Empresa prestadora dos serviços terá suas atividades encerradas, considerando que irá cancelar seu registro. Dessa forma, não há outra alternativa, senão a rescisão contratual, para posterior contratação de nova empresa de assessoria de imprensa.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DA RESCISÃO

A CONTRATADA, por meio deste termo, declara estar ciente das condições de rescisão estipuladas, bem como aos efeitos decorrentes da rescisão do contrato, tal qual disposto na Cláusula Décima do documento pactuado.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas/SC para dirimir questões oriundas deste termo de rescisão, renunciando as partes a qualquer outro foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por assim decidir, lavra-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Jardinópolis/SC 10 de agosto de 2023.

VALDOMIRO KUSKOSKI

Presidente da Câmara de Vereadores de Jardinópolis/SC

ISABEL BEVILACQUA

Representante legal

PORTARIA 10/0/2023

Publicação N° 5052804

PORTARIA N° 10 DE 31 DE JULHO DE 2023

O Presidente da Câmara de Vereadores de Jardinópolis-SC, no uso de suas atribuições definidas no regimento interno, visando regulamentar a utilização do veículo oficial pelos Vereadores e servidores, expede o presente ofício.

Frisa-se que o presente ofício está sendo elaborado até seja regulamentada a utilização do veículo por Resolução, já que a presente câmara encontra-se em recesso, sendo portanto, necessário a volta às atividades para apreciação e votação em plenário do referido ato legislativo.

Sem mais, passa-se às orientações

1º Art. Consideram-se oficiais os veículos automotores de propriedade da **Câmara de Vereadores de Jardinópolis-SC**, ou postos à disposição para uso exclusivo.

2º Art. O veículo oficial tem por finalidade assegurar o transporte de vereadores e servidores nos exercícios de suas funções, seja no exercício da vereança, bem como no desenvolvimento das atividades da **Câmara de Vereadores de Jardinópolis-SC**, destinando-se, exclusivamente, ao cumprimento desses fins.

3º Art. É vedado o transporte de terceiros, salvo quando convidados, em prol das atividades de interesse da **Câmara de Vereadores de Jardinópolis-SC**.

4º Art. Somente poderá utilizar o veículo oficial vereadores e servidores que possuírem Carteira Nacional de Habilitação válida, sendo eles relacionados no anexo II.

5º Art. O anexo II deverá ser atualizado sempre que houver modificação dos quadros de servidores e vereadores.

6º Art. São deveres do condutor, além dos previstos em outras normas:

- I – Respeitar as leis de trânsito;
- II – Não conduzir pessoas estranhas ao serviço em execução;
- III – Não conceder a direção a terceiros;
- IV – Zelar pela limpeza, conservação e manutenção do veículo sob sua responsabilidade;

7º Art. É de responsabilidade do condutor do veículo o preenchimento da planilha de quilometragem prevista no anexo III.

8º Art. O condutor do veículo oficial é responsável, a partir do momento da retirada do veículo da garagem da Câmara Vereadores, pelas infrações decorrentes dos atos praticados na direção do veículo previstas no CTB e em outros instrumentos normativos, respondendo por multas eventualmente recebidas, bem como, por qualquer dano decorrente da condução do transporte em contrariedade com os termos da presente lei, assim como na legislação em vigor.

9º Art. O condutor firmará termo de responsabilidade na condução de veículo oficial da Câmara de Vereadores de Jardinópolis-SC, conforme Anexo I

10º Art. Compete ao responsável pela Secretaria e ou o responsável pelo Patrimônio da Câmara manter organizado o registro e documentação, a utilização, conservação, manutenção, consumo de óleos e combustíveis, da quilometragem percorrida e de outras informações relativas ao uso e à conservação de cada veículo oficial da Câmara, bem como por sua limpeza.

11º Art. Em caso de urgências o usuário deverá acionar o seguro do veículo.

12º Art. Esta portaria entra em vigor com efeito a partir do dia 31/07/2023.

Jardinópolis-SC 31 de Julho de 2023

VALDOMIRO KUSKOSKI
Presidente da Câmara de Vereadores

ANEXO I**Termo de Responsabilidade do Condutor**

Eu, _____, inscrito no CPF n. _____, portador do RG n. _____, devidamente habilitado para a condução de veículo, pelo presente termo, declaro estar ciente das disposições que regulamenta o uso de veículos oficiais da Câmara de Vereadores de Jardinópolis-SC, bem como das normas de trânsito estabelecidas no CTB.

Declaro, ainda, que estou ciente de minha responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso, guarda e conservação do veículo colocado à minha disposição, responsabilizando-me por qualquer ato de imprudência, imperícia ou negligência e pelos danos ao veículo, inclusive pelo pagamento de multas eventualmente recebidas, ou outras penalidades que desses atos advirem.

Declaro ainda, que vistoriei o veículo e que ele se encontra em perfeitas condições de dirigibilidade, que está com toda documentação legal e atualizada.

Estou ciente e de acordo com as condições e disposições legais quanto ao uso de veículos oficiais da Câmara Municipal e, portanto, firmo o presente Termo de Livre e espontânea vontade.

Jardinópolis/SC, ____ de _____ de _____

Assinatura do Condutor

Anexo II**RELAÇÃO DE VEREADORES E SERVIDORES AUTORIZADOS PARA USAR O VEÍCULO**

Nome do Condutor	Cargo
ANDERSON FARFUS	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO
AIRTON LUIZ MARTINELLI	VEREADOR
JAIME JOSÉ BORTOLOTTO	VEREADOR
ROVALDO JOÃO KLASSMANN	VEREADOR
VALDOMIRO KUSKOSKI	VEREADOR

Jardinópolis-SC 31 de Julho de 2023

VALDOMIRO KUSKOSKI
Presidente da Câmara de Vereadores

RESOLUÇÃO 02/2023

Publicação N° 5052774

RESOLUÇÃO N° 02 DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

**“DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO DAS
SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES
DE JARDINÓPOLIS / SC, PARA OS MESES
DE AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO
NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2023”.**

O Senhor VALDOMIRO KUSKOSKI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica definido o calendário das sessões para os meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2023 da Câmara de Vereadores de Jardinópolis / SC, segundo tabela a seguir:

AGOSTO

QUINTA- FEIRA	10/08/2023	18H30MIN.
QUINTA- FEIRA	17/08/2023	18H30MIN.
QUINTA- FEIRA	24/08/2023	18H30MIN.
QUINTA- FEIRA	31/08/2023	18H30MIN.

SETEMBRO

QUARTA- FEIRA	06/09/2023	19H00MIN.
QUINTA- FEIRA	14/09/2023	19H00MIN.
QUARTA- FEIRA	21/09/2023	19H00MIN.
QUINTA- FEIRA	28/09/2023	19H00MIN.

OUTUBRO

QUINTA- FEIRA	05/10/2023	19H00MIN.
QUARTA- FEIRA	11/10/2023	19H00MIN.
QUINTA- FEIRA	19/10/2023	19H00MIN.
QUINTA- FEIRA	26/10/2023	19H00MIN.

NOVEMBRO

QUINTA- FEIRA	09/11/2023	19H00MIN.
QUINTA- FEIRA	16/11/2023	19H00MIN.
QUINTA- FEIRA	23/11/2023	19H00MIN.
QUINTA- FEIRA	30/11/2023	19H00MIN.

DEZEMBRO

QUINTA- FEIRA	07/12/2023	19H00MIN.
QUINTA- FEIRA	14/12/2023	19H00MIN.

Art. 2º Esta **RESOLUÇÃO** entra em vigor na data de sua publicação.

Jardinópolis - SC, em 10 de agosto de 2023.

VALDOMIRO KUSKOSKI
Presidente.

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.881 DE 08 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053332

DECRETO Nº 6.881 DE 08 DE AGOSTO DE 2023.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL DESTINADO À AMPLIAÇÃO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, XV, do Decreto n. 5.451, de 25 de julho de 2018 e art. 5º, alíneas "d" e "h", do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941; considerando a necessidade de ampliação da sede administrativa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para os fins de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante acordo ou judicialmente, o seguinte imóvel:

Terreno urbano, com área de 968,50m² (novecentos e sessenta e oito metros quadrados e cinquenta centésimos de metros quadrados), com benfeitorias, constituído de parte do Lote n. 03 e 04 da quadra "G", parte integrante do processo administrativo n. 4.030 "A", situado na Rua Tiradentes, centro, na cidade de Joaçaba/SC, constante do Registro n. 37.220 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba/SC, de propriedade dos de cujus José Odylio Weschenfelder (CPF 104.701.749-00) e Ilda Altenhofen Weschenfelder (CPF 892.267.129-72).

Art. 2º A verificação do valor indenizatório em face da presente desapropriação será realizada por comissão de avaliação composta por 4 (quatro) servidores do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, que procederá a avaliação do imóvel e benfeitorias existentes.

Art. 3º Fica o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE autorizado a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via administrativa ou judicial, consignando a indenização à conta das dotações próprias.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, 08 de agosto de 2023.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

ORDEM DE SERVIÇO N.433/2023 ASSINADA EM 09/08/2023

Publicação Nº 5052760

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS N. 0433/2023

Autorizo por meio desta, a empresa KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 22.798.043/0001-05, a proceder execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para pavimentação asfáltica em parte da Rua Angelo Scarpetta e parte da Rua Luiz Specht, e pavimentação em concreto da Rua Martinho Lutero, Rua Carlos Gomes, Rua Zenita Batista Bussato e parte da Rua Guilherme Santini, localizadas no Município de Joaçaba/SC, de acordo com Processo de Licitação nº 72/2023/PMJ – Edital CE nº 05/2023/PMJ, homologado em 28 de julho de 2023. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, totalizando o montante de R\$ 2.181.793,06 (dois milhões, cento e oitenta e um mil, setecentos e noventa e três reais e seis centavos). O pagamento será efetuado conforme cláusula quarta do Contrato n. 49/2023/PMJ de 28 de julho de 2023. O prazo de execução é de 07 (sete) meses, contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 09 de agosto de 2023.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Assinatura e carimbo: _____

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito de Joaçaba

Contratada: KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI

Representante: ALEXANDRE CALDEIRA

Assinatura e carimbo: _____

CPF n. 033.034.619-96

RECEBI EM: ____/____/____

ATA Nº 27/2023/FMS

Publicação Nº 5052725

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2023/FMS

EDITAL PE Nº 03/2023/FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2023/PMJ

DOTADO DE EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA/SC.

Aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2023, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA/SC**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.594.533/0001-00, representado neste ato pelo Secretário, Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER, e a empresa Oxigênio Joaçaba Comércio de Gases Atmosféricos e Produtos para Saúde Ltda, estabelecida na Rua Armindo Raimundo Heberle, nº 415, bairro Vila Remor, Município de Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.174.735/0001-80, doravante denominada **DETENTORA**, representada neste ato por Juarez Cesar Parolin, portador do documento de identidade nº 2.xxx.452, inscrito no CPF/MF sob o nº 828.xxx.xxx-00, residente e domiciliado em Joaçaba/SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 5.918/2020, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação nº 27/2023/PMJ Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2023/PMJ, mediante termos e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Os preços ora REGISTRADOS, de acordo a proposta apresentada pela DETENTORA no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de aquisição do seguinte item:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	4.000	M³	Oxigênio Medicinal de 1 a 3 m3 - destinado a recarga de cilindros utilizados para oxigenoterapia domiciliar de pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Unidades de Saúde, CAPS, ambulâncias e ambulância USB 01 SAMU. O cilindro, bem como seus acessórios (fluxômetro e regulador), deverão ser fornecidos pela empresa contratada em regime de comodato, a todos os cilindros disponibilizados durante o período de utilização dos mesmos. Deve apresentar registro junto a Anvisa e AFE do Fabricante	MESSER	75,50	302.000,00
2	6.000	M³	Oxigênio Medicinal de 6, 7 e 10 m3 - destinado a recarga de cilindros utilizados para oxigenoterapia domiciliar de pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Unidades de Saúde, CAPS,	MESSER	36,50	219.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA**

			ambulâncias e ambulância USB 01 SAMU. O cilindro, bem como seus acessórios (fluxômetro e regulador), deverão ser fornecidos pela empresa contratada em regime de comodato, a todos os cilindros disponibilizados durante o período de utilização dos mesmos. Deve apresentar registro junto a Anvisa e AFE do Fabricante			
						TOTAL
						521.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

- 2.1. A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.
- 2.2. A execução desta Ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelas servidoras LUCIANA C.B. SOCCOL, MAFALDA VIEIRA MARTINS (responsáveis pelo setor de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde) e KARLA VANESSA SIMAS (Superintendente de Saúde), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 2.3. Não obstante o fato de a detentora ser a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos materiais, o Município, através de seus servidores ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos materiais fornecidos.
- 2.4. A fiscalização exercerá controle em relação a quantidade e particularmente a qualidade dos materiais fornecidos, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.
- 2.5. A fiscalização poderá ordenar a qualquer momento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ao caso, a paralisação dos serviços sempre que a detentora deixar de cumprir o contido com as exigências.
- 2.6. As decisões e providências que ultrapassem a competência desse servidor deverão ser solicitadas ao responsável pela Secretaria Municipal de Saúde, em tempo hábil, visando às medidas convenientes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 1.1. Havendo a necessidade do objeto, a Secretaria de Saúde emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas à detentora.
- 1.2. A detentora deverá fornecer o objeto conforme descrito no **Anexo I – Termo de Referência** do Edital.
- 1.3. A detentora deverá, sem custos adicionais, entregar o oxigênio conforme a descrição e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, em até 48 (quarenta e oito) horas depois de efetuada a solicitação nos seguintes locais:
 - a. no domicílio do paciente indicado pela Secretaria;
 - b. na sede da Secretaria Municipal de Saúde (Endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 205, Ed. Trevisan, Centro – Joaçaba/SC);
 - c. nas Unidades de Saúde informadas pela Secretaria;
 - d. na SERINTER;
 - e. nas dependências do SAMU (Endereço: Av. Caetano Natal Branco, 1333, Bairro Frei Bruno – Joaçaba/SC).
- 1.4. Por ocasião do recebimento do objeto, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.
- 1.4.1. O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA**

- 1.4.2. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 1.5. Nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 4.388/2013, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 4º do art. 21 do mesmo diploma legal.
- 1.5.1. Caberá ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços verificar junto a DETENTORA a capacidade de fornecimento dos materiais solicitados pelo órgão ou entidade aderente.
- 1.5.2. Caberá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação do fornecimento dos materiais ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.
- 1.5.3. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do registro de preços o quádruplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

- 4.1. O pagamento será realizado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Joaçaba até o 10º dia do mês subsequente de acordo com os quantitativos fornecidos e da entrega da nota fiscal, devidamente conferida pelo órgão requisitante.
- 4.1.1. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
- 4.1.2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária somente para os fornecedores que tiverem conta em banco público (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil), e que demonstrarem interesse neste procedimento. Para os demais casos o pagamento será efetuado via boleto bancário.
- 4.1.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá, conforme o caso, ser emitido para:
 - ✓ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Getúlio Vargas, 205, 1º andar, Edifício Olímpio Trevisan, Centro - Joaçaba - SC, CNPJ nº 10.594.533/0001-00.
- 4.1.3.1. A Nota Fiscal deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
- 4.1.4. No caso de adesão à futura Ata de Registro de Preços, o órgão participante informará os dados necessários à emissão da Nota Fiscal ou de outro documento fiscal correlato.
- 4.1.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a DETENTORA.
- 4.2. Os preços não serão reajustados.
- 4.3. O órgão gerenciador fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.
- 4.4. Os preços poderão ser revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovado, nos termos da alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela DETENTORA.
- 4.4.1. Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea “d”, inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e promover outro processo licitatório.
- 4.5. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 4.6. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA**

praticados pelo mercado.

- 4.6.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.6.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.7.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. O órgão gerenciador e os órgãos participantes consignarão, inclusive no próximo exercício, em seus orçamentos, os recursos necessários ao atendimento das eventuais aquisições.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

- 6.1. Responsabilidades da DETENTORA:
 - 6.1.1. Fornecer o objeto de acordo com o disposto na cláusula terceira - da forma de execução, desta Ata.
 - 6.1.2. Exigir do Município, a Autorização de Fornecimento para o efetivo fornecimento do objeto.
 - 6.1.3. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
 - 6.1.4. Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto sem ônus para o Município.
 - 6.1.5. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
 - 6.1.6. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato.
 - 6.1.7. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
 - 6.1.8. Facilitar todas as atividades de fiscalização.
- 6.2. Responsabilidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes:
 - 6.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.
 - 6.2.2. Emitir Autorização de Fornecimento para o efetivo fornecimento do objeto.
 - 6.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do da execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.
 - 6.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as exigências do Anexo I desta Ata.
 - 6.2.5. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela detentora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 6.2.6. Efetuar o pagamento à detentora de acordo com o estipulado nesta Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

- 7.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a DETENDORA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento do fornecimento de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 7.2. O atraso injustificado no fornecimento dos materiais sujeitará a DETENTORA à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do total registrado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA**

7.2.1. A multa aludida acima não impede que o Município aplique as outras sanções previstas em Lei.

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado quando o mesmo:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços.
- b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d. Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

8.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações junto as DETENTORA(S) desta Ata.

9.2. A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador a adquirir os produtos objeto desta Ata, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, a DETENTORA do registro terá sempre preferência.

9.3. Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto no Decreto Municipal nº 5.918/2020 e Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

9.4. A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

9.5. Os casos omissos serão resolvidos à luz do Decreto Municipal nº 5.918/2020, e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes, a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 10 de agosto de 2023.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALMOR JOÃO REISDORFER – Secretário

OXIGÊNIO JOAÇABA COMÉRCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
JUAREZ CESAR PAROLIN
DETENTORA

Testemunhas:

1. _____


2. _____

HOMOLOG PL 54 DL 31 SC 88 FMS 2023

Publicação N° 5054024

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F15B43F9C60FC3672609DFC39FF9458AA6752942

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 31/2023	
	CNPJ: 10.594.533/0001-00 Telefone: (49) 3521-1555 Endereço: Rua Getúlio Vargas, 205 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Processo Adm.: 54/2023 Data do Processo: 09/08/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 54/2023
b) **Nr. Licitação:** 31/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Compra de serviço de desinstalação e instalação de equipamentos odontológicos.*

Participante: ASSISTENCIA ODONTOMEDICA EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA	1,000	SERV	350,00	350,00
2	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA	1,000	SERV	150,00	150,00
3	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA	1,000	SERV	650,00	650,00
4	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA	1,000	SERV	180,00	180,00

Total do Participante: 1.330,00**Total Geral: 1.330,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	18.001.10.301.0005.2122.3.3.90.00.00	R\$ 1.330,00

Joaçaba, 11/08/2023

VALMOR JOÃO REISDORFER

Assinatura do Responsável



Data de criação do documento: 11/08/2023 às 14:01:12

Assinantes

**Valmor João Reisdorfer**

Assinou em 11/08/2023 às 14:04:38 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Valmor João Reisdorfer, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

Y5O

K71

P31


2VN

HOMOLOG. PL 118 DL 66 SC 107 PMJ 2023

Publicação Nº 5054037

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 34604C79CB9D650F56712BFCA4F0521514884350

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 66/2023
	Processo Adm.: 118/2023 Data do Processo: 09/08/2023

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 118/2023
b) **Nr. Licitação:** 66/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** contratação de empresa especializada para a execução de cursos especializados de trânsito, na modalidade EAD (online), para motorista do quadro de pessoal do Município de Joaçaba, em característico para o Intendente de gestão de frotas.

Participante: GUIE BEM.COM AULAS PRATICAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO	1,000	UNIDA	160,00	160,00
2	CURSO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES	1,000	UNIDA	160,00	160,00
Total do Participante:					320,00
Total Geral:					320,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	06.001.12.361.0006.2173.3.3.90.00.00	R\$ 320,00

Joaçaba, 11/08/2023

ROSANE KUNEN

Assinatura do Responsável



Data de criação do documento: 11/08/2023 às 14:37:02

Assinantes

**Rosane Kunen**

Assinou em 11/08/2023 às 14:39:33 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Rosane Kunen, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse

o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

E2J

1W1

LL2


ZQL

HOMOLOG. PL 119 IN 11 SC 105 PMJ 2023

Publicação Nº 5052768

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 27F25695BEF750622FE928B33025B1AA0E788E80

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 11/2023
	Processo Adm.: 119/2023 Data do Processo: 10/08/2023

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 119/2023
b) **Nr. Licitação:** 11/2023 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 10/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de promoção de eventos, visando à realização do dia do estudante com palestra motivacional voltada para a educação e a prática esportiva ministrada por Sandro Zanetti com sorteio de 20 livros autografados pelo profissional durante o evento.*

Participante: MARIA FERNANDA THIBES ZANETTI 12934931986

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PALESTRA	1,000	VB	3.400,00	3.400,00
Total do Participante:					3.400,00
Total Geral:					3.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
CURSOS ESPECIALIZADOS ENSINO FUNDAMENTAL SERIES FINAIS	06.001.12.361.0006.2170.3.3.90.00.00	R\$ 3.400,00

Joaçaba, 10/08/2023

ROSANE KUNEN

Assinatura do Responsável



Data de criação do documento: 10/08/2023 às 16:39:12

Assinantes

**Rosane Kunen**

Assinou em 10/08/2023 às 17:19:19 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Rosane Kunen, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

4M8

2Y7

1WO


8Y2

HOMOLOG. PL 120 DL 67 SC 110 PMJ 2023

Publicação Nº 5054488

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FA3B7C718E0D75713141DE3C3FBBD68737EB296A

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 67/2023
	Processo Adm.: 120/2023 Data do Processo: 10/08/2023

CNPJ: 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 120/2023
b) **Nr. Licitação:** 67/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *A presente dispensa tem como objetivo a contratação da empresa JC PRODUÇÕES para, por intermédio do Sr. Cristian Jardim Souto, executar o serviço de mestre de cerimônias do 30º Festival de Dança de Joaçaba e para a Homenagem Cívica de Sete de Setembro, SC.*

Participante: CRISTIAN JARDIM SOUTO 81642440078

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE MESTRE DE CERIMONIA	5,000	VB	1.600,00	8.000,00
				Total do Participante:	8.000,00
				Total Geral:	8.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
EVENTOS DA SECRETARIA	23.001.13.813.0012.2186.3.3.90.00.00	R\$ 8.000,00

Joaçaba, 11/08/2023

PAULO GUILHERME KRAUSE

Assinatura do Responsável



Data de criação do documento: 11/08/2023 às 14:37:45

Assinantes

**Paulo Guilherme Krause**

Assinou em 11/08/2023 às 16:27:33 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Paulo Guilherme Krause, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse

o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

0RM

RGK

VVL


JN5

HOMOLOG. PL 52 DL 29 SC 87 FMS 2023

Publicação Nº 5054002

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 11238FD3F6CEF384B27595B05E2296A7A2902E67

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 29/2023
	Processo Adm.: 52/2023 Data do Processo: 08/08/2023

CNPJ: 10.594.533/0001-00 **Telefone:** (49) 3521-1555
Endereço: Rua Getúlio Vargas, 205 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 52/2023
b) **Nr. Licitação:** 29/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Compra de serviço e peças para conserto da AUTOCLAVE DE MESA 1.2 DA ESF CENTRO 01 e CADEIRA ODONTOLÓGICA DA ESF FREI BRUNO.*

Participante: ASSISTENCIA ODONTOMEDICA EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	MANGUEIRA DE SILICONE	1,000	UNIDA	68,00	68,00
2	AUTOCLAVE (PEÇAS)	1,000	UN	194,00	194,00
3	AUTOCLAVE (PEÇAS)	1,000	UN	180,00	180,00
4	AUTOCLAVE (PEÇAS)	1,000	UN	145,00	145,00
5	CADEIRA ODONTOLÓGICA	1,000	UNIDA	530,00	530,00
6	CADEIRA ODONTOLÓGICA	1,000	UNIDA	660,00	660,00
Total do Participante:					1.777,00
Total Geral:					1.777,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	18.001.10.301.0005.2122.3.3.90.00.00	R\$ 1.777,00

Joaçaba, 11/08/2023

VALMOR JOÃO REISDORFER

Assinatura do Responsável



Data de criação do documento: 11/08/2023 às 14:00:57

Assinantes

**Valmor João Reisdorfer**

Assinou em 11/08/2023 às 14:04:43 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Valmor João Reisdorfer, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse

o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

X56

18M


GNG

K98

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 27/2023/FMS - PE 03/2023/FMS

Publicação Nº 5052712

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 3/2023	
	CNPJ: 10.594.533/0001-00 Telefone: (49) 3521-1555 Endereço: Rua Getúlio Vargas, 205 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	Processo Adm.: 27/2023 Data do Processo: 19/06/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 37, XXI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 27/2023
b) **Nr. Licitação:** 3/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 10/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de oxigênio que visa atender pacientes domiciliares que utilizam oxigênio medicinal para tratamento de doenças, bem como para uso nas Unidades de Saúde, CAPS, ambulâncias da SERINTER e ambulâncias USB do SAMU de Joaçaba*

Participante: OXIGENIO JOACABA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Oxigênio Medicinal de 1 a 3 m3 - Oxigênio medicinal de 1 a 3m³, destinado a recarga de cilindros utilizados para oxigenoterapia, conforme necessidade da Secretaria de Saúde de Joaçaba. O cilindro, bem como seus acessórios, fluxômetro e regulador deverão ser fornecidos pela empresa contratada, em regime de comodato, a todos os cilindros disponibilizados durante o período de utilização do mesmo. Deve apresentar registro junto a ANVISA e AFE do fabricante. Marca: MESSER	4.000,0	M³	75,50	302.000,00
2	Oxigênio Medicinal de 6, 7 e 10 m3 - Oxigênio medicinal de 6, 7 e 10m³, destinado a recarga de cilindros utilizados para oxigenoterapia, conforme necessidade da Secretaria de Saúde de Joaçaba. O cilindro, bem como seus acessórios, fluxômetro e regulador deverão ser fornecidos pela empresa contratada, em regime de comodato, a todos os cilindros disponibilizados durante o período de utilização do mesmo. Deve apresentar registro junto a ANVISA e AFE do fabricante. Marca: MESSER	6.000,0	M³	36,50	219.000,00

Total do Participante: 521.000,00**Total Geral: 521.000,00**

Joaçaba, 10/08/2023

VALMOR JOÃO REISDORFER

Assinatura do Responsável

TERMO PL 118 DL 66 SC 107 PMJ 2023

Publicação Nº 5054033

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9727B09B8776F7429D53E121A4A83361C9EEEA6D

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 118/2023/PMJ
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2023/PMJ****1. DO OBJETO**

Dispensa de licitação para a contratação de empresa especializada para a execução de cursos de trânsito, na modalidade EAD (online), para motorista do quadro de pessoal do Município de Joaçaba, em específico para o Intendente de gestão de frotas.

2. DA JUSTIFICATIVA

A capacitação dos motoristas é uma exigência legal estabelecida por órgãos reguladores, como o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) ou o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). A realização do curso é obrigatória para que os condutores possam exercer a atividade de transporte coletivo e escolar de forma regular e em conformidade com as normas vigentes.

O curso de atualização tem como objetivo aprimorar as habilidades técnicas dos motoristas, atualizando-os sobre novas práticas e normas do transporte coletivo e escolar. A capacitação dos motoristas contribui diretamente para a segurança no trânsito, reduzindo o risco de acidentes e incidentes. Com motoristas mais preparados, a condução dos veículos será mais segura e consciente, proporcionando maior tranquilidade aos usuários do transporte coletivo e escolar.

O curso de atualização visa assegurar que os motoristas sigam os padrões de qualidade estabelecidos para o transporte coletivo e escolar. Ao promover a atualização e capacitação contínua dos profissionais, a instituição ou órgão responsável demonstra seu comprometimento em oferecer serviços de excelência aos cidadãos.

Os motoristas capacitados são mais eficientes em suas atividades, o que pode resultar em uma redução de custos operacionais. A diminuição de acidentes e incidentes também pode impactar positivamente na redução de gastos com manutenção dos veículos e tratamento de possíveis sinistros.

Após a avaliação dos orçamentos de empresas especializadas em ofertar cursos, constatou-se que a empresa GUIE BEM.COM AULAS PRATICAS LTDA possui todos os requisitos desejados.

2.1. JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Para composição do preço foi realizada uma pesquisa de mercado sendo que foi utilizado como critério para escolha do fonercedor o orçamento de menor valor.

Item	Qtde	Und.	Especificação dos Itens	Guie bem		CESP		Ibac	
				Unit.	Total	Unit.	Total	Unit.	Total
01	01	Un	Curso de atualização para condutores de	R\$ 160,00	R\$ 160,00	R\$ 245,00	R\$ 245,00	R\$ 171,00	R\$ 171,00

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

B Documento assinado digitalmente - JDY-192-700-WZN
NoPaper Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

			transporte coletivo de passageiros (online)						
02	01	Un	Curso de atualização para condutores de transporte escolar (online)	R\$ 160,00	R\$ 160,00	R\$ 245,00	R\$ 245,00	R\$ 171,00	R\$ 171,00

3. DA CONTRATADA:

GUIE BEM.COM AULAS PRATICAS LTDA, estabelecida na Av: XV de novembro, nº 698, andar 2, sala 1, bairro centro, Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.353.937/0001-67.

4. DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor total para esta contratação é de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

O pagamento será realizado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Prefeitura de Joaçaba em até 30 dias contados da execução do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária e Fiscal:

2.173 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

76 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICACOES DIRETAS 1.500.1001.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

7. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato é de 30 (trinta) dias contatos a partir de sua assinatura. O acompanhamento será feito pelo servidor Leonardo Castaldello, CPF nº 757.760.069-53.

O fiscal do contrato desempenhará suas atribuições cumulativamente com as atribuições de gestor do contrato, conforme artigo 13º do Decreto Municipal nº 6.764/2023.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

B Documento assinado digitalmente - JDY-192-700-WZN
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**8. FORMA DE EXECUÇÃO:**

Os cursos serão disponibilizados na modalidade EAD (online), acessado através de qualquer dispositivo com acesso à internet. O curso deverá ser iniciado entre os dias 14 e 18 de agosto. Após a finalização do curso deverá ser disponibilizado o diploma em até 48 h.

Joaçaba, 11 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ROSANE KUNEN - Secretária

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

B Documento assinado digitalmente - JDY-192-700-WZN
NoPaper Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.



Data de criação do documento: 11/08/2023 às 14:23:45

Assinantes

**Rosane Kunen**

Assinou em 11/08/2023 às 14:40:12 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Rosane Kunen, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

JDY

192

700

WZN

TERMO PL 119 IN 11 SC 105 PMJ 2023

Publicação Nº 5052756

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F1EA03F7C59C2FE56F36712EEEE99D8E2D6B95CB

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 119/2023/PMJ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2023/PMJ****1 – DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de promoção de eventos, visando à realização do dia do estudante com palestra motivacional voltada para a educação e a prática esportiva ministrada por Sandro Zanetti com sorteio de 20 livros autografados pelo profissional durante o evento.

Item	Qtde	Und.	Especificação dos Itens	R\$ Unit.	R\$ Total
01	01	Un	Evento do dia do estudante com palestra motivacional voltada para a educação e a prática esportiva ministrada por Sandro Zanetti e sorteio de 20 livros autografados pelo profissional durante o evento.	R\$ 3.400,00	R\$ 3.400,00
Total					R\$ 3.400,00

2 – DA JUSTIFICATIVA

Justificamos a contratação do objeto do presente termo, pela necessidade de implantarmos tal ação a ser desenvolvida junto a Prefeitura Municipal de Joaçaba e Secretaria Municipal de Educação por não dispormos na nossa estrutura organizacional, um quadro de profissionais habilitados no setor indicativo. O evento proposto está alinhado com os objetivos educacionais e esportivos do público-alvo, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos participantes.

A escolha recaiu na empresa MARIA FERNANDA THIBES ZANETTI, em consequência na notória especialização no desempenho de suas atividades junto a outros municípios, além da sua disponibilidade e conhecimentos no âmbito da Administração Pública.

A contratação por inexigibilidade está em conformidade com a legislação vigente, atendendo aos requisitos legais para ser enquadrada como inexigível, inviabilidade de competição; que o objeto da contratação seja o serviço de um artista profissional e a realização de eventos; que seja feita diretamente ou mediante empresário exclusivo e que o contratado seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

3 – DO FUNDAMENTO LEGAL

O objeto trata-se de uma contratação direta, devido à inviabilidade de competição, estando de acordo com o princípio da inexigibilidade de licitação, com fundamento legal no artigo 74 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

(...)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

4 – DA EMPRESA CONTRATADA

MARIA FERNANDA THIBES ZANETTI, estabelecida na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, nº 1760, Apto 107, bairro Pantanal, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.562.715/0001-88.
Representante Legal: Maria Fernanda Thibes Zanetti inscrita sob o CPF nº 129.349.319-86.

5 – DO VALOR CONTRATADO

O valor total para esta contratação é de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, contados da prestação do serviço.

O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso de a empresa possuir conta em outros bancos o pagamento será através de transferência bancária. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o objeto fornecido, quantidade, preço unitário, preço total e número da autorização de fornecimento.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária e Fiscal:

2.170 – CURSOS ESPECIALIZADOS ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

74 – 1.500.1001.0000

Gestor e Fiscal do Contrato: Ana Paula Vanz Oneda.

7 – DA VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

O processo terá vigência será de 30 (TRINTA) dias. A gestão e fiscalização do contrato ficará a cargo de Ana Paula Vanz Oneda.

8 – DA FORMA DE EXECUÇÃO

A execução do evento para a palestra motivacional será realizada de acordo com alguns parâmetros e etapas, sendo elas: a empresa contratada irá coordenar o planejamento detalhado da palestra em conjunto com a administração e secretaria municipal de educação.

A empresa contratada alinhou com o palestrante Sandro Zanetti os detalhes da palestra, datas disponíveis, necessidades técnicas e logísticas, foi acordado o conteúdo da palestra, enfatizando a relação com a educação e a prática esportiva.

No dia do evento, a palestra será ministrada pelo palestrante Sandro Zanetti, abordando os tópicos previamente acordados. A empresa estará presente para coordenar os aspectos técnicos e logísticos, garantindo o bom andamento da palestra.

Após a palestra, será realizado o sorteio de 20 livros autografados pelo palestrante.

O objeto será executado conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação. O evento do dia do estudante ocorrerá no dia 11/08/2023 no auditório do Colégio Celso Ramos – Joaçaba/SC, com início as 9h, contará com aproximadamente 275 alunos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental da Rede Municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

O palestrante Sandro Zanetti participou em eventos relevantes em nossa região, possui uma expertise única e indispensável para abordar o tema da palestra motivacional voltada para a educação.

Joaçaba (SC), em 28 de março de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ROSANE KUNEN – Secretária



Data de criação do documento: 10/08/2023 às 16:33:53

Assinantes

**Rosane Kunen**

Assinou em 10/08/2023 às 17:19:04 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Rosane Kunen, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

631

J25

JP4

1RV

TERMO PL 120 DL 67 SC 110 PMJ 2023

Publicação Nº 5054485

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 34A8E1A5AAD5D2445DB6C90D5528B153F706B0BB

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 120/2023/PMJ**
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 67/2023/PMJ**1 – OBJETO**

A presente dispensa tem como objetivo a contratação da empresa JC PRODUÇÕES para, por intermédio do Sr. Cristian Jardim Souto, executar o serviço de mestre de cerimônias do 30º Festival de Dança de Joaçaba e para a Homenagem Cívica de Sete de Setembro, SC.

2 – JUSTIFICATIVA

Trata-se de procedimento de contratação direta tendo como objeto a contratação de mestre de cerimônia para 30º Festival de Dança de Joaçaba e Homenagem Cívica do Sete de Setembro, 4 (quatro) serviços e 1 (um) serviço, respectivamente, mediante proposta mais vantajosa para atender as necessidades da Administração Municipal de Joaçaba.

A contratação do mestre de cerimônias é justificada por diversos motivos que garantem o sucesso e o impacto positivo de um evento, como o fato do mestre de cerimônias possuir experiência profissional em eventos conduzidos, bem como conhecer os protocolos adequados e ter habilidades de comunicação aprimoradas para manter o público engajado e interessado durante todo o evento.

Outro fato importante é que o mestre de cerimônias é responsável por manter o evento dentro do cronograma estabelecido, controlando o tempo das apresentações e garantindo que nenhum segmento do evento se estenda além do previsto. Caso tenham algum imprevisto ou problema técnico durante o evento, o mestre de cerimônias experientes é capaz de lidar com essas situações de forma profissional e tranquila, minimizando qualquer impacto negativo.

Portanto, a contratação de um mestre de cerimônias não apenas certifica a eficácia da realização do evento, mas também colabora para a construção de uma experiência positiva para todos os envolvidos. Diante dessas considerações, torna-se evidente que a figura do profissional desempenha um papel importante na excelência da execução do evento em questão, ainda mais por se tratar de dois eventos municipais com grande público.

Em caráter conceitual, o procedimento de dispensa é o meio do qual a administração pública seleciona a proposta mais vantajosa ao interesse público. Esse certame tem como objeto um contrato para a aquisição da prestação de serviços e deve respeitar os princípios constitucionais e legais básicos. Todo o procedimento descrito na Lei 14.133/11.

2.1. JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Visando atender os requisitos acima, foram coletados 03 orçamentos de profissionais que exercem o serviço do objeto, restando, como menor preço, o orçamento da empresa JC Produções, valor praticado de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	JC Produções	CS Realizações e Eventos	Julnei Bruno Bleichvhl
1	sç	Contratação de mestre de cerimônia e apresentações em geral para o 30º festival de dança de Joaçaba.	4	R\$ 6.400,00	R\$ 7.200,00	R\$ 8.800,00
2	sç	Contratação de mestre de cerimônia e apresentações em geral para a homenagem cívica de Sete de Setembro.	1	R\$ 1.600,00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.200,00
TOTAL				R\$ 8.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 11.000,00

3 – DA CONTRATADA

JC Produções, inscrita no CNPJ nº 44.075.615/0001-52, localizada no endereço Rua Paulo Germano Liedke, número 200, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, Santa Catarina, CEP 89600-000.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

Estado de
Santa Catarina



PREFEITURA DE
Joaçaba

4 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas provenientes da execução desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

23.001- SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, CULTURA, TURISMO E EVENTOS

2.186 - Eventos da Secretaria - 287 - 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.500.0000.0000

Recursos Não Vinculados de Impostos

6 – VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Diego Dalagnoli.

7 – DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor total da presente contratação será de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). O pagamento será efetuado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Prefeitura de Joaçaba, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente atestada por servidor designado.

8 – FORMA DE EXECUÇÃO:

Os serviços, objeto da contratação, serão executados conforme cronograma:

- serviços serão prestados no 30º Festival de Dança de Joaçaba entre 17 a 20 de agosto de 2023;
- 1 serviço será prestado na Homenagem Cívica de Sete de Setembro, no dia 07/09/2023.

Observação: Os horários serão definidos conforme a necessidade, próximo a data do evento.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- Executar o objeto de acordo com o disposto no objeto e na forma de execução do presente contrato;

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

- Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, bem como, pelas despesas de cachê, diária de alimentação, hospedagem, transporte e outras que venham a incidir sobre a totalidade dos serviços contratados.

RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

- Tomar todas as providências necessárias relativas à execução e fiscalização do presente Contrato;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA;
- Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- Assegurar o livre acesso dos profissionais da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

Joaçaba, 11 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO CULTURA, EVENTOS E TURISMO
PAULO GUILHERME KRAUSE - Secretário

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

B Documento assinado digitalmente - 4Q5-JWR-LJL-NV6
NoPaper Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.



Data de criação do documento: 11/08/2023 às 14:26:11

Assinantes

**Paulo Guilherme Krause**

Assinou em 11/08/2023 às 16:27:16 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Paulo Guilherme Krause, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

4Q5

JWR

LJL

NV6

TERMO PL 52 DL 29 SC 87 FMS 2023

Publicação Nº 5053959

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DE758BC2207FEE6F850FDF66F17849BC58258755

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2023/PMJ**
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2023/PMJ**1. DO OBJETO**

Contratação de empresa para prestação do serviço de conserto de equipamento de autoclave e cadeira odontológica com fornecimento de peças.

2. DA JUSTIFICATIVA

Considerando que é na cadeira odontológica que os profissionais de odontológica atendem e realizam os procedimentos clínicos necessários.

Considerando a função, a importância da postura adequada e o conforto, tanto para o paciente em atendimento

quanto para o profissional operante.

Considerando que a autoclave é um equipamento de muita utilização nas unidades de saúde, pois o mesmo realiza a esterelização de utensílios ocupados em procedimentos: médicos, da enfermagem e odontológicos.

Considerando que os microrganismos que podem estar presentes nos equipamentos usados em procedimentos nas unidades de saúde, e que em contato com o ser humano poderá desenvolver patologias.

Por fim, diante do exposto justifica-se a presente dispensa de licitação para a contratação da ASSISTENCIA ODONTOMÉDICA EIRELI LTDA CNPJ: 09.381.337/0001-60 AVENIDA SANTA TEREZINHA Nº3113/MENINO DEUS/JOAÇABA/SC/89600-000 para realizar conserto da autoclave utilizada na esf centro 01 e da cadeira odontológica utilizada na esf frei bruno.

2.1. JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Diante do artigo 72, VII, da Lei 14.133/2021 informo que o valor contratado encontra-se dentro do preço praticado no mercado, conforme orçamentos apresentados.

Apresento somente 2 orçamentos da AUTOCLAVE DIGITALE 1.2, pois a empresa Odontomedi respondeu que não tem em seu catalogo os materias solicitados, e as demais empresas que foram contatadas não responderam a solicitação de orçamento enviado por e-mail.

Assim, diante do exposto e nas cotações apresentadas, restou comprovado ser o melhor valor praticado no mercado com a Administração que é igual a R\$ 1.777,00

AUTOCLAVE DE MESA 1.2 DIGITALE ESF-CENTRO 01

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	QUAN	Assistencia Odontomédica	Reference	
				VALOR	VALOR	VALOR
1		Kit Cabos Resistências	1	R\$ 145,00	R\$ 147,90	R\$
2		Relé de Estado Sólido 41ª	1	R\$ 180,00	R\$ 183,60	R\$
3		Mangueiras de Silicone	1	R\$ 68,00	R\$ 72,30	R\$
4		Válvula Solenoide de Descarga	1	R\$ 194,00	R\$ 197,88	R\$

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

B Documento assinado digitalmente - j3w-G07-2LX-9GD
NoPaper Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**CADEIRA ODONTOLOGICA ESF FREI BRUNO**

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	QUAN	Assistencia Odontomédica	Reference	Dental Pan
				VALOR	VALOR	VALOR
1		Espelho multifacetado refletor	1	R\$ 530,00	R\$ 540,60	R\$ 537,00
2		Acento cadeira magnus	1	R\$ 660,00	R\$ 673,20	R\$ 668,50

VALOR TOTAL R\$ 1.777,00**3. DA CONTRATADA:**

ASSISTENCIA ODONTOMÉDICA EIRELI LTDA CNPJ: 09.381.337/0001-60 AVENIDA SANTA TEREZINHA Nº3113/MENINO DEUS/JOAÇABA/SC/89600-000

4. DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor total da presente contratação é de R\$ R\$ 1.777,00 (Mil setecentos e setenta e sete reais) correspondente a compra do serviço e de peças para conserto da autoclave usada na esf centro 01 e da cadeira odontologica da esf frei bruno.

O pagamento será realizado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Prefeitura de Joaçaba em até 30 dias contados da execução do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

15-3.3.90.00.00.00.00-APLICAÇÕES DIRETAS
1.600.0000.0122-ATENÇÃO BÁSICA-TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS

7. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato é de 30 (Trinta) dias contatos a partir de sua assinatura. O acompanhamento será feito pela servidora Karla Vanessa Simas.

O fiscal do contrato desempenhará suas atribuições cumulativamente com as atribuições de gestor do contrato, conforme artigo 13º do Decreto Municipal nº 6.764/2023.

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**8. FORMA DE EXECUÇÃO:**

A contratada deverá realizar a retirada do equipamento no local indicado pela Secretaria de saúde e conduzir o conserto com peças novas e originais para os equipamentos que estão sendo consertados com suas respectivas garantias e em seguida realizar a entrega do equipamento consertado.

A contratada deve assegurar conserto de qualidade e na entrega repassar informações de cuidados preventivos ao servidor utilizador do equipamento.

Joaçaba, 11 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
VALMOR JOÃO REISDORFER - Secretário

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br



Documento assinado digitalmente - j3W-G07-2LX-9GD
Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.



Data de criação do documento: 11/08/2023 às 13:42:26

Assinantes

✓ Valmor João Reisdorfer

Assinou em 11/08/2023 às 14:04:57 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Valmor João Reisdorfer, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

J3W**GO7****2LX****9GD**

TERMO PL 54 DL 31 SC 88 FMS 2023

Publicação Nº 5054013

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3A430B96AC51BFAEF21CA57E59153632829BD396

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54/2023/PMJ
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2023/PMJ****1. DO OBJETO**

Dispensa de licitação para contratação de empresa para prestação de serviço de desinstalação e instalação de equipamentos odontológicos.

2. DA JUSTIFICATIVA

Considerando, que os profissionais de odontologia necessitam de seus equipamentos para realizarem os atendimentos e procedimentos com maestria na unidade que atuam;
Considerando que a unidade de atendimento irá mudar de local;
Considerando que os atendimentos odontológicos não podem ser interrompidos;
Por fim, diante do exposto justifica-se a presente dispensa de licitação para a contratação da ASSISTENCIA ODONTOMÉDICA EIRELI LTDA CNPJ: 09.381.337/0001-60 AVENIDA SANTA TEREZINHA Nº3113/MENINO DEUS/JOAÇABA/SC/89600-000 para realizar de serviço de instalação e desinstalação de equipamentos odontológicos.

2.1. JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Diante do artigo 72, VII, da Lei 14.133/2021 informo que o valor contratado encontra-se dentro do preço praticado no mercado, conforme orçamentos apresentados.

Assim, diante do exposto e nas cotações apresentadas, restou comprovado ser o melhor valor praticado no mercado com a Administração que é igual a R\$ 1.330,00

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	QUAN	Assistencia Odontomédica	Reference	Dental Pan
				VALOR	VALOR	VALOR
1		Serviço de desinstalação do equipamento odontológico da esf vila Pedrini	1	R\$ 350,00	R\$360,00	R\$357,00
2		Remoção e transporte dos equipamentos até o novo local a ser instalado	1	R\$ 150,00	R\$ 155,00	R\$ 153,00
3		Instalação do conjunto odontológico Kavo no novo local (AMU)	1	R\$ 650,00	R\$ 660,00	R\$ 663,00
4		Instalação da bomba a vácuo no novo local (AMU)	1	R\$ 180,00	R\$ 186,00	R\$ 184,00

3. DA CONTRATADA:

ASSISTENCIA ODONTOMÉDICA EIRELI LTDA CNPJ: 09.381.337/0001-60 AVENIDA SANTA TEREZINHA Nº3113/MENINO DEUS/JOAÇABA/SC/89600-000

4. DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

B Documento assinado digitalmente - GNE-14W-NQX-EKM
NoPaper Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.

Estado de
Santa CatarinaPREFEITURA DE
Joaçaba

O valor total da presente contratação é de R\$ R\$ 1.330,00 (Mil trezentos e trinta reais) correspondente a compra do serviços de desinstalação e instalação de equipamentos odontológicos.

O pagamento será realizado pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Prefeitura de Joaçaba em até 30 dias contados da execução do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

15-3.3.90.00.00.00.00-APLICAÇÕES DIRETAS
1.600.0000.0122-ATENÇÃO BÁSICA-TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS

7. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato é de 30 (Trinta) dias contatos a partir de sua assinatura. O acompanhamento será feito pelo servidora Sandra Andreia Stefanés.

8. FORMA DE EXECUÇÃO:

A contratada deverá realizar a retirada dos equipamentos no local e conduzir a entrega e instalação no novo local.

A contratada deve assegurar embalagem e transporte para os equipamentos com agilidade e segurança dos mesmos

Joaçaba, 11 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
VALMOR JOÃO REISDORFER - Secretário

Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba/SC
CEP 89600-000 - Tel.: 49 3527 8800 - www.joacaba.sc.gov.br

B Documento assinado digitalmente - GNE-14W-NQX-EKM
NoPaper Acesse verificador.betha.cloud e insira o código acima.



Data de criação do documento: 11/08/2023 às 13:46:13

Assinantes

**Valmor João Reisdorfer**

Assinou em 11/08/2023 às 14:04:55 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Valmor João Reisdorfer, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse

o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

GNE

14W

NQX

EKM

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 241/2023**

Publicação Nº 5054285

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 0241/2023 de 11/08/2023

Patricia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro da Comissão de Licitações, designado pela Portaria Nº 236/2023, Alessandra Marcon Zanchetta por Kelly Cristina Liermann para atuar como Presidente na licitação: Tomada de Preços nº 07/2023.

Art. 2º Demais membros permanecem os designados pela PORTARIA SIMAE JHL – Nº 236/2023 de 07/08/2023

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido ao disposto no parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 11 de agosto de 2023.

Patricia Callegari Warken
Diretora-Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0099/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5052195

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0099/2023
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0032/2023
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2023
PROTOCOLO Nº 0590/2023

Data: 10/08/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO E JUNTA DE VEDAÇÃO EM PAPELÃO HIDRÁULICO PARA EXECUÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EEH 009, EEH 010, EEL 008 E EEL 009, ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA EAT 023 E PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

Contratado: Angolini & Angolini Ltda

Valor: R\$ 2.617,55 (dois mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2061/2062

Prazo de vigência: 11/08/2023 a 10/04/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0100/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5052215

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0100/2023
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0032/2023
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2023
PROTOCOLO Nº 0590/2023

Data: 10/08/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PEAD PARA EXECUÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EEH 009, EEH 010, EEL 008 E EEL 009, ELEVATÓRIA DE AGUA TRATADA EAT 023 E PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

Contratado: Cimflex Indústria e Comércio de Plásticos Ltda

Valor: R\$ 70.164,00 (setenta mil, centos e sessenta e quatro reais)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2061/2062

Prazo de vigência: 11/08/2023 a 10/04/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0101/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5052220

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0101/2023
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0032/2023
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2023
PROTOCOLO Nº 0590/2023

Data: 10/08/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO, PARA EXECUÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EEH 009, EEH 010, EEL 008 E EEL 009, ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA EAT 023 E PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

Contratado: Comercial ATD Ltda

Valor: R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2061/2062

Prazo de vigência: 11/08/2023 a 10/04/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0102/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5052236

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0102/2023
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0032/2023
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2023
PROTOCOLO Nº 0590/2023

Data: 10/08/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PEAD, PARA EXECUÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EEH 009, EEH 010, EEL 008 E EEL 009, ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA EAT 023 E PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

Contratado: Georg Fischer FGS Indústria e Comércio Ltda

Valor: R\$ 6.436,70 (seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta centavos)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2061/2062

Prazo de vigência: 11/08/2023 a 10/04/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0103/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5052238

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0103/2023
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0032/2023
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2023
PROTOCOLO Nº 0590/2023

Data: 10/08/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO E FERRO GALVANIZADO, PARA EXECUÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EEH 009, EEH 010, EEL 008 E EEL 009, ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA EAT 023 E PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

Contratado: Hidrotam Comércio de Tubos e Conexões Ltda

Valor: R\$ 135.027,83 (cento e trinta cinco mil, vinte e sete reais e oitenta e três centavos)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2061/2062

Prazo de vigência: 11/08/2023 a 10/04/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0104/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5052240

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0104/2023
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0032/2023
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2023

PROTOCOLO Nº 0590/2023

Data: 10/08/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PEAD E FERRO GALVANIZADO, PARA EXECUÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EEH 009, EEH 010, EEL 008 E EEL 009, ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA EAT 023 E PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

Contratado: Movicontrol Serviços Eireli

Valor: R\$ 2.922,00 (dois mil, novecentos e vinte e dois reais)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2061/2062

Prazo de vigência: 11/08/2023 a 10/04/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0105/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5052247

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0105/2023

PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0032/2023

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2023

PROTOCOLO Nº 0590/2023

Data: 10/08/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO PARA EXECUÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EEH 009, EEH 010, EEL 008 E EEL 009, ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA EAT 023 E PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

Contratado: N. B. Falce & Cia Ltda

Valor: R\$ 4.268,95 (quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2061/2062

Prazo de vigência: 11/08/2023 a 10/04/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

RESUMO CONTRATO JHL 0106/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5052250

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0106/2023

PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0032/2023

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2023

PROTOCOLO Nº 0590/2023

Data: 10/08/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO, PARA EXECUÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EEH 009, EEH 010, EEL 008 E EEL 009, ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA EAT 023 E PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE

Contratado: NE Comércio de Tampas Ltda

Valor: R\$ 130.050,00 (cento e trinta mil e cinquenta reais)

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2061/2062


Prazo de vigência: 11/08/2023 a 10/04/2024

Patricia Callegari Warken- Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL JHL 0023/2023 - SIMAE

Publicação Nº 5052182

Página: 1 / 4

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 23/2023
	Processo Adm.: 32/2023 Data do Processo: 12/06/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 32/2023
b) Nr. Licitação: 23/2023 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 10/08/2023
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PEAD E FERRO FUNDIDO

Participante: ANGOLINI & ANGOLINI LTDA.

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
15	TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL - TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 80 PN 10 K-7 L= 0,60M - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	672,75	672,75
30	JUNTA DE VEDAÇÃO EM PAPELÃO HIDRÁULICO DN 50 - JUNTA DE VEDAÇÃO EM PAPELÃO HIDRÁULICO DN 50MM CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	200,000	PÇ	5,29	1.058,00
31	Junta de Vedação em papelão hidráulico, DN 80, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Junta de Vedação em papelão hidráulico, DN 80, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	20,000	UN	10,58	211,60
32	Junta de vedação em papelão hidráulico DN100 - Junta de Vedação em papelão hidráulico, DN 100, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	30,000	UNIDA	16,44	493,20
33	JUNTA DE VEDAÇÃO EM PAPELÃO HIDRÁULICO, DN 150MM - JUNTA DE VEDAÇÃO EM PAPELÃO HIDRÁULICO, DN 150MM - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	10,000	UN	18,20	182,00
Total do Participante:					2.617,55

Participante: CIMFLEX-INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA

49	Tubo de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), PN 10, PE 100, DE 160 mm, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Tubo de Polietileno de Alta Densidade (PEAD), PN 10, PE 100, DE 160 mm, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	132,000	METRO	90,00	11.880,00
50	TUBO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) PN 16, SDR 11, DE 250MM PE 100, BARRAS DE 12,00 METROS - TUBO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) PN 16, SDR 11, DE 250MM PE 100, BARRAS DE 12,00 METROS - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	180,000	METRO	323,80	58.284,00
Total do Participante:					70.164,00

Participante: COMERCIAL ATD LIMITADA

54	Tampão (TD 9) classe B125, ferro fundido - Tampão (TD 9) classe B125, Ferro Fundido Dúctil, NBR 10160, revestimento em pintura betuminosa, abertura livre de 100 mm, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	300,000	PÇ	109,00	32.700,00
Total do Participante:					32.700,00

Participante: GEORG FISCHER FGS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Página: 2 / 4

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
37	Colarinho de PEAD para EF, PN 16, PE 100, DE 63, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Colarinho de PEAD para EF, PN 16, PE 100, DE 63, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	5,000	UN	30,00	150,00
38	Colarinho de PEAD para EF, PN 16, PE 100, DE 110, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Colarinho de PEAD para EF, PN 16, PE 100, DE 110, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	5,000	UN	60,00	300,00
40	COLARINHO PEAD PARA EF, PN 16 PE 100, DE 200 - COLARINHO PEAD PARA EF, PN 16 PE 100, DE 200 - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	300,00	600,00
42	CURVA 45º PEAD PARA EF, PN 16, PE 100, DE 160 - CURVA 45º PEAD PARA EF, PN 16, PE 100, DE 160 - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	656,85	1.313,70
43	Luva de PEAD para EF, PN 16, PE 100, DE 160, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Luva de PEAD para EF, PN 16, PE 100, DE 160, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	10,000	PÇ	140,00	1.400,00
44	REDUÇÃO PEAD, PN 16, PE 100, DE 160 X DN 110 - REDUÇÃO PEAD, PN 16, PE 100, DE 160 X DN 110 - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	390,00	780,00
46	Flange avulso para ser utilizado em colarinho de PEAD DE 110 - Flange avulso para ser utilizado em colarinho de PEAD DE 110 (padrão de furação conforme NBR 7675 para PN 10), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	5,000	PÇ	133,00	665,00
48	Flange avulso para ser utilizado em colarinho de PEAD DE 200 - Flange avulso para ser utilizado em colarinho de PEAD DE 200 (padrão de furação conforme NBR 7675 para PN 10), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	PÇ	290,00	580,00
52	COLARINHO DE PEAD DE 160, ELETROFUSÃO, PN 16, PE 100 - COLARINHO DE PEAD DE 160, ELETROFUSÃO, PN 16, PE 100 - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	5,000	UN	129,60	648,00

Total do Participante: 6.436,70

Participante: HIDROTAM COMERCIO DE TUBOS E CONEXOES LTDA.

1	TUBO FERRO FUNDIDO NODULAR PONTA E BOLSA DN 150 - TUBO FERRO FUNDIDO DÚCTIL, PONTA E BOLSA BN 150 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	216,000	M	445,00	96.120,00
2	CURVA 11º15' EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM BOLSAS - PN 10 DN 150 - ESGOTO - CURVA 11º15' EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM BOLSAS - PN 10 DN 150 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	6,000	UN	343,00	2.058,00
3	CURVA 22º30' EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM BOLSAS - DN 150 - ESGOTO - CURVA 22º30' EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM BOLSAS - DN 150 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	6,000	UN	304,88	1.829,28
4	CURVA 45º EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM BOLSAS - DN 150 - ESGOTO - CURVA 45º EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL, COM BOLSAS - DN 150 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	4,000	UN	327,08	1.308,32
5	TE DE REDUÇÃO EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL COM BOLSAS E SAÍDA EM FLANGE DN 150XDN 50 - ESGOTO - TE DE REDUÇÃO EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL COM BOLSAS E SAÍDA EM FLANGE DN 150XDN 50 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	480,00	480,00
6	LUVA DE CORRER JUNTA MECÂNICA EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 150 - ESGOTO - LUVA DE CORRER JUNTA MECÂNICA EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 150 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	6,000	UN	730,00	4.380,00
7	EXTREMIDADE BOLSA E FLANGE EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10DN 150 - ESGOTO - EXTREMIDADE BOLSA E FLANGE EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10DN 150 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	337,44	674,88
8	REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 100 X DN 80 - ESGOTO - REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 100 X DN 80 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	236,80	473,60

Página: 3 / 4

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
9	REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 80 X DN 50 - ESGOTO - REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 80 X DN 50 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	226,44	452,88
10	REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 200 DN 100 - ESGOTO - REDUÇÃO CONCÊNTRICA COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 200 DN 100 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	658,60	658,60
11	TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL - TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 100 PN 10 K-7 L= 0,50M - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	542,35	1.084,70
12	TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL - TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 100 PN 10 K-7 L= 0,70M - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	785,00	785,00
13	TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL - TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 100 PN 10 K-7 L= 1,60M - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	1.100,00	2.200,00
14	TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL - TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 80 PN 10 K-7 L= 0,50M - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	395,00	395,00
16	TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL - TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 80 PN 10 K-7 L= 1,60M - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	1.240,00	1.240,00
17	TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL - TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 200 PN 10 K-7 L= 0,50M - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	985,00	985,00
18	TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL - TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 200 PN 10 K-7 L= 1,60M - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	2.200,00	2.200,00
19	CURVA 90º COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 100 - ESGOTO - CURVA 90º COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 100 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	6,000	UN	269,36	1.616,16
20	CURVA 90º COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN80 - ESGOTO - CURVA 90º COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN80 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	3,000	UN	211,64	634,92
21	CURVA 90º COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 200 - ESGOTO - CURVA 90º COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 200 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	3,000	UN	600,88	1.802,64
22	VÁLVULA DE RETENÇÃO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 100 - ESGOTO - VÁLVULA DE RETENÇÃO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 100 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	1.380,00	2.760,00
24	VÁLVULA DE RETENÇÃO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 200 - ESGOTO - VÁLVULA DE RETENÇÃO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 200 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	3.300,00	3.300,00
27	TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL - TOCO DE TUBO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL DN 400 K-7 PN 10 L= 0,73M - ÁGUA - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	3.180,00	3.180,00
34	PARAFUSO GALVANIZADO A FOGO - PARAFUSO M16X80,264,000 GALVANIZADO A FOGO, FABRICADO A PARTIR DE AÇO CARBONO COMUM ABNT 1020, SÉRIE MÉTRICA, KIT COMPOSTO POR 1 PARAFUSO, 1 PORCA E 2 ARRUELAS	264,000	KIT	7,60	2.006,40
35	PARAFUSO GALVANIZADO A FOGO - PARAFUSO M20X90,64,000 GALVANIZADO A FOGO, FABRICADO A PARTIR DE AÇO CARBONO COMUM ABNT 1020, SÉRIE MÉTRICA, KIT COMPOSTO POR 1 PARAFUSO, 1 PORCA E 2 ARRUELAS	64,000	KIT	13,50	864,00
45	Flange avulso para ser utilizado em colarinho de PEAD DE 63 (padrão de furação conforme NBR 7675 para PN 10), CONFORME	5,000	PÇ	60,61	303,05

Página: 4 / 4

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
47	FLANGE AVULSO PARA SER UTILIZADO EM COLARINHO DE PEAD DE 160 (PADRÃO DE FURAÇÃO CONFORME NBR 7675 PARA PN 10) - FLANGE AVULSO PARA SER UTILIZADO EM COLARINHO DE PEAD DE 160 (PADRÃO DE FURAÇÃO CONFORME NBR 7675 PARA PN 10) - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	192,70	385,40
53	FLANGE AVULSO PARA SER UTILIZADO EM COLARINHO PEAD DE 160 9PADRÃO DE FURAÇÃO DA NBR 7675), PN 10, DN 150 - FLANGE AVULSO PARA SER UTILIZADO EM COLARINHO PEAD DE 160 9PADRÃO DE FURAÇÃO DA NBR 7675), PN 10, DN 150 - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	5,000	UN	170,00	850,00

Total do Participante: 135.027,83

Participante: MOVICONTROL SERVICOS LTDA

36	PARAFUSO GALVANIZADO A FOGO - PARAFUSO M20X150, 24,000 GALVANIZADO A FOGO, FABRICADO A PARTIR DE AÇO CARBONO COMUM ABNT 1020, SÉRIE MÉTRICA, KIT COMPOSTO POR 1 PARAFUSO, 1 PORCA E 2 ARRUELAS	24,000	KIT	108,50	2.604,00
39	COLARINHO PEAD PARA EF, PN 16, PE 100 DE 160 - COLARINHO PEAD PARA EF, PN 16, PE 100 DE 160 - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	2,000	UN	159,00	318,00

Total do Participante: 2.922,00

Participante: N.B.FALCE & CIA LTDA

23	VÁLVULA DE RETENÇÃO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 80 - ESGOTO - VÁLVULA DE RETENÇÃO COM FLANGES EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PN 10 DN 80 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	1.210,76	1.210,76
25	VENTOSA QUADRIFUNÇÃO COM FLANGES, EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL OU AÇO INOX, PN 10 DN 50 - ESGOTO - VENTOSA QUADRIFUNÇÃO COM FLANGES, EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL OU AÇO INOX, PN 10 DN 50 - ESGOTO - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	1,000	UN	3.058,19	3.058,19

Total do Participante: 4.268,95

Participante: NE COMERCIO DE TAMPAS EIRELI

26	Tampão em Ferro Fundido dúctil, B 125, DN 400 - Tampão em Ferro Fundido dúctil, B 125, DN 400, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	450,000	PÇ	289,00	130.050,00
----	---	---------	----	--------	------------

Total do Participante: 130.050,00

Total Geral: 384.187,03

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO	14.001.17.512.0028.2061.3.3.90.00.00	R\$ 68.167,61

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO	14.001.17.512.0028.2062.3.3.90.00.00	R\$ 510.048,82

Joaçaba, 10/08/2023

.....

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

DIRETORA PRESIDENTE

Jupirá

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2023

Publicação N° 5048877

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 21A11B54C1DBEA86F79ECAD8606B6AA7ED97A2A4

PROCESSO LICITATÓRIO n° 24/2023
PREGÃO PRESENCIAL n° 18/2023

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviço na coleta e no transporte dos resíduos sólidos rurais do município de Jupirá SC, com destino final adequada, conforme cronograma elaborado pelo município, conforme descrição do item, sendo que as propostas serão abertas no dia 29 de agosto de 2023 às 08:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 às 11:45 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelos endereços eletrônicos: licitacao@jupia.sc.gov.br e/ou compras@jupia.sc.gov.br, e ainda publicadas no Site: www.jupia.sc.gov.br no Link LICITAÇÕES - Pregão.

Jupirá SC, em 10 de agosto de 2023.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA N ° 219/23 DE 10/08/2023

Publicação N° 5053541

PORTARIA N.º 219/23 de 10/08/2023.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Complementar n° 040/17 de 17/01/2017.

RESOLVE:

Art.1.º - NOMEAR, a partir desta data LUANA SPINELLO, para ocupar o cargo em comissão de Gerente De Departamento, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, percebendo a remuneração fixada na Lei Municipal n° 040/17 de 01/01/2017.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 10 de agosto de 2023.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA N ° 220/23 DE 11/08/2023

Publicação N° 5053544

PORTARIA N.º 220/23 de 11/08/2023.
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art. 70 inciso VIII da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006.

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, licença maternidade a servidora municipal DANIELA CIVIDINI MINOZZO, ocupante do cargo de Professora Nível II, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, referente ao período de 04/08/2023 a 30/01/2024, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo 04/08/2023.

Município de Jupiá SC, 11 de agosto de 2023.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

EDITAL PREGAO ELETRONICO Nº130/2023-PML

Publicação Nº 5052291

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F7F8C2664B1B7504433B813E7B289DFFD9FB9A16

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 130/2023

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa especializada visando o fornecimento de refeição (marmitex) para atendimento dos usuários que utilizam os serviços e programas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Abertura: 28/08/2023 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 599.112,00

Da retirada do Edital: <https://licitacoes.lages.sc.gov.br/>

Lages, 16 de agosto de 2023.

Alexandre dos Santos Martins

Secretário da Administração e Fazenda

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO 231/2022 BRANGER - TP 18/2022 - SO

Publicação Nº 5054224

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E57D5A81E9A97FE430132E6E9FA577A555EDC4AC

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 4º ADITIVO AO CONTRATO N.º 231/2022

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE OBRAS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, inscrita no CNPJ nº 34.448.864/0001-92, situada à Rua Doutor Aujor Luz, Nº 791, Bairro Santa Catarina, CEP 88.512-401, Lages/SC. Telefone: (49) 3223-8880/98416-7445. E-mail: construtorabranger@construtorabranger.com

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA DE OBRAS, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, neste ato representada pelo Sr. Dieferson Branger, portador do CPF nº 008.974.499-32 de agora em diante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 70/2022, Tomada de Preços nº 18/2022 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Parecer Referencial 003/2022 da Procuradoria Geral do Município, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 231/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

1.1.1. PRORROGAR o prazo da vigência do Contrato nº 231/2022, por 05 (cinco) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 23/07/2023 a 23/12/2023, nos termos do art. 57, §1º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

100% Próprios, provisionados na conta: 09.001.1.274 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana, Código de Despesa nº 57.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTAÇÃO ANEXA

3.1. Integram este Termo Aditivo, para todos os fins e efeitos, os seguintes documentos técnicos: cronograma físico-financeiro.

4. CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

5. CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai eletronicamente assinados pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem.

Lages, 18 de julho de 2023.

Juliano Polese Branco

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO ARP 37/2023 - NELIA MARIA - PE 56/2023 - SEMASA

Publicação Nº 5054356

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4243B4114F84BE9D6CC639A53E29586120585D04

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2023
PROCESSO Nº 05/2023

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preços para aquisição de tubos e conexões para manutenção e ampliação da rede de água.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início da Ata: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 De Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega/Local: em até 30 (trinta) dias da(s) solicitação(ões), nos domicílios da SEMASA, na Av. 1º de Maio nº 1700, Bairro Popular, nesta cidade de Lages/SC;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, até 19/07/2024.

2.5 De Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo, se aceito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 56/2023.

O valor a ser registrado é de R\$ 196.735,00 (cento e noventa e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais) sendo:

NELIA MARIA CYRINO LEAL INDÚSTRIA DE MATERIAIS FUNDIDOS LTDA – CNPJ nº 11.109.083/0001-78 – Rodovia Muriaé/Ervália, nº s/n, Km 03, Caixa Postal 225, Zona Rural, CEP 36.880-970, Muriaé/MG. Contato: (32) 3722-5667, e-mail: fabio@fanuel.com.br

Prefeito Municipal em exercício
Juliano Polese Branco
Lages, 19 de julho de 2023.

PORTARIA Nº 031/SMS/GAB/2023 - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO UPA

Publicação Nº 5051726

PORTARIA Nº 031/SMS/GAB/2023

Claiton Camargo de Souza, Secretário de Saúde do Município de Lages, no uso de suas atribuições contidas no artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Contrato nº 28/2023, que tem por objeto a contratação de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social para área de atuação na Unidades de Pronto Atendimento – UPA 24h, no âmbito do Município de Lages para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h Dra. Maria Gorete dos Santos.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato de Gestão, a qual contará com os seguintes membros:

- I – Anne Karoline Pereira;
- II – Bruna da Silva Rimoldi;
- III – Franciele Mendes de Oliveira;
- IV – Juliana Hinning da Silva;
- V – Larissa Waldrich;
- VI – Leonardo Antonio de Souza;
- VII – Luciane Granetto Córdova;
- VIII – Noeli de Fátima Rodrigues dos Santos Rebello.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 10 de agosto de 2023.

CLAITON CAMARGO DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAGES - LAGESPREVI**PORTARIA Nº 19/2023 DE 11 DE AGOSTO DE 2023**

Publicação Nº 5054427

PORTARIA nº 19/2023
de 11 de agosto de 2023.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo SEBASTIÃO ALFEU CORDOVA, em caráter integral à dependente presumida habilitada NATALICIA MARGARIDA DA SILVA CORDOVA, a partir de 22/06/2023.

Aldo da Silva Honorio, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Lages, LAGESPREVI, no uso de suas atribuições legais e diante do contido no Processo Administrativo LAGESPREVI nº 61/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo SEBASTIÃO ALFEU CORDOVA, ex-detentor do cargo de provimento efetivo de Braçal, ex-portador do CPF nº ***.876.389-** e matrícula 2458/9 de modo integral, nos termos do §7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o §8º do artigo 23 da Emenda Constitucional nº 103/2019 e dos artigos 14 a 18 da Lei Complementar municipal nº 154/2001, à dependente presumida habilitada NATALICIA MARGARIDA DA SILVA CORDOVA.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do §7º do art. 40 da Constituição Federal, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 3.143,88 (três mil cento e quarenta e três reais e oitenta e oito centavos), que serão pagos mensalmente pelo LAGESPREVI.

§1º. O valor dos proventos de pensão por morte não será reajustado pela paridade.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 22/06/2023 – data do óbito do servidor.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lages, 11 de agosto de 2023.

Aldo da Silva Honorio
Presidente do LAGESPREVI

Laguna

PREFEITURA

DECRETO N° 7.005/2023

Publicação N° 5053769

**Gabinete do
Prefeito**Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 4º andar
Centro Histórico / Laguna-SC

☎ 48 3644-0334

✉ gabinete@laguna.sc.gov.br

DECRETO N° 7.005, DE 4 DE AGOSTO DE 2023.**ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO N°
6.866, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022, PARA
SUBSTITUIR MEMBRO DO CONSELHO
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - CMDCA.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC**, Sr. Samir Ahmad, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea “d” do inciso II do art. 1º do Decreto nº 6.866, de 15 de dezembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...] II – Representantes da Sociedade Civil: [...] d) ACUSTRA: Titular: Willian Gazzola Zeferino Suplente: Andréa Prates Pacheco Luckina.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

SAMIR AHMAD
PREFEITO MUNICIPAL

www.laguna.sc.gov.br
comunicacao@laguna.sc.gov.br

@prefeituradelaguna
@prefeituragaluna

☎ 48 3644-1655

DECRETO Nº 7.006/2023

Publicação Nº 5053781

**Gabinete do
Prefeito**

Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 4º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3644-0334
✉ gabinete@laguna.sc.gov.br

DECRETO Nº 7.006, DE 4 DE AGOSTO DE 2023.**ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº
6.451, DE 06 DE ABRIL DE 2021, PARA
SUBSTITUIR MEMBRO DO CONSELHO
MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUL.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC**, Sr. Samir Ahmad, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea “e” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 6.451, de 06 de abril de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I – Conselheiros (titulares e suplentes) de setores da sociedade civil, representantes das seguintes entidades: [...]

e) Rotary Club de Laguna (República Juliana):

Titular: Ângela Algarves;

Suplente: Ana Paula Guimarães.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

SAMIR AHMAD
PREFEITO MUNICIPAL

www.laguna.sc.gov.br
comunicacao@laguna.sc.gov.br

@prefeituralaguna
@prefeituralaguna

48 3644-1655

DECRETO Nº 7.007/2023

Publicação Nº 5053788

**Gabinete do
Prefeito**

Av. Colombo Machado Salles, 145
Centro Adm. Tordesilhas, 4º andar
Centro Histórico / Laguna-SC
☎ 48 3644-0334
✉ gabinete@laguna.sc.gov.br

DECRETO Nº 7.007, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.**HOMOLOGA O RESULTADO DA
ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA
DO CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC**, Sr. *Samir Ahmad*, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado da eleição da mesa diretora do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Laguna – COMSEA, para o biênio 2023/2025, que fica assim composta:

- I – Presidente: Carla de Souza Silveira Coelho;
- II – Vice-Presidente: Marluci da Silva Oliveira; e
- III – Secretária Executiva: Rosane da Silva Coelho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

SAMIR AHMAD
PREFEITO MUNICIPAL

www.laguna.sc.gov.br
comunicacao@laguna.sc.gov.br

@prefeituradelaguna
@prefeituragalaguna

☎ 48 3644-1655

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO N° 117/2023**

Publicação N° 5052629

DECRETO N° 117/2023

“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO EVENTUAL POR MORTE, REFERENTE AO ART. 8, §4º DA LEI 2.160 DE 19 DE AGOSTO DE 2021”.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, Prefeita do Município de Lauro Muller, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 89, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Este decreto visa regulamentar o art. 8º, §4º da Lei 2.160 de 19 de agosto de 2021, a fim de determinar, como valor máximo para o benefício eventual por morte, o valor máximo de um salário mínimo vigente, conforme aprovado na Resolução n. 05 de 04 de agosto de 2023 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE AGOSTO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 396/2023

Publicação N° 5051584

PORTARIA N° 396/2023

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1300/2004 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da Professora MONIK RODRIGUES DOS SANTOS SCHUCH– MATRICULA 3136, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Marli.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria N° 028/2023.

LAURO MÜLLER, 04 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 397/2023

Publicação N° 5051585

PORTARIA N° 397/2023

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal n° 1300/2004 e Lei Complementar n° 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Professora SIMONI RODRIGUES DE CARVALHO – MATRICULA 1048, para que o mesmo exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Marli.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal n° 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 398/2023

Publicação N° 5051586

PORTARIA N° 398/2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n° 05/2017;

CONSIDERANDO que no Processo Seletivo n° 006/2022 homologado em 10/10/2022 resta esgotada a lista de candidatos aprovados para o cargo de Motorista;

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, MAICOM ANTONIO LEANDRO, para exercer o cargo de Motorista - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 06 de Julho de 2023 até 05 de Julho de 2024, junto à Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga ou a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 399/2023

Publicação Nº 5051587

PORTARIA Nº 399/2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 05/2017;

CONSIDERANDO que no Processo Seletivo nº 006/2022 homologado em 10/10/2022 resta esgotada a lista de candidatos aprovados para o cargo de Motorista;

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, VAGNER ANTUNES FREITAS, para exercer o cargo de Motorista - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 06 de Julho de 2023 até 05 de Julho de 2024, junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimento da vaga ou a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 400/2023

Publicação Nº 5051588

PORTARIA Nº 400/2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 05/2017 e Lei Municipal nº 2.175/2021;

CONSIDERANDO Resultado Final do Processo Seletivo nº 007/2022 homologado em 19/12/2022;

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades nas unidades de ensino do município, bem como a necessidade dos cuidados com a higienização, limpeza de todos os ambientes escolares e preparo da alimentação aos alunos;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, CARLA LUIZE SPANHOL DA SILVA, para exercer o cargo de Servente - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 06 de Julho de 2023 a 18 de Dezembro de 2023, desempenhando suas funções laborais junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da rede Municipal de Educação.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado ou mediante preenchimento da vaga por servidor efetivo, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 401/2023

Publicação N° 5051598

PORTARIA N° 401/2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n° 05/2017 e Lei Municipal n° 2.175/2021;

RESOLVE:

1º - ALTERAR em Caráter Temporário, pelo período de 07 de Julho de 2023 a 18 de Dezembro de 2023, a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais da servidora pública NIMARLENE FONTANELA CROTTI – MATRICULA 3446, ocupante do cargo de Professor II – Educação Infantil - ACT, para desempenhar suas funções laborais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas e na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Marli, junto à Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 402/2023

Publicação N° 5051599

PORTARIA N° 402/2023

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n° 17/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, CAROLINA DURANTE ADRIANO – MATRICULA 3397, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 403/2023

Publicação Nº 5051601

PORTARIA Nº 403/2023

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 17/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, PALOMA BENEDET – MATRICULA 3462, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor Auxiliar de Classe - ACT, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 404/2023

Publicação Nº 5051604

PORTARIA Nº 404/2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 17/2023;

CONSIDERANDO Resultado Final do Processo Seletivo nº 007/2022 homologado em 19/12/2022;

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades nas unidades de ensino do município, bem como a necessidade dos cuidados com a higienização, limpeza de todos os ambientes escolares e preparo da alimentação aos alunos;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, PALOMA BENEDET, para exercer o cargo de Professor II – Educação Infantil - ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 13 de Julho de 2023 a 18 de Dezembro de 2023, desempenhando suas funções laborais na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Marli junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da rede Municipal de Educação.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado ou mediante preenchimento da vaga por servidor efetivo, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 405/2023

Publicação Nº 5051606

PORTARIA Nº 405/2023

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 17/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, o servidor público CLAYTON OGIONI – MATRÍCULA 2766, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Obras para exercê-lo junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 406/2023

Publicação Nº 5051611

PORTARIA Nº 406/2023

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 17/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, o servidor público RAFAEL DE MEDEIROS SOMBRIÓ – MATRÍCULA 1431, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Assistência Social para exercê-lo junto à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 407/2023

Publicação Nº 5051612

PORTARIA Nº 407/2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 17/2023;

CONSIDERANDO que no Processo Seletivo nº 006/2022 homologado em 10/10/2022 resta esgotada a lista de candidatos aprovados para o cargo de Motorista;

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, VALMOR MACHADO, para exercer o cargo de Motorista - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 17 de Julho de 2023 até 16 de Julho de 2024, junto à Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimento da vaga ou a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 408/2023

Publicação Nº 5051613

PORTARIA Nº 408/2023

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 17/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, DANIELA ZANIN NESI – MATRICULA 3493, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 409/2023

Publicação Nº 5051620

PORTARIA Nº 409/2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 17/2023;

CONSIDERANDO que no Processo Seletivo nº 007/2022 homologado em 19/12/2022 está esgotada a lista de candidatos aprovados para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil;

CONSIDERANDO Chamada pública do dia 13/07/2023, publicada no site do Município, disponível em <http://www.lauromuller.sc.gov.br>,

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades nas unidades de ensino do município, bem como a necessidade dos cuidados com a higienização, limpeza de todos os ambientes escolares e preparo da alimentação aos alunos;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, AMANDA CITADIN ESTEVAM, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 19 de Julho de 2023 a 18 de Dezembro de 2023, junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da rede Municipal de Educação.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga ou a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 410/2023

Publicação Nº 5051624

PORTARIA Nº 410/2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 17/2023;

CONSIDERANDO que no Processo Seletivo nº 007/2022 homologado em 19/12/2022 está esgotada a lista de candidatos aprovados para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil;

CONSIDERANDO Chamada pública do dia 13/07/2023, publicada no site do Município, disponível em <http://www.lauromuller.sc.gov.br>,

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades nas unidades de ensino do município, bem como a necessidade dos cuidados com a higienização, limpeza de todos os ambientes escolares e preparo da alimentação aos alunos;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, MARIA APARECIDA WARMELING, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 19 de Julho de 2023 a 18 de Dezembro de 2023, junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da rede Municipal de Educação.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga ou a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 411/2023

Publicação Nº 5051638

PORTARIA Nº 411/2023
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 17/2023;

CONSIDERANDO que no Processo Seletivo nº 007/2022 homologado em 19/12/2022 está esgotada a lista de candidatos aprovados para o cargo de Professor Auxiliar de Classe;

CONSIDERANDO Chamada pública do dia 13/07/2023, publicada no site do Município, disponível em <http://www.lauromuller.sc.gov.br>,

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades nas unidades de ensino do município, bem como a necessidade dos cuidados com a higienização, limpeza de todos os ambientes escolares e preparo da alimentação aos alunos;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, DANIELA ZANIN NESI, para exercer o cargo de Professor Auxiliar de Classe - ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 19 de Julho de 2023 a 18 de Dezembro de 2023, desempenhando suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da rede Municipal de Educação.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga ou a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 412/2023

Publicação Nº 5051639

PORTARIA Nº 412/2023
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 17/2023;

CONSIDERANDO que no Processo Seletivo nº 007/2022 homologado em 19/12/2022 está esgotada a lista de candidatos aprovados para o cargo de Professor II – Ensino Fundamental II;

CONSIDERANDO Chamada pública do dia 13/07/2023, publicada no site do Município, disponível em <http://www.lauromuller.sc.gov.br>,

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades nas unidades de ensino do município, bem como a necessidade dos cuidados com a higienização, limpeza de todos os ambientes escolares e preparo da alimentação aos alunos;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, IGOR DE MATTIA BUOGO, para exercer o cargo de Professor II – Ensino Fundamental II, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 19 de Julho de 2023 a 18 de Dezembro de 2023, desempenhando suas funções laborais na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral e Escola Municipal Emília Mamede Soares junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da rede Municipal de Educação.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga ou a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 413/2023

Publicação N° 5051640

PORTARIA N° 413/2023

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n° 17/2023;

CONSIDERANDO o Processo Seletivo n° 003/2023, homologado em 30/05/2023, resta esgotada a lista de candidatos aprovados par ao cargo de Médico do ESF;

CONSIDERANDO que a presente contratação se destina ao atendimento de serviço público essencial e inadiável;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário, NATÁLIA CASSETTARI DE CARVALHO, para exercer o cargo de Médica do ESF - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 20 de Julho de 2023 a 19 de Julho de 2024, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas atividades conforme a necessidade da Secretaria de Saúde.

Art. 3º. A admissão de que trata o artigo 1º poderá ser encerrada mediante realização de concurso e/ou processo seletivo para suprimimento da vaga ou a qualquer tempo, por iniciativa da Administração, devidamente motivado, bem como na forma prevista no instrumento de contrato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições e contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 414/2023

Publicação N° 5051641

PORTARIA N° 414/2023

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n° 17/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, MARISTELA BARBOSA DA SILVA – MATRICULA 2529, ocupante do cargo de provimento temporário de Servente - ACT, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 415/2023

Publicação N° 5051643

PORTARIA N° 415/2023

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n° 17/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, PAULO CÉSAR DE PAULA SOUZA – MATRICULA 3595, ocupante do cargo de provimento temporário de Médico do ESF - ACT, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JULHO DE 2023.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

CONTRATO Nº037/PMLM/2023

Publicação Nº 5052666

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 35DD093B148D03AC55501D860E933FC3CB928340

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº072/PMLM/2023.**CONTRATO Nº 037/PMLM/2023.**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE LAURO MULLER**
E A **ASSOCIACAO PARA O**
DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL
SUSTENTAVEL DE SANTA CATARINA -
ADEHASC, NOS TERMOS DA LEI Nº.
14.133/2021.

O **MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER**, com sede na Rua Walter Veterlli, nº 239, Centro, Lauro Muller/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ ARTUR FERNANDES, Secretário de Administração, nomeado(a) pela Portaria nº 028, de 14 de janeiro de 2021, publicada no DOU de 18 de janeiro de 2021, portador da Matrícula Funcional nº 1658, denominada **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTAVEL DE SANTA CATARINA - ADEHASC**, estabelecida Rua Santos Dumont, Nº 536, centro, CEP 89900-000, São Miguel do Oeste, SC, Telefone: (49) 3622-3137, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 78.486.875/0001-32, ora denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. **DJALMA MORELL** (nome e função na ata), conforme atos constitutivos da associação. E em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 39/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. 67/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto é a contratação de empresa especializada para a conclusão de processos em tramite para a regularização fundiária via REURB, de cerca de 30 núcleos urbanos, com processos em trâmite. Com celebração em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidade de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto "REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ATRAVÉS DA LEI FEDERAL 13.465/2017", e demais legislações aplicáveis.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	Regularização fundiária via REURB de áreas já protocoladas junto ao Município de Lauro Müller/SC	Und	100	R\$1.320,00	R\$132.000,00
VALOR TOTAL					R\$132.000,00

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Ofício que embasou a contratação;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e o Aviso de Inexigibilidade de Licitação;

1.3.3. O Plano de Trabalho do Contratado; e

1.3.4. Os documentos de habilitação.

1.3.5. Este Instrumento foi firmado como Inexigibilidade de licitação, de acordo com o do art. 74, inciso III, alíneas a, c, e, da Lei nº 14.133/21.

1.3.6. Após assinar o Contrato, a **CONTRATADA** deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência do mesmo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

JOSE
ARTUR
FERNANDES
DES:0445
2273971

Assinado de
forma digital
por JOSE ARTUR
FERNANDES:044
52273971
Dados:
2023.08.11
11:09:29 -03'00'

GISELE
MARIOT
0405193
7933

Assinado de forma
digital por GISELE
MARIOT:04051937933
Dados: 2023.08.11
11:13:47 -03'00'

ANA
CRISTINA
CORREA DE
MELO:0696
7696971

Assinado de forma
digital por ANA
CRISTINA CORREA
DE
MELO:0696769697
Dados: 2023.08.11
11:19:43 -03'00'

1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, E DAS CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O objeto da presente Inexigibilidade deverá ser entregue/prestado pela empresa contratada, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente do Município.

3.2. A entrega/prestação deverá ser feita de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho anexo, obedecendo obrigatoriamente os prazos neste estabelecidos, após Autorização de Fornecimento, sem custo adicional, sendo de total responsabilidade da Contratada, zelar pela segurança do local onde será realizada a execução do objeto;

3.3. O responsável pela certificação do cumprimento dos prazos estabelecidos fará a fiscalização e conferência da execução do objeto, verificando se o mesmo foi realizado de acordo com as condições exigidas no Plano de Trabalho. Caso não se encontre deverá imediatamente ser refeito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação da Empresa, sem qualquer ônus para a Administração.

3.4. Se a empresa não atender a solicitação no prazo referido, estará sujeita às sanções previstas em Lei.

3.5. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral das especificações contratadas, mediante recibo no corpo da nota, firmado pelo servidor responsável pelo recebimento.

3.6. O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo contratual.

3.7. Os serviços a serem executados e, após, entregues deverão atender plena e satisfatoriamente ao especificado no Plano de Trabalho.

3.8. Além do disposto nos itens acima, a Contratada deverá:

3.8.1. Disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal devidamente habilitado, materiais e o que mais se fizer necessário para a entrega/realização do serviço.

3.8.2. Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor;

3.8.3. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho;

3.8.4. Responder por qualquer acidente de trabalho na entrega dos materiais, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros;

3.8.5. Reparar as suas custas, qualquer irregularidade, defeito, ou divergência em relação às especificações, verificada na entrega dos materiais;

3.8.6. Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto desta Dispensa na forma e nos prazos previstos em lei;

3.8.7. Submeter à fiscalização, previamente e por escrito, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos de entrega dos materiais que fujam às especificações do Objeto desta Dispensa;

3.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega dos materiais empregados, no prazo assinalado pelo Município.

3.10. A administração receberá o presente objeto na forma que alude os art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021

JOSE
ARTUR
FERNANDES
DES:0445
2273971

Assinado de
forma digital por
JOSE ARTUR
FERNANDES:044
52273971
Dados:
2023.08.11
11:09:45 -03'00'

GISELE
MARIO
T:04051
937933

Assinado de
forma digital
por GISELE
MARIO:T:04051
937933
Dados:
2023.08.11
11:13:59 -03'00'

ANA
CRISTINA
CORREA DE
MELO:0696
7696971

Assinado de forma
digital por ANA
CRISTINA CORREA DE
MELO:06967696971
Dados: 2023.08.11
11:20:12 -03'00'

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E PAGAMENTO (art. 92,V e VI)

5.1. Pelo objeto descrito na Cláusula primeira deste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO**, os preços unitários abaixo, importando num valor total estimado de **R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)**.

Item	Especificação	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	Regularização fundiária via REURB de áreas já protocoladas junto ao Município de Lauro Müller/SC	Und	100	R\$1.320,00	R\$132.000,00
VALOR TOTAL					R\$132.000,00

5.2. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos materiais/serviços, correspondentes ao solicitado expressamente na Autorização de Fornecimento emitida pelo setor competente para a empresa;

5.3. Os pagamentos serão efetuados de conformidade com o serviço efetivamente prestado, devendo constar na Nota Fiscal, ou anexo a ela, a discriminação precisa dos serviços e o período em que os mesmos foram executados;

5.3.1. As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:

I - A **CONTRATADA** deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pelo Departamento Contábil;

II - A **CONTRATADA** deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação, dentro do seu prazo de validade:

- a) comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
- b) comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) comprovante da regularidade para com o FGTS; e
- e) comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

III – os comprovantes de regularidade:

a) somente serão aceitos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

IV - A **CONTRATADA** deverá destacar nas notas fiscais as deduções relativas aos impostos previstos em Lei.

5.3.2. Caso a **CONTRATADA** não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

I – Será emitida notificação pelo **CONTRATANTE** para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente;

II – Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

5.3.3. Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do **CONTRATANTE** em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da **CONTRATADA**, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o **CONTRATANTE** se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

5.3.4. O **CONTRATANTE** compromete-se a efetuar o pagamento até 30 dias a partir da apresentação da nota fiscal ao Departamento Contábil, e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

5.3.5. ° Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato.

5.3.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

JOSE
ARTUR
FERNAN
DES:0445
2273971

Assinado de
forma digital por
JOSE ARTUR
FERNANDES:044
52273971
Dados:
2023.08.11
11:09:58 -03'00'

GISELE
MARIOT
:040519
37933

Assinado de
forma digital
por GISELE
MARIOT:040519
37933
Dados:
2023.08.11
11:34:14 -03'00'

ANA
CRISTINA
CORREA DE
MELO:0696
7696971

Assinado de forma
digital por ANA
CRISTINA CORREA
DE
MELO:0696769697
1
Dados: 2023.08.11
11:20:27 -03'00'

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- d) o período respectivo de execução do contrato;
f) o valor a pagar; e
g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.3.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.4. Fica o **CONTRATANTE** autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

5.5. O pagamento poderá ser susado pelo **CONTRATANTE**, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

5.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **CONTRATANTE**, o valor devido será acrescido de atualização financeira, de acordo com o índice aplicável à espécie.

6. CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, salvo para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, observado o artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei n.º 14.133/2021.

6.2. Após o interregno de um ano, e havendo pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. O reajuste não será concedido se o prazo de 1 (um) decorrer em razão do atraso na realização do serviço por culpa do Contratado.

6.4. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

6.5. Após aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual passará a ser praticado, pelo próximo período de 1(um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do contrato.

6.6. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

6.7. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

6.8. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.10. O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, de forma que poderá ser realizado no mesmo termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

JOSE
ARTUR
FERNAN
DES:0445
2273971

Assinado de
forma digital
por JOSE
ARTUR
FERNANDES:04
452273971
Dados:
2023.08.11
11:10:17 -03'00'

GISELE
MARIO
T:04051
937933

Assinado de
forma digital por
GISELE
MARIO:040519
37933
Dados:
2023.08.11
11:14:27 -03'00'

ANA
CRISTINA
CORREA DE
MELO:0696
7696971

Assinado de forma
digital por ANA
CRISTINA CORREA
DE
MELO:0696769697
Dados: 2023.08.11
11:20:41 -03'00'

4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

7.1.3. Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou denenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

8.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

JOSE
ARTUR
FERNAN
DES:0445
2273971

Assinado de
forma digital
por JOSE ARTUR
FERNANDES:044
52273971
Dados:
2023.08.11
11:11:40 -03'00'

GISELE
MARIOT
:040519
37933

Assinado de
forma digital
por GISELE
MARIOT:04051
937933
Dados:
2023.08.11
11:14:38 -03'00'

ANA
CRISTINA
CORREA DE
MELO:0696
7696971

Assinado de forma
digital por ANA
CRISTINA CORREA
DE
MELO:0696769697
Dados: 2023.08.11
11:20:57 -03'00'

5

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

8.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.19. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, nos termos do Art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21;

8.1.20. No ato do pagamento, a **CONTRATADA** deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade;

8.1.21. Cumprir com todas as condições definidas no termo de referência.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do

JOSE
ARTUR
FERNAND
ES:044522
73971

Assinado de
forma digital por
JOSE ARTUR
FERNANDES:044
52273971
Dados:
2023.08.11
11:11:52 -03'00'

GISELE
MARIO
T:04051
937933

Assinado de
forma digital
por GISELE
MARIOT:040519
37933
Dados:
2023.08.11
11:14:50 -03'00'

ANA
CRISTINA
CORREA DE
MELO:0696
7696971

Assinado de
forma digital por
ANA CRISTINA
CORREA DE
MELO:069676969
71
Dados: 2023.08.11
11:21:12 -03'00'

6

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Moratória de 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

5. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

JOSE
ARTUR
FERNANDES
ES:04452
273971

Assinado de
forma digital por
JOSE ARTUR
FERNANDES:044
52273971
Dados:
2023.08.11
11:12:05 -03'00'

GISELE
MARIO
T:04051
937933

Assinado de
forma digital
por GISELE
MARIOT:040519
37933
Dados:
2023.08.11
11:15:04 -03'00'

ANA
CRISTINA
CORREA
DE
MELO:069
67696971

Assinado de
forma digital por
ANA CRISTINA
CORREA DE
MELO:06967696
971
Dados:
2023.08.11
11:21:31 -03'00'

7

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

JOSE
ARTUR
FERNAND
ES:044522
73971

Assinado de
forma digital
por JOSE ARTUR
FERNANDES:044
52273971
Dados:
2023.08.11
11:12:18 -03'00'

GISELE
MARIOT
:040519
37933

Assinado de
forma digital
por GISELE
MARIOT:040519
37933
Dados:
2023.08.11
11:15:18 -03'00'

ANA
CRISTINA
CORREA
DE
MELO:069
67696971

Assinado de
forma digital por
ANA CRISTINA
CORREA DE
MELO:069676969
71
Dados:
2023.08.11
11:21:49 -03'00'

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento da unidade orçamentária do Município de Lauro Müller, para o exercício de 2023, qual seja, 31- 3390 – 5000.

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para o exercício de 2023 constará da proposta de Lei Orçamentária Anual do(s) referido(s) exercício(s) financeiro(s).

14. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

14.1. As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

15.1 Todos os débitos de natureza previdenciária, tributária, fiscal, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

JOSE
ARTUR
FERNAND
ES:044522
73971
Assinado de
forma digital por
JOSE ARTUR
FERNANDES:044
52273971
Dados:
2023.08.11
11:12:30 -03'00'

GISELE
MARIO
T:04051
937933
Assinado de
forma digital
por GISELE
MARIOT:040519
37933
Dados:
2023.08.11
11:15:32 -03'00'

ANA
CRISTINA
CORREA DE
MELO:0696
7696971
Assinado de forma
digital por ANA
CRISTINA CORREA
DE
MELO:0696769697
Dados: 2023.08.11
11:22:04 -03'00'

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

15.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, fiscais, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

15.3 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

15.4. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA**, empregadora na forma do disposto no art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho.

15.5. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA** reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

15.6. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, para qualificação, na contratação direta;

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal n.º 85/2022 e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste contrato no Diário da Oficial dos Municípios e na página do portal da transparência no site do Município, nos termos do art. 176 da Lei n. 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

Lauro Muller - SC, 11 de agosto de 2023.

JOSE ARTUR
FERNANDES:0
4452273971

Assinado de forma digital
por JOSE ARTUR
FERNANDES:04452273971
Dados: 2023.08.11 11:12:41
+03'00'

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
JOSÉ ARTUR FERNANDES
Secretário de Administração, Finanças e
Planejamento

GISELE
MARIOT:0405193
7933

Assinado de forma digital
por GISELE
MARIOT:04051937933
Dados: 2023.08.11 11:15:46
+03'00'

1ª TESTEMUNHA
GISELE MARIOT
CPF Nº 040.519.379-33

**ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO
HABITACIONAL SUSTENTAVEL DE SANTA
CATARINA - ADEHASC**
DJALMA MORELL
CONTRATADA

2ª TESTEMUNHA
GREICE CRISTINA DOS SANTOS BUSS
CPF Nº 046.855.839-06

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico.
Procuradoria Geral do Município

ANA CRISTINA
CORREA DE
MELO:06967696971

Assinado de forma digital por
ANA CRISTINA CORREA DE
MELO:06967696971
Dados: 2023.08.11 11:22:19
+03'00'

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 71/2023

Publicação Nº 5054705

Edital de Convocação n. 71/2023.

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Processo Seletivo n. 01/2022, de 08/12/202, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido das 08h00 as 12h00 e das 13h00min as 17h00min, até o dia 18/08/2023, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Volmir Antonio Silveira	Controlador Interno	1º
Giovane Alves de Castro Klug	Controlador Interno	2º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 11 de agosto de 2023.

Douglas Fernando de Mello
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 41/2023. LICITAÇÃO: CC01/2023

Publicação Nº 5054690

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 41/2023. Licitação: CC01/2023.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO E CABECEIRAS DE PONTE conforme as especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo, que integra este Edital observada as normas técnicas da ABNT. Referente ao Lote 02 - Ponte da Linha Comum

Contratante: Município de Lebon Régis

Contratado: JFR ENGENHARIA LTDA - 31.959.900/0001-94.

Valor: R\$ 30.211,86 (trinta mil e duzentos e onze reais e oitenta e seis centavos).

Vigência: 10/08/2023. Término: 31/12/2023

Lebon Régis, 10/08/2023.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 277/23 DE 01 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054694

PORTARIA Nº 277/23 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ADELMIR CARLIN DO PRADO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Patrimônio, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
04/06/2022 A 03/06/2023	01/08/2023 A 18/08/2023	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 278/23 DE 01 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054695

PORTARIA Nº 278/23 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ADEMILSON OLIVEIRA DA LUZ, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, FÉRIAS, no período de 01/08/2023 a 30/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 01 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 279/23 DE 01 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054696

PORTARIA Nº 279/23 DE 01 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CRISTIANE ANTUNES SCUSSIATO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Enfermeiro, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
05/03/2021 A 04/03/2022	01/08/2023 A 18/08/2023	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 280/23 DE 02 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054697

PORTARIA Nº 280/23 DE 02 DE AGOSTO DE 2023.
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ADRIANA DE SOUZA ZANOTTO, do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 02 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 281/23 DE 02 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054698

PORTARIA Nº 281/23 DE 02 DE AGOSTO DE 2023.
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, ASSIS MARTINS RIBEIRO, do cargo de MOTORISTA DE VEICULO ESCOLAR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 02/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 02 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 282/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054699

PORTARIA Nº 282/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SANDRA MARIA GUEDES SCHEFFMACHER, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
18/02/2022 A 17/02/2023	07/08/2023 A 24/08/2023	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 283/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054700

PORTARIA Nº 283/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica

do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ANDRIELI GONSALVES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
22/07/2022 A 21/07/2023	07/08/2023 A 24/08/2023	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 284/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054701

PORTARIA Nº 284/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CRISTYAN ANDREY PIERDONA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Técnico em Informática, com lotação no Gabinete do Prefeito, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
04/06/2022 A 03/06/2023	07/08/2023 A 24/08/2023	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 285/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054702

PORTARIA Nº 285/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023.

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, BEATRIZ DE OLIVEIRA LIMA, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 07/08/2023, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Eny Aparecida Tramontina Coffferri.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 286/23 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054703

PORTARIA Nº 286/23 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

RECEBE SERVIDOR EM TRASNFERÊNCIA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o recebimento em transferência por Cessão, do Servidor Público EVERALDO KOJIKOSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, na Câmara Municipal de Vereadores de Lebon Régis, passando o mesmo a desenvolver suas atividades junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com ônus para o Poder Executivo Municipal, conforme menciona a Portaria 006/2023 de 10 de agosto de 2023, com carga horária de 40 horas semanais, com efeitos retroativo a 01/08/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 287/23 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054704

PORTARIA Nº 287/23 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

RETIFICA PORTARIA 079/21

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário EVERALDO KOJIKOSKI, Técnico em Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, FUNÇÃO GRATIFICADA 2 (FG2), em razão do exercício de serviços contábeis junto ao Hospital Municipal Santo Antonio, a partir de 01/08/2023.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de agosto de 2023.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário de Adm. E Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 103/2023 1º TA AO CONTRATO Nº 61/2023

Publicação Nº 5053889

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0DCBE2E08BB41DAE5BF9C69F8417FA5ECFEC1A86

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2023

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2023

Código registro TCE: 0DCBE2E08BB41DAE5BF9C69F8417FA5ECFEC1A86

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 102/2022 Tomada de Preços: 22/2022

Contratado: DF CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo, tem por objeto a correção da planilha orçamentária, com inversão das colunas "material" e "mão de obra", bem como do item 4.1 do contrato originário.

Vigência: 11 de agosto de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Assinatura: 11 de agosto de 2023.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.971, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051670

DECRETO Nº 3.971, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Abre Créditos Adicionais Suplementares no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Créditos Adicionais Suplementares das seguintes dotações orçamentárias e Lei Municipal N. 1.594/2023:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

Elemento de Despesa: 3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos

Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 100.000,00

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação nas dotações constantes no art. 1º ocorrerão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade: 2.025 - Operacionalização das Estratégias Saúde da Família - ESF

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 65.000,00

Projeto/Atividade: 2.026 – Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrat.

Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 100.000,00

Lindóia do Sul, 10 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.972, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051968

DECRETO Nº 3.972, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Homologa a relação de medicamentos essenciais REMUME

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a relação de medicamentos essenciais – REMUME para o Município de Lindóia do Sul, nos termos do anexo único deste decreto.

Art. 2º A disponibilização de medicamentos pela Farmácia Básica do Município de Lindóia do Sul, SC, fica condicionada aos seguintes requisitos:

I. – nas prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, deverá constar a Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional – DCI, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 9.787/99;

II. – os medicamentos prescritos devem estar contemplados pelas padronizações, e respectivas atualizações, efetuadas nas esferas nacionais, estadual ou municipal.

III. - A dispensa de medicamentos só ocorrerá na presença de receita médica, contendo data, nome e carimbo do médico prescritor e com validade inferior a 1 (um) ano.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 11 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO**RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS – REMUME****LISTA DE MEDICAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELO SUS EM LINDÓIA DO SUL.**

A Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) faz parte das ações necessárias à conformação da Política de Assistência Farmacêutica do município de Lindóia do Sul. Apoia-se nos instrumentos legais do SUS: Portaria GM/MS nº 3916/98 que estabelece a Política Nacional de Medicamentos; a Resolução CNS nº 338/04 que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, Lei nº 12.401/11 que estabelece que a dispensação de medicamentos no âmbito do SUS deve seguir as relações instituídas pelo gestor local.

Considerando Portaria Nº 2.982 de 26 de novembro de 2009, que aprova as normas de execução e de financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica. Decreto nº 7.508/11 que estabelece que Estados, Distrito Federal e Municípios poderão adotar relações específicas e complementares de medicamentos, no âmbito federal como base existe a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), no Estado a Deliberação CIB-SC nº 501/13 que aprova a Relação Estadual de Medicamentos Essenciais do Estado de Santa Catarina (REME/SC).

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2, ANEXO XXVII, de 3 de outubro de 2017, que institui a Política Nacional de Medicamentos, cuja íntegra consta do Anexo 1 do Anexo XXVII.

A partir da criação da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Lindóia do Sul, esta passou a ser responsável por propor a atualização da REMUME, conforme estabelecido no DECRETO Nº 3.898, de 06 de março de 2023. A Comissão de Farmácia e Terapêutica tem caráter deliberativo, normativo e consultivo, cujas ações estarão voltadas a promoção do acesso e uso racional de medicamentos. Sendo algumas das atribuições da CFT a de elaborar e atualizar periodicamente a Relação Municipal de Medicamentos - REMUME, da instituição; Elaborar e atualizar periodicamente os instrumentos necessários para aplicação da REMUME; Fixar os critérios nos quais se baseará a instituição para a obtenção de medicamentos que não tenham sido selecionados para o uso regular, ou seja, não padronizados pela REMUME e Avaliar e emitir parecer sobre as solicitações de inclusão, exclusão ou substituição de medicamentos da REMUME.

Considerando a aprovação da REMUME pelo Conselho Municipal de Saúde conforme a Resolução 006/2023, de 29 de Junho, de 2023.

Na REMUME estão relacionados os locais a que usuário terá acesso conforme as normas de dispensação do município. Os medicamentos estão classificados segundo componentes da Assistência Farmacêutica Portaria GM/MS 204/07 no que diz respeito aos componentes básicos, especializados e estratégicos.

1. MEDICAMENTOS DO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Componente destinado a atender os agravos e programas específicos da atenção básica à saúde. Os medicamentos constantes na lista de controle especial serão liberados somente com apresentação de receita e demais documentos de acordo com a Portaria 344/98.

1.1 MEDICAMENTO PARA DISPENSAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE:

Analgésicos e Antipiréticos:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
1.	Dipirona Sódica	500mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
2.	Dipirona Sódica	500mg/ml solução oral frasco 10ml	Farmácia da Unidade de Saúde
3.	Paracetamol	500mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

4.	Paracetamol	200mg/ml solução oral frasco 15ml	Farmácia da Unidade de Saúde
5.	Paracetamol + Codeína	500mg + 30 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Antibacterianos:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
6.	Amoxicilina	500mg cápsula	Farmácia da Unidade de Saúde
7.	Amoxicilina	50mg/ml pó para suspensão oral frasco 60ml	Farmácia da Unidade de Saúde
8.	Amoxicilina + Clavulanato	500/125 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
9.	Amoxicilina + Clavulanato	400mg/5ml + 57 mg/5ml suspensão oral frasco 70 ml	Farmácia da Unidade de Saúde
10.	Azitromicina	500 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
11.	Azitromicina	200mg/5ml suspensão oral frasco 15 ml	Farmácia da Unidade de Saúde
12.	Benzilpenicilina Benzatina	1.200.000 UI suspensão injetável IM	Farmácia da Unidade de Saúde
13.	Benzoilmetronidazol + nistatina + cloreto de benzalconio	62,5mg/g + 25.000ui/g + 1,25mg/g creme vaginal	Farmácia da Unidade de Saúde
14.	Cefalexina	500mg comprimido revestido	Farmácia da Unidade de Saúde
15.	Cefalexina	250mg/5ml pó para suspensão oral frasco 60ml	Farmácia da Unidade de Saúde
16.	Ceftriaxona	500mg injetável	Farmácia da Unidade de Saúde
17.	Ciprofloxacino	500mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
18.	Claritromicina	500mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
19.	Doxiciclina	100 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
20.	Metronidazol	250mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
21.	Neomicina+Bacitracina	5mg/g+250UI/g pomada bisnaga 10g	Farmácia da Unidade de Saúde
22.	Nitrofurantoina	100 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
23.	Rifamicina	10mg/ml spray	Farmácia da Unidade de Saúde
24.	Sulfametoxazol + Trimetoprima	400mg + 80mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
25.	Sulfametoxazol + Trimetoprima	200mg/5ml + 40mg/5mL suspensão oral frasco 100 mL	Farmácia da Unidade de Saúde
26.	Sulfadiazina de Prata	10mg/g creme	Farmácia da Unidade de Saúde

Anticoagulantes/Circulatório/Antiagregante

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
27.	Acido Acetilsalicílico	100mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
28.	Cilostazol	100mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
29.	Clopidogrel	75 mg Comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

30.	Diosmina + Hesperidina	450/50mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
31.	Enoxaparina sódica*	40mg/0,4ml injetável	Farmácia da Unidade de Saúde
32.	Rivaroxabana	10mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
33.	Varfarina	5 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

* Gestantes que não atendem critério através do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica.

Antiespasmódico:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
34.	Butilbrometo de escopolamina, + Dipirona Sódica	10mg + 250mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
55.	Butilbrometo de escopolamina, + Dipirona Sódica	6,67mg/ml + 333,4 mg/ml solução oral frasco 20 ml	Farmácia da Unidade de Saúde
36.	Butilbrometo de escopolamina	10mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Antivirais

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
37.	Aciclovir	200 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
38.	Aciclovir	50 mg/g creme	Farmácia da Unidade de Saúde

Antifúngicos:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
39.	Alcatrão Mineral	1% bisnaga 10g	Farmácia da Unidade de Saúde
40.	Cetoconazol	20mg/g creme	Farmácia da Unidade de Saúde
41.	Cetoconazol	20mg/ml Shampoo	Farmácia da Unidade de Saúde
42.	Cetoconazol + Betametasona	20mg/g + 0,644mg/g	Farmácia da Unidade de Saúde
43.	Deltametrina	0,2mg/ml Shampoo	Farmácia da Unidade de Saúde
44.	Dexpantenol	50mg/g Pomada	Farmácia da Unidade de Saúde
45.	Fluconazol	150mg cápsula	Farmácia da Unidade de Saúde
46.	Miconazol, Nitrato	20mg/g creme vaginal bisnaga 80g	Farmácia da Unidade de Saúde
47.	Nistatina	100.000ui/ml suspensão 50 ml	Farmácia da Unidade de Saúde
48.	Nistatina	25.000ui/g Creme vaginal	Farmácia da Unidade de Saúde
49.	Nistatina + Óxido de Zinco	100.000ui/g + 200mg/g pomada	Farmácia da Unidade de Saúde
50.	Permetrina	5% loção cremosa 60 mL	Farmácia da Unidade de Saúde
51.	Secnidazol	1000 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Anti-histamínicos:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
52.	Loratadina	10 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
53.	Loratadina	1 mg/ml xarope 100 mL	Farmácia da Unidade de Saúde
54.	Bronfeniramina + Fenilefrina	2mg/ml + 2,5mg/ml solução oral 20 mL	Farmácia da Unidade de Saúde

Anti-inflamatórios Não Hormonais:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
55.	Cafeína + Carisoprodol + Diclofenaco Sódico + Paracetamol	30mg + 125 mg + 50 mg+ 300 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
56.	Ciclobenzaprina	10 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
57.	Diclofenaco	11,6mg/g gel 60g	Farmácia da Unidade de Saúde
58.	Ibuprofeno	600mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
59.	Ibuprofeno	50mg/mL solução oral	Farmácia da Unidade de Saúde
60.	Meloxicam	7,5 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
61.	Nimesulida	100mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
62.	Nimesulida	50mg/ml solução oral 15mL	Farmácia da Unidade de Saúde

Antiparasitários:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
63.	Albendazol	400mg comprimido mastigável	Farmácia da Unidade de Saúde
64.	Albendazol	40mg/mL suspensão oral frasco 10mL	Farmácia da Unidade de Saúde
65.	Ivermectina	6mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Anti-inflamatórios Esteróides/Corticóides

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
66.	Betametasona Dipropionato de+ Betametasona fosfato dissódico de	5mg+2mg/ml injetável	Farmácia da Unidade de Saúde
67.	Dexametasona, Acetato	1mg/g creme bisnaga 10g	Farmácia da Unidade de Saúde
68.	Dexametasona	4mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
69.	Prednisolona, Fosfato Sódico	3mg/mL solução oral frasco 60mL	Farmácia da Unidade de Saúde
70.	Prednisona	5mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
71.	Prednisona	20mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
72.	Triancinolona Acetonida	1mg/g pomada bucal	Farmácia da Unidade de Saúde

Hipolipemiantes:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
------	-------------	--------------	-----------------

73.	Atorvastatina**	40 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
74.	Ciprofibrato	100 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
75.	Sinvastatina	20 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
76.	Sinvastatina	40 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

** Pacientes que não atendem critério através do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica.

Hormônios Tireoidianos

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
77.	Levotiroxina Sódica	25mcg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
78.	Levotiroxina Sódica	50mcg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
79.	Levotiroxina Sódica	75mcg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
80.	Levotiroxina Sódica	100mcg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Insulinas e Antidiabéticos Orais:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
81.	Glibenclamida	5mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
82.	Glimepirida	2 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
83.	Insulina NPH	100UI/mL suspensão injetável frasco 10mL	Farmácia da Unidade de Saúde
84.	Insulina Regular	100UI/mL suspensão injetável frasco 10mL	Farmácia da Unidade de Saúde
85.	Insulina NPH	100UI/mL suspensão injetável caneta 3 ml	Farmácia da Unidade de Saúde
86.	Insulina Regular	100UI/mL suspensão injetável caneta 3 ml	Farmácia da Unidade de Saúde
87.	Metformina, Cloridrato	500mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
88.	Metformina, Cloridrato	850mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Medicamentos que atuam sobre o Sistema Cardiovascular e Renal:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
89.	Alopurinol	100 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
90.	Alopurinol	300 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
91.	Amiodarona	200mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
92.	Anlodipino, Besilato	5mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
93.	Anlodipino, Besilato	10mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
94.	Atenolol	50mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
95.	Atenolol	100mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

96.	Captopril	50mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
97.	Carvedilol	6,5 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
98.	Carvedilol	12,5mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
99.	Carvedilol	25 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
100.	Digoxina	0,25mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
101.	Enalapril, Maleato	5mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
102.	Enalapril, Maleato	10mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
103.	Enalapril, Maleato	20mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
104.	Espironolactona	25mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
105.	Furosemida	40mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
106.	Hidroclorotiazida	25mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
107.	Losartana Potássica	50mg comprimido revestido	Farmácia da Unidade de Saúde
108.	Metoprolol	50mg comprimido revestido	Farmácia da Unidade de Saúde
109.	Metildopa	250mg comprimido revestido	Farmácia da Unidade de Saúde
110.	Nifedipino	20 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Medicamentos e Insumos que atuam sobre o Sistema Reprodutor:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
111.	Diafragma	Unidade	Farmácia da Unidade de Saúde
112.	Dispositivo Intra- Uterino (DIU)	Unidade	Farmácia da Unidade de Saúde
113.	Estrogenios Conjugados	0,625 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
114.	Gel Lubrificante	Sachê com 5g	Farmácia da Unidade de Saúde
115.	Levonorgestrel + Etinilestradiol	0,15mg + 0,03mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
116.	Levonorgestrel	0,75mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
117.	Medroxiprogesterona, Acetato	150mg/mL injetável ampola 1mL	Farmácia da Unidade de Saúde
118.	Noretisterona	0,35mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
119.	Noretisterona, Enantato + Estradiol, Valerato	50mg + 5mg/mL solução injetável ampola 1mL	Farmácia da Unidade de Saúde
120.	Preservativo Unidade Masculino 52mm	Unidade	Farmácia da Unidade de Saúde
121.	Preservativo Feminino	Unidade	Farmácia da Unidade de Saúde

Medicamentos que atuam sobre o Sistema Digestivo/Gastrointestinal

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
------	-------------	--------------	-----------------

122.	Hidróxido de Alumínio	61,5mg/mL suspensão oral frasco 100mL	Farmácia da Unidade de Saúde
123.	Domperidona	10 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
124.	Domperidona	1mg/ml suspensão oral	Farmácia da Unidade de Saúde
125.	Lactulose	667mg/ml suspensão 120 mL	Farmácia da Unidade de Saúde
126.	Metoclopramida, Cloridrato	4mg/mL solução oral frasco 10mL	Farmácia da Unidade de Saúde
127.	Metoclopramida, Cloridrato	10mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
128.	Omeprazol	20mg cápsula	Farmácia da Unidade de Saúde
129.	Ondansetrona	4 mg orodispersível	Farmácia da Unidade de Saúde

Medicamentos que atuam sobre o Sistema Nervoso Central:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
130.	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio)	500mg cápsula	Farmácia da Unidade de Saúde
131.	Ácido Valpróico (Valproato de Sódio)	50mg/mL xarope frasco 100mL	Farmácia da Unidade de Saúde
132.	Amitriptilina, Cloridrato	25mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
133.	Biperideno, Cloridrato	2mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
134.	Bupropiona	150mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
135.	Carbamazepina	200mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
136.	Citalopram	20 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
137.	Cinarizina	75 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
138.	Clonazepam	2,5mg/ml frasco 20ml	Farmácia da Unidade de Saúde
139.	Clonazepam	2mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
140.	Clorpromazina, Cloridrato	100mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
141.	Diazepam	5 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
142.	Escitalopram	10 mg	Farmácia da Unidade de Saúde
143.	Fenitoína	100mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
144.	Fenobarbital	100mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
145.	Fluoxetina, Cloridrato	20mg cápsula	Farmácia da Unidade de Saúde
146.	Fluoxetina	20mg/ml solução oral 20 mL	Farmácia da Unidade de Saúde
147.	Haloperidol	5mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
148.	Haloperidol	2mg/mL solução oral	Farmácia da Unidade de Saúde

149.	Lítio, Carbonato	300mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
150.	Levodopa + Carbidopa	250mg + 25mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
151.	Levodopa + Carbidopa	200mg + 50mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
152.	Levodopa + Benserazida	100mg + 25mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
153.	Levodopa + Benserazida	200mg + 50mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
154.	Levomepromazina	40mg/ml	Farmácia da Unidade de Saúde
155.	Mirtazapina	30 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
156.	Olanzapina	5 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
157.	Nortriptilina, Cloridrato	25 mg capsula	Farmácia da Unidade de Saúde
158.	Paroxetina	20 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
159.	Pregabalina	75 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
160.	Quetiapina	25 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
161.	Quetiapina	100 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
162.	Risperidona	1 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
163.	Risperidona	2 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
164.	Risperidona	1mg/ml solução oral	Farmácia da Unidade de Saúde
165.	Sertralina, Cloridrato	50mg comprimido revestido	Farmácia da Unidade de Saúde
166.	Topiramato	50 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
167.	Trazodona	100 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
168.	Venlafaxina	75 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
169.	Zolpidem	10 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Medicamentos que atuam sobre o Sistema Respiratório:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
170.	Acebrofilina	50mg/mL	Farmácia da Unidade de Saúde
171.	Acebrofilina	25mg/mL	Farmácia da Unidade de Saúde
172.	Ambroxol	15mg/5ml xarope frasco 100ml	Farmácia da Unidade de Saúde
173.	Ambroxol	30mg/5ml xarope frasco 100ml	Farmácia da Unidade de Saúde
174.	Budesonida	32mcg	Farmácia da Unidade de Saúde
175.	Cloreto de Sódio	0,9% 250 mL	Farmácia da Unidade de Saúde
176.	Formoterol + Budesonida	400mcg + 12 mcg	Farmácia da Unidade de Saúde

177.	Ipratrópio, Brometo	0,25mg/mL solução inalante frasco 20mL	Farmácia da Unidade de Saúde
178.	Paracetamol + Clorfeniramina + Fenilefrina	400 mg + 4 mg + 4 mg	Farmácia da Unidade de Saúde

Medicamentos utilizados para o sistema urinário

179.	Doxazosina	4 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
180.	Finasterida	5 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Medicamentos utilizados no Tratamento/Prevenção da Osteoporose:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
181.	Alendronato de Sódio	70mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
182.	Calcio, Carbonato	1.250mg (equivalente a 500mg de cálcio) comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
183.	Cálcio, Carbonato + Colecalciferol	600mg + 400UI comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

Vitaminas e Sais Minerais:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
184.	Ácido Fólico	5mg comprimido revestido	Farmácia da Unidade de Saúde
185.	Sais para Reidratação Oral	Pó para solução oral envelope 27,9g	Farmácia da Unidade de Saúde
186.	Sulfato Ferroso	25mg/mL solução oral frasco 30mL	Farmácia da Unidade de Saúde
187.	Sulfato Ferroso	40mg comprimido revestido	Farmácia da Unidade de Saúde
188.	Ferripolimaltose	100 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
189.	Glicosamina, sulfato	1,5 g pó para solução oral	Farmácia da Unidade de Saúde
190.	Retinol, acetato + Colecalciferol	50.000ui/mL + 10.000ui/ mL	Farmácia da Unidade de Saúde
191.	Vitaminas do Complexo B	B1 4mg + B2 2mg + B3 10mg + B5 2mg + B6 1mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde
192.	Vitamina D	200ui gotas	Farmácia da Unidade de Saúde

Ocular/Otológico

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
193.	Ciprofloxacino + Hidrocortisona	2 mg/ml + 10 mg/ml	Farmácia da Unidade de Saúde
194.	Ciprofloxacino + Dexametasona	3,5mg/ml + 1 mg/ml	Farmácia da Unidade de Saúde

Formulas Nutricionais

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
195.	Formula infantil	0-6 meses	Farmácia da Unidade de Saúde
196.	Fortini	Infantil	Farmácia da Unidade de Saúde
197.	Fresubin	Adulto	Farmácia da Unidade de Saúde

1.2 MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESTRATÉGICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Componente destinado a atender os seguintes programas estratégicos de saúde: I - controle de endemias, tais como a tuberculose, a hanseníase e outras doenças endêmicas de abrangência nacional ou Distrital; II - antirretrovirais do programa DST/AIDS; entre outros.

1.3 MEDICAMENTOS/INSUMOS PARA O TRATAMENTO DO TABAGISMO:

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
198.	Nicotina	Goma de mascar 02mg	Farmácia da Unidade de Saúde
199.	Nicotina	Adesivo 07mg	Farmácia da Unidade de Saúde
200.	Nicotina	Adesivo 14mg	Farmácia da Unidade de Saúde
201.	Nicotina	Adesivo 21mg	Farmácia da Unidade de Saúde
202.	Bupropiona, Cloridrato	150mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

2.2. MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DA SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE – SRAG: Cabe a Gerência de Assistência Farmacêutica, a avaliação do consumo e estoques, e a solicitação à SES/SC, estarão disponíveis na Unidade Sanitária e Hospitalar do Município.

Item	Medicamento	Apresentação	Local de Acesso
203.	Oseltamivir	70 mg comprimido	Farmácia da Unidade de Saúde

MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Componente cujos medicamentos são dispensados conforme critérios estabelecidos em portarias do Ministério da Saúde, que podem ser acessadas através do link:

< <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/resultado-busca/medicamentos-excepcionais/470-componente-especializado-da-assistencia-farmacutica-ceaf> >

A aquisição e a realização das análises técnicas dos processos de solicitação destes medicamentos são de responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Estadual de Saúde (DIAF/SES/SC). A abertura dos processos para solicitação e a dispensação dos medicamentos ocorrem na Farmácia da Unidade de Saúde.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.594, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051668

LEI ORDINÁRIA Nº 1.594, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Abre Créditos Adicionais Suplementares no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Créditos Adicionais Suplementares das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

Elemento de Despesa: 3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos

Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 100.000,00

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação nas dotações constantes no art. 1º ocorrerão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade: 2.025 - Operacionalização das Estratégias Saúde da Família - ESF

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 65.000,00

Projeto/Atividade: 2.026 – Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade: 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrat.
Recurso: 1.500.1002.0002 -Receita Imp. E Transf. De Impostos – Saúde.....R\$ 100.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 10 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL
Prefeito Municipal

Conferido e registrado.
Para publicação no DOM/SC.

_____/_____/_____

Ligia Libera Venturin
Assistente Administrativo

LEI ORDINÁRIA Nº 1.595, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051669

LEI ORDINÁRIA Nº 1.595, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo a custear despesas com a realização de Eventos Festivos em Comemoração ao Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Lindóia do Sul

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas com a realização de eventos alusivos a Comemoração ao Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Lindóia do Sul, a serem realizados no mês de dezembro do corrente ano

Parágrafo único. Todos os documentos relativos às despesas de até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), incluindo empenhos, ordens de pagamento, contrato, etc., serão publicados na forma da Lei.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 10 de agosto de 2023.

NEUDI ANGELO BERTOL
Prefeito Municipal

Conferido e registrado.
Para publicação no DOM/SC.

_____/_____/_____

Ligia Libera Venturin
Assistente Administrativo

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 143/2023

Publicação Nº 5051791

DECRETO Nº 143/2023

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R\$ 546.000,00 (quinhentos e quarenta e seis mil reais)."

O PREFEITO DE LONTRAS, Estado de Santa Catarina, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 2714 de 13 de Dezembro de 2022:
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 546.000,00 (quinhentos e quarenta e seis mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2023 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):		
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria da Administracao		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria da Administracao	
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0003.2004	Atividade:Manutenção da Secretaria de Administração	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	150070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 280.000,00
Secretaria da Administracao		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria da Administracao	
Funcional Programática: 03.001.0028.0843.0017.0002	Atividade:Amortização e Encargos da Divida Fundada Interna	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3290000000 - Aplicações diretas	150070000000 - Recursos não vinculados de Impostos	R\$ 185.000,00
Secretaria da Administracao		
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria da Administracao	
Funcional Programática: 03.001.0028.0843.0017.0002	Atividade:Amortização e Encargos da Divida Fundada Interna	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4690000000 - Aplicações diretas	150070000000 - Recur/sos não vinculados de Impostos	R\$ 81.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 546.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1113010100 - Imposto sobre a renda de pessoa física - irpf - Principal, 1721500100 - Cota-parte do ICMS - Principal da fonte 150070000000 - Recursos não vinculados de Impostos nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 10 de agosto de 2023.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

Luiz Alves**PREFEITURA****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023 - PREF**

Publicação Nº 5052571

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2CFBB1342A3E0F524BB52EBAB3734353CDEA3159

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2023
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023****LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO DESTINADO À MEL,
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.****Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS
CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E
MÁQUINAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES E SUAS SECRETARIAS.****Tipo:** Menor Preço por Item.**Recebimento das propostas:** das 08h 00min do dia 15/08/2023 até às 08h 00min do dia 28/08/2023.**Abertura e julgamento das propostas:** a partir das 08h 00min do dia 28/08/2023.**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** a partir das 10h 00min do dia 28/08/2023.**Referência de tempo:** horário de Brasília (DF).**Local:** <http://bnc.org.br/> - (Bolsa Nacional de Compras – BNC).**Retirada do Edital:** *in loco*, no site: <https://luizalves.atende.net/> ou pela plataforma <http://bnc.org.br/>.Luiz Alves, 11 de agosto de 2023.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO/TERMO DE DOAÇÃO N.º 89/2023 - PREF

Publicação Nº 5051857

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AEEF8838E43195D8853E53F33510E410BACD03EA

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES****EXTRATO DO CONTRATO/TERMO DE DOAÇÃO N.º 89/2023
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 195/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 170/2023****Doador:** MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.**Donatário:** FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL - FUMPC – CNPJ 07.188.579/0001-07.**Objeto:** DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS À DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE LUIZ ALVES.**Dos valores:** O valor total dos bens doados é de R\$10.474,00 (dez mil, quatrocentos e setenta e quatro reais).**Da vigência:** A presente doação possui vigência a partir da data da assinatura do termo/contrato de doação de bens móveis.**Fundamento legal:** Lei 14.133/2021, art. 76, inciso II, alínea “a”.

Luiz Alves, 11 de agosto de 2023.

Marcos Pedro Veber
Prefeito MunicipalRua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 5349

Publicação Nº 5052826

PORTARIA Nº 5348 /2023
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público abaixo relacionado:

NOME	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO	DIAS
IANA SALETE SPANHOLO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/04/2013 A 30/03/2018	14/08/2023 A 28/08/2023	15 DIAS

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
em 11 de Agosto de 2023.

EDGARD FARINON
Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 186/2023, DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 021/2023 - DISP

Publicação Nº 5051802

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FABFA840D47A14B07E1473450442A5115D83C17D

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo administrativo nº 186/2023, Dispensa por Justificativa nº 021/2023 - DISP

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA / Prefeitura Municipal de Mafra

Contratada: 12716 - ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.

05.063.653/0010-24

Objeto: Contratação de serviço de mão de obra e aquisição de peças, componentes e frete de deslocamento para revisão, durante o período de garantia técnica, da Retroescavadeira JCB 3CX Chassis S0R3CXTTVP3260049 Ano Modelo 2023 e Retroescavadeira JBC Chassis S0R3CXT-TCP3260048 Ano Modelo 2023 de propriedade do Município de Mafra, com recursos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Fundamento legal: Art. 24, inc. XVII

Justificativa: Evidenciam os fundamentos jurídicos e motivam esta contratação os fatos apresentados no Ofício 663/2023/OBRAS, emitido pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos em 5 de junho de 2023, de onde se extrai que "devido a Escavadeira JCB 3CX Chassis S0R-3CXTTVP3260049 Ano Modelo 2023 e Escavadeira JBC Chassis S0R3CXTTCP3260048 Ano Modelo 2023 estarem na garantia e o serviço não poder ser realizado em oficinas alternativas há necessidade de realizar os serviços em uma autorizada".

Valor total: R\$ 34.009,16 (trinta e quatro mil e nove reais e dezesseis centavos)

DESPACHO FINAL: De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e levando em consideração os termos do parecer jurídico expedido pela Procuradoria-Geral do Município, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o Art. 24, inc. XVII

Mafra /SC, 10 de agosto de 2023.

EMERSON MAAS

PREFEITO MUNICIPAL

CHAVE NO TCE: FABFA840D47A14B07E1473450442A5115D83C17D

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA – Nº 045/2023 (NOVA DATA DE ABERTURA

Publicação Nº 5051956

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 14D7240D0634C67EF6593109187A48B2D282D383

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA –

Nº 045/2023

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO para contratação de empresa especializada no fornecimento, adaptação e execução de Concursos e Processos Seletivos, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h:00min, do dia 28/08/2023. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 28/08/2023. Início da disputa 09h00min do dia 28/08/2023. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br e www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Chave TCE: 14D7240D0634C67EF6593109187A48B2D282D383

Mafra (SC), 11 de agosto de 2023.

Emerson Maas

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 113/2023

Publicação Nº 5053703

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 113/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: JW SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ sob nº 46.851.795.0001-42

Origem: Processo Licitatório n.º 101/2023, Credenciamento nº 004/2023

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Credenciamento de Médicos para composição das Equipes Mínimas em Estratégias de Saúde da Família (ESF) no Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, onde a secretaria se responsabilizará em alocar cada profissional, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 004/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 01/08/2023, devidamente homologado pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Valor total: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município é de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) mensais;

Data de Assinatura: 11 de agosto de 2023.

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o término da vigência do edital, ou até o preenchimento das vagas por profissionais do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde ou de futuro processo seletivo a ser realizado, qual venha a ocorrer antes.

Dotação Orçamentária:

- Ação: 2.271 - Captação ponderada - Estratégia Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF
- Dotação: 352
- Fonte: 1.500.1002

- Ação: Ações Estratégicas - Programa Saúde na Hora, Sistema Prisional e outras ações estratégicas
- Dotação: 355
- Fonte: 1.600.0000

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 114/2023

Publicação Nº 5053708

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 114/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CARVALHO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ sob nº 47.210.674.0001-84

Origem: Processo Licitatório n.º 101/2023, Credenciamento nº 004/2023

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Credenciamento de Médicos para composição das Equipes Mínimas em Estratégias de Saúde da Família (ESF) no Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, onde a secretaria se responsabilizará em alocar cada profissional, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 004/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 01/08/2023, devidamente homologado pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Valor total: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município é de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) mensais;

Data de Assinatura: 11 de agosto de 2023.

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o término da vigência do edital, ou até o preenchimento das vagas por profissionais do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde ou de futuro processo seletivo a ser realizado, qual venha a ocorrer antes.

Dotação Orçamentária:

- Ação: 2.271 - Captação ponderada - Estratégia Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF
- Dotação: 352
- Fonte: 1.500.1002

- Ação: Ações Estratégicas - Programa Saúde na Hora, Sistema Prisional e outras ações estratégicas
 - Dotação: 355
 - Fonte: 1.600.0000
- Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 115/2023

Publicação Nº 5053710

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 115/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: VITAL SAÚDE HERNANDEZ

CNPJ sob nº 49.437.087/0001-58

Origem: Processo Licitatório n.º 101/2023, Credenciamento nº 004/2023

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Credenciamento de Médicos para composição das Equipes Mínimas em Estratégias de Saúde da Família (ESF) no Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, onde a secretaria se responsabilizará em alocar cada profissional, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 004/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 01/08/2023, devidamente homologado pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Valor total: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município é de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) mensais;

Data de Assinatura: 11 de agosto de 2023.

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o término da vigência do edital, ou até o preenchimento das vagas por profissionais do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde ou de futuro processo seletivo a ser realizado, qual venha a ocorrer antes.

Dotação Orçamentária:

- Ação: 2.271 - Captação ponderada - Estratégia Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF
- Dotação: 352
- Fonte: 1.500.1002

- Ação: Ações Estratégicas - Programa Saúde na Hora, Sistema Prisional e outras ações estratégicas
 - Dotação: 355
 - Fonte: 1.600.0000
- Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 116/2023

Publicação Nº 5053714

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 116/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA CNPJ sob nº 395.280.068-68

Origem: Processo Licitatório n.º 101/2023, Credenciamento nº 004/2023

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Credenciamento de Médicos para composição das Equipes Mínimas em Estratégias de Saúde da Família (ESF) no Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, onde a secretaria se responsabilizará em alocar cada profissional, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 004/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 01/08/2023, devidamente homologado pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Valor total: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município é de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) mensais;

Data de Assinatura: 11 de agosto de 2023.

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o término da vigência do edital, ou até o preenchimento das vagas por profissionais do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde ou de futuro processo seletivo a ser realizado, qual venha a ocorrer antes.

Dotação Orçamentária:

- Ação: 2.271 - Captação ponderada - Estratégia Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF
- Dotação: 352
- Fonte: 1.500.1002

- Ação: Ações Estratégicas - Programa Saúde na Hora, Sistema Prisional e outras ações estratégicas
 - Dotação: 355
 - Fonte: 1.600.0000
- Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 117/2023

Publicação Nº 5053715

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 117/2023

Contratante:MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ELO SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

CNPJ sob nº 47.826.214/0001-85

Origem: Processo Licitatório n.º 101/2023, Credenciamento nº 004/2023

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Credenciamento de Médicos para composição das Equipes Mínimas em Estratégias de Saúde da Família (ESF) no Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, onde a secretaria se responsabilizará em alocar cada profissional, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 004/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 01/08/2023, devidamente homologado pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Valor total: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município é de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) mensais;

Data de Assinatura: 11 de agosto de 2023.

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o término da vigência do edital, ou até o preenchimento das vagas por profissionais do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde ou de futuro processo seletivo a ser realizado, qual venha a ocorrer antes.

Dotação Orçamentária:

- Ação: 2.271 - Captação ponderada - Estratégia Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF

- Dotação: 352

- Fonte: 1.500.1002

- Ação: Ações Estratégicas - Programa Saúde na Hora, Sistema Prisional e outras ações estratégicas

- Dotação: 355

- Fonte: 1.600.0000

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 118/2023

Publicação Nº 5053731

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 119/2023

Contratante:MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: JDS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ sob nº 50.374.418/0001-37

Origem: Processo Licitatório n.º 101/2023, Credenciamento nº 004/2023

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Credenciamento de Médicos para composição das Equipes Mínimas em Estratégias de Saúde da Família (ESF) no Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, onde a secretaria se responsabilizará em alocar cada profissional, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 004/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 01/08/2023, devidamente homologado pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Valor total: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município é de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) mensais;

Data de Assinatura: 11 de agosto de 2023.

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o término da vigência do edital, ou até o preenchimento das vagas por profissionais do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde ou de futuro processo seletivo a ser realizado, qual venha a ocorrer antes.

Dotação Orçamentária:

- Ação: 2.271 - Captação ponderada - Estratégia Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF

- Dotação: 352

- Fonte: 1.500.1002

- Ação: Ações Estratégicas - Programa Saúde na Hora, Sistema Prisional e outras ações estratégicas

- Dotação: 355

- Fonte: 1.600.0000

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 118/2023

Publicação Nº 5053726

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 118/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: HEALTH E CARE CONSULTORIA, PESQUISA ATENDIMENTO E GESTÃO DE SAÚDE LTDA

CNPJ sob nº 28.523.669/0001-87

Origem: Processo Licitatório n.º 101/2023, Credenciamento nº 004/2023

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Credenciamento de Médicos para composição das Equipes Mínimas em Estratégias de Saúde da Família (ESF) no Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, onde a secretaria se responsabilizará em alocar cada profissional, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 004/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 01/08/2023, devidamente homologado pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Valor total: Considerando as quantidades estimadas no Anexo I do presente edital, o valor previsto para atender as despesas referentes a contratação de prestadores de serviços de consultas clínicas médicas, para atendimento na unidade de saúde do município é de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) mensais;

Data de Assinatura: 11 de agosto de 2023.

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o término da vigência do edital, ou até o preenchimento das vagas por profissionais do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde ou de futuro processo seletivo a ser realizado, qual venha a ocorrer antes.

Dotação Orçamentária:

- Ação: 2.271 - Captação ponderada - Estratégia Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF

- Dotação: 352

- Fonte: 1.500.1002

- Ação: Ações Estratégicas - Programa Saúde na Hora, Sistema Prisional e outras ações estratégicas

- Dotação: 355

- Fonte: 1.600.0000

Foro: Comarca de Mafra

GABARITO OFICIAL - PROVA OBJETIVA - EDITAL 001/2023

Publicação N° 5052040

Processo Unificado para Escolha de Membros do Conselho Tutelar**Edital/CMDCA/001/2023 – MAFRA/SC****Empresa Executora:** Squadra Assessoria e Consultoria LTDA**CNPJ:** 18.933.882/0001-03**Endereço:** Rua XV de Novembro - 649 - Salas 03 e 04 - Centro - Pomerode – SC.**Responsável Técnico:** Jonas Gomes dos Santos**Contato:** jonas@consultoriasquadra.com.br**RESULTADO OFICIAL****DO RESULTADO OFICIAL**

Respeitosamente a Empresa Squadra Assessoria e Consultoria LTDA, por meio de sua BANCA, representada pelo Responsável Técnico, informa ao CMDCA de Mafra/SC, o resultado oficial de prova objetiva aplicada na data de 30/07/2023, nos termos do Edital 001/2023.

DOS CANDIDATOS.

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº ACERTOS	NOTA
21	ADRIELLI ANELLIZE DE MIRA	15	37,5
08	ALESSANDRA DUTRA MENZE	25	62,5
22	ANDREA PAULINO	31	77,5
15	CLAUDIO DAVID JUNIOR	22	55
03	EDINARA TERESINHA WITT NADOLNY	34	85
07	EDSON MARCOS MENDES	31	77,5
11	FABIO RODRIGUES	30	75
10	GISLAINE APARECIDA SENHORELLI	19	47,5
20	JULIANA MARIA BUENO DA SILVA PRESTES	33	82,5
05	LISLANE APARECIDA KIATKOSKI CARDOSO	31	77,5
13	LUZIA KRAIEVSKI	30	75
01	MARILSA RIBOVSKI	29	72,5
23	MICHELE DE ESPÍNDOLA SIMÕES DA MATTA	23	57,5
17	NANDYRA ROSENDA MARX BACELLAR KUIAWSKI	31	77,5
02	NATHALIE MARIA PIVOVAR DLUGOSZ	33	82,5
14	ROSANGELA DE FATIMALOURENÇO DA SILVA CUSTODIO DOS SANTOS	29	72,5
16	SILVIO CESAR SCHULTZ	21	52,5
06	VANESSA ZAMARO BATISTA SIGRIST	25	62,5
09	YOHANA FARINHA COSTA	30	75

DOS FALTANTES.

Ketlin Wolf da Silva, Inscrição nº 04.

DOS RECURSOS

Não houve interposição de recursos.

DOS REPROVADOS

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº ACERTOS	NOTA
21	ADRIELLI ANELLIZE DE MIRA	15	37,5
15	CLAUDIO DAVID JUNIOR	22	55
10	GISLAINE APARECIDA SENHORELLI	19	47,5
23	MICHELE DE ESPÍNDOLA SIMÕES DA MATTA	23	57,5
16	SILVIO CESAR SCHULTZ	21	52,5

Processo Unificado para Escolha de Membros do Conselho Tutelar
Edital/CMDCA/001/2023 – MAFRA/SC
Empresa Executora: Squadra Assessoria e Consultoria LTDA
CNPJ: 18.933.882/0001-03
Endereço: Rua XV de Novembro - 649 - Salas 03 e 04 - Centro - Pomerode – SC.
Responsável Técnico: Jonas Gomes dos Santos
Contato: jonas@consultoriasquadra.com.br

DOS APROVADOS

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº ACERTOS	NOTA
08	ALESSANDRA DUTRA MENZE	25	62,5
22	ANDREA PAULINO	31	77,5
03	EDINARA TERESINHA WITT NADOLNY	34	85
07	EDSON MARCOS MENDES	31	77,5
11	FABIO RODRIGUES	30	75
20	JULIANA MARIA BUENO DA SILVA PRESTES	33	82,5
05	LISLANE APARECIDA KIATKOSKI CARDOSO	31	77,5
13	LUZIA KRAIEVSKI	30	75
01	MARILSA RIBOVSKI	29	72,5
17	NANDYRA ROSENDA MARX BACELLAR KUIAWSKI	31	77,5
02	NATHALIE MARIA PIVOVAR DLUGOSZ	33	82,5
14	ROSANGELA DE FATIMALOURENÇO DA SILVA CUSTODIO DOS SANTOS	29	72,5
06	VANESSA ZAMARO BATISTA SIGRIST	25	62,5
09	YOHANA FARINHA COSTA	30	75

Pomerode, 11 de agosto de 2023.

Assinado de forma digital por Jonas Gomes dos Santos
Dados: 2023.08.11 08:34:19 -03'00'

Jonas Gomes dos Santos
Jonas Gomes dos Santos
Assistente Social CRESS/RS 11.239
Responsável Técnico – PU CT 2023
Squadra Assessoria e Consultoria

RESULTADO OFICIAL - EDITAL 001/2023

Publicação Nº 5052034

Processo Unificado para Escolha de Membros do Conselho Tutelar**Edital/CMDCA/001/2023 – MAFRA/SC****Empresa Executora:** Squadra Assessoria e Consultoria LTDA**CNPJ:** 18.933.882/0001-03**Endereço:** Rua XV de Novembro - 649 - Salas 03 e 04 - Centro - Pomerode – SC.**Responsável Técnico:** Jonas Gomes dos Santos**Contato:** jonas@consultoriasquadra.com.br**RESULTADO OFICIAL****DO RESULTADO OFICIAL**

Respeitosamente a Empresa Squadra Assessoria e Consultoria LTDA, por meio de sua BANCA, representada pelo Responsável Técnico, informa ao CMDCA de Mafra/SC, o resultado oficial de prova objetiva aplicada na data de 30/07/2023, nos termos do Edital 001/2023.

DOS CANDIDATOS.

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº ACERTOS	NOTA
21	ADRIELLI ANELLIZE DE MIRA	15	37,5
08	ALESSANDRA DUTRA MENZE	25	62,5
22	ANDREA PAULINO	31	77,5
15	CLAUDIO DAVID JUNIOR	22	55
03	EDINARA TERESINHA WITT NADOLNY	34	85
07	EDSON MARCOS MENDES	31	77,5
11	FABIO RODRIGUES	30	75
10	GISLAINE APARECIDA SENHORELLI	19	47,5
20	JULIANA MARIA BUENO DA SILVA PRESTES	33	82,5
05	LISLANE APARECIDA KIATKOSKI CARDOSO	31	77,5
13	LUZIA KRAIEVSKI	30	75
01	MARILSA RIBOVSKI	29	72,5
23	MICHELE DE ESPÍNDOLA SIMÕES DA MATTA	23	57,5
17	NANDYRA ROSENDA MARX BACELLAR KUIAWSKI	31	77,5
02	NATHALIE MARIA PIVOVAR DLUGOSZ	33	82,5
14	ROSANGELA DE FATIMALOURENÇO DA SILVA CUSTODIO DOS SANTOS	29	72,5
16	SILVIO CESAR SCHULTZ	21	52,5
06	VANESSA ZAMARO BATISTA SIGRIST	25	62,5
09	YOHANA FARINHA COSTA	30	75

DOS FALTANTES.

Ketlin Wolf da Silva, Inscrição nº 04.

DOS RECURSOS

Não houve interposição de recursos.

DOS REPROVADOS

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº ACERTOS	NOTA
21	ADRIELLI ANELLIZE DE MIRA	15	37,5
15	CLAUDIO DAVID JUNIOR	22	55
10	GISLAINE APARECIDA SENHORELLI	19	47,5
23	MICHELE DE ESPINDOLA SIMÕES DA MATTA	23	57,5
16	SILVIO CESAR SCHULTZ	21	52,5

Processo Unificado para Escolha de Membros do Conselho Tutelar
Edital/CMDCA/001/2023 – MAFRA/SC
Empresa Executora: Squadra Assessoria e Consultoria LTDA
CNPJ: 18.933.882/0001-03
Endereço: Rua XV de Novembro - 649 - Salas 03 e 04 - Centro - Pomerode – SC.
Responsável Técnico: Jonas Gomes dos Santos
Contato: jonas@consultoriasquadra.com.br

DOS APROVADOS

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº ACERTOS	NOTA
08	ALESSANDRA DUTRA MENZE	25	62,5
22	ANDREA PAULINO	31	77,5
03	EDINARA TERESINHA WITT NADOLNY	34	85
07	EDSON MARCOS MENDES	31	77,5
11	FABIO RODRIGUES	30	75
20	JULIANA MARIA BUENO DA SILVA PRESTES	33	82,5
05	LISLANE APARECIDA KIATKOSKI CARDOSO	31	77,5
13	LUZIA KRAIEVSKI	30	75
01	MARILSA RIBOVSKI	29	72,5
17	NANDYRA ROSENDA MARX BACELLAR KUJAWSKI	31	77,5
02	NATHALIE MARIA PIVOVAR DLUGOSZ	33	82,5
14	ROSANGELA DE FATIMALOURENÇO DA SILVA CUSTODIO DOS SANTOS	29	72,5
06	VANESSA ZAMARO BATISTA SIGRIST	25	62,5
09	YOHANA FARINHA COSTA	30	75

Pomerode, 11 de agosto de 2023.

Assinado de forma digital por Jonas Gomes dos Santos
Dados: 2023.08.11 08:34:19 -03'00'

Jonas Gomes dos Santos
Assistente Social CRESS/RS 11.239
Responsável Técnico – PU CT 2023
Squadra Assessoria e Consultoria

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO Nº 102/2023

Publicação Nº 5053956

DECRETO Nº 102 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do Artigo 75 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 1341 de 20 de dezembro de 2022 – LOA 2023 e nos termos do Inciso II, do § 1º do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 1.851.200,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil e duzentos reais), para suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2023 do Município de Maracajá, como segue:

ÓRGÃO	03001	Secretaria de Administração e Finanças	
PROJETO/ATIVIDADE	0001	Amortização do Principal, Encargos da Dívida, Precatórios e PASEP	
ELEMENTO	3290	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	5	Recurso	500
VALOR: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)			

ÓRGÃO	03001	Secretaria de Administração e Finanças	
PROJETO/ATIVIDADE	2004	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
ELEMENTO	3190	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	12	Recurso	500
VALOR: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)			

ÓRGÃO	03001	Secretaria de Administração e Finanças	
PROJETO/ATIVIDADE	2004	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
ELEMENTO	3390	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	16	Recurso	500
VALOR: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)			

ÓRGÃO	05001	Depto. De Educação, Cultura e Esportes	
PROJETO/ATIVIDADE	2012	Manutenção da Educação Infantil	
ELEMENTO	3190	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	39	Recurso	540
VALOR: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)			

ÓRGÃO	05001	Depto. De Educação, Cultura e Esportes	
PROJETO/ATIVIDADE	2046	Manutenção das Atividades de Promoção da Cultura	
ELEMENTO	3390	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	58	Recurso	500
VALOR: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)			

ÓRGÃO	07001	Depto. De Obras, Habitação e Serv. Urbanos	
PROJETO/ATIVIDADE	1017	Pavimentação de Vias Públicas	
ELEMENTO	4493	Aplicações Direta Decorrente de OP. Entre Órgãos	
CÓDIGO REDUZIDO	81	Recurso	500
VALOR: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)			

ÓRGÃO	07001	Depto. De Obras, Habitação e Serv. Urbanos	
PROJETO/ATIVIDADE	2038	Manutenção do Depto. de Obras, Habitação e Serv. Urbanos	
ELEMENTO	3371	Transferências a Consórcios Públicos	
CÓDIGO REDUZIDO	76	Recurso	500
VALOR: R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais)			

ÓRGÃO	13001	Fundo Municipal de Assistência Social	
PROJETO/ATIVIDADE	2026	Atenção as Famílias	
ELEMENTO	3190	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	87	Recurso	500

VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

ÓRGÃO	16001	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	
PROJETO/ATIVIDADE	2050	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	
ELEMENTO	3190	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	104	Recurso	500
VALOR: R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais)			

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 11 de Agosto de 2023

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 11 de Agosto de 2023.

REJANE PEREIRA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA 142/2023

Publicação N° 5052742

Portaria n° 142 de 10 de agosto de 2023.**EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 914/2012,

RESOLVE :

Art.1º-Exonera a pedido a partir de 04 de agosto de 2023, o Servidor(a) **LEZIANE DA ROSA M.GENEROSO**, ocupante do cargo de Monitora de Ônibus-ACT, contrato AST n° 079 de 09 de fevereiro de 2023, MAT.3280, CPF 059.320.859-59, nascida em 11 de Junho de 1988;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de agosto de 2023.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial ao contrato AST n° 079 de 09/02/2023.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de agosto de 2023.

Anibal Brambila
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração municipal, em 10 de agosto de 2023.

Rejane Pereira dos Santos
Secretária de Administração

PORTARIA 143/2023

Publicação N° 5052743

Portaria n° 143 de 10 de agosto de 2023.**EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 914/2012,

RESOLVE :

Art.1º-Exonera a pedido a partir de 10 de agosto de 2023, o Servidor(a) **MARIA EDUARDA DA SILVA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Auxiliar de Agente Administrativo-ACT, contrato AST n° 058 de 06 de fevereiro de 2023, MAT.3259, CPF 012.662.609-00, nascida em 27 de setembro de 2004;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial ao contrato AST n° 058 de 06/02/2023.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de agosto de 2023.

Anibal Brambila
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração municipal, em 10 de agosto de 2023.

Rejane Pereira dos Santos
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 813/2023

Publicação Nº 5051644

DECRETO Nº 813, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e Edital de Chamada Pública 11/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário emergencial, pelo período de 01 de agosto de 2023 a 22 de dezembro de 2023, DILCELIA APARECIDA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 01 de agosto de 2023.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 814/2023

Publicação Nº 5051648

DECRETO Nº 814, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre prorrogação de contratação temporária de servidores municipais por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado a contratação temporária da Servidora EDENIR SIQUEIRA, a partir do dia 28 de julho de 2023 a 22 de dezembro de 2023, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/07/2023.

Maravilha – SC, 04 de agosto de 2023.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 815/2023

Publicação Nº 5051650

DECRETO Nº 815, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre prorrogação de contratação temporária de servidores municipais por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado a contratação temporária da Servidora CAROLINE ORTIZ, a partir do dia 04 de agosto de 2023 a 22 de dezembro de 2022, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de agosto de 2023.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 816/2023

Publicação Nº 5051652

DECRETO Nº 816, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre prorrogação de contratação temporária de servidores municipais por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado a contratação temporária da Servidora NADIA AGOSTINI FAVERO, a partir do dia 04 de agosto de 2023 a 22 de dezembro de 2022, ocupante do cargo de Médico do Trabalho, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de agosto de 2023.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 817/2023

Publicação Nº 5051653

DECRETO Nº 817, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre prorrogação de contratação temporária de servidores municipais por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado a contratação temporária da Servidora SOELI MARIA ZORTEA, a partir do dia 04 de agosto de 2023 a 22 de dezembro de 2022, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de agosto de 2023.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 818/2023

Publicação Nº 5051654

DECRETO Nº 818, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre prorrogação de contratação temporária de servidores municipais por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado a contratação temporária da Servidora MARIA APARECIDA BATISTA, a partir do dia 04 de agosto de 2023 a 22 de dezembro de 2022, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de agosto de 2023.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 819/2023

Publicação Nº 5051655

DECRETO Nº 819, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre prorrogação de contratação temporária de servidores municipais por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado a contratação temporária da Servidora SILVANIA LEMES DE SOUZA POTT, a partir do dia 04 de agosto de 2023 a 22 de dezembro de 2022, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de agosto de 2023.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 144/2023

Publicação Nº 5053420

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7F2C06FCD7F03820222B905525646F3274BF4D3B

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 144/2023 - Modalidade Pregão Presencial n. 144/2023 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Senhor Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha - SC, AIRTO GONÇALVES, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, para posterior aquisição, conforme necessidade, a prestação de serviço de recolhimento de entulhos para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/06, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 24 de agosto de 2023 até às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 11 de agosto de 2023. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N.142/2023

Publicação Nº 5053179

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B07F045CFCCFEBEC901EE9F3C4A86DF4511E37BF

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 142/2023 - Modalidade Pregão Presencial n. 142/2023 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha - SC, GELSON ROSSETTO, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de material de iluminação para a decoração natalina em diversos locais do Município de Maravilha - SC, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 25 de agosto de 2023, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07:30h às 11:30 horas e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 11 de agosto de 2023. GELSON ROSSETTO – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo.

Marema

PREFEITURA

DECRETO N. 0187-2023 - ANA LUIZA PERETTI EXONERAÇÃO

Publicação Nº 5053549

DECRETO Nº 0187/2023

DE 10/08/2023

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ANA LUIZA PERETTI DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA EM CARATER TEMPORARIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MAURI DAL BELLO, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,

CONSIDERANDO decreto de nomeação 0156/2023 de 03/07/2023.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração a pedido da servidora pública municipal ANA LUIZA PERETTI em caráter temporário, na função de Fisioterapeuta ACT 20 h junto a Secretaria Municipal de Saúde, em consequência do serviço público municipal, constante no Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 048/2018.

Art. 2º- O presente decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de agosto de 2023.

MAURI DAL BELLO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Matos Costa

PREFEITURA

DECRETO Nº 081/2023

Publicação Nº 5053774

DECRETO N.º081/2023 – de 11 de agosto de 2023.
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002407/2023 de 09 de agosto de 2023:

DECRETA:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$43.371,24 (Quarenta e três mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos),no orçamento fiscal do corrente exercíciofinanceiro, daPrefeiturade Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
PROJ/ATIV	2.049	Manutenção das Festividades e Atividades Cult	
DOTAÇÃO	3.3.50.00.00.00.1.715.0000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 65	25.615,05
DOTAÇÃO	3.3.50.00.00.00.1.716.0000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 65	12.503,93
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1.715.0000	Aplicação Direta – 65	5.252,26

Art. 2º - Para o suporte do Crédito AdicionalEspecialde que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo provável excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 11 de agostode 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO
Prefeito Municipal
O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Oderlaine N S Moraes
Assistente Administrativo II

DECRETO Nº 082/2023

Publicação Nº 5053863

DECRETO N.º 082/2023 – de 11 de agosto de 2023.
SÚMULA: Nomeação de Comissão Avaliadora Municipal.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº 2.367/2022 de 08 de setembro de 2022.

DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados para comporem a Comissão Avaliadora Municipal para escolha de Diretor(a) das Unidades de Ensino do Município de Matos Costa.

- I – Roberval Rogério Invernizzi – Representante da APP.
- II – Sirlene Raquel Zamboni Freisleben–Representante do Conselho Escolar
- III – Patricia Sandak– Representante dos Servidores Municipais Efetivos
- IV – Carim Cristina Carneiro – Representante do Conselho Municipal da Educação.
- V – Roberta Dionéia Nestor – Representante da Secretaria Municipal de Educação de Matos Costa.
- VI –Osnei Jableski– Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Matos Costa.
- VII – Vinícius José Besciak–Procurador do Município de Matos Costa.

Art. 2º - A Comissão tem por atribuição avaliar os documentos dos(as) candidatos(as) e o conteúdo do Plano de Gestão, conforme as etapas definidas na Lei Municipal nº 2.367/2022.

Art. 3º - A Comissão será presidida pelo Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 11 de agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Oderlaine N S Moraes

Assistente Administrativo II

EDITAL PROCESSO DE ESCOLHA DOS DIRETORES ESCOLARES MATOS COSTA

Publicação Nº 5054141

EDITAL Nº 001/2023

PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

O Município de Matos Costa, por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede na Rua Manoel Lourenço de Araújo, n. 137, Centro, torna público para o conhecimento dos interessados, a abertura de inscrições para o Processo de Escolha de Diretores Escolares para as unidades de ensino municipais de Matos Costa, nos termos da Lei

Municipal n. 2.367/2022, em consonância com o disposto na Resolução do Ministério da Educação nº1, de 27 de julho de 2022.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, onde se estabeleceu como princípios da Administração Pública a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 14, § 1º, Inciso I, da Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, Lei Federal do Novo FUNDEB;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução do Ministério da Educação nº1, de 27 de julho de 2022;

DECLARA Aberto e público o Processo de Escolha de Diretores Escolares para preenchimento de 2 (duas) vagas, a fim de suprir as necessidades do Sistema Municipal de Ensino de Matos Costa.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo de Escolha de Diretores Escolares, a que se destina o presente Edital, tem como meta o preenchimento de duas vagas, na forma definida nos termos do Título V, Da Escolha de Diretores Escolares para as unidades de ensino, da Lei Municipal n. 2.367/2022;

1.2 As vantagens pelo efetivo exercício dos Diretores escolares será observado o Art. 33 da Lei Complementar 049/2022, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Matos Costa.

1.3 O momento da convocação se dará na segunda quinzena de janeiro de 2024;

1.4 Os professores escolhidos para o exercício do cargo de Diretor Escolar passarão por avaliação anual a ser coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ser afastado no caso de avaliação negativa.

2 DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1 Para inscrição, o candidato deverá satisfazer as seguintes condições:

I - não acumular função, empregos ou cargos públicos, em qualquer esfera de Governo ou em qualquer Poder;

II - não haver impedimento legal ou judicial para exercer cargos públicos e, ainda, atender os demais requisitos previstos neste Edital;

III - ser professor(a) efetivo(a) do município e estar em pleno exercício de sua função;

IV - apresentar Certificado de Curso de Gestão Escolar, oferecido pelo Ministério de Educação AVAMEC (<https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/14703/informacoes>).

V - não estar em afastamento, readaptação ou em licença, de acordo com a Lei do funcionalismo público municipal;

VI- possuir disponibilidade para atuar em regime de dedicação integral, com o cumprimento de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, a fim de gerenciar a unidade de ensino em todo o seu funcionamento;

VII - não ter sofrido, no exercício de suas funções públicas, penalidades disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, comprovado mediante declaração de órgão competente da Administração Municipal, bem como não estar respondendo a processo administrativo disciplinar nas esferas federal, estadual ou municipal;

VIII - apresentar, no ato da inscrição, curriculum vitae ou currículo na base da Plataforma Lattes;

IX- apresentar documento comprobatório de regularidade fiscal com a Fazenda Pública, bem como certidão negativa de débitos junto à Receita Federal;

- X - comprovar a conclusão em curso de graduação em Pedagogia ou curso de pós graduação lato sensu em educação, oferecido por instituição de Ensino Superior autorizada pelo Ministério da Educação (MEC);
- XI - apresentar, no ato da inscrição, o Plano de Gestão Escolar, conforme o Modelo do Anexo I deste Edital.
- XII - somente será admitida a inscrição do proponente no processo de escolha do Plano de Gestão Escolar para uma única unidade de ensino.

3 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

3.1 Cópia autenticada ou com certificação digital:

- 3.1.1 Diploma de conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia e/ou Certificado de conclusão de Curso de pós-graduação lato sensu em educação, oferecido por Instituição de Ensino Superior autorizada pelo Ministério da Educação (MEC);
- 3.1.2 Identidade e CPF.

3.2 Cópia simples:

- 3.2.1 Declaração emitida pela Prefeitura para comprovar não ter sofrido, no exercício de suas funções, penalidades disciplinares;
- 3.2.2 Certidão comprobatória de tempo de serviço público municipal;
- 3.2.3 Certificado ou declaração de curso de gestão oferecido ou indicado pela Secretaria Municipal de Educação;
- 3.2.4 Plano de gestão escolar do(a) candidato(a); (A secretaria disponibilizará um profissional para orientação na elaboração do Plano de Gestão)
- 3.2.5 Curriculum vitae ou Currículo na Plataforma Lattes;
- 3.2.6 Documento comprobatório de regularidade fiscal com a Fazenda Pública, bem como certidão negativa de débitos junto à Receita Federal.

4 DAS INSCRIÇÕES E HABILITAÇÃO

4.1 As inscrições serão feitas de forma exclusivamente presencial, no período compreendido entre 02 a 06 de outubro de 2023, das 8h às 12h e das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Educação de Matos Costa/SC, que irá remeter a documentação para a Comissão de Avaliação Municipal no dia 09 de outubro de 2023;

4.2 A inscrição do candidato implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento;

4.3 Não serão aceitas inscrições por outra via não prevista neste Edital, condicional ou extemporânea, assim como inscrição por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital;

4.4 As inscrições que não atendam a todos os requisitos estabelecidos neste Edital se tornarão sem efeito;

4.5 O candidato deverá entregar o "Requerimento de Inscrição" (Anexo II) preenchido com os documentos necessários, no local já especificado no item "4.1" deste Edital;

4.6 O Requerimento de Inscrição e os documentos comprobatórios deverão ser protocolados em envelope tipo ofício, identificado e lacrado, constando na parte externa da face frontal os seguintes dados: PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETORES ESCOLARES – EDITAL Nº 001/2023 UNIDADE ESCOLAR – (para qual está se candidatando) NOME – (nome completo);

4.7 Após a conferência do preenchimento do Requerimento de Inscrição e dos documentos comprobatórios citados no item "3" deste Edital, a Comissão de Avaliação Municipal deverá publicar a relação dos candidatos(as) considerados(as) qualificados(as), no dia 16 de outubro, no site oficial da Prefeitura de Matos Costa, com a indicação da data, local e horário para a apresentação presencial pública do Plano de Gestão Escolar;

4.8 Caberá recurso à Comissão de Avaliação Municipal quanto ao indeferimento da habilitação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação, dias 17 e 18 de outubro de 2023 respectivamente;

4.9 Não havendo interposição de recursos ou sendo julgados, será homologada a listagem definitiva dos candidatos habilitados pela Comissão de Avaliação Municipal, a ser divulgada por meio de publicação no site oficial da Prefeitura de Matos Costa, na data de 20 de outubro de 2023.

5 DA QUALIFICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

5.1 Os(as) candidatos(as) aprovados(as) deverão realizar a apresentação pública presencial do Plano de Gestão Escolar para a comunidade escolar, na respectiva unidade escolar para a qual pretende atuar como Diretor(a) Escolar;

5.2 Para a apresentação pública do Plano de Gestão Escolar, deverão participar pelo menos 2 (dois) representantes da Comissão de Avaliação Municipal, tendo a duração de no máximo de 40 (quarenta) minutos para cada apresentação;

5.3 Serão registrados os comentários e sugestões dos membros da comunidade escolar para o aperfeiçoamento do Plano de Gestão, na ata da unidade escolar, a ser assinada pelos presentes;

5.4 A apresentação pública do Plano de Gestão Escolar pelos(as) candidatos(as) deverá acontecer no dia 31 de outubro de 2023, na Escola de Anos Iniciais Ana Maria Paula, a partir das 18 horas com a previsão de término até as 22 horas.

6 DA DIVULGAÇÃO, ESCOLHA E NOMEAÇÃO DOS QUALIFICADOS

6.1 A lista dos(as) candidatos(as) qualificados(as), após a apresentação do Plano de Gestão Escolar, deverá ser divulgada no site oficial da Prefeitura Municipal até dia 17 de novembro de 2023.

6.2 Caberá recurso à Comissão de Avaliação Municipal quanto a lista divulgada dos candidatos qualificados, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação, dias 20 e 21 de novembro de 2023 respectivamente;

6.3 Não havendo interposição de recursos ou sendo julgados, será homologada a listagem definitiva dos candidatos qualificados pela Comissão de Avaliação Municipal.

6.2 Os(as) candidatos(as) qualificados(as) com a apresentação do Plano de Gestão Escolar terão os seus nomes indicados, por meio de ofício, para a escolha e nomeação pelo Prefeito Municipal até 30 de novembro de 2023.

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os(as) diretores(as) escolares nomeados(as) através de ato do Chefe do Poder Executivo deverão assumir o trabalho de direção na segunda quinzena de janeiro de 2024;

7.2 No ato da designação, o escolhido(a) assinará o Termo de Compromisso do Diretor Escolar (Anexo III), comprometendo-se em exercer com eficácia e eficiência as atribuições específicas do cargo.

7.3 O não cumprimento das disposições do Termo de Compromisso do Diretor Escolar poderá implicar na perda do cargo.

7.4 Caso não haja inscrição de candidato (a) para o cargo de Diretor(a) Escolar em determinada unidade de ensino, ou não seja aprovado nenhum candidato(a) pelo não cumprimento do estabelecido no Art. 4º da Lei Municipal n. 2.367/2022, caberá ao Executivo Municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de Matos Costa, nomear um(a) professor(a) da rede municipal de ensino, tendo o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do seu Plano de Gestão à Comissão de Avaliação para análise, nos termos deste Edital.

7.5 As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos Comissão de Avaliação Municipal.

Matos Costa/SC, 11 de agosto de 2023

Paulo Camargo

Prefeito Municipal

ANEXOS**ANEXO I****PLANO DE GESTÃO ESCOLAR DA UNIDADE DE ENSINO DE
MATOS COSTA**

2024

DADOS DA UNIDADE ESCOLAR
Unidade Escolar:
INEP:
Município:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Níveis e modalidades de ensino ofertados:
Quantidade de turmas por etapas, modalidades de educação e turno de funcionamento:
Quantidade de professores em exercício da docência (Efetivos e Temporários) e estagiários:
Quantidade de professores em outras atividades na escola:
Quantidade total de servidores por setores:
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE
Nome completo:

Formação acadêmica (curso de graduação ou pós; nome da Instituição; início e conclusão do curso):

Cargo atual:

Tempo de trabalho como docente:

E-mail:

Telefone:

Data de nascimento:

CPF:

Endereço residencial:

1. INTRODUÇÃO

Responder às seguintes perguntas: Do que trata o texto e quando será implantado? O que é o gestor/diretor colaborativo? Qual é finalidade deste documento? Quais as relações desse documento com o PPP da unidade de ensino e o Plano Municipal de Educação? Justificativas (processo seletivo, parecer das competências, etc.)? Como foi elaborado? Quem são os sujeitos envolvidos neste trabalho, tanto da unidade como da Secretaria Municipal de Educação? Quais são as partes deste Plano? Como e quando será aperfeiçoado? O que esperar desse trabalho?

2. OBJETIVO GERAL

De natureza qualitativa, deverá explicitar o resultado mais abrangente que se pretende atingir ao final da realização do Plano de Gestão, que tem relação direta com os resultados de desempenhos dos alunos.

3. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

O diagnóstico deve explicitar os avanços, as conquistas e analisar criticamente problemas e necessidades da unidade de ensino em relação ao ensino e aprendizagem, a organização do tempo e espaço, as relações de trabalho na escola, os indicadores de contexto e de qualidade, a organização da prática pedagógica, participação da comunidade escolar no planejamento e ações da escola, as características da comunidade atendida. Também pode abordar sobre os recursos humanos presentes nela e suas regras de funcionamento presentes no regimento interno, constando as instâncias colegiadas envolvidas com a unidade de ensino; as formas de arrecadação de recursos e suas destinações e as características físicas da escola (espaços internos e externos e equipamentos). Para ampliar e consolidar o diagnóstico, sugere-se que verifique quais as informações e dados necessários para realizar as ações indicadas na Base Nacional de Competências do Diretor Escolar, se houver coerência com a realidade da unidade de ensino.

4. PLANO DE AÇÃO

O quadro de metas e ações foi elaborado a partir do Parecer do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP nº 4/2021 (não homologado) que dispõe sobre a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC - Diretor Escolar), que deverá servir de base para as ações propostas fazendo correlação com as suas Dimensões, Competências Específicas e Atribuições. Metas: devem apontar para a superação das limitações apontadas no diagnóstico. As metas devem ser realistas, precisas, específicas e quantificadas, tendo prazos e durações bem definidos. Exemplo: Elevar o índice de aprovação em 10% nos anos finais do Ensino Fundamental durante o primeiro ano de gestão. Poderão ser inseridas quantas metas forem necessárias. Ações: São os meios para atingir as metas, considerando as medidas que visam a sanar as principais causas dos problemas apontados no diagnóstico, referente à dimensão pedagógica, administrativa, financeira e pessoal/relacional. Se as ações forem bem definidas e executadas as metas serão atingidas. Pode-se inserir quantas ações forem necessárias para atingir cada meta.

DIMENSÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Competência Específica	Desafio	Meta	Ações	Período	Público-alvo	Responsável pela ação

DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Competência Específica	Desafio	Meta	Ações	Período	Público-alvo	Responsável pela ação

DIMENSÃO FINANCEIRA

Competência Específica	Desafio	Meta	Ações	Período	Público-alvo	Responsável pela ação	Recursos Financeiros

DIMENSÃO PESSOAL E RELACIONAL

Competência Específica	Desafio	Meta	Ações	Período	Público-alvo	Responsável pela ação

5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O monitoramento será realizado a partir de estratégias que garantam o acompanhamento da implementação do Plano de Gestão. E a avaliação incidirá sobre os aspectos pedagógicos, administrativo-financeiros e pessoal/relacionais das atividades escolares, sendo processual e contínua, no decorrer da implantação deste Plano de Gestão, buscando o aperfeiçoamento constante e o desenvolvimento de vínculos que tornem a comunidade escolar cada vez mais participativa e melhores os resultados de desempenho dos alunos(as). Esta avaliação será realizada anualmente, por todos os integrantes do coletivo escolar nas suas representatividades do Conselho Escolar e Associação de Pais e Professores, assim como contará com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Educação, em momentos específicos para análise dos relatórios ou para a tomada de novas decisões à medida que se fizerem necessárias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acrescentar as informações ou comentários que julgar necessários. Um balanço de tudo que foi escrito no Plano, reforçando o Objetivo Principal.

REFERÊNCIAS

Relacionar obras, periódicos ou demais textos consultados para fundamentar o Plano de Gestão Escolar, de acordo com a norma da ABNT.

ANEXO

APÊNDICE

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DO DIRETOR(A) ESCOLAR DE UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE XXXX

I - IDENTIFICAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A):

Nome do(a) Candidato(a): _____

Unidade escolar a que concorre: _____

Cargo efetivo atual: _____

Tempo de serviço na unidade escolar a que concorre: _____

Data de Nascimento: __/__/____ CPF: __, __, __-__

Portador da Carteira de Identidade nº. ____ Órgão Expedidor: ____ Sexo: ____

E-mail: _____ Telefone: _____

Endereço residencial: _____

II - DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS A SEREM ENTREGUES DO ATO DA INSCRIÇÃO:

☐ Cópia simples de Diploma de graduação em licenciatura e/ou Certificado de conclusão de Curso de pós-graduação lato sensu em educação.

☐ Cópia simples da Identidade e CPF.

☐ Currículo vitae ou Currículo na Plataforma Lattes (prazo máximo de 30 dias da expedição do documento se obtido da Plataforma Lattes)

☐ Declaração emitida pela Prefeitura para comprovar não ter sofrido, no exercício de suas funções, penalidades disciplinares (prazo máximo de 30 dias da expedição do documento).

☐ Declaração que comprove estar em exercício como servidor efetivo na unidade escolar (prazo máximo de 30 dias da expedição do documento).

☐ Certificado de participação em curso de gestão escolar indicado ou organizado pela SME.

☐ Documento comprobatório de regularidade fiscal com a Fazenda Pública, bem como certidão negativa de débitos junto à Receita Federal (prazo máximo de 15 dias da expedição do órgão responsável).

☐ Cópia assinada do Plano de Gestão da Escolar (cinco vias).

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e de acordo com as normas, os prazos e as regras que norteiam o Processo de Escolha do Diretor(a) Escolar, estabelecidas no Edital nº 001 de 2023, publicado no DOM nº XXXX, e com as disposições presentes no Decreto (ou Lei) nº XXXX de XXXX 2022.

XXXX/SC,XXXX de outubro de 2023

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DO DIRETOR(A) ESCOLAR

Eu, _____, brasileiro(a), CPF _____,
RG _____, matrícula _____, residente e domiciliado à _____

nº _____, complemento _____, CEP _____, bairro _____, Município de _____,
para exercer a função gratificada (ou cargo) de _____ da Unidade Escolar de _____

código _____, comprometo-me:

- 1) Desenvolver uma gestão escolar balizada nas dimensões: político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira e Pessoal/Relacional, na perspectiva da gestão democrática, inclusiva, participativa, inovadora e transparente voltada para os resultados da aprendizagem dos estudantes.
 - 2) Elaborar estratégias para elevar os resultados educacionais resultantes das avaliações internas e externas da unidade escolar.
 - 3) Garantir os princípios que regem a administração pública, com vistas a uma gestão eficiente e capaz de elevar a qualidade da aprendizagem.
 - 4) Zelar para que a unidade escolar ofereça serviços educacionais de qualidade.
 - 5) Manter a unidade escolar organizada e bem cuidada, configurando-a em um ambiente acolhedor e que fortaleça o sentimento de pertencimento da comunidade escolar para com ela.
 - 6) Garantir a execução do que foi definido no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar.
 - 7) Executar o Plano de Gestão Escolar proposto, monitorando e avaliando sua execução de forma coletiva, como está definido no próprio texto dele.
 - 8) Revisar e adequar o Plano de Gestão Escolar de forma participativa anualmente, utilizando os indicadores da escola, bem como a avaliação institucional da unidade escolar.
 - 9) Organizar e executar o planejamento participativo, prevendo o uso de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações que visam a melhoria dos indicadores educacionais.
 - 10) Estimular o envolvimento de toda comunidade escolar, visando a melhoria da qualidade do ambiente escolar, do atendimento aos estudantes e da qualidade do ensino.
 - 11) Acompanhar o desenvolvimento biopsicossocial de crianças e acadêmico de estudantes, adotando medidas para elevar os níveis de proficiência, buscar sanar dificuldades e enfrentar desafios apontados nas avaliações internas e externas.
 - 12) Incentivar o acesso, frequência e permanência de crianças e dos estudantes na unidade escolar.
 - 13) Planejar, executar e prestar contas dos recursos financeiros de forma participativa e transparente, em diálogo com a APP e o Conselho Escolar.
 - 14) Estimular o aperfeiçoamento profissional de todos os servidores da unidade escolar.
 - 15) Garantir um ambiente escolar acolhedor à toda a comunidade escolar.
 - 16) Organizar e manter atualizados os dados e informações de toda a unidade escolar junto aos órgãos competentes.
 - 17) Zelar pela fidedignidade das informações dos dados inseridos em sistemas ou repassados para a Secretaria Municipal de Educação.
 - 18) Garantir a legalidade, a regularidade e a autenticidade de toda a documentação relativa à vida escolar de crianças e estudantes e profissional dos servidores.
 - 19) Assegurar o pleno funcionamento do Conselho Escolar e demais instâncias colegiadas da unidade escolar.
 - 20) Participar das reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, comprometendo a seguir o que for determinado.
 - 21) Participar das formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, comprometendo a cumprir toda carga horária proposta, estudos e a execução das atividades propostas.
 - 22) Fiscalizar, controlar e acompanhar a alimentação escolar, garantindo a boa gestão e seguindo as orientações da nutricionista da Secretaria Municipal de Educação.
 - 23) Manter a Secretaria Municipal de Educação atualizada quanto à necessidade de manutenções na infraestrutura, garantindo boas condições aos espaços escolares.
 - 24) Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar.
 - 25) Seguir todas as orientações e normativas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação.
 - 26) Cumprir e fazer cumprir toda legislação municipal vigente.
 - 27) Seguir os princípios da Administração Pública, conforme Art.37 da Constituição Federal vigente: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Reconheço que o não cumprimento de algum dos dispositivos citados poderá resultar em destituição da função gratificada (ou cargo) de Diretor de Unidade Escolar, conforme estabelecido na legislação municipal.

Local e data

Diretor(a) Escolar

Testemunhas:

Presidente do Conselho Escolar

Representante da Secretaria Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 54/2023 - PMMC

Publicação Nº 5052435

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 115696780B2FB365BDEF2C095C7DBF4028C74B11

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 54/2023 - PMMC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2023 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2023

Código registro TCE: 115696780B2FB365BDEF2C095C7DBF4028C74B11

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.566/0001-51.

CONTRATADA: A empresa ESQUADRIAS MARINIUK LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.051.047/0001-86.

Valor total de R\$: 4.576,00 (Quatro mil quinhentos e setenta e seis reais).

Despesa: 70 Recursos: 2.500.0000.130000

Vigência Contratual: 11/08/2023 a 31/12/2023.

OBJETO: Aquisição e instalação de grades de ferro maciço para janelas e porta, destinado para o barracão de costura no Município de Matos Costa.

Matos Costa, SC, 11 de agosto de 2023 – Paulo Bueno de Camargo - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 64/2023 - PMMC

Publicação Nº 5052431

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0E83EB16BF6718F85C719BC609F0B7C8EB180BE7

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2023 – PMMC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2023

HOMOLOGAÇÃO 11/08/2023

Código registro TCE: 0E83EB16BF6718F85C719BC609F0B7C8EB180BE7

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.566/0001-51.

CONTRATADA: A empresa ESQUADRIAS MARINIUK LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.051.047/0001-86.

Valor total de R\$: 4.576,00 (Quatro mil quinhentos e setenta e seis reais).

Despesa: 70 Recursos: 2.500.0000.130000

OBJETO: Aquisição e instalação de grades de ferro maciço para janelas e porta, destinado para o barracão de costura no Município de Matos Costa.

Matos Costa, SC, 11 de agosto de 2023 – Paulo Bueno de Camargo - Prefeito Municipal

PORTARIA 448/2023

Publicação Nº 5053333

PORTARIA Nº 448/2023 – De 07 de Agosto de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado o Senhor ISAIAS DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional de SERVIÇOS GERAIS para a categoria funcional de AGENTE DE DEFESA CIVIL, em regime de plantão junto ao Corpo de Bombeiros, de conformidade com o Processo Seletivo nº 01/2023 e com o Contrato Individual de Trabalho.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 449/2023

Publicação Nº 5053335

PORTARIA Nº 449/2023 – De 07 de Agosto de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado o Senhor CARLOS GEOVANI SILVA, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional de SERVIÇOS GERAIS para a categoria funcional de AGENTE DE DEFESA CIVIL, em regime de plantão junto ao Corpo de Bombeiros, de conformidade com o Processo Seletivo nº 01/2023 e com o Contrato Individual de Trabalho.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 450/2023

Publicação Nº 5053337

PORTARIA Nº 450/2023 – De 07 de Agosto de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado o Senhor REVELINO MEDEIROS DA ROSA, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional de SERVIÇOS GERAIS para a categoria funcional de AGENTE DE DEFESA CIVIL, em regime de plantão junto ao Corpo de Bombeiros, de conformidade com o Processo Seletivo nº 01/2023 e com o Contrato Individual de Trabalho.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 451/2023

Publicação Nº 5053340

PORTARIA Nº 451/2023 – De 07 de Agosto de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
1171	José Leomir Moraes Junior	Fiscal de Vigilância Sanitária	10 Dias	2022/2023	07/08/2023 a 16/08/2023	

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 452/2023

Publicação Nº 5053454

PORTARIA Nº 452/2023 – De 08 de Agosto de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a senhora PETALA CARNEIRO DA CUNHA BANISKI, para o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional PROFISSIONAL, para a categoria funcional de PSICOLOGO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de conformidade com o inciso IV do art. 2º a lei Municipal nº 2.203/2018 e com o Contrato Individual de Trabalho, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde. (Por falta de servidor efetivo titular da vaga).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 453/2023

Publicação Nº 5053542

PORTARIA Nº 453/2023 – De 08 de Agosto de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, no artigo 131 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Premio ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo Efetivo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
576	Luciano Pinto de Mattos	Pedreiro	15 Dias	27/06/2018 a 26/06/2022	08/08/2023 a 22/08/2023

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 454/2023

Publicação Nº 5053562

PORTARIA Nº 454/2023 – De 08 de Agosto de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, no artigo 131 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Premio ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo Efetivo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
851	Jocimar da Silva	Mecânico	30 Dias	01/08/2018 a 01/08/2022	08/08/2023 a 06/09/2023

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 455/2023

Publicação N° 5053577

PORTARIA N° 455/2023 – De 10 de Agosto de 2023.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
517	Denilson de Freitas	Motorista	20 Dias	2022/2023	10/08/2023 a 29/08/2023

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 10 de Agosto de 2023.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2023

Publicação N° 5053869

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n°. 015/2023

Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n° 024/2023
Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Detentor da Ata: STRATURA ASFALTOS LTDA
Objeto: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE MELEIRO, VISANDO O ATENDIMENTO DAS OBRAS E MANUTENÇÕES A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA DE OBRA, E CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
Valor: R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).
Vigência: Início: 11/08/2023 Término: 10/08/2024.
Data da assinatura: 11 de agosto de 2023.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2023

Publicação N° 5053873

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n°. 016/2023

Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n° 024/2023
Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Detentor da Ata: TRAÇADO CONTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Objeto: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE MELEIRO, VISANDO O ATENDIMENTO DAS OBRAS E MANUTENÇÕES A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA DE OBRA, E CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
Valor: R\$ 281.250,00 (duzentos e oitenta e um mil e duzentos e cinquenta reais).
Vigência: Início: 11/08/2023 Término: 10/08/2024.
Data da assinatura: 11 de agosto de 2023.

PORTARIA N° 344-2023

Publicação N° 5052217

PORTARIA n. ° 344/2023

DERROGAÇÃO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, determina:

DERROGAR

Art. 1.º A Portaria n° 313/2023 que concede férias à servidora TALIA PADILHA RONSANI, matrícula 11011, ocupante o cargo de Enfermeira - ESF.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/08/2023.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de agosto de 2023.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Mirim Doce

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 02/2023

Publicação Nº 5052555

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8E9EC49947EA5A5E9E18A245336549DE85ECB54C

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

EXTRATO – PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, PARA CONserto DO VEICULO SPRINTER, PLACA QJB-4740, UTILIZADO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO TRANSPORTE DE PACIENTES PARA ATENDIMENTO FORA DO DOMICILIO DE MIRIM DOCE.

Contratante: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

Contratada: TNT SERVICE CAR OFICINA MECANICA LTDA

CNPJ: 19.335.780/0001-59

Valor Total: R\$ 55.129,00 (cinquenta e cinco mil e cento e vinte e nove reais), incluindo o fornecimento de peças e mão de obra mecânica.

Vigência: 17/05/2023 a 31/12/2023.

Registrado no TCE chave: 8E9EC49947EA5A5E9E18A245336549DE85ECB54C

Mirim Doce/SC, 07/06/2023.

Bernardo Peron - Prefeito.

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO Nº 062/2023 PROCESSO Nº 035/2023 DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 008/2023

Publicação Nº 5052814

CONTRATO Nº 062/2023
Processo nº 035/2023
Dispensa por Justificativa nº 008/2023

O MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº. 83.021.832/001-11, com sua sede na Rua do Comércio, 1304, Centro, CEP 89872-000, neste ato representado Prefeito Municipal Senhor DIRCEU SILVEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, e de outro lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 11.117.243/0001-20, com sede na Av. São Paulo, 1615, 1º Andar, Centro, Pinhalzinho - SC, representado neste ato, pelo Presidente do Conselho de Administração, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Licitatório nº 035/2023, da Modalidade Dispensa de Licitação nº 008/2023, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1- O presente contrato tem por objetivo a contratação para PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, COM O TOTAL DE 1.758,60M², NA RUA FRANCISCO FICAGNA – TRECHO II, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA ANEXO, que passam a fazer parte deste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto deste Contrato deverá ser executado/entregue em 180 dias, contados da emissão da Ordem de Serviço pelo Município de Modelo – SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá executar os serviços, observando, dentre outras, as seguintes condições:

4.1 - O objeto será executado diretamente pela CONTRATADA.

4.2 - A execução do contrato será acompanhada por Engenheiro Representante da Administração Municipal a Sra. Adriana Gisela Streck, tel: 49988878688, email: engenharia@modelo.sc.gov.br, e pelo Diretor do Departamento Municipal Obras e Serviços Urbanos, o Sr. Leonir Rintzel.

4.3 - A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes.

4.4 - A CONTRATADA deverá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data prevista para o final da execução, enviar a medição para a análise prévia da fiscalização, que, a partir desta análise, indicará os valores a efetivamente serem medidos e autorizará a emissão do(s) documento(s) de cobrança.

4.5 - A remuneração ao final da execução será realizada sempre com base nos serviços efetivamente realizados.

4.6 - No caso de alguns dos serviços não estarem em conformidade com o contrato, o engenheiro da CONTRATANTE, impugnará as respectivas etapas, discriminando através de termo as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

4.7 - À CONTRATADA caberá sanar as falhas apontadas, submetendo posteriormente a(s) etapa(s) impugnada(s) a nova verificação do Engenheiro Responsável da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, perante a CONTRATANTE, obriga-se a:

5.1 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório;

5.2 - Manter durante todo o período de execução do contrato situação regular do Consórcio e dos profissionais envolvidos na obra perante o CREA/SC;

5.3 - Promover a anotação, registro, aprovação, licenças, matrículas no que couber e outras exigências dos órgãos competentes com relação à obra, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;

5.4 - Proceder a um minucioso exame de todos os elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE para a perfeita execução da obra;

5.5 - Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas Concedentes ou Contratantes, bem como dos órgãos de Controle Interno ou Externo a seus documentos e registros contábeis.

5.6 - Entregar os documentos previstos em contrato nos prazos fixados, ao final da execução, e sempre que o responsável da CONTRATANTE exigir, pareceres técnicos sobre fatos relevantes ocorridos no transcorrer da execução dos projetos e/ou serviços;

5.7 - Comunicar por escrito ao Engenheiro Responsável da CONTRATANTE a conclusão da obra e indicar preposto para acompanhar as vistorias para recebimento provisório e definitivo da obra;

5.8 - Entregar ao Engenheiro Responsável da CONTRATANTE, ao término da obra e antes do recebimento provisório, os seguintes documentos:

a) aprovação nos órgãos competentes, quando exigível, dos projetos que sofreram modificações no decorrer da obra;

b) os projetos atualizados com as alterações eventualmente ocorridas no decorrer da obra, em meio ótico (CD-ROM ou DVD-ROM) e uma via impressa assinada pelos respectivos responsáveis técnicos pelas execuções;

5.9 - Executar a obra sob a responsabilidade técnica do(s) profissional (is) detentor (es) do(s) registro(s) apresentado(s) na habilitação;

5.10 - Manter representante no local da obra, Engenheiro, com formação profissional devidamente comprovada, anotado no CREA/SC como um dos responsáveis técnicos pela execução da obra, que assuma perante a fiscalização do contrato a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária;

5.11 - Manter um Técnico em Pavimentação Asfáltica com experiência em pavimentação;

5.12 - Assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive os resultantes de acidentes no trabalho e incêndios;

5.13 - Observar, quanto ao pessoal, às disposições da lei de nacionalização do trabalho;

5.14 - Retirar do local da obra qualquer empregado que não corresponder à confiança, ou perturbar a ação da fiscalização, nos termos da notificação desta;

5.15 - Responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados, prepostos ou subcontratados, ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, veículos, equipamentos e demais bens do Município de Modelo ou de propriedade de terceiros, durante a execução da obra;

5.16 - Responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da prestação dos serviços;

5.17 - Acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;

5.18 - Efetuar às suas expensas todos os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

5.19 - Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas na obra, até a conclusão dos trabalhos;

5.20 - Fornecer, para emprego na execução das obras, somente material de primeira mão e qualidade, bem como observar, rigorosamente, as especificações técnicas e as regulamentações aplicáveis a cada caso, executando todos os serviços com esmero e perfeição;

5.21 - Acatar as decisões e observações feitas pelo Engenheiro Responsável da CONTRATANTE que serão formuladas por escrito.

5.22 - Retirar, nos termos da notificação da fiscalização, todo o material rejeitado, bem como demolir e refazer imediatamente, por sua conta, tudo que for impugnado, quer em razão de material ou da mão-de-obra. Os materiais possíveis de reaproveitamento serão retirados e acondicionados conforme orientação da fiscalização;

5.23 - Sempre que pretender aplicar material ou equipamento "similar" na execução da obra, submeter à CONTRATANTE, por intermédio do Engenheiro Responsável da CONTRATANTE, a correspondente consulta, acompanhada de laudos ou pareceres e levantamento de custos para a análise e decisão, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos previstos no contrato;

5.24 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões no quantitativo dos materiais e serviços que se fizerem necessários, do valor inicial deste contrato, de acordo com Artigo 65, § 1º;

Observação (1): A substituição de profissionais indicados na proposta para assumir a responsabilidade técnica pela execução da obra, somente será admitida quando for realizada por profissionais com experiências equivalentes, devidamente comprovadas, e dependerá de prévia aprovação do Engenheiro Responsável da CONTRATANTE.

Observação (2): Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições deste contrato, particularmente dos prazos contratados.

Observação (3): Todos os projetos e serviços mencionados em qualquer documento que integre o presente processo e seus anexos serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA.

5.25 - A CONTRATADA declara que conhece, aceita e se obriga a executar perfeita e integralmente os serviços descritos no objeto e demais elementos técnicos referentes à execução do Projeto constantes do Processo Licitatório de Dispensa de Licitação nº 035/2023.

Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da apresentação da Proposta de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pelo Município e pela realização do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Obriga-se a CONTRATANTE, durante a vigência do contrato a:

- 6.1 - Propiciar todas as condições indispensáveis à boa execução da obra;
- 6.2 - Verificar a execução do objeto por meio do Engenheiro Responsável;
- 6.3 - Verificar as obrigações fiscais;
- 6.4 - Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no contrato, conforme ordem cronológica de pagamentos observada a liberação dos recursos, após o recebimento da Nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Fiscal da obra, juntamente com a documentação prevista no item 8.1.1. do Contrato informando a situação de regularidade fiscal do fornecedor, número da conta corrente e demais dados necessários ao repasse do valor a ser creditado a Contratada;
- 6.5 - Aplicar as sanções administrativas contratuais;
- 6.6 - Realizar o pagamento dos laudos tecnológicos necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL DA CONTRATANTE

- 7.1 - Verificar a execução da obra e materiais empregados objetivando garantir a qualidade desejada dos serviços;
- 7.2 - Exigir da CONTRATADA a correção ou reconstrução das partes dos serviços executados com erros ou imperfeições;
- 7.3 - Informar à CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades apresentadas na execução da obra;
- 7.4 - Atestar notas fiscais/faturas e manifestar-se quanto à realização dos serviços e encaminhar a nota fiscal/fatura ao Setor Administrativo/Financeiro, para que verifiquem as obrigações fiscais para posterior pagamento.
- 7.5 - Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato;
- 7.6 - Prestar aos funcionários da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre a obra;

7.7 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato;

7.8 - Comunicar ao representante da CONTRATADA sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;

7.9 - Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR CONTRATADO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1 – O pagamento, no valor total de R\$ 168.076,52 (cento e sessenta e oito mil e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) que será efetuado pelo Município de Modelo, SC, de acordo com a execução dos serviços, mediante aferição da medição e apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo Setor de engenharia do Município de Modelo, através de crédito bancário, em favor da CONTRATADA.

8.2 - Para a efetivação do pagamento, deverá a CONTRATADA apresentar os documentos a seguir mencionados, que comprovem que a mesma mantém durante a execução do objeto as condições de habilitação e qualificação exigidas:

a) Prova de regularidade aos tributos Federais abrangendo inclusive contribuições sociais.

b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da empresa;

c) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho;

d) ART do responsável técnico pela obra;

e) Informação da conta corrente e demais dados necessários ao repasse do valor a ser creditado a contratada;

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1 - O preço ofertado será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO

10.1 - As despesas decorrentes deste processo correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo descritas:

DEPARTAMENTO	DESPESA	VALOR	CAT ECONOMICA
OBRAS E URBANISMO	345	160.000,00	3.449.351.980.000.000.000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

No recebimento da obra serão observadas as seguintes condições:

11.1 - Concluída a obra, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que por intermédio do Engenheiro Responsável efetuará a vistoria da obra para verificação das seguintes exigências:

11.1.1 - Aprovação nos órgãos competentes, quando exigível, dos projetos que sofreram modificações no decorrer da obra;

11.2 - Verificado o adequado cumprimento de todas as condições contratuais, o Engenheiro Responsável da CONTRATANTE efetuará o Recebimento Provisório da obra, lavrando em duas vias de igual teor o Termo de Recebimento Provisório, que será encaminhado à autoridade CONTRATANTE. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o "Fiscal da Obra" lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade CONTRATANTE, que adotará as medidas cabíveis;

11.3 - Não concluída a obra dentro do prazo contratual, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas neste edital;

11.4 - Aceita a obra pela CONTRATANTE, a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da lei, não isentando a CONTRATADA das responsabilidades previstas nos artigos 441 e 618 da Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DA OBRA

12.1 - A CONTRATADA se responsabiliza pelo prazo de 05 (cinco) anos por vícios comprometedores da solidez e da segurança da obra, contado da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

Parágrafo único - Equipamentos/materiais que venham a apresentar problemas de utilização, caracterizados como defeito de fabricação, após a aquisição, deverão ser substituídos pela CONTRATADA ou, caso o defeito não seja totalmente superado, aceito em devolução, sendo o CONTRATANTE ressarcido pelo valor da compra, devidamente atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Modelo, poderá garantir a prévia defesa da CONTRATADA no prazo legal, aplicar as seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

b) MULTAS:

b.1) de 5,0 % (cinco por cento) sobre o valor total da proposta, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo estabelecido;

b.2) de 0,2 % (dois décimos por cento) por dia de atraso na entrega da obra, no caso de atraso injustificado, calculada sobre o valor total do contrato e até o dia da efetiva entrega da obra, limitado a 120 (cento e vinte) dias, após o que será considerada a inexecução parcial ou total da obra;

b.3) de 0,2 % (dois décimos por cento) sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, excluindo a alínea "b.2" deste item, aplicada em dobro na reincidência.

Observação: O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será descontado do pagamento a que a licitante vencedora fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na

alínea anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 - A CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

15.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

17.2 - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que reza a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, além das demais normas aplicáveis ao objeto do presente Contrato.

17.3 - O(s) prazo(s) contratual (is) poderá (ão) ser prorrogado(s), a critério da Administração, desde que ocorra um dos motivos previstos no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificado em processo próprio e aprovado pela autoridade competente.

17.4 - Em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/93, incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste ajuste e de seus eventuais termos aditivos na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Modelo, SC, aos 11 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE MODELO CONSÓRCIO - CIDIR

Prefeito Municipal Presidente do Consórcio

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF: CPF:

DECRETO Nº 264/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023. DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2023, DA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023, ADJUDICA O OBJETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5052740

DECRETO Nº 264/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2023, DA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023, ADJUDICA O OBJETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

Art. 1º.- Fica homologado o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2023, DA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2023.

Art. 2º.- Fica adjudicado o objeto PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, COM O TOTAL DE 1.758,60M², NA RUA FRANCISCO FICAGNA – TRECHO II, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA, adjudicado a favor de:

Empresa	Valor Total Homologado
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR	R\$ 168.076,52

Art. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, 11 de agosto de 2023.

DIRCEU SILVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ELISANGELA BEATRIZ LINKE

Depto. de Licitações

DECRETO Nº 265/2023 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052707

DECRETO Nº 265/2023 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL MILENA KREMER STRAPAZZON, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento da servidora.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a Servidora Milena Kremer Strapazzon, nomeada pelo Decreto nº 041/2023 de 08 de fevereiro de 2023, do cargo de Assessor Administrativo - 40 horas semanais, lotado no Departamento de Assistência Social do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

PARAGRAFO ÚNICO. A servidora manteve suas atividades até a data de 11.08.2023.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
11 de agosto de 2023.

DIRCEU SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

CLEBER EBERHART
Secretário de Administração e Fazenda

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO FMS 10/2023 PREGÃO 04/2023

Publicação Nº 5051762



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FB8F89CED9654321FE9C7CC83D6B459C480B8414
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MODELO SC
Aviso de Licitação

PROCESSO Nº 10/2023

Modalidade Pregão Presencial Nº 4/2023

Código de pré-publicação:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL HABILITADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM CLÍNICA GERAL COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS A SEREM PRESTADOS JUNTO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MODELO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS E ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS NA ÁREA MÉDICA PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NO ESF 2 COM DISPONIBILIDADE PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE PEQUENO PORTE, PALESTRAS, VISITAS DOMICILIARES DE ACORDO COM A PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MODELO-SC

Os envelopes serão recebidos até às 09:30:00 horas do dia 24/08/2023, sendo abertos a partir das 09:40:00 do mesmo dia, na Prefeitura Mun. de Modelo.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.atende.net
Modelo/SC, 11/08/2023.

DIRCEU SILVEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 35/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA N° 08/2023

Publicação N° 5052179

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE MODELO**

CNPJ: 83.021.832/0001-11

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 35/2023**DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA N° 08/2023****JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

JUSTIFICO a realização de Processo de Dispensa para a contratação do **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária – CIDIR**, para a aquisição dos produtos abaixo descritos, por possuir amparo legal na Lei n° 8.666/93, e em função do Município de Modelo, SC, ser membro do mesmo, e fundamentado nos Princípios do Interesse Público e da Economicidade, tendo em vista os preços praticados pelo Consórcio em comparação aos preços praticados pelas Empresas que atuam no ramo.

O **OBJETO** da presente contratação é a PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E SINALIZAÇÃO NAS RUA FRANCISCO FICAGNA TRECHO II.

Os **RECURSOS FINANCEIROS**, no montante de R\$ 168.076,52, da parte do Consórcio, serão de orçamento do Departamento de Manutenção de Estradas e Rodovias Municipais do Município de Modelo, SC, conforme demonstrado a seguir.

ORGÃO	DESPESA	VALOR	CAT. ECON	DESCRIÇÃO
Depart de Obras, Serv Urbanos e Limp.pub	345	R\$ 168,076,52	3.449.351.980.000.000.000	Obras contratadas

ITEM:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	1 - PAVIMENTAÇÃO – REPERFILAGEM, DE 3CM DE ASFALTO 2 – PAVIMENTAÇÃO – CAPA ASFALTICA, 3 CM 3-LAUDOS TECNOLÓGICOS	UND	01	R\$ 168.076,52	R\$ 168.076,52

Modelo, 11 de agosto de 2023.

Cleber Eberhart**SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA**

Rua do Comércio, n° 1.304, Centro, Modelo/SC, 89.872-000 – Fone: (49) 3365-3137 www.modelo.sc.gov.br Fls. 1/4



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO

CNPJ: 83.021.832/0001-11

PROCESSO LICITATÓRIO N° 35/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA N° 08/2023

1 - DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO:

Justifica-se a presente Dispensa por se tratar de contratação através de Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária - CIDIR, de acordo com a Lei de Licitações 8.666/93 art. 24 Inciso XXVI.

A pavimentação é de extrema importância para o fortalecimento do setor industrial e para atender aos empresários que ali estão instalados, melhorias para escoar da água, agilidade no transporte de mercadoria, conforto para os colaboradores que ali estão executando se serviços, contribuindo assim com o aumento da produção e principalmente a produtividade.

Destacamos ainda que o recurso solicitado vem de encontro com as políticas públicas voltadas ao setor industrial do município, proporcionando condições ao empresário em fortalecer sua atividade garantindo trabalho condições de vida digna a população, incentivando a permanência das empresas em nosso município.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:

PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E SINALIZAÇÃO NAS RUA FRANCISCO FICAGNA TRECHO II, E SEUS SUBITENS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA ANEXO, para atender a demanda e melhorias nas Ruas do Município de Modelo, através de Consórcio Público.

3 - EXECUTOR:

Fornecedor:	CNPJ/CPF:
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR	11.117.243/0001/20

4 - RAZÃO DA ESCOLHA:

Por atender as exigências da Lei 8.666/93, e Justifica-se tal contratação por tratar-se de consórcio público criado exclusivamente para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, numa



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO

CNPJ: 83.021.832/0001-11

associação de entes federados formada pelos municípios de Pinhalzinho (sede), Saudades, Nova Erechim, Águas Frias, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Saltinho, Cunha Porã e Campo Erê, visando a prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, num compartilhamento de servidores, máquinas e equipamentos, saber tecnológico e capacidade administrativa, fundamentado pela Lei 11.107/2005 (*Sistema de Consórcios*).

Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamentação Legal: artigo 24 Inciso XXVI da Lei 8.666/93.

Artigo 24 - É dispensável a licitação:

XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005).

5 - PREÇO:

R\$ 168.076,52 (cento e sessenta e oito mil, setenta e seis reais com cinquenta e dois centavos).

6 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Compatível com preço praticado pelo Consórcio.

7 - REGULARIDADE COM A SEGURIDADE SOCIAL E AO FGTS:

- a) Apresentou Certidão Negativa de Débito (CND) Relativo aos tributos Federais e a Dívida ativa da União.
- b) Apresentou Certidão Negativa de Débito (CND) Estadual.
- c) Apresentou Certidão Negativa de Débito (CND) Municipal.
- d) Apresentou Certificado de Regularidade de situação do FGTS.
- e) Apresentou Certidão Negativa de Débito (CND) Municipal trabalhistas.

Modelo, em, 11 de agosto de 2023

CLEBER EBERHART
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO

CNPJ: 83.021.832/0001-11

8 - DESPACHO FINAL

Em conformidade com o artigo 24 inciso XXVI da Lei de Licitações 8.666/93 e com as justificativas e fundamentações apresentadas, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com a Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores.

Modelo, em, 11 de agosto de 2023

DIRCEU SILVEIRA

Prefeito

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 113/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052505

DECRETO Nº 113/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Monte Carlo, autorizado a promover a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária 05 – Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 2003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento Despesa 14 – 3.3.90.00.00.00.00.1.500.7000.000

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.008 – Manut. e Func. do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento de Despesa 110 - 3.3.90.00.00.00.00.1.500.7000.000

Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Muni. de Educação Cultura e Desporto

Unidade Orçamentária 07 – Educação Infantil – Creches

Projeto/Atividade 2.009 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creches

Elemento Despesa 74 – 3.3.90.00.00.00.00.1.500.1001.000

Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Muni. de Educação Cultura e Desporto

Unidade Orçamentária 05 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 2.015 – Manutenção das Atividades de Transporte Escolar

Elemento Despesa 61 – 3.3.90.00.00.00.00.1.500.1001.000

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Muni. de Educação Cultura e Desporto

Unidade Orçamentária 08 – Ensino Superior

Projeto/Atividade 2.016 – Apoio ao Ensino Superior

Elemento Despesa 78 – 3.3.90.00.00.00.00.1.500.7000.000

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Muni. de Educação Cultura e Desporto

Unidade Orçamentária 06 – Educação Infantil – Pré Escola

Projeto/Atividade 2.010 – Manutenção Educação Pré Escolar

Elemento Despesa 66 – 3.3.90.00.00.00.00.1.500.1001.000

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Órgão 07 – Secretaria Muni. de Educação Cultura e Desporto

Unidade Orçamentária 04 – Secretaria Muni. de Educação Cultura e Desporto

Projeto/Atividade 2.017 – Manutenção da Secretaria de Educação

Elemento Despesa 50 – 3.3.90.00.00.00.00.1.500.1001.000

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 02 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2032– Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

Elemento Despesa 06 – 3.3.90.00.00.00.00.01.500.1002.000

Valor: R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais)

Órgão 11 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária 03 – Atenção Básica
Projeto/Atividade 2033– Atenção Básica a Saúde
Elemento Despesa 12 – 3.3.90.00.00.00.00.1.500.1002.000
Valor: R\$ 25.000,00(vinte cinco mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso proveniente do excesso de arrecadação:

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de agosto de 2023.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

LEI Nº 1384/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052567

LEI Nº 1384/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR PARA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 4X4.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita do Município de Monte Carlo, no uso de suas atribuições e na forma da Lei faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carlo, por meio do Poder Executivo, autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para complementação financeira com recursos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar (FUNREBOM) para aquisição de uma camionete 4x4 para o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina no município de Monte Carlo, conforme Minuta de Convênio e Plano de Trabalho, que fazem parte integrante desta lei, para realização dos serviços de bombeiros estabelecidos no art. 108 da Constituição Estadual, particularmente os de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamentos de pessoas e bens.

§ 1º Em razão do Convênio, fica o Poder Executivo autorizado a transferir em contrapartida, com recursos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros (FUNREBOM), o valor de R\$ 113.402,00 (cento e treze mil e quatrocentos e dois reais), por meio de depósito identificado em conta bancária única e específica do convênio.

§2º O Convênio autorizado por este art. 1º, deverá vigorar pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º Correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de agosto de 2023.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Monte Castelo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMDCA N. 05/2023 DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS E RESPECTIVOS FISCAIS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E SOBRE O PROCEDIMENTO DE SUA APURAÇÃO

Publicação Nº 5052960

Resolução CMDCA n. 05/2023

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos e respectivos fiscais durante o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar e sobre o procedimento de sua apuração.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de Monte Castelo – SC, no uso de suas atribuições conferidas pelas Leis Municipais: Lei Municipal n. 1078/1993 e Lei Municipal n. 2.747 de 13 de abril de 2023, bem como pelo art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º da Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar; e

Considerando que o art. 7º, § 1º, “c”, da Resolução n. 231/2022 do Conanda dispõe que ao CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos e membros do Conselho Tutelar;

Considerando, ainda, que o art. 11, § 7º, incisos III e IX, da Resolução n. 231/2022 do Conanda aponta ser atribuição da Comissão Especial do processo de escolha, criada por Resolução do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos durante a campanha e no dia da votação, bem como resolver os casos omissos, RESOLVE:

Art. 1º A campanha dos candidatos e membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos candidatos habilitados no Processo de Escolha e será encerrada à meia-noite da véspera do dia da votação.

Art. 2º Serão consideradas condutas vedadas aos candidatos devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Monte Castelo e aos seus prepostos e apoiadores aquelas previstas no edital de abertura do certame, na Leis Municipais: Lei Municipal n. 1078/1993 e Lei Municipal n. 2.747 de 13 de abril de 2023 e na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com especial destaque ao seu art. 8º.

Art. 3º O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução poderá caracterizar inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inc. I, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 4º Qualquer cidadão ou candidato poderá representar à Comissão Especial contra aquele que infringir as normas estabelecidas no edital, na Resolução n. 231/2022 do Conanda ou na Leis Municipais: Lei Municipal n. 1078/1993 e Lei Municipal n. 2.747 de 13 de abril de 2023, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

§1º Cabe à Comissão Especial registrar e fornecer protocolo ao representante, para acompanhamento do procedimento instaurado.

§2º Serão admitidas denúncias anônimas, desde que acompanhada de elementos mínimos de prova ou com indicação da forma que a Comissão Especial pode acessá-la.

§3º Caso o denunciante assim solicite, a Comissão Especial pode decretar, havendo fundamentos legítimos, o sigilo de seu nome, facultando acesso apenas ao Ministério Público e à autoridade judiciária, caso solicitado.

§4º As denúncias poderão ser encaminhadas pessoalmente à Comissão Especial, que as receberá nos dias úteis na Rua Alfredo Lopes de Oliveira, 365, Centro, Monte Castelo, no horário das 08:00h às 12:00h.

§5º As denúncias poderão também ser encaminhadas por telefone para o número (47) 98407-4241 (com WhatsApp) ou para o e-mail social@montecastelo.sc.gov.br

§6º Caso qualquer membro do CMDCA tome conhecimento da prática de conduta vedada, por qualquer meio, deverá imediatamente comunicar o fato e as provas a que teve acesso à Comissão Especial, para instauração, de ofício, do respectivo procedimento administrativo.

§ 7º O Ministério Público será cientificado da instauração de todo e qualquer procedimento instaurado pela Comissão Especial.

Art. 5º No prazo de 1 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, § 3º, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

Parágrafo único. Havendo motivo relevante e comprovado o perigo na demora do julgamento, a Comissão poderá determinar, fundamentadamente em medida liminar, a retirada imediata ou a suspensão da propaganda e o recolhimento do material de campanha considerado irregular.

Art. 6º A Comissão Especial poderá, no prazo de 2 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I – arquivar o procedimento administrativo, se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 2 (dois) dias contados do decurso do prazo previsto no caput (art. 11, § 3º, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

§ 1º No caso do inc. II, o representante e o representado serão intimados a, querendo, comparecerem à reunião designada e efetuem perguntas para as testemunhas ouvidas;

§ 2º Eventual ausência do representante ou do representado não impede a realização da reunião a que se refere o inc. II, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

§ 3º As partes poderão ser representadas, durante todas as etapas do procedimento, por advogado, desde que junte procuração nos autos, porém a ausência de defesa técnica não acarretará nenhum tipo de nulidade.

Art. 7º Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial decidirá, fundamentadamente, em até 2 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 5º, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

§ 1º A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 2 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 5º, da Resolução n. 231/2022 do Conanda);

§ 2º No julgamento do recurso não será admitida reabertura da instrução, porém será facultada a sustentação oral aos envolvidos de até 10 (dez) minutos por parte, sendo dispensável a intimação destas para o julgamento.

Art. 8º Os nomes dos candidatos cassados deverão permanecer nas cédulas ou inseminados nas urnas eletrônicas.

Parágrafo único. Os votos atribuídos ao candidato cassado serão considerados nulos.

Art. 9º O representante do Ministério Público, tal como determina o art. 11, § 7º, da Resolução n. 231/2022 do Conanda, deverá ser cientificado de todas as reuniões da Comissão Especial e do CMDCA, com antecedência mínima de 72(setenta e duas), bem como de todas as decisões destes órgãos, no prazo de 2 (dois) dias de sua prolação.

Art. 10 Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico e nas redes sociais da administração municipal, bem como noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

Art. 11 A Comissão Especial fará reunião com todos os candidatos habilitados em 2 (dois) momentos do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

a) tão logo seja publicada a relação final dos(as) candidatos(as) considerados(as) habilitados(as)

b) na semana anterior ao dia da votação, com foco nas vedações específicas da votação, organização do pleito e participação de fiscais dos candidatos.

§ 1º Em cada uma das solenidades será registrada ata da reunião, com a lista de presença dos candidatos e dos membros da Comissão Especial

§ 2º Eventual ausência não isenta o candidato do cumprimento das regras do processo de escolha.

Art. 12. Os procedimentos administrativos de que tratam essa resolução poderão ser instaurados após a data da eleição, inclusive para apuração de condutas vedadas praticadas na data da votação e deverão ser concluídos antes da posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos pela comunidade.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta resolução às eventuais irregularidades relativas à organização e condução do pleito em geral, cabendo à Comissão Especial processar e julgar as representações, com direito de recurso à Plenária do CMDCA.

Monte Castelo, 11 de agosto de 2023.

Evelin Lia Carvalho

Presidente do CMDCA Monte Castelo

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 138/2023

Publicação Nº 5053632

DECRETO Nº 138/2023, de 02 de agosto de 2023

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 2.321/2022, de 20 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.450.000,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

1 Suplementar 347 10.001.0017.0512.0016.2042.34490000000000000000 250070000109 450.000,00

Total do Lote 450.000,00

2 Suplementar 348 10.001.0017.0512.0016.1022.34490000000000000000 250070000109 1.000.000,00

Total do Lote 1.000.000,00

Art. 2º - O crédito que trata o artigo anterior correrá ainda por conta do superávit financeiro da fonte 250070000109 SUPERÁVIT - Recursos Próprios.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 02 de agosto de 2023.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

DECRETO Nº 141/2023

Publicação Nº 5053413

DECRETO Nº 141/2023, de 11 de agosto de 2023

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 2.321/2022, de 20 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 65.840,00 (sessenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

1 Suplementar 74 07.001.0010.0303.0009.2007.33371000000000000000 150010020112 50.000,00

Total do Lote 50.000,00

2 Suplementar 349 07.001.0010.0305.0009.2006.33190000000000000000 160470000162 15.840,00

Total do Lote 15.840,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Anulação Dotação

77 07.001.0010.0303.0009.2007.33390000000000000000 150010020112 50.000,00

R\$ 50.000,00

Art. 3º - O crédito que trata o artigo anterior correrá ainda por conta do excesso de arrecadação da fonte 160470000162 FNS – Vencimentos Agentes de Combate às Endemias.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 11 de agosto de 2023.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Morro Grande

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2023/PMMG

Publicação Nº 5053629

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4303E4977A479255D2870B23025919FD458FB5DA

Contrato nº:	25/2023/PMMG
Contratante:	Município de Morro Grande
Contratada:	Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel (IPPEC)
Valor (R\$):	20.000,00
Data da Assinatura:	10/08/2023
Vigência Inicial:	10/08/2023
Vigência Final:	31/12/2023
Dotações:	(17) 2302.2003.33903948
Fundamento Legal:	Dispensa de Licitação nº 8/2023/PMMG
Objeto Resumido:	Contratação de serviços especializados de apoio administrativo em recrutamento e seleção de pessoal através de concurso público visando atender as necessidades da prefeitura municipal de Morro Grande
Espécie:	Prestação de serviço

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2023/SAMAE

Publicação Nº 5053723

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 04348750E6F68F322C9543A665C84B27C93CE859

Contrato nº:	3/2023/SAMAE
Contratante:	SAMAE de Morro Grande
Contratada:	Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel (IPPEC)
Valor (R\$):	10.000,00
Data da Assinatura:	10/08/2023
Vigência Inicial:	10/08/2023
Vigência Final:	31/12/2023
Dotações:	(14) 3701.2053.33903948
Licitação:	Dispensa de Licitação nº 1/2023/SAMAE
Objeto Resumido:	Contratação de serviços especializados de apoio administrativo em recrutamento e seleção de pessoal através de concurso público visando atender as necessidades do serviço autônomo municipal de água esgoto de Morro Grande (SAMAE)
Espécie:	Prestação de Serviços

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2023/FMS

Publicação Nº 5053659

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 50B74DA694D3ED7782473F9CB7BF930618942E41

Contrato nº:	7/2023/FMS
Contratante:	Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Contratada:	Instituto de Pesquisas, Pós-Graduação e Ensino de Cascavel (IPPEC)
Valor (R\$):	25.000,00
Data da Assinatura:	10/08/2023
Vigência Inicial:	10/08/2023
Vigência Final:	31/12/2023
Dotações:	(09) 3103.2032.33903948
Licitação:	Dispensa de Licitação nº 2/2023/FMS
Objeto Resumido:	Contratação de serviços especializados de apoio administrativo em recrutamento e seleção de pessoal através de concurso público visando atender as necessidades do fundo municipal de saúde de Morro Grande (FMS)
Espécie:	Prestação de Serviço

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO Nº 249 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052984

DECRETO Nº 249 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15º, da Lei nº 3690 de 20/12/2022 (LOA/2023),

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 1.500.0000.5000 – Recursos Ordinários, até a importância de R\$ 1.132.117,26 (um milhão, cento e trinta e dois mil, cento e dezessete reais e vinte e seis centavos) para as seguintes dotações:

ÓRGÃO: 02 – Prefeitura Municipal de Navegantes

UNIDADE: 016 – Secretaria Municipal de Obras

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0014 – Caminho do Desenvolvimento da Mobilidade Urbana

Ação: 1.008 – Pavimentação e Recuperação de Vias e Eixos Estruturantes

148 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas R\$ 618.273,00

ÓRGÃO: 02 – Prefeitura Municipal de Navegantes

UNIDADE: 016 – Secretaria Municipal de Obras

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0011 – Caminho do Desenvolvimento da Infraestrutura

Ação: 2.032 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Obras

142 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas R\$ 513.844,26

T O T A L R\$ 1.132.117,26

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2023.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

PREFEITO

DISTRATO 2497 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054620

DISTRATO Nº 2497-2023

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pela Diretora de Departamento de Recursos Humanos Srta. Nathalia Zabel, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado JUÇARA TEIXEIRA – 63448406, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010 e DECRETO nº 42 de 06 de Março de 2023, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO DO CONTRATADO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Aditivo de Contrato 1800/2023 de prestação de serviços na função de AGENTE DE EDUCAÇÃO 40H, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir desta data.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no.
Navegantes, 10 de agosto de 2023.

Nathalia Zabel
Diretora de Departamento de Recursos Humanos

Juçara Teixeira
Contratado

EDITAL 004-2023-NOTIFICAÇÃO LIMPEZA TERRENO

Publicação Nº 5053738

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LIMPEZA DE TERRENO 04/2023

Em vistoria constatou-se que os terrenos abaixo listados se encontram com águas estagnadas, tomados de vegetação e/ou servindo para descarte irregular de entulhos. Esta falta de limpeza propicia a proliferação de vetores de doenças, de insetos (como Aedes Aegypti), animais peçonhentos/roedores e afins, tornando-se prejudiciais à saúde pública, causando transtorno à população pelo desconforto imposto. A Secretaria de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a impossibilidade da notificação via postal, NOTIFICA os proprietários/possuidores dos lotes abaixo a:

I. REALIZAR A LIMPEZA DO LOTE conforme previsto na Lei Municipal Ordinária nº 1.537/2002, eliminando águas estagnadas, vegetação excessiva e quaisquer detritos prejudiciais à saúde e segurança pública, sob pena de multa no valor de Unidade Fiscal Monetária (UFM).

II. SE NÃO FOR CUMPRIDA A OBRIGAÇÃO, além da multa supracitada, a prefeitura poderá executar os serviços necessários de limpeza do lote, cobrando ao proprietário o montante das despesas, conforme Tabela Oficial de Preços Unitários (Lei Ordinária 1537/2002).

PRAZO: 07 (SETE) DIAS *A PARTIR DO PRIMEIRO DIA UTIL SUBSEQUENTE A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

Importante: É proibido o depósito dos resíduos da limpeza nas vias públicas, ficando o proprietário ou possuidor responsável pela correta destinação de entulhos.

Matrícula do Fiscal	Nº da Notificação	Cadastro	Proprietário conforme Cadastro Imobiliário	RUA/AV	Bairro
347401	197	22067	MOURA FÁBRICA DE CORDAS LTDA	PREFEITO MANOEL EVALDO MULLER	VOLTA GRANDE
347401	198	8532	WALDIR RAMAO JUNIOR	RUA FRANCISCO SOLANO LOPES, 87	CENTRO
347401	199	5173	LORIBERTO PISKE JUNIOR	RUA VEREADOR OSORIO GONÇALVES VIANA	CENTRO
259103	199	26685	AFONSO DOS SANTOS	RUA CARLOS DE PAULA SEARA	GRAVATÁ
259103	200	26684	ODILON CLAUDINO DOS SANTOS	RUA CARLOS DE PAULA SEARA	GRAVATÁ
259103	201	33424	CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	RUA ALBERTO WERNER, 845	GRAVATÁ

Navegantes, 04 de agosto de 2023

MAICON ANDERSON DE SOUZA
Diretor de Fiscalização de Obras
Prefeitura Municipal de Navegantes

EDITAL 006-2023-INTIMAÇÃO DEMOLIÇÃO COMPULSÓRIA

Publicação Nº 5053756

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEMOLIÇÃO COMPULSÓRIA 06/2023

A Secretaria de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, vem por meio desta notificar os proprietários/possuidores dos imóveis abaixo relacionados, a tomarem ciência da Intimação de demolição compulsória para que assim, promovam a demolição imediata no local, previstas na Lei Complementar 414/2023.

Proprietário	Cad.	Motivo	Endereço da Obra	Matricula do Fiscal
Leonildo Reineher Balestieri	1459	Auto de Embargo: 470-2021 Embargada há mais de sessenta dias	Rua Bernardino Fernandes de Oliveira, 580 Bairro: Meia Praia	259103
Rafael Couto Cabral	38202	Auto de Embargo: 0274-2023 Embargada há mais de sessenta dias	Rodovia BR 470- INGO HE-RING, S/N Bairro: São Domingos	259103

Navegantes, 04 de agosto de 2023

MAICON ANDERSON DE SOUZA
Diretor de Fiscalização de Obras
Prefeitura Municipal de Navegantes

EDITAL 039-2023 -DÉCIMA QUINTA CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 022-2022

Publicação Nº 5054621

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 039/2023

EDITAL DE CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 022/2022, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DE: AGENTE DE EDUCAÇÃO, INTERPRETE DE LIBRAS, MONITOR, ORIENTADOR ESCOLAR, PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR DE MATEMÁTICA E SUPERVISOR ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a décima quinta chamada do Edital do Processo Seletivo 022/2022 para o provimento dos cargos de agente de educação, interprete de libras, monitor, orientador escolar, professor de anos iniciais, professor de arte, professor de ciência, professor de educação infantil, professor de língua portuguesa, professor de geografia, professor de matemática e supervisor escolar.

Serão chamados para o provimento a partir de 21 de agosto de 2023 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo 022/2022 conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 HORAS	05
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40 HORAS	05
INTERPRETE DE LIBRAS 40 HORAS	01
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	02
ORIENTADOR EDUCACIONAL	03
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	04
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	01
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	01
PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	02
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	01
SUPERVISOR ESCOLAR	02

2 . Das Exigências para a Contratação**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO:**

- a. Qualificação Cadastral (<http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>)
- b. 1 foto 3x4 atualizada
- c. 1 cópias do RG – Carteira de Identidade – não pode ser habilitação
- d. 1 cópias do CPF
- e. Situação cadastral do CPF, consultar no site:
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>)
- f. 1 cópias do comprovante de residência – em nome do candidato, do pai ou da mãe, do cônjuge anexar cópia da certidão de casamento ou declaração de residência autenticada em cartório ou originais e cópias.
- g. Cópia da certidão de nascimento ou casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil com cópia do RG e CPF do(a) companheiro(a)
- h. Cópia do certificado de reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- i. Cópia do Título de Eleitor
- j. Questionário Pré Admissional preenchido para laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; A data do exame será agendada no ato da entrega de documentos.
- k. 1 cópia da carteira profissional frente e verso, constando: número, série, U.F. e data de expedição
- l. 1 cópia do número de PIS/PASEP
- m. 1 cópia do conselho de registro profissional (se o cargo exigir)
- n. DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo cópia e original,
- o. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- p. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- q. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- r. Certidão de Nascimento dos dependentes, ou RG.
- s. CPF dos dependentes, (nascidos antes de janeiro de 2018).
- t. 1 cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
- u. 1 cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- v. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
- w. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
- x. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
- y. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
- z. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
- aa. Certidões de negativas de antecedentes criminais:
 - a) da Justiça Federal (www.trf4.jus.br) certidão cível, criminal, eleitoral 1º grau e eleitoral 2º grau
 - b) da Justiça Estadual (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> ou no Fórum da sua Cidade) - criminal

c) da Justiça Eleitoral (www.tse.gov.br) certidão de quitação e de crimes eleitorais.

2.1. A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Civis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.2. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

OBS: Os itens o, p, q foram anexados os formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

3. Dos candidatos a serem chamados

2.1. Cargo: Agente de educação 20 horas -CANDIDATOS QUE SOLICITARAM FINAL DE FILA

139	THAIRINE A. BENTO ALSINO
143	SORAIA DA SILVA RODRIGUES BITTENCOURT
152	GRAZIELE LOURENCO FERREIRA
153	FRAYA ADRIANA BONETTI
159	LOURDES MIRELLY FERREIRA DE AQUINO CARNEIRO

2.1.1. Cargo: Agente de educação 20 horas

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

160	FRACIANE NIGGEMANN
162	DILZA DE FATIMA NODA SERRANO
176	BENTA RAQUEL LEITE FELICIO DA SILVA
179	GLEISIANE DO SOCORRO SALES ROMÃO DOS SANTOS
198	PAULA REGINA DA ROSA FERST
200	RAIMUNDA LUZIA VILHENA TAVARES
201	SUZANA DA CUNHA
223	FERNANDA FRANCINE SACHUK DA SILVA

2.2. Cargo: Agente de educação 40 horas

131	ELLEN CRISTINA DOS SANTOS
132	MARIA HELENA LIMA
133	LÚCIA DE SANTANA DA SILVA
134	EDUARDA JULIO
135	ANDRIELLI DA SILVA BELETI

2.2.1. Cargo: Agente de educação 40 horas

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

136	SINARA DO PRADO FAGUNDES DA SILVA
137	BRUNA LIGIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
138	AMANDA DE ALMEIDA
139	MANAYRA APARECIDA DA SILVA
140	GABRIELE DUARTE DOS SANTOS
141	MARCOS ROBERTO DOS SANTOS
142	TEREZA JAZINSKI
143	ROSANE ISABEL SAGAS MANOEL

2.3. Cargo: Interprete de libras 40 horas

2	ADRIANA MARQUES DA COSTA
---	--------------------------

2.3.1. Cargo: Agente de educação 40 horas

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

3	ELISANGELA CRISTINA NARDEZ
---	----------------------------

4	VALDEMIRA DE MENEZES MOURA
5	ALESSANDRO FERNANDES DA SILVA
6	HENRIQUE DEMÉTRIO
7	NAIR MARIA MANCE ROCHA

2.4. Cargo: Monitor

328	SILVIA RENATA PEREIRA MEDEIROS
329	JOYCE GODOY DOS SANTOS

2.4.1. Cargo: Monitor

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

330	CARLA JULIANA RANGUET
331	PRISCILA CRISTINA ALVES
332	RHUANA GABRIELE DE SOUZA
333	TAMIRES PEREIRA BORGES
334	BEATRIZ QUINTINO DE SOUSA
335	KETLYN PRISCILA SCHERMACK CARDOSO
336	ISMAYLLA SILVIA TEIXEIRA BENVENUTTI DA ROCHA
337	BRUNA BEATRIZ DOS SANTOS COSTA
338	CAROLINA TALIA MEDEIROS DE LIMA
339	EMILY KAROLINE PINES
340	JONADABE TORRES DE ALENCAR LUZ
341	SALETE APARECIDA CABRAL
342	MARINETE MAIA RIBEIRO
343	ROSEMERI PERES REBOREDO
344	JOIANE SILVA DOS SANTOS
345	YENIFER ALEJANDRA RIVERA ESPINOZA

2.5. Cargo: Orientador escolar

Deverão comparecer todos os candidatos aprovados, que não ocuparam vaga, que em ordem de classificação poderão escolher as vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas os demais candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

2.6. Cargo: Professor de anos iniciais

172	CHARLENE OLIVEIRA BRÁZ
173	MARIANGELA COGO SILVA
174	ANA PAULA DE AVILA ROCHA
175	JIANINE RAMOS STORINO

2.6.1. Cargo: Professor de anos iniciais

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

176	TALITA QUINTILIANO LISBOA
177	DALITA CRISTIANE DE ALMEIDA PATRICIO
178	MARESSA NAARA FAUSTINO FURTADO
179	ROZIVALDO SIQUEIRA SALES

180	ANDRÉA REGINA BENTO
181	JULIANA KNOP SOLIGO PIRES
182	JUCELAINE DE FATIMA GROSS TAQUES
183	FABIANE DALLAGO
184	INES PIRES DOS SANTOS
185	DÉBORA PEREIRA DA ROCHA
186	HELEN MENEZES E SILVA
187	VANESSA MARIA SOARES GONÇALVES
188	CRISTIANE ALMEIDA NASCIMENTO MONTEIRO
189	IARA MACHADO EMILIO
190	KEILA REGINA CARVALHO DA CUNHA

2.7. Cargo: Professor de educação Infantil

189	EVELIN DE SOUZA
-----	-----------------

2.7.1. Cargo: Professor de educação Infantil

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

190	SAMIRA STCZAUOSKI
191	ALINE TREICY MÜLLER
192	TÁSSILA ADRIELLE ELISEO
193	ADRIANA EDIR PEREIRA DE SOUZA
194	CAROLINE PEREIRA GONSALVES
195	TAMARA VERA NASCIMENTO
196	DYANE DOS SANTOS
197	JOCELIA APARECIDA MENDES
198	DÉBORA CRISTIANE ADAMCZEWSKI
199	CAMILA OLIVEIRA DA SILVA
200	BRENDA CAMARGO DE SOUZA
201	ELAINE ROMI FERNANDES
202	ALEXSANDRA DE OLIVEIRA MATOS BITTENCOURT
203	CRISTINA MARQUES BRANDÃO
204	LUCIANE CORDEIRO DE LIMA SILVA
205	JEANNE PATRICIA DANTAS LINHARES
206	EVA APARECIDA DE SOUZA BORGES
207	DENISE MIGUEL DE BRITO

2.8. Cargo: Professor de Geografia

41	ANA CAROLINE MACIEL PAZ
----	-------------------------

2.8.1. Cargo: Professor de Geografia

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

42	LEONARDO DOS SANTOS FONSECA
----	-----------------------------

43	MARIO ANDRÉ MONTEIRO DA SILVA
1	PEDRO GABRIEL MICHELLI LINHARES – final de fila
21	GLEICE BENEVENUTO DE OLIVEIRA R DOS SANTOS – final de fila
30	FÁBIO RAFAEL TISSOT – final de fila
35	CLAUDIA FERNANDA BUENO – final de fila
40	TANIA MARA LITWINSKI – final de fila

2.9. Cargo: Professor de Língua Portuguesa

43	SAULO DOS SANTOS
44	EVANDRO DINAT E SILVA

2.10. Cargo: Professor de Língua Portuguesa

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

45	JEANE NEVES DE OLIVEIRA
11	ROBERTO DE ALMEIDA LOPES JUNIOR – final de fila
13	CARLA APARECIDA CAMILO COELHO – final de fila
27	MARIZE CORDEIRO PACHECO – final de fila
29	ARIANE FERREIRA PEREIRA DE JESUS – final de fila
32	MARIA APARECIDA CEOLIN FREITAS – final de fila
34	MONICA SILVA COIMBRA – final de fila
35	ADRIANA DOS SANTOS – final de fila

2.11. Cargo: Professor de Matemática

Deverão comparecer todos os candidatos HABILITADOS aprovados, que não ocuparam vaga, que em ordem de classificação poderão escolher as vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas os demais candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

2.12. Cargo: Supervisor escolar

Deverão comparecer todos os candidatos aprovados, que não ocuparam vaga, que em ordem de classificação poderão escolher as vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas os demais candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

3. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

* a escolha de vagas poderá ocorrer através de Procuração Publica especifica para este fim, bem como deverão ser apresentados todos os documentos necessários para a contratação.

Favor chegar com apenas cinco (05) minutos de antecedência!!!!

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 HORAS	17/08	13:45	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40 HORAS	17/08	14:15	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
INTERPRETE DE LIBRAS – 40 horas	17/08	14:40	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	17/08	14:50	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

ORIENTADOR EDUCACIONAL	17/08	15:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	17/08	15:05	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	17/08	15:10	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	17/08	15:20	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	17/08	15:25	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	17/08	15:30	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
SUPERVISOR ESCOLAR	17/08	15:35	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

4. Do exame médico:

** Levar cópia do Rg e Anexo I ou II preenchido

A data dos exames será agendada, conforme data e horário entregue no ato da escolha de vagas. O exame será realizado na Junta médica – Rua Anibal Gaya -164 – em frente a Navetran.

Favor chegar com apenas cinco (05) minutos de antecedência!!!!

5. Da retirada do encaminhamento para a unidade escolar:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 HORAS	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40 HORAS	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
INTERPRETE DE LIBRAS – 40 HORAS	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
ORIENTADOR EDUCACIONAL	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
SUPERVISOR ESCOLAR	18/08	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

6. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, enviados por e-mail para o e-mail cadastrados pelo candidato no ato da inscrição.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração.

6.3. Todos deverão comparecer sem acompanhantes nos dias agendados.
Navegantes (SC), 10 de agosto de 2023.

Nathalia Sabel
Diretora de RH

ANEXO I
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE _____ - _____

RG _____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/_____
END _____
Nº _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EFETIVO () ACT (X) COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

- 01 – Fumante ?
() Sim () Não () Ex fumante
02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?
() Sim () Não
03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?
() Sim () Não
04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?
() Sim () Não
05- Já teve algum acidente de trabalho importante?
() Sim () Não
06 – Tem filhos ?Quantos?
()
07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?
() Sim () Não
08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?
() Sim () Não
09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?
() Sim () Não
10 – Algum problema de visão ?
() Sim () Não
11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?
() Sim () Não
12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?
() Sim () Não
13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?
() Sim () Não
14 – Sente dor no peito , como : palpitação?
() Sim () Não
15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?
() Sim () Não
16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?
() Sim () Não
17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?
() Sim () Não
18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?
() Sim () Não
19 – Como esta sua alimentação ?
Adequada () Não adequada ()
20 – Como esta seu sono ?
De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____/____/____

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE _____
RG _____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/_____
END _____
Nº _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____

CARGO _____ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EFETIVO () ACT (X) COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

01 – Fumante ?

() Sim () Não () Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

() Sim () Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

() Sim () Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

() Sim () Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

() Sim () Não

06 – Já esteve grávida ?

() Sim () Não

07 – Quantos filhos?

()

08 – Parto Normal ou Cesária ?

Normal () Cesária () Normal e Cesária ()

09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

() Sim () Não

10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

() Sim () Não

11- Tem menstruação regular ?

() Sim () Não

12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?

() Sim () Não

13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

() Sim () Não

14 – Algum problema de visão ?

() Sim () Não

15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

() Sim () Não

16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

() Sim () Não

17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

() Sim () Não

18 – Sente dor no peito , como : palpitação?

() Sim () Não

19 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?

() Sim () Não

20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

() Sim () Não

21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

() Sim () Não

22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

() Sim () Não

23 – Como esta sua alimentação ?

Adequada () Não adequada ()

24 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____/____/____

DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADMITIDO (A):

Nome:
Cargo:
Secretaria: Municipal de Educação

Já trabalhou com carteira assinada?

() SIM () NÃO



Se nunca teve carteira assinada, e seja o seu primeiro emprego, informar se tem:

() PIS ou () PASEP () NÃO TEM

Tem dependente para Imposto de Renda?

() SIM () NÃO

Se sim, quais os respectivos nomes dos dependentes?

E-mail do funcionário: _____

Número do telefone do funcionário: _____

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração

Navegantes, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____, CPF nº. _____, declaro, junto à Prefeitura Municipal de Navegantes, não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 137, da Lei nº. 8.112/90, das quais tenho pleno conhecimento.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

IDENTIFICAÇÃO DO (A) CONTRATADO (A)

Nome:
Secretaria:
Cargo:

Declaro, em cumprimento às disposições legais vigentes, que não estou em disponibilidade, em gozo de aposentadoria, em licença para tratar de interesse particular ou suspensão contratual, nem ocupo nenhum outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal.

Assinatura

Navegantes, ____/____/20____.

DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS, VALORES, COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA CONFORME RESOLUÇÃO TC – 10/94	
1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE	
NOME:	
ORGÃO DE LOTAÇÃO:	
CARGO/FUNÇÃO:	
DATA DA POSSE: DATA DA EXONERAÇÃO:	
2. FONTES DE RENDA	
DENOMINAÇÃO:	CGC/CPF:
PREFEITURA DE NAVEGANTES	83.102.855/001-50

3. RELAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES			
ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO (AQ) ALIENAÇÃO (AL)	VALOR R\$	COD: 1.2 3.4
4. CARGOS. FUNÇÕES OU CARGOS EFETIVOS OCUPADOS NOS ULTIMOS 2 (DOIS) ANOS			
ENTIDADE	CARGO	PERÍODO	
Atesto para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são expressão da verdade.			
Navegantes , _____ de _____ de 20____.			
Assinatura			

EDITAL 05-2023-NOTIFICAÇÃO PARA DESOCUPAÇÃO

Publicação Nº 5053743

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA DESOCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA 05/2023

Em cumprimento à Lei Complementar nº 415, de 06 de junho de 2023, com fulcro no princípio da responsabilidade no direito de fruição de espaços públicos, traz em seu Art. 137 expressa vedação a frustração do uso coletivo e a posse de todos em áreas públicas, de modo a não comprometer a sua utilização pelo restante da população.

Desta forma, diante da posse precária e ilegítima em que se encontra o notificado, em função da ocupação clandestina de imóvel caracterizado como bem público de uso comum (Art. 99, I, Código Civil), bem como, diante de apuração de irregularidades no funcionamento do estabelecimento comercial, serve o presente edital para NOTIFICAR-LHE que, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital, PROMOVER A DESOCUPAÇÃO do referido imóvel público.

Notificado	LOCAL DA DESOCUPAÇÃO	Bairro
ENILSON NEDES XAVIER	PRAÇA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, QUIOSQUE	CENTRO
ADRIANA VAZ BORGES	PRAÇA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, QUIOSQUE	CENTRO

Navegantes, 04 de agosto de 2023

MAICON ANDERSON DE SOUZA
Diretor de Fiscalização de Obras
Prefeitura Municipal de Navegantes

EDITAL 07-2023-NOTIFICAÇÃO AUTO DE EMBARGO

Publicação Nº 5053765

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE EMBARGO 07/2023

A Secretaria de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, vem por meio desta notificar os proprietários/possuidores dos imóveis abaixo relacionados, a tomarem ciência do Auto de Embargo para que assim, promovam a paralização imediata das atividades construtivas realizadas no local. O descumprimento do auto de embargo implicará em multas previstas na Lei Complementar 414/2023.

NÃO RECEBIDOS					
Nº embargo	Proprietário	Cad.	Motivo	Endereço da Obra	Matricula do Fiscal
203/2023	Município de Navegantes Assembleia De Deus	39464	Determinamos a paralização e regularização de ampliação de área construída com 112m². Motivo: Sem projeto e alvará de construção.	Rua Ernesto Guilherme Hoffmann, S/N Bairro: GRAVATÁ	259103
204/2023	Artur Seidel Paulo Alexandre Pereira	10421	Determinamos a regularização da obra em madeira com 40²	Rua Francisco Wollinger, S/N Bairro: GRAVATÁ	259103
205/2023	Rodon Comercial Ltda	15961	Determinamos a paralização da obra em alvenaria com 11,654m². Motivo: Em desacordo com a lei.	Rua Jose Anacleto, 95 Bairro: GRAVATÁ	259103
206/2023	Renato Pereira Laercio Pereira Candido	1615	Determinamos a regularização de obra complementar de 216m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Rua Geraldo Jose De Borba, Apto 103, Nº 170 Bairro: MEIA PRAIA	259103
209/2023	Jose Antônio Rodrigues	11248	Determinamos a paralização e regularização de área com 60m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Rua Jose Maximiliano De Andrade Bairro: GRAVATÁ	259103
210/2023	Edivaldo Dos Santos	78512	Determinamos a regularização de obra complementar de 60m² em alvenaria e madeira. Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Rua Carlos De Paula Seara, 1368 Bairro: GRAVATÁ	259103
211/2023	Fabio Pellis	13903	Determinamos a regularização de área construída tipo container com 64m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Rua Uruguai, S/N	259103
212/2023	Empreendimento Narciso Ltda	5993	Determinamos a paralização e regularização de construção de uma casa em madeira com 70m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Avenida Prefeito Jose Juvenal Mafra, S/N Bairro: MEIA PRAIA	259103
215/2023	Evaldo Barbosa	14729	Determinamos a regularização da obra complementar com 12m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Avenida Prefeito Jose Juvenal Mafra, 7900 Bairro: GRAVATÁ	259103
216/2023	CK Construtora E Empreendimentos Ltda	13163	Determinamos a regularização de dois containers para fins de comércio com 40m². Motivo: Falta de projeto e alvará.	Avenida Rio Do Sul, 283 Bairro: GRAVATÁ	259103
217/2023	Edgar Antônio Dos Santos	2031	Determinamos a paralização e regularização da obra complementar para fins residenciais, tipo container com 131,06m². Motivo: Falta de projeto aprovado, alvará de construção e recuo.	Rua Fulvio Pinto, 218 Bairro: MEIA PRAIA	259103
218/2023	Schirlei Schmidt	3652	Determinamos a paralização e regularização da obra em alvenaria com 110m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Rua Fulvio Pinto, S/N Bairro: MEIA PRAIA	259103
220/2023	Alexandre Leo Da Silva	9032	Determinamos a paralização e regularização da obra complementar em madeira com 30m², Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Rua Osmundo Dutra, S/N Bairro: MEIA PRAIA	259103

221/2023	Rosablue Construtora E Incorporadora Eireli	5008	Determinamos a paralização e regularização da obra em alvenaria com 2,556m². Motivo: Falta com o descumprimento da notificação nº 8410/2023.	Av. Prefeito Jose Juvenal Mafra, 4428 Bairro: MEIA PRAIA	259103
222/2023	RTC Participações Ltda Carlos Wegner	17212	Determinamos a paralização e regularização de área em reforma com 40m² e alinhamento de muro. Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Av. Prefeito Cirino Adolfo Cabral, S/N Bairro: GRAVATÁ	259103
223/2023	Marilyn Correia Gonçalves	38021	Determinamos a paralização e regularização de obra em alvenaria com 60m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Rua Evaldo Reiser Filho, 175 Bairro: GRAVATÁ	259103
224/2023	Renate Wanka Deichmann	1354	Determinamos a paralização da obra em reforma com 120m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção.	Rua Carlos Henrique Melcher, 355 Bairro: MEIA PRAIA	259103
225/2023	Edson Nogueira	10470	Determinamos a paralização e regularização da obra em reforma com 60m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção aprovados.	Rua Anibal Narciso, 141 Bairro: GRAVATÁ	259103
227/2023	Ademir De Souza	19426	Determinamos a paralização da obra complementar em alvenaria com 44m². Motivo: Falta de projeto e alvará de construção, o mesmo fora de recuo.	Rua Francisco Schmitz, 1899 Bairro: GRAVATÁ	259103
229-2023	Waldemar Rahn Filomena Silva	7884	Determinamos a paralização e regularização da obra.	Rua Promotor Helio Rosa, 126 Esquina com a Rua Bernardino Antonio Narciso	259103
230/2023	Evaldo Reiser Barbosa	12320	Determinamos a paralização da obra, construção tipo container), com área de aproximadamente 40,60m².	Rua Vergino Reiser, 100 Bairro: Gravata	259103
255/2023	Eliana Mafra Rosa Posto Degusta	498	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção, sendo um container.	Rua Honorato Coelho Da Rocha Bairro: CENTRO	347401
257/2023	Antônio Bissoli	14956	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção aprovado.	Rua Arnaldo Passos, 1143 Bairro: CENTRO	347401
258/2023	Administradora de Bens Paulista Ltda (Supermercado Bistek)	50577	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção aprovado no setor de urbanismo.	Rua Manoel Izidro, 505 Bairro: CENTRO	347401
263/2023	Saionara Da Silva Emilio Felisbino	31470	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção aprovado.	Rua Servidão Evilazio Martis Dos Santos, 60 Bairro: SÃO PEDRO	347401
264/2023	Sidnei da Silva Claudemir Clovis M.	37441	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção.	Rua Emanuel Couto, 106 Bairro: PORTO DAS BALSAS	347401
268/2023	Antonio Jose Vailatti	517	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção aprovado.	Avenida Joao Sacavem, 959 Bairro: CENTRO	347401
269/2023	Valdir Momm	84843	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção aprovado.	Br 470 Ingo Hering, 9774 Bairro: PORTO ESCALVADO	347401

270/2023	Maria Ivone Serafim	10211	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção aprovado.	Rua Vereador Antônio Joviniano Emilio, 926 Bairro: CENTRO	347401
271/2023	Renato Severino Delfino Preceiro Supermercado	20308	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção aprovado.	Rua Jose Francisco Laurindo Bairro: SÃO DOMINGOS	347401
272/2023	Centro Automotivo Delta Ltda	5880	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção aprovado.	Avenida Prefeito Jose Juvenal Mafra, 1428 Bairro: CENTRO	347401
273/2023	Incorporadora E Construtora Edr Ltda	19860	Determinamos a paralização desta obra (muro) pois a mesma encontra-se sem licença para fazer alinhamento de muro.	Rua Jose Silvestre Toledo Dos Santos. S/N Bairro: SÃO DOMINGOS	347401
274/2023	Rafael Couto Cabral	38202	Determinamos a paralização da obra em madeira com 25m². Motivo: Sem autorização do proprietário do órgão público, o mesmo está em desacordo com o tipo de construção.	Rua Onorio Bortolato, s/n Esquina Com A Br 470 Bairro: SÃO DOMINGOS	347401
275/2023	Evaldir Bruno Da Silva	5196	Determinamos a paralização desta obra pois a mesma encontra-se sem projeto e alvará de construção aprovado.	Rua Arnaldo Passos, 632 Esquina Com A Rua Vereador Onofre Joaquim Rodrigues Jr Bairro: CENTRO	347401
278/2023	Naoki Higa Ikegara	24976	Determinamos a paralização desta cobertura em Eternit pois a mesma encontra-se em área pública.	Servidão Amara Maria Borba. S/N Bairro: CENTRO	347401

Dê-se ciência e cumpra-se.

Navegantes, 04 de agosto de 2023

MAICON ANDERSON DE SOUZA
Diretor de Fiscalização de Obras
Prefeitura Municipal de Navegantes

EDITAL 08-2023-NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Publicação Nº 5053773

EDITAL DE TERMO DE ADVERTÊNCIA/ NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 08/2023

A Secretaria de Planejamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, vem por meio desta notificar os proprietários/possuidores dos imóveis abaixo relacionados, a tomarem ciência do termo de advertência para que assim, promovam a paralização imediata das atividades construtivas realizadas no local. O descumprimento do termo de advertência implicará em Auto de Embargo e multas previstas na Lei Complementar 414/2023.

NÃO RECEBIDOS					
Nº embargo	Proprietário	Cad.	Motivo	Endereço da Obra	Matricula do Fiscal
101-2023	DI SIENA INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA MR	5034 e 5035	Necessidade de Proteção de tela e bandeja conforme Normas técnicas.	AVENIDA PREFEITO JOSE JUVENAL MAFRA, 4464 Bairro: GRAVATÁ	259103
102-2023	ARTUR SPIESS	14024	Imóvel sem Alvará de Reforma, ampliação e demolição.	RUA PARAGUAI, 191 Bairro: GRAVATÁ	259103
103-2023	HENRIQUE STUHLERT	27058	S/ Alvará de Construção e invadindo o recuo.	RUA ANDRE SCHUMACHER, 684 Bairro: GRAVATÁ	259103
105-2023	CIRINEU REICHARTS	20185	S/ Alvará de Construção e invadindo o recuo.	RUA JOSE FRANCISCO LAURINDO, 1954 Bairro: SÃO DOMINGOS	259103
106-2023	ANA RODRIGUES PAIM	11509	S/ Alvará de Construção e invadindo o recuo.	AVENIDA RIO DO SUL, 765 Bairro: GRAVATÁ	259103

107-2023	AUGUST DOS SANTOS	11529	S/ Alvará de Construção e invadindo o recuo.	AVENIDA RIO DO SUL, 1301 Bairro: GRAVATÁ	259103
108-2023	FRANCISCO SIMAO DE SOUZA JUNIOR	10987	S/ Alvará de Construção e invadindo o recuo.	RUA ALFREDO JOAO KRIECK, 503 Bairro: GRAVATÁ	259103
109-2023	THUANY IMOVEIS LTDA João Pedro	1586	Imóvel sem Alvará de Construção, e sem placa do Responsável técnico e dados da Obra.	RUA GERALDO JOSE BORBA, S/N Bairro: Meia Praia	259103
110-2023	JULIO AUGUSTO BARBOSA NETO	1585	Imóvel sem Alvará de Construção.	RUA GERALDO JOSE BORBA, 81 Bairro: Meia Praia	259103
08416	ERICA MACHOTA	2721	Imóvel sem Alvará de Construção.	RUA LAUDELINO FERMINO DE NOVAES, 646 Bairro: Meia Praia	259103

Dê-se ciência e cumpra-se.

Navegantes, 04 de agosto de 2023

MAICON ANDERSON DE SOUZA
Diretor de Fiscalização de Obras
Prefeitura Municipal de Navegantes

LEI 3734-2023

Publicação Nº 5051937

LEI Nº 3734 DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

DECLARA UTILIDADE PÚBLICA A CASA DO IDOSO BENTA DA SILVA PALUMBO "GRUPO CONVIVER"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica, por este ato, declarado de utilidade pública a CASA DO IDOSO BENTA DA SILVA PALUMBO "GRUPO CONVIVER", pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o nº 95.313.201/0001-55, com sede na Rua Manoel Izidoro, S/N, bairro Centro, município de Navegantes, tendo como principais finalidades fazer cumprir a Política Nacional do Idoso, criando condições autônomas para a sua integração e participação na sociedade.

Art. 2º Ficam assegurados à entidade ora declarada de utilidade pública todos os direitos e prerrogativas garantidos pela legislação em vigor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

NAVEGANTES/SC, 10 DE AGOSTO DE 2023.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente ato na Secretaria de Administração e Logística aos dez dias do mês de agosto de 2023.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NAVEGANTES (PM) - CLASSIFICAÇÃO FINAL - CP 008_2023_10_08_2023

Publicação Nº 5054624


FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 008/2023

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes/ SC, usando de suas atribuições legais nos termos da Constituição Federal, após o prazo recursal, torna público o EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL do Concurso Público Edital nº 008/2023, conforme segue:

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS – AMPLA CONCORRÊNCIA

					DESEMPATE								
CARGO	CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	DN	J	M	MAT	CG	DF
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	1	ADRIENNE MOTA DO ROSARIO	40374	82,50	Não	42,50	20,00	12/12/1995	-	-	12,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	2	ANA PAULA DE OLIVEIRA MEDEIROS	40066	82,50	Não	40,00	25,00	25/01/1994	-	-	12,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	3	JEAN MARCELO DA SILVA CORAZZA	40945	80,00	Não	40,00	22,50	11/04/1978	-	-	10,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	4	PRICILLA TIANE VARGAS	40458	80,00	Não	40,00	20,00	05/07/1993	-	-	12,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	5	ROSEMARY PINHEIRO LEAL NUNES BORBA	40177	75,00	Não	42,50	22,50	29/03/1985	-	-	5,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	6	FABIO HILDEBERTO ARAUJO	40218	72,50	Não	37,50	22,50	14/04/1973	-	-	10,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	7	MARKIAN DENESZCZUK JUNIOR	40138	70,00	Não	37,50	17,50	15/12/1982	-	-	10,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	8	PAULO EDER SANTOS	40779	70,00	Não	30,00	22,50	27/05/1977	-	-	10,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	9	ERALDO ISIDIO PEREIRA JUNIOR	40216	67,50	Não	40,00	17,50	16/12/1991	-	-	5,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	10	ANDERSON DO ROSÁRIO	40997	67,50	Não	35,00	17,50	03/01/1980	-	-	5,00	10,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	11	LETÍCIA STIEHLER MACHADO	40757	67,50	Não	32,50	20,00	01/01/2000	-	-	7,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	12	JULIA DIAS CARDOSO	40677	65,00	Não	35,00	22,50	24/12/2002	-	-	5,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	13	NATHALIA EGER	40847	65,00	Não	35,00	17,50	27/12/1995	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	14	LUANA GRUK UESLER	40617	65,00	Não	32,50	20,00	09/09/1996	-	-	5,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	15	THAINÁ OLIVEIRA DA SILVA	40283	65,00	Não	30,00	20,00	01/10/2004	-	-	10,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	16	GUILHERME SPINELLI FURUUCHI	40301	62,50	Não	32,50	20,00	27/08/1973	-	-	5,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	17	LUCIANA TEIXEIRA LIMA	40879	62,50	Sim	27,50	20,00	06/03/1995	-	-	7,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	18	MARIA JULIA TAKAHASHI	40644	60,00	Não	35,00	20,00	27/10/2004	-	-	2,50	2,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	19	ITALO RUBENS NUNES DA SILVA	40328	60,00	Não	30,00	20,00	06/09/2004	-	-	5,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	20	APARECIDA DE LOURDES SIMOES DA COSTA	40329	60,00	Não	30,00	15,00	11/02/1964	-	-	7,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	21	ANDRÉA MARA KRAETZER	40255	60,00	Não	27,50	17,50	25/03/1979	-	-	7,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	22	MARCIO DAVID MACEDO DA SILVA	40146	60,00	Não	25,00	22,50	29/03/1973	-	-	5,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	23	GABRIEL ANTONIO RALDI	40665	60,00	Não	25,00	22,50	29/07/1993	-	-	5,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	24	GABRIELA CAROLINE VIEIRA	40622	60,00	Não	25,00	22,50	15/01/2000	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	25	EDILSON MARINHO CAMPAROTO	40279	60,00	Não	22,50	22,50	12/09/1995	-	-	5,00	10,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	26	GERSON LUIS CARNIEL FILHO	40451	60,00	Não	22,50	22,50	23/09/1999	-	-	5,00	10,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	27	KAROLINE ANGST PATZ VEECK	40391	60,00	Não	22,50	17,50	28/05/1988	-	-	10,00	10,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	28	NILTON CÉSAR BELLÓ DA ROSA	40746	57,50	Não	30,00	12,50	23/06/1981	-	-	2,50	12,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	29	VINÍCIUS BONSIGNORI	40824	57,50	Não	30,00	12,50	26/10/1999	-	-	10,00	5,00	Não



FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 008/2023



CARGO	CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	DESEMPATE						MAT	CG	DF
					I	CE	LP	DN	J	M			
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	30	ROBERTO ARNHOLD	40602	57,50	Não	27,50	10,00	23/02/1985	-	-	12,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	31	KELSIANA CHARLY DE MOURA RAMOS	40831	57,50	Não	22,50	20,00	20/09/1978	-	-	10,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	32	ANNE CAROLINE GAZANIGA	40825	57,50	Não	20,00	20,00	17/02/2005	-	-	12,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	33	LISIANE AUGUSTIN FIGUEIRO	40318	57,50	Não	17,50	25,00	27/02/1971	-	-	7,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	34	BARBARA OLIVEIRA COSTA	40056	55,00	Não	30,00	15,00	05/08/2000	-	-	5,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	35	TATIELE DA SILVA DE MENDONÇA	40970	55,00	Não	27,50	12,50	03/09/1999	-	-	10,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	36	DANIELA DA MATTA SANTOS	40074	55,00	Não	25,00	22,50	09/02/1992	-	-	5,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	37	LUCAS GUILHERME SASSE	40727	52,50	Não	27,50	12,50	03/12/1982	-	-	5,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	38	CARLOS EDUARDO COLLA DA COSTA	40574	52,50	Não	25,00	17,50	31/12/2002	-	-	5,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	39	RENATA BARRETO DO VALLE	40402	52,50	Não	25,00	15,00	23/12/1983	-	-	5,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	40	EMILLY CRISTINA ULLER GOULART	40348	52,50	Não	25,00	15,00	06/04/2005	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	41	SHAYENNE FERNANDES CARVALHO PARDO	40537	52,50	Não	22,50	17,50	12/11/1983	-	-	2,50	10,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	42	MAURO ROBERTO JACINTHO	40618	52,50	Não	22,50	15,00	19/06/1966	-	-	5,00	10,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	43	KAMYLIA HOFFMANN	40549	52,50	Não	17,50	17,50	04/05/1993	-	-	10,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	44	ALEXANDRO SOARES	40922	52,50	Não	15,00	22,50	09/03/1987	-	-	7,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	45	CELIA REGINA RIBEIRO	40853	52,50	Não	12,50	22,50	04/03/1972	-	-	10,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	46	LUCIANA SANTOS PEREIRA DA SILVA	40196	50,00	Não	27,50	15,00	20/01/1987	-	-	5,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	47	FERNANDA OLIVEIRA AYALA	40917	50,00	Não	27,50	12,50	18/06/1991	-	-	5,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	48	DIOGO GUILHERME DIETER PEREIRA	40603	50,00	Não	25,00	17,50	26/07/1998	-	-	5,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	49	LÍVIA BARBOSA MENEZES MOURA	40360	50,00	Não	25,00	15,00	25/05/1984	-	-	5,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	50	JOANA LUCIA DOS SANTOS	40106	50,00	Não	25,00	15,00	24/06/2000	-	-	5,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	51	ODAIR FLORIO JUNIOR	40890	50,00	Não	25,00	12,50	16/12/1978	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	52	MAIARA DE AREDE DIAS	41027	50,00	Não	25,00	12,50	10/08/1985	-	-	10,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	53	THAYNA DE OLIVEIRA	40996	50,00	Não	25,00	12,50	12/05/1996	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	54	JACIARA LÚCIA SIQUEIRA CARDOSO	40791	50,00	Não	22,50	20,00	30/11/1985	-	-	5,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	55	YURI LUCIANO SEIDE	40925	50,00	Não	22,50	15,00	26/01/2005	-	-	10,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	56	EVERTON TOREZAN	40743	50,00	Não	20,00	17,50	11/11/1982	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	57	ELIANE CANDIDO DE OLIVEIRA	40698	50,00	Não	17,50	17,50	12/08/1966	-	-	10,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	58	ANA PAULA SEVERO PINHEIRO	40733	50,00	Não	15,00	20,00	01/04/1993	-	-	7,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	1	MARCOS ROBÉRIO DE FREITAS	40052	75,00	Não	37,50	17,50	16/01/1988	-	-	10,00	10,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	2	ROGÉRIO PINHEIRO LEAL NUNES	40924	72,50	Não	37,50	20,00	19/02/1975	-	-	5,00	10,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	3	ALEXANDRE VAGNER COELHO	40643	72,50	Não	37,50	17,50	16/09/1975	-	-	7,50	10,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	4	LUCAS HENRIQUE DA ROSA MORETTO	40498	70,00	Não	40,00	22,50	15/02/2002	-	-	5,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	5	JÉSSICA LIMA GUIMARÃES NAVARRETTE	40475	70,00	Não	32,50	22,50	05/04/1989	-	-	10,00	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	6	CAROLINA DE SOUZA RODRIGUES	40942	67,50	Não	40,00	12,50	04/11/1981	-	-	7,50	7,50	Não



FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 008/2023



CARGO	CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	DESEMPATE						MAT	CG	DF
					I	CE	LP	DN	J	M			
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	7	NICOLY ROSSI	40701	67,50	Não	35,00	20,00	24/02/1998	-	-	10,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	8	ELIANA BALBINO	40775	67,50	Não	32,50	22,50	16/01/1969	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	9	MARCOS DIAS MENEGHEL	40096	65,00	Não	37,50	15,00	05/12/1993	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	10	MARCUS PAULO FRANCO DOS SANTOS	40517	65,00	Não	37,50	12,50	13/04/1984	-	-	7,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	11	ANA LUIZA FLORIANO JOSEFINA	40876	65,00	Não	32,50	17,50	09/08/2001	-	-	7,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	12	RENAN VIEIRA OLIVEIRA	40226	65,00	Não	32,50	12,50	03/09/1997	-	-	12,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	13	SAMUEL SILVA DESIDERIO	40848	65,00	Não	30,00	22,50	23/05/1995	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	14	CLAUDIA DE FREITAS RODRIGUES	40992	60,00	Não	30,00	17,50	22/07/1969	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	15	GIOVANNA LEITE MONTEIRO PARADINHA	40837	57,50	Não	32,50	17,50	24/03/2003	-	-	5,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	16	MARIA EDUARDA FERETTI DA MOTA	41021	57,50	Não	32,50	15,00	17/04/2005	-	-	7,50	2,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	17	MARCOS VENÍCIO MONTAGNA	40729	57,50	Não	27,50	17,50	05/01/1986	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	18	DANIEL RAMOS DA SILVA	40695	55,00	Não	32,50	15,00	21/02/1967	-	-	2,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	19	DEMIAN LOU WENDY WAVE MARQUES DA SILVA	40752	55,00	Não	32,50	15,00	20/04/1987	-	-	2,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	20	MARIA JAILMA ALVES FEITOSA	40840	55,00	Não	32,50	12,50	09/09/1978	-	-	2,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	21	IRIS OLIVEIRA EUSEBIO DA SILVA	40185	55,00	Não	27,50	17,50	06/11/1998	-	-	2,50	7,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	22	JHEOVANA EVELYN ROBERTA GUTTERREZ BATALHA	40173	55,00	Não	27,50	15,00	30/08/1997	-	-	5,00	7,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	23	ELIANE TOBLER ESTEVAM	40210	55,00	Não	25,00	17,50	05/11/1967	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	24	MARIA VITÓRIA DA SILVA PINHEIRO	40629	52,50	Não	30,00	10,00	14/02/2001	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	25	ELISABETE DIAS KOKUMAI	40380	52,50	Não	27,50	22,50	22/10/1985	-	-	0,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	26	ANDRÉIA SILVA RIBEIRO CÂMARA	40860	50,00	Não	32,50	12,50	20/09/1983	-	-	2,50	2,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	27	KATIANE CERINO SOARES	40027	50,00	Não	30,00	7,50	05/09/1993	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	28	PATRÍCIA MONTEIRO DA COSTA	41029	50,00	Não	27,50	15,00	16/06/1985	-	-	5,00	2,50	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	29	SILAS RAFAEL DAROS	40303	50,00	Não	27,50	15,00	02/08/1987	-	-	2,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	30	CÉSAR MATIAS FERREIRA	40251	50,00	Não	27,50	10,00	30/01/1979	-	-	7,50	5,00	Não
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	31	GUILHERME LUCAS CARVALHO PARDO	40538	50,00	Não	25,00	15,00	07/09/2001	-	-	2,50	7,50	Não
MONITOR OF. ARTES CULTURAIS	1	MARIA EDUARDA HOLSTEIN CORDEIRO	41018	70,00	Não	35,00	17,50	21/09/2006	-	-	10,00	7,50	Não
MONITOR OF. ARTES CULTURAIS	2	TALITA RUBIA SCHNEIDER	40834	52,50	Não	27,50	15,00	06/04/1983	-	-	5,00	5,00	Não
MONITOR OF. ARTES CULTURAIS	3	GABRIELA TRAVAGLIA	40137	52,50	Não	27,50	12,50	06/09/2002	-	-	7,50	5,00	Não
MONITOR OF. ARTES CULTURAIS	4	LAUDICEIA DE OLIVEIRA SANTANA SILVA	40466	50,00	Não	20,00	10,00	16/10/1987	-	-	12,50	7,50	Não
TÉCNICO DE TEATRO	1	FELIPE ANTONIO LOBO	40523	80,00	Não	40,00	20,00	05/05/2000	-	-	12,50	7,50	Não
TÉCNICO DE TEATRO	2	ERICK RIBEIRO BARBOSA	40236	77,50	Não	45,00	17,50	30/06/1998	-	-	10,00	5,00	Não
TÉCNICO DE TEATRO	3	MERLEI SCHMITZ	40480	77,50	Não	37,50	17,50	24/02/1981	-	-	12,50	10,00	Não
TÉCNICO DE TEATRO	4	JONAS DANILO PEREIRA	40165	75,00	Não	47,50	15,00	09/11/1998	-	-	7,50	5,00	Não



FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 008/2023



					DESEMPATE								
CARGO	CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	DN	J	M	MAT	CG	DF
TÉCNICO DE TEATRO	5	VITOR REMOR DE SOUZA	40930	65,00	Não	32,50	17,50	12/09/1996	-	-	10,00	5,00	Não
TÉCNICO DE TEATRO	6	MARCOS PAULO ALVES DE OLIVEIRA	40191	62,50	Sim	35,00	12,50	23/02/1982	-	-	12,50	2,50	Não
TÉCNICO DE TEATRO	7	SAUL JOSE SIMAS	40568	60,00	Sim	32,50	10,00	20/07/1961	-	-	10,00	7,50	Não
TÉCNICO DE TEATRO	8	MATHEUS PHELIPPE DA ROCHA HAHN	40133	57,50	Não	32,50	15,00	24/07/1992	-	-	5,00	5,00	Não
TÉCNICO DE TEATRO	9	JOICE FERNANDA DOS SANTOS	40594	55,00	Não	37,50	15,00	25/08/1994	-	-	0,00	2,50	Não
TÉCNICO DE TEATRO	10	TIAGO DE OLIVEIRA	40980	52,50	Não	30,00	12,50	12/10/1988	-	-	7,50	2,50	Não
MONITOR DE TELECENTRO	1	ISABELA BEATRIZ MONTAGNA KRUEGER	40907	75,00	Não	40,00	22,50	26/10/2004	-	-	7,50	5,00	Não
MONITOR DE TELECENTRO	2	GABRIEL MARONE DO AMARAL	40687	70,00	Não	40,00	20,00	19/01/1998	-	-	5,00	5,00	Não
MONITOR DE TELECENTRO	3	GUILHERME MEDEIROS VILELA	40501	62,50	Não	30,00	22,50	25/08/1983	-	-	7,50	2,50	Não
MONITOR DE TELECENTRO	4	THIAGO DAVID PRUSS	41007	60,00	Não	35,00	15,00	25/08/1983	-	-	5,00	5,00	Não
MONITOR DE TELECENTRO	5	ARTUR VASCONCELOS FERREIRA	40265	55,00	Não	32,50	12,50	15/11/2004	-	-	5,00	5,00	Não

NF= Nota Final / I = Idoso / TI = Títulos / CE = Conhecimentos Específicos / LP = Língua Portuguesa / DN = Data de Nascimento / J = Tenha exercido a função de jurado / M = Tenha exercido a função de mesário / MAT = Raciocínio Lógico/ Matemática / CG = Nota de Conhecimentos Gerais / DF = Candidato com Deficiência

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS – PESSOA COM DEFICIÊNCIA

					DESEMPATE								
CARGO	CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	DN	J	M	MAT	CG	DF
ASSISTENTE DE BIBLIOTECA	1	LUCIANA TEIXEIRA LIMA	40879	62,50	Não	27,50	20,00	06/03/1995	-	-	7,50	7,50	Sim
TÉCNICO DE TEATRO	1	MARCOS PAULO ALVES DE OLIVEIRA	40191	62.50	Não	35.00	12.50	23/02/1982	-	-	12.50	2.50	Sim

NF= Nota Final / I = Idoso / TI = Títulos / CE = Conhecimentos Específicos / LP = Língua Portuguesa / DN = Data de Nascimento / J = Tenha exercido a função de jurado / M = Tenha exercido a função de mesário / MAT = Raciocínio Lógico/ Matemática / CG = Nota de Conhecimentos Gerais / DF = Candidato com Deficiência

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Navegantes, 11 de agosto de 2023.

MARCOS VENÍCIO MONTAGNA
Superintendente Da Cultura

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
Prefeito do Município de Navegantes/SC

NAVEGANTES - HOMOLOGAÇÃO _CP 008-2023_10_08_23

Publicação Nº 5054623

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes/ SC, usando de suas atribuições legais nos termos da Constituição Federal, torna público o EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO do Concurso Público Edital nº 008/2023, para os cargos ASSISTENTE DE BIBLIOTECA, ASSISTENTE DE PRODUÇÃO, MONITOR DE OFICINAS DE ARTES CULTURAIS, MONITOR DE TELECENTRO e TÉCNICO DE TEATRO, com publicação oficial do edital de classificação (após recursos) nesta data, tendo em vista a conclusão dos trabalhos relativos aos cargos supracitados do certame em tela, após cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências constantes do Edital de Abertura. O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos, a contar da data da homologação do certame, a critério da Fundação Cultural de Navegantes / SC.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Navegantes, 11 de agosto de 2023.

MARCOS VENÍCIO MONTAGNA
Superintendente Da Cultura

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
Prefeito do Município de Navegantes/SC

PORTARIA 2419 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054625

PORTARIA Nº 2419 DE 11 DE AGOSTO DE 2023
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, LUISA CARINA GESSI RIPPEL matrícula 63340401 ocupante do cargo de PSICOLOGO DO CREAS/SUAS, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 07 (sete) dias consecutivos, com início em 04.08.2023 e termino em 10.08.2023, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.08.2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2023.

DENISE MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA 1084-2023 - CESSÃO SERVIDOR - MOISÉS CIPRIANI

Publicação Nº 5052634

PORTARIA Nº 1.084/2023

Dispõe sobre a Cessão de Servidor Municipal

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, de acordo com a Lei nº 2.154, de 17 de outubro de 2006 e o Convênio nº 001/2023, firmado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica disposto a cessão do Servidor Público Municipal MOISÉS CIPRIANI, matrícula nº 74, concursado, ocupante do cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar Contábil e Financeiro, nomeado através da Portaria 026/1990 de 01/06/1990, para o SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Nova Trento, com ônus para o cedente.

Art. 2º - A cessão será pelo prazo de 11 de agosto de 2023 a 11 de agosto de 2024.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de agosto de 2023.

Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Daniel Rongalio Eliane Tomaz
Secretário Municipal de Finanças Secretária Municipal de Administração
e Planejamento

PORTARIA 1085-2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES - BERNARDO MONTIBELLER RUBERTI

Publicação Nº 5052635

PORTARIA Nº 1.085/2023

Concessão de Férias

Samanta Lazzarotto Franzoi, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 107, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (vinte) dias, ao Servidor Público Municipal, BERNARDO MONTIBELLER RUBERTI, matrícula nº 8426, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador da Casa da Cidadania, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 11/08/2023 a 30/08/2023, relativo ao período aquisitivo de 04/01/2022 a 03/01/2023.

Nova Trento, em 11 de agosto de 2023.

Samanta Lazzarotto Franzoi
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Eliane Tomaz
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PROCESSO N° 79/2023 - PREGÃO ELETRONICO N° 52/2023

Publicação N° 5052576

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3177086C0CDA3185E3134CB5C82983683535780B

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO N° 079/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 052/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COLCHONETE ESCOLAR COM ESPUMA D20 E TATAME EVA (CORES DIVERSAS), CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL. Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no endereço eletrônico: bnc.org.br

Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 do dia 06/09/2023. Abertura das Propostas e Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO: dia 06/09/2023 a partir das 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 ou 3267-3211. Site: www.novatrento.sc.gov.br. Email: licitacao@novatrento.sc.gov.br.

Tiago Dalsasso
Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2023 - FMAS

Publicação Nº 5052392

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5459705AD8D856EB8E01D56BFB5DAC21DEC9CF46

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 11/2023

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: COLONETTI & STEINER ADVOGADOS

Valor : R\$32.340,00 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta reais).

Vigência : Início: 11/08/2023 Término: 31/12/2023

Licitação : Carta Convite nº 08/2023

Recursos : (07) 14.001.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (Recursos Próprios).

Objeto : contratação de serviços especializados de assessoria, suporte e decisões jurídicas para ações e programas administrativos na área social de políticas públicas desta secretaria, bem como demais serviços inerentes na área de direito para o Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 11 de agosto de 2023.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

MAIARA SPILERE


Secretária do Fundo Municipal de Assistência Social

HOMOLOGAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 08/2023 - FMAS

Publicação Nº 5052379

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B605392CC97FFFE80A0EB802DBD88ADAE1F23ED

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL NOVA VENEZA CNPJ: 15.423.721/0001-81 Endereço: Tv. Osvaldo Búrigo, 44 - CEP: 88865-000 - Nova Veneza	CONVITE Nr.: 8/2023
	Processo Adm.: 8/2023 Data do Processo: 26/07/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 22, III e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 8/2023
b) **Nr. Licitação:** 8/2023 - CV
c) **Modalidade:** Convite
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de serviços especializados de assessoria, suporte e decisões jurídicas para ações e programas administrativos na área social de políticas públicas desta secretaria, bem como demais serviços inerentes na área de direito para o Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Veneza/SC.*

Participante: COLONETTI & STEINER ADVOGADOS

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de assessoria Jurídica	210,000	HRS	154,00	32.340,00
Total do Participante:					32.340,00
Total Geral:					32.340,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção do CRAS e Outros Serviços Referenciados	14.001.08.244.0005.2035.3.3.90.00.00	R\$ 33.600,00

Nova Veneza, 11/08/2023

ROGERIO JOSE FRIGO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.041 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051859

**ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Novo Horizonte****DECRETO Nº 3.041** de 11 de agosto de 2023.

APROVA RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2023 QUE DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS E RESPECTIVOS FISCAIS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E SOBRE O PROCEDIMENTO DE SUA APURAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito do município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.609/1990) na Resolução nº 231.2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e na Lei Municipal nº 678/2023, e demais legislação vigente.

DECRETA:

Art. 1º – APROVA A RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2023 QUE DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS E RESPECTIVOS FISCAIS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E SOBRE O PROCEDIMENTO DE SUA APURAÇÃO, conforme Anexo único.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revoga-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC,
Em 11 de agosto de 2023.

**VANDERLEI
SANAGIOTTO:**
76761347904

Assinado de forma digital
por VANDERLEI
SANAGIOTTO:76761347904
Dados: 2023.08.11 09:06:47
-03'00'

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini
Secretário de Administração e Fazenda

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Novo Horizonte

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 3.041 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE DE NOVO HORIZONTE/SC**

Resolução CMDCA nº 05/2023

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos e respectivos fiscais durante o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar e sobre o procedimento de sua apuração.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)** do Município de Novo Horizonte/SC, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 678/2023, bem como pelo art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º da Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar; e

Considerando que o art. 7º, § 1º, “c”, da Resolução n. 231/2022 do Conanda dispõe que ao CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

Considerando, ainda, que o art. 11, § 7º, incisos III e IX, da Resolução n. 231/2022 do Conanda aponta ser atribuição da Comissão Especial do processo de escolha, criada por Resolução do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos durante a campanha e no dia da votação, bem como resolver os casos omissos, **RESOLVE:**

Art. 1º - A campanha dos candidatos a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos candidatos habilitados no Processo de Escolha e será encerrada à meia-noite da véspera do dia da votação.

Art. 2º - Serão consideradas condutas vedadas aos candidatos devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Novo Horizonte/SC e aos seus prepostos e apoiadores aquelas previstas no edital de abertura do certame, na Lei Municipal nº 678/2023 e na Resolução n.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Novo Horizonte

231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com especial destaque ao seu art. 8º.

Art. 3º - O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução poderá caracterizar inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inc. I, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 4º - Qualquer cidadão ou candidato poderá representar à Comissão Especial contra aquele que infringir as normas estabelecidas no edital, na Resolução n. 231/2022 do Conanda ou na Lei Municipal nº 678/2023, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

§1º Cabe à Comissão Especial registrar e fornecer protocolo ao representante, para acompanhamento do procedimento instaurado.

§2º Serão admitidas denúncias anônimas, desde que acompanhada de elementos mínimos de prova ou com indicação da forma que a Comissão Especial pode acessá-la.

§3º Caso o denunciante assim solicite, a Comissão Especial pode decretar, havendo fundamentos legítimos, o sigilo de seu nome, facultando acesso apenas ao Ministério Público e à autoridade judiciária, caso solicitado.

§4º As denúncias poderão ser encaminhadas pessoalmente à Comissão Especial, que as receberá nos dias úteis, no horário das 7h30min às 11h30min das 13h às 17h, na Rua Bruno Sanagiotto, n. 68 junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

§5º As denúncias poderão também ser encaminhadas para o e-mail **prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br**

§6º Caso qualquer membro do CMDCA tome conhecimento da prática de conduta vedada, por qualquer meio, deverá imediatamente comunicar o fato e as provas a que teve acesso à Comissão Especial, para instauração, de ofício, do respectivo procedimento administrativo.

§ 7º O Ministério Público será cientificado da instauração de todo e qualquer procedimento instaurado pela Comissão Especial.

Art. 5º - No prazo de 1 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, § 3º, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

Parágrafo único. Havendo motivo relevante e comprovado o perigo na demora do julgamento, a Comissão poderá determinar, fundamentadamente em

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Novo Horizonte

medida liminar, a retirada imediata ou a suspensão da propaganda e o recolhimento do material de campanha considerado irregular.

Art. 6º - A Comissão Especial poderá, no prazo de 2 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I – arquivar o procedimento administrativo, se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;

II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 2 (dois) dias contados do decurso do prazo previsto no *caput* (art. 11, § 3º, inc. I, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

§ 1º No caso do inc. II, o representante e o representado serão intimados a, querendo, comparecerem à reunião designada e efetuarem perguntas para as testemunhas ouvidas;

§ 2º Eventual ausência do representante ou do representado não impede a realização da reunião a que se refere o inc. II, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

§ 3º - As partes poderão ser representadas, durante todas as etapas do procedimento, por advogado, desde que junte procuração nos autos, porém a ausência de defesa técnica não acarretará nenhum tipo de nulidade.

Art. 7º - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial decidirá, fundamentadamente, em até 2 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 5º, da Resolução n. 231/2022 do Conanda).

§ 1º A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 2 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 5º, da Resolução n. 231/2022 do Conanda);

§ 2º No julgamento do recurso não será admitida reabertura da instrução, porém será facultada a sustentação oral aos envolvidos de até 10 (dez) minutos por parte, sendo dispensável a intimação destas para o julgamento.

Art. 8º - Os nomes dos candidatos cassados deverão permanecer nas cédulas ou inseridos nas urnas eletrônicas.

Parágrafo único. Os votos atribuídos ao candidato cassado serão considerados nulos.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Novo Horizonte

Art. 9º - O representante do Ministério Público, tal como determina o art. 11, § 7º, da Resolução n. 231/2022 do Conanda, deverá ser cientificado de todas as reuniões da Comissão Especial e do CMDCA, com antecedência mínima de 72(setenta e duas), bem como de todas as decisões destes órgãos, no prazo de 2 (dois) dias de sua prolação.

Art. 10º - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico e nas redes sociais da administração municipal, bem como noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha.

Art. 11º - A Comissão Especial fará reunião com todos os candidatos habilitados em 2 (dois) momentos do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

- a) tão logo seja publicada a relação final dos(as) candidatos(as) considerados(as) habilitados(as)
- b) na semana anterior ao dia da votação, com foco nas vedações específicas da votação, organização do pleito e participação de fiscais dos candidatos.

§ 1º Em cada uma das solenidades será registrada ata da reunião, com a lista de presença dos candidatos e dos membros da Comissão Especial

§ 2º Eventual ausência não isenta o candidato do cumprimento das regras do processo de escolha.

Art. 12º - Os procedimentos administrativos de que tratam essa resolução poderão ser instaurados após a data da eleição, inclusive para apuração de condutas vedadas praticadas na data da votação e deverão ser concluídos antes da posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos pela comunidade.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta resolução às eventuais irregularidades relativas à organização e condução do pleito em geral, cabendo à Comissão Especial processar e julgar as representações, com direito de recurso à Plenária do CMDCA.

Novo Horizonte/SC, 10 de agosto de 2023.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Novo Horizonte

Presidente CMDCA de Novo Horizonte/SC

Presidente da Comissão Eleitoral

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – prefeitura@novohorizonte.sc.gov.br

Orleans

PREFEITURA

ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA SEGUNDA COLOCADA PROCESSO Nº 133/2023 PREFEITURA

Publicação Nº 5052834

Prefeitura Municipal de Orleans
Rua XV de Novembro, 282, Centro, Orleans - SC
CEP: 88870-000
CNPJ: 82.926.544/0001-43
Telefone: (48) 3886-0100

ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA SEGUNDA COLOCADA

Processo Licitatório Nº 133/2023
Pregão Presencial P/ Compras e Serviços nº 48/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA ZONA RURAL E URBANA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

O pregoeiro através deste vem comunicar a ABERTURA DO ENVELOPE nº 02 (Documentos de Habilitação) da empresa: SEGUNDA colocada para o lote 1 (W & B SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA) no dia 16/08/2023 às 14:00 horas, localizado na sala de licitações no endereço supra mencionado.

Orleans, 11 de Agosto de 2023

FÁBIO SALVADOR
Pregoeiro

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 267/2023

Publicação Nº 5052521

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 20CB129F7F4234921747557960DFBA1FA2C2BEB0

EXTRATO CONTRATO Nº 267/2023

Termo de Contrato

Espécie: Contrato de Locação nº 267/2023, firmado em 03/08/2023 com ALEXANDER WILLEM MICHAEL RIETVELD.

OBJETO: Locação de imóvel para funcionamento do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, Unidade de Ensino Infantil pertencente à Rede Pública de Palhoça. Imóvel com 01(um) pavimento, contendo área do terreno de 753,53m², com área construída de 467,17m² localizado na Rua Diulio José Pizani, s/n, no bairro Belo Vista, em Palhoça/SC.

AMPARO: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.245/91.

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 371/2023.

VIGÊNCIA: Início retroativo em 01/08/2023 a 31/07/2028 (60 meses).

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "749" – 333903615.

VALOR MENSAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Signatário: pelo Contratante,

GEAN KARLO MEDEIROS

Secretário Municipal de Educação,

Pelo Contratado,

ALEXANDER WILLEM MICHAEL RIETVELD

EXTRATO DE CONTRATO Nº 270/2023 TP Nº 250/2023

Publicação Nº 5054629

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8D6F6C7C34ACA712426F194D0A5042D7651D323D

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 270/2023. Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO e a empresa QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização viária da Rua Wilmar Probst e Rua Alcides da Rosa, Bairro: Centro - Palhoça/SC – LOTE 01

Valor total: R\$ 716.212,80 (setecentos e dezesseis mil duzentos e doze reais e oitenta centavos)

Data: 08/08/2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 271/2023 TP Nº 250/2023

Publicação Nº 5054632

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C66EB4AF21646D7D9B4D608EE27567B2A6790368

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 271/2023. Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO e a empresa QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Repavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Euclides da Cunha- Bairro Ponte do Imaruim/ Palhoça/SC - LOTE 02

Valor total: de R\$ 637.262,79 (seiscentos e trinta e sete mil duzentos e sessenta e dois reais e setenta e nove centavos),

Data: 08/08/2023.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 272/2023 TP Nº 250/2023

Publicação Nº 5054633

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B68D9C50ADEC950550BDF0A020E319011CF2E8E96

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 272/2023. Partes: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO e a empresa QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Pavimentação asfáltica, drenagem e

sinalização viária da Rua Ilmo Scheidt- Bairro Centro/Palhoça/SC - LOTE 03

Valor total: R\$ 422.561,77 (quatrocentos e vinte e dois mil quinhentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos)

Data: 08/08/2023.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 268/2023 CC Nº 134/2022

Publicação Nº 5054018

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 83EEBB4AEC38899176FA8CF16CC94D404D0B8323

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 268/2023

Termo de Aditamento – PRAZO

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 194/2022, firmado em 23/06/2022, com a empresa MLA CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: CLÁUSULA I – Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo contratual, do Contrato nº 194/2022, sendo o prazo de vigência com início 17/10/2023 a 14/04/2024, conforme memorando nº 65.214/2023 encaminhado pela Secretária de Infraestrutura. CLÁUSULA II – Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias o prazo de execução do Contrato nº 194/2022, sendo o prazo de vigência com início em 18/08/2023 a 14/02/2024, conforme memorando nº 65.214/2023 encaminhado pela Secretária de Infraestrutura.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO Tomada de Preços n.º 134/2022.

DATA: 03/08/2023.

Signatários: pelo Contratante,

KRISTY CARDOSO FABRE

Secretária Municipal de Infraestrutura e Saneamento

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 090082-3

RAINER AUGUSTO SCHMITZ

Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 137256-1

Pela Contratada,

MLA CONSTRUÇÕES LTDA.

PORTARIA Nº. 5060/2023

Publicação Nº 5052956

PORTARIA Nº. 5060/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVAN MARQUES, matrícula nº. 402101-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/04/2013 a 14/08/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 15/08/2023 a 15/09/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5061/2023

Publicação Nº 5052994

PORTARIA Nº. 5061/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE RODRIGUES VIEIRA, matrícula nº. 401705-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/06/2017 a

19/12/2022, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 21/08/2023 a 21/09/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5062/2023

Publicação Nº 5053001

PORTARIA Nº. 5062/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CARINE LISBOA DA SILVA, matrícula nº. 401958-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2018 a 11/03/2023, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 28/08/2023 a 28/09/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5067/2023

Publicação Nº 5053023

PORTARIA Nº. 5067/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS na UBS Pachecos da Secretaria Municipal de Saúde a servidora MAGDA REGINA VIEIRA NICOLEIT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 08/08/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5068/2023

Publicação Nº 5053030

PORTARIA Nº. 5068/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2190 de 09 de março de 2023, que Contratou por Tempo Determinado o (a) servidor (a) JULIANA RODRIGUES DE SOUZA, no cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/08/2023 a 14/12/2023, face ao impedimento da titular Alair Alaid Pereira, que se encontra em ACH.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação designado

PORTARIA Nº. 5069/2023

Publicação Nº 5053034

PORTARIA Nº. 5069/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO DE COORDENADOR III a servidora MAGDA REGINA VIEIRA NICOLEIT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.586, de 14 de maio de 2020, a contar de 08/10/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5070/2023

Publicação Nº 5053038

PORTARIA Nº. 5070/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo Período de
Jean Cristiano Rodrigues	10	25	09/08/2023 a 14/12/2023
Neiva Mello	20	40	10/08/2023 a 14/12/2023

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5072/2023

Publicação Nº 5053047

PORTARIA Nº. 5072/2023.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4824493D56EF02865E3F3149B299A7FDC31DBA8A

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUANA RIBEIRO PEREIRA, cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3766529-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/08/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5073/2023

Publicação Nº 5053056

PORTARIA Nº. 5073/2023.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 2459 de 04 de julho de 2014, que Concedeu Progressão Funcional Horizontal da servidora REGIANE CRISTINA DA SILVA DOS SANTOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data de concessão que deverá ser 11/12/2013, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5074/2023

Publicação Nº 5053057

PORTARIA Nº. 5074/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Abono Salarial aos servidores conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta. De acordo com a Lei nº. 344, de 20 de abril de 2023.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor conforme data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3766453-1	Luciene Barbosa Jacinto	20%	03/08/2023

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5075/2023

Publicação Nº 5053421

PORTARIA Nº. 5075/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIANA CRISTINA PROVIN VITTO, matrícula nº. 401144-2, titular do cargo de Agente Combate de Endemias, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/01/2016 a 27/03/2021, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 17/07/2023 a 17/08/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5076/2023

Publicação Nº 5053422

PORTARIA Nº. 5076/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSIMERI HILDA COELHO, matrícula nº. 300070-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 13/06/2017 a 13/06/2022, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 24/07/2023 a 24/08/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5077/2023

Publicação Nº 5053424

PORTARIA Nº. 5077/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANE CRISTINA FREITAS, matrícula nº. 402160-1, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/07/2013 a 01/07/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 01/08/2023 a 01/09/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5078/2023

Publicação Nº 5053426

PORTARIA Nº. 5078/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDA ZANINI, matrícula nº. 401909-1, titular do cargo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/12/2012 a 10/12/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 01/08/2023 a 01/09/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5079/2023

Publicação Nº 5053427

PORTARIA Nº. 5079/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIMAR OLINDINA DOS SANTOS VIDAL, matrícula nº. 250843-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/06/2016 a 02/06/2021, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 01/08/2023 a 01/09/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5080/2023

Publicação Nº 5053734

PORTARIA Nº. 5080/2023.

LUCIMARA APARECIDA PRIM, Secretária de Turismo designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3542 de 01 de agosto de 2022, que Concedeu Estágio Remunerado a ANA CAROLINA DE ESPINDOLA, titular do cargo de Estagiário, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Turismo, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/08/2023 a 28/07/2024.

Palhoça, SC, em, 11 de agosto de 2023.

LUCIMARA APARECIDA PRIM
Secretária de Turismo designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5081/2023

Publicação Nº 5053892

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8417874CA195C672745CC2C736245F3A2A86794A

PORTARIA Nº. 5081/2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora ERIC MEIRA MAGALÃES, matrícula nº. 401964-1, titular do cargo de Educador Físico, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 04 (quatro) meses, com efeitos a contar de 11/08/2023.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

EDITAL DE ELIMINAÇÃO Nº04/2023

Publicação Nº 5052689



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC.
Fone: (48) 3279-1889/3279-1734 - Fax: (48) 3279-1852 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 CEP: 88 132-256 Visite
nosso site: www.palhoca.sc.gov.br

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
Nº 04/2023

A Comissão de Avaliação de Documentos, designado (a) pelo Decreto Nº 2.382, de 01 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do Município, de 28 de agosto de 2018, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos nº (03/2023), autorizada pelo titular da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Palhoça, por intermédio do Decreto Municipal Nº 3.201, de 12 de abril de 2023 faz saber a quem possa interessar que a partir do quadragésimo quinto (45º) dia subsequente a data de publicação deste Edital no Diário Oficial do Município, se não houver oposição, o Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Palhoça eliminará 39 caixas, dos documentos relativos à: 2.0.06.01.05 Requisição/ autorização abastecimento combustível; 2.0.06.01.03 Controle/ boletim de tráfego de viaturas oficiais e de veículos contratados; 2.0.06.01.02 Relatório gerencial de consumo de combustível, dos anos de 1996 a 2019, da Prefeitura Municipal de Palhoça. Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas e mediante petição dirigida à Comissão de Avaliação de Documentos da Prefeitura Municipal de Palhoça, a retirada ou cópias de documentos, avulsos ou processos, bem como o desentranhamento ou cópias de folhas de um processo.

Palhoça, 10 de agosto de 2023.

André José Silveira
Secretário Municipal de Administração

Bárbara Pamplona Feigel
Membro da Comissão de Avaliação de Documentos

Denise Gonçalves Pinheiro
Membro da Comissão de Avaliação de Documentos

Ivete Hack Kraus
Membro da Comissão de Avaliação de Documentos

Victor Emmanuel de Souza Cardozo
Membro da Comissão de Avaliação de Documentos

Assinado por 5 pessoas: BÁRBARA PAMPLONA FEIGEL, ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA, IVETE HACK KRAUS, DENISE GONÇALVES PINHEIRO e VÍCTOR EMMANUEL DE SOUZA CARDOZO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca1doc.com.br/verificacao/6E2B-018E-C143-827F> e informe o código 6E2B-018E-C143-827F





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6E2B-018E-C143-827F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BÁRBARA PAMPLONA FEIGEL (CPF 076.136.899-05) em 10/08/2023 13:40:14 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA (CPF 016.117.739-54) em 10/08/2023 16:27:19 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



IVETE HACK KRAUS (CPF 005.680.579-96) em 10/08/2023 17:25:47 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DENISE GONÇALVES PINHEIRO (CPF 000.043.399-32) em 10/08/2023 17:43:44 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



VICTOR EMMANUEL DE SOUZA CARDOZO (CPF 108.598.349-80) em 11/08/2023 13:05:11
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/6E2B-018E-C143-827F>

PORTARIA Nº. 5063/2023

Publicação Nº 5053005



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 5063/2023.

ANDRE JOSE SILVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:**DESIGNAR OS SERVIDORES PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA MUNICIPAL:**

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos comporem a Junta Médica Municipal e Equipe Multidisciplinar de acordo com as Leis nº 157, de 27 de fevereiro de 2014:

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor em 07/08/2023.

MATRICULA	SERVIDOR
3761452-3	Aline Alflen Schmitt
3766524-1	João Vitor Pandolfo
3763977-4	Jorge Kleber Neiva Brito Filho
801457-3	Joziani Farias Pereira
3764272-3	Kleitton Rosa Borges
3761291-13	Laura Di Nallo
3764273-4	Lilian Pereira dos Santos Borges
3765107-2	Lucas Natale Cardoso
370156-8	Narjara Naomi Bonissoni Izumi
3763255-3	Vagner Kuklik

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 16:32:03-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://ic.atende.net/p64d68cd5d5b2>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/08/2023 16:32



Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.



Assinado eletronicamente por:
ANDRE JOSE
SILVEIRA:01611773954
CPF: 016.117.739-54
EM: 11/08/2023 16:45:03

ANDRE JOSE SILVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Palhoça

Em 11/08/2023

Patricia Schmitz
SEGP - Expediente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/08/2023 16:32:12
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº. 5064/2023

Publicação Nº 5053009



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 5064/2023.

PEDRO HENRIQUE DA ROSA, Secretário Executivo de Gabinete, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3358 de 18 de julho de 2022, que **concedeu Estágio Remunerado** a servidora **THAISSA EMANUELLE MACHADO**, no cargo de **Estagiário**, do Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de **19/07/2023 a 16/07/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.

PEDRO HENRIQUE DA ROSA
Secretário Executivo de Gabinete

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Prefeitura Municipal de Palhoça

Em 11/08/2023

Patrícia Schmitz
SEGP - Expediente

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

Assinado por 2 pessoas: MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO e PEDRO HENRIQUE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoça.tbcc.com.br/verificacao/99C3-2110-C2C1-DDAF>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 99C3-2110-C2C1-DDAF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO (CPF 004.608.739-70) em 11/08/2023 16:15:02 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PEDRO HENRIQUE DA ROSA (CPF 005.749.220-40) em 11/08/2023 16:17:00 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/99C3-2110-C2C1-DDAF>

PORTARIA Nº. 5065/2023

Publicação Nº 5053014



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 5065/2023.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3541 de 01 de agosto de 2022, que **Concedeu Estágio Remunerado** a **YAGO OLIVEIRA SCHWEITZER**, titular do cargo de **Estagiário**, do Quadro de Pessoal da **Secretaria de Fazenda**, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de **02/08/2023 a 28/07/2024**.

Palhoça, SC, em, 11 de agosto de 2023.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Prefeitura Municipal de Palhoça

Em 11/08/2023

Patrícia Schmitz
SEGP - Expediente

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

Assinado por 2 pessoas: MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO e PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoça.1doc.com.br/verificacao/CB82-0A3A-BC67-9BB4> e informe o código CB82-0A3A-BC67-9BB4





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CB82-0A3A-BC67-9BB4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO (CPF 004.608.739-70) em 11/08/2023 16:07:10 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS (CPF 056.892.779-67) em 11/08/2023 16:20:26 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/CB82-0A3A-BC67-9BB4>

PORTARIA Nº. 5066/2023

Publicação Nº 5053017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 5066/2023.

ANDRE JOSE SILVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) **SILVIO DA SILVA**, matrícula nº. 500190-1, ocupante da categoria funcional de **Artífice**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Administração**, de acordo com **artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010**.

Averbar tempo que contribuiu pelo **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, totalizando 375 (trezentos e setenta e cinco) dias: **01 (um) ano e 10 (dez) dias**.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.



Assinado eletronicamente por:
ANDRE JOSE SILVEIRA:01611773954
CPF: 016.117.739-54
EM: 11/08/2023 16:46:13

ANDRE JOSE SILVEIRA
Secretário Municipal de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Prefeitura Municipal de Palhoça

Em 11/08/2023

Patricia Schmitz
SEGP - Expediente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 16:32:03-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE <https://ic.atende.net/p64d68cb8486e>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/08/2023 16:32



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO:004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/08/2023 16:32:12
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº. 5071/2023

Publicação Nº 5053043



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 5071/2023.

ANDRE JOSE SILVEIRA, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A contar de
3745166-1	Emerson Reinaldo Delfino	Graduação	10%	31/07/2023

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2023.



Assinado eletronicamente por:
ANDRE JOSE SILVEIRA:01611773954
CPF: 016.117.739-54
EM: 11/08/2023 16:46:52

ANDRE JOSE SILVEIRA
Secretário de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 16:32:03-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://ic.atende.net/p64668cfa0ac>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/08/2023 16:32



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

Prefeitura Municipal de Palhoça

Em 11/08/2023

Patricia Schmitz
SEGP - Expediente



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO:004.608.739-70
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/08/2023 16:32:12
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO CMI Nº 006 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052660



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI

**RESOLUÇÃO CMI Nº 006 de 11 de agosto de 2023.**

Dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal do Idoso de Palhoça – CMI – Gestão 2023/2025, revogando a Resolução Nº 004 de 10 de julho de 2023.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI - Palhoça, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 3.750 de 11 de dezembro de 2012 e o Regimento Interno do CMI/Palhoça, através do Decreto 2278, de 26 de outubro de 2017, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal do Idoso de Palhoça.

Considerando a aprovação na última sessão Plenária do Conselho Municipal do Idoso – CMI, realizada no dia 09 de agosto de 2023, virtualmente, através da plataforma Google Meet.

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR as novas composições das Comissões Permanentes do Conselho Municipal do Idoso – CMI de Palhoça, sendo suas novas composições:

I – Comissão de Capacitação de Conselheiros, Políticas do Idoso, Estudo e Pesquisa:

Lilian Cristina Marçal Ribeiro, representando o Lions Clube de Palhoça;
Luiz Roberto da Silva, representando o Grupo da Terceira Idade Beira Rio;
Janete Isabel Simão Lemser, representando a Secretaria Municipal de Saúde;
Elis Regina Heinzen Garcia, representando a Secretaria Municipal de Educação;
Wânia Mara Pereira da Rosa, representando a Secretaria Municipal de Saúde;
Lara Kristian Scherer, representando a Associação Mães do Frei;
Marlene Heiderscheidt, representando a Secretaria Municipal da Assistência Social – Política Municipal do Idoso;

II – Comissão de Comunicação, Divulgação e Enfrentamento à Violência:

- Simone de Oliveira dos Santos, representando a Paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré;
- Edson Carlos de Quadra, representando a Ação Social Paroquial Ponte do Imaruim;
- Josias João da Silva, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social - Gestão;

Rua Padre João Batista Réus, s/nº, Caminho Novo, Palhoça – SC.
Telefone: (48) 3220-0417 – E-mail: cmiconselhopalhoca@gmail.com.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI



- Wânia Mara Pereira da Rosa, representando a Secretaria Municipal de Saúde;
- Michele Patricia Moreira, representando a Secretaria Municipal de Educação;
- Josiane Cristina da Silva Sant'ana, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social – Gestão.

III – Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição de Programas:

- Elis Regina Heinzen Garcia, representando a Secretaria Municipal de Educação;
- Aurora Irinézia Lamim Farias representando a Secretaria Municipal de Administração;
- Michele Patricia Moreira, representando a Secretaria Municipal de Educação;
- Teresa Cristina Amoêdo Dias, representando a OAB de Palhoça;
- Victor Francisco Aguiar de Melo, representando a OAB de Palhoça;
- Janete Maria Bresciani, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social - Política Municipal da Pessoa Idosa;
- Edna de Souza Pires, representando a Associação Mães do Frei.

IV – Comissão de Orçamento e Financiamento:

- Lilian Cristina Marçal Ribeiro, representando o Lions Clube de Palhoça;
- Simone de Oliveira dos Santos, representando a Paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré;
- Lara Kristian Scherer, representando a Associação Mães do Frei;
- Marlene Terezinha de Mattos, representando o Lions Clube de Palhoça;
- Janete Maria Bresciani, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social - Política Municipal da Pessoa Idosa;
- Janete Isabel Simão Lemser, representando a Secretaria Municipal de Saúde;
- Edna de Souza Pires, representando a Associação Mães do Frei.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SIGNply Signed

Wânia Mara Pereira da Rosa
Presidente-CMI – Palhoça

Palhoça, 11 de agosto de 2023.

Rua Padre João Batista Réus, s/nº, Caminho Novo, Palhoça – SC.
Telefone: (48) 3220-0417 – E-mail: cmiconselhopalhoça@gmail.com.

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 265/2023

Publicação Nº 5051784

Decreto 265/2023, de 10 de agosto de 2023
Abre Crédito Suplementar e dá outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei 2153/2022, de 10 de novembro de 2022.

Art. 1º Abre crédito suplementar no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) fazer face as despesas em diversas Secretarias como segue:

02.00 PODER EXECUTIVO

02.001 Gabinete do Prefeito

2002 Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

1500700000000 Recursos Ordinários

3339000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 Secretaria de Administração

2003 Manutenção e Funcionamento Secretaria de Administração

1500700000000 Recursos Ordinários

3339000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

04.00 EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.006 Diretoria de Esporte e Turismo

2080 Manutenção e Funcionamento Diretoria de Esporte

1500700000000 Recursos Ordinários

3339000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

05.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.003 Fundo Municipal de Saúde

2017 Gestão e Manutenção Secretaria de Saúde

150010021002 Saúde – Receitas e Transferências de Impostos

3339000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2020 Atenção de Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar MAC

150010021002 Saúde – Receitas e Transferências de Impostos

3337100000000000000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.001 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2058 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura

1500700000000 Recursos Ordinários

3339000000000000000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
Palma Sola 10 de agosto de 2023.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.
Publicado e registrado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

DECRETO 267/2023

Publicação N° 5051825

Decreto 267/2023, de 10 de agosto de 2023
Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação e
dá outras Providências

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos incisos V e XXV do artigo 73 da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:
Art. 1º - Nomeia membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Educação do Município de Palma Sola SC conforme abaixo:

Representantes do Clube de Diretores Lojistas e ACEPA
Titular: Roseli da Silva
Suplente: Cristiane Acosta Ferazzo

Representantes da Secretaria de Estado da Educação
Titular: Francieli Zamboni Holz
Suplente: Leomara Adelina Pedó

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes
Titular: Loreni Ana Brasso Benetti
Suplente: Ivana Aparecida Marques

Representantes da Câmara Municipal de Vereadores
Titular: Rosalino Siqueira
Suplente: Odair Celeste Pauletti

Representantes dos Poder Executivo Municipal
Titulares: Rodrigo Gritti, Marli Isabel Werlag e Gilmara Teresa Pedó
Suplentes: Fernanda Danelli, Tatiana de Fátima Giroldi Spézia e Simone Vendruscolo

Art.2º. Por tratar-se de serviços considerados relevantes prestados à Comunidade, estes não serão remunerados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de agosto de 2023.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

Palmitos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0373/2023

Publicação Nº 5053181

PORTARIA Nº 0372/2023 CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE 02 DE AGOSTO DE 2023 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dair Jocely Enge, Prefeito Municipal, de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE:

Conceder, Função de Confiança, a partir da data supra, de trinta pontos percentuais (30%), sobre o vencimento base, ao Servidor Público Municipal, Sr. Onávio Pedro Seibert, no cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, na forma do Anexo VIII da Lei Complementar nº 029/2010, por desempenhar funções junto ao Tribunal de Justiça / Comarca de Palmitos conforme Convenio nº. 098/2015.

E para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato.

Prefeitura Municipal de Palmitos em 02 de agosto de 2023.

Dair Jocely Enge
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Rodrigo Henrique Timm
Secretário da Administração,
Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 0374/2023

Publicação Nº 5053253

PORTARIA Nº 0374/2023 EXONERA FUNCIONÁRIO E DÁ DE 03 DE AGOSTO DE 2023 OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Dair Jocely Enge, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir da data supra, a Servidora Pública Municipal Sra. Ana Maria Noetzold Pires, lotado no cargo de Professora IV/ Educação Física, 10 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato.

Prefeitura Municipal de Palmitos em 03 de agosto de 2023.

Dair Jocely Enge
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Rodrigo Henrique Timm
Secretário da Administração,
Finanças e Planejamento.

PORTARIA Nº 372/2023

Publicação Nº 5053106

PORTARIA Nº. 0362/2023 DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO
DE 02 DE AGOSTO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Designar, a partir da data supra, o Servidor Público Municipal Sr. Onávio Pedro Seibert, no cargo de Técnico Administrativo, cargo efetivo, 40 horas semanais, para desempenhar funções no Tribunal de Justiça / Comarca de Palmitos conforme Convenio nº. 098/2015, percebendo os vencimentos constantes no quadro geral de remuneração.

E para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato.

Prefeitura Municipal de Palmitos, em 02 de agosto de 2015.

Dair Jocely Enge
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Rodrigo Henrique Timm
Secretário da Administração,
Planejamento e Finanças.

Papanduva

PREFEITURA

6º TERMO ADITIVO BETHA SISTEMAS - 2023

Publicação Nº 5053050

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DO 6º ADITIVO

OBJETO: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2021, vinculado ao Processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2021. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 10 de Agosto de 2023. JEFERSON CHUPEL-Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRONICO Nº 087/2023 - DESTINAÇÃO FINAL RSU

Publicação Nº 5052817

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 60F03D1975EF13D6005A050BA0ACD661E4A2F242

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2023

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para realizar serviços de Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSU - Classe II, gerados pelo Município de Papanduva/SC. O recebimento das propostas se dará das 08:00hs do dia 14 de Agosto de 2023 até as 09:00hs do dia 24 de Agosto de 2023, sendo que o início da sessão de disputa de lances se dará as 09:05hs do mesmo dia, (horário referência: Brasília DF). Conforme edital as propostas devem ser cadastradas via site da plataforma utilizada, sendo esta acessada através do link www.portaldecompraspublicas.com.br, - Base legal: Lei n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Plataforma, no Site da Prefeitura, via e-mail licitacao@papanduva.sc.gov.br e diretamente na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva/SC, 11 de Agosto de 2023 – Jeferson Chupel – Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 083/2023 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E HIDRAULICOS

Publicação Nº 5051838

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C781421971629FC16E9D1D0D16A1448D3F23A8D2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 083/2023

Objeto: Trata-se de retificação de edital, aonde constam as seguintes alterações: Aonde se lê: "Todos os itens deste presente processo serão de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006", Leia-se: "Todos os itens deste presente processo serão de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com exceção do item 161 que será de ampla concorrência". Sendo alterado também o prazo de entrega de 05 dias úteis para 10 dias úteis, a fim de melhorar a competitividade do certame. Diante destas alterações, se faz nesse necessária a alteração das datas previstas para abertura, passando a ser da seguinte forma: FIM DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 28 de Agosto de 2023 às 08:30hs - ABERTURA DA SESSÃO PARA LANCES: 28 de Agosto de 2023 às 08h45min - Outras informações podem ser encontradas em conjunto com o edital e anexos, na plataforma do pregão e/ou no site do município – www.portaldecompraspublicas.com.br | www.papanduva.sc.gov.br - Base legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria - Papanduva/SC, 14 de Agosto de 2023 – Jeferson Chupel - Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

536/2023 - NOMEIA COMISSÃO PARA INDICAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

Publicação Nº 5051591

PORTARIA Nº 536/2023

Nomeia Comissão Especial para proceder a indicação de bens móveis e imóveis de propriedade do município, considerados inservíveis, objetivando posterior alienação através de licitação na modalidade de leilão público, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), em Exercício, Excelentíssima Senhora Silene Maria Berwanger Líbero, no uso de suas atribuições, de acordo com os Incisos VI e VIII, do Artigo nº 64, da Lei Orgânica do Município, e Considerando a existência de inúmeros bens móveis e imóveis de propriedade do município, classificados como irrecuperáveis ou antieconômicos, o que os torna inservíveis para a administração, RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial composta pelos servidores: MARCOS LUIZ PENZ, Oficial Administrativo, matrícula funcional nº 631-03; NELCÍDIO SCHEFFLER, Assessor de Planejamento, matrícula funcional nº 1990-02; e PATRÍCIA BIAZZI, Assistente Administrativo, matrícula funcional nº 625-02, pertencentes ao quadro de servidores do Município, sob a presidência do(a) primeiro(a) e secretariado pelo(a) segundo(a).

Art. 2º Compete a Comissão constituída no art. 1º desta Portaria realizar levantamentos, vistoriar e relacionar os bens móveis e imóveis de propriedade do Município considerados inservíveis para a administração, seguindo as normas estabelecidas nas leis que regem a espécie, objetivando posterior alienação através de licitação na modalidade de Leilão Público.

Art. 3º A Comissão ora nomeada terá o prazo de quinze (15) dias, para concluir os trabalhos, e seus componentes não serão remunerados, sendo seus serviços considerados como de relevância ao interesse público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 09 de agosto de 2023.

SILENE MARIA BERWANGER LÍBERO

Prefeita Municipal em Exercício

Eunice Adriana Bacin

Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, 09 de agosto de 2023.

Servidor(a) Responsável

Divisão de Recursos Humanos

Serviços de Pessoal

537/2023 - LOIRI KAPPEL

Publicação Nº 5051594

PORTARIA Nº 537/2023

Concede Licença Prêmio por Assiduidade e Responsabilidade, convertidos em pecúnia, para o(a) servidor(a) público(a) municipal LOIRI KAPPEL.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), em Exercício, Excelentíssima Senhora Silene Maria Berwanger Líbero, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 77, da Lei Complementar Municipal nº 021/2020, de 07 de julho de 2020, e considerando os termos do Processo Digital nº 1022/2023, deferido pela autoridade competente, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de Licença Prêmio por Assiduidade e Responsabilidade, CONVERTIDOS EM PECÚNIA, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal LOIRI KAPPEL, matrícula funcional nº 1831-03, admitido(a) em 05 de março de 2018, titular do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, do Município de Paraíso (SC), relativa ao período aquisitivo compreendido de 05 de março de 2018 e 04 de março de 2023, com inclusão do valor correspondente na folha de pagamento do mês de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 11 de agosto de 2023.

SILENE MARIA BERWANGER LÍBERO

Prefeita Municipal em Exercício

Eunice Adriana Bacin
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso/SC, 11 de agosto de 2023.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

Passos Maia

PREFEITURA

CONTRATO 36/2023

Publicação Nº 5053060

CONTRATO ADMINISTRATIVO 36/2023
PROCESSO LICITATÓRIO N. 56/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 10/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ROBERTO LORENZZON

Objeto: Serviço de pesquisa quantitativa/qualitativa com o objetivo de realizar coleta de dados no município de Passos Maia quanto a satisfação pública referente a: saúde, agricultura, educação, assistência social e outros serviços aportados pela administração. Posterior entrega de relatórios dos dados coletados

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará até um total de R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2023.

Passos Maia, SC, 11 de Agosto de 2023.

Osmar Tozzo

Prefeito Municipal

TERMO DE FOMENTO 01/2023

Publicação Nº 5052751

TERMO DE FOMENTO 01/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 02/2023

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PASSOS MAIA/SC – APAE

Objeto: presente Termo de Fomento tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PASSOS MAIA/SC, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município e a Entidade, mediante transferência de recursos financeiros para a MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DA INSTITUIÇÃO, BEM COMO REPAROS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULO, ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONE, INTERNET, PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, E AQUISIÇÃO DE MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA APAE DE PASSOS MAIA - SC

Valor: Para a execução do objeto prevista neste Termo de Fomento, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE, em conformidade com o Cronograma financeiro, o valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até o dia 31 de dezembro de 2023.

Passos Maia, SC, 11 de agosto de 2023.


OSMAR TOZZO

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 56/2023

Publicação Nº 5052821

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA CNPJ: 95.993.085/0001-62 Telefone: (49) 3437-0010 Endereço: Avenida Padre João Botero, 485 - Centro CEP: 89687-000 - Passos Maia	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 10/2023
	Processo Adm.: 56/2023 Data do Processo: 10/08/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 56/2023
b) **Nr. Licitação:** 10/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISA QUANTITATIVA/QUALITATIVA COM O OBJETIVO DE REALIZAR COLETA DE DADOS NO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA QUANTO A SATISFAÇÃO PÚBLICA REFERENTE A: SAÚDE, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OUTROS SERVIÇOS APORTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO. POSTERIOR ENTREGA DE RELATORIOS DOS DADOS COLETADOS

Participante: ROBERTO LORENZZON

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PESQUISA QUANTITATIVA/QUALITATIVA COM O OBJETIVO DE REALIZAR	1,000	SER	14.900,00	14.900,00
Total do Participante:					14.900,00
Total Geral:					14.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento	03.001.04.122.0402.2060.3.3.90.00.00	R\$ 14.900,00

Passos Maia, 11 de Agosto de 2023


OSMAR TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 53/2023

Publicação Nº 5052066

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA CNPJ: 95.993.085/0001-62 Telefone: (49) 3437-0010 Endereço: Avenida Padre João Botero, 485 - Centro CEP: 89687-000 - Passos Maia	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2023
	Processo Adm.: 53/2023 Data do Processo: 03/08/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 25, CAPUT e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 53/2023
b) **Nr. Licitação:** 2/2023 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** *A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria mediante mutua cooperação com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PASSOS MAIA/SC – APAE, pessoa jurídica de direito privado, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ nº 05.793.301/0001-33, situada na Av. Antonio Cancelli, 479, município de Passos Maia/SC, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros, com vistas a MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DA INSTITUIÇÃO, BEM COMO REPAROS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULO, ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONE, INTERNET, PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, E AQUISIÇÃO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS PARA APAE DE PASSOS MAIA – SC, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes portadores de necessidades especiais.*

Participante: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria mediante mutua cooperação com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PASSOS MAIA/SC – APAE. - A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria mediante mutua cooperação com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PASSOS MAIA/SC – APAE.	1,000	UND	40.000,00	40.000,00

Total do Participante: 40.000,00

Total Geral: 40.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Apoio a Educação Especial	05.001.12.367.1201.2013.3.3.50.00.00	R\$ 40.000,00

Passos Maia, 11 de Agosto de 2023

OSMAR TOZZO

PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

Paulo Lopes**PREFEITURA****EXTRATO AO CONTRATO 28/2023**

Publicação N° 5052342

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5C31542E5DDE77D498B5013263AADB9C9629BC5D

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

EXTRATO Contrato N° 28/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 104/2023 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 27/2023

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Contratada: COOPERATIVA DE PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES ARTESANAIS E COMERCIALIZCAO

VALOR DO CONTRATO: R\$ 363.198,40 (trezentos e sessenta e três mil e cento e noventa e oito reais e quarenta centavos).

Vigência: 11/08/2023 a 31/12/2023.

Objeto É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2023, de acordo com a chamada pública n.º 01/2023, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Data da assinatura: 11/08/2023. Código: 5C31542E5DDE77D498B5013263AADB9C9629BC5D

EXTRATO AO CONTRATO 29/2023

Publicação N° 5052640

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23FE0C845ECBE7C87904F6454F71D8B6B7555033

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

EXTRATO Contrato N° 29/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 105/2023 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 28/2023

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Contratada: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RIO FORTUNA E SANTA CATATRINA- COOPERFAMILIA

VALOR DO CONTRATO: R\$ R\$ 161.655,90 (cento e sessenta e um mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos).

Vigência: 11/08/2023 a 31/12/2023.

Objeto É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2023, de acordo com a chamada pública n.º 01/2023, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Data da assinatura: 11/08/2023. Código: 23FE0C845ECBE7C87904F6454F71D8B6B7555033

Penha

PREFEITURA

1º ADITIVO Nº 059A/2023 PMP

Publicação Nº 5052650

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4ACCF2429A7F9EC279733B6EC5E965F9E9B72599



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 059A/2023 - PMP AO CONTRATO Nº 045/2022 – PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2021-PMP MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2021

Objeto: O presente contrato tem por objetivo aquisição e instalação de materiais elétricos, para atender as demandas de iluminação pública de todo Município de penha/sc.

Através do presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. **AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, Empresa **MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA**, estabelecida à AV. Irineu Bornhausen, nº855, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.614.582/0001-69, contatos no e-mail : comercial@mercolux-sc.com.br e tel.: 47 3348 1313 e 47 99983 3631, representada, neste ato pelo Sr. **LUIZ BUNKI OTSUKA**, CPF sob o nº 064.638.869-04, Cargo/Função Sócio Administrativo, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Sétima do Contrato nº 045/2022– PMP, Processo Licitatório nº 018/2021 – PMP, Pregão Presencial SRP Nº 011/2021– PMP fica prorrogado para mais 12 (doze) meses a contar da data do seu vencimento, dia 15/07/2023 e com término previsto para 15/07/2024, conforme solicitado pela Secretaria de Serviços Urbanos conforme justificativa e deferido a partir do Parecer Jurídico nº 132/2023PGM.

CLAUSULA SEGUNDA

Conforme a Cláusula Terceira do Contrato nº 045/2022– PMP, os preços poderão ser reajustados anualmente de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor).



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	38204 - ABRAÇADEIRA NYLON 283 X 4,8MM REDE MULTIPLEXADA	PÇA	1.017	R\$ 0,88	R\$ 894,96
2	35457 - ADAPTADOR ESTRIBO CUNHA CB 4-2 AWG 35 MM	PÇA	100	R\$ 41,61	R\$ 4.161,00
3	37642 - AFASTADOR DE ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 250X900MM	PÇA	4	R\$ 254,23	R\$ 1.016,92
4	37645 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO 10MM 345MM PRETO	PC	22	R\$ 2,07	R\$ 45,54
5	35458 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO CA 2 AWG (35,0MM)	PÇA	662	R\$ 5,76	R\$ 3.813,12
6	35459 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO CA 4 AWG (25,0MM)	PÇA	88	R\$ 3,87	R\$ 340,56
7	35461 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO CA/CAA 1/0 AWG (50,0MM)	PÇA	121	R\$ 8,08	R\$ 977,68
8	35462 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO COBRE 4 AWG (25,0MM)	PÇA	70	R\$ 57,33	R\$ 4.013,10
9	37643 - ALÇA PRÉ FORMADA CABO ESTAI 6,4MM 635MM AMARELO	PC	5	R\$ 8,76	R\$ 43,80
10	39340 - ALÇA PRE FORMADA P/ CORDOALHA 9,5MM 89MM LARANJA	PÇA	2	R\$ 13,21	R\$ 26,42
11	38109 - ANEL DE AMARRAÇÃO SILICONE 110X165MM ISOLADOR.	PÇA	7	R\$ 3,70	R\$ 25,90
12	38110 - ANEL DE AMARRAÇÃO SILICONE 90X140MM ESPAÇADOR.	PÇA	270	R\$ 3,34	R\$ 901,80
13	35763 - ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 1 ESTRIBO	PÇA	32	R\$ 23,83	R\$ 762,56
14	35764 - ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 2 ESTRIBOS	PÇA	131	R\$ 51,09	R\$ 6.692,79



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

15	37660 - ARRUELA QUADRADA 38X38X3MM 18MM	PC	1.941	R\$ 0,93	R\$ 1.805,13
16	26403 - BASE RELE FOTOELÉTRICO 10 A	PÇA	144	R\$ 6,90	R\$ 993,60
17	38112 - BRAÇO ANTI-BALANÇO REDE COMPACTA 25/35KV.	PÇA	21	R\$ 44,01	R\$ 924,21
18	39341 - BRAÇO IP CURVO Ø49X2.000 ESPESSURA DA CHAPA 3MM COM SAPATA - GALVANIZADO A FOGO - A ESPESSURA MÉDIA MÍNIMA DA CAMADA DE ZINCO DEVE SER DE 100 MICROMETROS (700 G/M2) - REFORÇADO	PÇA	343	R\$ 156,65	R\$ 53.508,00
19	39342 - BRAÇO IP CURVO Ø49X3.000MM ESPESSURA DA CHAPA 3MM COM SAPATA - GALVANIZADO A FOGO - A ESPESSURA MÉDIA MÍNIMA DA CAMADA DE ZINCO DEVE SER DE 100 MICROMETROS (700 G/M2) REFORÇADO	PÇA	506	R\$ 249,93	R\$ 126.464,58
20	38116 - BRAÇO TIPO L 25/35KV CB 8-10MM.	PÇA	19	R\$ 88,45	R\$ 1.680,74
21	35467 - CABO ALUMINIO NU CA 2 AWG	KG	1.285	R\$ 42,33	R\$ 54.394,05
22	38119 - CABO ALUMINIO PROTEGIDO REDE COMPACTA XLPE 15KV	MT	2.192	R\$ 7,94	R\$ 17.404,48
23	39343 - CABO COBRE FLEXÍVEL 750V 1,5MM AZUL	MT	2.705	R\$ 3,00	R\$ 8.115,00
24	39344 - CABO COBRE FLEXÍVEL 750V 1,5MM PRETO	MT	2.705	R\$ 3,00	R\$ 8.115,00
25	39345 - CABO ISOLADO 750V TIPO PP 2X2,5MM²	MT	1.211	R\$ 3,89	R\$ 4.710,79
26	35470 - CABO COBRE ISOLADO EXTRA-FLEX 25MM- PRETO	MT	63	R\$ 30,35	R\$ 1.912,05



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

27	38279 - CABO COBRE NU 25MM MORMATIZADO	KG	1.072	R\$ 130,24	R\$ 139.617,28
28	37719 - CABO COBRE PROTEGIDO XLPE 15KV 16MM	MT	324	R\$ 30,99	R\$ 10.040,76
29	37720 - CABO COBRE RÍGIDO XLPE 1KV 35MM - PRETO	MT	34	R\$ 44,50	R\$ 1.513,00
30	37722 - CABO DE AÇO 6,4 MM2 (1/4") - ESTAI (KG)	KG	103	R\$ 28,17	R\$ 2.901,51
31	38278 - CABO DE AÇO MENSAGEIRO 9,5MM EHS	MT	734	R\$ 8,89	R\$ 6.525,26
32	35629 - CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 1X1X10+10MM	MT	287	R\$ 4,60	R\$ 1.320,20
33	35630 - CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 3X1X50+35MM	MT	5.418	R\$ 28,57	R\$ 154.792,26
34	35631 - CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 3X1X70+50MM	MT	3.422	R\$ 39,96	R\$ 136.743,12
35	37740 - CARTUCHO METALICO - AZUL	PC	685	R\$ 1,87	R\$ 1.280,95
36	37741 - CARTUCHO METALICO - VERMELHO	PC	684	R\$ 1,48	R\$ 1.012,32
37	37744 - CHAVE FUSIVEL 1P 25,8KV BASE C 300A PF 100A.	PÇA	121	R\$ 393,40	R\$ 47.601,40
38	35638 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 150MM	PÇA	28	R\$ 37,97	R\$ 1.063,16
39	35639 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 160MM	PÇA	27	R\$ 41,24	R\$ 1.113,48
40	35640 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 170MM	PÇA	70	R\$ 42,85	R\$ 2.999,50
41	35641 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 180MM	PÇA	27	R\$ 44,11	R\$ 1.190,97



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

42	35642 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 190MM	PÇA	71	R\$ 45,10	R\$ 3.202,10
43	35643 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 200MM	PÇA	52	R\$ 48,89	R\$ 2.542,28
44	35644 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 210MM	PÇA	57	R\$ 50,33	R\$ 2.868,81
45	35774 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 220MM..	PÇA	66	R\$ 48,91	R\$ 3.228,06
46	35646 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 230MM	PÇA	35	R\$ 49,88	R\$ 1.745,80
47	35647 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 240MM	PÇA	79	R\$ 54,83	R\$ 4.331,57
48	35648 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 250MM	PÇA	12	R\$ 56,30	R\$ 675,60
49	35649 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 260MM	PC	82	R\$ 57,65	R\$ 4.727,30
50	37764 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 270MM	PC	8	R\$ 58,94	R\$ 471,52
51	37998 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 280MM	PÇA	8	R\$ 59,97	R\$ 479,76
52	37765 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 290MM	PÇA	31	R\$ 61,31	R\$ 1.900,61
53	38281 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 300MM	PÇA	15	R\$ 62,47	R\$ 937,05
54	39346 - CINTA P POSTE CIRCULAR 310MM	PÇA	14	R\$ 64,16	R\$ 898,24
55	39347 - CONECTOR CUNHA AL 1/0-6AWG	PÇA	385	R\$ 6,46	R\$ 2.487,10
56	39348 - CONECTOR CUNHA AL 1/0A X 1/0AWG	PÇA	7	R\$ 15,65	R\$ 109,55



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

57	37772 - CONECTOR CUNHA AL 1/0X2 AWG / 35MM	PC	187	R\$ 6,46	R\$ 1.208,02
58	39350 - CONECTOR CUNHA AL 1/0X4 AWG	PÇA	385	R\$ 6,46	R\$ 2.487,10
59	39351 - CONECTOR CUNHA AL 4/0 X 4AWG	PÇA	20	R\$ 9,65	R\$ 193,00
60	39352 - CONECTOR CUNHA AL 4X4 X 2AWG	PÇA	64	R\$ 6,46	R\$ 413,44
61	37780 - CONECTOR CUNHA CU 25X16X16MM	PC	23	R\$ 46,35	R\$ 1.066,05
62	37779 - CONECTOR CUNHA CU 25MM 25MM	PC	229	R\$ 61,65	R\$ 14.117,85
63	37781 - CONECTOR CUNHA CU CB 35X16-35X25-50X16MM	PC	70	R\$ 46,35	R\$ 3.244,50
64	35664 - CONECTOR CUNHA P/ ATERRAMENTO 25 A 35MM	PC	148	R\$ 13,06	R\$ 1.932,88
65	37783 - CONECTOR CUNHA TIPO 1 - CINZA	PC	71	R\$ 7,97	R\$ 565,87
66	37784 - CONECTOR CUNHA TIPO 2 - VERDE	PC	397	R\$ 5,14	R\$ 2.040,58
67	37785 - CONECTOR CUNHA TIPO 3 - VERMELHO	PC	574	R\$ 3,26	R\$ 1.871,24
68	39353 - CONECTOR CUNHA TIPO A VIOLETA	PÇA	319	R\$ 7,82	R\$ 2.494,58
69	37786 - CONECTOR CUNHA TIPO B - LARANJA	PC	71	R\$ 7,82	R\$ 555,22
70	35666 - CONECTOR LV CU CB 16-120MM2 CB 10-70MM2 (6774)	PC	109	R\$ 89,17	R\$ 9.719,53
71	37788 - CONECTOR PERFURANTE 10X70 - 1,5X10MM	PÇA	240	R\$ 7,70	R\$ 1.848,00



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

72	37789 - CONECTOR PERFURANTE 16-70MM2 - 6-35MM2	PC	172	R\$ 11,10	R\$ 1.909,20
73	39354 - CONECTOR PERFURANTE 16 70MM / 1,5 6MM	PÇA	22	R\$ 8,60	R\$ 189,20
74	39355 - CONECTOR PERFURANTE 35 70MM / 35MM 70MM	PÇA	74	R\$ 14,63	R\$ 1.082,62
75	38000 - CONECTOR PERFURANTE 50-120MM2	PÇA	833	R\$ 14,48	R\$ 12.061,84
76	35675 - CONJUNTO GRAMPO SUSPENSÃO P/ REDE MULTIPLEXADA	PC	141	R\$ 47,92	R\$ 6.756,72
77	35678 - CRUZETA DE AÇO TUBULAR 90X90X2000MM	PÇA	175	R\$ 334,65	R\$ 58.563,75
78	37826 - ELO FUSIVEL 500MM-8K	PÇA	7	R\$ 7,42	R\$ 51,94
79	37825 - ELO FUSIVEL 500MM-10K	PC	7	R\$ 8,71	R\$ 60,97
80	35684 - ELO FUSIVEL 500MM-1H	PÇA	12	R\$ 7,57	R\$ 90,84
81	39356 - ELO FUSIVEL 500MM 3K	PÇA	104	R\$ 8,29	R\$ 862,16
82	35685 - ELO FUSIVEL 500MM - 5H	PÇA	41	R\$ 6,00	R\$ 246,00
83	38225 - ESPAÇADOR LOSANGULAR P/REDE COMPACTA 25/35KV	PÇA	69	R\$ 51,18	R\$ 3.531,42
84	38226 - ESPAÇADOR VERTICAL REDE SECUNDARIA 0,6/1KV	PÇA	10	R\$ 13,95	R\$ 139,50
85	26287 - ESTRIBO PARA BRACO L	PÇA	16	R\$ 6,90	R\$ 110,40
86	37828 - FIO ALUMINIO NU 4AWG		41	R\$ 44,50	R\$ 1.824,50



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

87	35783 - FIO COBRE NU RECOZIDO 16MM (6AWG)..	KG	12	R\$ 130,24	R\$ 1.562,88
88	13635 - FITA DE ALUMÍNIO PROT. 1X10MM	KG	46	R\$ 48,13	R\$ 2.213,98
89	39357 - FITA ISOLANTE 20M PRETA	KG	68	R\$ 7,12	R\$ 484,16
90	39358 - FITA ISOLANTE AUTO FUSAO 19MMX10M	RL	58	R\$ 35,20	R\$ 2.041,60
91	38227 - FIXADOR DE PERFIL U PARA REDE COMPACTA	RL	0	R\$ 32,64	R\$0,00
92	38228 - GRAMPO ANCORAGEM CBO COBERTO 50MM 25KV	PÇA	13	R\$ 28,48	R\$ 370,24
93	35694 - HASTE ATERRAMENTO 13MM 2400MM	PÇA	209	R\$ 100,37	R\$ 20.977,33
94	37837 - ISOLADOR DE ANCORAGEM POLIMÉRICO 23,1KV	PÇA	171	R\$ 65,86	R\$ 11.262,06
95	37849 - ISOLADOR PILAR 23,1 KV PORCELANA VITRIFICADA	PC	344	R\$ 154,40	R\$ 53.113,60
96	26333 - ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 45MM 600 V	PÇA	114	R\$ 8,18	R\$ 932,52
97	38229 - ISOLADOR TIPO PINO POLIMERICO 15 KV	PÇA	10	R\$ 21,66	R\$ 216,60
98	37854 - LÂMPADA VAPOR METÁLICO 150W E-40 TUBULAR	PÇA	343	R\$ 33,54	R\$ 11.504,22
99	38232 - LAMPADA VAPOR METALICO 250W E-40 TUBULAR	PÇA	85	R\$ 36,24	R\$ 3.080,40
100	39359 - LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 150W A 400W COM BASE PARA RELÊ IP 66 COM PROTEÇÃO DE VIDRO	PÇA	428	R\$ 324,87	R\$ 139.044,36



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

101	39360 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED COM POTENCIA MAXIMA DE 100W EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 120 L/W 12.000 LUMENS TEMPERATURA DA COR 5.000 K - GRAU DE PROTEÇÃO IP 66 E IK 08 - COM BASE PARA 7 PINOS - DEVERÁ TER SELO INMETRO	PÇA	184	R\$ 1.220,50	R\$ 224.572,00
102	39361 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED COM POTÊNCIA MÁXIMA DE 150W EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 120 L/W 12 L/W 18.000 LUMENS TEMPERATURA DA COR 5.00K- GRAU DE PROTEÇÃO IP 66 E IK 08 - COM BASE PARA 7 PINOS - DEVERÁ TER SELO NMETRO	PÇA	80	R\$ 1.565,27	R\$ 125.221,60
103	39362 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED COM POTÊNCIA MÁXIMA DE 220W EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 120 L/W 26.400 LUMENS TEMPERATURA DA COR 5.00 K - GRAU DE PROTEÇÃO IP 66 E IK 08 - COM BASE PARA 7 PINOS - DEVERÁ TER SELO INMETRO	PÇA	118	R\$ 1.749,41	R\$ 206.430,38
104	39363 - LUVA EMENDA P CABO AL 2AWG CA	PÇA	28	R\$ 6,68	R\$ 187,04
105	39364 - LUVA EMENDA P CABO COBRE 25MM	PÇA	5	R\$ 32,79	R\$ 163,95
106	35708 - MANILHA SAPATILHA 5000DAN	PÇA	162	R\$ 16,49	R\$ 2.671,38
107	35709 - MÃO FRANCESA PERFILADA 726MM	PÇA	458	R\$ 57,20	R\$ 26.197,60
108	38238 - MASSA ISOLAMENTO 38MMX 1,50X3,2MM	PÇA	7	R\$ 195,32	R\$ 1.367,24
110	35722 - PARA-RAIO 12KV 10KA	PÇA	90	R\$ 215,10	R\$ 19.359,00
111	38243 - PARA-RAIO 21KV 10KA	PÇA	10	R\$ 363,44	R\$ 3.634,40



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

112	35712 - PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X150X75MM	PC	114	R\$ 7,19	R\$ 819,66
113	35713 - PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X45X45MM	PC	1.142	R\$ 4,72	R\$ 5.390,24
114	35714 - PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X70X60MM	PC	574	R\$ 5,87	R\$ 3.369,38
115	35715 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X125X80MM C/ PORCA	PC	399	R\$ 6,32	R\$ 2.521,68
116	35716 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X150MM C/ PORCA	PC	286	R\$ 6,96	R\$ 1.990,56
117	35718 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X200X120MM C/ PORCA	PC	398	R\$ 9,73	R\$ 3.872,54
118	35719 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X250X170MM C/ PORCA	PC	507	R\$ 11,44	R\$ 5.800,08
119	35720 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X300X220MM C/ PORCA	PC	405	R\$ 13,62	R\$ 5.516,10
120	39366 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X350X270MM C/ PORCA	PÇA	57	R\$ 12,02	R\$ 685,14
121	39367 - PARAFUSO ROSCA DUPLA 16X500X225MM C/ PORCA	PÇA	2	R\$ 17,06	R\$ 34,12
122	38244 - PERFIL TIPO Ü REDE COMPACTA 15/25/35 KV	PÇA	1	R\$ 118,60	R\$ 118,60
123	38291 - PINO CURTO P/ISOLADOR TIPO PINO PLIMÉRICO 15K	PÇA	8	R\$ 22,24	R\$ 177,92
124	39368 - PINO FIXAÇÃO ISOLADOR PILAR 140X60MM	PÇA	313	R\$ 9,95	R\$ 3.114,35
125	38474 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10M/600DAN	PÇA	6	R\$ 2.533,68	R\$ 15.202,08



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

126	37880 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/1000DAN	PC	6	R\$ 4.824,09	R\$ 28.944,54
127	35730 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/300DAN	PÇA	16	R\$ 1.901,75	R\$ 30.428,00
128	35731 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/600DAN	PC	4	R\$ 3.150,79	R\$12.603,16
129	35732 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 12M/300DAN	PC	2	R\$ 2.210,30	R\$ 4.420,60
130	35733 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 12M/600DAN	PC	6	R\$ 3.505,34	R\$ 21.032,04
131	39369 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 13M/600DAN - PADRÃO CELESC	PÇA	1	R\$ 5.043,63	R\$ 5.043,63
132	35734 - POSTE CONCRETO DUPLO T 10M/300DAN	PÇA	89	R\$1.260,91	R\$ 112.220,99
133	38002 - POSTE CONCRETO DUPLO T 10M/600DAN	PÇA	14	R\$ 1.992,24	R\$ 27.891,36
134	35735 - POSTE CONCRETO DUPLO T 11M/300DAN	PÇA	52	R\$ 1.655,50	R\$ 86.086,00
135	37881 - POSTE CONCRETO DUPLO T 11M/600DAN*	PÇA	0	R\$ 2.394,24	R\$0,00
136	38249 - POSTE CONCRETO DUPLO T 12M/1000 DAN	PÇA	0	R\$ 4.129,85	R\$0,00
137	37882 - POSTE CONCRETO DUPLO T 12M/300DAN	PÇA	15	R\$ 1.823,13	R\$ 27.346,95
138	37883 - POSTE CONCRETO DUPLO T 12M/600DAN	PÇA	18	R\$ 2.604,89	R\$ 46.888,02
139	39371 - POSTE CONCRETO DUPLO T 13M/300DAN PADRÃO CELESC	PÇA	0	R\$ 3.560,21	R\$0,00
140	39372 - REATOR VAPOR METALICO 150W 220V 60HZ INTERNO		344	R\$ 69,69	R\$ 23.973,36



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

141	39373 - REATOR VAPOR METALICO 250W 220V 60HZ INTERNO	PÇA	88	R\$ 1,48	R\$ 130,24
142	35747 - RELE FOTOELETRICO NF 10A	PÇA	857	R\$ 21,32	R\$ 18.271,24
143	35800 - SAPATILHA CABO AÇO 9,5MM .	PÇA	189	R\$ 3,01	R\$ 568,89
144	37892 - SELA CRUZETA*	PÇA	66	R\$ 17,76	R\$ 1.172,16
145	39374 - SUPORTE HORIZONTAL P/ REDE COMPACTA 25 KV	PÇA	1	R\$ 114,07	R\$ 114,07
146	39375 - SUPORTE TIPO "L" P/ CHAVE FUSIVEL E PARA RAO	PÇA	139	R\$ 42,16	R\$ 5.860,24
147	35751 - SUPORTE TRANSFORMADOR POSTE CIRCULAR 240MM	PC	2	R\$ 176,35	R\$ 352,70
148	37899 - SUPORTE TRANSFORMADOR POSTE CIRCULAR 255MM	PÇA	2	R\$ 148,81	R\$ 297,62
149	37901 - SUPORTE TRANSFORMADOR POSTE DT	PÇA	46	R\$ 100,73	R\$ 4.633,58
150	39376 - TERMINAL OLHAL COMPRESSAO PRE ISOLADO 35MM CPTA 35	PÇA	57	R\$ 57,93	R\$ 3.302,01
151	39377 - TERMINAL OLHAL COMPRESSAO PRE ISOLADO 50MM CPTA 50	PÇA	111	R\$ 62,30	R\$ 6.915,30
152	39378 - TERMINAL OLHAL COMPRESSAO PRE ISOLADO 70MM CPTA 70	PÇA	91	R\$ 62,47	R\$ 5.684,77
153	35802 - TORA DE MADEIRA D200X1000MM..	PÇA	188	R\$ 47,83	R\$ 8.992,04
154	38273 - TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 15KV 30KVA 380/220V	PÇA	6	R\$ 8.396,17	R\$ 50.377,02



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

155	38274 - TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 15KV 45KVA 380/220V	PÇA	10	R\$ 10.113,97	R\$ 101.139,70
156	35759 - TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 15KV 75KVA 380/220V	PÇA	12	R\$ 11.963,80	R\$ 143.565,60
157	38275 - TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 25KV 45KVA 380/220V	PÇA	8	R\$13.345,36	R\$ 106.762,88
158	37986 - ABRAÇADEIRA NYLON 283/4,8MM REDE MULTIPLEXADA'	SER	1.017	R\$ 0,35	R\$ 355,95
159	37987 - ADAPTADOR ESTRIBO CUNHA CABO 4-2AWG 35MM	SER	100	R\$ 16,65	R\$ 1.665,00
160	37642 - AFASTADOR DE ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 250X900MM	SER	4	R\$ 101,71	R\$ 406,84
161	37645 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO 10MM 345MM PRETO	SER	22	R\$ 0,83	R\$ 18,26
162	39379 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO AL CA 2 AWG 35,00MM	SER	662	R\$ 2,30	R\$ 1.522,60
163	39380 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO AL CA 4 AWG 25,0MM	SER	88	R\$ 1,54	R\$ 135,52
164	39381 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO CA/CAA 1/0AWG (50MM)	SER	121	R\$ 3,23	R\$ 390,83
165	35462 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO COBRE 4 AWG (25,0MM)	SER	70	R\$ 22,94	R\$ 1.605,80
166	39382 - ALÇA PRE FORMADA P/ CABO ESTAI 6,4MM 635MM AMARELO	SER	5	R\$ 3,50	R\$ 17,50
167	39383 - ALÇA PRE FORMADA P/ CORDOALHA 9,5MM 890MMLARANJA	SER	2	R\$ 5,28	R\$10,56
168	38109 - ANEL DE AMARRAÇÃO SILICONE 110X165MM ISOLADOR.	SER	7	R\$ 1,48	R\$ 10,36
169	38110 - ANEL DE AMARRAÇÃO SILICONE 90X140MM ESPAÇADOR.		270	R\$ 1,33	R\$ 359,10



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

170	13621 - ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 01 ESTRIBO	SER	32	R\$ 9,35	R\$ 304,96
171	13620 - ARMAÇÃO SECUNDÁRIA 02 ESTRIBOS	SER	131	R\$ 20,44	R\$ 2.677,64
172	37988 - ARRUELA QUADRADA 38X38X3MM	SER	1.941	R\$ 0,37	R\$ 718,17
173	26403 - BASE RELE FOTOELÉTRICO 10 A	SER	144	R\$ 2,76	R\$ 397,44
174	38112 - BRAÇO ANTI-BALANÇO REDE COMPACTA 25/35KV.	SER	21	R\$ 17,61	R\$ 369,81
175	39384 - BRAÇO IP CURVO Ø49X2.000MM ESPESSURA DA CHAPA 3MM COM SAPATA - GALVANIZADO A FOGO - A ESPESSURA MÉDIA MÍNIMA DA CAMADA DE ZINCO DEVE SER DE 100 MICROMETROS (700 G/M2) - REFORÇADO	SER	343	R\$ 62,66	R\$ 21.492,38
176	39342 - BRAÇO IP CURVO Ø49X3.000MM ESPESSURA DA CHAPA 3MM COM SAPATA - GALVANIZADO A FOGO - A ESPESSURA MÉDIA MÍNIMA DA CAMADA DE ZINCO DEVE SER DE 100 MICROMETROS (700 G/M2) REFORÇADO	SER	506	R\$ 99,97	R\$ 50.584,82
177	38116 - BRAÇO TIPO L 25/35KV CB 8-10MM.	SER	19	R\$ 35,38	R\$ 672,22
178	35467 - CABO ALUMINIO NU CA 2 AWG	SER	1.285	R\$ 16,93	R\$ 21.755,05
179	39385 - CABO ALUMINIO PROTEGIDO REDE COMPACTA 15KV 50MM	SER	2.192	R\$ 3,17	R\$ 6.948,64
180	39343 - CABO COBRE FLEXÍVEL 750V 1,5MM AZUL	SER	2.705	R\$ 1,20	R\$ 3.246,00



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

181	39343 - CABO COBRE FLEXÍVEL 750V 1,5MM AZUL	SER	2.705	R\$ 1,20	R\$ 3.246,00
182	39345 - CABO ISOLADO 750V TIPO PP 2X2,5MM²	SER	1.211	R\$ 1,56	R\$ 1.889,16
183	35470 - CABO COBRE ISOLADO EXTRA-FLEX 25MM- PRETO	SER	63	R\$ 12,14	R\$ 764,82
184	35771 - CABO COBRE NU 25MM NORMATIZADO (KG)	SER	1.072	R\$ 52,09	R\$ 55.840,48
185	37719 - CABO COBRE PROTEGIDO XLPE 15KV 16MM	SER	324	R\$ 12,40	R\$ 4.017,06
186	37720 - CABO COBRE RÍGIDO XLPE 1KV 35MM - PRETO	SER	34	R\$ 17,80	R\$ 605,02
187	37722 - CABO DE AÇO 6,4 MM2 (1/4") - ESTAI (KG)	SER	103	R\$ 11,27	R\$ 1.160,81
188	38278 - CABO DE AÇO MENSAGEIRO 9,5MM EHS	SER	734	R\$ 3,56	R\$ 2.613,04
189	39387 - CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 1X1X10+10MM NEUTRO NU	SER	287	R\$ 1,84	R\$ 528,08
190	39390 - CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 3X1X50+35MM NEUTRO NU	SER	5.418	R\$ 11,43	R\$ 61.927,74
191	39391 - CABO MULTIPLEXADO ALUMINIO 3X1X70+50MM NEUTRO NU	SER	3.422	R\$ 15,98	R\$ 54.683,56
192	35635 - CARTUCHO METALICO KF 001 AZUL	SER	685	R\$ 0,75	R\$ 513,75
193	38211 - CARTUCHO METALICO	SER	684	R\$ 0,59	R\$ 403,56
194	37744 - CHAVE FUSIVEL 1P 25,8KV BASE C 300A PF 100A.	SER	121	R\$ 157,37	R\$ 19.041,77



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

195	35638 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 150MM	SER	28	R\$ 15,18	R\$ 425,04
196	35639 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 160MM	SER	27	R\$ 16,49	R\$ 445,23
197	35640 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 170MM	SER	70	R\$ 17,14	R\$ 1.199,08
198	35641 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 180MM	SER	27	R\$ 17,65	R\$ 476,55
199	35642 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 190MM	SER	71	R\$ 18,04	R\$ 1.280,84
200	35643 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 200MM	SER	52	R\$ 19,56	R\$ 1.017,12
201	35644 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 210MM	SER	57	R\$ 20,13	R\$ 1.147,41
202	35774 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 220MM..	SER	66	R\$ 19,56	R\$ 1.290,96
203	35646 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 230MM	SER	35	R\$ 19,95	R\$ 698,25
204	35647 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 240MM	SER	79	R\$ 21,93	R\$ 1.732,47
205	35648 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 250MM	SER	12	R\$ 22,52	R\$ 270,24
206	35649 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 260MM	SER	82	R\$ 23,06	R\$ 1.890,92
207	37764 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 270MM	SER	8	R\$ 23,57	R\$ 188,56
208	37998 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 280MM	SER	8	R\$ 23,99	R\$ 191,92
209	37765 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 290MM	SER	31	R\$ 24,52	R\$ 774,69



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

210	38281 - CINTA P/ POSTE CIRCULAR 300MM	SER	15	R\$ 24,98	R\$ 374,07
211	39392 - CINTA PARA POSTE CIRCULAR 310MM	SER	14	R\$ 25,66	R\$ 359,24
212	39347 - CONECTOR CUNHA AL 1/0-6AWG	SER	385	R\$ 2,58	R\$ 993,03
213	39348 - CONECTOR CUNHA AL 1/0A X 1/0AWG	SER	7	R\$ 6,26	R\$ 43,82
214	39393 - CONECTOR CUNHA AL 1/0X2 AWG	SER	187	R\$ 2,58	R\$ 482,46
215	39350 - CONECTOR CUNHA AL 1/0X4 AWG	SER	385	R\$ 2,58	R\$ 993,03
216	39351 - CONECTOR CUNHA AL 4/0 X 4AWG	SER	20	R\$ 3,86	R\$ 77,02
217	39352 - CONECTOR CUNHA AL 4X4 X 2AWG	SER	64	R\$ 2,58	R\$ 165,12
218	37780 - CONECTOR CUNHA CU 25X16X16MM	SER	23	R\$ 18,54	R\$ 426,42
219	35661 - CONECTOR CUNHA CU CB 25MM 16MM	SER	229	R\$ 24,66	R\$ 5.647,14
220	39407 - CONECTOR CUNHA CU 35X16 35X25 50X16MM	SER	70	R\$ 18,54	R\$ 1.297,08
221	35664 - CONECTOR CUNHA P/ ATERRAMENTO 25 A 35MM	SER	148	R\$ 5,23	R\$ 774,04
222	37783 - CONECTOR CUNHA TIPO 1 - CINZA	SER	71	R\$ 3,19	R\$ 226,49
223	37784 - CONECTOR CUNHA TIPO 2 - VERDE	SER	397	R\$ 2,06	R\$ 817,82
224	37785 - CONECTOR CUNHA TIPO 3 - VERMELHO	SER	574	R\$ 1,31	R\$ 751,94



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

225	39353 - CONECTOR CUNHA TIPO A VIOLETA	SER	319	R\$ 3,13	R\$ 998,47
226	38215 - CONECTOR CUNHA	SER	71	R\$ 3,13	R\$ 222,23
227	38217 - CONECTOR LV CU CB 16-120 MM2	SER	109	R\$ 35,66	R\$ 3.886,94
228	37788 - CONECTOR PERFURANTE 10X70 - 1,5X10MM	SER	240	R\$ 3,08	R\$ 739,02
229	37999 - CONECTOR PERFURANTE 16-70MM2	SER	172	R\$ 4,44	R\$ 763,68
230	37999 - CONECTOR PERFURANTE 16-70MM2	SER	22	R\$ 3,44	R\$ 75,68
231	38000 - CONECTOR PERFURANTE 50-120MM2	SER	74	R\$ 5,85	R\$ 432,09
232	38000 - CONECTOR PERFURANTE 50-120MM2	SER	833	R\$ 5,79	R\$ 4.823,07
233	35675 - CONJUNTO GRAMPO SUSPENSÃO P/ REDE MULTIPLEXADA	SER	141	R\$ 19,17	R\$ 2.702,97
234	35678 - CRUZETA DE AÇO TUBULAR 90X90X2000MM	SER	175	R\$ 133,86	R\$ 23.425,50
235	37826 - ELO FUSIVEL 500MM-8K	SER	7	R\$ 2,97	R\$ 20,79
236	37825 - ELO FUSIVEL 500MM-10K	SER	7	R\$ 3,48	R\$ 24,36
237	35684 - ELO FUSIVEL 500MM-1H	SER	12	R\$ 3,03	R\$ 36,36
238	37825 - ELO FUSIVEL 500MM-10K	SER	104	R\$ 3,26	R\$ 339,04
239	35685 - ELO FUSIVEL 500MM - 5H	SER	41	R\$ 2,39	R\$ 97,99



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

240	38225 - ESPAÇADOR LOSANGULAR P/REDE COMPACTA 25/35KV	SER	69	R\$ 20,47	R\$ 1.412,43
241	38226 - ESPAÇADOR VERTICAL REDE SECUNDARIA 0,6/1KV	SER	10	R\$ 5,59	R\$ 55,90
242	26287 - ESTRIBO PARA BRACO L	SER	16	R\$ 2,76	R\$ 44,16
243	37828 - FIO ALUMINIO NU 4AWG	SER	41	R\$ 17,80	R\$ 729,80
244	35783 - FIO COBRE NU RECOZIDO 16MM (6AWG)..	SER	12	R\$ 52,09	R\$ 625,08
245	39397 - FITA DE ALUMINIO PROTECAO 1X10 (REDE)	SER	46	R\$ 19,25	R\$ 885,50
246	39357 - FITA ISOLANTE 20M PRETA	SER	68	R\$ 2,84	R\$ 193,12
247	39358 - FITA ISOLANTE AUTO FUSAO 19MMX10M	SER	58	R\$ 14,08	R\$ 816,64
248	38227 - FIXADOR DE PERFIL U PARA REDE COMPACTA	SER	0	R\$ 13,05	R\$ 0,00
249	38285 - GRAMPO ANCORAGEM CABO COBERTO 50MM 25 KV..	SER	13	R\$ 11,40	R\$148,20
250	35694 - HASTE ATERRAMENTO 13MM 2400MM	SER	209	R\$ 40,14	R\$ 8.389,26
251	37837 - ISOLADOR DE ANCORAGEM POLIMÉRICO 23,1KV	SER	171	R\$ 26,34	R\$ 4.504,14
252	35787 - ISOLADOR PILAR 23,1 KV PORCELANA...	SER	344	R\$ 61,76	R\$ 21.245,44
253	38478 - ISOLADOR ROLDANA PORCELANA 45MM 600V. ISALADOR ROLDANA PROCELANA 45MM 600V.	SER	114	R\$ 3,27	R\$ 372,78



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

254	38229 - ISOLADOR TIPO PINO POLIMERICO 15 KV	SER	10	R\$ 8,67	R\$ 86,70
255	35788 - LAMPADA VAPOR METALICA 150W E-40 TUBULAR.	SER	343	R\$ 13,41	R\$ 4.599,63
256	38232 - LAMPADA VAPOR METALICO 250W E-40 TUBULAR	SER	85	R\$ 14,50	R\$ 1.232,50
257	39359 - LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 150W A 400W COM BASE PARA RELÊ IP 66 COM PROTEÇÃO DE VIDRO	SER	428	R\$ 129,95	R\$ 55.618,60
258	39360 - LUMINÁRIA PÚBLICA LED COM POTENCIA MAXIMA DE 100W EFICIÊNCIA MÍNIMA DE 120 L/W 12.000 LUMENS TEMPERATURA DA COR 5.000 K - GRAU DE PROTEÇÃO IP 66 E IK 08 - COM BASE PARA 7 PINOS - DEVERÁ TER SELO INMETRO	SER	184	R\$ 460,37	R\$ 84.708,08
259	39398 - LUMINARIA PUBLICA LED COM POTENCIA MAXIMA DE 150W EFICIENCIA MINIMA DE 120 L/W 18.000 LUMENS TEMPERATURA DA COR 5.000 K - GRAU DE PROTECAO IP 66 E IK 08 - COM BASE PARA 7 PINOS - DEVERA TER SELO INMETRO	SER	80	R\$ 460,37	R\$ 36.829,60
260	39399 - LUMINARIA PUBLICA LED COM POTENCIA MAXIMA DE 220W EFICIENCIA MINIMA DE 120 L/W 26.400 LUMENS TEMPERATURA DA COR 5.000 K - GRAU DE PROTECAO IP 66 E IK 08 - COM BASE PARA 7 PINOS - DEVERA TER SELO INMETRO	SER	118	R\$ 460,37	R\$ 54.323,66
261	39363 - LUVA EMENDA P CABO AL 2AWG CA	SER	28	R\$ 2,67	R\$ 74,76
262	39364 - LUVA EMENDA P CABO COBRE 25MM	SER	5	R\$ 13,12	R\$ 65,60



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

263	35708 - MANILHA SAPATILHA 5000DAN	SER	162	R\$ 6,60	R\$ 1.069,02
264	35709 - MÃO FRANCESA PERFILADA 726MM	SER	458	R\$ 22,88	R\$ 10.479,04
265	38287 - MASSA ISOLAMNTO 38MMX 1,50 X 3,2MM	SER	6	R\$ 78,13	R\$ 468,78
266	35711 - OLHAL P/ PARAFUSO 5000DAN	SER	1.350	R\$ 4,72	R\$ 6.372,00
267	35722 - PARA-RAIO 12KV 10KA	SER	90	R\$ 86,04	R\$ 7.743,06
268	38243 - PARA-RAIO 21KV 10KA	SER	10	R\$ 145,38	R\$ 1.453,08
269	35712 - PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X150X75MM	SER	114	R\$ 2,87	R\$ 327,18
270	35713 - PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X45X45MM	SER	1.142	R\$ 1,88	R\$2.146,96
271	35714 - PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X70X60MM	SER	574	R\$ 2,35	R\$ 1.348,09
272	35715 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X125X80MM C/ PORCA	SER	399	R\$ 2,53	R\$ 1.009,47
273	35791 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X150MM / PORCA.	SER	286	R\$ 2,78	R\$ 795,08
274	35718 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X200X120MM C/ PORCA	SER	398	R\$ 3,89	R\$ 1.548,22
275	35719 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X250X170MM C/ PORCA	SER	507	R\$ 4,57	R\$ 2.316,99
276	35720 - PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X300X220MM C/ PORCA	SER	405	R\$ 5,44	R\$ 2.203,02



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

277	39366 - PARAFUSO CABECA QUADRADA 16X350X270MM C/ PORCA	SER	57	R\$ 4,81	R\$ 274,17
278	39367 - PARAFUSO ROSCA DUPLA 16X500X225MM C/ PORCA	SER	2	R\$ 6,82	R\$ 13,64
279	38244 - PERFIL TIPO Ü REDE COMPACTA 15/25/35 KV	SER	1	R\$ 47,44	R\$ 47,44
280	38488 - PINO CURTO P/ISOLADOR TIPO PINO POLIMÉRICO 15K	SER	8	R\$ 8,90	R\$ 71,02
281	39368 - PINO FIXACAO ISOLADOR PILAR 140X60MM	SER	313	R\$ 3,98	R\$ 1.245,74
282	35728 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 10M/600DAN (1090KG)	SER	6	R\$ 1.013,47	R\$ 6.080,82
283	35729 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/1000DAN (1519KG)	SER	6	R\$ 1.929,64	R\$ 11.577,84
284	35730 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/300DAN	SER	16	R\$ 760,70	R\$ 12.171,02
285	35731 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 11M/600DAN	SER	4	R\$ 1.260,32	R\$ 5.041,28
286	35732 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 12M/300DAN	SER	2	R\$ 884,12	R\$ 1.768,24
287	35733 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 12M/600DAN	SER	6	R\$ 1.402,13	R\$ 8.412,78
288	39369 - POSTE CONCRETO CIRCULAR 13M/600DAN - PADRÃO CELESC	SER	1	R\$ 2.017,45	R\$ 2.017,45
289	35734 - POSTE CONCRETO DUPLO T 10M/300DAN	SER	89	R\$ 504,36	R\$ 44.888,04
290	38002 - POSTE CONCRETO DUPLO T 10M/600DAN	SER	14	R\$ 796,89	R\$ 11.156,46
291	35735 - POSTE CONCRETO DUPLO T 11M/300DAN	SER	52	R\$ 662,20	R\$ 34.434,04



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

292	37881 - POSTE CONCRETO DUPLO T 11M/600DAN*	SER	0	R\$ 957,70	R\$ 0,00
293	38249 - POSTE CONCRETO DUPLO T 12M/1000 DAN	SER	0	R\$ 1.651,94	R\$ 0,00
294	39400 - POSTE CONCRETO DUPLO T 12M/300DAN - PADRAO CELESC	SER	15	R\$ 729,25	R\$ 10.938,75
295	39401 - POSTE CONCRETO DUPLO T 12M/600DAN - PADRÃO CELESC	SER	18	R\$ 1.041,96	R\$ 18.755,28
296	39371 - POSTE CONCRETO DUPLO T 13M/300DAN PADRÃO CELESC	SER	0	R\$ 1.424,09	R\$ 0,00
297	39372 - REATOR VAPOR METALICO 150W 220V 60HZ INTERNO	SER	344	R\$ 27,88	R\$ 9.590,72
298	39373 - REATOR VAPOR METALICO 250W 220V 60HZ INTERNO	SER	88	R\$ 0,59	R\$ 51,92
299	35747 - RELE FOTOELETRICO NF 10A	SER	857	R\$ 8,53	R\$ 7.310,21
300	35800 - SAPATILHA CABO AÇO 9,5MM	SER	189	R\$ 1,21	R\$ 228,69
301	37892 - SELA CRUZETA*	SER	66	R\$ 7,10	R\$ 468,06
302	39374 - SUPORTE HORIZONTAL P/ REDE COMPACTA 25 KV	SER	1	R\$ 45,63	R\$ 45,63
303	39375 - SUPORTE TIPO "L" P/ CHAVE FUSIVEL E PARA RAIO	SER	139	R\$ 16,86	R\$ 2.343,54
304	35751 - SUPORTE TRANSFORMADOR POSTE CIRCULAR 240MM	SER	2	R\$ 70,54	R\$ 141,08
305	37899 - SUPORTE TRANSFORMADOR POSTE CIRCULAR 255MM	SER	2	R\$ 59,52	R\$ 119,04



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

306	37901 - SUPORTE TRANSFORMADOR POSTE DT	SER	46	R\$ 40,29	R\$ 1.853,34
307	39376 - TERMINAL OLHAL COMPRESSAO PRE ISOLADO 35MM CPTA 35	SER	57	R\$ 23,17	R\$ 1.320,69
308	39377 - TERMINAL OLHAL COMPRESSAO PRE ISOLADO 50MM CPTA 50	SER	111	R\$ 24,92	R\$ 2.766,12
309	39378 - TERMINAL OLHAL COMPRESSAO PRE ISOLADO 70MM CPTA 70	SER	91	R\$ 24,98	R\$ 2.273,18
310	35802 - TORA DE MADEIRA D200X1000MM..	SER	188	R\$ 19,13	R\$ 3.596,44
311	38273 - TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 15KV 30KVA 380/220V	SER	6	R\$ 3.358,47	R\$ 20.150,82
312	38274 - TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 15KV 45KVA 380/220V	SER	10	R\$ 4.045,59	R\$ 40.455,90
313	35759 - TRANSFORMADOR TRIFASico 15KV 75KVA 380/220V	SER	12	R\$ 4.785,52	R\$ 57.426,24
314	38275 - TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 25KV 45KVA 380/220V	SER	8	R\$ 10.653,94	R\$ 85.231,52
315	35711 - OLHAL P/ PARAFUSO 5000DAN	PÇA	1.350	R\$ 11,80	R\$ 15.930,00
				TOTAL R\$ 3.889.928,13	



SEADM
Secretaria
Municipal de
Administração e Finanças

CLAUSULA TERCEIRA

Este aditivo do contrato ocorrerá na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 003 - DEPARTAMENTO OPERACIONAL
Tipo Ação: Atividade - Ação: 2041 - Funcional: 0025.0751.0013 - Funcionamento e manutenção da Iluminação Pública
Elemento: 3339000000000000000 - Aplicações diretas - 414

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 15 de Julho de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA
LUIZ BUNKI OTSUKA
CONTRATADO

FISCAIS DE CONTRATO: VALMOR LUIZ FLORES
PORTARIA N.º 610/2022

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DE ACORDO:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
CONTROLADORA INTERNA

Av. Nereu Ramos, 190 - Centro - Penha/SC - CEP: 88385-000
Tel: +55 (47) 3345-0200
www.penha.sc.gov.br

ATA 09/2023 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Publicação Nº 5051684

Ata 009/2023 da Reunião Extraordinária

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, às nove horas, via Google Meet se reuniram os conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) abaixo relacionados. Representantes Governamentais: a Sra. Maria Elisa de Sousa (titular da Secretaria de Educação) e presidente deste Conselho, o Sr. Matheus Souza Melo (titular da Secretaria da Fazenda), a Sra. Dulcilene Dulce Nascimento (Titular Secretaria de Assistência Social), Sr. Luiz Renato Carias (secretaria Esportes). Representantes não governamentais: a Sra. Cleusimar Torres Mates (Titular do CIEE), a Sra. Josiane de Souza Cunha (titular AMA), Sra. Eduarda de Lourdes Celista (titular APAE) E como convidados, o Sr. Sergio de Mello (Secretário de Assistência Social), O Sr. Jhonatan Castro Bak (Secretaria de educação), Sra. Patrícia (diretora CRAS), a Sra. Dulcinéia Santos Gerhards (Secretária Executiva deste conselho). A reunião foi iniciada com pauta única, a participação dos delegados escolhidos na XII Conferencia Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente que será realizada na cidade de Piratuba – SC, nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 2023, os delegados foram escolhidos na XII Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo eles: Titulares Marcia Cristina da Silva Lukenchuke, Dulcilene Dulce Nascimento, Maria Aparecida Bento e Rafael Miguel Fagundes, como suplentes: Maria Ione Becker, Camylla Emanuely Príncipe de Moraes, Rosane Ceni Rannov e Jennifer Vitória F. Cabral. O secretário de assistência social o Sr. Sérgio Mello iniciou sua fala explicando a dificuldade em aprovar o pagamento das diárias para os delegados devido ao pouco espaço de tempo, mas salientou que foi o Estado que avisou as datas na última hora e que o CMDCA deve enviar os delegados para que o município tenha representatividade na Conferencia Estadual, e que na próxima conferência municipal já fique aprovada a aplicação de valores para serem pagas as diárias dos delegados para sua locomoção até a conferencia Estadual, a Sra. Maria Elisa reforçou a fala do secretário e salientou a importância da participação dos representantes do CMDCA de Penha na Conferencia, a Sra. Dulcilene refere que é importante que se participe da conferencia Estadual. A Sra. Maria Elisa abriu para votação dos conselheiros de direito e os mesmos aprovaram por unanimidade a aplicação de recurso do FIA para o pagamento de diária para os delegados que irão. Encerrou se a reunião segue ata assinada por todos.

DECRETO Nº 4090/2023 - ALTERA O DECRETO Nº 3927/2022 QUE NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DO BEM ESTAR ANIMAL DE PENHA - COMBEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5051785

DECRETO Nº 4090/2023

ALTERA O DECRETO Nº 3927/2022 QUE NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DO BEM ESTAR ANIMAL DE PENHA - COMBEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e a Lei Municipal nº 3.298/2022 e Lei Municipal nº 3.301/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado a composição de membros previsto no art. 1º do Decreto nº 3927/2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal do Bem-Estar Animal de Penha - COMBEP, sendo composto pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

I - 2 (dois) representante titulares e 02 (dois) suplentes do Instituto do Meio Ambiente de Penha - IMAP;

- Titular: Héder Mafra
- Suplente: Everaldo Lourival Francisco

- Titular: André Fagundes Flores
- Suplente: Tiago Ferreira da Costa

II - 1 (um) representantes titulares e 2 (dois) suplente da Secretaria Municipal de Saúde;

- Titular: Samara Formaggi
- Suplente: Edevilson Nascimento

III - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Municipal de Educação;

- Titular: Thyrciane Feitosa de Santana da Costa
- Suplente: Jeandrei Walter

IV - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente de órgãos de segurança;

- Titular: Stefania Adaime Veit
- Suplente: Cleidson José Figueira

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

V - 2 (dois) representantes e 2 (dois) suplentes de entidades voltadas à Proteção Animal;

- Titular: Maria Clarice Dunke
- Suplente: Rafael Petrycoski

- Titular: Antonella Tomé Namorado
- Suplente: Alice Rocha Hohne

VI - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da OAB;

- Titular: Hyussana de Oliveira
- Suplente: Emmanuelle de Souza Teixeira Costa

VII - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da comunidade acadêmico-científica, das áreas de ciência animal;

- Titular: Katia Cassaro
- Suplente: José Daniel Luzes Fedullo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Penha/SC, 11 de agosto de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2023 - FMAS

Publicação Nº 5051879

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D347F390FE2D3F9E06D6B944141B194EE5909CE4

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 008/2023 – FMAS
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2023 – FMAS

Termo de Fomento: 002/2023 - FMAS

Contratado: Dispensa de Chamamento Público para celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE PENHA, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme plano de trabalho apresentado pela entidade, nos termos da Decreto Municipal nº 3140/2017, Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Federal nº 13.204/2015 e requisição ao compras nº 151/2023 da Secretaria de Assistência Social, documentos anexos ao processo.

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), em seis parcelas, totalizando R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão: 40 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 2071 – Proteção Social Especial
Vínculo: 150070000000 - Recursos Ordinários
Subelemento: 33350439900000000000 – Outras Subvenções Sociais (64)

Fundamentação Legal: Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, Lei nº 13.204/2015, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Municipal nº 3140/2017, justificativa e Requisição ao Compras nº 151/2023 da Secretaria de Assistência Social.

Penha/SC, 10 de agosto de 2023.

CÉLIA LUCIA MIRANDA LINDNER – Representante da APAE
SÉRGIO DE MELLO - GERENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 022/2023

Publicação Nº 5051869

Prefeitura Municipal de Penha
Secretaria de Planejamento
Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas
Edital nº 22/2023

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o(a) Senhor(a) Rodrigo de Oliveira, que na data de 31/05/2023 foi lavrado contra si a Notificação Preliminar nº 7206 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Fica o proprietário notificado para retirada imediata da cobertura com pé-direito da calçada conforme art 60, art 65 e art 141 da Lei Complementar 004/2007 caso haja descumprimento da notificação, ficará sujeito a infração.

Infringindo o seguinte dispositivo legal: Lei Municipal nº 004/2007, fixando o prazo legal de 15 (trinta) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, através de Requerimento à Secretaria de Planejamento, cujo protocolo deve ser realizado na Secretaria da Fazenda deste município.

Penha, 10 de agosto de 2023

LEI Nº 3354/2023 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PENHA A OUTORGAR DIREITO DE SUPERFÍCIE DE BEM IMÓVEL E A PRESTAR GARANTIA EM CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO BUILT TO SUIT

Publicação Nº 5052344

LEI Nº 3354/2023

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PENHA A OUTORGAR DIREITO DE SUPERFÍCIE DE BEM IMÓVEL E A PRESTAR GARANTIA EM CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO BUILT TO SUIT.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Município de Penha/SC autorizado a outorgar o direito de superfície do imóvel matriculado sob o n. 11.090 do Ofício do Registro de Imóveis de Balneário Piçarras/SC à empresa vencedora da Concorrência para a locação built to suit, precedida de construção, da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal de Vereadores e espaço de serviços privados.

Parágrafo único. A outorga do direito de superfície limita-se às áreas edificadas com a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores.

Art. 2º O direito real de garantia poderá ser prestado pelo município mediante cláusula contratual nos termos do § 2º do art. 47-A da Lei 12.462/2011, inserido pela Lei 13.190/2015.

§1º Antes da homologação da licitação o Executivo deverá encaminhar para a Câmara de Vereadores de Penha a minuta do contrato com os valores, bem como documentos que comprovem a capacidade de endividamento do Município.

§2º Qualquer pagamento pelo Município somente será iniciado após a entrega das obras.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta dos orçamentos do ano de 2024 e seguintes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Penha, 08 de março de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração

LEI Nº 3366/2023 DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A RUA NO MUNICÍPIO

Publicação Nº 5052221

LEI Nº 3366/2023

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A RUA NO MUNICÍPIO.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei,

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina de Rua NATÁLIA DOS PASSOS VIEIRA, a Rua projetada nº 01 do Loteamento Jardim Acapulco, aprovado em 29/02/1979, no Município de Penha.

Art. 2º Fica o Poder Executivo obrigado a fixar na aludida rua, placas indicativas com sua denominação, conforme artigo 7º da Lei nº 2918/2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 26 de abril de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 3380/2023 INSTITUI AJUDA DE CUSTO AOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5052331

LEI Nº 3380/2023

INSTITUI AJUDA DE CUSTO AOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Penha a ajuda de custo mensal aos médicos participantes do Programa Médicos pelo Brasil, instituído pela Lei Federal nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), alocados para atuação neste Município.

Art. 2º Fica fixada a ajuda de custo de que trata esta Lei no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) a ser pago mensalmente em pecúnia, enquanto o município permanecer credenciado ao Programa Médicos pelo Brasil.

Art. 3º O benefício não será concedido ao profissional que possuir 2 faltas injustificadas ou 2 advertências, a análise dependerá da avaliação do Diretor Clínico, que deverá ser assinada e avaliada pelo responsável da Secretaria Municipal de Saúde, o qual será analisado todo mês.

Art. 4º O benefício instituído por esta Lei é de natureza indenizatória, não se caracterizando como pagamento por contraprestação de serviço ao Município.

Art. 5º As despesas com a instituição da ajuda de custo para os médicos participantes do Programa Médicos pelo Brasil criado por esta Lei serão custeadas pelo Orçamento da Fundação Municipal de Saúde de Penha.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Penha, 12 de junho de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 3381/2023 - INSTITUI O REFIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5052382

LEI Nº 3381/2023

INSTITUI O REFIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o REFIS - Programa de Recuperação Fiscal destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos nos exercícios anteriores e no vigente da presente Lei.

§1º Os créditos tributários referentes a multas por descumprimento de obrigação acessória poderão ser incluídos no REFIS caso tenham sido lançados até a data de formalização do pedido de ingresso neste programa.

§2º Não poderão ser incluídos no REFIS os débitos referentes a:

- I – Infração à legislação de trânsito;
- II – Obrigações de natureza contratual;
- III – infrações à legislação ambiental.

§ 3º Os contribuintes que tiverem débitos já parcelados ou reparcados poderão usufruir dos benefícios desta lei, em relação ao saldo remanescente, que não sejam provenientes de REFIS anterior, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento;

§4º A repactuação do débito não tem efeitos retroativos, alcançando somente o valor remanescente do parcelamento ainda em vigor, sem direito de crédito quanto aos pagamentos já efetuados.

§5º O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita, ouvida a Procuradoria Geral do Município, sempre que necessário, e observado o disposto em regulamento.

§6º O disposto nesta Lei não implicará restituição de quantias pagas.

§7º O contribuinte que deixar saldo do parcelamento do REFIS instituído pela presente lei, não se beneficiará em 100% (cem por cento) dos benefícios fiscais estabelecidos nas próximas legislações de parcelamento ou de programa de recuperação fiscal.

§8º O contribuinte que não cumpriu com dois ou mais parcelamentos efetuados através do programa REFIS não se beneficiará em 100% (cem por cento) do presente REFIS, devendo ser aplicado o preceito estabelecido no § 5º do artigo 10 desta Lei.

Art. 2º Quando se tratar de pagamento parcelado poderá o parcelamento ser solicitado pelo devedor ou, com anuência deste, por terceiro interessado acompanhando de instrumento de procuração.

Parágrafo único. A assunção da dívida por terceiro interessado, com anuência do devedor, nos termos desta Lei, não exclui a responsabilidade do contribuinte devedor, permanecendo a este atribuída em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Art. 3º A adesão ao programa se dará por opção do sujeito passivo, mediante aos seguintes requisitos:

I – Requerimento firmado pelo contribuinte ou seu representante legal, desde que munido de procuração com poderes para tanto, instruído com o demonstrativo da dívida e com os seguintes documentos do devedor e do terceiro interessado, quando for o caso:

- a) Fotocópia do documento de identidade e do cartão de inscrição de Contribuinte Pessoa Física (CPF), quando se tratar de pessoa física;
- b) Fotocópia do documento do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), fotocópia do Contrato Social ou outro instrumento equivalente que identifique o responsável pelos atos legais da Pessoa Jurídica e fotocópia do documento de identificação e do cartão de inscrição no CPF do responsável pela pessoa jurídica;

II – Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento Parcelado, quando realizado pelo devedor ou seu representante legal;

III – Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento Parcelado, quando realizado por terceiro interessado;

IV – Comprovante de pagamento dos honorários advocatícios;

V – Comprovante de pagamento de custas extrajudiciais em caso de protesto de CDA;

VI – Poderão ser solicitados outros documentos, a critério da Administração Pública.

§ 1º O instrumento de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento Parcelado e o instrumento de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento Parcelado assinados pelo devedor e pelo terceiro interessado, bem como pelas testemunhas, conforme Anexo II, caracterizam confissão extrajudicial do débito, irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 389 e seguintes do Código de Processo Civil – CPC

e dispositivos aplicáveis do Código Civil, pelo que se constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos do art. 784, III do CPC.

§ 2º Os débitos incluídos no REFIS serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso.

§ 3º Poderão ser incluídos no REFIS os débitos tributários constituídos até a data da formalização do pedido de ingresso.

§ 4º Os débitos tributários não constituídos, incluídos no REFIS por opção do sujeito passivo, serão declarados na data da formalização do pedido de ingresso.

§ 5º A formalização do pedido de ingresso no REFIS poderá ser efetuada até o dia 30 de dezembro de 2023.

§ 6º O REFIS instituído na forma desta Lei poderá ser reeditado por mais um período de até 120 (cento e vinte) dias, a ser definido em ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 7º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita poderá enviar ao sujeito passivo, correspondência convencional ou de forma eletrônica, que contenha os débitos tributários consolidados, com as opções de parcelamento previstas no art. 7º.

Art. 4º A formalização do pedido de ingresso no REFIS implica o reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, além da comprovação de recolhimento de honorários, custas e encargos extrajudiciais porventura devidos.

§ 1º Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do parcelamento a que se obrigou.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, liquidado o parcelamento nos termos desta lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

§ 3º Os depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo somente poderão ser levantados pelo autor da demanda para pagamento do débito, até o valor do montante da dívida apurada.

§ 4º A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal independe do oferecimento de garantia da dívida e na hipótese de existirem bens penhorados como garantia da dívida, a situação dos mesmos permanecerá inalterada até a efetiva quitação do débito.

§ 5º Deferido o pedido de inclusão no Programa de Recuperação Fiscal, pela autoridade administrativa competente, a exigibilidade do crédito permanecerá suspensa até sua efetiva liquidação, ressalvada a hipótese de inadimplência, ficando o devedor, a partir do pagamento da primeira parcela, com direito de requerer certidão positiva de débito, com efeito de negativa, dentro do prazo acordado para pagamento, a ser fornecida pelo Departamento de Tributos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita .

Art. 5º Os débitos tributários e não tributários serão incluídos no REFIS e nesta data consolidados, pelo valor do principal atualizado até a data da formalização do pedido de ingresso no Programa.

Art. 6º Os débitos tributários inscritos na Dívida Ativa serão incluídos no REFIS pelo valor da dívida consolidada por imóvel na data da inscrição na Dívida Ativa, atualizado até a data da formalização do pedido de ingresso no Programa e nesta data consolidados.

Art. 7º O pagamento do montante do débito tributário consolidado, calculado na conformidade dos arts. 5º e 6º poderá ser efetuado:

I - em parcela única, com desconto de 100% (cem por cento) dos juros e da multa moratória; ou em três parcelas, mantendo-se o referido desconto, sendo a primeira parcela 50% (cinquenta por cento) do valor devido, mais dois pagamentos de igual valor, 25% (vinte e cinco por cento) em trinta dias e 25% (vinte e cinco por cento) em sessenta dias.

II - em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com desconto de 80% (oitenta por cento) dos juros e da multa moratória, cujo montante será acrescido de juros financeiros equivalentes à taxa de 1% ao mês, calculados a partir do mês subsequente ao da formalização do REFIS, até o último mês do parcelamento.

III - em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com desconto de 60% (sessenta por cento) dos juros e da multa moratória, cujo montante será acrescido de juros financeiros equivalentes à taxa de 1% ao mês, calculados a partir do mês subsequente ao da formalização do REFIS, até o último mês do parcelamento.

§ 1º Nenhuma parcela poderá ser inferior a:

- a) 0,5 UFM (Zero vírgula cinco Unidade Fiscal Municipal) para pessoas físicas;
- b) 1,0 UFM (Uma Unidade Fiscal Municipal) para pessoas jurídicas.

§ 2º O vencimento da primeira parcela ou da parcela única dar-se-á até 10 (dez) dias da data da formalização do ingresso no REFIS e as demais a cada 30 (trinta) dias, contados do vencimento da primeira parcela, para qualquer opção de pagamento tratada nos incisos I a III deste artigo.

§ 3º O pagamento da parcela fora do prazo legal implicará cobrança da multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela

devida acrescido de juros equivalentes à taxa de 1% ao mês ou fração.

§ 4º As parcelas vincendas dentro do exercício serão acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês a título de juros, de acordo com o previsto na legislação municipal vigente.

§ 5º Os débitos inscritos em dívida ativa, parcelados ou não, que o contribuinte deixou de efetuar o pagamento poderão, a juízo de responsabilidade da autoridade administrativa, ser encaminhado a cobrança extrajudicial, através de tabelionato de notas e protestos da Comarca da Jurisdição ou judicial, através de ação de cobrança do executivo fiscal.

Art. 8º O pagamento do débito consolidado segundo as hipóteses do art. 7º, incisos I a III, resulta automaticamente, na quitação do montante residual com a conseqüente anistia da dívida por ele representada, para todos os fins e efeitos de direito, em benefício do devedor.

Art. 9º O ingresso no REFIS impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil.

§ 1º A homologação do ingresso no REFIS dar-se-á no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela, para os casos de parcelamento previstos no art. 7º desta lei.

§ 2º O ingresso no REFIS impõe, ainda, ao sujeito passivo:

I - o pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior à data de homologação de que trata o § 1º deste artigo;

II - a autorização de débito automático das parcelas em conta-corrente, mantida em instituição bancária cadastrada pelo Município.

§ 3º Excepcionalmente, no caso de sujeitos passivos que não possuam, justificadamente, conta-corrente em instituição bancária cadastrada pelo Município, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita poderá afastar a exigência do inciso II do parágrafo anterior.

Art. 10 O sujeito passivo será excluído do REFIS, sem notificação prévia, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta lei;

II - estar em atraso com o pagamento de qualquer parcela há mais de 90 (noventa) dias;

III - a não comprovação da desistência de que trata o art. 4º desta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de homologação dos débitos tributários do REFIS;

IV - decretação de falência ou extinção pela liquidação da Pessoa Jurídica;

V - cisão da Pessoa Jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio assumir solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS.

§ 1º A exclusão do sujeito passivo do REFIS implica a perda de todos os benefícios desta lei, acarretando a exigibilidade do saldo do montante principal, bem como da totalidade do montante residual, com os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, e a imediata inscrição destes valores em Dívida Ativa.

§ 2º O REFIS não configura novação prevista no art. 360, inciso I, do Código Civil;

§ 3º A falta de pagamento de qualquer parcela no vencimento ensejará o acréscimo de multa de mora calculada a partir do dia seguinte ao do vencimento, conforme o previsto no artigo 411 do Código Tributário Municipal; e, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calendário ou fração, conforme previsto no artigo 437 do CTM;

§ 4º SUPRIMIDO.

§ 5º O sujeito passivo que tenha sido excluído de dois ou mais Planos de Recuperação Fiscal - REFIS pela falta de pagamento, não será beneficiado em 100% (cem por cento) dos benefícios fiscais dispostos em futuras legislações de parcelamento ou de recuperação fiscal de tributos inscritos em dívida ativa, ficando desde já estabelecidos os seguintes critérios de incentivos fiscais a serem concedidos aos inadimplentes do programa nesta condição:

I - em parcela única, com desconto de 60% (sessenta por cento) dos juros e da multa moratória; ou em três parcelas, mantendo-se o referido desconto, sendo a primeira parcela 50% (cinquenta por cento) do valor devido, mais dois pagamentos de igual valor, 25% (vinte e cinco por cento) em trinta dias e 25% (vinte e cinco por cento) em sessenta dias.

II - em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com desconto de 40% (quarenta por cento) dos juros e da multa moratória, cujo montante será acrescido de juros financeiros equivalentes à taxa de 1% ao mês, calculados a partir do mês subsequente ao da formalização do REFIS, até o último mês do parcelamento.

III - em até 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com desconto de 25% (vinte e cinco por cento) dos juros e da multa

moratória, cujo montante será acrescido de juros financeiros equivalentes à taxa de 1% ao mês, calculados a partir do mês subsequente ao da formalização do REFIS, até o último mês do parcelamento.

Art. 11 Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta lei, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 12 O sujeito passivo poderá compensar do montante principal do débito tributário, calculado em conformidade com esta lei, o valor de créditos líquidos, certos e não prescritos que tenha contra o Município de Penha, excluídos os relativos a precatórios judiciais, permanecendo no REFIS o saldo do débito que eventualmente remanescer.

Parágrafo Único - O sujeito passivo que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará na data da formalização do pedido de ingresso no REFIS, além do valor dos débitos a parcelar, o valor de seus créditos líquidos, indicando a origem respectiva.

Art. 13 Os débitos não tributários, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, poderão ser incluídos no REFIS, exceto os débitos:

I - referentes ao ISS devido por retenção na fonte;

II - referentes a indenizações devidas ao Município de Penha por dano causado ao seu patrimônio; e

III – relacionados no § 2º, incisos I, II e III, do artigo 1º;

Parágrafo Único - Aplicam-se aos débitos não tributários, no que couber, as demais disposições desta lei.

Art. 14 A inclusão de débitos objeto de qualquer discussão, judicial ou administrativa, fica condicionada a desistência, formal, irrevogável e irretratável de eventuais contestações, recursos ou qualquer outra medida em direito admitidos, ficando, portanto, a eficácia da inclusão no programa sujeita ao deferimento ou homologação da desistência aqui prevista.

Art. 15 As custas administrativas ou judiciais incidentes sobre o processo, administrativo, judicial ou extrajudicial (Tabelionato), até a data da desistência, serão de responsabilidade do contribuinte, bem como aquelas custas incidentes ao final do pagamento ou parcelamento (custas finais) e também os honorários de sucumbência devidos nos casos de execuções fiscais já protocoladas.

§ 1º A não quitação dos honorários advocatícios e das custas administrativas notariais em caso de protesto da CDA não permitirá ao contribuinte a adesão ao Programa.

§ 2º Os valores referentes aos honorários de sucumbência dos débitos aqui tratados, objeto de ações judiciais, serão pagos através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Procuradoria Geral do Município de Penha.

§ 3º Os valores referentes as custas judiciais dos débitos aqui tratados, objeto de ações judiciais, serão pagos através de Guia de Recolhimento Judicial (GRJ), expedida pela Contadoria Judicial do Fórum da Comarca de Balneário Piçarras.

Art. 16 Após o pagamento da última parcela, em se tratando de débito cobrado na esfera judicial, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita oficiará a Procuradoria do Município para que requeira a extinção do processo de execução, em face da satisfação do crédito tributário.

Art. 17 Os descontos previstos no artigo 7º estão em consonância com o que dispõe o artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, no que se refere ao ANEXO I – Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro, que faz parte integrante desta lei.

Art. 18 O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita, ou quem este delegar poderes, é a autoridade competente para decidir sobre os atos relacionados com a aplicação da presente Lei no âmbito administrativo.

Art. 19 Fica o Poder Executivo autorizado a baixar atos visando regulamentar, disciplinar procedimentos ou dirimir dúvidas que visem à execução e consolidação do presente programa.

Art. 20 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 12 de junho de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I
MUNICÍPIO DE PENHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL PARA PARCELAMENTO DE DÉBITO FISCAL
(Lei Ordinária 3381/2023)

Sujeito Passivo:			CPF/CNPJ:	
Endereço:			Nº:	
Bairro:	Telefone:		Celular:	
Loteamento:		Condomínio:		
Apto:	Bloco:	CEP:	Cidade:	Estado:
Email:				

DADOS DO PARCELAMENTO (acrescido de 1% de juros de financiamento ao mês, exceto para pagamento à vista)							
REFIS Nº.				Nº de Parcelas:			
PARCELA	DATA VCTO	J.FINAC	VALOR	PARCELA	DATA VCTO	J. FINAC	VALOR

Senhor Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita,

Pelo presente TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL PARA PARCELAMENTO DE DÉBITO FISCAL, firma de um lado o Município de Penha, pessoa Jurídica de direito público interno, com sede da Avenida Nereu Ramos, 190, representado neste ato pelo (a) Gerente de Tributação e Cadastro e do outro lado o (a) Sr. (a) contribuinte/devedor acima identificado, com fundamento no artigo 2º e seguintes da Lei ____/2023 de xx de junho de 2023, e suas alterações mediante as seguintes cláusulas e condições:

"CLAÚSULA PRIMEIRA:

O DEVEDOR(a) contraiu uma dívida no valor atual: Débito de conformidade com o Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento Parcelado, quando realizado pelo devedor ou seu representante legal; ou, Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento Parcelado, em anexo

CLAÚSULA SEGUNDA:

O DEVEDOR(a) reconhece totalmente, nesta oportunidade, o débito anteriormente declinado, com o qual concorda de forma irrevogável, constituindo-se esta confissão, ora reduzida ao presente TERMO, como título executivo.

CLAÚSULA TERCEIRA:

Em razão do reconhecimento e da confissão da dívida anteriormente declinada, o (a) DEVEDOR (a) se compromete a efetuar o pagamento do débito nas condições e valores acima descritas, acrescidas de 1% de juros ao mês, conforme artigo §5º do art. 7º e seguintes da Lei nº xxxx/2023.

CLAÚSULA QUARTA:

O DEVEDOR (a) fica totalmente ciente que o não cumprimento do presente acordo, total ou parcelas há mais de 90 (noventa) dias, o mesmo será cancelado, implicando no ajuizamento da Ação de Execução Fiscal, continuidade de Ação de Execução Fiscal existente ou ainda na possibilidade de protesto em Cartório de parcelas vencidas, ou pelo saldo devedor que se apresentar, sempre com base no valor original do débito.

CLAÚSULA QUINTA:

O Pagamento das parcelas do débito deverá ser efetuado mediante documento próprio à rede bancária, nos prazos constantes deste TERMO.

CLAÚSULA SEXTA:

O presente TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL PARA PARCELAMENTO DE DÉBITO FISCAL não se configura e nem constitui em novação, modificação, extinção ou transformação da obrigação tributária original, mas tão somente em parcelamento do débito.

CLAÚSULA SETIMA:

As partes elegem o Foro da Comarca de Balneário Piçarras - SC, para solucionar qualquer controvérsia decorrente deste contrato.

CLAÚSULA OITAVA:

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor.

Data: Penha (SC), xxx de xxxxx de 2023 Assinatura do Contribuinte: _____

HOMOLOGO:

Penha, em ____ / ____ / _____ Carimbo / Assinatura: _____ ANEXO II

MUNICÍPIO DE PENHA**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA****TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL PARA PARCELAMENTO DE DÉBITO FISCAL****(Lei Ordinária 3381/2023)**

Ao Departamento de Tributação e Cadastro,

TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E COMPROMISSO DE PAGAMENTO PARCELADO, QUANDO REALIZADO PELO DEVEDOR OU SEU REPRESENTANTE LEGAL;**OU****TERMO DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA E COMPROMISSO DE PAGAMENTO PARCELADO, QUANDO REALIZADO PELO DEVEDOR OU SEU REPRESENTANTE LEGAL.**

Sujeito Passivo:			CPF/CNPJ:	
Endereço:			Nº:	
Bairro:	Telefone:		Celular:	
Loteamento:		Condomínio:		
Apto:	Bloco:	CEP:	Cidade:	Estado:

Email:

O CONTRIBUINTE/INTERESSADO acima qualificado requer sua adesão no PROGRAMA REFIS, no intuito de que sejam concedidos os benefícios de que trata a Lei Municipal nº. ____/2023, para PAGAMENTO () à VISTA / () PARCELADO em ____ () PARCELAS, dos débitos constantes no relatório descritivo fiscal em anexo, que constitui parte integrante deste documento.

Ciente, estou ainda, de que renuncio nesta oportunidade ao direito de interpor qualquer medida, ainda que extrajudicial, que vise obstar a cobrança de referidos débitos, bem como de que o não pagamento dos valores aqui acordados, nos prazos previstos na mencionada Lei, ensejará a imediata rescisão do benéfico ora pleiteado, implicando na cominação dos acréscimos legais pertinentes, sem prejuízo do ajuizamento de ação executiva ou de sua retomada, nos termos da Lei acima.

Penha (SC), ____ de ____ de ____.

Assinatura do Contribuinte

Defiro em ____ / ____ / ____

Autoridade da Receita

LEI Nº 3382/2023 AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PENHA A PROCEDER A COBRANÇA DE DÉBITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA, POR MEIO DE OPERAÇÕES POR CARTÃO DE DÉBITO E CRÉDITO, BEM COMO CONTRATAR OU CREDENCIAR EMPRESAS OU OPERADORAS PARA AUXILIAR NO SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO POR TAIS MEIOS E PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5052423

LEI Nº 3382/2023

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PENHA A PROCEDER A COBRANÇA DE DÉBITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA, POR MEIO DE OPERAÇÕES POR CARTÃO DE DÉBITO E CRÉDITO, BEM COMO CONTRATAR OU CREDENCIAR EMPRESAS OU OPERADORAS QUE FORNEÇAM MECANISMOS E FERRAMENTAS PARA AUXILIAR NO SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO POR TAL MEIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Penha a proceder a cobrança de débitos de natureza tributária e não tributária, por meio de operações por cartão de débito e crédito, observadas, no que couber, as normas pertinentes à contratação dos serviços e demais regulamentações.

§ 1º Para fins de operacionalizar a cobrança, fica o Município de Penha autorizado a contratar, firmar convênio ou credenciar empresas ou operadoras que forneçam mecanismos, softwares e ferramentas para auxiliar no serviço de arrecadação por meio de pagamento com cartões de crédito e débito.

§ 2º A contratação ou credenciamento que alude o parágrafo anterior, deverá ser efetivada por empresas operadoras de cartões de débito e crédito cuja prestação dos serviços seja feita conforme a legislação vigente.

Art. 2º Independentemente do número de parcelas previstas no Código Tributário Municipal, ou outra lei que regre os parcelamentos, o número máximo de parcelas nas operações com cartão de crédito limitar-se-á a 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.

Art. 3º A transferência de valores dos créditos decorrentes da transação de pagamento com cartões pela prestadora dos serviços ao Município deverá ocorrer, em até três dias (D+2) depois de efetivada a transação, no valor integral do débito.

Art. 4º Os recursos orçamentários para a execução das ações decorrentes desta Lei terão rubrica orçamentária própria, podendo ser suplementada ou transferida, em caso de necessidade.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Penha, 12 de junho de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

LEI N° 3383/2023 - DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À RUA NO MUNICÍPIO

Publicação N° 5052321

LEI N° 3383/2023

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À RUA NO MUNICÍPIO.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina de Rua ISAUL COELHO, a Rua que parte da Travessa João Damásio até encontrar-se com a Rua João Pinto Júnior, no bairro Praia de Armação do Itapocoroy, Município de Penha, medindo 66,00 (sessenta e seis) metros de comprimento e 12,00 (doze) metros de largura.

Art. 2º Fica o Poder Executivo obrigado a fixar na aludida rua, placas indicativas com sua denominação, conforme artigo 7º da Lei nº 2918/2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 12 de junho de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

LEI N° 3384/2023 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 5052369

LEI N° 3384/2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso II do art. 167, da Constituição Federal, inciso I do art. 41, da Lei nº. 4.320/64, inciso V, VI do Art. 132, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal 3343 de 05 de dezembro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Penha para o exercício de 2023, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.0122.0008
Atividade: 2.098 – Gestão Benefícios Eventuais
Fonte de Recursos: 150070000 – Recursos Próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 140.000,00

Art. 2º As suplementações das dotações decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Penha
Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.0122.0008
Atividade: 2.068 – Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social
Fonte de Recursos: 150070000 – Recursos Próprios
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 40.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Penha
Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.0482.0008
Atividade: 2.073 – FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Fonte de Recursos: 150070000 – Recursos Próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 5.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Penha
Órgão: 16 - Secretaria Municipal da Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.0122.0004
Atividade: 2.144 - Funcionamento e Manutenção do Departamento da Administração e Finanças
Fonte de Recursos: 150070000 - Recursos próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Valor: R\$ 90.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 12 de junho de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 3387/2023 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5052455

LEI Nº 3387/2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso II do art. 167, da Constituição Federal, inciso I do art. 41, da Lei nº. 4.320/64, inciso V, VI do Art. 132, da Lei Orgânica Municipal e na Lei nº 3343 de 05 de dezembro de 2022, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Programa de Trabalho: 12.361.0009
Atividade: 2.115 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Educação
Fonte de Recursos: 150010010000 – Recursos próprios - Educação
Elemento: 3.3.1.90.00.00.00.00 (083) – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 6.000.000,00

Art. 2º A suplementação da dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta das anulações das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Programa de Trabalho: 12.361.0009
Atividade: 2.116 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte de Recursos: 150010010000 – Recursos próprios - Educação
Elemento: 3.3.3.90.00.00.00.00 (087) – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 1.000.000,00
Elemento: 3.4.4.90.00.00.00.00 (092) – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 400.000,00

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Programa de Trabalho: 12.361.0303
Projeto: 1.003 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidade de Ensino Fundamental
Fonte de Recursos: 150010010000 – Recursos próprios - Educação
Elemento: 3.4.4.90.00.00.00.00 (102) – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 2.220.000,00

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Programa de Trabalho: 08.0306.0009
Atividade: 2.118 – Funcionamento e Manutenção do PNAE – Ensino Fundamental
Fonte de Recursos: 150010010000 – Recursos próprios - Educação
Elemento: 3.3.3.90.00.00.00.00 (079) – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 110.000,00

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Programa de Trabalho: 12.365.0009
Atividade: 2.123 – Funcionamento e Manutenção de Creches
Fonte de Recursos: 150010010000 – Recursos próprios - Educação
Elemento: 3.4.4.90.00.00.00.00 (109) – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 470.000,00

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Programa de Trabalho: 12.365.0304
Projeto: 1.004 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidade de Ensino Infantil
Fonte de Recursos: 150010010000 – Recursos próprios - Educação
Elemento: 3.4.4.90.00.00.00.00 (116) – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 1.800.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 04 de julho de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG
Secretária de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº 015/2023 - DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA- FIA DE PENHA

Publicação Nº 5051694

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
PENHA/SC

Resolução Nº 015/2023 de 10 de agosto de 2023.
Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA de Penha

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha/SC - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, e pela Lei Municipal, nº 2.600 de 11 de novembro de 2012, e considerando a deliberação datada de 10 de agosto de 2023, através da Ata 009/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA),

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a aplicação de diárias (3 diárias sem pernoite), visando custear alimentação e o transporte no local, visto que o evento se comprometerá a fornecer a hospedagem aos participantes, para as Sras. Dulcilene Dulce Nascimento, Márcia Cristina Lukenchuke, Maria Aparecida Bento, e o adolescente Rafael Miguel Fagundes delegados eleitos pela XII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de participarem da XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que acontecerá no município de Piratuba - SC nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 2023, conforme deliberado pelo Conselho. O recurso a ser utilizado refere-se ao FIA (Fundo Municipal da Infância e Adolescência),

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 10 de agosto de 2023.

Maria Elisa de Souza
Presidente do CMDCA de Penha

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2023 FMS

Publicação Nº 5054355

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 47D3DA2D87CB451CD3175969FBCADCAE44B549BC

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2023-FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2023-FMS
MODALIDADE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023-FMS
ARTIGO 30 – INC VI - LEI 13.019/2014 E ALTERAÇÕES
HOMOLOGADO EM 03/08/2023

O MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO RENAN MEDEIROS, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG 5.101.943 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.037.479-95, residente e domiciliado na Av. Antônio Joaquim Tavares, nº 1.536, ap. 303 – Centro – Penha/SC, nomeado pela Portaria nº 1.664/2021, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE PENHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 73.889.677/0001-04, entidade civil, sem fins lucrativos, estabelecida nesta cidade, na Rua Erechim nº 215, Bairro Centro, neste município, devidamente representada na forma de seu estatuto, pela Presidente Sra. CÉLIA LUCIA MIRANDA LINDNER, brasileira, portadora do CPF nº 102.643.688-51, residente e domiciliada na cidade de Penha - SC, no endereço Rua Clara M. Emmerich Pereira, nº 40, Centro, doravante denominada ASSOCIAÇÃO APAE, resolvem celebrar o presente termo, dispensando-se a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014 e alterações, Lei 13.204/2015, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei 8.742/1993, Decreto Municipal nº 3140/2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- Dispensa de Chamamento Público para celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE PENHA, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização, conforme plano de trabalho apresentado pela entidade e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Penha, nos termos da Portaria GM/MS nº 96/2023, Lei Complementar nº 197/2022 e requisição ao compras nº 733/2023 do Fundo Municipal de Saúde, documentos anexos ao processo.

CLÁUSULA SEGUNDA– DAS OBRIGAÇÕES DA APAE DE PENHA

2- São compromissos da CONTRATADA, desenvolver serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

2.1 - Dispor de corpo técnico necessário, assegurando a Estimulação Essencial, os serviços da Educação Especial "Serviço de Atendimento Educacional Especializado", "Serviço Pedagógico Específico" e "Educação Profissional", assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos e atendidos previstos no Plano de Trabalho;

2.2 - Atender às necessidades dos usuários da educação especial que frequentam os Centros de Atendimento Especializado e dos demais níveis oferecidos pela APAE;

2.3 - Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos usuários.

2.4 – Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;

2.5 – Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993 e alterações, e respeitadas as deliberações do CNAS;

2.6- Encaminhar à rede regular municipal os usuários cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede municipal;

2.7- Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

2.8- Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.9- Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.10- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.11- Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.12- Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;

2.13- Prestar contas, perante a administração Municipal de Penha/SC, mensalmente, durante o período de vigência, em relação aos recursos

recebidos e aplicados no ano imediatamente anterior;

2.14- Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.15- Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

a) despesas na forma prevista no artigo 70 da LDB (Lei nº 9394/96);

b) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;

c) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

d) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

e) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

2.16- Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

2.17- Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

2.18- A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, conforme dispõe a legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3- São compromissos do Município:

3.1- Transferir os recursos à CONTRATADA, mensalmente, no valor equivalente a R\$ 23.404,06 (Vinte e Três Mil, Quatrocentos e Quatro Reais e Seis Centavos);

3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;

3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, o montante de R\$ 23.404,06 (vinte e três mil, quatrocentos e quatro reais e seis centavos);

4.1- A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUINTA– DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6- O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 6 meses a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas mensalmente, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.13;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento

do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.1.c- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.1.d- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária:

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ação: 2059 – Atenção Especializada em Saúde

Vínculo: 260170000096 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS – Portaria GM/MS nº 96/2023 - Subelemento: 3335043990000000000 – Outras Subvenções Sociais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14 e Lei 13.204/2015, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Lei Municipal nº 3315/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12- Os partícipes elegem o Foro da comarca de Balneário Piçarras - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Penha/SC, 03 de agosto de 2023.

RODRIGO RENAN MEDEIROS
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÉLIA LUCIA MIRANDA LINDNER
PRESIDENTE DA APAE

FERNANDA CRISTINA VIEIRA
FISCAL DE CONTRATO: PORTARIA N.º 1.958/2021

TESTEMUNHAS:

Nome Nome

CPF CPF

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DE ACORDO:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO
CONTROLE INTERNO

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 149/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 36/2023

Publicação Nº 5054136

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 149/2023 – Pregão Eletrônico nº 36/2023.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar no segundo semestre de 2023, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até o dia 24/08/2023.

HORÁRIO LIMITE: até às 08h – horário de Brasília – DF.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: dia 24/08/2023.

HORÁRIO: às 08h01 - horário de Brasília – DF.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 11 de agosto de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

DECRETO 202/2023

Publicação Nº 5052800

DECRETO N.º 202/2023

AUTORIZA PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS E/OU BANCO DE HORAS, NO DIA 14 DE AGOSTO (PONTO FACULTATIVO)

PAULO JOSÉ DEITOS, Prefeito do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1.º Fica autorizado o pagamento de horas extras e/ou banco de horas para servidores do Município que estarão trabalhando durante a EXPO PERITIBA no dia 14 de agosto de 2023 (Ponto facultativo).

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 10 de agosto de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em 10/agosto/2023

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO 203/2023

Publicação Nº 5052803

DECRETO N.º 203/2023
NOMEIA, EM ESTÁGIO PROBATÓRIO SERVIDOR APROVADO
EM CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Título I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Capítulo II – DO INGRESSO DO SERVIDOR PÚBLICO, Seção V – DO ESTÁGIO PROBATÓRIO, Artigo 19 e 20, da Lei n.º 1223 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 02 de dezembro de 1999).

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeado a partir de 16/08/2023, em ESTÁGIO PROBATÓRIO, a Senhora FERNANDA TEIXEIRA CASTRO BELOTTI CASARSA, aprovada no Concurso Público n.º 01/2022, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, Grupo 3, Nível 2, Classe "A", com carga horária de 20 horas semanais, criada pela Lei Complementar nº 121 de 06 de abril de 2022, para o qual foi classificado em 3º lugar.

Parágrafo Único: O contratado prestará seu serviço na Secretaria de Agricultura.

Art. 2.º Nos termos do art. 29 da Lei Orgânica do Município, o servidor contribuirá para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social).

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 10 de agosto de 2023.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em., 10/agosto/2023.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, no Gabinete do Prefeito Municipal, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu a cidadã FERNANDA TEIXEIRA CASTRO BELOTTI CASARSA, brasileira, casada, natural de São Paulo/SP, com 38 anos de idade, filha de Antônio Belotti Neto e Sonia Motta Teixeira Castro Belotti, admitido pelo Decreto n.º 203/2023, de 10/08/2023, para desempenhar o cargo de Provimento Efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, Grupo 3, Nível 2, Classe "A", com carga horária de 20 horas semanais, habilitado em Concurso Público de Edital nº 01/2022, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante o Prefeito Municipal, Senhor PAULO JOSÉ DEITOS, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR O MEU CARGO DE MÉDICO VETERINÁRIO, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossada no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pela Compromissada e pelo Prefeito Municipal.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 16 do mês de agosto de 2023.

FERNANDA TEIXEIRA CASTRO BELOTTI CASARSA
Compromissada

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 08/2023

Publicação Nº 5052798

Edital de Notificação nº 08/2023

PAULO JOSÉ DEITOS, prefeito de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Entidades Empresariais do Município e demais interessados, que a Prefeitura Municipal de Peritiba, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:
Recursos recebidos no período de 01/07/2023 a 31/07/2023.

Rúbrica	Descrição	Valor R\$
1.7.1.3.50.1.1.01.01	AB - Programa de Informatização da APS	R\$ 2.000,00
1.7.1.3.50.1.1.01.02	AB - Incentivo as Ações Estratégicas	R\$ 9.953,00
1.7.1.3.50.1.1.01.03	AB - Incentivo Financeiro da APS - Desempenho	R\$ 3.225,00
1.7.1.3.50.1.1.01.04	AB - Agente Comunitário de Saúde	R\$ 15.840,00
1.7.1.3.50.1.1.01.05	AB - Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderada	R\$ 23.324,21
1.7.1.3.50.1.1.01.06	AB - Implantação de Políticas para Rede Cegonha	R\$ -
1.7.1.3.50.2.1.01.01	MAC- Atenção a Saúde da População atendimento MAC	R\$ 2.310,21
1.7.1.3.50.3.1.01.01	Vigilância em Saúde - Incentivo Fin. A Vigilância em Saúde - Despesas Div.	R\$ 703,27
1.7.1.3.50.3.1.01.02	Vigilância em Saúde - Incentivo à Prevenção das DST e Hepatites Virais	R\$ -
1.7.1.3.50.3.1.01.03	Incentivo Financeiro aos Estado, DF e Municípios para Execução das Ações de Vigilância Sanitária	R\$ 1.000,00
1.7.1.3.50.3.1.01.04	Vigilância em Saúde - Agentes de Combate às Endemias	R\$ 2.640,00
1.7.1.3.50.4.1.01.01	Assistência Farmacêutica - Promoção da Assistência Farmacêutica	R\$ 1.463,69
1.7.1.4.50.0.1.01.01	Transferências do Salário Educação	R\$ 22.039,38
1.7.1.4.52.0.1.01.01	Transf. Diretas do FNDE – PNAE	R\$ 5.866,40
1.7.1.4.53.0.1.01.01	Transf. Diretas do FNDE – PNATE	R\$ 2.269,81
1.7.1.6.50.0.1.01.01	Bloco da Proteção Social Básica - SCFV	R\$ 7.314,50
1.7.1.6.50.0.1.01.02	Bloco da Proteção Social Básica - Piso Básico Fixo	R\$ 4.196,21
1.7.1.6.50.0.1.01.03	Bloco da Gestão do SUAS - IGD SUAS	R\$ -
1.7.1.6.50.0.1.01.04	Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - IGDBF	R\$ 5.600,00
1.7.1.6.50.0.1.01.05	Programa de Fortalecimento do Atendimento CADUN/SUAS	R\$ -
		R\$ 109.745,68

Total dos Recursos Recebidos no Período: R\$ 109.745,68 (cento e nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal de Peritiba, situada na Rua Frei Bonifácio, 63, Centro, ou pelo telefone (49) 3453-1122/3453-1132/3453-1142.

PERITIBA(SC), em 11 de agosto de 2023.

Paulo José Deitos
Prefeito Municipal

Pescaria Brava

CÂMARA MUNICIPAL

ATA 01/2023 PROPOSTA/JULGAMENTO/HABILITAÇÃO

Publicação Nº 5052705

ATA DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE PORTAL ELETRÔNICO DE NOTÍCIA INTERESSADAS PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS, EVENTOS, CAMPANHAS EDUCATIVAS E INFORMATIVAS E PUBLICAÇÕES LEGAIS, DE INTERESSE PÚBLICO.

Ata de credenciamento nº 01/2023

Aos dez dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e três, às treze horas, reuniram-se na sala da Presidência da Câmara Municipal de Pescaria Brava, os membros da Comissão para recebimento e análise das solicitações de credenciamento de prestadores de serviços de portal eletrônico, para divulgação dos atos da Câmara Municipal de Pescaria Brava, com abrangência regional e local no município de Pescaria Brava, nomeada pela Portaria nº 06/2023 de 24 de maio de 2023, composta pelos servidores Danieli Aguiar da Rosa, Josiele da Rosa Rodrigues, Manuela Pinter Izidoro e Wilson Tribeck.

Iniciando os trabalhos, foi procedida a verificação das empresas participantes, sendo elas REVISTA UNICA E PORTAL 49 JORNAIS DIGITAIS, PORTAL SUL AGORA, FOLHA REGIONAL, SUL IN FOCO NOTÍCIAS, JORNAL RD NOTÍCIAS LTDA, DIATTA MARKETING DIRETO LTDA, PORTAL AGORA LAGUNA. Em análise da documentação da empresa REVISTA UNICA E PORTAL 49 JORNAIS DIGITAIS foi constatado que a mesma deixou de apresentar as seguintes documentações: CNH OU RG original ou autenticado; Declaração referente ao Edital de Credenciamento sobre o pleno atendimento aos requisitos de habilitação ANEXO VI, concluindo-se que não cumpre com as exigências do Edital de Credenciamento nos itens (2.1.i), (2.1.g), (2.4) e (9.3), do respectivo certame, pelos motivos expostos se dará o prazo de 5 dias úteis para que a empresa tenha direito ao recurso conforme previsto em edital. Em análise da documentação da empresa PORTAL SUL AGORA foi constatado que a mesma deixou de apresentar as seguintes documentações: CNH OU RG original ou autenticado, concluindo-se que não cumpre com as exigências do Edital de Credenciamento nos itens (2.1.i) e (2.4) do respectivo certame, pelos motivos expostos se dará o prazo de 5 dias úteis para que a empresa tenha direito ao recurso conforme previsto em edital. Em análise da documentação da empresa FOLHA REGIONAL foi constatado que a mesma deixou de apresentar as seguintes documentações: CNH OU RG original ou autenticado, concluindo-se que não cumpre com as exigências do Edital de Credenciamento nos itens (2.1.i) e (2.4) do respectivo certame, pelos motivos expostos se dará o prazo de 5 dias úteis para que a empresa tenha direito ao recurso conforme previsto em edital. Em análise da documentação da empresa SUL IN FOCO NOTÍCIAS foi constatado que a mesma deixou de apresentar as seguintes documentações: CNH ou RG original ou autenticado; certidão negativa federal; certidão negativa de falência; declaração do anexo IV – inscrita indevida – corrigir erros de digitação; declaração do anexo V – inscrita indevida e divergente do edital; Gráfico do Google Analytics com números de visualizações, concluindo-se que não cumpre com as exigências do Edital de Credenciamento nos itens (2.1.c), (2.1.f), (2.1.h), (2.4), (2.3.a) e (9.3), do respectivo certame, pelos motivos expostos se dará o prazo de 5 dias úteis para que a empresa tenha direito ao recurso conforme previsto em edital. Em análise da documentação da empresa JORNAL RD NOTÍCIAS LTDA foi constatado que a mesma deixou de apresentar as seguintes documentações: CNH ou RG original ou autenticado e comprovante de residência do representante legal; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo pela empresa - anexo IV; Declaração referente ao Edital de credenciamento – sobre o pleno atendimento aos requisitos de habilitação – ANEXO VI; Gráfico do Google Analytics com números de visualizações; Alvará de funcionamento, concluindo-se que não cumpre com as exigências do Edital de Credenciamento nos itens (2.1.b), (2.4), (2.3.a e b) e (9.3) do respectivo certame, pelos motivos expostos se dará o prazo de 5 dias úteis para que a empresa tenha direito ao recurso conforme previsto em edital. Em análise da documentação da empresa DIATTA MARKETING DIRETO LTDA foi constatado que a mesma deixou de apresentar as seguintes documentações: CNH ou RG original ou autenticado; Declaração referente ao Edital de credenciamento – sobre o pleno atendimento aos requisitos de habilitação – ANEXO VI; Gráfico do Google Analytics com números de visualizações concluindo-se que não cumpre com as exigências do Edital de Credenciamento nos itens (2.1.i), (2.4), (2.3.) e (9.3) do respectivo certame, pelos motivos expostos se dará o prazo de 5 dias úteis para que a empresa tenha direito ao recurso conforme previsto em edital. Em análise da documentação da empresa PORTAL AGORA LAGUNA foi constatado que a mesma deixou de apresentar as seguintes documentações: CNH OU RG original ou autenticado, concluindo-se que não cumpre com as exigências do Edital de Credenciamento, nos itens (2.1.i) e (2.4) do respectivo certame, pelos motivos expostos se dará o prazo de 5 dias úteis para que a empresa tenha direito ao recurso conforme previsto em edital.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pelos presentes.

DANIELI AGUIAR DA ROSA

JOSIELE DA ROSA RODRIGUES

MANUELA PINTER IZIDORO

WILSON TRIBECK

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 64 2023 - INSTALADORA EGER LTDA

Publicação Nº 5052833

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 440B6DE70D3E1AE79B8A0DAC261DC56420DC272C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2023

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e a empresa INSTALADORA EGER LTDA, inscrita no CNPJ: 51.686.774/0001-59. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ALTERAÇÕES NA ILUMINAÇÃO DE PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 11/08/2023. Valor: R\$ 8.500,01. Vigência: 02 meses. Petrolândia, 14 de agosto de 2023. Irone Duarte – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 075/2023

Publicação Nº 5054747

DECRETO Nº. 075, de 11 de Agosto de 2023.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRONE DUARTE, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1822, de 20 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

03.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001 – Manutenção da Secretaria de Administração

03.001.4.122.301.2003

3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.1500.0000.0132.00 – Recursos Ordinários

07.000 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.001 – Conservação das Estradas

07.001.26.782.702.2038

3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.500.0000.0132.00 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 1.500.0000.0132.00 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 11 de Agosto de 2023.

IRONE DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 35 2023 - AQUISIÇÃO DE CHAPAS EM MDF

Publicação Nº 5052171

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E87CEAB4CEA3093E196C88615DA0EBCC6E8D4FE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2023

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que realizou PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2023 na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2023, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE CHAPAS DE MDF, PARA USO NA CONFECÇÃO DE PEÇAS PARA A DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O processo foi baseado no Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93. Outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone (47) 3536-1151. Petrolândia, 14 de agosto de 2023. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 46 2023

Publicação N° 5052551

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 083DF109E3A244D3B77F2365B774C08D0FC4E028

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 87/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público que nesta data homologa e adjudica o Edital de Licitação nº 87/2023, Pregão Presencial nº 46/2023, que tem por objeto o AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ALTERAÇÕES NA ILUMINAÇÃO DE PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Valor total: R\$ 8.500,01. Data: 11/08/2023. Vigência: 02 meses. Petrolândia, 14 de agosto de 2023. Irone Duarte – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS 012/2023 - PMP

Publicação Nº 5053739

MUNICIPIO DE PINHALZINHO - SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS - Nº 012/2023 – PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS INTERVALADOS EM PASSEIO PÚBLICO, COM ADEQUAÇÃO À ACESSIBILIDADE E CANTEIROS CENTRAIS DE VIAS, NO LOTEAMENTO BOA VISTA III, NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NOS ANEXOS DESTE EDITAL.

Josimara Fusqueira Antunes, pregoeira designada pelo Decreto n. 123/2023, TORNA PÚBLICO:

I – Onde lê-se no edital, no item 7, 7.1.1, alínea “i”, “do engenheiro eletricista”, leia-se “do engenheiro civil”.

Pinhalzinho, SC, 11 de agosto de 2023.

Josimara Fusqueira Antunes
Pregoeira

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 501, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052678

PORTARIA Nº 501, DE 11 De agosto de 2023.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA PAOLA VOLPATO.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Protocolo nº 1.732/2023;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora PAOLA VOLPATO, ocupante do cargo efetivo de Engenheira Civil, 5 (cinco) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/12/2021 a 30/11/2022, cujo gozo se dará de 14/08/2023 a 18/08/2023, devendo retornar as suas atividades em 21/08/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 14/08/2023.

Centro Administrativo Municipal, 11 de agosto de 2023.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2023

Publicação Nº 5053780



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2023**

Conforme parágrafo 3, do art. 75, divulga-se o presente processo de Dispensa de Licitação, a fim de receber manifestação de interesse de proponentes em contratar/fornecer para a Administração Pública, a fim de obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OFERECER CURSO DE ELÉTRICA VOLTADA A ADOLESCENTES QUE BUSCAM SE INSERIR NO MERCADO DE TRABALHO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Curso de Elétrica - com carga horária de 30h - contendo o seguinte conteúdo programático: - Instalações Elétricas e Automação; - Instrumentos de Medição; - Ferramentas de Trabalho; - Emendas; - Interruptores; - Lâmpadas; - Tomadas; - Sensores e Relés Eletrônicos; - Equipamentos de Automação.	un	1	R\$ 5.520,00	R\$ 5.520,00
TOTAL					R\$ 5.520,00

Sua aquisição será mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**. Base Legal: Artigo 75, inciso II da Lei n. 14133/21.

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

Os interessados poderão solicitar mais detalhes e enviar suas propostas até o dia 16/08/2023 no e-mail: cotar@pinheiropreto.sc.gov.br, demais dúvidas ou esclarecimentos, entrar em contato no telefone (49) 3562-2000.

Pinheiro Preto (SC), 11 de agosto de 2023.

GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Maj. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br

Piratuba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ERNOI MATIELO

Publicação Nº 5054826

CONVOCAÇÃO

Piratuba-SC, 11 de agosto de 2023.

Ilmo. Sr ERNOI LUIZ MATIELO

NESTA

Diante da Exoneração de V.Sa, Portaria nº 343/2023, de 04 de agosto de 2023, e do não comparecimento ao setor de Recursos Humanos para assinar a respectiva rescisão contratual, informamos que será realizado depósito das verbas rescisórias na conta bancária informada por V.Sa.

Destacamos que o extrato da rescisão está disponível no setor de Recursos Humanos do Município.

Atenciosamente,

OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

DECRETO 2019/2023

Publicação Nº 5052480

DECRETO Nº 2.019/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Designa servidores municipais para dar publicidade a atos administrativos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e:

Considerando que o Secretário Municipal de Administração e Finanças, estará em viagem para compromissos na Capital Federal.

DECRETA

Art. 1º Ficam designados os servidores Luana Débra Machado, servidora comissionada no cargo de Executiva de Gabinete, sob matrícula nº 4210 e ou Cristiano Schwingel, servidor efetivo no cargo de Administrador, sob matrícula nº4210, para dar publicidade a atos administrativos, tais como portarias, decretos, leis, etc..., durante o período em que o Secretário Municipal de Administração e Finanças Giovani Gelson Meneghel estará em viagem para compromissos na Capital Federal.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeito no período de 14 a 18 de Agosto de 2023.

Piratuba-SC, 11 de Agosto de 2023.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 11 de Agosto de 2023.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Mun. Administração e Finanças

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Publicação Nº 5053247

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2023

Objeto: "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância desarmada para as Escolas da Rede Municipal de Educação e Esporte de Piratuba.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2000, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da proposta e habilitação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, sagrou-se vencedora da licitação em epígrafe com o valor de lance final de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), a licitante ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, ficou na segunda colocação com o valor de lance final de R\$ 177.790,00 (cento e setenta e sete mil e setecentos e noventa reais), a licitante ALERT SEGURANÇA LTDA, ficou na terceira colocação com o valor de lance final de R\$ 247.960,00 (duzentos e quarenta e sete mil e novecentos e sessenta reais). A licitante vencedora atendeu adequadamente os requisitos de habilitação constantes no item 6, subitem 6.1 do edital, sendo declarada habilitada. Outrossim a empresa ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, manifestou interesse de recurso, conforme registro em Ata, ficando notificada que dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato para interposição de recurso caso tenha interesse.

Piratuba, SC, 11 de agosto de 2023
FABIO MATZENBACHER
Pregoeiro

PORTARIA Nº 349/2023

Publicação Nº 5052893

PORTARIA Nº349/2023
EXONERA SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA

TAOANE CRISTINA UBIALLI, matrícula nº4.568, servidora desta municipalidade em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, conforme Portaria nº028/2023, de 09 de janeiro de 2023, conforme requerimento em anexo, sendo que este dia não foi trabalhado.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 350/2023

Publicação Nº 5052951

PORTARIA Nº350/2023
EXONERA SERVIDORA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA

DEJANIRA DA COSTA ASSUNÇÃO, matrícula nº4.677, servidora desta municipalidade em caráter temporário do cargo de CUIDADOR ESCOLAR, conforme Portaria nº206/2023, de 16 de março de 2023, conforme requerimento em anexo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 351/2023

Publicação Nº 5052796

PORTARIA Nº351/2023
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

ANGELA CRISTINA ZEN, matrícula nº4.707, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, de 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição a titular Fernanda Aparecida Santiago Senger, afastada para tratar de assuntos particulares.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2023 ou retorno da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 352/2023

Publicação Nº 5052799

PORTARIA Nº352/2023
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

IANDRA CAROLINE DE AGUIAR, matrícula nº4.708, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 353/2023

Publicação Nº 5052802

PORTARIA Nº353/2023

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

ELIANE DA COSTA, matrícula nº4.709, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 354/2023

Publicação Nº 5052805

PORTARIA Nº354/2023

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

MARISA HAUPENTHAL, matrícula nº4.710, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, de 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professora Amélia Poletto Hepp, vaga vinculada Zuleide Ramos Ferreira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 355/2023

Publicação Nº 5052809

PORTARIA Nº355/2023

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

LUANA PAOLA GONÇALVES DE AZEVEDO, matrícula nº4.711, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2023. Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 356/2023

Publicação Nº 5052816

PORTARIA Nº356/2023

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

NATALIA SOHNE, matrícula nº4.712, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE CIÊNCIAS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, de 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-30INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 30 horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Marechal Câmara, e Escola Municipal de Educação Básica Professora Amélia Poletto Hepp, vaga vinculada Edimara Peri. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro ou retorno da titular. Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 357/2023

Publicação Nº 5052822

PORTARIA Nº357/2023

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá

outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

PATRICK DE CHANTEAU RODRIGUES, matrícula nº4.713, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, de 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Básica Zonalta, vagas vinculadas Simone Aparecida Thomé Regalin em cargo de direção e posteriormente licença prêmio (agosto a novembro) e Adriana Aparecida Faé em licença prêmio no mês de dezembro.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 358/2023

Publicação Nº 5052825

PORTARIA Nº358/2023

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

LILIANE TURATTO, matrícula nº4.714, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, de 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professora Amélia Poletto Hepp, vaga vinculada Jessica Fabiane Carvalho em Licença Maternidade.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 25 de setembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 359/2023

Publicação Nº 5052829

PORTARIA Nº359/2023

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

LAIS MACIEL, matrícula nº4.715, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE CIÊNCIAS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, de 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professora Amélia Poletto Hepp, vaga vinculada Cristiane Koch em licença prêmio.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de outubro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 07 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 360/2023

Publicação Nº 5052831

PORTARIA Nº360/2023
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023.

CONTRATA

JOSIANE SILVA, matrícula nº4.716, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível AC-PP-40INI do Anexo VIII, alterada pela Lei Complementar nº 110/2022, de 30 de novembro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 07 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 07 de agosto de 2023.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 361/2023

Publicação Nº 5052835

PORTARIA Nº361/2023
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023.

CONTRATA

SILVANA RAIZER, matrícula nº4.717, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 08 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 08 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 362/2023

Publicação Nº 5052841

PORTARIA Nº362/2023

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2023, resultado através do Decreto nº 2.016/2023, de 01 de agosto de 2023. CONTRATA

EMANUEL VINICIOS SOUZA, matrícula nº4.718, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, alterada pela Lei Complementar nº110/2022, 30 de novembro de 2022, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2023.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 08 de agosto de 2023.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 08 de agosto de 2023

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022 - FMS

Publicação Nº 5052033

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 480D4F0B3BD06C40BE44A3886B796AC3443549A1

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022 - FMS

Objeto: Registro de Preço para possível aquisição de medicamentos para a farmácia básica do Município, conforme especificações no Edital.
Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h20 do dia 28/08/2023.

Início da Sessão: dia 28/08/2023, às 08h30, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 11 de agosto de 2023.

DIRCEU DALMAGRO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Planalto Alegre

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2022

Publicação Nº 5053657

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DBB20C43F43F9DF239DA19CEC413E076E22324DE	
ESTADO DE SANTA CATARINA	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO DE TERMO ADITIVO	
Processo Adm. Nº. 57/2022	
Edital: Tomada de Preços Nº. 57/2022	
Contrato Administrativo Nº. 47/2022	
QUARTO TERMO ADITIVO	
Objeto: Contratação de empresa, no ramo de engenharia e construção civil, para execução de AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO, a área do edifício a ser ampliada é de 117,86 m², totalizando uma área construída de 859,94 m². Localiza-se na Linha Tope da Serra, no município de Planalto Alegre - em razão de convênio firmado e aprovado pela portaria Nº 189/2022/SEF - 11/05/2022 - Processo SCC00004780/2022 - FESPORTE.	
Contratada: PEDREIRA, EMPREITEIRA E TRANSPORTES DO ALEMÃO LTDA ME	
CNPJ: 10.453.326/0001-28	
Vigência Prorrogada: 13/08/2023 à 11/12/2023	
Planalto Alegre, 11 de agosto de 2023.	
SADI DALLACORTTE	
Prefeito	

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2023

Publicação Nº 5054132

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3EDB68789E6F8245E1AFFD556AC227FD1D0EB255	
ESTADO DE SANTA CATARINA	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO DE TERMO ADITIVO	
Processo Adm. Nº. 15/2023	
Edital: Tomada de Preços Nº. 15/2023	
Contrato Administrativo Nº. 22/2023	
SEGUNDO TERMO ADITIVO	
Objeto: Contratação de empresa, no ramo de engenharia e construção civil, para execução de Pavimentação com pedras irregulares na Rua "A" e Laurindo Chiarello com 3.726,30 m2 situada no perímetro urbano do município de Planalto Alegre - SC - em razão do Contrato de Repasse OGU Nº 915742/2021 – Operação 1078126-63 – Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano – Pavimentação de Pedras Irregulares em Ruas do Bairro Centro de Planalto Alegre/SC.	
Contratada: RCR PAVIMENTAÇÕES LTDA	
CNPJ: 42.717.423/0001-77	
Vigência prorrogada: 13/08/2023 à 09/02/2024	
Planalto Alegre, 11 de agosto de 2023	
SADI DALLACORTTE	
Prefeito	

PORTARIA 150/2023

Publicação Nº 5051876

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0150/2023

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SENHORA SORIANE BALSAN MORGAN E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a (s) Servidora (es) Pública (s) Municipal Senhora SORIANE BALSAN MORGAN, ocupante do cargo de Psicólogo II, lotada (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir do dia 11 de Agosto de 2023, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 11 de Agosto de 2023.

SADI DALLACORTTE
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 004 / 2023 - ATA DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 5052556

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23B40607220A2C30F70703CF841652385BB99750

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS – SEOB
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 076 / 2023
CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 004 / 2023

ATA DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Às oito horas (08h00min.) do décimo primeiro dia do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e três (11/08/2023) na sala de licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 015 / 2023 e suas alterações. Participam do certame as seguintes licitantes:

Cód. Participante:	Nome:
90778	PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
135720	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
162078	INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA
207136	ENGEPLAN- TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA
244058	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
257257	FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
439398	ENGENFOX TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS EIRELI
447307	TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA
553417	VIA PREFERENCIAL SERVIÇOS EIRELI
558940	LÍDER OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA

Inicialmente foi realizada a consulta no Cadastro de Empresa Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria-Geral da União, porém nenhum registro em nome das licitantes participantes no certame foi encontrado nesse portal.

Em sequência foram abertos os envelopes de Habilitação das licitantes participantes no certame. Da análise dos documentos de Habilitação exigidos no instrumento convocatório, verificou-se:

- INABILITAÇÃO da Empresa VIA PREFERENCIAL SERVIÇOS EIRELI:

Motivo: Licitante declarou como responsável técnico o Engenheiro ALEX BEWIAHN, conforme declaração apresentada. Porém, o profissional indicado não possui acervo em quantitativo suficiente para atender a exigência do item 6.1.5, "c" do edital de licitação. O Engenheiro Alex possui acervo de pavimentação asfáltica no quantitativo de 678,40m², sendo exigido no edital um quantitativo mínimo de 2.500,00m², ou seja, o profissional indicado não possui acervo técnico no quantitativo mínimo exigido no edital de licitação, razão pela qual, fica INABILITADA no certame.

- HABILITAÇÃO das Empresas PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, ENGEPLAN- TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S.A., FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, ENGENFOX TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS EIRELI, TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA e LÍDER OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA por terem apresentado corretamente toda a documentação de habilitatória exigida no edital de licitação.

Por conseguinte, em continuidade ao rito concorrencial e diante da inabilitação registrada, a Comissão Permanente de Licitações suspende a sessão e concede o prazo para eventual manifestação recursal, cujo prazo inicia em 15/08/2023 e com término em 21/08/2023. Transcorrida esta fase, os licitantes serão comunicados da nova sessão de continuidade do certame.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
LOUISE RELINDES BURDZAKI
Presidente da Comissão de Licitações

ROSÂNGELA DE OLIVEIRA BORCHARDT
Secretária

RICARDO LUIZ WERNER
Membro

LICITANTES

RICARDO RIBEIRO PINTO
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

JUCELE PICKLER
FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

ANA CAROLINE KROSZINSKI
ENGENFOX TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS EIRELI

GENOIR LOCH
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081 / 2022 - SUPRESSÃO DE VALORES UNITÁRIOS

Publicação Nº 5052828

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5AB57BB73ED28D58389D2963D1342006E7CC4B4B

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081 / 2022
SUPRESSÃO DE VALORES UNITÁRIOS**

Processo Administrativo n.º 062 / 2022. Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 010 / 2022. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA HERMANN WEEGE - TRECHO 02, BAIRRO CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Valor Total da Supressão Contratual: R\$19.315,16 (dezenove mil, trezentos e quinze reais e dezesseis centavos). Justificativa: Em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 081 / 2022 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993, o presente contrato sofrerá uma supressão de valores unitários correspondente a 4,17%, em virtude da execução de quantitativo menor do que contratado, bem como a desnecessidade da execução de alguns itens constantes planilha orçamentária licitada, conforme justificativa técnica constante no Memorando DOC n.º 285/2023/SEPLAN em anexo, o qual representa o valor total de R\$19.315,16 (dezenove mil, trezentos e quinze reais e dezesseis centavos). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Maurício Vogelsanger, sócio administrador, Paviplan Pavimentação Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 09 de Agosto de 2023.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 007 / 2023

Publicação Nº 5053447

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D4EEE7DE919D706306FC4B1FF6129A07EADB004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 007 / 2023

Processo Administrativo n.º 096 / 2023. Código TCE/SC n.º 7D4EEE7DE919D706306FC4B1FF6129A07EADB004. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DOS TELHADOS DO PORTAL DE ENTRADA E DO PAVILHÃO DE EVENTOS DO COMPLEXO DE ESPORTES E LAZER FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, LOCALIZADO NA AV. 21 DE JANEIRO, Nº 2.700, CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA QUANTITATIVA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS ANEXOS QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 01/09/2023. Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC. Abertura dos envelopes: 08h00min. do dia 01/09/2023. Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode. O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Superintendência de Licitações e Contratos do Município de Pomerode, Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro, Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 11 de Agosto de 2023.

ZAURI MARTINS DO NASCIMENTO
Secretário de Eventos, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 050/2022

Publicação Nº 5053732

**CONVOCAÇÃO**
Concurso Público 050/2022

A Secretaria de Educação e Formação Empreendedora da Prefeitura Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe são conferidas, **CONVOCA** os candidatos classificados no **Concurso Público 050/2022** (Cargo: **Professor Educação Infantil**), abaixo citado, para comparecer neste setor, no prazo de 05 (cinco) dias, sito a Rua Hildor Emmel, 67, Centro, Pomerode/SC, a fim de realizar a escolha da vaga e assumir o cargo.

Cargo	Carga Horária	Classificação	Nome
Professor Educação Infantil	40 horas	20º	ROMILDA DE FATIMA PELETTI
Professor Educação Infantil	20 horas	3º (segunda chamada)	LUCIMARA REGINA HANNOFF DE SOUZA

Pomerode, 11 de agosto de 2023.

Assinado de forma digital por
JAQUELINE BEATRIZ
RAHN:72568305991
Dados: 2023.08.11 13:09:55
-03'00'

Jaqueline Beatriz Rahn**Diretoria Administrativa SEFE**

Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Atendimento de segunda a sexta-feira

Das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h

(47) 3387-7231 ou 7277

Secretaria de Educação e Formação Empreendedora
Rua Hildor Emmel, 67 - Centro | Pomerode / SC | CEP 89.107-000
Fone (47) 3387-7277
E-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br
www.pomerode.sc.gov.br



PORTARIA 1176

Publicação N° 5054726

**PORTARIA 1.176/2023****CONCEDE PROMOÇÃO VERTICAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL.**

A Secretária de Saúde, **LIGIA HOEPFNER**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal n° 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Complementar de n° 291/2016, **CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL**, aos Servidores Públicos Municipais, da Secretaria de Saúde, passando a se enquadrar nas seguintes referências do quadro de vencimento, a partir de agosto de 2023.

SERVIDOR	NOMEAÇÃO	CARGO	REFERÊNCIA
MARCOS BONMANN	01/06/1994	Médico Clínico Geral-Nível III	053-D-290
PRISCILA RAQUEL SCHIROKY	23/04/2019	Cirurgião Dentista Comunitário - Nível II	046-B-272

Município de Pomerode, 10 de agosto de 2023.



Assinado digitalmente por:
LIGIA
HOEPFNER:98799762900
11/08/2023 15:10:31

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 15:10 -0300 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p064d6799eb23c1>



PORTARIA 1183/2023

Publicação Nº 5054723

**Pomerode**
P R E F E I T U R A**PORTARIA Nº 1.183/2023****EXONERA A PEDIDO MARIANA DOS SANTOS LUNARDI DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL.**

A Secretária de Saúde, **LIGIA HOEPFNER**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º De acordo com a Lei Complementar de nº 269, de 05 de dezembro de 2014, **EXONERAR** a pedido **MARIANA DOS SANTOS LUNARDI**, do cargo de **MÉDICO CLÍNICO GERAL**, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 09 de agosto de 2023.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de agosto de 2023.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 09:00:03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p64d622c1a9501>
POR LIGIA HOEPFNER - (987.997.625-00) EM 11/08/2023 09:00



Assinado digitalmente por:
LIGIA HOEPFNER
11/08/2023 09:00:00

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA 1192/2023

Publicação Nº 5054721



Prefeitura Municipal de Pomerode
ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

PORTARIA 1.192/2023**ALTERA CARGA HORÁRIA E LOCAL DE ATUAÇÃO DA SERVIDORA NAYARA GABRIELA FISCHER.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, **JORGE LUIZ BUERGER**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR carga horária e local de atuação da servidora **NAYARA GABRIELA FISCHER**, ocupante da função de Professor de Disciplina Específica - Ciências, com a carga horária semanal de 32 (trinta e duas) horas, na EEBM Profº Vidal Ferreira, EBM Dr Amadeu da Luz e EBM Olavo Bilac, vaga vinculada a concurso e ao servidor Marcos Vinicius Wegher, em afastamento para tratamento de saúde, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 02 de agosto de 2023.

Pomerode, 11 de agosto de 2023.



Assinado digitalmente por:
**JORGE LUIZ
BUERGER:52914860900**
11/08/2023 17:07:02

JORGE LUIZ BUERGER

Secretário da Educação e Formação Empreendedora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/08/2023 17:07:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p64d694edcd3bd>.



Porto Belo**PREFEITURA****AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023 - PMPB**

Publicação Nº 5053145

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FA303490FCD6E111E05E2F07F0AD623477439217

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2023 - PMPB

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de empresa para Construção do Booster da Rua José Rebelo, bairro Centro, no Município de Porto Belo, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, parte integrante deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 29/08/2023. Abertura das Habilitações: Às 09h00min do dia 29/08/2023. O edital e todos os seus anexos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 2026 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 11 de agosto de 2023

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023 - FMAS

Publicação Nº 5053131

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5753C6665B6FAFFCEA616313EF6ADBC75765D963

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Nº 001/2023 - Pregão Eletrônico Nº 001/2023 - FMAS

Tipo de licitação: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços e organização de eventos para a realização do Casamento Comunitário do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 24/08/2023, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 2026.

Porto Belo, 11 de agosto de 2023

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 - FUMTUR

Publicação Nº 5053113

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65D05433E32BEE63BF6A29027F552F2C15FA2BD5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Nº 002/2023 - Pregão Eletrônico Nº 002/2023 - FUMTUR

Tipo de licitação: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de agência especializada em prestação de serviços e organização de eventos para o 8º Festival do Camarão de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 24/08/2023, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 237.

Porto Belo, 11 de agosto de 2023

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2023 - PMPB

Publicação Nº 5053088

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1EAA7393C6F63DE2FF7E0DF9118A394A1E89BAA8

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Nº 069/2023 - Pregão Eletrônico Nº 069/2023 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Aquisição de uma ensiladeira para Secretária de agricultura e pecuária, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 24/08/2023, no site www.portaldecompraspublicas.com.brO edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 2026.

Porto Belo, 11 de agosto de 2023

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2023 - PMPB

Publicação Nº 5053100

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 363796721BBC635F4F8E253C135F1CB2853DBE20

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Nº 070/2023 - Pregão Eletrônico Nº 070/2023 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de combustível (gasolina), para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 24/08/2023, no site www.portaldecompraspublicas.com.brO edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 2026.

Porto Belo, 11 de agosto de 2023

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº: 504/2023

Publicação Nº 5054825

PORTARIA Nº: 504/2023

“Designa a responder pela Secretaria Municipal de Assistência Social o Senhor Altino Torquato dos Santos Junior, Secretario Municipal Administração por tempo determinado”.

JOEL ORLANDO LUCINDA, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando que a Senhora Isabel Helena Martins, Secretária de Assistência Social do Município de Porto Belo, encontra-se de férias, durante o período de 14/08/2023 até 02/09/2023;

Considerando a necessidade de continuidade dos serviços de Secretário de Assistência Social do Município de Porto Belo;

Considerando a necessidade de ter servidor responsável pela pasta visando à continuidade de serviços e o interesse público.

Resolve:

Art. 1º Responder, na forma do inciso II, do artigo 9º, da Lei Municipal nº: 718, de 31 de maio de 1993, o Senhor Altino Torquato dos Santos Junior, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 3938486 e inscrito no CPF sob o nº: 005.551.719-65, para assumir o cargo de Secretário de Assistência Social, interinamente, durante o período de férias da Secretária Municipal, Servidora Isabel Helena Martins, compreendido entre os dias 14/08/2023 até 02/09/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 14 de agosto de 2023.

Porto Belo – SC, aos 14 dias do mês de agosto de 2023.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito de Porto Belo

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº: 138/2022

Publicação Nº 5052663

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 138/2022

Termo de Rescisão de Contrato que entre si celebram o Município de Porto Belo e o (a) Sr. (a). Silvio Junior de Souza Andrade, para a prestação de serviços de Médico Clínico Geral ESF

Pelo presente Termo de Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços de Médico Clínico Geral, o Município de Porto Belo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001-20, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, 2.500, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. JOEL ORLANDO LUCINDA, brasileiro, divorciado, portador de CPF sob o nº 712.813.559-68 e RG sob o nº: 2725096, neste ato representado denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, o (a) Sr. (o) Silvio Junior de Souza Andrade, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 19316151 e inscrito no CPF sob o nº: 021.730.431-10, domiciliado e residente no Município de Tijucas-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, com sujeição às normas consubstanciadas no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 28, parágrafo 2º da Lei Orgânica do Município de Porto Belo e Lei Municipal nº. 2.022/2012, assim como as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira.

Fica reincidento de pleno direito o Contrato, conforme o requerimento preenchido pelo Servidor, no qual solicita a sua rescisão de contrato do cargo de Médico Clínico Geral ESF, a Prestação de Serviços nº: 138/2022, tendo como Contratado o Sr. (a) Silvio Junior de Souza Andrade.

Cláusula Segunda.

A presente rescisão terá seus efeitos a partir do dia 11 do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, ficando o (a) Contratado (a) dispensado do cumprimento de horário de trabalho, até a data acima especificada.

Cláusula Terceira.

A presente rescisão não gera quaisquer direitos trabalhistas ao Contratado, sendo que o mesmo receberá apenas décimo terceiro proporcional e férias proporcionais.

Cláusula Quarta.

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas do presente Termo de Rescisão de Contrato nº: 138/2022, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim sendo, fica o presente termo firmado em duas vias de igual teor e forma na presença de uma testemunha abaixo assinada, a tudo presentes, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Porto Belo, 11 de agosto de 2023.

JOEL ORLANDO LUCINDA
Prefeito Municipal

SILVIO JUNIOR DE SOUZA ANDRADE
Servidor

HERMANDES R. DA COSTA
Secretario Executivo

LEONOR BALTAZAR SERPA
Diretora Geral de Recursos Humanos

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.780/2023

Publicação Nº 5053557

DECRETO Nº 1.780, de 10 de agosto de 2023.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Assistência Social para o Biênio 2023 – 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.214, de 25 de outubro de 1996, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.781, de 20 de julho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para o Biênio 2023 – 2025 os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, criado pela Lei Municipal nº 2.214, de 25 de outubro de 1996, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.781, de 20 de julho de 2010:

I- 07 (sete) membros do Poder Executivo Municipal dentre as Secretarias Municipais de interesses afins, sendo importante incluírem setores que desenvolvam atividades ligadas às políticas sociais, econômicas e financeiras:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Ana Cristina Mazurechen

Suplente: Karine dos Santos

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Ilse Aparecida Simioni;

Suplente: Stephany Rodrigues Ferreira.

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Felipe Antonio Gleden;

Suplente: Silmara Talamini.

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Esporte:

Titular: Arlene Alves Daubermann Padilha.

Suplente: Rayllana Evelin Hort Larsen

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade:

Titular: Cássia Nalon Conte;

Suplente: Afonso Wasmann Neto.

f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento:

Titular: Geferson Luis Constantino Júnior;

Suplente: Guilherme Reali.

g) 01 (um) representante da Assessoria Jurídica:

Titular: Maria Eduarda Marschalk;

Suplente: Pyerre Castellano Pereira.

II- 07 (sete) representantes da Sociedade Civil oriundos dos seguintes seguimentos:

a) 03 (três) representantes de Entidades de Usuários, Defesa de Usuários ou Organizações de Usuários:

01 (um) representante do Grupo de Convivência de Idosos – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

Titular: Clarinda Paes de Castilho;

Suplente: Cleonice Venâncio.

01 (um) representante do Grupo de Convivência de Idosos:

Titular: Maria de Lurdes Pavarin;

Suplente: Clarice das Neves Pereira.

01 (um) representante do CREAS/PAEFI:

Titular: Lauro Valdomiro Pinto;

Suplente: Moisés Cunha.

b) 02 (dois) representantes de Entidades ou Organizações prestadoras de serviços da Assistência Social, legalmente constituídas, devidamente

registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, devendo estar em pleno funcionamento:

01 (um) representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer:

Titular: Josyana Aparecida Ferreira da Silveira;

Suplente: Sirlei Zandoná.

01 (um) representante da Casa de Apoio Amor Fraternal – Associação Família Zalewski:

Titular: Cinthia Andara Keiser;

Suplente: Thais Fiamoncini Ferreira.

c) 02 (dois) representantes de Entidades ou Organizações de Trabalhadores da Assistência Social, legalmente constituídas, registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, devendo estar em pleno funcionamento:

01 (um) representante da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e da Fala – APADAF:

Titular: Marina de Oliveira;

Suplente: Elcio Fernando Souza.

01 (um) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE:

Titular: Bruna Teixeira Wasmann.

Suplente: Elvira Lipka;

Art. 2º Revogam-se os Decretos nºs 1.243, de 11 de junho de 2021 e 1.473, de 06 de abril de 2022, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG

Prefeito Municipal em Exercício

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 121/2023 - ANOS INICIAIS-AEE

Publicação Nº 5053741

Edital de Convocação 121/2023**Chamada Pública nº. 003/2023**

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) na Chamada Pública nº. 003/2023 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia **15 de agosto de 2023, às 08h30min, para a escolha de vagas**, apresentando as **fotocópias e originais** dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no **Item 2.4 (Edital 001/2021)**, para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2021:

- ❖ Carteira de Identidade;
- ❖ Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ❖ Carteira de Trabalho e Comprovante do PIS/PASEP;
- ❖ Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- ❖ Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- ❖ Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- ❖ Comprovante de vacinação contra o Coronavírus, conforme Decreto Municipal nº 1.310/2021
- ❖ Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- ❖ Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- ❖ Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- ❖ Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- ❖ Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- ❖ Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- ❖ Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- ❖ Comprovante de endereço atualizado;
- ❖ Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.
- ❖ Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina.
- ❖ Certidão Negativa Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
- ❖ Certidão Negativa Criminal 1º Grau pelo Poder Judiciário do Paraná;

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, **sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.**

PROFESSOR DOCENTE 1º ao 5º Anos Iniciais - AEE

POS	NOME	ASSINATURA	DATA
27º	TATIANE ARAUJO		
28º	JESSICA MOURA DA SILVA		
29º	CAMILA GISELE TUCHLINOVITCH		

Porto União (SC), 14 de agosto de 2023.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal de Porto União

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 122/2023 - PEDAGOGO - CHAMADA PÚBLICA

Publicação Nº 5053745

Edital de Convocação 122/2023**Chamada Pública nº. 003/2023**

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) na Chamada Pública nº. 003/2023 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia **15 de agosto de 2023, às 10h00min, para a escolha de vagas**, apresentando as **fotocópias e originais** dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no **Item 2.4 (Edital 001/2021)**, para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2021:

- ❖ Carteira de Identidade;
- ❖ Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ❖ Carteira de Trabalho e Comprovante do PIS/PASEP;
- ❖ Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- ❖ Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- ❖ Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- ❖ Comprovante de vacinação contra o Coronavírus, conforme Decreto Municipal nº 1.310/2021
- ❖ Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- ❖ Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- ❖ Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- ❖ Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- ❖ Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- ❖ Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- ❖ Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- ❖ Comprovante de endereço atualizado;
- ❖ Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.
- ❖ Certidões Negativas Criminais do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
- ❖ Certidão Negativa Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
- ❖ Certidão Negativa Criminal 1º Grau pelo Poder Judiciário do Paraná;

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, **sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.**

PROFESSOR PEDAGOGO

POS	NOME	ASSINATURA	DATA
8º	JESSICA MOURA DA SILVA		
9º	SIMONE ALVES DA SILVA IVANKIO		
10º	JOSELINE APARECIDA DE CAMPOS		

Porto União (SC), 14 de agosto de 2023.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal de Porto União

PORTARIA Nº 682/2023 - RH

Publicação Nº 5051940

PORTARIA Nº 682, de 07 de agosto de 2023.
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 192/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Municipal 2.621/2001, com nova redação dada pela Lei Municipal 4.892/2023:

CONSIDERANDO os Ofícios nº 099/2023 - SMA;
CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2022, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 192/2023, de PAULO ROBERTO RODRIGUES DALGALLO, no período de 04 de agosto de 2023 a 02 de maio de 2024, ou até a realização de concurso público municipal, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011 e alterações, para atender a demanda junto ao Centro de Tratamento e Reabilitação de Animais Abandonados, em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados através de concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Centro de Tratamento e Reabilitação de Animais Abandonados, vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2023.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG
Prefeito Municipal em Exercício

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 683/2023 - RH

Publicação Nº 5051942

PORTARIA Nº 683, de 7 de agosto de 2023.
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de JAQUELINE SCHNITZER, matrícula 22435/3, ocupante do cargo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2023.

Porto União (SC), 7 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG
Prefeito Municipal em Exercício

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 684/2023 - RH

Publicação Nº 5051943

PORTARIA Nº 684, de 7 de agosto de 2023.
Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de EMANOELI DOS SANTOS AGOSTINHAK, matrícula 22528/1, ocupante do cargo de Professor 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2023.

Porto União (SC), 7 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG
Prefeito Municipal em Exercício

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 685/2023 - RH

Publicação Nº 5051945

PORTARIA Nº 685, de 8 de agosto de 2023.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 111/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Municipal 2.621/2001, com nova redação dada pela Lei Municipal 4.892/2023:

CONSIDERANDO a Comunicação Interna RH/SMS nº 290/2023;

CONSIDERANDO a Portaria nº 018/2023 – IMPRESS, que concede aposentadoria a servidora Jacy Bughay;

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Auxiliar de Enfermagem, se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO E O PRAZO, do Contrato de Trabalho nº 111/2023, até 29 de fevereiro de 2024, ou até a realização de concurso público municipal, de ROSA DO PRADO GLIXINSKI, que exerce as funções do cargo de Auxiliar em Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em razão da aposentadoria da servidora Jacy Bughay, para atender a demanda, e por não haver mais candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto a Unidade Básica de Saúde – São Pedro, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 2 de agosto de 2023.

Porto União (SC), 8 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG
Prefeito Municipal em Exercício

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 686/2023 - RH

Publicação Nº 5051948

PORTARIA Nº 686, de 8 de agosto de 2023.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Municipal 2.621/2001, com nova redação dada pela Lei Municipal 4.892/2023:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MARLI MANRICH FREI, matrícula 7865793, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 8 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG
Prefeito Municipal em Exercício

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 687/2023 - RH

Publicação Nº 5051949

PORTARIA Nº 687, de 8 de agosto de 2023.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de CILMARA APARECIDA FRANCO RUBIK, matrícula 22698/1, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 8 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG
Prefeito Municipal em Exercício

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 688/2023 - RH

Publicação Nº 5051950

PORTARIA Nº 688, de 08 de agosto de 2023.

Dispõe sobre prorrogação do contrato de trabalho nº 180/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Municipal 2.621/2001, com nova redação dada pela Lei Municipal 4.892/2023:

CONSIDERANDO o Ofício nº 581/2022 – SMTOSP;

RESOLVE:

Art. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO nº 180/2022, no período de 3 a 9 de agosto de agosto de 2023, de FERNANDO WAGNER SCHUTZ, para exercer as funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição ao servidor efetivo Wilson Davi Nasykowski, que se encontra em gozo de férias.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculado a Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 3 de agosto de 2023.

Porto União (SC), 08 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG
Prefeito Municipal em Exercício

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 689/2023 - RH

Publicação Nº 5051960

PORTARIA Nº 689, de 09 de agosto de 2023.

Concede readaptação funcional e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 670, de 15 de abril de 2019, que regulamenta o benefício da readaptação funcional;

CONSIDERANDO o requerimento de readaptação funcional impetrado pelo servidor Augustinho Wladeka e atestado médico;

CONSIDERANDO o Laudo Médico emitido pela Junta Médica Oficial do Município, de 9 de agostos de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER READAPTAÇÃO FUNCIONAL, nos termos do Artigo 1º do Decreto nº 670, de 15 de abril de 2019, ao servidor efetivo AUGUSTINHO WLADEKA, matrícula 854001, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, em virtude de limitação em sua capacidade física conforme laudo médico, no período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada caso o servidor não venha a readquirir as condições normais de trabalho no prazo fixado, após reavaliação da Junta Médica Oficial.

§ 1º A prorrogação da readaptação funcional deverá ser requerida pelo servidor até 30 (trinta) dias antes do término do benefício, mediante requerimento de readaptação funcional protocolado no seu órgão ou entidade de exercício.

§ 2º A não apresentação do pedido de prorrogação na forma como definida no § 1º enseja o retorno imediato às atividades regulares do servidor.

Art. 2º O servidor acima mencionado deverá desenvolver suas atividades em observância estritamente com as atividades aptas e aptas com restrições apontadas no Laudo Médico Pericial – Junta Médica Oficial.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG
Prefeito Municipal em Exercício

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 690/2023 - RH

Publicação Nº 5051961

PORTARIA Nº 690, de 09 de agosto de 2023.
Concede readaptação funcional e estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando o Decreto nº 670, de 15 de abril de 2019, que regulamenta o benefício da readaptação funcional;
Considerando o requerimento de readaptação funcional impetrado pelo servidor Wilson Davi Nasykowski e atestado médico;
Considerando o Laudo Médico emitido pela Junta Médica Oficial do Município, de 9 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER READAPTAÇÃO FUNCIONAL, nos termos do Artigo 1º do Decreto nº 670, de 15 de abril de 2019, ao servidor efetivo WILSON DAVI NASYKOWSKI, matrícula 143303, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, em virtude de limitação em sua capacidade física conforme laudo médico, no período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada caso o servidor não venha a readquirir as condições normais de trabalho no prazo fixado, após reavaliação da Junta Médica Oficial.

§ 1º A prorrogação da readaptação funcional deverá ser requerida pelo servidor até 30 (trinta) dias antes do término do benefício, mediante requerimento de readaptação funcional protocolado no seu órgão ou entidade de exercício.

§ 2º A não apresentação do pedido de prorrogação na forma como definida no § 1º enseja o retorno imediato às atividades regulares do servidor.

Art. 2º O servidor acima mencionado deverá desenvolver suas atividades em observância estritamente com as atividades aptas e aptas com restrições apontadas no Laudo Médico Pericial – Junta Médica Oficial.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal em Exercício

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 691/2023 - RH

Publicação Nº 5051963

PORTARIA Nº 691, de 09 de agosto de 2023.
Dispõe sobre prorrogação do contrato de trabalho nº 017/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Memorando nº 633/2023 – SME;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 017/2023, no período de 09 a 21 de agosto de 2023, de DAIANE VESSARO DE CAMPOS, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada a servidora efetiva Cleide Maria Rosa Gregório que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal em Exercício

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 692/2023 - RH

Publicação Nº 5051965

PORTARIA Nº 692, de 09 de agosto de 2023.
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município, nos termos da Lei Municipal 2.621/2001, com nova redação dada pela Lei Municipal 4.892/2023:

CONSIDERANDO os Memorandos nº 618 e 636/2023;

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2022, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 9 de agosto a 19 de dezembro de 2023, ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, GILSON MIGUEL BORGES DE CAMARGO, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", Referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda na Secretaria Municipal de Educação, em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados através de concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 09 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal em Exercício

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 693/2023 - RH

Publicação Nº 5051967

PORTARIA Nº 693, de 10 de agosto de 2023.

Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Memorandos nº 587 e 642/2023 - SME;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de agosto a 13 de outubro de 2023, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 4.894, de 21 de março de 2023, ANNA MARIA LOSS CHEDEN, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", Referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Nyura Iracema Saade que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal em Exercício

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 694/2023 - RH

Publicação Nº 5051974

PORTARIA Nº 694, de 10 de agosto de 2023.

Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Ofícios nº 571 e 614/2023 - SMTOSP;

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Motorista de Veículos Pesados, se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 10 de agosto de 2023 a 09 de agosto de 2024, ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, ELISANDRO DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, com vencimentos na Classe "03", Referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda junto à Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculado a Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2023.

ERICO ROSENSCHEG

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal em Exercício

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 078/2023 DE 11/08/2023 REVOGA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5052105

DECRETO Nº 078/2023 DE 11/08/2023

Revoga Licitação na modalidade de Pregão Presencial, e dá outras providências.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que cabe à Administração rever seus atos, respeitando o princípio da legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

DECRETA:

Art. 1º - Fica REVOGADA a Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 115/2022, do Processo nº 165/2022, sendo seu objeto o registro de preço para contratação de empresa especializada em serviços de soluções em gestão de frota de veículos terrestres, aquáticos e de equipamentos motorizados, acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento, o gerenciamento dos custos sejam eles abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais, que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, suprimidas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 11 de agosto de 2023.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI
Prefeito Municipal

PORTARIA 290/2023

Publicação Nº 5051872

PORTARIA Nº 290/2023 DE 02/08/2023

Designa Servidores conforme Lei Complementar nº 011/2022 e dá outras providências.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 011/2022 que altera e consolida a LC 001/2013 do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo;

CONSIDERANDO as atribuições do cargo de código nº 417, constantes no anexo II, da Lei 001/2013 de 15/01/2013 passará a dispor o conteúdo conforme Lei Complementar nº 011/2022 de 02/08/2022.

CONSIDERANDO Que o Servidor ocupante deste cargo poderá ser designado para realizar quaisquer uma das funções constantes nas atribuições do cargo, de acordo com o interesse da administração pública, podendo ser designado para exercer duas ou mais funções constantes nas atribuições do cargo concomitantemente.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor VOLNEI MARCONSINI, que se enquadra na Lei Complementar 011/2022, ocupante de cargo de provimento efetivo, passa a ocupar a função de MOTORISTA.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 01/08/2023.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário em especial a portaria 366/2023 de 06/10/2022.

Pouso Redondo, 02 de agosto de 2023.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI
Prefeito Municipal

PORTARIA 291/2023

Publicação Nº 5052496

PORTARIA Nº 291/2023 DE 02/08/2023

Revoga a Portaria Nº 243/2021 de 23/08/2021 e dá outras providências.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a Portaria Nº 243/2021 de 23/08/2021, a LILIANE JURK FELIZARDO, que estabelecia sobreaviso de sábados e domingos de 03:00h a disposição para atendimentos no município.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 01/08/2023.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de agosto de 2023.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI

Prefeito Municipal

PORTARIA 292/2023

Publicação Nº 5052503

PORTARIA Nº 292/2023 DE 03/08/2023

Designa servidor para dirigir carro oficial e dá outras providências.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado aos servidores ocupante do cargo de PSICOLOGA (O), para dirigir veículo oficial do município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI

Prefeito Municipal

PORTARIA 293/2023

Publicação Nº 5052513

PORTARIA Nº 293/2023 DE 03/08/2023

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor SERGIO PRADO, lotado nesta Prefeitura, no período de 03/08/2023 à 22/08/2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de agosto de 2023.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI

Prefeito Municipal

PORTARIA 294/2023

Publicação Nº 5053631

PORTARIA Nº 294/2023 DE 04/08/2023

Designa servidor para atuar junto ao C.E.I. Constantino Antônio Maximiano e dá outras providências.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a partir de 07/08/2023 a Servidora CIBELE ESPINDOLA CARNEIRO DE SOUSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, para atuar junto ao C.E.I. Dalva Fritsch do Município.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 07/08/2023.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de agosto de 2023.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI

Prefeito Municipal

PORTARIA 295/2023

Publicação Nº 5053652

PORTARIA Nº 295/2023 DE 04/08/2023

Designa servidor para atuar junto ao C.E.I. Carrocinha do Amor e dá outras providências.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a partir de 07/08/2023 a Servidora MARIZETE DE SOUSA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, para atuar junto ao C.E.I. Carrocinha do Amor do Município.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 07/08/2023.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de agosto de 2023.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI

Prefeito Municipal

PORTARIA 296/2023

Publicação Nº 5053669

PORTARIA Nº 295/2023 DE 04/08/2023

Designa servidor para atuar junto ao C.E.I. Carrocinha do Amor e dá outras providências.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designada a partir de 07/08/2023 a Servidora MARIZETE DE SOUSA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, para atuar junto ao C.E.I. Carrocinha do Amor do Município.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de 07/08/2023.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de agosto de 2023.

RAFAEL NEITZKE TAMBOZI

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 78/2023 PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2023 REGISTRO DE PREÇOS

Publicação N° 5052371

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 78/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2023
REGISTRO DE PREÇOS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8EE36B63D39F7A4EFC9EA77829C6571E50B58A6F

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02, e na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, bem como, no Decreto Municipal nº 4.184/2018, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 30 (trinta) de agosto de 2023, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto o registro de preços para a eventual e futura contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção, higienização, limpeza, instalação e troca de condicionadores de ar de todas as marcas e modelos, para atender a todas as secretarias, prédios e ambientes públicos do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme especificações e condições constantes no presente edital e seus anexos. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

CÓD. DE REGISTRO DE INFORMAÇÃO (E-SFINGE): 8EE36B63D39F7A4EFC9EA77829C6571E50B58A6F

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 11 DE AGOSTO DE 2023

NEIVA KLEEMANN TONIELO
PREFEITA MUNICIPAL

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PORTARIA Nº 055/2023-SAATE

Publicação Nº 5053618

PORTARIA Nº 055/2023-SAATE

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

JESSIEL MATHEUS PEREIRA, Superintendente do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto – SAATE de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 15, inciso V, da Lei Complementar 2.316/2010 e de conformidade com o Artigo 93 e 95, da Lei Complementar nº 2.287/08, de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor EVALDO SCHMITT, Operador de Tratamento de Água, Nível 37, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto – SAATE, 30 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 21 de janeiro de 2021 a 20 de janeiro de 2022, a partir do dia 10 de agosto a 08 de setembro de 2023.

Presidente Getúlio - SC, 09 de agosto de 2023.

JESSIEL MATHEUS PEREIRA
Superintendente

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 09/08/2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 056/2023-SAATE

Publicação Nº 5053623

PORTARIA Nº 056/2023-SAATE

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

JESSIEL MATHEUS PEREIRA, Superintendente do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto – SAATE de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 15, inciso V, da Lei Complementar 2.316/2010 e de conformidade com o Artigo 93 e 95, da Lei Complementar nº 2.287/08, de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor ODAIR PEREIRA, Agente Operacional, Nível 35, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto – SAATE, 05 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 21 de janeiro de 2022 a 20 de janeiro de 2023, a partir do dia 14 a 18 de agosto de 2023.

Presidente Getúlio - SC, 09 de agosto de 2023.

JESSIEL MATHEUS PEREIRA
Superintendente.

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 09/08/2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 057/2023-SAATE

Publicação Nº 5053627

PORTARIA Nº 057/2023-SAATE

CONCEDE FÉRIAS À SUPERINTENDENTE

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 12, § 1º e artigo 15 da Lei Complementar nº 2.316 de 12 de novembro de 2010, resolve, CONCEDER:

Ao superintendente JESSIEL MATHEUS PEREIRA, Superintendente da SAATE, do Quadro de Comissão da Prefeitura Municipal de Presidente

Getúlio/SC, 10 (dez) dias de férias, referente aos períodos aquisitivos de 01 de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020, a partir de 11 de agosto até 20 de agosto de 2023.

Presidente Getúlio - SC em, 09 de agosto de 2023.

nelson virtuoso
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATE
PRES. GETÚLIO, 09 DE AGOSTO DE 2023.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 994/2023

Publicação Nº 5053607

PORTARIA Nº 994/2023
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 104 e 210, Inciso I da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

A servidora CLAUDETE DA SILVA HOFFMANN CARDOZO, Professora, Nível 02, Classe E, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias para o gozo de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 08 de setembro de 2013 a 07 de setembro de 2018, a partir do dia 07 de agosto a 05 de setembro de 2023, sendo este o 1º mês de direito.

Presidente Getúlio/SC em, 10 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATE
PRES. GETÚLIO. 10 DE AGOSTO DE 2023
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA Nº 995/2023

Publicação Nº 5053638

PORTARIA Nº 995/2023
DESIGNA PARA INTEGRAR O QUADRIÊNIO DOS MENBROS DO CONSELHO TUTELAR

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, alterada pela Resolução 170, de 10 de Dezembro de 2014 e pela Lei Complementar Municipal nº 2.360 de 16 de abril de 2015, resolve,

DESIGNAR

A partir de 14 de agosto de 2023, integrar ao Conselho Tutelar, EDUARDA DOS SANTOS RIBEIRO, para exercer a função de Conselheira Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento de R\$ 2.531,42, em processo de escolha suplementar, com prazo até 09 de janeiro de 2024.

Presidente Getúlio - SC em, 11 de agosto de 2023.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATE
PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 11 DE AGOSTO DE 2023.
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 185/2022

Publicação Nº 5052150

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2F85C65015E15DF5540E95554CBAE3D884B0BF79

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 185/2022

DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS DE VIDRO INCOLOR TEMPERADO E PORTAS

CONTRATADA: JOLVANE FILAGRANA

CNPJ nº 11.369.185/0001-22

VIGÊNCIA: 31/12/2023

Presidente Getúlio, 11 de agosto de 2023.

Nelson Virtuoso – Prefeito

Princesa

PREFEITURA

CONTRATO 40/2023-PM T.F. DOS SANTOS - PROJETOS E OBRAS LTDA

Publicação Nº 5053415



CNPJ 01.612.836/0001-00
princesa.atende.net
Rua Rio Grande do Sul esq. com a
Rua Nossa Senhora de Fátima, 545,
Centro, Princesa/SC

Contrato nº 40/2023-PM de 11 de agosto de 2023.
CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE 2ª ETAPA DO PAVILHÃO COMUNITÁRIO DA LINHA MOQUÊM.

Contratante: O MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.836/0001-00, com sede à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC, neste ato representado pelo Sr. **EDILSON MIGUEL VOLKWEIS**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 066.378.379-89 residente no município de Princesa/SC, de ora em diante denominado de **CONTRATANTE**.

Contratada: T.F. DOS SANTOS - PROJETOS E OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.578.392/0001-36 com sede na Rua Itabira, 1420, sala 101, Centro, Pato Branco/PR, Cep: 85.501-058 neste ato representado pelo Sr. **THIAGO FERREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 044.***.***-31, de ora em diante denominada de **CONTRATADA**.

Fundamento Legal: Este contrato tem seu fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, bem como nas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 58/2023 - PM, na modalidade de Tomada de Preços nº 04/2023-PM, homologado e adjudicado em 11 de agosto de 2023 onde os mencionados acima resolvem contratar o objeto do presente, pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE 2ª ETAPA DO PAVILHÃO COMUNITÁRIO DA LINHA MOQUÊM.**

1.2 - A contratada executará o objeto da licitação conforme a seguir:

Item	Qtde	Un.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	01	Un.	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE 2ª ETAPA DO PAVILHÃO COMUNITÁRIO DA LINHA MOQUÊM, INCLUINDO ALVENARIA DE VEDAÇÃO E PISO EM CONCRETO ARMADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO MEMORIAL DESCRITIVO E DO PROJETO ARQUITETÔNICO	283.612,38	283.612,38
TOTAL (R\$)					283.612,38

Cláusula Segunda - Da forma, do prazo e da execução do objeto

2.1 - A Contratada deverá executar o objeto do contrato nos locais indicados, no Município de Princesa/SC, no prazo de **até 03 (três) meses** contados do **recebimento da Ordem de Serviço**, podendo este prazo ser prorrogado nos casos

a que alude o Art. 57, § 1º da Lei 8.666/93.

2.2 - A obra deverá ser iniciada, obrigatoriamente, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

2.3 - A execução do objeto do contrato obedecerá ao regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Cláusula Terceira - Das condições de pagamento

3.1. Pela execução da obra prevista na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 283.612,83 (duzentos e oitenta e três mil seiscentos e doze reais e oitenta e três centavos) dos quais R\$ 85.083,72 (oitenta e cinco mil oitenta e três reais e setenta e dois centavos) correspondem à mão de obra e R\$ 198.528,66 (cento e noventa e oito mil quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e seis centavos) aos materiais empregados, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, sendo que o pagamento à empresa contratada será efetuado por intermédio de crédito em conta bancária, efetuado proporcionalmente às entregas realizadas ou aos serviços prestados, conforme previsão contratual, até o 10º dia do mês subsequente à prestação dos serviços, **conforme as medições efetuadas e de acordo com o cronograma físico-financeiro.**

3.2 O pagamento fica condicionado ao atestado de recebimento/aceite emitido pelo Setor Requisitante ou pelo Fiscal do Contrato a que estiver vinculado o objeto do Edital;

3.3 O pagamento fica condicionado à apresentação, por parte do fornecedor, da nota fiscal referente aos serviços prestados.

3.4 - Ainda, apresentará para pagamento as certidões a seguir:

- a) Certidão Negativa Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da proponente);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS;

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

3.6 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas com a execução do objeto licitado, deverão estar inclusos nos preços a serem pagos, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

Cláusula Quarta - Do reajuste dos preços

4.1 - O preço dos serviços constantes neste contrato será **fixo**. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666/93, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

4.2 - Caso a Contratada detectar a necessidade de readequação de valores, deverá encaminhar solicitação expressa ao Contratante, descrevendo pormenorizadamente os motivos do pedido, justificar a solicitação e demonstrar documentalmente as razões do requerimento de readequação de valores.

Cláusula Quinta - Da vigência e da prorrogação do contrato



CNPJ 01.612.836/0001-00
princesa.atende.net
Rua Rio Grande do Sul esq. com a
Rua Nossa Senhora de Fátima, 545,
Centro, Princesa/SC

5.1 - A vigência deste instrumento é de **03 (três) meses**, a contar da assinatura da ordem de serviços.

5.2 - Este contrato poderá ter seu prazo de vigência prorrogado pelos prazos previstos na legislação que o rege, desde que detectadas necessidade, oportunidade e conveniência do Contratante.

5.3 - Após transcorridos 12 (doze) meses do início da vigência do contrato, em caso de prorrogação, adotar-se-á a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do período e sua formalização dar-se-á por intermédio de solicitação da Secretaria.

Cláusula Sexta - Das dotações orçamentárias

6.1 - Para custear as despesas oriundas desta contratação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

MUNICÍPIO DE PRINCESA				
Dotação	Órgão/Unidade	Ação	Elemento	Saldo Orçamento
340	7 / 1	1017	3.449.051.980.000.000.000	R\$100.000,00
341	7 / 1	1017	3.449.051.980.000.000.000	R\$277.803,38

Cláusula Sétima - Dos recursos financeiros

7.1 - Para custeio das despesas originadas por esta licitação, serão utilizados recursos PRÓPRIOS do Município de Princesa no valor de R\$ 183.612,38 (cento e oitenta e três mil seiscentos e doze reais e trinta e oito centavos), do orçamento Municipal do exercício de 2023 e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos de Emendas Parlamentares Impositivas.

Cláusula Oitava - Da possibilidade de rescisão do contrato

8.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer por inadimplemento, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada.

8.2 - No caso de rescisão contratual, devidamente justificada e em conformidade com as hipóteses legais, não será devido à Contratada nenhum outro valor senão aquele efetivamente gasto com a prestação dos serviços.

Cláusula Nona - Das obrigações do Contratante

9.1 - O Município, por intermédio de seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias à perfeita entrega dos produtos/serviços ou prestação dos serviços, bem como efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

Cláusula Décima - Das obrigações da contratada

10.1 - Aceitar, nas mesmas condições da sua proposta, os acréscimos ou supressões, mediante aditamento contratual.

10.2 - Responder pela solidez e segurança das obras, objeto da presente contrato, durante o prazo de **05 (cinco) anos**, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

10.3 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa possibilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

10.4 - Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, relativa à Segurança e Medicina do Trabalho, objetivando a prevenção de acidentes pessoais e/ou materiais, bem como a preservação da saúde de seus trabalhadores, inclusive em relação à mão de obra contratada de terceiros.

10.5 - Manter permanentemente na obra o engenheiro indicado na licitação, durante todo o período de execução, devidamente credenciado para receber, como seu representante, ordem de execução, dar andamento às providências nelas contidas ou delas decorrentes e tudo o mais necessário à boa execução dos serviços e obras objeto deste contrato, somente podendo substituí-lo por elemento de igual, ou melhor, experiência profissional e mediante prévia autorização escrita do município.

10.6 - Treinar seus funcionários para a prática de prevenção de acidentes, fornecer os equipamentos de proteção individuais necessários, bem como tornar obrigatória e fiscalizar sua utilização, responsabilizando-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, durante a execução da obra, objeto do presente edital.

10.7 - Reforçar, sempre que necessário, a sua equipe de técnicos na obra para permitir a execução dos serviços dentro dos prazos previstos, se ficarem constatada tal necessidade.

10.8 - Ao final da obra, proceder à recomposição do local, limpeza e remoção de todo o material indesejável.

10.9 - Reforçar o seu parque de equipamentos se for constatada inadequação para realizar os serviços de acordo com cronograma ou se, em virtude de atraso em uma das suas fases, for necessário esse aumento de equipamentos para recuperação de tempo perdido.

10.10 - Substituir equipamentos defeituosos ou que estiverem em más condições de funcionamento.

10.11 - Retirar do canteiro de obras os equipamentos somente após o término de sua utilização, conforme o plano de trabalho desenvolvido ou mediante autorização escrita do Município.

10.12 - Executar rigorosamente o serviço, sendo vedada qualquer alteração ou acréscimo sem a competente autorização escrita do Município.

10.13 - Impedir que o seu pessoal ou equipamento ingresse em terras de terceiros sem autorização do Município, respondendo por qualquer dano que tal procedimento originar.

10.14 - Assumir total responsabilidade sobre as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.15 - Apresentar a A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T. (Registro de Responsabilidade Técnica) de execução, devidamente quitada, no momento em que receber a Ordem de Serviço.

10.16 - Apresentar nota fiscal/fatura ao Contratante, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão de obra empregados na execução do objeto do Contrato, conforme a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de

Novembro de 2009 e alterações, encaminhando, juntamente com a nota fiscal/fatura, a GRPS devidamente preenchida.

10.17 - Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução da obra.

10.18 - Providenciar a sinalização de segurança de trânsito para o canteiro de obras e/ou ruas envolvidas na execução da obra objeto do este Contrato.

10.19 - Disponibilizar o "Diário de Obra" e mantê-lo em local apropriado do canteiro de obras, conforme orientação do Setor de Engenharia do Município de Princesa/SC, em cumprimento ao disposto no Art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.

10.20 - Assumir total responsabilidade sobre custos de transporte ou deslocamento dos objetos vinculados aos itens licitados, bem como em relação a toda e qualquer ação, sua ou de terceiro, necessária à execução de todas as cláusulas, direitos e obrigações constantes no Edital, em seu contrato, ou qualquer outro documento vinculado ao objeto deste instrumento.

10.21 - Assumir total responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos que, por ação ou omissão, cause ao Município ou a terceiro durante o período em que estiver vinculada ao cumprimento das cláusulas do Edital e seus documentos.

10.22 - Arcar com todos os custos necessários à perfeita e acabada entrega dos produtos.

10.22.1 - Dentre os custos compreendidos no item 14.23 estão (rol meramente exemplificativo, não exaustivo):

- transporte/entrega dos objetos nos locais indicados pelo setor requisitante;
- contratação de equipamentos ou profissionais;
- deslocamento e diárias de profissionais;
- alimentação e hospedagem de profissionais;

10.23- Fornecer materiais adequados à execução da obra, nas recomendações exigidas pelas normas de padronização e qualidade brasileiras.

10.24 - Submeter à aprovação do Município amostras de materiais a serem utilizados na execução das obras.

Cláusula Décima Primeira – Dos direitos do Município

11.1 - O Município tem o direito de exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte, a si próprio ou a quem determinar, caso a execução não seja comprovadamente aquela estabelecida no edital de **Tomada de Preços 04/2023 - PM**.

Cláusula Décima Segunda – Da vinculação à licitação

12.1 - Este contrato vincula-se ao Edital de **Processo Licitatório 58/2023-PM**, modalidade **Tomada de Preços 04/2023-PM**, para todos os efeitos legais e jurídicos, e às determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, especialmente no tocante às dúvidas, contradições e omissões.

Cláusula Décima Terceira – Das penalidades por descumprimento

13.1 - São ações passíveis de aplicação de punição à Contratada:

- Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- Não manter a proposta;
- Fraudar ou falhar na execução do compromisso;
- Comportar-se de modo inidôneo; ou

- Cometer fraude fiscal.

13.1.1 - Caso cometa alguma destas ações, a Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Contratante e, se for o caso, será descredenciada no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

13.2 - As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

I) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta: impedimento de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;

II) Fraudar ou falhar na prestação de serviço/entrega de produto: impedimento de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

III) Apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo: descredenciamento junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

13.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.4 - A licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Contrato:

I) - advertência;

II) multa(s):

a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso, por descumprimento dos prazos de entrega dos produtos/materiais previstos neste Edital;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

13.5 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente.

13.6 - Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a prestação de serviço/entrega dos produtos, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

13.7 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

13.8 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

13.9 - Da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da intimação.

Cláusula Décima Quarta – Eventual atraso do Município

14.1 - Na eventualidade do município não cumprir os pagamentos conforme pactuado, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

Cláusula Décima Quinta – Das condições de habilitação

15.1 - A Contratada se obriga a manter, durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem.

15.2 - A inobservância do item 15.1 poderá ser tomada como motivo justo para rescisão contratual e aplicação de penalidades.

Cláusula Décima Sexta – Dos recursos administrativos

16.1 - Da penalidade porventura aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando esta sobrestada até o julgamento do pleito.

Cláusula Décima Sétima – Do acompanhamento e fiscalização

17.1 - A execução dos serviços aqui contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela Servidora Pública Sr. **Eduarda Spironello Puhle – Engenheira Civil.**

17.2 - O Município, desde que o faça expressamente, poderá designar outro representante para acompanhar a prestação dos serviços.

Cláusula Décima Oitava – Das disposições Finais

18.1 - Este contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência do Contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

18.2 - Os casos omissos serão regidos pelos preceitos de direito público, teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

Cláusula Décima Nona – Do Foro para resolução de controvérsias

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do art. 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

Por fim, para atestar a regularidade da relação contratual, bem como, para que possa se tornar eficaz e válido juridicamente, o contrato em tela será firmado por ambas as partes

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal
Contratante

THIAGO FERREIRA DOS SANTOS
Representante Legal
Contratada

Maico Felipe Lopes Machado
Assessor Jurídico–OAB-SC
62509

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 312/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054729

DECRETO Nº 312/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE LUÍS HENRIQUE HILLESHEIM PARA O CARGO QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, **Luís Henrique Hillesheim**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor – NÍVEL CC-9, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

DECRETO Nº 313/2023 - DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054736

DECRETO Nº 313/2023 - DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**DECLARA ESTÁVEL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso XIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o estabelecido no Artigo 19 e 20 da Lei Complementar n.º 032, de 05 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais dispositivos legais,

CONSIDERANDO o Decreto Nº 164/2020 – de Junho de 2020.

CONSIDERANDO a Ata nº 002 da Comissão para Avaliação Permanente de Desempenho – Estágio Probatório, datada de 09 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO o Ofício nº 076/2023, do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Quilombo – SC, datado de 11 de agosto de 2023;

DECRETA:

Art.1º Fica declarado estável à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, por ter sido aprovada no Resultado Final da Avaliação de Desempenho emitido pela Comissão de Avaliação Permanente de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais em Estágio Probatório.

Servidor
Elisa Usanovich Maschio

Função
Odontólogo

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em __/08/2023.
Lei Municipal nº 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

DECRETO Nº 314/2023 - DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054742

DECRETO Nº 314/2023 - DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**DECLARA ESTÁVEL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso XIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o estabelecido no Artigo 19 e 20 da Lei Complementar n.º 032, de 05 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais dispositivos legais,

CONSIDERANDO o Decreto Nº 118/2020 – de Maio de 2020.

CONSIDERANDO a Ata nº 002 da Comissão para Avaliação Permanente de Desempenho – Estágio Probatório, datada de 09 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO o Ofício nº 077/2023, do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Quilombo – SC, datado de 11 de agosto de 2023;

DECRETA:

Art.1º Fica declarado estável à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, por ter sido aprovada no Resultado Final da Avaliação de Desempenho emitido pela Comissão de Avaliação Permanente de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais em Estágio Probatório.

Servidor
Sandra Mara Machado Missel

Função
Enfermeira

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em __/08/2023.
Lei Municipal nº 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

DECRETO Nº 315/2023 - DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054748

DECRETO Nº 315/2023 - DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**DECLARA ESTÁVEL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso XIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o estabelecido no Artigo 19 e 20 da Lei Complementar n.º 032, de 05 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais dispositivos legais,

CONSIDERANDO o Decreto Nº 163/2020 – de Junho de 2020.

CONSIDERANDO a Ata nº 002 da Comissão para Avaliação Permanente de Desempenho – Estágio Probatório, datada de 09 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO o Ofício nº 078/2023, do Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Quilombo – SC, datado de 11 de agosto de 2023;

DECRETA:

Art.1º Fica declarado estável à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, por ter sido aprovada no Resultado Final da Avaliação de Desempenho emitido pela Comissão de Avaliação Permanente de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais em Estágio Probatório.

Servidor
Samira Elen Rebonatto

Função
Odontólogo

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em __/08/2023.
Lei Municipal nº 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0986/2023 - DE 21 DE JULHO DE 2023

Publicação Nº 5054824



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 0986/2023 - DE 21 DE JULHO DE 2023.

**CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL SUELEN BIGOLIN BARBOZA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 15619/2023, de 20 de julho de 2023.

R E S O L V E:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS, à servidora pública municipal, **Suelen Bigolin Barboza** (19865), ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas, do dia 24 à 27 de julho de 2023, no período integral, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria nº. 0045/2022 - de 24 de janeiro de 2022 e Portaria nº. 0030/2023 - de 13 de janeiro de 2023, restando a partir da execução desta, o saldo de 09 (nove) dia de férias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 21 de julho de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/07/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1080/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054820



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1080/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

**CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL SILVIA MARA ALVES DA SILVA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 15773/2023, de 09 de agosto de 2023.

R E S O L V E:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS, à servidora pública municipal, **Silvia Mara Alves da Silva** (20069), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 14 à 18 de agosto de 2023, no período integral, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria nº. 0927/2023 - de 11 de julho de 2023, restando a partir da execução desta, o saldo de 14 (quatorze) dias de férias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 1082/2023 - DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054829



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 1082/2023 - DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

**CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCELINA
DENTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 13 da Lei Complementar nº.031 - Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Público Municipais de Quilombo,

Considerando o Requerimento da servidora protocolado sob nº 15668/2023, de 27 de julho de 2023;

Considerando o Parecer Jurídico Nº 28/2022, datado de 17 de maio de 2022,

Considerando o Ofício nº.067/2023 do Setor de Recursos Humanos,

Considerando o Parecer 033/2023 do Controle Interno,

Considerando o Despacho nº 194/2023,

R E S O L V E:

Art.1º Fica concedido Adicional de Titulação: Segundo Grau, equivalente a 5% (cinco por cento) calculado sobre o vencimento base, à Servidora Pública Municipal **Marcelina Denti** (20611), ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, nomeada através do Decreto nº.191/2023 de 10 de maio de 2023, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da apresentação do Certificado de conclusão de Ensino Médio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1062/2023 - DE 08 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051883



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1062/2023 - DE 08 DE AGOSTO DE 2023.

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
LUCI PAULA GOLO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal **Daniele Otoni** (20423), ocupante do cargo de Gerente Executivo, por determinação médica e conforme atestado, por 05 (cinco) dias, do dia 08 à 12 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, de 08 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1072/2023 - DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051897



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1072/2023 - DE 09 DE AGOSTO DE 2023.

**DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO DESPACHO
QUE MENCIONA.**

O Prefeito municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica do Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica Homologado o Despacho Nº. 189/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1074/2023 - DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051932



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1074/2023 - DE 09 DE AGOSTO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISANGELA
ZILIO DALLACQUA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal **Elisangela Zilio Dallacqua** (19916), ocupante do cargo de Professora de Educação Física (1º ao 5ºano), no dia 09 de agosto de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº15756/2023, de 08 de agosto de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora, que ficará com um saldo de 117h15min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1075/2023 - DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051939



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1075/2023 - DE 09 DE AGOSTO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILBERTO
VALGOI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Gilberto Valgoi** (19878), ocupante do cargo de Mecânico, do dia 07 à 31 de agosto de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº15762/2023, de 08 de agosto de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 67h43min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1077/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054761



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1077/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELENI
SEGALLA ALBERTI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo nos termos da Lei Complementar 180/2022 de 21 de agosto de 2022.

Considerando o Art.2º da Lei Complementar 180/2022 de 21 de agosto de 2022

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal **Eleni Segalla Alberti** (20560), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 15 de agosto de 2023, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 15779/2023, de 10 de agosto de 2023.

Parágrafo Único. Conforme o Requerimento sob Protocolo Nº 15779/2023, de 10 de agosto de 2023, fica à profissional Maristela Strapazzon Carvalho como a profissional substituta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1078/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054767



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1078/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDREIA
CASAGRANDE CARARO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal **Andréia Casagrande Cararo** (20454), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 09 de agosto de 2023, no período integral das 07h30min às 08h45min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº15777/2023, de 10 de agosto de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora, que ficará com um saldo de 12h55min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.1079/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054818



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1079/2023 - DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SIDNEY
CAMPAGNARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal **Sidney Campagnaro** (20113), ocupante do cargo de Técnico de Manutenção de Equipamentos de Informática, no dia 09 de agosto de 2023, no período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº15776/2023, de 10 de agosto de 2023.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas do servidor, que ficará com um saldo de 33h42min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº1073/2023 - DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051916



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.1073/2023 - DE 09 DE AGOSTO DE 2023.

**DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
TRANSPORTES E OBRAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o disposto no Artigo 75, da Lei Complementar nº. 032, de 05 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, o Servidor Público Municipal, **Adelir Bertoldi**(20503), ocupante do cargo de Motorista, para desempenhar suas atividades de Motorista, a partir de 14 de agosto de 2023, junto à Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de agosto de 2023.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/08/2023
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

Rio das Antas

PREFEITURA

DECRETO N° 090/2023, DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5052523

DECRETO N° 090/2023, DE 09 DE AGOSTO DE 2023.

CRIA O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOÃO CARLOS MUNARETTO, Prefeito de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art.102, item VII da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS e tendo em vista a autorização contida na Lei Complementar nº 01, de 03/05/1991;

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Assistência Social, através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), prevê a criação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;

CONSIDERANDO que o CREAS tem como objetivo principal prestar serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias nos serviços de: Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade; de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias com seus Direitos Violados (mulheres, idosos e pessoas com deficiência); de Abordagem de Rua;

CONSIDERANDO que o CREAS será o articulador dos serviços de média complexidade no município, sendo referência e contra referência para a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o sistema de garantia de direitos;

CONSIDERANDO que na Política Nacional de Assistência Social, os serviços da proteção social especial de média complexidade deverão ser centralizados no CREAS.

DECRETA:

Art.1º Fica instituído no Município de Rio das Antas - SC, o CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), serviço de proteção social especial de média complexidade, responsável pela oferta de orientação, apoio especializado e continuado de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados.

Art.2º O CREAS terá o objetivo de prestar serviços de apoio, orientação e acompanhamento a crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, e suas famílias, que vivenciam situações de ameaça e violações de direitos por ocorrência de abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual comercial, situação de rua, vivência de trabalho infantil e outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir de autonomia e bem-estar.

Art.3º O CREAS prestará atendimento às:

1. Crianças e Adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual;
2. Crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência);
3. Crianças e adolescentes em situação de mendicância;
4. Crianças e adolescentes que estejam sob "medida de proteção" ou "medida pertinente aos pais ou responsáveis";
5. Crianças e adolescentes sob medida protetiva de abrigo, em famílias acolhedoras e reintegradas ao convívio familiar;
6. Adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;
7. Adolescentes e jovens após cumprimento de medida sócio-educativa privativa de liberdade, quando necessário suporte à reinserção sócio-familiar.
8. Famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que apresentem dificuldades no cumprimento das condicionalidades;
9. Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais e restrições a plena vida com autonomia e exercício de capacidades, situação de rua (preferencialmente mulher, idoso e pessoa com deficiência).

Art.4º - O CREAS estará vinculado administrativa e financeiramente a Secretaria de Assistência Social do Município de Rio das Antas - SC e suas atividades atenderão as normas estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art.5º - O CREAS integrará o Sistema Único de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Art.6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio das Antas, SC, 09 de agosto de 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 091/2023, DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052526

DECRETO Nº 091/2023, DE 09 DE AGOSTO DE 2023.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS – SC.

JOÃO CARLOS MUNARETTO, Prefeito de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art.102, item VII da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS e tendo em vista a autorização contida na Lei Complementar nº 01, de 03/05/1991;

DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Regimento Interno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do Município de Rio das Antas – SC, constante no Anexo Único deste Decreto.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio das Antas, SC, 09 de agosto de 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO CREAS

CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 1º. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é uma unidade vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Rio das Antas, é responsável pela realização das ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade nos termos do disposto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, conforme Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 e do disposto no § 2º, artigo 6º-C da Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e demais normativas vigentes.

Parágrafo Único: O CREAS é de abrangência municipal.

Art. 2º. Constituem-se diretrizes do CREAS:

- I. Centralidade na família;
 - II. Contextualização da situação vivenciada, considerando o contexto familiar, social, cultural e econômico;
 - III. Ética, respeito à diversidade, singularidade, dignidade e não discriminação;
 - IV. Respeito à autonomia individual e familiar na construção de trajetórias de vida, individual e familiar;
 - V. Especialização e qualificação no atendimento;
 - VI. Acesso a direitos socioassistenciais;
 - VII. Fortalecimento da capacidade de proteção das famílias, inclusive por meio da ampliação do acesso a direitos socioassistenciais, suportes e apoios;
 - VIII. Trabalho em rede;
 - IX. Mobilização e participação social.
- §1º A oferta da atenção especializada e continuada deve ter como foco a família e a situação vivenciada possibilitando o acesso da família a direitos socioassistenciais, por meio da potencialização de recursos e capacidade de proteção.
- §2º Para o exercício de suas atividades, os serviços ofertados devem ser desenvolvidos de modo articulada com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e demais políticas públicas.
- §3º A articulação no território visa fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida.

Art. 3º. São objetivos do CREAS:

- I. Proporcionar o acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e à rede de proteção social;
- II. Apoiar a família, contribuir para o fortalecimento de sua função de proteção e contribuir para o fortalecimento ou reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários e com o contexto social;
- III. Contribuir para a superação de padrões de relacionamentos familiares e comunitários com padrões de violação de direitos;
- IV. Potencializar recursos para a superação da situação vivenciada;
- V. Contribuir para a construção de novas referências familiares e comunitárias, quando for o caso.
- VI. Fortalecer, junto aos indivíduos e famílias, o exercício do protagonismo, da participação social e da autonomia;
- VII. Prevenir agravamentos decorrentes das situações de risco vivenciados, bem como a institucionalização;
- VIII. Promover, junto com os (as) usuários (as), a construção e/ou reconstrução de projetos de vida.

CAPÍTULO II DO PÚBLICO E EIXOS NORTEADORES

Art. 4º. Público atendido:

I. Famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, tais como:

- a) Violência física, psicológica, abuso ou exploração sexual, negligência;
- b) Trabalho infantil;
- c) Descumprimento de condicionalidades do PBF relacionadas a situações de risco pessoal e social, com violação de direitos;
- d) Tráfico de pessoas;
- e) Abandono ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida protetiva;
- f) Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- g) Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes.

Art. 5º. Eixos norteadores da atenção ofertada no CREAS:

I. Atenção especializada e qualificação do atendimento;

- a) As situações acompanhadas pelo CREAS são complexas, envolvem violações de direitos e são permeadas por tensões familiares e comunitárias, podendo acarretar fragilização ou até mesmo rupturas de vinculações. Para tanto se devem desenvolver intervenções mais complexas, além de ações integradas com a rede.
- b) As singularidades de cada situação deverão orientar a decisão conjunta, com cada família/indivíduo, das metodologias a serem utilizadas no trabalho social especializado para a adoção das estratégias mais adequadas em cada caso, tendo em vista a construção de novas possibilidades de interação, projetos de vida e superação das situações vivenciadas.

II. Território e localização:

- a) O conhecimento do território favorece a compreensão da incidência e das nuances significativas e distintas dos riscos e fatores que contribuem para a ocorrência de determinadas situações violadoras de direitos. Favorece ainda a compreensão das potencialidades do local da comunidade.
- b) Desenvolver um trabalho integrado com a Vigilância Socioassistencial para o conhecimento do território e de suas potencialidades (cultura, valores, aspectos geográficos, econômicos, densidade populacional, fronteiras, etc.) e definir o melhor local para a instalação do CREAS.

III. Acesso a direitos socioassistenciais:

- a) Atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos;
- b) Acesso à rede de serviços com reduzida espera e de acordo com a necessidade;
- c) Acesso à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo aqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura e de limitações físicas;
- d) Ao protagonismo e a manifestação de seus interesses;
- e) A convivência familiar e comunitária;
- f) A oferta qualificada de serviços.

IV. Centralidade na família:

- a) Organizar suas ações tendo como foco a família, compreender a composição da mesma, suas relações de convivência, estratégias de sobrevivência, os diferentes arranjos familiares e a relação com o contexto social, evitando, desta forma, sua categorização a partir de modelos convencionais e conservadores que tipificam as famílias em “estruturadas” e “desestruturadas”.
- b) O trabalho social com centralidade na família no CREAS visa ao fortalecimento da sua função de proteção e atenção a seus membros, prevenindo, mediando e fortalecendo condições para a superação de conflitos. Essa perspectiva é fundamental para prevenir a recorrência e/ou agravamento de processos que gerem e/ou acentuem situações de violência, abandono, negligência ou qualquer outro tipo de situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Nessa direção, o trabalho social proposto pelo CREAS deve primar pelo acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e inclusão na rede, tendo em vista o empoderamento e a potencialização de seus recursos e capacidade de proteção.

V. Mobilização e participação social:

- a) O trabalho social no CREAS deve primar pela participação social dos usuários e pela realização de ações que propiciem intervenções nos territórios voltados à mobilização social para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.

VI. Trabalho em rede:

- a) O trabalho em rede tem por objetivo integrar as políticas sociais, na sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação, de modo a superar a fragmentação e proporcionar a integração das ações, resguardada as especificidades e competências de cada área.
- b) Trabalho em rede pressupõe articulação entre instituições e agentes que atuam em um determinado território e compartilham objetivos e propósitos comuns.
- c) O desenvolvimento de ações integradas em rede requer, ainda: reconhecimento mútuo da missão e respeito ao trabalho de cada componente da rede; conquista de legitimidade; respeito ao ritmo e ao tempo histórico de cada instituição e da rede; instrumentos operacionais que possam facilitar as conexões, como reuniões, encontros, contatos periódicos, fluxos e protocolos pactuados.
- d) Devem primar pela articulação que almeje o acesso dos usuários e demais serviços, projetos e programas que integram o SUAS e às outras políticas públicas, considerando a complexidade destas situações, que exigem atenções para além das proporcionadas pelo CREAS.
- e) Também devem ser considerados os órgãos de defesa de direitos que têm o objetivo de promover a defesa e o cumprimento dos direitos, bem como a investigação e a responsabilização dos autores de violência, quais sejam: Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Organizações da Sociedade Civil (Centros de Defesa, Fóruns de Defesa de Direitos), Delegacia, entre outros.

CAPÍTULO III DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Art. 6º. A oferta dos serviços especializados do CREAS deve orientar-se pela garantia das seguranças socioassistenciais, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS e na Tipificação de Nacional de Serviços Socioassistenciais e demais normas vigentes:

I. Segurança de Acolhida:

- a) Dispor de infraestrutura física adequada e equipe com capacidade técnica para a recepção e escuta profissional qualificada, orientada pela ética e sigilo e pela postura de respeito à dignidade, diversidade e não discriminação.
- b) A acolhida será realizada pelo profissional de recepção designado pela Coordenação, que encaminhará para a Equipe Técnica realizar a escuta qualificada.
- c) Conhecer cada família e indivíduo em sua singularidade, demandas e potencialidades e proporcionar informações relativas ao trabalho social e a direitos que possam acessar, assegurando-lhes ambiência favorecedora da expressão e do diálogo.
- d) A oferta dos serviços pelo CREAS deve ter consonância com as situações identificadas no território, para que as famílias e indivíduos possam encontrar a acolhida necessária às suas famílias.

II. Segurança de Convívio ou Vivência Familiar:

- a) Oferta de serviços de forma continuada, direcionados ao fortalecimento, resgate ou construção de vínculos familiares, comunitários ou sociais.
- b) Contribuir para a prospecção dos sujeitos na elaboração de projetos individuais e coletivos de vida, com a perspectiva de possibilitar a vivência de novas possibilidades de interação familiares e comunitárias, bem como a participação social, o que implica, necessariamente, em propiciar acesso à rede.

III. Segurança de Sobrevivência ou de Rendimento e de Autonomia:

- a) A atenção ofertada no CREAS deve nortear-se pelo respeito à autonomia das famílias e indivíduos, tendo em vista o empoderamento e o desenvolvimento de capacidades e potencialidades para o enfrentamento e superação de condições adversas oriundas das situações vivenciadas.
- b) O acompanhamento especializado ofertado no CREAS deve contribuir para o alcance de maior grau de independência familiar e pessoal e qualidade nos laços sociais, devendo, para tanto, primar pela integração entre o acesso a serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 7º. Os serviços socioassistenciais realizados pelo CREAS são:

I. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI:

- a) Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência; violência sexual; abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido a aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas, situação de rua ou mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do PBF em decorrência de violações de direitos.
- b) Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.
- c) O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias;
- d) O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- e) Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito;
- f) Se as famílias ou indivíduos atendidos vivenciarem a realidade do uso de crack e outras drogas, este serviço poderá vir a se conformar como um importante espaço para a identificação de demandas de intervenção no campo da saúde, frente a possíveis efeitos do uso/dependência de crack e outras drogas. Os profissionais deverão, nesses casos, estar preparados para orientar e promover o suporte devido à família/indivíduo, acionando, a partir de suas escolhas, serviços de saúde que possam oportunizar atendimento adequado;
- g) Ações que podem ser desenvolvidas pelo PAEFI, quando observada demanda de situações de risco pessoal e social associadas a circunstâncias de uso/dependência e crack e outras drogas: acompanhamento especializado e continuado das famílias/indivíduos, com foco na discussão e superação das situações de risco pessoal e social (violência/violação de direitos); encaminhamento para Inclusão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – viabilidade de acesso a programas de transferência de renda (Ex: PBF), quando contemplar o perfil; encaminhamento para acesso ao BPC, quando contemplar perfil; encaminhamento para acesso à documentação pessoal, quando for o caso; encaminhamentos monitorados para a rede de saúde (Ex: CAPS) e para os CRAS, tendo em vista a inserção de membros da família nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; trabalho em rede e articulação intersetorial, considerando as demandas identificadas (demais políticas públicas, órgãos de defesa de direitos, dentre outras);
- h) Representar espaços estratégicos importantes para o desenvolvimento de ações preventivas ao uso /dependência de drogas. A realização de oficinas e outras atividades incluindo as famílias, crianças, adolescentes e até mesmo a comunidade podem contribuir para o fortalecimento das estratégias preventivas nos territórios.

II. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade:

- a) O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento para adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias;
- b) Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens;
- c) Para a oferta do serviço faz-se necessário à observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida;
- d) Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente;
- e) O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA;
- f) No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas, outros serviços governamentais e sociedade civil;

- g) A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;
- h) A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social;
- i) Traçar estratégias que envolvam também as famílias dos (as) adolescentes, a partir das demandas apresentadas, inclusive para serviços de saúde que possibilitem a avaliação e o tratamento do uso ou dependência de crack e outras drogas. Igualmente, deve-se avaliar se há necessidade de acompanhamento familiar especializado pelo PAEFI;
- j) Quando houver demanda de internação para tratamento de saúde, a equipe deverá avaliar, em conjunto com a equipe de saúde, a possibilidade de continuidade do acompanhamento do adolescente em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) pelo Serviço;
- k) Os casos de internação para tratamento de saúde dos adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) deverão ser encaminhados para avaliação da autoridade competente, tendo em vista a especificidade da MSE e a impossibilidade do seu cumprimento nesse contexto.

III. Serviço Especializado em Abordagem Social:

- a) A abordagem social constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social.
- b) O Serviço tem como finalidade assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, dentre outras;
- c) O público alvo são crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, famílias, que utilizam os espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência;
- d) Considerar como território de sua atuação os espaços públicos, tais como: praças, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô, dentre outros;
- e) Uma das primeiras e mais importantes ações a serem realizadas pelo serviço para a intervenção qualificada nos espaços públicos será o mapeamento dos territórios e locais onde se observa, dentre outras, situações de risco pessoal e social associadas ao uso ou dependência de crack e outras drogas;
- f) É importante destacar que a abordagem nos locais com pessoas em situação de risco social associadas ao uso ou dependência de crack e outras drogas deve ser realizada conjuntamente pela equipe e as equipes de saúde. Caso necessário realizar os encaminhamentos a serviços específicos de saúde, frente às implicações do uso ou dependência de drogas. Nesses casos, somente uma atuação intersetorial poderá promover resultados satisfatórios, seja do ponto de vista físico/biológico seja do ponto de vista social;
- g) Busca da resolução de necessidades mais imediatas, com estratégia essencial para o acesso a benefícios e programas de transferência de renda (PBF, BPC, dentre outros) e vinculação à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, na perspectiva da construção do processo de saída das ruas;
- h) Orientações e encaminhamentos para o acesso a documentação pessoal e a inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal deverão também sempre que houver demanda. A inclusão no Cadastro Único deverá ser realizada quando a família apresentar o perfil para tal, mesmo que se configure como família unipessoal;
- i) Atenção especial deve ser dada à situação de crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, casos em que a equipe do Serviço de Abordagem deverá observar os encaminhamentos necessários para a sua efetiva proteção. Nos casos em que identificado uso ou dependência de crack ou outras drogas, os encaminhamentos para a rede de saúde deverão ser avaliados;
- j) No caso de crianças/adolescentes deverá: comunicar ao Conselho Tutelar a situação identificada, para aplicação de medidas protetivas e comunicação à autoridade judiciária, sempre que necessário; identificar junto à criança/adolescente os motivos que conduziram à saída de casa e trabalhar pela busca ativa de familiares/pessoas de referência e de rede social de apoio que possam contribuir para a retomada do convívio e construção do processo de saída da situação de rua. Esta busca ativa deve, inclusive, considerar os registros de famílias que procuram por crianças/adolescentes desaparecidos;
- k) A busca ativa da família da criança/adolescente em situação de rua deve sempre considerar a participação criança ou adolescente no processo, inclusive para analisar se há possibilidades de retorno ao convívio familiar ou se trata de demanda para encaminhamento a serviço de acolhimento, situação na qual a autoridade judiciária deverá ser comunicada, para avaliação da situação e providências relacionadas;
- l) Tão logo seja localizada, a família deve ser sensibilizada ao atendimento pela equipe do PAEFI, ofertado pelo CREAS, para acompanhamento do processo de retomada do convívio familiar. Nos casos em que não houver possibilidades de retomada do convívio, a equipe deve trabalhar junto ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária buscando a gradativa vinculação da criança/adolescente a serviço de acolhimento, onde sua segurança, direitos e proteção poderão ser mais bem asseguradas;
- m) Também realizar intervenções no espaço da rua numa perspectiva preventiva, podendo, por exemplo, ser um espaço para disseminação de campanhas, orientação e sensibilização relativas a cuidados com saúde, acesso a direitos, enfrentamento de situações de violação de direitos, etc.
- n) O Serviço será ofertado ininterruptamente, ou seja, todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriado, durante o dia e a noite.

IV. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias:

- a) Serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.
- b) O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes.
- c) Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários.
- d) A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.
- e) As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências.
- f) A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla "cuidador e dependente".

g) Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições.

V. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua:

- a) Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência;
- b) Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida;
- c) Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência;
- d) Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil;
- e) Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.
- f) Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

Parágrafo Único: O CREAS deve obrigatoriamente ofertar os serviços do PAEFI, de acordo com as Orientações Técnicas.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Art. 8º. A gestão dos processos de trabalho do CREAS trata de:

I. Planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido:

- a) Realizar o Planejamento das ações a serem desenvolvidas, contendo: objetivos, metas a serem alcançadas num determinado período de tempo, meios e recursos necessários;
- b) O Planejamento deve ser realizado pela equipe multidisciplinar, com o objetivo de compreender a complexidade das situações atendidas; discutir os referenciais teórico-metodológicos e as estratégias de intervenção adotadas; as técnicas e os instrumentos utilizados; e a necessidade de aprimoramentos e mudanças.
- c) O planejamento deverá ser realizado de forma sistemática, pelo menos uma vez por mês, ou quando se fizer necessário, permitindo à equipe "a crítica dos processos e dos efeitos da ação planejada, com vistas ao embasamento do planejamento de ações posteriores".
- d) Após a realização do planejamento, a equipe procederá ao monitoramento das ações planejadas e realizará a avaliação, levando ao replanejamento, caso necessário, criando um ciclo de reflexão, planejamento, ação, reflexão continuamente.

II. Trabalho em equipe interdisciplinar:

- a) O trabalho do CREAS será realizado em equipe interdisciplinar, adotando estratégias que possibilitem a participação e o compartilhamento de concepções por todos os componentes da equipe;
- b) Realizar as reuniões de equipes, mensalmente, ou quando necessário, elaborando a pauta e realizando os registros em ATA;
- c) Realizar reuniões para estudos de casos, mensalmente, ou quando necessário. Nessa reunião deve-se estudar, analisar e avaliar as particularidades e especificidades das situações atendidas, de modo a ampliar a compreensão e possibilitar a definição de estratégias e metodologias de atendimento mais adequadas, além de serviços da rede que deverão ser acionados, tendo em vista o aprimoramento do trabalho. Podendo ser convidados profissionais de outras redes de atendimento, se estiverem envolvidos com o caso estudado.
- d) O CREAS a título de troca de experiência e aprendizagem, maturação da equipe, reflexão e aperfeiçoamento profissional pode solicitar a supervisão e assessoria de profissional externo.

III. Trabalho Social para a execução dos serviços: O desenvolvimento do trabalho social pelos Serviços do CREAS pressupõe:

- a) Acolhida. A acolhida pode ser realizada sob duas perspectivas: a acolhida inicial das famílias/indivíduos e a postura acolhedora necessária ao longo de todo o período de acompanhamento. A acolhida inicial tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida nos Serviços do CREAS e identificar demandas imediatas de encaminhamentos. Esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança, lançando as bases para a construção conjunta do Plano de Acompanhamento;
- b) Escuta qualificada; Estudo Social e Diagnóstico Socioeconômico: Para a compreensão da situação vivenciada por cada família/indivíduo, considerando seu contexto de vida familiar, social, histórico, econômico e cultural. Realizar a construção de projetos de vida e de novas possibilidades de relacionamento, com superação das situações adversas vivenciadas;
- c) Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar: Elaborar o Plano junto com as famílias e indivíduos para guiar o trabalho social no CREAS, bem como paradelinear, junto aos usuários, a construção de novas perspectivas de vida. O desenvolvimento do Plano de Acompanhamento implica na realização de atendimentos continuados, que podem ser realizados em formatos diversos (individual, familiar, em grupo, com grupos de famílias) - considerando as situações vivenciadas e as singularidades de cada família/indivíduo em acompanhamento, além de ações que oportunizem o fortalecimento da autonomia e o acesso a direitos.
- d) Orientação e encaminhamentos a fim de garantir a atenção integral das famílias/indivíduos, o acesso a direitos e à documentação pessoal;
- e) Realizar o acompanhamento especializado e a Elaboração do Plano de Acompanhamento: Compreende atendimentos continuados e uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento, segundo as demandas e especificidades de cada situação (orientação sócio-familiar, atendimentos psicossociais individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, etc.). Proporciona espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídicosocial às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social.
- f) Mobilizar e identificar famílias extensas ou ampliadas. Estimular o convívio familiar, grupal e social, mobilizar e fortalecer o convívio e de redes sociais de apoio;
- g) Articulação com a rede de atendimento. Identificadas às demandas cujo atendimento ultrapasse as competências do CREAS, as famílias e indivíduos devem ser encaminhados para acessar serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Estes encaminhamentos devem ser monitorados, no sentido de verificar seus desdobramentos, e discutidos com outros profissionais da rede que também atendam a família ou indivíduo. Realizar a referência e a contrarreferência, informar, comunicar e realizar a defesa de direitos;
- h) Registro das Informações: Manter prontuários individuais e/ou familiares com os registros de acompanhamento, contendo a frequência, permanência, desligamento e atividades desenvolvidas, situações atendidas, instrumentos, métodos e procedimentos adotados,

encaminhamentos realizados e resultados atingidos. Elaborar Relatórios: individuais, familiares, de resultados, dentre outros. Realizar registros das informações para monitorar e avaliar as ações e serviços.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 9º. O CREAS deverá contar com uma estrutura mínima conforme definido nas Orientações Técnicas do CREAS e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Parágrafo Único: O CREAS funcionará de 2ª. a 6ª. Feira, das 7h30 às 11h30min e das 13h00min às 17h 00min.

Art.10. Para o seu funcionamento contará com uma Equipe de Referência e uma Equipe de Apoio Operacional, de acordo com a Resolução CNAS nº 17/2011 e NOB/RH-SUAS:

§ 1º A Equipe de Referência será constituída de:

I. 01 (um) Coordenador;

II. 01 (um) Assistente Social;

III. 01 (um) Psicólogo;

IV. 01 (um) Advogado;

§ 2º A Equipe de Apoio Operacional será constituída de:

I. 01 (um) Auxiliar Administrativo

II. 01 (um) Serviços Gerais compartilhado

III. 01 (um) Motorista compartilhado

§ 3º A ausência do funcionário do local do trabalho ocorrerá somente com autorização da Coordenação.

§ 4º As faltas serão justificadas mediante apresentação do atestado médico;

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I - Da Coordenação

Art.11. Ao Coordenador do CREAS compete:

I. Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade;

II. Zelar pelo cumprimento das normas descritas no Regimento Interno;

III. Garantir e manter as instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à execução dos serviços;

IV. Supervisionar os trabalhos desenvolvidos por todos os funcionários, zelando pelo bom andamento do atendimento aos usuários e tomar as medidas cabíveis quando da existência de irregularidades. Em caso de irregularidades por parte dos funcionários, comunicar a Secretaria de Assistência Social;

V. Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação e implementação dos programas, serviços e projetos operacionalizados na unidade;

VI. Convocar e coordenar a realização do planejamento dos serviços, programas, projetos e ações em geral;

VII. Coordenar a execução e realizar o monitoramento e a avaliação dos serviços, programas, projetos, serviços, benefícios e ações em geral;

VIII. Planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência da unidade, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social;

IX. Zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças/adolescentes, de acordo com o ECA, bem como dos demais usuários de acordo com as legislações vigentes, dos direitos dos cidadãos;

X. Garantir atendimento humanizado e qualificado a todos os usuários que demandam os serviços, programas, projetos e ações da Assistência Social;

XI. Fornecer subsídios e informações a SMAS que contribuam para:

a) Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

b) Planejamento, monitoramento e avaliação da Unidade e dos serviços ofertados;

c) Organização e avaliação dos serviços referenciados;

d) Planejamento de medidas voltadas à qualificação da Unidade e da atenção ofertada no âmbito dos serviços;

XII. Coordenar e garantir que as informações sejam consolidadas, organizadas e enviadas mensalmente para o órgão gestor, especialmente as que se referem à incidência de vulnerabilidade e risco social no território; número de famílias atendidas e acompanhadas; perfil das famílias (se beneficiárias de transferência de renda ou de benefício de prestação continuada), dentre outras. Estas informações servirão para alimentar o sistema de Vigilância Social do município, bem como o Censo SUAS.

XIII. Subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de Vigilância Socioassistencial do órgão gestor de Assistência Social;

XIV. Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para a realização do atendimento e articulação com a rede;

XV. Definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias;

XVI. Coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede socioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços da rede socioassistencial referenciada a unidade;

XVII. Articular com a rede de serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento;

XVIII. Promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios socioassistenciais na área de abrangência da unidade;

XIX. Articular com o Sistema de Garantia de Direitos -SGD;

XX. Averiguar as necessidades de capacitação da equipe e informar a Secretaria de Assistência Social. O ideal é que esta formação seja continuada e que se prevejam momentos de estudo e aprimoramento da ação;

XXI. O coordenador deve convocar e presidir as reuniões periódicas de planejamento e avaliação com toda a equipe de referência deve ser

parte do processo de trabalho, sendo imprescindível para a garantia da interdisciplinaridade do trabalho da equipe. Estes momentos, que devem ser preferencialmente semanais, são ainda importantes para possibilitar a troca de experiências entre os profissionais. Os profissionais de nível médio também devem participar de reuniões de equipe, principalmente aqueles que desenvolvem funções relacionadas à oferta de serviços de abordagem social.

XXII. Participar das reuniões de planejamento e avaliação promovidas pela Secretaria de Assistência Social, contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados.

SEÇÃO II

Dos Integrantes da Equipe Técnica

SUBSEÇÃO I

Do Assistente Social

Art.12. Ao Assistente Social compete:

- I. Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;
- II. Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um;
- III. Realização de acompanhamento especializado, referente ao PIA, por meio de atendimentos familiares, individuais e em grupo;
- IV. Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;
- V. Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos;
- VI. Trabalho em equipe interdisciplinar;
- VII. Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas;
- VIII. Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho;
- IX. Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas;
- X. Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas, para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos.

SUBSEÇÃO II

Do Psicólogo

Art. 13. Ao Psicólogo compete:

- I. Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;
- II. Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um;
- III. Realização de acompanhamento especializado referente ao PIA, por meio de atendimentos familiares, individuais e em grupo;
- IV. Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;
- V. Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos;
- VI. Trabalho em equipe interdisciplinar;
- VII. Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas;
- VIII. Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho;
- IX. Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas;
- X. Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas, para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos.

SUBSEÇÃO III

Do Advogado

Art.14. Ao Advogado compete:

- I. Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;
- II. Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um;
- III. Realização de acompanhamento especializado, referente ao PIA, por meio de atendimentos familiares, individuais e em grupo;
- IV. Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;
- V. Realização de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos;
- VI. Trabalho em equipe interdisciplinar;
- VII. Orientação jurídico-social;
- VIII. Alimentação de registros e sistemas de informação sobre as ações desenvolvidas;
- IX. Participação nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho;
- X. Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas;
- XI. Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas, para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de

informações e procedimentos.

SUBSEÇÃO IV

Dos profissionais de abordagem aos usuários

Art. 15. Aos Profissionais de abordagem aos usuários compete:

- I. Recepção e oferta de informações às famílias e/ou indivíduos;
- II. Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados;
- III. Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS.

SEÇÃO III

Dos Integrantes da Equipe de Apoio Operacional

SUBSEÇÃO I

Do Auxiliar Administrativo

Art. 16. Ao Auxiliar Administrativo compete:

- I. Recepção inicial e fornecimento de informações aos usuários e encaminhamentos aos serviços e profissionais;
- II. Apoio aos demais profissionais no que se refere às funções administrativas da Unidade;
- III. Agendar atendimento e entrevistas;
- IV. Rotinas administrativas da unidade, relacionadas a seu funcionamento e relação com o órgão gestor e com a rede;
- V. Organizar, catalogar, processar e conservar documentos;
- VI. Controlar estoque e patrimônio;
- VII. Respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional;
- VIII. Participação das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados, redigindo ATAS e controle de Listas de Participação;
- IX. Participação das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS.

SUBSEÇÃO II

Dos Serviços Gerais

Art. 17. Aos Serviços Gerais compete:

- I. Preparar chá e café;
- II. Higienizar e desinfetar banheiros;
- III. Limpar utensílios, equipamentos e instalações de manipulação de alimentos e lavar louças;
- IV. Executar tarefas de limpeza geral interna da unidade;
- V. Higienizar e abastecer bebedouros e dependências sanitárias;
- VI. Recolher, separar e dispor lixo para coleta;
- VII. Zelar pelos equipamentos de uso, no exercício profissional;
- VIII. Respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional;
- IX. Participar de reuniões administrativas, treinamentos e encontros de capacitação profissionais externos e internos, sempre que convocado;
- X. Desempenhar outras atividades compatíveis com a função e determinadas pela Coordenação ou pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

SUBSEÇÃO III

Do Motorista

Art.18. Ao Motorista compete:

- I. Acolher e tratar afetivamente os usuários dos serviços;
- II. Transportar os usuários para as demais unidades da rede socioassistencial, do sistema de garantia de direitos e demais políticas públicas, mediante a solicitação da equipe de referência e Coordenador;
- III. Transportar a equipe técnica e coordenação no seu exercício profissional;
- IV. Zelar pela segurança dos usuários e dos profissionais durante o transporte;
- V. Manter o veículo limpo e em condições de uso;
- VI. Comunicar antecipadamente quando o veículo necessitar fazer consertos e reparos;
- VII. Registrar o consumo e a quilometragem de saída e chegada do veículo, bem como o percurso;
- VIII. Organizar suas atividades para cumprimento das agendas do veículo, comunicando sempre que houver um imprevisto ou problema;
- IX. É proibido utilizar o veículo para fins particulares, bem como, "dar carona";
- X. Respeitar e cumprir a legislação de trânsito vigente;
- XI. Respeitar os horários de atividades de atendimento aos usuários e dos profissionais;
- XII. Respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

Art. 19. Caso o descumprimento das atribuições que violem os direitos dos usuários e funcionários for por parte da Coordenação, serão seguidos os procedimentos descritos:

- I. Os funcionários em particular ou em conjunto, elaborarão relatório e encaminharão a Secretária Municipal que tomará as medidas cabíveis;

II. Caso a Secretária Municipal não tomar as medidas cabíveis, a Equipe Técnica formalizará a denúncia a Promotoria Pública.

Art. 20. É vedado aos funcionários durante o horário de expediente:

- I. Consumo de bebidas alcoólicas, fumo e substâncias ilícitas;
- II. Uso de telefone fixo para fins particulares;
- III. A permanência de animais de qualquer espécie dentro da Instituição;
- IV. O uso de roupas transparentes, com excesso de decotes, curtas;
- V. Realizar trabalhos manuais com fins particulares, durante o expediente (crochês, tricôs, etc.);
- VI. A utilização dos recursos públicos da instituição para fins particulares;
- VII. Utilizar cargos e funções da instituição para benefícios pessoais;
- VIII. Não utilizar celular durante o transporte dos usuários;
- IX. Criar um clima organizacional desfavorável (fofocas, intrigas, disputas, competições, discórdias);
- X. Desrespeitar os direitos dos usuários;
- XI. A permanência de parentes de funcionários, bem como pessoas estranhas nas dependências da instituição, principalmente durante a jornada de trabalho.

CAPÍTULO VII DO ESTÁGIO

Art. 21. Os alunos/estagiários serão aceitos mediante o convênio firmado entre as Instituições de Ensino Superior e a Secretaria Municipal de Assistência Social. Para o aceite do estagiário deverá a Secretaria em comum acordo com o profissional de nível superior da área solicitada que será o orientador de campo do estágio.

§ 1º Serão aceitos alunos/estagiários dos Cursos de Graduação/Pós-Graduação em: Serviço Social e Psicologia.

§ 2º Todas as vagas para alunos/estagiários disponibilizadas, serão na modalidade de obrigatoriedade acadêmica, e não tendo a instituição nenhuma obrigação financeira (pagamento R\$) pelos serviços prestados.

§ 3º As etapas do estágio serão:

- a) Observação;
- b) Elaboração do Projeto de Intervenção;
- c) Intervenção supervisionada.

CAPÍTULO VIII DAS PARCERIAS E AÇÕES INTEGRADAS

Art. 22. O CREAS poderá estabelecer parcerias e ou ações integradas com órgãos não governamentais e governamentais, que se engajarem na operacionalização das suas atividades.

CAPÍTULO IX DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

Art. 23. A avaliação e monitoramento das ações dos programas desenvolvidos serão conforme descritos no Art. 8º.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Quando da fiscalização realizada pelo Ministério Público, Juizado da Vara da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e dos Conselhos de Direitos, demais Conselhos pertinentes, na instituição, os funcionários deverão estar à disposição para prestarem as informações solicitadas, bem como apresentar documentos exigidos e pertinentes ao tipo de fiscalização.

Parágrafo Único. Documentos de caráter sigiloso (prontuários), somente serão apresentados mediante solicitação judicial.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do CREAS e/ou Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 26. O presente Regimento poderá ser alterado, quando necessário, devendo as alterações propostas ser remetidas a Secretaria Municipal de Assistência Social, para avaliação e aprovação.

Art. 27. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação.

Rio das Antas, 09 de agosto de 2023.

JOAO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

ILIETE TESSARI
Secretária Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 092/2023, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052528

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

DECRETO Nº 092/2023, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS - POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA(S) FONTE(S) QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na Lei nº 2.230, de 07/12/2022 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 11.718,00 (ONZE MIL SETECENTOS E DEZOITO REAIS) a (s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS, conforme abaixo:

ÓRGÃO: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS

UNIDADE: 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS – FMS

AÇÃO: 2028 – Manut.do Sist.un.saúde-sus e Prog.est.saúde

10.001.0010.0301.0150.2028.33390000000000000000.17103210000– Aplicação Diretas (286) R\$ 7.574,00

10.001.0010.0301.0150.2028.34490000000000000000.16017000000– Aplicação Diretas (305) R\$ 4.144,00

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º no valor de R\$ 11.718,00 (ONZE MIL SETECENTOS E DEZOITO REAIS)), corre por conta de EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na ID/Fonte, 171032100000 - Transferência Especial dos Estados e 16017000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 10 DE AGOSTO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE

Secr.Mun. de Adm. e Finanças

DECRETO Nº 093/2023, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052529

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS

DECRETO Nº 093/2023, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUN. DE RIO DAS ANTAS-FUMAS POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO, NA(S) FONTE(S) QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na Lei nº 2.230, de 07/12/2022 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) para a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUN. DE RIO DAS ANTAS-FUMAS, conforme abaixo:

20 – FUNDO DE ASSIST.SOCIAL DO MUN.DE RIO DAS ANTAS - FUMAS

20.01 – FUNDO DE ASSIST.SOCIAL DO MUN.DE RIO DAS ANTAS - FUMAS

20.001.0008.0244.0110.2023.3339000000.25007000000– Aplicações Diretas (238) R\$ 50.000,00

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º deste decreto corre no valor de R\$ R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) por conta do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior, na seguinte fonte: Fonte 25007000000 –Recursos Ordinários, detalhamento 000000, consolidada do Município de Rio das Antas.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 10 DE AGOSTO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secr.Mun. de Adm. e Finanças

DECRETO Nº 094/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052531

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS

DECRETO Nº 094/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA DOS SERV.PÚBL. MUNIC.DE RIO DAS ANTAS - FASM POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO, NA(S) FONTE(S) QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na Lei nº 2.230, de 07/12/2022 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 235.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL REAIS) para a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA DOS SERV.PÚBL. MUNICIPAIS DE RIO DAS ANTAS - FASM, conforme abaixo:

30 – FUNDO DE ASSIST.SOC.E MÉD.SERV.PÚBL.MUN. RIO DAS ANTAS - FASM

30.01 – FUNDO DE ASSIST.SOC.E MÉD.SERV.PÚBL.MUN. RIO DAS ANTAS - FASM

30.001.0008.244.0120.2025.3339000000.250070000000– Aplicações Diretas (262) R\$ 235.000,00

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º deste decreto corre no valor de R\$ 235.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL REAIS) por conta do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior, na seguinte fonte: Fonte 250070000000 – Recursos não vinculados de impostos, da UG- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA DOS SERV.PÚBL. MUNICIPAIS DE RIO DAS ANTAS - FASM.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 11 DE AGOSTO DE 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE
Secr.Mun. de Adm. e Finanças

LEI Nº 2.284, DE 09 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054145

LEI Nº 2.284, DE 09 DE AGOSTO DE 2023

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS POR CONTA DE RECURSOS DE ANULAÇÕES NAS CONTAS QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao orçamento para 2023 na UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

UNIDADE: 010 – Fdo Munic. de Saneamento Básico de Rio das Antas – FUMSABA

AÇÃO: 1129 – Implantação Estação Tratamento Resíduos Sólidos e Centro de Triagem

02.010.0017.0512.0290.1129.34490000000000000000.175470006107-APLIC. DIRETAS (Ref. 301)...até R\$ 50.000,00

Art.2º - O crédito suplementar autorizado no artigo 1º desta lei corre por conta de recursos de anulações até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao orçamento para 2023 na UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

ÓRGÃO: 02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

UNIDADE: 008 – Secret. Mun. de Obras e Serviços – SMOS

AÇÃO: 2086 - Manut.da Smipla e Prom.ao Desenv.indl.no Municipio

02.009.0022.0661.0360.2086.34490000000000000000.150070000000 -APLIC. DIRETAS (Ref. 209)..até R\$ 50.000,00

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio das Antas, 09 de agosto de 2023.

JOÃO CARLOS MUNARETTO

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 204/2023 - JANAINA DA SILVA

Publicação Nº 5053886

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 204/2023

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pela Sra. LAIANA DA SILVA OSSEMER, na qualidade de Secretária Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA DA SILVA portador(a) do CPF nº 066.031.379-09, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Navegantes, 80, Navegantes, Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O (a) contratado (a) com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, bem como a alínea “d” do inciso IV do artigo 2º da Lei 6.378 de 27 de junho de 2022 e alterações, prestará serviços de função Auxiliar de Serviços Gerais I, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidos no ECIM Roberto Machado, em razão do afastamento de Marilda Regia Correa Passero devido ao seu afastamento para tratamento de saúde.

Parágrafo único – Excepcionalmente, o prazo do contrato poderá ser inferior ao prazo de afastamento do servidor titular, tendo em vista os trâmites legais necessários para a efetivação da contratação, não desnaturando o fundamento legal que o suporta.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado (a) receberá a importância de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 20 de novembro de 2001, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 14/08/2023 e encerrando-se em 31/12/2023.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de diminuição do número de aulas da unidade escolar, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do artigo 14º da Lei nº 6.378, de 27 de junho de 2.022, a importância correspondente à 8% (oito por cento) da remuneração efetiva percebida, por mês trabalhado.

CLÁUSULA SEXTA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 6.378, de 27 de junho de 2022, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA OITAVA: O CONTRATADO consente que a CONTRATANTE tome decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e contratuais, bem como realize o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, bem como publicação no sítio virtual da controladora e no Diário Oficial dos Municípios, a fim de que surta os devidos efeitos legais.

Rio do Sul (SC), 10 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER	JANAINA DA SILVA
Secretária Municipal de Administração	Contratado (a)

PORTARIA N. 1186/DGP

Publicação Nº 5052700

PORTARIA N. 1186/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito do Município de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II e X, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, nos termos do artigo 13 da Lei Complementar nº 522, de 29 de junho de 2023, JUAREZ TASSI, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social, 40 horas, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2023.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Lasc

PORTARIA N.1162/SEA

Publicação N° 5051687

PORTARIA N.1162/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos artigos 40 a 47, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao (a) servidor (a) RAMON THIAGO DA SILVA KISSNER, matrícula n.2001853-1, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n.218280/2023, a realização de cursos de capacitação/ treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01/06/2023, de acordo com o artigo 46 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.1163/SEA

Publicação N° 5051835

PORTARIA N.1163/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023;

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos artigos 40 a 47, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao (a) servidor (a) DANIEL BRANDL, matrícula n.99007-2, ocupante do cargo de provimento efetivo CIRURGIAO DENTISTA, o quarto Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n.218583/2023, a realização de cursos de capacitação/ treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01/06/2023, de acordo com o artigo 46 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.1164/SEA

Publicação N° 5051919

PORTARIA N.1164/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento nos artigos 49 a 54, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao(a) servidor(a) LETICIA AMABILE PATERNO, matrícula n.2833751-2, ocupante do cargo de provimento efetivo FISIOTERAPEUTA, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o certificado de Pós Graduação Lato Sensu em Fisioterapia Ortopédica, no processo n.219570/2023, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 10/07/2023, de acordo com o artigo 54 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,09 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.1169/SEA

Publicação Nº 5052252

PORTARIA N.1169/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento nos artigos 49 a 54, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao(a) servidor(a) MARIA ELISA MAYR, matrícula n.98620-5, ocupante do cargo de provimento efetivo MONITOR ESCOLAR, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o certificado da Graduação em História, no processo n.220353/2023, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 29/06/2023, de acordo com o artigo 54 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,09 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.1175/SEA

Publicação Nº 5052334

PORTARIA N.1175/SEA

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 11.947 de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento nos artigos 49 a 54, da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023, conceder ao(a) servidor(a) PAULO HENRIQUE BECKER, matrícula n.31553478-2, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o certificado da Graduação em Ciências Econômicas, no processo n.218225/2023, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no artigo 55, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art.2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 12/05/2023, de acordo com o artigo 54 da Lei Complementar n. 524 de 29 de junho de 2023.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,09 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
crf

PORTARIA N.1182/DGP

Publicação N° 5052866

PORTARIA N.1182/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 11.943, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade à(ao) servidor(a) THIAGO RAFAEL VENTURA ocupante do cargo de provimento Efetivo de GUARDA MUNICIPAL, de acordo com o artigo 199, da Lei Complementar n. 522 de 29/06/2023, conforme certidão de nascimento n.º 107821 01 55 2023 1 00057 120 0022693 20 do cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Timbó/SC, onde encontra-se o assento de THIAGO GABRIEL DO NASCIMENTO VENTURA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Srv

PORTARIA N.1183/DGP

Publicação N° 5052894

PORTARIA N.1183/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 11.943, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade à(ao) servidor(a) THIAGO RAFAEL VENTURA ocupante do cargo de provimento Efetivo de GUARDA MUNICIPAL, de acordo com o artigo 199, da Lei Complementar n. 522 de 29/06/2023, conforme certidão de nascimento n.º 107821 01 55 2023 1 00057 119 0022692 13 do cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Timbó/SC, onde encontra-se o assento de ÁGATHA DO NASCIMENTO VENTURA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Srv

PORTARIA N.1185/DGP

Publicação N° 5053026

PORTARIA N.1185/DGP

LAIANA DA SILVA OSSEMER, Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 11.943, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor THIAGO RAFAEL VENTURA, ocupante do cargo efetivo de GUARDA MUNICIPAL, Licença Paternidade no período de 28/07/2023 à 16/08/2023, de acordo com o disposto no artigo 211, da Lei Complementar nº 522, de 29 de junho de 2023, conforme certidões de nascimento 107821 01 55 2023 1 00057 120 0022693 20 e 107821 01 55 2023 1 00057 119 0022692 13 do Cartório de Registro Civil do Município de Timbó/SC, onde encontra-se o assento de Thiago Gabriel do Nascimento Ventura e Ágatha do Nascimento Ventura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2023.

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N.1189/DGP

Publicação Nº 5053356

PORTARIA N.1189/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora RODRIGO DOLZAN, matrícula 2 433125-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, sendo o último dia trabalhado 08/08/2023 nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 522 de 29/06/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2023.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Srv

PORTARIA N.1190/DGP

Publicação Nº 5053348

PORTARIA N.1190/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora DEBORA RIBEIRO, matrícula 29578914-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, sendo o último dia trabalhado 09/08/2023 nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 522 de 29/06/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2023.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Srv

PORTARIA N.1191

Publicação Nº 5053346

PORTARIA N.1191/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora VIRGINIA SCHRODER, matrícula 1614037-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, sendo o último dia trabalhado 28/07/2023 nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 522 de 29/06/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2023.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

LAIANA DA SILVA OSSEMER
Secretária Municipal de Administração
Srv

RESUMO CONTRATO Nº 034/2023/FMS

Publicação Nº 5052310

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0AA4CD4545B7AFA2F45D43802208759AB64671E3
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 034/2023/FMS

Concorrência Pública nº 030/2023/FMS

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

CONTRATADA: Alto Vale Construções LTDA – CNPJ 37.365.559/0001-25

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para reforma do prédio onde se localizava o antigo fórum – Novo Centro de Saúde, Rua Dom Bosco, bairro Jardim América, Rio do Sul/SC.

Valor Total: 4.444.412,07 (quatro milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e doze reais e sete centavos).

Prazo de Execução: 300 (trezentos) dias, contados da assinatura da ordem de serviço.

Prazo de Vigência: 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da assinatura do termo contratual.

Recurso: 87.02.1061.4490.5107, 87.02.1035.4490.5107 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul, 04 de agosto de 2023.

ADILSON DOMINGOS BONFANTI
Prefeito Municipal em Exercício
CONTRATANTE

ALTO VALE CONSTRUÇÕES LTDA
Diego Felipe de Souza
CONTRATADA

TERMO DE CONVOCAÇÃO - JUAREZ TASSI

Publicação Nº 5053147

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JUAREZ TASSI é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de Educador Social, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público n. 002/2019, homologado por meio do Decreto n. 9.087 de 15/06/2020 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1186/DGP de 10/08/2023, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 14/08/2023. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 522/2023, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
---------------	--------------------

Todos os cargos

1. HEMOGRAMA COMPLETO;
2. GLICEMIA;
3. VDRL;
4. RX TORAX (COM LAUDO);
5. RX DA COLUNA LOMBO-SACRA (COM LAUDO);
6. RX DE BACIA (COM LAUDO);
7. ECG (acima 40 anos) – com laudo;
8. CREATININA (acima 40 anos);
9. LAUDO DO PSIQUIATRA (COM RQE);
10. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 11 de agosto de 2023.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento Profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura e data):

_____/_____/____/____/____

TERMO DE CONVOCAÇÃO - NERI BATISTA DOS ANJOS

Publicação Nº 5053651

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NERI BATISTA DOS ANJOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no horário das 07:30h às 11:30h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II – 40 HORAS – PROCESSO SELETIVO N. 004/2023.

Rio do Sul (SC), 11 de agosto de 2023.

Confirmação Recebimento (assinatura):

_____/_____/____/____/____

DECRETO N. 12.066, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053342

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A46E3D5337910E6FDD9E605F2E5172304842FBFA

**DECRETO Nº 12.066**, de 11 de agosto de 2023.**“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 071/2023, DE 07.07.2023”**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Edital de Concorrência Eletrônica nº 071/2023, de 07 de julho de 2023.

Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro revogado o Edital de Concorrência Eletrônica nº 071/2023, com base no DESPACHO anexo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 71, II, da Lei 14.133/2021, em sua atual redação. Ato motivado pela falta de interessados no certame, restando o mesmo DESERTO.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de agosto de 2023

**JOSE EDUARDO
ROTHBARTH**

THOME:05421524957

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

Assinado de forma digital por
JOSE EDUARDO ROTHBARTH
THOME:05421524957
Dados: 2023.08.11 14:21:06 -03'00'

**JAIRO
WEHMUTH
JUNIOR:85
110450900**

Assinado de forma digital por
JAIRO WEHMUTH
JUNIOR:85110450
900
Dados: 2023.08.11
13:58:58 -03'00'



Praça 25 de julho, 1 Centro, Rio do Sul/SC, 89.160-900 | CNPJ 83.102.574/0001-06
(47) 3531-1200 | riodosul.sc.gov.br



Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.490, DE 27 DE JULHO DE 2023. REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 3.469, DE 06 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 5053912

DECRETO Nº 3.490, DE 27 DE JULHO DE 2023.

REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 3.469, DE 06 DE JUNHO DE 2023.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

DECRETA

Art. 1º - Fica revogado o Decreto Municipal nº 3.469, de 06 de junho de 2023.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio dos Cedros, 27 de julho de 2023.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 27 de julho de 2023.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.491, DE 27 DE JULHO DE 2023. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 30.654, LIVRO 02, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE DARIO SANDRI E RITA SANDRI, E DÁ OUTRAS

Publicação Nº 5053930

DECRETO Nº 3.491, DE 27 DE JULHO DE 2023.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 30.654, LIVRO 02, DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE DARIO SANDRI e RITA SANDRI, e dá outras providências.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores; e

Considerando, a necessidade de exploração e/ou conservação dos serviços públicos com a área que passará a integrar o patrimônio do Município de Rio dos Cedros – SC, de propriedade de DARIO SANDRI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 379.563.889-53, portador da cédula de identidade nº 913.482, expedida pela SSP-SC, lavrador, casado com RITA SANDRI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 833.048.009-72, portador da cédula de identidade nº 3.545.654, expedida pela SSP-SC, brasileiros, residentes e domiciliados na estrada geral do Rio Milanês, s/nº, bairro Rio Milanês, cidade de Rio dos Cedros, deste Estado.

Considerando, que a desapropriação para exploração ou a conservação dos serviços públicos trata-se de caso de utilidade pública, em com o disciplinado no art.5º, "h", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de UTILIDADE PUBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores (artigo 5º, alínea h), parte do terreno rural, objeto da Matrícula nº30.654, Livro 02, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

A) Área desapropriada para integração do patrimônio público municipal: Situado do lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-420, distando pelo lado direito (ponto PP), 57,00 metros através do lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-420, até a esquina com o lado par da rua João Lorenz, município de Rio dos Cedros – SC., com a área de 4.083,16M² (QUATRO MIL E OITENTA E TRÊS METROS E DEZESSEIS DECÍMETROS QUADRADOS). Sem edificações. Inicia-se no ponto PP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E 669.592,60 m e N 7.050.663,56 m situado na interseção da frente com o lado

direito do imóvel, fazendo frente ao SUL em linha reta confrontando com o lado Ímpar da Rodovia Municipal RCD-420 com o azimute de 66°49'38" e a distância de 32,91 metros até o ponto P1 (E 669.622,86 m e N 7.050.676,51 m); deste segue em 114°17'15" à esquerda pelo lado esquerdo à LESTE em linha reta com o azimute de 1°06'53", confrontando com a área remanescente do proprietário em 126,23 metros até o ponto P2 (E 669.625,31 m e N 7.050.802,72 m); deste segue em 115°41'18" à esquerda pelos fundos ao NORTE em linha reta com o azimute de 296°48'12", confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Milanês em 10,20 metros até o ponto P3 (E 669.616,21 m e N 7.050.807,32 m); deste segue em 135°35'21" à esquerda em linha reta com o azimute de 252°23'33", confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Milanês em 15,19 metros até o ponto P4 (E 669.601,73 m e N 7.050.802,72 m); deste segue em 265°06'33" à direita em linha reta com o azimute de 337°30'05", confrontando com a margem esquerda do Ribeirão Milanês em 16,02 metros até o ponto P5 (E 669.595,60 m e N 7.050.817,53 m); deste segue em 23°36'48" à esquerda pelo lado direito à OESTE em linha reta com o azimute de 181°06'53", confrontando com a propriedade de Natalia Sandri Correa e Adelir Carlos Lorenz, Matrícula nº 7.467 - Liv.2, (Área desmembrada de 5.022,00m²) em 154,00 metros até o ponto PP (E 669.592,60 m e N 7.050.663,56 m); deste segue em 65°42'45" à esquerda com o início da descrição do perímetro de 354,55 metros. Neste imóvel fica reservada a área total de 1.020,71 m², constante da faixa de 30,00 metros da margem esquerda do Ribeirão Milanês, destinada à Área de Preservação Permanente, denominada de APP, conforme Lei nº 12.651 de 25/05/2012, com a seguinte descrição: A Área de Preservação Permanente APP faz frente, sul, em um segmento de linha sinuosa de 32,20 metros, com terras do proprietário, lado direito, à oeste, em um segmento de linha reta de 48,53 metros com a propriedade de Natalia Sandri Correa e Adelir Carlos Lorenz, Matrícula nº 7.467 - Liv.2, (Área desmembrada de 5.022,00m²); fundos, ao norte, em segmentos de linha reta em 10,20 metros, 15,19 metros e 16,02 metros com a margem esquerda do ribeirão Milanês; lado esquerdo, leste, em um segmento de linha reta de 33,08 metros com a área remanescente do proprietário. Parte do imóvel matriculado sob nº30.654, livro nº02 do 1º Serviço Registral da Comarca de Timbó – SC.

Art. 2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2023.

Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 27 de julho de 2023.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 27 de julho de 2023.

MARGARET SILVIA GREYTER
Diretora de Gabinete

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 167, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 5052954

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 167, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2019.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item

JULGAMENTO: Menor Preço

Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de aquisição e fornecimento de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.806/0001-18, estabelecido na Rua Nereu Ramos, n.205, em Rio dos Cedros, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor JORGE LUIZ STOLF, doravante denominado apenas de CONTRATANTE, e, de outro, SERVIMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Sete de Setembro, nº1760, Bairro Centro, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 79.511.812/0001-51, neste ato representado por JONY REUS KEPPEL, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 920.727.049-87, com endereço profissional junto à pessoa jurídica representada, doravante denominada CONTRATADA, mediante cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

Considerando que o objeto do Contrato originário é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO à Administração Pública Municipal, conforme descrição, marcas e preços constantes dos itens descritos na cláusula segunda do contrato originário, em conformidade com o Edital de Licitação nº 41/2019, e tendo em vista a necessidade da administração na continuidade da prestação dos serviços, embasado na Cláusula Sétima, bem do reajuste previsto na Cláusula Terceira ambos do contrato originário e o disposto no artigo 57, inciso II da Lei Nacional 8.666/93 é celebrado o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Face a justificativa e fundamento legais acima mencionados, fica prorrogado o contrato administrativo nº 167 por mais 12 (doze) meses, com término de sua vigência previsto para 18.08.2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Tendo em vista o contrato administrativo ter atingido o lapso temporal de 12 (doze) meses quando da sua renovação, fica o mesmo reajustado pelo índice do INPC no percentual de 3,53%, relativo ao período de 08/2022 a 07/2023, sendo que o novo valor será devido a contratada a partir de 19.08.2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUÍLIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO – REAJUSTE

A CONTRATADA declara, para todos os fins e efeitos, que as alterações oriundas do presente termo aditivo não afetam a equação econômico financeira do contrato, assumindo o dever de bem e fielmente executá-lo, renunciando a todo direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente contrato será publicado na forma regulamentar.

Permanecem em vigor as demais disposições do Contrato Originário.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Rio dos Cedros, 11 de agosto de 2023.

JORGE LUIZ SOLF
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

Representante Legal
SERVMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO
Contratada

MARCOS ROBERTO GREYER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 33.595 - Visto

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 15378 DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051572

NOMEIA MEMBRO SUBSTITUTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA
DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e amparado no Art. 4º da Lei nº 157, de 27/02/1981, alterada pelas Leis nº 1911 de 06/06/2007 e nº 3525 de 09/09/2021 e considerando o Ofício nº 23/2023 da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

DECRETA

Art. 1º FICA NOMEADO, nos termos da Lei 3525/2021, o membro substituto do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, para a Gestão 2022/2023, a seguir mencionado:

I – Representante do Poder Público:

e) Representantes da Secretaria de Infraestrutura:

Titular: Honeyde Pires

Art. 2º Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo seus serviços considerados relevantes pela Municipalidade.

Art. 3º Os membros do COMDEMA terão mandato de dois anos, a contar da posse, podendo ser reconduzidos por mais um mandato.

Art. 4º PERMANECEM inalterados os demais membros nomeados pelo Decreto nº 14657/22, Decreto nº 14667/22, Decreto nº 14847/22, Decreto nº 14935/22, Decreto nº 15016/22, Decreto nº 15158/23, Decreto nº 15254/23 e Decreto nº 15361/23.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 03 de agosto de 2023.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIÁK - Secretária de Administração e Recursos Humanos

MARCELO STREIT - Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 27717 DE 02 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051589

READAPTA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDORA QUE MENCIONA

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2º do Decreto nº 9326 de 02 de abril de 2007, de acordo com o artigo 25 da Lei Complementar nº 16 de 04 de abril de 2000, considerando o Relatório de Exame Médico-Pericial do Médico Perito Oficial protocolado sob nº 9096/2023 e a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde datada em 31/07/2023, protocolada sob nº 9375/2023;

RESOLVE

READAPTAR em caráter temporário, nos termos da Lei Complementar nº 16/2000, a servidora JULIANE DOS PASSOS, matrícula nº 9679-1, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta Municipal, lotada na ESF São Pedro, da Secretaria Municipal de Saúde, para exercer atividades de baixo impacto para o joelho, evitando deambulação, deslocamentos e caminhadas, subir e descer escadas, na mesma unidade de lotação, no período de 25/07/2023 a 22/10/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,
EM 02 DE AGOSTO DE 2023.

MARISTELA BRINIÁK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

RAFAEL SCHROEDER – Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 27719 DE 02 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051593

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL DE TRABALHO DE SERVIDOR QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Complementar nº 72/2012, que regula a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público na Administração Pública Municipal de Rio Negrinho, alterada pelas Leis Complementares nº 075/2013, nº 094/2015, nº 126/2017 e nº 176/2021, e de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943, e considerando o requerimento do servidor, protocolado sob nº 9382/2023;

RESOLVE

RESCINDIR a pedido o contrato temporário e excepcional de trabalho do servidor DERLI ALVES DE LIMA, matrícula nº 46717-1, admitido através da Portaria nº 27594 de 29 de junho de 2023, na função de Vigia, vinculado ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, atuando nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 1º de agosto de 2023.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 02 de agosto de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAC – Secretária de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 27720 DE 02 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051595

DESIGNA SERVIDOR COMO REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2023 DO PREGÃO Nº 052/2023

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo art. 96 da Lei Orgânica Municipal, e Lei Federal nº 10520/2002 e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, adotada na forma do art. 193 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

DESIGNAR com base na Lei nº 8666/93, o servidor JOSÉ ALENCAR ALVES RIBEIRO, matrícula nº 9600-5, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Patrulha Mecanizada do Interior, do Departamento de Interior, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, como representante da Administração Municipal no gerenciamento da Ata de Registro de Preços nº 023/2023, do Pregão nº 052/2023, cujo objeto trata do registro de preços visando futuras aquisições de tubos, calhas e meio fio de concreto, para utilização na manutenção das vias municipais, para o período de 12 (doze) meses, com as atribuições de acompanhar, fiscalizar e receber os objetos da Ata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,
EM 02 DE AGOSTO DE 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAC – Secretária de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 27721 DE 02 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051597

DESIGNA SERVIDOR COMO REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2023 DO PREGÃO Nº 055/2023

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo art. 96 da Lei Orgânica Municipal, e Lei Federal nº 10520/2002 e conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, adotada na forma do art. 193 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

DESIGNAR com base na Lei nº 8666/93, o servidor LOURIVAL DE OLIVEIRA, matrícula nº 9852-1, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Esportes, da Fundação Municipal de Esportes, como representante da Administração Municipal no gerenciamento da Ata de Registro de Preços nº 024/2023, do Pregão nº 055/2023, cujo objeto trata do registro de preços visando futuras aquisições de trofeus e medalhas para premiação em eventos esportivos promovidos pela Fundação Municipal de Esportes, para o período de 12 (doze) meses, com as atribuições de acompanhar, fiscalizar e receber os objetos da Ata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,

EM 02 DE AGOSTO DE 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAC – Secretária de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA N° 27723 DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5051614

READAPTA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDORA QUE MENCIONA

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2º do Decreto n° 9326, de 02 de abril de 2007, conforme o § 2º do art. 68 da Lei Complementar n° 59 de 14/12/2010, considerando o Laudo Médico Pericial do Médico-Perito Oficial do Município, conforme diagnóstico conclusivo, que recomenda readaptação funcional pelo período de 01 (um) ano, o Ofício n° 329/2023, da Secretaria de Educação e o requerimento protocolado sob n° 9094/2023;

RESOLVE

READAPTAR em caráter temporário, nos termos da Lei Complementar n° 59/2010, a servidora LILIANE CRISTINE BEIL GONÇALVES, matrícula n° 3261-1, ocupante do cargo de Assessora de Docência, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta Municipal, lotada no CMEI Vila Nova, do Departamento de Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, sendo designada para exercer funções administrativas na Secretaria do CAE Nova Esperança, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 10/07/2023 a 09/07/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,
EM 03 DE AGOSTO DE 2023.

MARISTELA BRINIAC – Secretária de Administração e Recursos Humanos
SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária Interina de Educação

PORTARIA N° 27724 DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5051621

DESIGNA MEMBRO SUBSTITUTO NA COMISSÃO DE ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, nos termos do Decreto n° 12435 de 13 de junho de 2016 e conforme Ofício n° 24/2023 da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR na Comissão de Análise da Avaliação de Desempenho Do Estágio Probatório dos servidores nomeados para o exercício de cargo efetivo no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta, o membro substituto a seguir mencionado:

IX - Secretaria de Infraestrutura – Honeyde Pires

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros nomeados pela Portaria n° 25258 de 16 de abril de 2021 e Portaria n° 26183 de 18 de abril de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 03 de agosto de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAC – Secretária de Administração e Recursos Humanos
LAÉRCIO FUERST – Secretário de Infraestrutura

PORTARIA N° 27725 DE 03 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5051636

RESCINDE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO
DE SERVIDORA QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar n° 72 de 10 de abril de 2012, alterada pela Lei Complementar n° 75/2013, e de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho Decreto-Lei n° 5.452 de 1º maio de 1943 e considerando o Ofício n°

336/2023, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

RESCINDIR, o contrato temporário de trabalho da servidora KARIN GESSICA RAMOS GROSSKOPF, matrícula nº 45458-3, admitida através da Portaria nº 27160 de 14 de março de 2023, na função de Monitor de Tecnologia da Informação, atuando na EMEBI Professora Irene Olinda Teifke Ribeiro, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 07 de agosto de 2023.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 03 de agosto de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIÁK – Secretária de Administração e Recursos Humanos
SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária de Educação

PORTARIA Nº 27732 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051637

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO TEMPORÁRIO DE
TRABALHO DE SERVIDORAS QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 72, de 10 de abril de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 75/2013, e de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943 e considerando os requerimentos das servidoras, protocolados sob nº 9444/2023, 9447/2023 e 9464/2023;

RESOLVE

RESCINDIR a pedido o contrato temporário de trabalho das servidoras a seguir mencionadas:

JOSIANE APARECIDA DE CASTILHO, matrícula nº 45485-2, admitida através da Portaria nº 27385 de 28 de abril de 2023, na função de Oficial Administrativo, atuando na Secretaria de Administração e Recursos Humanos, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 04 de agosto de 2023.

MARY JANE MACHADO, matrícula nº 46536-1, admitida através da Portaria nº 26656 de 06 de outubro de 2022, na função de Professor II – Nível 2 – Inglês, atuando na EMEB Professora Aurora Siqueira Jablonski e na EMEB Professora Selma Teixeira Graboski, do Departamento de Ensino Fundamental e no CMEI Espaço Criança, do Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03 de agosto de 2023.

VANESSA BUCHINGER, matrícula nº 46596-1, admitida através da Portaria nº 27084 de 1º de março de 2023, na função de Professor II – Inglês, atuando no CMEI Tempo Feliz, do Departamento de Educação Infantil, e na EMEB Professora Lucinda Maros Pscheidt, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 04 de agosto de 2023.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 07 de agosto de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIÁK – Secretária de Administração e Recursos Humanos
SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária de Educação

PORTARIA Nº 27727 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053059

PORTARIA Nº 27727 DE 07 DE AGOSTO DE 2023
ADMITE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Complementar nº 72 de 10 de abril de 2012, alterada pelas Leis Complementares nº 75/2013, 126/2017 e 176/2021, e de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho Decreto-Lei nº 5.452 de 1º maio de 1943, nos termos do Processo Seletivo Simplificado realizado através do Edital nº 003/2023, e considerando:

- A solicitação da Secretaria de Saúde para contratação de Auxiliar de Serviços Gerais II, em substituição à servidora Ciliane Oliveira Melo, em licença para tratamento de saúde, aguardando perícia médica, por se tratar de serviço público relevante e indispensável na área da saúde;
- Que a Administração Pública Municipal realizou Processo Seletivo Simplificado, para contratação em caráter temporário em razão de

excepcional interesse público, resultante da falta de servidores efetivos com vistas a atender as necessidades da Administração Pública Municipal para manutenção dos serviços públicos essenciais;

RESOLVE

ADMITIR em caráter temporário e excepcional a servidora MARCIA LINZMEYER RIICKEL, na função de Auxiliar de Serviços Gerais II, Classe I, referência A, Grupo Ocupacional - SGE - Atividades de Serviços Gerais, para atuar no CIS – Centro Integrado de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/08/2023 a 08/09/2023, ou enquanto perdurar o afastamento da servidora Ciliane Oliveira Melo, em licença para tratamento de saúde, aguardando perícia médica, o que ocorrer primeiro.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 07 de agosto de 2023.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos
RAFAEL SCHROEDER – Secretário de Saúde

Registrada e publicada a presente Portaria no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang – Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA N° 27728 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5053064

PORTARIA N° 27728 DE 07 DE AGOSTO DE 2023
ADMITE ESTAGIÁRIAS QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, nos termos da Lei n° 976 de 01/07/97, alterada pela Lei n° 2058 de 31/03/2009 e regulamentada pelo Decreto n° 8898 de 20/01/2006;

RESOLVE

ADMITIR nos termos da Lei n° 976/97 alterada pela Lei n° 2058/2009, as estagiárias a seguir mencionadas:

HELENA MASS DIADOX, aluna da UNIASSELVI, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEBI Professor Arnaldo de Almeida Oliveira, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2° da Lei n° 2058 de 31/03/2009, no período de 08/08/2023 a 07/08/2024.

KRISTIANE REGINA RIBEIRO, aluna da UNIFACVEST, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Professora Lucinda Maros Pscheidt, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2° da Lei n° 2058 de 31/03/2009, no período de 08/08/2023 a 07/08/2024.

VANESSA BUCHINGER, aluna da UNIASSELVI, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Professora Aurora Siqueira Jablonski, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2° da Lei n° 2058 de 31/03/2009, no período de 15/08/2023 a 14/08/2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 07 de agosto de 2023

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos
SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang – Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA N° 27729 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5053069

PORTARIA N° 27729 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

ACATA DESISTÊNCIA ESPONTÂNEA DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N° 001/2022

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2° do Decreto n° 9326, de 02 de abril de 2007, nos termos do § 4° do art. 14 da Lei Complementar n°

16/2000 e art. 155 da Lei Complementar nº 59/2010, e considerando o requerimento de desistência espontânea do direito a vaga do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2022;

RESOLVE

ACATAR a desistência espontânea do candidato aprovado no Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 15123 de 13 de janeiro de 2023, a seguir mencionado:

Classificação	Candidatos	Nº Inscrição	Cargo
31º	TIAGO MICHAEL FERNANDES DE ANDRADE	24678	Professor I – Educação Infantil – Nível 2 – 40h

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,
EM 07 DE AGOSTO DE 2023.

MARISTELA BRINIAC – Secretária de Administração e Recursos Humano

SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria no átrio desta Prefeitura Municipal.

Cirlene Lang – Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 27730 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053076

NOMEIA SERVIDORAS QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei Complementar nº 59/2010, e na forma do Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 15123 de 13 de janeiro de 2023:

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR nos termos da Lei Complementar nº 59/2010, as servidoras aprovadas no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 15123 de 13 de janeiro de 2023, a seguir mencionadas:

ALESSANDRA ALVES DA SILVA NAGEL, para exercício do cargo de Professor I – Educação Infantil, Nível 2, Classe A, do quadro de cargos de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, Grupo Magistério, lotada no CMEI Flor do Campo, do Departamento de Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

MARILEI LUCIANE PSCHIEDT OLSEN, para exercício do cargo de Professor I – Anos Iniciais, Nível 2, Classe A, do quadro de cargos de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, Grupo Magistério, lotada na EMEBI Padre Cláudio Longen, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As servidoras nomeadas deverão tomar posse do cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação da presente Portaria.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 07 de agosto de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAC – Secretária de Administração e Recursos Humano

SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria no átrio desta Prefeitura Municipal.

Cirlene Lang – Diretora do Departamento Administrativo da

Secretaria de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 27731 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053089

PORTARIA Nº 27731 DE 07 DE AGOSTO DE 2023
NOMEIA SERVIDORA QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XI do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei Complementar nº 16 de 04/04/2000, e na forma do Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 15123 de 13 de janeiro de 2023:

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR nos termos da Lei Complementar nº 16/2000, a servidora ELIANE DE FREITAS SCHEIGUEL, aprovada no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 15123 de 13 de janeiro de 2023, para exercício do cargo de Cozinheira, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta Municipal, Grupo Ocupacional - SGE - Atividades de Serviços Gerais, Classe I, Referência A, lotada no CMEI Arco-Íris, do Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A servidora nomeada deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a publicação da presente Portaria.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 07 de agosto de 2023.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos
SANDRA MARA BRAMBILLA HACKE – Secretária de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang – Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

Rio Rufino

PREFEITURA

DECRETO Nº 650, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054038

DECRETO Nº 650,
de 11 de agosto de 2023.

“ALTERA DECRETO MUNICIPAL Nº552 DE 30 DE AGOSTO DE 2022 PARA NOMEAR NOVOS MEMBROS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, I, “m” da Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a diversidade de seu patrimônio, no que concerne aos bens móveis e imóveis que compõem o ativo permanente do Município;
CONSIDERANDO que a necessidade em uniformizar rotinas para procedimentos a serem adotados durante a realização do inventário, bem como a fim de manter um controle de registro, identificação, localização, movimentação e preservação de todos os bens da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina; e
CONSIDERANDO a urgência em proceder ao inventário a fim de promover atualizações físicas e contábeis,
CONSIDERANDO que alguns servidores pediram exoneração e outros tiveram a necessidade pública de mudança de setor,

DECRETA

Artigo 1º. Os §1º e §2º do artigo 2º do Decreto Municipal nº 552, de 30 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
“§1º. A comissão de que trata o caput será composta por 05 (cinco) membros, da seguinte forma:
I – Diretora de Administração Geral; MARIANA RODRIGUES DE SOUZA, matrícula nº 2842;
II – Integrante do Sistema de Controle e Auditoria Interno; ANTONIO MARCOS GHIZONI, matrícula nº 2098;
III – Ocupante do cargo de Contador; CLEITON MENEZES ARCEIO, matrícula nº1781;
IV – Ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo; SERGIO MAFIOLETTI, matrícula nº 208; e
V – Um servidor ocupante do cargo de Agente Administrativo; MARCIA DA APARECIDA KOBESCKI RODRIGUES, matrícula nº 241.”
“§2º. A presidência da comissão compete a Diretora de Administração Geral, sendo secretariado pelos demais.”

.....
Artigo 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 11 de agosto de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino
Encaminhado para publicação no DOM em
11/8/2023

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral

DECRETO Nº 651, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054125

DECRETO Nº 651,
de 11 de agosto de 2023.

“HOMOLOGA RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 016/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, “e”, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Resultado da Chamada Pública nº 016/2023 realizada na data de 4 de agosto de 2023.

CONSIDERANDO, o esgotamento a lista dos aprovados no Processo Seletivo para os cargos.

RESOLVE

Artigo 1º. Homologar o resultado final da Chamada Pública nº 016/2023, nos seguintes termos para os cargos de Técnico em Saúde Bucal I, Farmacêutico I, Assistente Social I e Orientador Social I:

Técnico em Saúde Bucal I, Farmacêutico I e Orientador Social I

NÃO HOUVE PARTICIPANTES

Assistente Social I

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	KELLY APARECIDA DE CAMPOS CORTINA	5

Artigo 2º. O resultado final desta Chamada Pública nº 016/2023 não gera direito à contratação imediata de todos os classificados, mas mera expectativa, podendo haver a contratação conforme a necessidade e o interesse público exigirem, nos termos do Edital nº 016/2023.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Encaminhado para publicação no DOM em
11/8/2023

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral Rio Rufino (SC), 11 de agosto de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

DECRETO Nº 652, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054127

DECRETO Nº 652,
de 11 de agosto de 2023.

“HOMOLOGA RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 017/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, “e”, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Resultado da Chamada Pública nº 017/2023 realizada na data de 8 de agosto de 2023.

CONSIDERANDO, o esgotamento a lista dos aprovados no Processo Seletivo para os cargos.

RESOLVE

Artigo 1º. Homologar o resultado final da Chamada Pública nº 017/2023, nos seguintes termos para os cargos de Operador de Equipamentos I:

Operador de Equipamentos I

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	DIONES CARLOS KRUGER	8
2º	DYON ELLIS MACHADO DE LIZ	6,5
3º	JOSÉ REGINALDO SCHMULLER	-

Artigo 2º. O resultado final desta Chamada Pública nº 017/2023 não gera direito à contratação imediata de todos os classificados, mas mera expectativa, podendo haver a contratação conforme a necessidade e o interesse público exigirem, nos termos do Edital nº 017/2023.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Encaminhado para publicação no DOM em
11/8/2023

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral Rio Rufino (SC), 11 de agosto de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

LEI Nº 874/2023. DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052986

LEI Nº 874/2023.
de 11 de agosto de 2023.

“ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DE RIO RUFINO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS.”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Artigo 1º. A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo artigo 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Artigo 2º. Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

§1º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§2º. Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços e programas socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas dos indivíduos e das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

§3º. O risco e vulnerabilidade social compreende situações que podem levar à exclusão social dos sujeitos, principalmente por fatores socioeconômicos, as quais tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas.

§4º. É proibida a exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§5º. Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, o adolescente, o jovem, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias em situações de risco e vulnerabilidade social.

Artigo 3º. O Município deve garantir igualdade de condições na prestação das informações e no acesso ao benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

Artigo 4º. A família ou pessoa a ser beneficiada será aquela que da assistência social necessitar, tendo prioridade àquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADUNICO, com as informações atualizadas.

Artigo 5º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I – assistentes sociais ou psicólogos que compõem as equipes de referência que atuam nos serviços de proteção social básica e especial.

II - assistentes sociais ou psicólogos responsáveis pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

III – Nos casos de falta dos profissionais descritos nos incisos anteriores deste artigo, por atestados médicos, licenças, exonerações, suspensões temporárias do serviço público, desastres, calamidade pública ou por qualquer outro motivo, poderão ser convocados outros profissionais do quadro do município para emitirem pareceres sociais de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O parecer social de que trata este artigo deverá ser elaborado no prazo máximo de 15 (quinze) úteis, contados do dia do recebimento do requerimento, cujo, fluxograma será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 6º. A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser levado à deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Parágrafo único. Exceto no caso de expressa vedação legal, a mera discordância do conselho referido no caput não será impeditivo à inclusão ou alteração proposta.

Artigo 7º. O critério de renda per capita familiar mensal para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo vigente, e será concedido conforme o artigo 5º desta Lei.

§1º. Os benefícios de transferência de renda do Governo Federal não serão contabilizados para concessão do benefício eventual.

§2º. O critério de renda não deve ser fator condicionante para o acesso aos benefícios, levando em consideração as contingências sociais como conceito para compreensão da real necessidade, devendo, para tanto, o técnico responsável justificar a concessão por meio de parecer.

§3º. Para cálculo da renda per capita será considerado:

a) Rendimento da Família: folha de pagamento (salário bruto, percentuais de periculosidade e insalubridade); CNIS (cadastro nacional de informações sociais); declaração de trabalho autônomo/informal (Anexo I); comprovante de aposentadoria ou pensão por morte ou invalidez; pensão alimentícia; BPC (benefício de prestação continuada); seguro desemprego; licença maternidade; licença saúde;

b) Gastos: Comprovantes de valor de aluguel (contrato e recibo); de financiamento de terreno ou casa; de pagamento de pensão alimentícia; despesas não previstas, que comprometam a família e/ou os indivíduos de terem atendidas as suas necessidades básicas com os rendimentos da família/indivíduo e com medicação (comprovados com receita médica e nota fiscal), desde que estes não estejam na lista de medicamentos ofertados pela farmácia básica do município e na listagem de medicamentos de alto custo.

§4º. Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda per capita familiar mensal ou na falta de algum documento, os profissionais descritos no artigo 5º desta Lei, responsáveis pelo atendimento dos benefícios eventuais na gestão, terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa devidamente fundamentada, a qual deverá constar anexa ao parecer social.

§5º. Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

Artigo. 8º. São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio por natalidade;

II - auxílio por morte;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Artigo 9º. O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro ou recém-nascido;

II - apoio à família no caso de morte da mãe; e,

III - apoio à mãe no caso de natimorto e morte do recém-nascido.

§1º. O benefício pode ser solicitado a partir da 20ª (vigésima) semana de gestação em até 60 (sessenta) dias após o nascimento.

§2º. São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I – Se solicitado antes do nascimento, apresentar declaração médica ou documento oficial comprovando o tempo gestacional;

II – certidão de nascimento da criança;

III – declaração de natimorto ou certidão de óbito;

IV - comprovantes de rendimentos e gastos da família;

V - comprovante de residência, dos pais ou responsáveis pela criança de no mínimo três meses de residência do Município;

VI – CPF do requerente;

VII – fornecimento de dados bancários para pagamento do benefício;

§3º. Conceder-se-á o auxílio natalidade em pecúnia, no valor de 1/2 (meio) salário mínimo vigente.

§4º. A concessão do auxílio natalidade pode ocorrer na forma de bens de consumo, que consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de higiene, vestuário, mobiliário e utensílios para alimentação, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária, limitado ao valor de 1/2 (meio) salário mínimo nacional vigente.

§5º. O recebimento do salário-maternidade, previsto no artigo 18, I, g, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, não impede a concessão do auxílio natalidade, desde que cumpridas as demais exigências previstas nesta lei.

§6º. Quando a gestante for menor de idade o requerimento deverá ser formulado em seu nome devidamente representada por seus pais ou representantes legais.

Artigo 10. O auxílio por morte atenderá:

I - despesas de urna funerária, coroa de flores, velório, sepultamento, transporte funerário e utilização da capela.

II - necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

§1º. São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – Declaração ou certidão de óbito;

II – comprovante de residência em nome do falecido ou de quem ele comprovadamente residia;

III– comprovantes de rendimentos e gastos da família;

IV – CPF do requerente e do falecido;

§ 2º. O auxílio por morte será pago em pecúnia no valor de 02 (dois) salários mínimos vigentes, devendo ser solicitado em até 60 (sessenta) dias após o falecimento.

§3º. Além do valor disposto no §2º deste artigo, o Município poderá dispor do material e prestar ou terceirizar serviço de construção da carneira de sepultamento.

§4º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral ao Município.

§5º. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§6º. Referente aos §4º e §5º, o município poderá arcar com 100% dos custos.

Artigo 11. Os benefícios por natalidade e por morte podem ser pagos, diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração outorgada nos termos da Lei.

Artigo 12. Os auxílios por natalidade e morte serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Artigo 13. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos (ameaça de sérios padecimentos), perdas (privação de bens e de segurança material) e danos à integridade pessoal e familiar (agravos sociais e ofensa).

§1º. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer da falta de alimentação, da falta de documentação e da falta de domicílio, quando:

I – da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

II – da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

III – de desastres e de calamidade pública; e,

IV – de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência, que serão atendidos da seguinte forma:

a) Auxílio alimentação, constitui-se numa prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, que visa o atendimento das necessidades básicas dos munícipes e suas famílias, que se encontrem em situações de vulnerabilidade social, e que consistirá num conjunto de itens não perecíveis subdivididos em 03 (três) categorias de cestas básicas, listados em ato do Poder Executivo e poderá ser concedido até 06 (seis) vezes por família, no período de 01 (um) ano;

b) Auxílio na documentação civil, para obtenção da segunda via de documentos que exigem o pagamento de taxas de emissão, depois de verificada a inexistência de gratuidade para este fim, limitado à uma única vez por pessoa, dentro de um período de 02 (dois) anos;

c) Auxílio em passagens intermunicipais e interestaduais, concedida uma única vez, vedada a concessão contínua, para atender pessoas em situação de rua, ou pessoas em trânsito que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com familiares e para vítimas de violência doméstica, de modo a retornar ao convívio com sua família natural.

d) Concessão de material de construção para melhoria das condições físicas do imóvel que serve de residência à família, ocorrerá mediante avaliação e emissão de parecer técnico da equipe multidisciplinar da Prefeitura Municipal, desde que verificada vulnerabilidade social. O benefício de que trata esta alínea somente será concedido à família que comprove a propriedade ou posse do imóvel, domicílio e residência no Município há 02 (dois) anos, no mínimo, e nos termos da Lei Municipal nº 815, de 26 de maio de 2021.

e) Contratação de hospedagem temporária para famílias que tenham suas residências acometidas pelas situações de calamidade pública, ou vítimas de violência doméstica, limitado a 03 (três) pernoites consecutivos e/ou alternados, no período de 01 (um) ano.

f) Aluguel Social que será realizado mediante pagamento de aluguel, no valor de até 33% (trinta e três por cento) do salário mínimo vigente, pelo prazo de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, destinado ao pagamento de aluguel de imóvel de terceiros a famílias em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade social, e que não possuam imóvel próprio, no Município ou fora dele. Também poderão ser contempladas aquelas famílias em situação de vulnerabilidade social que estão na iminência ou acabaram

de ficar sem qualquer tipo de abrigo, tendo como prioridade na concessão, as famílias:

I – que tenham na sua composição gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes, idosos e/ou pessoas com deficiência;

II – que estejam residindo em áreas de risco e tenham a sua moradia interditada por ordem da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, ou, reconhecimento por meio de Laudo Técnico emitido por órgão fiscalizador ou engenharia do Município de Rio Rufino, ou,

III – que estejam em desabrigoamento dos serviços de acolhimento institucional.

§1º. Para a concessão do aluguel social, o beneficiário deverá comprovar que tenha residência no Município há, pelo menos, 06 (seis) meses.

§2º. Na hipótese do aluguel social contratado ser inferior ao valor estabelecido nesta Lei, o pagamento limitar-se-á ao valor do contrato.

§3º. Somente poderão ser objeto de locação, para fins de benefício eventual aluguel social, os imóveis que possuam condições de habitabilidade e estejam situados dentro dos limites do Município de Rio Rufino e fora de áreas de risco.

§4º. A localização do imóvel a ser locado ficará sob a responsabilidade do beneficiário, que se utilizará de formulário padrão a ser criado por ato do Poder Executivo, para apresentar o valor de locação do imóvel, que deverá observar a limitação de que trata o §3º, sob pena de indeferimento.

§5º. O subsídio do aluguel social será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial.

§6º. A negociação dos valores com o proprietário, a contratação da locação e o pagamento mensal aos locadores serão responsabilidades do beneficiário, a ser revisado e fiscalizado pela Secretaria de Assistência Social, podendo o Município pagar o valor estabelecido por esta Lei diretamente ao proprietário do imóvel.

§7º. O Poder Executivo criará por ato próprio minuta de contrato de aluguel social, o qual, será utilizado pela Secretaria de Assistência Social para fins de confecção do contrato de aluguel social.

§8º. O aluguel social será concedida sem limitação à quantidade de famílias simultaneamente, desde que atendam aos requisitos e condições exigidas nesta lei, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Artigo 14. A interdição do imóvel será reconhecida por laudo da defesa civil, confeccionado por intermédio dos meios técnicos cabíveis e aplicáveis ao caso, ou por meio de laudo técnico emitido por órgão fiscalizador ou engenharia do município de Rio Rufino.

Artigo 15. No ato da interdição de qualquer imóvel, a partir das informações ofertadas pela Defesa Civil, órgão fiscalizador ou engenharia do município de Rio Rufino, serão cadastradas as famílias em situações de risco para fins de programas habitacionais.

Parágrafo único. Para os casos das famílias que não se encontram em área de risco, mas tão somente em situação de vulnerabilidade social e estão na iminência ou acabaram de ficar sem qualquer tipo de abrigo, não será exigido o Laudo da Defesa Civil ou órgão fiscalizador ou engenharia do município de Rio Rufino.

Artigo 16. O Município não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do beneficiário.

Artigo 17. O benefício será concedido em prestações mensais mediante depósito bancário em conta sob a titularidade do beneficiário do aluguel social ou diretamente ao proprietário.

§1º. A titularidade para o pagamento dos benefícios será preferencialmente concedida à mulher responsável pela família.

§2º. O pagamento que se refere o caput somente será efetivado mediante apresentação do contrato de locação devidamente assinado pelas partes contratantes, conforme minuta a ser criada e aprovada por ato do Poder Executivo contendo cláusula expressa de ciência pelo locatário que o locador é beneficiário é de aluguel social.

Artigo 18. É vedada a concessão do aluguel social a mais de um membro da mesma família cadastrada, sob pena de cancelamento do benefício.

Parágrafo único. O não atendimento de qualquer comunicado emitido pela Secretaria da Assistência Social implicará no desligamento do beneficiário do aluguel social.

Artigo 19. Cessará o aluguel social, perdendo o direito a família que:

I - deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos na presente Lei;

II - sublocar o imóvel objeto da concessão do benefício;

III - prestar declaração falsa ou empregar os valores recebidos para fim diferente do proposto nesta Lei, qual seja, para pagamento de aluguel residencial;

IV - deixar de ocupar o imóvel locado.

Artigo 20. As famílias contempladas com o aluguel social terão prioridade nos novos programas habitacionais que visarem a entrega de novas casas ou apartamentos populares, o que não vincula o Município, entretanto, em qualquer tipo de responsabilidade caso as famílias não cumpram os requisitos exigidos e consequentemente não sejam contempladas nos programas habitacionais.

Artigo 21. São documentos essenciais para concessão do aluguel social:

I - comprovante de residência;

II - comprovantes de rendimentos e gastos da família;

III - CPF do requerente;

IV - boletim de ocorrência para o caso de perda, roubo ou extravio de documentação civil;

V - termo de interdição da coordenadoria municipal de defesa civil, órgão fiscalizador ou engenharia do município de Rio Rufino;

VI - declaração desacolhimento institucional;

Artigo 22. A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

Artigo 23. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação e revisão da concessão dos benefícios eventuais;

III - a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV - garantir a inserção e o acompanhamento das famílias beneficiárias nos serviços ofertados pela proteção social básica e especial, para a superação das situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a autonomia das famílias.

V - divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

VI - encaminhar, ao Conselho Municipal de Assistência Social relatório anual de gestão dos benefícios eventuais.

VII - viabilizar a articulação com as demais políticas intersetoriais e com o sistema de garantia de direitos.

Artigo 24. Os benefícios previstos nesta lei poderão ser suspensos quando o orçamento previsto não puder ser realizado em razão da baixa arrecadação do município.

Artigo 25. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso, conforme deliberado pelo CNAS, no artigo 1º da Resolução nº 39, de 09 de dezembro de 2010.

Artigo 26. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social, conforme Decreto nº 6.307/2007, em seu artigo 9º.

Artigo 27. Ficam revogadas as Lei 666 de 13 de novembro de 2017, Lei 813 de 12 de maio de 2021, Lei nº 548 de 21 de março de 2014, Lei nº 648, de 15 de agosto de 2017, Lei nº 771 de 24 de abril de 2020.

Artigo 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 11 de agosto de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em 11/08/2023

Kamila Belarminda
Coordenadora de Convênios ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, declaro para os devidos fins de direito e que se fizerem necessários nos termos legais, de que trabalho como autônomo, exercendo atualmente a profissão/ocupação de _____ e recebendo mensalmente o valor aproximado de R\$ _____ (_____).

Informo ainda, que não possuo outro meio para comprovar minha renda, não estando inscrito no INSS, nem possuindo contrato de trabalho.

E por ser verdadeira a informação por mim prestada, estou ciente que esta declaração estará sujeita as penalidades da lei, conforme dispõe o art. 299 do Código Penal, que prevê a pena por falsidade ideológica: - Declaração de Trabalho Autônomo/Informal

"Art. 299. - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular." (grifo nosso)

Por ser verdade, firmo o presente.

Rio Rufino (SC), ____ de _____ de _____.

PORTARIA Nº 354 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053871

PORTARIA Nº 354,
de 11 de agosto de 2023.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE DOENÇA DE PESSOA DA FAMÍLIA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 69, C/C ARTIGO 65, II, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 5, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2004, À SERVIDORA NATANIELE MARIA FERREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o atestado médico lavrado por Drº G-nther Bernardes Brink CRM 15931/SC de 6 de agosto de 2023, apresentado pela servidora, no qual atesta que o familiar está em tratamento de saúde;

CONSIDERANDO a declaração escrita da servidora, de que sua assistência direta ao familiar, durante o tratamento de saúde é indispensável e que ela não pode ser prestada simultaneamente com o exercício das atribuições do cargo,

RESOLVE

Artigo 1º. Concede licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora NATANIELE MARIA FERREIRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, matrícula nº 2792, com fundamento no artigo 69, c/c artigo 65, II, da Lei Complementar Municipal nº 5, de 2 de fevereiro de 2004, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar no dia 7 de agosto de 2023.

Artigo 2º. Não sendo possível substituir a servidora afastada por motivo de saúde em pessoa da família de que trata esta portaria por outro servidor(a) ocupante do mesmo cargo e em exercício, poderá haver a contratação de servidor(a) substituto em caráter temporário.

§1º. A substituição só será possível se o afastamento for superior a 30 (trinta) dias, conforme artigo 2º, V, da Lei Municipal nº 509, de 10 de janeiro de 2009, e desde que haja requerimento fundamentado do titular da pasta quanto à imprescindibilidade da medida.

§2º. O prazo de duração do contrato temporário de substituto observará o disposto no artigo 4º, II e § 1º, II, da Lei Municipal nº 509, de 10 de janeiro de 2009, exceto se o afastamento por motivo de doença em pessoa da família for com prazo certo, quando o termo final do contrato de substituição temporária coincidirá com aquele.

Artigo 3º. A Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças adotará as medias administrativas necessárias ao cumprimento do disposto nesta portaria.

Artigo 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo a 7 de agosto de 2023.

Rio Rufino (SC), 11 de agosto de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino
Encaminhado para publicação no DOM em
11/8/2023

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral

PORTARIA Nº 355 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053872

PORTARIA Nº 355
de 11 de agosto de 2023.

“ALTERA A PORTARIA Nº 363, DE 5 DE SETEMBRO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, II, “a”, da Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a adoção e o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
CONSIDERANDO a necessidade em realizar os procedimentos de ajustes para que o Balanço Patrimonial demonstre a sua realidade conforme as disposições contidas no MPCASP;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade em manter atualizado o Patrimônio Público conforme a Portaria STN nº 877, 18 de dezembro de 2018;
CONSIDERANDO os prazos estabelecidos no anexo da Portaria 548/2025 – PIPCP, de 24 de setembro de 2015.
CONSIDERANDO o Decreto nº 552 de 31 de agosto de 2022, que estabelece normas para inventário e regularização do patrimônio municipal,
CONSIDERANDO que alguns servidores pediram exoneração e outros tiveram a necessidade pública de mudança de setor,

RESOLVE

Artigo 1º. O Artigo 1º da Portaria nº 363, de 5 de setembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Artigo 1º. Ficam designados os servidores para comporem a Comissão Especial de Patrimônio para coordenar o Inventário de Regularização e Atualização Patrimonial necessária à adoção das novas normas de contabilidade, no âmbito do Poder Executivo:
I – Diretora de Administração Geral; MARIANA RODRIGUES DE SOUZA, matrícula nº 2842;
II – Integrante do Sistema de Controle e Auditoria Interno; ANTONIO MARCOS GHIZONI matrícula nº 2098;
III – Ocupante do cargo de Contador; CLEITON MENEZES ARCENIO, matrícula nº 1781;
IV – Ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo - SERGIO MAFIOLETTI, matrícula nº 208; e
V – Um servidor ocupante do cargo de Agente Administrativo MARCIA DA APARECIDA KOBESKI RODRIGUES, matrícula nº 241.

Artigo 2º. O Artigo 2º da Portaria nº 363, de 5 de setembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
Artigo 2º. Caberá à Senhora MARIANA RODRIGUES DE SOUZA, presidir a Comissão, e à Senhora MARCIA DA APARECIDA KOBESKI RODRIGUES secretariá-la.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino (SC), 11 de agosto de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA
Encaminhado para publicação no DOM em
11/8/2023

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral Prefeito de Rio Rufino

Riqueza

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 38/2023

Publicação N° 5054423

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 141088A6D21B46A05FEBA95FDEEDE64468768106



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 1621/2023 PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS N° 38/2023

1 PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE RIQUEZA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede administrativa à Rua João Mari, 55, Centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.895-000, por meio de seu gestor o Prefeito, Exmo. Sr. Renaldo Mueller, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**, para a contratação do objeto indicado no **item 2** deste instrumento. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.024/19, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, sendo os trabalhos conduzidos pela Pregoeira, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico;

1.3 Data de apresentação das propostas: até as 14 horas do dia 28/08/2023;

1.4 Data de abertura da sessão: 28/08/2023 às 14h 10min;

1.5 Início da sessão de disputa de preços: Imediatamente após aceitação das propostas;

1.6 Tempo de disputa: 10 minutos, acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema;

1.6.1 Formalização de consultas: observando o prazo legal, a licitante poderá consultar por mensagem eletrônica (e-mail), informando o número do pregão eletrônico;

1.6.2 Referência de tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília-DF;

OBS.: A licitante deverá observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2 DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem para realização dos campeonatos municipais e regionais no município de Riqueza/SC, a fim de atender o Departamento de Esportes, conforme demais especificações no **Anexo “A”**.

2.2 O objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e compatível com o objeto disposto no item 2.1.

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto ao credenciamento e documentação constantes neste edital e anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3 Não poderão participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.3.1 Com falência decretada;

3.3.2 Em consórcio.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

3.4 Não poderão participar deste Processo Licitatório empresa que tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.5 Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

3.6 A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar junto ao provedor do sistema de Pregão Eletrônico - Registro de Preços, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br;

4.1.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.2 O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MUNICÍPIO DE RIQUEZA/SC, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, contendo marca, valor unitário, valor total de cada item e demais informações necessárias, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.3 A **proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a licitante, sob pena de desclassificação.**

5.1.4 Quando a marca identificar a empresa este campo deverá ser preenchido como **“marca própria”**.

5.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.2.1 As Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

5.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7 Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretam na alteração de data de abertura do certame, cabe aos licitantes interessadas a atualização da documentação de habilitação e proposta de preço já cadastrada, caso julgar necessário.

5.8 Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos, que não correspondam às especificações contidas no Anexo “A” deste Edital, serão desconsiderados.

5.9 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

5.9.1 Preço unitário para o item, em moeda corrente nacional, em algarismos, e, com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

5.9.2 Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante às exigências editalíssimas;

5.9.3 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação assim como as despesas eventuais com assistência técnica para prestação da garantia;

5.9.4 Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, nos termos do artigo 48, §3º do Decreto Federal nº 10.024/2019 o qual será contado a partir da data da sessão de abertura do Pregão, estabelecida no item 01 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento;

5.9.5 A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

5.10 Os licitantes poderão participar com uma única marca por item, sob pena de desclassificação.

5.11 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 O acompanhamento da sessão se dará, única e exclusivamente, por meio eletrônico, no sítio informado no preâmbulo deste edital;

6.2 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital;

6.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

6.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

6.8 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

- 6.9** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;
- 6.10** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 6.11** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;
- 6.12** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;
- 6.13** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 6.14** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 6.15** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;
- 6.16** Após o encerramento de cada item, caso o vencedor não seja uma empresa beneficiada pela Lei Complementar nº 123/06, e existindo empate com empresas beneficiadas, será enviada uma mensagem para o *chat* informando a ordem de classificação para o desempate (o intervalo percentual considerado como empate, estabelecido na Lei, é de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço ofertado);
- 6.17** Para cada empresa dentro do limite de empate, será concedido o tempo de 05 (cinco) minutos para ofertas de novos lances ou para a desistência, na ordem de classificação apresentada, sendo enviada mensagem sobre esta situação para o *chat*. Neste intervalo de tempo, as empresas interessadas em usufruir dos benefícios deverão dar seus lances;
- 6.18** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro;
- 6.19** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
- 6.20** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 6.21** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;
- 6.22** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;
- 6.23** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;
- 6.24** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;
- 6.25** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 6.25.1** Produzidos no país;
- 6.25.2** Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 6.25.3** Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

6.25.4 Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

6.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas;

6.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital;

6.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

6.29 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

6.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019;

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta;

O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

7.6 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

7.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

7.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

7.10 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

7.11 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

7.21 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:101232960242515:::>).

7.21.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

7.21.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

7.21.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

7.21.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

7.21.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inhabilitado, por falta de condição de participação;

7.21.3 No caso de inhabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

7.21.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro (a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;

7.21.5 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço por item e valor estimado para a contratação.

8 DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão os documentos exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, em formato digital, sob pena de inhabilitação;

8.1.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digita;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

8.1.2 Os documentos deverão ser apresentados autenticados por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou outro sistema, ou ainda por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.

8.2 Deverão ser encaminhados, via sistema, os seguintes documentos:

DA HABILITAÇÃO:

8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.2.1.1 Os documentos descritos no subitem “8.2.1” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) atualizado.

OUTRAS COMPROVAÇÕES:

8.2.3 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações. (Conforme Anexo “B” do Edital).

8.2.4 Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e art. 27 inciso V, da Lei 8.666/93 e alterações. (Conforme modelo do Anexo “C” do Edital).

8.2.5 Declaração emitida pela empresa de que a mesma não se enquadra nas hipóteses de impedimentos do art. 89 e Parágrafo Único da Lei Orgânica Municipal. (Conforme modelo do Anexo “D” do Edital).

8.2.6 Alvará municipal válido.

8.2.7 Declaração de Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento. (Conforme modelo do Anexo “E” do Edital).

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.2.8 Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda.

8.2.9 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

8.2.10 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

8.2.11 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.2.12 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011, consulta através do site www.tst.jus.br/certidao.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.13 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.2.14 Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou está executando serviços da mesma natureza ou similares ao objeto desta licitação com pontualidade e qualidade;

8.2.15 A Licitante deverá apresentar Certificado de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREF (Conselho Regional de Educação Física);

8.2.16 A Licitante deverá apresentar declaração onde conste a relação nominal dos árbitros, especificando o nome, a modalidade em que atuam, função (árbitro/auxiliar), identidade e CPF, conforme quadro abaixo.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

- a) Para a modalidade FUTEBOL DE CAMPO, deverá ser apresentada uma relação de nomes de, no mínimo, 01 árbitro, 02 assistentes e 01 mesário, aptos a atuarem na prestação do serviço de arbitragem da modalidade, juntando a mesma, cópia de certificação de participação e formação em curso do gênero.
- b) Para a modalidade de FUTEBOL SUÍÇO, deverá ser apresentada uma relação de, no mínimo, 02 árbitros e 01 mesário, aptos a atuarem na prestação de serviços de arbitragem da modalidade, juntando a mesma, cópia de certificado de participação e formação em cursos do gênero.
- c) Para a modalidade de FUTEBOL DE SALÃO – FUTSAL, deverá ser apresentada uma relação de no mínimo, 02 árbitros e 01 mesário, aptos a atuarem na prestação do serviço de arbitragem da modalidade, juntando a mesma, cópia de certificado de participação e formação em cursos do gênero.
- d) Para a modalidade de VOLEIBOL DE QUADRA, deverá ser apresentada uma relação de, no mínimo, 02 árbitros e 01 mesário, aptos a atuarem na prestação do serviço de arbitragem na modalidade, juntando a mesma, cópia de certificado de participação e formação em cursos do gênero.
- e) Para a modalidade de VOLEIBOL DE AREIA, deverá ser apresentada uma relação de, no mínimo, 02 árbitros e 01 mesário, aptos a atuarem na prestação do serviço de arbitragem na modalidade, juntando a mesma, cópia de certificado de participação e formação em cursos do gênero.
- f) Para a modalidade de BOCHA, deverá ser apresentada uma relação de, no mínimo, 01 árbitro, apto a atuar na prestação do serviço de arbitragem na modalidade, juntando a mesma, cópia de certificado de participação e formação em cursos do gênero.
- g) Para a modalidade de FUTEBOL DE SALÃO NAS CATEGORIAS DE BASE, deverá ser apresentada uma relação de no mínimo, 02 árbitros e 01 mesário, aptos a atuarem na prestação do serviço de arbitragem da modalidade, juntando a mesma, cópia de certificado de participação e formação em cursos do gênero.

Nome do Profissional	Modalidade	Função	Nº do RG	Nº do CPF

8.2 Do Cadastro de Fornecedores

8.3 As empresas que declarem Microempresa – ME ou Empresas de Pequeno Porte junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br, deverão encaminhar ainda a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. **Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no ano de 2023 ou superior. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial;**

8.4 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

8.5.1 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.5, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

8.6 As certidões e documentos que não tenham seu prazo de validade consignado deverão ter sido emitidos no máximo 60 (sessenta) dias da data prevista para abertura dos invólucros;

8.7 A critério do Pregoeiro poderão ser solicitados esclarecimentos, assim como serem efetuadas diligências, visando a conformar a capacidade técnica, gerencial e administrativa das empresas concorrentes;

8.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

8.10 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

8.10.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

8.10.2 Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

8.10.3 Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

8.10.4 Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2 Caso a licitante não encaminhe o arquivo solicitado no item 9.1.1, deverá encaminhar a proposta final conforme modelo disponibilizado pela Plataforma Portal de Compras Públicas no prazo definido pela pregoeira;

9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam à Contratada;

9.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93);

9.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, e no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

9.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

9.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10 DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente;

10.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

10.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

10.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

10.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

11.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 DOS VALORES ORÇADOS PELO MUNICÍPIO E PREÇOS MÁXIMOS

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

13.1 O valor total para a prestação do serviço, objeto desta licitação, está descrito no **Anexo “A”** deste edital e deverá ser considerado como **preço máximo por item admitido no presente**.

14 DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 O item, objeto deste edital, deverá ser prestado conforme solicitado pela Secretaria requisitantes do Município de Riqueza/SC.

14.2 A contratada deverá observar os prazos, a forma de prestação do serviço, de acordo com as especificações do Termo de Referência constante no anexo “A” deste edital.

14.3 A comunicação da Secretaria solicitante do objeto desta licitação poderá ser feita através de forma eletrônica, valendo-se para tanto do e-mail da contratada indicado na proposta de preço.

15 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 O Município de Riqueza efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 10(dez) dias após o fornecimento do serviço, conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável;

15.2 As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF, contendo o número do processo licitatório, sua modalidade, número do contrato com a respectiva descrição do objeto e dados bancários para pagamento;

15.3 **Á partir da presente data todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 4713/2023, sob pena de não aceitação da nota. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional e MEI não estarão sujeitas a retenção.**

15.4 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

<i>I – CLASSIFICAÇÃO</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>CÓDIGO</i>
Órgão	Secretaria da Educação	05
Unidade Orçament.	Departamento de Esportes	02
Função	Desporto e Lazer	27
Subfunção	Desporto Comunitário	812
Programa	Promoção Esportiva	0005
Atividade	Manutenção Departamento de Promoções Esportivas	2.006
Fonte	Recursos não Vinculados de Impostos	1500
II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE		
3.3.90.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais		

15.5 Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso de a conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

16 DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

16.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º. Do Artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069 de 26/06/1995;

16.2 Em caso de prorrogação do contrato, os preços serão reajustados anualmente (de doze em doze meses), de acordo com o índice acumulado (últimos doze meses) do INPC/IBGE (Índice

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

Nacional de Preços ao Consumidor), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro índice legal oficial que venha a substituí-lo, em caso de sua extinção;

17 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1 Até 03(três) dias úteis que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão;

17.1.1 A impugnação poderá ser protocolada no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, em via original, ou enviada(s) para o e-mail contratos@riqueza.sc.gov.br que a encaminhará devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão;

17.1.2 Serão aceitos impugnações e recursos encaminhados por e-mail, desde que sejam acompanhados do contrato social da empresa e procuração se for o caso;

17.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

17.3 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo e-mail contratos@riqueza.sc.gov.br;

17.4 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

17.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

17.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

17.7 Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RESPECTIVA VIGÊNCIA

18.1 Após a homologação do resultado, a vencedora será notificada e convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Item 20**, deste Edital;

18.2 A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de doze meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

18.3 Caso a Ata, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

19 DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preço decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização;

19.2 A rescisão contratual poderá ser:

19.2.1 Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

19.2.2 Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

20 DAS PENALIDADES

20.1 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preço no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do mesmo, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la, nos termos do **item 18.1** do presente instrumento convocatório.

20.2 Pelo atraso injustificado na prestação dos serviços, objeto deste Registro de Preço, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

20.2.1 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

20.2.2 Pela inexecução total ou parcial deste Registro de Preço, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Registro de Preço;

20.2.3 Entende-se por valor total do Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados;

20.3 As penalidades de multa, previstas no **item 20** deste edital, poderão ser aplicadas, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o artigo 7, do mesmo diploma legal.

20.4 O Município de Riqueza/SC poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

21 DA FISCALIZAÇÃO

21.1 A fiscalização do cumprimento do Registro de Preço caberá ao responsável pela respectiva secretaria solicitante, ou quem venha substituí-lo no cargo.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Riqueza no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3675-3200, de segunda à sexta-feira, das 07h 45min às 11h 45min e das 13h 30min às 17h 30min;

22.2 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.024/2019, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria;

22.3 No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a abertura da licitação;

b) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

22.4 O Município de Riqueza reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie;

22.5 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Mondai/SC, excluído qualquer outro.

23 DOS ANEXOS DO EDITAL

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

23.1 Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo “A”** – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) Anexo “B”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- c) Anexo “C”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- d) Anexo “D”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- e) Anexo “E”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- f) Anexo “F”** – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Riqueza – SC, 11 de agosto de 2023.

RENALDO MUELLER

Prefeito de Riqueza

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1621/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2023****ANEXO "A"****TERMO DE REFERÊNCIA****DADOS DO SOLICITANTE:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RUA JOÃO MARI, 55, CENTRO – RIQUEZA/SC
TEL: 49 3675-3212

OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência na contratação dos serviços em questão, através da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório, cujo fator preponderante é o menor preço por Item.

JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

Justificativa da Contratação: Faz-se necessária a contratação dos serviços de arbitragem e demais devido o cronograma de atividades esportivas, objetivando o envolvimento da comunidade e classe estudantil de nossa cidade. A contratação da prestação de serviços vem ao encontro com o plano do Governo Municipal que é o incentivo à prática de esportes, despertando o trabalho em equipe e o espírito de competição saudável entre os desportistas.

Justificativa da composição da média: Foram solicitados 03 (três) orçamentos em empresas do ramo, para obter o teto máximo do Processo Licitatório com valores praticados no mercado.

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA REALIZAÇÃO DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS E REGIONAIS NO MUNICÍPIO DE RIQUEZA/SC, A FIM DE ATENDER O DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital.

JULGAMENTO

O julgamento no processo será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNI.	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITARIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Serviço de arbitragem para futebol de campo, para competições municipais e regionais, incluindo transporte, julgamento, relatório de arbitragem	Jogo	70	503,33	35.233,10
2	Arbitragem para jogos de bocha, para campeonatos municipais e regionais, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de	Jogo	150	203,33	30.499,50

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

	pontuação, julgamentos de relatórios dos jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo um arbitro e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade				
3	Serviço de arbitragem para futebol de salão, para competições municipais e regionais, incluindo transporte, julgamentos, relatórios de arbitragem.	Jogo	450	303,33	136.498,50
4	Serviço de arbitragem para futebol suíço, para competições municipais e regionais, incluindo transporte, julgamentos, relatórios de arbitragem.	Jogo	200	313,33	62.666,00
5	Serviço de arbitragem para voleibol de areia e de quadra, para competições municipais e regionais, incluindo transporte, julgamentos, relatórios de arbitragem.	Jogo	200	273,33	54.666,00
6	Serviço de arbitragem para campeonatos de futebol de salão nas categorias de base, para competições municipais e regionais, incluindo transporte, julgamentos, relatórios de arbitragem.	Jogo	300	193,33	57.999,00
TOTAL					377.562,10

A descrição do objeto do edital, bem como a realização dos orçamentos prévios são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. Sendo assim, eventuais dúvidas sobre o objeto do presente certame poderão ser sanadas diretamente com a responsável pela Secretaria através do telefone (49) 3675-3212. O valor máximo aceito está baseado nos valores dos orçamentos previamente realizado pela Secretaria estão em anexo ao processo licitatório.

DAS RESPONSABILIDADES E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa e/ou profissional vencedora obriga-se a:

- a) Responsabilizar-se inteiramente por despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, quando colocados a serviços, não cabendo a Contratante, qualquer espécie de responsabilidade presente e futura.
- b) Responder em relação a terceiros, pelos danos que seus empregados possam vir causar em decorrência de negligência, imprudência e imperícia, na forma da Lei.
- c) Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre a prestação do serviço.
- d) Responsabilizar-se pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado bem como o custo para a reparação dos mesmos.
- e) Notificar à Administração, através da Secretaria solicitante, imediatamente e por escrito de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;
- f) Não transferir a outrem o objeto do Contrato;
- g) Selecionar, orientar, capacitar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços;
- h) Manter a disciplina nos locais dos serviços;
- i) Os serviços serão prestados à critério do Departamento solicitante;
- j) Não haverá mínimo de jogos para a solicitação do serviço estando a proponente obrigada a prestar o serviço ordenados independentemente do número de jogos;
- k) Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado ao fornecimento do objeto de conformidade com o processo licitatório;
- l) A contratada terá o prazo de 03(três) dias úteis para a entrega do objeto licitado após recebimento da ordem de fornecimento.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

m) Se o objeto não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da adequação, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

n) Cumprir todas as demais obrigações constantes neste Edital;

PAGAMENTO

a) O Município de Riqueza efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 10(dez) dias após o fornecimento do serviço, conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável.

b) As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF, contendo número do processo licitatório, sua modalidade, número do contrato com a respectiva descrição do objeto e dados bancários para depósito.

c) **Á partir da presente data todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 4713/2023, sob pena de não aceitação da nota. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional e MEI não estarão sujeitas a retenção.**

d) As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

<i>I – CLASSIFICAÇÃO</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>CÓDIGO</i>
Órgão	Secretaria da Educação	05
Unidade Orçament.	Departamento de Esportes	02
Função	Desporto e Lazer	27
Subfunção	Desporto Comunitário	812
Programa	Promoção Esportiva	0005
Atividade	Manutenção Departamento de Promoções Esportivas	2.006
Fonte	Recursos não Vinculados de Impostos	1500
II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE		
3.3.90.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais		

Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso de a conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

À Administração Pública Municipal é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização pelos respectivos responsáveis das Secretarias requisitantes ou quem venha substituí-los nos cargos.

ASSINATURA:**ELENI RUTZEN ENDRIGO**

Matrícula 1580-6

Secretária da Educação

Riqueza/SC, 11 de agosto de 2023.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 1621/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N° 38/2023**ANEXO “B”****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 38/2023, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, _____ de _____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1621/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2023**ANEXO "C"****DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO**
TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Ao Município de Riqueza - SC

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, DECLARA, para fins que em atendimento ao Inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, de que a empresa não possui em seu quadro, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem em qualquer tipo de trabalho menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 38/2023 - ADM, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, ____ de ____ de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 1621/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N° 38/2023**ANEXO “D”****DECLARAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO**

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº/.....-....., com sede na, nº, bairro, Município de, Estado de, CEP-....., neste ato representada pelo Sr., **DECLARA**, sob as penas da Lei, **que não se enquadra nas hipóteses de impedimentos do art. 89 e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município de Riqueza.**

....., em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 1621/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N° 38/2023****ANEXO “E”****DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO**

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede, nº, bairro, Município de, Estado de, CEP-....., neste ato representada pelo Sr(a)., DECLARA, para fins de atendimento ao que consta no edital do referido Pregão Eletrônico - Registro de Preços, que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer objeto/serviço de qualidade, sob as penas da Lei.

Que é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato decorrente da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Que se sujeita às condições estabelecidas no Edital do Pregão e respectivos modelos, adendos, anexos e documentos e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador.

_____, em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1621/2023
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2023****ANEXO “F”****MINUTA CONTRATO MINUTA TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO
DE PREÇOS Nº _____/2023**

O **MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede administrativa à Rua João Mari, 55, Centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.895-000, por meio de seu gestor o Prefeito, Exmo. Sr. **RENALDO MUELLER**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) _____, Sr(a). _____, nos termos das Leis nº. 10.024/2019 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório 1621/2023, modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 38/2023, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos serviços, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente ajuste tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de arbitragem para realização dos campeonatos municipais e regionais no município de Riqueza/SC, a fim de atender o Departamento de Esportes, conforme especificações constantes no **Anexo “A”**.

1.1.1 Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo Licitatório 1621/2023, modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços nº 38/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Riqueza não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Pelo fornecimento do objeto descrito na Cláusula Primeira, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____ (_____).

Item	Und.	Descrição do Objeto	Quant	Valor Unt.	Valor Total

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

3.2 As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação:

I – CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria da Educação	05
Unidade Orçament.	Departamento de Esportes	02
Função	Desporto e Lazer	27
Subfunção	Desporto Comunitário	812
Programa	Promoção Esportiva	0005
Atividade	Manutenção Departamento de Promoções Esportivas	2.006
Fonte	Recursos não Vinculados de Impostos	1500
II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE		
3.3.90.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais		

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O Município de Riqueza efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 10(dez) dias após a prestação dos serviços, conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável.

4.2 As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF. Ainda, deverá constar na nota fiscal o número do processo licitatório, sua modalidade, número do contrato, descrição do objeto e dados bancários para depósito.

4.3 Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

4.4 **Á partir da presente data todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 4713/2023, sob pena de não aceitação da nota. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional e MEI não estarão sujeitas a retenção.**

4.5 Qualquer pagamento somente será realizado quando a empresa contratada estiver regular em relação aos documentos constantes no Item 8 deste edital.

CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES

5.1 Os preços serão fixos e irreajustáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º. Do Artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069 de 26/06/1995;

5.2 Em caso de prorrogação do contrato, os preços serão reajustados anualmente (de doze em doze meses), de acordo com o índice acumulado (últimos doze meses) do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro índice legal oficial que venha a substituí-lo, em caso de sua extinção;

CLÁUSULA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

6.1 O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

7.1 Compete à CONTRATANTE:

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

7.1.1 Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratuais assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

7.1.2 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

7.1.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do produto anotando em registro próprio as falhas detectadas;

7.1.4 Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.5 Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas.

7.2 Compete à CONTRATADA:

7.2.1 Envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;

7.2.2 Assinar a Ata de Registro de Preços;

7.2.3 Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, no edital e neste Instrumento;

7.2.4 Fornecer os serviços, conforme descrito no edital, e demais condições descritas no Termo de Referência – Anexo “A”, do Edital;

7.2.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da entrega do objeto;

7.2.6 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

7.2.7 Manter durante toda a execução dos serviços da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus Anexos;

7.2.8 Informar ao Órgão Gerenciador ou à CONTRATANTE, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O Registro de Preços poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Pelo Município de Riqueza/SC, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando;
- b) o FORNECEDOR não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, Edital ou da Ordem de Compra;
- c) o FORNECEDOR não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido, e o Município de Riqueza/SC não aceitar sua justificativa;
- d) o FORNECEDOR der causa a rescisão administrativa da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a critério Município de Riqueza/SC;
- e) houver inexecução total ou parcial da ATA (ou instrumento equivalente) decorrente do Registro de Preços, se assim for decidido pelo Município de Riqueza/SC;
- f) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR não aceitar reduzi-lo;
- g) houver motivo de interesse público devidamente demonstrados e justificados pelo Município de Riqueza/SC; e
- h) houver solicitação por escrito, e o FORNECEDOR comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (caso fortuito ou de força maior) e desde que aceitas as justificativas pelo Município de Riqueza/SC.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

8.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste edital e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou outro meio que comprove o recebimento, juntando-se comprovante ao processo que deu origem ao Registro de Preços;

8.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do FORNECEDOR, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Santa Catarina, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado;

8.4 A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do(s) preço(s) registrado(s) deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, da data do efetivo cancelamento, facultado ao Município de Riqueza/SC a aplicação das penalidades previstas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, caso não aceite as razões do pedido de cancelamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a ata no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do mesmo, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-lo.

9.2 Pelo atraso injustificado na entrega do serviço, objeto deste instrumento, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

9.2.1 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.2.2 Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata.

9.2.3 Entende-se por valor total deste instrumento o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

9.2.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações;

9.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.3 O Município de Riqueza poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa local ou nos meios oficiais de divulgação, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A fiscalização será exercida pela CONTRATANTE na pessoa do responsável da secretaria solicitante ou quem venha substituí-lo no cargo, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1 Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº. 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Mondai - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente instrumento. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes.

Riqueza - SC, ____ de ____ de 2023.

RENALDO MUELLER

Prefeito Municipal

Contratada

TESTEMUNHAS:

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: contratos@riqueza.sc.gov.br

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 95/2022

Publicação N° 5052381

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5B383786D88F4550B41FB1C6A8464C8074A8114
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 2º termo aditivo ao contrato N° 95/2022 referente processo administrativo 69/2022, tomada de preço 11/2022. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Rcpa Empreiteira Ltda Epp. Objeto: prorrogação do prazo de contrato. Vigência do contrato 07/09/2023 a 7/03/2024. Rodeio 9 de agosto de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 51/2022

Publicação N° 5052388

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2861446440D09B274EFBD7933F3AC3962D59EAE7
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 4º termo aditivo ao contrato N° 51/2022 ref. convite 01/2022. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Rcpa Empreiteira Ltda Epp. Objeto: prorrogação de contrato. Vigência do contrato 20/08/2023 a 20/11/2023. Rodeio 9 de agosto de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 57/2023

Publicação N° 5053184

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E6E2A0F149629256401F4747D3408F05F56C1BB7
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Referente extrato de contrato da tomada de preço nº 8/2023, processo nº 44/2023. Objeto: contratação de empresa para execução de reforma e ampliação nas escolas e creche do projeto segurança, com fornecimento de mão de obra, material e ferramental, conforme memorial descritivo e demais projetos. Contratante: Município de Rodeio. Contratado: Grs Engenharia Ltda, contrato nº 57/2023 no valor de R\$ 98.296,30. Rodeio 9 de agosto de 2023. Valcir Ferrari - prefeito municipal

Romelândia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PL 855/2023 TP 04/2023

Publicação N° 5052294

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F2473EAE9F5812A53145189AE7DB4E8595DFDCE7

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
Aviso de Licitação

Processo N.º 855/2023 – Tomada de Preços nº 04/2023.

O Município de Romelândia – SC, torna público aos interessados que se encontra aberto o Tomada de Preços Nº 03/2023 – O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO, VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE RUA, COM ÁREA TOTAL DE 1.124M² NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, COM RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDA PARLAMENTAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA (EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 1341/2023 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - ESTADO DE SANTA CATARINA/SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – SIE, APOIO AO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA) E DE EMENDAS PARLAMENTARES DA UNIÃO FEDERAL (EMENDA PARLAMENTAR Nº 202332350003, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROGRAMA 09032023, PLANO DE AÇÃO 09032023-031251, UNIÃO FEDERAL/MINISTÉRIO DA FAZENDA; E, EMENDA PARLAMENTAR Nº 202339800001, TRANSFERÊNCIA ESPECIAL, PROGRAMA 09032023, PLANO DE AÇÃO 09032023-037423, UNIÃO FEDERAL/MINISTÉRIO DA FAZENDA).

Disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e Nº 02 – PROPOSTA, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 08:00MIN DO DIA 29 DE AGOSTO DE 2023 no Setor de Licitações deste Município, sito a localizada na Rua 12 de Outubro, 242, Centro, Romelândia, SC, - CEP 89908-000. A abertura dos Envelopes n. 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á a partir das 08:15MIN DO DIA 29 DE AGOSTO DE 2023 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Romelândia/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3624-1000, ou diretamente no Setor Administrativo sito localizada na Rua 12 de Outubro, 242, Centro, Romelândia, SC, - CEP 89908-000. Juarez Furtado, 11 de agosto de 2023.

Salete

PREFEITURA

CONTRATO Nº 131/2023

Publicação Nº 5051952

Contratante: Prefeitura do Município de Salete

Contratado(a): LUCINDA GARLINI KUHNEN

Número do contrato: 131/2023

Objeto: celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal - Lei Complementar n.º 003, de 12 de abril de 1995 - Lei Complementar n.º 017, de 11 de setembro de 2001, artigo 18, § 1º e 2º - Lei n.º 1.198 de 07 de fevereiro de 2002, artigo 1º, inciso IV "d" - da Lei nº 849/1993, artigo 1º, inciso II, e nos termos do Processo Seletivo nº 010/2022, de 30 horas semanais, por inexistência de concursado.

Vigência: 07 de agosto de 2023 até 21 de dezembro de 2023

Valor: R\$ 1.952,44

CONTRATO Nº 128/2023

Publicação Nº 5051903

Contratante: Prefeitura do Município de Salete

Contratado(a): CARINA LUANA BUSS

Número do contrato: 128/2023

Objeto: celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal - Lei Complementar n.º 003, de 12 de abril de 1995 - Lei Complementar n.º 017, de 11 de setembro de 2001, artigo 18, § 1º e 2º - Lei n.º 1.198 de 07 de fevereiro de 2002, artigo 1º, inciso IV "d" - da Lei nº 849/1993, artigo 1º, inciso II, e nos termos do Processo Seletivo nº 010/2022, de 40 horas semanais, por inexistência de concursado.

Vigência: 10 de julho de 2023 até 21 de dezembro de 2023

Valor: R\$ 2.603,28

CONTRATO Nº 129/2023

Publicação Nº 5051913

Contratante: Prefeitura do Município de Salete

Contratado(a): EMILLY CRISTINI FARIAS VIEIRA

Número do contrato: 129/2023

Objeto: celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal - Lei Complementar n.º 003, de 12 de abril de 1995 - Lei Complementar n.º 017, de 11 de setembro de 2001, artigo 18, § 1º e 2º - Lei n.º 1.198 de 07 de fevereiro de 2002, artigo 1º, inciso IV "d" - da Lei nº 849/1993, artigo 1º, inciso II, e nos termos do Processo Seletivo nº 010/2022, de 20 horas semanais, por inexistência de concursado.

Vigência: 11 de julho de 2023 até 21 de dezembro de 2023

Valor: R\$ 1.301,62

CONTRATO Nº 130/2023

Publicação Nº 5051944

Contratante: Prefeitura do Município de Salete

Contratado(a): MICHELI CONSTANTINO MICHELS

Número do contrato: 130/2023

Objeto: celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal - Lei Complementar n.º 003, de 12 de abril de 1995 - Lei Complementar n.º 017, de 11 de setembro de 2001, artigo 18, § 1º e 2º - Lei n.º 1.198 de 07 de fevereiro de 2002, artigo 1º, inciso IV "d" - da Lei nº 849/1993, artigo 1º, inciso II, e nos termos do Processo Seletivo nº 010/2022, de 20 horas semanais, por inexistência de concursado.

Vigência: 07 de agosto de 2023 até 21 de dezembro de 2023

Valor: R\$ 1.301,62

CONTRATO Nº 132/2023

Publicação Nº 5051975

Contratante: Prefeitura do Município de Salete

Contratado(a): PAULO CESAR CORDOVA KUSTER

Número do contrato: 132/2023

Objeto: celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal - Lei n.º 1.198 de 07 de fevereiro de 2002, artigo 1º, inciso IV "d" - da Lei nº 849/1993, artigo 1º, inciso II e nos termos do Processo Seletivo nº 008/2023, - por vacância do cargo do ex-servidor Ivo Castelani, matrícula n.º 1016512-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, nível 55, com carga horária de 40 horas semanais, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços, exonerado a pedido pela Portaria n.º 333/2014.

Vigência: 07 de agosto de 2023 até 21 de dezembro de 2023

Valor: R\$ 1.883,20

CONTRATO Nº 133/2023

Publicação Nº 5051978

Contratante: Prefeitura do Município de Salete

Contratado(a): PATRICIA GREGÓRIO

Número do contrato: 133/2023

Objeto: celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal - Lei n.º 1.198 de 07 de fevereiro de 2002, artigo 1º, inciso IV "d" - da Lei nº 849/1993, artigo 1º, inciso II e nos termos do Processo Seletivo nº 007/2023, por inexistência de concursado.

Vigência: 10 de agosto de 2023 até 21 de dezembro de 2023

Valor: R\$ 1.810,07

Saltinho

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 001/2023 PMS

Publicação Nº 5052812

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SALTINHO
Aviso de Licitação

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2B383078352FFA2B96CBF7C79ADBB86CF0457D27

Código TCE: 2B383078352FFA2B96CBF7C79ADBB86CF0457D27

Processo N.º 069/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/2023

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA 001/2023 – decorrente do PROCESSO 069/2023, visando a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS PÚBLICOS. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – HABILITAÇÃO e Nº 02 – PROPOSTA, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação as propostas de preços dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 09:00MIN DO DIA 15 de setembro de 2023, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09H15MIN DO DIA 15 de Setembro de 2023, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 10 de agosto de 2023. Edimar Noronha de Freitas - Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 045/2023 PMS

Publicação Nº 5054310

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SALTINHO
Aviso de Licitação

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 576CC93C640C5AED8D7D0D9D57E3735209343BC1

Código registro TCE: 576CC93C640C5AED8D7D0D9D57E3735209343BC1

Processo N.º 070/2023 - Pregão Presencial com Registro de Preços nº 045/2023

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 045/2023 – decorrente do PROCESSO 070/2023, visando A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO GEORREFERENCIADO, ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO, INCLUSO MAPAS, MEMORIAIS E DEMAIS DOCUMENTOS PERTINENTES PARA PROCESSO DE APROVAÇÃO, COM FINALIDADE DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS NA ZONA RURAL. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 08H00MIN DO DIA 25 DE AGOSTO DE 2023, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08H00MIN DO DIA 25 DE AGOSTO DE 2023, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 11 de agosto de 2023. Edimar Noronha de Freitas - Prefeito Municipal

Sangão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2023 - PMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2023 - PMS

Publicação Nº 5051906

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E20790F172DB00B0F36292A86454AA57B05216C4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2023 - PMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2023 - PMS

CÓD. REGISTRO DE INFORMAÇÃO (E-SFINGE): E20790F172DB00B0F36292A86454AA57B05216C4

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa especializada para execução de pequenos reparos, por produção, sem o fornecimento de materiais, em diversos edifícios da administração pública municipal de Sangão/SC, conforme as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos.

HORÁRIO E DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h45min do dia 28 de agosto de 2023.

HORÁRIO E DATA DE ABERTURA: às 14h00min do dia 28 de agosto de 2023.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a quinta-feira no Departamento de Licitações do Município de Sangão, na Rodovia SC 443, Km 02, Centro, CEP 88717-000, Sangão/SC, no horário das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, e sexta-feira das 07h30min às 12h00min, ou pelo telefone (48) 3656-3500, ou através do site: www.sangao.sc.gov.br

Sangão/SC, 11 de agosto de 2023.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023 - PMS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023 - PMS

Publicação Nº 5052560

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 25C7D25E3B3060C05FD138C97F5ECE406A55151F

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2023 - PMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2023 - PMS

CÓD. REGISTRO DE INFORMAÇÃO (E-SFINGE): 25C7D25E3B3060C05FD138C97F5ECE406A55151F

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de materiais educativos e esportivos, em atendimento as demandas das unidades escolares da rede municipal de ensino de Sangão/SC, para serem fornecidos de forma parcelada, conforme as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h30min do dia 15/08/2023 até as 14h59min do dia 28/08/2023.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 15h00min do dia 28/08/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15h01min do dia 28/08/2023.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br . Acesso Identificado.

INFORMAÇÕES E/OU CÓPIA NA ÍNTEGRA DESTA EDITAL: No endereço Rodovia SC 443, Km 02, Centro, CEP 88717-000, Sangão/SC, ou pelo telefone (48) 3656-3500, ou através do e-mail: licitacao@sangao.sc.gov.br e sítio eletrônico oficial www.sangao.sc.gov.br.

Sangão/SC, 11 de agosto de 2023.

CASTILHO SILVANO VIEIRA
PREFEITO

Santa Cecília

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.684, DE 28 DE JULHO DE 2023

Publicação Nº 5053258

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.684, DE 28 DE JULHO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22 da Lei Complementar Municipal nº 01/93, de 30 de Abril de 1993,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada por este Decreto a Comissão de Processo Seletivo, para coordenar todas as etapas do certame objeto do Edital de Processo Seletivo Nº 002/2023, para a contratação de Servidores em caráter Temporário, Emergencial e Excepcional, a qual será integrada pelos seguintes membros:

I – MARIA CECÍLIA COLLET, Servidora Pública Municipal estável do Poder Executivo Municipal;

II – ELIEL MARAFIGO DE SOUZA, Servidor Público Municipal estável do Poder Executivo Municipal;

III – RUBENS PAULO NETTO, Servidor Público Municipal estável do Poder Executivo Municipal;

IV – PEDRO FARIAS DIAS, Servidor Público Municipal estável do Poder Executivo Municipal;

Art. 2º. A comissão designada por este Decreto terá as atribuições de supervisionar a execução do certame de Processo Seletivo destinado a contratação temporária de Servidores para os diversos órgãos que integram a Estrutura Administrativa do Município.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.684, DE 28 DE JULHO DE 2023

FL.02

Art. 3º. A Comissão ora designada escolherá dentre seus membros o seu respectivo presidente.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 28 de Julho de 2023.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 28 de Julho de 2023.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

DECRETO Nº 1.685, DE 08 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053269

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.685, DE 08 DE AGOSTO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso V, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada por este Decreto, a Comissão de Avaliação que será responsável pela realização de avaliação e expedição do respectivo Laudos, dos seguintes bens inservíveis que integram o patrimônio do Município de Santa Cecília:

I – um lote de sucatas em geral, contendo materiais eletrônicos, de informática dentre outros;

II – uma Calçareadeira, 2 eixos, Marca Piccin, modelo Master Especific, 7500D, data 11/13, nº de série 13/06293, sem testes, com peças e acessórios faltantes;
III – um lote contendo um veículo Onibus VW/INDUSCAR FOZ U, de cor amarela, a diesel, ano e modelo 2009, de placas MGD – 0823, Renavam 124944434, sem motor, um motor com peças e acessórios faltantes e Cardã e Caixa de Câmbio avariados;
IV- um automóvel CHEVROLET ONIX 10 MT JOY, ano e modelo 2017, de cor branca, de placas QIO-1B22, flex, Renavam 1112349747, contendo avarias diversas;
V – um veículo ÔNIBUS IVECO/CITY CLASS 70C14, de fabricação nacional, cor amarelo, a diesel, ano 2013, modelo 2014, de placas MLL-5179, Renavam 1027577234, com problemas mecânicos e contendo avarias diversas;

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.685, DE 08 DE AGOSTO DE 2023

FL. 02

VI – um veículo CHEVROLET SPIN 1.8 L MT LTZ, de cor branca, flex, ano 2015, modelo 2016, de placas QHU – 3191, Renavam 1076367205, com problemas mecânicos e contendo avarias diversas;

VII – um trator agrícola, marca Landini, modelo Landforce 120, cabinado, 4x4, 112 CV, ano 2020.

Art. 2º. A comissão designada por este Decreto, será integrada pelos seguintes membros:

I – MARCUS ROBERTO BORDIGNON, servidor público Municipal investido no cargo de Secretário Municipal de Planejamento;

II – ELIEL MARAFIGO DE SOUZA, servidor público municipal, investido no cargo de Agente Administrativo;

III – RUBENS PAULO NETTO, servidor público municipal, investido no cargo de Fiscal de Obras.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 08 de Agosto de 2023

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 08 de Agosto de 2022.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

DECRETO Nº 1.686, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053307

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.686, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no artigo 11 da Lei Municipal Nº 2.230, de 05 de Dezembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Cecília um Crédito Suplementar, no valor de R\$ 2.200.000,00 (Dois Milhões e duzentos mil) para o exercício de 2023 conforme especificados abaixo:

10.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0028.2026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.00.2500.1002.0002 200.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.2500.1002.0002 100.000,00

10.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0028.4026 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.00.2500.1002.0002 1.000.000,00

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.686, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

FL. 02

03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0002.2003 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.1.90.00.00.00.00.00.2500.0000.0000 200.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.2500.0000.0000 200.000,00

07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

07.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

12.361.0010.2037 - MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.2500.0000.0000 100.000,00

07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2034 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00.2500.1001.0001 300.000,00

08.000 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0006.2028 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAS

3.3.90.00.00.00.00.00.2500.0000.0000 100.000,00

Estado de Santa Catarina

Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.686, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

FL. 03

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste projeto de lei, será utilizado o Superávit do exercício anterior nos recursos especificados acima.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 10 de Agosto de 2023

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 10 de Agosto de 2022.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

EXTRATO PREGÃO ELETRÔNICO 036/2023

Publicação Nº 5052762

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2023 – REGISTRO DE PREÇOS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 127CA5C737519E51C23384C51CE00C83EE8218AE

O Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, Nereu Eclair Vieira Pires, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de semente de milho convencional para doação a pequenos produtores, através da Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Forma do Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor preço por item

Recebimento das Propostas: Das 08h00min do dia 14/08/2023 até as 08h30min do dia 24/08/2023 no portal: www.portaldecompraspublicas.com.brInício da Sessão: 24/08/2023 às 08h35min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br horário de Brasília–DF.

EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

Santa Cecília, 11 de agosto de 2023.

Nereu Eclair Vieira Pires

Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DESPACHO

Publicação N° 5053553

DESPACHO

Trata-se de requerimento subscrito pela empresa RAUPP TOPOGRAFIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 43.177.695/0001-94, com sede na Rua Frey Raimundo Simoneto, nº 488, sala 2, bairro Vila Rica, cidade de Santa Rosa do Sul/SC, neste ato representado pela Sra. Chirli Raupp de Bitencourt, casada, engenheira agrimensora CREA SC 106855-00, empresária, portadora do CPF nº 064.297.999-56, e pelo Sr. Aleksandro Alves Roldão, casado, empresário, portador do CPF. nº 030.072.979-07, provocando este Município a instaurar um procedimento administrativo de regularização fundiária (complementar) para referida área de 1.044,90m² da matrícula nº 19.588 do ofício de registro da comarca de Santa Rosa do Sul SC.

Diversos documentos e projetos foram acostados ao requerimento, necessários à realização dos trabalhos, bem como toda a documentação necessária da requerente, demonstrando sua existência jurídica e a legitimidade do seu Presidente.

Há elementos suficientes para a instauração do P.A.R. (procedimento administrativo de regularização) para estudar a viabilidade da regularização fundiária da área do núcleo urbano informal consolidado, correspondente ao núcleo aprovado através do decreto nº 042 de 25/07/2022, denominado PARQUE ROSITA/QD 26-28-30-32.

Assim, determino ao setor administrativo desta Secretaria:

- 1º. Oficiar à Requerente do teor deste despacho;
- 2º. Lavar a Portaria inaugural do PAR, como de praxe;
- 3º. Autuar toda a documentação, numerando-a;
- 4º. Publicar esta decisão na imprensa oficial e demais meios de comunicação.

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul/SC, 11 de agosto de 2023.

Paulo Roberto de Souza Martins
Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

PORTARIA 240/2023

Publicação N° 5052973

PORTARIA N.º 138, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

PORTARIA Nº 240, DE 03 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, - SC. Senhor Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º da Lei nº 45 de 20/08/90, e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar o (a) Servidor (a) Betariz de Souza Batista, inscrita no CPF sob o nº 683.081.750-15, do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, nomeada através da Portaria nº 086 de 16/03/2023.

Parágrafo único. A exoneração de que trata este artigo se dá a pedido do (a) próprio (a) servidor (a) ocorrida na data 03 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de agosto de 2023, retroagindo seus efeitos para 03 de agosto de 2023.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA

Prefeito Municipal

EDSON DE OLIVEIRA BORBA

Secretário Municipal Geral de Governo

Registrada e Publicada Nesta Secretaria na Data Supra.

ROSANE FERREIRA EMERIM

Responsável pelo Departamento Pessoal

PORTARIA INAUGURAL

Publicação Nº 5053558

PORTARIA INAUGURAL

O Presidente da Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana do Município de Santa Rosa do Sul, nos termos da Lei Nacional nº 13.465, de 2017, DETERMINA a instauração do procedimento administrativo de regularização (P.A.R.) para apurar a situação fundiária do núcleo urbano informal denominado PARQUE ROSITA/QD 26-28-30-32, adotando-se as seguintes providências:

- I. Registro desta portaria, em livro próprio, em ordem numérica crescente;
 - II. Autuação desta portaria e de toda documentação que lhe deu origem, bem como a adoção de número de controle a este P.A.R.;
 - III. Expedição de ordem de serviço aos respectivos setores da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária:
- 1. Delimitar o núcleo urbano;
 - 2. Confirmar sua informalidade e consolidação;
 - 3. Realizar busca administrativa junto aos demais órgãos da administração pública, direta e indireta, para identificação dos serviços prestados e infraestrutura fornecida aos ocupantes do núcleo objeto de REURB;
 - 4. Realizar busca registral para identificação de transcrições ou matrículas abrangidas pelo núcleo urbano informal, visando localizar seus proprietários, seus confinantes e terceiros eventualmente interessados;
 - 5. Realizar estudos preliminares das dimensões urbanísticas, ambientais e jurídicas.

Obs. Núcleo aprovado através do decreto nº 042 de 25/07/2022.

Impreterivelmente, em até 30 dias, retornem os autos para ulteriores providências.

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul/SC, em 11 de agosto de 2023.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

PAULO ROBERTO DE SOUZA MARTINS
Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO RESOLUÇÃO N. 002/2023

Publicação Nº 5051582

Retificação Resolução n. 002/2023

Por meio desta retificação, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Terezinha do Progresso – SC, retifica a Resolução nº 002/2023, que dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos e respectivos fiscais durante o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar e sobre o procedimento de sua apuração, publicada no Portal da Transparência do Município em 17 de Julho de 2023.

A retificação refere-se ao e-mail para as denúncias,

Portanto onde se lê:

§5º ... para o e-mail cmdcastp@yahoo.com.br

Leia-se:

para o e-mail cmdcastp@yahoo.com

Os demais itens da citada resolução, permanecem inalterados.

Santa Terezinha do Progresso, 10 de Agosto de 2023.

Taize Hollas Lara Dias
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente

Santiago do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº290/2023 – DE 11 AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053841

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº290/2023 – DE 11 AGOSTO DE 2023.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor JURACI PIVA, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor JURACI PIVA, ocupante do Cargo de VIGIA, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, do dia 10 de agosto de 2023 a 11 de agosto de 2023, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 11 de agosto de 2023.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração

PORTARIA Nº291/2023 – DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053844

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº291/2023 – DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal MARIVETE BITENCOURT GUERRA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora MARIVETE BITENCOURT GUERRA, ocupante do Cargo de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, do dia 09 de agosto de 2023 a 23 de agosto de 2023, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 09 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 11 de agosto de 2023.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração.

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

PORTARIA Nº 20.242

Publicação Nº 5052946

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-43PORTARIA Nº 20.242, de 03 de Agosto de 2023.
DESIGNA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009

ELTON JOSÉ MARTINS, para em substituição à JAIR OFRÁSIO DOS SANTOS ministrar aulas de Geografia da Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, a partir de 03/08/2023 à 21/12/2023, com 10 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2023.
RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.243

Publicação Nº 5052961

PORTARIA Nº 20.243, de 03 de Agosto de 2023.
DISPENSA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D I S P E N S A R :

À pedido, SANDRA REGINA DA SILVA BREIS, brasileira, casada, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica - lecionando aulas no 6º ano I de Educação Especial da Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, com 30 horas semanais, a partir de 03/08/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2023.
RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.244

Publicação Nº 5052999

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 20.244, de 03 de Agosto de 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde ao servidor EMILIO COSTA, matrícula nº 1444, ocupante do cargo de Psicólogo, a partir de 03/08/2023 à 01/10/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2023.
RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2023

Publicação Nº 5053658

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 211D5F17C3896173198C67C90C6F8C1B2F8BD122

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2023

O Chefe de Gabinete, Secretário de Educação, Secretário de Planejamento e Urbanismo, Secretária de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretário de Obras e Serviços Urbanos, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Secretário de Saúde, Diretora Presidente da Fundação Cultural, Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos, Secretário de Assistência Social e Secretário de Administração torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2023, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO, PARA DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDAÇÃO DE DESPORTOS E FUNDAÇÃO CULTURAL, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, para a empresa MAAHS COMERCIO DE AREIA E BRITA EIRELI totalizando em R\$ 54.783,75 para os itens 22, 55, 56, 57, para a empresa AUGUSTIN IRMÃOS CIA LTDA ME totalizando em R\$ 115.235,00 para os itens 160, 361, 362, 363, para a empresa EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA totalizando em R\$ 234.900,00 para o item 115, para a empresa GLOBAL IMPORTADORA E COMERCIO LTDA totalizando em R\$ 302.685,77 para os itens 3, 4, 5, 7, 8, 16, 41, 48, 64, 98, 100, 104, 105, 106, 107, 123, 125, 126, 149, 150, 155, 168, 169, 180, 181, 183, 187, 202, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 216, 224, 233, 236, 246, 270, 271, 275, 277, 279, 285, 286, 287, 295, 338, 339, 340, 343, 345, 346, para a empresa MARCELO SIMONI ME totalizando em R\$ 1.160,04 para o item 245, para a empresa REDNOV FERRAMENTAS LTDA. Totalizando em R\$ 72.754,82 para os itens 6, 27, 45, 203, 204, 238, 282, 288, 289, 291, 292, 323, 324, 326, 336, 337, 341, 342, 413, 436, 448, para a empresa COMPENSADOS SCHROEDER LTDA totalizando em R\$ 100.753,40 para os itens 39, 81, 84, 114, 132, 221, 272, 273, 274, 302, 347, 349, para a empresa IMPERMEABILIZA COMERCIO DE TINTAS LTDA. Totalizando em R\$ 155.153,07 para os itens 135, 369, 370, 371, 377, 379, 380, 385, 389, 409, para a empresa JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA – ME totalizando em R\$ 22.063,90 para os itens 373, 374, 381, 390, 391, 406, 449, 450, KAG REPRESENTACOES LTDA totalizando em R\$ 20.824,00 para o item 317, para a empresa INSTALART MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA totalizando em R\$ 75.967,75 para os itens 1, 2, 73, 74, 75, 76, 77, 113, 134, 175, 176, 315, 426, para a empresa FRITZ DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA totalizando em R\$ 36.720,00 para o item 40, para a empresa PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI totalizando em R\$ 131.295,48 para os itens 365, 366, 367, 368, 372, 376, 378, 382, 383, 384, 386, 387, 388, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 405, 407, 408, para a empresa EVEREST MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA totalizando em R\$ 52.023,34 para os itens 12, 32, 88, 152, 218, 219, 228, 305, 402, 403, 431, para a empresa KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP totalizando em R\$ 168.546,30 para os itens 29, 34, 156, 257, 260, 261, para a empresa SZATA COMERCIO VAREJISTA LTDA totalizando em R\$ 22.139,55 para os itens 28, 418, para a empresa GX MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA totalizando em R\$ 85.725,86 para os itens 23, 24, 25, 67, 68, 69, 70, 90, 108, 191, para a empresa ISRAEL CORREA JACOMO 01735975133 totalizando em R\$ 34.259,17 para os itens 13, 144, 158, 222, 234, 237, 239, 358, 430, 434, para a empresa MJ COMERCIO DE BAZAR EIRELI totalizando em R\$ 100.049,94 para os itens 42, 43, 44, 47, 58, 95, 96, 136, 170, 182, 185, 186, para a empresa LUIZ EUGENIO BENDOTTI 04392381960 totalizando em R\$ 67.186,74 para os itens 151, 244, 310, 311, 312, 316, 422, para a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA totalizando em R\$ 341.796,55 para os itens 14, 18, 19, 20, 21, 49, 92, 109, 110, 111, 131, 159, 194, 231, 241, 242, 250, 280, 318, 359, 360, 410, 411, 412, 421, para a empresa LUROSAN FORJARIA E ESTAMPARIA LTDA totalizando em R\$ 7.804,80 para o item 276, para a empresa MP COMERCIO DE TELAS E FERRAGENS LTDA totalizando em R\$ 13.419,00 para o item 350, para a empresa GGV COMERCIAL EIRELI totalizando em 1.156,61 para os itens 17, 31, para a empresa L C DA LUZ BUHRER TELAS totalizando em R\$ 14.989,50 para o item 351, para a empresa COMERCIAL VITORIA LTDA - ME totalizando em R\$ 11.722,77 para os itens 142, 163, 240, 432, 454, para a empresa RM COMERCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA totalizando em R\$ 70.705,10 para os itens 71, 72, 148, 153, 252, 255, 290, 414, 416, 417, 419, 420, para a empresa G3 REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA totalizando em R\$ 52.241,52 para os itens 122, 124, 248, 447, para a empresa EPINET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO EIRELI EPP totalizando em R\$ 2.583,84 para o item 154, para a empresa COMERCIO ROCAMEL LTDA totalizando em R\$ 592.482,58 para os itens 33, 38, 119, 127, 128, 129, 130, 139, 140, 193, 220, 243, 247, 258, 259, 264, 265, 266, 328, 330, 331, 332, 333, 348, 352, 353, 354, 375, 441, 446, para a empresa LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA totalizando em R\$ 9.248,19 para os itens 65, 66, 197, 283, 284, 296, 298, 322, para a empresa LICITAR COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS, HIDRAULICOS LTDA totalizando em R\$ 76.693,08 para os itens 10, 11, 26, 46, 52, 53, 54, 61, 62, 63, 94, 99, 101, 102, 137, 138, 143, 171, 173, 174, 177, 179, 188, 199, 200, 210, 214, 217, 300, 335, 344, 415, 427, 451, para a empresa BRAVE DISTRIBUIDORA LTDA totalizando em R\$ 115.937,73 para os itens 82, 83, 85, 86, 87, 147, 269, 301, 306, 307, 308, 309, 313, 319, para a empresa CJC COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS LTDA totalizando em R\$ 18.717,09 para os itens 51, 112, 145, 251, 281, 299, para a empresa MIXMACRO DISTRIBUIDORA LTDA totalizando em R\$ 688.811,35 para os itens 35, 36, 37, 89, 103, 166, 201, 227, 229, 230, 262, 263, 267, 268, 325, 327, 329, 355, 356, 364, 404, 428, 429, para a empresa ELETRO CENTER MATERIAIS ELETRICOS, HIDRAULICOS E FERRAMENTAS LTDA totalizando em R\$ 68.077,21 para os itens 50, 59, 60, 97, 116, 117, 118, 120, 121, 133, 146, 172, 178, 184, 190, 192, 198, 207, 253, 254, 256, 293, 294, 297, 314, 321, 423, 424, 425, 433, 435, 440, 444, 453. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 11 de Agosto de 2023.

JOSE DORIVAL DUMS
CHEFE DE GABINETE

JOSE ERMINIO GREIN
SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

JOSIAS TERRES
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

BRUNO SEEFELD
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

ANDREA MARISTELA BAUER TAMANINE
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
LUIZ NERI PEREIRA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

MARCELO MARQUES
SECRETARIO DE SAÚDE

BARBARA SIMONE DA SILVA
DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

LUCIANO WEIDNER
DIRETOR PRESIDENTE FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

GILMAR LUIS POLLUM
SECRETÁRIO DE ASSISTENCIA SOCIAL

MAYKEL ROBERTO LAUBE
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 145/2023

Publicação Nº 5053650

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 85D4065E749E7EB0C4679A57D2A45D6D87E264D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 145/2023

O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 145/2023, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE LIVRO CONFORME DIAGRAMAÇÃO FORNECIDA PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO, EM VIRTUDE DA COMEMORAÇÃO AO SESQUICENTENÁRIO DE SÃO BENTO DO SUL, para a empresa MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA totalizando em R\$ 11.475,00 para o Item 1. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net.
São Bento do Sul, 11 de Agosto de 2023.

JOSE ERMINIO GREIN
SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2023 IPRESBS

Publicação Nº 5053144

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EFB6F02BCF7FFDCCEB6489134A71E692D77D6634

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2023 IPRESBS

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2023, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ON-LINE DE CONTEÚDOS ATRAVÉS DO PROGRAMA SIPREV GESTÃO - FERRAMENTA DE GESTÃO DAS INFORMAÇÕES REFERENTES A SERVIDORES PÚBLICOS, ATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES, DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, para a empresa 3IT CONSULTORIA LTDA, totalizando em R\$ 22.767,60, vencedora do item 1. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023

CLIFFORD JELINSKY
Diretor Presidente do IPRESBS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2023

Publicação Nº 5052958

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BE83EDA7CB3BB99692E3604CB3C55424731DB91E

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul torna público a homologação do PREGÃO ELETRÔNICO 099/2023, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS ICP-BRASIL, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA PRESENCIAL OU REMOTA NAS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS COM SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO, para a empresa SC FORTE CERTIFICADO DIGITAL LTDA, totalizando em R\$ 16.317,00 vencedora dos itens 1, 2, 3 e 4. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Administração

MARCOS RODRIGO SCHUHMACHER
Secretário de Finanças

ADRIANO DOMINGOS STENZOSKI
Procurador Municipal

JOSIAS TERRES
Secretário de Educação

JOSÉ ERMÍNIO GREIN
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

MARCELO MARQUES
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

GILMAR LUIS POLLUM
Secretário de Assistência Social

BARBARA SIMONE DA SILVA
Diretora-Presidente da Fundação Cultural

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUCIANO WEIDNER
Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Desportos

BRUNO SEEFELD
Secretário de Planejamento e Urbanismo

LUIZ NERI PEREIRA
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

ANDREA MARISTELA BAUER TAMANINE
Secretária de Desenvolvimento Econômico e Turismo

ADRIANO CUBAS
Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023 FMS

Publicação Nº 5052950

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A59024D26BA99BAB6A1E6448BB68D5721BB6392

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE APOIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS), COMO SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ROTINA ADOTADA PELA SECRETARIA, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 30/08/2023

Início da sessão: dia 30/08/2023, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47) 3631-6125.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2023.

MARCELO MARQUES
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2023 FMS

Publicação Nº 5052408

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5E897E3782FE3DC6D09E4E8F53899593914CBCDF

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2023 FMS

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sediadas neste município, estabelecendo o limite de 10 % do melhor preço válido, de acordo com o contido na Lei Complementar 147/2014 – Capítulo V – Artigo 48 – III - §3º e Decreto Municipal 406/2017;

Licitação com critérios de Desenvolvimento Municipal Sustentável, conforme Decreto Municipal 406/2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SESSÕES DE HIDROTERAPIA, PARA CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 29/08/2023

Início da sessão: dia 29/08/2023, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316032.

São Bento do Sul, 09 de agosto de 2023

MARCELO MARQUES
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DECISÃO PROCESSO Nº 14717/2018

Publicação Nº 5053818

DECISÃO

PROCESSO n. 14717/2018

I – RELATÓRIO

Trata-se do Processo Administrativo apuratório, do qual originaram-se processos disciplinares em desfavor de profissionais da saúde que, supostamente, não cumpriam a jornada de trabalho em sua integralidade.

Inúmeras diligências foram realizadas, restando o processo encaminhado ao GAPRE para análise e ponderações sobre o Projeto de Lei 474 de 2007, atas de reunião e demais documentos.

Relato do necessário, decido.

(...).

III – DISPOSITIVO

Ante a todo o exposto, em resposta à manifestação da CPEPAD, decido:

- a) Declarar NULO para todos os fins o processo administrativo 14717/2018, considerando a não juntada de documentos essenciais na instrução do feito, precluindo a pretensão, considerando que todos os documentos foram produzidos pela própria Administração;
- b) Declarar NULAS as Portarias n. 5030/2018; 5031/2018; 5032/2018; 5316/2018; 5317/2018; 5318/2018; 5319/2023; 5320/2018; 5321/2023; 5322/2018; 5323/2018; 5324/2018; 5325/2018; 5326/2018; 5327/2018; 5328/2018; 5329/2018; 5330/2018; 5331/2018; 5332/2018; 5333/2018; 5334/2018; 5335/2018; 5336/2018; 5337/2018; 5338/2018; 5339/2018; 5430/2018; 6435/2019; 0484/2021, devendo ser extinto o processo, se ainda tiver em trâmite ou, se concluído e não arquivado, trasladado para que produza os seus efeitos;
- c) Ainda, de ofício, declarar PRESCRITA a pretensão punitiva da Administração em razão da operação da prescrição intercorrente, por ter transcorrido mais de 1460 dias desde a abertura dos procedimentos determinados na decisão de págs. 147/148, além da ocorrência da prescrição frente ao transcurso do prazo desde a ocorrência do suposto fato.

Translade-se a presente decisão para todos os processos pendentes de finalização.

P.R.I. Após, archive-se.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HUMMELGEN LUIZ ANTONIO NOVASKI

Prefeito em exercício Assessor de Governo

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 174/2023

Publicação Nº 5053449

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 174/2023

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 136/2022, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SÓ POR DEUS E FILHOS OBRAS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, em 14 de junho de 2022, conforme Edital de Tomada de Preços nº 100/2022.

Considerando o contrato nº 136/2022 que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para a reforma, ampliação e troca de telhado do CEIM Pingo de Gente, localizado na Rua Hans Dieter Schmidt nº 455, Bairro Centenário, São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 100/2022, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando que a obra de reforma, ampliação e troca de telhado do CEIM Pingo de Gente está em andamento desde 2021, porém a primeira empresa contratada conforme Contrato nº 078/2021, WR Construtora e Distribuidora de Materiais Eireli abandonou a obra antes da conclusão, sendo necessário realizar nova contratação através da Tomada de Preço nº 100/2022 que deu origem ao Contrato nº 136/2022 com a empresa Só Por Deus e Filhos Obras de Engenharia e Construções Eireli, referente aos serviços que não foram executados pela primeira contratada.

Considerando problemas ocorridos em alguns serviços executados pela primeira contratada, onde a mesma foi notificada para regularização, porém sem resposta, sendo que a empresa não existe mais como pessoa jurídica, não sendo possível acionar a garantia referente a solidez e segurança da obra.

Considerando o Memorando nº 520/2023 – SEMED conforme anexo ao Termo Aditivo, onde o fiscal de obra e a fiscal de contrato solicitam aditivo e supressão de valores para executar adequações na obra referente a sala de aula do maternal 08, a qual estava interdita devido aos problemas estruturais causados durante a execução pela primeira empresa.

Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 397/2023, em anexo ao Termo Aditivo, visto que o aditivo contratual mostra-se vantajoso para a Administração, evitando elaboração de novo certame com suas especificações, detalhes e delongas (tempo, material, pessoal) e paralisação de cronograma das obras, já que tais serviços se destinam a ampliação e reforma da unidade escolar, o que por certo acarretar-lhe-ia significativos prejuízos, contrariando os princípios da eficiência, economicidade, celeridade, moralidade e da probidade, pilares da Administração Pública.

Diante do exposto, se faz necessário aditar e suprimir o referido contrato, conforme itens e valores aprovados pela fiscalização, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da lei de Licitações nº 8666/1993, conforme abaixo:

Fica aditivado no contrato o valor total de R\$ 100.181,89 (cem mil cento e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos) de acordo com os itens abaixo e pagamentos conforme contrato original:

ADITIVO					
Sub-item	Descrição	Unidade	Qtde	Custo Unitário R\$	Valor Total R\$
1.0 SERVIÇOS INICIAIS					
97628/SINAPI	Demolição da Laje	m³	8,36	R\$ 294,89	R\$ 2.465,19
02487/ORSE	Transporte manual de entulho	m³	12,54	R\$ 63,54	R\$ 796,68
1.20	Recortes no piso para passagem da tubulação de drenagem pluvial	m	10,00	R\$ 34,23	R\$ 342,30
SUB-TOTAL					R\$ 3.604,17
3.0 SUPRAESTRUTURA					
3.7	Contra-piso Banheiro	m²	7,04	R\$ 33,48	R\$ 235,70

3.6	Contra-piso em concreto completo com regularização esp=5 cm (Calçada) (recorte no piso)	m³	1,00	R\$ 892,84	R\$ 892,84
SUB-TOTAL					R\$ 1.128,54
4.0 FECHAMENTOS E REVESTIMENTOS					
4.2	Alvenaria em bloco cerâmico (oitão)	m²	11,00	R\$ 90,00	R\$ 990,00
4.3	Chapisco (oitão)	m²	11,00	R\$ 4,70	R\$ 51,70
4.5	Reboco (oitão, banheiro)	m²	80,00	R\$ 37,44	R\$ 2.995,20
SUB-TOTAL					R\$ 4.036,90
5.0 COBERTURA					
92543/SINAPI	Estrutura do telhado ripamento	m²	70,75	R\$ 26,96	R\$ 1.907,38
92559/SINAPI	Fabricação e instalação de tesouras	unid	6,00	R\$ 2.103,90	R\$ 12.623,38
5.2	Telhas metálica termoacústica trapézio, com poliestireno expandido (EPS) 50mm, modelo telha/telha, na cor verde, telha superior espessura 0,43 na cor verde, telha inferior espessura 0,37 natural, incluso juntas de vedação e acessórios de fixação - fornecimento e instalação	m²	70,75	R\$ 300,00	R\$ 21.225,00
5.3	Cumeeira metálica na cor verde	m	8,95	R\$ 100,00	R\$ 895,00
5.4	Madeiramento completo em pinheiro ou similar de 1ª qualidade (Área a ser ampliada)	m²	70,75	R\$ 40,00	R\$ 2.830,00
5.6	Forro de madeira pinheiro, em réguas 10 cm, instalado, inclusive madeiramento de suporte (sarrafos), instalado - para beiral (conf. Indicado em projeto)	m²	27,50	R\$ 140,00	R\$ 3.850,00
5.7	Cantoneira de madeira tipo pinheiro ou similar de 1ª qualidade – instalada – para beiral	m	26,30	R\$ 35,00	R\$ 920,50
5.8	Testeira de madeira em itaúba de 1ª qualidade	m	21,05	R\$ 50,00	R\$ 1.052,50
5.9	Condutor em galvalume 100 mm x 35 - fornecimento e instalação	m	6,00	R\$ 60,00	R\$ 360,00
5.10	Calha beiral em galvalume 0,5 (Corte 40) e acessórios -fornecimento e instalação	m	21,85	R\$ 80,00	R\$ 1.748,00
5.11	Rufo em galvalume (Corte 35)	m	10,36	R\$ 60,00	R\$ 621,60
SUB-TOTAL					R\$ 48.033,36
6.0 ACABAMENTOS					
	Acabamento em alumínio (entrada portas piso laminado)	m	2,00	R\$ 30,00	R\$ 60,00
6.1	Preparo da superfície com lixamento, selador e aplicação de fundo preparador em paredes (material e mão-de-obra)	m²	175,20	R\$ 13,00	R\$ 2.277,60
6.2	Pintura Acrílica - externa (calçadas, rampa, escada)	m²	325,00	R\$ 15,00	R\$ 4.875,00
6.2	Pintura Acrílica - externa (muro acesso principal, muros internos, muro do pátio)	m²	44,00	R\$ 15,00	R\$ 660,00
6.2	Pintura Acrílica - externa	m²	71,40	R\$ 15,00	R\$ 1.071,00
6.3	Pintura Acrílica - Interna	m²	103,84	R\$ 15,00	R\$ 1.557,60
6.4	Pintura esmalte com fundo nivelador (Forro de madeira e testeiras)	m²	23,60	R\$ 15,00	R\$ 354,00
6.6	Lixamento das esquadrias metálicas	m²	24,00	R\$ 8,00	R\$ 192,00
6.7	Pintura esmalte com fundo nivelador das esquadrias das fachadas, pátios internos e salas (Interna e externamente) - 2 demãos	m²	24,00	R\$ 20,00	R\$ 480,00

6.7	Pintura esmalte com fundo nivelador (cerca)	m²	12,47	R\$ 20,00	R\$ 249,40
6.8	Lixamento portas de madeira	m²	9,56	R\$ 8,00	R\$ 76,48
6.9	Pintura esmalte com fundo nivelador das portas de madeira - 2 demãos	m²	9,56	R\$ 15,00	R\$ 143,40
6.11	Piso laminado em PVC esp=2 mm - incluindo regularização	m²	40,13	R\$ 225,00	R\$ 9.029,25
6.12	Rodapé em madeira (Locais com piso vinílico instalado)	m	28,00	R\$ 25,00	R\$ 700,00
6.13	Piso cerâmico com rodapé - PEI 4 - 1ª linha	m²	7,04	R\$ 50,28	R\$ 353,97
6.14	Rodapé cerâmico piso - 1ª linha	m²	10,80	R\$ 7,63	R\$ 82,40
6.16	Forro de PVC (Antichamas) com nova estrutura de madeira para fixação, contemplando alçapões	m²	47,17	R\$ 72,00	R\$ 3.396,24
SUB-TOTAL					R\$ 25.558,34
7.0 ESQUADRIAS					
7.2	Porta de madeira maciça com visor (25 x 120 cm) de vidro - 90 x 210 cm, giro, 1 folha - incluso dobradiças, batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação	unid	1,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
7.3	Porta de madeira semioca - 90 x 210 cm, giro, 1 folha - incluso dobradiças, batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação	unid	1,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
7.18	Janela de ferro, basculante, 300 x 200 cm - completa	unid	2,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00
7.21	Janela de vidro temperado incolor 10 mm, basculante, 120 x 60 cm - completa	unid	1,00	R\$ 382,40	R\$ 382,40
SUB-TOTAL					R\$ 12.382,40
8.0 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS/LOUÇAS/METAIS/ACESSÓRIOS					
8.3	Pontos de água fria (Tubulação, conexões, bases, etc)	pt	1,00	R\$ 161,93	R\$ 161,93
8.4	Pontos de esgoto (Tubulação, conexões, etc) interligado na rede existente	pt	2,00	R\$ 129,55	R\$ 259,10
8.5	Registro de gaveta	unid	1,00	R\$ 51,06	R\$ 51,06
8.7	Ralo sifonado com tampa escamoteável	unid	1,00	R\$ 47,87	R\$ 47,87
8.43	Tubulação 100 mm de PVC - fornecimento e instalação - para drenagem pluvial	m	10,00	R\$ 32,74	R\$ 327,40
SUB-TOTAL					R\$ 847,36
9.0 INSTALAÇÕES DE ELÉTRICA E DE LÓGICA					
9.4	Cabo flexível 2,5 mm	m	45,00	R\$ 5,00	R\$ 225,00
9.12	Tomada simples	unid	4,00	R\$ 24,91	R\$ 99,64
9.14	Mangueira corrugada reforçada 1"	unid	20,00	R\$ 5,12	R\$ 102,40
9.19	Caixa 2 x 4	unid	6,00	R\$ 2,54	R\$ 15,24
9.20	Interruptor 1 tecla	unid	2,00	R\$ 79,46	R\$ 158,92
9.24	Profissionais especializados para realização de instalação elétrica (eletricistas)	h	28,00	R\$ 37,39	R\$ 1.046,92
9.27	Luminária calha de sobrepor branca, com aletas, para lâmpadas tubulares de LED T8 2x20W -corpo em chapa de aço pintado em branco - incluindo lâmpadas 6500K, tensão 90-240V, fluxo luminoso maior ou igual a 1600 lm	unid	15,00	R\$ 160,00	R\$ 2.400,00
9.28	Luminária Plafon LED de sobrepor 18W, quadrada em alumínio, lâmpadas 6500K, tensão 90-240V, fluxo luminoso maior ou igual a 1100 lm	unid	3,00	R\$ 138,29	R\$ 414,87
SUB-TOTAL					R\$ 4.462,99

12.					
12.18	Limpeza da obra	m2	47,17	R\$ 2,71	R\$ 127,83
SUB-TOTAL					R\$ 127,83
TOTAL					R\$ 100.181,89

Fica suprimido do contrato o valor total de R\$ 22.095,27 (vinte e dois mil noventa e cinco reais e vinte e sete centavos) de acordo com os itens abaixo:

SUPRESSÃO					
Sub-item	Descrição	Unidade	Qtde	Custo Unitário R\$	Valor Total R\$
1.0 SERVIÇOS INICIAIS					
1.15	Demolição casa de gás (P45)	m³	0,96	R\$ 59,67	R\$ 57,28
SUB-TOTAL					R\$ 57,28
6.0 ACABAMENTOS					
6.21	Piso em ladrilho hidráulico podo tátil na cor vermelha (25x25x3 cm), assentado com argamassa mista - alerta (escada e rampas) - conf. NBR 9050/2015	m²	78,61	R\$ 170,00	R\$ 13.363,70
SUB-TOTAL					R\$ 13.363,70
9.0 INSTALAÇÕES DE ELÉTRICA E DE LÓGICA					
9.25	Refletor LED 50W Holofote Iluminação Externa Prova D'agua Bivolt IP66 Branco Frio 6000 K	unid	9,00	R\$ 59,09	R\$ 531,81
SUB-TOTAL					R\$ 531,81
10.0 INSTALAÇÕES DE GÁS					
10.2	Nova casa do gás (P45) - incluindo viga baldrame, pilares, vigas, alvenaria, chapisco, reboco, laje(esp=7cm), piso (esp=7cm) e pintura externa	unid	1,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
SUB-TOTAL					R\$ 3.000,00
11.0 COMUNICAÇÃO VISUAL					
11.1	Plaqueta em alumínio calandrada em braille, com texto (indicando "SOBE") - 10 x 3 cm	unid	24,00	R\$ 24,55	R\$ 589,20
11.2	Plaqueta em alumínio calandrada em braille, com texto (indicando "DESCE") - 10 x 3 cm	unid	24,00	R\$ 24,55	R\$ 589,20
11.3	Plaqueta em acrílico cristal com fundo na cor cinza claro texto em relevo e texto em braille em relevo - 20 x 8	unid	37,00	R\$ 85,50	R\$ 3.163,50
11.4	Plaqueta em acrílico cristal com fundo na cor cinza claro texto em relevo e texto em braille em relevo - 15 x 8	unid	11,00	R\$ 72,78	R\$ 800,58
SUB-TOTAL					R\$ 5.142,48
VALOR TOTAL					R\$ 22.095,27

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 14 de junho de 2022, Termo Aditivo nº 015/2023 de 30 de janeiro de 2023, Termo Aditivo nº 070/2023 de 13 de abril de 2023 e Termo Aditivo nº 128/2023 de 16 de junho de 2023 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2023.

Ass: JOSIAS TERRES, pela Secretaria de Educação do Município.

SÓ POR DEUS E FILHOS OBRAS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, como Contratada.

PORTARIA Nº 8945/2023

Publicação Nº 5053163

PORTARIA Nº 8945, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor ALCIONEI FRANCISCO CARVALHO, ocupante do cargo de Operador de Máquina I, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo:

- GM/Celta, placas MCS 6867;
- Fiat/Doblo, placas MCX 3586;
- Fiat/Uno, placas MFN 8322;
- Fiat/Uno, placas MFB 7792;
- Fiat/Uno, placas MDQ 4214;
- Ford/Courier, placas MJA 6894;
- Peugeot/Hoggar, placas MIO 9267;
- Kia/Bongo Frontier, placas MKD 0329;
- GM/Corsa, placas MLO 1104;
- GM/Corsa, placas AGE 8811;
- Ford/Ka, placas QJF 7185;
- GM/Blazer, placas MIB5C57;
- GM/Blazer, placas MIB5B37;
- Fiat/Strada, placas MGY 3194;
- Fiat/Strada, placas MBI 6455;
- Fiat/Strada, placas MIB 2925;
- Fiat/Strada, placas RAA1H28;
- Fiat/Strada, placas RYC2E28;
- Ford/Ranger, placas MBX 9437;
- VW/Kombi, placas MIY 4348;
- Caminhão Basculante Cargo 2622-N, placas MMB 3819;
- Caminhão Basculante Cargo 2622-N, placas MMB 3799;
- Caminhão Basculante Cargo 815-N, placas MMB 9769;
- Caminhão Basculante Cargo 815-N, placas MMB 9749;
- Caminhão Basculante Iveco 11.190, placas RWR3B95;
- Caminhão Basculante Iveco 11.190, placas RWQ9C66;
- Caminhão Basculante VW 24.220, placas LZW 1032;
- Caminhão Basculante VW 26.220, placas MDP 9837;
- Caminhão Basculante VW 26.220, placas MDP 9867;
- Caminhão Basculante VW 26.220, placas MDX 4608;
- Caminhão Basculante VW 26.220, placas MDX 4548;
- Caminhão Basculante VW 26.280, placas RVD3E38;
- Caminhão Basculante VW 26.280, placas RVD2C13;
- Caminhão Carroceria 17.230, placas QJK 8881;
- Caminhão Volks 8.120, placas MBK 0041.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIAS N° 8909/2023 A 8944/2023

Publicação N° 5053149

PORTARIA N° 8909, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

RECONHECE E RATIFICA O AUXÍLIO DOENÇA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo n° 22608/2023,

R E S O L V E:

Art. 1º Reconhece e ratifica à JANETE PEREIRA ROSCAMP, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, auxílio Doença INSS.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 30/05/2023 a 28/07/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 30 de maio de 2023.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 8910, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22689/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, OSMAEL DE LIMA, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 14 de agosto de 2023.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS

Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PORTARIA Nº 8911, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22689/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, EVANDRO HUEBNER, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 14 de agosto de 2023.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS

Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PORTARIA Nº 8912 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22689/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, TIAGO PAVLAK, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 14 de agosto de 2023.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 8913, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22689/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, JOSÉ OSNI MIELBRATZ, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 14 de agosto de 2023.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 8914, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22689/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde, MARGARETH LIEZ SAAD, na função de Médico Generalista - ESF, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 14 de agosto de 2023.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 8915, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22689/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde, JAQUELINE DE FATIMA DOS SANTOS NOWAK, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 14 de agosto de 2023.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 8916, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 005/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22689/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, VANESSA BONETT DE ANDRADE, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 14 de agosto de 2023.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS

Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PORTARIA Nº 8917, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, NAYARA FRITZ, para atuar na EBM Prof.^a Adélia Lutz, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA N° 8918, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, JEORGINA SEBOT, para atuar na EBM Sophia Schwedler, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA N° 8919, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, EDIRLENE DO CARMO PEREIRA, para atuar no CEIM Trenzinho Maluco, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8920, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, FERNANDA SLOKOBIER, para atuar no CEIM Vera Lucia Drechsler Kitzberger, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8921, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, MARCIA APARECIDA IANOSKI CANDIDO, para atuar no CEIM Neide de Fatima Lobermayer, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8922, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, RAQUEL DA COSTA LENZI, para atuar no PEM Ver. Alexandre Alfredo Garcia, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8923, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, JERLINA RODRIGUES, para atuar na EBM Prof.^a Adélia Lutz, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8924, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, RAFAELLY DE PAULA FERREIRA, para atuar na EBM Baselisse Carvalho Ramos Virmond, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8925, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, SABRINA APARECIDA DE PAULA, para atuar no CEIM Neide de Fatima Lobermayer, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8926, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, STEFANI DE LIMA, para atuar no CEIM Sonho Meu, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8927, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, LEIDIANE MUSA DE OLIVEIRA, para atuar na EBM Alexandre Pfeiffer, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8928, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ISOLINA DOS SANTOS SILVA, para atuar na EBM Pres. Castelo Branco, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8929, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, MARIA SUZETE DOS SANTOS, para atuar na EBM Prof.^a Adélia Lutz, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8930, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, LINDAMIR DE SOUZA DOS SANTOS, para atuar na EBM Garibaldina Silveira Fuginaga, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8931, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ACENIRA TEREZINHA FERREIRA, para atuar na EBM Dalmir Pedro Cubas, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8932, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, IVETE SCHROER SCHEFFER, para atuar na EBM Cel. Osny Vasconcellos, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8933, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ARIADNE WERLE, para atuar na EBM Baselisse Carvalho Ramos Virmond, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8934, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, SILMARA DE FATIMA BARBOSA DE OLIVEIRA, para atuar na EBM Emilio Engel, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8935, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, MATILDE APARECIDA CORREA BUENO, para atuar na EBM Baselisse Carvalho Ramos Virmond, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8936, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ANA CAROLINA FERNANDES MACIEL, para atuar na EBM Sophia Schwedler, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8937, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, CLAIRE MARIANE DO LIVRAMENTO RUFINO, para atuar na EBM Prof.º Carlos Doetsch, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8938, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, LUCIELE APARECIDA FERREIRA, para atuar na EBM Prof.º Carlos Doetsch, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8939, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, MARICLER KERSCHER GUEDES, para atuar no CEIM Amor Perfeito, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8940, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ROSILENE CAGLIARI, para atuar na EBM Baselisse Carvalho Ramos Virmond, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8941, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, BRUNA DE FATIMA EILKINA, para atuar na EBM Pref. Alfredo Diener, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8942, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, CHARLENE SABRINA LINO DE LIMA, para atuar na EBM Maria Waltrudes de Vasconcelos Kruger, na função de Auxiliar de Operações, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8943, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Edital de Chamamento Público nº 003/2023 e considerando o que consta no Processo nº 22695/2023,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, ADRIANA APARECIDA RIBEIRO LEVANDOSKI, para atuar na EBM Alexandre Pfeiffer, na função de Professor Anos Finais - Arteterapia, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 14 de agosto de 2023, pelo período que perdurar a vacância do cargo, com a data limite de 21 de dezembro de 2023.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 8944, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O Prefeito de São Bento do Sul, em exercício, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 003/2023 e considerando que MARLENE CZIECZEK MUEHLMANN encontra-se em licença por motivo de doença em pessoa da família,

R E S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, SABRINA DE OLIVEIRA GONÇALVES, na função de Auxiliar de Serviços, na EBM Emilio Engel, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de agosto de 2023 a 13 de agosto de 2024.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito, em exercício

JOSIAS TERRES

Secretário Municipal de Educação

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023**

Publicação Nº 5051882

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E513655B0FC011E59762FB7E0D53DE3366F7710B
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023

O Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Desportos, Sr. Luciano Weidner, torna público a homologação da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2023, tendo como objeto: Contratação de pessoa jurídica para Serviços de Revisão de 20.000km, para a garantia de fábrica do Veículo Spin, Placas RYC4G89, utilizado nos serviços da Fundação Municipal de Desportos para a empresa Uvel Comercial de Veículos Ltda, totalizando R\$1.437,16 (Mil quatrocentos e trinta e sete reais e dezesseis centavos), vencedora do item 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net.
São Bento do Sul, 11 de agosto de 2023.

LUCIANO WEIDNER
Diretor-Presidente da FMD

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 151/2023

Publicação Nº 5053884

CONTRATO Nº 151/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2023, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA PRINCIPAL na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº 00236720000150, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. GUSTAVO PESAVENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Bernardino, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrito no CPF sob nº 079.033.509-35, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2023 QUE TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL, ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E EQUIPAMENTOS DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA O EXECÍCIO DE 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 131/2022, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 5/2023, aditado pelo Contrato nº 15/2023, Contrato nº 23/2023, Contrato nº 42/2023, Contrato nº 65/2023, Contrato nº 71/2023, Contrato nº 74/2023, Contrato nº 90/2023, Contrato nº 91/2023, Contrato nº 94/2023, Contrato nº 103/2023, Contrato nº 108/2023, Contrato nº 113/2023, Contrato nº 114/2023, Contrato nº 116/2023, Contrato nº 122/2023 e Contrato nº 148/2023.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 13.990,02 (treze mil novecentos e noventa reais e dois centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 10/08/2023 até o dia 31/12/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 131/2022, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 5/2023, aditado pelo Contrato nº 15/2023, Contrato nº 23/2023, Contrato nº 42/2023, Contrato nº 65/2023, Contrato nº 71/2023, Contrato nº 74/2023, Contrato nº 90/2023, Contrato nº 91/2023, Contrato nº 94/2023, Contrato nº 103/2023, Contrato nº 108/2023, Contrato nº 113/2023, Contrato nº 114/2023, Contrato nº 116/2023, Contrato nº 122/2023 e Contrato nº 148/2023 e o aumento no valor nos preços dos combustíveis junto as refinarias, do óleo diesel S10, amplamente divulgado pela mídia brasileira, que resultou conseq-entamente no aumento do preço praticado pelo fornecedor, sendo comprovado por meio fiscal, promovem a readequação de valores dos preços praticados na aquisição de combustíveis, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Nº AF	Nº EMPENHO	SALDO R\$	QUANT. LT.	PRODUTO	R\$ AUMENTO	TOTAL R\$ AUMENTO
56	114	48.000,00	10.000,00	Óleo Diesel S10	0,25	2.500,00
57	115	68.898,94	14.353,94	Óleo Diesel S10	0,25	3.588,48
58	116	48.000,00	10.000,00	Óleo Diesel S10	0,25	2.500,00
59	117	71.046,91	14.801,44	Óleo Diesel S10	0,25	3.700,36
60	118	93,03	19,38	Óleo Diesel S10	0,25	4,84
61	234	14.400,00	3.000,00	Óleo Diesel S10	0,25	750,00
62	120	14.398,97	2.999,78	Óleo Diesel S10	0,25	749,94
63	121	1.667,23	347,34	Óleo Diesel S10	0,25	86,83
64	122	2.103,86	438,30	Óleo Diesel S10	0,25	109,57
	TOTAL		55.960,18		TOTAL	13.990,02

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO – Face acordo mútuo entre as partes promovem por meio deste termo a readequação de valores, aumentando os preços dos combustíveis supra demonstrados, objeto do Contrato nº 5/2023, aditado pelo Contrato nº 15/2023, Contrato nº 23/2023, Contrato

nº 42/2023, Contrato nº 65/2023, Contrato nº 71/2023, Contrato nº 74/2023, Contrato nº 90/2023, Contrato nº 91/2023, Contrato nº 94/2023, Contrato nº 103/2023, Contrato nº 108/2023, Contrato nº 113/2023, Contrato nº 114/2023, Contrato nº 116/2023, Contrato nº 122/2023 e Contrato nº 148/2023, passando:

a) O valor do litro de Óleo Diesel S-10 de R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos) para o valor de R\$ 5,05 (cinco reais e cinco centavos) representando um aumento no valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por litro;

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 131/2022, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 5/2023, aditado pelo Contrato nº 15/2023, Contrato nº 23/2023, Contrato nº 42/2023, Contrato nº 65/2023, Contrato nº 71/2023, Contrato nº 74/2023, Contrato nº 90/2023, Contrato nº 91/2023, Contrato nº 94/2023, Contrato nº 103/2023, Contrato nº 108/2023, Contrato nº 113/2023, Contrato nº 114/2023, Contrato nº 116/2023, Contrato nº 122/2023 e Contrato nº 148/2023.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designado o Sr. ARCIONE RIBEIRO, portador CPF nº 046.522.709-09, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, SR. DARCI SBERSE, Diretor da Infraestrutura, Sra. NEIVA DAS CHAGAS DAL PIZZOL, portadora do CPF nº 088.457.779-10, Secretária da Educação Cultura e Esportes, Sra. SIMONE WALKER, portadora do CPF nº 021.416.929-46, Secretário Da Assistência Social, e a Sra. TAIZA CARNIEL, portador do CPF nº 753.170.799-34, Secretária da Administração e Fazenda, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 5/2023, aditado pelo Contrato nº 15/2023, Contrato nº 23/2023, Contrato nº 42/2023, Contrato nº 65/2023, Contrato nº 71/2023, Contrato nº 74/2023, Contrato nº 90/2023, Contrato nº 91/2023, Contrato nº 94/2023, Contrato nº 103/2023, Contrato nº 108/2023, Contrato nº 113/2023, Contrato nº 114/2023, Contrato nº 116/2023, Contrato nº 122/2023 e Contrato nº 148/2023.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 10 de Agosto de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal
Município

GUSTAVO PESAVENTO
Fornecedor

Analisado e aprovado por:
LUIZ HENRIQUE MAZETTO ZANOVELLO
Assessor Jurídico
OAB-SC 33.076

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 30/2023

Publicação Nº 5053568

CONTRATO Nº 30/2023

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2023, REALIZADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.431.615/0001-99, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.012, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pela sua Coordenadora a Sra. MARIVANI METTLER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Comunidade de Linha São José no interior do Município de São Bernardino, inscrito no CPF nº 028.606.979-26, doravante denominado FUNDO, e a Empresa AUTO POSTO SAO BERNARDINO LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA PRINCIPAL na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº 00236720000150, neste ato representado pelo representante credenciado o Sr. GUSTAVO PESAVENTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua São Bernardino, na Cidade de São Bernardino-SC, inscrito no CPF sob nº 079.033.509-35, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

ADITIVO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO AO CONTRATO Nº 4/2023 QUE TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL, ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS, ENTRE OUTROS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXECÍCIO DE 2023.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994

e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 131/2022, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 4/2023 aditado pelo Contrato nº 09/2023, Contrato nº 10/2023, Contrato nº 15/2023, Contrato nº 17/2023, Contrato nº 18/2023, Contrato nº 19/2023, Contrato nº 20/2023, Contrato nº 21/2023, Contrato nº 23/2023, Contrato nº 24/2023, Contrato nº 25/2023, Contrato nº 26/2023, Contrato nº 27/2023 e Contrato nº 28/2023.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 711,95 (setecentos e onze reais e noventa e cinco centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 10/08/2023 até o dia 31/12/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 131/2022, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 4/2023 aditado pelo Contrato nº 09/2023, Contrato nº 10/2023, Contrato nº 15/2023, Contrato nº 17/2023, Contrato nº 18/2023, Contrato nº 19/2023, Contrato nº 20/2023, Contrato nº 21/2023, Contrato nº 23/2023, Contrato nº 24/2023, Contrato nº 25/2023, Contrato nº 26/2023, Contrato nº 27/2023 e Contrato nº 28/2023 e o aumento do preço do Óleo Diesel S-10, amplamente divulgado pela mídia brasileira, que resultou conseqüentemente no aumento do preço praticado pelo fornecedor, inclusive no preço praticado na venda ao Município, sendo comprovado por meio fiscal, promovem a readequação de valores dos preços praticados na aquisição de combustíveis, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Nº AF	Nº EMPENHO	SALDO R\$	QUANT. LT.	PRODUTO	R\$ REDUÇÃO	TOTAL R\$ REDUÇÃO
45	22	13.669,55	2.847,82	Óleo Diesel S10	0,25	711,95
	TOTAL				TOTAL	711,95

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

DO ADITAMENTO – Face acordo mútuo entre as partes promovem por meio deste termo a readequação de valores, aumentando o preço do combustível supra demonstrado, objeto do Contrato nº 4/2023 aditado pelo Contrato nº 09/2023, Contrato nº 10/2023, Contrato nº 15/2023, Contrato nº 17/2023, Contrato nº 18/2023, Contrato nº 19/2023, Contrato nº 20/2023, Contrato nº 21/2023, Contrato nº 23/2023, Contrato nº 24/2023, Contrato nº 25/2023, Contrato nº 26/2023, Contrato nº 27/2023 e Contrato nº 28/2023, passando:

a) O valor do litro de Óleo Diesel S-10 de R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos) para o valor de R\$ 5,05 (cinco reais e cinco centavos) representando um aumento no valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por litro;

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 131/2022, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Contrato nº 4/2023 aditado pelo Contrato nº 09/2023, Contrato nº 10/2023, Contrato nº 15/2023, Contrato nº 17/2023, Contrato nº 18/2023, Contrato nº 19/2023, Contrato nº 20/2023, Contrato nº 21/2023, Contrato nº 23/2023, Contrato nº 24/2023, Contrato nº 25/2023, Contrato nº 26/2023, Contrato nº 27/2023 e Contrato nº 28/2023.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 10 de Agosto de 2023.

MARIVANI METTLER
Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde
Analisado e aprovado por:

GUSTAVO PESAVENTO
Fornecedor

LUIZ HENRIQUE MAZETTO ZANOVELLO
Assessor Jurídico
OAB-SC 33.076

TESTEMUNHAS: _____

DECRETO Nº 328/2023

Publicação Nº 5051790

DECRETO Nº 328/2023 DE 11/07/2023

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE CASA EM MADEIRA VISANDO POSSÍVEL AQUISIÇÃO DA MESMA PELO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto na Lei Orgânica do Município de São Bernardino-SC, Lei Municipal nº 1.318/2020 de 09/09/2020;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas para comporem a Comissão Especial de Avaliação, as cidadãs abaixo relacionadas, para, sob a Presidência da primeira, procederem à avaliação e expedir o competente Laudo de Avaliação para a possível aquisição de casa em madeira, de acordo com a legislação vigente, a seguir identificadas:

Presidente – Tatiana Maffisoni

CPF: 036.650.889-09

Membro – Fernanda Maria Rauber

CPF: 108.270.275-07

Membro – Elaene Aparecida de Cesaro

CPF: 074.741.319-35

Bem a ser avaliado:

I – 01 casa em madeira bruta, medindo 7 X 8 metros, ou seja, 56 m² (cinq-enta e seis), forro em PVC (sala e cozinha), forro em madeira (quartos) cobertura em telha de barro, localizada na Comunidade de Linha Alfa IV, no interior do Município de São Bernardino - SC, de propriedade do Sr. Antonio Goes da Silva, portador do CPF nº 220.949.899-68.

Art. 2º - As Cidadãs a que se refere o artigo anterior não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Parágrafo Único - A Comissão por este ato instituída apresentará no prazo de até 10 (dez) dias, Laudo de Avaliação conforme determina o artigo 1º deste.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC,
em 11 de Agosto de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

TAIZA CARNIEL

Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 272/2023

Publicação Nº 5051678

PORTARIA Nº 272/2023 DE 10/08/2023

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO ADIANTAMENTO JUNTO A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto na Lei Municipal nº 013/1997 de 27/01/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a Servidora Público Municipal Sra. SIMONE WALKER, Secretária de Assistência Social, nomeada pelo Decreto nº 301/2023 de 30/07/2023, portadora do RG nº 4389239 e do CPF nº 021.416.929-46, para receber, aplicar e prestar contas de numerários financeiros a título de adiantamento para pagamento de despesas eventuais em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 013/1997 de 27/01/1997.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino,
em 10 de Agosto de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

TAIZA CARNIEL

Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 273/2023

Publicação Nº 5051679

PORTARIA Nº 273/2023 DE 10/08/2023

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELO ADIANTAMENTO JUNTO A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto na Lei Municipal nº 013/1997 de 27/01/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a Servidora Público Municipal Sra. MARIVANI METTLER, portadora do CPF nº 028.606.979-26, Secretária de Saúde, nomeada pelo Decreto nº 155/2023 de 30/03/2023, para receber, aplicar e prestar contas de numerários financeiros a título de adiantamento para pagamento de despesas eventuais em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 013/1997 de 27/01/1997.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino,
em 10 de Agosto de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 274/2023

Publicação Nº 5053350

PORTARIA Nº 274/2023 DE 11/08/2023

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADES VINCULADAS A GESTÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial O Art. 57 da Lei Orgânica do Município de São Bernardino – SC;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o Servidor Público Municipal, Sr. ELIZEU MOCELIN, matrícula nº 436/05, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, para ser o responsável do sistema do CENSO ESCOLAR e pelo sistema PRESENÇA, da Secretaria de Educação Cultura e Esportes do Município de São Bernardino – SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta portaria ficam por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Santa Catarina,
em 11 de agosto de 2023.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Resp. Sec. Mun. de Administração e Fazenda

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LIC.67/2023

Publicação Nº 5052965

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 42/2023 - PE	
	Processo Administrativo:	67/2023
	Processo de Licitação:	67/2023
	Data do Processo:	27/07/2023
	Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DALVIR LUIZ LUDWIG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.:

67/2023
- b) Licitação Nr.:

42/2023-PE
- c) Modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO
- d) Data Homologação:

11/08/2023
- e) Data da Adjudicação:

11/08/2023

Sequência: 1
- f) Objeto da Licitação

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA A 2ª EXPOSIÇÃO, FEIRA, AGROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SÃO BERNARDINO, A REALIZAR-SE NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2023, CONFORME LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA Nº 879/2011 DE 22/06/2011. ESTA CONTRATAÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA PROMOVER E MANTER A SEGURANÇA DE TODOS OS PARTICIPANTES DURANTE O EVENTO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

(em Reais R\$)

Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	---------	------------	----------------	---------------

MIDAS SEGURANÇA PRIVADA LTDA (5812)							
1	SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA PARA O EVENTO A SER RERIALIZADO NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2023. OS SERVIÇOS DE SEGURANÇA DEVERÃO SER REALIZADOS POR PROFISSIONAIS COM EXPERIÊNCIA E COM CURSO ESPECIFICO NA AREA. OS SEGURANÇAS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, UNIFORMIZADOS, COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS. TODAS AS DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO, ÁGUA, TRANSPORTE, HOSPEDAGEM, SALÁRIOS OU DIÁRIAS DE SEGURANÇAS SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA. OS SEGURANÇAS DEVERÃO ESTAR NO LOCAL DO EVENTO CONFORME O CRONOGRAMA A SEGUIR: DIA 10/11/2023 10 SEGURANÇAS A PARTIR DAS 18:00 HORAS ATÉ AS 3:00 HORAS DA MANHÃ; DIA 11/11/2023 5 SEGURANÇAS A PARTIR DAS 10:00 HORAS DA MANHÃ ATÉ AS 18:00 HORAS E 25 SEGURANÇAS A PARTIR DAS 18:00 HORAS ATÉ AS 3:00 HORAS DA MANHÃ; DIA 12/11/2023 15 SEGURANÇAS A PARTIR DAS 14:00 HORAS ATÉ AS 23:00 HORAS. - Marca: Propria	HR	490	-	33,90	16.611,00	
						Total do Fornecedor:	16.611,00
						Total Geral:	16.611,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.044.3.3.90.00.00.00.00 (182) Saldo: 29.415,00

São Bernardino, 11 de Agosto de 2023.	DALVIR LUIZ LUDWIG PREFEITO MUNICIPAL
---------------------------------------	--

São Carlos

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2023

Publicação Nº 5054133

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO
0141/2023

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº ***.119.249-**, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr.(a): MONICA CRISTINA BARELLA, portador(a) do CPF nº ***.402.459-** doravante denominado CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Professor de Educação Infantil -Creche/Pré-escolar – Educação Especial, com carga horária de 20 horas semanais, período vespertino, com lotação na Secretaria de Educação, local de trabalho CEIM CRIANÇA FELIZ, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 015/2022.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de 14/08/2023 até 31/12/2023, sendo improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos, 14 de agosto de 2023.

MONICA CRISTINA BARELLA

CPF: ***.402.459-**

Contratado (a)

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Contratante

Testemunhas: 1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

PORTARIA Nº 0469/2023

Publicação Nº 5053713

PORTARIA Nº 0469/2023 de 11 de agosto de 2023.

Dispõe sobre a Destituição de Função de Confiança de Servidor Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Ar. 1º - Fica destituída da Função de Confiança Chefe de Serviço a servidora Sr.(a) MARIA CELIA FROHLICH, ocupante de cargo efetivo de Professor Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano, com lotação na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, conforme constante na Lei Complementar nº 002/2018 de 26 de março de 2018.

Art. 2º - Fica revogada, em seu inteiro teor a Portaria nº 0163/2021 de 29 de abril de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de agosto de 2023.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 11 de agosto de 2023.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

DÉCIMO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2022 - ADM

Publicação Nº 5052041

**Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS****TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2022 - ADM****DÉCIMO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2022 – ADM, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E A EMPRESA SAFRA DIESEL LTDA.**

Por este instrumento de aditivo a ata de registro de preços que fazem o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lórenz, nº 747, centro de São Carlos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RUDI MIGUEL SANDER, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **SAFRA DIESEL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 76.578.202/0001-87, nos termos do Art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2022 – ADM, PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2022 - ADM**, que tem como objeto o **AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS/SC**, Homologado em 14/10/2022, resolvem ajustar entre si o presente **TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2022 - ADM**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

1.1 O presente aditivo da ata de registro de preços tem por objeto restabelecer o equilíbrio econômico financeiro em virtude da alta no valor do item 02 do processo licitatório em questão, conforme segue:

Item: 002**Descrição:** ÓLEO DIESEL S-10.**Valor Unitário ATUALIZADO:** R\$ 5,49

1.1.1 Fundamentação legal: Previsão do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

1.1.2. Motivação: Alta no preço dos produtos praticados pelas distribuidoras.

1.1.3. Comprovação: Requerimento da empresa com notas de compra dos produtos.

1.1.4. Início da Vigência: O presente termo terá vigência a partir do dia 14 de agosto de 2023.

FORNECEDOR REGISTRADO:**SAFRA DIESEL LTDA**

CNPJ: 76.578.202/0001-87

Endereço: Acesso a SC 480, 941-E, Quedas do Palmital

Município: Chapecó/SC

CEP: 89.801-970

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto desta ata deverá estar de acordo com as condições e características contidas no processo licitatório do Edital que a originou, com a proposta da Contratada, Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, com as cláusulas desta ata, e demais leis pertinentes.

Rua Demétrio Lorenz, 747, Centro - CEP 89.885-000 - Telefone: (49) 3325-3000



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

PARÁGRAFO SEGUNDO

Após assinar o termo aditivo a ata de registro de preços, o licitante deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência da mesma.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, assinado de forma eletrônica de acordo com a Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

São Carlos/SC, 11 de agosto de 2023.

RUDI MIGUEL

SANDER:86811924

934

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

Assinado de forma digital por
RUDI MIGUEL
SANDER:86811924934
Dados: 2023.08.11 09:48:35
-03'00'

SAFRA DIESEL LTDA

Fornecedor Registrado

Rua Demétrio Lorenz, 747, Centro - CEP 89.885-000 - Telefone: (49) 3325-3000

São Domingos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 903 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053378

PORTARIA Nº 903 DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, PARA O FIM QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, VI da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, Decreto nº 1392, de 10 de agosto de 2023 e,

Considerando a necessidade de promover a avaliação de imóveis de interesse para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado os membros abaixo para compor a Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São Domingos/SC.

I. Presidente: Caroline Jacobsen

II. Membro: Gleicon Tiaraju Cardoso

III. Membro: Marcos André Morschheiser

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de agosto de 2023.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos André Morschheiser

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 906 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053373

PORTARIA Nº 906 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO, EM FACE DE MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 100, VI, artigo 116-D, II, alínea "f", da Lei Orgânica Municipal, e das disposições da Lei Federal nº 8.666/93:

CONSIDERANDO que na data de 11/11/2022, o Município de São Domingos/SC, lançou no Processo licitatório nº 020/2022, pregão eletrônico nº 014/2022, tendo por objeto: "Registro de Preços para Futuras aquisições de medicamentos, conforme especificações e condições estabelecidas no ANEXO – Lista de Itens, constante do Anexo I deste Edital.", o qual a Investigada dentre outros itens, restou vencedora do item 521 - Amoxicilina 50mg/ml suspensão oral c/ 150ml, originando a ata de registro de preços nº 23/2023;

CONSIDERANDO que pelo Fundo Municipal de Saúde de São Domingos/SC, foi solicitado para que a Investigada, dentre outros itens, fornecesse o item 521, isso por meio da solicitação de fornecimento nº 260/2023, na data de 07/02/2023, conforme pode se constatar na cópia deste documento que segue em anexo;

CONSIDERANDO que a Investigada não efetuou a entrega do citado item no prazo estabelecido no preâmbulo do edital, da disposição da cláusula 11.2.2, e, da disposição do item 05, do Anexo I, do edital, e da cláusula 7.5.2, da ata de registro de preço nº 23/2023, do processo licitatório em epígrafe, tendo o Município notificado a Investigada, para que no prazo 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, efetuasse a entrega do item, isso por meio da notificação extrajudicial nº 031/2023-GP, conforme faz prova cópia deste documento que seguem em anexo;

CONSIDERANDO que a Investigada mesmo sendo notificada para a entrega do item, não efetuou a entrega, conforme informação prestada pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 41, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.";

CONSIDERANDO a disposição do preâmbulo do edital, que prevê: "Prazo de Entrega: em no máximo 05 (cinco) dias após a efetiva solicitação.", (Grifo original);

CONSIDERANDO a disposição da cláusula 11.2.2, e, do edital que prevê: 11.2.2. A proposta deve conter: "e) Conter prazo de entrega dos produtos conforme descrito no Anexo I, contados da data de emissão da Autorização de fornecimento", (Grifo original);

CONSIDERANDO a disposição da cláusula 16.5, do edital que prevê: "16.5. Constitui obrigação da contratada o cumprimento integral das

obrigações e exigências constantes no Termo de Referência e no Contrato, Anexos I e VI ao presente edital.”;

CONSIDERANDO a disposição do item 05, do Anexo I, do edital, que prevê: “A entrega dos itens será de forma fracionada durante o período do registro, sendo a entrega realizada nas dependências do Centro de Saúde Santa Paulina cito a Rua Amazonas, nº 375, bairro Abramo Miguel Pretto, nesta cidade em horário de expediente, em no máximo 05 (cinco) dias após a efetiva solicitação.”, (Grifo nosso);

CONSIDERANDO a disposição da cláusula 7.5.2, da Ata de Registro de Preços nº 23/2023, que prevê: “O prazo de entrega dos materiais/ serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 37, caput, da Constituição Federal que prevê: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 58, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: III - fiscalizar-lhes a execução; IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 66, da Lei Federal nº 8.666/93: “Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 67, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. §1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 54, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 70, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 78, XII, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.”;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública, evitar qualquer ato lesivo ao erário público, devendo realizar atos administrativos para verificação de lesão ao erário;

CONSIDERANDO que o fornecimento do citado item, é incorporado ao serviço da saúde, o qual se trata de um serviço essencial, o qual não deve haver paralisação, tendo em vista que é indispensável ao atendimento da população, e caso não seja executado, coloca em perigo a sobrevivência, a saúde da população;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 196, da Constituição Federal “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade, que define “O princípio da continuidade impõe a prestação ininterrupta do serviço público, tendo em vista o dever do Estado de satisfazer e promover direitos fundamentais. A continuidade pressupõe a regularidade na prestação do serviço público, com observância das normas vigentes e, no caso dos concessionários, das condições do contrato de concessão.”; (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende/Curso de Direito Administrativo/Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.);

CONSIDERANDO a disposição do artigo 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, que prevê: “LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;” e “LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”;

RESOLVE

Art. 1º. Determina a instauração de Processo Administrativo Sancionatório em face de MCW Produtos Médicos e Hospitalares LTDA.

Art. 2º. Comissão Processante Sancionatório, composta por 03 (três) membros:

I – Presidente: MARCOS ANDRÉ MORSCHHEISER, servidor público municipal, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Fazenda, matrícula nº 2639;

II – Secretária: ODILA GIROTTI ELGER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Financeiro, matrícula nº 325;

III – Membro: EVANILSE DE FATIMA BELLE RISSI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Tributário, matrícula nº 2304.

Parágrafo Único: A Comissão de Processo Administrativo Sancionatório, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente aos trabalhos do processo administrativo, bem como, ouvirá, as pessoas que tenham conhecimento, ou que possam prestar esclarecimento a respeito dos fatos investigados, promovendo todas as diligências necessárias, podendo recorrer, inclusive, ao Setor Jurídico do Município de São Domingos/SC, Técnicos e Peritos, além do que, poderá ter acesso livre e irrestrito a toda e qualquer documentação necessária, em todas as repartições municipais, devendo exercer suas atividades com independência e imparcialidade, asseguradas o sigilo necessário a elucidação dos fatos ou exigidos ao interesse da Administração.

Art. 3º. Com base no artigo 15, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, de forma subsidiária, caso necessário, no que couber, será aplicada esta lei, e demais legislações que possam auxiliar na instrução do processo.

Art. 4º. Fica assegurado a Investigada, o direito ao contraditório e ampla defesa, nos termos do artigo LIV e LV, da Constituição Federal.

Art. 5º. Determino à publicação da presente Portaria, e, ato contínuo, oficie os membros da Comissão acima nomeada, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, conclua o Processo Administrativo Sancionatório, com a realização de todos os procedimentos necessários.

Art. 6º. A Comissão deverá promover a citação da Investigada, para conhecimentos de todos os atos praticados no Processo Administrativo Sancionatório, bem como, caso haja interesse, para que no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa, sob pena de revelia.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São Domingos, SC, 11 de agosto de 2023.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 907 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053875

PORTARIA Nº 907 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO, EM FACE DE CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 100, VI, artigo 116-D, II, alínea "f", da Lei Orgânica Municipal, e das disposições da Lei Federal nº 8.666/93:

CONSIDERANDO que na data de 11/11/2022, o Município de São Domingos/SC, laçou no Processo licitatório nº 020/2022, pregão eletrônico nº 014/2022, tendo por objeto: "Registro de Preços para Futuras aquisições de medicamentos, conforme especificações e condições estabelecidas no ANEXO – Lista de Itens, constante do Anexo I deste Edital.", o qual a Investigada dentre outros itens, restou vencedora do item 464 - Captopril 50mg, originando a ata de registro de preços nº 32/2023;

CONSIDERANDO que pelo Fundo Municipal de Saúde de São Domingos/SC, foi solicitado para que a Investigada fornecesse o item 464, isso por meio da solicitação de fornecimento nº 245/2023, na data de 03/02/2023, conforme pode se constatar na cópia deste documento que segue em anexo;

CONSIDERANDO que a Investigada não efetuou a entrega do citado item no prazo estabelecido no preâmbulo do edital, da disposição da cláusula 11.2.2, e, da disposição do item 05, do Anexo I, do edital, e da cláusula 7.5.2, da ata de registro de preço nº 23/2023, do processo licitatório em epígrafe, tendo o Município notificado a Investigada, para que no prazo 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, efetuasse a entrega do item, isso por meio da notificação extrajudicial nº 030/2023-GP, conforme faz prova cópia deste documento que seguem em anexo;

CONSIDERANDO que a Investigada mesmo sendo notificada para a entrega do item, não efetuou a entrega, conforme informação prestada pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 41, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.";

CONSIDERANDO a disposição do preâmbulo do edital, que prevê: "Prazo de Entrega: em no máximo 05 (cinco) dias após a efetiva solicitação.", (Grifo original);

CONSIDERANDO a disposição da cláusula 11.2.2, e, do edital que prevê: 11.2.2. A proposta deve conter: "e) Conter prazo de entrega dos produtos conforme descrito no Anexo I, contados da data de emissão da Autorização de fornecimento", (Grifo original);

CONSIDERANDO a disposição da cláusula 16.5, do edital que prevê: "16.5. Constitui obrigação da contratada o cumprimento integral das obrigações e exigências constantes no Termo de Referência e no Contrato, Anexos I e VI ao presente edital.";

CONSIDERANDO a disposição do item 05, do Anexo I, do edital, que prevê: "A entrega dos itens será de forma fracionada durante o período do registro, sendo a entrega realizada nas dependências do Centro de Saúde Santa Paulina cito a Rua Amazonas, nº 375, bairro Abramo Miguel Preto, nesta cidade em horário de expediente, em no máximo 05 (cinco) dias após a efetiva solicitação.", (Grifo nosso);

CONSIDERANDO a disposição da cláusula 7.5.2, da Ata de Registro de Preços nº 030/2023, que prevê: "O prazo de entrega dos materiais/ serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO";

CONSIDERANDO a disposição do artigo 37, caput, da Constituição Federal que prevê: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:";

CONSIDERANDO a disposição do artigo 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: "Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.";

CONSIDERANDO a disposição do artigo 58, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: "Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: III - fiscalizar-lhes a execução; IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste";

CONSIDERANDO a disposição do artigo 66, da Lei Federal nº 8.666/93: "Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.";

CONSIDERANDO a disposição do artigo 67, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: "Art. 67. A execução do contrato deverá ser

acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. §1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 54, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 70, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 78, XII, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.”;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 78, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê: “Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.”;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública, evitar qualquer ato lesivo ao erário público, devendo realizar atos administrativos para verificação de lesão ao erário;

CONSIDERANDO que o fornecimento do citado item, é incorporado ao serviço da saúde, o qual se trata de um serviço essencial, o qual não deve haver paralização, tendo em vista que é indispensável ao atendimento da população, e caso não seja executado, coloca em perigo a sobrevivência, a saúde da população;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 196, da Constituição Federal “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”;

CONSIDERANDO o princípio da continuidade, que define “O princípio da continuidade impõe a prestação ininterrupta do serviço público, tendo em vista o dever do Estado de satisfazer e promover direitos fundamentais. A continuidade pressupõe a regularidade na prestação do serviço público, com observância das normas vigentes e, no caso dos concessionários, das condições do contrato de concessão.”; (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende/Curso de Direito Administrativo/Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.);

CONSIDERANDO a disposição do artigo 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, que prevê: “LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;” e “LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”;

RESOLVE

Art. 1º. Determina a instauração de Processo Administrativo Sancionatório em face de Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares LTDA.

Art. 2º. Comissão Processante Sancionatório, composta por 03 (três) membros:

I – Presidente: MARCOS ANDRÉ MORSCHHEISER, servidor público municipal, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Fazenda, matrícula nº 2639;

II – Secretária: ODILA GIROTTO ELGER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Financeiro, matrícula nº 325;

III – Membro: EVANILSE DE FATIMA BELLE RISSI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Agente Tributário, matrícula nº 2304.

Parágrafo Único: A Comissão de Processo Administrativo Sancionatório, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente aos trabalhos do processo administrativo, bem como, ouvirá, as pessoas que tenham conhecimento, ou que possam prestar esclarecimento a respeito dos fatos investigados, promovendo todas as diligências necessárias, podendo recorrer, inclusive, ao Setor Jurídico do Município de São Domingos/SC, Técnicos e Peritos, além do que, poderá ter acesso livre e irrestrito a toda e qualquer documentação necessária, em todas as repartições municipais, devendo exercer suas atividades com independência e imparcialidade, asseguradas o sigilo necessário a elucidação dos fatos ou exigidos ao interesse da Administração.

Art. 3º. Com base no artigo 15, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, de forma subsidiária, caso necessário, no que couber, será aplicada esta lei, e demais legislações que possam auxiliar na instrução do processo.

Art. 4º. Fica assegurado a Investigada, o direito ao contraditório e ampla defesa, nos termos do artigo LIV e LV, da Constituição Federal.

Art. 5º. Determino à publicação da presente Portaria, e, ato contínuo, oficie os membros da Comissão acima nomeada, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, conclua o Processo Administrativo Sancionatório, com a realização de todos os procedimentos necessários.

Art. 6º. A Comissão deverá promover a citação da Investigada, para conhecimentos de todos os atos praticados no Processo Administrativo Sancionatório, bem como, caso haja interesse, para que no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa, sob pena de revelia.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São Domingos, SC, 11 de agosto de 2023.

MÁRCIO LUIZ BIGOLIN GROSELLI
Prefeito Municipal

São Francisco do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 009/2022 - ASS. SOCIAL - ED. SOCIAL - PSICÓL

Publicação Nº 5053885

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003
DO PROCESSO SELETIVO 009/2023

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul considerando a necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais convoca o(s) candidato(s) classificado(s) conforme necessidade para preenchimento de vagas do Processo Seletivo nº 003/2023, a se apresentar no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação no DOM - Diário Oficial, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, sito a Praça Dr. Getúlio Vargas – nº 01, Centro, no horário 08h30 às 13h30, munidos da documentação conforme edital para contratação. Sendo que, maiores informações poderão ser obtidas através do fone (47) 3471-2242.

Função: EDUCADOR SOCIAL

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
7º	MARIA SILVANA NUNES DE ARAUJO	21.124/2023	12,11

Função: ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
3º	MARCIA APARECIDA MARIOTTI	21.440/2023	16,0

Função: PSICÓLOGO

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
2º	GIANE APARECIDA GAIGUER	20.973/2023	50,00

São Francisco do Sul – SC, 11 de Agosto de 2023.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e
Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 003/2023 - ODONTÓLOGO

Publicação Nº 5053890

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014
DO PROCESSO SELETIVO 003/2023

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul considerando a necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais convoca o(s) candidato(s) classificado(s) conforme necessidade para preenchimento de vagas do Processo Seletivo nº 003/2023, a se apresentar no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação no DOM - Diário Oficial, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, sito a Praça Dr. Getúlio Vargas – nº 01, Centro, no horário 08h30 às 13h30, munidos da documentação conforme edital para contratação. Sendo que, maiores informações poderão ser obtidas através do fone (47) 3471-2242.

Função: ODONTÓLOGO

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
15º	ZILDA CARMEN CORTELINI	6320/2023	10,50

São Francisco do Sul – SC, 07 de Agosto de 2023.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e
Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 027 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 017/2022 - ENFERMEIRO

Publicação Nº 5053896

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027
DO PROCESSO SELETIVO 017/2022**

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul considerando a necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais convoca o(s) candidato(s) classificado(s) conforme necessidade para preenchimento de vagas do Processo Seletivo nº 017/2022, a se apresentar no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação no DOM - Diário Oficial, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, sito a Praça Dr. Getúlio Vargas – nº 01, Centro, no horário 08h30 às 13h30, munidos da documentação conforme edital para contratação. Sendo que, maiores informações poderão ser obtidas através do fone (47) 3471-2242.

Função: ENFERMEIRO

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
10º	MARCIA CRISTINA BARBOSA MOTTA	25.394/2022	25,50

São Francisco do Sul – SC, 11 de Agosto de 2023.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e
Gestão de Pessoas

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 010/2023 - INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA - MOTORISTA

Publicação Nº 5054272

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 010/2023

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, torna público que fará realizar **Processo Seletivo n.º 010/2023**, para contratação de pessoal em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal da Lei Municipal 1.298 de 22 de Dezembro 2011.

O Processo Seletivo será regido pelas instruções especiais abaixo transcritas:

I – DAS FUNÇÕES:

1.1 – O Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação de pessoal para trabalho em regime presencial, não se admitindo trabalho em remoto ou *home office*, por tempo determinado, na quantidade prevista neste Edital, para atender as necessidades de INTERESSE PÚBLICO, conforme condições abaixo:

CÓDIGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS	ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIAS
985001	<u>MOTORISTA</u>	40 horas semanais	Vencimento: (nível inicial da categoria + pontuação mérito carteira de habilitação D*) = R\$1.703,80 + R\$523,79) : R\$ 2.227,59 Vale Alimentação R\$ 480,00 Remuneração Total Bruta: R\$ 2.707,59	02	Ensino Médio Completo. CNH categoria "D"
73001	<u>INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA</u>	40 horas semanais	Vencimento: R\$ 2.982,30 Vale-alimentação R\$ 480,00	01	Graduação em Educação Física e registro no respectivo Conselho de Classe.

Conforme a LC 45/2013 do art. 5º § 2º, segue abaixo:

* pontuação mérito carteira de habilitação D = de acordo com a LC 67/2014 do art. 4º, § 2º;

II – DOS REQUISITOS:

2.1 – Ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.2 – Ter 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

- 2.3 – Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- 2.4 – Estar quite com obrigações civis, militares e eleitorais;
- 2.5 – Ter aptidão física e mental;
- 2.6 – Apresentar cópia do Diploma ou Certificado de Colação de Grau;
- 2.7. - Apresentar cópia da CNH Categoria “D”(para os candidatos para a vaga de MOTORISTA);
- 2.8 - Os candidatos no ato da contratação deverão apresentar comprovação da vacinação da dose única ou da terceira dose da vacina contra COVID-19, de acordo com o Decreto nº 3730 de 03 de setembro de 2021.

III – DAS INSCRIÇÕES:

- 3.1 – Apresentação de cópias digitalizadas dos documentos necessários para a inscrição;
- 3.2 – As inscrições estarão abertas de **14 de Agosto de 2023 a partir das 8h30 até o dia 21 de Agosto de 2023, até as 13h30.**
- 3.3 – **As inscrições serão realizadas via protocolo, através do Portal do Cidadão em Serviços, pelo link**
<https://saofranciscodosul.atende.net/>
- 3.3.1 – Não serão recebidas inscrições por via postal, fax ou similares, nem fora o período relacionado para o recebimento das inscrições.
- 3.4 – Para efetuar sua inscrição o candidato deverá:
- 3.4.1 – Preencher a ficha de inscrição, via protocolo através do Portal do Cidadão pelo link **<https://saofranciscodosul.atende.net/>** com a documentação abaixo relacionada; quaisquer dúvidas ligar no telefone (47) 3471-2242.
- 3.4.2 – Serão considerados apenas uma inscrição por candidato;
- 3.5 – **Anexar fotocópias digitalizadas em preto e branco, com baixa resolução, dos documentos abaixo relacionados à ficha de inscrição:**
 - Cédula de Identidade (RG); - Cédula de Identidade;
 - Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria “D” (motorista);
 - Apresentar cópia do Diploma ou Certificado de Colação de Grau da habilitação exigida;
 - Documentos que comprovem a habilitação requisitada, para contagem de pontos, conforme informados no item IV, deste edital.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

3.5.1 – A apresentação de cópias dos títulos e de tempo de serviço para a avaliação, para a contagem de pontos (conforme constante no item IV). Apresentar documento original no momento da contratação.

3.5.2 - Caso a documentação do candidato não esteja de acordo, será automaticamente desclassificado.

IV – DA AVALIAÇÃO:

4.1 – O Processo Seletivo consistirá na avaliação de tempo de serviço e dos títulos apresentados, **especificamente referentes à área que estiver concorrendo.**

Haverá Prova de Títulos, de caráter classificatório, para todos os cargos, que constará da avaliação dos Certificados e/ou Diplomas de:

- Pós-graduação, em nível de Especialização, de Mestrado e de Doutorado, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

4.2 – A classificação final dos candidatos será feita em ordem decrescente de pontos;

4.3 – Para efeitos de classificação, será atribuída a seguinte pontuação, concluídos:

4.3.1 – Pós-Graduação (em nível de Doutorado)– 25,0 pontos;

4.3.2 – Pós-Graduação (em nível de Mestrado)– 20,0 pontos;

4.3.3 – Pós-Graduação (em nível de Especialização) – 15,0 pontos;

4.4. Haverá a Prova de Títulos, de caráter classificatório, para os cargos de nível Médio (onde na exigência do cargo não necessite de ensino superior) constará da avaliação dos Certificados e/ou Diplomas conforme abaixo:

4.4.1 – Graduação – 10,0 pontos;

4.5 – As demais pontuações, conforme abaixo, para os cargos que estiver concorrendo:

4.6 - Curso técnico na área (para todas as áreas) – carga horária mínima de 350 horas/hora – 6,0 pontos(**curso técnico que compreenda a área pretendida**);

4.7 - Capacitação/aperfeiçoamento na área e atuação – 1,0 por cursos com no mínimo 16 horas de duração, realizadas a partir de Agosto de 2018;

4.7.1 – Para a área de professor de Educação Física “Curso na Modalidade Esportiva de Futsal” – 3,0 pontos; realizado a partir de Agosto de 2018;

4.7.2 - Ter experiência (no mínimo de 1 ano) como Treinador ou Professor em Escolas de Futsal – 3,0 pontos;

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

4.8 - Tempo de Serviço – a partir de 01 ano e 01 dia, 0,01 por dia trabalhado em área específica na habilitação requisitada;

4.9 - No cálculo da pontuação para capacitação/aperfeiçoamento será considerado no máximo 04(quatro) pontos;

4.10 - No cálculo do tempo de serviço serão considerados no máximo 14 (quatorze) pontos. Considerando os serviços prestados a iniciativa privada e/de serviços prestados ao órgão público.

4.10.1 - Para comprovação de tempo de serviço prestado a órgão público, deverá ser apresentada declaração (certidão) de tempo de serviço emitida em papel timbrado, constando o nome e assinatura do responsável legal;

4.10.2 - Para comprovação de tempo de serviço prestado a iniciativa privada, o candidato deverá apresentar fotocópia do contrato registrado na carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviços profissionais;

4.11 - A avaliação será procedida pela Comissão Julgadora do Processo Seletivo Simplificado Emergencial.

V – DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 - Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota para as especialidades ora em seleção.

5.2 - A classificação será publicada no site www.saofranciscodosul.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, **a partir do dia 25 de Agosto de 2023.**

5.3 – Em caso de igualdade de classificação terá preferência sucessivamente para a contratação o candidato que, até o término do prazo para inscrição, comprovar ter:

5.3.1 – Maior idade;

5.3.2 – Maior número de titulação.

5.4 – A partir da publicação da classificação, o candidato terá 01 (hum) dia útil para entrar com recurso junto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, dirigido à Comissão Julgadora.

5.4.1 – Serão desconsiderados pela Comissão Julgadora questionamentos não protocolados, protocolados fora do prazo e aqueles que não estiverem devidamente justificados e fundamentados.

5.5 – Uma vez julgados os recursos apresentados, será emitida classificação oficial definitiva, ao qual não caberão recursos administrativos adicionais.

VI – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

- 6.1 – Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.
- 6.2 – Estar quite com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino.
- 6.3 – Não registrar antecedentes criminais e estar em gozo dos direitos civis, políticos e eleitorais.
- 6.4 – Não ter sido demitido ou exonerado do serviço público por justa causa.
- 6.5 – Apresentar cópia dos documentos pessoais e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, incluindo laudo médico que ateste a aptidão física e mental para o exercício da função.
- 6.5.1 - **Não será contratado o candidato que não esteja imunizado pela vacina do COVID-19**, de acordo com o Decreto nº 3730, de 03 de setembro de 2021, (estando já vacinado CONTRA O COVID, somente poderá ser contratado, após parecer do médico do trabalho do SESMET, e no mínimo após 14 dias da imunização da última dose do imunizante COVID-19 ou dose única).
- 6.6 – O candidato após a convocação deverá apresentar-se na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal para entregar a documentação necessária a sua contratação, no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 6.7 - O candidato que não assumir de imediato, deverá ser reclassificado para o final da lista dos aprovados, para concorrer, observada a ordem de classificação e a validade do processo seletivo, a nova convocação.

VII - DO RECURSO

- 7.1 - **O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação do Processo Seletivo via protocolo, podendo ser visualizado no site oficial da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC, na data enunciada no edital. O recurso deverá ser enviado através do FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO SELETIVO 010/2023, anexo III, deste edital, destinado à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, enviado através do link <https://saofranciscodosul.atende.net/> que estará disponível no dia 28 de Agosto de 2023.**
- 7.2 - O recurso, **para ser aceito**, deverá descrever com clareza o ponto de sua irrisignação e assinado pelo candidato.
- 7.3 - Não será aceito recurso via postal, via fax ou via e-mail. Também não será aceito recurso fora do prazo citado. Todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para esse ato.
- 7.4 - Não serão aceitos nenhum tipo de documento que deveria ser entregue no ato da inscrição, no **período de recurso**.
- 7.5 - **O resultado final homologado será publicado no Site da Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios em 01 de Agosto de 2023.**

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

VIII. DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS.

8.1 Os candidatos serão imediatamente convocados, após a homologação, pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, de acordo com a necessidade de vagas, pelo afastamento dos titulares, obedecendo aos módulos pré-existentis, de acordo com o [interesse público](#).

8.2 A convocação será anunciada no site Oficial da Prefeitura www.saofranciscodosul.sc.gov.br em editais, e no Diário Oficial dos Municípios, observando a ordem dos candidatos.

8.3 Para atender o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas aos Portadores de Deficiências. Para participar na condição de PCD o candidato deverá requerer por escrito devendo ser avaliado pela perícia médica oficial no momento da contratação, na forma de condição suspensiva. Não sendo PCD será eliminado do processo seletivo. Importante o candidato verificar que mesmo PCD não faz parte do grupo de risco.

8.4 Obedecendo a classificação por formação, para cada 20 (vinte) candidatos chamados da listagem geral, será chamado 01 (um) da classificação de Pessoas com Deficiências.

8.5 O candidato convocado pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar-se no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não se apresente no prazo determinado, o mesmo será considerado desistente e eliminado do processo seletivo.

8.5.1 Os candidatos convocados deverão apresentar no ato da convocação, fotocópias acompanhados dos originais ou fotocópias autenticadas:

- a) - Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- b) - Comprovação do nível de escolaridade exigido;
- c) Comprovante de residência (no nome do candidato) ou conjugue (se houver);
- d) Formulário de cadastro (dados pessoais);
- e) - Declaração de bens;
- f) - Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição;
- g) – Declaração de Parentesco (conforme consoante súmula nº 13 do STF);

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

- h) - Comprovação de aptidão de saúde física e mental de capacidade laboral, necessários para o exercício do cargo, após avaliação do médico do trabalho do SESMET, com exames médicos particulares (custeados pelo candidato);
- i) - Certidão negativa de não registrar antecedentes criminais expedidas pelo órgão do Estado no qual o candidato tenha residido nos últimos 5 anos, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos:
- Certidão negativa Antecedentes Criminais: Justiça Estadual (Tribunal de Justiça) (cert.tjsc.jus.br);
 - Certidão negativa Antecedentes Criminais: Justiça Federal (www.jfsc.gov.br);
 - Certidão negativa Antecedentes Criminais da Delegacia de Polícia (www.pf.gov.br);
- j) - Declaração de não ter sofrido penalidades, no exercício de função pública, enumeradas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/90;
- l) Carteira de Identidade (RG) e CPF;
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (**exigido p/ função de Motorista**);
- n) Certidão de comprovação de regularidade junto ao Conselho de Classe (exigido p/ função técnica)**
- o) PIS/PASEP – original e fotocópia;
- p) Título de Eleitor;
- q) Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral – TRE (www.tse.gov.br);
- r) Carteira Profissional – (parte onde consta nº. da carteira, qualificação civil) – original e fotocópia, ou caso não possuir a carteira profissional física, apresentar cadastro da carteira digital;
- s) Certidão de Nascimento ou casamento;
- t) Certidão de nascimento dos filhos (menores de 18 (dezoito) anos);
- u) Carteira de Reservista (para o sexo masculino);
- v) Duas (02) fotografias recentes, tamanho 3 X 4;
- x) Comprovação nacionalidade Brasileira, para os naturalizados;
- y) Comprovação de quitação com as obrigações militares para o sexo masculino;
- z) Atestado de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- Qualificação cadastral E-Social (consultacadastral.inss.gov.br);
 - Exames médicos conforme edital e complementares solicitado na avaliação de admissão.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

8.6 - A falta de comprovação de quaisquer dos pré-requisitos definidos para a função, mediante documentação específica, acarretará na desclassificação e consequente eliminação do candidato.

8.7 - O candidato chamado para atuar não terá direito a reduzir a carga horária durante o período de contratação, a não ser que seja pelo excepcional interesse público.

IX – DOS EXAMES MÉDICOS PARA ADMISSÃO:

9.1 - Deverá ser apresentados os seguintes exames médicos.

9.1.1 – Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame Físico, expedida pelo médico do trabalho do município – SESMET);

9.1.2 - Para assunção do cargo necessário realizar : Para assunção do cargo de acordo com o *PCMSO*, segue a relação de exames: - Hemograma Completo; Acuidade Visual; ECG; EEG; Audiometria; Raio X da Coluna Dorsal (Cervical, Torácica e Lombar); Toxicológico (urina); comprovante de vacinação de doses de imunizante do COVID-19; após a realização da anamnese clínica/ocupacional, exame físico e mental, realizado pelo médico do trabalho do SESMET, sendo necessário, podem ser incluídos exames complementares a critério do médico do trabalho, de acordo com o cargo proposto e as necessidades clínicas individuais, se o candidato não apresentar condições laborais para o cargo ou apresentar alguma patologia/alteração com risco ou agravamento de condições pré-existent o mesmo deverá ser considerado INAPTO; Não serão aceitos recursos interpostos quanto aos resultados do Exame Médico, dos Exames Complementares e de outros procedimentos Pré-admissionais

a) Outros exames complementares e pareceres podem ser incluídos, a critério do Médico do Trabalho.

9.2 - Os exames serão custeados pelos candidatos.

9.3. - O exame médico pré-admissional será de caráter eliminatório, no qual será emitido parecer APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo eliminado do certame o candidato que obtiver o parecer NÃO APTO; caso demonstre incapacidade para o exercício do cargo.

X - DO FORO

10.1 O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo disciplinado neste Edital, é o da cidade de São Francisco do Sul.

XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

11.1 O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes.

11.2 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento deste Edital e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente Processo Seletivo.

11.3 Durante o período de atuação dos contratados, será realizada a avaliação dos servidores temporários. No caso do não cumprimento de suas obrigações ou baixo desempenho de suas atividades, os profissionais terão seus contratos rescindidos.

11.4 Pela necessidade do excepcional interesse público poderá o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal retomarem a chamada dos candidatos, que no ato da chamada inicial não puderam assumir suas funções.

11.4.1 – Nos termos do art. 11 da Lei nº 1298/2011 todo o pessoal contratado temporariamente pela Administração Pública Municipal não poderá ser recontratado sem a observância do interstício de 6 (seis) meses, contados do encerramento do contrato anterior a cada 2 (dois) anos ininterruptos do contrato, salva-se o certame for deserto.

11.4.1.1 – Caso o candidato esteja nessa condição, sua convocação ficará suspensa até o término do prazo de seis meses, não impedindo a convocação dos candidatos subsequentes aptos, reclassificando o candidato suspenso para a posição imediatamente posterior ao candidato convocado que ocupa posição inferior na classificação.

11.4.1.2 – Terminada a fase de suspensão e havendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, o candidato será convocado.

11.5 Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Julgadora e pela Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.

11.6 A classificação do presente Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização da mesma condicionada à observância das disposições legais pertinentes e da exclusiva necessidade, interesse e conveniência da Administração.

11.7 As contratações decorrentes do presente Processo Seletivo Simplificado Emergencial terão validade de 01 (um) ano, podendo por interesse da Administração, os contratos serem prorrogados por igual período;

11.8 – O presente processo seletivo tem vigência de 1 (hum) ano, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

11.9 – Os contratos serão por prazo determinado, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

11.9 – Caberá a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas a homologação do Resultado Final;

11.10 – Na superveniência de concurso público, as vagas previstas para este Processo Seletivo serão preenchidas pelos candidatos aprovados em concurso público.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO I –**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 010/2023
DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****I - INSTRUTOR DE MODALIDADE ESPORTIVA**

Desenvolver e coordenar projetos esportivos, orientar os alunos inseridos nos projetos esportivos.
Fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos dos alunos por meio de atividades esportivas e de lazer; atuará nos mais diversos programas de esportes da Secretaria Municipal de Esportes.

II – SÃO ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MOTORISTA

- Conduzir veículos leves e pesados, como carros, caminhões e ônibus, destinado ao transporte de cargas e de passageiros;
- Operar veículos motorizados especiais como guinchos, guindastes, máquinas de limpeza, tratores e outros do gênero;
- Auxiliar na acomodação de pessoas no veículo;
- Auxiliar na carga e descarga de materiais;
- Guardar o veículo e a carga;
- Manter o veículo em ótima condição de uso;
- Realizar o abastecimento e o controle de combustível e quilometragem;
- Comunicar à Chefia Imediata a necessidade de manutenção preventiva e corretiva do veículo;
- Exercer a função mantendo a assiduidade e pontualidade;
- Abrir valetas, cortar taludes, escavações transporte de terra, compactação, aterro e trabalhos semelhantes.

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO II CRONOGRAMA DE EVENTOS	
Publicação do edital	11 de Agosto de 2023.
Efetivação das inscrições	A partir das 8h30 do dia 14 de Agosto de 2023 até o dia 21 de Agosto de 2023 às 13h30.
Período de análise	22 e 23 de Agosto de 2023.
Divulgação da classificação	25 de Agosto de 2023.
Entrada de Recurso contra classificação	28 de Agosto de 2023.
Decisão da análise dos Recursos	31 de Agosto de 2023.
Homologação final do processo seletivo	01 de Setembro de 2023.

São Francisco do Sul, 11 de Agosto de 2023.

CARLOS ROBERTO NUNES
Secretário Municipal de Administração e
Gestão de Pessoas

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO SELETIVO 010/2023.

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso: <input type="checkbox"/> 1 – Contra o edital <input type="checkbox"/> 2 – Contra indeferimento de inscrição <input type="checkbox"/> 3 – Contra Inscrição <input type="checkbox"/> 4 – Contra a pontuação de títulos <input type="checkbox"/> 5 - outros <input type="checkbox"/> 1 – Deferido <input type="checkbox"/> 2 – Indeferido
N.º de Inscrição:	Cargo:
Fundamentação e Questionamento:	

Assinatura do Candidato

Local e data _____ de _____ de 2023.

ANEXO IV

**Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul**

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 02 – Fones (047) 3471-2222
Fax (047) 3471-2234 CEP 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS

Parecer da Comissão Julgadora:

Local e Data _____ de _____ de 2023.

EDITAL PE. 008-2023-FMS AQUIS. MEDICAMENTOS

Publicação Nº 5052719

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**LICITAÇÃO Nº 008/2023**

O **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC**, através do Fundo Municipal de Saúde de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 17.256 de 15 de fevereiro de 2023, torna público para 2023, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. **EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.**

1. DA LICITAÇÃO**1.1 – DO OBJETO**

1.1.1 O objeto da presente licitação é a aquisição de medicamentos para continuidade do fornecimento aos pacientes usuários do SUS, os quais serão distribuídos na farmácia básica, em conformidade com as especificações e prazos de entrega constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.1.2 O critério de julgamento adotado será o menor **preço total do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG 928259

2.2. Referência de Tempo:

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Data e horário para início da entrega das propostas:

Data e horário: 14 de agosto de 2023 às 08hrs.

2.4 - Data e horário limite para entrega das propostas:

Dia 25 de agosto de 2023 às 08:30hrs.

2.5. Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: 25 de agosto de 2023 às 09hrs

Página 1 de 30

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

2.6. Modo de Disputa: “aberto e fechado” O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento)

2.7. Término da Sessão Principal
15 minutos após o início da sessão de disputa.

2.8. Término do Período Adicional
Encerrado o prazo previsto no item 2.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

2.9. Da Execução da Licitação
A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria requisitante.

2.10 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as constantes do Edital.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Eletrônico

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO POR ITEM** nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão a expensas das seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	25-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0046
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Assistência Farmacêutica Básica	2131
ELEMENTO DE DESPESA Material Farmacológico	339032-02
VÍNCULO DE RECURSO Transferência fundo a fundo farmácia básica	160070001100

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;
Anexo II – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES e www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br ou licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes a data fixada para abertura da sessão pública;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.2. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e www.comprasgovernamentais.gov.br Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

6.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

6.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.2. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, observando a data e o horário limite estabelecido no Item 01 deste Edital.

7.3. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

7.5. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensão e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. O proponente deverá comunicar imediatamente ao www.comprasgovernamentais.gov.br qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.9. Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.9.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

7.9.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

7.9.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.9.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.9.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

7.9.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

7.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
 - Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - Que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 7.11 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Chaves Publicas – ICP - Brasil

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

8.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelos telefones 08009789001

8.2. O credenciamento da licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

8.2.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

8.7. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/item(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

9 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

9.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e total do item

10.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

11 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

11.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

12.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor *total do item*.

11.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1.0% (um por cento).

11.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

11.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

11.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

11.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

11.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.22.1 No país;

11.22.2 Por empresas brasileiras;

11.22.3 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.22.4 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

11.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.24.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

12.1.1 . Para fins do disposto no item acima, o valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

12.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

12.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.9 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante consulta.

13.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.1.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimentos similares, dentre outros.

13.1.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

13.1.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

13.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.2.3 O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

13.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

13.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.7 Ressalvado o disposto no item 9.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.8 Habilitação jurídica:

3.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Página 12 de 30

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

13.8.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.8.3 No caso de sociedade empresária ou Art. 41 – slu- lei 14.195/21 - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.8.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

13.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

13.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.9.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.9.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.9.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.10 Qualificação Econômico-Financeira.

13.10.1 Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

13.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

13.10.2.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

13.10.2.2) As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD;

13.10.2.3) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

13.10.2.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

13.11 Qualificação Técnica

13.11.1 Comprovação que a contratada forneceu itens compatíveis em características com o objeto da licitação através da apresentação de, no mínimo, 01(um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. A comissão de licitação poderá diligenciar junto as fornecedoras dos atestados para verificar a veracidade das informações nos termos da Lei 8.666/93.

13.11.2. Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGIVEL). (Dispostos na mesma ordem da listagem de itens do Anexo I do edital, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto). Aos

Página 14 de 30

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

itens que são isentos de certificação deverá ser apresentada a documentação inerente a sua isenção

13.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.19 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

13.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.2 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.2.1 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

14.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.4.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

14.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DOS RECURSOS

15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

15.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

19.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4 O prazo de entrega dos materiais é de até 10 (trinta) dias após a solicitação, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

19.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

19.6 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 24.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 24.1.2 Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 24.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 24.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 24.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 24.1.6 Não mantiver a proposta;
- 24.1.7 Cometer fraude fiscal;
- 24.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;

24.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

24.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 24.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 24.4.2 Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

24.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;

24.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.saofranciscodosul.sc.gov.br, <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no setor de licitações e contratos sito à Praça Getúlio Vargas, 01 – bairro Centro, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 14:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

25.11.2 ANEXO II – Minuta de Contrato

São Francisco do Sul, 11 de agosto de 2023.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Município de São Francisco do Sul

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1.0 - OBJETO:**

Aquisição de medicamentos.

2.0 - JUSTIFICATIVA

Objetiva-se a continuidade do fornecimento dos medicamentos aos pacientes usuários do SUS, os quais serão distribuídos na farmácia básica.

3.0 – ESPECIFICAÇÕES:**PROPOSTA****POR****ITEM****Medicamentos**

	MEDICAMENTOS		EMPRESAS E VALORES UNITÁRIOS			MÉDIA UN IT	MÉDIA TOT AL
Unidade	NOME	QTDE	Soma SC Hospit alar	Altermed	Cirúrgica Santa Cruz		
	MEDICAÇÕES INJETÁVEIS / COMPRIMIDOS						
1-comprimido	Amoxicilina clavulanato 500/125mg	8000	7,5	4,57		6,0357	R\$ 48.285,72
2- frasco	Amoxicilina clavulanato 50/12,5mg/ml frasco 75ml	900	45	71,43		58,2150	R\$ 52.393,50
3- comprimido	Captopril 50mg	30000	0,17	0,09	0,22	0,1580	R\$ 4.739,00
4- ampola	Atropina 0,25mg/ml – ampola 1ml	100	0,49	1,03	0,9	0,8062	R\$ 80,62
5- ampola	Atropina 0,50mg/ml – ampola 1ml	100	1,1	1,31		1,2075	R\$ 120,75
6- ampola	Dimenidrinato + Piridoxina + Glicose + frutose 3/5/100/100mg/ml – ampola 10ml	100	2,68		8,09	5,3870	R\$ 538,70
7- ampola	Dimenidrinato + Piridoxina cloridrato 50/50mg/ml ampola 1ml	200	6			6,0000	R\$ 1.200,00
8- frasco	Ipratropio, brometo 0,25mg/ml – frasco 20ml	100	1,58	1,66	3,99	2,4104	R\$ 241,04
9- ampola	Amiodarona 50mg/ml – ampola 3ml	100	3,95	3,57	3,44	3,6538	R\$ 365,38
10- ampola	Furosemida 10mg/ml – ampola 2ml	200	2,6	1,59	1,25	1,8106	R\$ 362,11
						TOTAL:	R\$

Página **22** de **30**



Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

[illegible]

4.1 - O prazo para entrega dos medicamentos será de até 10 dias após a solicitação.

5.1 – Os produtos deverão oferecer validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses.

A fiscalização da prestação de serviços será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC por meio de servidor designado:

A fiscalização se reserva o direito de recusar os produtos ou equipamentos que não atenderem as especificações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC.

A contratada fica obrigada a executar o serviço referente aos itens relacionados neste termo de referência respeitando as especificações do fabricante não se admitindo qualquer modificação sem prévia autorização da fiscalização.

7.1 Os preços contratuais resultante do objeto da presente licitação serão irrevogáveis.

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento do Município, sendo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	25-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0046
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Assistência Farmacêutica Básica	2131
ELEMENTO DE DESPESA Material Farmacológico	339032-02
VÍNCULO DE RECURSO Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Farmácia Básica	1600700011 00

490	160070001100	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Farmácia Básica	184.424,33
-----	--------------	--	------------

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

9.0 – DO PAGAMENTO

9.1 – O pagamento dar-se-á à CONTRATADA, no prazo de **30 (trinta dias)** após a entrega do pedido, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente vistada pelos fiscalizadores do contrato.

9.2 – A nota fiscal deverá discriminar o produto/serviço fornecido.

9.3 – Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

9.4 – Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

A Contratada deverá justificar fundamentada, prévia e formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos neste Termo. A aceitação da justificativa ficará a critério do Fundo Municipal de Saúde.

10.0 – PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

10.1 A vigência e execução do contrato será de 4 (quatro) meses.

10.2 A execução se dará a partir da data da emissão da ordem de compra global.

11.0 – LOCAL PARA ENTREGA DE MERCADORIA:

Rua: Aldo Possamai S/N
Bairro: Centro
CEP: 89240-000
Cidade: São Francisco do Sul – Santa Catarina.
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde

12.0 – LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL

Rua: Aldo Possamai S/N
Bairro: Centro
CEP: 89240-000
Cidade: São Francisco do Sul – Santa Catarina.
Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde
E-mail: comprassaude@saofranciscodosul.sc.gov.br

Jefferson Pacheco de Moraes
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 16.876/2021

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO
MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Secretário(a) Municipal de Saúde Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxx, Brasileiro(a), portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da Licitação xxxxxxxxxxxx n.º 011/2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de é de ____ (____) meses contados da sua assinatura e sua execução pelo mesmo período.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do contratado bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Página 25 de 30

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA Fundo Municipal de Saúde	25-001
CÓDIGO DO PROGRAMA	0046
PROJETO / ATIVIDADE Manutenção Assistência Farmacêutica Básica	2131
ELEMENTO DE DESPESA Material Farmacológico	339032-02
VÍNCULO DE RECURSO Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Farmácia Básica	1600700011 00

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal devidamente vista pelo fiscal do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

6.4. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os medicamentos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**9.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Receber provisoriamente os medicamentos, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos medicamentos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega dos medicamentos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia do produto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 2023.

Página 29 de 30

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

2-

EXTRATO CONT. 089-2023 INSTITUTO TUPY

Publicação N° 5052746

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 089-2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: INSTITUTO TUPY - CNPJ sob nº 35.157.461/0001-57

PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensa de Licitação nº 094/2023, datado de 11/08/2023

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações

OBJETO: Contratação pelo período de 06(seis) meses de instituição sem fins lucrativos, incumbida regimentalmente pelo desenvolvimento educacional, com o objetivo de planejar, organizar e executar processo seletivo de professores de Educação Especial, Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II (Áreas específicas), Orientador Educacional e Supervisor Escolar, para o 2º semestre de 2023, com a finalidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atuarem no exercício letivo de 2024

VALOR: Em contrapartida aos serviços prestados a CONTRATADA terá o direito de cobrar taxas de inscrição diretamente dos candidatos no valor de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais), sendo esta, a sua forma de remuneração pelos serviços prestados.

PRAZO: VIGENCIA: 11/08/2023 À 07/02/2024

EXECUÇÃO: 160 (cento e sessenta) dias corridos.

São Francisco do Sul, 11 de Agosto de 2023.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

MINUTA EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONSELHO ADM E FISCAL 2022-2025

Publicação N° 5053879

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO n.º 002/2023**

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO E O REGIMENTO PARA ELEIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 72, DE 10 DE JULHO DE 2015; OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL N.º 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI FEDERAL N.º 13.846, DE 18 DE JUNHO DE 2019, E DA PORTARIA SEPRT/ME N.º 9.907, DE 14 DE ABRIL DE 2020, PARA COMPLETAR O BIÊNIO 2023-2025.

1-15

A Comissão Eleitoral, instituída pela Portaria n.º 18.839, de 03 de agosto de 2023, no uso das atribuições que lhe competem, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015, especialmente no art. 79, §4º e no art. 81, §3º, torna público que estão abertas as inscrições para a **escolha dos membros do Conselho Administrativo e Fiscal do IPRESF**, que serão eleitos através do presente processo eleitoral, o qual será regido de acordo com as disposições deste Edital, observadas as disposições da Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, com as alterações trazidas pela Lei Federal n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, e da Portaria SEPRT/ME n.º 9.907, de 14 de abril de 2020, para completar o biênio 2023-2025.



1.1. O presente Edital regulamenta o processo eleitoral de escolha dos novos membros dos

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br



Conselhos Administrativo e Fiscal, da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São Francisco do Sul – IPRESF.

- 1.1.1. O **Conselho Administrativo** será composto por um total de 5 (cinco) membros nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, dentre os quais, **02 (dois) serão eleitos pelo presente processo eleitoral**, por voto secreto e direto, dentre os segurados **ativos e inativos**, elegendo-se os respectivos suplentes entre os mais votados, na ordem final de votação, conforme art. 79, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015.
- 1.1.2. O **Conselho Fiscal** será composto por um total de 03 (três) membros nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, dentre os quais **02 (dois) será eleito pelo presente processo eleitoral**, por voto secreto e direto, dentre os segurados **ativos**, elegendo-se os respectivos suplentes entre os mais votados, na ordem final de votação, conforme art. 81, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015.
- 1.2. O exercício corrente é do **biênio 2023-2025**, período que compreende **1º de outubro de 2023 a 30 de setembro de 2025**.
- 1.3. O membro eleito no presente processo eleitoral, a partir da data de sua nomeação, exercerá as atividades no Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal do IPRESF pelo período remanescente indicado no item “1.2”. deste edital
- 1.4. O mandato dos membros integrantes do Conselho Administrativo e do conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período.
- 1.5. Serão aplicáveis as disposições contidas na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, observadas as disposições da Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, com as alterações trazidas pela Lei Federal n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, e da Portaria SEPRT/ME n.º 9.907, de 14 de abril de 2020.

2-15

- 2.1. O presente Edital e suas disposições posteriores serão divulgados através dos **sites** da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul <www.saofranciscodosul.sc.gov.br> e da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São Francisco do Sul – IPRESF <www.ipresf.sc.gov.br>, no dia **11/08/2023**.



2.2. A íntegra do presente Edital será divulgada no DOM/SC, do dia 14/08/2023.

- 3.1. É eleitor todo **servidor público municipal, segurado do IPRESF**, que tenha ingressado no serviço público municipal, por concurso público, até a data da publicação do presente Edital.
- 3.2. São **segurados ativos** do IPRESF os servidores públicos municipais titulares de **cargo efetivo** dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídas suas autarquias e fundações públicas.
- 3.3. São **segurados inativos** do IPRESF os aposentados nos cargos citados no item anterior, que tenham sido segurados ativos, e que recebam proventos através deste Regime Próprio de Previdência Social.

- 4.1. São condições para candidatura a membro do **Conselho Fiscal**:
- 4.1.1. Possuir a condição de servidor efetivo, segurado **ativo** do IPRESF;
- 4.1.2. Possuir nível superior completo, no ato da inscrição;
- 4.1.3. Possuir certificação por entidade autônoma reconhecida, cujo conteúdo atenda aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social – **a apresentação da certificação não será exigida para a inscrição dos candidatos, no entanto, os eleitos que não possuírem certificação válida, no ato da nomeação, terão o prazo de 90 (noventa) dias corridos para apresentá-la** – observado o item 13.4, contados a partir da data da assinatura da Portaria de nomeação, sob pena de destituição automática do conselheiro, caso ultrapassado esse prazo sem a apresentação da respectiva certificação, sendo empossado o candidato imediatamente melhor votado, de acordo com a relação de classificação, obedecendo a suplência, que deverá cumprir os mesmos requisitos supra.
- 4.1.3.1. A obtenção e a apresentação de cópia da certificação ocorrerão por conta exclusiva do candidato interessado ou membro do Conselho.
- 4.1.3.2. A gratificação prevista no art. 78, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015,

3-15



só será devida ao conselheiro, segurado ativo, após a apresentação da certificação por entidade autônoma reconhecida, cujo conteúdo atenda aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

4.2. São condições para candidatura a membro do Conselho Administrativo:

4.2.1. Possuir a condição de servidores efetivos, segurados **ativos ou inativos** do IPRESF;

4.2.2. Possuir nível superior completo, no ato da inscrição;

4.2.3. Possuir certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo atenda aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social – a apresentação da certificação não será exigida para a inscrição dos candidatos, no entanto, os eleitos que não possuírem certificação válida, no ato da nomeação, terão o prazo de 90 (noventa) dias corridos para apresentá-la – observado o item 13.4, contados a partir da data da assinatura da Portaria de nomeação, sob pena de destituição automática do conselheiro, caso ultrapassado esse prazo sem a apresentação da respectiva certificação, sendo empossado o candidato imediatamente melhor votado, de acordo com a relação de classificação, obedecendo a suplência, que deverá cumprir os mesmos requisitos supra.

4-15

4.2.3.1. A obtenção e a apresentação de cópia da certificação ocorrerão por conta exclusiva do candidato interessado ou membro do Conselho.

4.2.3.2. A gratificação prevista no art. 78, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, só será devida ao conselheiro, segurado ativo, após a apresentação da certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo atenda aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social

5.1. As inscrições serão realizadas no período de **15 a 22 de agosto de 2023**, exclusivamente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de Recursos Humanos, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro, na sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, no horário das 8h00 às 13h30.



5.2. No ato da inscrição, os candidatos, por sua exclusiva responsabilidade, deverão apresentar a seguinte documentação:

- 5.2.1.** Ficha de Inscrição (ANEXO II) preenchida e assinada, em sua via original;
- 5.2.2.** Cópia de documento oficial com foto e CPF – autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para autenticação por servidor autorizado da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH;
- 5.2.3.** Cópia do diploma de nível superior ou certidão de colação de grau – autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para autenticação por servidor autorizado da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH;
- 5.2.4.** Declaração de ciência aos requisitos exigidos pela Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; com observância ao disposto na Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, com as alterações trazidas pela Lei Federal n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, e na Portaria SEPRT/ME n.º 9.907, de 14 de abril de 2020, conforme modelo do ANEXO III, preenchida e assinada, em sua via original;
- 5.2.5.** Duas fotos 3x4 recentes.

5-15

5.3. Compete exclusivamente aos candidatos a apresentação *integral* da documentação mencionada no item 5.2, **no ato da inscrição, sob pena de indeferimento, ainda que seja ocupante de cargo efetivo de nível superior ou que a mencionada documentação já conste no setor de Recursos Humanos ao qual estiver vinculado, sem qualquer exceção;**

5.4. No ato da inscrição, o candidato deverá entregar um envelope lacrado, contendo toda a documentação necessária à inscrição, e cópia (simples) do item “5.2.1” - Ficha de Inscrição colada na parte externa do envelope.

5.4.1. No ato de entrega, o candidato e o servidor da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, que recebê-lo, assinarão no fecho no envelope, comprovando que o mesmo se encontra lacrado, de forma que nenhum documento exigido para a inscrição poderá ser apresentado ou inserido no envelope após a entrega do mesmo;

5.4.2. A Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, não fornecerá envelopes, sendo a aquisição e a apresentação destes de responsabilidade



do candidato.

- 5.5.** As condições de inscrição e elegibilidade serão verificadas pela Comissão Eleitoral, que poderá obter informações junto ao cadastro do Setor de Recursos Humanos ao qual o candidato estiver vinculado, vedada a juntada de documentos, e/ou indeferir a inscrição do interessado.
- 5.6.** A efetivação da inscrição implicará no conhecimento e aceitação de todas as disposições deste Edital.
- 5.7.** A inscrição das candidaturas será endereçada à Comissão Eleitoral.
- 5.8.** A Comissão Eleitoral prestará informações concernentes ao processo eleitoral, nos seguintes locais:

Local	Membro da Comissão	Contato
Secretaria de Obras e Serviços	Marcos José da Silva	(47) 3444 -5908
IPRESF	Bruna Maciel	(47) 3449-0384

- 5.9.** Os candidatos inscritos não poderão ser membros da Comissão Eleitoral.
- 5.10.** Após o encerramento do prazo de inscrições, a Comissão Eleitoral efetuará, no dia 23 de agosto de 2023, a análise das inscrições e providenciará a lavratura da ata correspondente, consignando, em ordem alfabética, o número do candidato.
- 5.11.** No dia 24 de agosto de 2023, a Comissão Eleitoral divulgará o resultado das inscrições, através de publicação com a relação nominal das candidaturas registradas nos sites indicados no item 2.1.
- 5.12.** Após a divulgação mencionada no item 5.11, no prazo de 01 (um) dia útil, poderá ser apresentada impugnação ou recurso ao resultado das inscrições, no dia 25 de agosto de 2023, por escrito, exclusivamente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, das 8h00 às 13h30.
- 5.13.** O candidato impugnado será cientificado sobre a mesma até o dia 28 de agosto de 2023.
- 5.14.** O candidato impugnado terá 01 (um) dia útil para apresentação de sua defesa, no dia 29 de agosto de 2023, por escrito, exclusivamente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, das 8h00 às 13h30.

6-15

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br



- 5.15.** No dia 30 de agosto de 2023, a Comissão Eleitoral analisará a impugnação e os recursos apresentados, por maioria de votos, cujo resultado será divulgado no dia 31 de agosto de 2023, nos sites indicados no item 2.1.
- 5.16.** No dia 31/08/2023 a Comissão Eleitoral efetuará a divulgação do resultado final das inscrições, nos sites indicados no item 2.1.
- 5.17.** Ocorrendo renúncia formal e escrita do candidato, após o registro da candidatura, a Comissão Eleitoral afixará cópia desse pedido nos sites indicados no item 2.1.
- 5.18.** A relação dos servidores em condições de votar será elaborada pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, a partir da relação encaminhada pelos demais entes públicos municipais.

- 6.1.** O processo eleitoral será coordenado e conduzido por Comissão Eleitoral nomeada por meio de Portaria Municipal n.º 18.839, de 03 de agosto de 2023, possibilitando-se aos candidatos e aos interessados o acompanhamento dos trabalhos.
- 6.2.** A Presidente da Comissão Eleitoral será o servidor Marcos José da Silva, designada pelo Chefe do Poder Executivo.
- 6.3.** Os membros da Comissão Eleitoral são inelegíveis.
- 6.4.** É vedado aos membros da Comissão Eleitoral quaisquer manifestações que configurem apoio ou campanha eleitoral a candidato específico.

7-15

- 7.1.** As cédulas serão confeccionadas em papel, com tipos uniformes e de maneira que, dobradas, resguardem o sigilo do voto, sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-las.
- 7.1.1.** A disposição sequencial dos candidatos na cédula de votação obedecerá ao número de inscrição.
- 7.2.** O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:
- 7.2.1.** Uso de cédula individual, para cada Conselho, contendo campo específico para assinalar em frente aos números dos candidatos.



- 7.2.2.** Emprego de urna que assegure a inviolabilidade do voto.
- 7.3.** As mesas coletoras de votos funcionarão sob a responsabilidade de um dos membros Comissão Eleitoral ou servidor designado por Resolução da Comissão.
- 7.4.** Os servidores indicados para operar nas mesas coletoras terão abonadas as suas faltas nos dias da eleição.
- 7.5.** **A votação ocorrerá entre os dias 11 a 15 de setembro de 2023**, da seguinte forma: a urna será itinerante pelos postos de trabalho mais distantes do Centro, nos dias 11 a 13 de setembro de 2023. No dia 14 de setembro de 2023, a urna estará fixa no Centro Integrado Multiuso, localizado à Rua Barão do Rio Branco, n.º 217, Centro, São Francisco do Sul/SC, das 08h00 às 13h30. No dia 15 de setembro de 2023, a urna estará fixa na sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC, localizada na Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro, das 08h00 às 13h30.
- 7.6.** Somente poderão permanecer no recinto da coleta de votos o membro da mesa coletora, e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.
- 7.7.** Nenhuma pessoa estranha poderá intervir nos trabalhos, sob pena de seu candidato ter a candidatura revogada.
- 7.8.** Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão a duração de acordo com o estabelecido neste Edital.
- 7.9.** Os trabalhos de votação somente poderão ser encerrados antecipadamente se todos os eleitores constantes da folha de votação já tiverem votado.
- 7.10.** Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará folha de votantes, receberá duas cédula distintas, rubricada por membro da Comissão Eleitoral, uma a ser utilizada para a escolha de membro do Conselho Administrativo, e a outra para a escolha de membro do Conselho Fiscal, e, na cabine indevassável, após consignar a sua preferência, a dobrará, depositando-a na urna colocada na mesa coletora.
- 7.10.1.** O eleitor deverá escolher e votar em um único candidato, sob pena de nulidade do voto.
- 7.10.2.** A rasura da cédula ou caso a forma de preenchimento acarrete dúvidas quanto ao candidato ao qual o voto era destinado, implicarão em nulidade do voto;

8-15



- 7.10.3.** Cédulas não preenchidas serão computadas como voto em branco;
- 7.11.** São válidos para identificação do eleitor qualquer um dos documentos abaixo, com foto:
- 7.11.1.** Cédula de Identidade (RG);
 - 7.11.2.** Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
 - 7.11.3.** Documentos de identificação profissional emitidos pelas entidades competentes, com foto, a exemplo de OAB, CRC, CREA, CRM, CRF, CRP, CRESS, COREN, entre outros;
 - 7.11.4.** Documento Nacional de Identificação (DNI);
 - 7.11.5.** Crachá funcional do servidor, com foto visível;
- 7.12.** À hora determinada no Edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão convidados, em voz alta, a fazer entrega aos mesários da mesa coletora, do documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor. Não existindo eleitor a votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos.
- 7.13.** Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada, com a aposição de papel, rubricadas pelos membros da mesa, devendo as mesmas permanecer fechadas até o início da contagem dos votos.
- 7.14.** O Presidente da Mesa fará lavrar a ata que será também assinada pelos mesários, registrando a data e horário de início e encerramento dos trabalhos, total de votantes e dos segurados em condições de votar, bem como, resumidamente, os protestos apresentados.
- 7.15.** O Presidente da mesa coletora fará entrega à Comissão Eleitoral, mediante recibo, de todo o material utilizado durante o processo de votação.

9-15

- 8.1.** A sessão eleitoral de apuração ocorrerá no dia 15/09/2023, a partir das 14h00, e será instalada em local apropriado, divulgado previamente através do site da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e do IPRESF, imediatamente após o encerramento da votação, sob a coordenação da Comissão Eleitoral, a qual receberá as atas de instalação e encerramento das mesas coletoras de votos, as listas de votantes e a urna devidamente lacrada e rubricadas pelos mesários.



- 8.2.** As mesas Apuradoras de Votos serão compostas pela Comissão Eleitoral.
- 8.3.** Fica assegurado o acompanhamento dos trabalhos pelos candidatos e pelos interessados em todas as mesas apuradoras.
- 8.4.** Na contagem das cédulas da urna será verificado se o seu número coincide com o da lista de votantes.
- 8.5.** Finda a apuração, a Comissão Eleitoral proclamará eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos para o respectivo conselho, e fará lavrar ata dos trabalhos eleitorais, a qual mencionará obrigatoriamente:
- 8.5.1.** O dia e o horário da abertura e de encerramento dos trabalhos;
- 8.5.2.** O local em que funcionaram as mesas bem como nomes dos respectivos componentes;
- 8.5.3.** O resultado da urna apurada, especificando-se o número de votantes, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada candidato e votos em branco e votos nulos;
- 8.5.4.** Número total de eleitores que votaram;
- 8.5.5.** Resultado geral da apuração;
- 8.5.6.** Proclamação do eleito.
- 8.5.** A ata geral de apuração será assinada pelos Membros da Comissão Eleitoral e da Mesa Apuradora.
- 8.6.** A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob guarda da Comissão Eleitoral até a proclamação final do resultado das eleições.
- 8.7.** Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos entre os candidatos inscritos, em ordem decrescente de classificação, iniciando-se o preenchimento das vagas dos Conselhos aos quais se candidataram pelos titulares e depois pelos suplentes.
- 8.8.** Ocorrendo empate entre dois ou mais candidatos, a Comissão Eleitoral fará o desempate, utilizando-se dos seguintes critérios:
- 8.8.1.** Considera-se eleito o candidato com maior tempo de serviço público;
- 8.8.2.** Se ainda assim persistir o empate considera-se eleito o candidato com maior idade.
- 8.9.** Finda a apuração, serão proclamados os eleitos aos presentes, ocasião na qual poderá ser pleiteada a recontagem dos votos, sob pena de preclusão, cuja Publicação Oficial dos resultados ocorrerá no dia 15/09/2023, nos sites da Prefeitura Municipal de São Francisco do

10-15



Sul e do IPRESF.

- [REDACTED]
- 9.1.** O prazo para interposição de recurso ao resultado das eleições é de 01 (um) dia útil, a partir da publicação oficial do resultado do pleito, por quaisquer dos candidatos eleitos ou não-eleitos, no dia 18 de setembro de 2023, exclusivamente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, das 08h00 às 13h30.
- 9.2.** Os recursos e os documentos de prova serão entregues, por escrito, em 03 (três) vias assinadas pelo recorrente, sendo 01 (uma) via à Comissão Eleitoral, 01 (uma) via ao recorrido e outra via que servirá de prova do protocolo.
- 9.3.** A via do recorrido ser-lhe-á entregue no dia 19/09/2023, o qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para a apresentação de suas contrarrazões, no dia 21/09/2023, exclusivamente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, das 08h00 às 13h30.
- 9.4.** Findos os prazos estipulados e, recebidas ou não as contrarrazões do recorrido, a Comissão Eleitoral decidirá os recursos interpostos no dia 22/09/2023, mesma data em que serão publicados os resultados dos recursos e o resultado final das eleições, nos sites da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e do IPRESF.
- 9.5.** O recurso não suspenderá a posse do eleito.

11-15

- [REDACTED]
- 10.1.** À Comissão Eleitoral cabe zelar para que se mantenha organizado o processo eleitoral, constituindo os documentos sempre em duas vias, sendo a primeira original.
- 10.2.** São peças essenciais do processo eleitoral:
- 10.2.1.** Edital de Convocação com a comprovação de sua publicação;
 - 10.2.2.** Cópia dos requisitos dos registros de candidaturas e as respectivas fichas de qualificação individual dos candidatos;
 - 10.2.3.** Edital onde se publicou a relação nominal dos candidatos registrados.
 - 10.2.4.** Cópias dos expedientes relativos à composição das mesas eleitorais;
 - 10.2.5.** Lista de votação dos segurados em condição de votar;

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br



- 10.2.6. Atas das seções eleitorais de votação e de apuração dos votos;
- 10.2.7. Exemplar da cédula única de votação;
- 10.2.8. Cópias das impugnações e dos recursos e respectivas contrarrazões, se houver;
- 10.2.9. Comunicação oficial das decisões da Comissão Eleitoral;

11.1. Será anulada a eleição quando, mediante recurso formalizado nos termos deste Edital, ficar comprovado:

- 11.1.1. Que foi realizada em dia, hora e local diverso dos informados no Edital de convocação ou encerrada a coleta de votos antes da hora determinada, sem que tenham votado todos os eleitores relacionados na folha de votação;
- 11.1.2. Que foram preteridas formalidades essenciais estabelecidas neste Edital;
- 11.1.3. Que não foram cumpridos os prazos essenciais estabelecidos neste Edital, salvo justo motivo;
- 11.1.4. Ocorrência de vício ou fraude que comprometa sua legitimidade.

12-15

11.2. O voto considerado nulo não implicará anulação de urna, nem tampouco na anulação de eleição.

11.3. Não poderá a nulidade ser invocada por quem tenha lhe dado causa.

11.4. Anuladas as eleições, outras serão convocadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da publicação do despacho anulatório.

12.1. O eleito para o Conselho Fiscal do IPRESF, como condição prévia à nomeação, deverá apresentar à Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação a documentação comprobatória dos requisitos previstos na Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015, observadas as disposições da Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, com as alterações trazidas pela Lei Federal n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, e da Portaria SEPRT/ME n.º 9.907, de 14 de abril de 2020, sob pena de preclusão e de perda da sua vaga, sendo chamado o candidato imediatamente melhor votado, de acordo com a relação de classificação, obedecendo a suplência, que deverá cumprir os mesmos requisitos

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br



no prazo estabelecido.

12.2. Deverão ser apresentados os seguintes documentos válidos:

- 12.2.1.** Certificado de quitação eleitoral válido, disponível através do site <<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>;
- 12.2.2.** Certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual – **Segundo Grau de Jurisdição SAJ e Segundo Grau de Jurisdição EPROC**, disponíveis através do site <<http://www.tjsc.jus.br/certidoes>>;
- 12.2.3.** Certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual – **Primeiro Grau de Jurisdição SAJ e Primeiro Grau de Jurisdição EPROC** (Comarca de São Francisco do Sul), disponível através do site <<https://www.tjsc.jus.br/certidoes>>;
- 12.2.4.** Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, disponível através do site <<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>>;
- 12.2.5.** Certidões negativas de antecedentes criminais da **Justiça Federal Tipo 1 (1º Grau) e Justiça Federal Tipo 2 (2º Grau)**, disponíveis através do site <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>>;
- 12.2.6.** Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Militar, disponível através do site <<https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa>>;
- 12.2.7.** Certidão Negativa (imprimir página de 'não consta') do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, disponível através do site <http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>
- 12.2.8.** Declaração original e expressa, emitida e assinada pelo setor de Recursos Humanos do órgão ao qual estiver vinculado, atestando que o candidato não foi condenado em processo administrativo disciplinar;
- 12.2.9.** Declaração original e expressa, assinada pelo candidato, de não incidir em alguma das situações de inelegibilidade previstas no art. 1º, I, da Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, podendo ser utilizado o modelo disponível no ANEXO IV, do presente Edital;
- 12.2.10.** Certificação por entidade autônoma de reconhecida, cujo conteúdo atenda aos

13-15



requisitos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social – caso não possua a certificação válida, o candidato poderá ser nomeado, no entanto, a partir do ato da nomeação, terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos para apresentá-la – observado o item 13.4, sob pena de destituição automática do conselheiro, sendo empossado o candidato imediatamente melhor votado, de acordo com a relação de classificação, obedecendo a suplência, que deverá cumprir os mesmos requisitos supra, ciente do disposto nos itens 4.1.3.1 e 4.1.3.2, do presente Edital.

- 12.3. Os documentos que não possuírem prazo de validade expresse serão considerados válidos, para efeitos do presente processo eleitoral, quando emitidos nos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da inscrição do candidato.
- 12.4. Documentos emitidos eletronicamente deverão possuir código de verificação visível, sob pena de invalidade, os demais, deverão ser apresentados em sua via original ou cópia autenticada.
- 12.5. A entrega da documentação será realizada no período de 25 a 27 de setembro de 2023, exclusivamente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de Recursos Humanos, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro, na sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, no horário das 8h00 às 13h30.
- 12.6. Caso o candidato apresente documentação inválida ou incompleta, será permitido à Comissão, **exclusivamente acerca das certidões emitidas de forma eletrônica**, a obtenção de novas certidões, desde que de maneira automática e imediata, através dos sites anteriormente mencionados, a fim de verificar a condição de nomeação do candidato, também podendo fazê-lo para fins de conferência eletrônica da certidão expedida.
- 12.7. O candidato deverá entregar um envelope lacrado, contendo toda a documentação anteriormente descrita, assinando seu nome na parte externa do envelope, com endereçamento à Comissão Eleitoral do presente Processo Seletivo, ocasião em que receberá um protocolo de entrega, emitido pelo servidor da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, que recebê-lo.
- 12.8. No ato de entrega, o candidato e o servidor da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, que recebê-lo, assinarão no fecho no envelope, comprovando que o mesmo se encontra lacrado;

14-15



- 12.9. A Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, não fornecerá envelopes, sendo a aquisição e a apresentação destes de responsabilidade do candidato.
- 12.10. A Comissão Eleitoral reunir-se-á no dia 28 de setembro de 2023, para análise da documentação apresentada, a partir das 09h00, e será instalada em local apropriado, divulgado previamente através do site da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e do IPRESF, ficando assegurado o acompanhamento dos trabalhos pelos candidatos e pelos interessados.
- 12.11. Após a análise, a Comissão Eleitoral emitirá Parecer Conclusivo, quanto ao preenchimento dos critérios exigidos, o qual será publicado nos sites da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e do IPRESF.
- 12.12. O prazo para interposição de recurso ao Parecer Conclusivo da Comissão Eleitoral é de 01 (um) dia útil, a partir da publicação oficial do mesmo nos sites mencionados no item anterior, por quaisquer dos candidatos eleitos ou não-eleitos, no dia 29 de setembro de 2023, exclusivamente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas – Setor de RH, das 08h00 às 13h30.
- 12.13. Os recursos e os documentos de prova serão entregues, por escrito, em 02 (duas) vias assinadas pelo recorrente, sendo 01 (uma) via à Comissão Eleitoral e 01 (uma) via que servirá de prova do protocolo.
- 12.14. A Comissão Eleitoral decidirá os recursos interpostos no dia 02 de outubro de 2023, mesma data em que serão publicados os resultados dos recursos e a homologação das eleições, nos sites da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul e do IPRESF, e encaminhará ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal, para emissão do ato administrativo de nomeação dos Conselheiros.
- 12.15. A nomeação dos eleitos ocorrerá após homologação da eleição, por ato do Prefeito Municipal.

15-15

13.1. Os candidatos interessados em compor o Conselho Fiscal do IPRESF **não poderá** exercer concomitantemente as funções de membro do Conselho Administrativo.

13.1.1. Em caso de mais de uma inscrição para o mesmo candidato, será considerada apenas a que for mais recente.

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br



- 13.2.** Para o período de campanha/propaganda eleitoral serão considerados os seguintes limites:
- 13.2.1.** Distribuição de material gráfico (panfletos, santinhos e outros) estão liberados a partir do dia 01/09/2023 até as 23h59min do dia 10/09/2023;
- 13.2.2.** Reprodução de material eleitoral na internet está liberado a partir do dia 01/09/2023 até 23h59min do dia 10/09/2023;
- 13.2.3.** Reprodução de material eleitoral em aplicativos de mensagens está liberado a partir do dia 01/09/2023 até 23h59min do dia 10/09/2023;
- 13.2.4.** Qualquer modalidade de campanha eleitoral realizada pelo candidato a partir das 0h00 do dia 11/09/2023, será considerada irregular;
- 13.2.5.** Qualquer modalidade de campanha eleitoral realizada por parentesco de 1º, 2º grau ou afinidade comprovada em favor candidato a partir das 0h00 do dia 11/09/2023, será considerada irregular.
- 13.3.** Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão Eleitoral.
- 13.4.** Em caso de conflito entre o prazo previsto na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, descrito nos itens 4.1.3, 4.2.3 e 12.2.10, do presente Edital, e os exigidos pela legislação federal, especialmente os dispostos na Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, com as alterações trazidas pela Lei Federal n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, e da Portaria SEPRT/ME n.º 9.907, de 14 de abril de 2020, será dada preferência àquele que for mais restritivo, ou seja, que indicar menor prazo.
- 13.5.** O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

16-15

São Francisco do Sul, 11 de agosto de 2023.

MARCOS JOSÉ DA SILVA
Presidente da Comissão

NAGLI CRISTINA ALVES
Membro da Comissão

**RAUL FRANCISCO DOS SANTOS
MACEDO**
Membro da Comissão

JULIANA RODRIGUES GOULART
Membro da Comissão

ERIVAN COSTA
Membro da Comissão

BRUNA MACIEL
Membro da Comissão

São
2023



ANEXO I

CRONOGRAMA

Publicação do Edital nos sites da PMSFS e IPRESF	11/08/2023
Inscrições dos Candidatos	15 a 22/08/2023
Análise das Inscrições	23/08/2023
Divulgação do Resultado das Inscrições	24/08/2023
Apresentação de Recurso ou Impugnação ao Resultado das Inscrições	25/08/2023
Cientificação dos Candidatos Impugnados	28/08/2023
Apresentação de Defesa pelo Candidato Impugnado	29/08/2023
Análise dos Recursos Apresentados	30/08/2023
Divulgação do Resultado dos Recursos	31/08/2023
Divulgação do Resultado Final das Inscrições	31/08/2023
Campanha Eleitoral	01 a 10/09/2023
Votação	11 a 15/09/2023
Apuração e Divulgação Oral do Resultado das Eleições aos Presentes	15/09/2023
Publicação Oficial do Resultado das Eleições	15/09/2023
Apresentação de Recurso ao Resultado das Eleições	18/09/2023
Certificação do Recorrido	19/09/2023
Apresentação de Defesa pelo Recorrido	21/09/2023
Análise dos Recursos Apresentados	22/09/2023
Divulgação do Resultado dos Recursos	22/09/2023
Resultado Final das Eleições	22/09/2023
Entrega dos Documentos para Nomeação	25 a 27/09/2023
Análise da Documentação para Nomeação	28/09/2023
Recurso ao Parecer Conclusivo da Comissão Eleitoral	29/09/2023
Análise dos Recursos Apresentados	02/10/2023
Divulgação do Resultado dos Recursos Apresentados	02/10/2023
Homologação e Nomeação	03/10/2023

17-15

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br



18-15

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br



ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO

Foto 3x4

Eu, _____

_____, servidor público municipal, inscrito sob o CPF n.º _____, abaixo assinado, venho através do presente, na condição de:

- () Segurado ativo do IPRESF, ocupante do cargo efetivo de _____.
- () Segurado inativo do IPRESF (aposentado).

Requerer minha inscrição para:

Membro do Conselho Administrativo (segurados ativos ou inativos)

Membro do Conselho Fiscal (apenas segurados ativos)

19-15

Nos termos do **Item 5, do Edital de Convocação** para o Processo Eletivo dos membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal do IPRESF, para completar o biênio 2023/2025. Anexo ao presente requerimento os seguintes documentos, no interior do envelope:

- () Cópia de documento oficial com foto e CPF;
- () Cópia do diploma de nível superior ou certidão de colação de grau;
- () Declaração de ciência aos requisitos exigidos pela Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; com observância ao disposto na Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, com as alterações trazidas pela Lei Federal n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, e na Portaria SEPRT/ME n.º 9.907, de 14 de abril de 2020, conforme modelo do ANEXO III, preenchida e assinada, em sua via original;
- () Duas fotos 3x4 recentes (uma delas colada no campo indicado acima e outra no interior do envelope).

Ainda que o candidato assinale que todos os documentos foram entregues, caberá à Comissão analisar a documentação que consta no interior do envelope, conforme item 5.5, do Edital de Convocação n.º 002/2023.

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br

**SÃO FRANCISCO DO SUL**
PREFEITURA

Sendo o que se apresenta, nesses termos, pede deferimento.

São Francisco do Sul, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Candidato

20-15



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS REQUISITOS DE NOMEAÇÃO

Eu, _____, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de _____, matriculado sob o n.º _____, inscrito sob o CPF n.º _____, RG n.º _____, residente e domiciliado no endereço _____

_____, telefone/celular (____) _____, e-mail _____

_____, **DECLARO**, ciência aos requisitos exigidos pela Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; com observância ao disposto na Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, com as alterações trazidas pela Lei Federal n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, e na Portaria SEPRT/ME n.º 9.907, de 14 de abril de 2020, a serem atendidos como condição prévia à nomeação como Conselheiro Fiscal do IPRESF, ciente dos prazos e documentações exigidas no item 12, do Edital de Convocação n.º 002/2023, que regulamenta o Processo Eleitoral.

21-15

Ciente, ainda, de que, em caso de conflito entre o prazo previsto na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, descrito nos itens 4.1.3, 4.2.3 e 12.2.10, do Edital de Convocação n.º 002/2023, que regulamenta o Processo Eleitoral, e os exigidos pela legislação federal, especialmente os dispostos na Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, com as alterações trazidas pela Lei Federal n.º 13.846, de 18 de junho de 2019, e da Portaria SEPRT/ME n.º 9.907, de 14 de abril de 2020, será dada preferência àquele que for mais restritivo, ou seja, que indicar menor prazo.

São Francisco do Sul, _____ de _____ de 2023.



Assinatura do Candidato

22-15

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000
CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE

Eu, _____, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de _____, matriculado sob o n.º _____, inscrito sob o CPF n.º _____, RG n.º _____, residente e domiciliado no endereço _____,

_____, telefone/celular (____) _____, e-mail _____, declaro, sob as penas da lei, que cumpro os requisitos

de elegibilidade previstos no Edital de Convocação n.º 002/2023, e, especialmente, que não incido em nenhuma das situações de inelegibilidade previstas no art. 1º, I, da Lei Complementar n.º 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos nela previstos, conforme exigência prevista no art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, com redação dada pela Lei Federal n.º 13.846, de 18 de junho de 2019. E por ser verdade, firmo a presente.

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

a) os inalistáveis e os analfabetos;

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura; (Redação dada pela LCP 81, de 13/04/94)

c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

d) os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

8. de redução à condição análoga à de escravo; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

9. contra a vida e a dignidade sexual; e (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

f) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art.

71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

i) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

k) o Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal

23-15

Praça Dr. Getúlio Vargas, n.º 01, Centro – São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

CNPJ n.º 83.102.269/0001-06 – Caixa Postal 21 – Fone: (47) 34712222 – Fax: (47) 3444-2270 – Site: www.saofranciscodosul.sc.gov.br

**SÃO FRANCISCO DO SUL****PREFEITURA**

ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

(Incluído pela Lei

Complementar nº 135, de 2010)

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

m) os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em

decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

q) os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

[...]

São Francisco do Sul, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Candidato

24-15

São Joaquim

PREFEITURA

INFORME LOCAIS DE VOTAÇÃO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 5054650

INFORME LOCAIS DE VOTAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO JOAQUIM/SC.

Conforme previsto no item 9.3 do Edital nº. 01/2023/CMDCA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São Joaquim – SC, informa à Comunidade que os locais de votação do Processo de Escolha Unificado dos membros do Conselhos Tutelar de São Joaquim, que ocorrerá no dia 01 de outubro de 2023, das 8h às 17 h, serão:

- Secretaria Municipal de Assistência Social – na Rua Gasparino Dutra, s/nº. – Centro;
- Centro de Convivência do Idoso – na Rua Gasparino Dutra, s/nº. – Centro (ao lado da Secretaria Municipal de Assistência Social).

O eleitor deverá apresentar na mesa receptora de votos a carteira de identidade ou outro documento oficial com foto.

Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 90 (noventa) dias antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

São Joaquim, 11 de agosto de 2023.

Lusiane Zandonadi Nunes
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 023/2023

Publicação Nº 5052727

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 023/2023

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CONFORME LEIS MUNICIPAIS Nº 4.398/2016 E 4.844/2021

DECRETO Nº 390/2018

AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme Leis nº 4.398/2016 e 4.844/2021, torna pública a abertura de CHAMADA PÚBLICA Nº 023/2023, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para atuarem na Secretaria Municipal de Educação, no Município de São Joaquim, conforme quadro abaixo.

Cabe ressaltar que as vagas pertinentes ao quadro da Secretaria Municipal de Educação são em razão da necessidade de suprir as demandas de serviço de Professores e Profissionais de Apoio nas Escolas da Rede Municipal do Município de São Joaquim, sendo estas vagas oriundas ou de chamadas de concursos, vacância por exonerações e/ou vagas vinculadas devido a afastamentos.

Salienta-se ainda, que no momento não há candidatos aprovados e em lista de espera no Processo Seletivo nº 001/2022 para tais cargos. Devido à urgência temporal, não há possibilidade para espera de um novo Processo Seletivo para estes cargos, e em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa se impõe a presente CHAMADA PÚBLICA, objetivando a continuidade dos serviços públicos serem prestados a população.

A coordenação técnica administrativa da Chamada Pública nº 023/2023 será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos, e Secretaria Municipal de Educação.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, para suprir a falta de profissionais quando não houver candidatos aprovados em Concurso Público e ou estiver esgotada a lista de vagas de Processo Seletivo.

1.2 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração e Secretaria de Educação.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

1.1 Os cargos a serem providos são:

Secretaria Municipal de Educação – Professor de Apoio Escolar - Segundo Professor**				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Mínima	Carga Horária	Local

01	Professor de Apoio Escolar	Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Especial. Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Educação Especial.	20h Vespertino	EEBM Jarbas Amarante Ferreira
01	Professor de Apoio Escolar	Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Especial. Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Educação Especial.	20h Matutino	EEBM Octavio Antunes de Souza

****Em excepcionalidade, na falta de profissionais para Professor de Apoio Escolar – Segundo Professor, habilitados ou cursando Licenciatura Plena em Educação Especial, será contratado Pedagogo (Pedagogia Completa).**

Secretaria Municipal de Educação – Educação Física				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Mínima	Carga Horária	Local
01	Professor Educação Física	Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	10h Matutino e Vespertino	EEBM CAIC Fulvio Amarante Ferreira e EEBM Aristides Ribeiro de Medeiros
01	Professor Educação Física	Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h Vespertino	EEBM Domingos Pereira Portela

Secretaria Municipal de Educação – Língua Inglesa**				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Mínima	Carga Horária	Local
01	Professor Língua Inglesa	Habilitado: Licenciatura Plena em Letras (Língua Inglesa). Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Letras (Língua Inglesa).	20h Matutino e Vespertino	EEBM Aristides Ribeiro de Medeiros/EEBM Jurema Hugen Palma

****Em excepcionalidade, na falta de profissionais para Professor de Língua Inglesa, habilitados ou cursando Licenciatura Plena em Letras (Inglês), será contratado Pedagogo ou professor das áreas afins.**

Secretaria Municipal de Educação - Agente de Serviços Gerais				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Mínima	Carga Horária	Local
01	Agente de Serviços Gerais	Certificado de Conclusão do 1º grau (Ensino Fundamental Completo)	40h	EEBM Octavio Antunes de Souza
01	Agente de Serviços Gerais	Certificado de Conclusão do 1º grau (Ensino Fundamental Completo)	40h	EEBM Attilia Cechinel Nesi
01	Agente de Serviços Gerais	Certificado de Conclusão do 1º grau (Ensino Fundamental Completo)	40h	EEBM Caic Fulvio Amarante Ferreira
02	Agente de Serviços Gerais	Certificado de Conclusão do 1º grau (Ensino Fundamental Completo)	40h	EEIM Maria Eliza Martorano Bathke

Vencimentos cargos de Professores:

Professor habilitado 10hrs: R\$ 918,65 + R\$ 500,00 (auxílio alimentação).

Professor não habilitado 10hrs: R\$ 840,03 + R\$ 500,00 (auxílio alimentação).

Professor habilitado 20hrs: R\$ 1.837,37 + R\$ 500,00 (auxílio alimentação).

Professor não habilitado 20hrs: R\$ 1.680,05 + R\$ 500,00 (auxílio alimentação).

Vencimentos cargo de Agente de Serviços Gerais:

Agente de Serviços Gerais 40hrs: R\$ 1.320,00 + R\$ 264,00 (insalubridade) + R\$ 500,00 (auxílio alimentação).

2.2. Atribuições e competências:

As atribuições e competências estão nas Leis Federais e Municipais de Planos de Cargos e Carreiras.

2.3. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

2.3.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3.3 - Ter aptidão física e mental;

2.3.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.3.5 - Carteira de Identidade;

2.3.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.3.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.3.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino) até 45 anos de idade;

- 2.3.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - 2.3.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
 - 2.3.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
 - 2.3.12 - Certidão de casamento ou união estável;
 - 2.3.13 - 01 foto 3x4
 - 2.3.14 - PIS/PASEP (frente e verso);
 - 2.3.15 - Declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;
 - 2.3.16 - Declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;
 - 2.3.17 - Certidão negativa de antecedentes criminais
 - 2.3.18 - Documentos comprobatórios dos requisitos do cargo.
 - 2.3.19 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
- 2.4. O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Os interessados deverão comparecer na CASA DA CULTURA, sito à Praça Cezário Amarante, Bairro Centro, dia 14 de Agosto de 2023, onde das 09h ATÉ as 09h30min será permitido seu acesso no local acima elencado.

3.1 O início da seleção e classificação dos candidatos será as 09h30min no mesmo local.

3.1.1. Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos para Professor:

- 1º Títulos de Especialização;
- 2º Graduação na área;
- 3º Cursando na área;
- 4º Maior Idade;
- 5º Número de filhos;

3.1.2. Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos para Agente de Serviços Gerais:

- 1º Maior Escolaridade;
- 2º Maior tempo de serviço prestado na área de atuação;
- 3º Maior Idade;
- 4º Número de filhos;

3.2. No ato da chamada pública, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias autenticadas, necessários para comprovação dos critérios de seleção e classificação, (diploma, declaração e histórico escolar que comprovem sua habilitação na área).

3.3. Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura de cargo no serviço público, conforme consta no item 2.3 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Educação.

4.2 O quadro de vagas poderá ser alterado em tempo hábil decorrente de decisões administrativas e de INSS.

4.3 Os interessados nas vagas deste Edital não poderão assumir novo contrato caso possuam algum vínculo vigente com esta Prefeitura, do qual precisem desistir da vaga ocupada para assumir uma nova vaga.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

DANIELE HUGEN RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

FABIANO PADILHA

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

REABERTURA DO CREDENCIAMENTO 01/2022 PROCESSO 13/2022 FMS

Publicação N° 5053338

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BDF735618A1220A4F88C82CCA307A274E190C0C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE REABERTURA DE CREDENCIAMENTO
Processo N° 13/2022
Credenciamento N° 01/2022

Objeto: Credenciamento de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) para a prestação de serviços de EXAMES DE IMAGEM E CONSULTAS MÉDICAS COM ESPECIALISTAS, conforme tabela referência consórcio, a fim de atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São Joaquim SC.

Recebimento das propostas: até 01/12/2023

A reabertura encontra-se prevista no item 12 do edital de credenciamento 01/2022 do FMS

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456
São Joaquim, 11 de agosto de 2023

Departamento de Compras e Licitações

São José

PREFEITURA

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2023

Publicação N° 5052290

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 046/2023

PROCESSO N° 194/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ELEVADORES E PLATAFORMAS DE ELEVAÇÃO, INSTALADOS NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC (CENTRO ADMINISTRATIVO) E UNIDADES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO, NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

A Prefeitura Municipal de São José, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, leva ao conhecimento dos Licitantes e demais interessados que fica SUSPENSO SINE-DIE por solicitação da Secretaria Demandante para que seja respondida a impugnação interposta. Após o processo terá nova publicidade.

São José, 10 de agosto de 2023.

JULIANA TEREZINHA DA SILVA
Pregoeira

DECRETO Nº 19316/2023

Publicação Nº 5052201

Secretaria de
Governo**PUBLICADO NO D.O.M./SC**

Edição:

De: ____/____/____

DECRETO Nº 19316/2023

**CONCEDE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA
NOS TERMOS DA CERTIDÃO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – CRF
nº 07/2023 - NÚCLEO URBANO
MORAR BEM QUADRA 11, BAIRRO
SERRARIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, e o Decreto Municipal n.º 8.869, de 30 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Legitimação Fundiária aos titulares referidos na Certidão de Regularização Fundiária – CRF n.º 07/2023, e nos termos nela constantes decorrentes dos atos que instruíram o Processo Administrativo n.º 19.509/2023, de 31 de julho de 2023, conforme a Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, e Decreto Municipal n.º 8.869 de 30 de outubro de 2017, referente ao Núcleo Urbano Morar Bem Quadra 11, localizado no Bairro Serraria, no Município de São José, inserido na Matrícula Imobiliária n.º 139.168 junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José, Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 julho de 2023.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito de São José

Prefeitura Municipal de São José

Av. Acioni Souza Filho, 403

São José - SC - CEP 88.103-790

(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br

- 1 -



DECISÃO DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Processo Administrativo REURB n.º 19.509/2023

Trata-se de Processo Administrativo REURB n.º 19.509/2023, instaurado nos termos da Lei n.º 13.465/17, referente ao núcleo urbano informal consolidado, “Morar Bem Quadra 11”, localizado no Bairro Serraria, São José/SC.

O Loteamento Morar Bem originou-se, no início da década de 2000, do contrato firmado entre o Município de São José, a Caixa Econômica Federal e o então Ministério de Planejamento e Orçamento, por meio do Programa Habitar Brasil – BID, com a entrega de aproximadamente 600 moradias. Contudo, a regularização registral, até a presente data, não ocorreu, em grande parte pelas dificuldades encontradas em se operacionalizar os procedimentos num elevado número de unidades. À vista disso, com o fito de facilitar e dar efetividade aos trabalhos, o Município de São José decidiu executar a regularização fundiária do loteamento em quadras, encontrando-se o projeto na Quadra 11.

Após a manifestação dos órgãos técnicos desta Prefeitura, esta Comissão conclui que:

a) a análise do requerimento foi realizada dentro do prazo legal de 180 dias contados do seu protocolo, com definição da modalidade predominantemente de interesse social – Reurb-S;

b) trata-se de “núcleo urbano informal consolidado”, nos termos do que é conceituado pelo artigo 11, inciso III, da Lei n.º 13.465/17, pois restou comprovado que o referido núcleo é de difícil reversão, conforme requerimento apresentado, *in verbis*:

O núcleo urbano em questão não foi instituído por meio de invasões, mas sim, desapropriado para esse fim.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



Portanto, não teria nem porque ser revertido, mas de qualquer forma, seria sem dúvida de difícil reversão aos status quo. As edificações dividem-se em construções de madeira e concreto.

Quanto às vias, todas são pavimentadas e contam com todas as infraestruturas necessárias para atendimento a população residente, conforme parecer anexo ao processo.

Ainda, a área dispõe de rede de iluminação pública, praças, parque, rede de abastecimento de água, coleta de esgotamento sanitário e distribuição de energia.

Dessa forma, constata-se facilmente, pelas imagens aéreas do site Google Earth, que em junho de 2003 o local em que se encontra o núcleo urbano, estava iniciando o processo de preparação do terreno.

Em sequência, por meio das imagens datadas a partir de 2009, verifica-se a existência do núcleo de forma consolidada. Considerando a existência do núcleo a partir do ano de 2009, que é quando se pode comprovar por meio das imagens aéreas, porém, é fato notório no Município de São José que as residências foram finalizadas em data anterior, o núcleo já existe há, pelo menos, 13 (treze) anos.

c) A comissão de regularização fundiária, devidamente instituída pelo Decreto Municipal 16.942/2022, realizou a análise jurídica, urbanística, ambiental e de risco do objeto do processo administrativo 19.509/2023, aprovando a regularização da área por meio dos pareceres técnicos acostados aos autos, os quais atestam as condições de risco, ambiental e de infraestruturas existentes, constatando-se a desnecessidade de implantação de obras de infraestrutura e de compensações de qualquer natureza;

d) foram realizados os projetos urbanístico e de regularização fundiária em obediência aos arts. 35 e 36 da Lei nº 13.465/2017;

e) a implantação do “núcleo urbano informal consolidado” teve início em meados de 2003, sendo, portanto, anterior à data de 22 de dezembro de 2016 para fins de legitimação fundiária;

f) Todos os beneficiários comprovaram serem possuidores de forma mansa e pacífica das unidades habitacionais;

g) ficou demonstrado, após apresentação da documentação, que se trata de núcleo predominante de baixa renda, qualificando a regularização fundiária como de interesse social - Reurb-S, exceto o pretenso proprietário da Unidade Imobiliária 08.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



h) no anexo I da presente manifestação, apresenta-se o rol dos moradores beneficiários dos lotes constantes do núcleo urbano informal Morar Bem Quadra 11.

Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido de legitimação fundiária do núcleo urbano informal consolidado “Morar Bem Quadra 11”, bem como pela homologação do Processo Administrativo REURB n.º 19.509/2023, nos termos da Lei n.º 13.465/17.

São José, 21 de julho de 2023.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



ANEXO I – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

LOTE	MODALIDADE	BENEFICIÁRIO
01	REURB-S	GUIOMAR DE SOUZA , filha de José Aldo de Souza e Maria Ivone de Souza, brasileira, nascida em 17/02/1977, auxiliar de cozinha, solteira, inscrita no Registro Geral e CPF sob o nº 910.638.339-49, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 01 Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
02	REURB-S	SALETE DEMICIANO , filha de Pedro Demiciano e Maria de Lima, brasileira, aposentada, solteira, nascida em 25/01/1958, inscrita no Registro Geral sob o nº 12/R-.711.044 – SSP/SC e no CPF inscrita sob o nº 649.601.969-04, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 02 Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
03	REURB-S	LEONICE MARTINS , filha de Valdir Martins e Nezi Bratfish Martins, brasileira, divorciada, nascida em 09/08/1981, auxiliar de serviços gerais, inscrita no Registro Geral sob o nº 4.489.447 – SSP/SC e no CPF inscrito sob o nº 035.232.499-61, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 03 Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
04	REURB-S	PRICILA DA SILVA , filha de João de Jesus Silva e Maria Lima de Silva, brasileira, solteira, aposentada, nascida em 12/01/1977, inscrita no RG sob o nº 3.859.750 – SSP/SC e no CPF inscrita sob o nº 022.596.259-40, domiciliada na Avenida das Margaridas lote 04, Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
05	REURB-S	SANTALINA MENDES DA CRUZ , filha de Lindolfo Januário da Cruz e Selma Mendes da Cruz, brasileira, solteira, serviços gerais, nascida em 26/10/1968, Gari, inscrita no Registro Geral sob o nº 1R-1663716 – SSP/SC e no CPF sob o nº 782.608.689-20, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 05 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
06	REURB-S	MARIA APARECIDA DA COSTA CARDOSO , filha de João Frederico da Costa e Margarida da Costa, brasileira, balconista, viúva, nascida em 07/11/1970, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.304.327 – SSP/SC e no CPF sob o nº 588.050.609-68, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 06 Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
07	REURB-E	SERGIO DE MOURA TOLEDO , filho de Evenir Rosa Cardoso de Toledo, brasileiro, viúvo, mestre de obras, nascido em 05/10/1971, inscrito no Registro Geral sob o nº 2.759.071 – SSP/SC e no CPF sob o nº 824.961.379-15, domiciliado na Avenida das Margaridas, lote 07 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
08	REURB-E	ANDREIA LEONTINA POLICARPO , filha de Haroldo Bento Duarte e Leontina Jordina da Rosa, brasileira, casada, autônoma, nascida em 07/08/1978, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.383.880 e no CPF sob o nº 003.814.369-00, casada no regime de comunhão parcial de bens datado de 13/08/2010 com MARCOS ANTONIO

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



		POLICARPO , filho de Antonio Algemiro Policarpo e Rosa Monteiro Policarpo, brasileiro, casado, administrador, nascido em 13/06/1967, inscrito no Registro Geral sob o nº 1.815.547 e no CPF sob o nº 575.745.379-68, ambos domiciliados na Avenida das Margaridas, lote 08 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-E.
09	REURB-S	SAYONARA SOARES LUIZ , filha de Vilmar João Luiz e Adriana Soares, brasileira, solteira, nascida em 09.09.1996, inscrita no Registro Geral sob o nº 7115893 e no CPF sob o nº 109.038.899-35, com endereço na Avenida das Margaridas, lote 09, quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
10	REURB-S	MIRIAN RODRIGUES DOS SANTOS , filha de Edson Rodrigues dos Santos e Maria Gorete Rodrigues dos Santos, brasileira, solteira, faxineira, nascida em 28.01.1999, inscrita no Registro Geral sob o nº 7.345.954 e no CPF sob o nº 116.505.639-90, com endereço na Avenida das Margaridas, lote 10, quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
11	REURB-S	ELISETE DE SOUZA BRAGANÇA , filha de Walfrido Souza Luz e Juraci de Souza Luz, brasileira, casada, do lar, nascida em 27/12/1965, inscrita no Registro Geral sob o nº 9.562.345 e no CPF sob o nº 559.957.729-53, casada no regime de comunhão parcial de bens datado de 21/07/2001 com ADENIR ADONIAS BRAGANÇA , filho de Aristides Paulo Bragança e Anilza Maria Bragança, brasileiro, casado, aposentado, nascido 01/10/1950, inscrito no Registro Geral sob o nº 1.437.642 SSP/PR e no CPF sob o nº 156.489.741-91, ambos domiciliados na Avenida das Margaridas, lote 11, quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
12	REURB-S	HERDERICO RIBEIRO DA LUZ , filho de Nereu Ribeiro da Luz e Dorinha Aparecida da Luz, brasileiro, aposentado, solteiro, nascido em 22/09/1978, inscrito no Registro Geral sob o nº 3.594.391 – SSP/SC e no CPF sob o nº 039.522.789-55, domiciliado na Avenida das Margaridas, lote 12, quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
13	REURB-S	AIRSON ARCELO DA ROCHA , filho de Arcelo João da Rocha e Veronica Auta da Rocha, brasileiro, solteiro, autônomo, nascido em 16/09/1976, inscrito no Registro Geral sob o nº 3.443.833 – SSP/SC e no CPF sob o nº 018.639.949-98, domiciliado na Avenida das Margaridas, lote 13 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
14	REURB-S	MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



15	REURB-S	ROSÂNGELA GONÇALVES DE LIMA , filha de Valencio Gonçalves de Lima e Catarina Brune, brasileira, solteira, desempregada, nascida em 08/12/1958, inscrito no Registro Geral sob o nº 2.225.635– SSP/SC e no CPF sob o nº 621.004.329-15, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 15 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.
16	REURB-S	ORILDA RODRIGUE DA SILVA , filha de Odmar Rodrigues da Silva e Eva da Silva, brasileira, solteira, desempregada, nascida em 08/12/1958, inscrito no Registro Geral sob o nº 2.581.123– SSP/SC e no CPF sob o nº 693.482.009-68, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 16 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. Modalidade: REURB-S.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF N° 07/2023

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**, inscrito no CNPJ sob o n° 82.892.274/0001-05, neste ato representado pelo Presidente da Comissão de Regularização Fundiária, **RUBENS PEREIRA JÚNIOR**, nomeado através do Decreto 16.942/2022, emite a presente Certidão de Regularização Fundiária, com supedâneo na Lei Federal n° 13.465/2017, artigo 23, § 5°, artigo 28, incisos VI e VII, artigo 30, inciso III, artigo 34, § 2°, artigo 41, advinda do Procedimento Administrativo REURB n° 19.509/2023.

I. RELATÓRIO

1. Versam os autos sobre pedido de Regularização Fundiária com fundamento na Lei Federal n° 13.465/2017, nas modalidades insertas no artigo 13, incisos I e II do referido diploma. Buscam os Requerentes o reconhecimento do seu domínio sobre a área que atualmente possuem, demonstrando por meio da documentação pertinente a sua qualificação, o enquadramento na modalidade, em sua maioria, da Reurb-S, bem como o seu justo título ou documentação equivalente, apto a adquirir o direito real de propriedade.
2. Juntados aos autos de procedimento administrativo todos os documentos exigidos pela mencionada legislação, passo a valorá-los.
3. A análise dos documentos pessoais denota a classificação dos Requerentes na modalidade mista: Reurb-E e Reurb-S, tendo em vista que, para esses últimos, há enquadramento nos requisitos de renda (artigo 13, §5º¹), bem como no requisito da inexistência de outros imóveis sob sua propriedade (artigo 23, §1º²).

¹ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 13. A Reurb compreende duas modalidades: I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo. [...] § 5º A classificação do interesse visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras de infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas.

² LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 23. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016. § 1º Apenas na Reurb-S, a legitimação fundiária será concedida ao beneficiário, desde que atendidas as seguintes condições: I - o beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário de imóvel urbano ou rural;



4. O projeto de regularização fundiária apresentado atende aos requisitos previstos nos artigos 35 e 36³ da Lei Federal nº 13.465/2017, tratando-se de situação que não necessitou a realização de estudo técnico ambiental e de situação de risco, uma vez que não há incidência de ambos na área proposta. Há a devida anotação de responsabilidade técnica por profissional funcionalmente habilitado para a atividade.
5. Os ocupantes foram individualizados por meio de memorial descritivo próprio, bem como a indicação de planta de ocupantes geral com a numeração de cada uma das unidades objeto desse procedimento, tudo em consonância com o artigo 35, I, da Lei Federal nº 13.465/2017. Os memoriais atendem ao georreferenciamento exigido pela novel legislação fundiária, possibilitando a minuciosa separação entre as unidades para a futura abertura das matrículas.
6. Houve a devida pesquisa registral e concluiu-se que a área atingida pelos requerentes está inserida na matrícula imobiliária nº 139.168 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC.
7. Os trabalhos topográficos juntados aos autos demonstram que se trata de área amplamente urbanizada, contendo os elementos previstos no artigo 36, §1º, I, II e III da Lei Federal nº

³ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 35. O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo: I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado; II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível; III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental; IV - projeto urbanístico; V - memoriais descritivos; VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso; VII - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso; VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso; IX - cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e X - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo. Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

Artigo 36. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação: I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas; II - das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver; III - quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada; IV - dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver; V - de eventuais áreas já usucapidas; VI - das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias; VII - das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias; VIII - das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias; IX - de outros requisitos que sejam definidos pelo Município.



- 13.465/2017⁴. Portanto, estão dispensadas as intervenções, por parte do Município, previstas no artigo 37⁵ da nova lei de regularização fundiária.
8. O sistema viário foi individualizado por meio de memorial descritivo próprio, bem como planta de indicação da área que passará ao domínio do Município de São José/SC⁶.
9. Os órgãos competentes desta Prefeitura, no que se refere à infraestrutura, risco e ambiental, já apresentaram parecer favorável à concessão dos direitos reais pleiteados nesse procedimento.
10. Consta que todos os confrontantes da área objeto dos presentes autos foram devidamente notificados no bojo do **Procedimento Administrativo REURB nº 19.509/2023**⁷.
11. Houve, ainda, a devida publicação de edital para intimação de eventuais terceiros interessados no pedido, de forma a gerar ampla publicidade dos trabalhos realizados por este Município. Juntamente com as notificações, cumprem os requisitos impostos pelo artigo 31, §§1º ao 5º da Lei Federal nº 13.465/2017. Vencidos os prazos a partir de cada uma das notificações, bem como do edital publicado no DOM/SC, não houve qualquer impugnação de terceiros interessados ao procedimento ora narrado, o que é presumido pela Lei Federal nº 13.465/2017 (artigo 31, §6º) como concordância com a Reurb⁸.

⁴ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 36. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação: [...] § 1º Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos: I - sistema de abastecimento de água potável, **coletivo ou individual**; II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, **coletivo ou individual**; III - rede de energia elétrica domiciliar;

⁵ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 37. Na Reurb-S, caberá ao poder público competente, diretamente ou por meio da administração pública indireta, implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção.

⁶ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 53. Com o registro da CRF, serão incorporados automaticamente ao patrimônio público as vias públicas, as áreas destinadas ao uso comum do povo, os prédios públicos e os equipamentos urbanos, na forma indicada no projeto de regularização fundiária aprovado. Parágrafo único. A requerimento do Município, o oficial de registro de imóveis abrirá matrícula para as áreas que tenham ingressado no domínio público.

⁷ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 20. O poder público notificará os titulares de domínio e os confrontantes da área demarcada, pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, para que estes, querendo, apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias.

⁸ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 31. Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado. § 1º Tratando-se de imóveis públicos ou privados, caberá aos Municípios notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação. § 2º Tratando-se de imóveis públicos municipais, o Município deverá notificar os confinantes e terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação. § 3º Na hipótese de apresentação de impugnação, será iniciado o procedimento extrajudicial de composição de conflitos de que trata esta Lei. § 4º A notificação do proprietário e dos confinantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço. § 5º A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de trinta dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos seguintes casos: I - quando o proprietário e os



12. Mesmo que a Lei Federal nº 13.465/2017 não exija, o Município, por precaução, notificou os atuais lindeiros do Núcleo em questão, além dos confinantes constantes das matrículas e deu publicidade ao **Procedimento Administrativo REURB nº 19.509/2023** no DOM/SC e nas mídias sociais do Município.

II. DO MÉRITO

Pelo exposto, passo a decidir:

1. Nos termos do artigo 41, da Lei Federal nº 13.465/2017, na presente Certidão de Regularização Fundiária – CRF, constam⁹:
 - a. Instrumento Utilizado: **LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA**;
 - b. Nome do Núcleo Urbano Regularizado: **MORAR BEM QUADRA 11**;
 - c. Localização: **BAIRRO SERRARIA, SÃO JOSÉ/SC**;
 - d. Modalidade da Regularização: **REURB-E e REURB-S**;
 - e. Responsabilidades das Obras e Serviços Constantes do Cronograma: **não há**;
 - f. Listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, com a indicação numérica de cada unidade regularizada: **SIM**.
2. Por tratar-se de decisão de mérito deste Ente Municipal, competente para o julgamento do presente Projeto de Regularização Fundiária, nos termos do artigo 33¹⁰ da Lei Federal nº 13.465/2017, indico o estado civil dos beneficiários com base na documentação apresentada e fulcro no disposto na Lei Federal nº 13.726/2018.
3. No caso em tela, o perímetro do núcleo urbano informal consolidado, assim definido por esta Municipalidade, compreende uma parcela da área constante na matrícula mencionada no item

confinantes não forem encontrados; e II - quando houver recusa da notificação por qualquer motivo. § 6º A ausência de manifestação dos indicados referidos nos §§ 1º e 4º deste artigo será interpretada como concordância com a Reurb.

⁹ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 41. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: I - o nome do núcleo urbano regularizado; II - a localização; III - a modalidade da regularização; IV - as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma; V - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; VI - a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

¹⁰ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 33. Instaurada a Reurb, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.



I.6 desta CRF. Decidiu-se, por questões de eficiência e efetividade, regularizar a área da matrícula por quadras, efetivando neste ato a Quadra 11.

4. Agora passo a indicar a área total do núcleo regularizado:

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Núcleo Urbano Informal Consolidado “MORAR BEM QUADRA 11”, criado por meio da aprovação do Projeto de Regularização Fundiária nos autos do **Procedimento Administrativo nº 19.509/2023** que tramitou no Município de São José/SC, **com Área Total de 4.319,81 m²**, localizado no Bairro Serraria, Município de São José/SC com as seguintes características: Partindo-se do vértice **V1** com coordenadas $X=732926.5960$ $Y=6951588.3480$, seguindo com distância de 14.000m chega-se ao vértice **V2** com coordenadas $X=732918.3554$ $Y=6951599.6826$, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Desta, com distância de 7.500m chega-se ao vértice **V3** com coordenadas $X=732912.0760$ $Y=6951595.5186$, deste com 15.00m chega-se ao vértice **V4** com coordenadas $X=732899.6336$ $Y=6951587.2677$, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste, em curva, com raio de 2.500m e desenvolvimento de 3.927m chega-se ao vértice **V5** com coordenadas $X=732900.3057$ $Y=6951590.7129$, e com distância de 13.500m chegasse ao vértice **V6** com coordenadas $X = 732892.8448$ $Y = 6951601.9639$, deste, com distância de 10.000m chegasse ao vértice **V7** com coordenadas $X = 732901.1790$ $Y = 6951607.4905$, e com distância de 130.000m chegasse ao vértice **V8** com coordenadas $X = 733009.5237$ $Y = 6951679.3362$, deste com distância de 13.500m chegasse ao vértice **V9** com coordenadas $X = 733020.7734$ $Y = 6951686.7962$, e com distância de 16.000m chegasse ao vértice **V10** com coordenadas $X = 733029.6233$ $Y = 6951673.4666$, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC**. Desta, com distância de 14.00m chega-se ao vértice **V11** com coordenadas $X = 733037.3535$ $Y = 6951661.7933$, confrontando com a **AVENIDA DAS MARGARIDAS**, com distância de 132.90m chega-se ao vértice **V1** ponto de origem desse memorial, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC**.

5. Isso posto, indico a descrição das unidades imobiliárias individualizadas a serem abertas em consequência da elaboração da presente certidão, apresentando a qualificação do beneficiário da Reurb, cumprindo a exigência da especialidade subjetiva, prevista no artigo 476 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça¹¹:

¹¹ Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina: Artigo 476. A qualificação do interessado deverá conter, ressalvadas as proibições legais, todos os dados possíveis de identificação, como nacionalidade, profissão, idade, número de inscrição no CPF/CNPJ, documento de identificação, estado civil, domicílio e endereço completo,



a) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 01 – QUADRA 11: Área total: 158,66m².

Logradouro: Travessa Joaçaba, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V02** com coordenadas X=732918.3555 e Y=6951599.6824, seguindo com distância 7.500m chega-se ao vértice **V03** com coordenadas X=732912.1049 e Y=6951595.5375. Deste, em curva, com raio de 2.500m e desenvolvimento de 3.927m chega-se ao vértice **V12** com coordenadas X=732908.6398 e Y=6951596.2394, perfazendo um total de 11.427m confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 13.500m chega-se ao vértice **V7** com coordenadas X=732901.1790 e Y=6951607.4905, confrontando com **TRAVESSA JOAÇABA**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V13** com coordenadas X=732909.5131 e Y=6951613.0170, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V02**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 02 DE SALETE DEMICIANO**.

PRETENSO PROPRIETÁRIO: GUIOMAR DE SOUZA, filha de José Aldo de Souza e Maria Ivone de Souza, brasileira, nascida em 17/02/1977, auxiliar de cozinha, solteira, inscrita no Registro Geral e CPF sob o nº 910.638.339-49, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 01 Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade:** REURB-S.

b) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 02 – QUADRA 11: Área total: 128.00m²; Logradouro:

Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V14** com coordenadas X=732925.0228 e Y=6951604.1036, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V02** com coordenadas X=732918.3555 e Y=6951599.6824, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V13** com coordenadas X=732909.5131 e Y=6951613.0170, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 01 DE GUIOMAR DE SOUZA**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V15** com coordenadas X=732916.1804 e Y=6951617.4382, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V14** ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 03 DE LEONICE MARTINS**.

PRETENSÃO PROPRIETÁRIA: SALETE DEMICIANO, filha de Pedro Demiciano e Maria de Lima, brasileira, aposentada, solteira, nascida em 25/01/1958, inscrita no Registro Geral sob o nº 12/R-.711.044 – SSP/SC e no CPF inscrita sob o nº 649.601.969-04,

vedadas expressões como “residente neste município, distrito ou subdistrito”.



domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 02 Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- e) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 03 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m² Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V16** com coordenadas X=732931.6901 e Y=6951608.5248, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V14** com coordenadas X=732925.0228 e Y=6951604.1036, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V15** com coordenadas X=732916.1804 e Y=6951617.4382, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 02 DE SALETE DEMICIANO**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V17** com coordenadas X=732922.8477 e Y=6951621.8594, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V16**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 04 DE PRICILA DA SILVA**.

PRETENZA PROPRIETÁRIA: LEONICE MARTINS, filha de Valdir Martins e Nezi Bratfisch Martins, brasileira, divorciada, nascida em 09/08/1981, auxiliar de serviços gerais, inscrita no Registro Geral sob o nº 4.489.447 – SSP/SC e no CPF inscrito sob o nº 035.232.499-61, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 03 Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- d) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 04 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m² Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V18** com coordenadas X=732938.3574 e Y=6951612.9461, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V16** com coordenadas X=732931.6901 e Y=6951608.5248, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V17** com coordenadas X=732922.8477 e Y=6951621.8594, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 03 DE LEONICE MARTINS**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V19** com coordenadas X=732929.5149 e Y=6951626.2807, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V18**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 05 DE SANTALINA MENDES DA CRUZ**.

PRETENZA PROPRIETÁRIA: PRICILA DA SILVA, filha de João de Jesus Silva e Maria Lima de Silva, brasileira, solteira, aposentada, nascida em 12/01/1977, inscrita no RG sob o nº 3.859.750 – SSP/SC e no CPF inscrita sob o nº 022.596.259-40, domiciliada na



Avenida das Margaridas lote 04, Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- e) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 05 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m² Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V20** com coordenadas X=732945.0247 e Y=6951617.3673, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V18** com coordenadas X=732938.3574 e Y=6951612.9461, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V19** com coordenadas X=732929.5149 e Y=6951626.2807, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 04 DE PRICILA DA SILVA**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V21** com coordenadas X=732936.1822 e Y=6951630.7019, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V20**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 06 DE MARIA APARECIDA DA COSTA CARDOSO**.

PRETENSE PROPRIETÁRIA: SANTALINA MENDES DA CRUZ, filha de Lindolfo Januário da Cruz e Selma Mendes da Cruz, brasileira, solteira, serviços gerais, nascida em 26/10/1968, Gari, inscrita no Registro Geral sob o nº 1R-1663716 – SSP/SC e no CPF sob o nº 782.608.689-20, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 05 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- f) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 06 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m² Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V22** com coordenadas X=732951.6920 e Y=6951621.7885, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V20** com coordenadas X=732945.0247 e Y=6951617.3673, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V21** com coordenadas X=732936.1822 e Y=6951630.7019, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 05 DE SANTALINA MENDES DA CRUZ**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V23** com coordenadas X=732942.8495 e Y=6951635.1231, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V22**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 07 DE SERGIO DE MOURA TOLEDO**. **PRETENSE PROPRIETÁRIA: MARIA APARECIDA DA COSTA CARDOSO**, filha de João Frederico da Costa e Margarida da Costa, brasileira, balconista, viúva, nascida em 07/11/1970, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.304.327 – SSP/SC e no CPF sob o nº



588.050.609-68, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 06 Quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- g) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 07 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m² Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V24** com coordenadas X=732958.3593 e Y=6951626.2097, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V22** com coordenadas X=732951.6920 e Y=6951621.7885, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V23** com coordenadas X=732942.8495 e Y=6951635.1231, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 06 DE MARIA APARECIDA DA COSTA CARDOSO**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V25** com coordenadas X=732949.5168 e Y=6951639.5443, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V24**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 08 DE ANDREIA LEONTINA POLICARPO**.

PRETENSO PROPRIETÁRIO: SERGIO DE MOURA TOLEDO, filho de Evenir Rosa Cardoso de Toledo, brasileiro, viúvo, mestre de obras, nascido em 05/10/1971, inscrito no Registro Geral sob o nº 2.759.071 – SSP/SC e no CPF sob o nº 824.961.379-15, domiciliado na Avenida das Margaridas, lote 07 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-E.**

- h) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 8 – QUADRA 11:** Área total: 128,00m² Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V26** com coordenadas X=732965.0266 e Y=6951630.6310, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V24** com coordenadas X=732958.3593 e Y=6951626.2097, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com a distância 16.000m chega-se ao vértice **V25** com coordenadas X=732949.5168 e Y=6951639.5443, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 07 DE SERGIO DE MOURA TOLEDO**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V27** com coordenadas X=732956.1841 e Y=6951643.9656, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V26**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 09 DE SAYONARA SOARES LUIZ**.

PRETENSO PROPRIETÁRIO: ANDREIA LEONTINA POLICARPO, filha de Haroldo Bento Duarte e Leontina Jordina da Rosa, brasileira, autônoma, nascida em 07/08/1978, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.383.880 e no CPF sob o nº 003.814.369-



00, casada no regime de comunhão parcial de bens datado de 13/08/2010 com **MARCOS ANTONIO POLICARPO**, filho de Antonio Algemiro Policarpo e Rosa Monteiro Policarpo, brasileiro, administrador, nascido em 13/06/1967, inscrito no Registro Geral sob o nº 1.815.547 e no CPF sob o nº 575.745.379-68, ambos domiciliados na Avenida das Margaridas, lote 08 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-E.**

- i) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 09 – QUADRA 11:** Área total: 128m². Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V28** com coordenadas X=732971.6938 e Y=6951635.0522, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V26** com coordenadas X=732965.0266 e Y=6951630.6310, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V27** com coordenadas X=732956.1841 e Y=6951643.9656, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 08 DE ANDREIA LEONTINA POLICARPO**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V29** com coordenadas X=732962.8514 e Y=6951648.3868, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V28**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 10 DE MIRIAN RODRIGUES DOS SANTOS**.

PRETENZA PROPRIETÁRIA: SAYONARA SOARES LUIZ, filha de Vilmar João Luiz e Adriana Soares, brasileira, solteira, nascida em 09.09.1996, inscrita no Registro Geral sob o nº 7115893 e no CPF sob o nº 109.038.899-35, com endereço na Avenida das Margaridas, lote 09, quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- j) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 10 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m². Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V30** com coordenadas X=732978.3611 e Y=6951639.4734, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V28** com coordenadas X=732971.6938 e Y=6951635.0522, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V29** com coordenadas X=732962.8514 e Y=6951648.3868, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 09 DE SAYONARA SOARES LUIZ**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V31** com coordenadas X=732969.5187 e Y=6951652.8080, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância



16.000m chega-se ao vértice **V30**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 11 DE ELISETE DE SOUZA BRAGANÇA**.

PRETENZA PROPRIETÁRIA: MIRIAN RODRIGUES DOS SANTOS, filha de Edson Rodrigues dos Santos e Maria Gorete Rodrigues dos Santos, brasileira, solteira, faxineira, nascida em 28.01.1999, inscrita no Registro Geral sob o nº 7.345.954 e no CPF sob o nº 116.505.639-90, com endereço na Avenida das Margaridas, lote 10, quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- k) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 11 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m²; Logradouro: Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V32** com coordenadas X=732985.0284 e Y=6951643.8946, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V30** com coordenadas X=732978.3611 e Y=6951639.4734, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V31** com coordenadas X=732969.5187 e Y=6951652.8080, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 10 DE MIRIAN RODRIGUES DOS SANTOS**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V33** com coordenadas X=732976.1860 e Y=6951657.2292, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V32**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 12 DE HERDERICO RIBEIRO DA LUZ**.

PRETENZA PROPRIETÁRIA: ELISETE DE SOUZA BRAGANÇA, filha de Walfrido Souza Luz e Juraci de Souza Luz, brasileira, do lar, nascida em 27/12/1965, inscrita no Registro Geral sob o nº 9.562.345 e no CPF sob o nº 559.957.729-53, casada no regime de comunhão parcial de bens datado de 21/07/2001 com **ADENIR ADONIAS BRAGANÇA**, filho de Aristides Paulo Bragança e Anilza Maria Bragança, brasileiro, aposentado, nascido 01/10/1950, inscrito no Registro Geral sob o nº 1.437.642 SSP/PR e no CPF sob o nº 156.489.741-91, ambos domiciliados na Avenida das Margaridas, lote 11, quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- l) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 12 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m²; Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V34** com coordenadas X=732991.6957 e Y=6951648.3159, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V32** com coordenadas X=732985.0284 e Y=6951643.8946, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m



chega-se ao vértice **V33** com coordenadas $X=732976.1860$ e $Y=6951657.2292$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 11 DE ELISETE DE SOUZA BRAGANÇA**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V35** com coordenadas $X=732982.8533$ e $Y=6951661.6505$, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V34**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 13 DE AIRSON ARCELO DA ROCHA**. **PRETENSO PROPRIETÁRIO: HERDERICO RIBEIRO DA LUZ**, filho de Nereu Ribeiro da Luz e Dorinha Aparecida da Luz, brasileiro, aposentado, solteiro, nascido em 22/09/1978, inscrito no Registro Geral sob o nº 3.594.391 – SSP/SC e no CPF sob o nº 039.522.789-55, domiciliado na Avenida das Margaridas, lote 12, quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

m) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 13 – QUADRA 11: Área total: 128.00m²; Logradouro: Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V36** com coordenadas $X=732998.3630$ e $Y=6951652.7371$, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V34** com coordenadas $X=732991.6957$ e $Y=6951648.3159$, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V35** com coordenadas $X=732982.8533$ e $Y=6951661.6505$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 12 DE HERDERICO RIBEIRO DA LUZ**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V37** com coordenadas $X=732989.5206$ e $Y=6951666.0717$, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V33**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 14 DE INÁCIO BENDER**. **PRETENSO PROPRIETÁRIO: AIRSON ARCELO DA ROCHA**, filho de Arcelo João da Rocha e Veronica Auta da Rocha, brasileiro, solteiro, autônomo, nascido em 16/09/1976, inscrito no Registro Geral sob o nº 3.443.833 – SSP/SC e no CPF sob o nº 018.639.949-98, domiciliado na Avenida das Margaridas, lote 13 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

n) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 14 – QUADRA 11: Área total: 128.00m². Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V38** com coordenadas $X=733005.0303$ e $Y=6951657.1583$, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V36** com coordenadas $X=732998.3630$ e $Y=6951652.7371$, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V37** com coordenadas $X=732989.5206$ e $Y=6951666.0717$, confrontando com **UNIDADE**



IMOBILIÁRIA 13 DE AIRSON ARCELO DA ROCHA. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V39** com coordenadas $X=732996.1879$ e $Y=6951670.4929$, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V38**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 15 DE ROSÂNGELA GONÇALVES DE LIMA**.

PRETENSO PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito o CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni de Souza Filho, nº 403, Centro, São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- o) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 15 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m²; Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V40** com coordenadas $X=733011.6976$ e $Y=6951661.5795$, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V38** com coordenadas $X=733005.0303$ e $Y=6951657.1583$, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V39** com coordenadas $X=732996.1879$ e $Y=6951670.4929$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 14 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V41** com coordenadas $X=733002.8551$ e $Y=6951674.9141$, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V40**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 16 DE ORILDA RODRIGUES DA SILVA**

PRETENZA PROPRIETÁRIA: ROSÂNGELA GONÇALVES DE LIMA, filha de Valencio Gonçalves de Lima e Catarina Brune, brasileira, solteira, desempregada, nascida em 08/12/1958, inscrito no Registro Geral sob o nº 2.225.635– SSP/SC e no CPF sob o nº 621.004.329-15, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 15 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

- p) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 16 – QUADRA 11:** Área total: 128.00m²; Avenida das Margaridas, Serraria, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V42** com coordenadas $X=733018.3649$ e $Y=6951666.0008$, seguindo com distância 8.000m chega-se ao vértice **V40** com coordenadas $X=733011.6976$ e $Y=6951661.5795$, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Deste com distância 16.000m chega-se ao vértice **V41** com coordenadas $X=733002.8551$ e $Y=6951674.9141$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 15 DE ROSÂNGELA GONÇALVES DE LIMA**. Deste com distância 8.000m chega-se ao vértice **V08** com coordenadas $X=733009.5224$ e $Y=6951679.3354$, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. Deste com distância 16.000m chega-se



ao vértice **V42**, ponto origem deste memorial, confrontando com **TRAVESSA BELMONTE**.

PRETENZA PROPRIETÁRIA: ORILDA RODRIGUE DA SILVA, filha de Odmair Rodrigues da Silva e Eva da Silva, brasileira, solteira, desempregada, nascida em 08/12/1958, inscrito no Registro Geral sob o nº 2.581.123– SSP/SC e no CPF sob o nº 693.482.009-68, domiciliada na Avenida das Margaridas, lote 16 quadra 11, Loteamento Morar Bem, Serraria, Cep 88115-768 São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

DESCRIÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO. Logradouro: Avenida das Margaridas, Travessa Belmonte e Travessa Joaçaba, Serraria, São José/SC. Área total: 2.241,15m². Este memorial é composto por três ruas sendo a primeira a Avenida das Margaridas, partindo-se do vértice **V01** com coordenadas X= 732926.5926 e Y= 6951588.3458, seguindo distância 14.000 metros, chega ao vértice **V02** com coordenadas X=732918.3555 e Y=6951599.6824, confrontando com **AVENIDA DAS MARGARIDAS**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V14** com coordenadas X=732925.0228 e Y=6951604.1036, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 02 DE SALETE DEMICIANO**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V16** com coordenadas X=732931.6901 e Y=6951608.5248, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 03 DE LEONICE MARTINS**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V18** com coordenadas X=732938.3574 e Y=6951612.9461, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 04 DE PRICILA DA SILVA**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V20** com coordenadas X=732945.0247 e Y=6951617.3673, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 05 DE SANTALINA MENDES DA CRUZ**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V22** com coordenadas X=732951.6920 e Y=6951621.7885, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 06 DE MARIA APARECIDA DA COSTA CARDOSO**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V24** com coordenadas X=732958.3593 e Y=6951626.2097, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 07 DE SERGIO DE MOURA TOLEDO**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V26** com coordenadas X=732965.0266 e Y=6951630.6310, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 08 DE ANDREIA LEONTINA POLICARPO**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V28** com coordenadas X=732971.6938 e Y=6951635.0522, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 09 DE SAYONARA SOARES LUIZ**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V30** com coordenadas X=732978.3611 e Y=6951639.4734, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 10 DE MIRIAN RODRIGUES DOS SANTOS**. Desta distância 8.000m



chega-se ao vértice **V32** com coordenadas $X=732985.0284$ e $Y=6951643.8946$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 11 DE ELISETE DE SOUZA BRAGANÇA**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V34** com coordenadas $X=732991.6957$ e $Y=6951648.3159$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 12 DE HERDERICO RIBEIRO DA LUZ**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V36** com coordenadas $X=732998.3630$ e $Y=6951652.7371$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 13 DE AIRSON ARCELO DA ROCHA**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V38** com coordenadas $X=733005.0303$ e $Y=6951657.1583$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 14 DE INÁCIO BENDER**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V40** com coordenadas $X=733011.6976$ e $Y=6951661.5795$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 15 DERO SÂMGELA GONÇALVES DE LIMA**. Desta distância 8.000m chega-se ao vértice **V42** com coordenadas $X=733018.3649$ e $Y=6951666.0008$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 16 DEORILDA RODRIGUES DA SILVA**. Desta distância 13.500m chega-se ao vértice **V10** com coordenadas $X=733029.6159$ e $Y=6951673.4617$, confrontando com **TRAVESSA BELMONTE**. Desta distância 14.000m chega-se ao vértice **V11** com coordenadas $X=733037.3548$ e $Y=6951661.7941$, desta distância 132.900m chega-se ao vértice **V1** ponto de origem desse memorial, confrontando com **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**. **PRETENSO PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito o CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni de Souza Filho, nº 403, Centro, São José/SC. **Modalidade: REURB-S.**

6. Pela presente Certidão, o Município de São José/SC confere de forma originária o direito real de propriedade aos ocupantes aqui elencados em relação aos imóveis descritos, por meio do instrumento da Legitimação Fundiária, nos termos do artigo 30, III, da Lei Federal nº13.465/2017¹², para o devido registro de acordo com o artigo 42¹³ e seguintes do referido Diploma Legal.

¹² LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 30. Compete aos Municípios nos quais estejam situados os núcleos urbanos informais a serem regularizados: [...] III - emitir a CRF.

¹³ Artigo 42. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público. Parágrafo único. Em caso de recusa do registro, o oficial do cartório do registro de imóveis expedirá nota devolutiva fundamentada, na qual indicará os motivos da recusa e formulará exigências **nos termos desta Lei**.



7. Cabe ressaltar, ainda, a não incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), tendo em vista o disposto no artigo 11, VII¹⁴, da Lei Federal nº 13.465/2017 que adota a legitimação fundiária como mecanismo de reconhecimento de aquisição originária. Portanto, o registro deve ser efetivado independentemente de comprovação de pagamento do ITBI, com base na legislação federal e no artigo 13¹⁵ da Resolução CM nº 8, de 9/06/2014.
8. Consequentemente, fica cumprido o disposto no inciso XI¹⁶, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.935/1994, bem como no artigo 289¹⁷ da Lei Federal nº 6.015/1973.
9. Fica deferida a Reurb, independentemente da inexistência de lei municipal específica que trate de medidas ou posturas de interesse local aplicáveis a projetos de regularização fundiária urbana, nos termos do parágrafo único do artigo 28¹⁸ da Lei Federal nº 13.465/2017.
10. Instaurada a Reurb, o Município procedeu às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio do imóvel onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado, tendo identificado a matrícula nº 139.168 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, nos termos do artigo 31¹⁹ da Lei Federal nº 13.465/2017.
11. Dessa forma, fica dispensada a hipótese de utilização do instrumento de Demarcação Urbanística, nos termos do § 9º do artigo 31²⁰ da Lei Federal nº 13.465/2017.
12. Tratando-se de imóvel público, o Município notificou os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, sem que houvessem apresentado qualquer tipo de impugnação, nos termos do § 1º²¹ do artigo 31 da Lei Federal nº 13.465/2017.

¹⁴ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 11. Para fins desta Lei, consideram-se: [...] VII - legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

¹⁵ RESOLUÇÃO CM N. 8 DE 9 DE JUNHO DE 2014: Artigo 13. O registro do domínio de que trata a presente resolução, observando-se o princípio da continuidade registral, independe da comprovação do pagamento de quaisquer tributos, inclusive previdenciários;

¹⁶ LEI FEDERAL nº 8.935/1994: Artigo 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: [...] XI - fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar;

¹⁷ Lei Federal nº 6.015/1973: Artigo 289. No exercício de suas funções, cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.

¹⁸ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 28. A Reurb obedecerá às seguintes fases: Parágrafo único. Não impedirá a Reurb, na forma estabelecida nesta Lei, a inexistência de lei municipal específica que trate de medidas ou posturas de interesse local aplicáveis a projetos de regularização fundiária urbana.

¹⁹ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 31. Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.

²⁰ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 31. [...] § 9º Fica dispensado o disposto neste artigo, caso adotados os procedimentos da demarcação urbanística.



13. No caso em tela, houve a ausência de manifestação daqueles indicados no parágrafo anterior, sendo interpretada como concordância com a Reurb, nos termos do § 6º²² do artigo 31 da Lei Federal nº 13.465/2017.
14. A Reurb foi instaurada por decisão deste Município, por meio de requerimento, por escrito, nos termos do artigo 14, I²³ e artigo 32²⁴ da Lei Federal nº 13.465/2017.
15. Aprovo o projeto de regularização fundiária, ficando dispensada a implantação da infraestrutura essencial de qualquer item coletivo, como Energia Elétrica, já que constante na gleba, nos termos do artigo 33²⁵ da Lei Federal nº 13.465/2017, estando presentes também o sistema de abastecimento de água potável coletiva e o sistema de coleta e tratamento do esgotamento.
16. As plantas e os memoriais descritivos foram assinados por profissional legalmente habilitado, acompanhadas da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, nos termos do § 5º²⁶ do artigo 36 da Lei Federal nº 13.465/2017.
17. O oficial de registro fica dispensado de providenciar a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, uma vez cumprido esse rito pelo Município, conforme o disposto no artigo 31²⁷ desta Lei, nos termos do § 6º²⁸ do artigo 44 da Lei Federal nº 13.465/2017.

²¹ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 31 [...] § 1º Tratando-se de imóveis públicos ou privados, caberá aos Municípios notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação.

²² LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 31 [...] § 6º A ausência de manifestação dos indicados referidos nos §§ 1º e 4º deste artigo será interpretada como concordância com a Reurb.

²³ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios**, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;

²⁴ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 32. A Reurb será instaurada por **decisão do Município**, por meio de requerimento, por escrito, de um dos legitimados de que trata esta Lei.

²⁵ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 33. Instaurada a Reurb, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

²⁶ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 36 [...] § 5º A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.

²⁷ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 31. Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.

²⁸ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 44 [...] § 6º O oficial de registro fica dispensado de providenciar a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, uma vez cumprido esse rito pelo Município, conforme o disposto no artigo 31 desta Lei.



18. Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguiram as diretrizes estabelecidas por esta autoridade municipal, nos termos do artigo 47²⁹ da Lei Federal nº 13.465/2017.
19. Dispensou a exigência de firma reconhecida nos documentos que acompanham a presente Certidão, nos termos do parágrafo único³⁰, do artigo 47, da Lei Federal nº 13.465/2017.
20. Cumpridos, uma a uma, todas as fases do procedimento administrativo de regularização fundiária, decidiu-se, tudo com base no artigo 40³¹ da Lei Federal nº 13.465/2017:
- a. Não haver intervenções a serem realizadas no perímetro objeto do presente pedido de regularização fundiária, tendo em vista tratar-se de área urbana consolidada com a presença de todos os equipamentos urbanos plenamente satisfeitos;
 - b. A aprovação do projeto de regularização fundiária proposto nos autos, pois presentes todos os itens previstos pela legislação pertinente;
 - c. A declaração do direito real de propriedade, conforme artigo 1.228³² do Código Civil Brasileiro, com a concessão de todas as faculdades de proprietário aos ocupantes das unidades objeto desse pedido de regularização fundiária, com a metragem definida em cada um dos memoriais individuais apresentados;
 - d. A emissão da Certidão de Regularização Fundiária, prevista no artigo 41³³ da Lei Federal nº 13.465/2017, para fins de concretização dos direitos aqui concedidos a cada particular;

²⁹ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 47. Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguirão as diretrizes estabelecidas pela autoridade municipal ou distrital competente, as quais serão consideradas atendidas com a emissão da CRF.

³⁰ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 47 [...] Parágrafo único. Não serão exigidos reconhecimentos de firma nos documentos que compõem a CRF ou o termo individual de legitimação fundiária quando apresentados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou entes da administração indireta.

³¹ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 40. O pronunciamento da autoridade competente que decidir o processamento administrativo da Reurb deverá: I - indicar as intervenções a serem executadas, se for o caso, conforme o projeto de regularização fundiária aprovado; II - aprovar o projeto de regularização fundiária resultante do processo de regularização fundiária; e III - identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada, e os respectivos direitos reais.

³² CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: Artigo 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

³³ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 41. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: I - o nome do núcleo urbano regularizado; II - a localização; III - a modalidade da regularização; IV - as responsabilidades das obras e serviços



- e. Por fim, encaminhamento de ofício ao Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, acerca do teor do procedimento em epígrafe, para que adote as medidas cabíveis, conforme os dispositivos presentes no artigo 42³⁴ e seguintes da Lei Federal nº 13.465/2017.

São José/SC, 31 de julho de 2023.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Matrícula n.º 435992-5

Presidente da Comissão de Regularização Fundiária Municipal
Decreto Municipal nº 16942/2022

constantes do cronograma; V - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; VI - a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

³⁴ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 42. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público.

DECRETO Nº 19319/2023

Publicação Nº 5052208

Secretaria de
Governo**PUBLICADO NO D.O.M./SC**Edição: _____
De: ____/____/____**DECRETO Nº 19319/2023**

**CONCEDE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA
NOS TERMOS DA CERTIDÃO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – CRF
nº 08/2023 – NÚCLEO VILA FORMOSA
QUADRA S BAIRRO FORQUILHAS, NO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, e o Decreto Municipal n.º 8.869, de 30 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a Legitimação Fundiária aos titulares referidos na Certidão de Regularização Fundiária – CRF n.º 08/2023, e nos termos nela constantes decorrentes dos atos que instruíram o Processo Administrativo n.º 16.818/2023, de 01 de agosto de 2023, conforme a Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, e Decreto Municipal n.º 8.869 de 30 de outubro de 2017, referente ao Núcleo Urbano Informal Vila Formosa Quadra S, localizado no Bairro Forquilhas, no Município de São José, inserido na Matrícula Imobiliária n.º 1.051 junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José, Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 1º agosto de 2023.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito de São José

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br

- 1 -



DECISÃO DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Processo Administrativo REURB n.º 16.818/2023

Trata-se de **Processo Administrativo REURB n.º 16.818/2023**, instaurado nos termos da Lei n.º 13.465/17, referente ao núcleo urbano informal consolidado, “Vila Formosa Quadra S”, localizado no Bairro Forquilhas, São José/SC.

O Núcleo Urbano “Vila Formosa” originou-se a partir do parcelamento promovido por empresa do ramo imobiliário, nos anos 90, e ao que se observa, foi abandonado pela a mesma para a execução das infraestruturas, tendo sido expropriado pelo Município para realização das infraestruturas necessárias, já nos anos 90. Inteira-se a este que, desde o ano de 2020, a referida área, com registro de inteiro teor nº1.051, passou a ser de propriedade do Município de São José.

Após a manifestação dos órgãos técnicos desta Prefeitura, esta Comissão conclui que:

a) a análise do requerimento foi realizada dentro do prazo legal de 180 dias contados do seu protocolo, com definição da modalidade predominantemente de interesse social – Reurb-S;

b) trata-se de “núcleo urbano informal consolidado”, nos termos do que é conceituado pelo artigo 11, inciso III, da Lei n.º 13.465/17, pois restou comprovado que o referido núcleo é de difícil reversão, conforme requerimento apresentado, *in verbis*:

O núcleo urbano em questão não foi instituído por meio de invasões, mas sim, desapropriado para esse fim. Portanto, não teria nem porque ser revertido, mas de qualquer forma, seria sem dúvida de difícil reversão aos status quo. As edificações dividem-se em construções de madeira e concreto.

Quanto às vias, todas são pavimentadas e contam com todas as infraestruturas necessárias para atendimento a população residente, conforme parecer anexo ao processo.

Ainda, a área dispõe de rede de iluminação pública, praças, parque, rede de abastecimento de água, coleta de esgotamento sanitário e distribuição de energia. Dessa forma, constata-se facilmente, pelas imagens aéreas do site Google Earth, que em junho de 2003 o local em que se encontra o núcleo urbano, estava iniciando o processo de preparação do terreno.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



Em sequência, por meio das imagens datadas a partir de 2009, verifica-se a existência do núcleo de forma consolidada. Considerando a existência do núcleo a partir do ano de 2009, que é quando se pode comprovar por meio das imagens aéreas, porém, é fato notório no Município de São José que as residências foram finalizadas em data anterior, o núcleo já existe há, pelo menos, 13 (treze) anos.

c) A comissão de regularização fundiária, devidamente instituída pelo Decreto Municipal 16.942/2022, realizou a análise jurídica, urbanística, ambiental e de risco do objeto do **processo administrativo 16.818/2023**, aprovando a regularização da área por meio dos pareceres técnicos acostados aos autos, os quais atestam as condições de risco, ambiental e de infraestruturas existentes, constatando-se a desnecessidade de implantação de obras de infraestrutura e de compensações de qualquer natureza;

d) foram realizados os projetos urbanístico e de regularização fundiária em obediência aos arts. 35 e 36 da Lei nº 13.465/2017;

e) a implantação do “núcleo urbano informal consolidado” teve início em meados de 1990, sendo, portanto, anterior à data de 22 de dezembro de 2016 para fins de legitimação fundiária;

f) Todos os beneficiários comprovaram serem possuidores de forma mansa e pacífica das unidades habitacionais;

g) ficou demonstrado, após apresentação da documentação, que se trata de núcleo predominante de baixa renda, qualificando a regularização fundiária como de interesse social - Reurb-S;

h) no anexo I da presente manifestação, apresenta-se o rol dos moradores beneficiários dos lotes constantes do núcleo urbano informal Vila Formosa Quadra S.

Ante o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido de legitimação fundiária do núcleo urbano informal consolidado “Vila Formosa Quadra S”, bem como pela homologação do Processo Administrativo REURB n.º 16.818/2003, nos termos da Lei n.º 13.465/17.

São José, 01 de agosto de 2023.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



ANEXO I – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

LOTE	MODALIDADE	BENEFICIÁRIO
01	REURB-S	FABIANO JOSÉ AMARAL , filho de José Viriato Amaral e Zenilda Luchtenberg Amaral, brasileiro, nascido em 26/06/1979, vigilante, solteiro, inscrito no Registro Geral sob o número 3.692.314 e CPF sob o nº 027.687.629-62, residente e domiciliado na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 01 Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
02	REURB-S	ADRIANA ALVES DA SILVA KERBER , filha de José Pedro da Silva e Alice Alves da Silva, brasileira, aposentada, viúva, nascida em 09/03/1980, inscrita no Registro Geral sob o nº 6.716.380 e no CPF inscrita sob o nº 043.532.254-05 e TEVES MIGUEL DA SILVA KEBER , brasileiro, solteiro, nascido em 23.06.2014, inscrito no Registro Geral sob o número 7.465.474 e CPF sob o nº 115.309.039-20, ambos residentes domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 02, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
03	REURB-E	MÔNICA APARECIDA PICKLER KUSTER , filha de Paulo Bertolino Pickler e Italia Borges Pickler, brasileira, autônoma, casada, nascida em 28/08/1979, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.717.985 e no CPF inscrita sob o nº 029.448.609-76 casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens datado de 02.07.2009 com RICARDO KUSTER , brasileiro, autônomo, casado, inscrito no Registro Geral sob o número 3.391.408e CPF sob o nº 027.474.299-38, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 03, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
04	REURB-E	MÔNICA APARECIDA PICKLER KUSTER , filha de Paulo Bertolino Pickler e Italia Borges Pickler, brasileira, autônoma, casada, nascida em 28/08/1979, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.717.985 e no CPF inscrita sob o nº 029.448.609-76 casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens datado de 02.07.2009 com RICARDO KUSTER , brasileiro, autônomo, casado, inscrito no Registro Geral sob o número 3.391.408e CPF sob o nº 027.474.299-38, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 04, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
05	REURB-S	MÁRCIA REGINA RISCHTER MOTTA , filha de Osni Geraldo Rischter e Sueli Camacho Rischter, brasileira, do lar, casada, nascida em 17/06/1976, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.332.839 e no CPF inscrita sob o nº 003.721.659-74 casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens datado de 15.11.2007 com FLÁVIO JOSÉ FIDELIX MOTTA , brasileiro, autônomo, casado inscrito no Registro Geral sob o número 2.950.450-7 e CPF sob o nº 859.386.299-34, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 05, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
06	REURB-S	IRONDINA DE MORAES , filha de Adão Manuel de Moraes e Brandina Suzana de Moraes, brasileira, autônoma, solteira, nascida em 09/08/1969, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.657.844 e no CPF inscrita sob o nº 014.575.819-22, residente e domiciliada na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 06, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



07	REURB-S	ROSA SALETE BRAATZ , filha de Pedro Paulo Braatz e Hilda Braatz, brasileira, autônoma, divorciada, nascida em 28/04/1974, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.415.625 e no CPF inscrita sob o nº 934.023.829-91, residente e domiciliada na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 07, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
08	REURB-S	FRANCISCA DE MORAES , filha de Faustino Aruda da Luz e Margarida da Luz, brasileira, aposentada, casada, nascida em 03/11/1957, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.951.092 e no CPF inscrita sob o nº 801.288.409-78 casada sob o Regime de Comunhão Universal de Bens datado de 28.06.1975 com LUIZ DE MORAES , brasileiro, aposentado, Casado, inscrito no Registro Geral sob o número 2.957.294 e CPF sob o nº 195.533.239-87, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, Lote 08, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
09	REURB-E	LEONIR DE FÁTIMA VIEIRA DA ROCHA THEISIES , filha de Serafim Domingos da Rocha e Augustinha Vieira da Rocha, brasileira, aposentada, casada, nascida em 09/12/1965, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.588.755-6 e no CPF inscrita sob o nº 628.381.139- casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens datado de 04.03.1987 com SULMAR JOSÉ THEISIES , brasileiro, aposentado, Casado, inscrito no Registro Geral sob o número 1769283 e CPF sob o nº 538.720.539-49, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 09, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
10	REURB-E	LEONIR DE FÁTIMA VIEIRA DA ROCHA THEISIES , filha de Serafim Domingos da Rocha e Augustinha Vieira da Rocha, brasileira, aposentada, casada, nascida em 09/12/1965, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.588.755-6 e no CPF inscrita sob o nº 628.381.139-68 casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens datado de 04.03.1987 com SULMAR JOSÉ THEISIES , brasileiro, aposentado, casado, inscrito no Registro Geral sob o número 1769283 e CPF sob o nº 538.720.539-49, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 09, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
11	REURB-S	JUVILINA TORROCI DOS SANTOS , filha de Faustino Aruda da Luz e Margarida da Luz, brasileira, aposentada, nascida em 13/05/1961, inscrita no Registro Geral sob o nº 1.692.164 e no CPF inscrita sob o nº 511.189.399-72 casada sob o Regime de Comunhão Universal de Bens datado de 04.07.1977 com JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS , filho de Gabriel Alves dos Santos e Maria de Jesus dos Santos, brasileiro, manobrista, casado, inscrito no Registro Geral sob o número 1151608 e CPF sob o nº 425.167.909-07, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 11, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
12	REURB-S	ROSEMERI LEMOS , filha de Alcino Lemos e Nilda Freitas Lemos, brasileira, do lar, casada, nascida em 22/02/1953, inscrita no Registro Geral sob o nº 922049 e no CPF inscrita sob o nº 037.373.769-64 casada sob o Regime de Comunhão Universal de Bens datado de 12.12.1981 com SERGIO VENTURI , filho de Antonio Ervin Venturi e Ezir da Silva Venturi, brasileiro, aposentado, casado, inscrito no Registro Geral sob o número 641.840 e CPF sob o nº 305.686.849-

Prefeitura Municipal de São José
 Av. Acioni Souza Filho, 403
 São José - SC - CEP 88.103-790
 (48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



		15, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 12, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
--	--	--

RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

Prefeitura Municipal de São José
Av. Acioni Souza Filho, 403
São José - SC - CEP 88.103-790
(48) 3381-0000

www.pmsj.sc.gov.br



CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF Nº 08/2023

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado pelo Presidente da Comissão de Regularização Fundiária, **RUBENS PEREIRA JÚNIOR**, nomeado através do Decreto 16.942/2022, emite a presente Certidão de Regularização Fundiária, com supedâneo na Lei Federal nº 13.465/2017, artigo 23, § 5º, artigo 28, incisos VI e VII, artigo 30, inciso III, artigo 34, § 2º, artigo 41, advinda do **Processo Administrativo REURB nº 16.818/2023**.

I. RELATÓRIO

1. Versam os autos sobre pedido de Regularização Fundiária com fundamento na Lei Federal nº 13.465/2017, nas modalidades insertas no artigo 13, incisos I e II do referido diploma. Buscam os Requerentes o reconhecimento do seu domínio sobre a área que atualmente possuem, demonstrando por meio da documentação pertinente a sua qualificação, o enquadramento na modalidade, em sua maioria, da Reurb-S, bem como o seu justo título ou documentação equivalente, apto a adquirir o direito real de propriedade.
2. Juntados aos autos de procedimento administrativo todos os documentos exigidos pela mencionada legislação, passo a valorá-los.
3. A análise dos documentos pessoais denota a classificação dos Requerentes na modalidade mista: Reurb-E e Reurb-S, tendo em vista que, para esses últimos, há enquadramento nos requisitos de renda (artigo 13, §5º¹), bem como no requisito da inexistência de outros imóveis sob sua propriedade (artigo 23, §1º²).

¹ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 13. A Reurb compreende duas modalidades: I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo. [...] § 5º A classificação do interesse visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras de infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas.

² LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 23. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016. § 1º Apenas na Reurb-S, a legitimação fundiária será concedida ao beneficiário, desde que atendidas as seguintes condições: I - o beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário de imóvel urbano ou rural;



4. O projeto de regularização fundiária apresentado atende aos requisitos previstos nos artigos 35 e 36³ da Lei Federal nº 13.465/2017, tratando-se de situação que não necessitou a realização de estudo técnico ambiental e de situação de risco, uma vez que não há incidência de ambos na área proposta. Há a devida anotação de responsabilidade técnica por profissional funcionalmente habilitado para a atividade.
5. Os ocupantes foram individualizados por meio de memorial descritivo próprio, bem como a indicação de planta de ocupantes geral com a numeração de cada uma das unidades objeto desse procedimento, tudo em consonância com o artigo 35, I, da Lei Federal nº 13.465/2017. Os memoriais atendem ao georreferenciamento exigido pela novel legislação fundiária, possibilitando a minuciosa separação entre as unidades para a futura abertura das matrículas.
6. Houve a devida pesquisa registral e concluiu-se que a área atingida pelos requerentes está inserida na matrícula imobiliária nº 1.051 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC.
7. Os trabalhos topográficos juntados aos autos demonstram que se trata de área amplamente urbanizada, contendo os elementos previstos no artigo 36, §1º, I, II e III da Lei Federal nº

³ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 35. O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo: I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado; II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível; III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental; IV - projeto urbanístico; V - memoriais descritivos; VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso; VII - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso; VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso; IX - cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e X - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo. Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

Artigo 36. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação: I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas; II - das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver; III - quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada; IV - dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver; V - de eventuais áreas já usucapidas; VI - das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias; VII - das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias; VIII - das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias; IX - de outros requisitos que sejam definidos pelo Município.



- 13.465/2017⁴. Portanto, estão dispensadas as intervenções, por parte do Município, previstas no artigo 37⁵ da nova lei de regularização fundiária.
8. Os órgãos competentes desta Prefeitura, no que se refere à infraestrutura, risco e ambiental, já apresentaram parecer favorável à concessão dos direitos reais pleiteados nesse procedimento.
9. Consta que todos os confrontantes da área objeto dos presentes autos foram devidamente notificados no bojo do **Processo Administrativo REURB n.º 16.818/2023**⁶.
10. Houve, ainda, a devida publicação de edital para intimação de eventuais terceiros interessados no pedido, de forma a gerar ampla publicidade dos trabalhos realizados por este Município. Juntamente com as notificações, cumprem os requisitos impostos pelo artigo 31, §§1º ao 5º da Lei Federal nº 13.465/2017. Vencidos os prazos a partir de cada uma das notificações, bem como do edital publicado no DOM/SC, não houve qualquer impugnação de terceiros interessados ao procedimento ora narrado, o que é presumido pela Lei Federal nº 13.465/2017 (artigo 31, §6º) como concordância com a Reurb⁷.
11. Mesmo que a Lei Federal nº 13.465/2017 não exija, o Município, por precaução, notificou os atuais lindeiros do Núcleo em questão, além dos confinantes constantes das matrículas e deu publicidade ao **Processo Administrativo REURB n.º 16.818/2023** no DOM/SC e nas mídias sociais do Município.

⁴ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 36. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação: [...] § 1º Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos: I - sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual; II - sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual; III - rede de energia elétrica domiciliar;

⁵ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 37. Na Reurb-S, caberá ao poder público competente, diretamente ou por meio da administração pública indireta, implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção.

⁶ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 20. O poder público notificará os titulares de domínio e os confrontantes da área demarcada, pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, para que estes, querendo, apresentem impugnação à demarcação urbanística, no prazo comum de trinta dias.

⁷ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 31. Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado. § 1º Tratando-se de imóveis públicos ou privados, caberá aos Municípios notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação. § 2º Tratando-se de imóveis públicos municipais, o Município deverá notificar os confinantes e terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação. § 3º Na hipótese de apresentação de impugnação, será iniciado o procedimento extrajudicial de composição de conflitos de que trata esta Lei. § 4º A notificação do proprietário e dos confinantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço. § 5º A notificação da Reurb também será feita por meio de publicação de edital, com prazo de trinta dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição da área a ser regularizada, nos seguintes casos: I - quando o proprietário e os confinantes não forem encontrados; e II - quando houver recusa da notificação por qualquer motivo. § 6º A ausência de manifestação dos indicados referidos nos §§ 1º e 4º deste artigo será interpretada como concordância com a Reurb.



12. Houve impugnações do confrontante USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, no qual foi acolhida suas razões com a utilização dos vértices e coordenadas apresentadas, tendo o questionamento sido sanado junto aos autos de forma mansa e pacífica entre as partes.

II. DO MÉRITO

Pelo exposto, passo a decidir:

1. Nos termos do artigo 41, da Lei Federal nº 13.465/2017, na presente Certidão de Regularização Fundiária – CRF, constam⁸:
 - a. Instrumento Utilizado: **LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA**;
 - b. Nome do Núcleo Urbano Regularizado: VILA FORMOSA QUADRA S
 - c. Localização: Rua Airton Senna da Silva e Rua João Honorato da Silveira, Forquilhas, São José/SC;
 - d. Modalidade da Regularização: **REURB-E e REURB-S**;
 - e. Responsabilidades das Obras e Serviços Constantes do Cronograma: **não há**;
 - f. Listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, com a indicação numérica de cada unidade regularizada: **SIM**.
2. Por tratar-se de decisão de mérito deste Ente Municipal, competente para o julgamento do presente Projeto de Regularização Fundiária, nos termos do artigo 33⁹ da Lei Federal nº 13.465/2017, indico o estado civil dos beneficiários com base na documentação apresentada e fulcro no disposto na Lei Federal nº 13.726/2018.
3. No caso em tela, o perímetro do núcleo urbano informal consolidado, assim definido por esta Municipalidade, compreende uma parcela da área constante na matrícula mencionada no item I.6 desta CRF. Decidiu-se, por questões de eficiência e efetividade, regularizar a área da matrícula por quadras, efetivando neste ato a Quadra S.

⁸ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 41. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: I - o nome do núcleo urbano regularizado; II - a localização; III - a modalidade da regularização; IV - as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma; V - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; VI - a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

⁹ LEI FEDERAL 13.465/2017: Artigo 33. Instaurada a Reurb, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.



4. Agora passo a indicar a área total do núcleo regularizado:

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO LEVANTADO DO NÚCLEO. Partindo-se do vértice **V1** com coordenadas $X=728864.4304$ e $Y=6946539.6190$, seguindo com distância de 10.41m chega-se ao vértice **V2** com coordenadas $X= 728874.5974$ e $Y= 6946537.3590$, deste, chega-se com distância de 13.11m ao vértice **V3** com coordenadas $X= 728887.3794$ e $Y= 6946534.4350$, seguindo com distância de 23.12m chega-se ao vértice **V4** com coordenadas $X= 728909.7084$ e $Y= 6946528.4340$, confrontando com **RUA AIRTON SENNA DA SILVA**. Desta, com distância 16.40m chega-se ao vértice **V5** com coordenadas $X = 728906.2173$ e $Y = 6946512.4050$, seguindo com distância 12.23m chega-se ao vértice **V6** com coordenadas $X= 728903.0301$ e $Y= 6946500.4819$, desta seguindo com distância de 6,30m chega-se ao vértice **V7** com coordenadas $X= 728901.4393$ e $Y= 6946494.5320$, seguindo com distância de 11.50m chega-se ao vértice **V8** com coordenadas $X= 728899.3243$ e $Y= 6946483.2330$, desta com distância de 13.44m chega-se ao vértice **V9** com coordenadas $X= 728896.4573$ e $Y= 6946470.1040$, desta, com distância de 12.16m chega-se ao vértice **V10** com coordenadas $X= 728893.8643$ e $Y= 6946458.2250$, seguindo com distância de 10.65m chega-se ao vértice **V11** com coordenadas $X= 728891.4713$ e $Y= 6946447.8475$, desta, com distância de 10.65m chega-se ao vértice **V12** com coordenadas $X= 728889.0783$ e $Y= 6946437.4700$, seguindo com distância de 11.94m chega-se ao vértice **V13** com coordenadas $X = 728886.1963$ e $Y = 6946425.8810$, seguindo com distância de 11.94m chega-se ao vértice **V14** com coordenadas $X = 728882.3773$ e $Y = 6946414.5660$, seguindo com distância de 0.92m chega-se ao vértice **V15** com coordenadas $X = 728881.5590$ e $Y = 6946414.3370$, confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Desta, com distância 12.95m chega-se ao vértice **V16** com coordenadas $X = 728869.0630$ e $Y = 6946417.6170$, seguindo com distância 11.46m chega-se ao vértice **V17** com coordenadas $X= 728870.5754$ e $Y= 6946428.9864$, desta seguindo com distância de 12.41m chega-se ao vértice **V18** com coordenadas $X = 728872.2113$ e $Y = 6946441.2842$, seguindo com distância de 10.67m chega-se ao vértice **V19** com coordenadas $X = 728873.6184$ e $Y = 6946451.8618$, desta com distância de 10.67m chega-se ao vértice **V20** com coordenadas $X = 728875.0256$ e $Y = 6946462.4400$, desta, com distância de 11.80m chega-se ao vértice **V21** com coordenadas $X= 728876.5809$ e $Y= 6946474.1317$, seguindo com distância de 13.15m chega-se ao vértice **V22** com coordenadas $X= 728878.3147$ e $Y= 6946487.1655$, desta, com distância de 11.35m chega-se ao vértice **V23** com coordenadas $X= 728879.8100$ e $Y= 6946498.4060$, seguindo com distância de



7.17m chega-se ao vértice **V24** com coordenadas $X = 728872.7681$ e $Y = 6946499.9093$, seguindo com distância de 18.83m chega-se ao vértice **V25** com coordenadas $X = 728854.3532$ e $Y = 6946503.8406$, confrontando com **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 114.328 DE USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**. Desta, com distância 20.99m chega-se ao vértice **V26** com coordenadas $X = 728859.2854$ e $Y = 6946524.2390$, seguindo com distância de 15.27m chega-se ao vértice **V27** com coordenadas $X = 728863.3464$ e $Y = 6946538.9590$, seguindo com distância de 1.33m chega-se ao vértice **V1**, ponto de origem desse memorial, confrontando com a **RUA AIRTON SENNA DA SILVA**.

5. Isso posto, indico a descrição das unidades imobiliárias individualizadas a serem abertas em consequência da elaboração da presente certidão, apresentando a qualificação do beneficiário da Reurb, cumprindo a exigência da especialidade subjetiva, prevista no artigo 476 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça¹⁰:

- a) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 01 – QUADRA S: Área total: 401,05m².** Rua Airton Senna da Silva, Forquilhas, São José/SC. Características Partindo-se do vértice **V24** com coordenadas $X = 728872.7681$ e $Y = 6946499.9093$, seguindo com distância 18.83 m chega-se ao vértice **V25** com coordenadas $X = 728854.3532$ e $Y = 6946503.8406$, confrontando com **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 114.328 DE USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**. Deste com distância 20.99m chega-se ao vértice **V26** com coordenadas $X = 728859.2854$ e $Y = 6946524.2390$, confrontando com **RUA AIRTON SENNA DA SILVA**. Deste com distância 8.18m chega-se ao vértice **V28** com coordenadas $X=728867.2474$ e $Y=6946522.3520$, deste com distância 4.55m chega-se ao vértice **V31** com coordenadas $X=728871.6753$ e $Y=6946521.3253$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 02 DE ADRIANA ALVES DA SILVA KERBER E OUTROS**. Deste com distância 6.92m chega-se ao vértice **V32** com coordenadas $X= 728878.3523$ e $Y= 6946519.5080$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 03 DE MÔNICA APARECIDA PICKLER KUSTER E OUTROS**. Deste com distância 6.80m chega-se ao vértice **V37** com coordenadas $X=728876.5993$ e $Y= 6946512.9350$, seguindo com distância de 5.00m chega-se ao vértice **V38** com coordenadas $X= 728875.3103$ e $Y= 6946508.1040$, deste com distância 2.130m chega-se ao vértice **V39** com coordenadas $X= 728874.6793$ e $Y= 6946506.0700$, confrontando com **UNIDADE**

¹⁰ Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina: Artigo 476. A qualificação do interessado deverá conter, ressalvadas as proibições legais, todos os dados possíveis de identificação, como nacionalidade, profissão, idade, número de inscrição no CPF/CNPJ, documento de identificação, estado civil, domicílio e endereço completo, vedadas expressões como “residente neste município, distrito ou subdistrito”.



IMOBILIÁRIA 05 DE MÁRCIA REGINA RISCHTER MOTTA E OUTROS. Deste com distância 7.89 m chega-se ao vértice **V24** com coordenadas $X = 728872.7681$ e $Y = 6946499.9093$, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 6 DE IRONDINA DE MORAES.**

PRETENSO PROPRIETÁRIO: FABIANO JOSÉ AMARAL, filho de José Viriato Amaral e Zenilda Luchtenberg Amaral, nascido em 26/06/1979, brasileiro, vigilante, solteiro, inscrito no Registro Geral sob o número 3.692.314 e CPF sob o nº 027.687.629-62, residente e domiciliado na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 01 Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758. **Modalidade: REURB-S.**

b) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 02 – QUADRA S: Área total: 195,20m². Rua Airton Senna da Silva, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V01** com coordenadas $X=728864.4304$ e $Y=6946539.6190$, seguindo com distância 10.41m chega-se ao vértice **V02** com coordenadas $X= 728874.5974$ e $Y= 6946537.3590$, confrontando com **RUA AIRTON SENNA DA SILVA.** Deste com distância 4.65m chega-se ao vértice **V29** com coordenadas $X=728873.7944$ e $Y=6946532.7770$, seguindo com distância 6.43m chega-se ao vértice **V30** com coordenadas $X=728872.7414$ e $Y=6946526.4340$, deste seguindo com distância 5.22m chega-se ao vértice **V31** com coordenadas $X=728871.6753$ e $Y=6946521.3253$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 03 DE MÔNICA APARECIDA PICKLER KUSTER E OUTROS.** Deste com distância 4.55m chega-se ao vértice **V28** com coordenadas $X=728867.2474$ e $Y=6946522.3520$, seguindo com distância de 8.18m chega-se ao vértice **V26** com coordenadas $X=X = 728859.2854$ e $Y=6946524.2390$, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 01 DE FABIANO JOSÉ AMARAL.** Deste com distância 15.27m chega-se ao vértice **V27** com coordenadas $X = 728863.3464$ e $Y = 6946538.9590$, seguindo com distância de 1.33m chega-se ao vértice **V01**, ponto origem deste memorial, confrontando com **RUA AIRTON SENNA DA SILVA.**

PRETENSOS PROPRIETÁRIOS: ADRIANA ALVES DA SILVA KERBER, filha de José Pedro da Silva e Alice Alves da Silva, brasileira, aposentada, viúva, nascida em 09/03/1980, inscrita no Registro Geral sob o nº 6.716.380 e no CPF inscrita sob o nº 043.532.254-05 e **TEVES MIGUEL DA SILVA KEBER**, brasileiro, solteiro, nascido em 23.06.2014, inscrito no Registro Geral sob o número 7.465.474 e CPF sob o nº 115.309.039-20, ambos residentes domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 02, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758. **Modalidade: REURB-S.**



e) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 03 – QUADRA S: Área total: 241,14m². Logradouro: Rua Airton Senna da Silva, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V02** com coordenadas X= 728874.5974 e Y= 6946537.3590, seguindo com distância 13.11m chega-se ao vértice **V03** com coordenadas X= 728887.3794 e Y= 6946534.4350, confrontando com confrontando com **RUA AIRTON SENNA DA SILVA**. Deste com distância 6.74m chega-se ao vértice **V33** com coordenadas X=728886.1244 e Y=6946527.8150, deste com distância 10.07m chega-se ao vértice **V34** com coordenadas X=728878.3523 e Y= 6946519.5080, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 04 DE MÔNICA APARECIDA PICKLER KUSTER E OUTROS**. Deste com distância 5.92m chega-se ao vértice **V32** com coordenadas X= 728878.3523 e Y= 6946519.5080, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 05 DE MÁRCIA REGINA RISCHTER MOTTA E OUTROS**. Deste seguindo com distância de 6.92m chega-se ao vértice **V31** com coordenadas X=728871.6753 e Y=6946521.3253, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 01 DE FABIANO JOSÉ AMARAL**. Deste com distância 5.22m chega-se ao vértice **V30** com coordenadas X=728872.7414 e Y=6946526.4340, deste com distância 6.43m chega-se ao vértice **V29**, com coordenadas X=728873.7944 e Y=6946532.7770, deste com distância 4.65m chega-se ao vértice **V02**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 02 DE ADRIANA ALVES SILVA KERBER E OUTROS**.

PRETENSOS PROPRIETÁRIOS: MÔNICA APARECIDA PICKLER KUSTER, filha de Paulo Bertolino Pickler e Italia Borges Pickler, brasileira, autônoma, casada, nascida em 28/08/1979, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.717.985 e no CPF inscrita sob o nº 029.448.609-76 casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens datado de 02.07.2009 com **RICARDO KUSTER**, brasileiro, autônomo, casado, inscrito no Registro Geral sob o número 3.391.408e CPF sob o nº 027.474.299-38, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 03, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758. **Modalidade: REURB-E.**

d) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 04 – QUADRA S: Área total: 383,00m². Logradouro: Rua Airton Senna da Silva, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V03** com coordenadas X= 728887.3794 e Y=6946534.4350, seguindo com distância 23.12m chega-se ao vértice **V04** com coordenadas X= 728909.7084 e Y= 6946528.4340, confrontando com confrontando com **RUA AIRTON SENNA DA SILVA**. Deste com distância 16.40m chega-se ao vértice **V05** com coordenadas X = 728906.2173 e Y = 6946512.4050, confrontando com confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Deste com distância 3.48m



chega-se ao vértice **V36** com coordenadas X=728902.8513 e Y=6946513.2740, seguindo com distância 9.28m chega-se ao vértice **V35** com coordenadas X=728893.7843 e Y=6946515.2400, seguindo com distância de 10.09 m chega-se ao vértice **V34** com coordenadas X=728878.3523 e Y= 6946519.5080, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 05 DE MÁRCIA REGINA RISCHTER MOTTA E OUTROS**. Deste com distância 10.07m chega-se ao vértice **V33** com coordenadas X=728886.1244 e Y=6946527.8150, seguindo deste com distância 6.74m chega-se ao vértice **03**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 02 DE ADRIANA ALVES DA SILVA KERBER E OUTROS**. **PRETENZA PROPRIETÁRIA: MÔNICA APARECIDA PICKLER KUSTER**, filha de Paulo Bertolino Pickler e Italia Borges Pickler, brasileira, autônoma, casada, nascida em 28/08/1979, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.717.985 e no CPF inscrita sob o nº 029.448.609-76 casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens datado de 02.07.2009 com **RICARDO KUSTER**, brasileiro, autônomo, casado, nascido em 26 de novembro de 2023, inscrito no Registro Geral sob o número 3.391.408 e CPF sob o nº 027.474.299-38, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 03, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758. **Modalidade: REURB-E**

e) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 05 – QUADRA S: Área total: 383,45m². Rua João Honorato da Silveira, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V05** com coordenadas X = 728906.2173 e Y = 6946512.4050, seguindo com distância 12.23m, chega-se ao vértice **V06** com coordenadas X= 728903.0301 e Y= 6946500.4819, confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Deste com distância 17.35m chega-se ao vértice **V40** com coordenadas X=728886.2592 e Y=6946503.1108, seguindo com distância 11.96m chega-se ao vértice **V39** com coordenadas X= 728874.6793e Y= 6946506.0700, confrontando com confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 06 DE IRONDINA DE MORAES**. Deste com distância 2.13m chega-se ao vértice **V38** com coordenadas X= 728875.3103 e Y= 6946508.1040, seguindo com distância 5.00m chega-se ao vértice **V37** com coordenadas X=728876.5993 e Y= 6946512.9350, seguindo com distância de 6.80 m chega-se ao vértice **V32** com coordenadas X= 728878.3523 e Y= 6946519.5080, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 01 DE FABIANO JOSÉ AMARAL**. Deste com distância 5.92m chega-se ao vértice **V34** com coordenadas X=728878.3523 e Y= 6946519.5080, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 03 DE MÔNICA APARECIDA PICKLER KUSTER E OUTROS**. Deste com distância 10.09m chega-se ao vértice **V35** com coordenadas X=728893.7843 e Y=6946515.2400, seguindo com distância 9.28m chega-se ao vértice **V36** com coordenadas X=728902.8513 e Y=6946513.2740, seguindo com distância 3.48m chega-se



ao vértice **V05**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 02 DE ADRIANA ALVES SILVA KERBER E OUTROS.**

PRETENZA PROPRIETÁRIA: MÁRCIA REGINA RISCHTER MOTTA, filha de Osni Geraldo Rischter e Sueli Camacho Rischter, brasileira, do lar, casada, nascida em 17/06/1976, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.332.839 e no CPF inscrita sob o nº 003.721.659-74 casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens datado de 15.11.2007 com **FLÁVIO JOSÉ FIDELIX MOTTA**, brasileiro, autônomo, casado, nascido em 30 de dezembro de 1971, inscrito no Registro Geral sob o número 2.950.450-7 e CPF sob o nº 859.386.299-34, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 05, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758. **Modalidade: REURB-S.**

f) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 06 – QUADRA S: Área total: 422,58m². Logradouro: Rua João Honorato da Silveira, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V06** com coordenadas X= 728903.0301 e Y= 6946500.4819, seguindo com distância 6.30m, chega-se ao vértice **V07** com coordenadas X= 728901.4393 e Y= 6946494.5320, seguindo com distância 11.50m, chega-se ao vértice **V08** com coordenadas X= 728899.3243 e Y= 6946483.2330, confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Deste com distância 21.36m chega-se ao vértice **V22** com coordenadas X= 728878.3147 e Y= 6946487.1655, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 07 DE ROSA SALETE BRAATZ**. Deste com distância 11.35m chega-se ao vértice **V23** com coordenadas X= 728879.8100 e Y= 6946498.4060 , deste seguindo com distância 7.17m chega-se ao vértice **V24** com coordenadas X = 728872.7681 e Y=6946499.9093, confrontando com **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 114.328 DE USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**. Deste com distância 7.89m chega-se ao vértice **V39** com coordenadas X= 728874.6793 e Y= 6946506.0700, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 01 DE FABIANO JOSÉ AMARAL**. Deste com distância 11.96m chega-se ao vértice **V40** com coordenadas X=728886.2592 e Y=6946503.1108, seguindo com distância 17.35m chega-se ao vértice **V06**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 05 DE MÁRCIA REGINA RISCHTER MOTTA E OUTROS.**

PRETENSO PROPRIETÁRIO: IRONDINA DE MORAES, filha de Adão Manuel de Moraes e Brandina Suzana de Moraes, brasileira, autônoma, solteira, nascida em 09/08/1969, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.657.844 e no CPF inscrita sob o nº 014.575.819-22, residente e domiciliada na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 06, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758. **Modalidade: REURB-S**



- g) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 7 – QUADRA S:** Área total: 277,45m². Logradouro: Rua João Honorato da Silveira, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V08** com coordenadas X= 728899.3243 e Y= 6946483.2330, seguindo com distância 13.44m, chega-se ao vértice **V09** com coordenadas X= 728896.4573 e Y= 6946470.1040, confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Deste com distância 10.32m chega-se ao vértice **V43** com coordenadas X=728886.3283 e Y=6946472.0710, seguindo com distância 2.26m chega-se ao vértice **V42** com coordenadas X=728884.1193 e Y= 6946472.5300, deste seguindo com distância 5.03m chega-se ao vértice **V41** com coordenadas X=728879.1993 e Y=6946473.5790, seguindo com distância 2.67m chega-se ao vértice **V21** com coordenadas X= 728876.5809 e Y= 6946474.1317, confrontando com **UNIDADE IMOBILIÁRIA 08 DE FRANCISCA DE MORAES E OUTROS**. Deste com distância 13.15m chega-se ao vértice **V22** com coordenadas X= 728878.3147 e Y= 6946487.1655, confrontando com **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 114.328 DE USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**. Deste com distância 21.36 chega-se ao vértice **V08**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 06 DE IRONDINA DE MORAES. PRETENSO PROPRIETÁRIO: ROSA SALETE BRAATZ**, filha de Pedro Paulo Braatz e Hilda Braatz, brasileira, autônoma, divorciada, nascida em 28/04/1974, inscrita no Registro Geral sob o nº 3.415.625 e no CPF inscrita sob o nº 934.023.829-91, residente e domiciliada na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 07, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.
- h) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 08 – QUADRA S:** Área total: 237,53m². Logradouro: Logradouro: Rua João Honorato da Silveira, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V09** com coordenadas X= 728896.4573 e Y= 6946470.1040, seguindo com distância 12.16m, chega-se ao vértice **V10** com coordenadas X= 728893.8643 e Y= 6946458.2250, confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Deste com distância 4.13m chega-se ao vértice **V45** com coordenadas X=728889.8003 e Y=6946458.9520, seguindo com distância 12.26m, chega-se ao vértice **V44** com coordenadas X=728877.8713 e Y=6946461.7680, deste seguindo com distância 5.28m, chega-se ao vértice **V20** com coordenadas X = 728875.0256 e Y = 6946462.4400, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 09 LEONIR DE FÁTIMA VIEIRA DA ROCH THEISIES E OUTROS**. Deste com distância 11.80m chega-se ao vértice **V21** com coordenadas X= 728876.5809 e Y= 6946474.1317, confrontando com **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 114.328 DE USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**. Deste com distância 2.67m chega-se ao vértice **V41** com coordenadas X=728879.1993 e Y=6946473.5790, seguindo com distância 5.03m chega-se



ao vértice **V42** com coordenadas X=728884.1193 e Y= 6946472.5300, deste seguindo com distância 2.26m chega-se ao vértice **V43** com coordenadas X=728886.3283 e Y=6946472.0710, seguindo com distância 10.32m chega-se ao vértice **V09**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 07 ROSA SALETE BRAATZ**.

PRETENSOS PROPRIETÁRIOS: FRANCISCA DE MORAES, filha de Faustino Aruda da Luz e Margarida da Luz, brasileira, aposentada, casada, nascida em 03/11/1957, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.951.092 e no CPF inscrita sob o nº 801.288.409-78 casada sob o Regime de Comunhão Universal de Bens datado de 28.061975 com **LUIZ DE MORAES**, brasileiro, aposentado, casado, nascido em 07 de abril de 1949, inscrito no Registro Geral sob o número 2.957.294 e CPF sob o nº 195.533.239-87, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, Lote 08, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758.. **Modalidade: REURB-S**

- i) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 9 - QUADRA S:** Área total: 198,33m². Logradouro: Rua João Honorato da Silveira, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo. Partindo-se do vértice **V10** com coordenadas X= 728893.8643 e Y= 6946458.2250, seguindo com distância 10.65, chega-se ao vértice **V11** com coordenadas X= 728891.4713 e Y= 6946447.8475, confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Deste com distância 18.29m chega-se ao vértice **V19** com coordenadas X = 728873.6184 e Y = 6946451.8618, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 10 DE Leonir de Fátima Vieira da Rocha Theisies e outros** Deste com distância 10.67m chega-se ao vértice **V20** com coordenadas X = 728875.0256 e Y = 6946462.4400, confrontando com **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 114.328 DE USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**. Deste com distância 5.28m chega-se ao vértice **V44** com coordenadas X=728877.8713 e Y=6946461.7680, seguindo com distância 12.26m chega-se ao vértice **V45** com coordenadas X=728889.8003 e Y=6946458.9520, deste seguindo com distância 4.13m chega-se ao vértice **V10**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 08 DE FRANCISCA DE MORAES E OUTROS**.

PRETENSOS PROPRIETÁRIOS: LEONIR DE FÁTIMA VIEIRA DA ROCHA THEISIES, filha de Serafim Domingos da Rocha e Augustinha Vieira da Rocha, brasileira, aposentada, casada, nascida em 09/12/1965, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.588.755-6 e no CPF inscrita sob o nº 628.381.139- casada sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens datado de 04.03.1987 com **SULMAR JOSÉ THEISIES**, brasileiro, aposentado, casado, nascido em 01 de abril de 1965, inscrito no Registro Geral sob o número 1769283 e CPF sob o nº 538.720.539-49, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 09, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758. **Modalidade: REURB-E**.



j) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 10 – QUADRA S:** Área total: 198,29m². Logradouro: Rua João Honorato da Silveira, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V11** com coordenadas X= 728891.4713 e Y= 6946447.8475, seguindo com distância 10.65, chega-se ao vértice **V12** com coordenadas X= 728889.0783 e Y= 6946437.4700, confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Deste com distância 5.30m chega-se ao vértice **V46** com coordenadas X=728883.9103 e Y=6946438.6430, seguindo com distância 11.98, chega-se ao vértice **V18** com coordenadas X=728872.2113 e Y = 6946441.2842, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 11 DE JUVILINA TORROCI DOS SANTOS E OUTROS**. Deste com distância 10.67m chega-se ao vértice **V19** com coordenadas X = 728873.6184 e Y = 6946451.8618, confrontando com **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 114.328 DE USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**. Deste com distância 18.29 m chega-se ao vértice **V11**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 09 DE LEONIR DE FÁTIMA VIEIRA DA ROCHA THEISIES E OUTROS**. **PRETENSOS PROPRIETÁRIOS: LEONIR DE FÁTIMA VIEIRA DA ROCHA THEISIES**, filha de Serafim Domingos da Rocha e Augustinha Vieira da Rocha, brasileira, aposentada, nascida em 09/12/1965, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.588.755-6 e no CPF inscrita sob o nº 628.381.139- casada em Regime de Comunhão Parcial de Bens em 04.03.1987 com **SULMAR JOSÉ THEISIES**, brasileiro, aposentado, inscrito no Registro Geral sob o número 1769283 e CPF sob o nº 538.720.539-49, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 09, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758. **Modalidade: REURB-E.**

k) **DESCRIÇÃO DA UNIDADE 11 – QUADRA S:** Área total: 203,37m Logradouro: Rua João Honorato da Silveira, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V12** com coordenadas X= 728889.0783 e Y=6946437.4700, seguindo com distância 11.94 chega-se ao vértice **V13** com coordenadas X = 728886.196 e Y =6946425.8810, confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Deste com distância 5.34, chega-se ao vértice **V47** com coordenadas X=728880.9223 e Y= 6946426.7360, seguindo com distância 10.58 chega-se ao vértice **V17** com coordenadas X= 728870.5754 e Y= 6946428.9864, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 12 DE ROSEMERI LEMOS E OUTROS**. Deste com distância 12.41m chega-se ao vértice **V18** com coordenadas X=728872.2113 e Y = 6946441.2842, confrontando com **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 114.328 DE USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**. Deste com distância 11.98 m chega-se ao vértice **V46** com coordenadas X=728883.9103 e Y=6946438.6430, seguindo com com distância 5.30m chega-se ao vértice



V12, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 10 DE LEONIR DE FÁTIMA VIEIRA DA ROCHA THEISIES E OUTROS.**

PRETENSOS PROPRIETÁRIOS: JUVILINA TORROCI DOS SANTOS, filha de Faustino Aruda da Luz e Margarida da Luz, nascida em 13/05/1961, brasileira, aposentada, casada, inscrita no Registro Geral sob o nº 1.692.164 e no CPF inscrita sob o nº 511.189.399-72 casada sob o Regime de Comunhão Universal de Bens datado de 04.07.1977 com **JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS**, filho de Gabriel Alves dos Santos e Maria de Jesus dos Santos, brasileiro, manobrista, casado, nascido em 30 de maio de 1955, inscrito no Registro Geral sob o número 1151608 e CPF sob o nº 425.167.909-07, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 11, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758 **Modalidade: REURB-S.**

- D) DESCRIÇÃO DA UNIDADE 12 – QUADRA S: Área total: 173,56m².** Logradouro: Rua João Honorato da Silveira, Forquilhas, São José/SC. Características: Partindo-se do vértice **V13** com coordenadas $X = 728886.1963$ e $Y = 6946425.8810$, seguindo com distância 11.94m chega-se ao vértice **V14** com coordenadas $X = 728882.3773$ e $Y = 6946414.5660$, seguindo com distância 0.92m chega-se ao vértice **V15** com coordenadas $X=728881.5590$ e $Y=6946414.3370$, confrontando com **RUA JOÃO HONORATO DA SILVEIRA**. Deste com distância 12.93m chega-se ao vértice **V16** com coordenadas $X=728869.0630$ e $Y=6946417.6710$, seguindo com distância 11.46m chega-se ao vértice **V17** com coordenadas $X= 728870.5754$ e $Y=6946428.9864$, confrontando com **MATRÍCULA IMOBILIÁRIA 114.328 DE USICAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**. Deste com distância 10.58m chega-se ao vértice **V47** com coordenadas $X=728880.9223$ e $Y=6946426.7360$, seguindo com com distância 5.34m chega-se ao vértice **V13**, ponto origem deste memorial, confrontando com **UNIDADE IMOBILIARIA 11 DE JUVILINA TORROCI DOS SANTOS E OUTROS.**

PRETENSOS PROPRIETÁRIOS: ROSEMERI LEMOS, filha de Alcino Lemos e Nilda Freitas Lemos, brasileira, do lar, casada, nascida em 22/02/1953, inscrita no Registro Geral sob o nº 922049 e no CPF inscrita sob o nº 037.373.769-64 casada sob o Regime de Comunhão Universal de Bens datado de 12.12.1981 com **SERGIO VENTURI**, filho de Antonio Ervin Venturi e Ezir da Silva Venturi, brasileiro, aposentado, nascido em 25 de fevereiro de 1956, inscrito no Registro Geral sob o número 641.840 e CPF sob o nº 305.686.849-15, ambos residentes e domiciliados na Rua Ayrton Senna da Silva, lote 12, Quadra S, Loteamento Vila Formosa, São José/SC, CEP: 88107-758. **Modalidade: REURB-S.**



6. Pela presente Certidão, o Município de São José/SC confere de forma originária o direito real de propriedade aos ocupantes aqui elencados em relação aos imóveis descritos, por meio do instrumento da Legitimação Fundiária, nos termos do artigo 30, III, da Lei Federal nº13.465/2017¹¹, para o devido registro de acordo com o artigo 42¹² e seguintes do referido Diploma Legal.
7. Cabe ressaltar, ainda, a não incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), tendo em vista o disposto no artigo 11, VII¹³, da Lei Federal nº 13.465/2017 que adota a legitimação fundiária como mecanismo de reconhecimento de aquisição originária. Portanto, o registro deve ser efetivado independentemente de comprovação de pagamento do ITBI, com base na legislação federal e no artigo 13¹⁴ da Resolução CM nº 8, de 9/06/2014.
8. Consequentemente, fica cumprido o disposto no inciso XI¹⁵, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.935/1994, bem como no artigo 289¹⁶ da Lei Federal nº 6.015/1973.
9. Fica deferida a Reurb, independentemente da inexistência de lei municipal específica que trate de medidas ou posturas de interesse local aplicáveis a projetos de regularização fundiária urbana, nos termos do parágrafo único do artigo 28¹⁷ da Lei Federal nº 13.465/2017.
10. Instaurada a Reurb, o Município procedeu às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio do imóvel onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado, tendo

¹¹ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 30. Compete aos Municípios nos quais estejam situados os núcleos urbanos informais a serem regularizados: [...] III - emitir a CRF.

¹² Artigo 42. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público. Parágrafo único. Em caso de recusa do registro, o oficial do cartório do registro de imóveis expedirá nota devolutiva fundamentada, na qual indicará os motivos da recusa e formulará exigências **nos termos desta Lei**.

¹³ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 11. Para fins desta Lei, consideram-se: [...] VII - legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

¹⁴ RESOLUÇÃO CM N. 8 DE 9 DE JUNHO DE 2014: Artigo 13. O registro do domínio de que trata a presente resolução, observando-se o princípio da continuidade registral, independe da comprovação do pagamento de quaisquer tributos, inclusive previdenciários:

¹⁵ LEI FEDERAL nº 8.935/1994: Artigo 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: [...] XI - fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar;

¹⁶ Lei Federal nº 6.015/1973: Artigo 289. No exercício de suas funções, cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.

¹⁷ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 28. A Reurb obedecerá às seguintes fases: Parágrafo único. Não impedirá a Reurb, na forma estabelecida nesta Lei, a inexistência de lei municipal específica que trate de medidas ou posturas de interesse local aplicáveis a projetos de regularização fundiária urbana.



identificado a matrícula nº 1.051 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, nos termos do artigo 31¹⁸ da Lei Federal nº 13.465/2017.

11. Dessa forma, fica dispensada a hipótese de utilização do instrumento de Demarcação Urbanística, nos termos do § 9º do artigo 31¹⁹ da Lei Federal nº 13.465/2017.

12. Tratando-se de imóvel público, o Município notificou os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, sendo que o único confrontante USICASTE IND. E COM. LTDA apresentou impugnação, no qual foi acolhido suas razões e assim inclui-se os vértices e coordenadas apresentadas pela impugnante, nos termos do § 1º²⁰ do artigo 31 da Lei Federal nº 13.465/2017.

13. A Reurb foi instaurada por decisão deste Município, por meio de requerimento, por escrito, nos termos do artigo 14, I²¹ e artigo 32²² da Lei Federal nº 13.465/2017.

14. Aprovo o projeto de regularização fundiária, ficando dispensada a implantação da infraestrutura essencial de qualquer item coletivo, como Energia Elétrica, já que constante na gleba, nos termos do artigo 33²³ da Lei Federal nº 13.465/2017, estando presentes também o sistema de abastecimento de água potável coletiva e o sistema de coleta e tratamento do esgotamento.

15. As plantas e os memoriais descritivos foram assinados por profissional legalmente habilitado, acompanhadas da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, nos termos do § 5º²⁴ do artigo 36 da Lei Federal nº 13.465/2017.

¹⁸ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 31. Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.

¹⁹ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 31. [...] § 9º Fica dispensado o disposto neste artigo, caso adotados os procedimentos da demarcação urbanística.

²⁰ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 31 [...] § 1º Tratando-se de imóveis públicos ou privados, caberá aos Municípios notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar impugnação no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da notificação.

²¹ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios**, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;

²² LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 32. A Reurb será instaurada por **decisão do Município**, por meio de requerimento, por escrito, de um dos legitimados de que trata esta Lei.

²³ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 33. Instaurada a Reurb, compete ao Município aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

²⁴ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 36 [...] § 5º A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.



16. O oficial de registro fica dispensado de providenciar a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, uma vez cumprido esse rito pelo Município, conforme o disposto no artigo 31²⁵ desta Lei, nos termos do § 6º²⁶ do artigo 44 da Lei Federal nº 13.465/2017.
17. Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguiram as diretrizes estabelecidas por esta autoridade municipal, nos termos do artigo 47²⁷ da Lei Federal nº 13.465/2017.
18. Dispensou a exigência de firma reconhecida nos documentos que acompanham a presente Certidão, nos termos do parágrafo único²⁸, do artigo 47, da Lei Federal nº 13.465/2017.
19. Cumpridos, uma a uma, todas as fases do procedimento administrativo de regularização fundiária, decidiu-se, tudo com base no artigo 40²⁹ da Lei Federal nº 13.465/2017:
- a. Não haver intervenções a serem realizadas no perímetro objeto do presente pedido de regularização fundiária, tendo em vista tratar-se de área urbana consolidada com a presença de todos os equipamentos urbanos plenamente satisfeitos;
 - b. A aprovação do projeto de regularização fundiária proposto nos autos, pois presentes todos os itens previstos pela legislação pertinente;
 - c. A declaração do direito real de propriedade, conforme artigo 1.228³⁰ do Código Civil Brasileiro, com a concessão de todas as faculdades de proprietário aos ocupantes das

²⁵ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 31. Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.

²⁶ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 44 [...] § 6º O oficial de registro fica dispensado de providenciar a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, uma vez cumprido esse rito pelo Município, conforme o disposto no artigo 31 desta Lei.

²⁷ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 47. Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguirão as diretrizes estabelecidas pela autoridade municipal ou distrital competente, as quais serão consideradas atendidas com a emissão da CRF.

²⁸ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 47 [...] Parágrafo único. Não serão exigidos reconhecimentos de firma nos documentos que compõem a CRF ou o termo individual de legitimação fundiária quando apresentados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios ou entes da administração indireta.

²⁹ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 40. O pronunciamento da autoridade competente que decidir o processamento administrativo da Reurb deverá: I - indicar as intervenções a serem executadas, se for o caso, conforme o projeto de regularização fundiária aprovado; II - aprovar o projeto de regularização fundiária resultante do processo de regularização fundiária; e III - identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada, e os respectivos direitos reais.



unidades objeto desse pedido de regularização fundiária, com a metragem definida em cada um dos memoriais individuais apresentados;

- d. A emissão da Certidão de Regularização Fundiária, prevista no artigo 41³¹ da Lei Federal nº 13.465/2017, para fins de concretização dos direitos aqui concedidos a cada particular;
- e. Por fim, encaminhamento de ofício ao Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, acerca do teor do procedimento em epígrafe, para que adote as medidas cabíveis, conforme os dispositivos presentes no artigo 42³² e seguintes da Lei Federal nº 13.465/2017.

São José/SC, 01 de agosto de 2023.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Matrícula n.º 435992-5

Presidente da Comissão de Regularização Fundiária Municipal

Decreto Municipal nº 16942/2022

³⁰ CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: Artigo 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

³¹ LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 41. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: I - o nome do núcleo urbano regularizado; II - a localização; III - a modalidade da regularização; IV - as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma; V - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; VI - a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

³² LEI FEDERAL nº 13.465/2017: Artigo 42. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO N.º 023/2023**

Publicação N° 5053630

EXTRATO DO CONTRATO N.º 023/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 27/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 130/2023/DA

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC

CONTRATADA: FLORICULTURA DANIELA TELES LTDA

OBJETO: Fornecimento de arranjos florais naturais, de tipos variados, para compor a decoração das sessões solenes

VALOR: R\$ 7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: item orçamentário 3.3.90.39

PRAZO: 12 (doze) meses

FUNDAMENTO: Art. 24, II da Lei n.º 8.666/1993

São José do Cedro

PREFEITURA

CCA Nº 1.481/2023 - MIGUEL DAL BOSCO

Publicação Nº 5053176

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL PROTOCOLO Nº 1.481/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.481/2023 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até 07/08/2024, formulado pelo empreendedor MIGUEL DAL BOSCO, CPF: 621.082.719-53, para a atividade 34.11.04 – PRODUÇÃO E ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA NO SOLO, no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Segundo Anibal Balbinot, 189, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

CCA Nº 1.500/2023 - VRS PARTICIPAÇÕES LTDA

Publicação Nº 5052827

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL PROTOCOLO Nº 1.500/2023

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1.500/2023 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até 28/02/2025, formulado pelo empreendedor VRS PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ: 44.582.607/0001-00, para a atividade 71.11.07 – CONDOMÍNIOS DE EDIFÍCIOS DE USO MISTO (COMERCIAL, RESIDENCIAL, SERVIÇOS), no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Segundo Anibal Balbinot, 189, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.138, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053345

DECRETO Nº 8.138, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento programa de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.717, de 07 de dezembro de 2022, e de acordo com o artigo 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar proveniente do provável excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.181.4523 2.008 4.4.90.00.00.00.00.0.1.500	35	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.717, de 07 de dezembro de 2022 e o artigo 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA SELEÇÃO DE JURADOS PARA O 3º FESTIVAL DE CENAS CURTAS DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Publicação Nº 5045101

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA SELEÇÃO DE JURADOS PARA O 3º FESTIVAL DE CENAS CURTAS DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Homologa as inscrições e divulga a classificação preliminar da seleção de Jurados para o 3º Festival de Cenas Curtas do Instituto Cultural de São Lourenço.

JADER GABRIEL IORIS, Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, em obediência ao que determina o disposto no art. 23, inciso V e art. 30, inciso IX da Constituição Federal, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 81/2007 e da Lei nº 2.382, de 07 de março de 2018;

CONSIDERANDO a emissão da Ata de Avaliação pela Comissão de Avaliação de Espetáculos da 10ª Semana de Teatro, do Instituto Cultural de São Lourenço, designada pela Portaria nº 790, de 19 de junho de 2023;

Resolve tornar pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR OBTIDA PELOS ARTISTAS TEATRAIS REGULARMENTE INSCRITOS no processo de seleção de jurados para o 3º Festival de Cenas Curtas do Instituto Cultural de São Lourenço, conforme segue:

1. ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES

1.1. Ficam deferidas e homologadas as seguintes inscrições realizadas pelos grupos e companhias teatrais no processo de seleção de jurados para o 3º Festival de Cenas Curtas do Instituto Cultural de São Lourenço, considerando o atendimento das exigências constantes do item 5 e subsequentes do Edital de abertura, conforme segue:

INSC.	PROPONENTE	CPF	SITUAÇÃO
001	João Tomaz Dos Santos Neto	853.***.***- 72	Deferido
INSC.	PROPONENTE	CPF	SITUAÇÃO

002	Gustavo Loeff Zardo	074.***.***- 56	Deferido
INSC.	PROPONENTE	CPF	SITUAÇÃO
003	Clodoaldo Calai	647.***.***- 30	Deferido
INSC.	PROPONENTE	CPF	SITUAÇÃO
004	Daiane Cristina Carneiro	074.***.***- 58	Deferido
INSC.	PROPONENTE	CPF	SITUAÇÃO
005	Ivania Lovison	061.***.***- 38	Deferido

2. DA PONTUAÇÃO

2.1. Fica divulgada a pontuação obtida pelos artistas devidamente inscritos na seleção de espetáculos para o 3º Festival de Cenas Curtas do Instituto Cultural de São Lourenço, de acordo com os itens 7 e 8 do Edital de abertura e segundo a Ata de Avaliação emitida pela Comissão de Avaliação, conforme segue:

2.1.1. Avaliação das propostas para realização de Jurado:

Proposta: 001 / João Tomaz Dos Santos Neto		Pontuação
I	Nível de formação: A pontuação de se dará de forma cumulativa, sendo acrescida a cada formação apresentada.	01
II	Participação como ator e/ou diretor em espetáculos apresentados no período de janeiro de 2021 a julho de 2023.	18
III	Cursos/oficinas/workshops ministrados no período janeiro de 2021 a julho de 2023.	15
IV	Premiação recebida pelo proponente em festivais de teatro no período janeiro de 2021 a julho de 2023;	--
V	Valor da proposta.	01
--	Pontuação obtida	35 Pontos

Proposta: 002 / Gustavo Loeff Zardo		Pontuação
I	Nível de formação: A pontuação de se dará de forma cumulativa, sendo acrescida a cada formação apresentada.	03
II	Participação como ator e/ou diretor em espetáculos apresentados no período de janeiro de 2021 a julho de 2023.	05
III	Cursos/oficinas/workshops ministrados no período janeiro de 2021 a julho de 2023.	05
IV	Premiação recebida pelo proponente em festivais de teatro no período janeiro de 2021 a julho de 2023;	--
V	Valor da proposta.	02
--	Pontuação obtida	15 Pontos

Proposta: 003 / Clodoaldo Calai		Pontuação
I	Nível de formação: A pontuação de se dará de forma cumulativa, sendo acrescida a cada formação apresentada.	05
II	Participação como ator e/ou diretor em espetáculos apresentados no período de janeiro de 2021 a julho de 2023.	22
III	Cursos/oficinas/workshops ministrados no período janeiro de 2021 a julho de 2023.	12
IV	Premiação recebida pelo proponente em festivais de teatro no período janeiro de 2021 a julho de 2023;	-
V	Valor da proposta.	01
--	Pontuação obtida	40 Pontos

Proposta: 004 / Daiane Cristina Carneiro		Pontuação
I	Nível de formação: A pontuação de se dará de forma cumulativa, sendo acrescida a cada formação apresentada.	04
II	Participação como ator e/ou diretor em espetáculos apresentados no período de janeiro de 2021 a julho de 2023.	08
III	Cursos/oficinas/workshops ministrados no período janeiro de 2021 a julho de 2023.	10
IV	Premiação recebida pelo proponente em festivais de teatro no período janeiro de 2021 a julho de 2023;	--
V	Valor da proposta.	03
--	Pontuação obtida	25 Pontos

Proposta: 005 / Ivania Lovison		Pontuação
I	Nível de formação: A pontuação de se dará de forma cumulativa, sendo acrescida a cada formação apresentada.	01
II	Participação como ator e/ou diretor em espetáculos apresentados no período de janeiro de 2021 a julho de 2023.	06
III	Cursos/oficinas/workshops ministrados no período janeiro de 2021 a julho de 2023.	--
IV	Premiação recebida pelo proponente em festivais de teatro no período janeiro de 2021 a julho de 2023;	--
V	Valor da proposta.	01
--	Pontuação obtida	08 Pontos

3. DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

3.1. Ficam classificados os espetáculos inscritos pelos grupos e companhias teatrais a seguir relacionados, que atingiram maior pontuação para as propostas apresentadas, observados os critérios dispostos no edital de abertura, conforme quadros que seguem:

3.1.1. Avaliação das Propostas para Jurado

JURADOS (14/09/2023 - Quinta-feira)		
INSCRIÇÃO	SELECIONADOS	PONTOS
003	Clodoaldo Calai	40
001	João Tomaz Dos Santos Neto	35
004	Daiane Cristina Carneiro	25
SUPLENTE		
002	Gustavo Loeff Zardo	15
005	Ivania Lovison	08

4. DO REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO

4.1. Diante da publicação da relação de artistas, grupos e companhias teatrais selecionadas, fica aberto o prazo de 02 (dois) dias, iniciando em 14 de agosto de 2023, para apresentação de pedido de reconsideração junto à Comissão de Avaliação de Espetáculos, por meio de requerimento escrito e fundamentado, encaminhado através do e-mail icsl@saolourenco.sc.gov.br.

4.2. Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado será divulgado nos mesmos órgãos de imprensa, abrindo-se o prazo para que os artistas e/ou companhias teatrais selecionados confirmem a participação no evento, através do e-mail icsl@saolourenco.sc.gov.br ou WhatsApp (49) 3344-8526.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de agosto de 2023.

JADER GABRIEL IORIS
Presidente do ICSL

PORTARIA Nº 892, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051592

PORTARIA Nº 892, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto nos art. 50 e 91-A da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração de EDISSON ARI PILETTI, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo;

CONSIDERANDO que o tempo de serviço efetivo do Servidor até 11 de Agosto de 2023, totaliza 12 (doze) anos, 09 (nove) meses e 00 (zero) dias;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido a partir de 11 de agosto de 2023, o servidor público municipal EDISSON ARI PILETTI, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 1943/01.

Art. 2º Indenizar, o Servidor de que trata o art. 1º, por desligamento voluntário, no valor de um vencimento por ano e fração de serviço efetivo prestado ao Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 893, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5051603

PORTARIA Nº 893, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos IV e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010;

RESOLVE:

Art.1º Conceder à Servidora Pública Municipal DANIELA TEIXEIRA BRESSAN, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, matrícula nº 1856/06, licença por motivo do falecimento de seu pai, no período de 09 a 13 de Agosto de 2023, sem prejuízo de seus direitos.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de Agosto de 2023.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de Agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 894 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052168

PORTARIA Nº 894 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidor Público Municipal MARCIO POSSAMAI DELLA, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3131/10, de 07 a 16 de agosto de 2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 895 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052176

PORTARIA Nº 895 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal RAQUEL AVILA, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3506/03, de 07 a 16 de agosto de 2023.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de Agosto de 2023.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2023.

PORTARIA Nº 896 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053446

PORTARIA Nº 896 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 04/2023, homologado pelo Decreto nº 8.034 de 05 de maio de 2023, CONSIDERANDO que a professora que estava designada para a Oficina do Brincar na EME Integral voltou para sua lotação de origem;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário, pelo período de 14 de agosto a 14 de dezembro de 2023, a Senhora JAQUELINE GONÇALVES DA SILVA, no cargo de Professor Habilitado - ACT, para atuar como Professor de Educação Física, 40 (quarenta) horas semanais, turno matutino/vespertino na EME Integral.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de Agosto de 2023.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2023.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 94/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5053605

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 26F1CCD915E773448F4D98CEC8ADD218035A0174

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 94/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2023

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da Secretária Adjunta de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade dispensa de licitação tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA A FIM DE AVALIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS ATRAVÉS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Contratado: TULIPA PESQUISAS DE MERCADO E OPINIÃO PÚBLICA LTDA ME.

CNPJ: 19.731.315/0001-37.

Valor total de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Licitação regida pela Lei Federal n. 14.133/21 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 3631-2006.

São Miguel do Oeste – SC, 11 de agosto de 2023.

THAÍS JALINE SIPPERT COSTA

Secretária Adjunta de Administração

OFICIO_DE_CONVOCAAO_170_2023_IRLENE_CRISTINE_DOS_SANTOS_FERREIRA

Publicação Nº 5052245

São Miguel do Oeste/SC, 10 de agosto de 2023.

OFÍCIO Nº 170/2023 – SAGP – DDP

A(o) Senhor(a)

IRLENE CRISTINE DOS SANTOS FERREIRA

Prezado(a) Senhor(a),

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de RECEPCIONISTA, 40h (quarenta horas) semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2023 de 11 de abril de 2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/concursos-processos/processo-seletivo-0012023>, Processo Seletivo Edital nº 001/2023, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]

JANAINA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas M

PORT_1433_SUSANA_GARLET_CAVALHEIRO_NOMEAR_EFETIVO

Publicação Nº 5053500

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1433/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é

o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

CONSIDERANDO a classificação final do Concurso Público 008/2019;

CONSIDERANDO a vacância em decorrência da exoneração da servidora Thais Carla Britto Varela, em 14/06/2023;

CONSIDERANDO o Memorando 23.332/2023 da Secretaria Municipal de Educação solicitando a nomeação de um Auxiliar de Creche;

CONSIDERANDO a desistência da candidata Katia Eliana Dalla Porta.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Susana Garlet Cavalheiro pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar CEI Sonho Feliz, da Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Marialice Brassiani

Técnico Administrativo

PORT_1434_REVOGAR_EFEITOS_DA_PORTARIA_1063_2022_REDUCAO_DE_CARGA_HORARIA_SILVIA_HELENA_ANTUNES_COSTA_CASTELLI

Publicação Nº 5053501

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1434/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que fora emitida a Portaria SAGP/DDP n. 1063, de 28 de julho de 2022, de redução de carga horária da servidora efetiva Silvia Helena Antunes Costa Castelli, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, com redução proporcional da remuneração, a partir de 28 de julho de 2022;

Considerando o Memorando 30.820/2023 com a solicitação da servidora Silvia Helena Antunes Costa Castelli de aumento da carga horária para 40 horas semanais, a partir de 15 de agosto de 2023;

Considerando a manifestação favorável do Secretário Municipal de Esporte e Cultura;

Considerando o princípio do interesse público aplicado à Administração.

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR os efeitos da portaria SAGP/DDP n. 1063, de 28 de julho de 2022, que reduziu a carga horária da servidora pública municipal efetiva SILVIA HELENA ANTUNES COSTA CASTELLI, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, na Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, 40 horas semanais, passando para 20 horas semanais, com redução proporcional da remuneração, a partir de 15 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 10 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1435_RETIFICAR_PORTARIA_1207_2023_TATIANE_COLOMBO_NOMEAR_EFETIVO

Publicação Nº 5053504

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1435/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando que constou de forma equivocada o número da portaria de nomeação da candidata Tatiane Colombo;

Considerando que a numeração correta é 1308 de, 25 de julho de 2023 e não 1207 de, 25 de julho de 2023;

Considerando que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a portaria SAGP/DDP n. 1207, de 25 de julho de 2023:

Onde se lê:

“PORTARIA SAGP/DDP Nº 1207/2023”

Leia-se:

“PORTARIA SAGP/DDP Nº 1308/2023”

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 10 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Marialice Brassiani
Técnico Administrativo

PORT_1436_JAQUELINE_RODRIGUES_DA_SILVA_DESIGNAR_UBS_SAO_GOTARDO

Publicação Nº 5053506

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1436/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Memorando 31.022/2023, com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de designação da servidora Jaqueline Rodrigues da Silva, para atuar na Unidade Básica de Saúde do bairro São Gotardo;

Considerando o princípio do interesse público aplicado à Administração.

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, para passar a atuar junto a Unidade Básica de Saúde do bairro São Gotardo, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 10 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1437 LETICIA NATALIA REMOWICZ DA SILVA DESIGNAR SEC SAUDE PEQ PROCEDIMENTOS E PICS

Publicação Nº 5053507

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1437/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o Memorando 31.022/2023, com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de designação da servidora Leticia Natalia Remowicz da Silva, para atuar nos Pequenos Procedimentos e cobertura de PICS;

Considerando o princípio do interesse público aplicado à Administração.

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva LETICIA NATALIA REMOWICZ DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, para passar a atuar nos Pequenos Procedimentos e cobertura de PICS, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 10 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1438_KARISE_ANELISE_SCHMIDT_FERREIRA_PROGRESSAO_FUNCIONAL

Publicação Nº 5053508

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1438/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional por desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 do mesmo diploma legal, asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado constante no Memorando 31.012/2023, exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 9.156/2019, e alterações, o qual solicita a progressão funcional da servidora Karise Anelise Schmidt Ferreira;

Considerando a tramitação do Memorando 17.343/2022, no qual a Administração Municipal orientou sobre a aplicação das Leis Complementares Federais n. 0173/2020 e 0191/2022.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho a servidora pública municipal efetiva KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA, ocupante do cargo de Enfermeiro, Nível I, para o Nível II, referente ao período aquisitivo de 12 de agosto de 2020 a 12 de agosto de 2023, a partir de 12 de agosto de 2023, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 11 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAINA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1439_CLARICE_LUCIANE_DE_OLIVEIRA_FORGIARINI_AMPLIACAO_DE_CARGA_HORARIA

Publicação Nº 5053509

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1439/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a Constituição Federal no Art. 6º assevera que dentro outros a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar meios de acesso à educação;

Considerando que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e dever do Estado e que são de relevância pública as ações e serviços de educação e que as aulas não podem ser interrompidas;

Considerando a Resolução 002/2019 do Conselho Municipal de Educação, a qual aprovou na íntegra o parecer 002/2019 da Câmara Especial Permanente de Educação Especial, que regulamenta a Educação Especial, bem como estabelece as normas para atendimento do Segundo

Professor na rede municipal de ensino de São Miguel do Oeste/SC;

Considerando a classificação no Processo Seletivo nº 002/2022, homologado em 12 de dezembro de 2022;

Considerando que a senhora Clarice Luciane de Oliveira Forgiarini fora contratada para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no turno vespertino na EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, na Secretaria Municipal de Educação, conforme Portaria SAGP/DDP n. 758/2023;

Considerando que quando chamado para assumir a função de professor na área da Educação Especial a única vaga disponível até a sua classificação era de 20 horas semanais para o turno vespertino e a manifestação do interesse em ampliar a carga horária em mais 20 horas semanais, conforme Protocolo 7.986/2023;

Considerando o Memorando 25.620/2023, com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, de ampliação de carga horária da senhora Clarice Luciane de Oliveira Forgiarini para atuar no turno matutino na EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, auxiliando o aluno J.B.S., do 2º ano do Ensino Fundamental;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR CARGA HORÁRIA, da servidora pública municipal contratada CLARICE LUCIANE DE OLIVEIRA FORGIARINI, ocupante do cargo de Professor, na área de Educação Especial, 20 horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, passando para 40 horas semanais, para atuar mais 20 horas semanais na EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, auxiliando o aluno J.B.S., do 2º ano do Ensino Fundamental, no período de 14 de agosto de 2023 ou até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 11 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAINA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORT_1440_LILIANE_CRISTINE_MACHADO_READAPTAR

Publicação Nº 5053513

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1440/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012, Estatuto dos Servidores, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando o inciso III do mesmo artigo, o qual dispõe que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial;

Considerando o disposto no artigo 41 da Lei Complementar Municipal nº 009/2012, de que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga;

Considerando o Memorando 29.666/2023 com o atestado médico apresentado pela servidora Liliane Cristine Machado;

Considerando o encaminhamento da solicitação à Junta Médica Oficial do Município, que exarou parecer pela readaptação da servidora, conforme despacho 4 do mesmo Memorando;

Considerando a manifestação da Secretária Adjunta de Saúde para que a servidora seja readaptada em funções administrativas na Unidade Básica de Saúde do bairro Santa Rita.

RESOLVE:

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva LILIANE CRISTINE MACHADO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, para atuar em funções administrativas na Unidade Básica de Saúde do bairro Santa Rita, da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando as restrições do atestado médico e laudo exarado pela Junta Médica Oficial do Município, no período de 11 de agosto de 2023 até que perdure a gestação.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 11 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORT_1441_MARINES_CASTANHEIRA_CONTRATAR_EM_CARATER_TEMPORARIO

Publicação Nº 5053515

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1441/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 6º, assevera que dentre outros a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar meios de acesso à educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando a classificação no Processo Seletivo Simplificado 07/2023, cujo resultado foi homologado em 26 de junho de 2023;

Considerando o Memorando 27.423/2023, com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação de contratação de profissional para o cargo de Auxiliar de Creche, para atuar no CEI Mundo Mágico, em substituição a servidora Elis Regina Bach Dutra de Campos, readaptada conforme Portaria SAGP/DDP n. 1285/2023.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a senhora MARINES CASTANHEIRA, pelo regime Estatutário, ACT, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, para atuar no CEI Mundo Mágico, na Secretaria Municipal de Educação, em substituição a servidora efetiva Elis Regina Bach Dutra de Campos, no período de 14 de agosto de 2023 até o retorno da titular ou até o final do ano letivo de 2023.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.
Em 11 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1442_CHARLES_DE_LUCCA_GASPERIN_DAR_POSSE_E_INICIO_DE_EXERCICIO

Publicação Nº 5053516

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1442/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do artigo 24, da LCM 009/2012;

Considerando os termos do artigo 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

Considerando o Memorando 25.860/2023, com a solicitação de nomeação de servidor efetivo do cargo de Educador Físico para atender a demanda de trabalho junto a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando a nomeação do senhor Charles de Lucca Gasperin, conforme Portaria SAGP/DDP n. 1300, de 24 de julho de 2023, para o cargo de Educador Físico.

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INÍCIO DE EXERCÍCIO a CHARLES DE LUCCA GASPERIN pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Educador Físico, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão Central da Administração Municipal, designado para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social em razão de aprovação no Concurso Público Edital nº 001/2022, homologado em 21 de junho de 2022, a partir de 14 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 11 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORT_1443_DEJANIR_RIBEIRO_DA_SILVA_CONTRATAR_EM_CARATER_TEMPORARIO

Publicação Nº 5053625

PORTARIA SAGP/DDP Nº 1443/2023

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a Lei Complementar 6.616/2012, a qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da constituição federal;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023;

Considerando o Memorando 28.960/2023, com a solicitação de contratação de profissional para o cargo de Motorista, para atender a demanda de trabalho junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão da exoneração do servidor efetivo Rodrigo Pedroso de Oliveira, conforme Portaria SAGP/DDP n. 1304/2023;

Considerando que não há mais candidatos a serem convocados do Concurso Público 022/2014 e suas retificações;

Considerando o parecer favorável do Chefe do Executivo Municipal;

Considerando os princípios da eficiência e da continuidade da prestação dos serviços;

Considerando o princípio do interesse público aplicado à Administração.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO o Senhor DEJANIR RIBEIRO DA SILVA, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 14 de agosto de 2023 até que perdure a necessidade ou até a realização e homologação de concurso público para o cargo de Motorista ou até 13 de agosto de 2024.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 11 de agosto de 2023.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO 93/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5052532

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B444577537A59180FD3F560F976634BD113B6725

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2023

LEILÃO 01/2023

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir da Secretária Adjunta de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de LEILÃO, tipo MAIOR LANCE.

OBJETO: LEILÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº. 8.103/2023, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Cadastro de lances: das 08h do dia 16 de agosto de 2023 até às 10h do dia 14 de setembro de 2023.

Sessão de disputa de preços (encerramento dos lances): A partir das 10h do dia 14 de setembro de 2023.

Licitação regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631-2006, e o edital consta na íntegra nos sites: www.eckertleiloes.com.br e www.superbid.net, nos quais os fornecedores deverão cadastrar os lances e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 11 de agosto de 2023.


THAÍS JALINE SIPPERT COSTA

Secretária Adjunta de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 81/2023 - PREFEITURA

Publicação Nº 5052283

Página: 1 / 3

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE CNPJ: 82.821.174/0001-80 Telefone: (49) 3631-2000 Endereço: RUA MARCÍLIO DIAS, 1199 - CENTRO CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 55/2023
	Processo Adm.: 81/202 Data do Processo: 06/07/202

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 81/2023
b) **Nr. Licitação:** 55/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET, INTRANET E INFRAESTRUTURA DE PONTO A PONTO, INTERLIGADAS 100% VIA FIBRA ÓTICA, PARA ACESSO PERMANENTE E COMPLETO, COM CONEXÃO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, SEM RESTRIÇÃO DE BANDA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Lote: 1

Participante: **TECHINFO TELECOMUNICACOES LTDA**

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	CONEXÃO BANDA LARGA COM VELOCIDADE DE 1GBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD A 1GBPS E DE DOWNLOAD A 1GBPS): a CONTRATADA deverá fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 1GBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 1GBps e do link de upload à 1GBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA, DO ANEXO DESTES EDITAL. LOCAL: PREFEITURA - CENTRO ADMINISTRATIVO - 1 (UM) PONTO. - CONEXÃO BANDA LARGA COM VELOCIDADE DE 1GBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD A 1GBPS E DE DOWNLOAD A 1GBPS): a CONTRATADA deverá fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 1GBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 1GBps e do link de upload à 1GBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA, DO ANEXO DESTES EDITAL. LOCAL: PREFEITURA - CENTRO ADMINISTRATIVO - 1 (UM) PONTO.	Não	12,000 UNMES	1.219,7600	14.637,12

São Miguel do Oeste, 11 de Agosto de 2023

.....
THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

Página: 2 / 3

Item	Especificação	Marca	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
2	CONEXÃO BANDA LARGA DE 200MBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD DE 200MBPS E DE DOWNLOAD DE 200BPS): a CONTRATADA deverá fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 200MBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 200MBps e do link de upload à 200MBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA deste edital. LOCAL: ÓRGÃOS, SECRETARIAS, PRAÇAS - 73 (SETENTA E TRÊS) PONTOS. - CONEXÃO BANDA LARGA DE 200MBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD DE 200MBPS E DE DOWNLOAD DE 200BPS): a CONTRATADA deverá fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 200MBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 200MBps e do link de upload à 200MBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA deste edital. LOCAL: ÓRGÃOS, SECRETARIAS, PRAÇAS - 73 (SETENTA E TRÊS) PONTOS.		12,000	UNMES	17.443,6100	209.323,32

Item	Especificação	Marca	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
3	CONEXÃO BANDA LARGA DE 200MBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD DE 200MBPS E DE DOWNLOAD DE 200BPS): a CONTRATADA deverá fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 200MBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 200MBps e do link de upload à 200MBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA deste edital. LOCAL: CORPO DE BOMBEIROS - 2 (DOIS) PONTOS. - CONEXÃO BANDA LARGA DE 200MBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD DE 200MBPS E DE DOWNLOAD DE 200BPS): a CONTRATADA deverá fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 200MBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 200MBps e do link de upload à 200MBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA deste edital. LOCAL: CORPO DE BOMBEIROS - 2 (DOIS) PONTOS.		12,000	UNMES	477,9100	5.734,92

Item	Especificação	Marca	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
4	CONEXÃO BANDA LARGA DE 200MBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD DE 200MBPS E DE DOWNLOAD DE 200BPS): a CONTRATADA deverá fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 200MBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 200MBps e do link de upload à 200MBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA deste edital. LOCAL: POLÍCIA CIVIL - 5 (CINCO) PONTOS. - CONEXÃO BANDA LARGA DE 200MBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD DE 200MBPS E DE DOWNLOAD DE 200BPS): a CONTRATADA deverá		12,000	UNMES	1.194,7700	14.337,24

São Miguel do Oeste, 11 de Agosto de 2023

THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 200MBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 200MBps e do link de upload à 200MBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA deste edital. LOCAL: POLÍCIA CIVIL - 5 (CINCO) PONTOS.

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
5	CONEXÃO BANDA LARGA DE 200MBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD DE 200MBPS E DE DOWNLOAD DE 200BPS): a CONTRATADA deverá fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 200MBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 200MBps e do link de upload à 200MBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA deste edital. LOCAL: POLÍCIA MILITAR - 1 (UM) PONTO. - CONEXÃO BANDA LARGA DE 200MBPS (LINK DE TRANSMISSÃO DE UPLOAD DE 200MBPS E DE DOWNLOAD DE 200BPS): a CONTRATADA deverá fornecer serviço de acesso à internet e à intranet em alta velocidade interligadas 100% via fibra ótica que permita a conexão banda larga a uma velocidade de 200MBps, com garantia da velocidade de transmissão do link de download à 200MBps e do link de upload à 200MBps. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA deste edital. LOCAL: POLÍCIA MILITAR - 1 (UM) PONTO.		12,000 UNMES	238,9500	2.867,40

Total do Participante: 246.900,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Adm Geral dos Bens e Serviços do Corpo de Bombeiros	09.001.06.182.0178.2052.3.3.90.00.00	R\$ 1.968,
Adm Geral dos Bens e Serviços da Polícia Civil	09.001.06.182.0174.2050.3.3.90.00.00	R\$ 4.920,
Adm Geral dos Bens e Serviços da Polícia Militar	09.001.06.181.0177.2051.3.3.90.00.00	R\$ 984,
Administração geral dos bens e serviços de responsabilidade do Órgão	03.001.04.122.0021.2013.3.3.90.00.00	R\$ 76.752,

São Miguel do Oeste, 11 de Agosto de 2023

THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMV/SMO Nº 0096/2023 - FÉRIAS**

Publicação Nº 5054227

PORTARIA CMV/SMO Nº 0096/2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS REMANESCENTES A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso XXXV do Art. 24 da Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990;

Considerando a solicitação de férias feita pelo Servidor Marcos Ferreira;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS REMANESCENTES para o Servidor da Câmara Municipal, MARCOS FERREIRA, ocupante do cargo de Agente de Informática, referente ao período aquisitivo de 1º de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021, pelo período de 18 dias, sendo do dia 25 de setembro ao dia 12 de outubro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC.

Em 09 de agosto de 2023.

Paulo Ricardo Drumm

Presidente -

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Flávio José de Ramos

Secretário Executivo

PORTARIA CMV/SMO Nº 0097/2023 - RESSARCIMENTO PELO USO DE VEÍCULO PARTICULAR

Publicação Nº 5054237

PORTARIA CMV/SMO Nº 0097/2023

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE RESSARCIMENTO POR QUILOMETRO RODADO PELO USO DE VEÍCULO PRÓPRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno (Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992);

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR ao Vereador MOACIR FIORINI a importância de R\$ 910,00 (novecentos reais) a título de Ressarcimento por Quilômetro Rodado pelo uso de veículo próprio, conforme Art. 7º do Decreto 002/2023, de 17 de fevereiro de 2023, para custear as despesas com combustível, conforme deslocamento autorizado na Portaria nº 088/2023, e devidamente comprovado na Solicitação de Ressarcimento protocolado sob nº 2185.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC.

Em 10 de agosto de 2023.

Paulo Ricardo Drumm

Presidente -

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Flávio José de Ramos

Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA 438/2023

Publicação Nº 5053609

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 438/2023

DISCIPLINA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS MUNICIPAIS.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, e com fundamento no Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art.1º - Fica delegada, na forma do artigo 45, parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, competência ao servidor CLEITON XAVIER PLATEN (Trabalhador Braçal), autorização para devidamente habilitado, conduzir veículo da administração municipal, nos casos de:

- I - Justificada necessidade de extrapolar a jornada de trabalho do motorista, oficialmente responsável pelo veículo;
- II - Trabalhos executados em sábados, domingos e feriados;
- III – Trabalhos executados em horários normais, porém de caráter emergencial que necessite do veículo para locomoção, desde que na ausência do motorista responsável apto a realizar o trabalho;
- IV- Nos demais casos que julgar conveniente ao bom serviço da Administração Pública.

Art. 2º - Ao servidor CLEITON XAVIER PLATEN (Trabalhador Braçal) que foi delegado a competência para conduzir o veículo de propriedade do Município nos termos desta Portaria, assumirá toda e qualquer responsabilidade pelo seu bom uso, conservação e eventuais danos que nele causar ao atingir a terceiros.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de julho de 2023.
CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 439/2023

Publicação Nº 5053614

PORTARIA n.º 439/2023
NOMEIA OS SERVIDORES PARA ATUAÇÃO COMO PREGOEIRO, PRESIDENTE E MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, IV da Lei nº 10.520/2002,
CONSIDERANDO o disposto no art. 38º, III da Lei nº 8.666/93,
CONSIDERANDO a necessidade de alterar parte dos membros anteriormente nomeados na portaria nº 423/2023.

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear Pregoeiro, Presidente, Membros da Comissão Permanente de Licitações e Equipe de Apoio do Município de São Pedro de Alcântara, dos Fundos e Autarquias Municipais, composta pelos seguintes Servidores:

- I- KEROLLEN PRISCILLA SILVA, na qualidade de Pregoeira e Membro;
- II- JEISA SEBERINO, na qualidade de Presidente e Membro;
- III- JOSÉ MARIO DE CASTRO, na qualidade de Membro e Equipe de Apoio;
- IV- MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCKES, na qualidade de Membro e Equipe de Apoio;

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, em 11 de agosto de 2023.
CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 434/23

Publicação N° 5051664

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 434/2023
Concede férias ao servidor LÚCIO ERHARDT

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 103 e suas alterações da Lei Complementar nº 05/97.

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder férias ao servidor LÚCIO ERHARDT ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, férias de 15 dias que gozará a partir de 14/08/2023 á 28/08/2023, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de agosto de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 435/23

Publicação N° 5051666

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 435/2023
Concede férias ao servidor LUCIANO JOSÉ KRETZER

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 103 e suas alterações da Lei Complementar nº 05/97.

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder férias ao servidor LUCIANO JOSÉ KRETZER ocupante do cargo de Vice-Prefeito Municipal, férias de 14 dias que gozará a partir de 14/08/2023 á 27/08/2023, referente ao período aquisitivo de 01/2022 á 12/2022.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de agosto de 2023.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal.

Saudades

PREFEITURA

PORTARIA N. 434, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054753

PORTARIA N. 434, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE A RELOTAÇÃO DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, especialmente, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar n. 05 de 25 de Outubro de 2002:

R E S O L V E:

Art. 1º. Relota o servidor público efetivo EUSEBIO ULLMANN, ocupante do cargo de Motorista, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir do dia 14 de **agosto de 2023**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº105, de 27 de fevereiro de 2014.

Saudades/SC, 11 de Agosto de 2023.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 435, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054757

PORTARIA N. 435, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**“DISPÕE SOBRE A RELOTAÇÃO DO SERVIDOR E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, especialmente, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar n. 05 de 25 de Outubro de 2002:

R E S O L V E:

Art. 1º. Relota o servidor público efetivo **GELSON FERNANDES DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Motorista, para o Conselho Tutelar, com lotação no Gabinete do Prefeito a partir do dia 14 de **agosto de 2023**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº108, de 15 de janeiro de 2019.

Saudades/SC, 11 de fevereiro de 2023.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA N. 436, DE 11 DE AGOSTO DE 202

Publicação Nº 5054760

PORTARIA N. 436, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**“DISPÕE SOBRE A RELOTAÇÃO DO SERVIDOR E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, especialmente, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar n. 05 de 25 de Outubro de 2002:

R E S O L V E:

Art. 1º. Relota o servidor público efetivo **RAFAEL MALLMANN**, ocupante do cargo de Motorista, para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 14 de **agosto de 2023**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº108, de 15 de janeiro de 2019.

Saudades/SC, 11 de fevereiro de 2023.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação Nº 5052721

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) FABIANE MARQUES ALBRECHT, inscrito (a) no CPF sob nº. 034.190.129-69, aprovado (a) em 16º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação Nº 5052720

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) EUNICE DE ARAUJO BARROS, inscrito (a) no CPF sob nº. 038.057.554-06, aprovado (a) em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação Nº 5052713

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) CHAIANE BOHLING DA SILVA, inscrito (a) no CPF sob nº. 073.416.639-79, aprovado (a) em 12º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052732

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) ROSANGELA ALMEIDA PAZ, inscrito (a) no CPF sob n°. 065.309.149-43, aprovado (a) em 11º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052729

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) LINDONOR NEVES PRAXEDES, inscrito (a) no CPF sob n°. 679.263.479-49, aprovado (a) em 3º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052726

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) JACIRIA INOCENCIO CRUZ, inscrito (a) no CPF sob n°. 080.628.618-05, aprovado (a) em 2º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052723

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) FERNANDA DA SILVA FERREIRA, inscrito (a) no CPF sob n°. 002.268.290-22, aprovado (a) em 6º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem

os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação Nº 5052728

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) KAYLANE LARISSA SCORSATTO, inscrito (a) no CPF sob nº. 125.471.629-70, aprovado (a) em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação Nº 5052731

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) PERLA PATRICIA BORNHOLDT, inscrito (a) no CPF sob nº. 032.194.439-90, aprovado (a) em 17º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação Nº 5052704

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) ALESSANDRA JULIA DE SOUZA ARRUDA, inscrito (a) no CPF sob nº. 100.218.539-40, aprovado (a) em 14º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052724

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) GABRIELA VITORIA ALBRECHT, inscrito (a) no CPF sob n°. 133.667.239-04, aprovado (a) em 9º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052730

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) MICHELE SILVERIO DOS SANTOS, inscrito (a) no CPF sob n°. 087.014.879-65, aprovado (a) em 18º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052711

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) CAROLINA DA SILVA DE AVILA, inscrito (a) no CPF sob n°. 087.223.379-03, aprovado (a) em 13º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052710

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) CARMEN MARCIA GEISLER VASEL, inscrito (a) no CPF sob n°. 750.569.689-00, aprovado (a) em 1º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de PROFESSORA B – LÍNGUA ESTRANGEIRA ALEMÃ para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem

os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052717

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) CLEONICE WINTRICH, inscrito (a) no CPF sob n°. 061.046.849-98, aprovado (a) em 5º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052738

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) VALDIRENE DA LUZ SCHWAB, inscrito (a) no CPF sob n°. 020.476.639-70, aprovado (a) em 15º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação N° 5052708

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) ANDREIA CAROLINA DE MOURA SCHERNER NOGUEIRA, inscrito (a) no CPF sob n°. 057.411.249-92, aprovado (a) em 10º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação Nº 5052739

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) ZENILDA MARIANO FERREIRA, inscrito (a) no CPF sob nº. 583.843.409-00, aprovado (a) em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023-SEMED/PMS

Publicação Nº 5052716

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR, o (a) Sr. (a) CLAUDIA SIMONE VIEIRA, inscrito (a) no CPF sob nº. 513.344.610-15, aprovado (a) em 7º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2023-SEMED/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 15 de agosto de 2023, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 12.3 e 12.4.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

Lauro Tomczak
Prefeito Municipal e.e

EXTRATO DO CONTRATO Nº.94/2023-PMS

Publicação Nº 5051714

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº.94/2023-PMS

Tomada de Preços nº. 13/2023-PMS - Processo nº.106/2023-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.614.582/0001-69, estabelecida a Av. Irineu Bornhausen nº. 855, 1º andar, São João, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88.304-000

Objeto: contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e serviços para ampliação do sistema de iluminação pública da Rede de Distribuição urbana, conforme projetos aprovados pela CELESC, memoriais descritivos e relação de material, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana na Rua Jerônimo Tomaselli e a Estrada Duas Mamas no Município de Schroeder/SC.

Valor: R\$ 182.773,41 (cento e oitenta e dois mil setecentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos)

Data da Assinatura: 11/08/2023 – Vigência: 31/12/2023

Lauro Tomczak - Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 10.444/2023, DE 11 DE AGOSTO E 2023

Publicação Nº 5052699

PORTARIA Nº 10.444/2023, DE 11 DE AGOSTO E 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA ANÁLISE DOCUMENTAL REFERENTE AO EDITAL DO PROGRAMA `ADOTE UMA PRAÇA` NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

LAURO TOMCZAK, Prefeito em Exercício do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Designar os servidores Franciele Carla Tomazeli, Ivandra de Souza e Jéssica Michalak Besen, para compor a comissão de análise dos documentos referentes ao edital do Programa Adote uma Praça no Município de Schroeder, em consonância com a Lei Municipal nº 2.381/2018, de 13 de novembro de 2018 e Decreto nº 6.232/2023, de 25 de maio de 2023, sem prejuízo das atribuições normais dos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17 de junho de 2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 11 de agosto de 2023.

LAURO TOMCZAK
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva de Gabinete

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 09/2022

Publicação Nº 5053682

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo Disciplinar nº 09/2022

Objeto: Decisão em Processo Administrativo iniciado por meio da Portaria nº 9.872/2022, de 3 de novembro de 2022, instaurado para apurar fatos narrados no ofício nº 315/2022-SEMEC/PREF, encaminhado pela secretaria Municipal de Educação e seus anexos.

DECISÃO

Considerando o teor do Relatório Final (fls. 202/226) pela Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 9.872/2022, de 3 de novembro de 2022 e demais documentos que instruíram o devido processo, DECIDO, utilizando-me como razões de decidir aquelas apresentadas no relatório final da comissão, e no Parecer Jurídico nº 87/2023 – PROJUR, e com fundamento no art. 127, inciso II, da Lei nº 8.112/1990, DETERMINO a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO não remunerada pelo prazo de 20 dias a servidora M. V., por violação ao disposto no art. 34, inciso I, III e IV, da Lei Municipal nº 96/2010.

Encaminhe-se cópia da presente decisão para a Secretaria de Educação e Cultura para ciência e orientação, e para o setor de Recursos Humanos para as anotações na ficha funcional da servidora.

Publique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 28 de julho de 2023.

LAURO TOMCZAK
Prefeito Municipal e.e.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 10/2023

Publicação Nº 5053686

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo Disciplinar nº 10/2023.

Objeto: Decisão em Processo Administrativo Disciplinar iniciado por meio da Portaria de nº 10.254/2023, de 17 de maio de 2023, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora Sra. F. M. V. em relação aos fatos narrados na sindicância nº 15/2022, instaurada pela Portaria de nº 9.871/2022, de 3 de novembro de 2022.

DECISÃO

Considerando o teor do Relatório Final (fls. 15/16) pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 10/2023, instaurado pela Portaria nº 10.254/2023, de 17 de maio de 2023 e demais documentos que instruíram o devido processo, DECIDO, utilizando-me como razões de decidir aquelas apresentadas no relatório final da comissão e no Parecer Jurídico nº 99/2023 – PROJUR, com fundamento no caput do art. 168, da Lei nº 8.112/1990, ENCERRAR e ARQUIVAR o presente Processo Administrativo Disciplinar.

Publique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de agosto de 2023.

LAURO TOMCZAK
Prefeito Municipal e.e.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 12/2023

Publicação Nº 5053693

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo Disciplinar nº 12/2023.

Objeto: Decisão em Processo Administrativo Disciplinar iniciado por meio da Portaria de nº 10.256/2023, de 17 de maio de 2023, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora Sra. J. C. F. M. em relação aos fatos narrados na sindicância nº 15/2022, instaurada pela Portaria de nº 9.871/2022, de 3 de novembro de 2022.

DECISÃO

Considerando o teor do Relatório Final (fls. 14/15) pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 12/2023, instaurado pela Portaria nº 10.256/2023, de 17 de maio de 2023 e demais documentos que instruíram o devido processo, DECIDO, utilizando-me como razões de decidir aquelas apresentadas no relatório final da comissão e no Parecer Jurídico nº 98/2023 – PROJUR, com fundamento no caput do art. 168, da Lei nº 8.112/1990, ENCERRAR e ARQUIVAR o presente Processo Administrativo Disciplinar.

Publique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de agosto de 2023.

LAURO TOMCZAK
Prefeito Municipal e.e.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 16/2023

Publicação Nº 5053700

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo Disciplinar nº 16/2023.

Objeto: Decisão em Processo Administrativo Disciplinar iniciado por meio da Portaria de nº 10.260/2023, de 17 de maio de 2023, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor Sr. M. T. em relação aos fatos narrados na sindicância nº 15/2022, instaurada pela Portaria de nº 9.871/2022, de 3 de novembro de 2022.

DECISÃO

Considerando o teor do Relatório Final (fls. 15/16) pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 16/2023, instaurado pela Portaria nº 10.260/2023, de 17 de maio de 2023 e demais documentos que instruíram o devido processo, DECIDO, utilizando-me como razões de decidir aquelas apresentadas no relatório final da comissão e no Parecer Jurídico nº 97/2023 – PROJUR, com fundamento no caput do art. 168, da Lei nº 8.112/1990, ENCERRAR e ARQUIVAR o presente Processo Administrativo Disciplinar.

Publique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de agosto de 2023.

LAURO TOMCZAK
Prefeito Municipal e.e.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 8/2023

Publicação Nº 5053674

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo Disciplinar nº 8/2023.

Objeto: Decisão em Processo Administrativo Disciplinar iniciado por meio da Portaria de nº 10.252/2023, de 17 de maio de 2023, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora Sra. C. M. G. V. em relação aos fatos narrados na sindicância nº 15/2022, instaurada pela Portaria de nº 9.871/2022, de 3 de novembro de 2022.

DECISÃO

Considerando o teor do Relatório Final (fls. 15/16) pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 8/2023, instaurado pela Portaria nº 10.252/2023, de 17 de maio de 2023 e demais documentos que instruíram o devido processo, DECIDO, utilizando-me como razões de decidir aquelas apresentadas no relatório final da comissão e no Parecer Jurídico nº 100/2023 – PROJUR, com fundamento no caput do art. 168, da Lei nº 8.112/1990, ENCERRAR e ARQUIVAR o presente Processo Administrativo Disciplinar.

Publique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de agosto de 2023.

LAURO TOMCZAK
Prefeito Municipal e.e.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 13/2023-PMS

Publicação Nº 5051719

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 13/2023-PMS

O Prefeito Municipal e.e., Lauro Tomczak, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR e ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº.13/2023-PMS, PROCESSO Nº. 106/2023-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Vencedora: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.582/0001-69, estabelecida a Av. Irineu Bornhausen nº. 855, 1º andar, São João, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88.304-000

Objeto: contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e serviços para ampliação do sistema de iluminação pública da Rede de Distribuição urbana, conforme projetos aprovados pela CELESC, memoriais descritivos e relação de material, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana na Rua Jerônimo Tomaselli e a Estrada Duas Mamas no Município de Schroeder/SC.

Valor: R\$ 182.773,41 (cento e oitenta e dois mil setecentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos)

Data: 11/08/2023 – Vigência: 31/12/2023

Lauro Tomczak - Prefeito Municipal e.e.

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 2873

Publicação Nº 5054422

DECRETO Nº 2873, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Altera Decreto nº 2862, de 27 de julho de 2023, que declara inservíveis os bens móveis que especifica, de propriedade do Município de Seara e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município,
D ECRETA

Art. 1º Fica alterado o Lote 06 e acrescidos os lotes 19 e 20 ao art. 1º do Decreto nº 2862, de 27 de julho de 2023, que declara inservíveis os bens móveis que especifica, de propriedade do Município de Seara e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

LOTE 06 – TRATOR DE PNEU

Trator de Pneu New Holland, Ano 2013, Identificação nº HCC240301DCG18353, frota 020, patrimônio nº 9087;

LOTE 19 – ENSILADEIRA

Ensiladeira JF C-120, ano fabricação 2011, patrimônio nº 8369;

LOTE 20 – CARRETÃO AGRÍCOLA

Carretão Agrícola Eixo Duplo Vermelho, 7 toneladas, ano fabricação 2011, patrimônio nº 8383.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 11 de agosto de 2023

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em, 11 de agosto de 2023

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

DECRETO Nº 2874

Publicação Nº 5054428

DECRETO Nº 2874, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Altera Decreto nº 2863, de 27 de julho de 2023, que Designa Comissão Especial para Avaliação de Bens Móveis, para Fins de Alienação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o Lote 06 e acrescidos os lotes 19 e 20 ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 2863, de 27 de julho de 2023, que designa Comissão Especial para Avaliação de Bens Móveis, para Fins de Alienação que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

Parágrafo único

.....

LOTE 06 – TRATOR DE PNEU

Trator de Pneu New Holland, Ano 2013, Identificação nº HCC240301DCG18353, frota 020, patrimônio nº 9087;

.....

LOTE 19 – ENSILADEIRA

Ensiladeira JF C-120, ano fabricação 2011, patrimônio nº 8369;

LOTE 20 – CARRETÃO AGRÍCOLA

Carretão Agrícola Eixo Duplo Vermelho, 7 toneladas, ano fabricação 2011, patrimônio nº 8383.

.....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 11 de agosto de 2023

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 11 de agosto de 2023

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 426/2023

Publicação Nº 5052801

Portaria nº. 426, de 11 de agosto de 2023.

Demite a pedido servidora pública contratada em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido, Kalliane da Silva, matrícula 2972-1, contratada em caráter temporário para exercer a função de Professor Não Titulado, constante no anexo I, Grupo B – Secretaria Municipal de Educação, da Lei Complementar 98/2019, a partir de 10 de agosto de 2023.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 11 de agosto de 2023.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 11 de agosto de 2023.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

PORTARIAS Nº 422/2023 A Nº 425/2023

Publicação Nº 5051782

Portaria nº. 422, de 10 de agosto de 2023.

Concede licença para tratamento de saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e das outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Santina Chaves Manfro, matrícula 1651-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Gari, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 27 de julho a 07 de agosto e 10 a 12 de agosto de 2023, mediante

remuneração pelo município e a partir de 13 de agosto de 2023, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo a servidora se submeter à perícia médica junto ao INSS.

Art. 2º Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 10 de agosto de 2023.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 10 de agosto de 2023.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

Portaria nº. 423, de 10 de agosto de 2023.
Concede Licença Maternidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Silvana Gasperin, matrícula 2422-1, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, conforme atestado médico, no período de 08 de agosto a 05 de dezembro de 2023.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 10 de agosto de 2023.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 10 de agosto de 2023.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

Portaria nº. 424, de 10 de agosto de 2023.
Prorroga Licença Maternidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º da lei complementar nº. 35 de 17 de março de 2010, que altera a redação do artigo 110 e acrescenta os artigos 110-A, 110-B, 110-C e 110-D da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 30 de novembro de 2023 a 28 de janeiro de 2024, a Licença Maternidade da servidora Luana Tonello, matrícula 2432-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC., 10 de agosto de 2023.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 10 de agosto de 2023.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

Portaria nº. 425, de 10 de agosto de 2023.
Prorroga Licença Maternidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º da lei complementar nº. 35 de 17 de março de 2010, que altera a redação do artigo 110 e acrescenta os artigos 110-A, 110-B, 110-C e 110-D da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 18 de outubro de 2023 a 16 de dezembro de 2023, a Licença Maternidade da servidora Soraia Regina Sangali, matrícula 47-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Interno.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC., 10 de agosto de 2023.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 10 de agosto de 2023.
Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO 195/2023

Publicação N° 5052035

Processo Licitatório nº 195/2023 - Dispensa de Licitação nº 072/2023.

Objeto: Aquisição estimativa de alimentação/refeições aos atletas do futsal e handebol masculino, que irão participar da fase regional da OLESC, no município de Palma Sola SC, nos dias 17 a 21 e 25 a 27 de agosto. Os serviços serão prestados conforme descrito em orçamento encaminhado pela contratada. Abaixo segue tabela das quantidades e valores estimados a serem adquiridos:

Item	Qtde.	Descritivo do produto	Valor unitário	Valor total
1	179	CAFÉ DA MANHÃ INLCUSO CAFÉ (COM LEITE E/OU PRETO) COM UMA UNIDADE DE PÃO FRANCES COM UMA FITA DE QUEIJO E PRESUNTO PARA OS ATLETAS DA DELEGAÇÃO DE SEARA.	R\$ 13,00	R\$ 2.327,00
2	179	ALMOÇO DE BUFFET LIVRE INCLUSO BEBIDA (COPO DE SUÇO) PARA OS ATLETAS DA DELEGAÇÃO DE SEARA.	R\$ 22,00	R\$ 3.938,00
3	179	JANTAR DE BUFFET LIVRE INCLUSO BEBIDA (COPO DE SUÇO) PARA OS ATLETAS DA DELEGAÇÃO DE SEARA.	R\$ 22,00	R\$ 3.938,00

Justificativa: Com a realização das Olimpíadas estudantis Catarinense OLESC, na cidade de Palma Sola SC, se faz necessária a aquisição de refeições para os atletas, com refeições de café da manhã, almoço e jantar.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Art. 75, II;
Fornecedor: Restaurante Daponte Ltda;
CNPJ nº: 48.688.317/0001-99;
Valor estimado das refeições: R\$ 10.203,00 (dez mil e duzentos e três reais).

Seara, SC, 10 de agosto de 2023.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 196/2023

Publicação N° 5052793

Processo Licitatório nº 196/2023 - Dispensa de Licitação nº 073/2023.

Objeto: Contratação de empresa para confecção de 150 unidades de cartazes nas medidas 65 x 45 cm e 2000 unidades de Tag nas medidas 9 x 6 cm, para divulgação da 3ª edição da campanha de movimentação do comércio local "UMA SEARA DE DESCONTOS" e 1º feirão do emprego realizadas pela sala do empreendedor, vinculada a secretária municipal de desenvolvimento econômico.

Justificativa: A presente contratação se faz necessária para obtenção de materiais gráficos para divulgação da Campanha "Uma Seara de Descontos" e o 1º Feirão do Emprego, que irão acontecer nas datas de 08 e 09 de setembro de 2023.

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021, art. 75, inciso II, decreto 10.922/2021.
Fornecedor: Tottal Print Industria Gráfica Ltda;
CNPJ: 08.606.190/0001-05;
Valor total: R\$ 1.491,20 (um mil quatrocentos e noventa e um reais e vinte centavos).

Seara, SC, 11 de agosto de 2023.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 214/2023 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5053453

DECRETO Nº 214/2023 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

“CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLUCIA DA SILVA VICARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença Saúde a Servidora Pública Municipal MARLUCIA DA SILVA VICARI, pelo período de 09 de agosto de 2023 a 07 de setembro de 2023 ou até a emissão do Laudo Pericial do INSS. A mesma é ocupante do cargo temporário (ACT) de Servente, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de agosto de 2023.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

55/2023

Publicação N° 5052638

Contrato N° 55/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

Contratada: ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

Valor: 1.898,96

Vigência: Início: 11/08/2023 Término: 11/08/2024

Licitação: 42/2023

Objeto da Contratação: Aquisição de móveis para novas salas da FAMSID.

Siderópolis, 11 de Agosto de 2023

ROGERIO JESUINA

Diretor de Compras

56/2023

Publicação N° 5052639

Contrato N° 56/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

Contratada: TEDA DISTRIBUIDORA LTDA

Valor: 3.683,00

Vigência: Início: 11/08/2023 Término: 11/08/2024

Licitação: 42/2023

Objeto da Contratação: Aquisição de móveis para novas salas da FAMSID.

Siderópolis, 11 de Agosto de 2023

ROGERIO JESUINA

Diretor de Compras

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO 126/2023

Publicação Nº 5052902

DECRETO Nº 126 DE 10 DE AGOSTO DE 2023.
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003 e Lei Complementar 039, de 30 de junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido o Senhor CAIO ANTÔNIO RODRIGUES ocupante do Cargo de Provimento em comissão de Chefe do Setor de Empenhos, Nível DAI – 01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais

Art. 2º. Fica Revogado o Decreto nº 080, de 15 de maio de 2023 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio -SC, 10 de agosto de 2023.

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE SC.
NO DIA 14/08/2023.
NA EDIÇÃO Nº 4301.
WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR

PORTARIA 166/2023

Publicação Nº 5052916

PORTARIA Nº 166 DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003, Lei e Lei Complementar 039, de 30 de junho de 2015.

RESOLVE:

Exonerar a Pedido o Servidor efetivo Sr. RODRIGO SALA CARDOSO, ocupante do cargo de Operador de ETE/ETA, matrícula nº 11694, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeado através da Portaria nº 213, de 16 de agosto de 2017.

Fica revogada a Portaria nº 213, de 16 de agosto de 2017, e demais disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de agosto de 2023.

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE SC.
NO DIA 14/08/2023.
NA EDIÇÃO Nº 4301.
WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO - EDITAL 001/2023 SOMBRIO - SC

Publicação Nº 5052794

MUNICÍPIO DE SOMBRIO / SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC
PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2023

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA E HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

O **MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC**, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo **Decreto 101, de 09 de junho de 2023**, torna pública a **Homologação e Classificação Definitiva do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023**, para candidatos inscritos e classificados, conforme relação constante neste instrumento. E determina sua publicação para que atinja seus efeitos legais, a saber:

001 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE						
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PONTOS ESPECÍFICAS	PONTOS MATEMÁTICA	PONTOS PORTUGUÊS	PONTOS ATUALIDADES	DATA NASC
1	12660	SIMEIA DE BORBA DE MELO	7,000	não	2,000	1,500	2,000	1,500	05/12/1986
2	12532	JESSICA APARECIDA MARQUES DE SOUZA	6,500	não	2,000	2,000	2,000	0,500	14/10/1996
3	12604	MARIA APARECIDA MACHADO DE OLIVEIRA	5,000	não	2,000	1,000	1,500	0,500	10/12/1968
4	12609	GESSICA DA ROSA CORREA	5,000	não	2,000	1,000	1,000	1,000	21/11/1995
5	12476	TAIARA DA SILVA PEDRO	5,000	não	1,500	1,500	1,000	1,000	12/06/1996
6	12475	MARIA DA GLÓRIA CARDOSO	4,500	não	2,000	1,000	0,500	1,000	15/08/1976
7	12579	SANDRA MARA NECO DE FRAGA	4,500	não	2,000	0,500	1,000	1,000	23/08/1969
8	12482	ROSILENE NORONHA	4,500	não	2,000	0,500	1,000	1,000	08/06/1975
9	12507	DIEILA DOS SANTOS	4,500	não	1,500	1,000	1,500	0,500	02/01/1988
10	12480	NAIARA PAULA MAGALHÃES DA SILVA	4,500	não	1,500	1,000	1,500	0,500	04/08/1990
11	12464	KARINE SILVÉRIO DOS SANTOS	4,500	não	1,500	0,500	1,000	1,500	15/01/1988
12	12510	CHAIANA OLIVEIRA DOS SANTOS	4,000	não	1,500	1,500	1,000	0,000	18/07/1996
13	12593	JUCILENE MACEDO TEIXEIRA	4,000	não	1,500	1,000	1,500	0,000	16/09/1985
14	12519	MARA REJANE GOMES	4,000	não	1,500	1,000	1,000	0,500	25/10/1971
15	12578	SANDRA VALIM RODRIGUES FREITAS	4,000	não	1,500	1,000	0,500	1,000	05/06/1981
16	12554	LUCIENE GOMES DE OLIVEIRA	4,000	não	1,000	1,000	1,000	1,000	24/03/1975
17	12466	ELAINE VICENTE ROSA	4,000	não	1,000	0,500	1,000	1,500	23/03/1977
18	12641	MARIA DE FÁTIMA COELHO	3,500	sim	1,500	0,500	0,500	1,000	29/05/1963

www.psconcursos.com.br

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ / SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

19	12515	JAMES AUGUSTO CALLEYA	3,500	sim	1,000	0,500	1,000	1,000	27/04/1963
20	12663	EMILLY FIGUEIRA DE ANDRADE	3,500	não	2,000	0,500	1,000	0,000	05/01/1995
21	12503	ROSANGELA SOARES DE OLIVEIRA	3,500	não	2,000	0,500	0,500	0,500	22/10/1973
22	12533	EDINEIA LUCIA FERNANDES	3,500	não	2,000	0,000	1,000	0,500	17/05/1985
23	12539	JANAINA DA SILVA PEDRO	3,500	não	1,000	0,500	1,000	1,000	03/09/1994
24	12460	JARA CRISTINA PORCINA SARAIVA	3,500	não	1,000	0,500	0,500	1,500	14/10/1986
25	12605	KIRANI DOS SANTOS VIEIRA	3,500	não	0,000	2,000	1,000	0,500	25/03/1980
26	12630	CRISKETLEN VENTURA SCHMIDT	3,000	não	1,500	0,500	1,000	0,000	13/04/1990
27	12649	ELINEI MARTINS DOS REIS	3,000	não	1,500	0,500	0,500	0,500	25/06/1980
28	12646	CRISTIELI HONORATO TEIXEIRA	3,000	não	1,500	0,000	1,000	0,500	01/05/1996
29	12487	WALMER DA SILVA JUNIOR	3,000	não	1,000	0,500	1,000	0,500	25/01/1993
30	12592	JOSIANE DUARTE POSSAMAIDA CUNHA	3,000	não	1,000	0,000	1,500	0,500	13/03/1979
31	12521	BRENDA VITÓRIA BECKER BRUM	3,000	não	1,000	0,000	1,000	1,000	21/08/2004
32	12577	MARGARETE ARAUJO DA SILVA	3,000	não	0,500	1,000	1,500	0,000	02/12/1976
33	12566	DAIANE OLIVEIRA DE MATOS	3,000	não	0,500	1,000	0,500	1,000	13/05/1994
34	12481	JUSARA GOMES DE QUADROS BALTARZAR	3,000	não	0,500	0,500	2,000	0,000	20/02/1987
35	12495	DOUGLAS MACIEL MARTINS	2,500	não	1,000	0,500	0,500	0,500	08/12/1995
36	12469	CHAIANI MACHADO FIGUEIRA	2,500	não	1,000	0,500	0,500	0,500	01/04/2004
37	12543	MARTA MIRIAN DA SILVA FELIX	2,500	não	1,000	0,000	1,500	0,000	17/06/1979
38	12498	SIMONE SILVA GUIMARÃES	2,500	não	0,500	0,500	0,500	1,000	25/08/1977
39	12613	ALTAIR JOSÉ PEREIRA	2,500	não	0,000	0,500	0,500	1,500	28/12/1974
40	12461	MARGARETE KIRSCH	2,000	não	1,500	0,000	0,500	0,000	14/03/1969
41	12570	CINTIA LADISLAU RABELO	2,000	não	1,500	0,000	0,500	0,000	02/03/1988
42	12506	VALDIRENI DA SILVA ORTIZ	2,000	não	1,000	0,500	0,500	0,000	31/05/1982
43	12504	GISELE REGINA DOS SANTOS DA SILVA	2,000	não	0,500	1,000	0,500	0,000	18/08/1994
44	12493	MARIA HELENA PEREIRA	2,000	não	0,500	1,000	0,000	0,500	18/05/1964
45	12520	ILSA MARIZANE DO NASCIMENTO	2,000	não	0,500	0,500	1,000	0,000	05/12/1967
46	12499	ILSE TEREZINHA MARTINS MATIAS	2,000	não	0,500	0,500	0,000	1,000	23/02/1970
47	12474	SUZANA ROULINO GASPAR NEVES	2,000	não	0,000	1,000	0,500	0,500	09/11/1966
48	12525	LENITA ROSI FERREIRA SOARES	1,500	sim	0,500	0,000	0,000	1,000	27/08/1958
49	12559	MARTA REGINA DA ROSA	1,500	não	0,500	0,000	1,000	0,000	10/12/1965
50	12465	CRISTINA DE LIMA RECK	1,500	não	0,500	0,000	0,500	0,500	25/02/1984

www.psconcursos.com.br

2

MUNICÍPIO DE SOMBRIO / SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

51	12538	NAIR APARECIDA GONÇALVES FERRAZ	1,500	não	0,000	0,000	1,000	0,500	12/05/1965
52	12631	REGIANE VALENTIM DA ROSA	1,000	não	1,000	0,000	0,000	0,000	15/07/1976
53	12563	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA BUZZELLO	1,000	não	0,500	0,500	0,000	0,000	03/09/2002

002 - SERVENTE / MERENDEIRA

		DADOS DO CANDIDATO		ORDEM DO DESEMPATE					
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PONTOS ESPECÍFICAS	PONTOS MATEMÁTICA	PONTOS PORTUGUÊS	PONTOS ATUALIDADES	DATA NASC
1	12619	ESTER VICENTE PINTO	6,500	não	2,000	1,500	1,500	1,500	28/03/2000
2	12473	ISADORA ANTUNES DOS SANTOS	6,000	não	2,500	1,500	0,500	1,500	04/04/2001
3	12659	GLEICIANE JUSTI FERREIRA DE OLIVEIRA	6,000	não	2,000	1,500	1,500	1,000	16/08/1990
4	12508	RITA DE CÁSSIA LUCIANA GUTERRES DA SILVA	5,500	não	2,000	1,000	1,500	1,000	25/11/1992
5	12552	DAIANI VALNIER DE FREITAS DA SILVA	5,500	não	2,000	0,500	1,000	2,000	19/10/1986
6	12517	RAFAELA LUZ DA SILVA	5,500	não	2,000	0,000	2,000	1,500	19/02/2005
7	12511	ALICE MACEDO TEIXEIRA	5,500	não	1,500	1,000	1,500	1,500	20/12/1997
8	12629	LILIANE MACHADO BORGES	5,000	não	2,000	1,000	1,000	1,000	26/03/1982
9	12505	JANE GONZAGA PEREIRA	5,000	não	2,000	0,500	2,000	0,500	13/04/1983
10	12531	MADALENA MENEZES PINHEIRO DE FREITAS	5,000	não	2,000	0,500	1,500	1,000	03/11/1980
11	12485	GRAYCE KELLY OLIVEIRA PRESTES	5,000	não	2,000	0,000	2,500	0,500	18/11/1995
12	12470	CRISTINE KOTZ	5,000	não	1,500	1,500	1,500	0,500	28/03/1990
13	12645	ARIANE RAMOS ALVES	5,000	não	1,000	0,500	2,000	1,500	13/07/1988
14	12655	SILVANIA PACHECO	4,500	não	2,000	1,000	1,000	0,500	12/04/1975
15	12623	IVANIR DAMIANI BARBOZA	4,500	não	2,000	1,000	0,500	1,000	05/03/1974
16	12496	ZULMA ROCHA DA ROSA CAETANO	4,500	não	1,500	1,000	1,500	0,500	02/10/1974
17	12468	CRISTIANA GOMES DA SILVA	4,000	não	2,000	1,000	0,500	0,500	03/04/1972
18	12658	LUCIMAR DA SILVA	4,000	não	2,000	0,500	1,000	0,500	19/05/1974
19	12497	ELIZANDRA DOS SANTOS	4,000	não	2,000	0,500	1,000	0,500	18/07/1983
20	12643	CLEIA RAULINO GASPAR NEVES	4,000	não	2,000	0,500	0,500	1,000	15/07/1984
21	12627	AMARFELINA APARECIDA BETERLI DE LIMA	4,000	não	1,500	2,000	0,500	0,000	24/10/1967
22	12462	LUCIANA MARCOS DE MATOS VEFAGO	4,000	não	1,500	0,500	1,500	0,500	13/09/1978
23	12501	LAIRA APARECIDA BORGES DA SILVA	4,000	não	1,500	0,000	1,500	1,000	16/07/1999
24	12640	MARIA NAZARETE PORTO MACHADO	3,500	sim	1,000	0,500	2,000	0,000	27/03/1963

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023

MUNICÍPIO DE SOMBRIO / SC

25	12557	JANETE PAZ		3,500	sim	1,000	0,000	1,500	1,000	11/09/1961
26	12491	PATRIZIA ZILÁ CORDEIRO DE ALMEIDA		3,500	não	1,500	1,000	1,000	0,000	15/01/1973
27	12582	CLENIR P MARTINS CLAUDINO		3,500	não	1,500	0,500	0,500	1,000	28/08/1982
28	12632	SANTINA DOS SANTOS		3,500	não	1,000	1,500	0,500	0,500	21/10/1973
29	12471	VERA LÚCIA LEMES LIMAS		3,000	não	1,500	1,000	0,500	0,000	04/04/1976
30	12634	MILENA DE CARVALHO SILVA		3,000	não	1,500	0,500	0,500	0,500	11/10/1997
31	12540	GILMARA HERNANDEZ GARCIA DA SILVA		3,000	não	1,500	0,000	1,500	0,000	09/06/1974
32	12528	MARLY DE MATOS SANTOS		3,000	não	1,000	0,000	1,500	0,500	25/10/1965
33	12516	ROSELIA DE SOUZA		2,500	não	0,500	0,500	0,500	1,000	20/07/1970
34	12472	MARIA RODRIGUES BORGES		2,000	sim	1,500	0,000	0,000	0,500	17/09/1952
35	12502	BARBARA DE MORAIS ARMINDA		2,000	não	1,500	0,000	0,000	0,500	23/11/1990
36	12536	TATIANE ALMEIDA CARVALHO BORELLI		2,000	não	1,000	0,000	0,500	0,500	21/05/1981
37	12581	ZENIR MACHADO WALTRICK		1,500	sim	0,500	0,500	0,500	0,000	25/10/1958
38	12518	MARIA ROSELI DOS SANTOS		1,500	não	0,000	0,000	1,000	0,500	28/09/1967
39	12555	ZOLEIDE MACHADO FERRAZ COELHO		0,500	não	0,000	0,000	0,500	0,000	15/04/1967

003 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD)

DADOS DO CANDIDATO			ORDEM DO DESEMPATE						
POSICÃO	Nº INSC	CANDIDATO	PONTOS TOTAL	IDOSO	PONTOS ESPECÍFICAS	PONTOS AREA DA SAÚDE	PONTOS PORTUGUÊS	PONTOS ATUALIDADES	DATA NASC
1	12509	GABRIELA DOS SANTOS GOMES	5,000	não	2,000	1,000	0,500	1,500	06/03/2001
2	12524	AMANDA DO PRADO ANSELMO	4,500	não	1,500	1,000	1,000	1,000	24/06/2000
3	12639	NADIR OLIVEIRA	4,000	não	1,500	1,500	0,500	0,500	18/01/1983
4	12625	RAQUEL MACHADO BORGES	4,000	não	1,500	1,000	0,000	1,500	12/03/1987
5	12647	WILLIAM DA SILVA PICCOLI	3,500	não	1,000	1,000	1,500	0,000	16/03/2001
6	12580	ELENICE DE SOUZA RODRIGUES	3,000	não	1,500	0,500	0,000	1,000	21/09/1981
7	12575	CARLA BEATRIZ SANTOS FARIAS	3,000	não	1,500	0,000	1,000	0,500	12/12/1972
8	12512	ANA REGINA DAL PONT ANTONIO	2,500	não	1,000	0,500	0,000	1,000	12/12/1975
9	12650	SABRINA RÉUS DOS SANTOS	2,500	não	0,500	0,000	1,000	1,000	09/01/1987
10	12534	AMANDA MOREIRA SUTIL MAURICIO	2,000	não	1,000	0,500	0,500	0,000	23/08/1994

SOMBRIO/SC, 11 de AGOSTO de 2023.

EXTRATO DA RESCISÃO ATA 149/2022

Publicação Nº 5053051

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE SOMBRIO****RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 149/2022****CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SOMBRIO/SC****CONTRATADO: CONFECTIL CONFECÇÕES DE MALHAS E UNIFORMES LTDA**

DO OBJETO: O objeto do presente, trata-se da rescisão da **Ata de Registro de Preço nº 149/2022**, decorrente do **Pregão Eletrônico 145/2022** em virtude do descumprimento do contrato acima citado, por parte da contratada., nos termos do art. 18, inciso I do Decreto Municipal nº 011 de 2015 combinado com o art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 1993

DATA DA RESCISÃO: 11/08/2023

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO EDITAL - C.E 059/2023

Publicação Nº 5052859

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3988C515454266B2781CA637514AB81F63E4B805

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SOMBRIO**– AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº****059/2023 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2023 -**

Objeto: Execução de obra de implementação da cobertura em policarbonato e readequação de espaço no Centro de Educação Infantil Criança Esperança, sito à Rua Arcelino Pereira Mota, nº 200, bairro Boa Esperança, no Município de Sombrio/SC, conforme este edital e seus anexos. **Base Legal:** Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar Federal nº 123/06 e demais legislações complementares. **Da Entrega e Abertura das propostas:** As propostas deverão ser realizadas **até às 09h00min do dia 20 de setembro de 2023**, com início do credenciamento e abertura marcada para às **09h00min do dia 20 de setembro de 2023**. Maiores informações no Setor de Licitações na Prefeitura Municipal, sito a Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro, Sombrio/SC, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo e-mail: licita.sombrio@gmail.com ou pelo Fone (48) 3533-5225. Sombrio/SC, 11 de agosto de 2023. **Gislane Dias da Cunha – Prefeita Municipal.**

PUBLICAÇÃO EDITAL P.E (S.R.P) 074/2023

Publicação Nº 5052047

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8D296624118CB8BCC8B4CBD1396897241B9ABA9C

**ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SOMBRIO
– AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº
074/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO (S.R.P) Nº 074/2023 -**

Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição de computadores e equipamentos de informática para rede municipal de ensino e demais setores da administração pública municipal de Sombrio/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Base Legal:** Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar Federal nº 123/06 e demais legislações complementares. **Da Entrega e Abertura das propostas:** As propostas deverão ser realizadas **até às 09h00min do dia 24 de agosto de 2023**, com início do credenciamento e abertura marcada para às **09h00min do dia 24 de agosto de 2023**. Maiores informações no Setor de Licitações na Prefeitura Municipal, sito a Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro, Sombrio/SC, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo e-mail: licita.sombrio@gmail.com ou pelo Fone (48) 3533-5225. Sombrio/SC, 11 de agosto de 2023. **Gislane Dias da Cunha – Prefeita Municipal.**

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 225 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052962

DECRETO Nº 225 DE 10 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL- FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 667 de 29.09.2008.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica constituído o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, composto pelos membros indicados pelos órgãos que representam, nos termos do artigo 5º da Lei Municipal nº 667 de 29.09.2008, em conformidade com o Decreto nº.121, de 10 de junho de 2015, conforme segue:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE:

- AGATA PAULA VALMORBIDA KLÄSENER

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- SUELI KASPER COPATI

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

- FRANCIELI DOS SANTOS GUBERT

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA:

- TIAGO ALBERTO DA CRUZ

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

SINDICATO DA AGRICULTURA FAMILIAR:

- CRISTIANE CARLA BUGS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES:

- ARI GEMELLI
- SANDRA MARIA GIRARDI

ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL:

- RAFAEL LUIS HENN

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

Art. 3º. O exercício das funções de membro do Conselho não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 10 de agosto de 2023.

MAURILIO OSTROSKI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

ILAINE MAITE AMANN

Diretora de Administração

DECRETO N° 226, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Publicação N° 5052966

DECRETO N° 226, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS LOTES DO LOTEAMENTO SÃO ROQUE, NESTE MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Avaliação dos Lotes Urbanos, situados no Loteamento São Roque, neste município de Sul Brasil/SC, para alienação de bens para fins de Habitação de Interesse Social, junto aquele Loteamento:

- Membros: Vanusa Maschio
- Membros: Thaís Ferrari Albani
- Membros: José Rezende
- Membros: Paulo Cesar Wickert
- Membros: Edson Bugs

Art. 2º. Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestação de serviços, considerando-se serviços públicos relevantes, sem custo para o Município publicação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e esta vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 10 de agosto de 2023.

MAURILIO OSTROSKI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

ILAINE MAITE AMANN
Diretora da Administração

Taió

PREFEITURA

CONTRATO Nº 334/2023

Publicação Nº 5053534

CONTRATO No RH/334/2023

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e SONIA GUTZ.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e SONIA GUTZ, portador(a) do CPF no 007.***.***-08, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 011/2021, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em atendimento ao programa previsto na Lei n.º 3.855, meta 2.4, de 27 de agosto de 2015, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 14 de agosto de 2023 até o término do ano letivo ou término do programa, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 4.481,52 (quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.336, de 12 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 11 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

SONIA GUTZ

TESTEMUNHAS:

CONTRATO Nº 335/2023

Publicação Nº 5053539

CONTRATO No RH/335/2023

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e DOLORES VIVIANI KREUSCH.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado

EMPREGADOR, e DOLORES VIVIANI KREUSCH, portador(a) do CPF no 475.***.***-10, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e suas alterações, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 011/2021, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do turno ininterrupto de trabalho nas Unidades de Educação Infantil, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que o presente contrato vigorará a partir de 14 de agosto de 2023 até o término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 2.240,75 (dois mil duzentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.336, de 12 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 11 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

DOLORES VIVIANI KREUSCH

TESTEMUNHAS:

PORTARIA Nº 17.270/2023

Publicação Nº 5052118

PORTARIA No 17.270, de 11/08/2023

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro na Seção II, do Capítulo IV, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO os atestados médicos protocolados sob n.º 10.414/2023, 10.416/2023.

CONSIDERANDO os Exames Médicos Periciais expedidos pelo Dr. Vitor Rausis Lima, recebido nesta data.

RESOLVE:

Conceder aos servidores públicos municipais, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde, com remuneração integral, conforme segue:

- Jose do Nascimento, no período de 07/08/2023 a 18/08/2023;
- Jaciara Moratelli Alves Benatti, no período de 07/08/2023 a 20/08/2023.

P.R.I.

Taió, 11 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

Prefeito

PORTARIA Nº 17.271/2023

Publicação Nº 5053336

PORTARIA No 17.271, de 11/08/2023
CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro na Lei Complementar no 103/2008, de 08 de abril de 2008.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob o no 10.423/2023.

RESOLVE:

conceder a servidora pública municipal JAMILE LAIZ PATERNO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, com exercício na Secretaria Assistência Social, gratificação mensal equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base de seu cargo efetivo, tendo em vista a conclusão de curso de nível superior.

P.R.I.

Taió, 11 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA Nº 17.272/2023

Publicação Nº 5053458

PORTARIA No 17.272, de 11/08/2023
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE POSSE DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no parágrafo 1o do Artigo 15o da Lei Complementar no 252, de 31/08/2021.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob no 10.550/2023.

RESOLVE:

conceder prorrogação de posse a KAUANA KASMINE BERTOLDI, referente ao Concurso Público Edital no 01/2023.

P.R.I.

Taió, 11 de agosto de 2023.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

Tangará

PREFEITURA

PE 48/2023

Publicação Nº 5054212

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 138/2023 Pregão Eletrônico n. 48/2023

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS DE TENDAS MODELO CHAPÉU DE BRUXA E COBERTURA PARA PALCO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. As documentações e propostas de preços serão recebidas até às 09h00min do dia 29/08/2023. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450 ou através dos sites <https://www.tangara.sc.gov.br/> e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>.

Tangará, 11 de agosto de 2023.

ALDAIR BIASIOLO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 685, DE 01 DE AGOSTO DE 2023. "CONCEDE O PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 5051688

PORTARIA Nº 685, DE 01 DE AGOSTO DE 2023.

"CONCEDE O PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Com amparo, no disposto do Art. 46 e 48, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, que a Servidora em questão se encontra no desempenho da função de Diretor do Fundo Municipal de Habitação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, o pagamento de Função Gratificada no percentual de 30% (trinta por cento), sobre os vencimentos da servidora ANDREIA RAMBO THOME, ocupante do cargo de provimento efetivo de ESCRITURARIA - NIVEL 10 - CLASSE D, a partir de 01 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 01 DE AGOSTO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 700, DE 10 DE AGOSTO DE 2023. CONCEDE AFASTAMENTO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5051690

PORTARIA Nº 700, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

CONCEDE AFASTAMENTO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c o Art. 4, da Lei Complementar nº 041, de 03 de dezembro de 2007, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

Considerando, que a Servidora necessita de afastamento para tratamento de saúde, através do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, Afastamento por Auxílio Doença, à Servidora CLAUDETE BRESCIANI RINALDI, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – P.S.F., a partir de 10 de agosto de 2023, até o prazo determinado pelo INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 10 DE AGOSTO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 701, DE 11 DE AGOSTO DE 2023. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 5054045

PORTARIA Nº 701, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para contratação de empresa para fornecimento de aparelhos telefônicos para a Secretária de Saúde, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) da empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 23.518.341/0001-59, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 11 DE AGOSTO DE 2023.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22.2023

Publicação Nº 5054619

Página: 1 / 6

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ CNPJ: 82.827.999/0001-01 Telefone: (49) 3532-7450 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	Pregão eletrônico 22/2023
	Número Processo: 75/2023 Data do Processo: 13/04/2023

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E HOSPITAL MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 70/2023

Reuniram-se no dia 11/08/2023, as 18:06 os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto Nº 12/2023, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 75/2023 na modalidade de Pregão eletrônico. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Os detalhes sobre a sessão pública poderão ser encontrados no Portal de Compras Públicas, através do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>.

Lote: 1**Participante: C DOS SANTOS GRAVENA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Camisa social masculino, manga longa, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir - Camisa social masculino, manga longa, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir	39,000	UN	GR UNIFORME S	93,0500	3.628,95
2	Camisa social masculino, manga curta, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir - Camisa social masculino, manga curta, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir	38,000	UN	GR UNIFORME S	83,2500	3.163,50
5	Camisete feminina manga longa, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. - Camisete feminina manga longa, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir.	75,000	UN	GR UNIFORME S	93,0000	6.975,00
6	Camisete feminina manga curta, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. - Camisete feminina manga curta, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir.	87,000	UN	GR UNIFORME S	83,0000	7.221,00
Total do Participante:						20.988,45

Lote: 2**Participante: C DOS SANTOS GRAVENA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	Camisa gola polo masculina, manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir - Camisa gola polo masculina,	489,000	UN	GR UNIFORME S	38,5000	18.826,50

Página: 2 / 6

4	manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir	366,000	UN	GR UNIFORME S	37,3000	13.651,80
	Camisa gola polo Baby Look feminina manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. - Camisa gola polo Baby Look feminina manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir.					

Total do Participante: 32.478,30

Lote: 3**Participante: C DOS SANTOS GRAVENA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	Calça operacional, tecido Brim Pesado 100% de algodão gramatura 260g/m2. Cinto, dois bolsos na frente e um atrás, com serigrafia no lado esquerdo, na frente. Cor e tamanho a definir. - Calça operacional, tecido Brim Pesado 100% de algodão gramatura 260g/m2. Cinto, dois bolsos na frente e um atrás, com serigrafia no lado esquerdo, na frente. Cor e tamanho a definir.	72,000	UN	GR UNIFORME S	54,0000	3.888,00

Total do Participante: 3.888,00

Lote: 6**Participante: COR URBANA IND. E CONFECÇÕES**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
11	Suéter feminino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem slim. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote "V" em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir - Suéter feminino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem slim. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote "V" em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir	53,000	UN	Cor Urbana	92,3500	4.894,55
12	Suéter masculino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem reta. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote "V" em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir. - Suéter masculino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem reta. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote "V" em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir.	52,000	UN	Cor Urbana	92,3500	4.802,20

Total do Participante: 9.696,75

Lote: 7**Participante: C DOS SANTOS GRAVENA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
13	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG	350,000	UN	GR UNIFORME S	16,8000	5.880,00
19	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola	1.500,0	UN	GR UNIFORME	16,8000	25.200,00

Página: 3 / 6

	modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG		S			
21	Camiseta manga curta malha Active 100% poliéster Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. - Camiseta manga curta malha Active 100% poliéster Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	900,000	UN	GR UNIFORME S	22,7000	20.430,00
22	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16 - Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16	1.300,0	UN	GR UNIFORME S	16,7000	21.710,00
23	Camiseta manga curta malha Active 100% poliéster Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16. - Camiseta manga curta malha Active 100% poliéster Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16.	800,000	UN	GR UNIFORME S	22,7000	18.160,00
24	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria. Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16 - Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria. Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16	150,000	UN	GR UNIFORME S	15,4500	2.317,50

Total do Participante: 93.697,50

Lote: 8**Participante: C DOS SANTOS GRAVENA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
14	Baby look manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Baby look manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG	30,000	UN	GR UNIFORME S	33,1500	994,50
15	Camisa pólo/Baby look malha Piquet Inglês (53% algodão 47% poliéster) Gramatura 165 g/m², cor a definir, com bolso e filetes nas mangas. Inserção de bordado no bolso/ frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função" do Colaborador. (Masculina e Feminina). Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Camisa pólo/Baby look malha Piquet Inglês (53% algodão 47% poliéster) Gramatura	40,000	UN	GR UNIFORME S	33,1000	1.324,00

Página: 4 / 6

165 g/m², cor a definir, com bolso e filetes nas mangas. Inserção de bordado no bolso/ frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função" do Colaborador. (Masculina e Feminina). Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG

Total do Participante: 2.318,50

Lote: 9**Participante: C DOS SANTOS GRAVENA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
16	Guarda pó masculino manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m ² , cor branco, com três bolsos na frente e abertura na parte de trás, fechamento com botões transparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Guarda pó masculino manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m ² , cor branco, com três bolsos na frente e abertura na parte de trás, fechamento com botões transparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG	21,000	UN	GR UNIFORME S	59,0000	1.239,00
17	Guarda pó feminino acinturado manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m ² , cor branco, com três bolsos na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com botões UNDTtransparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Guarda pó feminino acinturado manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m ² , cor branco, com três bolsos na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com botões UNDTtransparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG	240,000	UN	GR UNIFORME S	58,9000	14.136,00

Total do Participante: 15.375,00

Lote: 10**Participante: COR URBANA IND. E CONFECÇÕES**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
18	Colete feminino acinturado sem mangas tecido Tactel (100% poliéster) Gramatura 110 g/m ² , cor a definir, com bolsos modelo canguru na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com zíper até final da gola. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Colete feminino acinturado sem mangas tecido Tactel (100% poliéster) Gramatura 110 g/m ² , cor a definir, com bolsos modelo canguru na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com zíper até final da gola. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG	85,000	UN	Cor Urbana	49,4500	4.203,25

Total do Participante: 4.203,25

Lote: 11**Participante: COR URBANA IND. E CONFECÇÕES**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
20	Jaqueta Masculina e Feminina em Tecido Lito Active (100% poliester) Gramatura 145g/m ² , com forro	320,000	UN	Cor Urbana	108,7000	34.784,00

madelassê quadriculado, gramatura 8/0 g/m², cor a definir. Com filetes na frete / costas e mangas na cor branca, bolsos modelo faca nas laterais e um bolso interno, fechamento com zíper e lapela sobreposta em cima, com botão de pressão. Inserção de bordado do Município e escrita nas costas a ser definida na cor branca. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. - Jaqueta Masculina e Feminina em Tecido Lito Active (100% poliéster) Gramatura 145g/m², com forro madelassê quadriculado, gramatura 8/0 g/m², cor a definir. Com filetes na frete / costas e mangas na cor branca, bolsos modelo faca nas laterais e um bolso interno, fechamento com zíper e lapela sobreposta em cima, com botão de pressão. Inserção de bordado do Município e escrita nas costas a ser definida na cor branca. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.

Total do Participante: 34.784,00

Lote: 12

Participante: C DOS SANTOS GRAVENA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
25	Jaleco com gola no modelo sem mangas em tecido Dry 100% poliéster com gramatura de 145 gm. Na frente e costas deverá ser personalizado; sendo inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo a "Função" do colaborador e nas costas o símbolo da secretaria municipal de educação sublimado (ambos em tamanho proporcional). Gola, detalhes da cava e bolso em tecido dry 100% poliéster com gramatura de 145 gm na cor azul celeste. Tamanhos a ser definido. - Jaleco com gola no modelo sem mangas em tecido Dry 100% poliéster com gramatura de 145 gm. Na frente e costas deverá ser personalizado; sendo inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo a "Função" do colaborador e nas costas o símbolo da secretaria municipal de educação sublimado (ambos em tamanho proporcional). Gola, detalhes da cava e bolso em tecido dry 100% poliéster com gramatura de 145 gm na cor azul celeste. Tamanhos a ser definido.	200,000	UN	GR UNIFORME S	34,9500	6.990,00

Total do Participante: 6.990,00

Lote: 13

Participante: COR URBANA IND. E CONFECÇÕES

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
26	Aventais Seletel 100% poliester, SEM bolso branco com vies com a logo da secretaria lado esquerdo do peito, amarração nas laterais. Cores a definir na aquisição. - Aventais Seletel 100% poliester, SEM bolso branco com vies com a logo da secretaria lado esquerdo do peito, amarração nas laterais. Cores a definir na aquisição.	100,000	UN	Cor Urbana	24,9900	2.499,00
27	Aventais Seletel 100% poliester, COM bolso branco com vies com a logo da secretaria lado esquerdo do peito, amarração nas laterais. Cores a definir na aquisição. - Aventais Seletel 100% poliester, COM bolso branco com vies com a logo da secretaria lado esquerdo do peito, amarração nas laterais. Cores a definir na aquisição.	100,000	UN	Cor Urbana	24,9900	2.499,00

Total do Participante: 4.998,00

Total Geral: 229.417,75

Página: 6 / 6

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tangará, 11/08/2023

CAMILA BRUNS

MEMBRO

CRISTIANE PICCININ

PREGOEIRO

IVAN PELENTIR DISSEGNA

MEMBRO

ALISON ZAGONEL LESNIESKY

MEMBRO

HOMOLOGAÇÃO DL 19/2023 SMS

Publicação Nº 5054353

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TANGARÁ CNPJ: 10.639.346/0001-98 Telefone: (49) 3532-7474 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 19/2023
	Processo Adm.: 23/2023 Data do Processo: 11/08/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, XVII e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 23/2023
b) **Nr. Licitação:** 19/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE APARELHOS
TELEFONES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

Participante: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	TELEFONE IP TIP 125I INTELBRAS - TELEFONE IP TIP 125I Intelbras Marca:	40,000	UND	300,00	12.000,00
Total do Participante:					12.000,00
Total Geral:					12.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	09.001.10.301.0004.1003.4.4.90.00.00	R\$ 12.000,00

Tangará, 11/08/2023

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO DL 9/2023 FMAS

Publicação Nº 5054357

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL TANGARÁ CNPJ: 15.491.469/0001-48 Telefone: (49) 3532-7475 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2023
	Processo Adm.: 11/2023 Data do Processo: 11/08/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 24, XVII e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 11/2023
b) **Nr. Licitação:** 9/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE RESIDENCIAL PARA O IDOSO LOURENÇO LUIZ GOLÇALVES CONFORME DETERMINAÇÃO

Participante: RESIDENCIAL MELHOR IDADE LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ESTADIA DE RESIDENCIAL PARA IDOSOS. - ESTADIA DE RESIDENCIAL PARA IDOSOS. Marca:	4,000	MÊS	4.500,00	18.000,00
Total do Participante:					18.000,00
Total Geral:					18.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DO ABRIGO CASA LAR	11.001.08.243.0006.2017.3.3.90.00.00	R\$ 18.000,00

Tangará, 11/08/2023

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO PE 22.2023

Publicação Nº 5054627

Página: 1 / 6

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ CNPJ: 82.827.999/0001-01 Telefone: (49) 3532-7450 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 22/2023
	Processo Adm.: 75/2023 Data do Processo: 13/04/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 1 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 75/2023
b) **Nr. Licitação:** 22/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:**
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFEÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E HOSPITAL MUNICIPAL

Lote: 1

Participante: C DOS SANTOS GRAVENA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Camisa social masculino, manga longa, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir - Camisa social masculino, manga longa, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir Marca: GR UNIFORMES	39,000	UN	93,05	3.628,95
2	Camisa social masculino, manga curta, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir - Camisa social masculino, manga curta, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir Marca: GR UNIFORMES	38,000	UN	83,25	3.163,50
5	Camisete feminina manga longa, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. - Camisete feminina manga longa, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. Marca: GR UNIFORMES	75,000	UN	93,00	6.975,00
6	Camisete feminina manga curta, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. - Camisete feminina manga curta, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. Marca: GR UNIFORMES	87,000	UN	83,00	7.221,00
Total do Participante:					20.988,45

Lote: 2

Participante: C DOS SANTOS GRAVENA

3	Camisa gola polo masculina, manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir - Camisa	489,000	UN	38,50	18.826,50
---	---	---------	----	-------	-----------

Página: 2 / 6

gola polo masculina, manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir
 Marca: GR UNIFORMES

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
4	Camisa gola polo Baby Look feminina manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. - Camisa gola polo Baby Look feminina manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. Marca: GR UNIFORMES	366,000	UN	37,30	13.651,80

Total do Participante: 32.478,30

Lote: 3

Participante: C DOS SANTOS GRAVENA

7	Calça operacional, tecido Brim Pesado 100% de algodão gramatura 260g/m2. Cinto, dois bolsos na frente e um atrás, com serigrafia no lado esquerdo, na frente. Cor e tamanho a definir. - Calça operacional, tecido Brim Pesado 100% de algodão gramatura 260g/m2. Cinto, dois bolsos na frente e um atrás, com serigrafia no lado esquerdo, na frente. Cor e tamanho a definir. Marca: GR UNIFORMES	72,000	UN	54,00	3.888,00
---	--	--------	----	-------	----------

Total do Participante: 3.888,00

Lote: 6

Participante: COR URBANA IND. E CONFECÇÕES

11	Suéter feminino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem slim. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote "V" em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir - Suéter feminino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem slim. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote "V" em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir Marca: Cor Urbana	53,000	UN	92,35	4.894,55
12	Suéter masculino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem reta. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote "V" em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir. - Suéter masculino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem reta. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote "V" em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir. Marca: Cor Urbana	52,000	UN	92,35	4.802,20

Total do Participante: 9.696,75

Lote: 7

Participante: C DOS SANTOS GRAVENA

13	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG Marca: GR UNIFORMES	350,000	UN	16,80	5.880,00
----	--	---------	----	-------	----------

Página: 3 / 6

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
19	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG Marca: GR UNIFORMES	1.500,0	UN	16,80	25.200,00
21	Camiseta manga curta malha Active 100% poliéster Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. - Camiseta manga curta malha Active 100% poliéster Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. Marca: GR UNIFORMES	900,000	UN	22,70	20.430,00
22	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16 - Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16 Marca: GR UNIFORMES	1.300,0	UN	16,70	21.710,00
23	Camiseta manga curta malha Active 100% poliéster Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16. - Camiseta manga curta malha Active 100% poliéster Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16. Marca: GR UNIFORMES	800,000	UN	22,70	18.160,00
24	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria. Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16 - Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria. Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16 Marca: GR UNIFORMES	150,000	UN	15,45	2.317,50

Total do Participante: 93.697,50

Lote: 8

Participante: C DOS SANTOS GRAVENA

14	Baby look manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Baby look manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG Marca: GR UNIFORMES	30,000	UN	33,15	994,50
15	Camisa pólo/Baby look malha Piquet Inglês (53% algodão 47% poliéster) Gramatura 165 g/m², cor a definir, com bolso e filetes nas mangas. Inserção de bordado no bolso/ frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função" do Colaborador. (Masculina e Feminina). Tamanhos	40,000	UN	33,10	1.324,00

adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Camisa pólo/Baby look malha Piquet Inglês (53% algodão 47% poliéster) Gramatura 165 g/m², cor a definir, com bolso e filetes nas mangas. Inserção de bordado no bolso/ frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função" do Colaborador. (Masculina e Feminina). Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG

Marca: GR UNIFORMES

Total do Participante: 2.318,50

Lote: 9

Participante: C DOS SANTOS GRAVENA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
16	Guarda pó masculino manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m², cor branco, com três bolsos na frente e abertura na parte de trás, fechamento com botões transparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Guarda pó masculino manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m², cor branco, com três bolsos na frente e abertura na parte de trás, fechamento com botões transparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG Marca: GR UNIFORMES	21,000	UN	59,00	1.239,00
17	Guarda pó feminino acinturado manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m², cor branco, com três bolsos na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com botões transparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Guarda pó feminino acinturado manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m², cor branco, com três bolsos na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com botões transparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG Marca: GR UNIFORMES	240,000	UN	58,90	14.136,00

Total do Participante: 15.375,00

Lote: 10

Participante: COR URBANA IND. E CONFECÇÕES

18	Colete feminino acinturado sem mangas tecido Tactel (100% poliéster) Gramatura 110 g/m², cor a definir, com bolsos modelo canguru na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com zíper até final da gola. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG - Colete feminino acinturado sem mangas tecido Tactel (100% poliéster) Gramatura 110 g/m², cor a definir, com bolsos modelo canguru na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com zíper até final da gola. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG Marca: Cor Urbana	85,000	UN	49,45	4.203,25
----	--	--------	----	-------	----------

Total do Participante: 4.203,25

Lote: 11

Participante: COR URBANA IND. E CONFECÇÕES

20	Jaqueta Masculina e Feminina em Tecido Lito Active (100% poliester) Gramatura 145g/m², com forro madelassê quadriculado,	320,000	UN	108,70	34.784,00
----	--	---------	----	--------	-----------

gramatura 8/0 g/m², cor a definir. Com filetes na frete / costas e mangas na cor branca, bolsos modelo faca nas laterais e um bolso interno, fechamento com zíper e lapela sobreposta em cima, com botão de pressão. Inserção de bordado do Município e escrita nas costas a ser definida na cor branca. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. - Jaqueta Masculina e Feminina em Tecido Lito Active (100% poliéster) Gramatura 145g/m², com forro madelassê quadriculado, gramatura 8/0 g/m², cor a definir. Com filetes na frete / costas e mangas na cor branca, bolsos modelo faca nas laterais e um bolso interno, fechamento com zíper e lapela sobreposta em cima, com botão de pressão. Inserção de bordado do Município e escrita nas costas a ser definida na cor branca. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.
Marca: Cor Urbana

Total do Participante: 34.784,00**Lote: 12****Participante: C DOS SANTOS GRAVENA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
25	Jaleco com gola no modelo sem mangas em tecido Dry 100% poliéster com gramatura de 145 gm. Na frente e costas deverá ser personalizado; sendo inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo a "Função" do colaborador e nas costas o símbolo da secretaria municipal de educação sublimado (ambos em tamanho proporcional). Gola, detalhes da cava e bolso em tecido dry 100% poliéster com gramatura de 145 gm na cor azul celeste. Tamanhos a ser definido. - Jaleco com gola no modelo sem mangas em tecido Dry 100% poliéster com gramatura de 145 gm. Na frente e costas deverá ser personalizado; sendo inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo a "Função" do colaborador e nas costas o símbolo da secretaria municipal de educação sublimado (ambos em tamanho proporcional). Gola, detalhes da cava e bolso em tecido dry 100% poliéster com gramatura de 145 gm na cor azul celeste. Tamanhos a ser definido. Marca: GR UNIFORMES	200,000	UN	34,95	6.990,00

Total do Participante: 6.990,00**Lote: 13****Participante: COR URBANA IND. E CONFECÇÕES**

26	Aventais Seletel 100% poliester, SEM bolso branco com vies com a logo da secretaria lado esquerdo do peito, amarração nas laterais. Cores a definir na aquisição. - Aventais Seletel 100% poliester, SEM bolso branco com vies com a logo da secretaria lado esquerdo do peito, amarração nas laterais. Cores a definir na aquisição. Marca: Cor Urbana	100,000	UN	24,99	2.499,00
27	Aventais Seletel 100% poliester, COM bolso branco com vies com a logo da secretaria lado esquerdo do peito, amarração nas laterais. Cores a definir na aquisição. - Aventais Seletel 100% poliester, COM bolso branco com vies com a logo da secretaria lado esquerdo do peito, amarração nas laterais. Cores a definir na aquisição. Marca: Cor Urbana	100,000	UN	24,99	2.499,00

Total do Participante: 4.998,00**Total Geral: 229.417,75**

Página: 6 / 6

Tangará, 11/08/2023

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 042/2022

Publicação Nº 5054827

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Processo Licitatório nº. 046/2022
Ata de Registro de Preços nº. 042/2022

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo nº. 016 - Ata de Registro de Preços nº. 042/2022, para AUMENTO do combustível (Gasolina Comum), cujo objeto é a aquisição de combustível para manutenção da frota municipal, durante o exercício de 2023.

TIGRINHOS/SC, em 14 de agosto de 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 309/2023

Publicação Nº 5054722

PORTARIA Nº. 309/2023, DE 14 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A CONTADORA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 959/2019 e Decreto Nº. 445/2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder para a Servidora Pública Municipal, Sra. LILIAN SANTIN, efetiva no cargo de Contadora, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 639,69 cada, totalizando o valor de R\$ 2.558,76 (dois mil quinhentos e cinquenta oito reais e setenta seis centavos), para sua viagem a Florianópolis/SC, no período de 15 a 18 de Agosto de 2023, Com objetivo de participar 2º Seminário de Práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE AGOSTO DE 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de agosto de dois mil e vinte e três.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 310/2023

Publicação Nº 5054724

PORTARIA Nº. 310/2023, DE 14 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A TÉCNICA EM CONTABILIDADE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 959/2019 e Decreto Nº. 445/2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder para a Servidora Pública Municipal, Sra. DEBORA BECKER BADIA, efetiva no cargo de Técnica em Contabilidade, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 639,69 cada, totalizando o valor de R\$ 2.558,76 (dois mil quinhentos e cinquenta oito reais e setenta seis centavos), para sua viagem a Florianópolis/SC, no período de 15 a 18 de Agosto de 2023, Com objetivo de participar

2º Seminário de Práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE AGOSTO DE 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de agosto de dois mil e vinte e três.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 311/2023

Publicação Nº 5054725

PORTARIA Nº. 311/2023, DE 14 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A ASSISTENTE SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 959/2019 e Decreto Nº. 445/2023,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder para a Servidora Pública Municipal, Sra. SALETE TERESINHA SAUSEN, efetiva no cargo de Assistente Social, adiantamento do equivalente a 2,5 (duas e meia) diárias, no valor de R\$ 575,71 cada, totalizando o valor de R\$ 1.439,27 (Hum mil quatrocentos e trinta e nove reais e vinte sete centavos), para sua viagem a Blumenau/SC, no período de 15 à 17 de Agosto de 2023, Com objetivo de participar do Seminário 30 anos da LOAS no Brasil – AMVE, e da reunião do COEGEMA e CIB.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE AGOSTO DE 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de agosto de dois mil e vinte e três.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 312/2023

Publicação Nº 5054727

PORTARIA Nº. 312/2023, DE 14 DE AGOSTO DE 2023.
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CHAMAMENTO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 062/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. MATEUS JOSE POLETO, brasileiro, maior, aprovado em 1º lugar no Chamamento Público, regido pelo Edital nº 013/2023, para exercer o Cargo Temporário de Engenheiro Civil, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a contar a partir de 14 de Agosto de 2023, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE AGOSTO DE 2023.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de agosto de dois mil e vinte três.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO Nº 044/SAMAE/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/SAMAE/2023

Publicação Nº 5052509

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4278576B8F4B135044718CE74DD6F9AFD76FA156

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, inscrito sob o CNPJ nº 02.396.675/0001-27, com sede na Av. Hercílio Luz, 465, Centro, Tijucas SC, CEP 88.200-000 de conformidade com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 044/SAMAE/2023

Dispensa de Licitação nº 023/SAMAE/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização e controle de morcegos nas áreas internas e externas do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do município de Tijucas/SC.

Contratado: JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI

Valor: R\$ 4.226,00 (Quatro mil duzentos e vinte e seis reais).

Amparo Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Parecer Jurídico Favorável nº 086/2023/SAMAEJUR.

Paula Cristina Nascimento Martins – PRESIDENTE DO SAMAE em Exercício.

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 92.2020 PMT

Publicação Nº 5053737

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 92/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração e Câmara de Vereadores de Timbó.

AUTORIZADO: IPM SISTEMAS LTDA CNPJ Nº 01.258.027/0001-41.

OBJETO: Acréscimo ao item nº 21 - (Data Center do sistema: provimento de data center (hospedagem, processamento, segurança e bkp), replicação de data center (ambiente de testes para criação e homologação de funcionalidades. Item 4 subitens 58)), a contar de 12 de julho de 2023 o quantitativo correspondente ao valor mensal de R\$ 6.914,48 (seis mil e novecentos e catorze reais e quarenta e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 03/08/2023.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração
EDSON JOSÉ BONA
Presidente Câmara de Vereadores de Timbó

EXTRATO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 92.2020 PMT

Publicação Nº 5053746

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 92/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração e Câmara de Vereadores de Timbó.

AUTORIZADO: IPM SISTEMAS LTDA CNPJ Nº 01.258.027/0001-41.

OBJETO: Acréscimo do item nº 24 (Módulo Ouvidoria) a tabela constante da Cláusula Quinta, a contar desta data, com o valor mensal de R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2023.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração
EDSON JOSÉ BONA
Presidente Câmara de Vereadores de Timbó

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 411/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052837

DECRETO Nº 411/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO DAS CANDIDATAS APROVADAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2023/EDUCAÇÃO, PARA PROVIMENTO DE CARGO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO DE PROFESSOR PEDAGOGO 25H, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nº 1035/2022, de 14 de setembro de 2022 e 1053/2022, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas para provimento de cargo temporário por prazo determinado as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 001/2023/EDUCAÇÃO do Poder Executivo Municipal de Treviso/SC, em virtude da Homologação de seu resultado (Decreto nº 405/2023) publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), Edição nº 5044401, de 08 de agosto de 2023, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
130050	GIZELE LOCATELLI	01
130070	GRAZIELA MORO MARINI	02
130013	ROZEMAR ZANELATO TASCA	03
130046	CLEUNICE TRAMONTIN	04

Art. 2º As candidatas nomeadas, na forma do artigo 1º, ficam desde já convocadas para tomarem posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Decreto no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que consideradas aptas no exame médico de caráter eliminatório segundo disposto no item 3.7 do Edital nº 001/2023/EDUCAÇÃO, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações, bem como, mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes no item 9.7 do Edital.

Art. 3º O não comparecimento das candidatas nomeadas, bem como, o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no item 9.7 do Edital, implicará automaticamente na nulidade de suas nomeações, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º Além da nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação das nomeadas de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município de Treviso/SC, no endereço <https://www.treviso.sc.gov.br/>.

Art. 5º As nomeadas e empossadas submeter-se-ão ao Regime Jurídico - Administrativo Especial, conforme disposto no parágrafo único do Art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 1035/2022, de 14 de setembro de 2022 e demais Leis e Regulamentos Municipais em vigor no Município de Treviso/SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º O período do cargo temporário por prazo determinado, será a partir da data de entrada em exercício das candidatas, até 14 de dezembro de 2023.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 11 de agosto de 2023.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto de 2023.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 412/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052851

DECRETO Nº 412/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO DA CANDIDATA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2023/EDUCAÇÃO, PARA PROVIMENTO DE CARGO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO DE NUTRICIONISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nº 1035/2022, de 14 de setembro de 2022 e 1053/2022, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para provimento de cargo temporário por prazo determinado a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 001/2023/EDUCAÇÃO do Poder Executivo Municipal de Treviso/SC, em virtude da Homologação de seu resultado (Decreto nº 405/2023) publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), Edição nº 5044401, de 08 de agosto de 2023, obedida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
130042	MARIA EDUARDA COSTA RODRIGUES	01

Art. 2º A candidata nomeada, na forma do artigo 1º, fica desde já convocada para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Decreto no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerada apta no exame médico de caráter eliminatório segundo disposto no item 3.7 do Edital nº 001/2023/EDUCAÇÃO, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações, bem como, mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes no item 9.7 do Edital.

Art. 3º O não comparecimento da candidata nomeada, bem como, o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no item 9.7 do Edital, implicará automaticamente na nulidade de sua nomeação, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º Além da nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-SC), para os fins e efeitos legais, a relação da nomeada de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município de Treviso/SC, no endereço <https://www.treviso.sc.gov.br/>.

Art. 5º A nomeada e empossada submeter-se-á ao Regime Jurídico - Administrativo Especial, conforme disposto no parágrafo único do Art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 1035/2022, de 14 de setembro de 2022 e demais Leis e Regulamentos Municipais em vigor no Município de Treviso/SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º O período do cargo temporário por prazo determinado, será a partir da data de entrada em exercício da candidata, até o prazo de 01 (um) ano.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGÍDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 11 de agosto de 2023.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Cadastrado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto de 2023.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 413/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052863

DECRETO Nº 413/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE A RESPEITO DA NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2023/EDUCAÇÃO, PARA PROVIMENTO DE CARGO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO DE MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares Municipais nº 1035/2022, de 14 de setembro de 2022 e 1053/2022, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para provimento de cargo temporário por prazo determinado os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 001/2023/EDUCAÇÃO do Poder Executivo Municipal de Treviso/SC, em virtude da Homologação de

seu resultado (Decreto nº 405/2023) publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), Edição nº 5044401, de 08 de agosto de 2023, obedecida a ordem de classificação, consoante o seguinte quadro geral:

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
130048	ORLI DA SILVA AVILA	01
130010	JULIANO DA SILVA	02
130035	JAIMIR TASCA	03

Art. 2º Os candidatos nomeados, na forma do artigo 1º, ficam desde já convocados para tomarem posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Decreto no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), iniciando o exercício de suas funções, desde que considerados aptos no exame médico de caráter eliminatório segundo disposto no item 3.7 do Edital nº 001/2023/EDUCAÇÃO, cumpridas as formalidades legais relativas à comprovação dos requisitos mínimos para investidura, nomeação e posse, por meio de declarações e documentações, bem como, mediante a entrega dos documentos indispensáveis ao Ato da Admissão constantes no item 9.7 do Edital.

Art. 3º O não comparecimento dos candidatos nomeados, bem como, o não cumprimento dos requisitos mínimos exigidos no item 9.7 do Edital, implicará automaticamente na nulidade de suas nomeações, com a perda dos direitos decorrentes daquela.

Art. 4º Além da nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), para os fins e efeitos legais, a relação dos nomeados de que trata o artigo 1º será divulgada no sítio eletrônico do Município de Treviso/SC, no endereço <https://www.treviso.sc.gov.br/>.

Art. 5º Os nomeados e empossados submeter-se-ão ao Regime Jurídico - Administrativo Especial, conforme disposto no parágrafo único do Art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 1035/2022, de 14 de setembro de 2022 e demais Leis e Regulamentos Municipais em vigor no Município de Treviso/SC, inclusive quanto às atribuições e vencimentos.

Art. 6º O período do cargo temporário por prazo determinado, será a partir da data de entrada em exercício dos candidatos, até 14 de dezembro de 2023.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 11 de agosto de 2023.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Cadastrado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto de 2023.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 414/2023, DE 14 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5054823

DECRETO Nº 414/2023, DE 14 DE AGOSTO DE 2023.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 008/2023, DE 27 DE JULHO DE 2023, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 423/06, de 25 de abril de 2006 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 008/2023, de 27 de julho de 2023, do Conselho Municipal de Saúde - CMS, nos termos que a mesma é recomendada pelo órgão deliberativo Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de julho de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 14 de agosto de 2023.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de agosto de 2023.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 335/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052943

PORTARIA Nº 335/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE LICENÇA ÓBITO A SERVIDORA JULIANE CEMOLIN RAMPINELLI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, e o Art. 176, alínea "b" do inciso IV da Lei Complementar Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022 e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença óbito, por motivo de falecimento de familiar (sogro), a contar de 09 de agosto de 2023, pelo período de 08 (oito) dias, a servidora JULIANE CEMOLIN RAMPINELLI, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de agosto de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 11 de agosto de 2023.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto de 2023.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 336/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052952

PORTARIA Nº 336/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE AUMENTO DE CARGA HORÁRIA A PEDIDO DA SERVIDORA ADRIANA STANGHERLIN RUZZA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, e o Art. 65, §1º da Seção V da Lei Complementar Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022 e suas alterações posteriores, e ainda,

CONSIDERANDO, que sua remuneração encontrava-se menor que o salário mínimo nacional,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aumento de carga horária a pedido, com proporcional aumento da remuneração mensal, passando de 20hs para 25hs semanais, a partir de 14 de agosto de 2023, conforme solicitação em anexo, a servidora ADRIANA STANGHERLIN RUZZA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE BIBLIOTECÁRIO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 11 de agosto de 2023.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de agosto de 2023.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2973

Publicação Nº 5052399

DECRETO Nº 2.973 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

NOMEIA OS DELEGADOS REPRESENTANTES COM DIREITO A VOTO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PARA ELABORAÇÃO DO PPA, LDO E LOA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC.

RUDI OHLWEILER, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a lei 1424/2001,

DECRETA:

Artigo 1º. Ficam nomeados os delegados representantes indicados pela Sociedade Civil e pelos Poderes Executivo e Legislativo, com direito de voto nas Audiências Públicas para elaboração do PPA (Plano Plurianual) LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual):

I - Representante do Poder Executivo

Iara De Ross

Sandro Eduardo Hartmann

Alana Conte

II - Representantes do Poder Legislativo

Kellyn Nava Anesi

III - Representante da Associação de Bombeiros Voluntários

Carlos Eduardo Rohrer Felder

IV- Representante da Associação de Turismo

Márcio Felipe Arns

V – Representante das Associações Culturais

Erwin Felder Júnior

VI – Representante Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Luiz João Hensel

VII – Representante da Associação Empresarial

Fermino Júnior De Rós

VIII – Representante do Comércio

Marli Concatto Mott

IX – Representante das Associações de Pais e Professores

André Luis Baldo

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos Municipais nº 2.298/2017 e 2.718/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
11 de agosto de 2023.

RUDI OHLWEILER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

DAIANE ZAMBONI ROFNER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO 33 - 2023

Publicação Nº 5042911

EXTRATO DE CONTRATO 33 - 2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: TELAS DE ALAMBRADO MARINGÁ LTDA -EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.147.794/0001-10, estabelecida na Rua Estados Unidos, 1751, Bairro Jardim Internorte, no Município de Maringa/PR. CEP 87.045-010

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cercas e concertinas a serem instaladas nas Escolas Municipais e creches do município, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

PROCESSO: Processo de Licitação nº 83/2023, instaurado através do edital de Tomada de Preços nº 07/2023

Valor: O valor contrato para a execução do objeto é de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 2 meses da emissão da Ordem de Compra.

TREZE TÍLIAS, 14 de agosto 2023.

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 83 - 2023 EDITAL TP 07 - 2023

Publicação Nº 5042828

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 83/2023

TOMADA DE PREÇOS N. 07/2023

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 83 - 2023 EDITAL TP 07 - 2023

Rudi Ohlweiler, Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Dept. Jurídico e Comissão de Licitações, resolve.

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo nº 83/2023

b) Tomada de Preços nº 07/2023 – TP

c) Modalidade: TOMADA DE PREÇOS - MENOR PREÇO GLOBAL

d) Data da Homologação: 14/08/2023

e) A presente Tomada de Preços visa a escolha da melhor proposta para o seguinte objeto:

f) Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cercas e concertinas a serem instaladas nas Escolas Municipais e creches do município, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital

g) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação)

FORNECEDORES E ITENS	ITEM	Valor total dos itens	
- 400181 - TELAS DE ALAMBRADO MARINGA LTDA - EPP	1	R\$ 170.000,00	
TOTAL		R\$ 170.000,00	

Treze Tílias/SC, dias 14 de agosto de 2023.

Rudi Ohlweiler

Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 426/23

Publicação Nº 5051609

PORTARIA 426/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023.

ESTABELECE ESCALA DE HORÁRIO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 816 de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Trombudo Central, de acordo com o Capítulo II do Exercício, em seu Art. 32;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica estabelecida escala de trabalho semanal a servidora pública municipal Sra. JERUSA PALTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, Matrícula 2364/0, conforme tabela abaixo descrita:

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Segunda-Feira	13h00min – 19h00min
Terça-Feira	07h00min – 13h00min
Quarta-Feira	13h00min – 19h00min
Quinta-Feira	07h00min – 13h00min
Sexta-Feira	Alternados a cada 07 dias

Art. 2º - O desempenho das funções laborais se dará junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 01 de agosto de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de agosto de 2023.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário, Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALESIO JUNG
Secretário da Saúde

PORTARIA 427/23

Publicação Nº 5051661

PORTARIA 427/23 DE 07 DE AGOSTO DE 2023.

ESTABELECE ESCALA DE HORÁRIO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 816 de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Trombudo Central, de acordo com o Capítulo II do Exercício, em seu Art. 32;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica estabelecida escala de trabalho semanal ao servidor público municipal Sr. JEFFERSON DIRCEU BOMBÍLIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, matrícula 2379, conforme tabela abaixo descrita:

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE EXPEDIENTE
Segunda-Feira	07h00min – 13h00min
Terça-Feira	13h00min – 19h00min
Quarta-Feira	07h00min – 13h00min
Quinta-Feira	13h00min – 19h00min

Sexta-Feira

Alternados a cada 07 dias

Art. 2º - O desempenho das funções laborais se dará junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 01 de agosto de 2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de agosto de 2023.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário, Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALESIO JUNG
Secretário da Saúde

PORTARIA 428/23

Publicação Nº 5051929

PORTARIA 428/23 DE 09 DE AGOSTO DE 2023.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE FAMILIAR A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 816 de 31 de outubro de 1990, Art. 85 - § Único, (alterada pela Lei 989 de 11 de março de 1994) e,

CONSIDERANDO, o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal Sr. ELIO RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola, matrícula 252/0, licença para acompanhamento de tratamento de saúde de familiar pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 09 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de agosto de 2023.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

JAIRO VERGÍLIO HÜNCKEL
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 429/23

Publicação Nº 5052138

PORTARIA 429/23 DE 09 DE AGOSTO DE 2023.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 001/2022, datado de 31 de janeiro de 2022 e,

CONSIDERANDO o Decreto 038/22 de 19 de abril de 2022 que homologa a classificação final do Concurso Público 001/2022.

CONSIDERANDO a vacância do cargo, face o pedido de exoneração da servidora SARA CRISTINA STACHESKI MARTINS, e a desistência a assumir ao cargo nomeado o Sr. CLEVERTON HOFFMANN, e o superior interesse e indispensável funcionamento do serviço público no ano letivo no atendimento educandário municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. OSIEL RIBEIRO, para exercer o Cargo de Professor de Matemática, Nível 2-A, do plano do Plano de Carreira do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 20:00 horas semanais, a

desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Educação e do Esporte, a partir da data de 08 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de agosto de 2023.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 430/23

Publicação Nº 5052164

PORTARIA 430/23 DE 09 DE AGOSTO DE 2023.

DESABILITA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

GEOVANA GESSNER KOWASKI, Prefeita no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Decreto 038/22 de 19 de abril de 2022 que homologa a classificação final do Concurso Público 001/2022;

CONSIDERANDO a Declaração de renúncia a assumir o cargo apresentada junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARA e torna público que o Sr. OSIEL RIBEIRO, fora DESABILITADO a assumir o Cargo de Professor de Matemática, Nível 2-A, do plano do Plano de Carreira do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 09 de agosto de 2023.

GEOVANA GESSNER KOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 431/23

Publicação Nº 5052224

PORTARIA 431/23 DE 10 DE AGOSTO DE 2023.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 001/2022, datado de 31 de janeiro de 2022 e,

CONSIDERANDO o Decreto 038/22 de 19 de abril de 2022 que homologa a classificação final do Concurso Público 001/2022.

CONSIDERANDO a vacância do cargo, face o pedido de exoneração da servidora SARA CRISTINA STACHESKI MARTINS, e a desistência a assumir ao cargo nomeado o Sr. OSIEL RIBEIRO, e o superior interesse e indispensável funcionamento do serviço público no ano letivo no atendimento educandário municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público a Sra. CRISTINA VIANA JOCHEM, para exercer o Cargo de Professor de Matemática, Nível 2-A, do plano do Plano de Carreira do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 20:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Educação e do Esporte, a partir da data de 10 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de agosto de 2023.

GEOVANA GESSNER KLOWASKI
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR
Secretária da Educação e do Esporte

Tubarão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43-2023 - PE 06-2023 - MORE SINALIZAÇÃO

Publicação Nº 5054634

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃOEXTRATO DO CONTRATO**CONTRATO Nº 43/2023****PROCESSO Nº 24/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2023****Homologação 11/04/2023****Contratante** : PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO - CNPJ nº 82.928.656/0001-33**Contratada** : MORE SINALIZACAO E CONSTRUCAO LTDA - CNPJ nº 01.993.902/0001-39**Objeto** : REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços e materiais necessários para a sinalização horizontal viária de trânsito, das pistas de rolagem do município de Tubarão/SC.**Despesa** : 121 3.3.90. 1.752.7006.0604 - Manutenção Fundo Municipal de Trânsito (Convênio de Trânsito)**Valor** : R\$431.050,00**Vigência** : 11/08/2023 até 10/08/2024**Data da Assinatura** : 11/08/2023

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 116/2023

Publicação Nº 5053639

CONTRATO Nº 116/2023

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa DLZ DISTRIBUIDORA LTDA pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Marechal Floriano, 976 – sala 01, Centro do município de São Miguel do Oeste/SC inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.276.789/0001-49 e doravante denominado CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 112/2023 e pregão presencial Nº 51/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de BALAS, BISCOITOS, CHOCOLATES, TORRONES, SALADINHOS E DEMAIS GULOSEIMAS QUE SERÃO DISTRIBUÍDAS NO NATAL EM FAMÍLIA PARA AS CRIANÇAS DESTA MUNICÍPIO.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	Marca	QUANT Unitário	PREVISÃO DE CUSTOS	
					Global	
1	Bala de gelatina de ursinhos. No pacote contém ursinhos nas cores vermelho, laranja, amarelo, verde e azul, nos sabores de laranja, maçã verde, morango, framboesa e maracujá. Caixa com 12 pacotes, cada pacote com 15g de produto em cada. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Caixa	haribo	67	R\$ 16,68	R\$ 1.117,56
3	Bala mastigável de frutas sortidas, tendo o pacote no mínimo 500g, contendo aproximadamente 120 unidades de balas. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Pacote	Pietro Bom	50	R\$ 9,90	R\$ 495,00
6	Biscoito salgado, com no mínimo 138g, contendo 6 pacotes de 24g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	pacote	Club social	800	R\$ 5,65	R\$ 4.520,00
8	Bombom, pacote com no mínimo 900g, com aproximadamente 40 unidades de bombom, todos do mesmo sabor. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Pacote	Neu gebauer	20	R\$ 39,95	R\$ 799,00
10	Chocolate em barra, com recheio de morango e cobertura de chocolate. Caixa com 32 unidades, sendo cada unidade com aproximadamente 12,3g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Caixa	Neu gebauer	25	R\$ 29,00	R\$ 725,00
12	Laços pronto para presente, sendo necessário apenas puxar a fitinha fina atrás. Medidas aproximadas de 12x25, pacote contendo 100 unidades, cores diversas.	Pacote	Marisa Embalagens	8	R\$ 4,95	R\$ 39,60
15	Pipoca doce, unidade com no mínimo 25g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Unidade	Pop Fitos	800	R\$ 1,10	R\$ 880,00
16	Pirulito napolitano, pacote de 550g, contendo aproximadamente 50 pirulitos. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Pacote	Flores Tal	16	R\$ 12,75	R\$ 204,00
17	Salgadinho de trigo sabor bacon, com no mínimo 50g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Unid	Bilu	800	R\$ 1,65	R\$ 1.320,00
TOTAL						9.364,41

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 O pagamento de R\$ 9.364,41 (nove mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos) será realizado em até 14 (catorze) dias após entrega e execução do objeto deste contrato, importando o valor de acordo com o quantitativo efetivamente entregue multiplicado pelo preço unitário da proposta vencedora deste processo, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

2.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CNPJ nº 78.486.198.0001-52 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório

2.3 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 Os itens deste contrato deverão ser entregues nas dependências da Secretária Municipal da Educação, localizado na Rua João Castilho, neste Município em no máximo 10(dez)dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento. Somente serão emitidas autorizações de fornecimento se a Empresa estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

4.2 Por ocasião do recebimento dos itens, objeto da presente licitação, a pessoa responsável pelo recebimento reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

4.3 O aceite dos itens, objeto da presente licitação não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste contrato, verificadas posteriormente.

4.4. Os quantitativos discriminados para cada item, objeto da presente licitação, constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando o proponente vencedor obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.5. Caberá ao proponente vencedor obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 O Contratado obriga-se fornecer os itens, objeto deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 112/2023 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3. A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir o objeto deste contrato, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 -- Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (87) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2023.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2023, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2. Por acordo entre as partes;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis- SC 11 de agosto de 2023

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	DLZ DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 51.276.789/0001-49 CONTRATADA
TATIANE THOMAS CPF: 076.951.729-36 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo.	
FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO. Assessor Jurídico Município de Tunápolis OAB/SC 31.520	
Testemunhas:	
Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

O Município de Tunápolis/SC CNPJ n.º 78.486.198/0001/52, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa DLZ DISTRIBUIDORA LTDA com sede na Rua Marechal Floriano, 976 – sala 01, Centro de São Miguel do Oeste/SC inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.276.789/0001-49 doravante denominada CONTRATADA;

Em razão do CONTRATO Nº 116/2023, firmado entre as partes acima relacionadas, a CONTRATADA pode ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE.

Assim, devida à necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Federal n. 13.709/2018 e no DECRETO MUNICIPAL Nº 2311; Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, que se vinculará ao contrato supracitado firmado entre as partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, de dados pessoais de agentes públicos e de cidadãos, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527/2011, que regulamenta os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311 que regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 13.709/2018 no âmbito da administração municipal direta e indireta.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO firmado, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

§ 1º A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

§ 2º A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO firmado sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

§ 3º A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

§ 4º A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

§ 5º Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

§ 6º Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

§ 7º A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e

contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO firmado.

§ 8º A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se, dentro dos limites contratuais e legais, por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES nos termos da Lei n. 12.527/2011, e respeitadas as normas da Lei Federal 13.709/2018 e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO firmado.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam deste assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as partes. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme cláusulas contratuais e o constante no art. 87 da Lei n. 8.666/93 ou a que vier a substituir.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO Nº 116/2023 firmado entre as partes.

§ 1º Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

§ 2º O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

§ 3º Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

§ 4º Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, dentro dos limites contratuais e legais, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO firmado;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO firmado;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da Comarca de Itapiranga/SC, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente instrumento é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Tunápolis- SC 11 de Agosto de 2023

De acordo.

CONTRATANTE

MARINO JOSÉ FREY

CPF nº 345.967.559-49

Município de Tunápolis/SC

CNPJ nº 78.486.198/0001/52

CONTRATADA

DLZ DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ/MF nº 51.276.789/0001-49

CONTRATO Nº 117/2023

Publicação Nº 5053640

CONTRATO Nº 117/2023

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa COMERCIAL SPIES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 84.375.302/0001-34, com sede na Rua João Castilho, 108, Centro, Município de Tunápolis -SC, neste ato representada pela sócia administradora Eli Sehn Spies, residente e domiciliado na Avenida Cerro Largo, 1.122, centro na cidade de Tunápolis/sc considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 112/2023 e pregão presencial Nº 51/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de BALAS, BISCOITOS, CHOCOLATES, TORRONES, SALADINHOS E DEMAIS GULOSEIMAS QUE SERÃO DISTRIBUÍDAS NO NATAL EM FAMÍLIA PARA AS CRIANÇAS DESTA MUNICÍPIO.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	Marca	QUANT Unitário	PREVISÃO DE CUSTOS	
					Global	
2	Bala de goma, caixa com 30 tubetes com 960g. Cada tubete com no mínimo 32g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Caixa	Kuky	27	23,50	634,5
4	Bebida láctea sabor chocolate - 200ml. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Unid	Tirol	800	1,15	920,00
5	Barra de cereal sabor morango com cobertura de chocolate 22g.	Unid	Natu Ralle	800	1,43	1.144,00
7	Bolinho de chocolate, com no mínimo 40g, acondicionamento em embalagem plástica. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Unid	Santa Hed wiges	800	3,24	2.592,00
9	Chocolate ao leite e baunilha, sendo caixa com 24 Unidades, cada unidade com no mínimo 15,5g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Caixa	Neu Gebauer	34	28,09	955,06

11	Geladinho, sabores diversos. Pacote com 40 unidades, cada unidade com no mínimo 55ml. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Pacote	Max	20	11,69	233,80
13	Paçoquinha tradicional. Potes de 750g, com no mínimo 54 unidades de paçoquinhas, embaladas individualmente, com no mínimo 14g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Potes	Kuky	15	27,00	405,00
14	Pastilhas confeitadas e coloridas sabor chocolate, crocantes por fora e macias por dentro. Caixa com 18 unidades, cada unidade com 18g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Caixa	Coloreti	45	26,77	1.204,65
18	Torrone, caixa com 50 unidades, sendo cada unidade com 25g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega.	Caixa	Arcor	16	59,69	955,04
TOTAL GERAL						9.044,05

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 O pagamento de R\$ 9.044,05 (nove mil, quarenta e quatro reais e cinco centavos) será realizado em até 14 (catorze) dias após entrega e execução do objeto deste contrato, importando o valor de acordo com o quantitativo efetivamente entregue multiplicado pelo preço unitário da proposta vencedora deste processo, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

2.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá emitido para o MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, RUA JOÃO CASTILHO Nº 111, CNPJ nº 78.486.198.0001-52 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.3 A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 Os itens deste contrato deverão ser entregues nas dependências da Secretária Municipal da Educação, localizado na Rua João Castilho, neste Município em no máximo 10(dez)dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento. Somente serão emitidas autorizações de fornecimento se a Empresa estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

4.2 Por ocasião do recebimento dos itens, objeto do presente contrato, a pessoa responsável pelo recebimento reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

4.3 O aceite dos itens, objeto da presente licitação não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste contrato, verificadas posteriormente.

4.4. Os quantitativos discriminados para cada item, objeto da presente licitação, constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando o proponente vencedor obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.5. Caberá ao proponente vencedor obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

5.1 O Contratado obriga-se fornecer os itens, objeto deste contrato com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 112/2023 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3. A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O Município obriga-se adquirir o objeto deste contrato, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 -- Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (87) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2023.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2023, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2. Por acordo entre as partes;

9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis- SC 11 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	COMERCIAL SPIES LTDA, CNPJ sob nº 84.375.302/0001-34, CONTRATADA
TATIANE THOMAS CPF: 076.951.729-36 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de fiscalizar o cumprimento do mesmo.	
FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO. Assessor Jurídico Município de Tunápolis OAB/SC 31.520	
Testemunhas:	
Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34	Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

O Município de Tunápolis/SC CNPJ n.º 78.486.198/0001/52, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa COMERCIAL SPIES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob no nº 84.375.302/0001-34, com sede na Rua João Castilho, 108, Centro, Município de Tunápolis -SC doravante denominada CONTRATADA;

Em razão do CONTRATO Nº 117/2023, firmado entre as partes acima relacionadas, a CONTRATADA pode ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE.

Assim, devida à necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Federal n. 13.709/2018 e no DECRETO MUNICIPAL Nº 2311; Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, que se vinculará ao contrato supracitado firmado entre as partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, de dados pessoais de agentes públicos e de cidadãos, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527/2011, que regulamenta os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios

digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311 que regulamenta a aplicação da Lei Federal n. 13.709/2018 no âmbito da administração municipal direta e indireta.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO firmado, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

§ 1º A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

§ 2º A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO firmado sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

§ 3º A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

§ 4º A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

§ 5º Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

§ 6º Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

§ 7º A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e

contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO firmado.

§ 8º A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se, dentro dos limites contratuais e legais, por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES nos termos da Lei n. 12.527/2011, e respeitadas as normas da Lei Federal 13.709/2018 e o DECRETO MUNICIPAL Nº 2311;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO firmado.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam deste assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as partes. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme cláusulas contratuais e o constante no art. 87 da Lei n. 8.666/93 ou a que vier a substituir.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO Nº 117/2023 firmado entre as partes.

§ 1º Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

§ 2º O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

§ 3º Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

§ 4º Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, dentro dos limites contratuais e legais, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO firmado;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO firmado;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da Comarca de Itapiranga/SC, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente instrumento é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Tunápolis- SC 11 de Agosto de 2023

De acordo.

CONTRATANTE

MARINO JOSÉ FREY

CPF nº 345.967.559-49

Município de Tunápolis/SC

CNPJ n.º 78.486.198/0001/52

CONTRATADA

COMERCIAL SPIES LTDA,

CNPJ nº 84.375.302/0001-34,

PORTARIA Nº 6414/2023

Publicação Nº 5052421

PORTARIA Nº. 6.414/2023

Em 10 de Agosto de 2023

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 069/2022 e alterações.

Art. 1º - Designar: TATIANE THOMAS, CARLISE INES GROTH LEZONIER E CLEITON KIST, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DOS PROCESSOS DE CURSO PÚBLICO 006/2023 E PROCESSO SELETIVO Nº 007/2023, que terá por objetivo e finalidade auxiliar à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados para estes processos.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 10 de Agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

JAQUELINE SCHWENGBER
Responsável RH

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 6415/2023

Publicação Nº 5052424

PORTARIA Nº. 6.415/2023
Em 11 de Agosto de 2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 13/2006 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 2.343/2022 que dispõe sobre a classificação final do Processo Seletivo nº. 008/2022; vinculada a licença para tratamento de saúde da Professora Clari Wehrmann.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, GABRIELA GELLER, com cargo de PROFESSORA DE ALEMÃO – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - ACT, cargo este de provimento temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, neste município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 11 de Agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

JAQUELINE SCHWENGBER
Responsável RH

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 6416/2023

Publicação Nº 5052425

PORTARIA Nº. 6.416/2023
Em 11 de Agosto de 2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 de 17 de Maio de 2006 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor público municipal NEODIR IMMIG, no cargo de OPERADOR EQUIPAMENTO PESADO, cargo este efetivo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, desta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos em 12 de Agosto de 2023.

Prefeitura Municipal de Tunápolis
Em 11 de Agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

JAQUELINE SCHWENGBER
Responsável RH
Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PRIMEIRO TERMO AO CONTRATO Nº 05/2023 ACRESCIMO DE VALOR

Publicação Nº 5053807

PRIMEIRO TERMO AO CONTRATO Nº 05/2023 ACRESCIMO DE VALOR.

Pelo presente instrumento de contrato, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídico de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob n.º 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, S/N, interior, do Município de Tunápolis/ SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Henrique Delavy Zinhani- sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 019.848.360-05, considerada doravante CONTRATADA

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 241/2022, e Pregão Eletrônico nº 20/2022

DO OBJETO DO CONTRATO:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, BEM COMO LAVAGEM DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, E SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA OS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO ACRESCIMO DE VALOR CONFORME SEGUE ABAIXO:

O presente termo aditivo tem como objeto realizar o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, para o item 9 e para o item 10, referente ao aditamento de quantitativo para o atendimento das necessidades do Fundo Municipal da Saúde de acordo com o previsto no art. 65, I, b, § 1º, da lei nº 8666/1993. As alterações promovidas pelo presente aditivo estão amparadas pelo art. 65, da Lei 8.666/93, conforme solicitação formal anexa.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	PREÇO TOTAL
09	62	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos LEVES.	46,50	2.883,00
10	25	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos tipo "VAN" E "AMBULÂNCIA".	57,00	1.425,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 11 de agosto de 2023.

Roseli Gabriel Bonavigo Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME GESTORA DO FUNDO Henrique Delavy Zinhani/CPF: 019.848.360-05.

CONTRATANTE Sócio Administrador
CONTRATADA

Fiscal deste contrato
Elise Beatriz Rabuske/Agente Administrativo
Responsável pelo Frotas.

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 135/2022

Publicação Nº 5053777

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 135/2022

Quarto termo aditivo que entre si celebram de um lado o CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24, com sede na Rua Duque de Caxias, 626, sala 101, Centro do Município de Maravilha, S/C, neste ato representado pelo administrador senhor Renato Adriano Seibt, inscrito no CPF/MF sob n. 526.393.209-04 e RG:1.612.469SESP/SC denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o termo aditivo de prazo:

DO OBJETO CONTRATADO:

Contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para a execução em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessários para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DE PARTE DA RUA JOSÉ LINDOLFO BIEGER, conforme com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Considerando a necessidade dos serviços contratados no contrato celebrado com a GAIA RODOVIAS LTDA, empresa está denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual para a execução da obra fica prorrogado para o dia 30/11/2023, bem como a vigência contratual até a data de 31/12/2023, conforme solicitação formal da empresa justificativa da fiscal do contrato e anuência do prefeito municipal anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 10 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY GAIA RODOVIAS LTDA
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA
CONTRATANTE CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

LEONARDO MASSING MOREIRA
Engenheiro Civil
Prefeitura Municipal de Tunápolis
Fiscal contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 93/2022

Publicação Nº 5053767

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 93/2022.

Quarto termo aditivo que entre si celebram de um lado o CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24, com sede na Rua Duque de Caxias, 626, sala 101, Centro do Município de Maravilha, S/C, neste ato representado pelo administrador senhor Renato Adriano Seibt, inscrito no CPF/MF sob n. 526.393.209-04 e RG:1.612.469SESP/SC denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o termo aditivo de prazo:

DO OBJETO CONTRATADO:

Contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para a execução em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessários para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS FELIPE ARSÊNIO BAMBERG E AMELDA TEREZA BIEGER, conforme com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório, de acordo com os Recursos do Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Regional – Contrato de Repasse nº 911320/2021 MDR/CAIXA.

Considerando a necessidade dos serviços contratados no contrato celebrado com a GAIA RODOVIAS LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual para a execução da obra fica prorrogado para o dia 30/11/2023, bem como a vigência contratual até a data de 31/12/2023, conforme solicitação formal da empresa justificativa da fiscal do contrato e anuência do prefeito municipal anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 10 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	GAIA RODOVIAS LTDA CONTRATADA CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24
---	---

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

LEONARDO MASSING MOREIRA

Engenheiro Civil

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Fiscal contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2022

Publicação Nº 5053761

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2022

Sexto termo aditivo que entre si celebram de um lado o CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24, com sede na Rua Duque de Caxias, 626, sala 101, Centro do Município de Maravilha, S/C, neste ato representado pelo administrador senhor Renato Adriano Seibt, inscrito no CPF/MF sob n. 526.393.209-04 e RG:1.612.469SESP/SC denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo supressivo.

OBJETO DO CONTRATO Nº 64/2022: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CATHARINA ELFRIDA BIEGER, conforme com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório, de acordo com os Recursos do Governo do Estado de Santa Catarina - Portaria SEF 103/2022 - Processo SCC 2106 – SIE.

- CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual para a execução da obra fica prorrogado para o dia 30/11/2023, conforme solicitação formal da empresa justificativa da fiscal do contrato e anuência do prefeito municipal anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 10 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	GAIA RODOVIAS LTDA CONTRATADA CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24
---	---

LEONARDO MASSING MOREIRA

Engenheiro Civil

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Fiscal contrato

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis

OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 83/2022

Publicação Nº 5053770

SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 83/2022

Sexto termo aditivo que entre si celebram de um lado o CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24, com sede na Rua Duque de Caxias, 626, sala 101, Centro do Município de Maravilha, S/C, neste ato representado pelo administrador senhor Renato Adriano Seibt, inscrito no CPF/MF sob n. 526.393.209-04 e RG:1.612.469SESP/SC denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o termo aditivo de prazo:

DO OBJETO CONTRATADO:

Contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para a execução em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessários para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS JOSÉ ALVÍCIO RITTER E SÃO FRANCISCO, conforme com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório, Recursos do Governo do Estado de Santa Catarina - Portaria SEF nº 189/2022 - Processo SCC 1857/2022 – SIE.

Considerando a necessidade dos serviços contratados no contrato celebrado com a GAIA RODOVIAS LTDA, empresa está denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual para a execução da obra fica prorrogado para o dia 30/11/2023, bem como a vigência contratual para o dia 31/12/2023, conforme solicitação formal da empresa justificativa da fiscal do contrato e anuência do prefeito municipal anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 09 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	GAIA RODOVIAS LTDA CONTRATADA CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24
---	---

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis

OAB/SC 31.520

LEONARDO MASSING MOREIRA

Engenheiro Civil

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Fiscal contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 92/2022

Publicação Nº 5053790

SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 92/2022

Sexto termo aditivo que entre si celebram de um lado o CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24, com sede na Rua Duque de Caxias, 626, sala 101, Centro do Município de Maravilha, S/C, neste ato representado pelo administrador senhor Renato Adriano Seibt, inscrito no CPF/MF sob n. 526.393.209-04 e RG:1.612.469SESP/SC denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o termo aditivo de prazo:

DO OBJETO CONTRATADO:

Contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para a execução em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS SANTO ANTÔNIO E JOSÉ LINDOLFO BIEGER E TRAVESSA JOSÉ LINDOLFO BIEGER, conforme com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório integrante neste ato convocatório, com Recursos do Governo do Estado de Santa Catarina - Portaria SEF nº 216/2022 - Processo SCC 2022/2022 – SIE.

Considerando a necessidade dos serviços contratados no contrato celebrado com a GAIA RODOVIAS LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual para a execução da obra fica prorrogado para o dia 30/11/2023, bem como a vigência contratual até a data de 31/12/2023, conforme solicitação formal da empresa justificativa da fiscal do contrato e anuência do prefeito municipal anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 10 de agosto de 2023.

MARINO JOSÉ FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	GAIA RODOVIAS LTDA CONTRATADA CNPJ/MF sob n. 03.257.777.0001-24
---	---

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

LEONARDO MASSING MOREIRA
Engenheiro Civil
Prefeitura Municipal de Tunápolis
Fiscal contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

SUCESSO AO CADASTRAR O REGISTRO NO TCE: PROCESSO: 21/2023; SEQUENCIAL: 9; MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CÓDIGO REGISTRO TCE: 9D919B4DC1C6BE7537ED5608B53F65B8D8A9D4C4

Publicação Nº 5051756

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9D919B4DC1C6BE7537ED5608B53F65B8D8A9D4C4

PROCESSO DE COMPRAS Nº 21/2023

Dispensa de licitação nº 09/2023 com fulcro no artigo 24, inc. XVII da Lei n. 8.666/93

ASSUNTO: A presente DISPENSA tem por objeto a revisão garantia de fábrica 60.000 Km, veículo placa RXW9C34 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal da Saúde.

ASPECTOS PRELIMINARES DO CASO EM APREÇO

A pedido da Secretária da Saúde do município em face de justificativa apresentada, passamos a analisar as razões de fato e de direito que cercam a solicitação de pagamento de itens para a revisão de 60.000 Km do veículo placa RXW9C3, com espeque no art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Referida contratação se mostra necessária no sentido de manter a garantia oferecida pela fábrica, visto não seja esta realizada da forma determinada pela fabricante, automaticamente o ente municipal estaria sendo submetido a relevantes perdas antes garantidas.

Ademais se mostra de plena importância, manter sempre em excelente estado de conservação os veículos públicos, submetendo os mesmos a regulares e constantes revisões, quer por garantia de fábrica, quer por necessidade de uso, atendendo assim os requisitos necessários para o bom gerenciamento da coisa pública.

Diante de tais considerações o gerenciamento de ações que visam o controle e a segurança dos bens públicos municipais se faz dever da administração pública, devendo esta para tanto observar a mais justa e correta forma para contratação de mão de obra, aquisição de peças e insumos, levando-se em consideração os princípios que regem a administração pública municipal, aliado a qualidade de atendimento.

Certo é, a despeito de qualquer discussão técnico-jurídica que se possa travar a respeito das razões de fato que suscitaram o pedido dos itens necessários a revisão de 10.000 Km, que não se pode negar que ela caracteriza uma situação perfeitamente enquadrada no melhor e mais aperfeiçoado entendimento legal, que torna possível, numa primeira análise, a dispensa de licitação com espeque art. 24, XVII da Lei Federal 8.666/93.

Destarte, passa-se a analisar os aspectos jurídicos legais que cingem o caso em epígrafe.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O legislador pátrio entendeu, conforme disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988 que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se vê, inteligentemente o Legislador ressaltou as hipóteses em que o processo licitatório, por diversas razões poderia não se mostrar viável.

A dispensa de licitação é exceção à regra da obrigatoriedade de licitação, contida no art. 37, XXI da Constituição Federal, que também indicou a possibilidade de afastamento da licitação em certas situações autorizadas pela lei.

Vejamos:

“Art. 37. (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (grifamos).

Com base na ressalva à regra da licitação contida no dispositivo constitucional supracitado a Lei nº 8.666/1993 trouxe, em seu art. 24, a descrição de diversos casos onde a licitação poderia ser dispensada, verificando-se no seu inciso XVII a seguinte redação:

"XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia"; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994). (grifamos).

Eis, pois, o dispositivo legal autorizador da contratação direta, com dispensa de licitação, sempre que o bem adquirido pela administração pública se encontre em período de garantia técnica.

A hipótese legal desta dispensa se caracteriza sempre e quando a Administração Pública adquirir bens com garantia técnica, cuja vigência da garantia depende da manutenção programada ou revisão cíclica dos equipamentos do bem ou produto, como condição indispensável para sua validade.

E nisso, sempre quando for necessária a aquisição de componentes ou peças apontadas na Revisão ou Manutenção programada do bem ou produto, daremos azo a possibilidade da dispensa. Alinhado claro ao fato de que, deve haver condição de exclusividade indispensável observada no prestador do serviço.

O doutrinador Petrónio Braz analisando o tema, dispôs assim importantes considerações:

A dispensa pressupõe, nesse caso, a existência de cláusula contratual anterior, que subordine a garantia ao fornecimento de peças originais. Justifica-se a dispensa pela ausência de potencialidade de benefício em decorrência da licitação. Nada impede, contudo, que a Administração, havendo interesse público justificado, renuncie à garantia, libertando-se da cláusula vinculante, promovendo licitação para a aquisição de componentes ou peças de reposição. Se a manutenção da garantia for de interesse real da Administração e os preços dos componentes de reposição forem superiores aos do mercado, a assessoria jurídica deve ser consultada e, necessariamente, indicará o caminho jurídico a ser seguido.

Observando tais ponderações, ao caso talhado, trata-se de aquisição de um veículo, ocorrida no ano de 2021, qual possui as revisões de fábrica, necessárias a manutenção de sua garantia.

Tendo o referido veículo sido adquirido novo, o mesmo possui Garantia de Fábrica, aqui denominada Garantia Técnica. Em tal caso, a revisão programada do veículo se não realizada segundo as especificações da Concessionária pode acarretar em perda da Garantia.

Geralmente, não importa em benefícios para Administração e nem para os Particulares a renúncia da garantia, já que todos eventuais problemas no decorrer dos anos acobertados, não dados causa por mau uso, má-fé e dolo dos usuários, são cobertos pela Fabricante.

Diante disso, a doutrina traz a hipótese de somente no caso dos preços forem superiores aos praticados, poder-se cogitar na renúncia da Garantia.

Verificando detidamente os autos, notamos que a quantia nos parece dentro dos padrões de mercado, porém, não incumbe ao departamento jurídico essa análise e sim a Comissão Permanente de Licitação, que deve averiguar dentre outras coisas os prazos, condições e modos do termo contratual e natureza das peças que devem ser trocadas.

Outrossim, complementa-se que nas situações invocadas de dispensa do inciso III e seguintes do art. 24 da Lei 8.666/93, obrigatoriamente alguns elementos devem constar no processo licitatório de dispensa, sendo eles:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9,648, de 1998)

Das Razões De Escolha Do Fornecedor

As razões que levaram a escolha do fornecedor se mostram pela necessidade de contratação direta com a concessionária, visto a manutenção da garantia de fábrica, ocasião em que a mesma restaria perdida em não sendo este o procedimento adotado pelo ente federado.

Do Preço

O preço da referida aquisição se mostra compatível com as tabelas praticadas pela fabricante.

Ademais, em observância ao do art. 26 da Lei 8.666/93, temos a questão dos prazos de 03 (três) dias para Comunicação a Autoridade Superior e prazo de 05 (cinco) dias para Ratificação e Publicação na Imprensa Oficial.

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração, observando o inteiro teor deste parecer, nosso posicionamento é favorável a Dispensa prevista desde que atendidos todos requisitos aqui mencionados. Salvo melhor juízo e análise, é como entendemos.

Tunápolis em 11 de agosto de 2023.

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO

OAB/SC 31.520

Assessor Jurídico

Sucesso ao cadastrar o registro no TCE:

Processo: 21/2023;
Sequencial: 9;
Modalidade: Dispensa de licitação.

Código registro TCE: 9D919B4DC1C6BE7537ED5608B53F65B8D8A9D4C4

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Gabinete do Prefeito
Para: Assessoria Jurídica

Senhor Assessor Jurídico

Tendo em vista a necessidade de Revisão garantia de fábrica 60.000 Km, veículo placa RXW9C34, ocasião em que, o município busca respeitar devidamente o princípio legal.

Diante da necessidade constatada pelo responsável, mostra imprescindível a aquisição da forma apresentada.

Assim submeto a documentação em anexo (Orçamentos, previsão orçamentária) para análise e parecer acerca da modalidade de Licitação a ser adotada no presente caso.

Atenciosamente,

Tunápolis, 08 de agosto de 2023

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Prefeito Municipal
Para: Setor de Licitações

Com o presente, solicito de Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de realizar Processo Licitatório de Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inc. XVII da Lei n. 8.666/93, para Revisão garantia de fábrica 60.000 Km, veículo placa RXW9C34.

Atenciosamente,

Tunápolis, 08 de agosto de 2023

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Assessoria Jurídica Municipal
Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Senhor Prefeito.

Em atenção a solicitação recebida deste gabinete para expedição de parecer jurídico para Revisão garantia de fábrica 60.000 Km, veículo placa RXW9C34, informamos que segue em anexo nossas considerações.

Informamos ainda que somos de parecer favorável pela dispensa de licitação da forma melhor fundamentada no parecer que segue em anexo.

Respeitosamente.

Tunápolis, 08 de agosto de 2023

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO
OAB/SC 31.520
Assessor Jurídico

DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal em questão, a Dispensa de Licitação com fulcro no artigo 24, inc. XVII da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, ratificam este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente DISPENSA LICITAÇÃO em favor da GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL DO OESTE LTDA, pessoa Jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ: 79.294.419/0001-53, estabelecida á Rua: Waldemar Rangrad, nº 1254, no Município de São Miguel do Oeste- SC, denominada simplesmente CONTRATADA, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento no valor de R\$ 1.271,83(um mil duzentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos) para a revisão deste veículo considerando que o Fundo realiza essa despesa mencionada a cada 10.000, mil km rodados.

Tunápolis, 08 de agosto de 2023

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

Comissão de Licitação:

A Comissão de licitação verificou somente que a empresa GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL DO OESTE LTDA, pessoa Jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ: 79.294.419/0001-53, estabelecida á Rua: Waldemar Rangrad, nº 1254, no Município de São Miguel do Oeste- SC, com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

HOMOLOGAÇÃO Nº 112/2023

Publicação Nº 5051909

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2023	
	CNPJ: 78.486.198/0001-52 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	Processo Adm.: 112/2023 Data do Processo: 24/07/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 112/2023
b) **Nr. Licitação:** 51/2023 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Adjudicação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** A presente licitação tem por objeto a BALAS, BISCOITOS, CHOCOLATES, TORRONES, SALADINHOS E DEMAIS GULOSEIMAS QUE SERÃO DISTRIBUÍDAS NO NATAL EM FAMÍLIA PARA AS CRIANÇAS DESTA MUNICÍPIO, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.


f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
COMERCIAL SPIES LTDA				
2 - Bala de goma, caixa com 30 tubetes com 960g. Cada tubete com no mínimo 32g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: KUKY	CX	27,000	23,5000	R\$ 634,50
4 - Bebida lactea sabor chocolate - 200ml. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: TIROL	UN	800,000	1,1500	R\$ 920,00
5 - Barra de cereal sabor morango com cobertura de chocolate 22g. - Marca: NATURALLE	UN	800,000	1,4300	R\$ 1.144,00
7 - Bolinho de chocolate, com no mínimo 40g, acondicionamento em embalagem plástica. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: SANTA EDWIGES	UN	800,000	3,2400	R\$ 2.592,00
9 - Chocolate ao leite e baunilha, sendo caixa com 24 Unidades, cada unidade com no mínimo 15,5g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: NEUGEBAUER	CX	34,000	28,0900	R\$ 955,06
11 - Geladinho, sabores diversos. Pacote com 40 unidades, cada unidade com no mínimo 55ml. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: MAX	PCT	20,000	11,6900	R\$ 233,80
13 - Paçoquinha tradicional. Potes de 750g, com no mínimo 54 unidades de paçoquinhas, embaladas individualmente, com no mínimo 14g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: KUKY	POTE	15,000	27,0000	R\$ 405,00
14 - Pastilhas confeitadas e coloridas sabor chocolate, crocantes por fora e macias por dentro. Caixa com 18 unidades, cada unidade com 18g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: COLORETI	CX	45,000	26,7700	R\$ 1.204,65
18 - Torrone, caixa com 50 unidades, sendo cada unidade com 25g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: ARCOR	CX	16,000	59,6900	R\$ 955,04

DLZ DISTRIBUIDORA LTDA

Tunápolis, 11 de Agosto de 2023

.....
Marino Jose Frey
PREFEITO MUNICIPAL

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA CNPJ: 78.486.198/0001-52 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua João de Castilho, 111 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2023
	Processo Adm.: 112/2023 Data do Processo: 24/07/2023

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	Vi. Unitário	Total dos Itens
1 - Bala de gelatina de ursinhos. No pacote contém ursinhos nas cores vermelho, laranja, amarelo, verde e azul, nos sabores de laranja, maçã verde, morango, framboesa e maracujá. Caixa com 12 pacotes, cada pacote com 15g de produto em cada. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: HARIBO	CX	67,000	15,6500	R\$ 1.048,55
3 - Bala mastigável de frutas sortidas, tendo o pacote no mínimo 500g, contendo aproximadamente 120 unidades de balas. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: PIETROBON	PCT	50,000	9,3000	R\$ 465,00
6 - Biscoito salgado, com no mínimo 138g, contendo 6 pacotes de 24g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: CLUB SOCIAL	PCT	800,000	5,2000	R\$ 4.160,00
8 - Bombom, pacote com no mínimo 900g, com aproximadamente 40 unidades de bombom, todos do mesmo sabor. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: NEUGEBAUER	PCT	20,000	37,9600	R\$ 759,20
10 - Chocolate em barra, com recheio de morango e cobertura de chocolate. Caixa com 32 unidades, sendo cada unidade com aproximadamente 12,3g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: NEUGEBAUER-STIKADINH	CX	25,000	27,9000	R\$ 697,50
12 - Laços pronto para presente, sendo necessário apenas puxar a fitinha fina atrás. Medidas aproximadas de 12x25, pacote contendo 100 unidades, cores diversas. - Marca: MARISA EMBALAGENS	PCT	8,000	4,8700	R\$ 38,96
15 - Pipoca doce, unidade com no mínimo 25g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: POP FITOS	UN	800,000	0,9900	R\$ 792,00
16 - Pirulito napolitano, pacote de 550g, contendo aproximadamente 50 pirulitos. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: FLORESTAL	PCT	16,000	12,7000	R\$ 203,20
17 - Salgadinho de trigo sabor bacon, com no mínimo 50g. Com validade acima de 6 meses, a contar a data de entrega. - Marca: BILU	UN	800,000	1,5000	R\$ 1.200,00
Total geral:				R\$ 18.408,46

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo	04.010.13.392.0008.2019.3.3.90.00.00	R\$ 19.889,35

Tunápolis, 11 de Agosto de 2023

.....
Marino Jose Frey
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO Nº 21/2023 FMS

Publicação Nº 5051795

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2023	
	CNPJ: 12.273.240/0001-49 Telefone: (49) 3632-1122 Endereço: Rua Albino Frantz, 67 - Centro CEP: 89898-000 - Tunápolis	Processo Adm.: 21/2023 Data do Processo: 11/08/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 21/2023
b) **Nr. Licitação:** 9/2023 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Adjudicação:** 11/08/2023
e) **Objeto da Licitação:** A presente DISPENSA tem por objeto a revisão garantia de fábrica 60.000 Km, veículo placa RXW9C34 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
GAMBATTO VEICULOS SAO MIGUEL LTDA				
1 - Revisão . - Marca:	HS	1,500	210,0000	R\$ 315,00
2 - Balanceamento - Marca:	HRS	1,000	70,0000	R\$ 70,00
3 - ALINHAMENTO - Marca:	HS	1,000	60,0000	R\$ 60,00
4 - DESCONTAMINAÇÃO - Marca:	HRS	1,000	30,0000	R\$ 30,00
5 - OTIMAX FLEX - Marca:	UN	1,000	69,6000	R\$ 69,60
6 - 75286362 CORREIA TRANSMISSÃO - Marca:	UN	1,000	107,1100	R\$ 107,11
7 - Filtro Combustivel - Marca:	UN	1,000	26,0100	R\$ 26,01
8 - ELEMENTO DO FILTRO DE AR - Marca:	UN	1,000	66,9900	R\$ 66,99
9 - Elemento filtra - Marca:	UN	1,000	64,8100	R\$ 64,81
10 - Aditivo limpa parabrisa - Marca:	UN	1,000	10,4400	R\$ 10,44
11 - OLEO DE MOTOR - Marca:	LIT	3,500	42,6300	R\$ 149,20
12 - Filtro de oleo - Marca:	UN	1,000	48,6300	R\$ 48,63
13 - Cristalizador de vidro - Marca:	UN	1,000	47,8500	R\$ 47,85
14 - KIT DESCONTAMINAÇÃO - Marca:	UN	1,000	164,4300	R\$ 164,43
15 - KIT REVISÃO - Marca:	UN	1,000	41,7600	R\$ 41,76
			Total geral:	R\$ 1.271,83

Tunápolis, 11 de Agosto de 2023

.....
Marino Jose Frey
PREFEITO MUNICIPAL

Urubici

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO EDITAL 002/2023 SMS

Publicação Nº 5052219

HOMOLOGAÇÃO FINAL DO EDITAL Nº 002/2023 SMS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE:

Farmacêutico ACT

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Raquel Ramalho Alves	1º
Daiana Rodrigues Arruda	2º

Enfermeiro 20 horas ACT

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Juliana Zanatta	1º
Alini Schmitz	2º

Técnico em Enfermagem 40 horas ACT

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Valci Knoll de Jesus	1º
Cristina Padilha de Souza	2º
Rosimeri Odete da Rosa Campos	3º
Patrícia Vieira	4º

Técnico em Enfermagem 20 horas ACT

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Fábrica de Souza	1º
Sueli Pinheiro Goes Santana	2º

Urubici 10/08/2023

MARIZA COSTA
Prefeita Municipal

Urussanga

PREFEITURA

PORTARIA GP/Nº 444/2023

Publicação Nº 5051731

PORTARIA GP/Nº 444, DE 26 DE JULHO DE 2023.

Concede licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora GISELE BEZ BATTI.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/Nº 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com o art. 117 da Lei Complementar nº 14, de 26 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora efetiva GISELE BEZ BATTI, ocupante do cargo de Professor, no período de 10 de julho de 2023 a 15 de julho de 2023, com remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 10 de julho de 2023.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 26 de julho de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 445/2023

Publicação Nº 5051734

PORTARIA GP/Nº 445, DE 26 DE JULHO DE 2023.

Altera carga horária da servidora TAMIRIS FRANSCISCONI, ocupante da vaga de Professor – ACT e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/Nº 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com a Informação 86/2023, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a carga horária da servidora TAMIRIS FRANSCISCONI, ocupante da vaga de Professor – ACT, vinculada a Secretaria de Educação, de 20 horas semanais para 30 horas semanais, a partir de 17 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 17 de julho de 2023.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 26 de julho de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/N° 446/2023

Publicação N° 5051741

PORTARIA GP/N° 446, DE 26 DE JULHO DE 2023.

Exonera, por término de contrato, a servidora CAMILA JORGE CITTADIN, ocupante da vaga de Professor - ACT, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/N° 161, de 07 de novembro de 2022 e com base na Portaria GP/N° 314, de 3 de maio de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a servidora CAMILA JORGE CITTADIN, ocupante da vaga de Professor – ACT, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 21 de julho de 2023.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 26 de julho de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três e publicada no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/N° 152/2018.

PORTARIA GP/N° 447/2023

Publicação N° 5051744

PORTARIA GP/N° 447, DE 26 DE JULHO DE 2023.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo órgão, o servidor JOSIEL MACALOSSI, da Secretaria de Infraestrutura, ocupante da vaga de Agente de Construção Civil – ACT.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/N° 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com a Portaria GP/N° 267, de 18 de abril de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato antecipado pelo órgão, o servidor JOSIEL MACALOSSI, ocupante da vaga de Agente de Construção Civil – ACT, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 26 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 26 de julho de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JUCEMAR SANGALETTI
Secretária Municipal de Infraestrutura

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/N° 152/2018.

PORTARIA GP/N° 448/2023

Publicação N° 5051745

PORTARIA GP/N° 448, DE 26 DE JULHO DE 2023.

Concede licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora HELENA CARDOSO DA SILVA CECHINEL.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/N° 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com o art. 11 da Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora efetiva HELENA CARDOSO DA SILVA CECHINEL, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, no período de 23 de julho de 2023 a 27 de julho de 2023, com remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e seus efeitos retroagem a 23 de julho de 2023.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 26 de julho de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

INGRID ZANELLATTO
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 449/2023

Publicação Nº 5051748

PORTARIA GP/Nº 449, DE 31 DE JULHO DE 2023.

Exonera, por término de contrato, a servidora TRINDADE DAMASIO ZAVARISE, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/Nº 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com a Portaria GP/Nº 28, de 1º de fevereiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a servidora TRINDADE DAMASIO ZAVARISE, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 31 de julho de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 31 de julho de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 451/2023

Publicação Nº 5051750

PORTARIA GP/Nº 451, DE 1º DE AGOSTO DE 2023.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora ANNA BEATRIZ DIAS PEREIRA, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/Nº 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com a Portaria GP/Nº 47, de 7 de fevereiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora ANNA BEATRIZ DIAS PEREIRA, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 1º de agosto 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de agosto de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 452/2023

Publicação Nº 5051752

PORTARIA GP/Nº 452, DE 1º DE AGOSTO DE 2023.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora NADIELE FERREIRA DA COSTA, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/Nº 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com a Portaria GP/Nº 171, de 3 de março de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora NADIELE FERREIRA DA COSTA, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, vinculado a Secretaria de Educação, a partir de 1º de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de agosto de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 453/2023

Publicação Nº 5051754

PORTARIA GP/Nº 453, DE 1º DE AGOSTO DE 2023.

Altera carga horária das servidoras que menciona, vinculados a Secretaria de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/Nº 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com a Informação 88/2023 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a carga horária da servidora JULIA SAVIATO, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT, vinculada a Secretaria de Educação, de 40 horas para 20 horas semanais, a partir de 1º de agosto de 2023 até 22 de dezembro de 2023.

Art. 2º Alterar a carga horária do servidor ELDER LIBERATO SPADEL, ocupante da vaga de Professor – ACT, vinculada a Secretaria de Educação, de 30 horas semanais com mais três aulas excedentes para 40 horas semanais, no período de 1º de agosto de 2023 até 10 de setembro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 1º de agosto de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 455/2023

Publicação Nº 5051755

PORTARIA GP/Nº 455, DE 2 DE AGOSTO DE 2023.

Contratar a servidora ANNA BEATRIZ DIAS PEREIRA, para atuar na vaga de Professor – ACT.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/Nº 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com a Lei nº 1.763, de 12 dezembro de 2000 c/c Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014 e Exposição de Motivos da Secretaria de Educação nº 105/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora ANNA BEATRIZ DIAS PEREIRA, para atuar na vaga de Professor – ACT, na Educação Inclusiva, com carga horária de 40 horas semanais, na EM Alda Brognoli Marcon, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, no período de 2 de agosto de 2023 até 15 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 2 de agosto de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três e publicada no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 456/2023

Publicação Nº 5051758

PORTARIA GP/Nº 456, DE 2 DE AGOSTO DE 2023.

Contratar a servidora MARIA CONCEIÇÃO ELIAS CERON, para atuar na vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/Nº 69, de 29 de junho de 2023 e de acordo com a Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016, Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014 e conforme Exposição de Motivos nº 104/2023, proveniente da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora MARIA CONCEIÇÃO ELIAS CERON, para atuar na vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar no setor de Limpeza, na EM Lydio De Brida, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, no período de 2 de agosto de 2023 até 20 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 2 de agosto de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três e publicada no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 457/2023

Publicação Nº 5051764

PORTARIA GP/Nº 457, DE 2 DE AGOSTO DE 2023.

Contratar o servidor JOSIEL MACALOSSI, para atuar na vaga de Agente de Conservação Urbana e Predial – ACT, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016, pelo Decreto GP/Nº 161, de 07 de novembro de 2022 e de acordo com a Lei nº 2.777 de 27 de setembro de 2016 c/c Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar o servidor JOSIEL MACALOSSI, para atuar na vaga de Agente de Conservação Urbana e Predial – ACT, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, atuando 40 horas semanais, a partir de 02 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 2 de agosto de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JUCEMAR SANGALETTI
Secretário Municipal de Infraestrutura

Registrada na Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 458/2023

Publicação Nº 5051768

PORTARIA GP/Nº 458, DE 2 DE AGOSTO DE 2023.

Concede licença maternidade a servidora efetiva MAIARA GONÇALVES LEANDRO, ocupante do cargo de Professor – ACT.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em conformidade com o art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016 e pelo Decreto GP/Nº 69, de 29 de junho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para licença maternidade a servidora MAIARA GONÇALVES LEANDRO, ocupante da vaga de Professor – ACT, na Secretaria de Educação, no período de 2 de agosto de 2023 a 28 de janeiro de 2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 2 de agosto de 2023.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário Municipal de Administração

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três e publicada no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA SME/Nº 10/2023

Publicação Nº 5052643

PORTARIA SME/Nº 10, DE 02 DE AGOSTO DE 2023.

Nomeia a servidora ocupante de vaga de Professor – ACT para atuar na função de Coordenadora Pedagógica da escola municipal que menciona, durante o ano letivo de 2023.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 1763 e a Lei nº 3.024/2021 prevê que os cargos Diretor Escolar e de Coordenador Pedagógico serão privativos dos membros do Magistério;

CONSIDERANDO, que o coordenador pedagógico, secretário escolar e o diretor adjunto serão exercidos por profissionais do Magistério, escolhidos pelo Prefeito Municipal e Secretário Municipal da Educação, em consenso com o ocupante da função de Diretor Escolar:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora KELLY DAIANE BRANCO DE LIMA CONTESSI ocupante da vaga de Professor – ACT, devidamente aprovada no processo Seletivo regido pelo Edital nº 01/2021, para desempenhar suas atividades junto a Coordenação Pedagógica do CMEI Agenir Nichele, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 02 de agosto de 2023 até 22 de dezembro de 2023, conforme disposto abaixo:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Sede da Secretaria Municipal de Educação, em Urussanga, 02 de agosto de 2023.

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO 082/2023

Publicação Nº 5053843

DECRETO Nº 082/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS, PRAZOS E OPERACIONALIZAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA, BEM COMO, PROCEDIMENTOS E PRAZOS PARA SUPERAÇÃO DE IMPEDIMENTOS DE ORDEM TÉCNICA, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. Nº 136 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL (LOM).

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN - Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso de suas atribuições legais conferidos pelo Art. nº 103, Seção II, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 30 de março de 1996, e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os procedimentos necessários para repasse dos recursos das Emendas Individuais Impositivas de execução obrigatória;

CONSIDERANDO como base a Portaria Interministerial nº 43, de 04 de fevereiro de 2020, que trata de superação de impedimentos de ordem técnicas em atendimento ao disposto no art. 166, §§ 9º a 19, e Art. 166-A, da Constituição;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal promulgada em 30 de março de 1996, acrescida pelo Art. nº 136 da Emenda nº 001/2021, em seu § 10º dispôs sobre "As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica";

DECRETA:

Art. 1º - Este decreto dispõe sobre procedimentos, prazos e operacionalização das Emendas Parlamentares Individuais de execução obrigatória, em atendimento ao disposto no Art. 136, §7º, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I. Beneficiário: Órgão ou Entidade da Administração Pública direta ou indireta do Município e/ou Organização da Sociedade Civil ou serviço social autônomo, indicados por autores de emendas individuais para fins de recebimento de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Vargem Bonita;

II. Unidades orçamentárias Municipais: Fundo Municipal de Saúde, quando tratar-se do recebimento de recursos correspondente a metade dos recursos previstos para ações e serviços públicos de saúde, e Secretaria de Administração, para os demais casos;

III. Plano de trabalho: documento a ser apresentado pelos Beneficiários que deverão conter o detalhamento do objeto, objetivo, a justificativa, os resultados esperados, o público alvo a ser atingido, e o valor proposto (utilizando como parâmetro a média dos valores dos orçamentos), conforme modelo anexo I;

IV. Orçamentos: documentos que demonstrarão os valores estimados das despesas em conformidade ao praticado no mercado atual, necessitando da apresentação de no mínimo três, sendo eles de Empresas distintas, podendo um deles ser coletado na internet;

V. Checklist dos documentos: documentos obrigatórios a serem apresentados pelo Beneficiário, conforme consta na Lei Orgânica e no presente Decreto;

Art. 3º O regime de operacionalização dos recursos estabelecido neste Decreto tem como finalidade garantir a efetiva entrega à sociedade dos bens e serviços decorrentes de emendas individuais, independentemente de autoria.

Art. 4º Os recursos poderão ser solicitados pelo Beneficiário, diretamente ao Poder Legislativo, desde que devidamente acompanhados dos seguintes documentos:

- Cópia do Estatuto do Ente reconhecido em cartório;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Cópia da Ata de Eleição dos Membros da Diretoria;
- Cópia do CPF/RG do Presidente;
- Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais;
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais;
- Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador";
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5452, de 1º de maio de 1943;
- Ofício em nome do Beneficiário solicitando os recursos;
- Plano de Trabalho contendo as ações a serem realizadas, acompanhado de três orçamentos que trarão embasamento para os valores solicitados;

- Projetos técnicos de engenharia, orçamento, composição dos custos, Anotação de Responsabilidade Técnica, entre outros, quando tratar de pleitos relacionados a obras e serviços de engenharia;

Art. 5º Mediante recebimento das Indicações das Emendas Parlamentares Impositivas Individuais emitidas pelo Poder Legislativo, através do Formulário Padrão, o Poder Executivo, através das respectivas secretarias que tenham sido designadas para execução dos recursos, analisará as proposições, realizará contato com os Beneficiários e concluirá pela existência ou inexistência de impedimento de ordem técnica, conforme prazos estabelecidos no § 12º, do Art. 136 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 6º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Impedimento de ordem técnica: objeção à execução orçamentária das emendas individuais cujas pendências técnicas ou documentais possam ser superadas com ou sem a necessidade de remanejamento de programações orçamentárias;

II - Medida saneadora: procedimento por meio do qual os autores das emendas individuais indicarão medidas para superação de impedimentos de ordem técnica;

III - Alteração orçamentária: alteração da programação orçamentária de emenda, a pedido do respectivo autor, conforme procedimentos e prazos de alterações orçamentárias estabelecidos na Lei Orgânica Municipal;

§ 1º Mediante identificação de ocorrências de impedimento de ordem técnica à execução da despesa, os documentos deverão ser devolvidas ao Poder Legislativo, acompanhada de justificativa, informando:

I. Incompatibilidade dos valores ao objeto proposto com o plano de trabalho;

II. Falta de razoabilidade do valor proposto, incompatibilidade do valor proposto com o plano de trabalho ou valores informados nos orçamentos que impeçam a conclusão de uma etapa útil do projeto;

III. Ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade da Secretaria Municipal beneficiada;

IV. Ausência dos documentos que constam no Artigo nº 4;

V. Não realização de complementação ou ajustes solicitados em proposta ou plano de trabalho, bem como realização de complementação ou ajustes fora dos prazos previstos;

VI. Desistência da indicação dos recursos pelo parlamentar;

VI. Valor priorizado insuficiente para a execução orçamentária do plano de trabalho ou da etapa do cronograma de execução a que se refere;

VII. Reprovação do plano de trabalho;

VIII. Outras razões de ordem técnica, desde que devidamente justificadas.

§2º Não constitui impedimento de ordem técnica a indevida indicação do elemento de despesa, desde que a execução da emenda seja realizada dentro do mesmo projeto atividade.

Art. 7º A unidade orçamentária – Secretaria Municipal beneficiada – poderá prestar suporte técnico, quando solicitada, para a elaboração do Plano de Trabalho.

Art. 8º Quanto tratar-se da indicação de recursos para execução pelo Poder Executivo, através das respectivas secretarias beneficiadas com emendas parlamentares impositivas, também serão procedidas as análises das proposições o qual concluirão pela existência ou inexistência de impedimento de ordem técnica.

Art. 9º Mediante aprovação da solicitação o Poder Executivo realizará a publicação dos Beneficiários, em local destinado para esta finalidade, no site eletrônico localizado no endereço: <https://vargembonita.sc.gov.br/>.

Art. 10º Os Beneficiários deverão proceder a abertura de domicílio bancário específico, junto ao Banco do Brasil, apresentar os dados ao Poder Executivo, em até 30 (trinta) dias após a aprovação, para que assim os recursos possam ser repassados.

Art. 11º Os recursos serão repassados em parcela única e deverão ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira, se a previsão de utilização dos valores for igual ou superior a um mês. Para utilização de recursos em prazos menores deverá ser em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública;

§ 1º Todo e qualquer recurso destinado deverá ser alocado na execução do Plano de Trabalho aprovado, portanto, os recursos deverão ser movimentados no domicílio bancário vinculado;

Art. 12º. Mediante existência de recursos de rendimentos de aplicação financeira os mesmos poderão ser aplicados no Objeto do Plano de Trabalho para fins de qualificação ou quantificação das atividades a serem realizadas, sem necessidade de solicitar o uso, objetivando a agilidade e eficiência no gasto dos recursos;

§ 1º Caso o Beneficiário opte pela devolução dos recursos de saldos e/ou rendimentos da aplicação financeira, estes deverão ser realizados através de Transferência Eletrônica, para Domicílio Bancário único do Poder Executivo - Banco do Brasil – Agência 17060-4, Conta Corrente

nº 80106-2.

Art. 13º Mediante conclusão das ações previstas no Plano de Trabalho ou encerramento da vigência, o que vier primeiro, em até 60 (sessenta) dias, os Beneficiários deverão realizar a prestação de contas dos recursos, apresentando ao Poder Executivo os seguintes documentos:

- Relatório das ações realizadas, acompanhado de imagens fotográficas e documentos que comprovem a execução do Objeto (Atas das reuniões, listagem de presença, reportagens, entre outros);
- Extrato Bancário da Conta Corrente e da Conta Aplicação de todo o período;
- Documento Fiscal (Nota Fiscal, recibo, entre outro documento que comprove as despesas realizadas;
- Comprovante do pagamento/transferência da despesa;
- Relatório da Prestação de Contas Final preenchido e assinado (conforme modelo);

§ 1º O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez por igual período, mediante justificativa plausível que demonstrará o não atendimento do referido;

§ 2º Os recursos de aplicação financeira utilizados no Objeto seguirão as mesmas condições da prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, devendo o Beneficiário apresentar os documentos correspondentes;

Art. 14º O Poder Executivo receberá os documentos e realizará a análise, manifestando pela aprovação ou reprovação dos dados apresentados;

§ 1º Mediante aprovação, estará sendo colocado observação no Relatório da Prestação de Contas Final, em campo específico e divulgando no site do Poder Executivo;

§ 2º Mediante reprovação, o Beneficiário será acionado para providenciar as alterações e/ou documentos faltantes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação;

§ 3º Caso extrapole o prazo previsto no § 2º, e nenhuma providência seja tomada pelo Beneficiário, ensejará obrigação para devolução dos recursos devidamente atualizados, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Poder Executivo;

§ 4º A permanência da irregularidade ensejará o registro de inadimplência junto ao Poder Executivo Municipal e, no caso de dano ao erário, a imediata instauração de procedimento que impedirá ao Município repassar recursos no futuro;

Art. 15º Os Beneficiários deverão manter os documentos relacionados por 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para apresentação da prestação de contas;

Art. 16º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 11 de agosto de 2023.

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN
Prefeita Municipal

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL nº 052/2023

Publicação Nº 5052806

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 86DE55EA798A0BF3167D96F834265B8A44A7A2C1

Página: /

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2023

HOMOLOGAÇÃO: 11/08/2023 13:42

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA

OBJETO: Registro de Preços para possível execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos Classe II-B e Classe II-A

CONTRATADO: CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, INDS E COMS DE CHAPECÓ LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 194.400,00

11/08/2023 ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN - Prefeito

Municipal

86DE55EA798A0BF3167D96F834265B8A44A7A2C1

Vidal Ramos

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 24/2022

Publicação N° 5054821

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 24/2022

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°. 24/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA GENTE SEGURADORA SA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.376/0001-34, sito à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor Nelson Back, portador do RG nº 1.118.828 - SSP/SC e inscrito no CPF nº 398.646.509-04, residente na Rua Henrique Kuister, 50, Centro CEP 88443-000 – Vidal Ramos-SC, a seguir denominado CONTRATANTE e a Empresa GENTE SEGURADORA SA, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº. 90.180.605/0001-02, situada a R MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 450, CENTRO HISTORICO, Cidade Porto Alegre/RS, Cep: 90020-060 a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato administrativo, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 26/2022, modalidade Pregão Presencial nº 12/2022, do tipo menor preço por lote, sob a regência da Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, de 21/6/93, e alterações posteriores, tem entre si ajustada as seguintes cláusulas deste termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PREÇOS

O presente instrumento tem por objetivo a inclusão de novos veículos no Contrato nº. 24/2022, conforme listagem abaixo:

Item	Veículo	Ano	Placa	Chassi	FRANQUIA MÁXIMA	SEGURO	Valor
1	SPIN	2023/2024	RYM7E44	9BG- JP7520RB139399	7.329,40	TOTAL	780,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Pelos serviços contratados o Município pagará o total de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais).
O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá vigência até o dia 21/03/2024.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor

Vidal Ramos, 11 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Nelson Back – Prefeito Municipal
Contratante

GENTE SEGURADORA SA
Contratada

Testemunhas:

João Schmitz Eduardo Thechrin
CPF: 559.875.169-00 CPF: 083.410.239-03

CONTRATO Nº. 51/2023 - CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

Publicação Nº 5054822

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

CONTRATO Nº. 51/2023

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS E A EMPRESA CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

O MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, CEP 88443-000, CNPJ 83.102.376/0001-34, isento de inscrição estadual, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor Nelson Back, portador do RG nº 1.118.828 - SSP/SC e inscrito no CPF nº 398.646.509-04, residente na Rua Henrique Kuister, 50, Centro CEP 88443-000 – Vidal Ramos-SC e a Empresa CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA com sede na Avenida Felipe Schmidt, nº. 955, Município de Braço do Norte – SC, registrada no CNPJ sob nº. 04.742.267/0001-05, neste ato representada por seu representante legal, Sr, Marciano Wiggers Meurer, Sócio Administrador, portador do CPF nº. 950.571.459-91, RG nº. 3.269.715, residente e domiciliado na Rua Tarcísio Vanderlinde, nº. 185, Apt 402, São Basílio, Braço do Norte - SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram este contrato, regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo CONTRATANTE através do Processo Administrativo n.º 50/2023, Pregão Eletrônico nº. 01/2023 e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de 20 de junho de 2023, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto aquisição de implementos agrícolas pela CONTRATADA, conforme proposta vencedora.

CLAUSULA TERCEIRA – DOS ITENS VENCEDORES

3.1. São itens deste contrato:

Item	Descrição	Und	Quant	V. Unit	V. Total
3	Lâmina traseira hidráulica reforçada 2,30m de largura trabalho com pistões (novo). Marca SANTA LUZIA, Modelo PTHF	Und	1	11.245,00	11.245,00

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO, FORMA E LOCAL DO PAGAMENTO

- 4.1. O prazo para o fornecimento do objeto é de 30 (trinta) dias, contados da expedição da Ordem de Fornecimento.
- 4.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora da licitação, no seguinte local: Rua Santa Cruz, s/n, Centro, Vidal Ramos/SC.
- 4.3. O fornecimento deverá ser realizado com observância do seguinte cronograma de entrega: remessa única.
- 4.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua data de assinatura.
- 4.5. Este contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CONTRATANTE, sendo permitidas eventuais negociações entre as partes.
- 4.6. No caso de prorrogação do contrato, deve ser consultado o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS). As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O preço a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de R\$ 11.245,00 (onze mil duzentos e quarenta e cinco reais), conforme a proposta da CONTRATADA vencedora da licitação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**6.1. FORMA DE PAGAMENTO**

- 6.1.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária ou transferência financeira, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 6.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2. PRAZO DE PAGAMENTO

- 6.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 6.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 6.2.3. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

6.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
- 6.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 6.3.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

6.3.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSO FINANCEIRO

7.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07.00 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM

Unidade: 07.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Atividade: 2041 – Conservação de Estradas

Recurso: 1.706.3110.0910 – Emendas Parlamentares Individuais

Recurso: 1.755.0000.0024 – Alienação de Bens não Vinculados

4.4.90.00.00.00.00

CLÁUSULA OITAVA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

8.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTAMENTO

9.1. O valor relativo ao objeto contratado será reajustado a contar da data-base vinculada à data do Termo de Homologação, de 20/06/2023, mediante utilização do índice INPC.

CLÁUSULA DECIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

10.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

10.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

10.4. Dentro do prazo previsto no item 10.3, o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do CONTRATANTE:

11.1.1. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.

11.1.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

11.1.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

11.1.4. Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações da CONTRATADA:

12.1.1. É dever da empresa CONTRATADA manter durante o período de vigência do contrato, e-mail institucional e o telefone, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

12.1.2. Assinar o contrato no prazo estabelecido

12.1.3. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao CONTRATANTE.

12.1.4. Transportar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

12.1.5. O recebimento dos materiais será provisório, feita pelo fiscal do contrato, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

12.1.6. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo CONTRATANTE, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor responsável, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

12.1.7. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado no Termo

de Referência, conforme quantitativos constantes na Ordem de Serviço, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

12.1.8. Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 02 (dois) dias, podendo o CONTRATANTE conceder prazo maior.

12.1.9. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

12.1.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

12.1.11. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

12.1.12. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.13. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

12.1.14. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.1.15. o longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

12.1.15.1. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

13.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput). 13.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

13.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

13.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

13.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

13.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

13.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

13.7. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 3889/2023, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Vidal Ramos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. O objeto do presente contrato será recebido:

14.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis da entrega do objeto, pela CONTRATADA, mediante recibo.

16.1.2. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 2 (dois) dias úteis do recebimento provisório.

16.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – GARANTIA DO OBJETO

17.1. A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo do objeto pelo CONTRATANTE em relação a vícios, inclusive ocultos, defeitos ou incorreções identificadas, ficando responsável pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias.

17.2. A CONTRATADA se responsabilizará pela manutenção e assistência técnica do objeto, durante o prazo de 12 meses.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PENALIDADES

18.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

18.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

- 18.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
- 18.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 18.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.
- 18.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- 18.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- 18.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 18.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 18.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:
- 18.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- 18.1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 18.1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 18.1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 18.1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 18.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 18.2.2. As peculiaridades do caso concreto.
- 18.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 18.2.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.
- 18.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à CONTRATADA defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.
- 18.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo CONTRATANTE composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EXTINÇÃO

- 19.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.
- 19.2. A extinção do contrato poderá ser:
- 19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
- 19.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

- 20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Vidal Ramos, 11 de agosto de 2023.

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS
Nelson Back - Prefeito Municipal
Contratante

CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA AGRÍCOLAS LTDA
Marciano Wiggers Meurer
Contratada

Testemunhas:

Julia Maria de Souza Cabral Boing
CPF: 043.360.369-00

Eduardo Thechrin
CPF: 083.410.239-03

Fiscal do Contrato: Gestor do Contrato:

Ademir da Cruz
CPF: 042.589.949-79

Fabio Sidney Thiesen
CPF: 015.675.329-42

ERRATA Nº. 01/2023 - DIGITALIZADORA

Publicação Nº 5053678

ERRATA nº. 001/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2023
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de uma DIGITALIZADORA NOVA DE IMAGENS PARA UTILIZAÇÃO NA FUNDAÇÃO MÉDICA ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL DE VIDAL RAMOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo

1ª Alteração

Nova data abertura do Pregão Eletrônico:

INICIO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 15/08/2023 às 08:00 horas do dia 25/08/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia 25/08/2023.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

2ª Alteração

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Exclui-se a exigência de: Deve ter proteção contra líquidos e poeira um ou outro IP 65 ou IPX5

Vidal Ramos 11 de agosto de 2023

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

PORTARIA N.167/2023, DE 17 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 5051642

PORTARIA n.167/2023, de 17 de junho de 2023.

PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 124, §1º, da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 1º de dezembro de 2010.

Considerando o requerimento apresentado;

RESOLVE:

Art. 01º - Prorrogar por mais 60(sessenta) dias, pelo período de 17 de junho a 15 de agosto de 2023, a Licença Maternidade da servidora Bruna Thechrin, efetiva no cargo de Atendente Geral.

Art. 02º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 03º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 17 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.168/2023, DE 19 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 5051646

PORTARIA n.168/2023, de 19 de junho de 2023.
EXONERA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 11, III, da Lei Complementar Municipal n.052/2014, de 26 de fevereiro.

Considerando o requerimento apresentado;

RESOLVE:

Art. 01º Exonera a pedido a contar de 19 de junho de 2023, servidora Tainara Cristina de Souza, contratada na função de Enfermeira.

Art. 02º Todos os direitos da servidora serão pagos através da folha de pagamento de rescisão da competência junho de 2023.

Art. 03º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 04º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.169/2023, DE 19 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 5051665

PORTARIA n.169/2023, de 19 de junho de 2023.

CONCEDE EFETIVO EXERCICIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 13 da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 1º de dezembro de 2010.

Considerando a portaria de nomeação n.150/2023, de 1º de junho, que nomeia para o cargo de Enfermeiro;
Considerando o Termo de Posse datado em 19 de junho de 2023;

RESOLVE:

Art. 01º Colocar em efetivo exercício, a contar de 19 de junho de 2023, a servidora Tainara Cristina de Souza.

Art. 02º Determinar a secretária de Saúde como lotação a servidora, efetiva no cargo de Enfermeiro, para exercer suas funções na unidade básica "Rosinha Aparecida dos Santos" com carga horária de 200 horas/mês e vencimento correspondente ao I-1.

Art. 03º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 04º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.170/2023, DE 19 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 5051672

PORTARIA n.170/2023, de 19 de junho de 2023.

CONTRATA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar n.052/2014, de 26 de fevereiro.

RESOLVE:

Art. 00º Contratar Renata Werle, inscrita no CPF/MF n.087.574.959-39, para a função de Atendente Geral em ACT, a contar de 19 de junho de 2023;

Art. 02º A servidora será lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercer a função nas Instituição Escolar "Germano Schaefer", com carga horária de 100 horas/mês.

Art. 03º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 04º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.171/2023, DE 20 DE JUNHO DE 2023

Publicação N° 5051681

PORTARIA n.171/2023, de 20 de junho de 2023.

ALTERA CARGA HORARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º Alterar de 40(quarenta) para 20(vinte) horas semanais a carga horaria da servidora Samira Dörner, nomeada no cargo de Atendente Geral.

Art. 02º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 03º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 20 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.172/2023, DE 28 DE JUNHO DE 2023

Publicação N° 5051718

PORTARIA n.172/2023, de 28 de junho de 2023.
EXONERA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 11, I, da Lei Complementar Municipal n.052/2014, de 26 de fevereiro de 2014.

Considerando o requerimento apresentado;

RESOLVE:

Art. 01º Exonerar a pedido a contar de 28 de junho de 2023, servidora Fabio Juttel Barni, efetiva na função de Atendente Geral, desde 10 de abril de 2023.

Art. 02º Converter ao servidor o direito 2,16% (dois virgula dezesseis por cento) da Licença Prêmio pelo período aquisitivo proporcional de 10/04/2023 a 28/06/2023 (79 dias de efetivo exercício).

Art. 03º Todos os direitos da servidora serão pagos através da folha de pagamento de rescisão da competência junho de 2023.

Art. 04º Condizente ao Quadro de Pessoal ocorre à vacância do cargo.

Art. 05º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 06º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 28 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.174/2023, DE 28 DE JUNHO DE 2023

Publicação N° 5051757

PORTARIA n.174/2023, de 28 de junho de 2023.
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de conformidade com o Art. 63, I, da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 1º de dezembro e a Lei Complementar Municipal n.038/2010, de 1º de dezembro.

RESOLVE:

Art. 01º - Exonerar a contar de 28 de junho de 2023, o servidor Fabio Adelino Fachi da função de agente político, Secretário Municipal de

Transporte e Obras.

Art. 02º - Todos os direitos do servidor serão pagos através da folha de pagamento na competência de junho de 2023.

Art. 03º - Condizente a tabela dos cargos de agentes políticos, ocorre à vacância da função.

Art. 04º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 05º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 28 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.175/2023, DE 29 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 5051794

PORTARIA n.175/2023, de 29 de junho de 2023.

ALTERA LOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 13 da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 01 de dezembro de 2010 e Art. 19 da Lei Complementar Municipal n. 036/2010.

RESOLVE:

Art. 01º Alterar lotação para a Secretaria de Administração e Finanças ao servidor Gilmar de Souza.

Art. 02º - Determinar a jornada do servidor de segunda a sexta feira no horário de expediente das 07h30m às 11h30m e as 13h às 17h.

Art. 03º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 04º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 29 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.176/2023, DE 29 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 5051958

PORTARIA n.176/2023, de 29 de junho de 2023.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com Art. 138, da Lei Complementar Municipal n.036/2010 de 01 de dezembro de 2010.

Considerando o requerimento apresentado e o direito adquirido;

RESOLVE:

Art. 01º Conceder a pedido, 30(trinta) dias de licença prêmio à servidora Adriani Rodrigues Prado Cogo, estável no cargo de Atendente Geral, para ser usufruído no período de 03 de julho a

Parágrafo Único: Para fins de contabilização junto ao RH, será o primeiro mês que a servidora tem adquirido pelos serviços prestados a esta municipalidade entre o período de 16/05/2011-2021.

Art. 02º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 03º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 29 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.179/2023, DE 30 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 5054817

PORTARIA n.179/2023, de 30 de junho de 2023.
NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com o Art. 06, II, da Lei Complementar n.036/2010, de 1º de dezembro.

RESOLVE:

Art. 01º Nomear para o cargo de Agente Político, Lauro Prim, para exercer a função de Secretário Municipal, da secretaria de Desporto e lazer a contar de 1º de julho de 2023.

Parágrafo Único: Para o exercício da função, o servidor fará jus a uma FG de 50% (cinquenta por cento) do valor do respectivo cargo que irá responder, conforme artigo 93 da LC n.036/2010 de 01 de dezembro de 2010.

Art. 02º Revogam-se as disposições ao contrário.

Art. 03º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 04º Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 30 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PORTARIA N.180/2023, DE 30 DE JUNHO DE 2023

Publicação Nº 5054113

PORTARIA n.180/2023, de 30 de junho de 2023.

DESIGNA SERVIDORES PARA RESPONDER PELOS ADIANTAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º – Designar o servidor Lauro Prim, CPF n.593.983.029-34, Secretário Municipal para responder em conjunto com a servidora Crislaine Noemia da Silva Fermineiro, CPF n.066.559.039-39, Secretária Municipal, pelos adiantamentos pecuniários realizados para custear despesas de atividades da Secretaria de Desporto e Lazer, quando se fizer necessário, sob a conta corrente n.13.234-9, agência 2775-8 do Banco do Brasil.

Art. 02º – Os servidores serão responsáveis pela movimentação da conta, tais como: Emitir cheques, abrir e encerrar contas de depósitos, solicitar saldos, extratos e comprovantes, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar pagamentos via BB digital PJ/AASP, efetuar transferências via BB digital PJ/AASP, efetuar pagamentos, efetuar transferências, enviar, receber e liberar arquivos de pagamentos BB digital PJ/AASP, emitir comprovantes, consultar obrigações do DDA via BB digital PJ/AASP, utilizar crédito aberto, assinar instrumento de crédito, assinar propostas de empréstimos e contratos de abertura de crédito, enviar OBN.

Art. 03º – Fica revogado a portaria municipal n.202/2022.

Art. 04º – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 05º - Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 30 de junho de 2023.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 20.568/23

Publicação Nº 5054291

DECRETO Nº 20.568/23, DE 8 DE AGOSTO DE 2023

Torna sem efeito o Decreto nº 20.324/23.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20340/2023;

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 20.324/23, que nomeou VANESSA PAZIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Educacional, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 8 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.573/23

Publicação Nº 5054344

DECRETO Nº 20.573/23, DE 9 DE AGOSTO DE 2023

Nomeia Psicólogo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 25774/2023;

DECRETA

Art.1º Nomear GABRIELE SCAPINELLO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 026/2022, homologado em 26 de abril de 2023, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 9 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.587/23

Publicação Nº 5054502

DECRETO Nº 20.587/23, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 4.121/2022 de 21 de dezembro de 2022, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 25513/2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

10 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
01 – Agricultura	
2061 – Incentivo ao Desenvolvimento do Agronegócio	
3390 – 250070000000– Aplicações diretas	R\$ 220.000,00
2059 – Manutenção Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural	
3390 – 250070000000– Aplicações diretas	R\$ 650.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 870.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superavit financeiro dos recursos próprios do exercício de 2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.604/23

Publicação Nº 5054520

DECRETO Nº 20.604/23, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 4.121/2022 de 21 de dezembro de 2022, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 26026/2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 292.898,60 (duzentos e noventa e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira
2.085 – Proteção Social Básica – SUAS
3190-166070003501 – Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

16 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira

01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira
2.086 – Proteção Especial de Média Complexidade – SUAS
3190-166070003550 – Aplicações Diretas R\$ 28.851,13

16 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira
2.089 – Gestão do FMAS e CMAS
3190-150070000500 – Aplicações Diretas R\$186.000,00
3391-150070000500 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00
3390-166070003560 – Aplicações Diretas R\$ 12.047,47

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$292.898,60

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos do Município, e da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira
2.085 – Proteção Social Básica – SUAS
3390-166070003501 – Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

16 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira
2.086 – Proteção Especial de Média Complexidade – SUAS
3390-166070003550 – Aplicações Diretas R\$ 28.851,13

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$80.851,13

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 20.605/23

Publicação Nº 5054544

DECRETO Nº 20.605/23, DE 10 DE AGOSTO DE 2023

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 4.121/2022 de 21 de dezembro de 2022, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 26204/2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos	
01 – Planejamento e Projetos	
2026 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Projetos	
3390 – 250070000000 – Aplicações diretas	R\$ 42.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 42.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta superavit financeiro dos recursos do exercício de 2022.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2023.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2023.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 66/2023

Publicação Nº 5054199

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 66/2023

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) artigo 87, § 2º, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo Fiscal 16042/2023 e seus anexos, o qual se encontra à disposição do contribuinte na Secretaria da Fazenda Municipal no Departamento de Tributação/Fiscalização;

DECLARA:

Notificada a contribuinte KETEREN ALINE PIROLI PEDROZO GONÇALVES, inscrito no CNPJ de nº 33.584.411/0001-20, com endereço sito a Rua Nicolau Cavon, nº 200 – Sala 01, Bairro Centro, CEP 89560-136, Município de Videira/SC do Termo de Prorrogação de Prazo para Encerramento da Fiscalização referente ao Processo Administrativo Fiscal 16042/2023.

TERMO DE OCORRÊNCIAS PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO PA16042/2023

Ao dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três (10/08/2023), de acordo com o previsto no § 2º do art. 132 do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei nº 69/85 submetemos à apreciação do Senhor Secretário da Fazenda a proposta para prorrogação em 90 (noventa) dias do prazo anteriormente previsto para conclusão da fiscalização da contribuinte KETEREN ALINE PIROLI PEDROZO GONÇALVES, inscrita no CNPJ de nº 33.584.411/0001-20, com endereço sito a Rua Nicolau Cavon, nº 200 – Sala 01, Bairro Centro, CEP 89560-136, Município de Videira/SC.

Justifica-se a prorrogação do prazo para a conclusão da fiscalização, tendo em vista que a contribuinte não foi cientificada do termo de prorrogação de prazo para encerramento da presente fiscalização em seu domicílio tributário, sito a Rua Nicolau Cavon, nº 200 – Sala 01, Bairro Centro, CEP 89560-136, Município de Videira/SC conforme aviso de recebimento (AR) YJ558401377BR.

Para constar, em atenção ao que dispõe o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) e seu artigo 196, lavramos o presente Termo que vai assinado por nós, sendo cópia deixada em poder da contribuinte.

Videira/SC, 10 de agosto de 2023.

DE ACORDO.
CIENTIFIQUE-SE A CONTRIBUINTE.

LUIZ CARLOS BONDICZ
Secretário Municipal da Fazenda

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo à contribuinte notificada.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira/SC, 10 de agosto de 2023.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 67/2023

Publicação Nº 5054201

SECRETARIA DA FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 67/2023

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) artigo 87, § 2º, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo Fiscal 4086/2023 e seus anexos, o qual se encontra à disposição do contribuinte na Secretaria da Fazenda Municipal no Departamento de Tributação/Fiscalização;

DECLARA:

Notificado o contribuinte CENTRAL RODAS VI LTDA, inscrito no CNPJ de nº 04.801.762/0001-48, com endereço sito a Rua Lauro Muller, nº 98, Bairro Centro, CEP 89560-218, Município de Videira/SC do Termo de Prorrogação de Prazo para Encerramento da Fiscalização referente ao Processo Administrativo Fiscal 4086/2023.

TERMO DE Ocorrências
PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
PA4086/2023

Ao dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e três (10/08/2023), de acordo com o previsto no § 2º do art. 132 do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei nº 69/85 submetemos à apreciação do Senhor Secretário da Fazenda a proposta para prorrogação em 90 (noventa) dias do prazo anteriormente previsto para conclusão da fiscalização do contribuinte CENTRAL RODAS VI LTDA, inscrito no CNPJ de nº 04.801.762/0001-48, com endereço sito a Rua Lauro Muller, nº 98, Bairro Centro, CEP 89560-218, Município de Videira/SC. Justifica-se a prorrogação do prazo para a conclusão da fiscalização, tendo em vista que o contribuinte não foi cientificado do termo de prorrogação de prazo para encerramento da presente fiscalização em seu domicílio tributário, sito a Rua Lauro Muller, nº 98, Bairro Centro, CEP 89560-218, Município de Videira/SC conforme aviso de recebimento (AR) TH328541494BR.

Para constar, em atenção ao que dispõe o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) e seu artigo 196, lavramos o presente Termo que vai assinado por nós, sendo cópia deixada em poder do contribuinte.

Videira/SC, 10 de agosto de 2023.

DE ACORDO.
CIENTIFIQUE-SE O CONTRIBUINTE.

LUIZ CARLOS BONDICZ
Secretário Municipal da Fazenda

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira/SC, 10 de agosto de 2023.

TERMOS ADITIVOS Nº 109/2023 A 111/2023

Publicação Nº 5052282

Termo Aditivo nº 109/2023

Contrato de Prestação de Serviço nº 68/2023

Locadores: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA

Licitação: Tomada de Preços nº 11/2023-PMV

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão no valor de R\$ 32.440,44 (trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 32,44% do valor total contratado, incluso material e mão de obra estando o aditivo dentro do permitido em lei.

Data: 10/08/2023.

Termo Aditivo nº 110/2023

Contrato de Prestação de Serviço nº 75/2023

Locadores: KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI

Licitação: Tomada de Preços Nº 09/2023 – PMV

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão no valor de R\$ 20.800,31 (vinte mil e oitocentos reais e trinta e um centavos) correspondente a 11,94% do valor total contratado, incluso material e mão de obra estando o aditivo dentro do permitido em lei.

Data: 11/08/2023.

Termo Aditivo nº 111/2023

Contrato de Prestação de Serviço nº 77/2023

Locadores: NF REALIZE LTDA

Licitação: Pregão Eletrônico Nº 41/2023 – PMV

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão no valor de R\$ 460,83 (quatrocentos e sessenta reais e oitenta e três centavos) correspondente a 7,23% do valor total contratado, incluso material e mão de obra estando o aditivo dentro do permitido em lei.

Data: 11/08/2023.

CÂMARA MUNICIPAL**RESULTADO FINAL - CLASSIFICAÇÃO APÓS RECURSOS DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023**

Publicação Nº 5053491



Câmara Municipal de Videira
Município de Videira
Concurso Público - Edital 001/2023

**Resultado Final - Classificação Geral - Após Recursos****Cargo: Pedagogo**

Insc	Nome	Nascimento	NLP	NNI	NCG	NCE	NPE	NF	Jurado	Class
374	Greiciéli Cristine Hanauer	xx/xx/xxxx	0.00	1.00	0.80	6.16	7.76	7.76	Não	1
435	Hellen Piva Zancanelli	xx/xx/1994	0.20	0.20	0.80	6.16	7.36	7.36	Não	2
121	Mauricio Henrique Machado Tosta	xx/xx/1997	0.20	0.20	0.80	6.16	7.36	7.36	Não	3
447	Eni Sauthier	xx/xx/xxxx	0.40	0.60	0.80	5.32	7.12	7.12	Não	4
318	Kescy de Paula Dias	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	0.60	5.88	7.08	7.08	Não	5
217	Gislaine Telles Fantin	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.80	5.32	6.92	6.92	Não	6
363	Joice Fatima Borlin Grigolo	xx/xx/xxxx	0.00	0.20	0.80	5.88	6.88	6.88	Não	7
57	Janete Aparecida Grando	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.40	5.60	6.80	6.80	Não	8
74	Lediane Vermolhen Tesk	xx/xx/xxxx	0.20	0.60	0.40	5.60	6.80	6.80	Não	9
442	Ester Alves Duarte Hobold	xx/xx/xxxx	0.00	0.60	0.80	5.32	6.72	6.72	Não	10
524	Géssica Oleiro Martins	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.20	5.32	6.32	6.32	Não	11
76	Adriana Cristina da Cruz Schneider	xx/xx/xxxx	0.20	0.20	0.60	5.04	6.04	6.04	Não	12
490	Bruna Barboza Macarin	xx/xx/xxxx	0.00	0.40	0.60	5.04	6.04	6.04	Não	13
135	Sirlei Aparecida Knopp Grando	xx/xx/xxxx	0.00	0.60	0.60	4.48	5.68	5.68	Não	14
213	Dejanir Campolim de Jesus	xx/xx/xxxx	0.00	0.20	0.60	4.76	5.56	5.56	Não	15
161	João Batista Sartori	xx/xx/xxxx	0.80	0.20	0.40	3.92	5.32	5.32	Não	16
395	Ana Laura Moreira e Silva	xx/xx/xxxx	0.00	0.40	0.40	4.48	5.28	5.28	Não	17
417	Margarete Aparecida Moraes Salvadori	xx/xx/xxxx	0.00	0.00	0.80	4.48	5.28	5.28	Não	18
80	Andressa Pires de Campos	xx/xx/xxxx	0.00	0.40	0.60	4.20	5.20	5.20	Não	19

[NLP]: Nota em Língua Portuguesa / [NNI]: Nota em Noções de Informática / [NCG]: Nota em Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota em Conhecimentos específicos do cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NF]: Nota Final / [Class]: Classificação Geral

RESULTADO FINAL - CLASSIFICAÇÃO APÓS RECURSOS DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023

Publicação Nº 5053494



Câmara Municipal de Videira
Município de Videira
Concurso Público - Edital 001/2023

**Resultado Final - Classificação Vagas Reservadas - Após Recursos****Cargo: Técnico em Nível Superior**

Insc	Nome	Nascimento	NLP	NNI	NCG	NCE	NPE	NF	Jurado	Class
146	Dinarte Schmitt Moscon	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.40	6.16	7.56	7.56	Não	1
195	Michel Felipe Viecegli	xx/xx/xxxx	0.20	0.60	0.80	4.76	6.36	6.36	Não	2

[NLP]: Nota em Língua Portuguesa / [NNI]: Nota em Noções de Informática / [NCG]: Nota em Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota em Conhecimentos específicos do cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NF]: Nota Final / [Class]: Classificação Vagas Reservadas

RESULTADO FINAL - CLASSIFICAÇÃO APÓS RECURSOS DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023

Publicação Nº 5053492



Câmara Municipal de Videira
Município de Videira
Concurso Público - Edital 001/2023

**Resultado Final - Classificação Geral - Após Recursos****Cargo: Técnico em Nível Superior**

Insc	Nome	Nascimento	NLP	NNI	NCG	NCE	NPE	NF	Jurado	Class
20	Gustavo Ganzala de Almeida	xx/xx/xxxx	1.00	0.60	1.00	7.00	9.60	9.60	Não	1
226	Francine Pitt Vasconcellos	xx/xx/xxxx	0.80	0.80	0.80	6.72	9.12	9.12	Não	2
24	Matheus Candiago Gianello	xx/xx/xxxx	1.00	0.20	1.00	6.72	8.92	8.92	Não	3
25	Poliane Natale Rodio Kuhn	xx/xx/xxxx	0.60	0.60	1.00	6.72	8.92	8.92	Não	4
99	Anderson Dias Silveira	xx/xx/xxxx	0.80	0.60	0.40	7.00	8.80	8.80	Não	5
426	Kananda Cristine Nardes	xx/xx/xxxx	0.80	0.20	1.00	6.72	8.72	8.72	Não	6
266	Renata Leite de Queiroz	xx/xx/xxxx	0.80	0.80	0.60	6.44	8.64	8.64	Não	7
193	Wederson Neves Duarte	xx/xx/xxxx	1.00	0.40	1.00	6.16	8.56	8.56	Não	8
17	Marina Somavilla Feversani	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.80	6.72	8.52	8.52	Não	9
508	Murilo Alves de Melo	xx/xx/xxxx	0.40	0.60	0.80	6.72	8.52	8.52	Não	10
153	Bruno Bertha	xx/xx/xxxx	0.80	0.60	0.60	6.44	8.44	8.44	Não	11
90	Marcos Bee	xx/xx/xxxx	0.80	0.80	0.60	6.16	8.36	8.36	Não	12
321	Fernanda Monaliza Massoco Paz	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.80	6.72	8.32	8.32	Não	13
341	Hyalanda Mharya Grosskopf	xx/xx/xxxx	0.80	0.20	1.00	6.16	8.16	8.16	Não	14
241	Vagner Luiz Woichekoski	xx/xx/xxxx	0.60	0.80	0.60	6.16	8.16	8.16	Não	15
111	Cristiane Miozzo	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.60	6.72	8.12	8.12	Não	16
301	Rafael Ferreira	xx/xx/xxxx	0.60	0.80	0.80	5.88	8.08	8.08	Não	17
292	Andressa Menegon Dias da Silva	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.60	6.44	8.04	8.04	Não	18
211	Bruna Maciel Dressler	xx/xx/xxxx	0.60	1.00	0.80	5.60	8.00	8.00	Não	19
107	Rodrigo Paulo Zago	xx/xx/xxxx	0.80	0.20	0.80	6.16	7.96	7.96	Não	20
446	Samara Tuclinovitch	xx/xx/1991	0.60	0.60	0.60	6.16	7.96	7.96	Não	21
54	Cleudson Nunes dos Santos	xx/xx/1999	0.60	0.60	0.60	6.16	7.96	7.96	Não	22
427	Tainara Buri	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.40	6.72	7.92	7.92	Não	23
493	Maiara Beatriz Neitzke	xx/xx/xxxx	0.40	1.00	0.60	5.88	7.88	7.88	Não	24
14	Lucas Parizotto Rossi	xx/xx/xxxx	0.80	0.20	0.40	6.44	7.84	7.84	Sim	25
534	Sabrina Surdi	xx/xx/xxxx	0.60	0.20	0.60	6.44	7.84	7.84	Sim	26
386	Evandro Luiz Bariviera	xx/xx/xxxx	0.80	0.40	1.00	5.60	7.80	7.80	Não	27
212	Julia Muncinelli Piccoli	xx/xx/xxxx	1.00	0.40	0.40	5.88	7.68	7.68	Não	28
126	Leonardo Hetvino Loof	xx/xx/xxxx	0.60	0.20	1.00	5.88	7.68	7.68	Não	29
172	Mariane Vitória Prado dos Santos	xx/xx/xxxx	0.80	0.20	0.20	6.44	7.64	7.64	Não	30
146	Dinarte Schmitt Moscon	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.40	6.16	7.56	7.56	Não	31
359	Carlos Henrique Munaretto	xx/xx/xxxx	0.20	0.80	0.40	6.16	7.56	7.56	Não	32
533	Eduardo Akio Yamamoto	xx/xx/xxxx	0.80	0.80	0.80	5.04	7.44	7.44	Não	33
467	Taciana Deprá Magrini Alva	xx/xx/1986	0.60	0.60	0.60	5.60	7.40	7.40	Não	34
87	Hendrix Tomaz da Silva	xx/xx/1994	0.60	0.60	0.60	5.60	7.40	7.40	Não	35
504	Kiefer Menestrino Machado	xx/xx/xxxx	0.60	0.60	0.80	5.32	7.32	7.32	Não	36
175	Daiana Cristina Bueno Ribeiro Borges	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	0.80	5.88	7.28	7.28	Não	37
189	Vera Matheus de Castro	xx/xx/xxxx	0.80	0.60	0.80	5.04	7.24	7.24	Não	38
201	Beatriz de Freitas Velasquez	xx/xx/xxxx	0.80	0.40	0.40	5.60	7.20	7.20	Não	39
441	Epifanio Araujo Nunes	xx/xx/xxxx	0.80	0.00	0.80	5.60	7.20	7.20	Não	40
477	Renata Regina Pasqual	xx/xx/xxxx	0.60	0.60	0.40	5.60	7.20	7.20	Não	41
225	Fernanda Fiorelli	xx/xx/xxxx	0.40	0.60	0.60	5.60	7.20	7.20	Não	42
49	Mariane Laise Coeli	xx/xx/xxxx	0.20	0.60	0.80	5.60	7.20	7.20	Não	43
403	Flavia Liz Borges	xx/xx/xxxx	0.80	0.60	0.40	5.32	7.12	7.12	Não	44
255	Elaine Dombroski Narciso	xx/xx/xxxx	0.00	0.80	0.40	5.88	7.08	7.08	Não	45
219	Sidnei Pagno	xx/xx/xxxx	0.60	0.20	0.60	5.60	7.00	7.00	Não	46

[NLP]: Nota em Língua Portuguesa / [NNI]: Nota em Noções de Informática / [NCG]: Nota em Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota em Conhecimentos específicos do cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NF]: Nota Final / [Class]: Classificação Geral



Câmara Municipal de Videira
Município de Videira
Concurso Público - Edital 001/2023



Resultado Final - Classificação Geral - Após Recursos

Cargo: Técnico em Nível Superior

Insc	Nome	Nascimento	NLP	NNI	NCG	NCE	NPE	NF	Jurado	Class
51	Thiago Henrique Tafarel	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	0.80	5.60	7.00	7.00	Não	47
532	Aliny Jacira Kades	xx/xx/xxxx	0.40	0.60	0.60	5.32	6.92	6.92	Não	48
325	Amanda Ceron de Lima	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.80	5.32	6.92	6.92	Não	49
296	Francislaine Walter Dambroz	xx/xx/xxxx	0.00	0.40	0.60	5.88	6.88	6.88	Não	50
491	Stefany Luize Rodrigues Chagas	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.80	5.04	6.84	6.84	Não	51
327	Rocheli Brondani	xx/xx/xxxx	0.00	0.60	0.60	5.60	6.80	6.80	Não	52
224	Tatiane Piovesan	xx/xx/xxxx	0.60	0.20	0.80	5.32	6.72	6.72	Não	53
151	Pricila Dal Magro Cordeiro	xx/xx/xxxx	0.40	0.60	0.40	5.32	6.72	6.72	Não	54
103	Aline Helmann Bonfim Neves	xx/xx/xxxx	0.20	0.20	0.40	5.88	6.68	6.68	Não	55
108	Camila Drager Fossatti	xx/xx/xxxx	0.60	0.60	0.40	5.04	6.64	6.64	Não	56
119	Paula Finger Moresco	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.60	5.04	6.64	6.64	Não	57
398	Taise Marta Pazin	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.40	5.32	6.52	6.52	Não	58
343	Rafaela Aparecida da Silva	xx/xx/xxxx	0.00	0.60	0.60	5.32	6.52	6.52	Não	59
253	Julio Cesar Dacol	xx/xx/xxxx	1.00	0.60	0.40	4.48	6.48	6.48	Não	60
497	Yan Muzeka	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.40	5.04	6.44	6.44	Não	61
469	Israel Monteiro	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	0.80	5.04	6.44	6.44	Não	62
198	Larissa Pereira Guisi	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	1.00	4.76	6.36	6.36	Não	63
432	Hernandez Vedovatto	xx/xx/xxxx	0.20	0.80	0.60	4.76	6.36	6.36	Não	64
195	Michel Felipe Viecelli	xx/xx/xxxx	0.20	0.60	0.80	4.76	6.36	6.36	Não	65
289	Vinicius Perazzoli de Queiroz	xx/xx/xxxx	0.00	0.80	0.80	4.76	6.36	6.36	Não	66
539	Eduarda Kutcher da Silva	xx/xx/xxxx	0.60	0.00	0.40	5.32	6.32	6.32	Não	67
462	Marcelo Silveira da Costa	xx/xx/xxxx	0.60	0.20	1.00	4.48	6.28	6.28	Não	68
302	Vinicius Scolaro	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	1.00	4.48	6.28	6.28	Não	69
220	Alessandra Couto	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.40	5.04	6.24	6.24	Não	70
205	Silmara Aparecida Meireles da Silva Granemann	xx/xx/xxxx	0.20	0.60	0.40	5.04	6.24	6.24	Não	71
385	Pamella Beltrame	xx/xx/xxxx	0.20	0.20	0.80	5.04	6.24	6.24	Não	72
505	Rogério Giaretta Junior	xx/xx/xxxx	1.00	0.40	0.60	4.20	6.20	6.20	Não	73
525	Neemias Flor Brandão	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.40	4.76	6.16	6.16	Não	74
168	Ana Letícia de Almeida	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	0.80	4.76	6.16	6.16	Não	75
114	Claudia Cesca	xx/xx/xxxx	0.20	0.60	0.60	4.76	6.16	6.16	Não	76
97	Renan Cesar Singer	xx/xx/xxxx	0.00	0.20	0.60	5.32	6.12	6.12	Não	77
322	Luiz Fernando de Abreu	xx/xx/xxxx	0.20	0.20	0.60	5.04	6.04	6.04	Não	78
382	Andressa Gomes Falcóski	xx/xx/xxxx	0.60	0.60	0.60	4.20	6.00	6.00	Não	79
190	Bruna Gabrielly de Oliveira Santos	xx/xx/xxxx	0.40	0.00	0.80	4.76	5.96	5.96	Não	80
416	Joanisa Possato Curtulo	xx/xx/xxxx	0.20	0.60	0.40	4.76	5.96	5.96	Não	81
155	Gabriela Goetten	xx/xx/xxxx	0.00	0.40	0.80	4.76	5.96	5.96	Não	82
474	Gustavo Vanz Balestieri	xx/xx/xxxx	0.00	0.20	1.00	4.76	5.96	5.96	Não	83
30	Carine Terezinha Rosa	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.40	4.48	5.88	5.88	Não	84
247	Ramon Velasques da Silva	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	0.80	4.48	5.88	5.88	Não	85
388	Bruna Paganini	xx/xx/xxxx	0.00	0.60	0.80	4.48	5.88	5.88	Não	86
372	Letícia Maiara Sabatke	xx/xx/xxxx	0.00	0.00	0.80	5.04	5.84	5.84	Não	87
520	Mateus Henrique Torcatto	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	1.00	4.20	5.80	5.80	Não	88
184	Veridiana Vogel	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	1.00	4.20	5.80	5.80	Não	89
502	Gregory Dimny Rosa	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	0.60	4.48	5.68	5.68	Não	90
250	Gilvana Camila Marafon	xx/xx/1984	0.20	0.20	0.80	4.48	5.68	5.68	Não	91
369	Kellen Amanda de Oliveira	xx/xx/1996	0.20	0.20	0.80	4.48	5.68	5.68	Não	92

[NLP]: Nota em Língua Portuguesa / [NNI]: Nota em Noções de Informática / [NCG]: Nota em Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota em Conhecimentos específicos do cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NF]: Nota Final / [Class]: Classificação Geral



Câmara Municipal de Videira
Município de Videira
Concurso Público - Edital 001/2023



Resultado Final - Classificação Geral - Após Recursos

Cargo: Técnico em Nível Superior

Insc	Nome	Nascimento	NLP	NNI	NCG	NCE	NPE	NF	Jurado	Class
167	João Paulo Borsatti Moreira dos Santos	xx/xx/xxxx	0.20	0.00	1.00	4.48	5.68	5.68	Não	93
242	Amanda Granemann Gomes	xx/xx/xxxx	0.00	0.20	0.40	5.04	5.64	5.64	Não	94
483	Daniilo Franco Maimone	xx/xx/xxxx	0.40	0.60	0.40	4.20	5.60	5.60	Não	95
291	Suelen dos Santos Grassi	xx/xx/xxxx	0.60	0.40	0.60	3.92	5.52	5.52	Não	96
397	Daniella Quagliotto Fuá de Lima	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.80	3.92	5.52	5.52	Não	97
480	Indiana Zanella de Oliveira	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	0.40	4.48	5.48	5.48	Não	98
413	Marcos Joel Moraes	xx/xx/xxxx	0.20	0.20	0.80	4.48	5.48	5.48	Não	99
387	Rafael Lopes	xx/xx/xxxx	0.60	0.60	0.60	3.64	5.44	5.44	Não	100
206	Patricia Fernandes de Souza	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	1.00	3.64	5.44	5.44	Não	101
530	Paulo Henrique de Paula	xx/xx/xxxx	0.60	0.00	0.60	4.20	5.40	5.40	Não	102
303	Karen Lucia Martinez	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.40	4.20	5.40	5.40	Não	103
531	Claudir Twardowski	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	0.60	4.20	5.40	5.40	Não	104
275	Luciana Zubeldia	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	0.60	4.20	5.40	5.40	Não	105
438	Bianca Gabriele de Moraes	xx/xx/xxxx	0.20	0.20	0.80	4.20	5.40	5.40	Não	106
182	Naiane Dambroz	xx/xx/1992	0.00	0.20	0.40	4.76	5.36	5.36	Não	107
540	Heloisa Zagonel	xx/xx/1994	0.00	0.20	0.40	4.76	5.36	5.36	Não	108
381	Juceli Vieira Coelho do Rosário	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.60	3.92	5.32	5.32	Não	109
96	Pâmela Andrea Fiorentin Scain	xx/xx/xxxx	0.60	0.20	0.80	3.64	5.24	5.24	Não	110
523	Anelise Teresinha Weber	xx/xx/xxxx	0.20	0.80	0.60	3.64	5.24	5.24	Não	111
384	Mariceli Claudia Piroli da Silva	xx/xx/xxxx	0.80	0.20	0.80	3.36	5.16	5.16	Não	112
237	Bruna Alves Roares	xx/xx/xxxx	0.20	0.60	1.00	3.36	5.16	5.16	Não	113
268	Vanessa Cristina Comachio	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	0.60	3.92	5.12	5.12	Não	114
274	Cleiton Bernardi	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	0.60	3.92	5.12	5.12	Não	115
232	Olira Maria Cividini	xx/xx/xxxx	0.00	0.80	0.40	3.92	5.12	5.12	Não	116
304	Cintia Savian	xx/xx/xxxx	0.00	0.00	0.60	4.48	5.08	5.08	Não	117
156	Fernando Tiago Birnfeld	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	0.80	3.64	5.04	5.04	Não	118
538	Arthur Alfredo Seidel	xx/xx/xxxx	0.00	0.00	0.80	4.20	5.00	5.00	Não	119

[NLP]: Nota em Língua Portuguesa / [NNI]: Nota em Noções de Informática / [NCG]: Nota em Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota em Conhecimentos específicos do cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NF]: Nota Final / [Class]: Classificação Geral

RESULTADO FINAL - CLASSIFICAÇÃO APÓS RECURSOS DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023

Publicação Nº 5053495



Câmara Municipal de Videira
Município de Videira
Concurso Público - Edital 001/2023

**Resultado Final - Classificação Geral - Após Recursos****Cargo: Técnico em Informática**

Insc	Nome	Nascimento	NLP	NNI	NCG	NCE	NPE	NF	Jurado	Class
248	Dyeizon Procopiuk da Silva	xx/xx/xxxx	0.80	0.60	0.50	3.50	5.40	5.40	Não	1
340	Jakson Alves Moreira	xx/xx/xxxx	0.80	0.40	0.50	3.50	5.20	5.20	Não	2

[NLP]: Nota em Língua Portuguesa / [NNI]: Nota em Noções de Informática / [NCG]: Nota em Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota em Conhecimentos específicos do cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita /
[NF]: Nota Final / [Class]: Classificação Geral

RESULTADO FINAL - CLASSIFICAÇÃO APÓS RECURSOS DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023

Publicação Nº 5053423



Câmara Municipal de Videira
Município de Videira
Concurso Público - Edital 001/2023

**Resultado Final - Classificação Geral - Após Recursos****Cargo: Controle Interno**

Insc	Nome	Nascimento	NLP	NNI	NCG	NCE	NPE	NF	Jurado	Class
95	Rodrigo Vescovi	xx/xx/xxxx	0.80	0.00	1.00	6.72	8.52	8.52	Não	1
478	André Gustavo Correa de Mello	xx/xx/xxxx	0.80	0.40	0.60	6.44	8.24	8.24	Não	2
342	Lucas Falchetti	xx/xx/xxxx	0.40	0.60	0.80	6.44	8.24	8.24	Não	3
329	Aline da Silva Rocha Sotoriva	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.80	6.44	8.04	8.04	Não	4
130	Ana Paula de Carli Bertaioli	xx/xx/xxxx	0.80	0.40	0.60	6.16	7.96	7.96	Não	5
209	Davi Bentes Monteiro Dias	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	1.00	5.60	7.40	7.40	Não	6
36	Jessica Andressa Zago	xx/xx/xxxx	0.00	0.60	0.60	6.16	7.36	7.36	Não	7
450	Maíra Carla Giarolo	xx/xx/xxxx	1.00	0.20	0.40	5.60	7.20	7.20	Não	8
503	Willian Francklin Ritta	xx/xx/1978	0.40	0.20	0.60	5.88	7.08	7.08	Não	9
423	Silvana Cousseau Andrighetti	xx/xx/1990	0.40	0.20	0.60	5.88	7.08	7.08	Não	10
465	Andreza Cantelli Cordeiro	xx/xx/xxxx	0.40	0.00	1.00	5.60	7.00	7.00	Não	11
370	Ana Barbara Zago Bortolozo	xx/xx/xxxx	0.40	0.80	0.60	5.04	6.84	6.84	Não	12
262	Josiane Beatriz Azeredo	xx/xx/xxxx	0.60	0.00	0.40	5.60	6.60	6.60	Não	13
476	Manolo Baroncello	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	0.40	5.60	6.60	6.60	Não	14
431	Natália de Oliveira	xx/xx/xxxx	0.60	0.20	0.60	5.04	6.44	6.44	Não	15
70	Muriel Ferreira da Silva Correa	xx/xx/xxxx	0.40	0.60	0.60	4.76	6.36	6.36	Não	16
481	Karine Cristina de Oliveira	xx/xx/xxxx	0.00	0.20	0.60	5.32	6.12	6.12	Não	17
392	Lucas Dalagnoli	xx/xx/xxxx	0.00	0.40	0.60	5.04	6.04	6.04	Não	18
501	Micheli Cluves Dick	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	0.80	4.48	5.88	5.88	Não	19
408	Volmir Antonio Silveira	xx/xx/xxxx	0.20	0.40	0.20	5.04	5.84	5.84	Não	20
181	David Cordeiro Schmidt	xx/xx/xxxx	0.20	0.00	0.80	4.76	5.76	5.76	Não	21
332	Karine Maso	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.60	4.20	5.60	5.60	Não	22
120	Nilma Jaqueline Correia	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.40	4.20	5.40	5.40	Não	23
400	Edwin Albert Muller	xx/xx/xxxx	0.00	0.00	0.60	4.76	5.36	5.36	Não	24
396	Nathia Borges	xx/xx/xxxx	0.40	0.60	0.60	3.64	5.24	5.24	Não	25

[NLP]: Nota em Língua Portuguesa / [NNI]: Nota em Noções de Informática / [NCG]: Nota em Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota em Conhecimentos específicos do cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita / [NF]: Nota Final / [Class]: Classificação Geral

RESULTADO FINAL - CLASSIFICAÇÃO APÓS RECURSOS DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023

Publicação Nº 5053490



Câmara Municipal de Videira
Município de Videira
Concurso Público - Edital 001/2023

**Resultado Final - Classificação Geral - Após Recursos****Cargo: Jornalista**

Insc	Nome	Nascimento	NLP	NNI	NCG	NCE	NPE	NF	Jurado	Class
144	Afonso Gobbi Rodrigues	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.80	5.60	7.20	7.20	Não	1
142	Adilson Kipper	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	0.40	5.60	6.80	6.80	Não	2
404	Josiane Zago	xx/xx/xxxx	0.60	0.20	0.60	5.32	6.72	6.72	Não	3
37	Vanderlei Pires	xx/xx/xxxx	0.40	0.40	1.00	4.20	6.00	6.00	Não	4
234	Lilian de Lima	xx/xx/xxxx	0.40	0.20	0.60	4.76	5.96	5.96	Não	5
244	Marcela Maria Franke de Lima	xx/xx/xxxx	0.20	0.00	1.00	4.76	5.96	5.96	Não	6
495	Marcelo Ferreira Lima	xx/xx/xxxx	0.60	0.00	0.80	3.92	5.32	5.32	Não	7
470	Ana Cláudia Camargo Souza	xx/xx/xxxx	0.20	0.00	0.60	4.20	5.00	5.00	Não	8

[NLP]: Nota em Língua Portuguesa / [NNI]: Nota em Noções de Informática / [NCG]: Nota em Conhecimentos Gerais / [NCE]: Nota em Conhecimentos específicos do cargo / [NPE]: Nota da Prova Escrita /
[NF]: Nota Final / [Class]: Classificação Geral

Witmarsum

PREFEITURA

NOVO EXTRATO PUBLICAÇÃO - .65/2023 - CHAMADA PÚBLICA DE ALIMENTOS

Publicação N° 5051725

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC

PROCESSO LICITATORIO N° 65/2023

DISPENSA PARA COMPRAS N° 10/2023

CHAMADA PÚBLICA N° 010/2023

A Secretaria Municipal de Educação de Witmarsum/SC, torna público aos interessados, que se acha aberta chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores, para o preparo da Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino em atendimento a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009. A documentação para habilitação e o projeto de venda deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação até dia 14/09/2023 às 08:30 Horas. Maiores informações junto a Secretaria de Educação, sito a Willy Pet n.º 29, Bairro Centro, nesta cidade, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-0324.

Witmarsum/SC, em 11 de agosto de 2023.

CESAR PANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 0062/2023

Publicação N° 5051931

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará a licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0062/2023, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura, visando a elaboração de projetos de pavimentação asfáltica, rede de drenagem pluvial e muros de contenção, inclusive com elaboração de levantamentos de campo (topográfico/planialtimétrico), estudos, documentos técnicos complementares e demais serviços técnicos conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, sendo:

ITEM	Descrição dos serviços
01	Projeto de pavimentação asfáltica sobre terra/calçamento (completo), inclusive levantamento topográfico, cadastro técnico, estudo do solo do subleito, terraplenagem, reforço de subleito, estrutura do pavimento, drenagem pluvial, meio fio de concreto, passeios públicos, sinalização viária vertical e horizontal, e elaboração de orçamento, composições unitárias e cronograma físico-financeiro para licitações.
02	Projeto de rede de drenagem pluvial local (completo), inclusive com levantamento topográfico, cadastro técnico, estudo hidrológico da bacia de contribuição, e elaboração de orçamento, composições unitárias e cronograma físico-financeiro para licitações.
03	Projeto de rede de macrodrenagem pluvial (tubos e galerias), inclusive com levantamento topográfico, cadastro técnico, estudo hidrológico da bacia de contribuição e elaboração de orçamento, composições unitárias e cronograma físico-financeiro para licitações.
04	Projeto de muros de contenção de arrimo, gravidade, gabião, alvenaria estruturada e padra (completo), inclusive com levantamento topográfico, cadastro técnico, e elaboração de orçamento, composições unitárias e cronograma físico-financeiro para licitações.

O recebimento das propostas será até às 08h45min do dia 28 de agosto de 2023, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia na sala de licitações da Prefeitura Municipal. Retirada do Edital e anexos no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações através do e-mail licita@xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 11 de agosto de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 277/2023

Publicação Nº 5054203

DECRETO Nº 277, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

Credencia e descredencia monitores da empresa DAC Serviços de Estacionamento Ltda-Me para o exercício das atividades de fiscalização do cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento rotativo nas áreas sob concessão.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, no art. 7º, da Lei Municipal nº AJG 3738, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015,

Considerando o disposto nos Ofícios nº 1088/2023 e nº 1090, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º Ficam **credenciados** os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Vitoria Streypczak	112.466.649-41	7.207.965
Ketlin Mendes Vaz	112.553.849-05	7212162

Art. 2º Ficam **descredenciados** os seguintes monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Elinelma Amorin de Sousa	630.845.133-92	066400132018-4

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 10 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2023/JARI

Publicação Nº 5051701

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2023/JARI

OBJETO: Convocação dos membros da Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI Municipal de Xanxerê, para sexta reunião ordinária de 2023.

A presidente da Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI Municipal de Xanxerê, designado pelo Decreto Municipal Nº 128/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 11/04/2023, CONVOCA:

Os integrantes da JARI para a sexta reunião ordinária do ano de 2023, para julgamento de recursos de infrações de trânsito e discussão de assuntos de interesse da JARI, a ser realizada no dia 21 de agosto de 2023, com início às 19h15, em sala localizada na sede da Prefeitura Municipal de Xanxerê – SC.

Em caso de impedimento do comparecimento do membro titular, o suplente deve comparecer e, se ainda houver ausência, esta deve ser justificada à luz da Resolução 357/10 do CONTRAN, sem prejuízo do que consta no Regimento Interno da JARI do Município.

Fica a secretária responsável para notificar os integrantes desta JARI da referida convocação.

Xanxerê - SC, 14 de agosto de 2023.

DULCE CATARINA MUCELIM MACEIESKI
PRESIDENTE

De ordem da Sra. Presidente, publico o presente Edital de Convocação.

KELIN REGINA BIANCHI
SECRETÁRIA

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0092/2019

Publicação Nº 5052508

EXTRATO DO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0092/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: FOCALLE – ENGENHARIA VIARIA LTDA

Objeto: Prestação de Serviço, Fornecimento, Instalação e Manutenção de Equipamentos de Fiscalização Eletrônica (redutores de velocidade) com Central de Monitoramento e Processamento de Trânsito, bem como no art. 57 e 65 da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98.

Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 06 (seis) meses contados a partir de 19 de agosto de 2023, e vigorando até 18 de fevereiro de 2024, conforme Ofício da Contratada, Ofício da Fiscal do Contrato e Parecer Jurídico, que seguem anexos ao presente.

Fica reajustado o valor mensal dos itens constantes no contrato originário a partir de 19 de agosto de 2023 pelo INPC acumulado, no percentual de 3,53%, conforme itens abaixo:

Item	Descrição	Und.	Preço Anterior	%	Preço Reajustado
01	Central de Monitoramento - Locação dos - Central de Monitoramento - Locação dos Equipamentos e Mobiliário	Mês	R\$ 1.008,86	3,53%	R\$ 1.044,47
02	Central de Monitoramento - Manutenção - Central de Monitoramento - Manutenção, Suporte e Assistência	Mês	R\$ 432,36	3,53%	R\$ 447,62
03	Sistema de Processamento de Infrações de Trânsito - Sistema de Processamento de Infrações de Trânsito - Locação de Software	Mês	R\$ 1.801,53	3,53%	R\$ 1.865,12
04	Sistema de Leitura Automática de Placas OCR/LAP - Locação do - Sistema de Leitura Automática de Placas OCR/LAP - Locação do Software	Mês	R\$ 1.441,23	3,53%	R\$ 1.492,10
05	Sistema de Leitura Automática de Placas OCR/LAP - Locação - Sistema de Leitura Automática de Placas OCR/LAP - Locação dos Equipamentos - 17 Faixas	Mês	R\$ 1.470,05	3,53%	R\$ 1.521,94
06	Sistema de Apoio a Blitz - Locação Software - Sistema de Apoio a Blitz - Locação Software	Mês	R\$ 1.297,10	3,53%	R\$ 1.342,88
07	Sistema de Apoio a Blitz - Locação Equipamentos - Sistema de Apoio a Blitz - Locação Equipamentos - Dispositivo Móvel - 04 Unidades	Mês	R\$ 288,24	3,53%	R\$ 298,41
08	Rede de Transmissão de Dados - Sistema de Leitura Automática - Rede de Transmissão de Dados - Sistema de Leitura Automática de Placas - 17 Faixas	Mês	R\$ 490,00	3,53%	R\$ 507,29

09	Rede de Transmissão de Dados - Sistema de Apoio a Blitz - Rede de Transmissão de Dados - Sistema de Apoio a Blitz - Modem 3G ou 4G - 04 Unidades.	Mês	R\$ 245,00	3,53%	R\$ 253,64
10	Rede de Transmissão de Dados - Equipamentos de Fiscalização - Rede de Transmissão de Dados - Equipamentos de Fiscalização de Trânsito - FIXOS - Controlador Ostensivo de Velocidade - Lombada Eletrônica. - 17 Faixas	Mês	R\$ 490,00	3,53%	R\$ 507,29
11	Rede de Transmissão de Dados - Link Central - Rede de Transmissão de Dados - Link Central. 01 Unidade	Mês	R\$ 144,11	3,53%	R\$ 149,19
12	Equipamento de Medição de Velocidade Veicular - Tipo Fixo - Equipamento de Medição de Velocidade Veicular - Tipo Fixo COM Display Externo de Velocidade - Controlador Ostensivo de Velocidade - Lombada Eletrônica - OCR/LAP	Mês	R\$ 24.500,91	3,53%	R\$ 25.365,79

Xanxerê-SC, 11 de agosto de 2023. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

EXTRATO DOS CONTRATOS DA INEXIGIBILIDADE Nº 0016/2023

Publicação Nº 5053355

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0179/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADO: LABORATÓRIO POLICENTER LTDA - FILIAL

Objeto: Contratação de Prestadores Serviços de Saúde, para coleta, realização e distribuição de Exames Laboratoriais, constantes na tabela SIGTAP, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor estimado: R\$ 200.000,00 mensal

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

Xanxerê-SC, 11 de agosto de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0180/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADO: LABORATÓRIO ANALIC LTDA – FILIAL 03

Objeto: Contratação de Prestadores Serviços de Saúde, para coleta, realização e distribuição de Exames Laboratoriais, constantes na tabela SIGTAP, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor estimado: R\$ 200.000,00 mensal

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

Xanxerê-SC, 11 de agosto de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0181/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADO: CRISTAL LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA

Objeto: Contratação de Prestadores Serviços de Saúde, para coleta, realização e distribuição de Exames Laboratoriais, constantes na tabela SIGTAP, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Valor estimado: R\$ 200.000,00 mensal

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

Xanxerê-SC, 11 de agosto de 2023. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4467/2023

Publicação Nº 5054204

LEI Nº 4467/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

(Origem do Projeto de Lei Nº 035/2023 – E)

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções consubstanciado no Contrato de Consórcio Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público, firmado entre este Município e o Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, cuja versão atualizada e compilada foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, veiculado em 31 de maio de 2023, ato nº 4854119, disponível em: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/atos/4854119>.

Art. 2º O texto integral do Decreto/ARIS nº 14/2023, que promoveu as alterações está publicado no Diário Oficial dos Municípios, veiculado

em 29 de maio de 2023, ato nº 4848826, disponível em: www.diariomunicipal.sc.gov.br ou www.aris.sc.gov.br.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 11 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 4468/2023

Publicação Nº 5054205

LEI Nº 4468/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
(Origem do Projeto de Lei Nº 038/2023 – E)

Revoga a Lei nº 3.989, de 7 de março de 2018, que Autorizou o Poder Executivo Municipal a Doar Imóvel ao Governo do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 3.989, de 7 de março de 2018, que autorizou o Poder Executivo Municipal a doar imóvel ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 11 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 4469/2023

Publicação Nº 5054208

LEI Nº 4469/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
(Origem do Projeto de Lei Nº 039/2023 – E)

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Doar Imóvel Urbano ao Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores de Xanxerê aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 82.951.229/0001-76, o Lote urbano nº 3, da quadra "A", com área de 442,00 m², sito no loteamento da chácara nº 63, com matrícula sob nº 10.697 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê.

Parágrafo único. O imóvel doado destina-se à ampliação da Escola de Educação Básica Romildo Czepanhik, localizada no Bairro Veneza, nesta cidade de Xanxerê, Santa Catarina.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar de Utilidade Pública o imóvel doado através da presente lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 11 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 422/2023

Publicação Nº 5053396

PORTARIA Nº 422/2023

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Art. 14 a 16.
RESOLVE

Ao décimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, compareceu à Sede da Prefeitura Municipal de Xanxerê, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Diretoria de Gestão de Pessoal, o (a) Senhor (a) MEIRI ANGELA PICOLOTO, portador (a) da CI nº 4.850.074 SSP/SC e CPF nº 057.154.219-00, nomeado (a) pelo Decreto Municipal nº 236/2023 datado de 13 de julho de 2023, no cargo de PROFESSOR- NÍVEL 1- ÁREA 2, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação. Após haver prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres do cargo, bem como cumprir fielmente as Constituições, as Leis e os Regulamentos, não medindo esforços para o bem do Município e do Regime, foi lhe dado Posse pelo Chefe do Executivo Municipal. E, para constar, EU CARLOS ALBERTO PERETTI, lavrei o presente Termo que será assinado por mim, pelo Chefe do Executivo Municipal e pelo Empossado (a).

Xanxerê, 11 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO PERETTI

Secretário Municipal de
Administração e Finanças

MEIRI ANGELA PICOLOTO

Empossada

PORTARIA Nº 423/2023

Publicação Nº 5053503

PORTARIA Nº 423/2023

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, e Lei BLB 3112/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 14.08.2023 a 12.09.2023, a Servidora Pública Municipal, Sra. CLAUDETE MARIA GRANOSKI MOLLMANN, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.955.521 e CPF n.º 827.484.469-68, nomeada pelo Decreto Municipal Nº AM 089/2002, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, reenquadrada no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003224/2023 datado de 11.08.2023.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2012 a 08.06.2015=15 dias

09.06.2015 a 08.06.2018=15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 14.08.2023. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 11 de Agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 424/2023

Publicação Nº 5053821

PORTARIA Nº 424/2023

RETIFICAR A PORTARIA Nº 399/2023 QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

Onde lê-se:

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 31.07.2023 a 29.08.2023, ao Servidor Público Municipal, Sr. ELIS FRANCISCO VEDDY, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG nº 1.594.813 e CPF nº 479.587.749-15, nomeado pelo Decreto Municipal Nº AM 191/2002, no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com 40 (quarenta) horas semanais.

O deferimento atende ao requerimento datado de 31.07.2023.

A licença prêmio concedida refere-se ao período aquisitivo de 09.06.2015 a 08.06.2018.

Leia-se:

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 31.07.2023 a 29.08.2023, ao Servidor Público Municipal, Sr. ELIS FRANCISCO VEDDY, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG nº 1.594.813 e CPF nº 479.587.749-15, nomeado pelo Decreto Municipal Nº AM 191/2002, no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com 40 (quarenta) horas semanais.

O deferimento atende ao requerimento datado de 31.07.2023.

A licença prêmio concedida refere-se ao período aquisitivo de 09.06.2018 a 08.06.2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 11 de agosto de 2023.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 233

Publicação Nº 5051605

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 233

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF sob o nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, na cidade de Xanxerê/SC, ora denominado EMPREGADOR e SIDIANE DA LUZ DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Antero dos Santos, nº 372, bairro Jardim Tarumã, Xanxerê/SC, portadora do CPF nº 091.764.599-50 e do RG 6.009.269, ora denominada EMPREGADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº 1 ao Contrato de trabalho por prazo determinado nº 233, com permissivo legal no artigo 37, IX da Constituição Federal e na Lei Complementar Municipal AJG 3822/2015. Considerando o número de Agentes de Combate às Endemias (ACE) disposto na portaria Nº 535, de 30 de março de 2016 do Ministério da Saúde.

Considerando o aumento repentino de casos registrados de dengue no município no ano de 2022.

Considerando número de Agentes de Combate às Endemias (ACE) necessários para a realização de 6 ciclos de vistoria nos imóveis por ano, uma vez que, há a necessidade da manutenção vistoria de imóveis, pois existe uma média de 25 mil imóveis a serem vistoriados a cada dois meses.

Considerando a devida urgência que o caso assim requer, como execuções de ações e medidas com vistas a atenuar pontos estratégicos da ocorrência do mosquito Aedes aegypti.

Considerando, também, medidas ligadas às ações atenuadoras frente a imputações e notificações ao combate à dengue.

Considerando, ainda, possibilidade da prorrogação do termo de contratação das servidoras epidemiológicas, segundo o item 1.2 - Edital 007/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA. Fica prorrogado o contrato por prazo determinado nº 233, em regime de designação temporária, para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município, nos termos do Edital nº 007/2022, vigorando no período de 19/08/2023 a 18/08/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA. Ficam ratificadas as demais cláusulas no contrato por prazo determinado nº 233 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto as medidas ligadas às ações atenuadoras frente as imputações e notificações ao combate à dengue.

E por estarem em pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador e, a segunda em poder do empregado.

Xanxerê/SC, 11 de agosto de 2023.

Município de Xanxerê
Carlos Alberto Peretti

Sidiane da Luz dos Santos
CPF: 627.015.099-04

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519-14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 234

Publicação Nº 5051647

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 234

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF sob o nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, na cidade de Xanxerê/SC, ora denominado EMPREGADOR e ROSELI VIDI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Felipe Antonio, nº 128, bairro Primo Tacca, Xanxerê/SC, portadora do CPF nº 627.015.099-04 e do RG 1.653.459, ora denominada EMPREGADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO nº 1 ao Contrato de trabalho por prazo determinado nº 234, com permissivo legal no artigo 37, IX da Constituição Federal e na Lei Complementar Municipal AJG 3822/2015.

Considerando o número de Agentes de Combate às Endemias (ACE) disposto na portaria Nº 535, de 30 de março de 2016 do Ministério da Saúde.

Considerando o aumento repentino de casos registrados de dengue no município no ano de 2022.

Considerando número de Agentes de Combate às Endemias (ACE) necessários para a realização de 6 ciclos de vistoria nos imóveis por ano, uma vez que, há a necessidade da manutenção vistoria de imóveis, pois existe uma média de 25 mil imóveis a serem vistoriados a cada dois meses.

Considerando a devida urgência que o caso assim requer, como execuções de ações e medidas com vistas a atenuar pontos estratégicos da ocorrência do mosquito *Aedes aegypti*.

Considerando, também, medidas ligadas às ações atenuadoras frente a imputações e notificações ao combate à dengue.

Considerando, ainda, possibilidade da prorrogação do termo de contratação das servidoras epidemiológicas, segundo o item 1.2 - Edital 007/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA. Fica prorrogado o contrato por prazo determinado nº 234, em regime de designação temporária, para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município, nos termos do Edital nº 007/2022, vigorando no período de 19/08/2023 a 18/08/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA. Ficam ratificadas as demais cláusulas no contrato por prazo determinado nº 234 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto as medidas ligadas às ações atenuadoras frente as imputações e notificações ao combate à dengue.

E por estarem em pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador e, a segunda em poder do empregado.

Xanxerê/SC, 11 de agosto de 2023.

Município de Xanxerê
Carlos Alberto Peretti

Roseli Vidi
CPF: 627.015.099-04

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519-14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

CÂMARA MUNICIPAL**LEI ORDINÁRIA Nº 4470/2023**

Publicação Nº 5054622

LEI Nº 4470/2023, DE 11 DE AGOSTO DE 2023
(Origem do Projeto de Lei Nº 007/2023 – L)

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.971/2017, e dá outras providências”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Xanxerê aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Art. 7º da Lei Municipal nº 3971 de 2017, que passa a vigor com a seguinte redação:

“

X – 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, 30º Batalhão;

XI – 1 (um) representante da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, 16ª DRP;

XII – 1 (um) representante da Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, 14º Batalhão;

XIII – 1 (um) representante da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, Defesa Civil de Xanxerê;

§ 11º – as instituições indicadas nos incisos X, XI, XII e XIII deste artigo, cadastrarão seus representantes junto a Secretaria Executiva do conselho a cada dois anos, ficando vedada sua nomeação por dois anos consecutivos.

§ 12º – as instituições indicadas nos incisos X, XI, XII e XIII deste artigo, deverão abster-se de votar em projetos de seu interesse.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê, 11 de agosto de 2023.

Rogério de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Xanxerê

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002/2023

Publicação Nº 5054676

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C5EADF8E77E05E51FE543589E3B34C3CF65F2017

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente Concorrência Pública, a saber:
Processo Licitatório nº 0136/2023
Edital: Concorrência Pública para Compras e Serviços nº 0002/2023.

Objeto: Outorga de concessão de serviço público, a título oneroso, para a prestação de serviços técnicos de implantação, sinalização, operação, manutenção, controle, gestão e comercialização de vagas de estacionamento de veículos automotores em vias, logradouros e espaços públicos próprios, mediante a rotatividade de uso, denominado Estacionamento Rotativo do município de Xaxim – SC

Entrega dos Envelopes: até às 08:30h do dia 18 de setembro de 2023.

Abertura da Sessão Pública: às 09h do dia 18 de setembro de 2023.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda a Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim – SC, 12 de agosto de 2023.

Edilson Antônio Folle
Prefeito Municipal

DECRETO 0366

Publicação Nº 5053684

DECRETO Nº. 0366/2023

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

EDILSON ANTONIO FOLLE, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4.595/22 de 24 de outubro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 355.611,60 (Trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e onze reais e sessenta centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade		Projeto atividade	
07.001	Secretaria de INFRAESTRUTURA		1.007 – Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios	
Despesa		Modalidade	Fonte	Valor R\$
039/2023		4.4.90.00.00	2.701.0000.306400	105.611,60
039/2023		4.4.90.00.00	2.710.3210.307900	250.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos do Superávit Financeiro da Fonte de Recurso 1.701.0000.306400 – Transferência de Convênios – Estado/Outros (SCC 25449/2021 - Conta 39.139-5) e Fonte de Recurso 1.710.3210.307900 – Emendas Parlamentares Individuais/Estado (Emenda 430/2022 – Conta 37.077-0)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), 10 de agosto de 2023.

EDILSON ANTONIO FOLLE
Prefeito Municipal

DECRETO 0367

Publicação Nº 5053694

DECRETO Nº. 0367/2023

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

EDILSON ANTONIO FOLLE, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4.595/22 de 24 de outubro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade		
07.001	Secretaria da Infraestrutura	1.007 – Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios		
Despesa	Modalidade	Fonte	Valor R\$	
039/2023	4.4.90.00.00	1.706.3110.107600	100.000,00	

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso 1.706.3110.107600 – Emenda Parlamentar Individual – União (Emenda nº 202241850010 – Jorginho Mello)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), 10 de agosto de 2023.

EDILSON ANTONIO FOLLE
Prefeito Municipal

DECRETO 363

Publicação Nº 5051928

DECRETO Nº. 0363/2023.

Exonera servidor municipal efetivo por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado por aposentadoria, a partir de 10 de agosto de 2023, o servidor municipal JOSEMAR LUIZ CENCI, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, portador da matrícula 3553, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de agosto de 2023.

Edilson Antonio Folle
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Alberto Antonio Grasel
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e
Desenvolvimento Econômico

DECRETO 368

Publicação Nº 5054709

DECRETO Nº. 0368/2023

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

EDILSON ANTONIO FOLLE, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4.595/22 de 24 de outubro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade		
15.001	Departamento de Administração	2.036 – Manutenção do FUREBOM		
Despesa	Modalidade	Fonte	Valor R\$	
121/2023	3.3.90.00.00	1.753.0000.106400	50.000,00	

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade		
15.001	Departamento de Administração	2.036 – Manutenção do FUREBOM		
Despesa	Modalidade	Fonte	Valor R\$	
122/2023	4.4.90.00.00	1.753.0000.106400	50.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 10 de agosto de 2023

EDILSON ANTONIO FOLLE
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0013/2023 FMS

Publicação Nº 5052237

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BCF3AC7B6C04F79042537078675EDCDE9D01EA0A

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0013/2023
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM
CNPJ: 11.323.985/0001-02
CONTRATADA: SOFEC SEGURANCA PRIVADA LTDA
CNPJ: 06.955.642/0001-20

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de segurança desarmada, para segurança em eventos públicos e patrimonial do Município de Xaxim.

Valor do Contrato: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)

Vigência: 11/08/2023 a 05/05/2024

Xaxim/SC, 11 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0095/2023

Publicação N° 5052137

Estado de Santa Catarina

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3A500788ED696B558A74AB9F49C9793BCFB9E479

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0095/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: SOFEC SEGURANCA PRIVADA LTDA

CNPJ: 06.955.642/0001-20

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de segurança desarmada, para segurança em eventos públicos e patrimonial do Município de Xaxim.

Valor do Contrato: R\$ 2.242.000,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e dois reais)

Vigência: 11/08/2023 a 05/05/2024

Licitação: Processo Licitatório nº 0062/2023, modalidade Pregão Presencial nº 0031/2023, Ata de Registro de Preços nº 0059/2023

Xaxim/SC, 11 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0096/2023

Publicação N° 5052497

Estado de Santa Catarina

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 94174F592E0FCF0DA093D3AF0010905400E9E2B2

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0096/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS MARCA DA FERRADURA

CNPJ: 78.480.464/0001-30

Objeto: Locação de Imóvel (CTG) Centro de Tradições Gaúchas Marca da Ferradura para realização do evento de premiação Movimento Econômico Agronegócio a ser realizado no dia 26 de Agosto de 2023.

Valor do Contrato: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência: 11/08/2023 a 11/08/2024

Licitação: Processo Licitatório nº 0132/2023, Dispensa de Licitação nº 0038/2023

Xaxim/SC, 11 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0097/2023

Publicação N° 5052776

Estado de Santa Catarina

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 977F88C1026CD93196C074E2C8D93D3E30D796E9

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0097/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: ARI CORREIA DE OLIVEIRA SOBRINHO LTDA

CNPJ: 32.909.309/0001-95

Objeto: Contratação de produtora musical para apresentação do show "Nascido para ser bagual" com Ari Correia e Grupo Alma da Querência no dia 26 de Agosto de 2023, no evento de premiação do "Movimento Econômico do Agronegócio".

Valor do Contrato: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência: 11/08/2023 a 11/08/2024

Licitação: Processo Licitatório nº 0134/2023, Inexigibilidade de Licitação nº 0017/2023

Xaxim/SC, 11 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0098/2023

Publicação Nº 5053028

Estado de Santa Catarina

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4B90219A8612896733AD4F5EA5B21949AC56933C

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 0098/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: VINHAS CONSULTORIA E ASSESSORIA CULTURAL LTDA

CNPJ: 30.080.901/0001-00

Objeto: Contratação de serviços de Assessoria para aplicação da Lei Paulo Gustavo para o município de Xaxim/SC, conforme as especificações em anexo.

Valor do Contrato: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Vigência: 11/08/2023 a 11/08/2024

Licitação: Processo Licitatório nº 0135/2023, Inexigibilidade de Licitação nº 0018/2023

Xaxim/SC, 11 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0050/2023

Publicação Nº 5054680

Estado de Santa Catarina

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C11E628D55D2EE3F26ECA0CF65B6834D8F6E833A

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0050/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: TRANSPORTES CERATTO LTDA

CNPJ: 00.551.153/0001-27

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do quilômetro atualizado do contrato firmado entre as partes, a fim de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

Valor do acréscimo: R\$ 2.945,25 (dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Licitação: Processo Licitatório nº 0043/2023, modalidade Pregão Presencial nº 0022/2023

Xaxim-SC, 12 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0102/2022 FMS

Publicação Nº 5053663

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7F3B1A2E39B30CB222ECA1D9163644F531BE7C6E

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 102/2022****I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33D, Jardim Itália, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, **MAURO FRANCISCO RISSO**, brasileiro, Prefeito do Município de Jardinópolis, doravante denominado **CIS-AMOSC**, e o **MUNICÍPIO DE XAXIM**, inscrito no CNPJ sob o nº 82.854.670/0001-30, com sede na Rua Rui Barbosa, 347, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal em Exercício, Senhor **IDERALDO SORGATTO**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 7**.***.***-91, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, Resolução de nº. 48/2022 de 14 de outubro de 2022, e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Fica aditivado em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões), o Valor constante no item 2.1 da CLÁUSULA SEGUNDA do contrato de rateio firmado, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 6.265.760,00, definidos na Lei Orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica incluído no item 5.1 da CLÁUSULA QUINTA do contrato de rateio firmado, alínea “g” com a seguinte redação:

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO OESTE DE SANTA CATARINA**
Servidão Anjo da Guarda, 295-D - Efapi, Bloco T
Chapecó - SC, 89809-900
Contato (49) 3199-4900

Assinado por 1 pessoa: IDERALDO LUIZ SORGATTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamosc.1doc.com.br/verificacao/CC9E-3671-4DC7-7512> e informe o código CC9E-3671-4DC7-7512





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA
CATARINA — CIS-AMOSC



CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2023, nas seguintes dotações:

[...]

d) 3.3.93.39.50 – R\$ 5.600.000,00– Serviços Médicos Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente termo aditivo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, em 27 de julho de 2023

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SAÚDE DO OESTE DE SANTA
CATARINA (CIS-AMOSC)
PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE XAXIM
IDERALDO SORGATTO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO OESTE DE SANTA CATARINA
Servidão Anjo da Guarda, 295-D - Efapi, Bloco T
Chapecó - SC, 89809-900
Contato (49) 3199-4900

Assinado por 1 pessoa: IDERALDO LUIZ SORGATTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisamosc.1doc.com.br/verificacao/CC9E-3671-4DC7-7512> e informe o código CC9E-3671-4DC7-7512





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CC9E-3671-4DC7-7512

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



IDERALDO LUIZ SORGATO (CPF 726.XXX.XXX-91) em 27/07/2023 09:05:42 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC FCDL SC v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisamosc.1doc.com.br/verificacao/CC9E-3671-4DC7-7512>

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0018/2021 FMS

Publicação Nº 5053482

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 71BDA7F1A7BF139619EF57C0226A8CDC39EB2759

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM
INTERVENIENTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
OBJETO:	A contratação de empresa especializada no gerenciamento da manutenção preditiva, preventiva e corretiva de veículos automotores e equipamentos, incluindo pneus, óleos lubrificantes e lavagem, no modelo de AUTOGESTÃO, através do REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, para uso dos Entes da Federação Consorciados ou Referendados ao CIN-CATARINA, seus órgãos e entidades, em uma ampla rede credenciada de oficinas, autopeças ou concessionárias, conforme especificações constantes do Termo de Referência que compõe o ANEXO I, parte integrante do Edital e deste Contrato.
PROCESSO:	PAL Nº 3034/2021-e, Pregão, na Forma Eletrônica nº 0017/2021
CONTRATO:	0018/2021
DATA:	17/08/2021
VIGÊNCIA:	18/08/2021 a 16/08/2022 17/08/2022 a 16/08/2023 (prorrogada pelo primeiro termo aditivo)

CONSIDERANDO que existe previsão legal (art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93), previsão no Contrato Administrativo supracitado (Cláusula Oitava), sem alteração do objeto contratado, sendo de interesse da Administração Pública a prorrogação;

CONSIDERANDO que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração Pública, compatíveis com o mercado, atendendo o princípio da economicidade;

CONSIDERANDO que a Contratada vem cumprindo suas obrigações, sem ter sofrido sanções administrativas por inexecuções contratuais durante a vigência;

CONSIDERANDO que a Contratada mantém regularidade fiscal, nos termos da Lei, tendo manifestado a concordância na prorrogação.

Art. 1º Fica alterada a vigência do contrato em epígrafe, presente na Cláusula Oitava, passando a vigorar até 16.08.2024.

Art. 2º Em razão do prazo de prorrogação de vigência do contrato, fica renovado o valor total inicial do contrato, para execução no período de vigência de 17 de agosto de 2023 a 16 de agosto de 2024.

Art. 3º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Xaxim – SC, 11/08/2023.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM EDILSON ANTONIO FOLLE Prefeito Municipal	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA RENATA NUNES FERREIRA Procuradora
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo	

Testemunhas:

1ª – _____	2ª – _____
------------	------------

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0071/2021

Publicação Nº 5053538

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7AAFC1623514F2F8884A17D176825D5F69C5F1C9

CONTRATANTE:	MUNICIPIO DE XAXIM
INTERVENIENTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
OBJETO:	A contratação de empresa especializada no gerenciamento da manutenção preditiva, preventiva e corretiva de veículos automotores e equipamentos, incluindo pneus, óleos lubrificantes e lavagem, no modelo de AUTOGESTÃO, através do REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, para uso dos Entes da Federação Consorciados ou Referendados ao CIN-CATARINA, seus órgãos e entidades, em uma ampla rede credenciada de oficinas, autopeças ou concessionárias, conforme especificações constantes do Termo de Referência que compõe o ANEXO I, parte integrante do Edital e deste Contrato.
PROCESSO:	PAL Nº 3034/2021-e, Pregão, na Forma Eletrônica nº 0017/2021
CONTRATO:	0071/2021

DATA:	17/08/2021
VIGÊNCIA:	17/08/2021 a 16/08/2022 17/08/2022 a 16/08/2023 (prorrogada pelo primeiro termo aditivo)

CONSIDERANDO que existe previsão legal (art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93), previsão no Contrato Administrativo supracitado (Cláusula Oitava), sem alteração do objeto contratado, sendo de interesse da Administração Pública a prorrogação;

CONSIDERANDO que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração Pública, compatíveis com o mercado, atendendo o princípio da economicidade;

CONSIDERANDO que a Contratada vem cumprindo suas obrigações, sem ter sofrido sanções administrativas por inexecuções contratuais durante a vigência;

CONSIDERANDO que a Contratada mantém regularidade fiscal, nos termos da Lei, tendo manifestado a concordância na prorrogação.

Art. 1º Fica alterada a vigência do contrato em epígrafe, presente na Cláusula Oitava, passando a vigorar até 16.08.2024.

Art. 2º Em razão do prazo de prorrogação de vigência do contrato, fica renovado o valor total inicial do contrato, para execução no período de vigência de 17 de agosto de 2023 a 16 de agosto de 2024.

Art. 3º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo, juntamente com as testemunhas abaixo.

Xaxim – SC, 11/08/2023.

MUNICIPIO DE XAXIM EDILSON ANTONIO FOLLE Prefeito Municipal	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA RENATA NUNES FERREIRA Procuradora
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo	

Testemunhas:

1ª – _____	2ª – _____
------------	------------

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0102/2022

Publicação Nº 5054677

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0858D3279944DAC7CED2C8E9BDD4BE2CCEE65036

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0102/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: INSPEVET - SERVICOS VETERINARIOS LTDA

CNPJ: 33.932.941/0001-12

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo quantitativo de 24,93% (vinte e quatro inteiros e noventa e três centésimos por cento) do valor inicial do contrato firmado entre as partes Contratação de empresa especializada na área de engenharia de alimentos para atuar nas agroindústrias familiares do Município de Xaxim/SC.

Valor do acréscimo: R\$ 7.953,00 (sete mil, novecentos e cinquenta e três reais).

Licitação: Processo Licitatório nº 0104/2022, Pregão Presencial nº 0037/2022

Xaxim-SC, 12 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0019/2022 FMS

Publicação Nº 5051771

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F5BA2180BB33CC2B6DF31535FFB0E9957CCD6B2D

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0019/2022

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

CNPJ: 11.323.985/0001-02

CONTRATADA: F.J ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 23.575.487/0001-36

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de 1,18% (um inteiro e dezoito centésimos por cento) do valor inicial do contrato firmado entre as partes para Contratação de empresa especializada em Construção Civil para a execução de Reforma e Ampliação das Unidades de Saúde dos Bairros Frei Bruno, Primavera, e da Vila Diadema, pertencentes ao Município de Xaxim/SC, incluindo materiais e mão de obra, de acordo com Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma.

Valor da supressão: R\$ 4.185,43 (quatro mil, cento e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos)

Licitação: Processo Licitatório nº 0111/2022, modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 0022/2022

Xaxim-SC, 11 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0019/2022 FMS

Publicação Nº 5051908

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 21B91AC842A32AF6BC7CEC1C472A39DCCED2E810

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0019/2022

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAXIM

CNPJ: 11.323.985/0001-02

CONTRATADA: F.J ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 23.575.487/0001-36

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo quantitativo de 9,30% (nove inteiros e trinta centésimos por cento) do valor inicial do contrato firmado entre as partes para Contratação de empresa especializada em Construção Civil para a execução de Reforma e Ampliação das Unidades de Saúde dos Bairros Frei Bruno, Primavera, e da Vila Diadema, pertencentes ao Município de Xaxim/SC, incluindo materiais e mão de obra, de acordo com Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma.

Valor do Acréscimo: R\$ 33.052,65 (trinta e três mil, cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)

Licitação: Processo Licitatório nº 0111/2022, modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 0022/2022

Xaxim-SC, 11 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0021/2022

Publicação Nº 5054678

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ED94F62C8212EE9D81B5CDA550ACA90509CBFC69

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0021/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: FOPPA TRANSPORTES E TURISMO EIRELI

CNPJ: 03.539.834/0001-68

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 5,3% (cinco inteiros e três centésimos por cento) do valor do quilômetro atualizado do contrato firmado entre as partes, a fim de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

Valor do acréscimo: R\$ 1.880,01 (um mil, oitocentos e oitenta reais e um centavo).

Licitação: Processo Licitatório nº 0002/2022, modalidade Pregão Presencial nº 0002/2022

Xaxim-SC, 12 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0020/2022

Publicação Nº 5054679

Estado de Santa Catarina

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8F4701D809088D32FC544060241E317953CFD2D1

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0020/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATADA: FELTRIN TRANSPORTES & TURISMO LTDA

CNPJ: 04.910.248/0001-40

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 7,9% (sete inteiros e noventa centésimos por cento) do valor do quilômetro atualizado do contrato firmado entre as partes, a fim de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

Valor do acréscimo: R\$ 5.306,40 (cinco mil, trezentos e seis reais e quarenta centavos).

Licitação: Processo Licitatório nº 0002/2022, modalidade Pregão Presencial nº 0002/2022

Xaxim-SC, 12 de agosto de 2023. EDILSON ANTONIO FOLLE. Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1024/2023

Publicação Nº 5053604

PORTARIA Nº 1024/2023

ARQUIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR AUTUADO SOB A PORTARIA Nº 0696/2023.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a previsão constitucional do artigo 37, XXI, que exige a rigorosa observância aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que, oportunizou-se o contraditório e a ampla defesa, visto que o processado foi ouvido apresentou defesa escrita e também foram ouvidas testemunhas;

CONSIDERANDO que, conforme instrução probatória, ficou demonstrado que o Servidor não cometeu nenhuma falta funcional, eis que não houve comprovação sobre a prática de conduta inadequada por parte do Servidor;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica arquivado o Processo Disciplinar/Portaria nº 0696/2023, o qual tinha por finalidade, apurar eventual falta funcional praticada pelo Servidor A.B., matrícula nº 10.469, CPF nº XXX.380.829-XX.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 10 de agosto de 2023.

Edilson Antonio Folle
Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro
OAB/SC 20.041
Subprocurador

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO N. 055 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5052166



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA

DECRETO N. 055 DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Dispõe sobre a alteração de nomeação de membros para compor do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras providências.

ROSANE ANTUNES PIRES INFELD, Prefeita Municipal de Zortéa – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições na forma de lei:

DECRETA:

Art. 1º - Alterar membros que constituirão o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, através da Lei nº039/97 de 20 de Agosto de 1997, para o quadriênio 2023/2027.

I - Representantes do Poder Executivo

Titular: Bruna Cristina Garcia Schuermann Infeld

Suplente: Andressa Klebowski

II- Representantes dos Profissionais da Educação

Titular: Graciele Ziliotto

Suplente: Gilberto Jose Vargas

Titular: Veronica Luciana Gauer

Suplente: Lucia Goldoni

III- Representantes dos Pais de Alunos

Titular: Pamela Stefania Diniz

Suplente: Fernanda Spironelo

Titular: Edimara da Silva Moreira Lopes

Suplente: Aline Pieri Carniel



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA

IV - Representantes da Sociedade Civil

Titular: Felipe de Souza

Suplente: Maria Roseli Susin

Titular: Luciana Fabiano Schimdt

Suplente: Cassia Terezinha Freitas Ferreira

Art 2º - A Presidência será exercida pelo membro titular representante dos profissionais da Educação, Graciele Ziliotto, a Vice –Presidência será exercida pelo membro titular Felipe de Souza representante das organizações da sociedade civil, escolha feita através de votação entre os membros do CAE.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia limitado ao período correspondente ao mandato.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Zortéa/SC, 11 de agosto de 2023.

ROSANE ANTUNES
PIRES
INFELD:90684257904

Assinado de forma digital por
ROSANE ANTUNES PIRES
INFELD:90684257904
Dados: 2023.08.11 10:22:11
-03'00'

ROSANE ANTUNES PIRES INFELD

Prefeita Municipal de Zortéa

VANESSA PELISSARI

Secretária Municipal de Educação

Consórcios

CINCATARINA

AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0058- E- PAL0061_2023 – MOBILIÁRIO ESCOLAR

Publicação Nº 5048762

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B0AA385ADFFCF51E4339F6BA2797F1328916A9D9

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0058/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" Nº 0061/2023-e

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Mobiliário Escolar para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I) e com os quantitativos estimados (ANEXO IX), durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. JULGAMENTO: Menor preço por LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 15/08/2023 até às 09:00 horas do dia 28/08/2023. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 28/08/2023. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 28/08/2023. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações na íntegra deste Edital no site: www.cincatarina.sc.gov.br. Florianópolis (SC), 10 de agosto de 2023. Elói Rönna – Diretor Executivo do CINCATARINA